





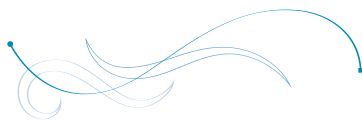
Armas do Estado do Espírito Santo

Ver descrição no Índice de Gravuras.

*Infogravura de Giovanni Mesquita com base em cópia de Ronald de Melo*



# HISTÓRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PAULO CESAR HARTUNG GOMES  
GOVERNADOR

RICARDO DE REZENDE FERRAÇO  
VICE-GOVERNADOR

### SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

DAYSE MARIA OSLEGHER LEMOS  
SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA

ANNA LUZIA LEMOS SAITER  
SUBSECRETÁRIA DA CULTURA

CHRISTIANE WIGNERON GIMENES  
SUBSECRETÁRIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA  
GERENTE DE AÇÃO CULTURAL

RITA DE CÁSSIA MAIA E SILVA COSTA  
GERENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

SÉRGIO BLANK  
SUBGERENTE DE HUMANIDADES

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AGOSTINO LAZZARO  
DIRETOR-GERAL

CILMAR FRANCESCHETTO  
DIRETOR TÉCNICO

### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

HAROLDO CORRÊA ROCHA  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ADRIANA SPERANDIO  
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Secretaria  
da Educação

Secretaria  
da Cultura



JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA

# HISTÓRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3ª EDIÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



VOLUME 8

VITÓRIA  
2008

## FICHA TÉCNICA

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ  
COORDENAÇÃO EDITORIAL

REINALDO SANTOS NEVES  
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO TEXTO

GIOVANNI MESQUITA E STEPHANIE LOSS CASOTTI  
PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO, CAPA E ARTE FINAL

LUIZ GUILHERME SANTOS NEVES  
INTRODUÇÃO

JOÃO EURÍPEDES FRANKLIN LEAL  
POSFÁCIO

BETO FELÍCIO, GILDO LOYOLA, GIOVANNI MESQUITA E HUMBERTO CAPAI  
FOTOS

SÉRGIO CARDOSO  
FOTO DA CAPA

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

O48H OLIVEIRA, JOSÉ TEIXEIRA DE.  
HISTÓRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO / JOSÉ TEIXEIRA DE  
OLIVEIRA. -  
3 ED. - VITÓRIA: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2008.  
670 p. : IL. - (COLEÇÃO CANAÃ, v. 8)  
ISBN 978-85-98928-04-3  
1. ESPÍRITO SANTO (CAPITANIA) - HISTÓRIA. 2. ESPÍRITO SANTO  
(PROVÍNCIA) - HISTÓRIA. 3. ESPÍRITO SANTO (ESTADO) - HISTÓRIA. I. TÍTULO.  
CDD: 981.52

---

OBRA EDITADA PELO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
VENDA PROIBIDA



## JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, a 8 de janeiro de 1913, filho de José Martins de Oliveira e de Firmiana Teixeira de Oliveira. Estudou o curso ginásial interno em Muriaé, onde também trabalhou como secretário. Em 1935, muda-se para o Rio de Janeiro, onde mais tarde ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), colando grau em 16 de outubro de 1946.

Trabalhou no jornal *A Noite* (1935), no Departamento Nacional do Café - DNC (1936), e foi admitido em 23 de março de 1948 no Tribunal Federal de Recursos, instituição pela qual se aposentou. Era casado com Stella Fontoura Teixeira de Oliveira e faleceu no Rio de Janeiro em 16 de novembro de 2004.

## OBRAS PUBLICADAS

*Vida maravilhosa e burlesca do café.*

1ª ed. Pongetti, Rio de Janeiro, 1942.

2ª ed. Editora Americana, Rio de Janeiro, 1942.

*Dicionário brasileiro de datas históricas.*

1ª ed. Pan-Americana. (Epasa), Rio de Janeiro, 1944.

2ª ed. Pongetti, Rio de Janeiro, 1950. 3ª ed. Belo Horizonte, 1992. 4ª ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

*Vida maravillosa y burlesca del café.*

1ª ed. Orientación Integral Humana, Buenos Aires, 1945.

*Vidas brasileiras.*

1ª série, Pongetti, Rio de Janeiro, 1945.

*História do Estado do Espírito Santo.*

1ª ed. Comemorativa do 4º Centenário da Fundação de Vitória, Rio de Janeiro, 1951.

2ª ed. Fundação Cultural do Espírito Santo, Vitória, 1975.

*O governo Dutra (organizador).*

Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1956.

*História do café no Brasil e no mundo.*

1ª ed. Kosmos, Rio de Janeiro, 1984.

2ª ed. Barléu, Rio de Janeiro, 2004.

*A fascinante história do livro.*

Vol. I, 1ª ed. Rio de Janeiro, 1984.

2ª ed. Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1995;

Vol. II Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1985;

Vol. III, Kosmos, Rio de Janeiro, 1987; Vol. IV, Kosmos, Rio de Janeiro, 1989.



**S**empre acentuamos as nossas incertezas, e juntamos as fontes, não com intenções de alardear erudição, mas para o leitor tornar-se independente do compilador.

J. F. de Almeida Prado, *Primeiros povoadores do Brasil*,  
2ª edição, p. 6.



A

*José Pereira Lira*

e

*Mário de Ururahy Macedo*



## ÍNDICE GERAL

<i>História do Estado do Espírito Santo: um clássico</i> - Paulo Hartung .....	XIX
Vitalidade e permanência na historiografia capixaba - Luiz Guilherme Santos Neves ....	XXI
Nota à 3ª edição - Fernando Antônio de Moraes Achiamé .....	XXXV
Este livro .....	XXXIX
Abreviaturas .....	XLIII
Introdução	
I - <i>De Ceuta a Porto Seguro</i> .....	1
II - <i>Índias, franceses e donatários</i> .....	7
<i>Carta de doação da capitania</i> .....	16

### CAPÍTULO I

<i>Vasco Fernandes Coutinho e o presente que el-rei lhe deu</i> .....	23
Carta de doação - Limites da capitania - Superfície - Foral - Preparativos de viagem do donatário - Quem era Vasco Fernandes Coutinho - Sua família - Folha de serviços militares - Haveres e propriedades territoriais - Casamento - Descendência - Outras propriedades - Vasco Coutinho e a capitania - Primeiros sacrifícios do donatário: a venda das propriedades - Os pioneiros - Alguns nomes - Número - Partida do Tejo	
<i>Carta de foral da capitania</i> .....	32

## CAPÍTULO II

*Os pioneiros iniciam a obra* .....37

Chegada e recepção – Batismo da terra – Primeiras construções – Casas para morar e para rezar – Divisão das terras – Alguns aquinhoados – Instalação dos serviços da Coroa – Duas grandes tarefas: cultivar a terra e conquistar o coração do íncola – Exigências e deficiências – Duarte de Lemos, homem providencial – Em retribuição, uma ilha – Os homens através dos documentos – O donatário em Lisboa – Duarte de Lemos volta ao Brasil

## CAPÍTULO III

*Trabalho, sangue e ruínas* .....47

Expansão da fé, povoamento do solo – A grande obcecação – Em busca das minas – Perlustrando a costa – Limites com a capitania de S. Tomé – Detalhe *sui generis* das doações – Vasco Coutinho e Pero de Góis – Empresa difícil, homens de fibra – Em busca de recursos – Em Lisboa, na rua do Barão de Alvito – Regresso do donatário – D. Jorge de Menezes à frente da capitania – Colonos, gente sem lei – Fatores do descalabro – Produção de açúcar – Primeiro carregamento – Índios x brancos – Carnificina – Sombras e ruínas

## CAPÍTULO IV

*A fundação de Vitória – Outros sucessos* .....61

Vasco Coutinho à testa do governo – Auxílio a Pero de Góis – Jesuítas no Espírito Santo – Situação sócio-religiosa da capitania – Fundação de Vitória – Tomé de Souza e o Espírito Santo – Coordenando a administração colonial – Bahia, armazém do Brasil – Comércio direto com Portugal – Coutinho ausenta-se novamente – Delação de Duarte de Lemos e outras cartas – Crise – Armandando os engenhos – Vasco Coutinho volta ao Brasil – Ainda a carta de Duarte de Lemos – O donatário visto pelo governador Duarte da Costa

## CAPÍTULO V

*Os jesuítas instalam-se no Espírito Santo*.....77

Nova e poderosa força: os jesuítas – Doutrinação de brancos e índios – Exceção honrosa – Franceses na costa – Tomé de Souza visita a capitania – O Colégio dos jesuítas – Outras obras – Duarte de Lemos reaparece ainda uma vez – Confraria contra a maledicência – Nova investida contra o senhorio – Grandezas e pobreza – Vasco Coutinho de novo na terra – Maracaiaguaçu – Novas insurreições dos íncolas – Prata, ouro e “certas pedras” – Índios semeiam o terror – Auxílio da Bahia – Fernão de Sá – Matança de ambas as partes

## CAPÍTULO VI

*Morte do fundador*..... 93

Pessimismo de Mem de Sá - Sede do governo do sul? - Coutinho viaja para Portugal - Inacianos trabalham sempre - Franceses no porto - Maracaiaguaçu e a colaboração de sua gente - Pedro Palácios, o São Francisco de Assis do Brasil - França Antártica - Mem de Sá volta a falar do Espírito Santo - Belchior de Azeredo é feito capitão - Opinam os jesuítas - Morte do fundador - Traços de sua personalidade - Providências do governador geral quanto à direção da capitania - Os franceses atacam - Notícias sobre os primeiros artesãos

## CAPÍTULO VII

*Araribóia, Cavendish e Anchieta*..... 109

O segundo donatário - Auxílio a Estácio de Sá - Araribóia - Detalhes da administração do segundo Vasco - Novos engenhos - Comércio com a metrópole - Progresso - Depoimentos de Anchieta - Tourinho, Adorno, metais e pedras preciosas - O Espírito Santo na administração do sul - Os loiolistas, fatores de progresso - Descimento de índios - Nova arremetida dos franceses - Também os ingleses experimentam - Morre o segundo donatário - Cavendish - A capitania passa a outras mãos - Morte do *Apóstolo do Brasil* - D. Francisco de Souza experimenta as minas capixabas - Balanço das realizações - A Misericórdia - 65 anos após o desembarque

## CAPÍTULO VIII

*Batendo repetidamente os flamengos*..... 129

Primeiro mapa - Jesuítas e índios - Cabo Frio - Orçamento, holandeses e escravos - Enfrentando e derrotando os flamengos - Maria Ortiz - Jesuítas-bandeirantes - Outra vez os holandeses - O destacamento de infantaria - *Descaminho no dinheiro* - Privilégios da infantaria - Crimes e contrabando

## CAPÍTULO IX

*Dias aziagos*.....149

Um caldeireiro, a paz de Holanda e o dote da infanta - Tempestade que a força amainou - Tentando o eldorado - Administradores incompetentes e subservientes - Mau governo, finanças péssimas - Estrada Espírito Santo-Bahia - Os inacianos - Suas grandes propriedades territoriais

## CAPÍTULO X

*Esmeraldas! Ouro* ..... 161

Deficiência da administração dos capitães-mores - Angustiosa conjuntura - Um capitão-mor operoso - Esmeraldas! Esmeraldas! - Vende-se a capitania por 40.000 cruzados - Principais realizações de Francisco Gil de Araújo - Comércio e agricultura - Limites - O donatário deixa a capitania - Novo donatário - A psicose das minas - Ouro! Ouro! - Febre amarela, piratas, jesuítas

## CAPÍTULO XI

*Capitania da Coroa* ..... 183

As minas e o território capixaba - Tentativas oficiais - Governadores em litígio - Estradas e aventureiros - Retalhos de uma administração - Um donatário displicente - Um bacharel formado - Flagrantes da capitania - Discórdias - Ainda o caminho das minas - Franceses no Rio de Janeiro - Capitania da Coroa - Grandes e pequenos problemas administrativos - Empecilhos à penetração territorial - Judiciário, eclesiástico, militar - Impostos - Vida social - Construindo fortificações - Recenseamento - Causas da administração colonial - Mineração e mineradores - Mimoso e a criação da ouvidoria

## CAPÍTULO XII

*A expulsão dos jesuítas*..... 211

Incúria da administração - Penúria do país - Estende-se a jurisdição da ouvidoria - Revolta dos índios de Iriritiba - Minas do Castelo - O soldado Santo Antônio - Rendas e despesas da capitania - Novas vilas - A expulsão dos jesuítas - Prejuízos sofridos pela catequese e ensino - Aumenta o efetivo militar - Dados sobre a população e comércio - Invasão das minas do Castelo - Ensino público - Censo - Recrutamento - Correios, índios e negros - Bandeirantes esquecidos - População - Más autoridades - Novas unidades militares - Censo - Comércio e indústria - Exército de papel

## CAPÍTULO XIII

*Intermezzo*..... 247

Perspectivas animadoras - O território - Divisão administrativa - População - Governo - Justiça - Religião - O ensino - Agricultura, indústria e comércio



## CAPÍTULO XIV

*O Espírito Santo liberta-se do governo da Bahia*..... 259

Providência revolucionária - Demarcação de limites com Minas Gerais - Fisco e comércio - Tentando o povoamento das margens do rio Doce - Agricultura, comércio e um governante honrado - A Coroa e os índios - Acusações contra Silva Pontes - Novo governador - Ainda o rio Doce e as minas do Castelo - O Espírito Santo liberta-se do governo da Bahia - A capitania em 1811 - Rubim e a passagem terrestre para Minas Gerais - Os açorianos - Favores fiscais - Mandioca, trigo, linho e sericicultura - Café, assistência hospitalar, ensino, etc. - Maximiliano, Saint-Hilaire e Rubim

## CAPÍTULO XV

*Antes e depois da Independência* ..... 295

Pródromos da Independência nacional - Motins e desatinos - Primeiros representantes da capitania em congressos eletivos - Penúria dos cofres públicos - A Junta do Governo Provisório - Novas agitações - Independência ou morte! - S. Mateus adere ao movimento emancipador - Caravelas - Quadros desalentadores - O recrutamento do *Ururau* - Os indivisos - A divisão da propriedade territorial - Agricultura - Pecuária - Comércio - Indústrias - Construção naval - Artes e ofícios - Meios de condução - Estradas e canais - Igrejas - Conventos e edifícios públicos - As casas - Iluminação das ruas - Assistência social - População - Padres, cirurgiões, rábulas, etc. - Governança e militância - A Justiça e a Igreja - Rendas - Despesas - Dívidas - O ensino

## CAPÍTULO XVI

*Duas tribunas populares: A Assembléia Provincial e o jornal*..... 339

A estrada Vitória-Ouro Preto - Índios - Colonos alemães - A ordem pública - Repulsa às idéias de restauração - A primeira Assembléia Provincial - Entre 1830 e 1840 - O primeiro jornal - Coroação de D. Pedro II - A insurreição do Queimado - O início de uma nova era

## CAPÍTULO XVII

*A visita imperial e a Guerra do Paraguai* ..... 365

Governos melancólicos - A febre amarela - Variola, cólera, fome - Outras doenças - Abolição do tráfico - População - Colonização - Agricultura, indústria, comércio e navegação - Ensino - Primeira biblioteca pública - Guarda Nacional - Visita imperial - Sedição de Piúma - Questão Christie - Guerra do Paraguai - Telégrafos e correios - Iluminação - Farol da Barra de Vitória - Flagelados do Ceará - Ameaça de cólera - Colonização - População - Vias de comunicações

## CAPÍTULO XVIII

*O 13 de maio e o 15 de novembro*.....407

Abolição da escravatura - A República - Divisão administrativa, população e justiça - Igreja e representação parlamentar - Administração e serviços públicos - Principais órgãos administrativos - Orçamento e ensino - Bibliotecas públicas e jornais - Vida associativa - Indústrias e profissões - Comércio e corpo consular - Agricultura - O café e a sua nobreza

## CAPÍTULO XIX

*A República até 1947*..... 427

Diretrizes republicanas - Governo Afonso Cláudio - Partidos políticos - Constituição - Golpe de Estado de 3-11-1891 - Junta Governativa - Nova Constituição - Primeiro governo Muniz Freire 1896-1900 - O Espírito Santo em 1900 - Crise do café e política - Quadriênio Jerônimo Monteiro - Primeira greve operária - Reforma da Constituição - Lutas políticas - Estradas - Café - Primeira Guerra Mundial - Intervenção federal - Censo de 1920 - Governo Florentino Avidos - A Revolução de 30 - 1930-1943 - Censo de 1940 - Nova Constituição do Estado

## CAPÍTULO XX

*Amancada para o futuro*.....473

Partindo para novos destinos - Primeiro governo Lindenberg - 1951-1954 - A solução do caso Mantena - A Revolução chega ao Espírito Santo - A eloquência dos algarismos - Governo Arthur Gerhardt

História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho - João Eurípedes Franklin Leal.....503

Relações de governantes do período colonial .....535

Governantes do Espírito Santo desde novembro de 1823 até o presente.....542

Bibliografia.....549

Índice de gravuras .....565

Índice remissivo .....577

Cólofon .....669

## HISTÓRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UM CLÁSSICO

Alguns livros têm a vocação para se tornarem clássicos. Este é o caso da *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira.

De caráter singular em sua categoria, este livro foi lançado em 1951, no governo de Jones dos Santos Neves. Em 1974, o então governador Arthur Carlos Gerhardt Santos decidiu-se pela segunda edição, revista e ampliada pelo próprio autor. Neste 2008, a obra ganha a sua terceira edição, enriquecida com *Apresentação* de Luiz Guilherme Santos Neves e *Posfácio* de João Eurípedes Franklin Leal.

O livro de José Teixeira de Oliveira tornou-se um clássico da nossa história pela monumental pesquisa de que resulta, pela fenomenal reunião de informações e dados de nossa trajetória e também pela riqueza de referências a outras obras que se dedicam ao mesmo assunto. Tratando-se de história capixaba, o adjetivo enciclopédico cabe-lhe com incontestável justiça.

Além de tratar-se de um clássico, o que por si só já seria motivo maior para este lançamento, fixa-se aqui uma outra razão ao empreendimento desta terceira edição. A consciência de nossa caminhada de quase cinco séculos de colonização multicultural enriquece a identidade capixaba. O exercício de nossa memória só tem a nos fortalecer no início de uma nova era histórica em que muitos desafios e oportunidades se colocam no presente e no horizonte próximo.

Motiva-nos de modo especial a constituição de bases sólidas para o exercício de nossa memória neste momento em que o Espírito Santo avança em seu terceiro ciclo histórico, com uma prática político-administrativa renovada pela devoção incondicional à ética republicana e com um paradigma econômico transformado pelo petróleo e gás e pela ampliação do agronegócio e da indústria exportadora.

Conscientes do que fomos, de nossos pontos fortes e fracos, de nossas aptidões e dons, seremos, cada vez mais, capixabas fortes, com ampliado potencial de vitória. Ou seja, a consciência de nossa trajetória histórica só tem a contribuir com o nosso futuro.

Um futuro que trabalhamos e lutamos no presente para que seja de igualdade de oportunidades a todos os capixabas, a partir de um novo modelo de desenvolvimento, socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e geograficamente desconcentrado.

De forma bastante evidente, o lançamento desta terceira edição da *História do Estado do Espírito Santo* vai ao encontro deste propósito maior de nossa ação político-governamental. Ao democratizar o acesso a uma obra tão singular e fundamental, estamos possibilitando aos capixabas o acesso a uma das mais importantes ferramentas para se construir o futuro mais justo e igualitário, qual seja, a nossa memória histórica.

PAULO HARTUNG

*Governador do Estado do Espírito Santo*

## VITALIDADE E PERMANÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA

Saibam os que a presente apresentação lerem que não se trata de um texto de cunho acadêmico nem de crítica histórica. O seu objetivo é tecer apreciações sobre um livro que ocupa lugar essencial na historiografia capixaba, desde que foi publicado em 1951. É daí que partiremos. E resgatar a conjuntura histórica em que se deu a publicação da *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira, parece-me o ponto de partida para compreender a importância de uma obra que ressurgiu em terceira edição sob os auspícios do Governo do Estado, como ocorreu nas duas vezes anteriores.

Na metade do século XX, o Espírito Santo era um estado essencialmente agrícola, com economia vinculada à monocultura do café. A maior parte da sua população vivia no meio rural, sendo difícil e demorado o acesso a Vitória, em virtude da falta de transporte regular e de razoáveis estradas de rodagem.

A capital do Estado, que se encontrava a bons passos de distância da brutal transformação urbana por que passaria nas décadas seguintes, começava a consolidar o seu perfil de cidade portuária graças à exportação de café, madeira e minério de ferro. No seu modo de vida, porém, teimava em ser um pacato burgo provinciano cuja população rodava pelos 50.000 habitantes, em número bruto.

Bairros principais da cidade, além do centro histórico denominado Cidade Alta, eram o Parque Moscoso, Vila Rubim, Caratoira, Santo Antônio, Jucutuquara, Praia do Suá, Praia de Santa Helena e Praia Comprida (não se falava em Praia do Canto). A região de Maruípe preservava suas características de fazendão rural e a ponte da Passagem fazia a ligação com o norte do Estado, pela qual se ia também a uma Camburi desabitada e de mata na praia. O aeroporto de Goiabeiras estava mais para um campo de pouso de aviões do que para aeroporto. Sobre a baía de Vitória, as Cinco Pontes, grudadas à ilha do Príncipe, eram o meio de contato direto com o continente e pairavam acima de qualquer suspeita de que um dia se tornariam quase obsoletas e desprezadas.

O lado setentrional da ilha Capital, cortado pela estrada do contorno, de terra batida, era vazio de gente e habitações – à exceção da ilha das Caieiras, tradicional reduto de pescadores, siris e caranguejos (as desfiadeiras de siris não tinham alcançado a celebridade de que desfrutam atualmente).

As atividades comerciais em Vitória realizavam-se notoriamente no centro da cidade, revestindo-se a expressão “centro” de significado comercial, determinando um espaço físico que ia do Parque Moscoso à praça Costa Pereira. As indústrias do Estado, em sua maioria de pequeno e médio porte, escreviam, sem pressa, um capítulo modesto no desenvolvimento industrial capixaba.

Não havia livrarias em Vitória. Em seu lugar existiam papelarias e tipografias onde, em balcões discretos, podiam ser encontrados, meio que ao acaso, livros de literatura de autores nacionais e estrangeiros, ou obras de história e outros assuntos. Livros técnicos e especializados encomendavam-se fora do Estado. Sobre história do Espírito Santo, nem pensar em consegui-los – eram espécimes raros, domiciliados em bibliotecas particulares e, ocasionalmente, na Biblioteca Pública Estadual.

Dois educandários (termo da época) ministravam o ensino público de nível médio, o Colégio Estadual do Espírito Santo e a Escola Normal, esta uma usina formadora de professoras primárias, profissão da preferência da mulher capixaba por falta de outras opções. Numa outra ponta, a Escola Técnica Federal, com reduzido elenco de cursos profissionalizantes, preparava técnicos para um mercado de trabalho que ainda não se sofisticara. Com os colégios públicos competiam os particulares: o São Vicente de Paulo, o Americano, o Salesiano, o Carmo e o Sacré Coeur de Marie, os dois últimos para moças. No ensino superior, apenas dois cursos eram oferecidos em Vitória, pelas faculdades isoladas de Direito e de Odontologia. Para estudar medicina ou engenharia, os jovens capixabas tinham que ir, normalmente, para o Rio de Janeiro.

O meio de transporte mais utilizado pela população da capital era o bonde, que cobria a distância entre Santo Antônio e a Praia Comprida com funcionamento satisfatório.

No campo cultural, além do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, que já editava sua revista, embora sem a regularidade desejada, a Academia Espírito-Santense de Letras e a Academia Feminina de Letras reuniam a chamada intelectualidade da terra. Era pelas páginas da *Vida Capixaba* e dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* que os intelectuais (o termo

tinha emprego usual e certo vezo pejorativo) davam vazão às suas publicações, inclusive sobre a história do Estado. A *Vida Capixaba*, por exemplo, foi o veículo no qual o historiador Mário Aristides Freire divulgou, inicialmente, os textos que deram origem à sua obra *A capitania do Espírito Santo*, editada em 1945 na oficina da própria revista.

Bibliotecas públicas, com acervos que deixavam a desejar – a estadual e a municipal – exibiam prateleiras desfalcadas para leitores curiosos, e o Museu Capixaba, hoje museu Solar Monjardim, fundado em Jucutuquara, em 1939, num velho casarão colonial, não adquirira nem envergadura nem função efetiva de museu. E, já que falamos em Jucutuquara, que não nos fuja a deixa porque foi nesse bairro (então cortado por um valão de esgoto a céu aberto) que, graças ao Cine Trianon ali instalado, os olhos do capixaba (e seu coração e sua mente) entraram em direto contato com a geração dos *Cahiers du Cinéma* e o neo-realismo do cinema italiano, libertando-se dos estereótipos hollywoodianos dos filmes exibidos no Cine Teatro Glória e no Carlos Gomes.

Mas, se havia cinemas, não havia editoras em Vitória. Os livros dos escritores capixabas tinham que ser impressos fora do Estado, geralmente no Rio de Janeiro, ou, quando muito, nas oficinas gráficas do *Diário Oficial* do Estado ou na Escola Técnica, em Jucutuquara, tendo os seus autores de bancar o custo da edição e quase sempre se aborrecer com a qualidade da impressão gráfica.

Foi dentro desse cenário singelo que surgiu a história de José Teixeira de Oliveira, em edição comemorativa do 4º centenário da cidade de Vitória. Sua impressão (como depois a da 2ª edição) ficou a cargo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sediado no Rio de Janeiro, confirmando o que dissemos sobre a edição de obras fora do Espírito Santo.

\*

Pelo quadro antes exposto, do qual dou ciência porque o vivi pessoalmente, pode-se afirmar que o livro de José Teixeira não veio com o intuito de desbancar qualquer outra história sobre o Espírito Santo. Isso porque não havia nenhuma história, no sentido de narrativa sistematizada e orgânica dos fatos (*historia rerum gestarum*), atualizada até a metade do século XX, a ser desbancada. A obra veio, na verdade, para suprir uma grande lacuna na minguada bibliografia histórica

do Espírito Santo, onde a falta de uma história geral do Estado, consistente e confiável, fazia-se sentir a toda hora.

Tanto que, antes de Teixeira de Oliveira, a narrativa histórica mais completa e clássica sobre o Estado, abarcando o período colonial até uma determinada fase provincial, onde terminava, era, em nossa opinião, a *Província do Espírito Santo. Sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística*, de Basílio Carvalho Daemon, publicada em 1879, pela Tipografia do Espírito-Santense, em Vitória.

A obra narra os acontecimentos históricos (*res gestas*) em cronologia linear, sendo tipicamente um relatório de efemérides que peca pela falta de citação das fontes que o autor consultou. Um estilo de “fazer história” bem ao jeito do século XIX, em que a *Província* foi escrita.

Afora Daemon, e já no século XX, é de se mencionar Mário Aristides Freire, historiador competente e pesquisador criterioso, autor de *A capitania do Espírito Santo*, na qual tratou da fase colonial da nossa história. Mas Mário Freire publicou seu livro a partir de artigos que escreveu para a revista *Vida Capichaba*, fato antes referido, o que comprometeu o caráter inteiriço da sua narrativa.

Não foram apenas essas as publicações que precederam a de José Teixeira de Oliveira. Houve outras, versando com predominância aspectos factuais e singulares do nosso passado, ora encarados pelo prisma ufanista, ora pelo viés da exemplaridade e do magistério de vida, segundo velho e cediço figurino historiográfico.

Tratava-se, não se pode negar, de um modelo de escritura da história compatível com uma época em que a produção de obras históricas derivava, muitas vezes, de impulsos diletantes dos seus autores voltados para a redenção de um passado que se queria belo e edificante, e que era encarado sentimentalmente.

E nem podia ser diferente o tratamento dado à história em nosso Estado e do nosso Estado uma vez que ainda não se havia estabelecido entre nós um pensamento acadêmico e crítico ligado à pesquisa e à elaboração do conhecimento histórico em moldes analíticos e interpretativos.

Para acentuar o quadro conjuntural que estamos resumindo, basta lembrar que a primeira edição da obra de José Teixeira de Oliveira foi contemporânea da fundação da Universidade do Espírito Santo, no governo Jones dos Santos Neves, a partir de quando se instituiu no Estado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, inaugurando o curso de História que, no decorrer do tempo,



tornar-se-ia operosa célula na construção do conhecimento histórico com fundamentação teórico-metodológica.

Destarte, fica explicado, em função das condicionantes culturais antes recordadas, o processo de elaboração e publicação das obras sobre história do Espírito Santo até meados do século XX.

Temos assim que a *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira, dispunha, ao vir à luz em meados do século passado, de um nicho espaçoso para reinar sem concorrência na historiografia capixaba. Um reinado que, pela sua vitalidade e permanência, pede explicação.

\*

Poucos foram os historiadores que se abalçaram à proeza de escrever narrativas históricas sobre o Espírito Santo, nos quase cinqüenta e cinco anos seguintes à edição da obra de José Teixeira. Talvez por respeitarem a dimensão do desafio que tinham pela frente, talvez por entenderem, como o autor desta introdução, que um livro sobre a história do Espírito Santo, para se pretender abrangente e completo, deve ficar a cargo de uma equipe que congregue especialistas de diferentes áreas de conhecimento trabalhando sob uma coordenação geral. Algo no modelo da *História geral da civilização brasileira*, coordenada inicialmente por Sérgio Buarque de Holanda, e publicada, em vários volumes, pela Difusão Européia do Livro, a partir de 1960.

Apesar disso, pelo menos dois autores publicaram relatos históricos que se tornaram obras de referência em nosso meio cultural, embora com características, metodologia e objetivos diferentes da história de Teixeira de Oliveira. Os autores são Luiz Derenzi e Maria Stella de Novaes, com *Biografia de uma ilha* e *História do Espírito Santo*, respectivamente. Mas, pelo simples fato de fazer de Vitória o núcleo irradiante de sua narrativa, Derenzi coloca-se a razoável distância de Teixeira de Oliveira. Por seu turno, Maria Stella de Novaes, consagrada historiadora do Estado, preferiu formatar a sua *História do Espírito Santo* seguindo o esquema do seriado cronológico em que se inspirara Daemon, com a diferença de ter Dona Stellinha, como era chamada, construído uma narrativa em estilo coloquial que resultou numa movimentada crônica historiográfica desde a doação da capitania a Vasco Coutinho até 1967.

Longe andaram, portanto, os dois autores de ameaçar, com suas obras, a primazia desfrutada pelo livro de José Teixeira, do qual se pode dizer que é básico e indispensável para se conhecer a história do Espírito Santo.

E penso que não erro na qualificação porque não estou afirmando que se trata de obra definitiva e completa, visto que não é. Então, entenda-se a conceituação indicada como definidora de uma obra que, pela riqueza de informações e pela variedade documental que apresenta, torna-se de consulta obrigatória para o conhecimento do nosso passado e para qualquer trabalho ou estudo sobre o Espírito Santo.

Dou a esse respeito um testemunho pessoal. O mestre e historiador Renato Pacheco, notável conhecedor e estudioso da cultura capixaba, jamais deixava de transitar pela história de José Teixeira de Oliveira, da qual escreveu que é “ainda hoje a mais completa história narrativa sobre o Estado” (in *A cultura capixaba*, IHGES, Vitória, 2004), sempre que tinha de levantar dados, informações e referências sobre os temas que iria versar sobre o Espírito Santo.

A obra de Teixeira de Oliveira servia, pois, para Renato Pacheco, tanto quanto tem servido para inúmeros outros pesquisadores, como verdadeira tramontana – uma espécie de história-guia de consulta indispensável e obrigatória. Donde se pode chegar ao seguinte enunciado propedêutico: quando o assunto é história do Espírito Santo visite-se primeiro o livro de Teixeira de Oliveira nem que seja para se verificar o que ele não informa sobre o nosso passado histórico.

\*

É de ressaltar que as duas edições do livro, com quase vinte e cinco anos de diferença entre si, estiveram associadas à iniciativa de diferentes governos do Estado. Antes de 1951, ano em que saiu a primeira edição na administração Jones dos Santos Neves, os entendimentos começaram durante o governo anterior de Carlos Lindenberg; a segunda edição, lançada pela Fundação Cultural do Espírito Santo no governo Élcio Álvares, decorreu de apoio recebido pelo seu autor na administração de Arthur Carlos Gerhardt Santos. A 3ª edição se faz, agora, com o governador Paulo Hartung.

Essa repetição de patrocínio governamental contribuiu para conferir à obra de Oliveira uma conotação de história oficial do Estado. O próprio José Teixeira ajudou a convalescer tal impressão devido ao tom diplomático com que apresentou a parte política de sua história, relativa aos tempos menos antigos da República no Espírito Santo.

O capítulo XX, o último do livro, acrescentado à 2ª edição, que versa o momento histórico de 1947 a 1975, não esconde, desde o título triunfal de *Arrancada para o futuro*, o arranjo estratégico e o engajamento político com que se houve o autor na sua redação, evitando ferir suscetibilidades de possíveis atores da história então ainda vivos e passando ao largo das questões sócio-econômicas emergentes na época.

É claro que, não fosse o apoio oficial dado à obra, talvez dificilmente os seus originais tivessem saído da penumbra da gaveta onde estavam enfiados depois que não foi adiante o projeto em que coube a José Teixeira escrever sobre o Espírito Santo, na coleção sobre a história geral do Brasil, coordenada pelos historiadores Afonso d'Escragnoille Taunay e Rodolfo Garcia. Esta particularidade explica também por que a obra de Oliveira, que estava pronta para ser editada quando a oportunidade surgiu, não exhibe documentos de arquivo por ele levantados e pesquisados diretamente no Estado. Cumpre recordar que foi somente na década de 1970 que Teixeira de Oliveira veio ao Espírito Santo pela primeira vez, quando manteve um rápido contato com uma pequena porção do espaço geográfico que serviu de base para a sua história – a cidade de Vitória.

Mas, se o autor escreveu seu livro longe do Espírito Santo, desfrutou em compensação do acesso fácil a inúmeros documentos e publicações localizadas em órgãos da então capital federal, onde residia, tais como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Ministério das Relações Exteriores e o Serviço Geográfico do Exército. Alguns desses documentos, inclusive mapas e pranchas ilustradas, foram divulgados em primeira mão nas páginas da *História do Estado do Espírito Santo*, numa iniciativa então rara em relação às obras do gênero, o que só valorizou o livro publicado. Na apresentação que fez para a 2ª edição, escreveu a propósito José Teixeira: “Além da revisão de todo o texto [da 1ª edição], pudemos acrescentar numerosas notas a todos os capítulos da *História do Estado do Espírito Santo*, dar nova dimensão ao índice remissivo e enriquecer o volume com alguns mapas de valor excepcional.”

Além disso, residindo no Rio de Janeiro, Teixeira de Oliveira pôde contar com a preciosa colaboração de vários historiadores que lá também residiam, e que atuaram como verdadeiros consultores na produção da sua história. A eles o autor agradeceu com citação nominal no *Cólofon* da 1ª edição, destacando, em especial, as contribuições que lhe deram Alberto Lamago e Mário Aristides Freire, pesquisadores da história do Espírito Santo. A este último, Teixeira qualifica de “autoridade maior em história espírito-santense”, declarando que dele obteve assistência permanente nas dificuldades encontradas, além de acesso facilitado ao seu magnífico arquivo “religiosamente construído através de decênios de patriótico empenho”.

Veja-se que não se trata de mero agradecimento generoso. É confissão que declara a influência que Mário Freire exerceu na contextualização de várias partes da *História do Estado do Espírito Santo*, ponto a que voltaremos nesta introdução.

\*

Sabe-se que é pessoal e subjetivo o processo de recuperação do passado numa narrativa histórica. O historiador elege previamente o seu campo de pesquisa, define espaços e tempos específicos a serem correlacionados, opta pela linha conceitual e metodológica que vai seguir, arregimenta o instrumental investigatório de que se quer valer, identifica e levanta as fontes de consulta, articula relações de causa e efeito, processa enquadramentos e cortes cronológicos, sistematiza dados e informações para gerar o texto que é a substância expressa do seu ato de construir a história.

Trata-se de um somatório de procedimentos cujo resultado derradeiro – a história formalizada em texto – exterioriza o pensamento do historiador em relação ao objeto historiado. Mas este objeto, como é obvio, jamais poderá ser recuperado em sua totalidade complexa e multiforme porque a ação do historiador está sujeita a diferentes influências e limitações – filosóficas, ideológicas, sociais, políticas, econômicas, metodológicas etc. – a começar pela distância temporal que o separa do seu “campo inteligível” de estudo, o que, por si só, pode pesar contrariamente à completude da pesquisa empreendida e à amplitude da versão textualizada que o historiador queira produzir da pesquisa que realizou.

Ao elaborar a sua história do Estado do Espírito Santo, José Teixeira de Oliveira viveu, por certo, esse contexto de condicionantes inescapáveis e há disso provas marcantes em seu livro. Desta forma, as soluções que encontrou para desenvolver o trabalho, as omissões que não pôde superar por razões pessoais ou circunstanciais, acabaram permeando o texto que logrou edificar.

Identificar e entender, nesta introdução, o porquê das peculiaridades que marcam a história de José Teixeira ajuda a compreender e valorizar as condições em que o autor atuou para realizar o seu projeto de resgate do passado histórico do Estado ou, se o preferirem, o seu projeto de construção de uma narrativa da história do Espírito Santo.

E que projeto era esse?

A resposta pode ser recolhida à página 339 da 1ª edição da obra. Depois de deixar de lado alguns comentários que fez sobre “a vida capixaba na segunda metade do século XIX” (capítulo XVII) em relação a questões que considerou de somenos importância, escreveu Teixeira de Oliveira: “Passemos, porém, à narrativa dos fatos. Eles falam mais eloqüentemente do que os comentários porventura expendidos. Comentários, aliás, de que temos nos esquivado sistematicamente, preocupado em oferecer a maior cópia possível daquilo que se poderia denominar *história maciça*” (grifado no original).

O trecho transcrito é de iluminada revelação para se verificar que José Teixeira de Oliveira teve o propósito assumido de construir uma narrativa sobre fatos da história do Espírito Santo que desembocassem numa história abrangente (maciça). Mas o autor refere-se também à maior cópia possível do que seria necessário para produzir a história que almejava publicar. E cópia, ensina o dicionário do Aurélio, tanto pode significar “transcrição textual do que está escrito algures”, quanto “reprodução”, ou “grande quantidade, abundância.” Pois prestam-se os três significados à questão que estamos abordando.

Compulsando-se a obra de José Teixeira, das primeiras às últimas páginas, não somente salta aos olhos que se trata de uma história que narra acontecimentos que se sucederam ao longo do tempo, em escala cronológica direta, como ainda que é obra que exhibe, pela primeira vez na historiografia capixaba, uma quantidade estonteante de documentos – relatórios, ofícios, cartas, mensagens governamentais, quadros e estatísticas, mapas e plantas, fotos em geral – franqueados à consulta dos interessados.

Ao contrário de uma prática que perdurou em nossa historiografia durante muito tempo, nos idos pré-acadêmicos, José Teixeira não ocultou as suas fontes de pesquisa. Escancarou-as e alardeou-as num convite ostensivo para que os interessados, conhecendo as balizas em que se louvou ao compor a sua narrativa, pudessem, se fosse o caso, pelo mesmo caminho por ele trilhado, chegar a conclusões diferentes, deixando aberta a possibilidade do contraditório.

Esse tipo de conduta, inovadora na historiografia capixaba, tem uma denominação específica: honestidade profissional. E nem a desmerece o fato de se admitir que a divulgação da massa documental que recheia as páginas da *História do Estado do Estado Santo* equivaleu a um recurso técnico para tornar a obra substanciosa, como era desejo do autor, restringindo-se este à função de costurar com habilidade os temas que a documentação lhe sugeriu. O que pontifica é que boa parte dos documentos utilizados na elaboração da obra foram tornados públicos e acessíveis a todos, a começar pela carta de doação e do foral da capitania do Espírito Santo, antes de conhecimento restrito a uns poucos privilegiados.

Mas voltemos ao trecho acima transcrito para uma observação a mais.

Ao se dispor a escrever uma história maciça (e também massiva) do Espírito Santo, percebe-se que seu autor estava consciente de que havia na historiografia capixaba um vazio a ser preenchido por uma obra do tipo da sua. Não uma história que explicasse ou interpretasse o Espírito Santo, embora José Teixeira o tenha feito pelas vias transversais da sua narrativa. Mas uma obra que relatasse o passado do Espírito Santo segundo um discurso documentado, coerente e coeso, cujo coroamento final foi contribuir para a formação da consciência histórica do povo capixaba. Meta que atingiu em cheio.

\*

Independente do que já foi salientado, afinemos outras apreciações sobre a história ora reeditada.

Ao estruturar o conteúdo de sua obra por tópicos sucessivos, justapostos em seqüência cronológica, José Teixeira de Oliveira montou um mosaico abrangente do processo evolutivo do Estado do Espírito Santo, escrito em estilo econômico, objetivo e claro. É história de conjunto, sem dúvida alguma,

mas que se distribui por fragmentos ao longo do texto, observando três ritmos que convergem para um trinômio único: integração, totalidade e síntese. Neste trinômio está imanente o compromisso historiográfico do autor de reduzir a amplitude da história do Espírito Santo a um *corpus* básico e generalizante, contextualizado de forma multifacetada.

Não foi sem razão que o historiador Odilon Nogueira de Matos, em comentário publicado na segunda capa da 2ª edição, depois de ressaltar que o livro de Oliveira é uma história do Espírito Santo e não uma história do Brasil adaptada ao Espírito Santo, destaca, com aguda perspicácia, o “caráter caleidoscópico” da narrativa apresentada. E conclui observando que, apesar de a concepção da obra não “atender aos interesses do método da moderna crítica histórica”, preencheu os objetivos do autor de “apresentar um balanço da vida capixaba em quatro séculos”.

Eis um bom retrato da *História do Estado do Espírito Santo* que chega a explicar, em parte, a sensação de incompletude textual que a sua leitura muitas vezes provoca em relação a certos temas ou assuntos que poderiam ter sido mais desenvolvidos e não o foram.

Um deles, por exemplo, refere-se à atuação dos judeus e cristãos novos em terras capixabas no período colonial, possivelmente por ter faltado a José Teixeira maiores informações bibliográficas que lhe permitissem avançar na questão.

Mais incômoda é a escassez de informes sobre a ação dos imigrantes europeus no processo de ocupação e colonização do território capixaba, desde meados do século XIX. Nesse particular, vem a ser indesculpável o tratamento dado aos italianos, cujo papel nessa colonização foi dos mais notáveis, e que passa quase batido no texto de Teixeira de Oliveira. Ainda bem que teve o autor a felicidade de recorrer à colaboração de Luiz Derenzi – “que conhece o tema e dá os últimos retoques a um livro sobre a imigração italiana” (p.335, da 2ª edição) – para escrever mais do que duas linhas sobre esses imigrantes.

Não obstante, em *foot note* de nº 45, à p. 334 da mesma edição, José Teixeira desce ao extremo de negar genericamente aos colonos europeus uma participação decisiva na conquista e ocupação do território capixaba, quando diz que “ao estrangeiro coube receber a terra penosamente conquistada [pelo brasileiro] e lavrá-la. Ilhados nas suas colônias, mui remotamente influenciaram a agricultura e a indústria dos nacionais com os seus métodos, necessariamente mais adiantados. Aqui – como no resto do Brasil – a conquista da terra foi obra exclusiva dos brasileiros”.

Injustiças de historiador ou imperfeições de análise histórica por carência de informações? Inclino-me pela segunda hipótese.

Outro aspecto que, por dever de ofício, pede um apontamento, é a desproporcionalidade na distribuição do conteúdo histórico na estrutura do livro, com base no seu encadeamento cronológico. A observação é feita para acentuar as circunstâncias a que José Teixeira se viu condicionado na elaboração da sua história e não para desmerecer o seu trabalho.

Assim, tomando-se para análise a 2ª edição da obra, suprida com novos documentos e com a inclusão do capítulo *Arrancada para o futuro*, pode-se levantar o seguinte quadro comparativo em relação à distribuição do conteúdo do livro: os capítulos I a XIV tratam do Espírito Santo enquanto capitania (período colonial); os capítulos XV a XVII são dedicados à fase provincial; e apenas os três últimos, ao período republicano.

Dir-se-á que o desequilíbrio apontado decorre de ter sido o período colonial até agora temporalmente mais longo do que os outros dois, na história do Brasil. Todavia, não se pode esquecer que, nos séculos coloniais, o Espírito Santo não passava de um rincão da colônia brasileira em que a ocupação da terra estava constrangida à faixa litorânea, onde raros e esparsos eram os pontos povoados. A população que habitava a capitania, às vésperas da Independência do Brasil, talvez não ultrapassasse 25.000 habitantes, não computados os índios, partindo-se de estimativa feita por Saint-Hilaire, que esteve no Espírito Santo em 1818.

Diante disso, duas razões parecem explicar a preferência de Teixeira de Oliveira pelo período colonial, em detrimento dos outros dois, o provincial e o republicano, nos quais se fundamenta o Espírito Santo contemporâneo. A primeira é a influência que confessadamente o autor recebeu de Alberto Lamego e de Mário Freire, especialistas em história colonial do Espírito Santo; a segunda decorreu, provavelmente, da maior facilidade que teve o autor em consultar a bibliografia então divulgada sobre a capitania capixaba e, por extensão, sobre a história do Brasil em relação aos séculos coloniais.

Em contrapartida, a carência de bibliografia sobre os períodos provincial e republicano da história do Espírito Santo, com que sem dúvida se defrontou José Teixeira, parece ter prejudicado o levantamento de dados que lhe permitissem dar uma atenção mais equânime às três fases cronológicas consideradas. E isso apesar do volume de fontes documentais existentes nos arquivos sobre o período provincial e o republicano, algumas das quais foram consultadas e divulgadas por Teixeira de Oliveira em seu livro.



Essa questão se evidencia com nitidez quando o tema é a República no Espírito Santo, fase pouco pesquisada e estudada na historiografia capixaba até a década de quarenta do século passado, quando José Teixeira terminou o preparo da 1ª edição. Daí o tratamento reducionista a que foi restringido o período republicano nas páginas da sua história, mesmo com o acréscimo do capítulo vigésimo, para atualizar a 2ª. edição.

\*

Mas importa observar que estamos focalizando aspectos estruturais de uma narrativa. Seria injusto que apenas pelo desequilíbrio contextual comentado se acusasse a história de José Teixeira de padecer de defeito que comprometa o seu historicismo. O que sobreleva, nos nove fora de uma avaliação com isenção de ânimo, é a totalidade do conteúdo que a narrativa abarca, convalidando a visão de conjunto histórico que o autor pretendeu oferecer. Ademais, num único capítulo de um livro pode o historiador contextualizar questões e problemas que se abram em variantes para múltiplas propostas de investigação, enquanto, em outros capítulos, a narração pura e simples de fatos e eventos os torne fechados em si mesmos, sem criar oportunidades semelhantes.

Destarte, pretendendo ser uma história maciça do Estado do Espírito Santo, a obra de Teixeira de Oliveira excede esse objetivo, fazendo-se campo de sugestão fértil para novas pesquisas sobre o nosso passado pelos temas que coloca à disposição dos pesquisadores. As possibilidades neste terreno são ilimitadas e desafiadoras.

As lacunas e senões que foram citados não invalidam, portanto, o trabalho do autor, realizado com denodo e seriedade inquestionáveis, visando a construção da identidade histórica do Espírito Santo dentro de perspectiva pluralista, numa época em que a elaboração do conhecimento histórico se pautava por fórmulas hierarquizadas que o tempo superou até no modo de se pensar o passado como fonte da história.

Finalmente, é mister registrar, por aplicável à história de Teixeira de Oliveira, o cabimento das palavras de José Carlos Reis (*in As identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC*, Fundação Getúlio Vargas, Rio, 2005): “Em cada presente, o que se tem é uma visão parcial, uma articulação original do passado e do futuro. A história é visada segundo perspectivas diversas, e, com o avanço do tempo, as proposições históricas mudam.”

Ora, nos últimos trinta anos, nada mudou tanto na historiografia quanto o modo de escrever e pesquisar a história, marcado por profunda sofisticação metodológica e pela diversificação de especialidades. E, se o discurso narrativo do historiador identifica-o a uma época e a um estilo do fazer histórico, por recíproca, identifica também a própria época em que o discurso foi elaborado.

José Teixeira de Oliveira, com sua *História do Estado do Espírito Santo*, enquadra-se numa latitude conjuntural específica, sem que a obra que escreveu tivesse perdido valor e significação. Seu livro é, pois, digno de respeito e merecedor de todos os louvores.

Ele aí está, em sua terceira aparição, na forma como o autor o concebeu e não como poderia ser ou seria desejável que fosse pela ótica de quem esteja posicionado à distância de cerca de sessenta anos da sua 1ª. edição, sem a percepção da importância de que a obra se revestiu – e continua se revestindo – para o conhecimento da história do nosso Estado. É livro de muitos serviços prestados, e ainda por prestar, à historiografia capixaba.

Esta afirmação eu a faço com a fé de ofício que me conferem vinte e seis anos em que lecionei história do Espírito Santo na Universidade Federal do Espírito Santo, tendo a história de José Teixeira por obra-ânuia – de uso indispensável a cada ano. Vezes sem conta passei por suas páginas, vezes sem conta perpassei seu índice remissivo, precioso mecanismo de consulta que a história de José Teixeira foi a primeira a apresentar no Estado, que arremessa o leitor rapidamente aonde ele quer chegar, em suas páginas.

Posso, portanto, saudar com entusiasmo a nova edição. Posso, devo e o faço com votos de boas vindas. E vida longa, rainha!

LUIZ GUILHERME SANTOS NEVES

do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e  
do Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo

## NOTA À 3ª EDIÇÃO

Inicialmente, para concretizar uma nova tiragem desta *História do Estado do Espírito Santo* de José Teixeira de Oliveira, pensou-se em fazer um fac-símile da 2ª edição do livro. Tal alternativa foi de pronto afastada pela necessidade de se corrigir pontualmente o texto e pela possibilidade de ele ser escaneado, o que economizaria tempo devido ao volume da obra. Após o escaneamento, o texto sofreu uma primeira revisão, feita por Reinaldo Santos Neves e por mim, de forma a corrigir as freqüentes incongruências no processamento da imagem digitalizada.

No estabelecimento do texto e na revisão final foram adotados os seguintes critérios principais:

- a) Corrigiram-se os erros tipográficos.
- b) As iniciais de muitos nomes comuns grafadas em maiúsculas foram transformadas em minúsculas.
- c) Completaram-se os caracteres referentes aos anos quando registrados somente com a centena ou a dezena (exemplos: 798 por 1798 ou 65 por 1865), mesmo sendo inteligíveis no contexto em que foram empregados.
- d) Atualizou-se a partir do capítulo XIV, inclusive, a ortografia de documentos transcritos, já que essa ortografia, muito próxima da de hoje, não tem influência sobre sua interpretação. Deve-se ressaltar que na 2ª edição da obra diversos documentos, alguns deles integrantes de capítulos anteriores ao XIV, estavam com sua grafia atualizada ou *parcialmente* atualizada – nesse caso, procurou-se uniformizar o texto de tais documentos.
- e) As inconsistências encontradas nas tabelas e no texto foram assinaladas em notas do editor.

- f) As tabelas referentes à *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828* de Inácio Acioli de Vasconcelos, e reproduzidas nos capítulos XIV e XV, foram retiradas da obra de título idêntico editada pelo Arquivo Público Estadual do Espírito Santo em 1978; tal procedimento justificou-se pelo fato de aquelas tabelas terem sido minuciosamente cotejadas com os originais que se encontram na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o que permitiu se corrigissem diversos equívocos das transcrições feitas na 2ª edição deste livro.
- g) Na *Bibliografia* eliminaram-se as abreviaturas dos nomes de autores e respectivas obras, que constavam entre parênteses ao fim de cada verbete, providência que, além de permitir melhor padronização dos nomes, não prejudicará as buscas.
- h) Manteve-se a estrutura do *Índice remissivo* tal como elaborada pelo Autor, somente reposicionando-se na ordem alfabética as palavras que tiveram sua grafia atualizada.

Foi descartada a cogitação inicial de se completar a obra ora reimpressa com as realizações governamentais dos últimos trinta anos, por considerarmos que isso seria trabalho para um novo livro. Somente foram acrescentadas as *Relações de governantes do período colonial*, trabalho gentilmente cedido pelo Prof. Dr. João Eurípedes Franklin Leal, e os nomes dos titulares do Governo do Estado após 1975 com a data da respectiva posse, para atualizar o anexo – *Governantes do Espírito Santo desde novembro de 1823 até o presente*.

Optou-se por fazer a reprodução colorida dos mapas a partir dos originais existentes em instituições no Rio de Janeiro. Os poucos casos em que tais originais não foram localizados estão assinalados nas legendas dos mapas que os substituíram. Registrou-se da mesma forma os documentos cartográficos acrescentados nesta edição. Providenciaram-se também novas fotos de diversos motivos escolhidos pelo Autor e ligados à história espírito-santense. Os retratos dos ex-governantes do estado do Espírito Santo foram copiados daqueles existentes no Palácio Anchieta, em Vitória. Nesta edição, somente acrescentamos o do Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, por ele ter desempenhado papel decisivo na política espírito-santense durante várias décadas, circunstância, aliás, destacada por José Teixeira de Oliveira, que certamente por escrúpulo não incluiu tal retrato na tiragem de 1975, quando ainda estava vivo aquele eminente homem público. As demais gravuras foram reproduzidas da 2ª edição da obra.

Agradeço, em primeiro lugar, a Reinaldo Santos Neves, por me ter indicado para a coordenação editorial e ter compartilhado algumas decisões referentes a esta edição – ou seja, me passou o problema, mas ajudou a equacioná-lo, especialmente no que diz respeito às questões da revisão final do texto, cipoal que ele desbastou com paciência. A pessoa de D. Stella Fontoura Teixeira de Oliveira também se faz presente neste momento em que a gratidão deve ser registrada, pela sua simplicidade e desprendimento, honrando a memória do seu falecido esposo. Em seguida, agradeço a Neusa Maria Mendes, então titular da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo – Secult, pela confiança e apoio, assim como a compreensão e eficiência demonstradas por Sérgio Blank, Subgerente de Humanidades, e demais servidores da Secult, aqui representados por Rita de Cássia Maia e Silva Costa, João Lauro de Freitas Aquino Neto, Penha Lopes Rangel Nascimento e Rogério Ribeiro Coimbra, todos com expressões de boa vontade ao encaminharem os diversos processos.

Também agradeço aos historiadores Regina Rodrigues Hees, Sebastião Pimentel Franco, Maria Cilda Soares da Costa, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Gabriel Augusto de Melo Bittencourt e Wallace Bonicenha, que emprestaram seus nomes para o cumprimento de exigências burocráticas necessárias à consecução deste empreendimento. Devem ficar registrados também os agradecimentos a Cilmar Franceschetto, Diretor Técnico do Arquivo Público do Estado; Hilda Cabas, Chefe do Cerimonial do Governo do Estado; às professoras Inês Aguiar dos Santos Neves e Juliana Braz Ferri; e aos colegas da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo – Sefaz, por terem contribuído de diferentes modos para que esse projeto chegasse a bom termo.

Estendo os meus melhores agradecimentos a todos os colaboradores desta nova edição, pela forma com que procuraram enriquecer obra tão importante para a historiografia espírito-santense, especialmente a Luiz Guilherme Santos Neves, que elaborou a *Apresentação*; João Eurípedes Franklin Leal, autor do *Posfácio*; Carlos Giovanni L. Mesquita Melo e Stephanie Loss Casotti, que nos presentearam com a bela capa e a nova editoração do livro; Humberto Capai, autor das novas fotos; e Carlos Alberto (Beto) Felício dos Santos, que reproduziu os mapas existentes em instituições do Rio de Janeiro.

Finalmente, seria ingrato se não incluísse nestes agradecimentos Marta Gonçalves Achiamé que, além de me auxiliar no escaneamento e ordenação do texto da segunda edição, empenhou-se na trabalhosa atualização do *Índice remissivo*, e, sobretudo, entendeu as razões de ter-me ausentado do seu convívio em muitos momentos para que pudesse me desincumbir desta tarefa.

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ  
Coordenador editorial



## ESTE LIVRO...

**E**m 1945, foi confiada aos professores Affonso d'Escragnolle Taunay e Rodolfo Garcia - nomes excelsos entre os historiadores patricios - por editora recém-fundada, a direção de sua Biblioteca Histórica Brasileira. Plano generoso, previa, inicialmente, a coleção das crônicas de todos os Estados da Federação. Seria o alicerce de futura e monumental História Geral do Brasil.

Honrado com o convite para escrever o volume referente ao Estado do Espírito Santo, convite que, para nós, teve e tem a dimensão de imerecido prêmio aos nossos esforços de estudante da História Pátria, transferiu-se o assunto para a fase contratual, com a editora, de imediato concluída.

Inesperadamente, o plano concebido com tanta segurança e tanto entusiasmo desmoronou-se. E os originais foram enclausurados na tranqüilidade de gaveta acolhedora.

Um dia, amigo prestimoso nos aproximou do senador Carlos Lindenberg, então à frente do governo do Estado do Espírito Santo. Os entendimentos para a edição do livro às expensas da Administração capixaba superaram entretanto o lapso de tempo que restava ao governo Lindenberg. Seu substituto - Dr. Jones dos Santos Neves - louvado em parecer de colenda comissão de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, decidiu, afinal, promover a edição, como parte das comemorações do Quarto Centenário da Fundação de Vitória.

Vinte e três anos após a publicação da primeira edição, o Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos - atual governador do Estado - manifestou à Fundação Cultural do Espírito Santo o desejo de ver reeditado o livro.

Sensibilizado com a honrosa lembrança, vimo-nos obrigado a voltar ao convívio dos livros de nosso passado - após dois decênios de devoção a outros altares.

Embora o tempo disponível para a tarefa tenha sido reduzidíssimo, confiamos não decepcionar os que esperam algo melhor da segunda edição de uma obra.

Além da revisão de todo o texto, pudemos acrescentar numerosas notas a todos os capítulos da *História do Estado do Espírito Santo*, dar nova dimensão ao índice remissivo e enriquecer o volume com alguns mapas de valor excepcional.

Foi reservado maior espaço à documentação referente ao século passado, quando o Espírito Santo começa a se definir para o futuro. Estamos certos da aprovação dos estudiosos para a copiosa messe de papéis agora divulgados, oriundos daquela centúria.

A bibliografia foi atualizada, isto é, procuramos enriquecer a nova edição com as lições de quanto se publicou, após 1950 – aqui e no exterior – de interesse para a História capixaba.

Atualizamos o texto, compondo a crônica do Estado até os dias que correm, o que se justifica pela incontida exaltação que provoca o contato com a atualidade espírito-santense. De notar-se, apenas, que o entusiasmo pelo presente não traduz despreço pelo passado. Ao contrário, afirmamos que a pujança da colheita que se anuncia tão promissora traduz o esforço paciente, perseverante, sofrido das gerações que, pelos séculos a fora, regaram a terra capixaba com suor e com sangue.

\* \* \*

Em nota à parte reproduzida, já assinalamos os nomes dos que nos ajudaram na elaboração da primeira edição desta obra.

Aqui, cabe a apresentação dos nossos mais comovidos agradecimentos a Armando Ivo Pinto de Andrade – cultura e devotamento postos a serviço de velha amizade – que tomou a seu cargo a revisão de todo o texto; a Luiz Derenzi – memória viva dos últimos cinquenta anos da vida capixaba – pela sua prestimosa contribuição em todas as fases da preparação desta tiragem; à escritora Neida Lúcia Moraes, diretora da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, pela presença constante e insuperável assistência na tarefa que se impôs de tornar realidade a nova edição deste livro.

Ao Arquivo Nacional – dirigido com carinhosa eficiência por Raul Lima – e à Biblioteca Nacional devemos a quase totalidade da documentação original que serviu de apoio ao nosso texto.



Trabalho deste porte é produto do esforço de numerosas dedicações, de gestos de desprendimento de toda ordem, de delicadezas inimagináveis.

É com o pensamento voltado para os que me estenderam as mãos generosas que me curvo agradecido diante daquele funcionário atencioso – onde quer que ele se encontre – sempre paciente e pronto para satisfazer a curiosidade do pesquisador.

Sem particularizar a colaboração – sempre valiosa – de cada um, deixamos aqui consignado o nosso reconhecimento a D. Maria Luíza Fernandes de Carvalho e seus auxiliares da Seção de Consultas do Arquivo Nacional; a D. Lindalva Sabastianelli Couto, também do Arquivo Nacional; ao Professor Waldyr da Cunha, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional; a D. Isa Adonias e D. Maria Marlene de Sousa, da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores; ao coronel Roberto de Oliveira Moraes, ao Sr. Jorge Rosa Ferreira e ao subtenente Vinicius Mário Sartori e sargento Clarindo Nunes Neto, do Centro de Operações Cartográficas, do Serviço Geográfico do Exército; ao Dr. Antônio Augusto Rosetti, subchefe do Gabinete Civil do senhor governador do Estado do Espírito Santo.

À Editora – a Fundação Cultural do Espírito Santo – meus melhores agradecimentos pela delicadeza do convite para visitar Vitória: oportunidade feliz que me foi dada de conhecer a *Cidade Presépio*, tão justa e carinhosamente decantada por seus filhos, e tomar proveitoso contacto com as figuras mais expressivas da cultura e da inteligência capixabas.

O volume bem cuidado que o leitor tem em mãos justifica nossos agradecimentos ao pessoal do Serviço Gráfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – equipe magnífica, responsável pela continuidade da obra ali iniciada pelo saudoso Renato Americano.

Com muita gratidão, junto a tantos nomes amigos o da companheira infatigável de três décadas de lutas – Stella Fontoura Teixeira de Oliveira – minha esposa.

Rio de Janeiro, outubro de 1974.

*José Teixeira de Oliveira*

*P. S. – De justiça, cabe aqui uma palavra de reconhecimento ao governador Êlcio Álvares – que sucedeu ao Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos à frente da Administração capixaba – pelo apoio dado à iniciativa de seu antecessor e para que esta edição se beneficiasse de todos os recursos necessários ao seu aprimoramento.*

Acreditamos ser ainda prematuro fixar a grafia de alguns nomes da História espírito-santense. Por isto mesmo, apresentamos tais como os encontramos nos documentos consultados, com duas ou três variantes, à espera de que a pesquisa revele fontes mais puras, capazes de impor a forma definitiva.

E que se tenha sempre presente o grande número de questões ainda não esclarecidas da História espírito-santense, realçadas todas no texto, e que estão pedindo o esforço dos estudiosos para sua elucidação.

## ABREVIATURAS

AN	- Arquivo Nacional
BN	- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BNRJ	- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Cap	- Capitania
Cons Ult	- Conselho Ultramarino
DH	- <i>Documentos Históricos</i> (publicação do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)
ES	- Espírito Santo (capitania, província, estado)
Func pub	- Funcionário público
Gov	- Governo, governador
HB	- <i>História do Brasil</i> , de Rocha Pombo
HCJB	- <i>História da Companhia de Jesus no Brasil</i> , de Serafim Leite
HCP	- <i>História da Colonização Portuguesa do Brasil</i>
HG	- <i>História Geral</i> , de Varnhagen
MG	- Minas Gerais (capitania, província, estado)
Min	- Ministro
Ms	- Manuscrito
Pres	- Presidente
Prof	- Professor
RIHGB	- <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>
RIHGES	- <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo</i>
RJ	- Rio de Janeiro (província, estado, cidade)
Sec	- Secretário, século



# I

## INTRODUÇÃO

### DE CEUTA A PORTO SEGURO

A conquista de Ceuta, em África, assinala, de fato, o primeiro grande passo de Portugal em busca do seu destino. Batido o vizinho castelhano, em Aljubarrota; unificado o país em torno de um príncipe de feitio absolutista; alheia, enfim, a Nação às graves perturbações políticas em que se debatiam os demais Estados europeus, o reino de Afonso Henriques se pôde lançar à empresa temerária de fincar “lanças em África”.<sup>1</sup>

Quatro séculos decorridos, ainda nos surpreendemos com a poderosa força expedicionária que D. João I e seus filhos organizaram para levar a guerra aos infiéis. Trinta e três galeões grandes, vinte e sete menores, de três bancos de remeiros, trinta e duas galeras e cento e vinte fustas, transportes e outros vasos secundários, conduziram cinqüenta mil homens de Lisboa à praça marroquina.<sup>2</sup>

No que tange ao aspecto naval – de importância superior para o nosso objetivo – a travessia Lisboa-Ceuta traduz o resultado do trabalho perseverante de algumas gerações.

---

1 - BENSUADE, *Lacunes*, 305.

2 - OLIV. MARTINS, *Hist. Port.*, I, 193.

Em verdade, remonta aos dias da independência nacional portuguesa a organização de sua Marinha. Sem possibilidades de marchar para leste, embargado que estava pelo vizinho vigilante, Portugal tinha no Atlântico o campo natural para sua expansão. Ali residiam seu futuro, sua riqueza, sua glória. Toca, portanto, a aparelhar-se para dominar o salso elemento.

Aprendendo nas rudezas dos trabalhos de navegação e observando o progresso dos que, indo e vindo, arribavam aos portos lusitanos, forjava-se na extremidade da Europa autêntica estirpe de marinheiros.

Governantes e governados, ainda nos albores da nacionalidade, acataram o chamado constante e inexorável do Oceano. Como sempre, foi nas pescarias que se iniciou o aprendizado das artes náuticas,<sup>3</sup> e a conseqüente navegação de cabotagem teve, com a presença dos cruzados nos portos lusos, incentivo para rumos distantes.<sup>4</sup>

Assinale-se que a marinha mercante, embora portuguesa, devia ser, em grande parte, propriedade de judeus – senhores quase absolutos do comércio internacional daquele tempo.<sup>5</sup> Vale a advertência como elemento comprobatório de que a *expansão* teve fundamento no espírito comercial, de lucro.

– “Era numerosa esta armada: bem se deixa ver, depois de tão grandes preparativos. Todavia, não sabemos ao certo quantos navios a formavam. Não o diz Azurara. Di-lo, contudo, Mateus Pisano: duzentos e quarenta e dois navios, isto é, sessenta e três naus, vinte e sete galés trirremes, trinta e duas birremes e cento e vinte outras embarcações menores: mas Zurita dá duzentas e doze velas, isto é, trinta e três galeões, vinte e sete galés trirremes, trinta e duas galeras e cento e vinte outras embarcações menores, com cinqüenta mil homens; e o mesmo diz, quanto à composição da armada, D. Antônio Caetano de Sousa, que copiou neste particular Duarte Nunes de Lião. Oliveira Martins aceitou a informação exagerada e indocumentada de Zurita de que iam na armada cinqüenta mil homens, entre mareantes e gente de embarque” (CORTESÃO, *Descobrimientos*, 386).

3 - “Habitantes de um país cuja costa é naturalmente adequada ao exercício da pesca e fértil em valiosas espécies piscatórias, cedo se dedicaram os lusitanos às lides marítimas, com as quais os vemos familiarizados na época distante em que a ciência náutica assentava em vaga intuição individual e em confusa experiência coletiva” (LAGOA, *Grandes e Humildes, Introdução*, VIII). – Nas cinqüenta e seis páginas que constituem a *Introdução* de seu trabalho, o visconde de Lagoa apresenta síntese magistral da história marítima de Portugal até Bartolomeu Dias. Páginas de leitura proveitosa para um estudo sobre os descobrimientos.

4 - AZEVEDO, *Épocas*, 28.

5 - “Dedutivamente, e cingindo-nos à regra tirada dos fatos observados em outros países, acertaremos supondo os hebreus exclusivos senhores do incipiente comércio interno e do tráfico, às vezes avultado, com as terras estrangeiras” (AZEVEDO, *Cristãos Novos*, 31).

Damião Peres resumiu: “O que se sabe quanto às origens do comércio internacional praticado pelos portugueses mostra-se harmônico com os sucessos políticos: é de 1184 a mais antiga notícia da existência de mercadores portugueses em Bruges, sendo pouco posteriores as relações comerciais por eles estabelecidas em portos franceses e ingleses; em 1188 surge a primeira referência à importação de tecidos por mar; um documento português de meados do século XIII, a lei de almotaçaria, de vinte e seis de dezembro de 1253, menciona já muitos artigos de luxo importados da França e da Inglaterra – tecidos finos de linho e seda, até com aplicações de ouro, plumas etc.; em 1390, Felipe o Belo concede aos mercadores portugueses que freqüentavam o porto de Harfleur importantes privilégios. Ao findar o século XIII, o comércio externo português tomara tal incremento que os mercadores organizaram *antre sy* uma bolsa ou associação de auxílio mútuo a que deu confirmação a carta régia de dez de maio de 1293; os associados pagavam uma determinada importância por cada navio que carregassem para o estrangeiro, depositando-se na Flandres e em Portugal as somas assim obtidas, e que eram destinadas ao custeio de despesas, especialmente as forenses, derivadas do exercício de atos comerciais”.<sup>6</sup>

O Estado corria *pari passu* com o esforço particular. Enquanto construía sua esquadra de guerra – que teve ações de relevo em Espichel (1180), Silves (1180)<sup>7</sup> e Sevilha (1266),<sup>8</sup> – promovia uma legislação de protecionismo marítimo surpreendente para a época. Lá estão – entre os atos fernandinos – a franquia de embandeiramento, os prêmios de construção e de navegação, os seguros mútuos, a estatística naval, a inspeção técnica...<sup>9</sup>

Vislumbrada a possibilidade de ampliar os conhecimentos dos seus capitães com o saber de gente estranha, apelaram os soberanos para Gênova – cujos filhos eram, então, os mais adiantados mestres da arte de navegar – e de lá trouxeram, entre outros, o almirante<sup>10</sup> Manuel Pezagno,<sup>11</sup> a quem foi entregue o comando dos navios de el-rei.

---

6 - PERES, *Descobrimientos*, 24-5.

7 - SELVAGEM, *Port. Militar*, 57.

8 - OLIV. MARTINS, *Port. nos Mares*, I, 19.

9 - OLIV. MARTINS, *Port. nos Mares*, I, 27.

10 - “Almirante, conforme se denominava à moda árabe o que à moda feudal, ou goda, se dizia conde-do-mar” (OLIV. MARTINS, *Port. nos Mares*, I, 19-20).

11 - OLIV. MARTINS, *Port. nos Mares*, I, 20.

- “Reproduzimos o nome e apelido usados pelo próprio na assinatura do contrato de primeiro de fevereiro de 1317” (PERES, *Descobrimientos*, 26).

Os assuntos marítimos iam, pouco a pouco, empolgando a alma portuguesa. Fernão Lopes, na *Crônica de El Rei D. Fernando*, registou que, nos dias do governo desse soberano, se viam por vezes, no Tejo, quatrocentos a quinhentos navios de carga.<sup>12</sup>

Estavam lançados os alicerces para o advento de D. Henrique – o Navegador. Homem de estudos e de ação, à sua volta de Ceuta fez-se rodear de brilhante equipe de marinheiros, astrônomos, cosmógrafos, armadores. Um predestinado, o visionário de Sagres. Juntava ao espírito de aventura – tão leal à sua grei – inquebrantável força de vontade. No *Promontório Sacro* dos romanos, levantou um paço, uma capela, um gabinete para estudos, um observatório – o mais antigo de Portugal – e uma vila para seus auxiliares e servidores, fundando, de novo, o estudo sistemático da ciência aplicada, entre os cristãos, melhor ainda que o trabalho da velha *Universidade* de Alexandria, com que a têm comparado, porque essencialmente prático.<sup>13</sup>

Conjugando o que se poderia chamar de patrimônio cultural português com os conhecimentos dos seus colaboradores, principalmente italianos e catalães, bem como com a ciência astronômica dos árabes e dos judeus da península ibérica e da Provença – que foram de grande auxílio para a organização definitiva dos seus estudos<sup>14</sup> – o infante elevou a cartografia e a construção naval a níveis nunca antes alcançados no Ocidente.<sup>15</sup>

Vindo depois de Ceuta, Sagres surge como ponto de reestruturação das enormes forças que, no peito lusitano, aguardavam o momento de expandir-se. Ceuta seria a aventura, Sagres é o cálculo sereno e científico. Daqui para o futuro, as expedições contam reduzido número de barcos e avançam cautelosas. Em verdade, os navios que partem dos estaleiros henriquinos são legítimos empreendimentos comerciais, com tudo previsto para evitar perdas inúteis.

Soa a hora da entrada de Portugal na História Universal. País de reduzida população,<sup>16</sup> sobrepujou-se a si mesmo por via dos feitos marítimos. O mar iria facilitar-lhe um lugar honroso no concerto das nações civilizadas, entre as que mais fizeram pela propagação da cultura ocidental.

---

12 - CORREIA, *Hist. Econ.*, I, 57.

13 - BEAZLEY, *O Infante*, 156.

14 - CORTESÃO, *L'Expansion*.

15 - BEAZLEY, *O Infante*, 157.

16 - Segundo COSTA LOBO – *História da Sociedade em Portugal no Século XV* – a população de Portugal em 1495, ano em que D. Manuel subiu ao poder, era avaliada em 1.122.112 habitantes, “dos quais somente 331.000 homens em condições de manter a máquina do Estado, a lavoura, a pesca e a milícia, e de realizar empresas marítimas” (*apud* FIDELINO FIGUEIREDO, *Estudos*, 13-4).



\* \* \*

A Renascença e o aparecimento de novos Estados europeus criaram problemas novos no continente. Estes, por sua vez, forçavam soluções. Velhos preconceitos caíam aos golpes de mentalidade que se emancipava de dogmas seculares. Sobre todo o cenário imenso em que se iria desenrolar o soberbo drama, iluminando-o, um poderoso foco de luz – o comércio das especiarias.

Era o tempo das Cruzadas, quando multidões frenéticas tudo abandonavam, tomadas de verdadeira crise de exaltação religiosa coletiva, para lutar pela libertação do Santo Sepulcro, cuja localização raríssimos adivinhavam. Cidades inteiras eram assaltadas por paroxismos neuróticos e o homem comum vivia sob o terror de duendes e demônios. A imaginação não conhecia limites e o maravilhoso constituía o alimento predileto daqueles cérebros exaltados. Avalie-se, pois, como reagiriam às informações disseminadas pelos cruzados, “em que os povos do Oriente, com suas maravilhas, com suas inesgotáveis riquezas, se apresentavam como terra da promessa, destinada a contribuir para minorar as misérias de uma população dispersa por várias nações, empobrecidas e atormentadas por uma vida agitada de guerras, de fome e de epidemias”.<sup>17</sup>

Certamente, por um processo lógico e primário, os cristãos seriam levados a estabelecer a comparação entre os esplendores da civilização oriental, pagã, e as dificuldades com que lutavam para conseguir o indispensável a uma vida simples, de parcas exigências materiais.

No que respeita a Portugal, país ardentemente religioso e de longo convívio com os mercadores que, desde o Mediterrâneo, traficavam, por via marítima, com o Norte da Europa, era de esperar-se que a *miragem do Oriente* provocasse o entusiasmo de sua gente, providencialmente aparelhada para comandar a aventura.

Enquanto os portugueses eram assim empolgados pelas maravilhas do Levante, decisivos acontecimentos ocorriam nos confins do Mediterrâneo: a expansão do poderio turco causava tantas dificuldades às comunicações comerciais entre os centros produtores e consumidores das especiarias<sup>18</sup> que elas

---

17 - CORREIA, *Consequências*, 9.

18 - “As especiarias não eram utilizadas apenas como condimentos na alimentação. A designação genérica de especiarias e aromas aplicava-se a todos os adjuvantes dos êxtases religiosos, a todos os elementos da farmacopéia dessa época. Com estes produtos se fabricavam os narcóticos, os bálsamos, os venenos, os fermentos, os aperitivos, os excitantes, os diuréticos, os desintoxicantes, os purgativos. Por este motivo o seu consumo se generalizou rapidamente por toda a Europa” (MORAND, *La Route*).

se tornaram tão caras a ponto de quase desaparecerem dos mercados europeus.<sup>19</sup> E as especiarias eram um supérfluo que se tornara necessário.<sup>20</sup>

Comércio tão compensador, impunha-se encontrar novos caminhos para escoamento das especiarias, a salvo da pirataria muçulmana.

Portugal tomou a si a grande empresa, que insculpiria seu nome na eterna lembrança da Humanidade.

Quase um século de lutas e sacrifícios para chegar à terra da especiaria. Até lá, foi proporcionando à freguesia gulosa um sucedâneo da pimenta da Índia – a malagueta africana. Açúcar, conseguiu-o das terras descobertas – da ilha da Madeira, principalmente.

Logo nas primeiras viagens às costas africanas, barcos de armadores particulares juntaram-se às caravelas reais. O soberano era mercador, mas permitia a concorrência rendosa de privilegiados parceiros, reservando para si o monopólio de um ou dois produtos, apenas, conforme as circunstâncias.

Pelo caminho, foi ensaiando processos de colonização – feitorias e donatarias. Escravizando negros. Demolindo toda a geografia antiga.

Um dia... descobriu, de passagem, o Brasil.

---

19 - MATOSO, *Hist. Port.*, I, 210.

20 - “Os perfumes tropicais, sândalo, mirra, benjoim, incenso, misturas, essências, cânfora, tinturas, foram um alívio e um deleite. Com as essências e os perfumes, o suntuário que agrada à vista, tapetes, sedas, cetins, telas, damascos, jóias, porcelanas, mil objetos exóticos invadiram a Europa, e tudo era especiaria.

Mas as dominantes eram as do gosto. A Europa não aprendera ainda a sucessão sazonal das colheitas, nem tinha como guardar alimento, da estação calmosa para a estação fria. Por faltar forragem aos bovídeos, durante o inverno, eram abatidos, os mais deles, em novembro, aos primeiros frios, em todo o Norte, e salgada a carne para o consumo dos meses seguintes. Não havia a batata, que é americana, nem os legumes já eram do hábito da mesa, nem a estação os permitiria. O regime alimentar era, pois, severo e ingrato: trigo e carne salgada. O tempero, as especiarias tropicais, pimenta, cravo, canela, gengibre, noz moscada ... foram bênçãos do céu ... festa do apetite e alegria do gosto. Dado o hábito, tal suntuário transforma-se na mais exigente necessidade. O parco mel de abelhas teve o sucedâneo milagroso do açúcar, a princípio nas boticas, de tão precioso, depois nas mercearias. O chá, o café, o cacau, como fora o álcool, viriam a ser delícias desse gosto, tanto e tão severamente tratado durante séculos” (PEIXOTO, *Hist. Brasil*, 2-3).

## II

### INTRODUÇÃO

#### ÍNDIAS, FRANCESES E DONATÁRIOS

**E**m 1498, Vasco da Gama lança as pesadas âncoras dos seus barcos no porto de Calecute. Eram, finalmente, as Índias. Nada menos que um conto de fadas feito realidade. Portugal tomava em suas mãos o mais lucrativo comércio até então conhecido.

Da pouca especiaria trazida na viagem de retorno, calcularam-se os lucros em sessenta vezes o cabedal investido na empresa.<sup>1</sup> D. Manuel relatando, triunfante, aos reis de Espanha, o achamento, observou: “Da dita especearya e pedrarya nam trouxeram logo tanta ssoma, como poderam, por nam levarem para ello aquella mercadarya, nem tanta, como convynha.”<sup>2</sup>

O entusiasmo que a notícia provocou em Portugal só é comparável ao abalo que sofreram os entrepostos que, até então, monopolizavam o tráfico dos produtos orientais. Os súditos do *Venturoso* consideravam-no “o mais bem afortunado rei

---

1 - AZEVEDO, *Épocas*, 110.

2 - *Alguns Documentos*, 96.

- Como é sabido, Vasco da Gama partiu de Lisboa, a oito de julho de 1497, com três naus: *São Gabriel*, *São Rafael* e *Bérrio*, além de uma barça de mantimentos. De regresso, trazia duas daquelas naus e um terço da tripulação.

da Cristandade, pois nos primeiros dous anos de seu reinado descobrira maior estado à Coroa deste reino, do que era o patrimônio que com ele herdara – cousa que Deus não concedera a nenhum príncipe de Espanha, nem a seus antecessores que nisso bem trabalharam per discurso de tantos anos. Nem se achava escritura de gregos, romanos, ou dalgua outra nação, que contasse tamanho feito, como era três navios com obra de cento e sessenta homens, quase todos doentes de novas doenças de que muitos faleceram, com a mudança de tam vários climas per que passaram, diferenças dos mantimentos que comiam, mares perigosos que navegavam e com fome, sede, frio e temor, que mais atormenta que tôdalas outras necessidades, obrar neles tanto a virtude da constância e preceito de seu rei que, propostas todas estas cousas, navegaram três mil e tantas léguas, e contenderam com três ou quatro reis tam diferentes em lei, costumes e linguagem, sempre com vitória de tôdalas indústrias e enganos da guerra que lhe fizeram”.<sup>3</sup>

O deslumbramento, entretanto, não ofuscou o bom senso. Seis meses após o regresso do Gama, a nove de março de 1500, outra e poderosa armada deixava o Tejo – esta, agora, aparelhada de gente e material suficientes e capazes de celebrar ou impor tratados aos príncipes asiáticos, afastando assim a concorrência estranha. De treze naus se compunha a armada – “a mais fermosa e poderosa que té aquele tempo para tam longe deste reino partira”<sup>4</sup> – confiado seu comando a Pedro Álvares Cabral.<sup>5</sup>

“O comércio colabora: duas naus são de fidalgos, o Conde de Porto Alegre, aio de el-rei, e D. Álvaro de Bragança, este associado ao banqueiro Bartolomeu Marchioni, florentino que reside em Lisboa, privado da corte e com grandes serviços ao Estado.”<sup>6</sup>

A natural pressa que tinha Portugal de fixar-se em bases seguras nas Índias e as instruções oferecidas a Cabral por Vasco da Gama levam a concluir pelo acaso do descobrimento do Brasil a vinte e dois de abril de 1500.

3 - BARROS, *Ásia*, I, 180.

4 - BARROS, *Ásia*, I, 181.

5 - “Pedro Álvares Cabral nasceu em Belmonte no ano de 1467 ou de 1468, sendo seus pais Fernão Cabral e Izabel de Gouveia. Pedro Álvares era o segundo filho, sendo seu irmão, João Fernandes Cabral, o primogênito. Talvez por isso usasse o apelido de sua mãe, sendo conhecido por Pedro Álvares de Gouveia. O próprio D. Manuel ainda assim o tratava a quinze de fevereiro de 1500, ao nomeá-lo capitão-mor da esquadra; mas a primeiro de março já lhe chama Pedro Álvares Cabral.” (FONTOURA DA COSTA, *Os Sete Únicos Documentos*, 11).

6 - PEIXOTO, *Hist. Brasil*, 20-1.

\* \* \*

Simple incidente no roteiro das Índias, a terra americana nenhum atrativo oferecia aos felizes detentores do comércio das especiarias.<sup>7</sup>

Era natural que Portugal só tivesse olhos para a Ásia cobiçada, e afinal alcançada.

Vera Cruz, Santa Cruz, Terra dos Papagaios,<sup>8</sup> afinal e definitivamente BRASIL, era país sem “ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro”<sup>9</sup>. Pero Vaz de Caminha, não obstante aquela profunda simpatia com que lavrou o “auto oficial do nascimento do Brasil”,<sup>10</sup> não viu nele outra utilidade que a de servir de “pousada para esta navegação de Calecute”.<sup>11</sup>

7 - “O Brasil foi como uma carta de paus puxada num jogo de trunfo em ouros. Um desapontamento para o imperialismo que se iniciara com a viagem à Índia de Vasco da Gama. Daí o gesto mole, desinteressado, sem vontade, com que a Coroa recolheu ao seu domínio as terras de pau de tinta descobertas por Pedrálvares Cabral. Só em nova fase de atividade portuguesa – a propriamente colonizadora, a do fim do século XVI e parte do século XVII – o Brasil teria força de trunfo no jogo das competições imperialistas das nações européias. Essa transformação, em virtude da repentina valorização do açúcar nos mercados aristocráticos e burgueses da Europa. O açúcar tornou-se artigo de luxo, vendido a preços elevadíssimos e dando lucros enormes a produtores e intermediários. Até o mascavo, notou Dampier, quando esteve na Bahia nos fins do século XVII, que se exportava para a Europa, valendo cerca de vinte xelins por cem libras.” (FREYRE, *Casa-Grande*, I, 359-60).

8 - “O mais antigo nome dado pelos portugueses ao nosso país – *Terra de Vera Cruz*, *Ilha de Vera Cruz* ou simplesmente *Vera Cruz* – já aparece nas cartas de mestre João, *artium et medicinal bachalarius* como ele próprio se dizia, e de Pero Vaz de Caminha, escrivão nomeado para a feitoria de Calecute, apontado alhures como o nosso primeiro historiador. Comunicando aos reis católicos, a vinte e nove de julho de 1501, a incorporação dos novos domínios à sua coroa, exprimiu-se D. Manuel no entanto de outra forma, como se verifica da versão espanhola desse documento: ‘á la cual puso nombre de Santa Cruz’. Encontra-se também essa última num planisfério de 1502, conservado em Modena e executado por um cartógrafo português, ao serviço de Alberto Cantino, agente de Ferrara em Lisboa, bem assim num alvará de vinte e quatro de janeiro de 1504. [...]”

Sob a denominação apenas de *Ilha da Cruz*, mencionou-se o Brasil em regimentos de navegação dados a João da Nova (1501), Afonso de Albuquerque (1503), D. Francisco de Almeida (1505) e Fernão Soares (1507). Com as primeiras notícias sobre o país, também chegaram a Lisboa, entre outros psitacideos, algumas araras vermelhas, *Ara Chloroptera*, Gray, cujo tamanho e cores vivas teriam provocado movimento de justificada curiosidade, daí advindo, de par com a designação oficial, outra puramente popular de Terra dos Papagaios, estendida, mais tarde, no globo de Schöner (1520), ao resto do continente; e algum tempo depois, em Ptolomeu (1525), novamente se via *Terra Papagalli*, sem dúvida a que melhor caracterizara, em seus primeiros dias, os novos domínios portugueses, tanto que Giovanni Matteo Cretico, agente de Veneza em Portugal, relatando o ocorrido, usara de análoga expressão: *una terra noua la chiamão delli Papaga*” (FERRAZ, *Terra da Ibirapitanga*, 35-9).

9 - CAMINHA, *Carta*, 240.

10 - CORTESÃO, *A Carta*, 112.

11 - CAMINHA, *Carta*, 240.

As primeiras explorações mostraram as poucas possibilidades mercantis da terra: pau-brasil<sup>12</sup> (*Caesalpinia echinata*, Lam), cana fistula (*Cassia ferruginea*, Schrad), papagaios...

Nem mesmo os silvícolas despertaram a cobiça dos portugueses veteranos no tráfico de carne humana.<sup>13</sup>

Não obstante a minúscula compensação que a exploração do pau-brasil oferecia,<sup>14</sup> a Coroa – diretamente ou por intermédio de arrendatários – esteve

12 - “Pau-brasil – *Ibirapitanga*, é seu nome tupi, por *ybyrá*, árvore, pau, madeira; *pitanga*, vermelha” (GARCIA, *Notas aos Tratados*, 112).

- “O pau-brasil pertence à família *Caesalpinia*. Uma variedade, e uma das mais conhecidas no comércio medieval, é nativa das regiões quentes da África. Outra variedade, *Caes. echinata*, distribui-se pela América Central e regiões ao norte da América do Sul. Aquele que hoje é considerado o verdadeiro pau-brasil, *Caes. brasiliensis*, vem exclusivamente do Brasil. De todas as madeiras a mais rica em substância corante é o chamado “pau de Pernambuco”, *Caes. crista*, até hoje abundante no Brasil e na Jamaica.

As árvores crescem em densas moitas ou capoeiras, às vezes disseminadas entre árvores de várias espécies. Em altura e aparência, na casca acinzentada, nas folhas verde-cinza, fazem lembrar o carvalho encontrado na Europa temperada. A pesada madeira do tronco e os grandes galhos, logo que cortados, são brancos ou amarelo-claro, mas, expostos ao ar, convertem-se em vermelho-escuro. O pau é duro, tão duro que até com ferramentas de metal o corte é trabalhoso e lento.

Como pau de tinturaria, as árvores da *Caesalpinia* são valiosas, constituindo uma fonte de substância hoje chamada *brasilina*. Para fazer corantes, os lenhos são esfarelados, reduzidos a um pó grosso, depois impregnado de água e deixado a fermentar durante semanas. O corante assim obtido é usado em panos, desde o marrom até castanho-claro. Diluindo quantidades num banho corante, obtêm-se variados tons de rosa, e, pela adição de certas substâncias, certos castanhos e púrpuras. As objeções ao uso desse corante, usualmente empregado para pano comum, vêm da dificuldade de produzir tons exatos. O corante varia de intensidade e de matiz, de acordo com a madeira usada, a idade da madeira, o efeito da fermentação e outros fatores. E a cor também se desvanece com o tempo. W. S. STANFIELD, “Meio Século na Tinturaria e Remate de Peças de Flanela, Lãs e Linhos”, *Journal of the Society of Dyers and Colorists, número de aniversário*, 1884/1934 (Bradford, Yorkshire, 1934), p. 139-69; A. G. PERKIN, A. E. EVEREST, *The Natural Organic Coloring Matters* (Londres, 1918), p. 345-62. Não encontrei provas de que o corante tenha sido jamais preparado no Brasil para exportação, a despeito de que o corante já preparado caberia muito mais num navio do que as toras de pau-brasil. Esta circunstância pode ser devida a que o processo de preparação do corante era por demais complicado para os limitados recursos dos comerciantes de pau-brasil no país, ou porque, uma vez preparado, o corante teria perdido de sua força, durante a travessia para Portugal” (MARCHANT, *Do Escambo*, 41-2).

- Ver neste capítulo *foot-note* n.º 16.

13 - “Com as amostras do metal precioso vieram logo os escravos. Brancos nítidos e mais ou menos baços, mestiços, negros, carregando a cor à medida que baixavam as expedições para o Sul. Até certa altura, islamitas. Por fim, gente retinta, tudo bárbaros idólatras. O primeiro carregamento foi de duzentas e trinta e cinco presas, em 1543, trazidas por Lançarote – não se lhe sabe o sobrenome – escudeiro de D. Henrique, sendo um dos companheiros Gil Eanes, o que dobrou o Cabo Bojador. O quinto era do Infante, que tomou conta de quarenta e seis cativos” (AZEVEDO, *Épocas*, 71).

- Sobre o assunto, ver TAUNAY, *Subsidios*. No capítulo I, dessa obra, autorizada síntese dos primórdios do comércio negroiro.

14 - “No reinado de D. João III a renda do pau-brasil não representava ainda 5% da receita total do erário português, não dando para cobrir as despesas com a defesa das novas terras e do comércio lusitano” (SIMONSEN, *Hist. Econômica*, I, 100).

atenta à exploração da costa brasileira.<sup>15</sup> Várias expedições percorreram os mares da nova possessão, instalando feitorias, estabelecendo contato com os habitantes da terra, medindo distâncias, escambando ibirapitanga.<sup>16</sup>

Lá pela terceira década do século XVI, as Índias já se mostravam negócio deficitário. Os gastos fabulosos das armadas que lá iam e a orientação imperialista agora inspiradora da política portuguesa arrastavam o Tesouro a empréstimos altamente onerosos.<sup>17</sup>

De outra parte, a França, que, logo aos primeiros anos, se pusera na esteira das naus lusitanas em busca de produtos exóticos para o seu comércio, elegera o Brasil como região predileta dos seus corsários: “Tão longe foram, que por 1530 seria motivo de hesitação responder se o Brasil se tornaria francês ou permaneceria lusitano, tão forte era a pressão exercida pelos primeiros sobre os segundos.”<sup>18</sup>

---

15 - “A expedição exploradora, enviada à Santa Cruz, em 1501, voltou a Portugal com um carregamento dessa madeira [pau-brasil]. D. Manuel declarou desde logo o pau-brasil monopólio da Coroa, e julgou mais acertado aos interesses portugueses arrendar as novas terras descobertas a um rico mercador de Lisboa, D. Fernão de Loronha.\* Sobre os termos exatos desse arrendamento, divergem as notícias e os historiadores. O que parece certo é que de fato esse arrendamento, feito inicialmente por três anos, foi com ele ou com outros renovado por algumas vezes; que, por exigência do arrendatário, o soberano português concordou em suprimir a importação do brasil asiático e que, por sua vez, o arrendatário ou, mais tarde, os arrendatários - porque parece que Fernão de Loronha teve posteriormente vários associados - se obrigaram a mandar anualmente três naus à terra de Santa Cruz, a descobrir trezentas léguas de costa e pagar um quinto do valor da madeira ao soberano português. Obrigaram-se, ainda, a instalar fortalezas para a defesa dos novos territórios.

Foi no seu comércio que se utilizou da nau *Bretoa*, de cujo regimento circunstanciado existe cópia nos arquivos portugueses. Na sua viagem de 1511, diz-se que essa nau transportara cinco mil toros de pau-brasil, alguns escravos e muitos papagaios e macacos. Os toros deviam pesar de vinte a trinta quilos, uns pelos outros. Arrendadas as terras e correndo por conta dos arrendatários os gastos com sua manutenção, redundava em lucro para a Fazenda Real a soma que pagavam. O sistema funcionou bem por algum tempo, até que se tornou evidente não poder o concessionário, mais tarde (1504) donatário da Ilha de São João, que lhe recebeu o nome, manter o seu negócio em lutas constantes contra os inimigos de fora e domésticos. Com o aumento dos riscos, parece que a defesa do domínio passou a ser feita pela Coroa e os rendimentos não poderiam ter o desenvolvimento desejado” (SIMONSEN, *Hist. Econômica*, I, 86-7).

\*Fernão de Noronha, Fernando de Noronha. Era sogro de Pedro Álvares Cabral.

16 - *Ibirapitanga* - Nome que os indígenas davam à árvore do pau-brasil (SOUSA, *O Pau-Brasil*, 265).

- *Ibirapitanga* - *C. ybyrá-pitanga*, pau vermelho, pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Alt. *ibirapitanga*, *ibirapitã*, *ibirapuitan*, *imirapitã* (SAMPAIO, *O Tupi*, 219).

17 - “Os gastos absorviam já a receita, e mais ainda; e, para ocorrer às faltas, tomava-se dinheiro a juro em Flandres, e compravam-se a crédito o cobre, os aprestos e as fazendas para o tráfego, a pagar com as sobras dos carregamentos vindouros. Tais sobras não preenchiam nunca as expectativas; entre a ida e a vinda das frotas assumiam-se novos compromissos; e para cada nova expedição se contraíam novas dívidas” (AZEVEDO, *Épocas*, 125).

18 - CALÓGERAS, *Formação*, 8-9.

Mas Portugal reagiu à altura, reprimindo as incursões dos entrelopos, por intermédio das armadas de guarda-costa.<sup>19</sup> A de Cristóvão Jaques<sup>20</sup> notabilizou-se pelos feitos bélicos e reclamações que provocou da corte de Francisco I.

A presença de Martim Afonso de Sousa no Brasil assinala profunda modificação na política oficial portuguesa relativamente à sua possessão americana.<sup>21</sup> Além de fundar os primeiros núcleos regulares e oficiais de povoamento (São Vicente e Piratininga, ambos no atual Estado de São Paulo), promoveu expedições de reconhecimento do sertão e distribuiu terras aos que se propunham fixar-se no país.

Enquanto Martim Afonso imortalizava seu nome nas plagas brasílicas, D. João III concluía os planos que lhe dariam o título de *Colonizador*.

Fosse resultado de um projeto pessoal ou de conselheiros próximos, fosse a vantajosa proposta de Cristóvão Jaques,<sup>22</sup> logo seguida pela de João

19 - “O sonho de estabelecimento no Novo Mundo austral levou a França, desde o princípio do século XVI, a ser uma espécie de provocadora do dinamismo colonial luso. Neste sentido as ameaças francesas constituíram para nós antes um benefício do que um prejuízo. Graças a elas estimularam-se as providências defensivas por toda a costa e, através de tais providências, foi se expandindo, afinal de contas, a civilização e se consolidando a unidade” (ARINOS, *Desenvolvimento*, 52).

20 - “Uma armada de guarda-costa veio em 1527 ao Brasil, comandada por Cristóvão Jaques, que já estivera antes na terra e deixara uma feitoria junto a Itamaracá, de volta de uma expedição ao Prata. Desde Pernambuco até a Bahia e talvez Rio de Janeiro, Cristóvão Jaques deu caça aos entrelopos; segundo testemunhos interessados, não conhecia limites sua selvageria, não lhe bastava a morte simples, precisava de torturas e entregava os prisioneiros aos antropófagos para os devorarem. Mesmo assim, ainda levou trezentos prisioneiros para o Reino. Devia ter causado um mal enorme aos franceses” (CAPISTRANO, *Capítulos*, 35).

21 - “Como quer que fosse, os poderes que o monarca conferiu ao capitão-mor desta expedição foram na verdade muito latos e extraordinários, discricionários até. Constatam eles de três cartas régias, dadas em Castro Verde aos vinte dias do mês de novembro de 1530, passadas por Fernão da Costa e registradas no Liv.º 41 da *Chancelaria de D. João III*, respectivamente a fls. 105 e 103. Pela primeira declara-se que Martim Afonso de Sousa vai por capitão-mor não só da armada que agora se dirige à *terra do brasil*, mas também de todas as terras que ele achar e descobrir, com plena jurisdição sobre todas as pessoas que com ele seguirem, se acharem já ou depois forem ter a essas terras, com poder e alçada, mero e muito império tanto no crime, como no civil, dando as sentenças que lhe parecer de justiça, até a morte natural sem apelo nem agravo; meter padrões nas terras que descobrir dentro da conquista e demarcação pontifícia; tomar posse delas e constituir *capitão-mor* e governador em seu nome e pessoa que ele entender e quiser deixar nas referidas terras, na qual delegará os poderes que ela há de usar, os quais serão os mesmos de que Martim Afonso vai investido por el-rei. A segunda conferia-lhe o poder de criar e nomear tabeliães e mais oficiais de justiça necessários, quer para tomar posse das terras, quer para as causas da justiça e *governança da terra do brasil*. Na terceira foi consignado o poder de dar terras de sesmaria às *pessoas que consigo levar e às que na dita terra quizerem viver e povoar aquella parte das ditas terras que assim achar e descobrir, e segundo o merecem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem*” (FREITAS, *A Expedição*, 124).

22 - Ver abaixo, na *foot-note* n.º 24, a referência de Diogo de Gouveia ao plano de Cristóvão Jaques.



de Melo da Câmara,<sup>23</sup> fosse a avisada e sábia insistência epistolar de Diogo de Gouveia,<sup>24</sup> ou, finalmente, as notícias de que armadores franceses aviavam novas e poderosas expedições, o certo é que o soberano, já em vinte e oito de setembro de 1532, comunicava a Martim Afonso a determinação “de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata sincoenta legoas de Costa a cada Capitania”.<sup>25</sup>

Era a transplantação, para o Brasil, do sistema das donatarias que tão bem provara nas ilhas do Atlântico.<sup>26</sup>

23 - Carta sem data nem indicação do lugar em que foi escrita. (Cópia no *Apêndice de A Expedição de Cristovam Jaques*, por ANTÔNIO BAIÃO e C. MALHEIRO DIAS, in *HCP*, III, 90-1). Com muito acerto, esses autores notaram que a mencionada carta de João de Melo da Câmara a D. João III é posterior ao regresso de Cristóvão Jaques a Lisboa e anterior a 1532, “pela referência aos seus projetos de colonização que se encontra na carta que em fevereiro desse ano o Dr. Diogo de Gouveia escreveu de Ruão ao rei de Portugal” (*op. cit.*, 83).

24 - “Eu já por muitas vezes lhe escrevi o que me parecia deste negocio... a verdade era dar senhor as terras a v. vasalos que tres annos ha que se a V. A. dera aos dois de que vos eu falei sc., do irmão do capitam da ilha de São Miguel (Ruy Gonçalves da Camara era o nome deste) que queria ir cõ dois mil moradores lá a poucar e de Christouão Jaques cõ mil já agora ouera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros muitos da terra crusados cõ os nossos: he certo que apos ouerõ de ir outros muitos. E vos s. tornarõ por dizerem has riquecira muito quãdo os v. vasalos forem riquos os Reinos nõ se perdem por irro mas se ganhã e principalmente temdo a condiçã que tem o portugues que sobre todos os outros pouos a sua custa servem seu Rei e vede o sr. quãdo elRei de Fez tomou Arzilla. Porque quãdo la ouer sete ou oito pouoações estes seram abastantes para defenderem aos da terra que não vendã o brezil a ninguem e nõ o vendendo as naos nã hã de querer la ir para virem de vazio” (*apud* VARNHAGEN, *Primeiras Negociações*, 135).

25 - “Depois de vossa partida se praticou, se seria meu servisso povoarse toda essa Costa do Brazil, e algumas pessoas me requirião Capitánias em terra dela. Eu quizera antes de nisso fazer couza alguma, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer, o que me bem parecer, e que na repartição, que disse se ouer de fazer escolhaes a millhor parte, e porem, porque despoes fui emformado, que dalgumas partes fazião fundamento de povoar a terra do dito Brazil, considerando Eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente, que a povoasse depois de estar assentada na terra, e ter nella feitas algumas forças, como já em Pernambuco comessavão a fazer, segundo o Conde da Castanheira vos escrevera, determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da prata cincoenta legoas de Costa a cada Capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandar apartar para vós cem legoas, e para Pero Lopes, vosso Irmão sincoenta no melhores limites desta Costa por parecer de *Pillotos* e doutras pessoas de quem se o Conde por meu mandado emformou, como vereis pellas doaçoens, que logo mandei fazer, que vos emviará, e despoes de escolhidas estas cento, e sincoenta legoas de Costa para vós, e para vosso Irmão, mandei dar algumas pessoas, que requerirão Capitánias de sincoenta legoas a cada huma, e segundo se requerem, parece que se darão a mayor parte da Costa, e todos fazem obrigações de levarem gente, e Navios à sua custa em tempo certo, com vos o Conde maes largamente escreverã, porque elle tem cuidado de me requerer vossas couzas, e Eu lhe mandei, que vos escrevesse” (*Carta del Rey D. João III, para Martim Affonso de Sousa quando passou ao Brasil, para povoar aquella Costa, e tomou huns Cossarios Francezes, que andavão naquella Costa. Trá-la d. Luiz Lobo, no tom. I do seu Nobiliário. Apud* FREITAS, *A Expedição*, 161).

26 - “O exemplo das ilhas do Atlântico, Madeira e Açores, prósperas em si e rendosas para o soberano, estimulava ao empreendimento na América. Não se reparou senão mais tarde quanto diferiam as circunstâncias. Território incomparavelmente maior, e incomparável a distância da Europa, centro econômico; clima e solo mui diferentes, de que tinham de se estudar as modalidades. Em lugar das ilhas desabitadas, um continente cheio de tribos selvagens, belicosas e hostis. Incitando a estas, e em aliança com elas, competidores estrangeiros tentavam expulsar os portugueses, ou quando menos participar na posse do território. A ação descoordenada dos donatários, cada um em seu distrito, e reduzida a seus recursos individuais, nem sempre abundantes, era incapaz de vencer tamanhos óbices” (AZEVEDO, *Épocas*, 250).

Os lotes (capitanias) em que se dividiu o país somavam quinze. Doze eram, porém, os donatários.

Capistrano de Abreu, para descrever a divisão das capitanias, valeu-se de M. d'Avezac<sup>27</sup> – “o único que conseguiu dar certa forma a esta matéria essencialmente refratária”, acentuou.

Eis a concisa descrição, conforme a traduziu o autor de *Capítulos de História Colonial*: “O limite extremo da mais meridional destas capitanias, concedida a Pero Lopes de Sousa, é determinado nas próprias cartas de doação por uma latitude expressa de 28° 1/3; confrontava, um pouco ao norte de Paranaguá, com a de S. Vicente, reservada a Martim Afonso de Sousa, e que se estendia do lado oposto até Macaé, ao norte de Cabo Frio, desenvolvendo assim mais de cem léguas de costa, mas em duas partes que encravavam, desde S. Vicente até a embocadura do Juquiriquerê, a de Santo Amaro, de dez léguas, adjudicada a Pero Lopes, o irmão de Martim Afonso.

Ao norte dos domínios deste estava a Capitania de S. Tomé, cujas trinta léguas iam expirar junto de Itapemirim; era o lote de Pero de Góis, irmão do célebre historiador Damião de Góis.

Em seguida vinha a Capitania do Espírito Santo, outorgada a Vasco Fernandes Coutinho, cujo linde ulterior era marcado pelo Mucuri, que a separava da Capitania de Porto Seguro, atribuída a Pero de Campo Tourinho; esta prosseguia pelo espaço de cinqüenta léguas até a dos Ilhéus, obtida por Jorge de Figueiredo Correia, igualmente de cinqüenta léguas, cujo termo chegava rente à Bahia.

A Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, se estendia até o grande Rio de S. Francisco; além estava a de Pernambuco, adjudicada a Duarte Coelho, e que contava sessenta léguas até o Rio Iguaraçu, junto ao qual Pero Lopes possuía terceiro lote de trinta léguas, formando sua Capitania de Itamaracá até a Baía da Traição.

Neste lugar começa, para se estender sobre um litoral de cem léguas até Angra dos Negros, a Capitania do Rio Grande, dada em comum ao grande historiador João de Barros e a seu associado, Aires da Cunha; da Angra dos Negros ao Rio da Cruz quarenta léguas de costas constituíam o lote concedido a Antônio Cardoso de Barros; do Rio da Cruz ao Cabo de Todos os Santos, vizinho do Maranhão, eram adjudicadas setenta e cinco léguas ao vedor da

---

27 - AVEZAC, Considérations.

Fazenda Fernand'Álvares de Andrade; e além vinha enfim a Capitania do Maranhão, formando segundo lote para a associação de João de Barros e Aires da Cunha, com cinqüenta léguas de extensão sobre o litoral, até a abra de Diogo Leite, isto é, cerca da embocadura do Turiaçu.”<sup>28</sup>

Avançavam todas, sempre da mesma largura da testada marítima, “pello Sertam e terra firme a demtro”, até a *linha de Tordesilhas*,<sup>29</sup> ou, para usar, ainda, os termos da carta de doação de Vasco Fernandes Coutinho: “tamto quamto poderem entrar, e for de minha comquista”. (I)

---

28 - CAPISTRANO, *Capítulos*, 44-5.

29 - “Descoberto o Brasil, após esse tratado, que se chamou de Tordesilhas, deveriam as suas cláusulas vigorar nos limites americanos dos dois reinos ibéricos. E, como estabeleciam elas uma linha imaginária que, pelas dimensões das distâncias, deveria penetrar no continente, nas cercanias de Belém do Pará, e sair em Laguna, em Santa Catarina, cortando em reta inflexível o território brasileiro, a Castela ficavam três quartos da atual área territorial, restando a Portugal apenas uma quarta parte, nos Estados do norte e do centro.

De acordo com o tratado de Tordesilhas, Castela tinha todo o Amazonas, quase todo o Pará, todo o Mato Grosso, quase a totalidade de Goiás, dois terços de São Paulo, parte de Minas, todo o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que bem internados se achavam nas terras que a linha pontifícia deixava à Espanha” (ELLIS JÚNIOR, *O Bandeirismo*, 31).

I  
(p. 15)

CADERNO DOS OFÍCIOS PADRÕES E DOAÇÕES COMEÇADO NA CIDADE  
D'ÉVORA AOS IIJ DIAS DO MES DE JULHO DE MBcXXXIIIJ ANOS

*A Vasco Fernamdez Coutinho doação de  
L. legoas de terras na costa do brasil.*

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta vyrem faço saber que comsy(de)ramdo eu qamto serviço de deos e meu proveyto e bem de meus rregnos e senhorios e dos naturais e subditos delles he ser ha minha costa e terra do brasyll mais pouoada do que hathé gora foy assy pera se nella aver de celebrar o culto e officios diuinos e se emxallçar a nossa samta fee catolica com trazer e provocar a ella os naturais da dita terra imfieis e idolatras como por o muito proveyto que se seguiraa a meus rregnos e senhorios e aos naturais e subditos delles de se ha dita terra pouoar e aproveitar ouue por bem de ha mamdar rrepartir e ordenar em capitania de cyrtas e cyrtas legoas pera dellas prover aquellas pessoas que me bem parecesse pello quall esgoardamdo eu hos mujtos serviços que Vasco Fernamdez Coutinho fidallguuo de minha casa a ellRey meu Senhor e padre que Samta Gloria aja e a mjm tem feitos assy nestes rregnos como em africa e nas partes da Imdia omde servyo em mujtas cousas que se nas ditas partes fizeram nas quais deu sempre de sy muj booa comta e por follgar de lhe fazer mercee de meu propio moto certa ciemcia poder rreall absoluto sem mo ele pedir nem outrem por elle ey por bem e me apraz de lhe fazer como de feyto per esta presentem carta faço mercee e irrevogavell doaçam amtre vivos valedoura deste dia pera todo sempre de juro e d'erdade pera elle e todos seus filhos, netos, herdeiros e ssobceessores que apos elle vyerem assy descemdemtes como transversais e coleterais segumdo adiamte hyraa declarado de cimquoemta legoas de terra na dita costa do brasyll as quais se começaram na parte omde acabarem as cimcoemta legoas de que tenho feyto merce a Pedro do Campo Tourinho e correram pera a bamda do sull tamto quamto couber nas ditas cimquoemtas legoas emtramdo nesta capitania quaisquer ilhas que houver athe dez legoas ao maar na frontaria e demarçam destas cimcoemta legoas de que hassy faço merce ao dito Vasco Fernamdez, as quais cimquoemta legoas se emtenderam e seram de larguo ao lomguo da costa e emtraram na mesma largura pello sertam e terra firme a demtro tamto quamto poderem entrar e for de minha comquista da quall terra pella sobredita demarçam lhe assy faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera todo sempre como dito he e quero e me apraz que o dito Vasco Fernamdez e todos seus herdeiros e ssobcessores que ha dita terra herdarem e ssobcederem se possam chamar e chamem capitães e gouernadores della.

§ Outrossy lhe faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera todo sempre pera elle e seus descemdemtes e ssobcessores no modo ssobredito da jurdiçam civell e crime da dita terra da quall elle dito Vasco Fernamdez e seus herdeiros e ssobcessores usaram na forma e maneira segujntte.

§ Scillicet. Poderaa per sy e per seu houujdor estar ha emliçam dos juizes e oficiaes e alimpar e hapurar as pauctas e passar cartas de confirmaçam aos ditos Juizes e ofyciaes os quais se chamaram pello dito capitam e gouernador, e elle poeraa ouujdor que poderaa conhecer d'auções novas a dez legoas domde estiver e de apelaçoẽs e agrauos, conheceraa em toda a dita capitania e gouernamça e os ditos juizes daram apelaçam pera o dito seu houuidor nas comtias que mamdam minhas ordenaçoẽs e do que ho dito seu houujdor julgar assy per auçam nova como per apelaçam e agrauo semdo em causas ciueis nam averaa apelaçam nem agrauo athe comtia de cem mjl reais e dahy pera cima dara apelaçam a parte que quiser apelar.

§ E nos cassos crimes ey por bem que ho dito capitam e gouernador e seu houuydor tenham jurdiçam e alçada de morte naturall imdusiue em escrauos e gimtios e assy mesmo em piães cristaãos omes liures em todos os cassos assy pera assoluer como pera comdenar sem aver apelaçam nem agrauo e nas pessoas de moor calidade terem alçada de dez anos de degredo e athe cem cruzados de penna sem apelaçam nem agrauo, e porẽm nestes quatro casos seguimtes. Scilicet eresya, quamdo ho eretico lhe for entregue pello ecresiastico, e traçam e sodomia e moeda fallsa terem alçada em toda pessoa de qualquer calidade que seja pera comdenar os cullpados ha morte e dar suas semtemças a eixecuçam sem apelaçam nem agrauo e, porẽm, nos ditos quatro casos pera assolluer de morte, posto que houtra penna lhe queiram daar menos de morte daram apelaçam e agrauo, e apelaram por parte da Justiça.

§ Outrossy me apraz que ho dito seu houuidor possa conhecer das hapelaçoẽs e agrauos que ha ele ouuerem de hyr em qualquer villa hou lugar da dita capitania em que estiver posto que seja mujto apartado desse lugar omde assy estyver comtamto que seja na propya capytanya, e o dito capitam e gouernador poderaa poor meirinho damte ho dito seu ouujdor e escrivães e outros quaisquer officios necessarios e acostumados nestes rregnos assy na correçam da hovidoria como em todas as vylas e llugares da dita capitania e seram o dito capitam e gouernador e seus ssobcessores obrigados quamdo a dita terra for pouoadá em tanto crecimentto que seja necessario outro ouujdor de o por omde por mjm e por meus ssobcessores for ordenado. // (113v).

§ Outrossy me apraz que ho dito capitam e gouernador e todos seus ssobcessores possam per sy fazer villas todas e quaisquer pouoaçoẽs que se na dita terra fizerem e lhe a elles parecer que ho deuem seer, as quais se chamaram vyllas e terem termo e jurdiçam, liberdades e imsignias de villas segumdo for o costume de meus rregnos e esto porem se emtemdaraa que poderam fazer todas as villas que quiserem das pouoaçoẽs que estyverem ao lomgo da costa da dita terra e dos rrios que se navegarem por que per demtro da terra firme pello sertam as nam poderam fazer menos espaço de seis legoas de huma ha houtra pera que possam ficar ao menos tres legoas de terra de termo a cada huma das ditas vyllas e ao tempo que hassy fizerem as ditas villas ou cada huuma dellas lhe limitaram e assynaram lloguo termo pera ellas e depois nam poderam da terra que assy tiuerem dada por termo fazer mais houtra villa sem minha licemça.

§ Outrossy me apraz que ho dito capitam e gouernador e todos seus ssobcessores a que esta capitania vier possam novamente criar e prover per suas cartas os tabaliães do puprico e judiciall que lhes parecer necessarios nas villas e pouoaçoẽs da dita terra assy agora como pello tempo adiamte e lhe daram suas cartas assynadas per elles asselladas com [seu] sello e lhes tomaram juramemto que syrvam seus hoficios bem e verdadeiramente, e os ditos tabaliães serviram pellas ditas cartas sem mais tirarem outras de minha chamcelaria e quamdo os ditos officias vagarem per morte ou per rrenumciaçam ou por erros de se hassy he os poderam ysso mesmo daar e lhes daram os rregimentos por omde ham de servir conformes aos de minha chamcelaria, e ey por bem que hos ditos tabaliães se possam chamar e chamem pello dito capitam e gouernador e lhe pagaram suas pemsões segumdo forma do forall que hora pera ha dita terra mamdey fazer das quais pemsões lhe assy mesmo faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera sempre.

§ Outrossy lhe faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera sempre das allcaidarias moores de todas has ditas vyllas e pouoaçoẽs da dita terra com todas rremdas, direitos, foros, e tributos que ha ellas pertemcerem segumdo sam escritas e declaradas no forall, as quais ho

dito capitam e governador e seus ssobcessores averam e arrecadaram pera sy pello modo e maneira no forall comtheudo e segumdo forma delle, e as pessoas a que has ditas allcaydarias mores forem entregues da mão do dito capitam e governador elle lhes tomara a menagem della segumdo forma de minhas hordenações.

§ Outrossy me apraz por fazer merce ao dito Vasco Fermamdez e a todos seus ssobcessores a que esta capytania e governamça vyer de juro e d'erdade pera sempre que elles tenham e ajam todas as moemdas d'agoa, marinhas de sall e quaisquer outros emgenhos de qualquer calidade que sejam que na dita capitania e governamça se poderem fazer. E ey por bem que pessoa alguma nam possa fazer as ditas moemdas, marinhas nem emgenhos senam o dito capitam e governador ou aquelles a que elles pera yssso der licemça de que lhe pagaram aquelle foro e tributo que se com elles concertar.

§ Outrossy lhe faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera sempre de dez legoas de terra ao lomguo da costa da dita capitania e governamça que emtraram pello sertam e terra firme tamto quamto poderem entrar e for de minha comquista a quall terra seraa ssua liure e isemta sem della pagar foro, tributo nem direito allguum soomemte o dizemo a Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jehum Cristo e (dentro de xx anos do dia que o dito capitam e governador tomar posse da dita terra po)deraa escolher e tomar as ditas dez legoas de terra em quallquer parte que mais quiser, nam as tomamdo porem juntas senam repartidas em quatro ou cimquo partes e nam semdo de huma a outra menos de duas legoas, as quais terras o dito capitam e governador e seus ssobcessores poderam arremdar e aforar em fatiota ou em pessoas ou como quiserem e lhes bem vyer e pelos foros e tributos que quiserem e as ditas terras, nam semdo aforadas ou as rremdas dellas quando ho forem vyram sempre a quem ssobceder a dita capitania e governamça pello modo nesta doaçam comtheudo, e das novydades que deos nas ditas terras der nam seraa o dito capitam e governador nem as pessoas que de sua mão as teuerem ou trouxerem obrigados a me pagar foro nem tributo allgum soomemte o dizemo de deos ha hordem que geraalmente se há de pagar, em todas has houtras terras da dyta capytania como adiamte hyra decradado. // (114).

§ Item. O dito capitam e governador nem os que apos elle vierem nam poderam tomaar terra allguma de sesmaria na dita capitania pera sy nem pera sua molher nem pera o ffilho herdeiro della amtes daram o poderam dar e rrepartir todas has ditas terras de sesmaria a quaisquer pessoas de qualquer calidade e comdiçam que seja e lhes bem parecer liurememente sem foro nem tributo algum soomemte o dizemo de deos que seram obrigados de pagar a Ordem de todo o que nas ditas terras ouverem segumdo he declarado no forall, e pella mesma maneira as poderam daar e rrepartir per seus filhos fora do morgado e assy per seus parentes e porem os ditos seus filhos e parentes nam poderam dar mais terra da que derem ou teverem dadas a quallqer outra pessoa estranha, e todas as ditas terras que assy der em sesmaria a hums e a outros seraa conforme ha ordenaçam das sesmarias e com ha obrigaçam delas, as quais terras o dito capitam e governador nem seus ssobcessores nam poderam em tempo algum tomar pera sy nem pera sua molher nem filho herdeyro como dito he nem po-las em outrem pera depois virem a elles per modo algum que seja, soomemte as poderam aver per direito de compra verdadeira das pessoas que lhes quiserem vemder passados oyto annos depois das ditas terras serem aproveytadas e em outra maneira nam.

§ Outrossy lhes faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera sempre da metade da dizema do pescado da dita capitania que ha mjm pertemcer porque ha houtra metade se ha d'arremdar pera mjm segumdo no forall he declarado, a quall metade da dita dizema se emtemderaa do pescado que se matar em toda a dita capitania fora das dez legoas do dito capitam porquamto as ditas dez legoas de terra sam liures e isemtas segumdo atras he declarado.

§ Outrossy lhe faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera sempre da rredizema de todas as rremdas e direitos que ha dita ordem e a mjm de direito na dita capitania pertemcerem - scilicet - que de todo o rremdimentto que ha dita Hordem e a mjm couber assy dos dizemos como de quaisquer houtras rremdas ou direitos de quallquer calidade que sejam aja o dito capitam e governador e seus ssobcessores huma dizema que he de dez partes huma.

§ Outrossy me apraz por rrespeito do cuydado que ho dito capitam e governador e seus ssobcessores am de ther de goardar e comservar o brazyll que na dita terra ouver de lhe fazer doaçam e merce de juro e d'erdade pera sempre da vimtena parte do que liquidamemte rremder pera mjm forro de todos os custos o brazyll que se da dita capitania trouxer a estes rregnos, e a comta do tall rrendimento se faraa na Casa da Mina da cidade de Lisboa, omde o dito brasyll a de vyr, e na dita Casa tamto que ho brasyll for vemddido e arrecadado o dinheiro delle lhe seraa lloguo pago e entregue em dinheiro de comtado pello feytor e officiais della aquillo que per boa comta na dita vimtena momtar, e ysto porquamto todo o brasyll que na dita terra ouver a de ser sempre meu e de meus ssobecessores sem ho dito capitam e gouernador nem outra allguma pessoa poder tratar nelle nem vemde-llo pera fora soomemte poderaa o dito capitam e assy os moradores da dita capitania proveytar-sse do dito brasyll hy na terra no que lhes for necessario segumdo he ordenado no forall, e tratamdo nelle ou vendemdo pera fora emcorreram nas penas comtheudas no dito forall.

§ Outrossy me praz fazer doaçam e merce ao dito capitam e gouernador e seus ssobcessores de juro e herdade pera sempre que dos escrauos que elles rresgatarem e ouuerem na dita terra do brasyll possam mamdar a estes rregnos xxiiij peças d'escrauos cad'ano pera fazer dellas ho que lhes bem vyer, os quais escrauos viram ao porto da cidade de Lisboa e nam ha outro allguum porto e mamdara com elles certidam dos hoffycyaes da dita terra como sam seus pella quall certidam lhe seram ca despachados os ditos escrauos forros sem deles pagar direitos allgums nem b por cento, e alem destas xxiiij peças que assy cad'ano poderaa mamdar forras, ey por bem que possam trazer por marinheiros e gromestes em seus navyos todos hos escrauos que quizerem e lhes forem necessarios. // (114v).

§ Outrossy me praz por fazer merce ao dito capitam e gouernador e a seus ssobcessores e assy aos vizinhos e moradores da dita capitania que nella nam possam em tempo allguum aver direitos de sysas nem imposysoões saboarias tributo de sall nem outros allgums direitos nem tributos de quallquer calidade que sejam, salluo haquelles que per bem desta doaçam e do forall ao presentem sam ordenados que aja.

§ Item. Em esta capitania e governança e rremdas e bems della ey por bem e me apraz que se herde e sobceda de juro e d'erdade pera todo sempre pelo dito capitam e gouernador e seus descemdemtes filhos e filhas legitimos com tall deccaraçam que emquamto ouver filho legitimo baram no mesmo grao nam ssobceda filha posto que seja em mayor hydade que ho filho e nam avemdo macho ou avemdo e nam semdo em tam propimco grao ao ulltimo possoydor como a femea que emtam ssoceda a femea, e emquamto ouver descemdemtes legitimos machos ou femeas que nam ssobceda na dita capitania bastardo allguum e nam avemdo descemdemtes machos ou femeas legitimos emtam ssobcederam os bastardos machos e femeas nam semdo porem de danado cohito e ssobcederam pella mesma ordem dos legitimos, primeiro os machos e depois as femeas em igoall grao com tall comdiçam que se ho possuidor da dita capitania a quiser antes leixar a huum seu parente trasversall que aos descemdemtes bastardos quamdo nam tener legitimos o possa fazer e nam avemdo descemdemtes machos nem femeas legitimos nem bastardos de maneira que dito he, em tall caso ssobcederam os ascemdemtes machos e ffemeas, primeiro os machos e em defeyto delles has femeas e nam avemdo descemdemtes nem ascemdemtes ssobcederam os trasversais pello modo ssobredito sempre primeiro os machos que forem em ygoall grao e depois as femeas, e no caso dos bastardos o possuidor poderaa se quiser deyxar ha dita capitania a huum trasversall legitimo e tira-lla aos bastardos posto que sejam descemdemtes em muyto mais propimco grao e ysto ey assy por bem sem embargo da leu memtall que dyz que nam ssobcedam femeas nem bastardo nem trasverssais nem ascemdemtes, porque sem embargo de todo me aapraz que esta capitania ssobcedam femeas e bastardo nam semdo de cohito danado e trasversais e ascemdemtes do modo que já he declarado.

§ Outrossy, quero e me apraz que em tempo allguum se nam possa a dita capitania e governança e todas as cousas que per esta doaçam dou ao dito Vasco Fernamdez partir nem escaimbar, espedaçar nem em outro modo emalhear nem em casamento a filho ou filha nem a outra pessoa dar nem pera tirar pay ou filho ou outra allguma pessoa de catiuo nem pera outra causa ajmda que seja mais pyadosa porque minha temçam e vomtade he que a dita capitania e governança e cousas ao dito capitam e gouernador nesta doaçam dadas amdem

sempre juntas e se nam partam nem alienem em tempo allguum e aquelle que ha partir ou alienar ou espadacar ou der em casamemto ou per houtra cousa per omde aja de ser partida ajmda que seja mais pyadosa per este mesmo feyto perca ha dita capitania e governança, e passe direitamentemte haquelle a que ouuer d'ir pella ordem de ssobceder sobredita sse o tall que ysto assy nam comprio fosse morto.

§ Outrossy me praz que por caso allguum de quallquer calidade que seja que ho dito capitam e governador cometa per que segumdo direito e leix destes rregnos mereça perder a dita capitania e governança, jurdiçam e rremdas della a nam perca seu ssobcessor salluo se for traidor a coroa destes rregnos e em todos hos outros casos que cometer seja ponido quamto o crime o obrigar e porem o seu ssobcessor nam perdera por ysso ha dita capitania, governança, jurdiçam, rremdas e bems della como dito he.

§ Item, me praz e ey por bem que o dito Vasco Fernamdez e todos seus ssobcessores a que esta capitania e governança vier usem jmteiramente de toda ha jurdiçam, poder e allçada nesta doaçam comtheuda assy e da maneira que nella he declarado e pella comfiamça que delles tenho que goardaram nisso tudo ho que cumpre a serviço de deos e meu e bem do pouo e direito das partes, ey outrossy por bem e me apraz que nas terras da dita capitania nam entrem nem possa entrar em tempo allguum corregedor nem alçada nem outras allgumas justiças pera nellas usar de jurdiçam alguma per nem huuma vya nem modo que seja nem menos sera ho dito capitam ssospemso da dita capitania e governança e jurdiçam dela. E porem quando o dito capitam cair em allguum erro ou fizer cousa per que mereça e deua ser castigado eu ou meus ssobcessores o mamdaremos vyr a nos pera ser houvydo com sua justiça e lho ser dada aquella penna ou castigo que de direito por tal caso merecer. // (115).

§ Item, esta merce lhe faço como Rey e Senhor destes rregnos e assy como governador e perpetuum administrador que sam da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jehum Cristo, e per esta presemte carta dou poder e autoridade ao dito Vasco Fernamdez que elle per sy e per quem lhe aprouer possa tomar e tome a posse rreaall, corporall e autoall das terras da dita capitania e governança e das rremdas e bems della e de todas as mais cousas comtheudas nesta doaçam e use de tudo imteiramente como se nela comthem, a quall doaçam ey por bem quero e mamdo que se cumpra e goarde em todo e per todo com todas has crausulas, comdições e declarações nella comtheudas e declaradas sem mimgoa nem desfalecimemto allguum e pera todo o que dito he deroguo a ley memtall e quaisquer outras leix e ordenações, direito grosas e costumes que em contrairo disto aja ou possa aver per quallqer vya e modo que seja, posto que sejam tais que fosse necessario serem aqui expressas e declaradas de verbo a verbo sem embargo da ordenaçam do segumdo liuro titulo xxxix que diz que quando se as tais leix e direitos derogarem se faça expressa memçam dellas e da ssubstancia dellas, e per esta prometo ao dito Vasco Fernamdez e a todos os seus ssobcessores que numca em tempo allguum vaa nem comsemta hyr comtra esta minha doaçam em parte nem em todo, e rroguo e emcomemdo a todos meus ssobcessores que lha cumpram e mamdem cumprir e goardar e assy mamdo a todos meus corregedores, desembargadores, ouuidores, juizes, justiças, officiaes e pessoas de meus rregnos e senhorios que cumpram, goardem e façam cumprir e goardar esta minha carta de doaçam e todas as cousas nella comttheudas sem lhe nisso ser posto duuida embargo nem comtradiçam alguma porque assy he minha merce. E por firmeza de todo lhe mamdey dar esta carta per mym assynada e hassellaada de meu sello pemdemte de chumbo a qual he escrita em quatro folhas com esta do meu synall e sam todas assynadas ao pee de cada bamda per dom Miguel da Syllva bispo de Vyseu meu escrivam da poridade e do meu conselho. Manuell da Costa ha fez em Evora ao primeiro dia do mes de junho anno do nacimemto do Nosso Senhor Jehum Cristo de mill e quinhentos trimta e quatro - dizem as amtrelinhas: muito reall; demtro de xx anos do dia que ho capitam e governador tomar posse da dita terra poderaa - riscado d que dizem que tudo se fez por verdade: - posto que no decimo capitulo desta carta diga que faço doaçam e merce ao dio Vasco Fernamdez Coutinho de juro e d'erdade pera sempre da metade da dizema do pescado da Dita Capjtania ey por bem que a tal merce nam aja efeito nem tenha vigor algum porquamto se vio que nam podia aver a dita metade de dizema por ser da ordem e em satisfaçam dela me praz de lhe fazer como de facto por esta presemte faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera sempre doutra metade de dizema do mesmo pescado



que ordeney que se mais pagasse halem da dizema imteira segumdo he declarado no forall da dita capitania a qual metade de dizema do dito pescado o dito capitam e todos seus herdeiros e ssobcessores e quem a dita capitania vier averam e arrecadaram pera si no modo e maneira comtheudo no dito forall e segumdo fforma delle e esta postila passara pela chamcelaria e seraa rregystada ao pee do rregistro desta doaçam. Manuel da Costa a fez em Evora xxb dia de setembro de bcxxxiiij.

*Carta de doação da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho. (Chancelaria de D. João III. Livro VII, fls. 113-15. - Documento pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa, Portugal).*

Leitura de Deoclécio Leite de Macedo, professor de Paleografia do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, GB.



# I

## VASCO FERNANDES COUTINHO E O PRESENTE QUE EL-REI LHE DEU

**C**ARTA DE DOAÇÃO – LIMITES DA CAPITANIA – Em Évora, a primeiro de junho de 1534, D. João III após sua real assinatura à carta de doação a Vasco Fernandes Coutinho de cinqüenta léguas de terra sobre a costa do Brasil.

A demarcação geográfica da capitania, contida no documento, é um espelho dos conhecimentos e da atitude diplomática da Coroa em relação à possessão americana. Diz o diploma que as “cinqüenta léguas de terra se começarão na parte onde acabarem as cinqüenta léguas de que tenho feito mercê a Pero do Campo Tourinho e correrão para banda do sul tanto quanto couber nas ditas cinqüenta léguas entrando nesta capitania quaisquer ilhas que houver até dez léguas ao mar na frontaria e demarcação destas cinqüenta léguas ... as quais ... se entrarão e

serão de largo ao longo da costa e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar, e for de minha conquista”.<sup>1</sup>

No que respeita à testada marítima, nenhuma alusão a acidente físico que determinasse as raias do quinhão. Em profundidade, sertão a dentro, ia até a *linha de Tordesilhas*, limite convencionado entre Portugal e Espanha para as respectivas expansões territoriais.

Natural, naturalíssima, a ausência de dados certos e definidos. Eram decorridos apenas trinta e quatro anos do achamento da terra. Não teria sido possível às expedições portuguesas que visitaram os mares do Brasil fazerem um levantamento minucioso das setecentas e tantas léguas de costa,<sup>2</sup> lutando, a cada momento, com os audaciosos contrabandistas franceses.

Não se sabe qual o processo ou por que convenção se estabeleceu o rio Mucuri como o limite setentrional da capitania. O rio Itapemirim, ao sul, como contêrmino das terras de Vasco Coutinho e Pero de Góis, sabemos que foi objeto de negociações entre os interessados e de uma carta régia homologando o ajustado.<sup>3</sup>

**SUPERFÍCIE** – Segundo o cálculo de Varnhagen, a capitania assim delimitada teria, pouco mais ou menos, cinco mil e quinhentas léguas quadradas.<sup>4</sup> Rocha Pombo diz que, evidentemente, houve engano nessa avaliação, e oferece como superfície do lote nove mil léguas.<sup>5</sup> Simples jogo de algarismos, pois, em realidade, a estrema ocidental jamais alcançaria a metade do território doado.

**FORAL** – De acordo com os consagrados princípios do direito português,

1. *Carta de doação*, Nota I do capítulo II da Introdução deste livro.

– É curioso que texto assim tão claro desse margem a que o jurista FRANCISCO MENDES PIMENTEL afirmasse que sertão a dentro – no sentido leste-oeste – o território da capitania se reduzisse a cinquenta léguas de testada. Eis as palavras daquele ilustre cultor do direito: “a do Espírito Santo reverterá à Coroa, sem que os donatários tivessem, ao menos, tentado varar o sertão até as cinquenta léguas de fundo da primitiva concessão...” (Questão de Limites, 47).

No entanto, a carta régia é de uma clareza meridiana: “entrarão na mesma largura [cinquenta léguas] pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar, e for de minha conquista”.

2 - CAPISTRANO, *Capítulos*, 43.

3 - “Constava de cinquenta leguas de terras que principiavam ao sul da barra do Rio Mucuri e findavam ao sul do Rio Managé, o atual Itabapoana, mas depois do acordo feito com Pero de Góis [aos catorze de agosto de 1539], donatário da Capitania de São Tomé, que teve a confirmação régia em doze de março de 1543, ficou como limite o Baixo de Pargos, à margem do Rio Itapemirim, do lado do norte” (LAMEGO, *Terra Goitacá*, V, 370).

4 - VARNHAGEN, *HG*, I, 176.

5 - ROCHA POMBO, *HB*, III, 132.



Vasco Fernandes Coutinho

Brasão e fac-símile da assinatura de Vasco Fernandes Coutinho

ao diploma em que o soberano transferia elevados atributos majestáticos ao donatário, seguiu-se a concessão do foral,<sup>6</sup> em que eram fixados os direitos e deveres dos colonos frente à Coroa e ao capitão.

**PREPARATIVOS DE VIAGEM DO DONATÁRIO** – Munido dos dois estatutos fundamentais, Vasco Fernandes Coutinho pôde concluir a tarefa de aliciamento dos companheiros de aventura, desvencilhar-se das propriedades que possuía em Portugal e preparar a viagem para o senhorio que lhe coubera “pera todo sempre”, segundo rezava a carta.

**QUEM ERA VASCO FERNANDES COUTINHO – SUA FAMÍLIA** – Quase tudo se ignora sobre a infância e mocidade do fundador do atual Estado do Espírito Santo.<sup>7</sup> Sabe-se apenas que foram seus pais Jorge de Melo, o *Lágio*,<sup>8</sup> e D. Branca Coutinho.<sup>9</sup> A história guardou, também, os nomes dos seus irmãos: Martim Afonso de Melo Coutinho, Diogo de Melo Coutinho<sup>10</sup> e Manuel de Melo.<sup>11</sup>

Taunay o dá como “homem aparentado à melhor fidalguia portuguesa”,<sup>12</sup> e Varnhagen,<sup>13</sup> segundado por Pedro de Azevedo<sup>14</sup> – ambos apoiados pela carta de doação e outros instrumentos régios –, di-lo “fidalgo da casa real”.

6 - Dado em sete de outubro de 1534. Ver Nota I deste capítulo.

7 - “No ano de 1510 Vasco Fernandes Coutinho é referido como “homem bem mancebo”. Novo e forte e sem recear nada deste mundo: levantava um *mouro* do cavalo com a ponta da lança, atirava-o ao chão e matava o infiel. / Sob as ordens do grande Afonso de Albuquerque, Vasco Fernandes ajudou à conquista de Goa aos turcos. Em 1511 partiu como conquistador para o Extremo Oriente e fez frente a uma carga de elefantes na tomada de Malaca. / Comandou um navio da esquadra que Albuquerque deixou de vigia no estreito de Malaca, mas em 1514 encontramo-lo de novo na Índia. No ano imediato partiu com Albuquerque para Ormuz, no Golfo Pérsico, tomou parte na morte do guazil Ras Ahmede e trabalhou com outros fidalgos na construção da fortaleza. [...] Após cinco anos de serviço com Afonso de Albuquerque, não é provável que Vasco Fernandes pudesse continuar a servir sob o comando pouco estimulante do sucessor do grande Governador. Parece que o jovem Vasco voltou a Portugal em 1516, mas regressou à Índia em 1521, durante o governo de D. Duarte de Menezes. Dali acompanhou o irmão Martim Afonso de Melo Coutinho à China, onde encontraram Duarte Coelho navegando por aqueles mares, e juntos combateram contra os juncos chineses. / Quando Vasco Fernandes regressou a Portugal não se sabe ao certo, nem o que fez antes de 1529. Provavelmente esteve algum tempo numa das fortalezas de Marrocos. Os documentos dão-no como tendo servido não só no Oriente, mas também na África, e este parece ser o único intervalo de tempo em que tal serviço podia ter sido desempenhado” (SANCEAU, *Capitães*, 141-3). Essa obra de Elaine Sanceau, cuja 1.ª edição foi publicada em 1956, dedica um dos seus capítulos à biografia de Vasco Fernandes Coutinho. Não revela nada de novo sobre o tema.

8 - O VISCONDE DE LAGOA escreve *Lages (Grandes e Humildes*, II, 162 e 174).

9 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, V, 369.

10 - SOUSA, *Anais*, I, 133.

11 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 200.

12 - TAUNAY, *Hist. Bandeiras*, V, 247.

– “Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo de igual valor e nobreza, dos mais ilustres e antigos solares de Portugal” (VASCONCELOS, *Crônica*, I, 58).

13 - VARNHAGEN, *HG*, I, 170.

14 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 200.

**FOLHA DE SERVIÇOS MILITARES** – Sob o comando de Afonso de Albuquerque, serviu em Goa, em Malaca e na China.<sup>15</sup> Cumpria o destino da quase totalidade dos jovens portugueses do seu tempo.

Aliás, é o próprio soberano quem lhe atesta os méritos militares quando, na introdução da carta de doação, diz: “Esguardando eu aos muitos serviços que Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo de minha casa e El-Rei meu Senhor e pai que santa glória haja e a mim tem feito assim nestes reinos como em África e nas partes da Índia onde serviu em muitas cousas que se nas ditas partes fizeram, nas quaes deu sempre de si mui boa conta...”<sup>16</sup>

Um rei não poderia ir além destas palavras consagradoras.

**HAVERES E PROPRIEDADES TERRITORIAIS** – O pecúlio reunido durante a quadra em que viveu nas terras e mares da especiaria, possivelmente avolumado pelos saques e comércio – que soldados e príncipes praticavam – permitiu a Vasco Coutinho a aquisição de uma quinta em Alenquer.<sup>17</sup>

Pedro de Azevedo, autor do melhor esboço biográfico do donatário, não conseguiu determinar o local exato em que assentava a propriedade, confessando não ter encontrado a escritura de compra. Baseia suas afirmações em um alvará<sup>18</sup> que o nosso Visconde de Porto Seguro conheceu, por certo, pois refere-se à quinta de Alenquer em sua *História Geral*.<sup>19</sup>

**CASAMENTO – DESCENDÊNCIA – OUTRAS PROPRIEDADES** – É de presumir-se que o casamento com D. Maria do Campo<sup>20</sup> se tenha realizado após as aventuras em África e Ásia, quando, rico e renomado, podia, despreocupadamente, se dedicar à vida doméstica. Desse consórcio nasceram dois filhos: Jorge de Melo e Martim Afonso de Melo,<sup>21</sup> que não sobreviveram ao pai.<sup>22</sup>

15 - “...desde o ano de 1521 até o de 152(?), que voltou para o Reino”, informa JABOATAM (*Orbe Seráfico*, I, 73).

16 - *Carta de doação*, nota I do capítulo II da Introdução deste livro.

17 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 200.

18 - “Eu el-Rey mando a vós, juiz, vereadores e oficiais da villa dAlemquer que nom constringaes Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo da mynha casa pelos 28.000 reaes que he obrigado pagar de sysa de hũa quinta que comprou no termo da dita vila por quanto lhe faço deles quitaçam. E este dares em pagamento ao almoxarifé ou recebedor do dito almoxarifado de que lhe fordes obrigados pagar ao quall mando que volo tome em pagamento e aos contadores que lhos levem em conta sendo sobre ele postos em receita. Domyngos de Paiva o fez em Lisboa a 1 de dezembro de 1529. Eu Damiam o fiz escrever - Rey” (*Corpo Cronológico*, I, 53, 29, *apud* P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 200).

19 - VARNHAGEN, HG, I, 216.

20 - Filha de André do Campo, senhor da Erra, e de D. Maria de Azevedo (LAMEGO, *Terra Goitacá*, V, 370).

21 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 202.

22 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, V, 370.

No estudo que Pedro de Azevedo dedicou a Vasco Coutinho, encontramos alusão, também, a propriedades em Santarém. Uma delas, “um prédio de casas”, foi vendida ao hospital local.<sup>23</sup> Segundo o mesmo autor, a transação antecedeu a compra da quinta de Alenquer.

Coutinho devia pertencer, pois, à classe média da sociedade portuguesa da época.<sup>24</sup> Tinha o suficiente para uma existência folgada.

**VASCO COUTINHO E A CAPITANIA** – Por falta de documentação, as mais variadas hipóteses são aventadas sobre os motivos que induziram o ex-soldado de Afonso de Albuquerque a aceitar do monarca uma capitania no Brasil.

A experiência do Oriente não lhe deixaria ilusões sobre uma vida melhor fora da Europa. Seria a vaidade de se tornar o potentado de um país de extensão superior à de Portugal?<sup>25</sup> Ou o sangue aventureiro que, inconformado com a quietação da aldeia, reclamava novas façanhas?

**PRIMEIROS SACRIFÍCIOS DO DONATÁRIO: A VENDA DAS PROPRIEDADES** – Para prover às despesas com a aquisição de instrumentos, armas e utilidades indispensáveis à instalação na terra brasileira, Coutinho vendeu a quinta de Alenquer à Real Fazenda.<sup>26</sup> Apoiado, possivelmente, no que afirma Duarte de Lemos na sua carta de catorze de julho de 1550,<sup>27</sup> Varnhagen escreveu que, também, “contraíu alguns empréstimos”.<sup>28</sup>

Sabe-se, ainda, que renunciou à tença de trinta mil reais que percebia do Erário<sup>29</sup> em troca de provisões e um navio. É o que está registrado no alvará de

23 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 200.

24 - “...muitos mil cruzados que trouxe da Índia, e muito patrimônio que tinha em Portugal” (VICENTE DO SALVADOR, *Hist. Brasil*, 96).

25 - “Espanta a audácia destes homens, destes pequenos reis de tragédia, que deixam a pátria e a família, que alienam os bens, que se endividam e arruinam na temerária empresa de colonizar uma terra longínqua, habitada por canibais, onde tudo é incerto, a começar pela riqueza. De certo, as honras inerentes ao donatário, a sua quase autonomia realenga, as suas prerrogativas já anacrônicas, deviam exercer sobre o orgulho humano fascinação imperiosa. Só assim se entende que um homem nas condições de Vasco Fernandes Coutinho, que já entrara na idade madura e cujas energias deviam estar semigastas pelos trabalhos da sua anterior vida militar, passada na África e na Índia, se abalançasse a trocar pelos perigos e as conseiras de tam difícil e incerta empresa uma posição honradamente ganha” (MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 242).

26 - “A quinta de Alenquer foi certamente vendida nessa ocasião, mas sem que o documento aqui transcrito e já do conhecimento de Varnhagen mencione essa venda, como pretendeu inadvertidamente o eminente historiador” (P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 200).

27 - Ver foot-note n.º 31, do capítulo IV.

28 - VARNHAGEN, *HG*, I, 216.

29 - “... a tença com que fora galardoado pelos assinalados serviços no Oriente” (MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 242).



catorze de junho de 1534. Anotações feitas ao pé e no dorso do documento informam que Coutinho *ouve em Diogo Lopes de Calheyros almoxarife do almazem do Reyno utilidades no valor de 10.320 reais; de Joam Diaz Porcalho, almoxarife darmaria, 22.350 reais que valeram as armas; a caravela Grorya e cousas que se derão com ela foram avaliadas em ..... reais.*<sup>30</sup>

**OS PIONEIROS – ALGUNS NOMES – NÚMERO – PARTIDA DO TEJO** – Sobre o grupo de pessoas que embarcaram com Fernandes Coutinho para “conquistar e povoar”<sup>31</sup> a capitania, são escassas as notícias. Os mais abalizados autores registram mais ou menos sessenta, aí incluídos “dois fidalgos de elevada nobreza”:<sup>32</sup> D. Jorge de Menezes,<sup>33</sup> “o das proezas nas Molucas e do descobrimento da Nova

---

30 - “*Alvará régio de cedência de um navio e munições a Vasco Fernandes Coutinho em troca de uma tença de trinta mil reais (catorze de junho de 1534)* – Eu el Rey faço saber a vós Pedro Afonso dAguiar fidalgo de minha casa e provedor dos meus almazens que Vasco Fernandez Coutinho fidalgo de minha casa ha daver de mym dozentos e cincoenta e cinco mill reaes que montarom nos trinta mil reaes de tença em cada htu anno que de mim tinha em quanto minha merce fose que lhe comprey a rezam de oyto mill e quinhentos reaes por milheiro e por quanto o dito Vasco Fernandez me dise que tinha necesydade de hum navyo monições e outras cousas das que ouvesse pera mym nesas almazens e pera a terra do Brasil de que lhe tinha feito merce me pedio por suas avaliações pelos preços que me custarão lhe mandase dar o dito navio e monições e dese comta da dita comtia o que ey por bem pelo que vos mando que lhe façais dar o dito navio e cousas outras que vos diser que he mester das que ouver nos ditos almazens per suas avaliações pelo que pera mim custarem atee a dita comtia dos ditos dozentos e cincoenta e cinco mil reaes e por este mandado ou o trelado delle e seus conhecimentos e vosa certidam do que lhe for dado mando que seja levado em conta ao official sobre que for carregado. Cosme Anes o fez em Evora xxbij dias de junho de mil bCxxxiiij.º E este nam pasara pela chancelaria. Os quais xxx mil fyquam riscados em verba posto que os nam ha daver por lhes asy comprar e o padrão se rompeo. – Rey. – Pera Pedro dAguiar que V. A. ha por bem que se dee htu navio dos de V. A. e das monições e cousas outras que ouver no almazem que ouver mister Vasco Fernandez Coutinho pera levar ao Brasil ... dia de ijClb mil reaes per que lhe comprou os xxx mil reaes de tença que ... por suas avaliações pelos preços que V. A. custão ... e o padrão se rompeo.

Dos duzentos e cincoenta e cinco mil reaes conteudos neste alvará de sua Alteza atraz sam descontados dez mil e trezentos e vinte reaes que valerão as cousas que Vasco Fernandez Coutinho ouve em Diogo Lopez de Calheyros almoxarife do almazem do Reyno o qual almoxarife tem minha provisão pera lhe as ditas cousas serem levadas em conta com ho trelado do alvará de Sua Alteza na qual provisão vay deccarado este desconto oje catorze dias doutubro de 1534 e Asy lhe sam mays descontados 22350 reaes que valeram as armas que o dito Vasco Fernandez ouve em Joan Diaz Porcalho almoxarife darmaria o quoyal tem minha provisão pola dita maneyra. oje catorze dias do dito mes e era. – Pedro Afonso dAguiar.

– *No dorso: Valeo a caravela Grorya e cousas que se derão com ela a Vasco Fernandez Coutinho lxxxiiij mill iijClxxxiiij reaes que ouver em Bastião Gonçalvez segundo se mostra per asentos de livros per suas avaliações.*” (*Arquivo da Torre do Tombo, Corpo Cronológico*, I, 53, 29. O documento está lacerado. Apud MALHEIRO, *Regimen Feudal* [Apêndice], 264).

31 - VICENTE DO SALVADOR, *Hist. Brasil*, 95.

32 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 201.

– VICENTE DO SALVADOR fala de “outros fidalgos”. *Hist. Brasil*, 95.

33 - VARNHAGEN, HG, I, 217.

– BASÍLIO DE MAGALHÃES atribui a D. Jorge de Menezes a descoberta da Nova Guiné, em 1526 (*Hist. do Comércio*, 154, nota).

Guiné”,<sup>34</sup> e D. Simão de Castelo-Branco.<sup>35</sup> – Ambos, “por mandado de S. A., iam cumprir suas penitências a estas partes”.<sup>36</sup> Degredados é que eles eram.

Não obstante frei Vicente do Salvador referir-se a “uma grande frota”,<sup>37</sup> no que é secundado por Gabriel Soares, que afirma ter o donatário ordenado “à sua custa uma frota de navios”,<sup>38</sup> o mais razoável é admitir a expedição limitada

---

– Referindo-se a esse companheiro de Continho, escreveu CARLOS MALHEIRO DIAS: “turbulento D. Jorge de Menezes, celebrado pela sua intrepidez no ataque ao Samorim de Calecute, e que o vice-rei D. Nuno da Cunha castigara pelos desvarios cometidos nas Molucas, mandando-o algemado para Lisboa, de onde D. João III o deportou para o Brasil” (*Regimen Feudal*, 243).

34 - “Segundo os linhagistas,\* D. Jorge de Menezes era filho bastardo de D. Rodrigo de Menezes, filho segundo de D. João de Menezes e de D. Leonor da Silva. D. Rodrigo foi comendador de Grândola, guarda-mor do príncipe D. Afonso, filho de el-rei D. João II e mordomo-mor da rainha D. Leonor. Casou três vezes e teve bastardos. Um destes bastardos é o referido D. Jorge, capitão de Moluco, que foi degredado para o Brasil por matar a Gaspar Pereira, capitão da mesma fortaleza, onde morreu sem casar. Teve bastarda D. Inês, freira da Anunciada de Lisboa.

Os historiadores referem-se com horror a D. Jorge de Menezes, como se houvesse sido um monstro de perversidade, mas o fato é que o seu único crime foi o apontado, não havendo base para outras acusações; e esse crime resgatou-o morrendo na guerra com os índios revoltados” (P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 201).

\* Rangel de Macedo, cód. 387 da *Pombalina*, fl. 182 v. (apud P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 201).

35 - Não obstante apontar D. Simão de Castelo-Branco como fidalgo de elevada nobreza, PEDRO DE AZEVEDO escreveu: “esse nem sequer os nobiliários citam, apesar de não ser fácil omitir-se neles algum nome dos depositários do título de *dom*, que representa o mais elevado grau de nobreza portuguesa, sendo outrora castigado severamente quem o usasse indevidamente”.

RANGEL DE MACEDO\*\* aponta nos seguintes termos um cavaleiro assim chamado por esse tempo: “D. Simão de Castelo-Branco, filho segundo dêste D. Pedro de Castelo-Branco, serviu em Azamor com cavalos e criados à sua custa donde veyo desgostoso com El-Rey, D. João o 3.º por cuja causa se foy para Castella e se achou com o Emperador Carlos 5.º na conquista de Tunes e na jornada e naufrágio da Armada de Argel. Casou com D. Maria de Menezes, filha de Manuel de Noronha da Câmara e de sua primeira mulher D. Brites de Menezes.

É, pois, mais provável que o companheiro de D. Jorge de Menezes, que foi morto pelos índios em seguida a esse fidalgo, fosse apenas um obscuro, Simão de Castelo Branco” (P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 201) .

– ROCHA POMBO di-lo “companheiro de troça de Jorge de Menezes” (*HB*, III, 225).

\*\* Cod. 369 da *Pombalina*, fl. 162 v. (apud P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 201).

36 - SOARES, *Notícia*, I, 171.

37 - *Hist. Brasil*, 95.

38 - SOARES, *Notícia*, I, 171.

– “Fez em Lisboa huma boa Armada á sua custa” (VASCONCELOS, *Crônica*, I, 58).

– “No ano de 1525 (sic) sahio da Corte a tomar posse della, com huma Esquadra de Navios á sua custa” (JABOATAM, *Orbe Seráfico*, I, 73).

a uma caravela – a *Grorya*. Nela embarcaram, no porto de Lisboa, em princípios de 1535,<sup>39</sup> Vasco Fernandes Coutinho e sua gente.

Em que pese a autoridade de alguns historiadores,<sup>40</sup> é duvidosa a presença da família do chefe da expedição na comitiva. Não é conhecida uma alusão que seja à legítima esposa do donatário na crônica da capitania. Ao contrário, tudo leva a crer que é Ana Vaz quem a substituirá, dando a Vasco Fernandes Coutinho um filho bastardo, herdeiro do nome paterno e, legitimado, seu sucessor na donataria.

Ignorados o dia e o mês exatos da partida das margens do Tejo, tudo se desconhece também sobre o curso da viagem, embora Rocha Pombo, interpretando elasticamente uma passagem de Simão de Vasconcelos,<sup>41</sup> insinue: “tinha naturalmente [o navio de Coutinho] tomado, em alguma das Capitánias do Norte, gente prática da costa”.<sup>42</sup>

---

39 - ROCHA POMBO, *HB*, III, 224.

40 - RUBIM diz: “embarcou com sua família” (*Memórias*, 201).

- ROCHA POMBO repete: “partiu de Lisboa com sua família” (*HB*, III, 224).

41 - “Chegou a salvamento a esta costa do Brasil, onde por informações (ao que parece) dos que havião demarcado a terra, forão em demanda do porto, que hoje chamamos do Espirito santo” (VASCONCELOS, *Crônica*, I, 58).

42 - ROCHA POMBO, *HB*, III, 225.

I  
(p. 26)CADERNO DOS OFÍCIOS PADRÕES E DOAÇÕES COMEÇADO NA CIDADE  
D'ÉVORA AOS VINTE E DOUS DIAS D'OUTUBRO DE BCXXXIIIIJ

*Fforal da capitania das L. legoas de costa no  
Brasil de Vasco Fernamdes Coutinho*

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta vyrem ffaço saber que eu fyz ora doaçam e mercê a Vasco Fernamdez Coutinho ffidalguo de minha casa da capitania de cimquoemta legoas de terra na minha costa do brasyl pera ele e todos seus ffilhos, netos e herdeiros e sobcessorerer [sic] de juro e d'erdade pera sempre segumdo mais imteiramente he comtheudo e declarado na Carta de doaçam que da dita terra lhe tenho pasada e por ser muito necessario haver hy fforal dos ditos fforos e tributos e cousas que se na dita terra ham de pagar assy do que a mym e à coroa de meus rreinos pertemce como do que pertemce ao dito capitam por bem da dita sua doaçam. Eu avemdo respeyto ha qualidade da dita terra e a se hora novamemte hyr morar e pouoar e aprouear e porque se ysto milhor e mais cedo faça ssemtyndo-o assy por serujço de deos e meu e bem do dito capitam e moradores da dita terra e por folgar de lhes ffazer mercê houve por bem de mandar hordenar e ffazer o dito fforal na forma e maneira segujmte. § Item. Pirmeiramente o capitam da dita Capitania e seus sobcessores daraam e rrepartiram todas as terras dela de sesmaria a quaisquer pessoas de qualquer calidade e comdiçam que sejam comtamto que sejam cristãos lvyemente sem fforo nem tributo algum soomemte o dizemo que seram obrigados de pagar ha Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jehum X.º de todo o que nas ditas terras ouver as quais sesmarias daram da forma e maneira que se comthem em minhas Ordenações e nam poderam tomaar terra alguma de ssesmaria pera sy nem pera sua molher, nem pera o ffilho herdeiro da dita capitania e, porém, podê-la-ham daar aos outros filhos se hos teuer que nam forem herdeiros da dita capitania e assi aos seus parentes como se em ssua doaçam comthem. E se algum dos filhos que nam fforem herdeyros da dita capitania ou qualquer outra pessoa teuer alguma sesmaria per qualquer maneira que ha tenha e vyer ha herdar ha dita capitania seraa obrigado do dia que nela ssobceder a hum ano primeiro segujmte de a largar e trespassar a tall sesmaria em outra pessoa e nam ha traspassamdo no dito tempo perderaa pera mjm a dita sesmaria

com mais outro tanto preço quanto ela valer e per esta mamdo ao meu feytor ou almoxarife que na dita Capitania por mym estiuier que em tal caso lamce logo mão pela dita terra pera mym e a ffaça assentar no liuro dos meus propios e faça eixecuçam pela valia dela e nam ho fazemdo assy, ey por bem que perca seu officio e me pague de sua fazemda outro tanto quanto momtar na valia da dita terra. § Item. Avemdo nas terras da dita capitania costa mares rrios e bahyas dela qualquer sorte de pedraria perlas, aljoffar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou outra qualquer sorte de metal pagar-se-ha a mym o quimto do qual quimto averaa o capitam ssua dizema como se comthem em sua doaçam e ser-lhe-ha emtregue a parte que lhe na dita dizema momtar ao tempo que se ho dito quimto per meus officiaes pera mym arrecadar. § Item. O pao de brasyl da dita capitania e asi qualquer espiciaria ou dogroarya de qualquer qualidade que seja que nela ouver pertemceraa a mym e seraa tudo sempre meu e de meus sobcessores sem o dito capitam nem outra alguma pessoa poder tratar nas ditas cousas nem em allguma delas laa na terra nem as poderam vemder nem tirar pera meus rregnos e senhorios nem pera fora delles sob pena de quem ho contrairo fizer perder por yso toda sua fazemda pera a coroa do rreyno e ser degradado pera a Ilha de Sam Tomé pera sempre e porem quanto ao brasyl ey por bem que ho dito capitam e assy os moradores da dita capitania se possam aproveitar dele no que lhes hy na terra foor necessario nam semdo em ho queimaar porque queimamdo-o emcorreram nas sobreditas penas. § Item. De todo pescado que se na dita capitania pescar nam semdo a cana se pagaraa a dizema à ordem que he de dez peixes hum e alem da dita dizema ey por bem que se pague mais meia dizema que he de xx pexes huum a qual meia dizema o capitam da dita capitania averaa e arrecadaraa pera sy porquanto lhe tenho dela feyto merce. § Item. Queremdo o dito capytam e moradores e pouoadores da dita capitania trazer ou mamdaar trazer per si ou per outrem a meus rregnos ou senhorios quaisquer sortes de mercadorias que na dita terra e partes dela ouver tiramdo escrauos e as outras cousas que atrás sam defesas pode-lo-ham fazer e serem rrecolhidos e agasalhados em quaisquer portos, cidades, vilas, ou lugares dos ditos meus rregnos e senhorios em que vierem apartar e nam serem costramgydos pera descarregar suas mercadorias nem as vemder em algum dos ditos portos, cidades vilas, contra suas vomtades se pera outras partes amtes quizerem hyr fazer seus proveitos e seremdo-as vemder nos ditos lugares de meus rregnos ou senhorios nam pagaram delas direitos allguns somemte a sysa do que vemderem posto que pelos forais rregimentos ou costumes dos tais lugares ffossem obrigados a pagar outros direitos ou tributos e poderam os sobreditos vemder suas mercadorias a quem quizerem e leua-las pera fora do rreino se lhes bem vyer sem embargo dos ditos forais rregimentos ou costumes que em contrairo aja. § Item. Todos os navios de meus rregnos e senhorios que ha dita terra forem com mercadorias de que já caa tenham pagos os direitos em minhas alfamdegas e mostrarem disso certidam dos meus officiaes delas nam pagaram na dita terra do brasyl direito algum e se laa carregarem mercadorias da terra pera ffora do rregno pagaram da saida dizema a mym da qual dizema o capitam averaa sua rredizema como se comthem em sua doaçam e porem trazemdo estas mercadorias pera meus rreinos ou senhorios nam pagaram da sayda cousa alguma e estes que trouxeram as ditas mercadorias pera meus rregnos ou senhorios serem obrigados demtro de hum ano levar ou emviar ha dita capitania certidam dos officiaes de minhas allfamdegas do lugar homde descarregarem de como assy descarregaram em meu rregnos e as calidades das mercadorias que descarregaram e quamtas heram e nam mostramdo ha dita certidam demtro no dito tempo pagaram ha dizema das ditas mercadorias ou daquela parte delas que nos ditos meus rreinos ou senhorios nam descarregaram assy e da maneira que ham de pagar a dita dizema na dita capitania se carregarem pera fora do rregno e se foor pessoa que nam aja de tornar ha dita capitania daraa laa fiamça ao quimto na dita dizema pera demtro no dito tempo de hum ano mamdar certidam de como veo descarregar em meus rregnos ou senhorios e nam mostramdo a dita

certidam no dito tempo se arrecadaraa e averaa pera mym a dita dizema pela dita fiamça. § Item. Quaisquer pessoas estrangeiras que nam // (187v.) forem naturais de meus rreinos ou senhorios que a dita terra leuarem ou mamdarem leuar quaisquer mercadorias posto que has levem de meus rregnos ou senhorios e que caa tenham pago dizema pagaram laa da emtrada dizema a mjm das mercadarias que assy leuarem e carregamdo na dita capitania mercadorias da terra pera fora pagaram assy mesmo dizema da sayda das tais mercadorias das quais dizemas o capitam averaa sua rredizema segumdo se comthem em sua doaçam e ser-lhe-haa a dita rredizema entregue per meus officiaes ao tempo que se as ditas dizemas pera mym arrecadarem. § Item. De mantimentos, armas, artelheria, poluora, salitre, emxoffre, chumbo e quaisquer outras cousas de munuçam de guerra que ha dita capitania leuarem ou mamdarem leuar o capitam e moradores della ou quaisquer outras pessoas assy naturais como estrangeiros ey por bem que se nam paguem direitos allgums e que os ssobreditos possam liuremente vemder todas as ditas cousas e cada huma delas na dita capitania ao capitam e moradores, pouoadores dela que forem cristaãos e meus ssubditos. § Item. Todas as pessoas assy de meus rregnos e senhorios como de ffora deles que ha dita capitania forem nam poderam tratar nem comprar nem vemder cousa alguma com os gemtios da terra e trataram somente com ho capitam e pouoadores della compramdo e vemdemdo e rresgatamdo com eles todo o que poder aver e quem o comtraio fizer, ey por bem que perca em dobro toda a mercadoria e cousas que com os ditos gimtios comtratarem de que seraa a terça parte pera minha camara e outra terça parte pera quem os acusar e a outra terça parte pera o espiritall que na dita terra ouver e nam avemdo hy seraa pera ha fabrica da Igreja della. § Item. Quaisquer pessoas que na dita capitania carregarem seus navios serem obrigados amtes que comecem a carregar e amtes que sayam fora da dita capitania de ho fazerem saber ao capitam dela pera prover e ver que se nam tirem mercadorias defesas nem partiram assy mesmo da dita capitania sem licemça do dito capitam e nam ho fazemdo assy ou partimdo sem ha dita licemça perder-se-am em dobro pera mym todas as mercadorias que carregarem posto que nam sejam defesas e esto porem se emtemderaa emquamto na dita capitania nam ouver ffeytor ou officiall meu deputado pera yssso porque havemdo-o ahy a ele se faraa saber o que dito he e a ele pertemcera fazer a dita diligemcia e daar as ditas licemças. § Item. O capitam da dita capitania e os moradores e pouoadores della poderam liuremente tratar, comprar, vemder suas mercadorias com os capitães das outras capytanias que tenho providos na dita costa do brasil e com os moradores e pouoadores delas, scilicet, de humas capitancias pera as outras, das quais mercadorias e compras e vemdas delas nam pagaram huums nem outros direitos allgums. § Item. Todo vizinho e morador que vyver na dita capitania e for feytor ou tiver companhia com alguma pessoa que vyua fora de meus rregnos ou senhorios nam poderaa tratar com os brasys da terra posto que sejam cristaãos e tratamdo com elles ey por bem que perca toda a fazemda com que tratar da quall seraa hum terço pera quem o acusar e os dous terços pera as obras dos muros da dita capitania. § Item. Os allcaides mores da dita capitania e das vilas e pouoações della averam e arrecadaram per sy todos os foros direitos e tributos que em meus rregnos e senhorios per bem de minhas ordenações pertemcem e sam comcedidos aos alcaides moores. § Item. Nos rrios da dita capitania em que houver necessidade de por barcas pera a passagem deles o capitam as poraa e leuaraa delas aquele tributo que laa em camara for taixado que leue semdo comfirmado per mjm. § Item. Cada hum dos tabaliães do puprico e judiciall que nas vilas e pouoações da dita capitania ouver seraa obrigado de pagar ao dito capitam qujnhemtos reais de pensam em cada hum ano. § Item. Os pouoadores, moradores e pouo da dita capitania serem obrigados em tempo de guerra de servyr nela com ho capitam se lhe necessario foor. § Notificoo assy ao capitam da dita capitania que hora he e ao diamte for e a meu feytor, almoxarife e officiais dela e aos Juizes e justiças da dita capitania e a todas as outras justiças, officiaes de meus rregnos e

senhorios assy da justiça como da fazemda e mamdo a todos em jerall e a cada hum em espiçial que cumpram e goardem e façam imteiramente comprir e goardar esta minha carta de forall assy e da maneira que se nela comthem. sem lhe nisso ser posto duujda nem embargo algum porque assy he minha mercee e por fyrmeza dello mamdey passar esta carta per mim assynada e asselaada de meu sello pemdente a qual mamdo que se rregyste no liuro dos registos da minha alfamdega de Lisboa e assy nos liuros da minha feytoria da dita capitania e pela mesma maneira se rregistara nos liuros das camaras das vylas e pouoações da dita capitania pera que a todos seja notorio o comtheudo neste foral e se cumpra inteiramente. Dada em a cidade d'Évora aos bij dias do mes d'outubro anno do nacimiento de Nosso Senhor Jehum Cristo de mbcxxxiiij. Pero da Mizquita a fez

*Carta de foral da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho.*

(Chancelaria de D. João III. Livro VII, fls. 187-187v. - Documento pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa, Portugal).

Leitura de Deoclécio Leite de Macedo, professor de Paleografia do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, GB.



B

E

C

D

F

Fig. 1a

H



# II

## OS PIONEIROS INICIAM A OBRA

**C**HEGADA E RECEPÇÃO – A vinte e três de maio de 1535, oitava de Pentecostes (domingo), a caravela de Vasco Fernandes Coutinho aportou à sua capitania, aprofundando em uns terrenos baixos, ao fundo de uma enseada,<sup>1</sup> bem junto ao monte Moreno, à esquerda da entrada da baía – que julgaram ser um rio.<sup>2</sup>

O primeiro contato com a terra revelou os tropeços que aguardavam aquele pugilo de aventureiros: os índios preparavam uma recepção nada cordial. Postando-se armados em grupos na praia, mostravam-se dispostos a impedir o desembarque. Alguns disparos das peças de bordo, porém, anularam a pretensão, afugentando-os para a floresta.

---

1 - 20° 19' 48" de latitude sul e 40° 17' 40" de longitude a oeste de Greenwich (IBGE, *Anuário*, 27).

2- LAMEGO, *Terra Goitacá*, V, 370.

**BATISMO DA TERRA – PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES** – Como tudo tivesse ocorrido no dia pela Igreja dedicado à terceira pessoa da Santíssima Trindade, ao rio e à vila logo iniciada foi dado o nome de Espírito Santo,<sup>3</sup> depois estendido a toda a capitania.

A atitude hostil dos habitantes da terra aconselhava a construção imediata de obras de defesa. Foi, naturalmente, o que se fez, rezam as crônicas. Fortificações contra as acometidas da terra, das florestas vizinhas, levantadas com o material mais acessível e que propiciava, também, construção mais rápida – a madeira. Seria uma paliçada contornando a faixa de praia, onde levantaram-se os primeiros casebres da exígua população.

Basílio Daemon arrola, entre as construções iniciais, “um forte no lugar onde hoje [1879] se acha a Fortaleza de Piratininga”.<sup>4</sup> Parece mais razoável admitir que a cerca externa, de mais rápida execução, constituiu a obra de defesa do primeiro instante. O forte veio depois. Teria estrutura mais custosa e se destinaria à defesa contra os corsários, que, durante séculos, serão perigo constante.

**CASAS PARA MORAR E PARA REZAR** – Somariam, no máximo, trinta as edificações necessárias aos pioneiros. A hipótese é otimista desde que, à falta de outros dados, sejam aceitos os oferecidos pelos cronistas – mais ou menos sessenta pessoas compunham a expedição transportada pela *Grorya*.

Portugueses, portanto filhos fervorosos da Igreja de Cristo, foi à capela que, por certo, dedicaram o melhor de sua arte rústica. Consagrada a Nossa Senhora do Rosário,<sup>5</sup> era pequena e situada “próxima à praia e no fim da mesma, pouco mais ou menos no lugar hoje denominado Rua de São João”, informa Daemon.<sup>6</sup> A sua pedra d’ara recorda às gerações o milésimo de fundação da mais antiga freguesia do sul do Brasil:<sup>7</sup> 1535. Lá está, também, em uma das capas, como a lembrar a origem nobre, o nome: Lisboa.<sup>8</sup> A devoção exigia algo mais que um simples granito da terra dos bugres...

---

3 - “... para que o pensamento religioso estivesse sempre presente aos colonos”, frisa o precioso RUBIM (*Memórias*, 202).

4 - Prov. ES, 55. Também RUBIM faz referência à construção de “um forte de madeira para sua defesa” (*Memórias*, 202). Insistimos, porém, na hipótese que formulamos no texto. No local da antiga Fortaleza levanta-se hoje o Quartel do 3.º B. C.

5 - PIZARRO, *Memórias*, II, 9; MARQUES, *Dicion ES*, 93.

6 - Prov. ES, 55. Aquele logradouro denomina-se, atualmente, Av. Luciano das Neves.

7 - FREIRE, *Capitania*, 8.

8 - FREIRE, *Capitania*, 100-l.

**DIVISÃO DAS TERRAS – ALGUNS AQUINHADOS** – Ao mesmo tempo em que eram tomadas as providências preliminares de instalação, Vasco Fernandes Coutinho exercia um dos poderes conferidos pelo soberano na carta de doação – “dar e repartir todas as ditas terras de sesmarias a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam”.

Desapareceram os registros das primeiras cessões de terras, mas, pelo menos das ilhas situadas na baía,<sup>9</sup> se conhecem os nomes dos aquinhados.<sup>10</sup> Assim é que a primeira junto à barra – atual ilha do Boi – foi distribuída a D. Jorge de Menezes; a imediata – hoje ilha dos Frades – a Valentim Nunes.<sup>11</sup> Ambas, por muitos anos, conhecidas pelos nomes dos seus proprietários. Gabriel Soares de Sousa, meio século depois, descrevendo o litoral da capitania, dirá: “A primeira ilha, que está nesta barra, se chama de D. Jorge, e mais para dentro está outra, que se diz de Valentim Nunes”.<sup>12</sup>

Para ele, donatário, de acordo ainda com a carta de doação, separou um trato de terra onde construiu um engenho e foi residir.<sup>13</sup> Vale acentuar que era prerrogativa sua e dos seus sucessores a exclusividade de fazer e possuir

9 - O seu nome atual é baía de Vitória.

10 - DAEMON, no seu livro tão farto de informações, mas, infelizmente, incompleto, pois que lhe faltam as indicações das fontes onde se instruiu, referindo-se a 1539, diz: “Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira em as terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido em o município de Itapemirim, em o lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se via ruínas de antiga povoação. Alguns cronistas querem que fosse esse estabelecimento perto das margens do rio Itabapoana, mas outros o dão a cinco léguas da donataria de Pero de Góis” (*Prov. ES*, 59).

– “Não obstante as inquietações que produziam os índios, mas anteriormente à grande sublevação, foi em sete de outubro de 1541 concedida uma sesmaria a Braz Teles de Menezes, cavaleiro da casa do infante D. Luís, a Francisco Sernige e a Diogo Fernandes” (*Chancelaria de D. João III*, liv. 47, fl. 1, *apud* P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 203).

11 - Valentim Nunes seria mesmo dos primeiros aquinhados? A dúvida surge à vista de registro constante do *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro* (*Anais da BN*, vol. 82, p. 9). Trata-se de assentamento aposto em provisão datada de Almeirim, a seis de janeiro de 1576. Mencionado assentamento não está datado, mas, obviamente, é posterior à expedição daquele diploma. E reza: “Registado no L.º do Registro de Valentim Nunes, almox.e nesta Cap.ta do Spu. Sancto à fol. 98, digo, na Volta de 98, à fol. 99 per mim scrivão Gaspar de Bouro”.

12 - SOARES, *Notícia*, I, 168.

13 - “Vasco Fernandes Coutinho ordenou ainda a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir no lugar conhecido hoje por Sítio Ribeiro, pertencente ao Sr. Paulino. No local ainda se vêem derrocados paredões, restos de alicerces e paredes em ruínas, tudo disseminado; ali residiu também Vasco Fernandes, filho, e D. Grinalda, que fizeram diversas doações. Mais tarde pertenceu à família Freitas, dizendo a crônica que os padres jesuítas dela também foram senhores, e que em escavações feitas ali ou em trabalhos de agricultura se têm encontrado dinheiro e objetos antigos” (DAEMON, *Prov. ES*, 55-6).

“moendas de agua, marinhas de sal, e quaesquer outros engenhos, de qualquer qualidade que sejam, que na dita capitania e governança se puderem fazer”, acrescentando o diploma que “pessoa alguma não possa fazer as ditas moendas, marinhas, nem engenhos sinão o dito Capitão e Governador, ou aqueles a quem elle para isso der licença”.<sup>14</sup>

**INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DA COROA** – No rol das providências dos primeiros dias cabe citar a instalação dos serviços que pertenciam ao poder real: almoxarifado e feitoria, com seus escrivães, incumbidos de arrecadar as rendas da Coroa.<sup>15</sup> Sebastião Lopes, “escudeiro e morador em Muge”, e Antônio Espera, “cavaleiro da Ordem de S. Tiago” foram nomeados a dois de setembro de 1534, respectivamente, escrivães da feitoria e do almoxarifado da capitania.<sup>16</sup> Teriam feito parte, portanto, da comitiva do donatário. Não se tem notícia das nomeações do feitor e do almoxarife. Entretanto, bem podia acontecer que o soberano se limitasse àqueles dois atos, conservando vagos os outros dois lugares, para os quais, sabe-se, “foi nomeado, a vinte e quatro de fevereiro de 1546, Belchior Correia, filho de Gomes Eanes de Freitas, escrivão da câmara”.<sup>17</sup> Lá está, na carta de foral, a confirmação de que, à data de sua assinatura (7-10-1534), o soberano não nomeara ainda o feitor do senhorio de Coutinho: “enquanto na dita Capitania não houver feitor”. Facilmente se entrevê nessas palavras a disposição de retardar a designação do funcionário.<sup>18</sup>

---

14 - *Carta de doação*, nota I do capítulo II da Introdução deste livro.

15 - CAPISTRANO, *Capítulos*, 42.

16 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 202.

17 - P. DE AZEVEDO, *Primeiros Donatários*, 202.

18 - Na carta datada “do espirito samto a vinte e seis de setembro de 1545” (ver *foot-note* n.º 13, do capítulo III), Ambrósio de Meira informava ao rei: “tomey pose de feytor e almoxarife por nam aver na terra outro hofyçyall”. Por quanto tempo ele exerceu o cargo, não se sabe. Há, isto sim, documentos provando que, ao morrer, Ambrósio de Meira devia ao soberano algum dinheiro “pelo encerramento de Sua Conta”. Os *mandados* de vinte e sete de fevereiro e sete de março de 1550, respectivamente dirigidos ao feitor e almoxarife do Espírito Santo, e ao provedor de Porto Seguro, determinavam: ao primeiro, que “carregasse sobre si, em Receita 46\$436, que deve Vasco Fernandes Coutinho a Ambrósio de Meira defunto feitor, que foi na dita Capitania”; ao segundo, que “fizesse arrecadar de Diogo Alves, testamenteiro de Ambrósio de Meira, o seguinte: a saber 10\$804 em dinheiro, e o serviço de onze peças de escravos, que lhe foram entregues; e assim mais uma escrava por nome Felippa, que lhe não foi carregada no encontro, e um conhecimento, que Manoel Fernandes morador, que foi nesta dita Capitania do Espírito Santo passou ao dito defunto em sua vida de tres mil e quinhentos reis; e assim um Livro de lembranças de dividas feito e escripto da Letra do dito Ambrósio de Meira como dito é conteudo em uma Certidão, que passou o Contador Gaspar Lamego, que se achou todo ficar devendo pela conta que lhe foi tomada pelo dito inventario” (DH, XXXVIII, 197-9).

**DUAS GRANDES TAREFAS: CULTIVAR A TERRA E CONQUISTAR O CORAÇÃO DO ÍNCOLA** – Estavam estabelecidas as bases para o trabalho imediato da expedição: a cultura da terra. Embora o mar fornecesse pescado farto e a floresta fosse rica em manjares, era mister cuidar da agricultura. Peixe, caça e frutos silvestres poderiam servir como alimentos subsidiários, nunca satisfariam as necessidades permanentes da mesa do homem civilizado. Urgia, pois, lançar ao solo a semente cujas colheitas substituíssem, nas tulhas, o mantimento trazido da metrópole.

A curiosidade, os presentes, o escambo foram atraindo silvícolas para a povoação nascente. Eram conquistas valiosas para os brancos – de inimigos, passavam a colaboradores. Pena que fossem tão poucos. Os que não aceitavam aliança – quase a totalidade – mantinham, ferozes, apertado cerco.

As “matas que parecem ter visto a infância do mundo”<sup>19</sup> conspiravam contra os colonos, facilitando acometidas às suas casas e plantações. Era o sobressalto constante, a guerra sem tréguas, as sentinelas se revezando dia e noite.<sup>20</sup>

**EXIGÊNCIAS E DEFICIÊNCIAS** – A magnitude da tarefa estava exigindo número muito superior de colonizadores. Aquele grupinho de brancos, assentado na orla do país, impossibilitado de se fazer temido e respeitado pelo gentio – origem de todas as atribulações e prejuízos – era um convite às suas incursões devastadoras.

“Não fora, de certo, para viver encurralado num arraial, a guerrear com os frecheiros das selvas, que o donatário do Espírito Santo se desterrara para a sua bárbara capitania brasileira”, observou, com propriedade, Carlos Malheiro Dias.<sup>21</sup>

Endividado, sem outros recursos de que lançar mão, entrado em anos e naturalmente combalido pelas canseiras da vida militar a que dedicara a sua mocidade, não era cômoda nem invejável a situação do ex-alcaide de Ormuz.

---

19 - RUBIM, *Memórias*, 197.

20 - Mais de dois séculos depois, já em 1790, em informação prestada pelo capitão-mar Inácio João Mongeardino ao governador da Bahia, dizia aquele administrador: “A terra he capaz de toda a producção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados três legoas de fundo á frente delles, distância a que só chegão os lavradores com receio das hostilidades do gentio barbaro” (*Apud* ALMEIDA, *Inventário*, III, 179).

21 - *Regimen Feudal*, 243.

**DUARTE DE LEMOS, HOMEM PROVIDENCIAL** – Foi nessa conjuntura que lhe caiu nos braços um homem providencial – Duarte de Lemos. Mais tarde, este urdirá intriga, parece que sem fundamento, para desbancá-lo das graças reais, mas é impossível negar o mérito do seu auxílio naquele momento crucial em que a capitania madrugava.

Fidalgo da casa real,<sup>22</sup> Duarte de Lemos vivera na Bahia, onde, ao que parece, se incompatibilizara com Francisco Pereira Coutinho – donatário daquela colônia – em cuja comitiva viera para o Brasil.<sup>23</sup> Aventureiro ambicioso, no conceito de quantos o estudaram, possuía recursos, sabia mandar e era dotado de espírito prático. Os motivos que o trouxeram ao Espírito Santo são ignorados.

Atraído por alguma proposta vantajosa, ou vislumbrando na situação precária de Vasco Coutinho uma oportunidade de se tornar, pelo menos, seu sócio e igual na capitania, Duarte de Lemos rumou para o Espírito Santo com seus “criados e outras pessoas que por seu respeito vieram com ele”.<sup>24</sup>

**EM RETRIBUIÇÃO, UMA ILHA** – Rocha Pombo acredita que Duarte de Lemos tenha chegado ao Espírito Santo em 1536, ou, quando muito, em princípios do ano seguinte.<sup>25</sup> A quinze de julho de 1537 Coutinho assinava o alvará de doação da ilha de Santo Antônio<sup>26</sup> em favor do novo companheiro. Os termos do documento traduzem todo o reconhecimento do donatário ao seu eficiente colaborador: “Mando que este valha até que meus herdeiros ou herdeiro lhe faça dela doação da dita Ilha que ora lhe tenho dado por muito que lhe devo e por me vir ajudar a sustentar a terra que sem sua ajuda o nam fizera, e mando ao meu herdeiro sob pena de maldição que o cumpra muito mais se poder”.<sup>27</sup>

22 - *Carta de confirmação da doação da Ilha de Santo Antônio*. – Arquivo da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III, liv. 6, 512 (apud MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 265).

- “Duarte de Lemos figura entre os autores de versos do *Cancioneiro*, de Garcia de Resende” (CALMON, *Hist. Brasil*, I, 192, nota).

23 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, V, 371.

- RODOLFO GARCIA informa: “Duarte de Lemos, fidalgo da casa real, que na Ásia obrara grandes feitos, acompanhou ao Brasil Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo” (*Explicação*, in *DH*, XXXVII, p. XXVIII).

24 - Da escritura de doação, transcrita na carta régia de oito de janeiro de 1549, in *HCP*, III, 266.

25 - *HB*, III, 227, nota.

26 - Atual ilha de Vitória.

- DAEMON explica a origem do nome Santo Antônio pelo fato de ter sido a ilha descoberta a treze de junho de 1535 por alguns dos povoadores que, “embarcados em lanchas e lanchões”, percorriam os arredores da vila do Espírito Santo (*Prov. ES*, 56).

27 - Do alvará de doação, in *HCP*, III, 265.

Frei Vicente do Salvador, referindo-se às pretensões que alimentava Coutinho de expandir a capitania, escreveu: “e como o espírito do Vasco Fernandes era grande”.<sup>28</sup> Com igual propriedade de expressão poderia falar do seu grande, generoso coração. Tão grande e generoso que olvidou a lei em sua liberalidade. Ao concretizar o reconhecimento pelo auxílio trazido por Duarte de Lemos, foi além dos direitos que lhe outorgara o foral de sete de outubro de 1534, como adiante se verá.

Serviço da maior relevância prestado por Duarte de Lemos ao donatário foi combater ao lado deste o íncola incontestável. Tão relevante que Coutinho, na escritura de doação da ilha de Santo Antônio, confessará sem rodeios: “ajudou sempre a sustentar e fazer guerra contra os infiéis<sup>29</sup> e gentes da terra”. Dirá mais, em continuação, repetindo, em parte, as palavras do alvará de quinze de julho de 1537: “o que sem sua ajuda não podera fazer, e por desejar que elle em alguma maneira seja agalardado de seu serviço, perigos e riscos de sua pessoa em que se muitas vezes com elle Vasco Fernandes Coutinho viu e ao gasto que tem feito de sua fazenda”.<sup>30</sup>

Senhor da ilha que, mais tarde, se tornaria sede da capitania, Duarte de Lemos deu “logo às pessoas e moradores da terra grandes partes de sesmarias das terras da dita ilha pera aproveitarem e a povoarem”<sup>31</sup> e, segundo Basílio Daemon, comprometeu-se a fortificá-la contra as invasões.<sup>32</sup>

**OS HOMENS ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS** – Analisando os termos da carta régia de oito de janeiro de 1549, que contém o alvará de quinze de julho de 1537, e a escritura de doação, datada de vinte de agosto de 1540, chega-se à conclusão de que tanto Coutinho como Duarte de Lemos não se distinguiam por uma rígida linha de atitudes. Em 1537, no calor do entusiasmo pela colaboração que recebia do segundo, o primeiro, sangrando de gratidão, lhe fez mercê da maior ilha do senhorio. Maior e melhor, porque mais segura contra os assaltos do principal inimigo – o índio – portanto, uma das únicas porções onde a vida era possível e o trabalho exequível. Mais que a terra, concedeu favores que exorbitavam de sua competência.

28 - *Hist. Brasil*, 95.

29 - Esta alusão a “infiéis” parece indicar que a capitania foi assaltada por navios estrangeiros logo nos primeiros anos da instalação dos pioneiros.

30 - Da escritura de doação, transcrita na carta régia de oito de janeiro de 1549, in *HCP*, III, 266.

31 - *Idem*, *ibidem*.

32 - *Prov. ES*, 58.

Passados os dias, parece que se desavieram. Rocha Pombo – que levanta a hipótese – explica: “É que, desafogados do gentio (o qual ou retirava para o sertão ou submetia-se), quando foram apurar os proveitos é que sentiram motivos de desconfiança ou de queixa”.<sup>33</sup>

Passado o perigo, esquecido o amigo.

**O DONATÁRIO EM LISBOA** – Em 1540, aos vinte e dois dias do mês de agosto, achando-se Vasco Fernandes Coutinho e Duarte de Lemos em Lisboa, aquele hospedado na rua do Barão de Alvito<sup>34</sup> – concordam em passar uma escritura de doação da ilha de Santo Antônio perante o notário geral da Corte. Rocha Pombo vê no ato uma prova de “que os dois não estavam de plena cordialidade e que tinha havido já entre eles alguma coisa que dava lugar àquele recurso”.<sup>35</sup> Se foi Duarte de Lemos quem provocou o ato, o que, aliás, está declarado na escritura,<sup>36</sup> saiu-lhe às avessas a esperteza, pois, advertido ou agora ciente da exorbitância que praticara, Coutinho retroage de sua antiga liberalidade e coloca-se dentro dos limites das prerrogativas que lhe conferia o título real de doação. Comparem-se os documentos. O primeiro, isto é, o alvará, está redigido em termos gerais: o segundo já é mais preciso e está cheio de restrições – nega a Lemos o direito de “fazer vila” na ilha, que “está limitada por termo da povoação do Espírito Santo”; “a redízima que no alvará lhe tem concedida estava ao dito tempo entre elles assentado que não fosse senão a redízima da sua propria fazenda”.

De outra parte, fica registrada a concessão “entre eles” também firmada, que permitirá a Duarte de Lemos construir um engenho de açúcar – “no rio das Roças Velhas<sup>37</sup> defronte da dita ilha, e nam pague mais foro delle nem outro tributo, nem pensão que um bõo pam de assucar cada anno que pese quatro arrateis”.

---

33 - HB, III, 228.

34 - MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 258.

35 - HB, III, 227, nota 1.

36 - “... e porque elle Duarte de Lemos lhe pede que lhe faça sua escritura e carta de doação conforme ao dito alvará” (*Escritura de confirmação de vinte e dois de agosto de 1540*, in HCP, III, 266).

37 - Asseveram CÉSAR MARQUES (*Dicion ES*, 181) e FRANCISCO EUJÊNIO DE ASSIS (*Dicion do ES*, 233) que o rio das Roças Velhas é o atual *Marinho*.



**DUARTE DE LEMOS VOLTA AO BRASIL** – Nove anos depois, a oito de janeiro de 1549, atendendo a pedido que Duarte de Lemos lhe fizera, o monarca assinou a carta de confirmação da escritura. Tendo que regressar ao Brasil,<sup>38</sup> o cauteloso proprietário da ilha de Santo Antônio fora buscar um diploma régio para, em caso de necessidade, fazer valer seus direitos perante o senhor da capitania. “Tendo de regressar ao Brasil”, escrevemos, porque Tomé de Sousa trará Duarte de Lemos em sua comitiva<sup>39</sup> e o fará seu delegado na capitania de Porto Seguro, em 1550. Nesse novo posto permanecerá durante quatro anos, até a renúncia do donatário, Pero do Campo Tourinho, em favor de seu filho, Fernão do Campo Tourinho.

No mesmo ano em que assumiu o governo de Porto Seguro,<sup>40</sup> Duarte de Lemos teve oportunidade de intrigar Vasco Fernandes com o soberano português. O instrumento foi a carta de catorze de julho que, a seu tempo, comentaremos.

---

38 - A ausência de qualquer menção ao nome de Duarte de Lemos nos documentos conhecidos, durante o período 1540-49, nos leva a supor que ele permanecera na metrópole, desinteressado da sua propriedade brasileira.

39 - Coube a Duarte de Lemos o comando de uma das três naus da armada de Tomé de Sousa. TEODORO SAMPAIO informa que a embarcação se chamava de *Nossa Senhora da Ajuda* (*Hist. da Fundação*, 172), acrescentando, páginas adiante, ao tratar “do elemento civil, vindo na armada com as funções definidas”, que “Duarte de Lemos, fidalgo da Casa del Rei, parece ter vindo no comando imediato da tropa, assistido por quatro homens d’armas e tendo de seu ordenado mensal oitocentos réis” (*op. cit.*, 180).

40 - ALBERTO LAMEGO é de parecer que Duarte de Lemos “encontrou-se” com Vasco Coutinho. Eis o que, a propósito, escreveu: “Quando Tomé de Sousa o mandou [Duarte de Lemos] como capitão-mar da Capitania de Porto Seguro, que ficara acéfala por ter sido o seu donatário, Pero de Campos Tourinho, enviado sob ferros para Lisboa, acusado de blasfemo e herege, encontrou-se com Vasco Fernandes Coutinho em Santa Cruz, de viagem para o Reino”. (*Terra Goitacá*, V, 372).

Tabela  
das alturas  
de todas as ilhas  
d'elles porbros com  
seus nomes.



Andaraibas

Ilha dos Frades

Ilha do Rei

Calhetas

Boixa grande

Ilha Tati

Ponta da Moura  
S. de Louza

602

# III

## TRABALHO, SANGUE E RUÍNAS

**E**XPANSÃO DA FÉ, POVOAMENTO DO SOLO – A Coroa se dizia animada pelo serviço de Deus e preocupada com a expansão da fé entre os infiéis e idólatras. Como grão-mestre da Ordem de Cristo, el-rei estabeleceu, na carta de doação e no foral, a cobrança de dízimos, cujo produto devia ser empregado nas despesas do culto e da catequese. Entretanto, naqueles documentos não se encontra uma só disposição sobre a Igreja.

Também o donatário, aceitando o senhorio, assumia o compromisso de povoá-lo. Aliás, seu interesse residia na plena satisfação dessa parte do ajuste, pois, quanto maior fosse a população, maior o progresso. Em conseqüência, avultariam as redízimas, direitos de portagem, foros e rendas que lhe cabiam.

Acontecia, porém, que, para lides agrícolas, raros estariam dispostos a se transportar para o Brasil. Terra para lavrar, Portugal tinha de sobra. Afóra degredados, alguns poucos privilegiados com quem os donatários tivessem pactos vantajosos, criminosos em busca de homizio e funcionários reais,

ninguém se animaria a enfrentar as dificuldades ilimitadas que o Brasil oferecia aos seus desvirginadores. Mesmo os que se passavam para cá nas circunstâncias apontadas vinham, quase todos, acariciando a idéia inebriante – ouro, pedraria, minas.

**A GRANDE OBCECAÇÃO** – As crônicas dos primeiros tempos estão repletas de referências a conversas com os índios sobre a existência de gemas e metais nobres no país. Numerosas entradas – muitas delas marcadas por misterioso e trágico desfecho – tiveram sua origem naqueles interrogatórios de beira de praia, onde dialogavam o português todo receptividade para patranhas e o silvícola mal compreendido, ingênuo ou malicioso.

Ao donatário, responsável e interessado direto no progresso do quinhão que lhe tocara, a revelação das minas oferecia vantagem dupla: faria dele um nababo, caso fosse ele próprio o descobridor, e atrairia, de qualquer maneira, multidões para a terra.<sup>1</sup>

**EM BUSCA DAS MINAS** – Lançadas, pois, as sementes ao solo, Vasco Coutinho e seus companheiros se atiraram às explorações. Basílio Daemon, recordando o feito, escreveu que, em fins de 1535 ou princípios do ano seguinte, saíram os povoadores em grande número, “bem armados e municidados” e entranharam-se pelo sertão. Abrindo picadas na floresta, chegaram até os “arredores da hoje cidade da Serra”, sem serem incomodados ou presentidos pelos índios, pois nada consta a respeito, acrescenta o minucioso cronologista.<sup>2</sup> O único resultado dessa expedição foi consolidar no espírito do capitão a idéia da necessidade de aumentar o número de habitantes brancos da sua governança. Com o escasso grupo de que dispunha, não podia se aventurar à conquista de tesouros no interior.

---

1 - Ao organizar a comitiva que o acompanharia ao Brasil, Vasco Coutinho nela fez incluir Felipe Guilhem, a respeito de quem BRÁS DO AMARAL informa: “Tinha vindo com Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, um espanhol chamado Felipe Guilhem, que se supõe fora boticário na Andaluzia e que era entendido em matéria de mineração.

Este homem não fora feliz, porque Vasco se arruinou, teve de deixar a sua Capitania, e o espanhol não pôde ficar no Espírito Santo e emigrou para Ilhéus.

Felipe Guilhem perdeu pessoas de sua família, por moléstias. Exercia cargos de vereança na citada vila, quando foi chamado por Tomé de Sousa, o primeiro governador geral, para servir no descobrimento de minerais.

Teve depois o cargo de provedor da Fazenda em Porto Seguro, provavelmente pelos seus serviços” (AMARAL, *Notas*, VI, 187).

- Nota desenvolvida sobre esse personagem, devida a RODOLFO GARCIA, na *História Geral*, de VARNHAGEN, I, 336-8.

2 - *Prov. ES*, 56-7.

**PERLUSTRANDO A COSTA – LIMITES COM A CAPITANIA DE S. TOMÉ –** A costa, entretanto, era mais acessível e foi para ela que se voltaram, percorrendo-a de norte a sul. Deviam conhecê-la mais ou menos bem os homens de Vasco Coutinho, pois já em 1539 (catorze de agosto) este passará um assinado a Pero de Góis – donatário de São Tomé – demarcando limites entre as duas capitanias. Por esse documento ficamos sabendo dos grandes auxílios em “escravos e outras boas obras” por ele trazidos a Fernandes Coutinho. Reconhecido a quem o ajudara e socorrera na hora do perigo, Vasco Coutinho não esqueceu de citar os favores, acrescentando que fora graças a eles que “depois de Deos a minha Capitania se sustivesse”.<sup>3</sup>

Atribuladíssimos os dias do primeiro donatário do Espírito Santo no Brasil. Tudo o que dele nos ficou recorda sacrifícios, renúncias, amarguras.

Algumas valiosas indicações estão contidas na carta régia de doze de março de 1543, em cujo texto foi inserto o assinado a Pero de Góis.

Assentaram os dois capitães em que o rio por eles batizado de *Santa Catarina*, e pelos índios denominado *Tapinarym*, fosse o limite entre as suas donatarias.

“Obra de duas legoas pouco mais ou menos” da foz, Vasco Coutinho possuía uma propriedade de nome Aguapé.<sup>4</sup> Seria uma das quatro ou cinco partes em que se deveriam dividir as dez léguas dadas pelo rei ao donatário “em propriedade plena, imediata e pessoal”.<sup>5</sup>

– O padre PONCIANO STENZEL DOS SANTOS assim se refere a esse detalhe da História espírito-santense: “Pelos começos de junho do mesmo ano de 1535, alguns povoadores dos mais destemidos, embarcados em lanchões, deram-se a investigar os arredores. Subindo pela barra, julgaram que o mar fosse um rio e, apesar de incomodados pelos índios, conseguiram desembarcar, no dia treze de junho, no campinho próximo ao lugar, depois chamado *Caieiras*. Como era dia de Santo Antônio, deram à nova ilha o nome de Ilha de Santo Antônio, nome que ainda hoje se dá ao arrabalde de Vitória que está situado no lugar do desembarque.

Pelo fim do mês outros exploradores por terra foram abrindo picadas, sertão adentro, em direção ao Mestre Álvares (*sic*), chegando até aos arredores do lugar onde está hoje a cidade da Serra” (*Discurso*, 33).

3 - Carta de confirmação da demarcação das Capitanias de Pero de Góis e de Vasco Fernandes Coutinho – Arquivo da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III, liv. 6, p. 51-v. (*apud* MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 264-5).

4 - Ver *foot-note* n.º 3, deste capítulo.

5 - LISBOA, *Obras*, II, 134.

– Comentando o emprego da expressão “propriedade pessoal”, ROCHA POMBO assim se expressou: “Entender-se-á no sentido de ligada à pessoa do donatário. Pois logo abaixo se diz

**DETALHE “SUI GENERIS” DAS DOAÇÕES** – É oportuno lembrar que, não obstante a carta de doação dizer: “hei por bem e me apraz de lhe fazer, como de feito por esta presente carta faço, mercê e irrevogavel doação entre vivos, valedoura deste dia para todo o sempre, de juro e de herdade, para elle e todos os seus filhos, netos, herdeiros e sucessores, que após elle vierem, assim descendentes como transversaes, e collateraes, de cincoenta leguas de terra na dita costa do Brasil”, o soberano não estava doando a terra e, sim, “o benefício, o usufruto dela somente”.<sup>6</sup> O monarca não doava a propriedade plena da terra; apenas aquelas dez léguas particularizadas na carta.

Delegado do rei, ocupante das terras, o donatário, no entanto, não era um funcionário da Coroa e nada tinha a ver com o andamento das ordens régias no Brasil.<sup>7</sup>

**VASCO COUTINHO E PERO DE GÓIS** – O assinado, na sua linguagem rude e mal ataviada, é uma página que fala eloqüentemente dos caracteres de Coutinho e Góis. São dois chefes desprendidos, dois amigos corretos que, naquele documento, se dirigem à posteridade, expondo seus sacrifícios, auxílios, gratidão, e por fim, como vassalos leais, pedem ao seu rei que “aja a dita demarcação por boa”. Embora subscrito apenas por Vasco Coutinho, o assinado é, de qualquer maneira, o resultado de entendimentos havidos entre ambos os donatários e assim deve ser compreendido.<sup>8</sup>

**EMPRESA DIFÍCIL, HOMENS DE FIBRA** – As dificuldades – nunca é demais repetir – não tinham conta. Mas os homens interessados na empresa possuíam a estatura dos verdadeiros construtores de continentes. Anos mais tarde, frei Vicente do Salvador escreveria, amargurado, que os povoadores “usam da terra ... só para a desfrutarem e

---

que mesmo estas terras *passarão sempre ao sucessor da capitania...* É claro, portanto, que o donatário não podia alienar tais terras. Sendo assim, como eram propriedade plena? Não sendo propriedade plena – com que fim se discriminavam da capitania essas terras? A vinculação das mesmas aos herdeiros da capitania é contraditória com a disposição que estabelece a plenitude jurídica da propriedade. É evidente, afinal, que mesmo essas terras não ficavam pertencendo de *pleno direito* à pessoa do donatário: deve entender-se que só essas dez ou dezesseis léguas podiam ser lavradas de conta do capitão ou por ele aforadas em seu proveito, devendo distribuir as demais pelos colonos que as requeressem” (HB, III, 135, nota).

6 - ROCHA POMBO, HB, III, 134-5.

7 - MARCHANT, *Do Escambo*, 77-8.

8 - Ver *foot-note* n.º 3, deste capítulo.

a deixarem destruída”<sup>9</sup>, mas isto seria depois, passado o período da lua-de-mel. Seria ingratição atribuir tais sentimentos aos pioneiros. Mesmo porque é razoável presumir-se que todos, ou quase todos, se encontravam em situação mais ou menos igual à de Vasco Coutinho, isto é, nada mais os prendia a Portugal. Suas propriedades já haviam sido vendidas e o produto investido na capitania. O empenho no desenvolvimento da nova pátria era comum tanto ao capitão como ao último dos subordinados.

**EM BUSCA DE RECURSOS** – Quatro anos após sua chegada à terra brasileira – vencidos os tropeços iniciais, colhidos os primeiros resultados do trabalho geral – Vasco Coutinho deve ter constatado que até então mal conquistara uma posição. O futuro, a riqueza, a glória, escondidos no seio da floresta, pousados na serra de Mestre Álvaro e além, chamavam-no, seduziam-no com o encantamento do desconhecido. Mas para ir até lá, tentar as minas, alargar a conquista, fazia-se mister mais gente, mais recursos materiais.

Já vimos quão reduzida era a população de Portugal. De sua parte, o Brasil ainda não oferecia motivos que atraíssem homens acostumados ou pretendentes ao comércio ou aos saques compensadores. “Os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora”,<sup>10</sup> mantinham-se ocultos na terra. A agricultura, àquele tempo, não era engodo bastante para atrair filhos de um povo aventureiro às mal-afamadas terras do Brasil, principalmente para postos secundários ou de menor expressão social.<sup>11</sup>

O índio provava não ser uma força com que o colono pudesse contar na lavoura, que exige trabalho persistente, disciplinado, cotidiano. No Espírito Santo, sua atuação vinha sendo de franca hostilidade ao branco. As eventuais tréguas entre as duas sociedades nada mais pressagiavam, nesta faixa litorânea, que maior ameaça futura, quiçá golpe mortal, por parte dos belicosos habitantes da floresta.

Se a solução estava em Portugal, isto é, se havia necessidade de maior número de brancos para levar avante a empresa, e esses deviam vir da metrópole, só havia um caminho a seguir: ir buscá-los. Foi o que se presume ter levado o donatário ao Reino, em princípios de 1540.

---

9 - “E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira cousa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (*Hist. Brasil*, 16).

10 - CAIO PRADO, *Formação*, 19.

11 - CAIO PRADO, *Formação*, 116.

**EM LISBOA, NA RUA DO BARÃO DE ALVITO** – Não se conhece a data em que o capitão embarcou. Mas em agosto daquele ano (1540), já estava em Lisboa, hospedado em uma casa da rua do Barão de Alvito, segundo a escritura de doação da ilha de Santo Antônio. Releia-se aquele documento. Logo na introdução, de acordo com a praxe tabelioa, o notário localizou, no tempo e no espaço, a cerimônia a cujo assentamento procedia: “no anno de Nosso Senhor Jhesu Cristo de mil quinhentos e quarenta anos aos vinte dias do mes de agosto na cidade de Lisboa na rua do Barão onde pousa o senhor Vasco Fernandez Coutinho capitão e governador da capitania do Espirito Santo”.<sup>12</sup>

Em 1547 Vasco Coutinho ainda continuava em Lisboa. É o que se infere das cartas de Ambrósio de Meira e Fernando Álvares de Andrade.

A primeira, datada “do espirito santo a vinte e seis de setembro de 1545”, diz a certa altura: “ao ouuidor pidy espriuão por não aver capytão na terra”.<sup>13</sup>

---

12 - *Chancelaria de D. João III*, liv. 6, fl. 512 (*apud* MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 265).

13 - “Senhor vyemos a esta terra e capitanya de que Vossa Alteza fez merce a Vasco Fernandez Coutinho no brasil Diogo Ribeiro e eu com nos parecer vyr lhe fazer mais seruiço na Recadação de seus dizimos do que se nos ofereceo pera noso desbarato e porquo meriçymento / foy deus seruido leuar desta vyda Diogo Ribeiro a dezesseis de fevereiro de 1545 / lembrese Vossa Alteza de seus filhos e molher por lhes ter merecido em ser desejoso de seus serviços alem dos que lhe tem feytos // tomey pose de feytor e almoxarife por nam aver na terra outro hofyçyall e ao ouuidor pidy espriuão por não aver capytão na terra que o defumto amtes o era e o ouuidor açeytou por ser velho e mais auto pera yso // arrende até janeyro de 1546 ho dizimo do açuquare a la mala ha 200 reis arroba no quall tempo segundo mostrão agora os engenhos avera do dyzimo até 300 arrobas / ao presente nam he todo ho porque os ofyçiais nam tem ajnda conhecydos os postos das terras e tempero delas / e o que saya bõ dizem que he tão bom como ho bom da Ilha da madeira // os dyzimos dos mantimentos desta terra não he cousa pera Recolher porque se perdem tanto que os arrancão dela estes e a dizima do pescado arrendey de sam joam de 45 até ho de 46 por 43.500 reis e com condyçois porque doutra maneyra não querem lamçar por ser a terra muyto proue de dinheiro e dysto se paga capelão a Requerimento do pouo por nam ter prouisão de Vossa Alteza e nam querer dizer misa e bautizar e não aver quem ho faça como de todo a seu tempo per estromento farey çerto Vossa Alteza / daquy em diamte que os ofyçiais vão achando ho pulso aos acuques sempre valera ho de Vossa Alteza a 300 res arroba e sayra ho bom vendido a 400 // ha nesta capitania cinco armaçois pera agoa e duas fazem jaa / e duas forão de janeyro de 1546 por diamte ha duas de caualos e faz hua os negoçoyos nesta terra fazem se de vagar asy por ser lomge do Reyno como por as propriadades das cousas não serem conhecydas // prouēja Vossa Alteza com prouição pera se fazer casa de feytoria ou pera se caregar ho acuquere por que sempre avera no ano de 1546 1000 arrobas moemdo estes engenhos que esperam começar em janeiro no quall não esta so torna-lo arrendar porque amtes não vira prouyção de Vossa Alteza esta vay em huum naujo darrnação de Bras Telez que he o primeyro que nesta capitaja caregou daququere // do esprito samto a vinte e seis de setembro de 1545. Ambrosio de Meyra. - 1545.

- Sobrescripto. Pera el Rey noso senhor do brasill.” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Corpo Cronológico*, parte 1.<sup>a</sup>, maço 76, n.º 98 (in *Notícias Antigas*, 16-7).



Alguns assuntos de maior relevância poderiam ter conduzido o donatário a uma das capitâneas vizinhas, pois o simples fato de estar dela ausente não permite concluir que se encontrasse necessariamente em Portugal. A argüição procede em parte, mas é muito prejudicada pelo que se contém na segunda missiva citada – datada “de Lisboa a X dias de fevereiro de 1547” – na qual Fernando Álvares de Andrade, “que na Corte entendia nos negócios do Brasil”,<sup>14</sup> refere-se a Vasco Coutinho como sendo portador de informações verbais suas para o monarca.<sup>15</sup>

Provavelmente presente em Lisboa nos anos de 1540 e 1547 e ausente do Espírito Santo em 1545, acrescentando a circunstância de haver silêncio sobre suas atividades no Brasil, durante aquele período, a conclusão é que o capitão demorou na metrópole até, pelo menos, 1547 ou 1548.

Difíceis, demoradas e perigosas, como eram as travessias oceânicas àquele tempo, não é de se supor que alguém, alheio às lides do mar, empreendesse tantas viagens em tão curto período.

**REGRESSO DO DONATÁRIO** – Talvez o regresso se tivesse verificado em 1547, na frota mencionada na carta de Fernando Álvares de Andrade, ou pouco depois. Frei Vicente do Salvador, referindo-se à viagem de Coutinho para o Reino, escreveu que deixara ordenados quatro engenhos de açúcar.<sup>16</sup> Em 1545, vindo à capitania para a arrecadação dos dízimos reais, Ambrósio de Meira comprovou, e disto deu ciência ao rei, que “ha nesta capitania cinco armações pera agoa e duas fazem jaa e duas forão de janeiro de 1546 por diamte ha duas de caualos e faz hua”.<sup>17</sup>

Dois anos depois, isto é, em 1547, Álvares de Andrade, cumprindo determinações de D. João III, apresta um navio de socorro às costas do Brasil e é o próprio Vasco Coutinho quem serve de mensageiro entre os dois figurantes, para completar providências.

O “omem que veyo do brasyl”, citado por Álvares de Andrade, e que acompanhou Coutinho à presença do rei “pera qualquer emformaçam que da terra comvyr”,<sup>18</sup> deve ter levado ao donatário o aviso sobre o estado em

---

14 - GARCIA, *Ementas*, 15.

15 - *Notícias Antigas*, 15-7.

16 - *Hist. Brasil*, 95.

17 - Ver *foot-note* n.º 13 deste capítulo.

18 - *Notícias Antigas*, 14.

que os silvícolas haviam deixado o Espírito Santo, provocando, dessa forma, seu regresso à terra brasileira. Deve ter sido, pois, entre 1545 e 1547 que se verificou a quase ruína da capitania, ocasionada pelas incompatibilidades entre brancos e índios, conforme adiante se verá, já que Ambrósio de Meira nenhuma alusão faz ao assunto. Muito ao contrário, sua carta, quando cotejada com o texto de frei Vicente do Salvador, demonstra que houvera progresso na construção dos engenhos.

Ciente da catástrofe que baixara sobre seu senhorio, Vasco Coutinho teria deixado Lisboa para vir tentar o reerguimento do Espírito Santo. Não seria razoável julgar que permanecesse em Portugal até o embarque de Tomé de Sousa, em 1549, ante as notícias alarmantes sobre o destino do seu senhorio, do aniquilamento de todos os seus bens. A relação dos que faziam parte da expedição do primeiro governador geral, que acolhe nomes escoteiros, não calaria o de um donatário. E em 1550 iremos encontrar Coutinho em Porto Seguro, às voltas com o seu colaborador – Duarte de Lemos.

**D. JORGE DE MENEZES À FRENTE DA CAPITANIA** – Durante os sete anos em que Vasco Coutinho esteve ausente da capitania, ficou na chefia do governo, como seu substituto, D. Jorge de Menezes. Escolha infeliz. Logo de início, provocou ressentimentos entre os moradores, que se consideraram diminuídos pela presença de tal personagem à frente da grei.<sup>19</sup>

Rocha Pombo resumiu o homem nestas palavras: “Valente, é exato, mas cheio de paixões incompatíveis com a compostura de uma autoridade. Além de violento, de índole inconstante e leviano, Jorge de Menezes era um depravado.”<sup>20</sup>

**COLONOS, GENTE SEM LEI** – Não são mais favoráveis os juízos sobre os habitantes da capitania. Em princípio, quem vinha para o Brasil, ao transpor a linha equatorial, aliviava-se da maior parte dos preceitos morais vigentes na metrópole. Aventureiros, degredados, criminosos formavam a massa no seio da qual fermentavam e explodiam as rudes paixões daquelas mentalidades primárias.

---

19 - ROCHA POMBO, *HB*, III, 229.

20 - *Idem*, *ibidem*.

O Livro V das *Ordenações Manuelinas* era por demais severo, cominando penas rigorosas para delitos de somenos importância, argüem aqui e ali. E eram os condenados por aquele Código draconiano os degredados de que tanto se fala no Brasil. O argumento não é de todo vazio. Entretanto, impossível é admitir-se que uma época particularmente propícia ao crime, como foi a que sucedeu aos descobrimentos, não produzisse em Portugal seus naturais e irremediáveis resultados. Todos os que atravessavam o Atlântico não pertenceriam à categoria dos assaltantes, homicidas, ladrões e vagabundos. Mas indiscutível, porque humano, além de provadamente histórico, era o amolecimento de princípios morais na colônia luso-brasileira. Ao clero, principalmente aos discípulos de Loiola, caberá contrapor diques ao caudal de abusos que devastava a população, levando-a ao aniquilamento.

**FATORES DO DESCALABRO** – O Espírito Santo constituiu-se exemplo entre as donatarias cujo progresso foi embargado pela turbulência dos seus habitantes. Se há injustiça nesse julgamento, as provas não permitem modificá-lo. Os homens que lançaram as bases da civilização no senhorio de Vasco Coutinho eram autênticos titãs. Quatro séculos decorridos – seguindo seus passos e recompondo a obra que realizaram – assombramos com sua energia, com sua bravura, com sua resistência aos sofrimentos e ao trabalho. Não lograram, porém, dominar os próprios instintos e, segundo as palavras do cronista, “vivião como homens irregulares, dados a todo genero de vícios, e sobre tudo, vexando por todos os modos aos pobres Indios, cativando-os injustamente, servindo-se delles como de escravos, e maltratando-os como a inimigos”.<sup>21</sup>

Por uma dessas coincidências trágicas que o destino constrói, ali se encontraram três terríveis circunstâncias favoráveis ao desastre: frouxidão de costumes, chefe (Vasco Coutinho) “mais propenso à indulgência do que à disciplina”<sup>22</sup> e concorrência de elevado número de criminosos homiziados<sup>23</sup> nas terras. Sem contar o índio – pesadelo constante, inimigo de todas as horas.

---

21 - JABOATAM, *Orbe Seráfico*, I, 75.

22 - MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 242.

23 - A carência de população, a conseqüente necessidade de aproveitar todos os súditos, mesmo os criminosos, e a dificuldade em encontrar gente disposta a se passar ao Brasil levaram D. João III a conceder ao donatário do Espírito Santo a carta de homizio de seis de outubro de 1534, na qual a capitania foi aberta aos criminosos portugueses de todas as classes, excetuados apenas os condenados por heresia, sodomia, traição e moeda falsa.

Enquanto presente, o donatário conseguiu conter os excessos. D. Jorge de Menezes não logrou igual ascendência sobre seus governados, que viviam desregradamente, subjugados por paixões desenfreadas.<sup>24</sup> A confusão poderia ser resumida nesta frase singela: “ninguém queria ser governado”.<sup>25</sup>

Em setembro de 1545, quando aqui chegou Ambrósio de Meira,<sup>26</sup> a capitania ainda usufruía paz e marchava em progresso. Se lavrava a discórdia entre os brancos e os silvícolas se organizavam para os próximos assaltos, nada apreendeu o arrecadador dos dízimos reais. Ele teve olhos apenas para os assuntos do seu mister e conseguiu transmitir à posteridade um depoimento seguro sobre alguns detalhes da situação econômica da capitania naquele milésimo. Graças à sua carta, sabe-se que o dízimo do açúcar arrendado a *la mala*, isto é, em massa, até janeiro de 1546, deveria subir a trezentas arrobas. Referindo-se ainda ao açúcar, observou: “Ao presente nam he todo bõ porque os ofçiais nam tem ajnda conhecydos os postos das terras e tempero delas e o que saya bõ dizem que he tão bom como ho bom da Ilha da madeira”.

Falando dos dízimos dos mantimentos: “não he cousa pera Recolher porque se perdem tanto que os arrancão”.

Quanto ao pescado: “A dizima do pescado arrendey de sam joam de 45 ate ho de 46 por 43.500 reis e com condyçois porque doutra maneyra não querem lamçar por ser a terra muyto proue de dinheiro”.

**PRODUÇÃO DE AÇÚCAR – PRIMEIRO CARREGAMENTO** – Minucioso relatório a carta de Ambrósio de Meira. Tudo quanto dizia respeito ao interesse da Fazenda Real registrou cuidadosamente. Lá está a parte relativa ao culto: “Dysto [da dizima do pescado] se paga capelão a Requerimento de pouo por nam ter prouisão de Vossa Alteza e nam querer dizer misa e bautisar e não aver quem ho faça”.

Voltando ao açúcar, agora para informar sobre o preço, diz: “Daquy em diamte que os ofçiais vão achando ho pulso aos acuqueres sempre valera ho de Vossa Alteza a 300 res arroba e sayra ho bom vendido a 400”.

---

24 - NÓBREGA, *Cartas*, III, 81.

25 - RUBIM, *Memórias*, 214.

26 - Não será este Ambrósio de Meira o mesmo Ambrósio de Mira de que nos fala PEDRO DE AZEVEDO (*Primeiros Donatários*, 202), isto é, o moço da câmara, filho de Sebastião Lopes, que em dois de maio de 1541 foi nomeado para a escrivania do pai? Sebastião Lopes, já o dissemos (p. 40), a dois de setembro de 1534 foi nomeado escrivão da feitoria do Espírito Santo.

Depois de citar o número de engenhos em funcionamento e em construção, pondera que “os negocyos nesta terra fazem se de vagar asy por ser longe do Reyno como por as propriades das cousas não serem conhecydas”

Não tendo sido ainda nomeado feitor para a capitania,<sup>27</sup> não existia também a *casa de feitoria*. Ambrósio de Meira recomenda: “Proueja Vossa Alteza com prouisão pera se fazer casa de feitoria ou pera se caregar ho acuquere por que sempre avera no ano de 1546 1000 arrobas moemdo estes engenhos que esperam começar em janeiro”.

Por fim, uma valiosa notícia: “Esta [*a carta*] vay em huum nauyo darmação de braz telez<sup>28</sup> que he o primeyro que nesta capitaja caregou daçuquere”.

Esplêndido retrato das realizações materiais, em grande parte produto do trabalho dos índios escravizados. O que explica a atitude dos que, em liberdade, passaram a vingadores dos seus irmãos, assaltando engenhos e homens, trazendo o silêncio e a morte aonde o trabalho e o entusiasmo erguiam um baluarte de civilização.<sup>29</sup>

27 - Só a vinte e quatro de fevereiro de 1546 o soberano nomeará Belchior Correia para feitor e almoxarife da capitania. Teria sido tal ato resultado da sugestão de Ambrósio de Meira?

Curioso é que a vinte e seis de fevereiro de 1550, Antônio Cardoso de Barros, “provedor-mar da Fazenda d’El Rei Nosso Senhor nestas partes do Brasil”, de passagem pela “Villa do Espirito Santo,” “por sentir ser serviço do dito Senhor houve por bem, que nesta Capitania do Espirito Santo haja os Officios de Feitor, e Almoxarife do dito Senhor por delles haver necessidade, e ser serviço de Sua Alteza, e bem da terra, segundo informação, que disso houve, dos quaes encarrego a Francisco de Oliveira morador na dita Capitania por ser apto e confiar delle, que os servirá bem, com os quais não haverá ordenado algum, sómente os proes, e precalços a elles ordenados, e o mais mantimento será aquelle que Sua Alteza houver por seu serviço” (*DH*, XXXV, 61-2). Esta designação leva à suposição de que Belchior Correia não chegou a exercer o cargo.

28 - Este Brás Teles deve ser o mesmo Braz Teles de Menezes “cavaleiro da casa do infante D. Luís”, a quem foi concedida, em 1541, uma sesmaria (ver *foot-note* n.º 10, do capítulo II). Por certo, não é outro o Brás Teles que cedeu um mestre de engenho a Pero de Góis (ver *foot-note* n.º 2, do capítulo IV).

29 - De como agiam os colonos em relação ao gentio temos, entre outros, o testemunho de Pero de Góis, donatário de São Tomé. Ele é particularmente expressivo porque tem origem no procedimento de um tal Anrique Luis, que “sayo da terra de Vasquo Fernandes Coutinho”, embora Varnhagen o diga “pirata da costa” (*HG*, I, 247). Trata-se da carta de vinte e nove de abril de 1546, datada da Vila da Rainha e endereçada a D. João III. Eis o trecho que interessa: “sayo da terra de Vasquo Fernandes Coutinho hum omem per nome Anrique Luis com outros e em hum carauellão sem eu ser sabedor se foy ha hum porto desta minha capitania e contra o forall de Vosa A. resgatou ho que quis e não contente com isso tomou por engano hum indio ho maior principall que nesta terra auia e mais amigo dos cristãos e o premdeu no nauio pedindo por elle muito resgate ho quall despoes de por elle lhe darem ho que pedia por se congraçar com outros indios contrairos deste que prendeo lho lleuou e entregou preso e lho deu a comer, contra toda verdade e rezão per donde os indios se allevarão todos dizendo de nós muitos malles que se não fiassem em nós que não mantinhamos verdade e se vyerão lloguo a hua povoação minha pequena que eu tinha mais feita e estando a gente segura fazendo suas fazendas derão nelles e matarão tres homens e os outros fogirão e queimarão os canaveaes todos com ha mais fazenda que auia e tomarão toda quanta artelharia auia e deixarão tudo estroido” (*Corpo Cronológico*, Parte I, 77, 120, *apud* MALHEIRO, *Regimem Feudal*, 263).

**ÍNDIOS X BRANCOS – CARNIFICINA** – No contato inicial entre os dois povos, à fase de escambo de utilidades seguiu-se a da caça ao silvícola, para ser utilizado nos trabalhos de lavoura. No Espírito Santo, onde as florestas espessas invadiam as praias e o homem que a habitava era particularmente feroz, o sistema de aliciamento de braços seguiu outro rumo. O padre Manuel da Nóbrega resumiu em poucas palavras o ardil “que foy ensinarem os christãos ao gentio a furtaren-se a sy mesmos e venderen-se por escravos”.<sup>30</sup> A vindita não se fez esperar. Aimorés, goitacás e tupiniquins, no desespero da perseguição, aliaram-se para aniquilar o estrangeiro que os espoliava. Brito Freire nos legou um pequeno trecho que descreve os momentos fatais que abalaram o senhorio até os alicerces: “Pela grande soltura com que vivião lá os Nossos, tratando aos Barbaros, como se forão mais barbaros do que elles, vierão elles a parecer mais Portugueses que nós. E encobriendo o odio costumado a Nação dominante, se com a vontade occulta nos offendião, com a obediencia nos obrigavão.

Até que exasperou de todo os Indios, a intoleravel servidão. E mais gemendo, do que fallando, cançados, ou receosos de se queixar, por verem as queixas sem remedio, encobrirão-nas com silencio, em quanto juntarão das visinhas montanhas, com tão raivosa resolução, tão immensas turbas, que descendo sobre os Nossos, lhes destruirão as fazendas, & matarão entre outros, ao mesmo Dom Jorge.<sup>31</sup>

No posto, & na desgraça, lhe succedeo Dom Simão de Castel-Branco; perdendo com elle a vida, em hum assalto semelhante, a mayor parte da sua gente, por desprezar tanto, tão baixos combatentes, que antes de os cometer, suppunha que os tinha vencido: parecendolhe não hia fazer guerra, mas dar castigo”.<sup>32</sup>

---

30 - NÓBREGA, *Cartas*, III, 79.

31 - CAPISTRANO DE ABREU asseverou nos *Prolegômenos* do Livro Segundo da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, que “só nesta segunda fase (depois dos socorros trazidos por Fernão de Sá em 1557) foram mortos D. Jorge de Menezes e D. Simão de Castelo Branco, segundo se deduz da admirável carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa”.

Não chegamos à mesma conclusão, estudando a missiva (*Cartas*, III, 70 ss.). Nela, Nóbrega demora-se em recordar fatos ocorridos antes, durante e depois do governo de Tomé de Sousa. O trecho em que se refere à capitania do Espírito Santo parece incluir-se quase todo entre os sucessos anteriores à vinda do primeiro governador. Aliás, no parágrafo seguinte, o maioral dos jesuitas fala dos males que afligiram a Bahia e que culminaram na morte do seu donatário – o infeliz Francisco Pereira Coutinho. E, como se sabe, este foi sacrificado pelos silvícolas em 1547. Só dois anos depois Tomé de Sousa aportaria em Todos os Santos.

32 - BRITO FREIRE, *Nova Lusitânia*, I, 92.

Os que não morreram em combate – restrita minoria – fugiram aterrorizados para as capitâneas vizinhas ou pereceram transviados na floresta.

Os silvícolas reduziram o trabalho de mais de um decênio a pouco mais de uma tapera.

**SOMBRAS E RUÍNAS** – O “vilão farto”,<sup>33</sup> de que tanto se orgulhava o donatário, convertera-se em ruínas, depois de ter sido a terra da dor e da morte para os que teimavam em salvá-la.

A desolação da ruína foi o que encontrou Vasco Fernandes Coutinho quando de seu regresso de Portugal. Rubim assevera que, “se trouxe socorros, foram tão escassos que não puzeram a donataria em melhor pé”<sup>34</sup> e Jaboatam acrescenta que “cuidou muito em tomar digna satisfação do levantado Gentio, que com as victorias passadas se achava muy soberbo, e insolente; mas nada pode, porque lhe faltava a gente, que era o mais necessario para continuar a guerra”.<sup>35</sup>

---

33 - VICENTE DO SALVADOR, *Hist. Brasil*, 96.

34 - RUBIM, *Memórias*, 215.

35 - *Orbe Seráfico*, I, 76.





# IV

## A FUNDAÇÃO DE VITÓRIA - OUTROS SUCESSOS

**V**ASCO COUTINHO À TESTA DO GOVERNO – AUXÍLIO A PERO DE GÓIS –  
Pouco se conhece sobre as atividades de Vasco Coutinho novamente à testa da governança. Tudo indica, porém, que ele se entregou de corpo e alma à tarefa principal do momento, que era soerguer o ânimo dos companheiros que lhe restavam.

Não obstante todas as dificuldades com que lutava, ainda encontrou forças para retribuir o auxílio que, nos primeiros tempos da colonização, lhe prestara o vizinho Pero de Góis. Sabedor dos riscos a que estava exposto o amigo e da penúria que caíra sobre sua gente – todos à mercê da sanha dos silvícolas insurreccionados devido ao incidente promovido por Anrique Luís<sup>1</sup> – mandou

---

1 - Ver *foot-note* n.º 29, do capítulo III.

a São Tomé algumas embarcações que, de torna-viagem, trouxeram quantos lá restavam, inclusive aquele donatário,<sup>2</sup> que daqui se recolheu a Portugal.<sup>3</sup>

**JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO** – Em 1549 – fins do ano, pois partiram da Bahia a primeiro de novembro – escalaram no porto da “povoação do Espírito Santo” Leonardo Nunes e Diogo Jácome, jesuítas em viagem para S. Vicente: “Aqui ajuntou alguns Índios na fôrma das provisões referidas: e recebeo pera noviço ao irmão Matheus Nogueira”.<sup>4</sup>

Esse irmão Mateus Nogueira, segundo informa Basílio Daemon, “posteriormente tornou-se célebre jesuíta” e, em São Vicente, “afora os misteres do sacerdócio, ocupava-se em pedir esmolas e em trabalhar numa ferraria, fazendo anzóis, cunhos, facas e outros utensis, cujo produto applicava ao sustento dos meninos, que freqüentavam as aulas do seminário dos jesuítas, e ao fornecimento de provisões aos indígenas”.<sup>5</sup>

**SITUAÇÃO SÓCIO-RELIGIOSA DA CAPITANIA** – Vale a pena conhecer a situação sócio-religiosa da vila do Espírito Santo, tal qual a viu o padre Leonardo Nunes. Em carta de novembro (?) de 1550, escrita de S. Vicente, relatou o jesuíta que foi recebido por “alguna gente de la tierra, con la qual venia el vicario desta Capitanía”.<sup>6</sup> Este seria Francisco da Luz, “clérigo de Missa”, “pessoa apta, e sufficiente, para servir á dita Vigairaria”, onde substituiu João Dormundo, de quem era irmão.<sup>7</sup>

2 - VICENTE DO SALVADOR, *Hist. Brasil*, 93.

– Anteriormente, conforme a carta de dezoito de agosto de 1545, dirigida a Martim Ferreira, seu sócio, Pero de Góis estivera no Espírito Santo e daqui levava para S. Tomé um mestre de açúcar. Eis o trecho em que dá notícia do ocorrido: “fui ao Spírito Santo omde me achou e o caravelão quando veo. E com muito trabalho ouve hum oficial de Bras Tellez ao qual dei a cruzado em dinheiro por dia”. (Documento pertencente à Biblioteca de Évora [cod. CXVI, 2-13, n.º 2], apud MALHEIRO, *Regimen Feudal*, 262).

3 - VARNHAGEN, *HG*, I, 247.

4 - VASCONCELOS, *Crónica*, I, 40.

– Autorizado resumo biográfico de Mateus Nogueira em LEITE, *Artes e Ofícios*, 221-3.

5 - *Prov. ES*, 61.

6 - *Cartas*, I, 202-3.

7 - *Traslado da provisão de Francisco da Luz, que serve de vigário na Capitania de Espírito Santo por seu irmão João Dormundo* (datada de três de março de 1550), in *DH*, XXXV, 66.

– João Dormundo foi nomeado a treze de janeiro de 1541, vencendo de “ordenado em cada um anno com a dita Vigairaria quinze mil reis, e duas peças de escravos resgatados de sua roupa” (*Traslado da provisão do vigário da Capitania do Espírito Santo*; in *DH*, XXXV, 65). – Parece que esse João Dormundo é o mesmo João Gonçalves Dormundo, de quem nos fala AFONSO COSTA, nos seguintes termos: “Da ilha da Madeira e da ilustre familia dos Dormundos ali estabelecida, veio para o Brasil e instalou-se em Ilhéus, ao tempo da colonização, e ai lhe nasceram os filhos. Casado com Marta de Sousa Lobo, uma das órfãs protegidas da rainha e mandadas pelo rei ao governador, para que se casassem bem. Marta, mulher virtuosa e que fez obras de boa cristã, faleceu a seis de julho de 1602” (*Genealogia*, 79).



Convento da Penha, em Vila Velha

*Foto Humberto Capai*



Pórtico da capela de Santa Luzia, em Vitória

*Foto Humberto Capai*

Parece que, pouco depois, Francisco da Luz deixou o cargo.<sup>8</sup> É o que se infere do *mandado* de catorze de março de 1550, em que o provedor-mor determinava ao do Espírito Santo deixasse “em cada um ano embarcar para o Reino ao Padre Francisco da Luz, que serviu de Vigario na dita Capitania por João Dormundo seu Irmão, as duas peças de escravos resgatadas de sua roupa”.<sup>9</sup>

Hospedaram-se os viajantes na residência do sacerdote, “por não haver hospital na terra” e – prossegue o missivista – “ao domingo seguinte preguei, de que foram todos mui consolados, porque nunca tal cousa ali tiveram”.

De tal maneira se impressionou o padre com a situação religiosa da capitania, onde “a mor parte da gente estava em pecado”, que fez “nove ou dez sermões”, e ouviu “quase quarenta confissões” durante o mês em que demorou aqui.

“Apartaram-se muitos do pecado mortal, e dous homens se casaram com índias que tinham em casa”, registrou o inaciano. Vale a informação para demonstrar que o ódio mortal devotado pelos silvícolas aos cristãos não era compartilhado por suas irmãs, que, também no Espírito Santo, trouxeram ao homem branco a colaboração do seu afeto e dos seus braços.

Referindo-se à doutrinação que todas as noites fazia aos escravos, Leonardo Nunes dá conta da exigüidade da igreja local, onde não cabiam os assistentes, obrigando-o a transferir os exercícios espirituais para “una plaçuela ay junto”.<sup>10</sup>

**FUNDAÇÃO DE VITÓRIA** – Inspirado pela preocupação de tornar menos precária a segurança dos seus governados, Vasco Coutinho transferiu a sede da capitania para a ilha de Santo Antônio, onde a defesa era mais fácil, protegida que estava pelas águas circundantes.

A tradição e a opinião de vários autores concordam em que a nova povoação foi fundada em 1550.<sup>11</sup>

8 - A treze de dezembro de 1552, o provedor-mor passou um *mandado* a Francisco de Oliveira, “Feitor e Almojarife de Sua Alteza na Capitania do Espírito Santo, que pagasse ao Padre Pero de Souto dez mil, e quinhentos reis em resgate a razão do dinheiro que lhe eram devidos de sete mezes, que serviu de Vigario na Villa da Victoria da dita Capitania, que começaram a seis de Janeiro de mil quinhentos, e cincoenta e dois té seis de Agosto do Dito anno a razão de dezoito mil reis por anno” (DH, XIV, 298).

9 - DH, XXXVII, 42.

10 - NUNES, *Cartas*, I, 203.

11 - PENA, *História*, 30.

Preferimos a hipótese de Afonso Arinos de Melo Franco ao escrever que, “nesta ilha, teria provavelmente Duarte de Lemos alguma humilde povoação de lavradores”.<sup>12</sup>

De 1550 é o predicamento de vila dado à povoação, que tomou o nome de vila da Vitória. Tal fato teria ocorrido antes de três de março daquele milésimo,<sup>13</sup> pois dessa data existe uma provisão passada por Antônio Cardoso de Barros, “Provedor-mor da Fazenda de El-Rei Nosso Senhor nestas partes do Brasil”, onde se lê: “Faço saber aos que esta virem, que por nesta Villa da Victoria Provincia do Espirito Santo Capitania de Vasco Fernandes Coutinho...”<sup>14</sup>

Em março de 1550 já estavam, pois, oficializadas perante as autoridades do governo geral a existência e a denominação da vila da Vitória. Aquela provisão lança por terra a tradição de que foi o triunfo alcançado pelos ilhéus a oito de setembro de 1551, sobre os silvícolas, que inspirou o nome de *Vitória* à povoação fundada na antiga ilha de Santo Antônio com o nome de Vila Nova – “por oposição ao nome de Vila Velha, com que se designava a vila do Espirito Santo”.<sup>15</sup>

12 - *Desenvolvimento*, 34.

13 - Quem sabe a instalação da vila da Vitória não ocorreu entre vinte e seis de fevereiro de 1550 e três do mês seguinte? O cotejo de duas provisões conduz a esta hipótese. E as circunstâncias corroboram-na, como adiante se verá.

Naquele ano, Antônio de Barros, provedor-mor; Pero de Góis, capitão-mor do mar; e Pedro Borges, ouvidor geral, tinham vindo correr as capitanias do sul, por ordem (?) de Tomé de Sousa. A vinte e seis de fevereiro, “nesta Villa do Espirito Santo”, Cardoso de Barros assinou a provisão encarregando Francisco de Oliveira dos ofícios de feitor e almoxarife da capitania (*DH*, XXXV, 62); cinco dias depois, isto é, a três de março, agora “nesta Villa da Victoria”, o mesmo provedor-mor passou nova provisão mandando pagar a Francisco da Luz, clérigo de missa, os emolumentos de direito (*DH*, XXXV, 66).

Parece que o argumento merece consideração. É possível que, aproveitando a oportunidade da presença de tão eminentes funcionários no seu senhorio, Vasco Coutinho resolvesse transferir a sede da capitania para a ilha outrora dita “de Santo Antônio”.

14 - *DH*, XXXV, 66.

15 - PENA, *História*, 30.

– “Está esta villa [Vitória] em lugar igualmente defensavel, e commodo pera a vida humana: cercado de agoa, armado de penedia, horrivel por natureza, habitavel por arte: junto ao rio, perto da barra, senhor de pescarias e mariscos sem número. Seus arredores são terra fertil, capaz de grandes canaviaes, e engenhos: seus campos amenos, retalhados de rios, e fontes: suas mattas recendem, são delicia dos cheiros, balsamos, copaigbas, almececas, salçafrases: seus montes estão prenhes de minas de varia sorte de pedraria, e segundo dizem, de prata, e ouro: será feliz o tempo em que saião a luz com seu parto” (VASCONCELOS, *Crônica*, I, 58-9).

**TOMÉ DE SOUSA E O ESPÍRITO SANTO** – No Regimento passado a Tomé de Sousa, primeiro governador geral, todo um parágrafo é dedicado à capitania do Espírito Santo. Muito boas informações devia ter o soberano para fazer recomendações tão minuciosas como estas: “Tanto que os negocios que na dita Bahia aveis de ffazer estiverem pera os poderdes deixar ireis visitar as outras capitanias [...] e por que a do Espirito Santo que he de Vasco Fernandes Coutinho esta alevantada ireis a ela com a mais brevidade que poderdes e tomareis emformação por o dito Vasquo Fernandez e por quaesquer outras pessoas que vos diso saibão dar razão da maneira que estão com os ditos jentios e o que cumpre fazer pera se a dita capitania se tornar a reformar e povoar e o que asentardes poreis em obra trabalhando todo o que for em vos porque a terra se asegure e fique pacifica e de maneira que ao diante se não alevantem mais os ditos jentios e na dita capitania do Espirito Santo estareis o tempo que vos parecer necesario pera fazerdes o que dito he”.<sup>16</sup>

**COORDENANDO A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL** – Instalado seu governo, Tomé de Sousa fez com que os auxiliares mais próximos, ou seja, os que com mais autoridade pudessem resolver os assuntos, visitassem as capitanias do sul do Brasil. Tomaram parte na excursão o provedor-mor, de quem já falamos; o capitão-mor do mar, Pero de Góis; e o ouvidor geral, Pedro Borges.<sup>17</sup>

Em fevereiro-março de 1550 estavam nos domínios de Vasco Coutinho. Comprovam-no algumas provisões assinadas por Cardoso de Barros e datadas das vilas do Espírito Santo e da Vitória. Em *foot-note*, já nos referimos à designação de Francisco de Oliveira para feitor e almoxarife.<sup>18</sup> No mesmo dia em que assinou aquele ato, isto é, vinte e seis de fevereiro, fez outro, encarregando a Francisco de Vacas dos ofícios de provedor da Fazenda e juiz da Alfândega.<sup>19</sup> Também Francisco de Vacas era morador

---

16 - Regimento de Tomé de Sousa (dezessete de dezembro de 1549). Documento pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa - Arquivo da Marinha, liv. 1 de Ofícios de 1597 a 1602, fl. 1 (*apud* P. DE AZEVEDO, *Instituição*, 347).

17 - P. DE AZEVEDO, *Instituição*, 338.

18 - Ver *foot-note* n.º 13.

- Francisco de Oliveira serviu cinco anos. Foi substituído por Brás Pires, conforme provisão de Duarte da Costa, in *DH*, XXV, 298-300.

19 - *DH*, XXXV, 60-1.

na dita capitania e nenhum ordenado venceria. A vinte e sete, escolhia a Belchior de Azevedo e Henrique de Carvalho, nas mesmas condições dos anteriores, para os “Officios de Escrivão d’ante o Provedor, e Feitor, e Almojarife, e Alfandega”<sup>20</sup> e “de Porteiro da Fazenda e Contos, e Alfandega e assellador dos panos”,<sup>21</sup> respectivamente. Francisco da Luz, que exercia a vigairaria em lugar do irmão – João Dormundo – teve sua posse no cargo oficializada pela provisão de três de março,<sup>22</sup> e Álvaro Afonso, provido nos “Officios de Alcaide do Mar, e Guarda dos Navios”, por instrumento de quatro de março.<sup>23</sup> Para cada habitante, um cargo público...

Eram os primeiros passos efetivos na senda da administração coordenada. Melhor dito: era a colaboração do poder real na obra que os donatários demonstraram não ter forças para realizar sozinhos. Não fora outra a idéia que presidira à criação do governo geral.

**BAHIA, ARMAZÉM DO BRASIL** – A Bahia tornou-se então a metrópole da América Portuguesa. Além de centro dos negócios públicos, era o armazém da colônia, onde se ia abastecer das utilidades outrora vindas diretamente de Lisboa para cada donataria. Disso há testemunhos nos *mandados* de quatro de março de 1550, em que o provedor-mor autorizava o tesoureiro

---

– A dezenove de dezembro de 1552, foi substituído naquele ofício por Bernaldo Sanches de la Pimenta (DH, XXXV, 160). Desde julho de 1552, porém, já se achava na cidade do Salvador, conforme a informação contida na carta do bispo, daquela data, de onde destacamos o seguinte trecho: “Haverá dois dias que aqui chegou da capitania do Espírito Santo hum Francisco de Vacas muito grande musico e cantor que ha muitos anos que por sua vontade veio a estas partes o qual foi companheiro do padre Penhafiel cantor de Vossa Alteza, este Francisco de Vacas se me ofereceo que ensinaria nesta cidade a cantar e seria mestre da capela e se faria clerigo se lhe dessem hua prebenda nesta see e por eu nam ter já nenhũa que lhe dar, parece me que Vosa Alteza lhe devia de dar o arcedagado e lançar mão deste, tanto por ser já muito afeiçoado a esta terra como por ser mui destro no canto e ter boa fala e ter grande veia pera fazer e por em ordem os officios divinos” (*Carta do bispo do Salvador*, de doze de julho de 1552 – documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, I, 88, 63 – *apud* P. DE AZEVEDO, *Instituição* [Apêndice], 364).

Em carta de oito de abril de 1555, o governador Duarte da Costa referia-se a Francisco de Vacas. Por esta missiva ficamos sabendo que o ex-provedor da Fazenda do Espírito Santo era chantre no Reino e andou metido em complicações policiais na Bahia por ter dado “huma pescoçoada a hum moço de treze ou quatorze anos leigo que elle ensinava” (*Carta de D. Duarte da Costa*, de oito de abril de 1555 – documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, I, 95, 41, *apud* P. DE AZEVEDO, *Instituição* [Apêndice], 374).

20 - DH, XXXV, 62-3.

21 - DH, XXXV, 63-4.

22 - DH, XXXV, 66-7.

23 - DH, XXXV, 67-8.



e o “Almoxarife dos armazens, e mantimentos da Cidade do Salvador” a entregar a Francisco de Oliveira, feitor e almoxarife do Espírito Santo, “dois sellos de metal, um que diz Livro, e outro da espera”, e peças de balança com respectivos pesos, além de “quarenta espadas guarnecidas com suas bainhas”.<sup>24</sup>

Também o *mandado* de vinte e dois de março do mesmo ano, de Cardoso de Barros para Cristóvão de Aguiar, “almoxarife dos armazens e mantimentos da Cidade do Salvador”, autorizava a entrega ao capitão e governador do Espírito Santo das “cousas seguintes a saber; seis meios berços, e um falcão de metal com suas chaves com tres Camaras para cada peça do meio berço, e duas para o falcão, e cento e cincoenta pelouros; cento, e vinte para os meios berços, vinte para cada um e trinta para o falcão, e um quintal de polvora, e dez lanças, e dez piques, e quarenta espadas ...”<sup>25</sup>

Anteriormente, a quinze de dezembro de 1549, foram mandados da Bahia, para o almoxarife do Espírito Santo, “um falcão de metal com duas camaras, e uma chave, e trinta pelouros”.<sup>26</sup>

**COMÉRCIO DIRETO COM PORTUGAL** – Basílio Daemon informa que se inaugurou nesse ano de 1550 o comércio direto com Portugal e Angola, ligando

24 - DH, XXXVII, 41.

- A catorze de setembro de 1550, o provedor-mor passou um *mandado* para o almoxarife dos Armazéns, Cristóvão de Aguiar, fornecer a Francisco de Oliveira “a artilheria e munições abaixo declaradas; a saber um falcão de metal com seu reparo e duas Camaras, e uma chave, e setenta pelouros, e um barril de polvora de bombarda, e dois quintaes de ferro, as quais cousas eram para estar na dita Capitania para defenza della, e por elle com seu conhecimento em forma feito pelo Escrivão de seu cargo assignado por ambos, em que declarasse receber delle as ditas cousas com toda a mais artilheria, e munições, que lhe eram entregues pela Redizima da dita Capitania pelos preços, que vieram dos armazens do Reino lhe sejam levados em conta, e se lhe entregará mais seis arrateis de polvora de espingarda” (DH, XIV, 93). - Mais tarde, isto é, a quinze de dezembro de 1552, novo *mandado* do provedor-mor, agora dirigido ao mestre da nau *São João*, de Sua Alteza, autorizava a entrega ao feitor e almoxarife da Capitania do Espírito Santo, “de seis arcabuzes, e seis espingardas com todos seus aparelhos; e que por elle, e seu conhecimento em forma feito pelo Escrivão de seu cargo assignado por ambos de como recebeu as ditas cousas, e lhe ficam Carregadas em Receita lhe sejam Levados em Conta” (DH, XXXVIII, 109).

25 - “...a qual artilheria e cousas o dito Vasco Fernandes pagará pelos preços que vierem dos armazens do Reino e que por elle com conhecimento do dito Vasco Fernandes feito pelo Escrivão da Feitoria da dita Capitania assignado por ambos, em que declare receberem as ditas cousas lhe sejam levadas em conta” (DH, XXXVII, 42-3).

26 - DH, XIV, 391.

tão auspicioso acontecimento à instalação da alfândega na capitania.<sup>27</sup> Já nos referimos ao primeiro carregamento de açúcar despachado para a metrópole, no barco de Brás Teles, em 1545.

**COUTINHO AUSENTA-SE NOVAMENTE** – Posta certa ordem na governança, Vasco Coutinho atirou-se novamente ao mundo.

A direção da colônia ficou entregue, desta vez, a Bernardo Sanches de la Pimenta. Pelo menos era quem, em 1552, servia “de Capitão na dita Capitania”, segundo testemunho de Tomé de Souza.<sup>28</sup>

A escolha recaiu em um dos “que mais zelavão contra o gentio”,<sup>29</sup> isto é, dos que eram tidos como seus melhores amigos. Há um detalhe que parece provar o bom conceito em que Sanches de la Pimenta era tido entre os silvícolas: ele foi um dos padrinhos de Sebastião de Lemos, filho do famoso chefe *Maracaiaguaçu* (Gato Grande).<sup>30</sup> Muito natural que o governo fosse confiado a alguém que gozasse da estima e do respeito dos índios, pois, como vimos, uma das causas principais do desastre de D. Jorge de Menezes fora sua inabilidade em tratar com eles.

A catorze de julho desse ano de 1550, tão fértil de sucessos notáveis na vida capixaba, já o donatário havia passado pela capitania de Pero do Campo Tourinho, então governada por Duarte de Lemos.<sup>31</sup>

**DELAÇÃO DE DUARTE DE LEMOS E OUTRAS CARTAS** – Tem-se notícia dessa viagem pela denúncia levada ao soberano em carta daquela data, escrita por Duarte de Lemos. A justiça não tem por que tremer condenando o antigo colaborador de Coutinho pelas mesquinharias contidas no negregado documento. Sua tessitura revela irrefragável e incontida preocupação de intrigar o donatário com o monarca. Ressumbra de suas frases um espírito sádico, antegozando a desgraça que atrairia para a vítima do seu ódio. No meio do esterquilínio das delações, alguns esclarecimentos, porém. O primeiro, a

27 - *Prov. ES*, 62.

28 - *DH*, XXXV, 160-1.

29 - NÓBREGA, *Cartas*, III, 82.

30 - PIRES, *Cartas*, II, 372.

31 - *Carta de DUARTE DE LEMOS escrita de Porto-Seguro a D. João III* (catorze de julho de 1550): “Senhor, V. A. saberá como Vasco Fernandes Coutinho veyo ter a este Porto

informação de que Vasco Fernandes se propunha ir ao Reino. Presume-se que tenha estado na Europa entre 1550 e 1555.<sup>32</sup> Em abril de 1551, Pero de Góis, de volta do sul, escrevia ao rei, informando: “Fui ter ao Espirito Santo terra de Vasco Fernandez Coutinho [...] estive aqui synquo ou seis dias por a terra estar quasi perdida com descordias e desvarios dos omens por nom estar Vasco Fernandez nella e ser ido nom sei se lla se omde, sayo o ouvidor fora comsertou tudo”.<sup>33</sup>

Não havia, pois, notícia sobre o paradeiro do donatário e as discórdias dividiam a população. Dois anos depois, finda a inspeção que realizara pela costa, Tomé de Sousa dava conta a Sua Majestade do que vira e fizera durante a viagem. Referindo-se ao senhorio de Vasco Coutinho, assim se expressou: “O Espirito Santo he a melhor capitania e mais abastada que ha nesta costa mas está tam perdida como o capitão della qué Vasco Fernandez Coutinho

---

Seguro e ffoy sorgir junto da nao a Santa Cruz ffazenda do Duque dAveiro que he desta villa duas lloegas omde estava a nao de V. A. á carega de brazill dizemdo que se queria yr nella ao reyno e estarya hy oyto dias eu ho ffuy ver e lhe pedi e requery da parte de V. A. que não llevase huns omiziados que ho ouvidor gerall prendeo nos Ilheus que ffofirão da cadeia os quaies estavam prezos porllançarem x ou xb ou xx allmas nos pitiguares em terra e as darem a comer aos Imdios e despois se allevamtaram com ho navyo e lhe trazerem suas ffazemdas roubadas e elles mortos e assy hum ffranses per nome Formão que veyo narmada de V. A. degradado pera sempre por ladrão do mar cosairo como Francisco do Camto que vay por capitão desa nao mais largamente dirá a V. A. e como elle lleva mao preposito segundo emfornnações que eu tenho não deu por nada mas antes os levou todos e mais se mais achara e os que leva comsiguo são lladrões e desorelhados e degradados pera esta terra por onde creio que não lleva bom preposito como hum Antonio Vaz que esta no Ryo dos Ilheus na ffazenda de Fernam dAlvares da Casa da India mais llargamente sabe e asy hum Roque Martins que qua está na sua capitania e outro que era mestre de hum navio em que elle vay por serem cometidos e o mestre se deixou ffiguar em terra nesta capitania por não segir a Rota que Vasco Fernandes lleva que he yr se a França a se restaurar se de seus gastos que tem ffeitos na sua capitania, dizendo que asy ho ade fazer pois lhe V. A. quebra suas doações e a sua capitania deixou e entregou ao ouvidor gerall ho que dá mais com a ser verdade seu caminho e mao preposito.

It. Eu mandey este aviso a Tome de Sousa porque Vasco Fernandes se vay a Pernambuco a ver com Duarte Coelho e dahy segir sua rota per onde lhe bem parecer e como elle já nam tem que perder e está no Reino muito endividado ... nenhũa duvyda á ho ffazer portanto ho ffaço a [saber] a vosa allteza e crea V. Allteza que ja quando partyo do Reyno pera este Brazill da primeira vez veio com este preposito e será boa testemunha Fernam Vylles [Vélez] e elle a mim me cometeo e eu lhe dixee que nunca Deus quisese que fosse tredo a V. A. e porque os tempos lhe não socederão nem Deus quis que elle tall deserviço lhe fizesse ho nom ffez não por que não fosse boa a sua vontade” (*Corpo Cronológico*, parte I, maço 84, n.º 99 [documento lacerado], *apud* MALHEIRO, *Regimen Feudal* [Apêndice], 267).

32 - CAPISTRANO, *Prolegômenos*, 79.

33 - *Carta de Pero de Góis* (vinte e nove de abril de 1551, in *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 92, n.º 113, *apud* OLIVEIRA LIMA, *Nova Lusitânia* (Apêndice), 322-3.

eu o provy o melhor que pude mas V. A. deve mandar capitão ou Vasquo Fernandez que se venha pera ella e ysto com brevidade”.<sup>34</sup>

Muito descera o valoroso soldado de Afonso de Albuquerque para ser apontado como perdido...

Aquele “que se venha pera ella” dá quase a certeza de que Tomé de Sousa sabia Vasco Coutinho achar-se em Portugal. Parece um recado ao administrador negligente, maliciosamente encaminhado por intermédio do rei.

**CRISE – ARMANDO OS ENGENHOS** – Enquanto isso, o povo enfrentava as maiores dificuldades na terra capixaba. Basta dizer que, em 1552, a capitania não rendia o suficiente para pagar ao padre Gomes Ribeiro, deão da Sé e cabido da cidade do Salvador e procurador do bispo, a quantia de 8\$500, “que lhe eram devidos dos dízimos das miunças, que pertencem ao dito (*sic*) Bispo, e Cabido”. À margem do livro em que foi registrado esse mandado do provedor-mor, lê-se que só em 1554 se resgatou a dívida.<sup>35</sup>

O governador geral, por intermédio do provedor-mor, em 1553, determinou providência tendente a proporcionar maior segurança aos engenhos do Espírito Santo. Por mandado de dez de março desse ano, determinou ao provedor da capitania que entregasse aos proprietários ou feitores daqueles estabelecimentos toda a artilharia que houvesse mister, contra pagamento dentro do prazo de doze meses.<sup>36</sup>

Medida inspirada pela previdência da administração. Resultado evidente da viagem do governador geral às capitanias do sul – pois que lhe permitiu ver “quão desprovidos estavam os Engenhos da artilheria necessaria para a sua defesa” – tornou-se, para muitos dos beneficiados, um incentivo às suas tendências desumanas, levando-os a coagirem, mais e mais, os pobres índios à escravidão.

---

34 - *Carta de Tomé de Sousa* (primeiro de junho de 1553). - Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo (gaveta 18, m. 8, n.º 8). Cópia de P. DE AZEVEDO, in *Instituição* (Apêndice), 365.

35 - *DH*, XXXVIII, 109-10.

36 - *DH*, XXXVIII, 116-7.

**VASCO COUTINHO VOLTA AO BRASIL** – O navio em que Coutinho regressou ao Brasil tocou em Pernambuco e, com certeza, era de sua propriedade. A primeira afirmação baseia-se na carta de Duarte da Costa delatando o bispo D. Pero Fernandes de ter humilhado o capitão do Espírito Santo negando-lhe “cadeira despaldar na igreja” e excomungando-o, ademais, “de mistura com homens baixos por beber fumo”. Tais injúrias tiveram lugar na terra de Duarte Coelho, explica claramente o missivista. O mesmo texto faz crer que o prelado repetiu a descortesia quando, novamente, pilhou Vasco Coutinho na cidade do Salvador.<sup>37</sup>

Vale a oportunidade para recordar que o fundador da capitania por um triz escapou de cair prisioneiro dos franceses (?) quando, no arrecife de D. Rodrigo,<sup>38</sup> resgatava índios.<sup>39</sup>

Justamente porque podia interromper a derrota para transacionar com os silvícolas é que se conclui ser seu o barco em que viajava o capitão do Espírito Santo.

---

37 - *Carta de D. Duarte da Costa, 2.º governador do Brasil* (vinte de maio de 1555): “Vasco Fernandez Coutinho chegou aqui velho pobre e cansado, bem injuriado do bispo, porque em Pernambuco lhe tolheo cadeira despaldar na igreja e apregoou por escomungado de mistura com homens baixos por beber fumo segundo mo ele dise, eu o agaselhei em minha casa e com minha fazenda lhe socorri a sua pobleza pera se poder ir pera o Espirito Santo e o bispo o agasalhou com dizer no pulpito cousas delle tam descortesas estando elle presente que o puseram em condiçam de se perder do que eu o desviei e hei vergonha de decrarar o que lhe disse e por lhe defender a elle o fumo sem o qual nam tem vida segundo elle diz o defendeu nesta cidade com excomunhões e grandes penas dizendo que era rito gentilico sendo hũa mezinha que nesta terra sarava os homens e as alimarias de muitas doenças e que parece que nom devia de defender” (Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, I, 95, 70, *apud* P. DE AZEVEDO, *Instituição* [Apêndice], 375).

38 - “Arrecife de D. Rodrigo ou Porto dos Franceses – Nos Baixos de D. Rodrigo, entre a barra do Rio São Francisco e o Cururipe, quase defronte a este, naufragou o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha. Salvo do naufrágio, regressava a Pernambuco, com seus companheiros, quando foi morto e devorado pelos caetés, perto do Porto dos Franceses, sobre uma colina que domina a entrada da barra. Aí existe uma ermida, provavelmente, para comemorar esse cruento martírio.

Uma observação de Gabriel Soares há e convém fique lembrada: é a que se refere à existência de três portos chamados “dos franceses”. [...] o terceiro, simplesmente – Porto dos Franceses – achava-se situado nos recifes de D. Rodrigo, nome que designa um capitão espanhol, comandante da nau *S. Gabriel*, que arribara a S. Catarina em 1530 e depois foi ter ao litoral das Alagoas, onde naufragara” (*Rev. Inst. Arq. e Geogr. Alagoano*, n.º 9, dez.º 1876, p. 245, *apud* PIRAJÁ DA SILVA, *Notas*, I, 115).

39 - “...depois veio aqui ter Vasco Fernandez Coutinho e esteve junto do arrecife de Dom Rodrigo resguatãodo em hum barquo e vyo entrar hua nao demtro com hua zabra por popa e escapou lhes por estar dentro num arrecife” (Da carta de Francisco Portocarrero a el-Rei, de vinte de abril de 1555). Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, I, 95, 46, *apud* P. DE AZEVEDO, *Instituição* (Apêndice), 377.

**AINDA A CARTA DE DUARTE DE LEMOS** – Voltando à carta de Duarte de Lemos: que se atente para o trecho relativo aos “lladrões e desorelhados” que Vasco Fernandes acoitara no seu barco, resistindo aos pedidos e requerimentos feitos em nome del-rei para que os devolvesse à Justiça de Porto Seguro. É um exemplo original de *jus soli*, sem as características clássicas do instituto, mas repleto de sugestões.

Analisando a carta de homizio passada por D. João III, a seis de outubro de 1534, vê-se que prescreve: “Hei por bem e me apraz que d’aqui em diante para sempre quaesquer pesôas de qualquer qualidade e condição que sejam, que andarem homisiados ou ausentes por quaes delictos que tenham commettido, não sendo por cada um d’estes quatro casos seguintes – a saber: heresia, traição, sodomia, e moeda falsa, que estes taes indo-se para o dito Brasil a morar e povoar a Capitania do dito Vasco Fernandes, não possam lá ser presos accusados nem demandados, constringidos nem executados por nenhuma via nem modo que seja pelos casos que cá tiverem commettido, até o tempo em que se assim foram para o dito Brasil, posto que já sejam sentenciados e condemnados à morte natural”.

Embora a redação seja um tanto vaga, fugindo a uma delimitação de territorialidade, o fato de serem as cartas expedidas individualmente para cada capitania conduz à conclusão de que o privilégio nelas contido não ia além das respectivas divisas. É curioso, pois, que Vasco Coutinho fosse pescar criminosos tão requestados no senhorio alheio. Mais importante que a seleção era a necessidade de povoar a terra.

Vem, a seguir, a delação da fuga de Coutinho para a França, que calamos por inconseqüente. E fecha-se o parágrafo com a notícia de que o Espírito Santo ficara entregue ao ouvidor geral. Nada se conhece sobre esta última parte.

Por fim, Duarte de Lemos alude às dívidas do seu antigo amigo, encerrando a epístola com mais uma gota de veneno: que Vasco Coutinho, “quando partyo do Reyno pera este Brazill da primeira vez”, já acariciava o plano de se passar para a França.

**O DONATÁRIO VISTO PELO GOVERNADOR DUARTE DA COSTA** – “Velho pobre e cançado”, foi como Duarte da Costa definiu Coutinho à sua passagem pela Bahia. Talvez o governador geral dramatizasse um pouco, pois era de seu interesse comprometer o bispo com Sua Majestade, mas o certo é que chegou a

imputar idéia de suicídio a Coutinho, tamanha era a vexação que a este possuía, em virtude das humilhações a que o submetera D. Pero Fernandes.<sup>40</sup>

Assim o vemos de regresso ao senhorio, em 1555.

Detenhamo-nos, porém, alguns momentos, para rememorar os principais sucessos de que foi palco o Espírito Santo durante a ausência do capitão.

---

40 - Ver carta transcrita na *foot-note* n.º 37.

A large, white, serif capital letter 'V' is centered in the foreground, overlaid on a photograph. The background image shows a light-colored wall with two windows, each with a dark brown shutter. The windows have a white frame and are divided into six panes. Dark, leafy shadows from a tree or vine are cast onto the wall above the windows. The overall lighting is warm and slightly dim, suggesting an indoor or shaded outdoor setting.

V



# V

## OS JESUÍTAS INSTALAM-SE NO ESPÍRITO SANTO

**N**OVA E PODEROSA FORÇA: OS JESUÍTAS – Já sabemos que em 1551, quando por aqui passou Pero de Góis, a discórdia e o desvario quase punham a terra a perder.<sup>1</sup>

Foi, entretanto, nesse mesmo ano de 1551 que chegaram à donataria os apóstolos de uma nova era – os jesuítas. Efetivamente, a presença dos comandados de Nóbrega na capitania do Espírito Santo assinala sensível mudança na conduta dos cristãos e certa moderação nas atitudes dos silvícolas.

---

1 - Carta de vinte e nove de abril de 1551, já citada - *foot-note* n.º 33 do capítulo IV.

Dois inicianos inauguraram a catequese na terra capixaba: o padre Afonso Brás<sup>2</sup> e o irmão Simão Gonçalves.<sup>3</sup> Aqui devem ter chegado antes de se findar o mês de março, pois que deixaram Porto Seguro a vinte e três.<sup>4</sup>

Na carta em que relata os seus primeiros dias e trabalhos, Afonso Brás nos fala da recepção que “los moradores con grande prazer y alegria” lhe fizeram. Antes de qualquer iniciativa – porque estavam em vésperas da Páscoa – “no me ocupé ni entendí en otra cosa, si no en confessar y hazer otras obras pias”. Informa o padre no singular, porque só a ele cabiam aqueles misteres. A tarefa seguinte foi a construção de “una pobre casa, para nós poder recoger en ella; ella está ya cubierta de paja, y sin paredes. Trabajaré porque se edifique aquí una hermita junto della en un sitio muy bueno, en la qual podamos dezir missa, confessar, hazer la doctrina, y otras cosas semejantes”.<sup>5</sup> Era a especialidade do padre Afonso Brás, que deixou outras construções em São Paulo e no Rio de Janeiro, nomeadamente.<sup>6</sup>

**DOCTRINAÇÃO DE BRANCOS E ÍNDIOS** – Os trabalhos das edificações não preteriam, contudo, a obra de doutrinação. O missionário a ela se reporta com o entusiasmo e o otimismo de um moço preocupado em dar boa conta da primeira empreitada que lhe confiaram: “Grande es el fruto, que por la misericordia del Señor se ha hecho y haze entre los christianos, él sea por todo alabado. Porque unos se apartan de sus mancebas, y otros las dexan y se casan, y determinam de

2 - Padre Afonso Brás - Natural de S. Paio de Arcos, Anadia (antigo termo da vila de Avelãs de Cima), nasceu por volta de 1524. Ingressou na Companhia em Coimbra a vinte e dois de abril de 1546 (ou 1548, conforme querem outros). Veio para o Brasil na segunda expedição - a de 1550. Fundou o Colégio do Espírito Santo em 1551 e é um dos fundadores de São Paulo, dirigindo a construção das primeiras casas. Trabalhou por mais de sessenta anos no Brasil, inclusive no Rio de Janeiro, destacando-se na Companhia como carpinteiro e mestre de obras, ou arquiteto. Faleceu no Rio de Janeiro, aos trinta de maio de 1610. Estes os principais elementos biográficos do primeiro missionário do Espírito Santo, segundo o que se contém na *História da Companhia de Jesus*, do padre SERAFIM LEITE, S. J. - vols. I (p. 215) e VIII (p. 122).

3 - Ir. coadjutor Simão Gonçalves - Fora soldado antes de ingressar na Companhia, o que fez na Bahia, logo após a chegada dos primeiros jesuítas. “Foi o primeiro soldado que se cá tomou”, disse Nóbrega, referindo-se a ele. Ajudou o ensinar os meninos na Bahia. Em 1562 estava na capitania de São Vicente e em 1567 já era morto, pois não consta do respectivo catálogo. Não confundir com o padre Simeão Gonçalves (Cf. LEITE, *HCJB*, I, 573).

4 - BRÁS, *Cartas*, I, 273.

5 - BRÁS, *Cartas*, I, 274.

6 - LEITE, *HCJB*, I, 215, nota 2, *in fine*; VIII, 122.



Igreja e residência dos jesuítas, em Anchieta

*Foto Humberto Capai*



Igreja dos Reis Magos e residência dos jesuítas, em Nova Almeida

*Foto Humberto Capai*

se emendar y ser buenos en adelante; quiera el Señor conservarlos en sus buenos propósitos. Los jugadores permanecian mucho en estas tres Capitanias, y eran los peores de arrancar de sus vicios y malos costumbres. Ya agora por gracia del Señor están muy emendados, y tengo tomados muchos naipes y dados. De lo qual los que aún están obstinados murmuran y hablan, mas yo mirando el provecho que de ay sucede, no descanso de los perseguir. Hazemos cada dia la doctrina a los esclavos desta villa que son muchos”.<sup>7</sup>

Depois de externar receio em proporcionar o batismo aos gentios, devido a “su inconstancia e poca firmeza”, diz o padre que “tienese acá muy poca confiança en ellos, porque son muy mudables”. Alguns, após terem recebido o primeiro sacramento, haviam fugido para os matos e “andam después allá peores que dantes, y tórnanse a meter em sus vicios y a comer carne humana”.

Assombrado com a quantidade de índios, o jesuíta construiu esta frase sugestiva: “Son tantos, y es la tierra tan grande, y van en tanto crecimiento, que si no tuviessen continua guerra, y si se no comiessen los unos a los otros no podrían caber.”

Antes de pôr ponto final à sua missiva, galanteou a colônia com uma frase de efeito: “Es esta tierra donde al presente estoy, la mejor y más fertil de todo el Brasil”.<sup>8</sup>

Quase quatro séculos depois desta carta iluminada pelas esperanças de quem iniciou a catequese no Espírito Santo, um seu irmão de hábito, historiando a vida e a obra da Companhia de Jesus no Brasil, pôde, com justiça, escrever que a colônia de Vasco Coutinho, “pelo que toca ao trabalho da conversão do gentio”, não decepcionou, pois, “na verdade”, acrescentou – endossando as palavras de Fernão Cardim – “recebeu mais gente do sertão do que nenhuma outra Capitania”.<sup>9</sup>

7 - BRÁS, *Cartas*, I, 274.

8 - BRÁS, *Cartas*, I, 275. O depoimento coincide com o seguinte trecho da carta escrita em Pernambuco, a dois de agosto de 1551, pelo padre Antônio Pires, referindo-se ao Espírito Santo: “es la tierra la mas abastada y mejor de toda esta costa, según dicen todos” (PIRES, *Cartas*, I, 260).

Aliás, na carta de dez de março de 1553, “um irmão do Brasil” escrevia que o governador “dió muy guessa limosna” para o Colégio de Vitória e para a Casa de Porto Seguro (*Cartas*, I, 428), o que prova que a situação era, pelo menos, de relativa folga.

9 - LEITE, *HCJB*, I, 214.

**EXCEÇÃO HONROSA** – O Espírito Santo foi uma das raríssimas, senão a única das capitanias brasileiras em que os jesuítas sempre viveram em paz com os habitantes. Aqui não houve lutas que empolgassem os ânimos, como no Pará, no Maranhão, no Rio de Janeiro, em São Paulo, embora o motivo que as provocasse – o índio – fosse abundante nas suas terras.

A ação catequizadora dos inacianos tem significado inapreciável na obra ciclópica da conquista da terra capixaba. Elevaram o nível moral da população branca, tão degradada nos primeiros tempos, propiciando clima sadio para o convívio social. Coube-lhes também o papel relevantíssimo de, pela linguagem do coração, tornar menos bravios e ferozes os silvícolas inconquistáveis. Se não os trouxeram a todos para o lado dos brancos, aplainaram pelo menos grandes dificuldades que se antepunham à aproximação, mesmo precária, das duas sociedades. Isso não foi tudo, mas o suficiente para tornar a Sociedade de Jesus credora da gratidão de todos os espírito-santenses.

**FRANCESES NA COSTA** – Ainda da era de 1551, temos trechos de uma carta de Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor da Fazenda, escrita na “cidade do salvador da baia de todos os santos XXX dabrill”, um dia, portanto, depois da de Pero de Góis, que regressava com aquele da excursão aos portos do sul. Dizia o ex-donatário do Ceará a el-rei: “Temos novas que amdam muitos franceses por esta costa e a poucos dias que tomaram hua nao cheia dasuqueres a qual hera de Francisco de Barros Dazeuedo que vinha de sam vicente e tomaram na tamto avante com a capitania do sprito samto e a queimaram e outros franceses corerão após Jorge de Melo filho de Vasco Fernandes Coutinho que hia em huu seu navjo”.<sup>10</sup>

Muito interessante o informe relativo a Jorge de Melo, de quem não se conhece até hoje outra notícia das suas atividades no Brasil.<sup>11</sup>

Deve ter sido em consequência da presença de franceses nos mares capixabas que, da Bahia, veio para a capitania nova e grande remessa de armas e munições de que se tem notícia.<sup>12</sup> É o que informa o *mandado* de catorze de setembro de 1551, que determina ao almoxarife

10 - *Notícias Antigas*, 19.

11 - Seria ele um dos “três filhos de Vasco Fernandes Coutinho moços sem barbas” que Mem de Sá encontrou no Espírito Santo em 1560? (SÁ, *Carta*, II, 228). – A História só registrou a existência de três filhos de Vasco Coutinho: Jorge de Melo e Martim Afonso de Melo (legítimos) e Vasco Fernandes Coutinho (bastardo). Estariam, pois, todos na colônia quando da passagem, por aqui, do governador geral.

12 - As primeiras, como vimos (*foot-notes* n.º 24 e 25, do capítulo IV), foram autorizadas a vinte e dois de março de 1550 e quinze de dezembro de 1549.

dos armazéns da cidade do Salvador entregar a Francisco de Oliveira “um falcão de metal com seu reparo, duas câmaras e uma chave, setenta pelouros, um barril de pólvora de bombarda, dois quintais de ferro e seis arrobas de pólvora de espingarda”.<sup>13</sup>

**TOMÉ DE SOUSA VISITA A CAPITANIA** – Outro grande acontecimento foi a visita do governador geral, ocorrida em dezembro de 1552.<sup>14</sup> Relatando ao soberano as principais providências tomadas durante a viagem, que se estendeu até São Vicente, Tomé de Sousa frisou: “Todas as villas e povoações de engenhos desta coosta fiz cerquar de taipa com seus balluartes he as que estavam arredadas do mar fiz chegar ao mar e lhe dey toda a artelharia que me pareceo necessaria, a quall está entregue aos vossos almoxarifes por que os capitães nam querem ter a que são obriguados a ter nem tem fazendas por honde os obrigue a yso hordene V. A. nisto o que lhe parecer seu serviço e mandey em todas as villas fazer casas de audiencia e de prisão he endereitar allguas ruas o qe tudo se fez sem opressão do povo he com folleguarem muito de o fazer que disto são grande parteira”.<sup>15</sup>

O Espírito Santo deve ter-se beneficiado dessas obras, embora não se conheçam referências especiais à matéria e os termos da carta sejam tão gerais. Antes daquele trecho, já recordado nesta obra, em que fala da abastança da

---

13 - “...as quais cousas eram para estar na dita Capitania para defenza della, e por elle com seu Conhecimento em fórma feito pelo Escrivão do seu Cargo assignado por ambos, em que declarasse receber delle as ditas cousas lhe ficasse Carregadas em Receita em seu Livro della para se haver de arrecadar os preços destas ditas cousas com toda a mais artilharia, e munições que lhe já eram entregues pela Redizima da dita Capitania pelos preços, que vieram dos armazens do Reino lhe sejam Levados em conta” (DH, XXXVII, 328).

14 - Depois da publicação do Traslado da Carta por que o Governador Thomé de Souza proveu de Escrivão da Provedoria, Feitoria, e Almoxarifado, e Alfandega da Capitania do Espirito Santo a Manoel Ramalho morador na dita Capitania (DH, XXXV, 162-3) e do Traslado da Carta do Officio de Provedor da Capitania do Espirito Santo, de que foi provido Bernaldo Sanches Pimenta (DH, XXXV, 160-1), não pode haver mais dúvida sobre a época da excursão de Tomé de Sousa aos portos do sul do Brasil. Aqueles documentos foram passados na vila da Vitória em onze e dezenove de dezembro de 1552, respectivamente. A vinte e sete de novembro do mesmo ano, Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor, nomeava a Domingos Martins para o cargo de porteiro da Alfândega de Porto Seguro (DH, XXXV, 159-60). Como se sabe, Cardoso de Barros participava da comitiva do governador geral. De dezoito de novembro é a carta de nomeação de João Gonçalves Dormundo para provedor da Fazenda de Ilhéus (DH, XXXV, 157-8). Como elementos subsidiários, poderíamos citar MANUEL DA NÓBREGA (Cartas, I, 401-9 e 420-4, esta última datada de S. Vicente, doze de fevereiro de 1553).

15 - Carta de Tomé de Sousa de primeiro de junho de 1553, já citada (foot-note n.º 34, do capítulo IV).

capitania e reclama a presença de Vasco Coutinho, Tomé de Sousa queixa-se acerbamente dos administradores que encontrou à frente dos vários senhorios, concitando o monarca a que obrigasse os próprios donatários a virem dirigir suas colônias.<sup>16</sup>

Dessa visita se conhecem, além das nomeações referidas (*foot-note* n.º 14), a autorização dada por Tomé de Sousa para que Manuel Ramalho<sup>17</sup> fosse ao sertão da capitania.<sup>18</sup>

**O COLÉGIO DOS JESUÍTAS – OUTRAS OBRAS** – O operoso padre Afonso Brás já havia levantado o Colégio,<sup>19</sup> constituído de grande casa e igreja. O governador geral orou ali ao lado de Manuel da Nóbrega.<sup>20</sup>

Não se sabe de onde veio o nome de Santiago dado à fundação jesuítica: se de alguma capelinha que existisse no local ou se traduzia uma recordação do dia em que talvez fosse abençoado o templo – vinte e cinco de julho de 1551.<sup>21</sup> O certo é que a quatro de maio de 1552 já o Colégio tinha esse nome.<sup>22</sup>

16 - “Como dise a V. A. não farey senão as lembranças muito necessarias sem as quais esta terra se não podera sustentar senão se hum homem pode viver sem cabeça. V. A. deve mandar que os capitães proprios residão em suas capitancias e quando isto não for por allgũns justos respeitos ponhão pesoas de que V. A. seya contente porque os que aguora servem de capitais não os conhece a may que os pario” (HCP, III, 365).

17 - Manuel Ramalho - Teve de Antônia Pais (índia) um filho, Jácome de Queiroz, que veio a ser cônego da Sé da Bahia e tomou parte, como capelão, na bandeira de Gabriel Soares (CALMON, *Hist. Brasil*, I, 423). Jácome de Queiroz *figura tristemente* - segundo o eufemismo de RODOLFO GARCIA - nas *Confissões*, 46; e *Denúncias*, 399.

18 - DH, XIV, 305-6.

19 - “Na organização da Companhia, colégio não significava escola, mas a principal categoria administrativa e geográfica, da qual dependiam as casas ou residências das aldeias. Na casa de S. Vicente funcionaram as primeiras aulas, e não em nenhum colégio. Dirigiam aldeias e casas os superiores e colégios os reitores, subordinados todos ao provincial, a partir da criação da Província Brasileira, em 1553” (RIZZINI, *O Livro*, 186, nota n.º 10).

20 - LEITE, HCJB, I, 221.

21 - Dia pela Igreja dedicado a Santiago.

22 - HCJB, I, 221. - “A quatro de maio de 1552 ja se lhe chama ‘Casa de São Tiágo e Collegio dos Meninos’. Deve ter sido, portanto, inaugurado no dia de Santiago (vinte e cinco de julho de 1551)” Nota de SERAFIM LEITE, in *Cartas*, I, 275.



Se a igreja, ainda em 1562, estava desprovida de objetos e paramentos essenciais ao culto,<sup>23</sup> a escola, dirigida por Afonso Brás, já em 1552 proporcionava instrução às crianças mamalucas e índias.<sup>24</sup>

**DUARTE DE LEMOS REAPARECE AINDA UMA VEZ** – E aqui aparece, novamente, o nome de Duarte de Lemos. Como proprietário da ilha de Santo Antônio, coube-lhe oferecer algumas terras aos jesuítas, “suficientes,” diz Serafim Leite, “para a construção do Colégio e mantimento dele”.<sup>25</sup> A presença, no Espírito Santo (em 1552), do padre Manuel de Paiva, visitador da Companhia de Jesus, propiciou oportunidade para legalizar a doação, acrescida pelo loco-tenente do donatário – Bernardo Sanches Pimenta – de outras terras na própria ilha e fora dela, de tudo dando posse “à dita casa de Santiago e Colégio dos Meninos”, livre de todos os encargos fiscais, “salvo dízimo a Deus”.<sup>26</sup>

**CONFRARIA CONTRA A MALEDICÊNCIA** – À guisa de curiosidade, sem esquecer os resultados benéficos que a iniciativa abrigava, recorde-se a confraria

23 - “Sua igreja hé pobre, a qual nen ornamentos nen retavolos, nen humas galhetas tem, como digo, mal providos de vinho e farinha pera as missas” (*Cartas*, III, 464).

- Referindo-se à igreja, informou o padre Brás Lourenço, em carta de vinte e seis de março de 1554, ser “tan grande como la del nuestro Colegio de Coinbra o más, y inchese toda” (*Cartas*, II, 47).

24 - LEITE, *HCJB*, I, 223.

25 - *HCJB*, I, 225-6.

26 - “Na Ilha, eram uns montes maninhos em Jucurutucoara com as seguintes demarcações: partiam com Diogo Fernandes, da parte do sul, cortando ao cume da serra; e, pela parte do nordeste, com Jerônimo Diniz; e, em riba da serra, partia com Diogo Álvares e Manuel Ramalho, assim todas as terras que estavam em aquele limite e não eram dadas. E assim outra terra, que partia com Gonçalo Diniz, por metade do meio, por um brejo acima; e assim partia com Fernão Soares pouco mais ou menos, pela banda do sussueste”.

- Dava-se também “um pedaço de terra que foi do Caldeira, que estava da banda dalém Rio, que partia com Jerônimo Diniz, conforme ao que achasse no livro das dadas. E assim, um bananal, que foi de Afonso Vaz, o qual está da banda dalém do Rio, ao longo do campo” (LEITE, *HCJB*, I, 225).

- O texto da escritura de doação da sesmaria pode ser lido no vol. I, p. 299-302, das *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.

- Há no documento em tela detalhe a ser destacado, qual seja a afirmação de que “a casa”, isto é, o Colégio de Santiago, “ora novamente ordenada nesta Capitania do Spirito Sancto” (o grifo é nosso). Colhe-se aqui a impressão de que houve breve hiato nas atividades do estabelecimento, agora novamente ordenada.

de combate às juras e maledicências, fundada, em 1554, pelo padre Brás Lourenço.<sup>27</sup> Cabe também uma alusão ao “hábito deveras extraordinário para o tempo” de se confessarem os moradores da terra de oito em oito, ou de quinze em quinze dias.<sup>28</sup>

**NOVA INVESTIDA CONTRA O SENHORIO – GRANDEZAS E POBREZAS –** Rápida alusão daquele inaciano à falta “de cosas de Portugal” na terra, isto é, em Vitória, “por causa que fué desplobada y se quemaron los ingenios de açúcar”, nos revela novo desastre no senhorio de Vasco Fernandes Coutinho.

E devia ter sido recente, pois o próprio Tomé de Sousa lhe testemunhara abastança, dois anos antes.

Teria sido investida de índios ou de franceses?

Como que a reafirmar o propósito constante daquela gente, que se não entibiava com os golpes do destino, o padre, serenamente, confiantemente, encerrou a frase com estas palavras auspiciosas: “mas aora esperan por los moradores”.

Depoimento assim cáldo, registrado *in loco*, contemporâneo dos fatos, merece maior espaço nestas páginas, não apenas porque relembra os primeiros tempos da vida capixaba, mas também porque palpita de autenticidade, muitas vezes ingênua.

27 - “Entre as cousas do augmento espiritual que alli fez, foi huma devota Confraria, com invocação da Charidade: o instituto o mostrava; e era elle, que além da confissão, e communhão nas festas principaes do anno, e de Nossa Senhora, todos os que nella entravão, ficavão obrigados a procurar com todas as forças desarreigar dous vicios (os mais communs na terra) juramentos, e murmurações; com pena destinada por regra, que pagaria certa quantia de dinheiro pera ajuda de casar huma orfãa, todo aquelle, que ou em sua pessoa fosse achado commeter os taes vicios, ou os consentisse nos otros sem tratar de lhe applicar remedio conveniente assinado na mesma regra” (VASCONCELOS, *Crônica*, I, 104).

- “Se era o próprio a acusar-se, pagava cinco réis; se era outrem, dez réis. Morigeraram-se logo os desmandos de linguagem. A multa revertia em favor do casamento de órfãs” (LEITE, *HCJB*, II, 325).

28 - LEITE, *HCJB*, I, 216.

- “En esta Capitania allamos más devoción en todos que hastaora avíamos allada. [...] Allamos grande casa y iglesia, y mucha gente devota que se confessava quada ocho días, y otros de quinze en quinze días” (*Cartas*, I, 428).

- Registre-se, também, que muitas daquelas confissões se faziam por intermédio de intérpretes, “segundo o costume então admitido”, afirma SERAFIM LEITE (*op. cit.*, I, 216, nota I). NÓBREGA (*Cartas*, I, 407).

O padre Brás Lourenço chegara recentemente de Portugal. Suas palavras ressumbram o entusiasmo do homem do Renascimento frente à natureza do Novo Mundo. Assim: “Quanto a la tierra, es mui abastada, lo más que ai Capitanía en el Brasil. Lo que se aquí come, por la maior parte es mijo, de que se haze mui buen pan que parece de Portugal. Ai también mucha caça brava, scilicet puercos, venados, antas, muchas aves, mucho pescado, muchos peces mui buenos, que pesan 15, 20 arrobas, y algunos 30 40”.<sup>29</sup>

Mais adiante, fala das formigas e das privações que o cercavam. Sempre como autêntico europeu.

Vale repetir seu testemunho: “Danse aquí todas las cosas de Portugal, sino que las hormigas no quieren dexar criarse nada.

También ai aquí mucha falta de vino, de manera que a las vezes no se dize missa, y así de harina; se de allá [de Portugal] si pudiese mandar alguno, y alguna harina (seria limosna). Y así tenemos aquí mucha necesidad de ornamentos para esta casa, que no tiene nada, que todo es emprestado: porque estava aquí un Padre<sup>30</sup> virtuoso y temo que venga otro que no nos quiera emprestar nada. Y quanto aquí tenemos todo es de la yglesia de la Villa, que no tenemos de nuestro sino una vestimentizilla pobre, y todo lo demás, scilicet, cáliz, misal, piedra d’ara, vinagreras, y todas las más menudencias son de la otra yglesia”.<sup>31</sup>

**VASCO COUTINHO DE NOVO NA TERRA – MARACAIAGUAÇU** – No primeiro quartel de 1555, Vasco Coutinho regressou à capitania. Um dos seus primeiros atos deve ter sido organizar a expedição de quatro navios mandada à Guanabara salvar *Maracaiaguaçu* e sua gente das unhas dos tamoios. O padre Luís da Grã herdou à História um relato completo sobre o assunto. Segundo o jesuíta, *Gato Grande* “ee mui conhecido dos christãos e mui temido entre os gentios”. Vivia no Rio de Janeiro e há muitos anos mantinha guerra com os tamoios, levando sempre a melhor. Quando a sorte mudou, viu-se o cacique em tais aperturas que mandou um filho ao Espírito Santo pedir transporte a fim de que pudesse se passar para cá, alegando que “elle e sua molher e seus filhos e os mais dos seus se queriam fazer christãos”. Todos ficaram muito apiedados da situação, mas o

---

29 - LOURENÇO, *Cartas*, II, 47.

30 - O padre Pero dos Santos (de Souto?) não poderia ter sido o piedoso vigário que emprestava os paramentos da matriz aos jesuítas (VAN DER VAT, *Princípios*, 244-5), pois servira na vila da Vitória de “seis de Janeiro de mil quinhentos, e cincoenta e dois té seis de agosto do dito anno” (nota 8 do capítulo IV).

31 - LOURENÇO, *Cartas*, II, 48-9.

portador foi despedido sem ajuda, por se tratar de pendência ocorrida em capitania alheia. Em viagem, o índio soube do regresso de Vasco Coutinho e tornou a Vitória para implorar seu auxílio. Juntaram-se no apelo os jesuítas e muitas outras pessoas, de que resultou a citada expedição. Constatada a “extrema necessidade” em que se achavam *Gato Grande* e os seus, fizeram-nos embarcar, trazendo-os a esta terra. De início, foram localizados em um sítio nas proximidades da vila da Vitória.<sup>32</sup>

Essa missiva foi escrita a vinte e quatro de abril de 1555 e prova que Vasco Fernandes Coutinho chegara recentemente à donataria. Contudo, tamanha importância dava ao socorro pedido por Maracaiaguacu que logo aprestou “quatro navios pera que fossem seguros dos francezes, que sempre aa naquelle Rio [de Janeiro], e que lhe dessem todo favor con artelharia e mantimento que levavão”.<sup>33</sup>

**NOVAS INSURREIÇÕES DOS ÍNCOLAS** – Outra matéria que ocupou logo a atenção do donatário foi a guerra que os índios da capitania reiniciavam naqueles dias contra os brancos. É outra valiosa notícia contida na carta do padre Luís da Grã. Comunicava este aos da sua confraria os excelentes resultados obtidos por Brás Lourenço nas suas atividades junto aos moradores brancos, no seio dos quais conseguira “enxergada mudança”, lamentando, outrossim, que “com os Índios não se pode ateguora assi fazer, porque estão mui apartados”. Atribuía tal conduta à “grande cobiça que teem quá os brancos de lhos averem por escravos”. A guerra começou no princípio daquele milésimo, conseguindo os atacantes, logo nos primeiros assaltos, levar sete pessoas.<sup>34</sup> Viviam em pé de guerra, esperando, para qualquer momento, a investida dos bárbaros, e isto, “no Brasil,” acentuava o jesuíta, “era o mais forte da guerra, este sobressalto em que estão, com que não ousão ir às roças nem a pescar”.<sup>35</sup>

**PRATA, OURO E “CERTAS PEDRAS”** – Preciosa por todos os títulos, a epístola do famoso jesuíta contém, ainda, esta notícia sensacional: “Estão os moradores

32 - GRÃ, *Cartas*, II, 226-8.

- Diz SERAFIM LEITE que “esta carta de Luís da Grã dá a primeira origem da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição” (*HCJB*, I, 234).

33 - GRÃ - Carta de vinte e quatro de abril de 1555 (*Cartas*, II, 223-8).

34 - “...ainda que nenhuma era algum dos brancos, senam um moço mamaluco” (GRÃ, *Cartas*, II, 224).

35 - GRÃ, *idem*, *ibidem*.

mui contentes, porque alem do metal, que se na mesma Villa achou que se quá tem por prata, e muito ferro, mandou o Capitão Vasco Fernandez Coutinho descobrir, pello sertão, e acharão ouro e certas pedras, que dizem que serão de preço, e que dum e doutro aa muita copia”.<sup>36</sup>

É surpreendente que as notícias desses achados não tenham provocado grande afluência de aventureiros, como se verificou nas outras capitanias. Pelo menos não se conhecem informações.

**ÍNDIOS SEMEIAM O TERROR** – Estudando a quadra que se seguiu ao regresso de Vasco Coutinho, escreveu Misael Pena que os habitantes da capitania estavam “dispersos por seus sertões” e que o donatário procurou reuni-los “com a nova gente, que trazia de sua pátria”.<sup>37</sup> Assim pôde manter os íncolas à distância até fins de 1557, quando, “persuadido de suas poucas forças, e queixas dos povos”,<sup>38</sup> apelou para o governo da Bahia, pedindo auxílio para dar combate aos selvagens. Suas cartas chegaram à cidade do Salvador pouco antes ou nos dias mesmo em que Duarte da Costa transmitia o cargo ao sucessor. Lá está, no *Instrumento dos Serviços de Mem de Sá*, muito bem contado o que ocorreu: “Como me derão posee do guoverno loguo me derão cartaa de vasco fernandez coutinho capitão da capitania do espirito santo em que dizia que o gentio da sua capitania se allevantara e lhe fazia crua gerra e lhe tinha mortos muitos homens e feridos e que ho tinhão serquado na villa / onde dias e noites ho combatião e que nam podia deixar de se entregar a que o comesem se ho não socorresem com muita brevidade”.<sup>39</sup>

Era, como se vê, de extrema gravidade a situação. Além de muitos mortos e feridos, o donatário e sua gente estavam cercados em Vitória, beirantes da rendição.

---

36 - Encerrando o parágrafo, escreveu estas palavras judiciosas: “Cousa hé por que devemos de dar muitas graças a Deus, porque além de ser bem commum, temos quá todos por mui averiguado que o fructo neste gentio aa-de ser com vir tanta gente a estas terras que os possão sugiguar” (*Cartas*, II, 225).

- Até certo ponto valem pelo reconhecimento de que o Evangelho era insuficiente para conquistar o gentio.

37 - *História*, 36.

38 - VASCONCELOS, *Crônica*, I, 187.

39 - *Instrumento*, 132.

- Aliás, “ciertos dias después” do enterro do filho de :Maracaiaguaçu, falecido a dois de abril de 1557, houve reunião em casa de Vasco Fernandes Coutinho com o objetivo de tratar de “una rebuelta antre los de la tierra y los blancos” (PIRES, *Cartas*, II, 374).

E, na carta ao padre Miguel de Torres, Manuel da Nóbrega escrevia a dois de setembro de 1557 que “socorrer ao Spiritu Sancto [...] são todas cousas em que todos trazem os sentidos” (*Cartas*, II, 407).

**AUXÍLIO DA BAHIA – FERNÃO DE SÁ** – “...e por me não deixar os moradores yr em pessoa” – continua o governador geral – “mamdei a fernão de saa meu filho com sejs vellas e perto de dozemtos homens.”<sup>40</sup>

Brás do Amaral informa que, em companhia de Fernão de Sá, vieram os capitães Diogo Álvares e Gaspar Barbosa, que participaram voluntariamente da missão:<sup>41</sup> “em chegamdo a capitania do espirito Santo emtrou por conselho dos que comsiguo leuaua pello Rjo de cicaree e foi dar em tres fortallezas muito fortes que se chamauão marerique donde o gentio fazia e tinha feito muito dano e mortos muitos cristãos as quajs Rendeo com morte de muito gentio e elle [Fernão de Sá] moreo ally pellejando”.<sup>42</sup>

Relatando os fatos poucos meses depois, em carta ao “padre geral” da Companhia de Jesus, o irmão Antônio Blasquez escreveu que Fernão de Sá e seus homens “fueron a dar donde no los mandavan, y todavia rendieron dos cercas donde mataron mucha gentilidad y prendieron muchos yndios. Con este buen successo, queriendo el Capitão seguir la victoria, dió en la tercera cerca donde se acabava todo de vencer. En ésta lo dexaron todos los suyos con solos diez hombres a pelear, y se acogeron a los navios, unos por curar algunas heridas de poco momento, otros por recadar sus pressas que ellos más desseavan. Estos diez con su Capitán pelearon tan bien, que tenían ya la cerca rendida sy le acudieran con dos ollas de pólvora que nunca se las quisieron llevar, hasta que los Yndios conocieron que eran tan pocos, con lo qual cobraron ánimo y cargaron sobre ellos y hizieronlos venir recogiendo hasta los navios. Y quiso la desaventura que les avían tirado los navíos y barquos donde los dexara, que fué otro desatino nunca oydo; y alli en la playa pelaron un gran rato aguardando socorro de los navios, y al cabo nunca les vino; y allí mataron al Capitán hijo del Governador con cinco, porque los otros salváron-se a nado”.<sup>43</sup>

---

40 - *Instrumento*, 132.

41 - AMARAL, *Notas*, I, 338.

- Frei VICENTE DO SALVADOR assevera que a expedição constava de cinco embarcações, tendo por capitânia a galé *São Simão*. Os outros comandantes eram Diogo Morim, o velho,\* e Paulo Dias Adorno. Em Porto Seguro, onde tocaram, foram informados de que no rio Cricaré\*\* estava o grosso do gentio que guerreava contra o donatário do Espírito Santo. Diogo Álvares e Gaspar Barbosa juntaram-se ali à expedição com os seus caravelões (*Hist. Brasil*, 167).

\* CALMON emendou: Diogo de Amorim Soares (*Hist. Brasil*, I, 270).

\*\* “*Kiri-kerê*, o que é propenso a dormir, o dorminhoco. Nome que davam os índios a uma planta mimosácea, como a sensitiva. É o nome indígena do Rio São Mateus” (SAMPAIO, *O Tupi*, 192).

42 - *Instrumento*, 132.

43 - BLASQUEZ, *Cartas*, II, 439-40.

**MATANÇA DE AMBAS AS PARTES** – Diogo de Morim assumiu o comando da expedição e rumou “pera a villa donde estaua vasco fernandez mas jaa deserquado e o gentio com a nova da estroičam das fortallezes se Recolheram a huma fortalleza em que tinhão grande confiança e balltezar de saa meu sobrinho com hos majs da armada a combateram entrarão e matarão os majs que nella estauão o que foi causa de pedirem pazes e se someterão a toda obediência”, concluiu o governador geral.<sup>44</sup>

Dentre as perdas que os brancos tiveram a lamentar, destacam-se Bernaldo Pimenta, morto “ao entrar de uma casa”<sup>45</sup>, e Manoel Ramalho.<sup>46</sup>

Foi tamanha a mortandade que fizeram entre os silvícolas que Mem de Sá pôde escrever ao monarca: “Fica [a capitania do Espírito Santo] agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tam principaes: / que parece que não alevantaram a cabeça tam cedo”.<sup>47</sup>

Maior, muito maior deve ter sido o número de escravos aprisionados, pois essa modalidade de caça era uma das mais poderosas atrações do voluntariado daqueles tempos.

---

- JABOATAM informa que dois filhos (naturais) de Diogo Álvares, o *Caramuru*, morreram ao lado de Fernão de Sá: “Manuel Alvares, e Diogo Alvares, que matarão os Indios em Giquiriçá (*sic*), quando matarão o filho do Governador Men de Sá” (*Orbe Seráfico*, 55).

44 - *Instrumento*, 132-3.

45 - Frei VICENTE DO SALVADOR diz Bernardo Pimentel, o velho (*Hist. Brasil*, 170). Tudo leva a crer que outro não era senão Bernaldo Sanches de la Pimenta, que fora provedor da Fazenda e governara a capitania durante o tempo em que Vasco Coutinho estivera ausente pela segunda vez (1550-55). Grafamos “Bernaldo” porque assim se lê no traslado da carta de sua nomeação para o cargo de provedor (*DH*, XXXV, 160) e em Nóbrega (*Cartas*, III, 81). SERAFIM LEITE adota a forma atual - Bernardo. É desse mesmo autor a observação de que Bernaldo Pimenta morreu depois de vinte de janeiro de 1558, pois nesta data parainfou o batismo ou casamento de Sebastião de Lemos (*HCJB*, I, 234-5), filho de Maracaiguacu (PIRES, *Cartas*, II, 372). Dai se concluir que a expedição enviada por Mem de Sá chegou ao Espírito Santo depois dessa data.

46 - Manoel Ramalho “possuía terras confinantes com as doadas ao Colégio de Santiago em 1552” (LEITE, *Cartas*, III, 82, nota 36); *foot-note* n.o 26 deste capítulo.

47 - SÁ, *Carta*, I, 225.



VII



# VI

## MORTE DO FUNDADOR

**P**ESSIMISMO DE MEM DE SÁ – O governador geral já tinha elementos para julgar a situação do senhorio de Vasco Coutinho e não vacilou em transmitir seu ponto de vista ao soberano: “O perigo que esta terra agora pode ter hee ter capitão tão velho e pobre e nisto vera Vossa Alteza que os armadores são os nervos do brasil / e a capitania que os não tiver senão podera sustentar”.<sup>1</sup>

Tão certo estava o missivista de que o estado precário da capitania decorria da falta de capitais e da própria pessoa do seu donatário que chegou mesmo a aconselhar: “Pareceme que Vossa Alteza devia de tomar esta terra a vasco fernandez e logo mandar a san tome [?] e dar aos homens ricos que para ca querem vir as omras que pedem e embarcação e mandar alguns a esta capitania / outros ao espirito santo e conceder privilegios de novo inda que estem jaa no foral aos que ca quiserem vir”.<sup>2</sup>

---

1 - Carta, I, 225.

2 - Carta, I, 225.

**SEDE DO GOVERNO DO SUL?** – Iam além, muito além, os planos de Mem de Sá. Propunha-se a vir assentar outra cidade aqui na capitania, parecendo-lhe “co a ajuda de deos que em pouco tempo a ei de fazer tal como esta no salvador / a outra será do espirito santo”. Reforçando os argumentos, acenava com a possibilidade de “asi segurarse a a terra de todo do gentio: e dos frances: os quaes esta muito certo que em podendo hão de vir fazer salto ahi: / e mais são para arrecear”.<sup>3</sup>

Sabia arrazoar o senhor governador. Mas foi em pura perda o trabalho, pois a Coroa não deu ouvidos à cantilena.

**COUTINHO VIAJA PARA PORTUGAL** – Antes de fechar a epístola, comunicou a ida de Vasco Coutinho à metrópole, “tão cansado e emfadado que não deseja senão que lhe tomem a capitania”.<sup>4</sup> Ainda aqui encontrou oportunidade para encaixar novo argumento em favor de sua tese.

Foi o próprio donatário quem deu ciência dessa viagem a Mem de Sá. Fê-lo pela carta escrita na vila de Ilhéus, a vinte e dois de maio de 1558. O documento é todo um rosário de queixas e lamentações.

Vasco Coutinho se diz doente e aleijado; agradece a ajuda que lhe mandou o governador geral; a terra ficou “despejada dos inimigos e em termos melhores do que nunca esteve”, informa; censura acerbamente os colonos e, de maneira algo confusa, denuncia um desacato de que foi alvo devido a certa postura sobre cativo de índios. Prossegue manifestando seu desejo de chegar ao Reino, onde esperava encontrar quem quisesse comprar a terra, ou tomá-la de sociedade.<sup>5</sup>

---

3 - Carta, I, 225.

4 - Carta, I, 226.

5 - Carta de Vasco Fernandes Coutinho a Mem de Sá, de vinte e dois de maio de 1558 - “Senhor. – É a minha obrigação tanta, em que lhe são pela mercê que me fez e no socorro que me mandou, dado caso que sua pessoa e quem elle é e pera o que era obrigado a fazer o que fez e fora eu assim doente e aleijado como estava me embarquei ao vir visitar e beijar as maos e com o mau tempo e ma vida do barco, já quando aqui cheguei, foi dita chegar vivo da maneira que vim pela qual rezão e minha doença não vou, logo falo se se Nosso Senhor me der ajuda e um pouco de saude pera isso, pera lhe dar conta de mim e assim da terra como fica, Nosso Senhor seja louvado despejada dos inimigos e em termos melhores do que nunca esteve, do que Vossa Senhoria deve de ter muito gosto pois que por sua industria e ajuda depois de Deus pode dizer que salvou aquela gente do muito risco e perigo em que estavamos e ganhou aquela terra ainda que lhe custasse tanto e depois delle eu fui o mofino em ella custar tanto não se pode nisto fallar porque é cousa tam nova tão fora de estilo e de rezão o por parte sucedeu tamanho mal que se não poderá fallar.

Capistrano de Abreu põe em dúvida que Vasco Coutinho tenha conseguido chegar à metrópole nessa viagem.<sup>6</sup> Pensamos diferentemente, apoiado em pormenor digno de consideração – o longo período em que o donatário esteve afastado da capitania. A não ser que seu estado de saúde se tivesse agravado, prendendo-o em algum dos portos do norte do Brasil. O certo é que, tendo deixado o Espírito Santo em 1558, em fins de janeiro de 1560, quando por aqui passou Mem de Sá, continuava ausente.<sup>7</sup>

---

Peço a Vossa Senhoria que pois já ganhou aquella terra e comigo usou tanta fidalguia e tanta virtude que em tudo o faça como eu delle desespero em a favorecer nas cousas que for necessarias pera paz e socego da gente porque esta é a que mais nojo pode fazer entre hunos e os outros porque dos indios já fica segura louvores a Deos e a terra despovoada delles, peço a Vossa Senhoria que me proveja com justiça de algumas desordens que la ha entre nós e que os moradores tem contra mim por onde se tem causado muitos odios e muitos desmandos entre elles e o começo de se os indios alevantarem foi esta que lhe direi huua postura que la está em que houvesse um compadre, tomaram no tanto em gozo que teimam os que querem e isto causou se alevantarem os negros com os resgates que levaram e pelos digo e como os não traziam ficavam logo alevantados; a isto ha Vossa Senhoria de prover a que os não haja por escusa e odios e demanda e tambem porque o capitão que ahí estiver não no tragam e tratem como até agora fizeram e a mim dizendo que no sertão eu não tinha que entender porque a camara tinha esse poder e elle com a postura que ella tem dizer a Vossa Senhoria o pouco amor e cortesia e ensino que comigo usavam pelos que de la vem o saberá. Eu por estas cousas e por outras muitas que eu por minha ventura e pecados tenho e mereço a Deus queria chegar ao Reino, se Deus for servido e a declarar me com a minha fortuna e ver se posso achar quem a povoe e fazer algum partido ou vender, pois que não mereci a Deus por meus pecados ter cousa minha a que a deixasse e porque me é muito necessario assim pera minha consciencia e descarga de minha alma, e pera que a terra se povoe e não esteja tão deserta, como está e tão desamparada, é necessario ir tomar conclusão antes que morra, porque são ja mui velho e mui cercado de doenças e morrendo desta maneira corra a alma muito risco. Pesso a Vossa Senhoria pois que tanta merce me tem feito depois que veio – que em tudo me faça merce e me favoreça e que escreva la como ella esta e as qualidades que tem e a muita necessidade que esta terra tem daquella terra se no perder por muitas rezões que Vossa Senhoria já sabera e se la ha embarcação e Vossa Senhoria ha de mandar algum navio pera o Reino, folgaria de por elle ser embarcado e ir ... com seu recado porque com elle e com sua ajuda espero em Nosso Senhor de lá fazer minha cousas como me são necessarias pera remedio de minha consciencia e salvação pera aquella terra, porque espero em Nosso Senhor de me dar hum pouco de saude e de esforço pera que lhe vá beijar as mãos e visitalo lhe não escrevo mais miudamente as cousas que são passadas e as que relevam pera bem da sua orbrigaçam e honra sua. Beijo as mãos de Vossa Senhoria. Desta Villa dos Ilhéus a vinte e dois do mes de maio de 1558 anos. Vasco Fernandes Coutinho” (Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, I, 102, 96, *apud* P. DE AZEVEDO, *Instituição* [Apêndice], 382-3).

6 - CAPISTRANO, *Prolegômenos*, 79.

7 - É o que se infere do seguinte trecho da carta escrita por MANUEL DA NÓBREGA, em São Vicente, a primeiro de junho de 1560: “e partio [Mem de Sá, da Bahia, a dezesseis de janeiro de 1560], visitando algumas Capitánias da costa até chegar ao Espírito Santo, Capitania de Vasco Fernandez Coutinho, onde achou huma pouca de gente em grande perigo de serem comidos dos Indios e tomados dos franceses, os quais todos pedirão que ou tomasse a terra por El-Rey ou os levasse dali por a não poderem já mais sustentar, e o mesmo requeria Vasco Fernandez Coutinho por suas cartas ao Governador”. (*Cartas*, III, 242).

**INACIANOS TRABALHAM SEMPRE** – Os intervalos de paz eram eficientemente aproveitados, principalmente pelos jesuítas. Além da obra apostólica, de edificantes resultados sociais, quase tudo o mais se lhes ficou devendo, inclusive poderoso auxílio na defesa contra os invasores estrangeiros.

O primeiro estabelecimento de ensino era fundação deles. Colégio de Santiago, a princípio, em 1556 – quando foi fechado por ordem de Nóbrega – denominava-se o Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo.<sup>8</sup> Substituiu-o uma escola de ler, escrever e contar, de sua responsabilidade também.<sup>9</sup>

De suas aldeias derivaram quase todos os núcleos de povoação da capitania, mais tarde transformados em cidades e vilas. A primeira delas – formada com a gente de *Maracaiaguaçu* – data de 1555. Seria a aldeia de Nossa Senhora da Conceição (da Serra), hoje Serra.

Com a grande autoridade que lhe assiste no assunto, Serafim Leite afirma que “as aldeias do Espírito Santo formaram-se quase sempre a seguir a alguma entrada ao sertão”.<sup>10</sup>

A medicina e a enfermagem tinham nos inacianos os seus mais adiantados praticantes. Em 1558, a capitania foi varrida por uma epidemia que, em Vitória, chegou a matar treze pessoas por dia.<sup>11</sup> Os índios foram, ao que se infere da leitura do texto donde recolhemos a informação, as únicas vítimas. Mais ou menos seiscentos deles “em breve tempo” foram sacrificados.<sup>12</sup>

---

Parece óbvio que, se o donatário estivesse presente, Manuel da Nóbrega registraria o fato. A parte final do trecho transcrito – “e o mesmo requeria Vasco Fernandez Coutinho por suas cartas ao Governador” – teria outra redação mais expressiva. Explícito como era, o missivista teria uma palavra para o encontro do donatário com o governador, falaria dos apelos do primeiro ao segundo. E quem ofereceria a terra não seria aquela “pouca de gente”, mas o próprio donatário, pois só ele tinha poderes para tanto.

8 - LEITE, *HCJB*, I, 224.

9 - LEITE, *HCJB*, I, 224.

10 - LEITE, *HCJB*, I, 231.

– Algumas vezes, iam os padres em pessoa ao sertão a buscar os índios ou os parentes dos que já viviam no Espírito Santo, e iam “a mais de cem leguas por caminhos muy asperos e não seguidos, em q. padecem muitos trabalhos de fome e sede, e outros perigos da vida” (RODRIGUES, *Anchieta*, 195).

11 - SÁ (?), *Cartas*, III, 18.

12 - SÁ (?), *Cartas*, III, 18.

Mais tarde, veremos os loiolistas como vanguardeiros da arquitetura colonial no Espírito Santo: seja a religiosa, seja a residencial.

Os índios aldeados representaram, em boa parte, o braço que construiu tudo aquilo, mas a direção, a técnica de trabalho foram – nos primeiros tempos – privilégio quase exclusivo dos jesuítas.

**FRANCESES NO PORTO** – Em 1558, além dos silvícolas, que jamais deixaram de ser uma ameaça constante para os brancos, surgiu no porto de Vitória uma nau francesa. Vinha “resgatar e contratar com os portugueses”. Estes, temerosos de um desembarque, mandaram “Simão Azeredo e mestre Náo, francês aqui morador e bom homem”, parlamentar a bordo. De tal maneira exageraram o poderio da terra que os visitantes rumaram para o sul, indo ancorar em Itapemirim,<sup>13</sup> onde pretendiam carregar a embarcação de pau-brasil. Ali, *Maracaiaguaçu* deu-lhes combate, aprisionando vinte deles, além de “duas chalupas huma ferraria e muyto resgate e roupas”.<sup>14</sup>

**MARACAIAGUAÇU E A COLABORAÇÃO DE SUA GENTE** – Os bons entendimentos que presidiam às relações entre os colonos e a gente de *Gato Grande* provocaram o interesse de um irmão deste, de apelido *Cão Grande*, que “se mudó de su tierra para Goarapari”.<sup>15</sup>

*Maracaiaguaçu*, efetivamente, gozava do maior prestígio junto a Vasco Coutinho e aos jesuítas. Quando do enterro de seu filho Sebastião de Lemos,<sup>16</sup> “con gran ponpa y solenidad”, presentes o donatário “con toda la demás gente de la tierra” e o “padre Vicario”, celebraram-se exéquias especiais. Dias depois do sepultamento, houve “um ofício cantado”, assistido pelo capitão, que fez o chefe temiminó tomar assento entre si e seu filho Vasco Fernandes.<sup>17</sup>

13 - “Itapé-mirim, a laje pequena, a lajinha” (SAMPAIO, *O Tupi*, 234).

14 - “Chegando à nao, os Franceses lhe derão seguro e énterarão e dormirão lá aquella noyte. Informando-se os Franceses da villa e gente, de hum homem lhe faziam 100, de hum barquo muytos, de quatro canoas quatrocentas, de hum Padre dous mosteyros, finalmente que ficarão os Franceses atonitos e mais medrosos que os Portugueses, e a noyte, segundo parece, lhe parecia muyto grande, porque tanto que amanheceo levarão anchora estando aynda os da villa dentro na nao” (SÁ [?], *Cartas*, III, 21).

15 - PIRES, *Cartas*, II, 376.

- “Guarápari, a garça manca, ou de perna quebrada” (SAMPAIO, *O Tupi*, 209).

16 - Que recebeu o batismo e se casou aos vinte de janeiro de 1557, tendo por padrinhos Duarte de Lemos, Bernaldo Pimenta e André Serrão (*apud* PIRES, *Cartas*, II, 372). Registre-se, pois, a presença de Duarte de Lemos na capitania nesse ano.

17 - PIRES, *Cartas*, II, 374.

Cedo, quando estudarmos a expulsão dos franceses da Guanabara, veremos alguns dos bons resultados produzidos pelo conagraçamento.

**PEDRO PALÁCIOS, O SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO BRASIL** – Frei Pedro Palácios desembarcou na vila do Espírito Santo em dia e mês ignorados do ano de 1558. Fundador do santuário de Nossa Senhora da Penha, seu nome recorda as doces figuras dos ermitões de outrora, que praticavam com os brutos e faziam da caridade e da oração os únicos motivos da existência. É o São Francisco de Assis do Brasil. Natural de Medina do Rio Seco, proximidades de Salamanca, tomou o hábito franciscano em Espanha, transferindo-se depois para Portugal. Simples irmão leigo, conseguiu de seu superior licença para se transportar ao Brasil, fazendo-o em 1558 como passageiro de um navio que tomou porto na vila do Espírito Santo. Frei Basílio Röwer, traçando-lhe a biografia, diz que frei Palácios – era este seu constante apelido – “acariciava o desejo de, longe do convívio humano, viver uma vida toda solitária em oração e penitência”.<sup>18</sup>

Durante doze anos, pregou a religião de Cristo para a gente do Espírito Santo e Vitória, excursionando algumas vezes pelas proximidades, em visita às aldeias do gentio. Para abrigar um painel de Nossa Senhora e o Menino,<sup>19</sup> que trouxera da Europa, levantou uma ermida, mais tarde ampliada no santuário atual.<sup>20</sup>

---

18 - RÖWER, *O Convento*, 14.

– GOMES NETO, sem indicar a origem da informação, afirmou: “Tendo notícia de que no porto da capital do Reino aprestava-se um navio para a América portuguesa, deu-se pressa em falar ao capitão, e, obtida a licença do seu prelado, frei Daniel da Torre, tomou passagem para a Capitania de Pero do Campo Tourinho. Lá em Porto Seguro soubera que na do Vasco Coutinho não havia nem um missionário da sua religião; por isso lá demorou-se somente enquanto não houve transporte para aqui” (*As Maravilhas*, 36).

19 - O autor d’*As Maravilhas da Penha* atribuía a autoria da tela a Ticiano. E justificava-se: “Contemplando-se a pureza das linhas, o vigor das cores, a expressão de beleza e a graça celeste do retrato, ninguém deixará de concordar que, se não é o fruto do gênio de Ticiano, a quem se atribui, deve ter sido o do talento de Leonardo da Vinci, de Miguel Ângelo, de Rafael Sanzio, de Corregio, ou finalmente de Paulo Veroneze, os quais, como aquele, foram insignes na pintura da Virgem.

Nunca excedido nos retratos, e o primeiro dos coloristas, Ticiano, cuja fecundidade não foi menos prodigiosa do que o seu talento, além de numerosos quadros profanos deixou magníficos painéis de história sacra, como *A Santa Ceia*, *A Flagelação de Jesus*, *A Assunção*, *A Morte de S. Pedro Mártir*, *S. Jerônimo no Deserto*, *O Martírio de S. Lourenço*, *Uma Madalena* etc.

É verdade que também dos outros grandes pintores ficaram quadros da Virgem da Penha (rocher), da Virgem e do Menino Jesus, da Virgem Maria, inapreciáveis pela graça e perfeição das linhas, e pela vivacidade do colorido.

É crível que este, de que tratamos, seja o da *Virgem com o Menino*, um dos belos produtos da imaginação e do pincel do célebre veneziano, perdidos na Espanha; até porque de lá veio este painel” (GOMES NETO, *op. cit.*, 272-3).

– Os processos modernos de identificação de peças de arte permitem afirmar, sem sombra de dúvida, que o painel da Virgem da Penha é trabalho de artista modesto. Inadmissível, atualmente, a hipótese imaginada por Gomes Neto.

20 - Na obra já citada de frei BASÍLIO RÖWER, p. 12 e seguintes, autorizada biografia de frei Palácios e copiosa informação bibliográfica sobre vida e obras do ermitão.



Nossa Senhora e o Menino Jesus (Retrato da Virgem)  
Tela de origem espanhola trazida por frei Pedro Palácios em 1558  
e que se encontra no santuário da Penha, Vila Velha.

*Foto Humberto Capai*

**FRANÇA ANTÁRTICA** – Notícias levadas a Mem de Sá, por intermédio de alguém que esteve no Espírito Santo, davam conta dos franceses que se haviam estabelecido na Guanabara.<sup>21</sup>

O governador geral transmitiu os *apontamentos*<sup>22</sup> à Coroa, e em novembro de 1559 recebeu o auxílio que, na metrópole, julgaram suficiente para pôr fim à *França Antártica*. Era a armada que tinha por capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha. Tão mofina, que Mem de Sá foi obrigado a mobilizar os homens dispensáveis da cidade do Salvador e escrever a São Vicente pedindo reforço, que deveria encontrá-lo em dia emprazado na barra do Rio de Janeiro. A dezesseis de janeiro de 1560, o governador geral partiu da Bahia rumo à Guanabara. Tocou em todas as capitanias do trajeto, naturalmente preocupado em recrutar auxílio.

Parece que o Espírito Santo não pôde colaborar na cruzada.<sup>23</sup> Era particularmente crítica a situação da colônia naquele momento. Nóbrega, escrevendo ao infante cardeal D. Henrique, depois de se referir aos perigos que ameaçavam a pouca gente da capitania e ao desejo que a todos animava de se irem daqui,<sup>24</sup> observou que Mem de Sá deu “esperanças que da tornada a fortaleceria e favoreceria”.<sup>25</sup>

---

– Sobre o convento, escreveu GOMES NETO: “Geralmente ignorando-se o princípio da igreja e do convento da Penha, supõe-se ter sido obra de frei Pedro de Palácios: algumas pessoas pensam terem sido os autores os padres da Companhia! Erro e mais erro. O templo e o recolhimento foram edificados depois de 1591, isto é, pelo menos dezesseis anos depois do falecimento do venerável leigo. Foram os seus fundadores os religiosos da ordem seráfica, conforme consta de um extrato do livro do tombo dos bens franciscanos, o qual livro tem a era de 1786” (*As Maravilhas*, 43).

21 - SÁ, *Carta*, I, 226.

22 - Podem ser lidos em VARNHAGEN, *HG*, I, 397, nota 2.

23 - Entretanto, SILVA LISBOA (*Anais*, I, 18) diz: “além de haver prestes várias canoas de guerra, com gente e munições, que adquiriu das Capitanias dos Ilhéus, Porto-Seguro e Espírito Santo”. FERNANDES PINHEIRO repete a afirmação de SILVA LISBOA (*A França*, 39). Também BASÍLIO DAEMON afirma: “passando [Mem de Sá] pelas Capitanias dos Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, recebeu em todas elas contingentes, mormente aqui, donde levou maior número” (*Prov. ES*, 74).

24 - Ver *foot-note* n.º 7.

25 - *Cartas*, III, 242.



**MEM DE SÁ VOLTA A FALAR DO ESPÍRITO SANTO** – Do Rio de Janeiro, no derradeiro dia de março, o governador geral mandou longa epístola ao soberano sobre os negócios do Brasil. Bem extenso é o trecho alusivo ao Espírito Santo. De princípio participa que encontrou aqui “tres filhos de Vasco fernandes coutinho”<sup>26</sup> e uma carta do donatário, dirigida ao ouvidor da capitania, rogando que renunciasse o senhorio. Para tanto, juntou à missiva uma procuração. O povo, que já estava resolvido a deixar a colônia, quando tomou conhecimento da atitude de Fernandes Coutinho, procurou o governador geral, a quem pediu tomasse conta da capitania em nome da realza.<sup>27</sup> Com parecer dos capitães – é o próprio Mem de Sá quem o informa – fez lavrar um auto aceitando a renúncia “(para que) se não perdesse huma tão boa capitania”. E concluía: “A terra he boa ha nela muito brasil e bom / os armadores pasados como souberem que he de vossa altesa tornarão a armar se lhes mandar falar niso”.<sup>28</sup>

**BELCHIOR DE AZEREDO É FEITO CAPITÃO** – Curioso, muito curioso, é que o provimento dado pelo próprio Mem de Sá a Belchior de Azeredo,<sup>29</sup> fazendo-o

26 - “...moços sem barbas e todos são capitães” (*Carta*, II, 228).

- Quem seriam esses jovens? Provavelmente Jorge de Melo não se contava neste grupo, pois em 1551 já viajava em navio de sua propriedade (ver *foot-note* n.º 11 do capítulo V). Seria, portanto, mais que um “moço sem barbas”. Vasco Coutinho (filho) faria parte do grupo? São interrogações que ainda ficam sem resposta, por falta de documentação.

27 - A insistência com que Mem de Sá, corroborado pelos depoimentos de alguns jesuítas, alude ao interesse dos habitantes do Espírito Santo em que a capitania revertesse à Coroa, leva à conclusão de que era crença geral que tal providência redundaria em proteção mais efetiva para a colônia. Embora passível de certo reparo, uma vez que demonstra ignorar estivesse, justamente naquela quadra, a capitania sob administração oficial, o seguinte trecho de uma carta escrita “por comissão do padre Brás Lourenço”, a dez de junho de 1562, parece traduzir fielmente o ponto de vista dos moradores da terra: “De modo que a gente desta capitania vive com estes sobresaltos esperando que seja de S. A., para poderem ser ajudados com algum socorro pera sua defensão, porque enquanto for doutrem nunca será bem provida” (*Cartas*, III, 466).

28 - SÁ, *Carta*, II, 228.

29 - Belchior de Azeredo, que encontramos nas *Cartas*, III, 464 e 467, como Melchior de Azeredo e d’Azeredo. No diploma de sua nomeação para os cargos de “Escrivão d’ante o Provedor, Feitor, e Almojarife, e Alfândega” (*DH*, XXXV, 62), se lê: Belchior de Azevedo. Os jesuítas consideravam-no “pessoa mui nobre e pera este officio [capitão] mui sufficiente, assy por sua virtude e saber como por ter elle animo pera sojeitar estes Indios e resestir aos grandes combates dos Franceses [...] Todos os seus negocios e cousas de consciência comunica sempre com o P.e Brás Lourenço, a quem elle tem muito credito, e obediencia in *Domino*, e hé muito nosso familiar, e nos manda comumente ajudar com suas esmolras” (*Cartas*, III, 465). Teremos oportunidade de mencionar, no texto, outros serviços seus.

- BASÍLIO DAEMON, a nosso ver, equivocou-se quando afirmou terem existido, “naquela época, na Capitania, dois homens de igual nome, e que ocupavam nela importantes lugares, e foram

capitão do Espírito Santo, é datado de três de agosto,<sup>30</sup> isto é, sete meses depois da sua primeira visita à capitania. Fê-lo o governador geral “nesta villa de Nossa Senhora da Victoria”, quando regressava do Rio de Janeiro para a Bahia. Os seus termos, além do mais, não coincidem precisamente com as informações contidas na epístola de trinta e um de março. Nesta, ele se refere à carta e à procuração de Vasco Coutinho; no provimento, lemos a seguinte afirmação categórica: “Vindo eu correr a costa, Vasco Fernandes Coutinho, capitão e governador, que era della [capitania do Espírito Santo], a renunciou em Sua Alteza, e eu...”

Parece razoável admitir que em agosto Vasco Coutinho já havia tornado à colônia e, pessoalmente, apresentara a Mem de Sá o pedido de renúncia. Só assim

Belchior de Azeredo Coitinho, o Velho, e Belchior de Azeredo Coitinho, o Moço, este sobrinho daquele” (*Prov. ES*, 75). Logo adiante, o efemerista capixaba assevera que o “Velho” foi “nomeado capitão-mor da Capitania a pedido do povo, e que para aqui viera por instâncias de Vasco Coitinho para exercer o lugar de administrador da Justiça, e seu secretário particular”. Ao outro, isto é, ao sobrinho, atribui as façanhas da baía da Guanabara, conforme a seu tempo se verá.

- Preferimos ficar com o padre SERAFIM LEITE, que, repetindo José de Anchieta, diz: “Belchior de Azeredo teve dois sobrinhos, Marcos de Azeredo e Miguel de Azeredo” (*HCJB*, I, 222-3).

- Diligentes pesquisas levaram-nos à conclusão de que só existia, na capitania do Espírito Santo, nessa primeira fase da sua história, um indivíduo chamado Belchior de Azeredo, que foi - só ele - administrador da Justiça, secretário de Vasco Fernandes Coutinho, provedor da Fazenda, capitão-mor e herói celebrado por Estácio de Sá em documento que oportunamente recordaremos.

30 - “Mem de Sá, do conselho d’el-rei Nosso Senhor, capitão da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, e governador geral em todas as capitanias e terras de toda a costa do Brasil pelo dito senhor. Faço saber aos juizes, vereadores e povo desta capitania do Espírito Santo, que vindo eu correr a costa, Vasco Fernandes Coutinho, capitão e governador que era dela, a renunciou em Sua Alteza, e eu em nome do dito Senhor a aceitei, e em seu nome faço capitão dela a Belchior de Azeredo cavaleiro da casa d’el-rei Nosso Senhor, *por ser elegido pelo povo, e as mais vozes*, e por confiar dele em tudo o que encarregar do serviço de Sua Alteza, o fará bem, e fielmente, e como deve, e ele poderá usar de todos os poderes e jurisdições que Vasco Fernandes Coutinho tinha, e usará por bem de suas doações, e haverá todos os próis e percalços ao dito ofício ordenados, enquanto servir o dito cargo, que será até Sua Alteza prover, e a mim me parecer seu serviço, e ele haverá juramento em câmara, para que seja metido de posse do dito cargo, sobre os Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente servirá o dito cargo, guardando em tudo o serviço de Deus, e de Sua Alteza, o direito das partes, de que se fará assento nas costas desta, e será registada no livro da dita câmara, onde se fará outro do termo do dito juramento, que o dito Belchior de Azeredo assinará. Pelo que vos mando que obedeçais em tudo e por tudo o que vos por ele for mandado, como capitão que é. Cumpri-o assim. - Dado nesta vila de Nossa Senhora da Vitória, sob meu sinal e selo das suas armas. - Hoje três de agosto de 1560. Antônio Serrão a fez. - Mem de Sá” (*apud* JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 15).

31 - *Cartas*, III, 242.

32 - *Carta do Brasil, do Espírito Santo, para o padre doutor Torres, Lisboa, por comissão do padre Brás Lourenço, de dez de junho de 1562, in Cartas*, III, 462-8.

33 - SERAFIM LEITE, *HCJB*, I, 224, nota 6 - sem mencionar a fonte onde se informou - assevera que o passamento do primeiro donatário teve lugar “no mês de fevereiro

se explica a existência do provimento de três daquele mês, pois ficáramos sabendo, pela carta, que o governador geral tomara posse da capitania em nome da Coroa quando se dirigia para o sul. Em síntese, o provimento pode ser considerado uma segunda via do *auto*, porém reforçada pelo pedido direto e pessoal do renunciante.

Belchior de Azeredo foi nomeado capitão do senhorio “por ser elegido pelo povo, e as mais vozes”, atribuindo-se-lhe o uso “de todos os poderes e jurisdições que Vasco Fernandes Coutinho tinha”.

**OPINAM OS JESUÍTAS** – “Esta Capitania se tem por a melhor cousa do Brasil depois do Rio de Janeiro”, opinava o padre Nóbrega em 1560.<sup>31</sup> Excessivamente generoso o juízo do célebre jesuíta. Dois anos depois, um seu irmão de hábito traçaria outro quadro bem diferente da melancólica realidade. Informaria que o Espírito Santo não recebia visitas dos navios do Reino “por não haver aqui engenhos d’açucar”; os padres (da Companhia de Jesus) muitas vezes deixavam de celebrar missa por falta de vinhos e padeciam “outras necessidades que seria largo contá-las”. Possuíam “umas casinhas pobres com huma igreja da vocação de Santyago”, atendendo um dos dois padres a todas as exigências religiosas da população, por ausente ou inexistente o vigário. Não obstante as trágicas lições recebidas, os brancos perseveravam em impor cativo ao gentio, “cousa que os nossos Padres nunca poderam estorvar”, embora fossem grandes o prestígio dos inacianos e a devoção à Companhia.<sup>32</sup>

**MORTE DO FUNDADOR – TRAÇOS DE SUA PERSONALIDADE** – Vasco Coutinho faleceu em 1561,<sup>33</sup> “tão pobrememente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei si teve um lençol seu em que o amortalhassem”.<sup>34</sup> Houve, certamente, algum exagero nestas palavras de frei Vicente do Salvador,

---

de 1571”. Evidentemente, houve aqui um cochilo de revisão quanto ao ano, pois a dezesseis de outubro de 1561 Mem de Sá, na Bahia, assinava um mandado em que alegava: “como sou informado que Vasco Fernandes Coutinho he fallecido”. Também o mês, data vênia, obriga a uma certa reserva. Isto porque Mem de Sá se revelou, no Brasil, um administrador de resoluções rápidas e prontas. Por que demorar oito meses para confirmar a Belchior de Azeredo no posto de capitão? Entretanto, o pranteado historiador da Companhia de Jesus no Brasil é, quase sempre, muito seguro nas suas afirmações. São, assim, homenagem à sua reconhecida probidade as considerações acima.

34 - Frei VICENTE DO SALVADOR, *Hist. Brasil*, 96.

35 - MAXIMILIANO, *Viagem*, 124.

36 - LEITE, *HCJB*, I, 224, e II, 611.

37 - PIRES, *Cartas*, II, 375.

38 - Ver nota I do capítulo X.

muito amigo de construir frases de efeito. Entretanto, força é convir que os dias de Coutinho no Brasil foram uma ininterrupta sucessão de trágicos acontecimentos. Senhor de um lote privilegiado, dispondo de alguns auxiliares tão bons como os melhores que viviam no Brasil da época, beneficiado pela presença e colaboração dos jesuítas, favorecido com a proximidade da Bahia, de onde recebeu auxílios vitais em momentos críticos – tudo foi insuficiente para levar avante o esforço do pobre donatário. Os que se têm ocupado da sua personalidade negam-lhe dotes de chefia, atribuindo-lhe vícios e falta de energia para enfrentar os malfeitores que se acoitavam na capitania, todos ou quase todos agentes da sua ruína. Há demasiado rigor no julgamento. Quem tivesse a responsabilidade de povoar uma parcela do território brasileiro àquela hora, tão pobre e tão avaro em recompensas, não poderia ter a veleidade ridícula de um chefe de disciplina colegial. Conceda-se que não foi suficientemente hábil para conter “a avidez de lucros e a sede de ouro que, nos primeiros tempos, extinguiram todos os sentimentos humanos dos colonizadores europeus”,<sup>35</sup> mas que seja feita justiça à dedicação, à generosidade, à bravura, solidariedade e espírito magnânimo do primeiro donatário. Não no acusam de um só ato injusto, de uma opressão, da prática de uma vingança. Em *Vila da Vitória*, um dos autos de Anchieta, o *Governo* – personagem bondosa e protetora – encarna a figura de Vasco Coutinho.<sup>36</sup> Homenagem e lisonja, conceda-se, mas seria absurdo negar-lhe algum fundo de realidade. Vem a propósito recordar o *gran milagre (sic)* que o padre Francisco Pires relatou em sua carta de 1558. É eloqüente depoimento sobre a grandeza de sentimentos de Vasco Coutinho, com o ser demonstração de santa humildade. Referia-se o jesuíta a uma reunião de moradores da vila, promovida pelo capitão, que os notara desgostosos consigo. Apurado o motivo da contrariedade, “con buenas palabras y muestras de sentimiento les pidió a todos perdón con protestación que si alguno avía deneficado, le satisfaría y que dalhí en delante queria estar bien con todos”.<sup>37</sup> Tinha razão o catequista batizando de *gran milagre* tão nobre quão rara atitude.

Vasco Coutinho foi sepultado na vila do Espírito Santo,<sup>38</sup> onde residia.<sup>39</sup>

---

39 - DAEMON, *Prov. ES*, 77.

40 - “Mem de Sá, do conselho d’El-Rei Nosso Senhor, capitão da cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos, governador de todas as mais capitanias e terras de todas as partes do Brasil pelo dito Senhor, & c. Faço saber a vós Ouvidor, provedor, juiz e justiças da capitania do Espírito Santo, como sou informado que Vasco Fernandes Coutinho é falecido, pela qual razão essa capitania fica e pertence a Sua Alteza, o que vos

**PROVIDÊNCIAS DO GOVERNADOR GERAL QUANTO À DIREÇÃO DA CAPITANIA**  
 – Aos dezesseis de outubro, informado da morte de Vasco Coutinho, o governador geral expediu o *mandado* às principais autoridades da capitania, para que tomassem posse da mesma e elegessem a Belchior de Azeredo seu capitão. Dizia mais o diploma que a nenhuma pessoa fosse entregue o governo, ainda mesmo que provisionada pela Coroa, sem especial autorização dele, Mem de Sá, ou seu sucessor, “salvo se vier Vasco Fernandes Coutinho, filho do defunto, porque em tal caso lhe entregareis a capitania, ainda que não leve meu recado”.<sup>40</sup>

Incompreensível determinação. Pelo *auto*, referido em sua carta de trinta e um de março de 1560 e provimento de três de agosto do mesmo ano, já não havia o governador geral tomado posse da capitania para a Coroa? Por que agora autoriza a entrega ao herdeiro do extinto? Teria vindo de Lisboa alguma recomendação especial sobre o assunto, ou o filho de Vasco Coutinho reclamara seus direitos, ao ter ciência dos instrumentos que o afastavam da sucessão da donataria? São questões que ficaram sem resposta, pois não surgiram até agora documentos – se é que existem – que as elucidem. De outra parte, os que nos antecederam no estudo do passado espírito-santense calaram inteiramente a matéria.

Enfim, o *mandado* de dezesseis de outubro, reconhecendo Vasco

---

mando que tanto que esta apresentada vos for, vos ajunteis em câmara, e tomeis posse dessa capitania para Sua Alteza, elejais só por capitão dela a Belchior de Azeredo, para que ele a governe em nome de Sua Alteza; e a nenhuma pessoa entregareis, ainda que traga provisão de Sua Alteza, sem levar de mim, ou do governador que suceder, provisão para se entregar; salvo se vier Vasco Fernandes Coutinho, filho do defunto, porque em tal caso lhe entregareis a capitania, ainda que não leve meu recado. E ao capitão mando que tanto que lhe for apresentada, mande notificar com pregões. de qualquer pessoa que andar homiziado, que não seja por morte de homens, e quiser ir ao Rio de Janeiro, que o possa fazer, porque o tempo que lá gastar, e na viagem, lhe será descontado nas culpas que pelo caso, ou casos dos seus homizios merecerem, porque assim o tenho mandado ao ouvidor geral que o faça, e que os favoreça no que for possível, e o mesmo mandareis aos soldados que vão lá, pelo que lhe será feito o mesmo favor; o que assim o cumprais, se alguma dúvida uns e outros, e al não façais. Dada em o Salvador, aos dezesseis de outubro de 1561. – Mem de Sá” (*apud* JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 16-7).

41 - Vasco Fernandes Coutinho (filho) era bastardo. Sua mãe, Ana Vaz, obtivera (?) uma pequena ilha situada na baía de Vitória.

– Ver capítulo VII, *foot-note* n.º 2.

42 - “Em fins deste ano”, informa BASÍLIO DAEMON (*Prov. ES*, 78).

– Diante da afirmação acima, de que as naus “se puzeram defronte desta povoação” (Vitória), fica esclarecida a dúvida estabelecida por DAEMON (*op. cit.*, p. 78), que pretendia localizar o combate em Vila Velha.

Coutinho (filho) como sucessor do primeiro donatário, vem esclarecer que, àquela data, seus filhos legítimos já haviam falecido.<sup>41</sup> Vivo fosse algum deles e o senhorio teria de lhe caber, por força do disposto na carta de doação, que só permitia a sucessão aos bastardos quando não houvesse descendência legítima.

**OS FRANCESES ATACAM** – Belchior de Azeredo teve de se haver logo com os franceses, que infestavam a costa. No decorrer de 1561, “duas naos mui grandes e bem artilhadas se poserão de frente desta povoação,<sup>42</sup> cousa para causar assaz terror por serem os moradores poucos, as casas cobertas de palha e sem fortaleza”.<sup>43</sup>

Branços e índios correram às armas. O padre Brás Lourenço fez de alferes, empunhando o estandarte de Santiago. Belchior comandou o improvisado exército, e com tanta habilidade se houve que conseguiu frustrar os planos de desembarque dos aventureiros. Nenhum balaço “fez dano aos da povoação nen a ella”, o que significa sorte excepcional, pois muitos tiros foram trocados durante as quatro horas de combate. Segundo o relato jesuítico, a peleja se decidiu graças a um tiro certo encaixado “ao lume d’agoa em huma das naos” e ao inesperado aparecimento de um navio que transitava de São Vicente para o Reino. De tal maneira se desmoralizaram os franceses que, na retirada, foram perseguidos a frechadas pela escravaria embarcada em almadias.

Mal sucedidos na vila, tentaram carregar as embarcações com pau-brasil em um porto das proximidades. Por azar, os índios da região haviam sido alertados e lhes tomaram uma chalupa, aprisionando, para cativo, sete ou oito tripulantes.<sup>44</sup>

---

43 - *Carta do Espírito Santo, de 1562, in Cartas, III, 465.*

44 - VALE, *Cartas, III, 496-7; LEITE, HCJB, I, 218.*

45 - *Carta do Espírito Santo, de dez de junho de 1562, in Cartas, III, 465-6.*

46 - *Carta do Espírito Santo, de dez de junho de 1562, in Cartas, III, 468.*

Em 1562, novo corsário visitou a barra de Vitória, desaparecendo tão logo foi notada sua presença.<sup>45</sup>

**NOTÍCIAS SOBRE OS PRIMEIROS ARTESÃOS** – A catequese ia em progresso, prestigiada pela boa vontade do delegado d’el-rei. Alguns pupilos dos jesuítas, vindos da Bahia e aqui casados com índias da terra, emprestavam o concurso da sua habilidade à indústria de uma tecelagem incipiente. As esposas colaboravam, fiando e costurando. Eram ofícios mui prezados, pois raríssimos sabiam uma arte, mesmo rudimentar.<sup>46</sup>

---

The image features a background with a green and white pattern, possibly a textile or a stylized map. The pattern consists of irregular, light-colored shapes on a dark green background. At the bottom of the image, the letters 'WU' are prominently displayed in a large, white, serif font. The 'W' is on the left, and the 'U' is on the right, with a smaller 'U' in between. The font is clean and modern, with a slight shadow effect.

WU



# VII

## ARARIBÓIA, CAVENDISH E ANCHIETA

**O** SEGUNDO DONATÁRIO – AUXÍLIO A ESTÁCIO DE SÁ – Em princípios de 1564, quando Estácio de Sá passou pelo Espírito Santo em demanda do Rio de Janeiro, onde iria immortalizar o nome, Vasco Fernandes Coutinho (filho) já devia ter assumido o governo da capitania. O fato de Belchior de Azeredo seguir com o sobrinho do governador geral parece indicar que ele não detinha mais a responsabilidade da administração capixaba.<sup>1</sup>

---

1 - JOSÉ MARCELINO informa que “em 1564 [Belchior de Azeredo] já não era capitão-mor e somente provedor da Fazenda” (*Ensaio*, 19, nota 1). Misael Pena diz que Vasco Coutinho (filho) recebeu a capitania de Belchior de Azeredo em 1563 (*História*, 45). - Por sua vez, BRÁS DA COSTA RUBIM depõe: “Não consta o ano em que chegou [Vasco Coutinho (filho)], é provável que fosse em fins de 1563” (*Memórias*, 221).

O novo donatário, ao que se presume, veio de Portugal para o senhorio que lhe coubera por herança.<sup>2</sup> Se, efetivamente, assumiu o posto em fins de 1563 ou início do ano seguinte, coube-lhe inaugurar a administração com uma atitude de relevo na vida do país. Aludimos ao auxílio prestado pelo Espírito Santo a Estácio de Sá na empresa que culminou na expulsão dos franceses da Guanabara e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois capital do Brasil. A colaboração que a capitania de Vasco Coutinho dispensou a este episódio da consolidação da hegemonia portuguesa no Brasil se inscreve entre as mais belas e eloqüentes demonstrações de acuidade política e solidariedade fraternal do período colonial. Era o momento em que se definia o destino da futura nacionalidade – ou a terra continuava uma possessão de Portugal ou se entregava ao domínio dos franceses. Solicitada sua ajuda, o Espírito Santo deu quanto pôde – dois valorosos e heróicos soldados e legião imensa de bravos guerreiros. Belchior de Azeredo foi um dos baluartes da vitória das armas luso-brasileiras na Guanabara. Duas vezes, pelo menos, foi posta à prova sua bravura.<sup>3</sup> Em ambas, demonstrou possuir fibra de autêntico soldado. O funcionário, homem de justiça, administrador, portou-se à altura dos grandes capitães que a colônia conheceu.

---

2 - Vasco Fernandes Coutinho (filho), certamente, não estava no Espírito Santo à época do falecimento do primeiro donatário. Presente fora, e seria absurda aquela passagem do *mandado* de Mem de Sá, datado de dezesseis de outubro de 1561, onde se dizia: “e a nenhuma pessoa entregareis [a capitania] [...] salvo se vier Vasco Fernandes Coutinho, filho do defunto”. DAEMON o presumia residente no Reino (*Prov. ES*, 80).

Era casado com D. Luísa Grinalda, filha de Pedro Álvares Correia, e D. Catarina Grinalda (LAMEGO, *Terra Goitacá*, V, 374) - Luísa Grinalda era natural de Portugal (DAEMON, *op. cit.*, 80).

- Vale a oportunidade para uma referência a D. Ana Vaz, mãe de Vasco Fernandes Coutinho (filho). Não se tem notícia da sua presença no Brasil, embora, desde os primeiros tempos da capitania, fosse conhecida a ilha de Ana Vaz. Seria uma homenagem de Vasco Fernandes Coutinho (pai) à mulher que amara ilícitamente? Ou o topônimo indicava residência, local de lavouras pertencentes a Ana Vaz? Por excessiva que fosse a liberdade de costumes na colônia, o donatário jamais chegaria ao extremo de homenagear a concubina ausente, permanente ou transitória, dando seu nome a um acidente geográfico da capitania. Mais razoável é que Ana Vaz tivesse vindo na expedição dos primeiros povoadores e Coutinho lhe tenha oferecido a ilha a que deu seu nome. Os companheiros consagraram a doação denominando-a *ilha de Ana Vaz*.

3 - Em fevereiro de 1564, quando a frota comandada por Estácio de Sá entrou na barra do Rio de Janeiro, Belchior de Azeredo e outros perseguiram e atacaram uma nau francesa, aprisionando-a (FELISBELO FREIRE, *História*, I, 30). A maior façanha do ex-secretário de Vasco Coutinho teve lugar a treze de julho de 1565, quando, após renhido combate, capturou duas canoas inimigas de vinte que vinham sobre a nascente povoação (FREIRE, *op. cit.*, 36). O feito vem minuciosamente descrito na fé de ofício que Estácio de Sá passou a Belchior de Azeredo, documento que se pode ler nos *Anais do Rio de Janeiro*, de BALTAZAR DA SILVA LISBOA, I, p. 94 ss.

ARARIBÓIA – De Araribóia,<sup>4</sup> comandante de duzentos temiminós que o Espírito Santo mandou à luta contra os franceses de Villegagnon, não é necessário dizer mais que isto: ele e os frecheiros que tinha junto de si decidiram da sorte dos intrusos.

Além do auxílio em homens, a capitania forneceu a Estácio de Sá, de início, mantimentos<sup>5</sup> e, mais tarde, quando minguavam os recursos materiais da expedição, Belchior de Azeredo foi mandado ao Espírito Santo, no navio *Santa Clara*, com a missão de, “como Provedor da Fazenda Real della, se provêsse ali do necessario em auxilio da nova Cidadella e sua defensão”.<sup>6</sup>

**DETALHES DA ADMINISTRAÇÃO DO SEGUNDO VASCO** – Preocupado com o desenvolvimento do senhorio, Vasco Coutinho (filho) fez uma revisão na distribuição das terras, passando a novas mãos aquelas cujos sesmeiros tinham morrido ou as haviam deixado no abandono.<sup>7</sup>

Não há notícias de ataques dos europeus durante o governo do segundo donatário.<sup>8</sup> Os autóctones, em 1568, ameaçaram a paz da capitania, mas a presença de Mem de Sá a tornou “mais pasífica que nunca”.<sup>9</sup>

4 - MÁRIO ARISTIDES FREIRE diz: “Há quem afirme Arariboia, ou Arariboia, nascido no Espírito Santo” (*Capitania*, 26). Coube-lhe vingar a afronta sofrida por sua tribo da parte dos tamoiós, vendo-se obrigada a emigrar para o Espírito Santo em 1555 (ver p. 82). Em reconhecimento aos grandes serviços prestados às armas portuguesas, foram-lhe concedidos o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo e o posto de capitão-mor da sua aldeia (atual Niterói, cidade do Estado do Rio de Janeiro). Ao que informa frei VICENTE DO SALVADOR (*Hist. Brasil*, 197), Araribóia foi batizado em 1530, tendo servido de padrinho Martim Afonso de Sousa. Daí o nome usado pelo valente temiminó - Martim Afonso de Sousa, ou Martim Afonso Araribóia - o primeiro figurando na petição cujo traslado existe na Prefeitura de Niterói (FREIRE, *op. cit.*, 27).

- “Nos cronistas, o nome Araryboia, Ararigbóia, ou melhor, Araigbóia, vem como significando ‘cobra feroz’; mas, decompondo-se o vocábulo tupi, acha-se *araib*, tempo mau, tempestade, tormenta, e *bói*, cobra: cobra do mau tempo ou da tempestade, que assim chamavam os índios uma serpente aquática, esverdeada e de cabeça escura, cujo grunhir para eles prenunciava mau tempo” (GARCIA, *Notas aos Tratados*, 358).

5 - Estudando esta passagem da História do Brasil, Varnhagen assim se expressou: “com o reforço que conseguiu no Espírito Santo, e que foi de consideração” (HG, I, 394).

6 - SILVA LISBOA, *Anais*, I, 101.

7 - F. A. RUBIM, *Memórias para Servir*, 6; Rubim, *Memórias*, 222.

8 - As informações que ficaram das visitas inamistosas que, em 1581 e 1582, franceses e ingleses, respectivamente, fizeram à capitania não são de molde a permitir que as consideremos perigosas à segurança da terra.

- Na carta escrita do Espírito Santo a vinte e sete de julho de 1565, o padre PEDRO DA COSTA informava para Lisboa: “mas sei que algumas cousas se fizeram de mui louvor de Noso Senhor, como foi ajuntar huma grande esmolla, em comparação da pobreza da terra, para tirar huns homens de hum navio que se perdeo na costa que hos contrarios tinham cativos” (*Cartas*, IV, 267). Aquele *contrários* seria sinônimo de *franceses*.

9 - “Por me vir novas que o gentio da capitania do espirito santo estaua alleuantado

Sobreveio, ao que tudo indica, um período de entendimento e respeito mútuo entre as duas comunidades. Também o ambiente social melhorou, propiciando trabalho mais produtivo, sem as constantes questiúnculas de outrora.

Inspirado pelo sermão de um pregador jesuíta, Vasco Fernandes Coutinho (filho) extirpou o jogo da terra.<sup>10</sup> Era vício que mais contendas provocava no seio da população branca.<sup>11</sup>

**NOVOS ENGENHOS – COMÉRCIO COM A METRÓPOLE – PROGRESSO** – Com o auxílio de novos braços e capitais, o Espírito Santo conheceu uma quadra de progresso, assinalando-se a construção de alguns engenhos de açúcar<sup>12</sup> e o incremento do comércio direto com Portugal.<sup>13</sup> Rubim diria com justiça: “A Colônia tomou um aspecto mais lisonjeiro”.<sup>14</sup>

---

e tinha mortos muitos branquos foj necesarjo hillo socorer e fuj com parecer dos capitães e moradores da terra / e deixar por capitão da dita çidade do Rjo de Janeiro a saluador corea de saa meu sobrinho o qual inda agora sustento á minha custa e chegando a dita capitania em muj breue tempo asoseguei o gentio que quis pazes e os que a não quizerão forão castigados e mortos muitos e os que escaparão se forão da terra e ficouo ella mais pasifiqua que nunqua ho que tudo fiz a minha custaa” (*Instrumento*, 136).

10 - LEITE, *HCJB*, I, 217.

11 - O jogo - principalmente o de cartas - será instrumento ativo de deterioração social pelos séculos a fora. O Santo Ofício, página triste da história ibero-americana, através das *Denúncias e Confissões*, recolheu material que permite avaliar a profundidade do vício em todas as camadas sociais da colônia. Jogava-se “a cartela e o truque - este ainda usado nos sertões de Minas e Bahia” (WETZEL, *Mem de Sá*, 36). Em 1550, a alfândega da cidade do Salvador apreendeu um barril com 474 baralhos (*DH*, XIII, 317).

12 - RUBIM, *Memórias*, 222.

13 - F. A. RUBIM, *Memórias para Servir*, 6.

14 - RUBIM, *Memórias*, 222.

- ALEXANDRE MARCHANT explica de maneira muito pessoal a situação da capitania na quadra que estamos estudando. Diz ele: “o Espírito Santo era uma verdadeira fênix. Três vezes atacada pelos aimorés, fora finalmente restabelecida por Mem de Sá pouco antes do seu primeiro ataque aos franceses no Rio. Seu restabelecimento fazia parte do seu plano de expulsão dos franceses, pois enquanto trazia homens da Bahia e de São Vicente, não tardou em levar do Espírito Santo todos os seus viveres e suprimentos. De um engenho, a capitania passou a ter seis, e produziu açúcar suficiente para atrair três ou quatro navios por ano para levá-lo a Portugal. Restaurada como foi por Mem de Sá, constituiu um exemplo de seu zelo pela política real de proteção aos índios. Considerável número de índios fora deixado nas proximidades. Alguns, pagãos e cristãos misturados, ao todo dois mil, viviam em aldeias nativas ao longo da costa. Outros, mil e quinhentos a três mil, foram reduzidos pelos jesuítas em aldeamentos. Mais importante é constatar que, embora tivessem os colonos muitos escravos,

Tendo visto sua indústria açucareira reduzida à expressão mais simples,<sup>15</sup> graças ao renascimento do espírito de confiança, em poucos anos a capitania se transformou.

Da visita que lhe fez, em 1584, Cardim colheu animadora impressão. Assim é que, referindo-se aos presentes oferecidos pela gente da terra ao padre visitador, cita perus, vitelas, porcos, vacas, opíparos banquetes comidos nas fazendas, fartura de frutas e “todo gênero de hortaliça de Portugal”. Os jesuítas tinham “uma casa bem acomodada com sete cubículos e uma igreja nova e capaz”. Relativamente à vila de Vitória, a opinião de Cardim coincide com a de Anchieta: “mal situada”, diz o primeiro; “situada em lugar baixo e pouco aprazível”, escreve o segundo.<sup>16</sup> A sede da capitania tinha “mais de cento e cinqüenta vizinhos, com seu vigário”. Cardim informa, também, que os portugueses possuíam “muita escravaria dos índios cristãos” e que a capitania era rica de gado e algodões, além de seis engenhos de açúcar.<sup>17</sup>

**DEPOIMENTOS DE ANCHIETA** – Segundo o testemunho de Anchieta, a catequese marchava a passos largos na terra capixaba. Nas aldeias de S. João e N. S. da Conceição, viviam cerca de três mil índios cristãos; em seis outras, mais distantes, entre convertidos e pagãos, contavam-se mil e quinhentos nativos. Embora os brancos se abastecessem de braços escravos naqueles centros e os próprios jesuítas utilizassem os seus pupilos nos trabalhos das suas propriedades, o tratamento dispensado por aqueles aos silvícolas humanizara-se um pouco, permitindo ao padre Anchieta escrever: “É o Espírito Santo a terra mais acomodada e aparelhada para a conversão, que há em toda a costa, por haver ainda muito gentio e não tão escandalizado dos portugueses”.<sup>18</sup>

---

Vasco Fernandes Coutinho (filho do primeiro donatário), agindo como representante de Mem de Sá, proibiu-lhes outros ataques aos indígenas” (*Do Escambo*, 174).

15 - “A Capitania do Spirito Santo está cincoenta legoas de Porto Seguro em vinte graos, da qual he Capitão e governador Vasco Fernandes Coutinho. Tem hum engenho somente, tira-se delle o melhor assucre que ha em todo o Brasil. Pode ter até cento e oitenta vizinhos. Há dentro da povoação hum mosteiro de padres da Companhia de Jesus. Tem hum rio Mui grande onde os navios entrão, no qual se achão mais peixes bois que noutro nenhum rio desta Costa. No mar junto desta Capitania matão grande copia de peixes grandes e de toda maneira, e tambem no mesmo rio ha muita abundancia delles. Nesta Capitania ha muitas terras e mui largas onde os moradores vivem mui abastados assi de mantimentos da terra, como de fazendas. E quando se tomou a fortaleza do Rio de Janeiro desta mesma Capitania do Spirito Santo sustentarão toda a gente e proverão sempre de mantimentos necessarios enquanto estiverão na terra os que defendião” (GANDAVO, *Tratado*, 34-5).

16 - *Informações*, 418.

17 - *Tratados*, 298-304.

18 - *Informações*, 419.

São, também, do *Apóstolo do Brasil* estas palavras sobre os habitantes do Espírito Santo: “A gente é rica e honrada”. E mais: “a terra [é] freqüentada de três ou quatro navios que cada ano vão ali de Portugal”.<sup>19</sup>

**TOURINHO, ADORNO, METAIS E PEDRAS PRECIOSAS** – Idéia fixa nas pedras e metais preciosos, Sebastião Fernandes Tourinho,<sup>20</sup> à frente de quatrocentos homens,<sup>21</sup> entre 1571 e 1573,<sup>22</sup> subiu o rio Doce<sup>23</sup> ou o São Mateus,<sup>24</sup> penetrando fundo na região das pedras verdes. O regresso ao litoral se fez em canoas pelo Jequitinhonha. Considerado o “descobridor das esmeraldas”,<sup>25</sup> Tourinho conseguiu despertar a curiosidade oficial, levando o governador Luís de Brito e Almeida a promover a expedição que, sob a direção de Antônio Dias Adorno,<sup>26</sup> visitou o vale do Mucuri.<sup>27</sup> A bandeira, de 1574, compunha-se de cento e cinquenta portugueses, quatrocentos

19 - ANCHIETA, *Informações*, 419.

20 - “...personagem considerável da Capitania de Porto Seguro, parente dos donatários” (TAUNAY, *Hist. Bandeiras*, V, 240).

- Diz MÁRIO FREIRE: “Melo Morais afirma que Tourinho era natural da Capitania do Espírito Santo” (*Bandeiras*, 3).

21 - BASÍLIO DE MAGALHÃES, *Expansão*, 51.

22 - TAUNAY (*Hist. Bandeiras*, V, 240) diz: “por 1571 ou 1572”; URBINO VIANA (*Bandeiras*, 133) afirma ter sido em 1573; BASÍLIO DE MAGALHÃES refere-se a 1572 ou 1573 (*Expansão*, 51).

23 - *Rio Doce* - “A origem do seu nome vem de alguns navegantes portugueses que, encontrando no mar água doce defronte deste Rio, a seis milhas da barra, deram-lhe o nome de Rio Doce, pelo qual é hoje conhecido” (VERÍSSIMO COSTA, *Viagens*, 214).

24 - ÁLVARO DA SILVEIRA, plenamente abonado por URBINO VIANA (*Bandeiras*, 131), é de parecer que Tourinho subiu o rio Doce. BASÍLIO DE MAGALHÃES afirma que o sertanista “entrou pelo São Mateus e, subindo um afluente meridional deste, varou depois por terra até à Lagoa de Juparanã, margeando o Rio Doce” (*Expansão*, 51).

25 - URBINO VIANA, *Bandeiras*, 130.

26 - Neto de Diogo Álvares (*o Caramuru*)\* e de sua mulher Catarina Álvares. Seus pais foram Paulo Dias Adorno (de origem fidalga, pois que aparentado com o duque de Gênova) e Filipa Dias (ou Álvares). “Primeiro casal que se consorciara na Bahia”, escreveu PEDRO CALMON (*Hist. Brasil*, I, 311). Antônio Dias Adorno era casado com Antônia Fogaça, filha de Diogo Zorilla (*Denúncias da Bahia*, 389). Recorde-se que o pai de Antônio Dias Adorno fez parte da expedição que, sob o comando de Fernão de Sá, investiu contra os índios de Cricaré (Ver *foot-note* n.º 41, do capítulo V).

\* Em um *mandado* de seis de setembro de 1552, passado pelo provedor-mor da Bahia ao tesoureiro, lê-se “Diogo Álvares Caramuru” (*DH*, XIV, 269). Em outro documento de dezenove de julho de 1553, lê-se “Diogo Alves Caramuru” (*DH*, XIV, 365).

27 - BASÍLIO DE MAGALHÃES, *Expansão*, 52.

índios e tinha a assistência religiosa de dois jesuítas.<sup>28</sup> Mandadas examinar no Reino, as pedras trazidas por Dias Adorno, “se bem que parecessem finas, não interessaram deveras à Coroa”.<sup>29</sup>

E foi assim que começou o maravilhoso capítulo das esmeraldas no Brasil.

**O ESPÍRITO SANTO NA ADMINISTRAÇÃO DO SUL** – Em 1572, morto Mem de Sá, a Coroa dividiu o Brasil em dois governos: o do norte, sediado na cidade do Salvador, tendo por limite a raia que separava as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro; e o do sul, instalado no Rio de Janeiro, compreendendo Porto Seguro e todas as donatarias que se estendiam para o meio-dia. A do Espírito Santo estava, portanto, subordinada à administração do sul, cujo chefe era o desembargador Antônio Salema.

Uma das principais medidas postas em prática pelos novos governos, e que repercutiu fortemente no Espírito Santo, foi a limitação aos abusos dos preadores de índios.

Coube ao senhorio de Vasco Coutinho, mais uma vez, contribuir para a expulsão dos remanescentes dos invasores franceses da Guanabara, ultimamente estabelecidos em Cabo Frio,<sup>30</sup> empresa que mereceu a melhor atenção de Antônio Salema.

**OS LOIOLISTAS, FATORES DE PROGRESSO** – Em 1573, os jesuítas deram início à construção de sua imponente igreja: “de mais de cem palmos de comprido, fora a capela, e quarenta e cinco de largo”.<sup>31</sup> Não existindo pedreiro na terra, as paredes foram feitas de taipa, mas os fundamentos, de pedra e cal. Os próprios padres da Companhia dirigiram a obra, auxiliados por Belchior de Azeredo e

---

- FRANCISCO LOBO LEITE PEREIRA afirma que “Antônio Dias Adorno foi o primeiro pesquisador que chegou à Serra das Esmeraldas - um contraforte da cordilheira da Serra Negra, compreendido entre os rios Mucuri, São Mateus e Doce” (*Algumas Palavras*, 400).

- “Mucury, rio das mucuras ou gambás” (SAMPAIO, *O Tupi*, 271).

28 - Não obstante a presença dos dois inacianos, essa bandeira escravizou sete mil silvícolas, trazendo-os para o litoral, através das duzentas léguas do percurso (PIRAJÁ, *Notas*, II, 334).

29 - CALMON, *Hist. Brasil*, I, 311.

30 - VARNHAGEN, *HG*, I, 463.

31 - *Carta de INÁCIO TOLOSA*, apud SERAFIM LEITE, *HCJB*, I, 222.

toda a gente principal, que “com suas próprias mãos [ajudaram] a trazer pedras grandes para os alicerces”.<sup>32</sup> Foi assim, com o adjutório de grandes e humildes, de senhores e escravos, e graças ao naufrágio que obrigou o padre Luís da Grã e seus companheiros a uma longa demora na vila da Vitória,<sup>33</sup> que se levantaram as primeiras paredes do templo que, mais tarde, acolheria os restos mortais de José de Anchieta.

Os inacianos continuavam o apostolado das letras. Em 1571, ministravam ensino aos “meninos portugueses, que serão quarenta”.<sup>34</sup>

**DESCIMENTO DE ÍNDIOS** – O que não cessava nunca era o descimento dos índios. Em 1573, Belchior de Azeredo fez uma excursão pelo interior levando a guerra às tribos inimigas. Em sua companhia, vieram para o litoral, voluntariamente, mais de duzentos.<sup>35</sup> De outra feita, em 1575 ou 1576, um padre da Companhia desceu mil índios do sertão.<sup>36</sup> Aqui, como alhures, eram aproveitados pelos jesuítas nos trabalhos das suas lavouras.

**NOVA ARREMETIDA DOS FRANCESES** – Em 1581, quando três naus francesas investiram contra a capitania, foram os catecúmenos aldeados pelos inacianos

32 - “Todos mandam os seus escravos para a obra. Outros mandam as coisas necessárias para nosso mantimento e da gente que trabalha. Uma pessoa nos tem dado três bois. E com andarem quase cinqüenta pessoas nas obras, com a gente da casa, toda se sustenta de esmolas, que é para espantar em Capitania tão pequena, onde há mais gente pobre que rica” (*Carta de INÁCIO TOLOSA, apud SERAFIM LEITE, HCJB, I, 222*).

33 - Os padres Tolosa (provincial), Luís da Grã, Antônio da Rocha, Vicente Rodrigues, Fernão Luís, e os irmãos Bento de Lima e João de Sousa, no dia mesmo (vinte e oito de abril de 1573) em que deixaram o Espírito Santo rumo ao norte, naufragaram na foz do rio Doce. O navio e tudo quanto levavam perderam-se, obrigando os naufragos a regressarem ao porto de partida (*LEITE, HCJB, I, 221-2*).

34 - *Brasiliae Historia 1549-1599, apud LEITE, HCJB, I, 224*.

35 - *LEITE, HCJB, I, 232*.

36 - *Brasiliae Historia 1549-1599, apud LEITE, HCJB, I, 232*.

- O padre HÉLIO VIOTTI, narrando a vida de Diogo Fernandes, também jesuíta, informa que este “entrara sete ou oito vezes pelo sertão, entradas até de 180 léguas e das quais uma delas durou oito meses, descendo das montanhas dos atuais Estados de Minas e Goiás, para a orla marítima ‘quantidade de mais de dez mil almas’ “ (*Anchieta, 215*).

- Diogo Fernandes é o primeiro padre da Companhia de Jesus nascido no Brasil. Os assentamentos da Ordem davam-no natural de Porto Seguro. Posteriormente, porém, fixaram o Espírito Santo como sua terra natal. SERAFIM LEITE reuniu os dados essenciais de sua biografia no capítulo 5 (*Primazias, das suas Novas Páginas de História do Brasil*).



que saíram a campo em defesa da terra, matando e ferindo a muitos dos assaltantes. “Os moradores, atemorizados, não acharam quem os defendesse senão quase só, diz Anchieta, os índios das aldeias jesuíticas”.<sup>37</sup>

**TAMBÉM OS INGLESES EXPERIMENTAM** – Dois anos depois, coube aos ingleses pregar um susto a Vasco Coutinho (filho) e sua gente. Surgindo frente ao Espírito Santo, as três naus de que se compunha a expedição dispararam às doidas e fizeram-se de novo ao Oceano.<sup>38</sup>

Nesse mesmo milésimo de 1583 irrompe “grave discórdia entre o governador e o povo”. A intervenção conciliatória de Anchieta pôs fim ao conflito,<sup>39</sup> cujos motivos ficaram ignorados.

**MORRE O SEGUNDO DONATÁRIO** – Vasco Fernandes Coutinho (filho) faleceu em 1589,<sup>40</sup> sucedendo-lhe na direção da capitania sua viúva, D. Luísa Grinalda, que nomeou seu adjunto no governo o capitão Miguel de Azeredo.<sup>41</sup>

---

37 - *Apud* LEITE, HCJB, I, 219.

38 - LEITE, HCJB, I, 219.

39 - LEITE, HCJB, I, 225. Embora se aceite, em princípio, a informação veiculada pelo padre Serafim Leite, de que a rusga entre Coutinho (filho) e seus jurisdicionados fora sanada por Anchieta, recorde-se que, naquele ano, isto é, em 1583, Anchieta devia estar no Rio de Janeiro, segundo a biografia da lavra de Simão de Vasconcelos. Entretanto, cumpre acentuar, ainda uma vez, que Serafim Leite é a maior autoridade contemporânea em assuntos ligados à história jesuítica no Brasil.

40 - *Na Fazenda da Costa*, de sua propriedade, nos arredores da vila do Espírito Santo. No ano anterior – a cinco de maio de 1588 – Vasco Fernandes Coutinho (filho) fizera testamento legando “à sua mãe, que ainda vivia, uma tença de 30\$000 anuais, e o mais a sua mulher. Fazemos nós reparo que alguns historiadores apresentem a deixa dessa tença a D. Luísa Grinalda, o que é inexato” (DAEMON, *Prov. ES*, 93). Este mesmo efemerista contesta que o segundo donatário residisse em Vitória. Afirma que a sua morada era na fazenda referida, situando-a “junto ao Monte Moreno e pouco distante da colina do Convento da Penha” (*op. cit.*, 94).

Parece que, de acordo com o desejo manifestado no testamento, Vasco Coutinho (filho) foi sepultado na igreja de Santiago, em Vitória. Entretanto, VICENTE DO SALVADOR (*Hist. Brasil*, 96) deve ter-se equivocado quando disse que o segundo Vasco viveu e morreu com muita pobreza. O historiador franciscano repetia GABRIEL SOARES, que assim se manifestou sobre tal personagem: “seu filho do mesmo nome vive hoje na mesma Capitania tão necessitado que não tem mais de seu que o título de capitão e governador dela” (*Notícia*, I, 172).

41 - MÁRIO FREIRE registrou “Miguel Antônio de Azeredo” (*Capitania*, 36).

A administração de Coutinho (filho) distinguiu-se, principalmente, pelo sentido de estabilidade que imprimiu ao senhorio. Foi durante sua gestão, graças à paz e sossego reinantes, que os habitantes conseguiram fixar-se, em definitivo, na terra e demonstrar, pela construção de engenhos, desenvolvimento efetivo da catequese e levantamento da igreja dos jesuítas – para apontar tão-somente três expressivas demonstrações de desejo de fixação na gleba – confiança no futuro e preocupação de continuidade na nova pátria.

Meses após a morte do segundo Vasco, chegaram à capitania os dois primeiros frades franciscanos – Antônio dos Mártires e Antônio das Chagas – que, pouco depois, iniciavam a construção, em Vitória, do convento de S. Francisco.<sup>42</sup>

No mesmo milésimo, os beneditinos padre frei Damião da Fonseca e irmão Basílio vieram da Bahia com o intuito de fundar, na Vila Velha, um mosteiro da sua ordem. Acolhidos benevolmente, “seospedaraõ emcaza de D. Luiza Grimalda, Capitoã, e Governadora dela”. Dois anos mais tarde, obtinham “huma sorte deterras” na vila da Vitória, onde pretendiam “fundar outro Mosteiro”.<sup>43</sup>

**CAVENDISH** – O acontecimento de maior relevância do governo de D. Luísa Grimalda – de que ficou notícia – foi o ataque de Thomas Cavendish, famoso pirata inglês, à baía de Vitória, em 1592. Notada sua presença a tempo de se

42 - Segundo a tradição, Vasco Coutinho (filho), impressionado com as notícias do zelo com que os franciscanos trabalhavam nos conventos e missões do norte do Brasil, pediu ao custódio daquela Ordem, então na Bahia, a vinda de alguns religiosos para o Espírito Santo. Atendido, não coube ao donatário assistir à chegada dos padres a seu senhorio. Receberam-nos, festivamente, as pessoas mais distintas da terra: a governadora e seu adjunto, o “vigário desta Vila da Vitória, e ouvidor da vara nesta Capitania” padre Francisco Pinto, Marcos de Azeredo etc. Depois de nobre contenda sobre quem hospedaria os recém-vindos, coube a Marcos de Azeredo a disputada honraria. Mais tarde, transferiram-se para uma pequena casa provisória que edificaram, até que, em 1591, começaram a construção do convento definitivo, em terreno doado à Ordem por escritura assinada pela governadora, seu adjunto e a Câmara (da vila da Vitória) (RÖWER, *O Convento*, 34 ss).

43 - *Notícias Verdadeiras*, 56. – Nova sesmaria conseguiram os beneditinos em 1594, conforme atesta o seguinte assentamento: “Em vinte e quatro de Maio de 1594 pediu o Ir. Fr. Bazilio e lhe foi dada por sesmaria pela dita D. Luiza Grimalda (Capitoã, egovernadora com oseu adjunto Miguel deAzevedo huma ilha namesma Vilha Velha que fora de d.<sup>a</sup> Senhora, e estava no Campo. Nasua petisaõ diz odito Irmaõ que ele fora com o Padre Fr. Damião em 1589 edificar o Mosteiro nadita villa tendo já caza que foi dadita D. Luiza” (*Notícias Verdadeiras*, 57).

organizar a resistência, Cavendish foi duramente batido nas praias vizinhas às vilas do Espírito Santo e Vitória.<sup>44</sup>

Valendo-se de substancial documentação jesuítica, Serafim Leite assevera que “a gente [*da terra*] construiu à pressa dois fortins perto da vila, armaram-se ciladas nos lugares mais altos para esmagar o inimigo com pedras e flechas”.

Como soía acontecer nas horas de perigo grave, os padres da Companhia “trouxeram os índios das aldeias”.<sup>45</sup> Diante da encarniçada e inesperada reação, os assaltantes recolheram-se aos seus navios, não sem perderem oitenta homens, segundo o depoimento de Antônio Knivet.<sup>46</sup>

---

44 - “Aos índios goitacazes, acampados nas proximidades de Vila Velha, fora feito urgente apelo, atendendo-o o seu cacique *Jupi-açu*, com duzentos homens.

Entre o astuto índio e o fidalgo português [Miguel de Azeredo] foi delineado o plano de defesa. Para iludir os inimigos e dar impressão de possuírem grandes recursos, mandaram acender nos morros circundantes à baía, a partir do Moreno e a terminar no Penedo, grandes fogueiras. Ardil que mais tarde se verificou ter surtido efeito, evitando o ataque noturno.

Na bocaina existente ao lado direito do Penedo e na parte fronteira, no morro em que noventa anos mais tarde ergueriam o *Forte de São João*, no mais apertado passo da Baía da Vitória, construíram apressadamente dois fortins de taipa e pedras soltas, disfarçados nos próprios matos” (MONJARDIM, *Cavendish*, 121).

45 - LEITE, *HCJB*, I, 219-21.

46 - “No nosso navio havia um português\* que recolhêramos da embarcação apreendida, em Cabo Frio; este português, que fora conosco ao Estreito de Magalhães, e aí testemunhara a nossa falência, falou-nos duma vila chamada Espírito Santo, dizendo-nos que poderíamos chegar à frente da mesma com os nossos navios, e aí, sem perigo, lograríamos tomar muitos engenhos de açúcar e boa quantidade de gado.

As palavras deste português fizeram-nos renunciar ao projeto de ida a S. Sebastião, tomando o rumo de Espírito Santo; em oito dias chegamos à embocadura do porto, acabando por lançar âncora na baía e mandar nossos botes sondar o canal; não encontrando estes nem a metade da profundidade que o português nos dissera que encontraríamos, supôs o general que o luso nos havia traído e, sem nenhuma comprovação, fê-lo enforcar de imediato. Neste local, todos os fidalgos que restavam a bordo manifestaram desejo de ir à terra tomar a povoação. O general não o queria de modo nenhum, objetando-lhes diversos inconvenientes; nenhum argumento porém os convenceu, e foram os moços tão insistentes que o general, escolhendo cento e vinte homens dentre os melhores que possuía em ambos os navios, enviou ao capitão Morgan, praça de terra singularmente boa, e ao tenente Royden, como comandantes neste empreendimento. Desembarcaram, pois, diante dum pequeno forte com um dos seus botes e dele expulsaram os portugueses; o outro bote seguiu mais além, onde houve uma escaramuça muito violenta, e a vida destes moços depressa se abreviou, pois apearam num rochedo fronteiro ao forte e à medida que saltavam fora do bote, escorregavam com suas armas para dentro do mar; assim a grande maioria deles pereceu afogada. Em conclusão, perdemos oitenta homens neste lugar e, dos quarenta que se salvaram, nem um só voltou sem uma flechada em seu corpo, chegando alguns a ter cinco e seis ferimentos” (KNIVET, *Vária Fortuna*, 34-6).

Este assalto marcou o fim da carreira criminosa do pillador de Santos – no atual Estado de São Paulo.

**A CAPITANIA PASSA A OUTRAS MÃOS** – Enquanto isso, desenvolvia-se, em Portugal, a ação de adjudicação do direito de senhorio da capitania, movida por Francisco de Aguiar Coutinho, parente mais próximo de Vasco Fernandes Coutinho (filho)<sup>47</sup> – uma vez que do casamento deste com D. Luísa Grinalda não resultara descendência.<sup>48</sup>

Ao saber, em 1593, do resultado do pleito, que reconheceu o direito de sucessão àquele postulante, a viúva do segundo donatário entregou o governo a Miguel de Azeredo – este com o título de capitão-mor – retirando-se para o Reino.<sup>49</sup>

Aguiar Coutinho só assumiu a direção da capitania depois de 1605.<sup>50</sup>

\* Tratava-se do “frade que se havia escondido num caixote de farinha” quando Cavendish assaltou Cabo Frio. Feito prisioneiro, passou a exercer as funções de piloto da expedição do pirata inglês. MARTIM DEL BARCO CENTENERA (*Argentina y Conquista del Rio de la Plata*, Buenos Aires, 1912) afirma que seu nome era Jorge Luís, mas KNIVET chama-o Gaspar Jorge.

47 - DAEMON, *Prov. ES*, 99.

48 - O padre SERAFIM LEITE, na *foot-note* n.º 3, p. 463, das *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, III, informa: “Entre os padres e irmãos da Casa de S. Roque, Lisboa, em 1562, há esta notícia: ‘Ignacio de Mello, de dezessete anos, português, hijo del Capitán del Spíritu Santo, del Brasil, tiene mediocres partes, no sabe latin, pero la lengua brasilica muy bien. Recebióse por indifferente a trinta de Noviembre de 1562’ (*Lus.* 43-1, f. 181v). Inácio de Melo ainda está entre os noviços em maio de 1563, não já em agosto desse ano (*ib.* 206r). Nasceria por 1545, e tem o mesmo sobrenome que Jorge de Melo e Martim Afonso de Melo, ambos filhos do primeiro Donatário Vasco Fernandes Coutinho, ‘que hé capitão do Brasyl da Capitania do Espirito Santo’ (*Livro de Linhagens do Século XVI* 169)”. Sublinhemos o detalhe dessa nota: “hijo del Capitán del Spíritu Santo, del Brasil”. E mais: “em 1562”. Ora, Vasco Fernandes Coutinho (pai) morrera em 1561. O *capitão* do Espirito Santo, em 1562, era o segundo Vasco. O jovem Inácio deve, pois, ser seu filho. O novo pormenor sobre a descendência do primeiro donatário fica à disposição dos pesquisadores para o devido esclarecimento.

49 - D. Luísa Grinalda recolheu-se ao convento do Paraíso, em Évora. Ainda vivia em 1626, quando prestou depoimento no processo de beatificação do padre José de Anchieta (FREIRE, *Capitania*, 37).

50 - Embora RUBIM diga: “terminou o longo governo de Miguel de Azeredo com a chegada a esta Capitania em 1620 do seu quarto donatário, Francisco de Aguiar Coutinho” (*Memórias*, 227), BASÍLIO DAEMON afirma que Miguel de Azeredo “governou a Capitania até a chegada do donatário” (*Prov. ES*, 99) e MISAEL PENA corrobore: “Em 1620 chegando de Portugal o quarto donatário, Francisco de Aguiar Coutinho, em cujo favor se havia julgado o senhorio da Capitania, tomou ele posse do governo em quinze de julho desse ano,

Durante sua administração, Azeredo foi parte e testemunha de dois importantes acontecimentos. Chefiou, no ano de 1594, uma grande bandeira punitiva contra os goitacazes, que obstavam a instalação dos cristãos no sul da capitania. Ferozes e em grande número, grupos daquelas tribos faziam constantes incursões nas propriedades dos que buscavam as regiões do seu predomínio, talando vidas e benfeitorias. O capitão-mor se fez acompanhar “por Antônio Jorge e João Soares, homens experimentados em correrias, e dos moradores que com mais freqüência tinham sofrido crueldades”.<sup>51</sup>

Cronistas e historiadores são unânimes em afirmar “que daí em diante deixaram esses selvagens de surpreender e atacar os habitantes da Capitania”.<sup>52</sup>

---

recebendo-o de Miguel de Azeredo, que então governava com a patente de capitão-mor” (*História*, 60), RODOLFO GARCIA, apoiado na “carta de D. Diogo de Menezes, de oito de fevereiro de 1609, cópia no Instituto Histórico”, assevera que “Constantino de Menelau, antes de governar a Capitania do Rio de Janeiro, foi por D. Diogo de Menezes provido no cargo de capitão do Espírito Santo, na ausência do capitão Francisco de Aguiar Coutinho” (Nota à HG, de VARNHAGEN, II, 224). - Mário Freire vem destruir as lições de RUBIM, DAEMON e MISAEL PENA, pois, à p. 45 de *A Capitania do Espírito Santo*, diz aquele historiador que (em 1605) “servia como capitão-mor o ouvidor Afonso de Franca”. O texto integral da mencionada carta de Diogo de Menezes esclarece o assunto de uma vez por todas. Diz, no trecho que nos interessa: “A prouisão de que V. Mag.de fas mensão na minha carta lhe manda uá ao Spirito Santo aueriguar a entrada daquella naueta ingresa não he qua chegada porque deuia encaminhar sse lhe pella uia de Pernãobuquo tenho ordenado e feitas prouisões pera mandar ao licenciado Antonio Maia que tenho por letrado de confiança aquela Capitania tirar deuassa do Capitão della Francisco de Aguiar Coutinho, por uirtude da prouisão que V. Mag.de passou a instancia de Leonardo Frois, e que o suspendesse na forma della e mandasse a esta cidade durante a deuassa e nesta ausencia tenho prouido por Capitão a Constantino de Menelao, a quem V. Mag.de me manda por huã carta sua entretenha no que ouuer lugar até entrar na Capitania do Rio de Janeiro em que está prouido e porque a prouisão em que V. Mag.de manda ir a dita Capitania ao dito Sebastião de Carvalho, pode tardar e a monssão em que pôde ir se acaba neste mes de feueireiro e dahi em seis meses he contraria acreçentei esta commissão ao mesmo letrado, e nella tem pouco que fazer, mas que notificar ao dito Capitão Francisco de Aguiar se ua descarregar daquela culpa diante do marquez Vice Rei na forma que V. Mag.de manda, por ser materia sem duuida e que está per autos e fé de Escriuães que tenho em meu poder per que consta entrar a dita naueta no tal porto sem sua licença não deferindo aos requerimentos que sobre isso lhe fez o prouedor da fazenda” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, I, 115, 58. Cópia inserta nos *Anais BN*, LXVII, 46-50).

- Está claro, portanto, que em princípios de 1609 Francisco de Aguiar Coutinho já estava na capitania e era acusado de violar disposições régias, permitindo que uma naveta inglesa tivesse contato com o povo de sua donataria. De 1610 existe uma escritura de doação de terras aos índios da aldeia de Reis Magos assinada por Aguiar Coutinho (documento inserto nos *Arquivos do Estado do Espírito Santo - Livro Tombo da Vila de Nova Almeida*, 42-3).

51 - RUBIM, *Memórias*, 225.

52 - PENA, *História*, 58.

**MORTE DO APÓSTOLO DO BRASIL** – O segundo grande fato ocorrido na governança de Miguel de Azeredo foi o falecimento, em Reritiba,<sup>53</sup> do padre José de Anchieta. Este jesuíta, que passou no Brasil quarenta e quatro anos, dos sessenta e três que viveu, recolhera-se ao Espírito Santo ao sentir a aproximação da morte. Reritiba, onde a Companhia possuía uma casa, era o pouso de sua predileção. Ali morreu o *Apóstolo do Brasil*<sup>54</sup> aos nove dias de junho de 1597.<sup>55</sup> Seu corpo foi trasladado para a vila da Vitória por um cortejo constituído de mais de trezentas pessoas, em maioria indígenas, sendo sepultado na igreja de Santiago.<sup>56</sup>

**D. FRANCISCO DE SOUSA EXPERIMENTA AS MINAS CAPIXABAS** – Dom Francisco de Sousa, o das Manhas, que governou o Brasil, pela primeira vez,

53 - “Riri-tyba, o sítio das ostras; ostras em abundância, a ostreira” (SAMPAIO, *O Tupi*, 299).

54 - Quando dos ofícios solenes celebrados em Vitória, por ocasião do sepultamento de Anchieta, ao padre Bartolomeu Simões Pereira, administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, então residindo no Espírito Santo, coube fazer o necrológio, no decorrer do qual chamou ao morto de *Apóstolo do Brasil* (QUIRÍCIO CAXA, *Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta*, apud LEITE, *Páginas*, 171-2).

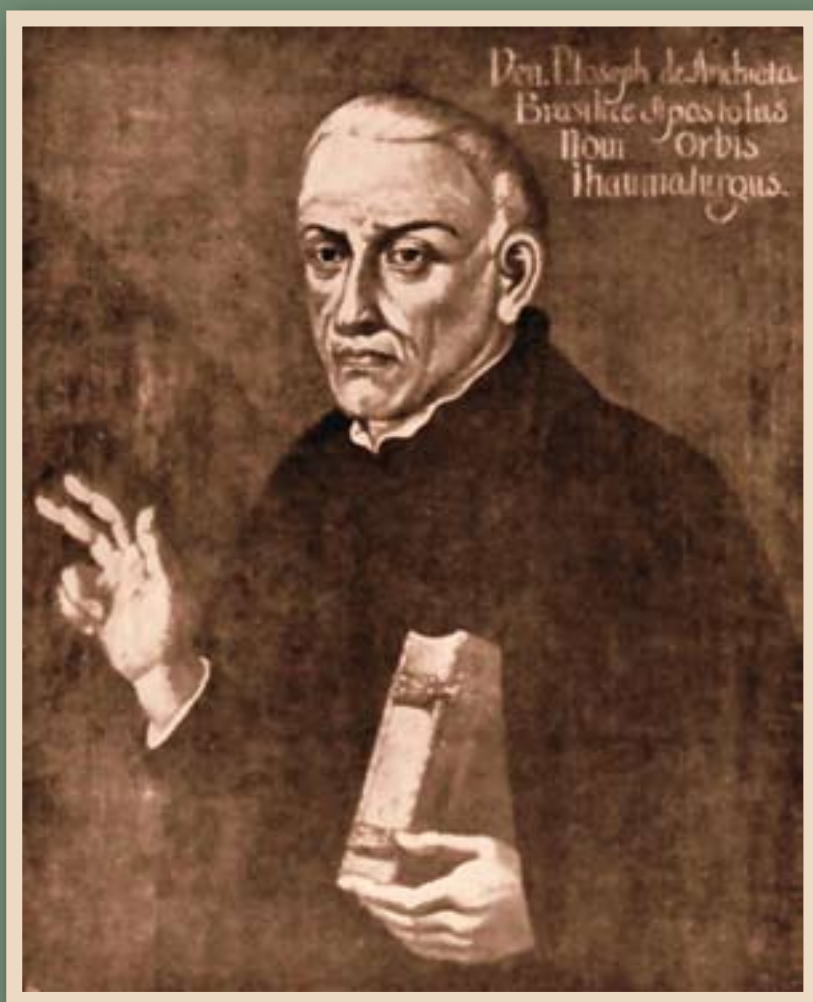
- Foi a primeira vez que se usou aquele cognome.

55 - TEIXEIRA, *Dicionário*, 387.

56 - SERAFIM LEITE escreveu na *HCJB*, II, 483, nota 2: “em julho de 1609, os seus restos mortais foram levados, em parte, para a Bahia, onde ficaram algum tempo no altar-mor, ao lado, até ao breve de Urbano VIII *de non cultu* e retiraram-se de lá, sendo dispersas as suas relíquias por várias casas e colégios, uma das quais foi para Roma. Mais tarde, colocou-se a seguinte inscrição tumular na igreja dos jesuítas, ao lado do palácio do governo, sítio no antigo colégio [de Vitória]: HIC IACVIT VENE/RAB. P. IOSEPHUS / DE ANCHIETA SOC. / I. BRASILIAE APOS. / ET NOVI ORB. NO/VVS THAVMATVRG. / OBIIT RERITIBAE / DIE IX INV. ANN. / MDXCVII. Ignora-se o paradeiro das relíquias de Anchieta.”

- A onze de março de 1760, o marquês de Lavradio ordenava, em portaria, que o chanceler da Relação da Bahia “fizesse remeter para Lisboa as relíquias do padre Anchieta, que se encontravam no colégio que fora dos jesuítas” (ALMEIDA, *Inventário*, I, 393). E a doze de abril daquele mesmo ano o referido chanceler Tomás Rubi de Barros Barreto escrevia a el-rei D. José uma carta, na qual dizia: “e acompanha a dita remessa hum cofre de Jacarandá com sua ferragem de prata, em que vão as estimaveis relíquias do Veneravel Padre Anchieta e constão de quatro ossos das canellas e duas tunicas; o que tudo entregará o Capitam do Mar e guerra Antônio de Brito Freire” (ALMEIDA, *op. cit.*, p. 389).

- Em ofício de vinte de junho de 1808, Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, governador da capitania do Espírito Santo, comunicava a D. Fernando José de Portugal, haver “em poder do Reverendo Vigario da Vara desta Villa [da Vitória]”, além de objetos de prata que pertenciam à “Igreja do Collegio, que os extinctos Jezuitas tinham nesta Villa [...] Hum Caixotinho de prata lavrada; tem dentro hua Canella do Veneravel Anchieta” (*Gov ES*, I, 4).



Beato José de Anchieta  
Tela antiga, no Gesù, Roma.  
*HCJB, II, de Serafim Leite*

no fim do século XVI, aqui esteve depois de outubro de 1598. Dirigia-se a São Paulo, mas, “por lhe dizerem que havia metais na serra de Mestre Álvaro e em outras partes, as tentou e mandou cavar e fazer ensaio, de que se tirou alguma prata. Também mandou que fossem às esmeraldas, a que da Bahia havia mandado por Diogo Martins Cão<sup>57</sup> e as tinha descobertas”.<sup>58</sup>

Informa Basílio Daemon que o governador foi em pessoa examinar algumas minas e que, entre os da sua comitiva, se contavam dois alemães – um engenheiro, de nome Geraldo, e um mineiro, Jaques.<sup>59</sup>

A primeiro de dezembro daquele ano, D. Francisco de Sousa ainda se encontrava na capitania.<sup>60</sup> Os operários especializados que o acompanhavam levantaram um pequeno forte de pedra e cal, destinado à defesa da entrada da vila, fornecendo o governador duas peças de artilharia.<sup>61</sup> Conseqüência, talvez, da visita que Olivier van Noord fez ao rio Doce, justamente nessa quadra do ano.<sup>62</sup>

**BALANÇO DAS REALIZAÇÕES** – Ao findar o século, a capitania fundada por Vasco Fernandes Coutinho já revelara as linhas que orientariam a marcha da civilização em seu território. Os pioneiros e seus continuadores sentiram na

57 - Indicações para a sua biografia na *História Geral*, de Varnhagen, II, 104-5. Nota devida a Rodolfo Garcia.

58 - VICENTE DO SALVADOR, *Hist. Brasil*, 380.

59 - *Prov. ES*, 103.

- “À vila de São Paulo chegou D. Francisco de Sousa no ano de 1599, trazendo ... um mineiro alemão Jaques de Oalte e um engenheiro, também alemão, Giraldo Betink, vencendo cada um de ordenado 200\$000 por ano” (TAQUES, *Informação*, 7). – RODOLFO GARCIA comentou: “Os cognomes germânicos estão evidentemente estropiados” (*Notas à HG*, de VARNHAGEN, II, 101).

60 - É daquela data a provisão em que determinava ao almoxarifado de Santos que fornecesse todo o necessário, inclusive dinheiro, ao capitão Diogo Aires Aguirre, que para ali seguia como seu enviado (de D. Francisco de Sousa), acompanhado de duzentos índios destinados à lavragem das minas de ouro em Santos (DAEMON, *Prov. ES*, 103). Ao que tudo indica, aqueles duzentos índios foram retirados do território capixaba.

- FELISBELO FREIRE afirma que a provisão é de dois de dezembro e que o enviado de Francisco de Sousa se chamava Diogo Dias de Aguirre (*Hist. Territorial*, 377-8).

61 - VICENTE DO SALVADOR, *Hist. Brasil*, 380.

62 - “Olivier van Noord foi o primeiro holandês a visitar as costas orientais do Brasil. Partindo em 1598, para uma viagem à volta do mundo, escalou, para fins de reabastecimento, nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro e no Rio Doce” (NETSCHER, *Os Holandeses*, 40).

- TAUNAY ensina: “foi Olivier van Noord o primeiro marítimo da nação batava que deu a volta ao globo” (*Visitantes*, 19).



própria carne que ali as conquistas do homem seriam, por muitos e muitos anos ainda, discretas e custosas. Cada novo passo à frente deveria ser precedido de prudente tatear, pois o perigo e o fracasso vigiavam todos os rumos.

Os jesuítas eram os mesmos ardorosos batalhadores dos primeiros dias. Em uma de suas últimas cartas, é para os índios do Espírito Santo que Anchieta (I) reserva palavras de atenção, relatando a resistência dos padres à desenfreada cobiça dos colonos, que, por sua vez, questionavam entre si “sobre pretensões de ofícios e honras”. Implicavam os portugueses com os jesuítas porque estes não lhes permitiam “servir-se [dos índios] a torto e a direito”. Como profeta, acrescentaria: “Mas como esta é guerra antiga, e no Brasil não se acabará senão com os mesmos índios”.<sup>63</sup>

A presença de capitães seculares à frente das aldeias do gentio acarretou a extinção de várias delas no Espírito Santo, como no resto do Brasil. Citando documentação jesuítica, Serafim Leite diz que tiveram fim as de Vasco Fernandes Coutinho, Belchior de Azeredo, dos seus sobrinhos, Miguel de Azeredo e Marcos de Azeredo.<sup>64</sup>

**A MISERICÓRDIA** – Como para afirmar às gerações que portugueses haviam estado na terra, a Santa Casa de Misericórdia já fora fundada<sup>65</sup> e veio a merecer honraria especial de Filipe II, em 1605, que lhe concedeu, por alvará de primeiro de junho daquele ano, os mesmos privilégios da sua irmã de Lisboa.<sup>66</sup>

---

63 - ANCHIETA, *Carta ao geral padre Cláudio Aquaviva, do Espírito Santo a sete de setembro de 1594*, in *Cartas*, 291.

64 - LEITE, *HCJB*, II, 71. O tema *Governo das Aldeias* pode ser estudado na *História da Companhia de Jesus*, II, p. 61 ss, e na *História Geral*, I, 421 ss. – aquela da autoria de Serafim Leite, S. J., a segunda da lavra do Visconde de Porto Seguro.

65 - O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo afirma que “pesquisou a verdadeira data da instalação da Santa Casa de Misericórdia desta Capital [Vitória], uma das mais antigas do Brasil, cujo quatricentenário deverá ocorrer no próximo ano [1945] (sete de agosto)” (*RIHGES*, XVI, 61).

- Para aceitarmos a afirmação do Instituto, teremos de admitir que a Santa Casa foi instalada na vila do Espírito Santo e, mais tarde, transferida para a de Vitória, pois em 1545 não existia ainda esta última, fundada, como vimos, em 1550. – Sobre o assunto, ver o estudo de ARTUR LOURENÇO DE ARAÚJO PRIMO – *Santa Casa de Misericórdia* – inserto no volume XVI, 39-41, da *RIHGES*.

66 - À vista das discrepâncias encontradas entre os vários historiadores que abordaram a data do alvará em tela, consultamos o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), cujo diretor – José Pereira da Costa – pronta e atenciosamente informou que “no L.º 3, fls. 119, Privilégios, do rei Filipe 2.º [se encontra] o registro de um alvará, com data de 1 de junho de 1605, que concede à Misericórdia da Capitania do Espírito Santo os mesmos privilégios da Misericórdia de Lisboa”:

As culturas principais eram, além da cana, de que se faziam açúcar e aguardente, algodão, arroz e tabaco.

Vitória contava cerca de 700 habitantes e tinha já boas casas de negócio; tinha colégio e conventos...<sup>67</sup>

**65 ANOS APÓS O DESEMBARQUE** – Muito progredira a capitania desde a chegada da *Grorya* à enseada do Espírito Santo. Vivo estivesse, o primeiro donatário poderia dizer, com justo orgulho, que não fora vão o sacrifício que se impusera para plantar a bandeira do seu rei nesta nesga do solo brasileiro. Outras donatarias exibiam mais riquezas, mas, por certo, em nenhuma outra as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que abrigava. Décênios, séculos decorreriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas.

---

- “Eu El Rey. Faço saber aos que este Alvará virem Que havendo respeito ao que na petição atrás escrita dizem o Provedor e Irmãos da Caza da Mizericordia Capitania do Espírito Santo partes do Brazil. Hey por bem e Meapraz que elles possão uzar e uzem dos privilegios, eliberdades que são concedidos a Caza da Mizericordia desta Cidade de Lisboa, e isto naquellas couzas em que lhe poderem aplicar: e Mando atodas as Justiças Officiais, e Pessoas aque o conhecimento disto pertencer que lhes cumprão este Alvará como senelle contem, o qual Meapraz que Valha, etenha força evigor como sefosse Carta feita em Meo Nome, epormim assignada, sem em bargo da Ordenação em Contrario. Antonio de Moraes afez em Lisboa. ao primeiro de Junho de mil seis centos e cinco. João da Costa ofez escrever. Rey. Manoel Gonsalves da Camara – Ha Vossa Magestade por bem que o Provedor e Irmãos, da Caza da Mizericordia da Capitania do Espirito Santo das partes do Brazil possão uzar dos privilegios concedidos a Mizericordia desta Cidade de Lisboa, eisto naquellas couzas que se lhe poderem aplicar, e que este valha como Carta. Por Despacho da Meza. Pedro Barbosa. Pagou duzentos equarenta res em Lisboa ao primeiro de Julho de seis centos e cinco annos. Gaspar Maldonado. Registado na Chanselaria afolhas cento e dezenove. Miguel Monteiro. Cumpra-se como nele se contem. Hoje seis de Agosto de mil seis centos e doze annos. Antonio Gomes” (Cópia fornecida pelo “Escrivam da Irmandade – José Marco. de Vascos.”, a primeiro de março de 1828, e que acompanhou o Ofício de treze de março de 1828, de Inácio Acioli de Vasconcelos, Pres da Prov, a Pedro de Araújo Lima, in *Pres ES*, IV, 47).

67 - ROCHA POMBO, *HB*, V, 133-4.

## NOTA

## I

(p. 125)

- Vez por outra, encontramos referências aos autos escritos por Anchieta, baseados em lugares e personagens capixabas. Delas se pode dizer que lhes falta lastro documental para as suas exegeses quase sempre mitológicas.

Podemos revelar, nesta oportunidade, que o padre Armando Cardoso, S. J., está concluindo livro intitulado *O Teatro de Anchieta*, em que o assunto é estudado com o rigor e o saber que distinguem os trabalhos daquele mestre.

A nosso pedido, o responsável pela recente edição do poema *De Gestis Mendi de Saa*, do padre Anchieta - escreveu. o seguinte:

*“Autos de Anchieta no Espírito Santo*

Dos doze autos que nos restam de Anchieta oito foram compostos e representados no Espírito Santo. Há neles preciosas referências a personagens, lugares e situações históricas: fala-se de Vasco Fernandes Coutinho Filho, falecido em 1589. Da. Luísa Grimaldi governadora, sua viúva, é representada na personagem da Vila de Vitória; Miguel de Azeredo, seu cunhado, capitão adjunto, representa o bom Governo. Fala-se de Filipe II e seu partido.

Tecem-se os louvores do P. Marçal Beliarte, provincial jesuíta; do P. Bartolomeu Simões Pereira, administrador apostólico; do P. Marcos da Costa, superior jesuíta; alusão ao P. Diogo Fernandes, missionário de Riritiba, doente da expedição ao sertão.

Alude-se a ataques de franceses e ingleses, de goitacazes e aimorés, descrevem-se vícios e qualidades dos índios das aldeias, rixas e pleitos dos habitantes de Vitória e Vila Velha; há referências a secas e epidemias, cessadas com a proteção dos santos venerados no Espírito Santo, São Maurício e seus companheiros, Santa Úrsula e suas companheiras.

Os locais melhor descritos são a vila de Vitória, a Misericórdia de Vila Velha e seu santuário da Penha, as aldeias de Guaraparim e Riritiba.”



V

# VIII

## BATENDO REPETIDAMENTE OS FLAMENGOS

**P**RIMEIRO MAPA – Logo no primeiro lustro do século XVII, foi extinto o cargo de provedor de defuntos e ausentes da capitania, “atendendo a que os moradores eram pobres (l) e poucos”. As atribuições do *ofício* passaram às justiças ordinárias locais.<sup>1</sup>

Além da presença de D. Francisco de Sousa na terra – sempre voltado para as gemas e pedrarias, tendo mesmo conseguido sua nomeação para capitão-general e governador do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, com administração das minas descobertas e que se viessem a descobrir nas três

---

1 - RUBIM, *Memórias*, 227. A carta régia é de sete de dezembro de 1604 (*apud* JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 75).

capitanias – é de justiça assinalar o levantamento, em 1612, da primeira carta geográfica do território capixaba, por Marcos de Azeredo.<sup>2</sup>

**JESUÍTAS E ÍNDIOS – CABO FRIO** – Pioneiros incontestes da civilização na capitania, os jesuítas, ainda na centúria anterior, haviam fundado a aldeia dos Reis Magos. Foi, entretanto, após a obtenção de uma sesmaria para os seus índios<sup>3</sup> – em 1610 – que sobreveio o período de prosperidade local, ainda hoje atestada pela igreja,<sup>4</sup> cuja inauguração se deu em 1615, entre festas de que participaram entusiasmamente os ameríndios, sempre dispostos para folguedos.<sup>5</sup>

Poderoso exército de reserva, utilizado em numerosas ocasiões, principalmente contra o invasor estrangeiro – aqui e alhures, no período colonial – coube aos índios catequizados do Espírito Santo fornecer quinhentos dos seus melhores filhos para a fundação da aldeia de São Pedro, origem da atual cidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Isto se deu em 1617, quando, expulsos os holandeses e ingleses que tentavam ali estabelecer-se, os portugueses julgaram de bom aviso instalar na região gente de sua confiança.<sup>6</sup>

2 - Basílio Daemon, de quem colhemos a valiosa notícia, grafa “Azevedo”. São, ainda, daquele mesmo autor as seguintes informações: “Nesta carta são demonstrados: todos os lugares povoados, havendo no entanto faltas, pois que só dá como povoações a Vitória e Reis Magos, quando já existia a Vila do Espírito Santo, havendo povoações em Guarapari, Benevente e S. Mateus, não falando em Santa Cruz, Serra e Piúma\* então Orobó” (*Prov. ES*, 106).

\* “*Py-uma* – a epiderme ou casca anegrada, escura. É uma mirtácea de fruto preto, redondo” (SAMPAIO, *O Tupi*, 294).

3 - Instrumento de doação in *Arquivos do Espírito Santo, Livro Tombo da Vila de Nova Almeida*, 42-3.

4 - Restaurada, em 1944, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (LEITE, *HCJB*, VI, 180).

5 - LEITE, *HCJB*, VI, 159-60.

6 - LEITE, *HCJB*, VI, 119-20; e GARCIA, *Nota à HG de Varnhagen*, II, 224-6.

– Na petição que instrui a “carta de sesmaria das terras dos goiatacazes”, de dezoito de outubro de 1630, lemos: “e os índios da Aldêa do Cabo Frio, e os de naçam Aitacazes que os Padres da Companhia pera ella trouxerão, que por mandado particular de Sua Magestade o Padre Provincial que então era instituido de nôvo a dita Aldêa com índios que pera isso certos Padres da Companhia trouxerão das Aldêas da Capitania do Espirito Santo, por se achar no Conselho de Estado da Coroa de Portugal ser cousa muito importante a assistencia de índios no dito Cabo Frio debaixo da proteção dos ditos Padres pera empedirem aos Olandeses e aos mais inimigos da Coroa fazerem ali fortaleza e pao brasil, do qual antes a dita Aldêa ali estar levavão muitas naos carregadas, o que depois disso cessou, como também o temor de averem de fazer fortaleza, o que consta por experiencia de mais de doze annos, no discurso dos quaes elles índios tem feito muitas e mui boas cavalgadas, na ultima das quaes neste anno de seiscentos e trinta, elles índios e Aitacazes matarão obra de duzentos olandezes” (*Livro de Tombo*, 300).

ORÇAMENTO, HOLANDESES E ESCRAVOS – É curioso saber que, justamente em 1617, a dez de junho, o soberano baixava alvará no qual se continha a *Folha Geral da Despesa Ordinária que se faz cada ano no Estado do Brasil*, totalizando 54:138\$298 e na qual a capitania do Espírito Santo entrava com 694\$040, assim distribuídos: despesa da igreja: 578\$840; ordenados dos oficiais da Fazenda: 115\$200.<sup>7</sup>

Portugal sofria, então, o jugo do domínio espanhol, que, iniciado em 1580, se prolongaria até 1640.

Nenhuma significação teria para o Espírito Santo a mudança de coroa, não fossem as duas excursões que às suas águas fizeram os holandeses, cuja presença no Brasil se atribui, em parte, à inimizade entre Espanha e Países Baixos.

---

7 - “Capitania do Espirito Santo - *Despesa da Igreja*

Pagar-se-á ao Administrador duzentos, e quarenta mil reis, que tem por Provisão minha.

A elle mais sessenta mil reis para embarcação, quando vae com os Capitães do seu districto.

Ao Vigario de Nossa Senhora da Victoria setenta, e tres mil novecentos e vinte reis, a saber cincoenta mil reis de seu ordenado, e vinte e tres mil novecentos e vinte reis de Ordinaria de vinho, farinha, azeite, e cera.

Ao seu Coadjutor vinte e cinco mil reis de seu ordenado.

Ao Vigario do Espirito Santo outros setenta, e tres mil novecentos e vinte reis na dita maneira atrás declarada.

As fabricas das ditas duas Igrejas dezaseis mil reis a razão de oito mil reis cada uma.

Aos Padres Capuchos da dita Capitania noventa mil reis de Ordinaria para uma pipa de vinho, um quarto de azeite doce, um quarto de farinha deste Reino, duas arrobas de cera lavrada, que tem por Provisão minha, o qual pagamento se lhe fará na conformidade desta addição, e da Folha de vinte e quatro de Outubro do anno passado, sem alteração alguma.

Somma a despesa da Igreja com a ordinaria acima quinhentos setenta e oito mil e oitocentos, e quarenta reis.

*Ordenados dos Officiais da Fazenda*

Pagar-se-ão ao Provedor de minha Fazenda da dita Capitania vinte e quatro mil reis tendo-os por Provisão minha, e não n'a havendo perderá o supplemento na conformidade, que se declarou na dita Folha do Anno passado.

Ao Almojarife outra tanta quantia com a mesma declaração.

Ao Escrivão da Fazenda do Almojarife outra quantia quanta pela mesma maneira.

Ao Porteiro da Alfandega tres mil, e duzentos reis que é outro tanto quanto como têm os mais Porteiros. E assim se pagarão a Marcos de Azevedo quarenta mil reis que tem de tença por Escrivão minha com a Habito de Cristo com Certidão de como é vivo.

Sommam estes ordenados cento e quinze mil, e duzentos reis.

Despense esta Capitania cada anno seiscentos e noventa, e quatro mil, e quarenta reis” (DH, XV, 42-3; e *Anais BN*, XXVII, 362-3).

Antes, porém, de tratarmos das tentativas de desembarque dos batavos na terra capixaba, impõe-se, cronologicamente, a informação de Basílio Daemon relativa à importação de escravos africanos pela capitania. Na sua opinião, o tráfico direto de braços negros entre o Espírito Santo e África começou em fins de 1621, “sendo obrigados os que os importavam a pagá-los com açúcar e outros quaisquer gêneros, por privilégio especial concedido unicamente a esta Capitania”.<sup>8</sup>

O comércio de carne humana com o continente negro já era velho de quase um século em outras partes do Brasil. Teriam, aqui, os índios bastado, até então, às necessidades dos colonizadores?

A ocupação da cidade do Salvador pelos holandeses de Jacob Willekens encheu de justos receios toda a colônia. Receio sagrado, que produziria a empolgante reação, coroada pela definitiva expulsão dos flamengos do solo brasileiro. O Espírito Santo foi dos primeiros a levarem a sua efetiva solidariedade à Bahia, mandando para lá, ainda em 1624, um contingente de índios frecheiros que, logo ao desembarcar, entrou em combate.<sup>9</sup>

**ENFRENTANDO E DERROTANDO OS FLAMENGOS – A dez de março de 1625,<sup>10</sup>** surgiram na barra de Vitória oito naus holandesas comandadas por Pieter Pieterszoon Heyn. Regressavam ao ponto de partida – a Bahia – depois de uma tentativa de assalto à cidade de Luanda, na África.<sup>11</sup> Mal sucedidos ali, onde “não respondeu o sucesso ao desenho”, investiram contra o Espírito Santo, na expectativa de encontrar compensação para a longa e improdutiva viagem. Segundo a frase sonora de Antônio Vieira, “entraram no porto assaz

8 - *Prov. ES*, 107.

9 - “Não encontramos quem fosse o condutor destes índios”, declara BASÍLIO DAEMON, a quem devemos a notícia sobre a expedição (*Prov. ES*, 106-8).

10 - VIEIRA (*Ánua da Província do Brasil, trinta de setembro de 1626*, in *Cartas*, I, 58) afirma que os holandeses entraram no Espírito Santo a doze de maio de 1625. RODOLFO GARCIA (*Nota a VARNHAGEN, HG*, II, 240) segue a lição de VICENTE DO SALVADOR, dez de março de 1625 (*Hist. Brasil*, 564), e de MANUEL SEVERIM DE FARIA (*Relação Universal, apud MISAEL PENA, História*, 60). Preferimos a data dos últimos, porque está mais de acordo com os fatos. Salvador Correia de Sá não poderia ter prestado auxílio ao Espírito Santo entre dez e dezoito de maio e chegar à Bahia a tempo de socorrer a cidade sitiada, sabendo-se que o cerco foi rompido antes do fim de abril e assinadas as capitulações a primeiro de maio (VARNHAGEN, *HG*, II, 240-2).

11 - Já se capacitavam os invasores de que, para se firmarem no Brasil, era imprescindível o concurso dos negros. ANTÔNIO VIEIRA diria mais tarde: “sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros” (*Carta ao marquês de Nisa, doze de agosto de 1648*, in *Cartas*, I, 243).





Combate entre holandeses e luso-brasileiros no Espírito Santo

Presumivelmente a mais antiga cena de batalha pintada no Brasil (séc. XVII). Pretende-se atribuir sua autoria ao pintor holandês Gillis Peeters I (1612-53).

*Coleção Marcos Carneiro de Mendonça*

*Foto Antônio Browne – Rio de Janeiro*

confiados que, por concerto ou ruim guerra, a vila se lhes entregaria, ou eles a renderiam”.<sup>12</sup> Falhou fragorosamente o golpe. Francisco de Aguiar Coutinho mobilizou todos os recursos de que dispunha e enfrentou corajosamente os adversários. De dez a dezoito de março estiveram os batavos ancorados junto à terra, tentando a sorte.<sup>13</sup> A princípio atacaram a vila da Vitória e foram batidos nos combates de rua, quando Aguiar Coutinho se mostrou bravo e arrojado.<sup>14</sup> Experimentaram, depois, “recuperar o perdido pelas fazendas que estão pelo Rio acima, mas dobraram a perda”.<sup>15</sup> Tiveram de se haver, então, com Salvador Correia de Sá e Benavides – que, conduzindo socorro do Rio de Janeiro para a Bahia, aportara ao Espírito Santo.<sup>16</sup> Se alcançaram alguma vantagem no primeiro embate com o filho de Martim de Sá, perderam-se definitivamente no segundo. Desanimados,<sup>17</sup> com numerosos claros nos seus efetivos, retiraram-se ao cabo de oito dias de vãos esforços para dominar a cabeça da capitania.<sup>18</sup> Suas baixas mais destacadas foram o almirante Guilherme Ians e Rodrigo Pedro.<sup>19</sup>

---

12 - VIEIRA, *Ânua da Província do Brasil, trinta de setembro de 1626*, in *Cartas*, I, 58.

13 - GARCIA, Nota à HG, de VARNHAGEN, II, 240.

14 - VIEIRA, *Ânua da Província do Brasil, trinta de setembro de 1626*, in *Cartas*, I, 59.

15 - VARNHAGEN, sem apontar a fonte onde se instruiu – como sempre – assevera que Salvador Correia de Sá auxiliara as forças de terra quando do assalto à vila da Vitória. Fez desembarcar, então, quarenta colonos e setenta índios, que ajudaram a guarnecer as três estâncias ou trincheiras que se cavaram na praia (HG, II, 240).

16 - VARNHAGEN, HG, II, 240.

17 - “...meteram na vila mais de oitocentos pelouros, sem causar danos de consideração”, informa VARNHAGEN (HG, II, 241).

– Relativamente ao armamento da vila, frei Vicente do Salvador escreveu que eram quatro roqueiras, das quais os holandeses tomaram uma (*Hist. Brasil*, 565). VIEIRA informa: “não havia na povoação defesa de artilharia, pelo que, com mosquetes e frechas, se dividiu a gente pelas trincheiras, que fechavam as bocas das ruas nos passos mais necessários”. Mais adiante, porém, acrescenta: “Estava aqui uma roqueira (que não havia outra na terra)” (*Ânua da Província do Brasil, trinta de setembro de 1626*, in *Cartas*, I, 58-9). VARNHAGEN diz simplesmente que “havia poucas espingardas” (HG, II, 240).

18 - “Tendo sabido da retomada de S. Salvador pelos espanhóis [maio de 1625], voltou [Pieter Heyn] à metrópole e chegou a Texel em julho desse mesmo ano” (NETSCHER, *Os Holandeses*, 260).

19 - Rodrigo Pedro era holandês de nação e “uiuia casado napouoação do espírito Santo” antes de 1618, conforme carta d’el-rei ao governador D. Luís de Sousa, datada de vinte e nove de agosto daquele ano. Fugira para a Holanda, de onde voltou ao Espírito Santo. Preso pelo feitor Marcos Fernandes Monsanto, esteve ameaçado de força (*Carta del-rei ao governador D. Luís de Sousa*, in *Anais do Museu Paulista*, III, 2.<sup>a</sup> parte, 75). VICENTE DO SALVADOR diz que Rodrigo Pedro esteve preso na Bahia e fugiu para a Holanda, onde lhe confiaram o comando de uma nau (*Hist. Brasil*, 565). “Foi quem guiou o inimigo no assalto às roças pelo Rio acima, em que se apossou de um caravelão de Salvador de Sá quase despejado, e várias canoas, presas estas que foram retomadas” (GARCIA, Nota à HG de VARNHAGEN, II, 240).

Os jesuítas, para usarmos novamente a palavra de Vieira, “não faltaram nem à guerra, nem aos soldados antes dela”.<sup>20</sup> Também os franciscanos deram o seu auxílio. Vicente do Salvador refere-se a frei Manuel do Espírito Santo que, “vendo-se livre de um chuveiro de pelouros, se foi ao sino da igreja-matriz que ali estava perto, e o começou a repicar publicando vitória, com que a gente se animou mais a alcançá-la”.<sup>21</sup>

**MARIA ORTIZ** – Essa tentativa de intrusos deu origem a uma tradição de exaltação da bravura da mulher capixaba, orgulhosamente reverenciada até hoje. Conta-se que, no fragor dos combates de rua, em Vitória, uma senhora de nome Maria Ortiz decidiu a batalha, lançando água fervente sobre o próprio Pieter Heyn. Verdade ou mito, o nome de Maria Ortiz transformou-se em legenda de merecido preito àquelas matronas que, na paz e na guerra, colaboraram na edificação deste pedaço de Brasil.

**JESUÍTAS-BANDEIRANTES** – Embora Misael Pena tenha escrito que Francisco de Aguiar Coutinho se retirara da capitania “sem deixar nenhuma outra notícia a seu respeito”,<sup>22</sup> sabe-se hoje que a seis de março de 1627 já estava morto, pois nessa data foi nomeado Manuel d’Escovar Cabral para governar a donataria.<sup>23</sup>

Em meio às atribulações trazidas ao Brasil pela presença dos holandeses em seu território, continuava presente no espírito de governantes e governados a preocupação das minas. No Espírito Santo, os jesuítas, que a princípio só tinham olhos e atenções para os índios e sua conversão, passaram a se interessar também – como toda a gente – pelas esmeraldas. Até mesmo um alvará, acompanhado de quatro mil cruzados, conseguiram os inacianos da Coroa.<sup>24</sup>

---

20 - VIEIRA, *Ánua da Província do Brasil, trinta de setembro de 1626, in Cartas*, I, 60.

21 - *Hist. Brasil*, 565.

22 - *História*, 64.

23 - Diz a provisão de Diogo de Oliveira: “havendo respeito a estarem vagos os Cargos de Capitão-mor, Ouvidor, e Provedor da Fazenda da Capitania do Espírito Santo deste Estado por fallecimento do Donatario della, e pelas duvidas, que a Camara da Villa de Nossa Senhora da Victoria da mesma Capitania moveu a Francisco Garcia dos Santos sobre o provimento, que trouxe da pessoa, que sucedeu na dita doação ... hei por bem de prover ao dito Manoel d’Escovar Cabral dos ditos cargos de Capitão-mor, Ouvidor, e Provedor da Fazenda da dita Capitania do Espírito Santo para os servir misticamente” (*DH*, XV, 118-9).

24 - FREIRE, *Capitania*, 54.

A expedição que organizaram, dirigida pelo padre Inácio de Siqueira, esteve no sertão entre 1636 e 1641.<sup>25</sup> Penetrou até o atual Estado de Minas Gerais e regressou sem ter alcançado seu objetivo – a Serra das Esmeraldas – “que, na verdade, não se descobriu nunca, porque, de fato, como tal, não existia, e era uma transposição telúrica da *Lagoa Dourada* amazônica, aliás fecunda como acicate permanente de entradas e bandeiras”.<sup>26</sup>

Os padres da Companhia voltariam novamente a perلustrar as terras das esmeraldas, em 1646. Acompanhavam-nos agora Domingos e Antônio de Azeredo,<sup>27</sup> filhos de Marcos de Azeredo. Como a anterior, a nova expedição não logrou resultados, atribuindo-se o malogro às desavenças entre os dois irmãos sertanistas e Antônio do Couto e Almeida, então capitão-mor do Espírito Santo.<sup>28</sup>

**OUTRA VEZ OS HOLANDESES** – A capitania devia estar atravessando uma quadra de prosperidade. Em 1627, foram arrendados os seus dízimos, pelo prazo de um triênio, a três mil oitocentos e cinquenta cruzados por ano.<sup>29</sup> Pouco depois, os

25 - LEITE, *HCJB*, VI, 187.

26 - LEITE, *HCJB*, VI, 186.

27 - Na *consulta* do Conselho Ultramarino, de dois de junho de 1646, esses nomes aparecem grafados, respectivamente, Domingos de Azevedo Coutinho e Antonio de Azevedo Coutinho (ALMEIDA, *Inventário*, VI, 49).

28 - LEITE, *HCJB*, VI, 187-8.

- “Carta enviada a el-Rei, em que se dizia que haveria mais de trinta anos que um Antônio de Azevedo descobrira no sertão da Capitania do Espírito Santo uma grande serra de esmeraldas, as quais juntamente com alguns diamantes, tinham sido trazidas à Corte e reconhecidas por verdadeiras, tendo como único defeito o estarem um tanto escuras e queimadas, por terem sido apanhadas à superfície da terra, mas tirando-as mais do interior, o que se não fizera por falta de instrumentos, seriam perfeitíssimas. No ano de 1634 tinham pedido os padres da Companhia ao governador Diogo Luís de Oliveira, que, em nome del-Rei, lhes permitisse ir em descobrimento dessa serra, julgando que com o que tirassem, se desendividariam de mais de 150 mil cruzados em que estava empenhada a província. Partiram os padres, mas não chegaram à serra, por o guia lhes ter adoecido. Se S. Majestade decidisse este descobrimento, ninguém o poderia levar a cabo melhor do que os padres da Companhia, porque os índios das suas aldeias, necessários nesta jornada, lhes eram muito obedientes, e as *nações* de bárbaros confiavam neles, deixando-os passar em paz por toda a parte. Para rapidez de execução, dever-se-iam mandar as ordens aos navios que estavam para partir, ao governador do Rio de Janeiro e ao provincial ou reitor daquele Colégio, para se prevenirem do necessário, pela dependência em que estava a expedição, quer das monções da costa, quer das enchentes do Rio Doce, pelo qual se fazia a maior parte do trajeto. O gasto que da outra vez se fizera nessa jornada, não chegara a 2.000 cruzados. Não os querendo el-Rei gastar, não faltariam no Rio de Janeiro vassalos que o fizessem, desde que S. Majestade lhes promettesse considerar este serviço nos seus despachos. S. l. n. d.” (RAU, *Manuscritos*, I, 330-1).

29 - *DH*, XV, 114.

# DEMONSTRAÇÃO

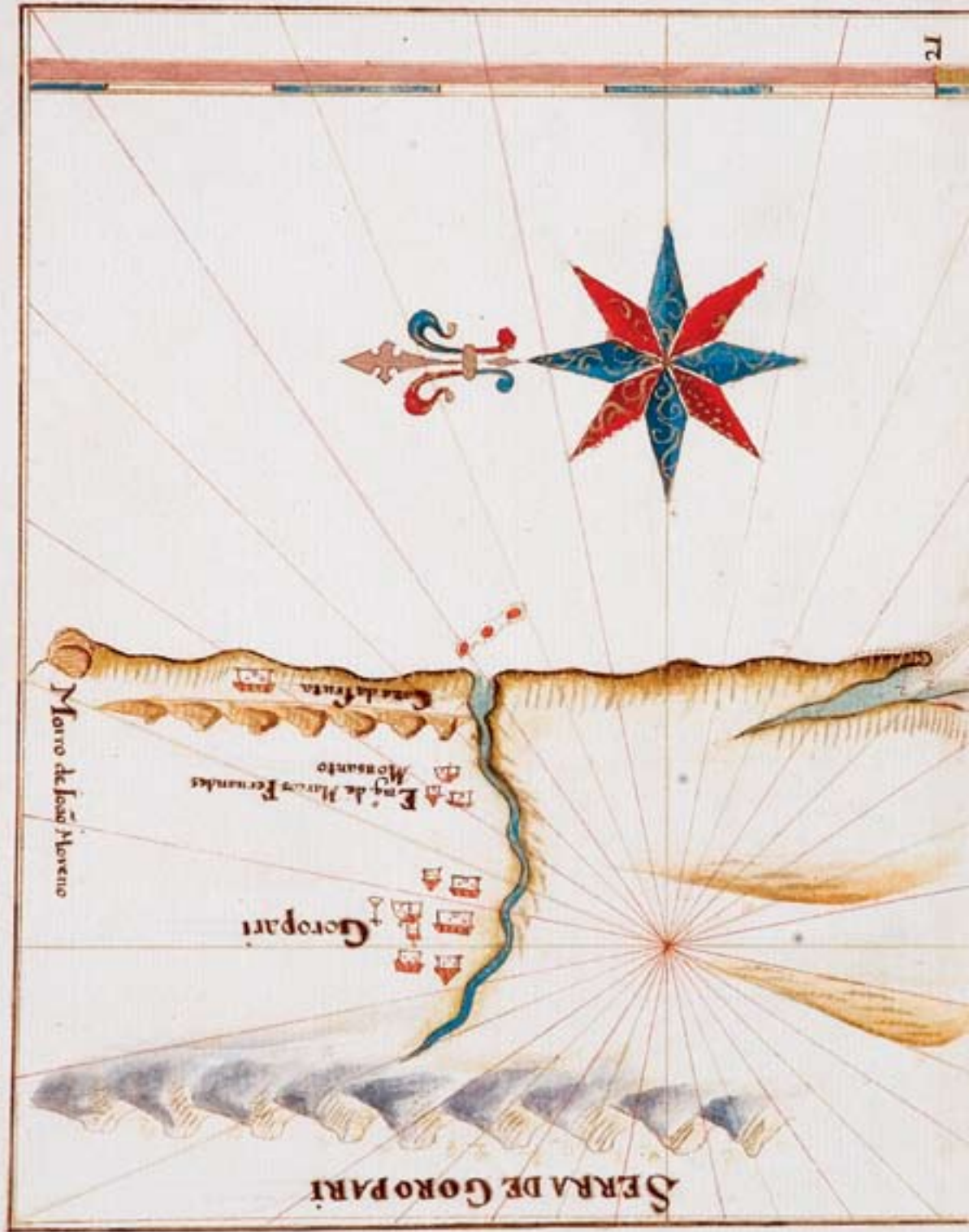


“Demonstração do Sprito Santo”, de João Teixeira Albernaz

# DO SPRITOSANTO



# COSTA DO SPRITOS



“Costa do Sprito Santo ao Cabo d: S: Thome”, de João Teixeira Albernás

# SANTO AO CABO D. S: THOME

22



Parcel



Cabo de S: Thome

I. dos Franceses

Vermelhas

R. de Parreiras

R. de Penha Barcos

R. de Banco

Lagoa de S. Thome  
Pescaria

Monte Agá



franciscanos ampliaram a ermida da Penha, transformando-a em santuário.<sup>30</sup> Prova da medrança foi a arremetida que, em 1640, lhes fizeram os holandeses.<sup>31</sup>

Sete navios comandados pelo coronel Koin alcançaram o porto de Vitória a vinte e sete de outubro daquele ano, conseguindo, logo de início, aprisionar dois navios carregados de açúcar,<sup>32</sup> apesar da resistência que lhes opuseram.<sup>33</sup> No dia seguinte desembarcaram quatrocentos homens na ilha principal e acometeram a vila.

Achava-se, então, à frente do governo da capitania João Dias Guedes, com o título de capitão-mor.<sup>34</sup> Auxiliado por “trinta fuzileiros, duas companhias de índios armados de arcos e flechas, e homens do povo armados de piques e chuços”,<sup>35</sup> além de cinco canhões<sup>36</sup> – exército bisonho para tão poderosa força

30 - FREIRE, *Capitania*, 55. Este mesmo autor nos fala de um mapa da costa do Espírito Santo, composto em 1631, que “acusa um engenho pouco antes do *Pão de Açúcar* (o *Penedo*), designado como “do Azeredo”; adiante, o Forte de S. Marcos; do lado oposto, o de S. Miguel. Figuram ainda quatro trapiches (engenhos de bois), em frente à Vila da Vitória; e, na embocadura do atual S. Maria, dois engenhos: o da direita, de Francisco de Aguiar; e o da esquerda, de Leonardo Froes” (*op. cit.*, 53).

31 - Em fins de 1637, o governador geral, prevenido pelo rei de que os holandeses estavam aparelhando nova armada para lançar contra as costas brasileiras, ordenou “se mandasse a Capitania do Espírito Santo Munições de Artilharia por haver nella muito e boa...” (*DH*, XVII, 17), nomeando, ao mesmo tempo, a Marcos de Torres para o posto de capitão da artilharia do senhorio (*idem, ibidem*).

32 - A carga totalizava quatrocentas e cinqüenta e uma caixas de açúcar (VARNHAGEN, *HG*, II, 390).

33 - RIO BRANCO, *Efemérides*, 502.

34 - Anteriormente, haviam servido naquele posto Francisco Alemão de Cisneiros e Domingos Barbosa de Araújo. O primeiro era falecido em dezessete de fevereiro de 1635, quando foi substituído pelo outro, de quem o governador geral, Diogo Luís de Oliveira, fez a seguinte referência, na patente de sua nomeação: “tem servido a Sua Magestade muitos annos nesta terra, sempre com grande pontualidade, e satisfação” (*DH*, XVI, 217).

Também Antônio do Canto d’Almeida, que muito se distinguiu, conforme veremos, na luta contra os flamengos, quando do assalto de 1640, governou a capitania. Na patente de sua nomeação para o cargo de capitão-mor, datada de seis de janeiro de 1636, o governador geral Pedro da Silva declarou a seu respeito: “morador na Capitania do Espírito Santo deste Estado, e de sua sufficiencia, e partes para reger, e defender a dita Capitania, como o ha feito em algumas occasiões” (*DH*, XVI, 318).

Os capitães-mores venciam nessa época 192\$000 por ano: “100\$000 por conta do donatário e 92\$000 por conta da Fazenda Real” (*DH*, XVII, 303).

35 - RIO BRANCO, *Efemérides*, 505.

36 - RIO BRANCO refere-se a duas peças e, entre parêntesis, observa: “(KOIN dizia que cinco)” (*Efemérides*, 505). VARNHAGEN fala em “cinco pequenos canhões que nele [“castelo situado em um alto”] havia” (*HG*, II, 390).

inimiga –, Dias Guedes conseguiu expulsar os holandeses da ilha, obrigando-os a reembarcarem. A ação durou três horas e meia.<sup>37</sup>

Koin atribui o insucesso das suas armas aos soldados que comandava – recrutas inexperientes.<sup>38</sup> Barleu vai além, acusando-os de pusilânimes e covardes.<sup>39</sup>

Mal sucedidos aqui, os flamengos investiram contra a vila do Espírito Santo, três dias depois, atentos, naturalmente, nos engenhos e outras propriedades do recôncavo. Adão Velho e Gaspar Saraiva, à frente da reduzida força de defesa, tentaram embargar-lhes os passos, mas era de tal vulto a superioridade inimiga que se viram obrigados a abandonar a povoação, retirando-se para o mato, de onde, reforçados pelo socorro mandado por Dias Guedes, contra-atacaram vitoriosamente, a dois de novembro,<sup>40</sup> expulsando os invasores da pequena faixa de terra que, por algumas horas, haviam conseguido dominar.<sup>41</sup>

Os cronistas recolheram os nomes de uns poucos heróis que se distinguiram durante essa rija prova de bravura e intrepidez: Domingos Cardoso,<sup>42</sup> Antônio do Couto e Almeida,<sup>43</sup> vigário Francisco Gonçalves Rios,<sup>44</sup> Manuel Nunes e frei Geraldo dos Santos.<sup>45</sup>

37 - GARCIA, *Notas à HG*, de VARNHAGEN, II, 390.

38 - *Apud* GARCIA (*Notas à HG*, de VARNHAGEN, II, 390).

39 - “Koin, homem aliás de grande ânimo e prudência, tentou frustraneamente opugnar a vila do Espírito Santo, na Capitania desse nome, malogrando-se a empresa pelo pouco traquejo dos soldados e por falta de navios menores, a qual impedia o rápido desembarque das forças. Demais, avisado previamente, o inimigo munira com obras apressadas a vilazinha, mandara vir em auxílio brasileiros do Rio de Janeiro e se recolhera a um morro, donde com cinco peças atacava proveitosamente os holandeses. Forçando o coronel por galgar o tope do monte para dali expulsar o adversário, foi obrigado a bater em retirada pela pusilanimidade e covardia dos seus. Incendiaram estes a vila em vários pontos, mas não pegou fogo, graças às casas construídas de tijolo. Foram levadas do rio somente duas naus de carga com quatrocentas e cinqüenta caixas de açúcar; mas o inimigo disparou a artilharia contra elas e desconjuntou-as todas, de sorte que foi o seu doce lastro transportado como presa para outras naus. Dos nossos tombaram mortos sessenta soldados rasos e alguns de posto mais alto, e ficaram feridos oitenta” (*História*, 200).

40 - RIO BRANCO, *Efemérides*, 513.

41 - Koin fez-se de vela a oito de novembro, mas ficou retido em frente da barra até o dia treze, por falta de vento (RIO BRANCO, *Efemérides*, 525).

42 - Domingos Carneiro, escreveu CARLOS XAVIER PAES BARRETO (*RIHGES*, I, 13).

43 - Parece que Antônio do Couto e Almeida e Antônio do Canto d’Almeida são a mesma pessoa, devendo ser atribuída a diferença da grafia aos copiadotes de documentos.

44 - O vigário descreveu assim os sucessos que presenciou: “Lembrança da notável vitória, que Deus deu aos moradores desta Vila em vinte e oito de outubro de 1640, não

**O DESTACAMENTO DE INFANTARIA** – O perigo que corria a segurança da capitania devido à precariedade dos seus elementos de defesa levou o governo português<sup>46</sup> a destacar quarenta infantes de tropa regular para servirem no Espírito Santo.

As despesas para a manutenção do destacamento corriam por conta dos moradores, que pagavam um donativo especial incidente sobre aguardente de cana e vinho de mel.<sup>47</sup>

Embora a provisão passada a seis de março de 1627 desse, como vimos, a Francisco de Aguiar Coutinho por falecido, só em 1643 seu filho, de nome Ambrósio de Aguiar Coutinho, tomou posse do senhorio.<sup>48</sup> Governador dos Açores, este último, ao que tudo indica, não achou interessante trocar aquele cargo pela direção efetiva da terra que herdara. Não há notícia de que tenha estado no Brasil.

por merecimentos dos que presentes nos achamos, mas pela grande misericórdia e bondade de Deus Nosso Senhor. Confessados, feitas muitas amizades, unidos uns com outros, foi ele servido de nos dar em vinte e oito de outubro de 1640 uma tão grande vitória, quanto milagrosa, que, vindo um João Delchi holandês afamado, com uma esquadra de onze naus e navios, deitou em terra, com uma polaca e um patacho e com nove barcaças e lanchas de seiscentos homens até oitocentos; e no porto de Roças Velhas, estância do colégio e dela capitão Domingos Cardoso da defesa, onde lhe matamos mais de trezentos e tantos homens, e muitos feridos, e da nossa parte morreram três, e lhe tomamos muitas armas: este tão grande milagre, como outros muitos que na tal guerra houve, como de não haver mantimentos na terra, perante a dita polaca e um patacho do inimigo trouxe Deus duas caravelas, uma de Santos com muitas farinhas, carnes, e peixe, e arribou dos Abrolhos, que ia para a Bahia, veio logo a outro dia outra com vinhos e fazendas da Bahia, cousa milagrosa, para sustento deste povo. Pelo que os senhores oficiais da Câmara e o senhor capitão-mor têm mui particularmente obrigação de cada ano de dar muitas graças a Deus, fazendo uma festa com solene procissão a S. Simão e Judas, em cujo dia foi a vitória, e não pôr isso em esquecimento, como o têm feito, da transfiguração do Senhor, em cujo dia antigamente houve nesta vila outra vitória contra o rebelde holandês, e eu ou o vigário que for, então, fará o que deve, como o fiz na dita guerra: dando por testemunhas a porta de Manoel Nunes e o paço de Roças Velhas. Vitória, treze de novembro, em cujo dia se foram de 640. O Vigário: Francisco Gonçalves Rios” (*Apud* PENA, *História* [Apêndice], 41-2).

45 - DAEMON, *Prov. ES*, 114-5.

- Quando, na Bahia, se soube da vitória das armas luso-brasileiras sobre os flamengos, no Espírito Santo, a Câmara da cidade do Salvador, em vereação, ordenou se fizesse uma procissão em regozijo e ação de graças (*Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, I, 479).

46 - Portugal já tinha governo próprio, exercendo-o D. João IV.

47 - DAEMON, *Prov. ES*, 116.

- Segundo o mesmo autor, em 1646, pela carta régia de vinte e três de outubro, foi determinada a cobrança compulsória do mencionado donativo, uma vez que os infantes já aqui se achavam e os lavradores se furtavam a entrar com as respectivas quotas (*op. cit.*, 119).

48 - DAEMON, *Prov. ES*, 117; JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 26; PENA, *História*, 67.

- A propósito da nomeação de Antônio do Couto d’Almeida para capitão, temos um trecho de informação do Conselho Ultramarino, de vinte e seis de novembro de 1648, ao rei, que diz: “V. M. no anno de 643 escreveu à camara da Capitania do Espirito Santo, que Ambrozio de Aguiar Coutinho, enuiaua com aprouação de V. M. a Antonio do Couto d’Almeida para seruir de capitão da dita Capitania” (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, VI, 72).

O governo continuou a ser exercido pelo capitão-mor Antônio do Couto d'Almeida, não se sabe até quando.<sup>49</sup>

**“DESCAMINHOS NO DINHEYRO”** – Em 1650, Manuel da Rocha de Almeida veio como capitão-mor.<sup>50</sup> Por sinal que padeceu naufrágios no trajeto Bahia-Vitória.

Logo ao chegar, escreveu ao governador geral pedindo reforço de soldados e de artilharia. Comunicou também a construção de um fortim “na lajem que está ao pé da vila”, idéia que mereceu plena aprovação.

A carta do conde de Castelmelhor, escrita “em resposta das primeiras suas” – e em que se contém tais informações – refere-se a diversas irregularidades no Espírito Santo, principalmente nos negócios da Justiça, havendo, também, “descaminhos no dinheyro dos defuntos e abzentes”.

João de Pina,<sup>51</sup> ouvidor, requereu licença para empreender uma excursão à terra das esmeraldas, pretensão que o governador geral vetou porque el-rei cometera a tarefa aos irmãos Domingos e Antônio de Azeredo, ao tempo ausentes, em São Paulo, aonde tinham ido em busca de *línguas*.<sup>52</sup>

**PRIVILÉGIOS DA INFANTARIA** – Novo pedido de soldados, artilharia e munição obteve do governo geral a promessa de pronto atendimento e mais esta recomendação: “Convem que V. M. faça nessa Capitania todas as prevenções que pede assim a vontade que os Hollandezes têm ao Brasil”.<sup>53</sup>

Aliás, as cartas dos governadores gerais dessa quadra, de quando em vez, fazem referências aos holandeses, aconselhando aos responsáveis pela segurança das várias capitanias que se acautelassem contra possíveis ataques.

49 - Em 1648, corria pelo Conselho Ultramarino um requerimento de D. Felipa de Menezes que, na qualidade de tutora de seu filho Antônio Luís Coutinho da Câmara, pedia fosse aprovada a nomeação de Francisco Grizarte da Gama para o cargo de capitão-mor desta capitania, de que o mesmo Antônio Luís era donatário (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, VI, 72). Ver *foot-note* n.º 46 do capítulo XI.

- Sabe-se, entretanto, que, em 1648, o governador geral escrevia aos oficiais da Câmara da vila de Vitória apresentando-lhes João Ferrão de Castelo Branco, por aquela autoridade nomeado capitão-mor (*DH*, III, 24-5). Coube a este Castelo Branco construir o Forte S. João, conforme informação de Manuel de Moraes (ver nota I, do capítulo X). Sabe-se, também, que, em 1650, o governo da Bahia, ao apresentar Manuel da Rocha de Almeida provido no cargo de capitão-mor do Espírito Santo, fê-lo dirigindo-se ao “sargento-maior Feliciano Salgado, capitão-mor da Capitania do Espírito Santo” (*DH*, III, 81).

50 - *DH*, III, 81.

51 - João de Pina Tavares. Mais tarde, em 1676, foi proposto por Francisco Gil de Araújo para chefiar a entrada que José Gonçalves de Oliveira requerera. Era, então, sargento-mor (*DH*, LXVII, 190).

52 - *DH*, III, 5-8. *Língua*, no texto, é empregada na acepção de intérprete.

53 - *DH*, V, 37.

A *infantaria* é outro tema constante. Fixado em quarenta soldados<sup>54</sup> o destacamento desta praça, raramente a lotação esteve completa, o que provocava repetidas advertências do governo da Bahia para obrigar os vadios<sup>55</sup> a assentar praça.

É singular a linguagem dos governadores gerais relativamente à maneira por que deviam ser tratados os homens de farda. Enquanto só raramente tocavam nos vencimentos dos funcionários da Justiça e da Fazenda, dos vigários e demais religiosos – sempre atrasados – recomendavam repetidamente o pagamento dos soldados “para que de nenhum modo se queixe a Infantaria”.<sup>56</sup>

Tendo ficado a cargo dos moradores a manutenção da guarnição militar da capitania, escrevia da Bahia o representante d’el-rei à Câmara de Vitória, em 1661: “de qualquer modo é obrigação sua suprir com a fazenda do povo os defeitos da de Sua Majestade”.<sup>57</sup>

Em 1658, na “provisão que se enviou à Capitania do Espírito Santo para os Officiaes da Camara della supprirem o que faltar aos direitos dos vinhos, por contribuição do povo” (desses *direitos* é que saía o necessário ao pagamento da infantaria), não faltou a ameaça: “E havendo pessoa (o que não creio) que de algum modo duvide, ou perturbe a execução desta ordem; os mesmos Officiaes da Camara, e sendo necessario o Capitão-mor daquela Capitania m’ a remetam presa a bom recado a esta praça com os autos que se farão de sua desobediencia para se lhe dar o castigo que o caso merecer”.<sup>58</sup>

Eram privilégios que prejudicavam quase toda a coletividade, para beneficiar elementos de problemática significação para a vida da colônia, em seus primeiros tempos.

---

54 - A vinte e seis de agosto de 1649 foi autorizada a elevação para oitenta infantes (DH, IV, 458).

55 - CAIO PRADO JÚNIOR escreveu bela apreciação sobre “a casta numerosa dos *vadios*, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o *Leitmotiv* de seus relatórios; e não se ocupam menos dela outros observadores contemporâneos da vida colonial” (*Formação*, 281).

56 - DH, V, 244.

57 - DH, V, 117.

58 - DH, IV, 83.

**CRIMES E CONTRABANDOS** – Entre 1659 e 1660, assassinaram, com tiros de bacamarte, o capitão-mor João de Almeida Rios. O crime se deu quando a autoridade deixava o Colégio dos jesuítas, executado por um serralheiro, “banido pela Relação da Bahia”. Autores intelectuais do assassinato: Diogo Garcia de Arenzedo, Bernardo Aires e outros, a quem o capitão-mor mandara prender por ordem do vice-rei.<sup>59</sup>

No ano de 1652, a correspondência oficial da Bahia para o Espírito Santo dá notícia da prisão, aqui, de um estrangeiro “cúmplice no delito da moeda”, a quem, logo, se deu ali “o castigo que sua qualidade merecia”.

As viagens marítimas nas costas do Brasil continuavam sendo prejudicadas pelos corsários e havia *repugnância* em pagar o “dinheiro dos Vinhos para a Infanteria”.<sup>60</sup>

Grande celeuma causou o “navio de Buenos Ayres” que aportou ao Espírito Santo.<sup>61</sup> Francisco Luís de Oliveira,<sup>62</sup> que em 1656 dirigia os destinos da

59 - Almeida Rios fora nomeado por el-rei, a vinte e sete de julho de 1656, sob proposta de D. Felipa de Menezes, mãe e tutora de Antônio Luís Coutinho da Câmara (DH, XIX, 322). Em julho de 1657, já havia assumido o cargo (DH, III, 394) e nele continuava em abril de 1659 (DH, III, 414). Em abril de 1660, já havia chegado ao Reino a notícia da sua morte (DH, LXVI, 169-70). Era casado com D. Vicência da Silva (*idem, ibidem*), e deixou bens na capitania (DH, VI, 270).

- Bernardo Aires era proprietário de engenho no Espírito Santo e, em 1675, devia cinco mil cruzados ao capitão-mor José Gonçalves de Oliveira e dois mil cruzados à Fazenda Real (DH, XI, 41-2).

60 - DH, III, 9-10.

61 - “O patacho pertencia a “Domingos Vieira Veigão,\* mercador Portuguez, que havendo ido de Angola com licença do Governador a Buenos Aires se resolveu a passar dalli ao Brasil com outro mercador Castelhana que nelle vem interessado. A carga que traz é courama e sebo” (*Da carta dirigida a Sua Magestade pelo conde de Atouguia, governador geral do Brasil, a oito de setembro de 1656, in DH, IV, 286-90*).

- A provisão em que foi levantado o seqüestro é datada de vinte e dois de agosto de 1656. Nela se encontra o nome do *castelhana*: mestre Gonçalo Lopes (DH, XIX, 58-63).

\* Lê-se nas *Atas da Câmara da Cidade do Salvador*, publicadas no III vol. dos *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, p. 330-2: Domingos Vieira Veiga.

62 - Nomeado a trinta de setembro de 1655, conforme registro da patente (DH, XVIII, 443-5). Sucedeu a Simeão de Carvalho, cujo governo provocou repetidas queixas, “sendo todas muito graves, e que pedem prompto remedio” (DH, XVIII, 443-5).

- Simeão de Carvalho foi mandado recolher à Bahia (DH, III, 292-3), mas não atendeu à ordem - “os ventos, ou o temor o levaram ao Rio de Janeiro” (DH, III, 318).

Abriu-se devassa sobre sua administração (DH, III, 345-6, 356),

Afinal, parece que foi descoberto na própria capitania e o governador geral assim recomendava a prisão: “Com o Capitão-mor Simeão de Carvalho remetta V. M. todos os papeis, e devassas que contra elle se tiraram dessa Capitania e que o facinoroso que V. M. mandar prender o faça com cuidado, e não proceda contra elle porque não têm os Capitães-mores jurisdição para isso. O que convem é vir a bom recado com todas as culpas, que pelo merecimento dellas se sentenciará com muita diferença do que em outros tempos se livrou como V. M. me avisa” (DH, V, 77-8).

capitania como seu capitão-mor, encaminhou o assunto ao conde de Atouguia – substituto de Castelmelhor – que, por sua vez, se aconselhou com o cabido, a Câmara, os superiores dos conventos, a Relação, os funcionários da Fazenda da Bahia, sobre a melhor maneira de resolver o caso.<sup>63</sup> Tudo porque era proibido o comércio com estrangeiros, mas havia o desejo geral de passar por cima da lei, dadas “as grandes conveniências, que a este Estado [Brasil] resultavam do commercio do Rio da Prata”.<sup>64</sup>

---

Outros detalhes sobre Simeão de Carvalho na *foot-note* n.º 9, do capítulo IX.

– Gaspar Pacheco e Contreiras em 1656 substituiu a Francisco Luís de Oliveira (*DH*, III, 367-8; V, 252-4 e XIX, 97-9). Do *Regimento* que lhe deu o governador geral (de termos semelhantes ao passado a seu antecessor), constam instruções para visitar “todas as Fortificações, e Armazens e procurará se reedifiquem aquellas que necessitarem de concerto, e façam as convenientes á segurança da praça e reparando a Artilharia, e dispondo tudo o mais que lhe parecer para que em qualquer ocasião que se offereça ache alli o inimigo toda a resistência”; dar conta da pólvora e munições; comunicar qual a artilharia que necessitava ser calibrada; apresentar “Relação muito particular das forças e fortificações que tem para defender”; fazer o levantamento da infantaria; mandar consertar as armas que disso necessitassem; procurar “assentar praça a todos os que constar são vadios, para se accrescentar a infantaria: mas com additamento de não obrigar com violencia aos que constar servirem, ou terem modo de vida util á Republica”; prender os soldados que, fugindo de outras Capitánias, transitarem por esta, obrigando-os a assentar praça aqui; fazer um levantamento da situação da Fazenda Real; pedir à Câmara remédio quando faltasse ração à infantaria no modo que lhe parecer mais suave, “e não o fazendo a obrigará com toda a prudencia, para que de nenhum modo se queixe a infantaria” e “com os moradores se haverá de maneira que evite poderem me chegar noticias contrarias á confiança que faço de sua pessoa” (*DH*, V, 252-4).

– Dom Diniz Lobo governou a capitania, também na qualidade de capitão-mor, duas vezes. Em 1661 ocupava aquele posto (*DH*, III, 387) e nele ainda permanecia em dois de julho de 1662, mas às vésperas de o deixar, pois já havia sido lavrada a nomeação do seu substituto – José Rabelo Leite (*DH*, V, 163-4). Ainda em 1662, a três de outubro, expediu o governador-geral patente de nomeação para D. Diniz Lobo suceder a José Rabelo Leite (*DH*, XX, 474). Finalmente, a vinte e dois de janeiro de 1663, foi concedida licença para Diniz Lobo recolher-se à Bahia, nomeando-se então José Lopes para o cargo (*DH*, V, 187).

63 - *DH*, III, 345-6 e 354-5.

64 - *DH*, III, 355. – Depois de aconselhado com todas aquelas autoridades, o governador geral deliberou “mandar levantar o seqüestro a Domingos Vieira Veigão, e seu companheiro, e lhes concedia licença para poderem vender, empregar, e voltar livremente ao Rio da Prata debaixo de fiança e abonação da Camara [da cidade do Salvador]”. (*Da carta dirigida a Sua Majestade pelo governador geral, conde de Atouguia, a oito de setembro de 1656, in DH*, IV, 289).

Um dos principais motivos que inspiraram a solução encontrada foi a grande falta de moeda “que nesta praça [cidade do Salvador] se padecia” (*idem, ibidem*, 287) e que teria remédio na proveniente das conquistas de Castela, onde era abundante. O governador diria no documento encaminhado ao soberano: “A miseria presente a que este Estado se vê reduzido por falta de moeda que é mais intoleravel na oppressão ordinaria do sustento da Infantaria” (*idem, ibidem*, 288). No entender dos autores mais conceituados, a carência de moeda foi uma das razões mais fortes do emperramento do Brasil durante o período colonial.

## NOTA

## I

(p. 129)

Na *Relação da Província do Brasil*, escrita em 1610 pelo padre jesuíta JÁCOME MONTEIRO, há o seguinte trecho relativo à capitania do Espírito Santo:

## “RERITIBA E GUARAPARIM

Dos Gaitacazes à Capitania do Espírito Santo vão trinta leguas, no meio das quais está um rio chamado *Reritiba*, na lingua da terra *Rio de Ostras*, por haver ali muitas e boas. Dele pera o Sul começa a Capitania de Pero de Góis, que foi a primeira povoação de Portugueses nesta paragem. Junta a este rio está uma aldeia de gentio, que temos a nosso cargo, e terá perto de três mil almas, aonde nos fizeram mil festas por mar e por terra, já a seu modo, já à portuguesa, esperando-nos uma legua antes da Aldeia, a qual toda estava, de uma e outra banda, cercada de palmeiras que pera o dia se trouxeram, aonde os Principais Morubuxabas, vestidos ao natural, com os gíolhos em terra, nos davam as boas vindas, acompanhados de colomins, bem empenados, e mui bons dançantes e tangedores de frautas, violas, e com bandeiras, arcabuzaria, e mil outras invenções. No principio da Aldeia saiu o *Morubuxada* o açu com uma cruz fermosa e bem enramada na mão, acompanhado de dous filhos seus, ricamente empenados, e fazendo uma arenga ou prática da entrega de sua Aldeia, meteu o P. Visitador a cruz na mão e os meninos se botaram por terra, largando os arcos e frechas. E com notável devação, entoando um *Te Deum Laudamus*, nos fomos à Igreja, na qual se lhes fez uma prática por intérprete, que pera isso levávamos conosco. Pus isto de passagem, porque o que nos fizeram de festas em todas as Aldeias não tem conto.

Neste Rio de Reritiba, cinco leguas ao Norte, está outro porto, chamado *Guaraparim*, que quer dizer guará manco. Aqui temos outra Aldeia.



*ESPÍRITO SANTO*

Daqui dez leguas está a Capitania do Espírito Santo, a qual antigamente foi mui rica, e hoje está quase desbaratada. Tem bom porto, estreito e dificultoso de tomar, havendo qualquer resistência. A Capitania está situada em uma ilha, cercada em contorno de grandes montanhas ou rochas de pedra viva. Foi povoada por Vasco Fernandes Coutinho, tem oito Engenhos de açúcar, as terras são boas, mas os moradores de pouca indústria e pouco trabalhadores. É fértil de madeiras, pau Brasil, real, branco, amarelo; aqui se colhem os bálsamos tão prezados nessas partes, nesta forma: agolpeia-se a casca de umas árvores mui altas e grandes, semelhantes às quais não ha nenhuma nesse Reino, mui grossas no tronco, e bem copadas; depois de bem feridas pelos golpes, vão metendo algodão no qual se embebe o suco, que sai como de golpe da vida, e de dous em dous dias o espremem em cocos ou cabaças, tirando de cada uma das árvores quantidade de uma canada e mais. Nesta Capitania se fazem as contas de bálsamo, e é a melhor droga da terra, porque dela comem e vestem moradores de ordinário.

Junto à barra desta Capitania está um monte, que pode competir com o Olimpo, o alto do qual se remata com um penedo, que terá de circuito trezentas e mais braças, aonde está edificada uma ermida da invocação de N. S. da Penha, a melhor e de mais devoção que ha em todo o Brasil, e com os nomeados deste Reino pode entrar a contenda. É de abóbada a capela, o corpo da ermida de arcos abertos, por causa das tempestades; tem vista sobre o mar e terra até os olhos mais não alcançarem; ao pé do penedo tem umas casas mui boas para se recolherem osromeiros. Aqui fizemos nossa romaria, com alguma devoção e boa música, em favor da virgem, quando vínhamos do Rio para a Bahia.

Oito leguas desta paragem está o Rio dos Reis Magos, junto ao qual têm os Nossos uma Aldeia, em que estive muitos dias, em a qual batizamos e casamos a muitos, que pera memória tomaram nossos nomes, que nos casamentos tinham mais graça e eles que o sabiam festejar! É este rio mui grande, partido em dous braços, um corre ao Noroeste, outro ao Nornordeste; e farto de inumeráveis lagostins, que só se acham em suas ribeiras.

*RIO DOCE*

Dez leguas acima, se segue o Rio Doce, povoado de muitos Tapuias ou *Aimures*, gente selvagem, e que tinha posto em grande aperto a terra destas partes, por serem mui fortes e mui manhosos em armar ciladas. Nós os apaziguamos, e são tão domésticos agora, que na brandura levam vantagem a todo o mais gentio. Por este rio se vai às esmeraldas dos *Mares Verdes*, tão nomeados e nunca de todo descobertos. Havê-las é certo, e um sacerdote me disse, que a elas foi, haver naquela paragem muitas serras de cristal, dentro do qual se acham finas esmeraldas, das quais vendeu duas por bom preço; no que lhe podemos dar crédito, porque eu tenho em meu poder um pedaço de cristal, dentro do qual se iam criando uns diamantes verdes e mui fermosos ao parecer em figura piramidal. De novo, por ordem de sua Majestade, tem lá mandado no fim do ano de 609 o Governador Dom Francisco de Sousa. Esperávamos cada dia resolução deste negócio por irem juntamente dous Padres nossos nesta ocasião buscar gentio àquelas partes” (*apud* LEITE, in *HCJB*, VIII, 400-2).



# IX

## DIAS AZIAGOS

**U**M CALDEIREIRO, A PAZ DE HOLANDA E O DOTE DA INFANTA – No que tange à situação material da capitania, basta lembrar que, em 1662, não se encontrou na Bahia caldeireiro que quisesse se passar para cá. Afinal, mandaram um preso “que ainda não tem tenda”. Fixemos o nome desse operário que tanto serviço deve ter prestado aos engenhos – Antônio Roiz.<sup>1</sup>

A Companhia Geral do Comércio (I), monopolizadora e voraz, teria seu bocado de culpa na decadência do Espírito Santo.

Em meio a tão precária conjuntura, estourou na colônia a carta régia estabelecendo a contribuição do Brasil para a *paz de Holanda*<sup>2</sup> e *dote da infanta*<sup>3</sup>

---

1 - DH, V, 158 e 161.

2 - Tratado assinado em Haia a seis de agosto de 1661.

3 - D. Catarina, irmã de D. Afonso VI, que se casou com Carlos II da Inglaterra a vinte e três de junho de 1661.

anuidade de cento e vinte mil cruzados para a primeira e vinte mil para o segundo, durante dezesseis anos.<sup>4</sup>

O quociente que tocou ao Espírito Santo fala eloqüentemente das suas minguadas possibilidades frente às demais capitanias. Eis como o governador geral arbitrou o tributo: Bahia, oitenta mil cruzados; Pernambuco, vinte e cinco mil; Paraíba, três mil; Itamaracá, dois mil; Espírito Santo, um mil; Rio de Janeiro, vinte e seis mil; São Vicente, quatro mil, reservando-se ao “Espírito Santo, Porto Seguro e Ilheus por muito tenues para a limitação do que derem se aplicar às faltas da contribuição desta Cidade [do Salvador]”.<sup>5</sup> Transmitindo ao capitão-mor a comunicação a respeito do novo donativo, aconselhava Francisco Barreto “que se lançasse duzentos mil reis em pão Brasil, e duzentos em assucar; por serem os generos que ha nesta Capitania mais capazes de se tirar delles esta quantia, e se conduzir a esta praça, para cujas quebras, se tem aplicado”.<sup>6</sup>

Ficamos, então, sabendo que havia duas castas de pau-brasil no Espírito Santo, “das quais uma é muito incapaz de serviço”.<sup>7</sup> Mais tarde, chegaram à conclusão, na Bahia, de que o pau-brasil produzido aqui não tinha “o valor, nem a bondade que deve, para ser admitido”, pelo que se devia substituir a sua parcela, na contribuição, por parecer “mais suave e mais effectiva, em panno de Algodão”.<sup>8</sup>

**TEMPESTADE QUE A FORÇA AMAINOU** – Grave incidente ocorreu, em 1663, quando a Câmara de Vitória se negou a dar posse ao capitão-mor José Lopes<sup>9</sup>,

---

4 - “Infelizmente, porém, como sucede tantas vezes nos impostos [diz VARNHAGEN, HG, III, 264], acabados esses dezesseis anos, os mesmos donativos estabelecidos para ele seguiram-se cobrando, a pretexto de urgência do Estado, a ponto de que ainda em nossos dias existiam”. E acrescenta o mesmo autor, em nota: “Vêmo-lo figurar no Orçamento do Império de 1830 (artigos 21 e 22) no valor de vinte e cinco contos” (*op. cit.*, 264).

5 - *DH*, IV, 99.

6 - *DH*, XXXIII, 297.

7 - *DH*, V, 161.

8 - *DH*, V, 466-7.

9 - Além dos capitães-mores citados no texto, encontramos notícias da existência, também, de Simão ou Simeão (os documentos apresentam os dois nomes) de Carvalho, que governava em 1653-54 (*DH*, III, 14 e 203). Foi nomeado a dezessete de junho de 1651. Da carta patente de sua nomeação consta que seu nome fazia parte de uma lista de três apresentada por D. Felipa de Menezes, mãe e tutora de António Luis Coutinho da Câmara, donatário da capitania do Espírito Santo. No mesmo documento se lê: “Capitão Simeão Carvalho, Cavalleiro Fidalgo de Minha Casa, que se embarcou na armada, que no Anno de seiscentos e trinta e dous foi ao Brazil a Cargo de João Pereira Corte Real, e servio

nomeado em substituição a D. Diniz Lobo.<sup>10</sup> Em conseqüência, veio da Bahia, por ordem do governador geral, uma sumaca com vinte e cinco soldados comandados pelo ajudante Manuel Vás,<sup>11</sup> com ordens rigorosas para garantir a investidura do mencionado José Lopes que, por sinal, fora mandado de volta à cidade do Salvador, de onde regressava agora, cercado de tais garantias.

Os instrumentos principais da insurreição foram o juiz João Peres de Gusmão, o procurador Antônio Gomes e o capitão de infantaria Manuel de Almeida do Canto.<sup>12</sup>

Que destino tiveram os dois primeiros, não sabemos. Almeida do Canto foi absolvido pela justiça e restituído a seu cargo.<sup>13</sup>

de Alferes de tres Companhias de Infantaria desta Cidade [Lisboa], sete annos indo por vezes a Cascaes, quando esperava pela armada do inimigo, e no dia de minha restituição, a estes meus Reinos, se achou no terreiro do paço com a sua companhia, que governava com que ajudou a mesma restituição, com amostras de bom Portuguez, e no anno de seiscentos quarenta e cinco, foi ao Alentejo, por Capitão de uma companhia paga com que á vista do inimigo se mettu em Olivença com risco de vida procedendo em tudo como pessoa de valor, e pratica da guerra” (DH, XXXII, 34-5).

Outros detalhes sobre o personagem na *foot-note* n.º 62, do capítulo VIII.

10 - DH, XXI, 33-5.

- Conforme consta da patente de nomeação, José Lopes servia há “quatorze anos em praça de Soldado, Cabo de Esquadra, Sargento, Alferes, Ajudante e Capitão de Infantaria na praça do Rio de Janeiro” (*idem, ibidem*).

11 - MISAEL PENA afirma que o incidente nasceu da presunção da Câmara da vila da Vitória de que devia obediência somente ao governador do Rio de Janeiro (*História*, 69-70). É oportuno lembrar que a dezessete de setembro de 1658 foi passada patente a Salvador Correia de Sá e Benavides confiando-lhe o governo da Repartição do Sul (PIZARRO, *Memórias*, III, 178), que abrangia as capitânicas do Espírito Santo e as que lhe ficavam ao meio-dia.

- Na *Ordem para se pagar na Capitania do Espírito Santo ao Ajudante, e soldados, e Esmaca em que vão prender os Officiaes da Camara*, o governador geral fixou o ordenado de Manuel Vás e seus comandados, apontando, da mesma feita, quem ocorreria às despesas: “Ordeno ao Ouvidor Geral Pedro Corrêa do Couto, que das fazendas mais bem paradas dos Officiaes da Camara e Capitão de Infanteria, faça pagar com effeito, ao Ajudante Manuel Vás seis tostões por dia, e dois a cada um dos vinte e cinco soldados que leva em sua companhia que se começarão a contar do dia que sairem desta praça [Bahia], até o que em nella entrarem. Mandando outrossim pagar ao Mestre da Esmaca que os leva, o frete em que fôra avaliada esta viagem de ida e volta; pois os ditos Officiaes da Camara a occasionaram com sua desobediencia” (DH, VII, 106-7).

12 - DH, V, 260-4.

13 - DH, III, 81-2 e XXII, 469. Aliás, este Manuel de Almeida do Canto já tinha cometido excessos contra o capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida, em 1652, também no Espírito Santo, conforme carta publicada em DH, V, 50. Sobre tão buliçosa criatura encontramos, ainda, o seguinte trecho de uma carta do conde de Castelmelhor para os oficiais desta capitania, datada de doze de setembro de 1650: “Viram-se os papeis que

**TENTANDO O ELDORADO** – Tais sucessos, embora prejudicassem, não iam ao ponto de paralisar as atividades dos moradores. Como quase tudo no Brasil da época girava em torno das minas, e as brenhas capixabas tinham fama de guardar pedrarias, era raro o ano em que não partisse nova expedição para o interior da capitania.

João Correia de Sá, Duarte Correia, Agostinho Barbalho Bezerra tentam a sorte em pura perda.

Antônio e Domingos de Azeredo persistem na empresa que empolgara o velho Marcos.<sup>14</sup>

Ainda que sem o aparato das bandeiras paulistas, muito se trabalhou no Espírito Santo no sentido de conhecer o sertão e desvendar suas riquezas.<sup>15</sup>

---

se remetteram contra o capitão Manuel de Almeida do Canto: e não foram as culpas de qualidade, que não seja bastante castigo para ellas o tempo que ha, que está preso nesta cidade [do Salvador], suspenso de sua companhia e com maiores despesas, que as que pode supprir um soldado sem fazenda. Nesta consideração o absolveu a justiça e eu o mando restituir a seu cargo. Delle confio que se haja, daqui em diante, de maneira que se me não repitam queixas suas: e quando reincida (o que não espero) a tudo mandarei dar remedio” (DH, III, 81-2).

- A sua nomeação para capitão-mor do presídio do Espírito Santo foi feita por carta régia de quinze de dezembro de 1644 (DH, XVIII, 441). Comandou a companhia de infantaria do presídio da capitania até 1671 (?) (DH, VI, 168), quando, por sua morte, foi nomeado para substituí-lo a Inácio de Lercar, nome prestigioso das armas luso-brasileiras (DH, XXIV, 191-3).

14 - Sobre bandeiras capixabas, ver AFONSO DE E. TAUNAY, *História das Bandeiras Paulistas*, vol. V - que apresenta estudo completo. Do mesmo historiador, os artigos intitulados *Ouro no Espírito Santo*, publicados no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, em nove e dezesseis de fevereiro de 1947. - Consultar, também, *Bandeiras e Bandeirantes no Espírito Santo*, de MÁRIO ARISTIDES FREIRE (RIHGES, VII, 3-11). BASÍLIO DE MAGALHÃES (*Expansão*, p. 78 ss) contém informações valiosíssimas.

15 - Outros documentos que assinalam interesse pelas *esmeraldas*: “Consulta do Conselho Ultramarino, sobre uma carta do Governo do Rio de Janeiro, acerca do oferecimento dos padres da Companhia para irem explorar a Serra das Esmeraldas, na Capitania do Espírito Santo, como o já tinham feito à sua custa Domingos de Azevedo Coutinho e seu irmão Antônio de Azevedo Coutinho. Lisboa, dois de junho de 1646”, in ALMEIDA, *Inventário VI*, 49; e mais: *foot-note* n.º 28 do capítulo VIII; “Consulta do Conselho Ultramarino relativa à exploração das minas da serra das Esmeraldas, na Capitania do Espírito Santo. Lisboa, vinte e cinco de agosto de 1648” (*idem, ibidem*, VI, 70); “Provisão régia pela qual se ordenou ao Provedor da Fazenda do Estado do Brasil que fossem fornecidas todas as munições necessárias para a gente de guerra que acompanhasse Agostinho Barbalho Bezerra no entabolamento e descobrimento das Minas de Parnagay, serra das Esmeraldas, nas Capitánias de S. Vicente e Espírito Santo. Lisboa, treze de outubro de 1666” (*idem, ibidem*, VI, 116); “Carta patente pela qual se fez mercê a Agostinho Barbalho Bezerra do cargo de governador da gente de guerra que o acompanhasse na jornada do descobrimento das Minas de Parnagay e da Serra das Esmeraldas, por tempo de quatro anos, com o soldo de 60\$000, pago a metade no Rio de Janeiro e a outra metade pelos rendimentos das minas. Lisboa, dezenove de maio de 1664” (*idem, ibidem*, VI, 116).

**ADMINISTRADORES INCOMPETENTES E SUBSERVIENTES** – O abandono da capitania por parte dos donatários desencadeou novo processo de decadência. Não era de se esperar outra cousa, tão infelizes as escolhas dos administradores, preferentemente aliciados no seio de classe avessa à tarefa de governar. Regra geral, permaneciam meses, apenas, no posto, logo substituídos.

Cabe ressaltar, outrossim, a maneira assaz descortês e rude como os governadores gerais e vice-reis tratavam os capitães-mores. As cartas daqueles para estes – correspondência oficial, copiada nos livros do governo – estão repletas de admoestações deprimentes e ameaças escolares. Não raro, deparamos com ordens da mais alta autoridade da colônia para os seus subordinados imediatos – os capitães-mores – receberem de seus governados pequenas dívidas de terceiros... E lá vinham as prolixas e fastidiosas recomendações sobre a maneira de cobrar e o processo a ser obedecido quanto à remessa da importância recebida para a Bahia, transformando-se os delegados da Coroa em meros agentes cobradores (II). A subserviência não permitiu um protesto sequer contra prescrições tão deprimentes. Os homens a quem se confiava a administração da capitania não estavam à altura do posto... Outra fosse sua formação moral e intelectual, por certo se insurgiriam. Amoucos, obedeciam e se vingavam nos humildes, a exemplo do que fez Gregório de Távora, em 1651, maltratando tão grosseiramente a brancos e índios que “uns e outros se forão para o sertão de que resultou ficar esse districto quasi despovoado, e a barra exposta a qualquer acometimento do Inimigo”.<sup>16</sup>

**MAU GOVERNO, FINANÇAS PÉSSIMAS** – Na volumosa documentação consultada não encontramos uma referência sequer à mais rápida visita de qualquer dos capitães-mores ao sertão. Limitavam-se à aldeia da Vitória, onde, aliás, não deixaram qualquer construção que lhes recordasse o nome.

O governo geral da Bahia, por sua vez, não traçava rumos à administração regional. Contentava-se em determinar que seus delegados apresentassem relatórios minuciosos sobre as fortificações “porque ainda que de presente ha paz com os Hollandezes, sempre convem estar a Capitania com a prevenção necessaria a qualquer intento, ou invasão de outros inimigos desta Corôa”;

---

<sup>16</sup> - DH, III, 103. A esse tempo Gregório de Távora era capitão (da infantaria). Em 1656, possuía *engenhos* no Espírito Santo. A certa altura de uma carta escrita pelo conde de Atouguia, 20.º governador geral, ao capitão-mor Francisco Luís de Oliveira, a vinte e dois de fevereiro de 1656, se lê: “As vinte mil arrobas de assucar dos engenhos de Gregorio de Távora” (DH, III, 319).

obrigassem “aos capazes de tomar armas e que as tenham; e cada anno [tivessem] cuidado de uma só vez fazer alardo para os adestrar”.

Refletindo os abusos, lá vinham as recomendações muito categóricas para que “de nenhum modo se [intrometesse] o Capitão-mor na administração da Fazenda Real da Capitania, por esta incumbir propriamente ao Provedor della”; “por nenhum caso, [interferisse] na jurisdição do Ouvidor e Officiaes da Justiça, assim como nem o Ouvidor na do Capitão-mor: para que cada qual proceda como é justo na que lhe toca”; “com a Camara e obrigações que são proprias daquelle Senado se não metterá também, antes favorecerá a seus Officiaes, em tudo o que for beneficio de sua Republica”.<sup>17</sup>

As instruções dadas, particularmente, a cada capitão-mor, não diferiam, no conjunto, desse regimento vazio. Nem uma palavra sobre a indústria, o comércio, a lavoura, obras públicas, instrução.<sup>18</sup>

Resultado de política tão acanhada: o conteúdo do alvará do vice-rei ao provedor da capitania, datado de três de setembro de 1664, onde se lê o seguinte: “Sendo informado que a Capitania do Espirito Santo está hoje tão diminuta no rendimento, que se tem arrematado os dizimos della, sómente em quatrocentos mil reis cada anno<sup>19</sup> e tem de despesa ordinaria melhor de dois mil cruzados, que somente pode abranger a se pagarem as despesas ecclesiasticas que ha na dita Capitania, que, conforme as ordens de Sua Magestade tem o primeiro lugar e se não pode restringir”.

Para cobrir o *deficit* foi autorizada a utilização de “qualquer rendimento que toque á Fazenda de Sua Magestade ainda que seja das execuções dos arrendamentos que nella se fizeram dos Engenhos de Marcos Fernandes Monsanto<sup>20</sup> e de outras quaesquer”.<sup>21</sup>

17 - *Regimento que se mandou aos capitães-mores das Capitánias deste Estado (1663)*, in *DH*, V, 374-80.

18 - Frei VICENTE DO SALVADOR, escrevendo meio século antes, definiu a atitude dos luso-brasileiros em relação ao melhoramento da terra durante o período colonial, nestas palavras palpantes de vida e realidade: “nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”; “o que é fontes, pontes, caminhos e outras cousas públicas é uma piedade, porque atendo-se uns aos outros, nem um as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar os rios ou se orvalhem pelos caminhos” (*Hist. Brasil*, 16-7).

19 - Compare-se com a renda de 1627 (p. 128).

20 - Comumente citados nos documentos oficiais como *Fazendas e Engenhos do Goropari*.

21 - *DH*, XXI, 419-20.

- Produziam anualmente, para a Fazenda Real, mais de duas mil arrobas de açúcar” (FREIRE, *Capitania*, 72).



De envolta com a carência geral, as epidemias que, periodicamente, devastavam índios e brancos.<sup>22</sup> E mais as costumeiras violências dos funcionários d'el-rei, contra os quais, a cada passo, encontramos ordens de prisão por falta de prestação de conta dos dinheiros da Coroa. Imagine-se o que não faziam com os das partes...

Em 1666, “a igreja de S. Maurício, do Colégio de Santiago da Capital do Espírito Santo, que vinha do século XVI, talvez já remodelada, ameaçava ruína e tratava-se de fazer outra”.<sup>23</sup>

**ESTRADA ESPÍRITO SANTO-BAHIA** – Por essa época, já havia comunicação terrestre entre a capitania e a cidade do Salvador. Ainda em 1650, o conde de Castelmelhor escrevia a Feliciano Salgado, dando-lhe instruções para entregar o governo do Espírito Santo a Manuel da Rocha de Almeida, e arrematava por dizer que se recolhesse à Bahia, “por mar ou por terra”.<sup>24</sup>

Novamente, em 1656, encontramos, em uma referência à devassa contra Simeão de Carvalho, ordem para que fosse remetida à sede do governo colonial uma cópia dos papéis, por via terrestre.<sup>25</sup>

22 - SERAFIM LEITE cita o surto de varíola que grassou em 1666 (HCJB, VI, 140).

- A primeira referência à presença da varíola na capitania se encontra na carta de vinte e sete de julho de 1565, do padre PEDRO DA COSTA: “Ho anno passado, ao tempo que aqui chegamos, começava nesta Capitania a doença das bixigas, de que saberão já laa, e começou primeiramente na Aldea [da Conceição] em que o Padre Diogo Jacome estava” (Cartas, IV, 267).

23 - LEITE, HCJB, VI, 135.

24 - DH, III, 81.

25 - DH, III, 356.

- Poucas as indicações sobre construção de estrada entre Vitória e a cidade do Salvador, durante o período colonial. A presença de tribos bravias na região que teria de ser cortada pelo caminho que ligasse tais núcleos nos leva a presumir que os itinerantes se serviam das praias atlânticas. Possivelmente, foi um recurso inspirado pelo temor dos barcos inimigos durante a ocupação holandesa. Em 1764, em uma *Relação sobre as Villas e Rios da Capitania de Porto Seguro*, pelo ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, há esta informação: “Estrada da Praia – Esta estrada he real e com mua desde a Bahia até o Rio de Janeiro sem que ha muitos annos tenha havido noticia de morte alguma que o gentio fizesse” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 41).

Na carta de José Xavier Machado Monteiro, de dez de maio de 1770, endereçada ao rei, lemos a seguinte passagem: “Por falta de gente não pude adeantar os uteis estabelecimentos que principiei nos dezertos das praias dos dois sitios de *Comujativa* e *Rio Doce*; este indispensavelmente necessario para a estrada, que nas minhas Instrucções se me adverte faça abrir para a communicação e commercio desta Capitania [Porto Seguro] com a do Espírito Santo” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 240).

Milagre dos milagres: um capitão-mor – Manuel da Rocha de Almeida – tentou, e parece que realizou, a construção de “uma força” na praia de Vitória.<sup>26</sup> Seria pequena fortificação destinada a proteger a vila e que, no entender de Mário Freire, reflete o seu desenvolvimento.<sup>27</sup>

**OS INACIANOS – SUAS GRANDES PROPRIEDADES TERRITORIAIS –** Voltemos, por alguns instantes, para observar a atividade dos zelosos colaboradores do progresso capixaba – os jesuítas.

Já não se dispõe do auxílio portentoso do epistolário dos primeiros tempos, mas, sobre o esforço realizado pela Companhia, a obra do padre Serafim Leite é, sem dúvida, a mais autorizada. Sua exposição sobre os feitos e realizações dos inacianos no Espírito Santo, durante essa fase, leva a concluir que os padres, convencidos de que a catequese era a sua principal tarefa, se embrenharam terra adentro, pela *Psittacorum Regio*, olhos postos na indiada.<sup>28</sup> Entretanto, é curioso assinalar que os próprios jesuítas não conseguiram instalar-se no sertão profundo. Suas aldeias e fazendas distribuíram-se pela orla marítima, inclusive Itapoca<sup>29</sup> e Muribeca.<sup>30</sup> Sabe-se, contudo, que excursionaram a fundo nas brenhas e florestas espírito-santenses e “faziam de vez em quando entradas à Serra, e mais além, até Minas Gerais pelo Rio Doce, descendo índios para a catequese, e também com fim expresso de descobrimento, como as expedições às esmeraldas”,<sup>31</sup> conforme assinalamos.

26 - DH, III, 102.

27 - *Capitania do Espírito Santo*, 62.

28 - ROCHA POMBO diz que, por aqui, “cessava quase inteiramente a ação dos jesuítas” (HB, V, 320).

29 - Itapoca - fazenda que se especializou na fabricação de farinha - foi fundada no século XVIII. Não estaria muito distante de Vitória, pois, conforme assevera SERAFIM LEITE, produzia hortaliça para o abastecimento do Colégio (localizado em Vitória). É do mesmo autor a afirmação de que “a evolução econômica da terra veio a aconselhar a concentração de todas as fazendas em três grupos, cada qual com a sua atividade especializada: criação de gado (Muribeca); engenho de açúcar (Araçatiba); fábrica de farinha (Itapoca)” (HCJB, VI, 152).

- “*Ara-ça-tyba* - sítio de se ver o mundo; é como se denomina - o planalto - no tupi amazônico” (SAMPAIO, *O Tupi*, 156).

30 - Muribeca era fazenda de beira-mar e as suas terras não iam além de oito e meia léguas “de interior pelo sertão” (LEITE, HCJB, VI, 153).

- “*Merú-beca* - a mosca importuna, o mosquito pertinaz” (SAMPAIO, *O Tupi*, 271).

31 - LEITE, HCJB, VI, 144; JÁCOME MONTEIRO, *Relação da Província do Brasil* (nota I do capítulo VIII deste volume).

Sem a pretensão de estudar as razões que fixaram os loiolistas no litoral – como os colonizadores – quando era justo esperar fossem os pioneiros da colonização do *hinterland*, ressaltamos o fato, bem demonstrativo das dificuldades que se antepunham aos intentos de penetração e conquista do que ficava além da serra de Mestre Álvaro, ou seja, a linha divisória do país do gentio.

Muribeca, fazenda de criação de gado, foi célebre e rica propriedade dos jesuítas. Chegou a ter quase duas mil cabeças de gado *vacum* e mais de duas centenas do cavalariço. A exemplo do que fizeram em outras regiões, os padres construíram ali “obras de drenagem e saneamento, canais por onde se escoassem as águas” das inundações, além de grande casa, igreja e um espaçoso pesqueiro no rio.<sup>32</sup>

Para os inácianos, o século XVII assinalou-se, no Espírito Santo, como período de fixação territorial. Lamentável que as circunstâncias pelas quais se processou a política entre colonos e jesuítas, com relação ao índio, não permitissem que os primeiros seguissem as pegadas dos segundos. Melhor se entendessem e teria sido muito diferente a conquista da terra e dos seus primitivos donos e habitantes.

---

32 - LEITE, HCJB, VI, 153-4.

– Note-se que Muribeca se formou em meados do século XVII, porém teve seu fastígio mais tarde, já na centúria seguinte. Para um estudo mais desenvolvido, ver LAMEGO, *As três grandes fazendas dos jesuítas*.

## NOTAS

## I

(p. 149)

“A Companhia do Comércio foi fundada em 1649.

Para estimular essa organização dispendiosa, que exigia altas iniciativas e capitais vultosos, o governo português despojou-se, em benefício dela, de inúmeras prerrogativas, estabelecendo, para ela, um regime de exceção econômica.

Eram nove os diretores da Companhia, a quem, como aos acionistas de mais de dez mil cruzados, se outorgavam privilégios excessivos. Ficavam eles isentos da jurisdição dos tribunais, dependendo exclusivamente da Coroa; podiam alistar soldados, não só entre os paisanos, mas no exército e na marinha de guerra nacionais; e suas frotas gozavam, nos portos, das facilidades dispensadas às navas reais.

Do ponto de vista comercial, as concessões garantiam-lhes o transporte total dos gêneros de que se abastecia, e que exportava o Brasil. A Companhia recebia um frete correspondente, e mais dez por cento a título de seguro.

Conseguira mais: o monopólio da venda do vinho, do azeite, do bacalhau e do trigo, precisamente os quatro artigos que constituíam a base da importação brasileira. Mas o *Regimento*, composto de cinqüenta e dois artigos, fixava os preços desses artigos: quarenta mil réis para a pipa de vinho, um mil e seiscentos réis por arroba de farinha, idem por arroba de bacalhau.

Em compensação a esses largos favores, a Companhia, cuja concessão era de vinte anos, renováveis por mais dez, obrigava-se a enviar, anualmente, ao Brasil, duas frotas de dezoito navios, cujo armamento, por unidade, não podia ser inferior a vinte e seis canhões. [...] Como acontece sempre com essas empresas forras às leis da livre concorrência comercial, a Companhia não se contentou com os benefícios assegurados. Exigiu mais. Aumentou os preços, a começar pelo Rio. Especulou com os gêneros de exportação. Comprava a baixo preço, por meios indiretos, violando as estipulações de seu *Regimento*.

Ainda mais: não dispondo de estatísticas, importava, muita vez, em excesso, os gêneros de consumo, obrigando as câmaras a aceitá-las, e noutras deixava o país exposto à míngua de gêneros de primeira necessidade!

Como se ainda não bastasse, pleiteara e obtivera uma medida odiosa, que viria trazer, senão a ruína da colônia, ao menos um prejuízo enorme à sua lavoura e à sua indústria: a da proibição do fabrico do hidromel [vinho fabricado com o mel] e da aguardente no Brasil” (LEMOS BRITO, *Hist. Econômica*, 85-7).

- “Na Capitania do Espírito Santo faltara o azeite a ponto de não chegar para a lâmpada que ardia diante do Santíssimo Sacramento, ‘e foi a necessidade tão extrema que hum sacerdote comungou a hostia sagrada para se euitar a indeçencia de não estar com a deuida reuerencia com grande sentimento daquelles fieis’. A mesma falta se experimentara de farinha e bacalhau, quer na Bahia quer na Capitania do Espírito Santo e Rio de Janeiro, e sendo estas praças das principais, fácil seria conjecturar o estado em que se encontrariam as outras de menor importância. Nasciam estes danos do fato das pessoas que manejavam os *cabedais* da Companhia carregarem para aquele Estado muito menos quantidade de gêneros do que os que eram necessários para o seu provimento, granjeando assim maiores lucros com os preços extraordinários a que os vendiam, fazendo *traspastos* e negociações ilícitas com os ministros que lá tinham para esse fim. Ainda a pouca quantidade que navegavam a não mostravam de uma só vez para não lhe *baratearem o preso*, mas entregavam-na ocultamente aos seus ministros para que a vendessem no decorrer do ano por preços imoderados, com o que se podia recear *huma ultima desesperação*, daqueles *moradores*. Por todos estes

motivos mais uma vez pedia a el-Rei que extinguisse a Companhia do Comércio do Brasil, franqueando o livre comércio aos seus vassallos para remédio de todos os prejuízos que se experimentavam, e utilidade das alfândegas e fazenda real. S. l. n. d.” (RAU, *Manuscritos*, I, 399-403).

Este libelo traz até nossos dias o grito desesperado da colônia, amordaçada pela voracidade dos beneficiários de um monopólio aniquilador. Trata-se de papel respeitante ao Brasil e pertencente ao Arquivo da Casa de Cadaval.

## II

(p. 153)

Nas segunda e terceira décadas do século dezessete Manuel Maciel Aranha esteve no Espírito Santo. Quando do governo de D. Luís de Sousa, “estava ele, Manuel Maciel Aranha, na Bahia para ir como capitão-mor para a Capitania do Espírito Santo, se lhe dera ordem que nela fizesse ofício de provedor da Fazenda, para o que se lhe passara um regimento. Sucedendo no governo Diogo de Mendonça Furtado, se lhe ordenara, em 1622, que voltasse àquela Capitania para proceder a várias cobranças, e com efeito nela estivera oito meses, voltando à Bahia com uma caravela carregada de açúcar”.

O que estamos lendo consta do *Papel sobre a fazenda Real do Brasil*, da coleção de *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil* (obra em dois volumes publicada “por ordem da Universidade” (de Coimbra), em 1956) – (RAU, *Manuscritos*, I, 394-6).

O Papel continua, apresentando agora as *Aduertências que maes faço de grande importância sobre a capitania do Spirito Santo*. “Depois que os holandeses tinham entrado no Brasil, por duas vezes atacaram a vila de N. S. da Vitória, na Capitania do Espírito Santo, conseguindo os seus habitantes rechaçá-los. Era natural que o tentassem uma outra vez, sabendo a pouca força que havia na Capitania e que não podia ser socorrida da Bahia, nem do Rio de Janeiro, por ficar muito distante. Ficava a Vila numa Ilha onde o inimigo não podia desembarcar senão pela parte do Rio, onde estavam umas lajes sobre as quais se podia fundar um forte que impedisse a entrada para além do penedo que se chamava Pão de Açúcar. Antes de aí chegar havia umas *paragens* onde se podiam fazer embarcações por não faltar madeira de toda a qualidade, assim como pau-brasil que se navegava em grande quantidade para o reino. Por ficar a Capitania a meio caminho entre a Bahia e o Rio de Janeiro e ser a melhor região que havia do lado sul, era pois natural que o inimigo a tentasse acometer de novo. Por estas razões convinha que el-Rei a mandasse socorrer com tudo o que fosse necessário, e com um capitão de confiança e experiência. Como na vila não havia mais do que uma companhia de presidio, que diziam não chegar a ter trinta soldados, devia-se prover pelo menos de outros tantos, pois os moradores capazes de tomar armas não eram mais de duzentos, segundo se recordava de quando ali estivera como capitão-mor, fortificando a Capitania e organizando três companhias militares, cujo comportamento sempre fora exemplar. Este motivo e o seu zelo de bons portugueses quando da feliz aclamação de S. Majestade, o levavam a pedir-lhe que lhes concedesse o privilégio de infanções, com que honrara os moradores das Capitánias do Rio de Janeiro e Bahia, pois esta mercê lhes daria novo ânimo. Também era importante para a defesa prevenir os índios das quatro aldeias que os padres da Companhia tinham a seu cargo, pois eram muito valentes e causavam grandes estragos no inimigo com as suas flechas. Para conquistar a sua boa vontade, era necessário que o capitão os visitasse nas suas aldeias, levando alguns presentes para os *principais* e suas mulheres, que fora a maneira como agira quando ali estivera por capitão, sem fazer qualquer gasto à Fazenda Real. A expedição que se projetava para o descobrimento das esmeraldas constituiria um novo perigo para a Capitania, pois ficaria despovoada, oportunidade que o inimigo não deixaria de aproveitar. Parecia-lhe pois muito conveniente ordenar S. Majestade que tal entrada se não fizesse, enquanto o inimigo se encontrasse no Brasil.” S. l. n. d. (*op. cit.*, vol. I, 394-6).

Não havíamos deparado ainda com esse personagem. É mais um nome na relação que agora se vai organizando dos capitães-mores que passaram pelo Espírito Santo e que, de volta a Portugal, continuou a se interessar pela terra que governara e mais tarde visitara como cobrador.

A large, white, serif letter 'X' is centered in the lower half of the image. The background is a dark, textured surface, possibly a book cover or a piece of fabric, with a mix of brown, black, and reddish tones. The texture is somewhat mottled and uneven. The letter 'X' is the primary focus, standing out sharply against the dark background.

X

# X

## ESMERALDAS! OURO!

**D**EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DOS CAPITÃES-MORES - Tornou-se praxe atribuir a atonia do Espírito Santo, durante a primeira fase do período colonial, ao descaso dos donatários que, em maioria, administravam por intermédio de terceiros - os capitães-mores - de quem, páginas atrás, tentamos esboçar rápido perfil. A demonstração de que procede a argüição está nos documentos da época. Regra geral, a presença dos donatários no senhorio coincide com promissor alento de todas as atividades humanas. Constroem-se novos engenhos, movimentam-se expedições em busca das minas, o comércio se anima. Governada a terra pelos capitães-mores, surgem as rusgas, o tráfico decai, o marasmo domina a tudo e a todos.

**ANGUSTIOSA CONJUNTURA** – Já nos referimos à queda dos dizimos, que refletia a situação geral dos negócios da capitania, onde, em 1664, não havia quem comprasse o principal produto da terra – o açúcar.<sup>1</sup> Dois anos antes, para tornar possível o pagamento do *donativo do dote e tributo da paz de Holanda*, foi preciso que o governador geral permitisse aos “moradores [cujos cabedais eram limitados]” venderem pau-brasil na Bahia, “por ser o mais efficaz remédio que tinham para poder dar satisfação ao que deviam”.<sup>2</sup>

Tão angustiosa conjuntura perdurou por vários anos.

Em 1665, faltou numerário para pagar aos oficiais de artilharia. Respondendo a uma carta do provedor da Fazenda Real, o governador geral autorizou a proceder “neste caso” como “em outros semelhantes”, isto é, que pagassem os moradores, pois “é estylo bem ordinario em toda a parte supprir o Povo o que a Fazenda Real não pode para conservar a quem os defende”.<sup>3</sup>

Assinale-se que, além do capitão e mais oficiais que comandavam a infantaria, o Espírito Santo já tinha, naquele milésimo, *ajudante, alferes, e capitão de Artilharia*.<sup>4</sup> Também já existia a Fortaleza de N. S. do Monte do Carmo, em 1667, ano em que Manuel Barreto da Silva foi confirmado no posto de seu comandante, pois vinha servindo ali “ultimamente [...] com mui honrada opinião”.<sup>5</sup>

Os alarmes constantes, que atemorizavam os governantes do Brasil nos meados do século XVII, obrigaram o Espírito Santo, em 1668, a viver, mais uma vez, dias de alerta contra inimigos, que não foram identificados – se europeus, se silvícolas. O certo é que os cofres da Fazenda Real não suportaram as despesas decorrentes do rebate. Mais que isto, não tinham com que acudir nem mesmo aos *filhos da folha*.<sup>6</sup>

1 - DH, XXI, 347.

2 - DH, XX, 473.

3 - DH, VI, 51.

4 - DH, VI, 51.

5 - DH, XXXI, 385.

- Curioso assinalar que Francisco Gil de Araújo – segundo a Informação de Manuel de Morais (ver nota I deste capítulo) – encontrou o forte em questão “somente em alicerces”.

6 - DH, VI, 85.

- *Filhos da folha* – “funcionários pagos pelos cofres públicos e todos aqueles que percebiam percentagens sobre arrecadações fiscais ou emolumentos das partes” (TAVARES DE LIRA, *Organização Política*, 32).





Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho

*Os vice-reis da Índia*, de Ferreira Martins.

*Cópia Milton Luz*



### Visita dos Reis Magos.

Óleo sobre madeira, considerado o mais antigo quadro pintado no Brasil (primeiro quartel do século XVII). Integra o altar da igreja dos Reis Magos, de Nova Almeida.

*Foto Humberto Capai*

**UM CAPITÃO-MOR OPEROSO** – A essa altura, Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho já se havia emancipado, pois, com data de 1667, encontramos a patente de provisão de Antônio Mendes de Figueiredo no posto de capitão-mor do Espírito Santo – nomeação feita por proposta daquele, segundo consta do instrumento que se lavrou.<sup>7</sup>

---

7 - DH, XXIII, 87-90.

- Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho é o mesmo Antônio Luís Coutinho da Câmara a que nos referimos na *foot-note* n.º 9, do capítulo IX. Passou à História, como 28.º governador geral do Brasil, com o nome de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. É curioso assinalar que o autor da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* o registrou, como, aliás, a toda a sua família, com o nome de Câmara.

Há grande discrepância, entre os autores que nos precederam, quando se trata de estabelecer a linha dos donatários do Espírito Santo. Veja-se, por exemplo, o trecho da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* relativo a D. Filipa de Menezes e mais o que contém, sobre o assunto, no *Inventário* organizado por Eduardo de Castro e Almeida.

Diz a primeira das obras citadas: “D. Filipa de Menezes, filha do aposentador-môr Lourenço de Sousa da Sylva, e de sua mulher D. Luiza de Menezes, como em seu lugar se disse. Casou duas vezes, a primeira com Ambrósio de Aguiar Coutinho e Camera, Senhor da Capitania do Espírito Santo no Brasil, e foy sua segunda mulher, a qual por sua morte casou com Francisco de Faria, almotacé-môr do Reyno, de quem não teve sucessão; e de seu primeiro marido teve Antonio Luiz Coutinho Da Camera nasceo no anno de 1638, que foy unico, e succedeo na Casa, e Morgado de seu pay e na Capitania do Espírito Santo, que vendeo à Coroa. Foy Almotacé-môr do Reyno por renuncia, que com merce delRey fez nelle seo padraсто, e parente Francisco de Faria, Commendador de S. Miguel de Bobadella na Ordem de Christo; servio de Aposentador-môr por seu primo o conde de Santiago; servio nas Armadas, foy Capitão de Mar, e Guerra, Governador de Pernambuco, Capitão General do Estado do Brasil, e ultimamente Vice-Rey da India, para onde partio em vinte e oito de Março de 1698. Todos esses lugares administrou com grande justiça, inteireza e notavel desinteresse, virtude, que praticou toda a sua vida, que acabou, vindo da India, mais cortado das semrazoens, com que offenderão o seu brio, e pundonor, que sempre conservou illeso, do que por effeito dos annos, e dos achaques; morreo no anno de 1702 tão cheyo de merecimentos, como de desgostos. Casou em Janeiro de 1674 com D. Constança de Portugal, que morreo em o anno de 1678, filha de Luiz da Silva Tello II Conde de Aveiras, e da condessa D. Maria de Portugal sua primeira mulher, filha do I Marquez de Cascaes, de quem teve João Gonçalves da Camera Coutinho Almotacé-môr” (CAETANO DE SOUSA, *Hist. Genealógica*, X, 603-4).

Diz o *Inventário*: “Consultas [2] do Conselho Ultramarino, sobre a competência dos donatários para nomearem os capitães-mores das suas Capitánias e sobre a nomeação que fizera D. Filipa de Menezes, viúva de Ambrósio de Aguiar Coutinho, como tutora de seu filho Antônio Luiz Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo. Lisboa, dezesseis de outubro e vinte e seis de novembro de 1648” (ALMEIDA, *op. cit.*, VI, 71).

- Relativamente ao verbete transcrito em primeiro lugar, ocorre observar que Coutinho vendeu a capitania a Francisco Gil de Araújo e não à Coroa, como escreveu D. ANTÔNIO CAETANO DE SOUSA. A respeito da simplificação do nome do pupilo de Filipa de Menezes, verificada no mesmo trecho, cabe reparar que, logo em seguida, se fala de um “Requerimento de D. Filipa de Menezes, no qual pede, como tutora de seu filho Antônio Luís Coutinho da Câmara” (ALMEIDA, *Inventário*, VI, 72). Um documento esclarece sobre a paternidade, o outro completa o nome. De tudo se infere que, menor e tutelado por sua mãe

Durante a administração desse Antônio Mendes, Vitória foi abalada por um “sucesso dos Religiosos de São Francisco”. De que natureza, não se conseguiu apurar, mas, da Bahia, o governador geral tomou providências junto ao comissário da Ordem para que “mandasse remediar o escândalo que causaram”, embora se presumisse que, na capitania, os do mosteiro tivessem “remediado tudo como convinha”.<sup>8</sup>

---

em 1664 (ver *foot-note* n.º 9, do capítulo IX), Antônio Luís Coutinho da Câmara é o mesmo que, em 1667, aparece com o nome de Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho. Vê-lo-emos, dentro em pouco, figurar com o apelido histórico, quando estudarmos a cessão da capitania a Francisco Gil de Araújo. Aliás, já em 1671, aparece, na “Carta Patente de José Gonçalves de Oliveira por que Sua Alteza o proveu no cargo de Capitão da Capitania do Espírito Santo”, o nome oficial: Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (DH, XXV, 93).

Dos autores consultados, só AMÂNCIO PEREIRA segue a linha de sucessão que parece correta e adotamos (*Homens e Cousas do Espírito Santo*, 9).

- E se ainda pairassem dúvidas ... aqui vai a introdução da carta de confirmação de doação da capitania, passada em Lisboa aos quatro de abril de 1667: “Dom Afonso por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar em África, Senhor de Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação por sucessão virem que por parte de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, fidalgo de minha Casa, filho legítimo e único que ficou por falecimento de Ambrósio de Aguiar Coutinho, que Deus perdoe, me foi apresentada uma carta de El-Rei de Castela por ele assinada e passada pela câmara digo pela chancelaria da qual o treslado é o seguinte: Dom Filipe por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar em África, Senhor de Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação por sucessão virem que por parte de Ambrósio de Aguiar Coutinho, filho mais velho de Antônio Gonçalves da Câmara, fidalgo de minha Casa e de dona Maria de Castro, sua mulher, me foi apresentada uma carta de El-Rei, meu senhor e pai, que santa glória haja, por ele assinada e passada pela chancelaria por que Francisco de Aguiar Coutinho, seu tio, irmão da dita dona Maria de Castro, sua mãe, teve e possuiu a capitania do Espírito Santo nas partes do Brasil, pela maneira...” (DH, LXXIX, 93).

- São da *História Genealógica* retrocitada (vol. VI) os seguintes esclarecimentos: o Ambrósio de Aguiar Coutinho, que se casou com D. Filipa de Menezes, era filho de Antônio Gonçalves da Câmara e de D. Maria de Castro. Esta, por sua vez, era filha herdeira de outro Ambrósio de Aguiar Coutinho. A nosso ver, a confusão que reinava entre os historiadores capixabas, a propósito da linha dos donatários, vinha da circunstância de terem existido dois indivíduos chamados Antônio Gonçalves da Câmara e dois outros Ambrósio de Aguiar Coutinho.

- Câmara Coutinho tomou posse do governo geral do Brasil em dez de outubro de 1690, transferido de Pernambuco, “onde mandava”, segundo a expressão de PORTO SEGURO (HG, III, 323). Zelou carinhosamente pelo desenvolvimento da colônia lusobrasileira, que governou até vinte e dois de maio de 1694. Contemporâneo de Gregório de Matos, foi objeto de crítica de várias das suas composições poéticas. Faleceu na Bahia, em 1701, quando regressava da Índia (VARNHAGEN, HG, III, 325). ACIOLI diz que Câmara Coutinho faleceu em 1702, “sendo sepultado na igreja do Colégio” (*Memórias Históricas*, II, 142).

8 - DH, VI, 113.

Os documentos permitem que se considere Mendes de Figueiredo um governante operoso e estimado dos seus jurisdicionados.<sup>9</sup> Pelo menos, durante sua gestão, o Espírito Santo conseguiu remeter para a Bahia “parte do donativo, do Dote e paz”,<sup>10</sup> o que encorajou os sequiosos senhores do governo geral a expedirem provisão mandando cobrar os atrasados.<sup>11</sup>

**ESMERALDAS! ESMERALDAS!** – O acontecimento culminante do seu período governamental foi – segundo a memória dos arquivos – a descoberta de minas (de esmeraldas?) pelo capitão Antônio Luís de Espinha. A notícia chegou à Bahia e provocou missiva modelar do representante del-rei ao descobridor – ao lado do pedido de informações sobre as minas, promessas de graças e favores régios: tudo feito com mestria e elegante sobriedade de linguagem.<sup>12</sup> O esquecimento em que ficou o nome de Antônio Espinha é a melhor prova de que se tratava de rebate falso.

Dentro em breve, o governador geral escreveria ao sucessor de Mendes de Figueiredo:<sup>13</sup> “Espero faça V. M. grandes serviços a S. A. E porque o mais considerável será o das esmeraldas se se descobrirem; encomendo muito a V. M. a diligencia, que sobre ellas deve fazer”.<sup>14</sup>

---

9 - Dirigindo-se aos “officiaes da Camara da Capitania do Espirito Santo”, a doze de setembro de 1671, o governador geral, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (sic), dizia: “Ainda que tive muitas honradas informações do bom procedimento que nessa Capitania teve o Capitão-mor Antônio Mendes de Figueiredo” (DH, VI, 185).

10 - DH, VI, 113.

11 - DH, VI, 168.

12 - DH, VI, 183.

13 - A doze de dezembro de 1663, Brás do Couto de Aguiar foi nomeado para o posto de capitão-mor do Espírito Santo, em substituição a José Lopes (DH, XXI, 251). No dia seguinte, lavrava-se a patente de sua nomeação para o cargo de comandante da Companhia de Infantaria da mesma capitania, onde foi substituir a Manuel de Almeida do Couto – então “preso na cadeia desta Cidade [do Salvador] por culpas cometidas na Capitania do Espírito Santo” (DH, XXI, 249). Brás do Couto foi substituído por Diogo de Seixas Barraca, nomeado a quinze de fevereiro de 1664 por proposta de D. Filipa de Menezes, mãe e tutora de Antônio Luís Coutinho da Câmara, donatário (DH, XXII, 30). É curioso que a carta do vice-rei apresentando Couto de Aguiar ao seu antecessor é datada da Bahia, dezoito de fevereiro de 1664 (DH, VI, 45), isto é, quatro dias depois do ato real supracitado, lavrado em Lisboa. Em 1667 (onze de março), o soberano assina patente nomeando Antônio Mendes de Figueiredo\* para dirigir a capitania (DH, XXIII, 87). Foi seu sucessor Inácio de Lercar (ou Lercaro, pois encontramos ambas as grafias nos documentos), nomeado a quinze de julho de 1671 (DH, XXIV, 254-7). Em 1675, vamos encontrar à frente da administração capixaba José Gonçalves de Oliveira (DH, XI, *passim*), que fora nomeado capitão (da infantaria?) a dezesseis de julho de 1671 (DH, XXV, 93-8). A onze de junho de 1676 o governo da Bahia levantava o preito e homenagem de José Gonçalves de Oliveira “por haver Sua Alteza (que Deus guarde) feito mercê della a Francisco Gil de Araujo” (DH, XI, 136).

\* “Consulta do Cons Ult e relatório do Dr. Pedro Alves Seco de Macedo, sobre a devassa de residência que tirara o ouvidor geral do Rio de Janeiro, do Capitão da capitania do ES Antonio Mendes de Figueiredo. Lisboa, vinte e seis de maio de 1674” (ALMEIDA, *Inventário*, VI, 134).

14 - DH, VI, 211.

**VENDE-SE A CAPITANIA POR 40.000 CRUZADOS** – Aliás, o governador geral desse período (1671-75) era o primeiro visconde de Barbacena, animador entusiasta dos caçadores de minas. Dele se conta que morreu de desgosto e melancolia por se ter perdido – com o falecimento de certo explorador – o roteiro de importante jazida de prata.<sup>15</sup>

Francisco Gil de Araújo<sup>16</sup> – com os olhos postos nas minas<sup>17</sup> – adquiriu a capitania de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em 1674, após a licença del-rei (alvará de seis de julho daquele ano),<sup>18</sup> confirmada por carta régia

15 - CAMPO BELO, *Governadores Gerais*, 84-5.

- Parece que as jazidas de prata eram as mesmas a que se referia o governador na carta de dez de julho de 1673, dirigida a Agostinho de Figueiredo, capitão-mor de S. Vicente (DH, VI, 244-7).

16 - Francisco Gil de Araújo – Filho de Pedro Garcia (Múrias, *Relação*, 262) e de Maria de Araújo, descendia, por parte de sua mãe, de Catarina Álvares e Diogo Álvares. Pedro Garcia, “a quem chamavam o Velho, [era] mercador mui rico para aqueles tempos” (GÓIS, *Francisco Gil de Araújo*, 605).

Francisco Gil de Araújo veio a se casar, em data ignorada, com Joana de Araújo Pimentel, sua sobrinha (AFONSO COSTA, *Genealogia*, 131), de quem teve quatro filhos, entre eles Manuel Garcia Pimentel, “que herdou a casa de seu pai” (GÓIS, *op. cit.*, 606).

RODOLFO GARCIA, resumindo-lhe a biografia, escreveu: “Francisco Gil de Araújo, soldado desde 1635, já era alferes quando Nassau invadiu a Bahia, em 1638, e governava naquela ocasião a companhia do mestre de campo D. Fernando de Lorena, com a qual defendeu o baluarte da banda do mar, tendo sido queimado no rosto e nas mãos por alcanzias que o inimigo lançou, só se retirando depois que os assaltantes o fizeram, pelo que obteve dois cruzados de vantagem cada mês sobre qualquer soldo que houvesse de ter” (DH, XVII, 333-5).

Em doze de junho de 1639, era capitão (*ibidem*, 334).

Entre os feridos do terço de D. Fernando de Lorena mencionou BRITO FREIRE (*Nova Lusitânia*, 545), o “Alferes do Mestre de Campo Francisco Gil de Araujo, depois Coronel nesta mesma Praça & esplendor da sua Republica, onde no esforço, & na liberdade se mostrou sempre magnifico como Soldado”.

Foi, de fato, personagem importante na sociedade colonial da época; ao coronel Francisco Gil de Araújo dedicou o padre SIMÃO DE VASCONCELOS a *Vida do Veneravel Padre Joseph de Anchieta*, Lisboa, 1672.

“Em 1660 foi juiz da Câmara da Bahia, e nesse caráter, vendo a falta de dinheiro que havia para socorro da infantaria, assistiu-a com pontualidade todo aquele ano nos socorros de cada mês com os subsídios dos vinhos e restos dos tesoureiros e recebedores das imposições e fintas passadas, que cobrou sem lançar outras de novo ao povo, serviço esse muito digno de prêmio” (*Notas à HG*, de VARNHAGEN, III, 299).

- Da lápide de sua sepultura, na catedral da cidade do Salvador, consta o seguinte: “Hic iacet / Franciscvs Gil de Aravio / Prefaectvrae spus sancte / Domine gubernator. Conditor magnifice patron / Singularis huius Maiollis sacerii / Quod / Santiss.º iesu nomine erexit in titulum / ipsis societi construxit in monumento / sibiq ac posteris svvis, posvit in cepulchro. / Obiit / anno domni M.DCLXXXV Decem XXIV.”

17 - CALMON, *Hist. Brasil*, II, 320-1.

18 - PENA, *História*, 71-2; JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 27; DAEMON, *Prov. ES*, 121; MARQUES, *Dicion. ES*, 113; RUBIM, *Notícia*, 340, registram seis de julho. PEREIRA, *Homens e Cousas*, 9-10, consignou seis de junho.

de dezoito de março de 1675.<sup>19</sup> Quarenta mil cruzados foi a importância que Francisco Gil de Araújo pagou pelo Espírito Santo.<sup>20</sup>

Uma das primeiras providências do novo donatário foi embargar a jornada que José Gonçalves de Oliveira, capitão-mor, se propusera fazer até a região das esmeraldas.<sup>21</sup> Mercê de seu prestígio, ou porque Gonçalves de Oliveira era, definitivamente, “incapaz de empreender”<sup>22</sup> tal empresa, Francisco Gil de Araújo conseguiu revertessem em seu benefício todos os favores concedidos àquele – fornecimento de objetos e utilidades necessários à expedição, graças especiais aos que mais se distinguiram nas descobertas, cessão de índios de Cabo Frio e das capitanias do Rio de Janeiro e Porto Seguro.<sup>23</sup>

**PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE FRANCISCO GIL DE ARAÚJO** – Só em 1678 o novo donatário pisou o solo espírito-santense, aqui permanecendo até 1682, quando regressou à Bahia.<sup>24</sup>

---

19 - GARCIA, *Notas à HG*, de VARNHAGEN, III, 299.

20 - O seguinte trecho colhido n’A *Capitania do Espírito Santo*, de MÁRIO A. FREIRE, permite fazer idéia aproximada do valor por que foram vendidas as terras capixabas: “Pouco antes escrevera o padre Antônio Vieira, a respeito do que vira no Pará: ‘Tudo quanto há na Capitania do Pará, tirando as terras, não vale dez mil cruzados, como é notório’. Anos depois, afirmava o arcebispo da Bahia, escrevendo a André Furtado: ‘Toda a Capitania dos Ilhéus não vale, vendida, o que Vossa Mercê quer que se lhe dê para livrá-la dos tapuias’. André Furtado oferecera ao arcebispo cinco mil cruzados, a fim de livrar os moradores dessa Capitania das ‘hostilidades dos bárbaros’. Nesse tempo, um engenho real de açúcar absorvia, só na instalação, segundo Roberto Simonsen, cerca de dez mil cruzados. Construções privativas do homem de cabedal e governo, segundo Antonil, havia-os de quarenta, cinqüenta e sessenta mil cruzados” (*op. cit.*, 77).

21 - A catorze de agosto de 1675, Barbacena escrevia a José Gonçalves de Oliveira, à Câmara da vila da Vitória e ao governador do Rio de Janeiro sobre a viagem do primeiro, instruções sobre a entrega do governo à segunda, durante a ausência do capitão-mor e, finalmente, ordenando ao governador fornecesse cento e cinqüenta índios, para a expedição (*DH*, XI, 45-9). Pouco depois, devido ao embargo oferecido pelo donatário, o governo da Bahia desautorizava a entrada do capitão-mor (*DH*, XI, 58).

22 - *DH*, LXVII, 189.

23 - *DH*, LXVII, 179-91; *DH*, XI, 61-5. Na Seção de Manuscritos da BNRJ são encontrados documentos sobre a entrada de José Gonçalves de Oliveira e suas desavenças com Francisco Gil de Araújo nas seguintes cotas: I-8, 4, 17, n.º 6; I-8, 4, 17, n.º 8; I-8, 4, 17, n.º 18; e I-8, 4, 17, n.º 19.

24 - Informação do provedor Manuel de Morais transcrita na nota I deste capítulo.

Sua administração distinguiu-se pelas obras que levou a termo e pelo entusiasmo com que se entregou aos descobrimentos das ambicionadas esmeraldas. Atestando-lhe as realizações, o provedor Manuel de Moraes<sup>25</sup> forneceu minuciosa Informação, em que descreveu o estado da capitania tal como a recebera e a situação em que a deixara. Vale a pena destacar as principais passagens do documento, pois oferece elementos ímpares para a reconstituição das condições do Espírito Santo em meados da segunda metade do século XVII.

O forte N. S. do Monte do Carmo, que estava em alicerces, Francisco Gil de Araújo concluiu; o de S. João, encontrado em ruínas, foi reedificado; de sua iniciativa, conta-se o forte de S. Francisco Xavier, estrategicamente situado para proteger a entrada da barra de Vitória.

Os dízimos não chegavam a render 2:000\$000, mas foi durante a gestão do dinâmico donatário que a capitania conseguiu liquidar os atrasados com “o dote e pax de Hollanda”.<sup>26</sup> Também a Misericórdia de Lisboa era credora

---

25 - Manuel de Moraes já era provedor da Fazenda da capitania do Espírito Santo em 1663, conforme se vê da provisão inserta no vol. XXI, p. 43 ss, dos *Documentos Históricos*. Em 1687, era capitão-mor (DH, XI, 136). A primeiro de dezembro do ano seguinte (1688) outra carta do governo da Bahia ordenava-lhe que entregasse a capitania ao novo capitão-mor (DH, XI, 149-50).

- Ocupou vários cargos na administração espírito-santense. É o que nos revela o seguinte trecho da carta régia de dezessete de julho de 1673, que lhe fez mercê da *Propriedade do Officio de Provedor da Fazenda da Capitania do Espirito Santo*: “tendo respeito ao cuidado, zelo, e limpeza com que Manuel de Moraes filho de outro, e natural desta cidade serviu na Capitania do Espirito Santo os Officios de Escrivão da Fazenda, Juiz dos Orfãos, Provedor das Fazendas dos defuntos, e ausentes, e Provedor da Fazenda Real desde o anno de mil, e seiscentos, e cincoenta e quatro até o anno de seiscentos, e setenta e dois e occupado justamente o posto de Capitão de uma das Companhias da Ordenança da mesma Capitania o exercitar com geral satisfação; e a esse respeito ser encarregado do Governo daquela Praça na ausencia do Governador della Diogo de Seixas Barreto digo della Diogo de Seixas Barrasas [Barradas?] procedendo assim nelle como no cargo de Vereador, e Juiz Ordinario com todo o zelo, e desinteresse” (DH, XXV, 294-5).

- Em 1692, Francisco Monteiro de Moraes foi nomeado provedor da Fazenda Real, cargo “que vagou por fallecimento de Manuel de Moraes seu pae proprietario delle” (DH, XXX, 354).

- Serviu “o officio com grande satisfação, no discurso de trinta annos”, diz o governador geral (Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho) em 1693 (DH, XXXIV, 102).

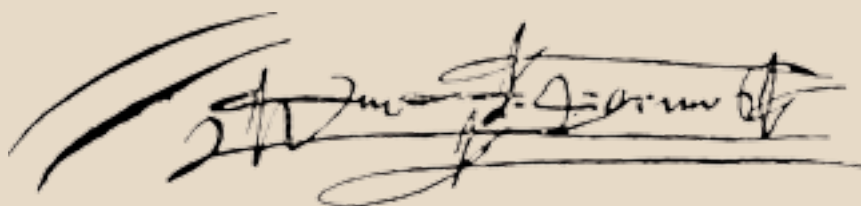
26 - “Carta para os officiaes da Camara da Villa da Victoria sobre o donativo do dote e paz, que os moradores estão devendo. - Os moradores dessa Capitania estão devendo aos donativos do dote de Inglaterra, e paz da Hollanda 1:427\$650, que cairam desde o anno de 72 até o presente a 220\$ por anno. Não entendia eu que estaria tão retardada a satisfação de uma obrigação tão precisa. Vossas Mercês como a quem ella toca mais principalmente, e suppondo terão já cobrado este dinheiro, o mandem completamente na forma que é estylo remetter-se dessa Capitania a esta praça; e quando falte algum resto Vossas Mercês o façam logo arrecadar executivamente para que em todo o caso venham os ditos 1:427\$650 a entregar ao Thesoureiro do Donativo Real Antonio de Azevedo Moreira, sem ficar desta cousa alguma atrasada. E advertam Vossas Mercês, e os officiaes que nessa Camara lhe succederem que infallivelmente hão de mandar cada anno os 220\$ que tocam a essa Capitania sem ser necessaria nova lembrança assim pela importancia de se não atrazar





Brasão de Francisco Gil de Araújo

*Vida do venerável padre Joseph de Anchieta, de Simão de Vasconcelos.  
Cópia Ronaldo Melo*



Fac-símile da assinatura de Duarte de Lemos

*HCP, III, 202*

da capitania e se lhe enviaram doze mil cruzados entre 1678 e 1682. Às quatro companhias que existiam nas vilas da Vitória e Espírito Santo, Gil de Araújo fez acrescentar mais cinco – entre estas uma dos *homens pardos*. Vitória teve os seus templos asseados e a casa da Câmara consertada. Vila Velha, “que somente apparencias de villa tinha”, mereceu carinhos especiais: o donatário “mandou fazer casa da Camara que nunca teve, pelourinho, tudo de pedra e cal e tão perfeito que se não acha villa que a tenha como ella”, encarrecou o provedor. A Casa da Misericórdia, de “que não se viam mais que os vestígios”, foi reedificada, “ficando perfeítissima”.

Coube a Francisco Gil de Araújo o privilégio de fundar a vila de N. S. da Conceição (do Guarapari)<sup>27</sup> – a primeiro de janeiro de 1679 – instalando-a “a primeiro de março seguinte, no mesmo sítio em que os jesuítas, desde o último quartel do século antecedente, mantinham uma Residência”.<sup>28</sup>

---

o donativo, como pela conveniencia de o povo pagar mais facilmente cada anno o que lhe toca, do que juntamente toda a quantia, que ou a omissão, ou os descuidos da Camara faz agora ser tanto maior. Bahia, e Outubro dezesete de 1678” (DH, XI, 98-9).

27 - “Francisco Gil de Araujo, Fidalgo da Casa de S. A., como donatario e perpetuo Governador da Capitania do Espirito Santo. Faço saber aos que esta minha carta de fundação da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Guaraparim virem que por parte dos moradores do districto della me foi apresentada huma petição em que me pedião que, conforme a minha doação e facultade que S. A. foi servido dar-me para fazer villas, mandasse fundar huma na Barra do Rio de Guaraparim, que he navegavel de navios, por quanto vivião dez legoas distantes das Igrejas com ruins passagens de rios, por cuja cauza morrião algumas pessoas sem confissão e padecião grande falta de sacramentos, tendo eu consideração ao grande serviço que se faz a Deus Nosso Senhor e a S. A. no augmento da Capitania; houve por bem mandar levantar pelourinho e dar termo, jurisdicção, liberdades e insignias de villa, segundo o fôro e costume do Reino de Portugal e lhe consigno seis legoas de termo, que começará da ponta da fructa para o sul, pelo que mando ao Ouvidor desta Capitania que vá á dita villa e faça eleição dos juizes e vereadores, que hão de servir este anno, conforme as leis do Reino, para firmeza do que mando passar esta sob meu signal e sello de minhas armas” (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, IV, 181).

- A nove de março de 1688, o soberano se dirigia ao governador geral nos seguintes termos: “Por me ter presente que Francisco Gil, morador e natural dessa cidade da Bahia, não tem povoado a vila de Guarapari com o número de moradores a que se obrigou quando pediu licença para a sua fundação, estando os poucos moradores que hoje há na dita vila sem pároco, nem quem lhes administre os sacramentos” (DH, LXVIII, 205-6). Esta carta, no caso de ter fundamento o que assevera, vem trazer enorme prejuízo ao valor das afirmações contidas na *Informação* de Manuel de Moraes (nota I deste capítulo).

- De qualquer maneira, em 1713, em Guarapari já havia clérigo administrando sacramentos aos moradores da vila. Em seu favor, os “Oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Conceição da Capitania do Espírito Santo” requereram a el-rei pedindo lhe fosse pago seu ordenado pela Fazenda Real (DH, XLII, 139).

- A vinte e três de julho de 1714, o marquês de Angeja escreveu ao capitão-mor do Espírito Santo, informando-o de que, brevemente, por ordem d’el-rei, o capitão engenheiro da Bahia viria a Guarapari fazer a planta da capela-mor de sua igreja-matriz (DH, XLII, 205-6).

28 - FREIRE, *Capitania*, 80.

Quatorze entradas à serra das Esmeraldas promoveu o donatário, sendo que duas pelo rio Doce. Nas últimas despendeu mais de doze mil cruzados.

Todas as empresas e realizações foram financiadas exclusivamente por Francisco Gil de Araújo, assevera o provedor no valioso atestado, que nos revela, também, o seu procedimento piedoso, mandando “dar sepultura decente aos ossos do primeiro donatário Vasco Coutinho”. (I)

Resta mencionar as notícias colhidas em outras fontes a respeito de administração tão progressista. Rubim, por exemplo, informa que Gil de Araújo “trouxe da Bahia muitos casais de colonos a quem doou terras, e tanto a estes, como aos antigos moradores assistiu com cabedal para fornecerem seus engenhos e lavouras. Este dinheiro de primor foi causa do incremento que teve nesse tempo a lavoura de cana de açúcar”.<sup>29</sup>

Antes de embarcar para o senhorio – ainda na Bahia – sabendo estar vago o cargo de ouvidor, cuidou logo de preenchê-lo, encarregando, deste modo, a uma autoridade legalmente constituída, a tarefa de distribuir justiça.<sup>30</sup>

É nova atitude a depor a favor do homem de mais ampla visão dentre os que passaram pela administração capixaba na fase colonial.

**COMÉRCIO E AGRICULTURA** – Ocupou-se Gil de Araújo, também, dos assuntos ligados ao comércio e agricultura da sua governança, sendo disto amostra o “bando que mandou botar”, proibindo que se cultivasse algodão nas propriedades onde existissem mais de seis pessoas de serviço, “sob pena de dous annos de degrêdo fóra da capitania e quarenta mil réis em dinheiro pera sustento da infantaria e a lavoura perdida porquanto este genero de lavoura tem extinguido o commercio e extenuado as mais lavouras”.<sup>31</sup>

---

29 - *Memórias*, 231.

30 - MISAEL PENA transcreve a provisão de nomeação do ouvidor – Rodrigo Arias Sá Moura – datada de dezoito de julho de 1676 (*Apêndice da História da Província do Espírito Santo*, 43) e informa: “É este o primeiro ouvidor [?] que vemos nomeado para esta Capitania...” (*op. cit.*, 73, nota).

31 - Registro de hu Bando que mandou botar o senhor donatario e governador Francisco Gill de Araujo, nesta Villa de nossa senhora da Conceição, vinte e seis de dezembro de 1682, apud MISAEL PENA, *Apêndice da História da Província do Espírito Santo*, 45.

**LIMITES – O DONATÁRIO DEIXA A CAPITANIA** – Nesta resenha dos principais acontecimentos do quadriênio governamental de Francisco Gil de Araújo, faz-se mister recordar, embora sem descer a detalhes, a questão por ele suscitada com a vizinha capitania da Paraíba do Sul, a respeito de demarcação de limites. A matéria provocou reclamações do visconde de Asseca e de João Correia de Sá junto à Coroa, mais tarde contestadas pelo donatário do Espírito Santo.<sup>32</sup>

Decepcionado, talvez, com o fracasso das suas tentativas de encontrar as decantadas esmeraldas,<sup>33</sup> e depois de ter empregado aqui vultosos cabedais, Francisco Gil de Araújo embarcou para a Bahia,<sup>34</sup> onde faleceu em 1685.

Seu nome merece e deve figurar entre os das grandes figuras dos primeiros séculos da nacionalidade.

**NOVO DONATÁRIO** – Com o falecimento de Francisco Gil de Araújo, a capitania do Espírito Santo coube, por sucessão, a seu filho, Manuel Garcia Pimentel, que teve confirmação da herança por carta de cinco de dezembro de 1687.<sup>35</sup>

O novo donatário deixou-se ficar na Bahia, administrando as propriedades que ali possuía, sem jamais visitar o senhorio capixaba.

Era, portanto, a volta ao regime dos capitães-mores, com todos os seus malogros e deficiências.<sup>36</sup>

32 - Remetemos o leitor para a festejada obra de ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goitacá*, I, 143 ss, onde, a par de uma exposição sobre as lindes das duas capitanias, se encontram peças do arquivo daquele historiador pela primeira vez publicadas.

33 - No alvará pelo qual S. A. concedeu a Francisco Gil de Araújo autorização para que pudesse nomear um loco-tenente seu para o governo do Espírito Santo se lê: “em razão da perda mui considerável que tem na assistencia daquella Capitania, por estar fora da Bahia onde tem a sua fazenda, e esta em sua ausencia não ter aquella administração conveniente” (DH, XXVII, 396).

34 - Dizem, a *una voce*, todos os cronistas e historiadores, que Gil de Araújo regressou à Bahia em 1682. Efetivamente, a *Informação* de Manuel de Moraes traz a data de vinte e sete de julho daquele ano. Como se sabe, aquele documento é uma espécie de *folha de serviços* passada ao fim da administração de que estamos nos ocupando. Entretanto, o *bando* sobre plantação de algodão (ver *foot-note* n.º 31), foi passado a vinte e seis de dezembro do dito milésimo de 1682. Simples advertência, porque o assunto não oferece maior importância.

35 - JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 27.

- “Registro da carta de doação e sucessão” datada de Lisboa, nove de março de 1688, in DH, LXXX, 24-43.

36 - Parece que, ao se retirar para a Bahia, Francisco Gil de Araújo deixou a capitania entregue a Manuel de Moraes, nomeado pelo marquês das Minas (DH, XXIX, 150).

A PSICOSE DAS MINAS – Toda a colônia luso-americana vivia, então, dias agitados. As *bandeiras* partiam umas após outras. Cada navio que zarpava em direção ao Reino levava amostras de novas pedras achadas no sertão e promessas – muitas promessas – de próximos e sensacionais descobrimentos. Antônio Raposo Tavares, os Bartolomeu Bueno, Fernão Dias Pais, Borba Gato, escreveram epopéias imortais nas florestas nunca dantes palmilhadas. Parece que toda a colônia estava presa da psicose das minas.

A Coroa e seus delegados no Brasil souberam aproveitar o momento excepcional, juntando ao aceno das grandes riquezas – que vinha das brenhas sertanejas – promessas de mercês, títulos de fidalguia e mando, não se esquivando o próprio soberano de escrever diretamente aos mais famosos e ricos súditos da colônia americana, no que foi secundado pelos seus delegados da Bahia e do Rio de Janeiro, provocando emulação entre os sertanistas de todos os meridianos.

O Espírito Santo, como era natural, seria das regiões preferidas por aqueles audazes sertanistas que tudo sacrificavam à idéia das minas.

---

Em 1687, o governador geral dirigia-se a Manuel de Moraes, determinando-lhe que entregasse o governo a Manoel Peixoto da Mota, novo capitão-mor (DH, XI, 136). A provisão de nomeação traz a data de vinte e quatro de outubro de 1687 (DH, XXIX, 149-52). Aconteceu, porém, que Peixoto da Mota deixou a Bahia em busca do Espírito Santo sem ordem do governador geral. Foi quanto bastou para que este passasse nova carta aos oficiais da Câmara de Vitória, determinando-lhes que o prendessem e o enviassem metido em ferros à cidade do Salvador (DH, XI, 138-9). Coube ao sucessor do governador Matias da Cunha, frei Manuel da Ressurreição, expedir a segunda carta de nomeação de Manuel Peixoto da Mota para a direção da terra capixaba (DH, XXIX, 324-7).

A catorze de março de 1689, em Lisboa, o soberano nomeava, por proposta de Manuel Garcia Pimentel, a João de Valasco (*sic*) e Molina para o cargo de capitão-mor do Espírito Santo (DH, XXIX, 455-8).

A vinte e dois de fevereiro de 1690, o governador geral interino dirigia-se aos oficiais da Câmara de Vitória, informando-os de que levantara o preito a Manuel Peixoto da Mota, ao mesmo tempo que lhes apresentava o novo capitão-mor nomeado por el-rei (DH, XI, 162). Embora constasse das cartas régias que o nomeado governaria “por espaço de três anos”, tudo indica que José Pinheiro de Barbuda foi o capitão-mor que sucedeu a Velasco de Molina. Sua nomeação foi lavrada em Lisboa, a quatro de março de 1694 (DH, LVI, 184-7). Barbuda morreu durante o período de governo (DH, LVIII, 325) e foi substituído por Francisco Monteiro, a vinte e dois de abril de 1699 (*idem, ibidem*).

Vale notar que, por carta patente de S. Majestade, datada de sete de março de 1696, foi nomeado capitão-mor da capitania a Francisco de Albuquerque Teles, que só se apresentou ao governo da Bahia em 1709 (DH, LIX, 13-7).

**OURO! OURO!** – Afinal, em 1692 (ou 1693) chegou a Vitória o primeiro ouro descoberto nestas bandas.<sup>37</sup> Antônio Rodrigues Arzão,<sup>38</sup> bandeirante paulista, foi o homem que revelou a existência do cobiçado metal no território capixaba, ou proximidades, segundo a atual divisão territorial do país.

---

37 - MÁRIO FREIRE, a propósito da *denúncia* de Arzão, escreveu: “Seria do Espírito Santo? Naquela época, vinham de Cataguases, no território de Minas Gerais, notícias positivas de felizes descobrimentos” (*Bandeiras*, 10).

- A tradição aponta a Casa da Casca (atual Abre Campo, Minas Gerais) como o “lugar onde colheu o primeiro ouro das Minas o bandeirante Antônio Rodrigues Arzam, em 1693” (TRINDADE, *Instituições*, 85).

- “Na época de 1693 veio Antônio Roiz de Arzão, natural da Vila hoje cidade de S. Paulo, homem sertanejo conquistador de gentio dos sertões da Casa da Casca, com outros muitos naturais das outras vilas de serra acima, em cuja paragem esteve aquartelado alguns anos, onde faziam entradas e assaltos ao gentio mais para o centro do sertão.

E vendo por aquelas veredas alguns ribeiros com disposição de ter ouro, pela experiência que tinha das primeiras minas, que se tinham descoberto em S. Paulo, Curitiba e Parnaguá, que ainda hoje existem, dando suas faisqueiras e aumentada povoação com ministros de Justiça e entendida comarca de ouvidoria, fez algumas experiências, com uns pratos de pau ou de estanho, e foi ajuntando algumas faíscas pôde apanhar com aqueles débeis instrumentos com que podia fazer, sem ferramenta alguma de minerar.

E juntou três oitavas de ouro, em tempo aossado do gentio que o combatia com muita fúria, e maior falta de mantimentos, rompeu o sertão para a parte da Capitania do Espírito Santo, aonde chegou escapando de grandes perigos do gentio, fomes e esterilidade com cinqüenta e tantas pessoas que o acompanhavam, entre brancos e carijós domésticos de sua administração e dos mais companheiros, nus e esfarrapados, sem pólvora nem chumbo, que é o único remédio com que os sertanistas socorrem as faltas de víveres, com a grande inteligência e trabalho que aplicam caçando as aves e feras do sertão para se sustentarem.

A Câmara da dita Vila que tinha, como mais portos de mar, ordem de Sua Majestade de que semelhantes conquistadores e diligentes de descobrimento de haveres fossem socorridos de todo necessário de que carecessem, razão por que a Câmara daquela Vila lhes assistiu com todo o vestuário e provimento para se reformarem com toda a grandeza em satisfação das ordens de Sua Majestade que naquele tempo muito favorecia aos vassalos que o serviam em semelhantes empregos.

Fez patente Antônio Roiz Arzão as três oitavas de ouro que levava ao capitão-mor regente e delas mandaram fazer duas memórias que uma ficou ao dito capitão-mor e outra ao dito Arzão. E querendo este, ainda que enfermo e maltratado dos trabalhos passados do sertão, tornar a entrar pelo mesmo caminho por onde saiu a conquistar o gentio e a estabelecer as minas com mais reforçadas diligências, o não pôde fazer por não achar naquela Vila quem quisesse acompanhá-lo para reforçar o poder de que carecia, se resolveu a passar por mar ao Rio de Janeiro e daí para São Paulo” (*Notícias dos primeiros descobrimentos, apud AFFONSO DE E. TAUNAY, Jornal do Comércio*, vinte e três de julho de 1946).

38 - Antônio Rodrigues Arzão - Filho de Cornélio de Arzão e de uma filha de Tenório de Aguiar. Sobre Cornélio de Arzão, informa AFFONSO TAUNAY: “minerador flamengo, ao Brasil trazido por D. Francisco de Sousa, com quinhentos cruzados de salário anual - ordenado para a época enorme - e estabelecido em S. Paulo em fins do século XVI”; “reuniu grandes cabedais, perdidos numa demanda com os jesuítas, pelos anos de 1620” (*São Paulo no Século XVI*, 208-9).

Ao que reza a tradição, das três oitavas do *fulvo metal* trazidas por Arzão se fizeram duas memórias<sup>39</sup> – uma foi oferecida ao capitão-mor João Velasco de Molina, a segunda guardou-a o descobridor.<sup>40</sup> Rocha Pombo informa que Arzão recebeu da Câmara “as propinas que competiam aos que assim serviam a el-rei” e tentou ir de novo ao rio Casca; mas os seus males não lho permitiram, nem mesmo lhe restava coragem para vencer outros embaraços. Voltou por mar a Santos e dali seguiu para Taubaté – sua terra natal – onde logo faleceu.<sup>41</sup>

Inicia-se uma idade nova na História do Brasil – é o ciclo do ouro que começa.

Assinale-se que, além das *entradas* de maior repercussão, já citadas, o Espírito Santo foi palco, também, dos trabalhos de João de Matos que, por ordem do famoso D. Rodrigo de Castelo Branco, esteve no sertão da capitania, “não se seguindo outro efeito que aumentar as despesas da Fazenda”, comentou Silva Lisboa.<sup>42</sup>

**FEBRE AMARELA, PIRATAS, JESUÍTAS** – No derradeiro ano do século XVII a capitania foi varrida por uma epidemia *menos comum*.<sup>43</sup> Devia ser manifestação local do célebre primeiro surto de febre amarela verificado no Brasil e que teve origem em duas barricas de carne salgada vindas de São Tomé para Recife.<sup>44</sup>

Em 1692, uma nau de piratas ancorou no porto de Vitória e fez-se novamente ao mar depois de desembarcar um emissário, que se avistou com o capitão-mor Velasco de Molina. Os fortes estavam desprovidos de munições, o que provocou urgente remessa de quarenta arrobas de pólvora por ordem do governo da Bahia.<sup>45</sup>

---

39 - Anéis, conforme MÁRIO FREIRE, *Capitania*, 84; ROCHA POMBO, *HB*, VI, 192, nota 2.

40 - RUBIM, *Memórias*, 232; DAEMON, *Prov. ES*, 126.

41 - *HB*, VI, 192. – CARVALHO FRANCO, sem apontar a fonte em que se informou, assevera: “Antônio Rodrigues de Arzão, se descobriu ouro na região do Caeté, em 1693, como querem alguns escritores, não deu importância ao achado, pois sobreviveu ao menos cerca duma vintena de anos” (*Bandeiras*, 173).

42 - *Apud* MÁRIO FREIRE, *Bandeiras*, 10.

– Não sabemos que resultados obteve a “consulta do Conselho Ultramarino sobre as informações que dera João Ferreira de Ormondo acerca da existência do ouro e esmeraldas na serra denominada ‘das Esmeraldas’ e as providências que este pedia para proceder à sua exploração. Lisboa, dezessete de dezembro de 1674” (ALMEIDA, *Inventário*, VI, 137).

43 - LEITE, *HCJB*, VI, 140.

44 - CALMON, *Hist. Brasil*, II, 418.

45 - *DH*, XI, 181; *DH*, XXXII, 300.

Mofinos – excessivamente mofinos – os resultados do trabalho de cem anos. Além dos dias de Francisco Gil de Araújo, em que a capitania viveu animada por generosas idéias de progresso, pouco mais se fez que manter a faixa de praia cujos limites foram traçados pelos pioneiros.

Os jesuítas, que, à sua entrada na terra, prometiam ser os chefes naturais da penetração, preferiram instalar-se nas suas propriedades rurais, de onde não saíam mais, como outrora, para os ofícios da catequese. Agora se punham à frente de *bandeiras*, caçando minas...



## NOTA

## I

(P. 173)

“*Imformação que dou a V. S. do estado em que fica esta capitania no breve tempo que nella assistio:*

Já dey a V. S. relação do miseravel estado em que estava a fortificação desta praça quando Deus o trouxe a ella, hé bem que o torne a fazer do que a deixa no breve tempo em que nella assistio e não o farey só do que toca á fortificação, mas tambem do muito que fica augmentada.

Estava o *Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo*, sómente em alicerces e muita parte arruinada. Com grande dispendio o aprefeiçoo V. S. acabando e abrindo lhe amêas para catorze peças com fortissima muralha de nove palmos de groço e oito de alto e tem húa fermoza praça em sy, cuja largura hé de 183 palmos e da porta athé a ultima ponta de diamante 120, lageada o necessario com dois telheiros para o resguardo da artilharia e fica ao presente com quatro peças e quatro pedreiros com suas carretas novas e o mais necessario. O *Forte S. Joam* que edificou o capitão João Ferrão de Castello Branco o achou V. S., tão arruinado que não estava capax de poder resistir a qualquer invazão, porque alem da ruina, estava a artilharia sem reparos; entre a plataforma que tinha e o primeiro fortim, fazia húa rua inutil.

Redificou o V. S. fortessimamente unindo a em hum só terraplano, abrindo lhe mais torneiras pela parte do mar na muralha que acrescentou; e pela parte da villa vay fechar o mesmo fortim em altura que cobre a escada que V. S. lhe mandou fazer.

Neste fortim que estava inutil, está hoje artilharia e assim elle como a plataforma tudo lageado com os seus telheiros pera resguardo assim da artilharia como dos soldados donde ficam oito peças cavalgadas. Tinha mais este Forte um eirado que estava cahido e entulhado, está hoje perfeitamente acabado de vigame junto, ladrilhado e com betume por cima pera resguardo da madeira.

Estas Fortalezas ficam distantes da Barra, a de *S. João* meya legoa pouco mais a de *N. S. do Carmo* na marinha desta villa em que ficava a entrada sem impedimento algum e a *villa do Spirito Santo* sem defença.

Mandou V. S. fundar o *forte S. Francisco Xavier* a entrada da Barra em sitio muito conveniente pera este effeito e de melhor segurança com o qual não hé possível poder passar

embarcação sem grande risco. A forma delle hé de laranja, o diametro de 80 palmos e a circumferencia de 240, a muralha hé fortissima pois nace entre grandes penedos com doze palmos e nos mesmos continúa athé o pavimento do lageado e dahy sobe em nove de groço em dez amêas, toda a praça lageada com hum grande telheiro, e sua casa de pólvora; pode ser socorrida em qualquer conflicto e de presente fica com oito peças cavalgadas.

Na primeira relação que dey a V. S. se vê haver somente nesta praça dezessete soldados de Infantaria, dois artilheiros e hum condestavel: hoje se contam trinta e tres soldados, seis artilheiros e o condestavel, então se socorriam aquelles poucos, apenas tinham sinco socorros pela falta de effeitos por andar a renda muy diminuta; hoje com os mais que V. S. acrescentou são mais socorridos, então não rendiam os effeitos mais que 255\$000 rs. deste se tiravam os gastos da Camara com que ficava cousa muy limitada, applicou V. S. todo o seu cuidado em acrecentar e vemos que subiu esta a perto de 400\$000 rs.

Os dizimos andavam em 1:468\$000 rs. com a presença de V. S. se arremataram em 1:804\$000 rs. e vemos crescerem 366\$000 rs.

Estava esta capitania muita quantidade de fazenda quando V. S. veyo a ella e ao dote e pax de Hollanda 1:438\$000 rs. com grande diligencia mandou V. S. por em arrecadação todo este atrazado e mandando satisfazer o que em he orsada este anno com grande pontualidade e pera que se veja o quanto V. S. obrou neste particular hé de reparar que só em quatro annos que nesta capitania assystio se remeteram por sua ordem o melhor de quatro mil cruzados. Não só a dezempenhou V. S. desta obrigação mais ainda de muitos outros particulares, como mandando com grande zelo por em arrecadação a fazenda que se devia á Misericordia da cidade de Lisboa que foram o melhor de doze mil cruzados e se se contar tudo acho que do tempo em que V. S. entrou nella athé o presente tem esta capitania pago o melhor de 30 mil cruzados, tudo se deve piedade com que V. S. tratou o augmento della a Tinham estas villas quatro companhias de ordenanças e estas sem ordem, hoje ficam divididas em nove com boa disposição: na *villa da Victoria* ficam cinco, na do *Spirito Santo* duas na *Villa Nova* húa e outra que V. S. ordenou dos homens pardos, com que fazem as nove.

Este hé o estado em que V. S. deixa a capitania em tão breve tempo tão aventajada do infimo em que a achou; estava incapax de defença, hoje fortificada com três fortalezas das melhores do Estado com dezeseite soldados e dois artilheiros estava esta praça, hoje fica com trinta e tres, seis artilheiros e hum condestavel. Quatro Companhias tinha somente e hoje nove; duas villas attenuadas a da *Victória* e do *Spirito Santo*, hoje redificados. A *villa da Victoria* com a casa da Camara concertada; os templos que estavam arruinados hoje com grande aceio estão em sua perfeição, concorrendo V. S. com sua ajuda de custo para tudo: A *Villa do Spirito Santo* que somente apparencias de villa tinha, mandou V. S. fazer casa da Camara que nunca teve, pelourinho, tudo de pedra e cal e tão perfeito que se não a acha villa que a tenha como ella.

A casa da Misericordia que não se viam mais que os vestigios, mandou V. S. levantar, ficando perfeitissima, aqui mandou V. S. dar sepultura decente aos ossos do primeiro Donatario Vasco Coutinho que soterrados em húa arca ainda se conservam reliquias delles. Está hoje essa villa muito enobrecida, assim na justiça como no mais.

A *Villa da Conceição* que V. S. mandou edificar no rio *Guarapim*, consta sua fundação de trinta casães e hoje com suas familias excedem de trezentas almas e já fica a villa perfeita com pelourinho de pedra e cal e forma de justiça por eleição que ha dois annos se continúa, com sua matrix muito fermosa de pedra e cal toda ladrilhada e paramentada ricamente, só lhe falta acabar a casa da Camera, cujos materiães ficam dispostos pera ser da proporção da villa do *Spirito Santo*.

Todas estas obras assim das fortalezas como das villas e fundação da nova hé de reparar que não concorreu pessoa algúa. Sómente concorreram os grandes dispendios com que V. S. aperfeiçoou tudo que em húa e outra cousa gastou melhor de doze mil cruzados e com maior cuidado se empregou nas jornadas á *serra das Esmeraldas* e não com menos dispendio, pois só nas duas entradas pelo *rio Doce* foram mais de doze mil cruzados e nas doze experiencias que por noticias que V. S. tinha, mandou fazer, se gastaram mais de dois e foram entradas catorze; acudindo a tudo com zelo do serviço de Deus e de S. A. não tendo hora ocioza que não fosse todas no emprego de melhorar esta capitanya e na verdade são as ações de V. S. dignas de serem imitadas. *Villa da Victoria em vinte e sete de julho de 1682*. O Provedor Manoel de Moraes.”

- Firmas reconhecidas pelo tabellião da villa da Victoria, Martim Damorim de Tavora e pelo Ouvidor Geral da Bahia, Dr. João Gois e Araujo.”

- Esse documento, cuja valia dispensa comentários, foi publicado pela primeira vez por ALBERTO LAMEGO, no 1.º vol., p. 148-51, d'A *Terra Goitacá*, de onde o reproduzimos.



Callislas

Baixa grande

I. Tati

Ponta d'  
S...

602 x 4

# XI

## CAPITANIA DA COROA

**A**S MINAS E O TERRITÓRIO CAPIXABA – Os sacrifícios de quase duzentos anos e a perseverança de várias gerações na caça às minas encontravam, afinal, sua recompensa.

O século XVI, que se distinguiu pelo número de *bandeiras*, pela busca desesperada às brenhas promissoras, ainda assistiu à revelação do ouro no território que passaria a denominar-se *das minas gerais*. As lavras mais ricas estavam localizadas, justamente, na faixa de terra compreendida pelos limites traçados, na carta de doação, à capitania de Vasco Fernandes Coutinho. Entretanto, não ocorreria a ninguém reclamar o direito de senhorio sobre a região – tão distante do litoral. A impossibilidade dos donatários de levarem sua autoridade até os confins do quinhão que el-rei lhes doara conspirou com o tempo, modificando o direito primitivamente estabelecido.

Ao Espírito Santo, particularmente, a vizinhança das minas viria constituir empecilho à penetração e ao desenvolvimento das suas atividades para o interior.

Como era natural, toda a colônia vivia empolgada com os descobrimentos. Também a metrópole. Era de tal intensidade a *auri sacra fames* que o governo português foi levado a baixar lei proibindo a emigração para o Brasil,<sup>1</sup> antes que de todo se despovoasse o Reino.<sup>2</sup>

**TENTATIVAS OFICIAIS** – Em 1702, Francisco Monteiro de Morais, provedor da Fazenda, à frente de vinte brancos e quarenta índios, se lançou para o rio Doce, à cata de ouro.<sup>3</sup> Apavorados com a morte de alguns membros da expedição, os índios abandonaram o chefe, logo seguidos de quase todos os brancos. Apenas cinco destes, três daqueles e quatro negros mantiveram-se ao lado do chefe, que viu sua missão coroada de pleno êxito. Pelo menos, foi com palavras repassadas de invulgar otimismo que ele relatou a descoberta ao capitão-mor Francisco Ribeiro de Miranda,<sup>4</sup> que, por sua vez, informou ao governador-geral: “Como estas minas prometem grande lucro e estão todos os moradores com ânimo de as irem lavar”.<sup>5</sup>

---

1 - Lei de vinte de março de 1720, *apud* AZEVEDO, *Épocas*, 321.

2 - ANTONIL deu o seu testemunho: “Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses, e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos, e sertões do Brasil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa” (*Cultura e Opulência*, 213).

3 - A chefia dessa *entrada* fora confiada, inicialmente, a José Cardoso de Azevedo (*DH*, XI, 278-81), que em alguns documentos aparece com o nome de Cardoso Coutinho (*DH*, XI, 287-9). Aconteceu, porém, que ninguém quis acompanhá-lo, concorrendo, ainda, a circunstância de se “haver casado clandestinamente”, do que resultou sua prisão (*DH*, XI, 288).

4 - “...fiquei somente acompanhado do Sargento-mor Tomás Ferreira Mendes, o Capitão João de Barcelos, João Freire, Antônio Ferreira de Queirós, o Moço, e Manuel de Castilho e com três índios, e quatro escravos, do gentio de Guiné, sem entre nós haver um que tivesse experiência e soubesse buscar o ouro, mais que o dito Antônio Ferreira que só este tinha alguma experiência de como se bateava; e fazendo experiência em um ribeiro, dia de São João, dentro na véa dele me pintou alguns grãos de ouro, e seguindo sempre me foi pintando melhor até uma paragem que me pareceu capaz para abrir umas catas, quis dar princípios a elas e não foi possível, a respeito de não ter com que cavar, e os três índios que ficaram se não atreverem pela falta de sustento, retirei-me fazendo sempre a mesma experiência pelos ribeiros que tinha deixado atrás e em treze deles experimentei todos me pintaram assim na véa d’água como nas ribanceiras dos rios e margens deles, e debaixo de qualquer pedrinha que se experimentava se achava e se tivesse com quem o cavar e pessoa que tivesse experiência poderia tirar muito por me parecer que todos eles estão cheios de ouro, porque à superfície da terra achei alguns granitos deste ribeiro donde me retirei.” (*DH*, LXV, 54).

5 - *DH*, LXV, 52.

Ainda em 1702, o governador geral determinava ao capitão-mor que entregasse o governo aos “Oficiais da Câmara da Vila do Espírito Santo” e seguisse para a região das minas, levando em sua companhia o provedor Francisco de Moraes. Na mesma ocasião, fazia remeter à capitania “dous cunhos de ferro, com as Armas Reaes, abertas nelles, e uma Pomba por divisa, em cima da Corôa, para se cunharem as Barretas de ouro que se fizeram de todo o que se tirar das minas dessa Capitania”.

Autêntico *regimento*, essa carta nos fala, também, da ordem rigorosa, emanada del-rei, no sentido de evitar contato, pelo sertão, com as *minas de São Paulo*. Por ela, ficamos sabendo que os dizimos da capitania “se remataram por maior preço do que nunca tiveram”.<sup>6</sup>

**GOVERNADORES EM LITÍGIO** – Na mesma oportunidade, o governador geral se dirigia ao do Rio de Janeiro, contestando a autoridade deste para interferir nas pesquisas que se vinham processando no território capixaba, no sentido de fazer cessá-las. Depois de censurar tal atitude, conclui ríspido: “Falo nesta forma com Vossa Senhoria, não como Dom Rodrigo da Costa, com o Sr. Dom Álvaro da Silveira de Albuquerque, senão como Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil, com o Governador do Rio de Janeiro”.<sup>7</sup>

Não obstante tanta empáfia, venceu, nos conselhos da Coroa, o administrador fluminense, pois, em 1704, vinham ordens rigorosas da Bahia para que se recolhesse a Vitória toda a gente que se encontrasse nas lavras. E mais: que se evitasse, “com todo o aperto”, excursionasse alguém àquelas regiões. Explicava-se tal providência pelas notícias chegadas a Portugal de que uma nação estrangeira se preparava para visitar as costas brasileiras. Fazia-se mister que todos os moradores estivessem preparados para rechaçar qualquer ataque.<sup>8</sup>

**ESTRADAS E AVENTUREIROS** – Por muitos anos, os administradores portugueses e seus delegados no Brasil estiveram convencidos de que qualquer ataque estrangeiro, dirigido contra as jazidas das *minas gerais*, teria o Espírito Santo como base de desembarque, daqui marchando em direção àqueles centros. A proibição de se fazerem estradas que ligassem a capitania à sua vizinha do

---

6 - DH, XI, 302-6.

7 - DH, XI, 295-8.

8 - DH, XI, 351-2. Ver, ainda no mesmo volume, as cartas contidas nas p. 350-1 e 352-4.

oeste e a atenção dedicada às fortificações locais demonstram suficientemente a procedência daquela afirmação.<sup>9</sup>

A existência de minas no território espírito-santense provocou natural interesse pela capitania, não apenas oficial, denunciado pela multiplicação de atos escritos, oriundos da metrópole ou do governo geral, quase todos de natureza proibitiva ou punitiva, mas também daqueles aventureiros que vinham em busca de riqueza fácil. Contavam-se, entre estes últimos, soldados do Rio de Janeiro,<sup>10</sup> que, em número ignorado, aqui se refugiaram, provocando repetidas cartas da Bahia em que se determinava sua prisão.<sup>11</sup>

---

9 - Não cabe analisar aqui a série de prejuízos causados à capitania pela proibição de se abrirem estradas para o interior. Contudo, fica patente por que, em hora excepcionalmente propícia à expansão, o Espírito Santo teve de conter-se nos limites acanhados da faixa litorânea, privado do direito de *conquistar* o próprio território. O futuro capixaba sofreu graves danos devido a tal política, que fez da capitania simples barreira protetora das zonas de mineração situadas ao poente.

Os “sertões de leste” - da então capitania das Minas Gerais - eram citados nos documentos oficiais pela denominação de “áreas proibidas”. DIOGO DE VASCONCELOS, em cuja obra clássica nos informamos, escreveu: “Com as matas de leste sucedeu também que, por não darem ouro, foram rigorosamente conservadas, sendo-lhes impedido o acesso, como barreira contra os extravios, e por isso, se chamavam áreas proibidas. Era o que Luís da Cunha Menezes, governador de Minas, dizia, sacrificando a gramática, segundo era uso: ‘Certão para a parte de Leste denominado Arias Proibidas, na epoteze de servirem os ditos certões de uma barreira natural a esta capitania para segurança de sua fraude’” (*História Média*, 275).

- Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes - que, em 1784, era alferes do Regimento de Cavalaria paga de Minas Gerais, foi destacado, naquele ano, para acompanhar o sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho em uma diligência cuja finalidade era “examinar e averiguar as Areas Proibidas”. Note-se que Tiradentes “achava-se destacado na ronda do mato” e teve aquela comissão “como perito para examinar si as formações dos ditos sertões poderiam dar ouro de conta e a quantidade de gente, que poderiam acomodar” (DIOGO DE VASCONCELOS, *op. cit.*, 276; LÚCIO DOS SANTOS, *A Inconfidência*, 128 ss).

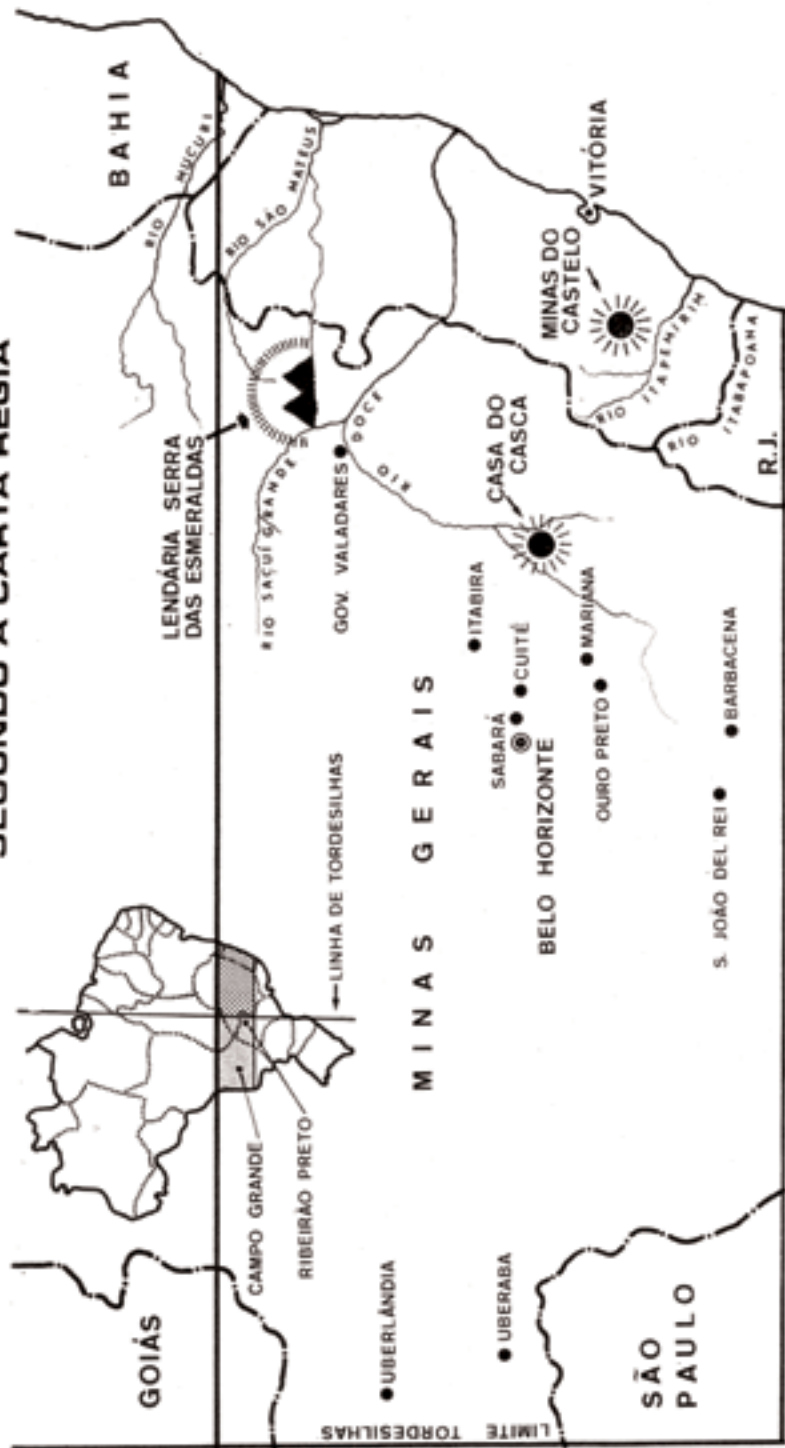
10 - CALMON, *Hist. Brasil*, III, 22.

11 - *DH*, XI, 317-8, 360-8. Em 1704, o governador geral escrevia ao do Rio de Janeiro: “O Capitão-mor do Espírito Santo me diz, que os soldados que se acham naquella Capitania, estão casados nella, e que esta é a causa de os não ter remettido, e que para os ter antecedentemente presos, até se offerecer embarcação para essa cidade, é tal a sua pobreza, que teme pereçam na prisão sem ter quem lhes acuda ao sustento” (*DH*, XI, 365-6).

- Esta questão dos soldados da guarnição do Rio de Janeiro se estendeu por vários anos, até que o governador geral escreveu ao capitão-mor do Espírito Santo nos seguintes termos: “Na dita carta e em duas mais me fez Vossa Mercê presente, que o dito Governador do Rio de Janeiro repetidas vezes tem escrito Vossa Mercê lhe mande os soldados daquela praça que se acham nessa Capitania e que Vossa Mercê não tem feito por eu haver ordenado se excetuassem os casados. Quando mandei esta ordem entendi que os ditos soldados que aí se achavam casados poderiam ser dois ou três, mas como Vossa Mercê me representa que o são todos forçosamente se hão de restituir ao presidio para donde Sua Majestade, que Deus guarde, os mandou o qual se acha hoje destituído de todos por haverem fugido para essa



**A CAPITANIA DO E. SANTO  
SEGUNDO A CARTA RÉGIA**



Este mapa - copiado por Breno Dias Fernandes, com algumas modificações, da *Geografia e História do Espírito Santo*, de Miguel A. Kill - mostra, à perfeição, o drama do que se poderia denominar a formação territorial do Espírito Santo. A proximidade das *minas gerais* não lhe permitiu conquistar o próprio território, estabelecido na carta de doação. Impossibilitado de marchar para o Oeste, as *áreas proibidas* limitaram-lhe a capacidade de expansão, impondo-lhe o papel de barreira protetora do *hinterland* cobiçado pelo estrangeiro. Os vários detalhes do risco realçam outras tantas figurações que a imaginação do observador pode construir.

**RETALHOS DE UMA ADMINISTRAÇÃO** – Francisco Ribeiro de Miranda, capitão-mor nessa quadra, foi, sem dúvida, administrador operoso. Esteve, como vimos, na região das minas do rio Doce, deixou bem adiantada a construção da fortaleza de São Francisco Xavier<sup>12</sup> e não se cansou de escrever aos seus superiores hierárquicos, pedindo providências para o desenvolvimento da capitania. No acervo da documentação conhecida, destaca-se a resposta que o governador geral deu a *várias* cartas de Ribeiro Miranda. É uma peça longa, em que D. Rodrigo da Costa passa em revista os principais problemas administrativos do Espírito Santo de então. Por ela, ficamos sabendo que a “lotação dos soldados pagos” (quarenta homens) “se achava mui diminuta, havendo muitos moços que queriam sentar praça” e que “o não faziam pela falta que ha[via] de dinheiro para se lhes pagar”; o padre reitor da Companhia de Jesus queixava-se de que os índios não eram pagos quando retirados das suas aldeias para o serviço da Coroa; as lavouras ficavam desfalcadas de mulatos e pardos, vendidos para as minas, não havendo negros para suprir a sua falta.<sup>13</sup> Recomendava o governador “toda a prevenção e cautela, para qualquer successo que se offereça, pela alteração em que se acha toda a Europa, e tenha por sem duvida, que ha de ser muito visitada dos Piratas toda a Costa do Brasil, e principalmente o Sul”.<sup>14</sup>

---

Capitania e para as mais do sul e por essa causa ordeno a Vossa Mercê que tanto que receber esta remeta logo com toda a segurança todos os soldados que ali se acharem da dita praça do Rio de Janeiro solteiros e casados com as mulheres; pois não é justo que por causa delas faltem ao serviço de Sua Majestade naquele presidio achando-se tão falto de gente de guerra e necessitando muito dela no tempo presente para sua defesa” (DH, LXX, 26-7).

12 - Para o seu portão principal, o governador geral mandou o dístico seguinte: “Reinando o muito alto e muito poderoso Rei de Portugal D. Pedro 2.º, Nosso Senhor, mandou fazer esta fortaleza D. Rodrigo da Costa, Governador e Capitão Geral deste Estado do Brasil, no anno de 1702” (anexo à carta de quinze de dezembro de 1703, in DH, XI, 341-5).

- Ainda em 1705, a fortaleza continuava inacabada (DH, LXX, 40-2), não obstante as repetidas advertências do governador geral no sentido de a concluírem com a maior urgência, devido à presença de piratas na costa (DH, LXX, 30; XI, 346-9).

13 - É de todos conhecido o desajustamento causado à agricultura colonial pela grande migração de escravos provocada pela mineração. Dirigindo-se, particularmente, ao capitão-mor do Espírito Santo, em 1704, o governador geral assim se exprimia a respeito da questão da venda de escravos: “me fizeram petição algumas pessoas dessa capitania para lhes deixar levar negros para ela; eu lhes concedi os que pareceram justos, pela falta que deles se experimenta nesta cidade, por não virem navios de Angola a ela, não permiti deixar levar todos os que desejavam. A conservação dessa Capitania e das mais deste Estado está em não venderem os moradores delas os seus escravos para o Rio de Janeiro porque fazendo-o ficarão elas, e esta cidade com muito grande prejuízo nas suas lavouras e por esse respeito deve Vossa Mercê ter todo o vigilante cuidado, para que se não venda negro algum para o dito Rio e fazer observar os bandos que lhe remeti na forma das ordens” (DH, LXX, 25).

14 - DH, XI, 341-5; LIX, 13-7.

Francisco de Albuquerque Teles tomou posse do cargo de capitão-mor em 1709,<sup>15</sup> embora, como vimos, nomeado treze anos antes.<sup>16</sup>

É dessa quadra a primeira notícia que se tem de alcaide-mor na vila do Espírito Santo. A nomeação recaía em Antônio Pacheco de Almeida, nome que se ilustrara em África e Pernambuco.<sup>17</sup>

**UM DONATÁRIO DISPLICENTE** – Não se conhece qualquer ato do donatário Manuel Garcia Pimentel em benefício da capitania. Tudo o que fez, enquanto o Espírito Santo lhe pertenceu, foi nomear alguns poucos funcionários, não interferindo, segundo parece, nem mesmo na escolha dos capitães-mores. É admissível supor que o Espírito Santo viesse a ser melhor aquinhoado territorialmente se o herdeiro de Francisco Gil de Araújo zelasse um pouco mais pelo senhorio, não permitindo que os delegados del-rei restringissem, como fizeram, suas possibilidades de expansão. Tendo, talvez, sempre presentes ao espírito os grandes prejuízos sofridos pelo pai nas empresas que tentou no solo capixaba, Garcia Pimentel preferiu continuar administrando suas propriedades baianas, sacrificando, com tal atitude, o futuro da capitania.

E foi assim que o Espírito Santo viu passar um grande momento da sua História.

---

15 - *DH*, LXX, 67.

16 - Ver *foot-note* n.º 36 do capítulo X.

- Francisco Ribeiro Miranda foi substituído, em 1705, por Álvaro Lobo de Contreiras (DAEMON, *Prov. ES*, 137-8). A este sucedeu Francisco de Albuquerque Teles, em 1709, conforme consignamos no texto.

17 - "...havendo respeito á qualidade, merecimento e mais partes que concorrem na pessoa de Antonio Pacheco de Almeida, por haver servido com toda a boa satisfação a S. Magestade, que Deus guarde, não só os lugares de letras de grande satisfação, como Ouvidor, Auditor Geral da gente de guerra e Juiz da Corôa e dos Cavalheiros do Reino de Angolla, mas tambem Provedor da Fasenda Real do mesmo: d'onde passando a Pernambuco se offereceu e com effeito preparou com despesa consideravel de sua fasenda para levar muitos paisanos seus e cavallos para a conquista do gentio de Palmares em companhia do Sr. Governador da mesma Capitania" (Carta de nomeação de Antônio Pacheco de Almeida para o lugar de alcaide-mor da vila do Espírito Santo, "cabeça e comarca da capitania do mesmo nome", passada por seu donatário, Manoel Garcia Pimentel, "Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavalheiro professo da Ordem de N. S. Jesus Christo, Governador e Donatario de juro e herdade da Capitania do Espirito Santo", "dada no Sergipe do Conde, aos vinte e quatro dias do mez de Dezembro de 1707" (Seção *Mss* da BN, II-34, 11, 2).

**UM BACHAREL FORMADO – FLAGRANTES DA CAPITANIA** – É interessante recordar que, naqueles dias longínquos, ainda no princípio do século XVIII, Vitória já contava, entre os seus moradores, um bacharel formado pela Universidade de Coimbra. Tratava-se de João Trancoso de Lira, em 1700 nomeado, pelo donatário, ouvidor da capitania.<sup>18</sup>

De 1703 é a provisão concedendo licença a D. João de Noronha “para advogar em todos os juízos da vila de Vitória”.<sup>19</sup>

Basílio Daemon, que fornece tais informações, refere-se também a um *bando* dispondo sobre indumentária das pretas e pardas,<sup>20</sup> venda de peixe<sup>21</sup> e porte de armas.<sup>22</sup> Outro *bando* proibia mandar para fora da capitania qualquer gênero de primeira necessidade.<sup>23</sup> Seria o reflexo da espantosa crise de alimentação provocada pela corrida às minas e que flagelou, particularmente, as zonas auríferas do atual Estado de Minas Gerais.

Neste capítulo dos *pregões* cabe citar, ainda, o que mandava pôr luminárias em regozijo pelo restabelecimento do soberano português,<sup>24</sup> e o que obrigava aos lavradores que tivessem mandiocais viessem todos os sábados trazer farinha à vila da Vitória.<sup>25</sup>

18 - DAEMON, *Prov. ES*, 130.

19 - DAEMON, *Prov. ES*, 135.

- Em 1732, Francisco Luís de Andrade, “morador na vila da Vitória”, onde “estava servindo de advogado dos auditórios da dita vila, sendo nomeado pelo capitão-mor dela Silvestre Cirne da Veiga”, obtinha provisão régia para continuar a exercer sua profissão (*DH*, LXXVII, 345).

20 - “...qualquer mulher parda ou preta que trouxesse a maneira da saia aberta, mais de dois dedos abaixo do refego [*textual*, adverte BASÍLIO DAEMON] e também descomposta, pagaria quatro mil réis para as obras da fortaleza, além da pena de seis dias de cadeia; e sendo parda, porém cativa, pela primeira vez duas dúzias de açoites, pela segunda quatro dúzias e pagando o senhor dois mil réis para as ditas obras, e recalitrando ainda, sendo forra seria degradada por seis meses para fora da vila” (*Prov. ES*, 133).

21 - “...qualquer pessoa que, com direito que julgasse ter, fosse às canoas no meio do mar comprar peixe ou atravessá-lo, seria punida com dois mil réis para as obras e vinte dias de cadeia, e sendo soldado, trinta dias de tronco; e todas as canoas do alto, de rede ou tresmalhas, que venham à pedra vender peixe, debaixo da mesma pena e o peixe perdido que se achar será para os frades de São Francisco” (*Prov. ES*, 133).

22 - “...ninguém que fosse puxasse pela espada ou a trouxesse nua de noite, nem os pardos cativos andassem na vila com espingardas e armas, que seriam castigados” (*Prov. ES*, 133).

23 - DAEMON, *Prov. ES*, 136.

24 - “...na sexta-feira dezessete, sábado dezoito e domingo dezenove [de julho de 1705], todos pusessem luminárias, sem exceção de hierarquia, sendo considerado muito leal quem cumprisse o estipulado, e quem o não fizesse condenado a trinta dias de prisão, e 20\$000 para as obras da fortaleza” (DAEMON, *Prov. ES*, 137).

25 - DAEMON, *Prov. ES*, 140-1.

Em breve, a presença dos franceses no Rio de Janeiro viria provocar novos *bandos*, estes exigindo o comparecimento dos habitantes da capitania “às portas dos seus capitães para o fim de apresentarem aos mesmos as armas, pólvora, balas e dardos que tinham para defesa da mesma Capitania”;<sup>26</sup> “prevenindo os moradores e praças para estarem armados e prontos contra os inimigos do Estado que percorriam as costas do Brasil, assim como para que todos os moradores da vila [da Vitória] se apresentassem com suas armas e viessem consertar as trincheiras e estacadas”.<sup>27</sup>

Leis e providências comuns a quase toda a colônia, cabe o seu registro nestas páginas, a fim de que se saiba ter o Espírito Santo sofrido os mesmos incidentes que afetavam a vida das demais partes do Brasil.

Também aqui, por essa época, existiam mocambos de negros, que obrigaram a grandes esforços para destruí-los.<sup>28</sup>

A notícia vale como prova evidente de que já era considerável a escravatura africana no solo capixaba.

Como temos visto, a situação normal dos habitantes da capitania para com a Fazenda Real era sempre de atraso. Registramos, contudo, cada referência que encontramos sobre a matéria por nos parecer que o valor das dívidas fiscais fala eloqüentemente da condição dos contribuintes.

Em 1705, o *donativo do dote de Inglaterra* e o *de paz de Holanda* alcançaram 2:420\$000.<sup>29</sup>

O prédio da matriz da Vila Velha exigia obras, mandadas executar pelo bispo do Rio de Janeiro, para o que pedira 200\$000 de empréstimo.<sup>30</sup>

---

26 - DAEMON, *Prov. ES*, 142.

27 - DAEMON, *Prov. ES*, 143.

28 - DAEMON, *Prov. ES*, 143-4; *DH*, LXX, 68-70 e 75-7.

29 - O governador geral deu três meses de prazo para o pagamento daquela importância, recomendando ao capitão-mor: “ordeno a Vossa Mercê que na parte que lhe tocar dê logo o calor que lhe fôr possível para que esta execução...” (*DH*, LXX, 66).

Em 1712, novamente encontramos carta reclamando a contribuição dos *donativos* (*DH*, LXX, 122-3).

30 - “Consulta do Cons Ult sobre a informação do bispo do Rio de Janeiro de ter mandado reedificar a matriz da vila do Espírito Santo e de ter pedido de empréstimo 200\$ para as respectivas obras, cujo pagamento solicitava. Lisboa, oito de janeiro de 1709” (ALMEIDA, *Inventário*, VI, 317).

**DISCÓRDIAS – AINDA O CAMINHO DAS MINAS** – À Bahia chegaram delações contra o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, obrigando o governador geral a dirigir-se ao provedor da Fazenda Manuel Correia de Lemos.<sup>31</sup> Pedia informações sobre a *suficiência* do acusado, estado das fortificações, prosseguimento das pesquisas de ouro e abertura do caminho para as *minas gerais*, pois constava que o capitão-mor se associara a Pedro Bueno Cacunda<sup>32</sup> para levar a cabo a ligação da capitania com aquela região, “o que convém atalhar logo por todos os meios possíveis para evitar as danosas e irremediáveis conseqüências que precisamente se hão de seguir contra o serviço de Sua Majestade e conservação da dita Capitania”.<sup>33</sup>

---

31 - Nomeado em quatro de agosto de 1710 em substituição a Francisco Monteiro de Moraes, já falecido àquela data. De notar-se que a provisão de nomeação se refere ao “capitão-mor Manuel Correa de Lemos” (DH, LIX, 190-1).

32 - Pedro Bueno Cacunda - Veio, em 1705, para o Espírito Santo, onde “adquiriu terras e construiu casas para mais comodamente ter um ponto de partida para as suas explorações” dos ribeiros da zona de Cataguases, onde Bartolomeu Bueno, Manuel de Camargos e Estêvão Barbosa encontraram ouro. Cacunda, para melhor se dedicar à empresa, vendeu as propriedades que possuía no rio das Mortes (LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 272) . Anos depois, recordando as explorações que fez pelos sertões das minas, em carta dirigida a el-rei e datada do “Arraial de Santa Anna, oito de setembro de 1735”, Cacunda informou que descobriu “bastante ribeiros” e povoou “huma Serra a que hoje chamão Castello”, mas não prosseguiu “com estas conquistas” por ter recebido ordens de Dom Lourenço de Almada para interrompê-las (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, VII, 199-201).

- AFONSO DE E. TAUNAY assevera que a proibição do governador geral foi expedida entre 1709 e 1711 (artigo publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a nove de fevereiro de 1947, e de leitura necessária à compreensão do estudo das descobertas de ouro no Espírito Santo. Do mesmo autor e no mesmo jornal, segundo artigo sobre o assunto na edição de dezesseis de fevereiro daquele ano).

33 - DH, LXX, 79-81.

- Vale a pena transcrever aqui os termos da carta endereçada na mesma ocasião ao capitão-mor, para melhor se apreciar a energia com que alguns governadores gerais tratavam os seus subordinados. Eis o texto do documento: “A notícia que agora se me deu de que tem Vossa Mercê mandado fazer novamente o descobrimento das minas de ouro que dizem haver nos distritos dessa Capitania contra as ordens de Sua Majestade, que Deus guarde, e as que em observância delas mandou o senhor Dom Rodrigo da Costa, Governador e Capitão Geral que foi deste Estado, Francisco Ribeiro, Capitão-mor que então era da dita Capitania para que inviolavelmente se executassem. É lastimosa cousa que quando Vossa Mercê se devia só empregar em solicitar por todos os meios possíveis a defesa dessa praça pela estar governando só procure os da sua conveniência sem a menor atenção a outro algum respeito não reparando nas danosas conseqüências que se podem seguir a essa capitania e a seus moradores não só em o dividir com tal descobrimento senão também os ocupar no que intenta fazer de novo caminho para as Minas Gerais Vossa Mercê indo-se com Pedro Bueno para esse fim. De um e outro intento despersuado Vossa Mercê de maneira que nem pela memória lhe passe, e logo que receber esta carta mandará lançar o bando que com ela vai, o qual hão inviolavelmente de executar ficando advertido que hei de mandar desta praça que examine os procedimentos com que Vossa Mercê se tem havido tanto em dano do serviço de Sua Majestade, e que achando ser o que geralmente me têm segurado muitas pessoas de toda

O governador geral voltaria a insistir na questão do caminho para as minas, ameaçando de severos castigos aos transgressores da ordem del-rei.<sup>34</sup> No que respeita a estradas, pode ser erigida em dogma da administração portuguesa no Brasil a conhecida frase do Conselho Ultramarino: “Quanto mais caminhos houver, mais descaminhos haverá”.<sup>35</sup>

---

a suposição o hei de mandar vir preso e remeter da mesma sorte para Lisboa com as culpas que tiver para que se lhe dê o castigo que delas merecer e fique servindo de exemplo aos mais Capitães-mores das Capitanias deste Estado. Bahia e novembro dez de 1710. Dom Lourenço de Almada” (DH, LXX, 78-9).

- A onze de julho de 1711, o governador geral dirigia-se a Manuel Correia de Lemos, sucessor de Albuquerque Teles, nos seguintes termos: “Sinto que o Capitão-mor Francisco de Albuquerque Felix (sic) falecesse antes de me ser presente o mal que tinha procedido nas obrigações do seu lugar pois lhe havia de dar tal castigo que servisse de exemplo aos que naquele posto não procederam como devem. Eu lhe havia ordenado evitasse por todos os caminhos se não descobrissem as minas em que Vossa Mercê me fala, por Sua Majestade o haver assim resoluto em suas reais ordens” (DH, LXX, 90-4).

- BASÍLIO DAEMON informa que Francisco de Albuquerque faleceu antes de junho de 1711 (*Prov. ES*, 145).

- Manuel Correia de Lemos, nomeado a vinte e quatro de março de 1709, servira na capitania do Espírito Santo “por espaço de algum tempo nos postos de Alferes da Ordenança e Capitão do Forte de São João em que foi provido pelo Governador da Bahia Dom João de Lancastre e confirmado por mim desde vinte e dois de Outubro de 697 até doze de Junho de 705 em que ficava continuando e antes do dito tempo acudiu a fortaleza da Barra onde esteve de guarnição enquanto ali assistia uma nau de piratas holandesa na fortificação daquela vila trabalhar com a sua pessoa e escravos com todo cuidado e diligência havendo-se no exercício do posto de Capitão com muito zelo e vigilância nas ocasiões em que o pirata infestou aquela Costa reparando à sua custa as ruínas do Forte e fazendo fazer de novo o necessário, para sua defesa disciplinando os soldados aos quais remediava nas suas necessidades sendo das principais pessoas daquela Capitania e mui zeloso do meu serviço e por esperar dele que em tudo o de que for encarregado se haverá com satisfação” (DH, LIX, 215-6),

- Em vinte de maio de 1711, o governador geral escreveu aos “officiaes da Camara da Capitania do Espírito Santo” ordenando que entregassem o governo local a Manuel Correia de Lemos caso Francisco de Albuquerque Teles morresse ou já tivesse morrido (DH, LXX, 89). Parece que o passamento deste se verificou antes do recebimento daquela carta, pois os oficiais da Câmara assumiram logo a direção do governo (DH, LXX, 94-5 e 95-7). Recebida a missiva, cumpriram a determinação, passando as responsabilidades da administração a Correia de Lemos, que governou até 1716 (DH, LXX, 311).

34 - “Tenho notícia que várias pessoas intentam abrir caminho pelos sertões dessa capitania para por eles passarem às minas, e como Sua Majestade, que Deus guarde, tem mandado por repetidas e apertadas ordens se não consinta abrir-se semelhantes caminhos, ordeno a Vossa Mercê que em recebendo esta faça toda a diligência por saber se se deu principio ao tal caminho e quando assim tenha sucedido o mandará Vossa Mercê logo fechar e prender as pessoas compreendidas nessa culpa, as quais remeterá Vossa Mercê a este Governo Geral para se castigarem como Sua Majestade manda, e sucedendo não ter aberto o tal caminho Vossa Mercê impeça se não abra e ponha nisso toda a vigilância e cuidado para que a sua omissão não seja causa da incorrer também nas penas das ordens - Bahia e abril, primeiro de 1710. Luiz César de Menezes” (DH, LXX, 68).

35 - *Apud* SIMONSEN, *Hist. Econômica*, I, 361. Sobre a repercussão, no Brasil, da “tradição portuguesa das más estradas”, ver ARINOS, *Desenvolvimento*, 82-3.

Numerosas referências a remessas de armas e munições por parte do governo da Bahia dão a entender que havia real temor de que alguma expedição estrangeira tentasse assaltar o Espírito Santo, para daqui passar às minas.<sup>36</sup> Mesmo assim, em 1710, o governador geral aludia ao “miserável estado em que essa praça [Vitória] se acha pela falta que tem de tudo o que conduz à sua conservação e defesa”, atribuindo tal penúria à “omissão e descuido dos Capitães-mores que a governaram”.<sup>37</sup>

Daquele milésimo é a ordem do donatário ao capitão-mor para punir os responsáveis pelo levante de degredados e refugiados, que procuraram, também, insurreccionar o gentio.<sup>38</sup>

Os últimos tempos da administração de Francisco de Albuquerque Teles foram perturbados por discórdias suas com os moradores da capitania. Embora se ignorem as conseqüências, o governador geral procurou atribuir as origens às impertinências da velhice do capitão-mor.<sup>39</sup>

**FRANCESES NO RIO DE JANEIRO** – O grande acontecimento que abalou a colônia, em 1710, foi o assalto comandado por Duclerc contra o Rio de Janeiro. Espiões portugueses puderam dar ciência à Coroa dos preparativos da expedição, em Rochefort e Brest, notícia logo transmitida ao Brasil. Sem perda de tempo, o governador geral determinou a remessa, para o Espírito Santo, de “vinte peças de Artilharia, outras tantas carretas com armas de fogo de pederneira, patronas, cartucheiras, frascos de couros, e tudo o mais necessario, quarenta quintaes de polvora, a balaria competente, assim para a Artilharia como para as espingardas e trinta arrobas de murrão”, pois a capitania “se achava destituída de tudo o que conduzia para a sua defesa” e era “de maiores consequencias para qualquer empresa, por ter bom porto de mar para navios de toda a sorte, donde facilmente se pode introduzir alguma comunicação com as Minas”.<sup>40</sup>

Repetiram-se as correrias no ano seguinte, quando Duguay-Trouin se apoderou do Rio de Janeiro, acudindo a administração geral ao Espírito Santo

36 - *DH*, LXX, 40-2; 79-81; *DH*, XI, 383-4,

37 - *DH*, LXX, 70-1.

38 - Documento de vinte e cinco de setembro de 1710, na cota II-34, 11, 3, da Seção de Mss da BN.

39 - *DH*, LXX, 71-2.

40 - *DH*, XXXIV, 327-8.



com vultoso material de guerra,<sup>41</sup> além de um capitão-engenheiro<sup>42</sup> e um mestre de campo<sup>43</sup> para o governo das armas.

**CAPITANIA DA COROA** – Foi justamente em 1711 – princípios do ano, segundo assevera Basílio Daemon<sup>44</sup> – que faleceu o donatário Manuel Garcia Pimentel. Cumprindo determinações régias, o governador geral ordenou ao capitão-mor e aos oficiais da Câmara de Vitória que tomassem posse da capitania para a Coroa,<sup>45</sup> uma vez que Pimentel não deixara descendentes.

Chamada a decidir, a Relação da Bahia reconheceu o direito de Cosme Rolim de Moura, primo e cunhado do extinto, à herança da capitania.

Pouco depois, o Conselho Ultramarino, por consulta de dezoito de junho de 1715, representou ao soberano ser “muito conveniente” se comprasse a donataria “por conta da Fazenda Real para se incorporar na Coroa, e evitar por este modo as controvérsias que havia com os donatários, e ficarem os povos bem regidos, e melhor defendidos por ministros e cabos nomeados pelo dito Senhor”, conforme reza a escritura lavrada em Lisboa, a seis de abril de 1718.<sup>46</sup>

---

41 - “200 arrobas de pólvora, 300 espingardas com suas baionetas, 300 frascos, 300 polvarinhos, 300 patronas, 10 quintais de pelouros que digam nas armas, 600 balas pederneiras, 20 arrobas de morrão, 600 balas de calibre dezoito, 100 picaretas, 20 marrões para quebrar pedra com suas cunhas grandes e pequenas, 24 marrachos, 24 enxadas, 100 pás” (DH, LIII, 103-4).

42 - Gaspar de Abreu (DH, LIII, 108-9). Recebeu ordem de se recolher à Bahia pouco depois de chegar ao Espírito Santo (DH, LXX, 120).

43 - Manuel de Almeida Castelo Branco (DH, LXX, 108-10).

- Farta documentação atinente aos franceses de Duguay-Trouin no Rio de Janeiro e à repercussão do fato na capitania do Espírito Santo pode ser encontrada no vol. LXX dos *Documentos Históricos*.

44 - *Prov. ES*, 148.

45 - Cartas de dezenove de outubro de 1711, in *DH*, LXX, 100-1. A ordem del-rei dirigida ao governador geral é datada de dezenove de maio de 1711.

46 - *RIHGB*, XXV, 233-42. Cosme Rolim de Moura foi representado no ato da escritura pelo desembargador Antônio de Campos de Figueiredo.

- “Consulta do Conselho de Estado, na qual tendo-se visto uma consulta do Cons Ult sobre a nomeação de capitão para a Capitania do Espírito Santo no Estado do Brasil, parecera a todos os conselheiros que o donatário desta Capitania, como os das mais do Brasil, deveria vendê-la a el-Rei, porque sendo providas por el-Rei se defenderiam e conservariam melhor. Escolhiam entre os candidatos Francisco Grisantes da Gama. O conde de Odemira apontava Lourenço Carneiro, e acrescentava que, sendo a Capitania tão apetecida pelo inimigo, que já a atacara duas vezes, devia S. Majestade nomear para ela um sargento-mor ou pessoa de *aventejado* posto e experiência. S. l., vinte e oito de março de 1650” (RAU, *Manuscritos*, I, 89).

Rolim de Moura desfez-se do senhorio pelo mesmo preço por que Francisco Gil de Aratújo o adquirira no século anterior, isto é, quarenta mil cruzados, pagos em quatro prestações anuais de igual valor.

**GRANDES E PEQUENOS PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS** – Antes de encetar-se o estudo da fase que se inaugura com a aquisição da capitania pela Coroa, impõe-se uma revista a importantes acontecimentos da segunda década do século XVIII, ainda não citados.

Na *ordem e instrução* passada a João de Velasco e Molina quando lhe foi, pela segunda vez, confiado o governo da capitania,<sup>47</sup> encontramos admirável roteiro para o conhecimento dos problemas de maior expressão, à época. Diz o governador geral que o Espírito Santo é “um dos domínios de El-Rei que merece todo o cuidado e atenção por a sua barra, e altura, e grandes conveniências, que promete a sua situação”. Ordena que faça “doutrinar os Soldados e Artilheiros, para que ao menos saibam desembaraçar-se com as armas de fogo, e tirar com elas sem receio”, examinando as *ordenanças* para “que todas o estejam de armas de fogo,<sup>48</sup> e não com picaria ou armas curtas”, e obrigando a exercício “ao menos uma vez cada mez”. Linhas adiante, diz o missivista: “Sou informado que antigamente havia engenhos<sup>49</sup> de fazer açúcar naquela Capitania, e hoje se não faz nenhum, e assim procurará Vossa mercê que esta fábrica se não extinga, antes que se restabeleça e vá em aumento”.

Aos ouvidos do governador geral chegaram informações “de que os padres da Companhia trabalhavam em uma vala com a qual intentavam comunicar o Rio de Juicú à Barra” – obra que aquela autoridade mandou embargar, “de tal modo, que se não comunique [a vala] com o Rio Juicú”.<sup>50</sup>

---

47 - O marquês de Angeja escreveu a Manuel Correia de Lemos para que entregasse o governo a Velasco e Molina, no dia vinte e oito de agosto de 1716 (DH, LXX, 311).

BRÁS DA COSTA RUBIM informa que a posse teve lugar a treze de setembro de 1716 (Notícia, 341).

48 - Posteriormente, em 1717, João de Velasco e Molina comunicou ao governador geral “acharem-se armados todos esses moradores e que todos sabem atirar mui bem com suas espingadas” (DH, LXXI, 4).

49 - No ano anterior, isto é, em 1715, o mesmo governador geral (marquês de Angeja) na *Instrução* dada ao mestre de campo Domingos Teixeira de Andrade, utilizou-se, mais ou menos, das mesmas palavras quando tratou desta questão dos engenhos que teriam existido, antigamente, na capitania. Referiu-se a cinco deles (DH, LIV, 51-5).

50 - Atualmente, o rio é denominado *Jucu* ou *Jem* (VEIGA CABRAL, *Corografia*, 379). Sobre a vala, CÉSAR MARQUES escreveu: “Os jesuítas, com intenção de tornar sadias suas margens [do rio Jucu], abriram um canal de oito léguas de comprimento até a baía do Espírito Santo, o qual foi desobstruído no tempo do governador Rubim. Atualmente [1879] por ele se faz o transporte de gêneros para a capital, evitando-se assim a via do mar, muito mais longa e perigosa por ser necessário sair da barra deste Rio, passar por diante dos recifes do mesmo nome, e dobrar o monte Moreno à entrada da baía” (Dicion. ES, 169).

Ciente da abundância e excelência das madeiras capixabas, autorizou o capitão-mor a entrar em entendimentos com quem pudesse fornecer “tapinhoã, preciosíssima para os forros dos navios, por não entrar o busano ... com preferência a que é mais branca e menos áspera”.

Refere-se, ainda, o governador geral às desordens e parcialidades da capitania, recomendando paz e punição para os que as provocassem, e, por fim, manda pedir o auxílio dos moradores para as obras das fortificações, para cuja construção tinham preferência “as mais próximas à defesa da Barra”.<sup>51</sup>

**EMPECILHOS À PENETRAÇÃO TERRITORIAL** – Não pode ser silenciado o entusiasmo pela colonização que animou numeroso grupo de habitantes da capitania nesse princípio de século. Embora visasse o litoral e só em reduzida extensão penetrasse no interior, tem expressiva significação para os fastos da capitania, uma vez que assinala novo passo no sentido da efetiva conquista do território.

São conhecidos alguns nomes ligados a esse empreendimento, sendo de notar, entre eles, dois clérigos: padres Bartolomeu Martins e Domingos de Matos; e dois capitães-mores: João de Velasco e Molina e Manuel Correia de Lemos.

Localizaram-se todos nos sertões da vila de Vitória, proximidades da aldeia dos Reis Magos, no vale do Itapemirim e foz do São Mateus.<sup>52</sup>

51 - *DH*, LIV, 156-61.

- Sobre as obras da vala, ver *DH*, LXX, 312-4.

- Sobre algumas ocorrências havidas durante o governo de Velasco e Molina, ver *DH*, LXXIII, 110-4 e 120-4.

52 - FELISBELO FREIRE (*Hist. Territorial*, 110-1) cita os alvarás por força dos quais foram concedidas as sesmarias, indicando os limites e extensões destas. Acrescenta-lhe o nome de Domingos Antunes, “natural da cidade do Porto, casado na vila da Vitória”, que, com sua família, se estabeleceu nas proximidades do rio São Mateus (F. A. RUBIM, *Memória Estatística*, 167).

- Em 1716, o marquês de Angeja escreveu a Domingos Antunes, “capitão do distrito de São Mateus, concedendo-lhe faculdade para continuar aquela povoação”. Prometeu-lhe interceder junto ao bispo do Rio de Janeiro para que fosse designado um sacerdote para S. Mateus e censurar as autoridades do Rio das Caravelas por não terem permitido vender gêneros aos habitantes da recém-fundada povoação. Juntamente com esta missiva, fez seguir a “patente de capitão dos moradores dessa povoação (S. Mateus), subordinado ao Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo” (*DH*, LXX, 315-6).

Na correspondência oficial da época encontramos referências ao atraso no pagamento dos *filhos da folha*<sup>53</sup> e informações sobre a presença de um barco de piratas nos mares da capitania.<sup>54</sup>

De 1718 é uma ordem para o capitão-mor “alistar todos os homens e pardos forros, que houver em todos os distritos da Capitania capazes de tomar armas”,<sup>55</sup> e do ano seguinte a que determinava fosse examinado se todos os soldados da capitania tinham espingardas.<sup>56</sup>

Vale acentuar a recomendação do marquês de Angeja ao seu enviado, mestre de campo Domingos Teixeira, relativa à “proibição de que ninguém passe a fazer descobertas [de minas] no Espírito Santo, “por ser ordem de El-rei se não façam estas enquanto se não fortifica primeiro a Capitania”.<sup>57</sup>

A primeiro de janeiro de 1721, João de Velasco e Molina encerrou seu segundo e último período de governo, passando a administração da capitania às mãos de Antônio de Oliveira Madail,<sup>58</sup> este com patente de capitão-mor-governador, subordinado à administração da Bahia.<sup>59</sup>

53 - “Porquanto sou informado que os filhos da folha da Capitania do Espírito Santo, se queixam publicamente de se lhes não pagar as folhas ordinárias do ano passado de 1718” (DH, LV, 323).

54 - DH, LIV, 339 ss. Em 1715, um navio inglês, procedente da costa da Mina, arribou ao porto de Vitória (?), provocando enérgicas recomendações do governador geral para que fosse evitado qualquer contato da sua tripulação com a gente da terra (DH, LIV, 52).

55 - DH, LV, 147 ss.

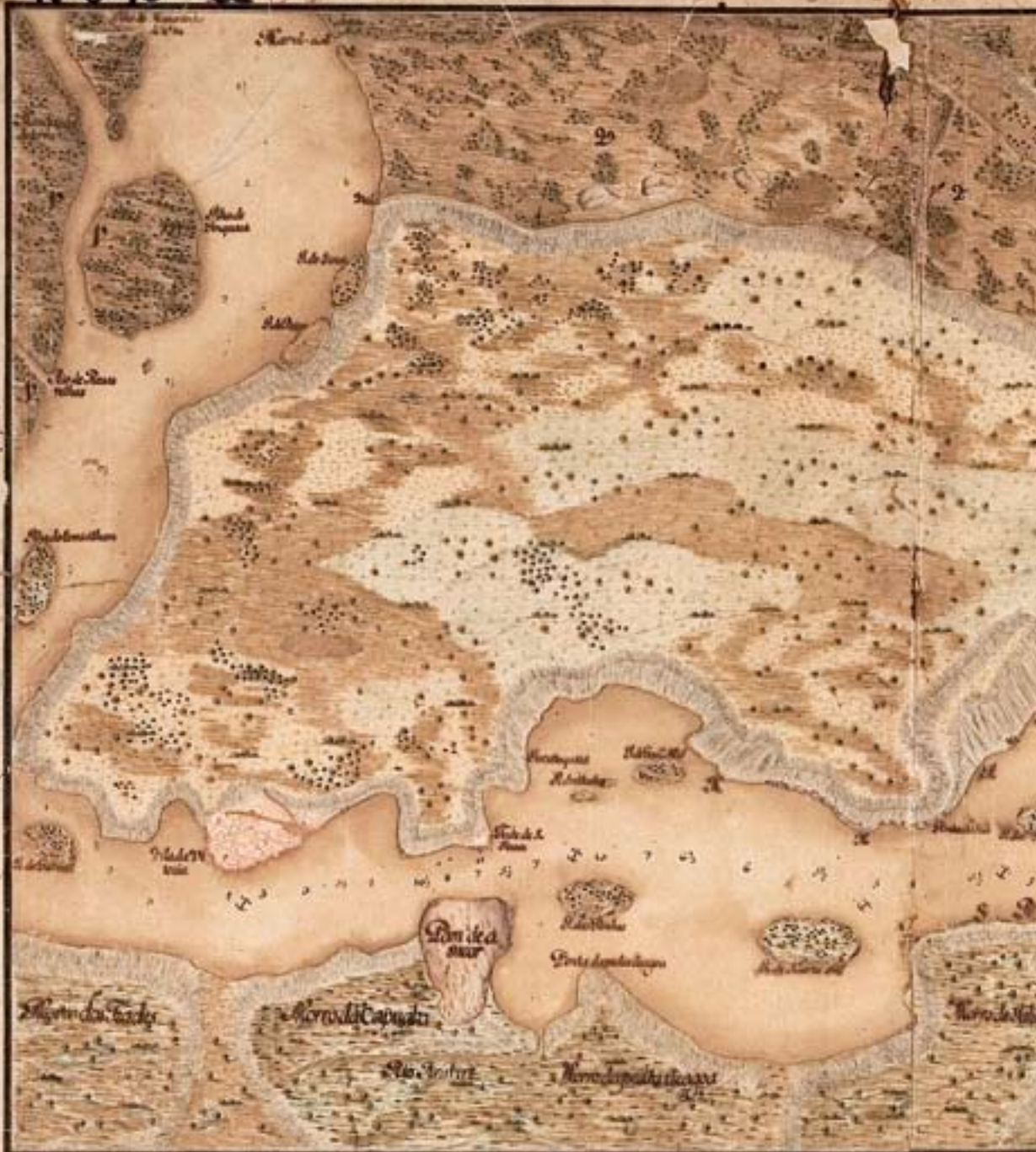
56 - “com especial especulação examinará, se todos os Soldados têm espingardas, ou não, porque àqueles que as não tiverem, os obrigará a que as comprem no espaço de seis meses, sendo abastados de bens, e aos que forem pobres lhes dará um ano para haverem de fazer a dita compra; e para haver de executar esta ordem com mais suavidade a distribuirá pelos Capitães, para que cada um nos distritos que lhe toca, vá pessoalmente notificar os Soldados das suas Companhias para este efeito, obrigando-os a ter as ditas armas no tempo declarado” (DH, LV, 199-200).

57 - Esta recomendação vinha a propósito das atividades de Pedro Bueno. São as seguintes as palavras do governador geral, contidas nas instruções fornecidas a Domingos Teixeira de Andrade: “De Pedro Bueno, que se acha nessa Capitania com roças que no sertão dela tem feito, tive carta em resposta de uma minha em que me informa não ter achado naquele sertão, ribeiros, que pintem ouro com utilidade: e porque poderá ser assim, e talvez seja contrário por ambição de querer tirar só as utilidades daquele sertão, deve Vossa Senhoria informar-se deste particular com grande cautela e segredo de tal modo, que o dito Pedro Bueno não perceba desconfiança do exame que Vossa Senhoria fizer, antes entenda que Vossa Senhoria fia nele, e entretanto continuar na proibição de que ninguém passe a fazer descobertas na dita Capitania, por ser ordem de El-Rei meu Senhor, se não façam estas enquanto se não fortifica primeiro a Capitania do Espírito Santo” (DH, LIV, 53).

- A carta d’el-rei ao marquês de Angeja mandando proibir a prospecção no Espírito Santo e determinando fortificasse o litoral da capitania traz a data de dois de setembro de 1716 (cópia na Seção de Mss. da BN, códice I-5, 2, 29).

58 - RUBIM, *Notícia*, 341; DAEMON, *Prov. ES*, 150.

59 - RUBIM, *Memórias*, 245.



# Topografica da Barra e Rio do Espírito Santo, o qual dá nome a toda esta

... e Barra que é um dos rios que se desca da Serra de São Paulo Capital da Província do Rio de Janeiro que se junta em Barra e forma uma ilha...  
... da qual se planta a cana-de-açúcar e outros gêneros de lavoura...  
... e de Barra e de Barra de São Paulo...  
... e de Barra de São Pedro...  
... e de Barra de São João...  
... e de Barra de São Antonio...  
... e de Barra de São Francisco...  
... e de Barra de São Marcos...  
... e de Barra de São Mateus...  
... e de Barra de São Sebastião...  
... e de Barra de São Vicente...

A Barra do Rio de São Paulo com o nome de Barra de São Paulo	B Barra de São Paulo	C Barra de São Paulo
D Barra de São Paulo	E Barra de São Paulo	F Barra de São Paulo
G Barra de São Paulo	H Barra de São Paulo	I Barra de São Paulo
J Barra de São Paulo	K Barra de São Paulo	L Barra de São Paulo



**Capitania para se verem com distincam todas as Vilas, Fortale**

*... e a dita capitania para se verem com distincam todas as Vilas, Fortale...  
 ... e a dita capitania para se verem com distincam todas as Vilas, Fortale...  
 ... e a dita capitania para se verem com distincam todas as Vilas, Fortale...*

<p>1 Vila de Itaboraí          2 Vila de Parati          3 Vila de São Paulo          4 Vila de São João del-Rei          5 Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro</p>	<p>6 Vila de São Paulo          7 Vila de São João del-Rei          8 Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro          9 Vila de São Paulo          10 Vila de São João del-Rei</p>	<p>11 Vila de São Paulo          12 Vila de São João del-Rei          13 Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro          14 Vila de São Paulo          15 Vila de São João del-Rei</p>
---	---	---

“Topografica da Barra e rio do Espírito Santo”, de José Antônio Caldas

Ver descrição no Índice de Gravuras.

Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército

Foto Beto Felício - Rio de Janeiro

Nº 035—B3



**TOPOGRAPHIA DA BARRA E RIO DO ESPÍRITO SANTO, O QUAL DA NOME A TODA ESTA CAPITANIA PARA SE VERER COM**  
 Noticia do lugar della, e do Rio Maragnão, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...  
 A. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...  
 B. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...  
 C. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...  
 D. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...  
 E. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...

- A. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- B. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- C. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- D. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- E. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...

- F. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- G. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- H. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- I. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...
- J. Para de São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...

Em São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...  
 São Paulo, e de São Paulo, que se cria no Rio, e a distancia que se tem da dita Villa, e das montanhas...

Carta Topographica do Rio do Espírito Santo, de 1764

Verificação e Autenticação em 11 de Junho de 1964

1  
3 50



“Topographia da Barra e Rio do Espírito Santo”, de José Antônio Caldas Cópia simplificada de



**SE DISTINGUÃO TODAS AS VILAS, FORTALEZAS, PORTOS, E ILHAS QUE ESTÃO DESDE A SEA FOM ATÉ ALEM DA VILHA DA**

Este plano foi feito por Sr. Antonio Gilletta Capitão de Estado e de Guerra e de Engenharia e Tenente de Artilharia do Real Regimento de Engenharia de Bahia, que foi enviado a esta Real Academia por Sr. D. João de Castro, 1742.

1. Ilha de Santa Catarina 2. Ilha de Santa Theresia 3. Ilha de Santa Anna 4. Ilha de Santa Barbara 5. Ilha de Santa Cruz 6. Ilha de Santa Helena 7. Ilha de Santa Joana 8. Ilha de Santa Maria 9. Ilha de Santa Rita 10. Ilha de Santa Theresia 11. Ilha de Santa Theresia 12. Ilha de Santa Theresia 13. Ilha de Santa Theresia 14. Ilha de Santa Theresia 15. Ilha de Santa Theresia 16. Ilha de Santa Theresia 17. Ilha de Santa Theresia 18. Ilha de Santa Theresia 19. Ilha de Santa Theresia 20. Ilha de Santa Theresia	1. Ilha de Santa Catarina 2. Ilha de Santa Theresia 3. Ilha de Santa Anna 4. Ilha de Santa Barbara 5. Ilha de Santa Cruz 6. Ilha de Santa Helena 7. Ilha de Santa Joana 8. Ilha de Santa Maria 9. Ilha de Santa Rita 10. Ilha de Santa Theresia 11. Ilha de Santa Theresia 12. Ilha de Santa Theresia 13. Ilha de Santa Theresia 14. Ilha de Santa Theresia 15. Ilha de Santa Theresia 16. Ilha de Santa Theresia 17. Ilha de Santa Theresia 18. Ilha de Santa Theresia 19. Ilha de Santa Theresia 20. Ilha de Santa Theresia
--	--

Este plano foi feito por Sr. Antonio Gilletta Capitão de Estado e de Guerra e de Engenharia e Tenente de Artilharia do Real Regimento de Engenharia de Bahia, que foi enviado a esta Real Academia por Sr. D. João de Castro, 1742.



**JUDICIÁRIO, ECLESIAÍSTICO, MILITAR** – A provisão do Conselho Ultramarino, de dezenove de abril de 1722, colocou a capitania sob a jurisdição do ouvidor do Rio de Janeiro.<sup>60</sup>

Relativamente ao foro eclesiástico, desde a expedição da bula *Romani Pontificis pastoralis sollicitudo*, em 1676,<sup>61</sup> – criando o bispado do Rio de Janeiro – o Espírito Santo estava sujeito a este último.

Em relação ao governo militar, César Marques informa que os governadores “exerciam este cargo tanto civil como militarmente”,<sup>62</sup> isto é, acumulavam o comando das armas.

Segundo o depoimento dos memorialistas, Madail dedicou particular interesse ao povoamento, proporcionando valioso auxílio a Domingos Antunes para o desenvolvimento da colonização do S. Mateus.<sup>63</sup>

As “mui repetidas queixas” levadas ao conhecimento do governador geral provocaram rigorosa advertência deste para que o livrasse de ter com o administrador local “algum procedimento”.<sup>64</sup>

**IMPOSTOS – VIDA SOCIAL** – A capitania foi lançada em 440\$000 de *fiinta*, em 1721. Até outubro do ano seguinte não fora encaminhada à Bahia nem sequer uma fração daquele tributo, provocando azeda reclamação, acompanhada da indefectível ameaça.<sup>65</sup>

60 - RUBIM, *Notícia*, 341. O lugar de ouvidor foi extinto por provisão do Conselho Ultramarino de três de julho de 1722, passando suas atribuições para o juiz ordinário (RUBIM, *Memórias*, 245).

61 - A vinte e dois de novembro de 1676, *Magnum Bullario*.

62 - MARQUES, *Dicion. ES*, 40.

63 - Pelo *bando* de três de outubro de 1722 “concedeu faculdade a todo o morador desta Capitania para poder ir povoar aquele lugar com sua família; e persuadido da conveniência que resultaria ao real serviço de povoar as margens deste rio, mandou, para animar mais a ida dos novos colonos, aprontar embarcações para os conduzir grátis: na primeira expedição foi Antônio Gomes da Fonseca com quatro pessoas de sua família, Sebastião Lopes com seis, Manoel de Souza com três, Antônio Mendes de Vasconcelos com quarenta, e Antônio Borges com um escravo: deu Provisão de nomeação de Capitão-mor, na conformidade de seu regimento, a Antônio Vaz da Silva, e a Câmara da vila da Vitória nomeou Juiz da Vintena a Antônio da Rocha Cardoso” (F. A. RUBIM, *Memórias para servir à História*. Ver, também, FELISBELO FREIRE, *Hist. Territorial*, 108-9).

64 - *DH*, LXXI, 191-2.

– Em 1723, o governador geral escrevia: “Não há pessoa assim secular, como eclesiástica, e oficiais de justiça dessa Capitania que se não queixem dos excessos de Vossa Mercê e do seu procedimento” (*DH*, LXXI, 222). Segundo se infere das cartas dirigidas por aquela autoridade superior a Madail, a principal causa das queixas era a interferência deste “na jurisdição dos juizes e oficiais de justiça”.

65 - *DH*, LXXI, 188-9.

Lamentavelmente, os documentos da época silenciam qualquer referência à vida social dos moradores da capitania. Não há notícia de festas, convívio entre escravos e senhores, comércio, atividades industriais, desenvolvimento das povoações, relações com os silvícolas etc. Os grandes senhores, que passeiam suas riquezas ou títulos de nobreza pelas páginas das crônicas de outras capitanias, são ignorados no Espírito Santo. Nada que se destaque da mesmice de uma vida paupérrima, manietada pela absurda legislação que impedia o contato tonificante com as minas.

**CONSTRUINDO FORTIFICAÇÕES** – Em 1726, o vice-rei conde de Sabugosa comissionou o engenheiro Nicolau de Abreu Carvalho para vir construir as fortificações, julgadas necessárias, na baía do Espírito Santo.<sup>66</sup> Dessas obras, como vimos, dependia a liberdade dos capixabas de tentarem os descobrimentos.

Asseveram os cronistas que Nicolau de Abreu levantou a fortaleza de São João “na garganta que faz a baía acima da Vila do Espírito Santo”;<sup>67</sup> os fortes de Nossa Senhora do Monte do Carmo, “entre o cais grande e a praia do peixe na marinha da cidade [de Vitória]”; de S. Tiago, “dentro dela [da vila de Vitória]”; de S. Inácio, ou S. Maurício, “na marinha da cidade; dentro da cerca que foi dos regulares jesuítas”.<sup>68</sup>

---

Em 1723, dirigindo-se aos oficiais da Câmara da vila da Vitória, o governador geral assim se exprimia: “atendendo a representação que me fazem acerca da impossibilidade com que se acham os moradores daquela capitania lhes concedo um ano, somente, de espera para a inteira satisfação da finta que lhes foi lançada” (DH, LXXI, 223).

66 - Nicolau de Abreu estava no Espírito Santo em 1724 e era esperado na Bahia em agosto daquele ano (*Carta do vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, datada da Bahia, vinte de agosto de 1724, apud AMARAL, Notas, II, 365*).

67 - F. A. RUBIM, *Memórias para Servir*. Enganou-se o memorialista. O forte de S. João já existia desde meados do século XVII (ver *foot-note* n.º 49, do capítulo VIII). Nicolau de Abreu fez apenas algumas obras, melhorando a antiga construção (ver *foot-note* seguinte [68] deste capítulo).

68 - RUBIM, *Memórias*, 245.

- Cumprindo ordem de nove de abril de 1734, do vice-rei, Nicolau de Abreu e Carvalho (cf. Ms. abaixo citado) informou o seguinte, aos vinte e um daquele mês e ano: “Exm.º Snr. Obedecendo a ordem de V. Excia. com toda a individuação e clareza expendo as obras e reparos, que mandei fazer na Capitania do Espírito Santo quando nela estive por ordem de V. Excia. No Forte de São Francisco Xavier ou de Perteninga [sic], chamado também da Barra mandei levantar seus parapeitos por estarem muito demolidos; fazer sua esplanada, uma garita [sic], casa de pólvora de abóbada, quartel para os soldados, reparar outro, sua alpendurada [sic], reformar sua portada e entrada, ou subida. No Forte de São João aperfeiçoar seus parapeitos, entulhá-los, fazer dois lados para se fechar em um torreão antigo, sua portada, entulhar bastante parte para assentar a esplanada, banquetta, uma garita, casa de pólvora de abóbada, cobrir uma casamata, em que aquela se fez, e a outra porção que era bastantemente grande para servir de quartel, desentulhá-la. No Forte da Vila reparar seus parapeitos, esplanada, alpenduradas e porta. Casa de pólvora principal de abóbada e seu átrio e reedificar a casa velha que ficou servindo de casa das armas para alguns petrechos mais. Estas são as obras que mandei fazer naquela Capitania e ficaram inteiramente capazes de todo o exercício militar e ainda com a perfeição necessária. Assim que me parece ter satisfeito a ordem de V. Excia” (Doc. n.º 251 do *Códice I-5, 2, 29, da Seção de Manuscritos da BN*).

Aproveitando a presença do engenheiro na terra e atendendo aos pedidos do povo e às próprias necessidades do culto, o capitão-mor-governador Dionísio Carvalho de Abreu<sup>69</sup> mandou orçar as obras de reedificação da igreja-matriz de Nossa Senhora da Vitória, mais parecida com “caza de armazem, que lugar dedicado para a celebração dos officios divinos”.<sup>70</sup>

Só em 1731 foi baixada a ordem régia determinando a execução das obras,<sup>71</sup> iniciadas, afinal, em 1749.<sup>72</sup>

---

69 - Antônio de Oliveira Madail foi substituído na governança do Espírito Santo por Dionísio Carvalho de Abreu, em 1724 (DAEMON, *Prov. ES*, 151; ASSIS, *Governos*, XII). Por despacho régio de cinco de agosto de 1726, foi nomeado capitão-mor e governador Antônio Pires Forsas (*Gazeta de Lisboa*, cinco de agosto de 1726, citada por GARCIA, *Notas à HG*, de VARNHAGEN, V, 375). Não encontramos um só documento dirigido a Pires Forsas ou por ele assinado na qualidade de administrador do Espírito Santo. EUJÊNIO DE ASSIS não o incluiu em *Governos do Espírito Santo*. Contudo, ALBERTO LAMEGO alude a uma determinação do conde de Sabugosa a Pires Forsas, em 1731, para que este colhesse informações do estado dos serviços de Pedro Bueno (*Terra Goitacá*, II, 274). Também Pedro Bueno Cacunda, na *Carta dirigida ao rei aos oito de setembro de 1735* (apud ALMEIDA, *Inventário*, VII, 201), refere-se a ele.

- A quinze de março de 1727, em ato dirigido ao provedor da Fazenda da capitania, o soberano português informava que foi “servido conceder a Antonio Pires Forças [sic] por empréstimo 150\$000 para com elles se haviar para ir para essa Capitania para onde o tenho nomeado por capitão-mor para que o sirva por tempo de tres annos, por conta dos soldos, que ha de perceber” (DH, I, 4).

- Equivocou-se o Sr. Rodolfo Garcia quando incluiu Antônio Vás da Silva no rol dos administradores capixabas (*Notas à HG*, de VARNHAGEN, V, 375), pois Vás da Silva teve provisão de capitão-mor para o distrito de São Mateus, dada por Antônio de Oliveira Madail (F. A. RUBIM, *Memória Estatística*, 167; DAEMON, *Prov. ES*, 150-1).

- Em 1732, a capitania estava sob a direção do capitão-mor Silvestre Cirne da Veiga (LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 275; e DH, XC, 42-5 - ver nota I no fim deste capítulo) - Pedro Bueno Cacunda, *Carta dirigida ao rei em oito de setembro de 1735*, (apud ALMEIDA, *Inventário*, VII, 200).

70 - Da *Informação do provedor da Fazenda do Rio de Janeiro* (ALMEIDA, *Inventário*, VII, 133-4). São da *Informação* retro mais as seguintes valiosas achegas: “Tem o corpo desta Igreja cento e vinte palmos de comprimento, e achando os ditos engenheiros ter de largura somente cincoenta e três lhe deram mais sete, que fazem sessenta, para ter a proporção dupla ao comprimento ... As paredes que são feitas de pedra e barro e muito arruinadas, escassamente chegam a ter vinte palmos de altura. Também lhe derão pouco mais fundo e largura na capella mór, por ser mui pequena”.

71 - “Sou servido por resolução de vinte e dois do presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que do rendimento dos mesmos dizimos se tirem todos os annos 400\$000 rs. para a factura da Egreja e que os Freguezes concorram igualmente com outros 400\$000 rs. todos os annos para o corpo della, cujas contribuições durarão até se prefererem os ditos 10:000 cruzados, em que foi orçada a dita egreja, que hade ser feita na forma da dita planta” (ALMEIDA, *Inventário*, VIII, 103).

72 - “Certidão em que o Escrivão da Fazenda Carlos José Ferreira declara ter ficado deserta a arrematação das obras da reedificação da referida egreja e terem principiado as mesmas obras sob a direcção do Provedor da Fazenda e da Camara. Vila de N. Sa. da Victoria, cinco de fevereiro de 1749” (ALMEIDA, *Inventário*, VIII, 103).

**RECENSEAMENTO** – Graças à documentação que instruiu o processo relativo àquelas obras, ficamos sabendo que, entre 1728 e 1730, a vila da Vitória “se achava mui destituída de cabedades e atenuada por falta de negocio, sendo por esta cauza muy pobres os seus moradores; que os vizinhos de que se compunha passavão de 5.000 entre brancos, pardos, pretos forros e captivos, que os fogos que nella havião passavão de 700, que os dizimos não chegavão em muitas occasiões a cobrir os filhos da folha, não passando o seu rendimento de 2:500\$000”.<sup>73</sup>

**COUSAS DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL** – Pedro Bueno Cacunda não cessou jamais os seus trabalhos em busca das minas. Burlando a vigilância dos delegados d’el-rei e as insensatas disposições que proibiam o desbravamento dos sertões, perlustrou as principais regiões metalíferas da capitania, revelando suas riquezas, provocando seu povoamento. O resultado portentoso da sua odisséia foi relatado por ele mesmo na carta dirigida ao rei, datada de oito de setembro de 1735, no “Arraial de Santa Anna”.<sup>74</sup> Nesse documento, o audaz sertanista pedia a superintendência das minas e das passagens dos rios *Mayguassu* (Manhuaçu), Guandu e Itapemirim e quatro hábitos de Cristo, lembrando a necessidade de se estabelecer uma espécie de corpo de polícia, constituído de oitenta homens armados, para manter em respeito as “naçoens do gentio inhumano”. Pedia, também, caso a Coroa permitisse a continuação das explorações, lhe fosse facultado retirar sessenta índios das aldeias administradas pelos jesuítas e religiosos de Santo Antônio “para com estes fortalecer as estalagens que tenho feito e as mais que serão necessarias, rezistir ao encontro do gentio barbaro que nos possa hostilizar e abrir caminho para entrar povo, para o que he tambem necessario serem providos de ferramentas”.

Informa Alberto Lamego que o Conselho Ultramarino deu parecer, em parte, favorável, tendo sido expedidas ordens ao conde de Sabugosa para fornecer utilidades a Cacunda e determinar aos diretores das aldeias a entrega dos índios requeridos. Consultados pelo vice-rei, os padres da Companhia deram tais informações que

---

73 - Informação do provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, baseada em elementos de outra do seu colega do Espírito Santo (ALMEIDA, *Inventário*, VII, 133-4). No mesmo documento, se lê mais o seguinte: “não sabia que houvesse naquella Capitania [Espírito Santo] effeitos alguns donde sahisse a despeza que se havia de fazer com a reedificação da dita Igreja”.

- A consulta do Cons Ult, de vinte e sete de julho de 1731, transcreve *ipsis litteris* os termos da informação supracitada (ALMEIDA, *Inventário*, VIII, 103).

74 - Carta de Pedro Bueno Cacunda, dirigida ao rei, em que lhe relata as suas explorações pelos sertões das Minas e lhe pede varias mercês, em remuneração dos seus serviços (ALMEIDA, *Inventário*, VII, 199-201).

Sabugosa após na petição de Cacunda o seguinte despacho: “A S. Mag. darei conta porque não cumpro a portaria”. Vencido por tão poderoso voto, Cacunda recolheu-se às cabeceiras do rio Doce, onde enfrentou, por muitos anos, a ferocidade do gentio.<sup>75</sup>

**MINERAÇÃO E MINERADORES** – Manuscrito coevo, divulgado por Lamego, traz inestimáveis informes sobre as atividades mineradoras na zona do Castelo. A respeito do arraial desse nome, diz o documento “que se compõe de mais de duzentas pessoas e suas respectivas casas de palha, em que habitam, abastadas de criações, e mantimentos de todo o gênero, que com grande providência se cultiva e cria naqueles lugares”.

Também se refere ao padre Antônio Dias Carneiro, o mais aparelhado dos mineradores, e que exercitava, nos seus trabalhos, métodos mais adiantados de prospecção, graças, principalmente, aos vinte e tantos escravos de que dispunha. Atente-se, ainda, nestes dois trechos: “Em qualquer parte destas minas, que se faça experiência se acha pinta geral de doze vintens, com relanciados de meia pataca; e não hé só isto, nos lugares experimentados pelos ditos moradores, se não em todo aquelle vastissimo sertão de que há certeza por tradição e roteiros dos paulistas que o sulcaram em os tempos passados, invadindo a gentildade delle. Neste mesmo sertão se acha a celebre *casa da casca e ribeirão do Alwarenga* onde os mesmos antigos descobriram minas de toda a grandeza, não se estabelecendo nellas por se estimar mais a prêsa do gentio que os descobrimentos de ouro. [...]”

Por qualquer lugar do reconcavo destas minas e sertões se acharão grandeza de ouro, procurando-se como hé necessario e havendo para isso poder e esta hé a razão porque as minas do Castello não avultam, pois todos os que nella se acham são pobres, possuindo um, dois, três escravos e não usam senão os socavões que hé o peor modo de minerar e só o sobredito padre [Antônio Dias Carneiro] hé que tem maior numero de escravos e por isso mesmo tem muitas esperanças no serviço que intentou”.<sup>76</sup>

Enquanto isso, ao norte do rio Doce descobriam-se “algumas esmeraldas de muita dureza e de côr muito clara”.<sup>77</sup> Teria sido resultado da diligência do

---

75 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 276-9.

76 - *Terra Goitacá*, II, 280-4. No mesmo volume, outras valiosas notícias sobre o assunto.

- AFFONSO TAUNAY escreveu, a propósito daquele documento, palavras que valem por uma advertência: “Existem neste manuscrito uns tantos tópicos que bem revelam quanto deve seu autor ter sido desses eldoradomaníacos tão freqüentes no Brasil da primeira metade do século XVIII” (*Ouro no Espírito Santo*, in *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, nove de fevereiro de 1947). A nossa acolhida entusiástica, porém, visa àquelas outras informações que acompanham as notícias alusivas às minas.

77 - DAEMON, *Prov. ES*, 152.

mestre de campo Brás Esteves Leme, a quem o vice-rei Vasco Fernandes, em 1728, concedeu o título de “Superintendente de todas as Minas que ele descobrir, ou por sua ordem descobrirem nos Distritos e Cabeceiras do Rio São Mateus”<sup>78</sup>

**MIMOSO E A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA** – A presença do ouvidor geral do Rio de Janeiro – Dr. Manuel da Costa Mimoso – no Espírito Santo teve conseqüências de especial relevo na vida judiciária da capitania. Trazido a Campos por motivos de seu ofício, resolveu estender a viagem de correição até a vila da Vitória, onde chegou em fins de janeiro de 1731, aqui permanecendo boa parte do mês seguinte.

Apurou existirem dissensões entre os da terra, capitaneada uma das facções por Francisco da Costa Nogueira, entendendo-se “ser a causa do geral desconcerto a falta de quem administrasse inteira justiça nesta Capitania<sup>79</sup> e aconselhasse as partes com ciência e letras”, devido à “dificuldade que têm os ouvidores do Rio de Janeiro de vir fazer a correição achando-se a 160 léguas de jornada dificultosa, tanto por mar como por terra”.<sup>80</sup>

Aos quatro de abril seguinte, o mesmo ouvidor representou ao vice-rei, conde de Sabugosa, demonstrando a necessidade de ser criada a ouvidoria geral do Espírito Santo, com jurisdição até as vilas de Campos e São João da Praia (hoje S. João da Barra).<sup>81</sup>

78 - *DH*, XLVIII, 169-71.

79 - A provisão, de que abaixo transcrevemos um trecho, permite supor que havia em cada povoado um juiz da vintena: \* “Faço saber aos que esta provisão virem, que tendo respeito a Sua Majestade, que Deus guarde, ordenar a este Governo Geral, por carta de vinte de Janeiro, de mil seiscentos noventa, e nove, criasse em cada uma das freguesias desta Capitania um Juiz à semelhança dos da Vintena do Reino de Portugal, para haver nelas quem administrasse justiça, e se evitarem os exorbitantes excessos que se cometiam por falta dela: e porque é conveniente ao serviço do dito Senhor que na Povoação de São Mateus haja um Juiz para o referido efeito” (*Provisão da serventia do officio de Juiz da Povoação de S. Mateus concedida a Tomás Gerino*, in *DH*, XLVIII, 112-4).

\* “Juizes de vintena, eleitos anualmente, que resolviam, mediante processo verbal, as pequenas contendas entre os moradores das aldeias e podiam, nestas, prender, em flagrante, os criminosos” (TAVARES DE LIRA, *Organização Política*, 38).

80 - Cópia de um Provimento da Correição feita na vila da Vitória, capitania do Espírito Santo pelo Dr. Ouvidor Geral Dr. Manuel da Costa Mimoso em três de Fevereiro de 1731 (LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 171-2). Tudo parece indicar que o magistrado fez as viagens de ida e volta, entre o Rio de Janeiro e Vitória, por via terrestre.

81 - “Meu Senhor. Vou aos pés de V. Ex. avisar que já me acho restituído a esta cidade depois de uma viagem de mais de cinco meses, para merecer de V. Ex. a repetição de outras ordens. Para acudir as inquietações dos moradores da capitania do Espírito Santo, segundo a experiência que tenho e pelo que lá vi durante a minha estada, me parece mais proporcionado representar a V. Mag. a necessidade que aqueles Povos têm de ministro letrado e entendo por bem acertada a criação de Ouvidor Geral daquela capitania que também seja corregedor das vilas dos Campos e S. João da Praia, do que a de Juiz de Fora, porque assim evita-se ir lá de três em

Prontamente, a sugestão mereceu os aplausos daquele titular e, a quinze de janeiro de 1732,<sup>82</sup> foi lavrada a resolução real criando o lugar e atribuindo-lhe jurisdição sobre as vilas de Vitória e Guarapari, no Espírito Santo; e as de S. Salvador dos Campos dos Goitacazes e São João da Barra, na capitania da Paraíba do Sul, “que por isso mesmo ficou desmembrada da comarca do Rio de Janeiro”.<sup>83</sup>

Só em 1741, o primeiro ouvidor geral – Dr. Pascoal Ferreira de Veras – entrou no exercício do cargo, coincidindo a sua posse com a do governador e capitão-mor Domingos de Morais Navarro,<sup>84</sup> e a instalação da comarca de Vitória,<sup>85</sup> criada por ato régio do mesmo ano.<sup>86</sup>

---

três anos o Ouvidor desta capitania, com detrimento das partes e prejuízo dos serviços públicos na sua ausência. Para as residências se pode remediar com os sucessores, sem embargo da ordem que há em contrário. Com esta medida será administrada a justiça com presteza e não tomo esta resolução sem V. Ex. dizer se aprova ou não este meu alvitre que será bem sucedido se aqueles Povos tiverem a fortuna de ser apoiados por V. Ex. Guarde Deus etc. Rio de Janeiro quatro de abril de 1731. Manuel da Costa Mimoso” (LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 182).

82 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 313, em nota, informa o seguinte: “Augusto de Carvalho nos *Apointamentos para a Hist. da Cap. de S. Tomé*, p. 115, diz que a ouvidoria do Espírito Santo foi criada em quinze de janeiro de 1742. Há engano na data, pois o decreto que deu essa providência é de quinze de janeiro de 1732, embora a nomeação do primeiro ouvidor fosse feita anos depois, por ficar dependendo da apresentação da lista de bacharéis para ocupar o cargo, exigida pelo Desembargo do Paço. [...] J. J. Martins na *Hist. do Descobrimento* afirma que o 1.º ouvidor da Capitania do Espírito Santo fora o Dr. Francisco Sales Ribeiro, que entrou em exercício em 1735. Outro engano; este foi o 4.º, tendo servido antes os drs. Veras, Mateus de Macedo e Bernardino F. de Gouveia.”

– É oportuno grafar por extenso os nomes dessas autoridades: Pascoal Ferreira de Veras, Mateus Nunes de Macedo e Bernardino José Falcão de Gouveia (LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 290). No *Inventário*, de ALMEIDA, VIII, 162, lê-se: Bernardino Galvão de Gouveia.

– DAEMON assevera que a criação da ouvidoria teve lugar a dezesseis de janeiro de 1732 (*Prov. ES*, 153), mas o documento adiante transcrito parece resolver em definitivo a questão: “Sendo-me presente que pela grande distância que tem da Capitania do Rio de Janeiro à do Espírito Santo resulta prejuízos ao meu serviço e ao requerimento das partes: Hei por bem criar o lugar de ouvidor geral na dita Capitania do Espírito Santo que compreenda não só as vilas da Vitória, Guaraparim, mas também as vilas de S. Salvador e S. João da Praia de que se compõe a Capitania da Paraíba do Sul; e à dita ouvidoria serão anexos o lugar de provedor da Fazenda de Defuntos e Ausentes, e de provedor da Fazenda Real. O desembargador do Paço o tenha assim entendido e me consultará bacharéis para o dito lugar. Lisboa Ocidental, quinze de janeiro de 1732 – com a rubrica de Sua Majestade” (RUBIM, *Memórias*, 246).

– Note-se que o diploma supra não faz a menor referência à vila do Espírito Santo.

83 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 313. Tudo quanto escrevemos a respeito da ouvidoria do Espírito Santo foi recolhido naquela obra do saudoso mestre fluminense, onde se encontram outras informações sobre a matéria.

84 - Nomeado por provisão de vinte e dois de novembro de 1740 (DAEMON, *Prov. ES*, 155).

85 - DAEMON, *Prov. ES*, 157-8. Note-se que LAMEGO, sempre bem informado, diz ter o Dr. Pascoal Veras assumido o posto a três de outubro de 1741 (*Terra Goitacá*, II, 316) e DAEMON, citando o “livro de Registro de juramentos”, dá para o mesmo fato a data de quatro de outubro de igual ano (*op. cit.*, 158).

86 - DAEMON, *Prov. ES*, 156.

## NOTA

## I

(p. 203)

“O Capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, em carta de 15 de outubro de 1732, dá conta a Vossa Majestade, por este Conselho, de que ele chegara àquela capitania em 9 de janeiro do dito ano e em 12 do dito mês tomara posse do governo dela, sendo o motivo desta demora a dilatada doença que teve na cidade da Bahia, da qual viera a completar nove meses na vila da Vitória, representando que aquela capitania, segundo o que entende, é uma das melhores que tem a América e merece todo o cuidado e atenção por sua barra, altura e grandes conveniências que permitem a sua situação e que sem embargo de Vossa Majestade ser servido metê-la na coroa, se acha na mesma forma de que era donataria, pela confusão das ordens dos governadores gerais, que principiaram no primeiro Capitão-mor João de Velasco Molina, ao qual deu o Marquês de Angeja umas instruções para se governar por elas enquanto Vossa Majestade resolvia mandar novo regimento, mas como fossem sucedendo outros governadores se não observaram, antes se tinha tirado o governo comum aos capitães-mores, tendo para si que estão em lugar de capitães como era em tempo do donatário, e assim é que lhe dão o tratamento de que se tem seguido a pouca decência com que foram tratados, e não menos prejuízo grande à Fazenda de Vossa Majestade, sendo certo que tiradas as intendências aos capitães-mores hão de ser infalíveis as desordens.

Que nas visitas que fizera aos armazéns vira duas casas mui diminutas à tal denominação, a da pólvora com pouca disposição contra a corrupção deste material e a das armas sem nenhuma para o tratamento e comodidade delas e de seus petrechos e a este respeito tudo o mais com notável incapacidade, principalmente nas armas que estavam dadas ao consumo nas quais fizera exame e achara entre estas cinqüenta e oito capazes de serviço de que fez advertência ao almoxarife para que logo as mandasse limpar e pôr coronhas, como também se fizessem cabides para o tratamento delas e que como aos capitães-mores lhes falta a jurisdição para o exame ordinariamente dizem não há dinheiro para estes apartamentos precisos.

Que daquela vila do Espírito Santo será uma légua pelo rio abaixo que fica perto da barra, e em toda esta distância se acham três fortalezas e que somente a que chamam de São João era a que se lhe podia dar este título, assim na formatura dela como no material, a qual se fez no tempo do Marquês de Angeja e se acha com vinte e três torneiras e não tem mais artilharia que onze peças montadas; e a fortaleza de Nossa Senhora do Carmo tem nove torneiras, cada uma com sua peça montada, mais quatro pedreiros de bronze que estavam debaixo de telha, e a de São Francisco Xavier da barra tem onze torneiras com nove peças montadas; e que para renovar estas fortalezas e armazéns viera um Capitão Engenheiro da Bahia com seu ajudante e as obras que o dito Capitão-mor achara nelas não correspondiam à despesa que lhe dizem se faz.



Que esta praça tem uma companhia de infantaria paga, que consta de um capitão, dois ajudantes e um alferes e todos estes postos providos, porém não os soldados de sua lotação, porque destes somente serviam a Vossa Majestade vinte e oito, porque uns têm passado a postos da ordenança e os que menos têm fogem da praça por falta de vestido, porque se lhes não dá farda nem o socorro passa de 640 réis cada mês, razão por onde estes soldados precisam que Vossa Majestade lhes faça mercê que das fardas que sobejam dos terços que há na Bahia se lhes dêem porque estas se metem no armazém e lhe consta que ordinariamente se perdem pela traça que lhes dá e só desta sorte poderia estar a companhia completa.

E que tem passado mostra geral às ordenanças de toda aquela capitania, que na vila de Nossa Senhora da Vitória há doze companhias, com todos os seus oficiais maiores com armas suas e suficientes e na vila do Espírito Santo há duas companhias mal completas com suas armas e que passando à vila de Nossa Senhora da Conceição de Goraparim, distante daquela doze léguas passara mostra a duas companhias superabundantes, com boas armas, em uma das quais metera de posse um capitão criado de novo por uma patente do Governador Geral.

Que também achara uma companhia de artilheiros com trinta e seis homens que não vencem soldo, a qual foi criada com um ajudante condestável e capitão pagos, e que estando um Matias da Costa Torres (já defunto) servindo este posto de capitão mais de vinte anos depois de outros lhe mandara dar baixa o Governador Geral, sem mais causa do que não ser o dito posto necessário naquela praça e que a ele capitão-mor lhe parece ser este o mais preciso, pela falta que lhe faz este posto à artilharia e exercício que se deve fazer aos artilheiros, o que não sabem pela falta de os administrarem, e que para o cargo do dito posto de capitão se acha naquela praça o capitão Manuel Ferreira Viana, no qual achava os requisitos necessários.

E ordenando-se pela Provisão inclusa ao Vice-rei do Brasil informasse com seu parecer satisfêz com o que consta da sua resposta, que com as cópias que nela acusa sobre tudo à real presença de Vossa Majestade.

Ao Conselho parece o mesmo que ao Vice-rei do Estado do Brasil o Conde de Sabugosa, para que Vossa Majestade seja servido ordenar que para a capitania do Espírito Santo se mande um oficial prático no exercício da artilharia para que possa pôr em bom método de serviço os artilheiros dela e que também se reencha logo a companhia de infantaria, cujo pagamento se lhe fará na forma que o mesmo Vice-rei aponta e enquanto ao mais se proceda também na conformidade do parecer do dito Vice-rei.

E enquanto à artilharia necessária para a defesa daquela capitania se passa ordem pelo expediente do Conselho, para que ele Vice-rei informe do número de peças que são necessárias e de seus calibres e põe o Conselho na real presença de Vossa Majestade que esta capitania-mor se acha consultada, cuja consulta não tem baixado resolvida e será conveniente ao serviço de Vossa Majestade o querer tomar resolução nela.

Lisboa Ocidental, 4 de julho de 1735. Abreu. Sousa. Varges. Galvão. Metelo.

À margem - Como parece, e nomearei governador.

Lisboa Ocidental, 14 de abril de 1736. Com a rubrica de Sua Majestade" (DH, XCI, 42-5).



XII

# XII

## A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

**I**NCÚRIA DA ADMINISTRAÇÃO – PENÚRIA DO PAÍS – A importância estratégica da Capitania obrigou não apenas à construção de custosa linha de fortificações, mas também ao aumento da guarnição militar (em 1736) para cinquenta soldados.<sup>1</sup>

---

1 - “Fui servido determinar por resolução de catorze do presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino que a Companhia [que] ali ha se complete logo com o numero de cinquenta soldados promptos e capazes, e que estes sejam pagos pela Provedoria mór dessa cidade da Bahia de socorros, fardas e farinhas, como se pratica com os dessa praça, ao que não chegar o rendimento dos dizimos daquella Capitania, e que para ella vá hum official pratico no exercicio da Artilharia, para ensinar os artilheiros e os possa pôr em bom metodo do serviço e juntamente, que de tres em tres annos vá dessa praça da Bahia hum engenheiro vêr e examinar as fortalezas e fazer as obras e reparos de Artilharia, indo dahi as ferragens” (*Carta régia dirigida ao Vice-Rei do Brasil ... Lisboa, vinte de abril de 1736*, ALMEIDA, *Inventário*, VIII, 439).

- As providências de que dá notícia essa carta régia têm, indubitavelmente, origem na carta, de quinze de outubro de 1732, do capitão-mor Cirne da Veiga (nota I do capítulo XI).

O vice-rei conde de Sabugosa afirmou, certa feita, que “a capitania do Espírito Santo se conservou com melhor harmonia, sendo de donatários do que da Coroa”, atribuindo as “muitas desordens á pouca capacidade e má escolha de capitães mayores, desde o governo de Antonio Oliveira Madail”.<sup>2</sup>

Lado a lado daquelas desordens, a incúria das autoridades. Que fale um magistrado – o Dr. Mateus Nunes de Macedo, segundo ouvidor geral da comarca: “Aqui [Vitória] não há cadeia, nem Casa da Câmara, por terem caído de todo e não cuidarem os meus antecessores na sua reedificação, em tempo mais suave, se bem que a falta de meios seria então a causa, pois a Câmara não tem rendimento algum e por esse motivo, não tem alcaide por não haver dinheiro para se lhe pagar o seu ordenado, como não se paga o escrivão da mesma Câmara”.<sup>3</sup>

Seria o caso de se perguntar – em que estágio de civilização vivia o homem, neste pedaço de Brasil, em meados do século XVIII? Homem contemporâneo de uma brilhante fase da cultura europeia e vizinho contíguo das mais ricas minas auríferas de sua época, pisando ele mesmo um solo generoso e ubérrimo, quase dois séculos mais tarde muito justamente batizado de Canaã...

**ESTENDE-SE A JURISDIÇÃO DA OUVIDORIA** – Pelos fins de 1743, o ouvidor Ferreira de Veras, acompanhado de outras autoridades, *piloto* e gente do povo, demarcou as terras que, pelo ato instituidor da ouvidoria, passaram à jurisdição do foro capixaba.<sup>4</sup>

---

2 - A ser verdadeira a afirmação contida no seguinte trecho de uma carta de Vasco César de Menezes, a arrogância de Madail não deixava espaço para mais nada: “como Vossa Mercê todas as vezes que vai ao mar às fortalezas dessa Capitania as manda salvar com sua artilharia, poderá suceder que a falta da mesma pólvora proceda desse excesso em que Vossa Mercê se devia lembrar de que sendo o meu caráter e pessoa um pouco mais avultada do que a sua poucas vezes sucede atirarem as fortalezas nas muitas que vou ao mar” (*Carta para o capitão-mar da Capitania do Espírito Santo, DH, LXXI, 221-2*).

Facilmente se percebe quão difícil devia ser o trato da pobre gente da terra com autoridade assim tão exigente em matéria de honrarias e etiquetas.

3 - Da carta de sete de março de 1746 dirigida pelo Dr. Mateus Nunes de Macedo a el-rei (LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 324-5).

4 - Auto lavrado pelo escrivão Manuel Rodrigues Pereira, datado do “campo chamado de Sant’Anna, sítio de Macahé, districto da villa de S. Salvador de Campos dos Goitacazes”, trinta de dezembro de 1743 (RUBIM, *Memórias*, 246-52). Ver, também, LAMEGO, *Controvérsia*.

Dez anos mais tarde, em 1753, precisamente a primeiro de junho, um alvará régio determinava ao ouvidor Francisco Sales Ribeiro que fizesse o seqüestro da capitania da Paraíba do Sul, incorporando-a à comarca do Espírito Santo, uma vez que aquela passara, por compra, ao domínio da Coroa.<sup>5</sup>

**REVOLTA DOS ÍNDIOS DE IRIRITIBA** – Foi justamente a vinte e nove de setembro de 1742, depois da procissão de São Miguel, que uma rusga de menor importância havida entre um minorista da Companhia de Jesus e o índio Fernando Silva, da aldeia de Iiritiba, deu origem a longo incidente, agravado – ao que parece – por incompatibilidades políticas entre os jesuítas e o ouvidor Pascoal Ferreira de Veras.

Houve lutas, mortes, assalto à casa das provisões dos padres, que se viram obrigados a embarcar para Vitória, onde a Junta das Missões – presidida pelo provincial da Companhia – conseguiu do capitão-mor Domingos de Moraes Navarro a promessa de que seria mandado um contingente de infantaria a Iiritiba, a fim de capturar os rebeldes e restituir os padres ao seu lugar. Faltando o capitão-mor ao prometido, os jesuítas dirigiram-se ao conde das Galveas, que, afinal, fez chegar ao conhecimento da Coroa as lamentáveis ocorrências.

---

5 - “D. José etc. Faço saber a vós ouvidor geral da Capitania do Espírito Santo que Eu fui servido confirmar e aprovar o ajuste que de ordem minha fizeram os procuradores da minha coroa e fazenda com o Visconde de Asseca da Capitania de Campos dos Goitacazes, de que é donatário e de tudo que com ella lhe pertence, de que se ha de fazer escriptura na fórma do estylo, porém pela brevidade com que está para partir a frota, sou servido ordenarvos por decreto da data desta, que logo tomeis posse desta Capitania, que d’áqui por diante fica inteiramente incorporada na Minha real coroa, e em quanto não der outras providencias, ficará pertencendo esta Capitania a essa ouvidoria do Espírito Santo. El-rei Nosso Senhor o mandou pelos conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assignados, e se passou por duas vias. Pedro Alexandrino de Abreu Bernardes a fez em Lisboa, ao primeiro de junho de 1753. O secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre, o fez escrever – Diogo Rangel de Almeida Castello Branco – Antonio Lopes da Costa” (RUBIM, *Memórias*, 258).

– Esse alvará foi executado a trinta de novembro de 1753, perante “a Camara, Clero, Nobreza e Povo da Vila de Sam Salvador” (ALMEIDA, *Inventário*, VIII, 294).

– Anteriormente – no século XVII – a capitania da Paraíba do Sul estivera sob a jurisdição do termo da Vitória. Eis o que, a propósito, escreveu AUGUSTO DE CARVALHO: “Em 1630, pouco mais ou menos, tendo sido a Capitania de S. Tomé incorporada na Coroa, por deixação que dela fez Gil de Góis da Silveira – a esse tempo residente em Madri, onde faleceu – mediante a tença de cem mil réis, concedida a sua mulher d. Francisca de Aguilar Manrique, veio Ordem para que todo este imenso trato de terreno fosse dividido em dois termos. As terras do norte da barra do Rio Paraíba passaram a pertencer ao termo da Vitória, Capitania do Espírito Santo; passando as do sul da mesma barra a fazer parte do termo de Assunção de Cabo Frio, com sujeição ao governo do Rio de Janeiro. Parte daquelas foram dadas em sesmaria, segundo a ordem e datas abaixo designadas. [...] As de Muribeca, logo depois do total abandono do povoado de Santa Catarina das Mós, começaram a ser senhoreadas pelos padres jesuítas. [...] Todas estas concessões eram feitas – de 1630 a 1674 – pelo governador da Capitania do Espírito Santo” (*Apontamentos*, 107-8).

– Ver, também, LAMEGO, *Os Fazendeiros*, 65.

A vinte e oito de julho de 1744, foi expedida carta régia mandando tirar devassa, de que resultaram a deportação dos índios Manuel Lobato e João Lopes para a colônia do Sacramento e a “exterminação para longe da aldeia” dos menos culpados.

Conseqüência dessas lutas foi a fundação da aldeia de Orobó, “nas cabeceiras do rio Reritigba, a três leguas do mar”, por um grupo de índios descontentes.

A política de hostilidades mútuas, que se estabeleceu entre os dois núcleos, obrigou o superior de Iiritiba a manter seus pupilos em pé de guerra, para a defesa de qualquer ataque dos contrários. A precaução exigiu mesmo fossem instaladas duas peças de artilharia junto à igreja que a piedade e a devoção do padre Anchieta ergueram sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção.

Prosseguiram as animosidades até a expulsão dos inacianos do Brasil, sem que as autoridades da colônia se resolvessem a cumprir as determinações reais tendentes a pôr cobro à penosa situação.<sup>6</sup>

**MINAS DO CASTELO** – Ao se iniciar a segunda metade do século XVIII, o ouvidor do Espírito Santo estabeleceu as minas do Castelo, provocando o ato, desde logo, a condenação do governo da Bahia. Entretanto, o intendente geral do Rio de Janeiro deu instruções para que prosseguissem os trabalhos da mineração, embora a região estivesse dentro dos limites da administração baiana.

Justificando seu ponto de vista, o conde de Atouguia endereçou ao ouvidor extensa missiva, na qual frisou o perigo que significava, para a segurança do país, a exploração de minas próximas à costa tão deficientemente fortificada. (I)

Venceu o ponto de vista do intendente carioca, pois, em 1758, o soberano ordenava ao governador do Rio de Janeiro desse parecer sobre o pedido dos oficiais da Câmara da vila de São Salvador de Campos, no sentido de se criar ali um posto de quintação e abrir um caminho para as minas.<sup>7</sup> Inspiraram aquela petição grandes perigos e dificuldades que sofriam quantos precisavam ir ao

---

6 - Os dados sobre a revolta dos índios de Iiritiba estão no capítulo IV, do III volume, de *A Terra Goitacá*, da autoria de ALBERTO LAMEGO, para onde encaminhamos o leitor interessado em maiores detalhes, inclusive no que tange à documentação. Ver, também, no mesmo vol. (p. 215 ss.), referências aos depoimentos tomados por ocasião da devassa aberta contra os jesuítas, após sua expulsão.

7 - Textos da representação, da ordem régia, do parecer do governador do Rio de Janeiro etc., in *A Terra Goitacá*, de ALBERTO LAMEGO, vol. II, p. 292-6. Todos de consulta indispensável a quem pretenda estudar o assunto.

Rio de Janeiro levar ouro para ser quintado, viagem que vinham fazendo desde 1751, para atender às exigências do fisco.<sup>8</sup>

De qualquer maneira, era a penetração, a fixação do homem, embora precária, em uma faixa de terra que ficava além da orla marítima.

Caxixe, Arraial Velho, Salgado, Ribeirão<sup>9</sup> – povoações que tiveram a vida efêmera das minas circunvizinhas – não deixaram de si nenhum sinal, mas nem por isso podem ser esquecidas quando se trata de relembrar o esforço das gerações pela conquista do território pátrio.

**O SOLDADO SANTO ANTÔNIO** – A administração, o aparelhamento bélico, os trabalhos da mineração, a luta contra os silvícolas – que nunca cessou<sup>10</sup> – não faziam esquecer a religião, de sabida importância na sociedade da época.

Em 1750, foi concedido o predicamento de paróquia à igreja de N. S. do Rosário, da vila do Espírito Santo, e, no ano seguinte, teve igual favor a de S. Mateus.<sup>11</sup>

A exemplo do que se vinha fazendo em outras capitanias, em 1752<sup>12</sup> o guardião do convento de S. Francisco requereu matrícula de Santo Antônio como soldado raso e as autoridades locais resolveram conceder ao taumaturgo o soldo correspondente àquele posto.<sup>13</sup>

8 - “Certifico que desde primeiro de Agosto de 1751 até catorze de Julho de 1759, tem entrado nesta Casa da Moeda 246 marcos, duas onças e uma oitava e dezoito graos, extrahido nas minas do Castello, de cuja quantia se há tirado para S. Mag. 49 marcos, duas onças, uma oitava e 18 graos. Rio de Janeiro catorze de Julho de 1759. O escrivão da Casa da Moeda, Bento Luiz de Almeida” (*apud* LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 295).

9 - PENA, *História*, 84.

10 - JOÃO RIBEIRO diria: “A história do Espírito Santo consiste em encarniçadas lutas entre os colonos, que apenas ocupam o litoral, e os índios bravos botocudos e goitacazes, que descem de vez em quando em correrias até a costa” (*Hist. do Brasil*, 339).

11 - PENA, *História*, 83.

12 - MACEDO SOARES, *Santo Antônio*, 54.

13 - “Certidão da matricula de Santo Antonio do Convento de S. Francisco da Villa de N. Sa. da Victoria: ‘O glorioso Santo Antonio collocado no Convento de São Francisco d’esta villa, a requerimento do Reverendo Padre Guardião Frei Amaro da Conceição, presente o Capitão mór José Gomes Borges e o doutor Provedor e Vedor deste Prezidio Bernardino Falcão de Gouvêa, a beneplacito do Capitão da Infantaria Martinho da Gama Pereira e do Ajudante supra Francisco da Costa Vieira e mais officiaes e soldados da Companhia de Infantaria paga, vence soldo de soldado, de hoje em diante, cujo soldo se lhe hade pagar dos sobreditos á razão de hum vintem por mez de cada soldado e de dous vintens de cada official athé por ordem de S. M. se lhe pague seu soldo pela Fazenda Real, sobre o que se hade fazer requerimento, do que fiz este assento que assignaram os ditos Capitão mór, o Capitão de Infantaria, Ajudante mais officiaes e o doutor Provedor, sendo na mostra de vinte e um de fevereiro de 1752.’” (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, VIII, 439, onde se encontram referências a outros documentos alusivos ao mesmo assunto).

**RENDAS E DESPESAS DA CAPITANIA** – Existe, da época, um ofício do ouvidor geral da capitania, dirigido ao soberano, que proporciona singular retrato da situação. Assim é que Vitória, por exemplo, tinha as suas fontes de renda nos contratos de subsídio, de aguardente, enrolamento de pano de algodão, de aferições de medidas, balanças e pesos, e mais uns foros e pensões que se lhe pagavam dos chãos e teares. Em algarismos, 628\$153 por ano. As despesas compreendiam: infantaria, 510\$280; uma procissão de *Corpus Christi* e outra de S. Sebastião, 74\$000; ordenados do escrivão, do alcaide e propina do secretário do Conselho Ultramarino, 6\$000 (aqueles e esta anuais). (II) Nem um real para obras públicas, educação, saúde. (III)

O Erário funcionava para duas classes – a militar e a eclesiástica.

De 1752, mais um depoimento sobre o senhorio, agora do capitão-mor José Gomes Borges (aqui chegado a quinze de janeiro daquele ano) e que o encontrara “no mais deploravel estado que se pode considerar”. Causaram-lhe péssima impressão as obras de defesa: “examinando as suas fortificassoens, q. se compõem de tres Fortes, e quatro Reductos, dos quaes apenas se vem as ruinas, achei aqueles bastantemente arruinados, e a Artilharia que os garante necessitando de alguns reparos”. O ambiente social é que mereceu palavras animadoras do delegado del-rei: “O povo desta Capitania, que algum dia foi mais revoltoso, se acha reduzido a milhor quietasam, do que se deve supôr, que todos os seus desmanchos procedião dos Ministros [funcionários da Coroa] com os Capitaens mores”.<sup>14</sup>

**NOVAS VILAS** – Importa em longo estudo, digno, aliás, da atenção de um pesquisador do nosso passado, a transformação das aldeias jesuíticas em vilas e cidades. O tema merece demorada dissertação cheia de atrativos, principalmente quando se trata de deslindar a evolução dos antigos moradores, através dos seus descendentes, no sentido da civilização europeia, no caso a organização político-social do ocidente.

Temos, no Espírito Santo, dois exemplos puros de antigas aldeias fundadas pelos inacianos e que se tornaram núcleos populosos, podendo-se avaliar sua importância pela maneira por que se destacaram na História da Capitania. Iiritiba e Reis Magos são seus nomes. A primeira, tão lembrada e reverenciada

---

14 - Cópia da carta de vinte e oito de agosto de 1752, de José Borges ao soberano português (Ms da BN, onde é encontrado na cota II-34, 11, 8).



por ter sido – segundo a tradição – fundada por José de Anchieta, tendo-o acolhido nos últimos anos de vida, foi elevada à categoria de vila por alvará de primeiro de janeiro de 1759.<sup>15</sup> A segunda teve aquele mesmo predicamento no ano anterior, ou, mais precisamente, a oito de maio de 1758, recebendo a denominação de Nova Almeida.<sup>16</sup> Tais atos traduziam o reconhecimento oficial de situação de fato, isto é, da existência de núcleos mais ou menos populosos. Era a expansão, embora a passos lentos.

**A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS** – Ao despontar o ano de 1760, o Espírito Santo perdeu a poderosa força que, havia mais de dois séculos, vinha colaborando no seu desenvolvimento: os jesuítas. Foi a vinte e dois de janeiro daquele milésimo que Vitória assistiu ao embarque dos dezessete inacianos<sup>17</sup> que, ao tempo, residiam na capitania. Era a execução do alvará<sup>18</sup> de D. José, que expulsava de Portugal e domínios todos os membros da Companhia de Jesus.

Como a significar a importância que a Coroa e seus delegados emprestavam ao assunto, a diligência da prisão dos jesuítas, no Espírito Santo, foi cometida ao desembargador João Pedro de Sousa Sequeira Ferraz,<sup>19</sup> da Relação do Rio de Janeiro. Aqui chegado a quatro de dezembro do ano anterior,<sup>20</sup> no mesmo

15 - JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 202. Informa o autor que o alvará citado no texto só teve execução a catorze de fevereiro de 1761, pelo ouvidor Francisco de Sales Ribeiro (*op. cit.*, 202). Foi, então, dado à povoação o nome de Vila Nova de Benevente, tirado de uma vila portuguesa. Em homenagem ao *Apóstolo do Brasil*, “passou a ter o nome de Anchieta, e foi elevada a cidade por Lei provincial número seis, de doze de agosto de 1887, instalada em dois de dezembro de 1887. Foi criada comarca em dezessete de abril de 1890” (LAMEGO, *Efemérides*, I, 9).

16 - Em verdade, há dúvida sobre a data do alvará que criou a vila de Nova Almeida. Os documentos que constituem o *Livro Tombo da Vila de Nova Almeida* não esclarecem o assunto, embora permitam concluir pela data de oito de maio de 1758. MARQUES (*Dicion. ES*) refere-se a dois de janeiro de 1759; PENA (*História*, 180) é do mesmo parecer. DAEMON (*Prov. ES*, 165) adota oito de maio de 1758; RUBIM (*Notícia*, 342), *idem*.

- A vila foi instalada aos quinze de julho de 1760 (DAEMON, *op. cit.*, 169).

17 - Baseando-se nas informações do padre Francisco da Silveira, Serafim Leite afirma que era aquele o número de jesuítas embarcados no Espírito Santo. CAEIRO, por exemplo, dá dezesseis (*Jesuítas*, 254). SERAFIM LEITE explica a sua afirmação: “Outros autores variam, mas Silveira é primeira fonte” (*HCJB*, VI, 142).

- Entre os inacianos integrantes da turma que partiu do Espírito Santo contava-se o escritor Manuel da Fonseca, autor da célebre *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*.

18 - Ato de três de setembro de 1759 (TEIXEIRA, *Dicionário*, 494).

19 - LEITE, *HCJB*, VI, 141-2; ALMEIDA (*Inventário*, I, 395) grafa Siqueira.

20 - CAEIRO, *Jesuítas*, 253.

dia fez cercar o Colégio dos padres, mantendo-os em custódia até que fossem arrebanhados os das residências: Muribeca, Itapoca e Araçatiba; e os das missões dos Reis Magos e Iiritiba.<sup>21</sup> Àquele dia, acompanhados de Ferraz, seguiram – pela nau *Libúmia*<sup>22</sup> – com destino ao Rio de Janeiro, de onde, mais tarde, embarcaram para o exílio.

Seguiu-se a devassa, presidida pelo padre Antônio Esteves Ribeiro, vigário colado da vila de N. S. da Conceição de Guarapari, tendo sido ouvidas, como testemunhas, sessenta e duas pessoas.<sup>23</sup> Informa Alberto Lamego: “Quase todos os depoimentos versavam sobre as terras da fazenda da Muribeca”,<sup>24</sup> por certo a mais importante propriedade da Companhia, no Espírito Santo.

**PREJUÍZOS SOFRIDOS PELA CATEQUESE E ENSINO** – Faltam elementos para fixar com precisão os efeitos provocados, na capitania, pela retirada dos jesuítas. Não foi de menor expressão a desordem trazida à política de aperfeiçoamento dos indígenas, que, em massa, desertaram as aldeias, de regresso às brenhas de origem.<sup>25</sup>

No terreno precaríssimo da instrução, foi enorme o prejuízo. A biblioteca da casa<sup>26</sup> desmantelou-se. Anos mais tarde, o Tribunal da Mesa Real Censória exigiu os livros, cabendo ao ouvidor da comarca a tarefa de deitar bando e recebê-los, em restituição, das mãos dos que se acusaram.<sup>27</sup> Em 1794, incendiou-se o remanescente.<sup>28</sup>

**AUMENTA O EFETIVO MILITAR – DADOS SOBRE POPULAÇÃO E COMÉRCIO** – Teve, sem dúvida, larga repercussão na capitania de há dois séculos o ato do marquês de Lavradio, governador e capitão-general da Bahia, mandando

21 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, III, 153, 171-2.

22 - CAEIRO, *Jesuítas*, 255.

23 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, III, 214.

24 - *Efemérides*, I, 247.

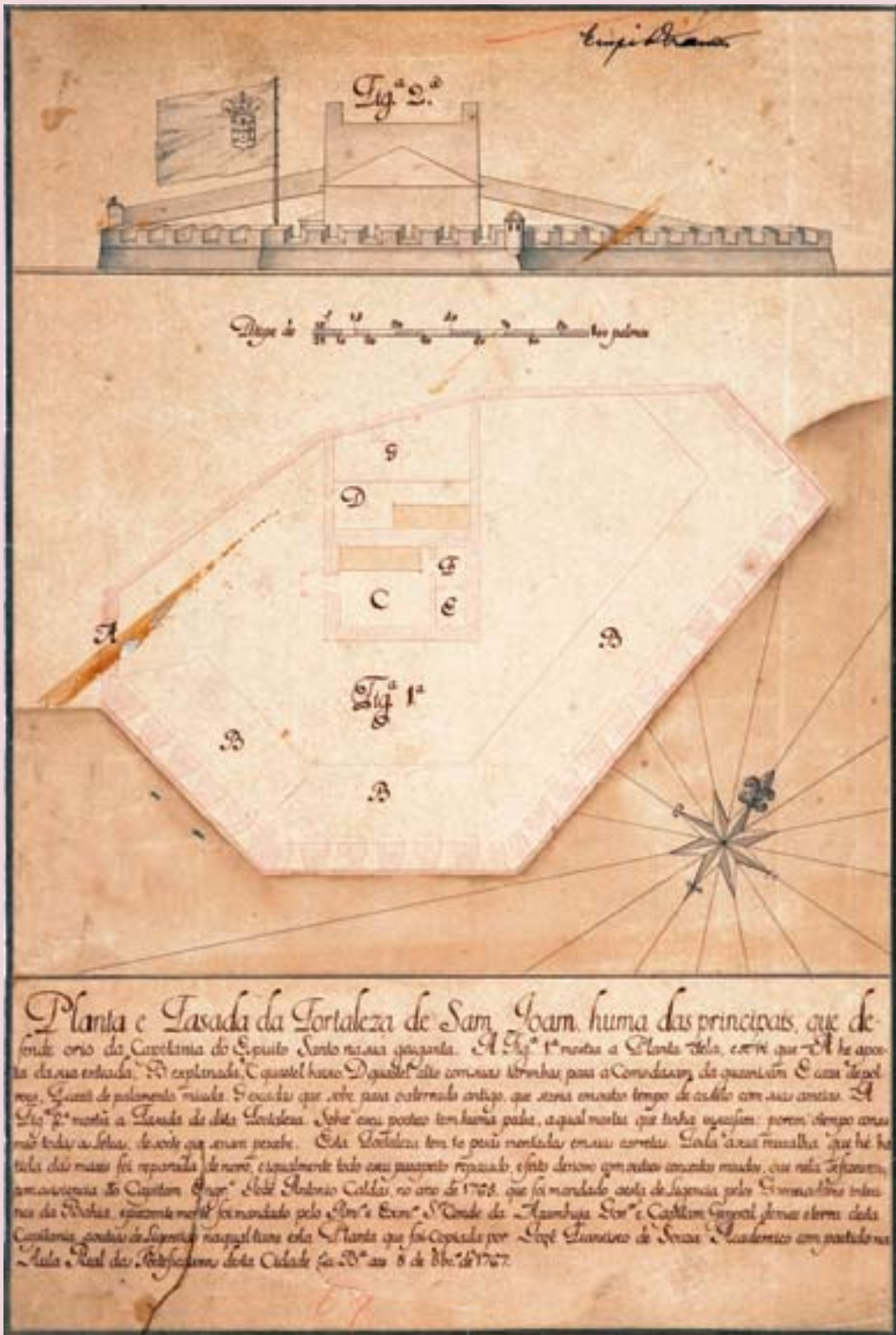
25 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, III, 153.

26 - “Boa livraria”, escreveu LEITE (*HCJB*, VI, 141).

27 - Três documentos sobre esse detalhe in *Inventário*, de ALMEIDA, II, 253.

28 - “...por ter-se acidentalmente queimado em 1794 a biblioteca dos extintos jesuítas”. (INÁCIO ACCIOLI DE VASCONCELOS, *Memória anexa ao ofício de vinte e três de abril de 1828, dirigido ao ministro da Justiça Lúcio Soares Teixeira de Gouveia* – Ms. pertencente ao acervo da BN, onde tem o número I-11, 4, 3).





Planta e Fachada da Fortaleza de São João, huma das principais, que defende o rio da Capetania do Espírito Santo na sua garganta. A Fig. 1.ª mostra a Planta da dita, e a Fig. 2.ª a fachada da dita entrada. A esplanada, e quartel hauez de quatro alios com duas libranças para a Comandancia da guarnição. E com o telhado de palamento misto. E o canal que corre para o interior antigo, que se usa em outro tempo de cisterna com suas canoas. A Fig. 2.ª mostra a Fachada da dita Fortaleza. Onde se veem tres humas portas, a qual mostra que tinha a guarnição, porém sempre com mais de tres a setenta de artilha que se usa por aqui. Esta Fortaleza tem as portas montadas em suas cornijas. Toda a area muralha que he de fora da dita muralha foi reparada de novo, e igualmente todo o seu passeio exterior, e finto de novo com outros muros, e com outras defensas, em conformação do Capitão Major João Antonio Caldas no anno de 1768, que foi mandado fazer de ordenação do Sr. Governador da Bahia da Bahia, e a guarnição desta foi mandada pelo Sr. Com. da Armada Sr. e Capitão General General Gomes e Silva da Capitania de Laguna na qual ha esta Planta que foi copiada por Luiz Francisco de Souza Acadêmico com patulo de Aula Real da Universidade desta Cidade no dia 8 de Maio de 1767.

Planta e fachada da fortaleza de São João, em Vitória  
 Ver descrição no Índice de Gravuras.  
 Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército  
 Foto Beto Felício - Rio de Janeiro

para cá a companhia de infantaria denominada *do Pinto*, aumentando, assim, o efetivo militar para sessenta homens.<sup>29</sup> Isso em 1768.

Da mesma época foram as providências para construção da fortaleza da Ilha do Boi<sup>30</sup> e reforma das demais existentes na barra de Vitória. Confiaram a tarefa ao engenheiro José Antônio Caldas<sup>31</sup> que não fez obra a contento,<sup>32</sup> mas

29 - DAEMON informa: “para que, unida à Companhia de Infantes que havia, se formasse uma Companhia de sessenta Infantes” (*Prov. ES*, 173). RUBIM assim se exprime:

“Para que unida à infantaria desta Capitania formasse uma companhia de noventa infantes” (*Memória Estatística*, 168). JOSÉ MARCELINO fala em sessenta infantes (*Ensaio*, 96). Os autores citados acrescentam que a companhia conhecida pela denominação de *Companhia do Pinto* pertencia ao *Regimento Alvim*.

30 - “Ofício do governador Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça, em que promete empregar todos os seus esforços para a rápida construção da nova Fortaleza na Ilha do Boi, da Cap do ES. Bahia, vinte e oito de abril de 1768” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 193).

31 - Engenheiro, militar, professor (da Aula Militar da Bahia), realizou obras nas ilhas do Príncipe e de S. Tomé, projetou reforma da catedral da Bahia, fez numerosas plantas do interior e do litoral do Brasil, inspecionou e escreveu sobre lugares e regiões da colônia. Em 1779 insistia “pelo deferimento do requerimento em que pedira algum soldo pela regência da aula, que exercera durante 12 anos, sem receber qualquer gratificação especial por este serviço” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 427). Informações esparsas sobre J. A. Caldas, também, no I vol. do *Inventário* citado. Esta *História* publica quatro trabalhos do operoso militar executados quando de sua visita à capitania.

32 - Conforme *ofício do governo interino da Bahia para Francisco Xavier de Mendonça Furtado* – Bahia, dezesseis de janeiro de 1766 (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, II, 108). Nesse mesmo ofício se fala da remessa feita, pelo governo da Bahia ao do Espírito Santo, de “cem barris de pólvora, dez peças de artilharia, com seus reparos e mais pertences, mil balas, cento e dez armas, vinte arrobas de mórão e duas cunhetas de bala miúda”. Também há referência a duas companhias de infantaria (pagas), mandadas da Bahia ao Rio de Janeiro, “na suposição de lhe serem precisas para socorro da Nova Colônia do Sacramento”, e devolvidas pelo governo fluminense ao Espírito Santo. Muitos soldados dessa companhia desertaram durante sua permanência aqui (*Ofícios do capitão-mor do Espírito Santo ao governo da Bahia*, *apud* ALMEIDA, *Inventário*, II, 109).

- Estava, então, à frente da capitania, Anastácio Joaquim Moita Furtado – que algumas vezes encontramos citado como Anastácio Joaquim da Moita Furtado. Não é exato que tenha sido o sucessor imediato de Antônio de Oliveira Madail na governança, conforme escreveu AMÂNCIO PEREIRA (*Homens e Cousas*, 10). Parece que a razão está com Eujênio de Assis quando aponta Dionísio Carvalho de Abreu como sucessor de Madail (ver *foot-note* n.º 69, do capítulo XI). – Já era capitão-mor em dezembro de 1765 (ALMEIDA, *Inventário*, II, 109). Aos vinte e cinco de março de 1776, era acusado, pelo juiz ordinário da vila da Vitória, “de cometer abusos e arbitrariedades no exercício do seu cargo” (*Anais BN*, II, 317). De 1779, finalmente, existe um “Ofício do Governador Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Melo e Castro, em que se refere à licença concedida ao Capitão-mor do Espírito Santo Anastácio Joaquim da Moita Furtado para regressar ao Reino com sua mulher” (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, II, 446). “Ofício do governador marquês de Valença para Martinho de Melo e Castro, em que se refere à licença concedida ao capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Anastácio Joaquim Moita Furtado, e à sua substituição durante o tempo em que esteve ausente do lugar” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 484).

deixou interessante depoimento sobre a capitania, tal como a viu em 1767. Segundo o ofício por ele endereçado ao *conde governador*, a capitania tinha oito mil almas, “sem a resenha dos meninos e pagãos”, exportava mantimentos, madeiras, panos de algodão e açúcar para a Bahia, Rio de Janeiro e portos do sul, em valor superior a trezentos mil cruzados por ano. O transporte se fazia em embarcações pertencentes aos próprios comerciantes de Vitória, “que neste continente disfrutam o commercio mais regular”. Relewa notar que os panos de algodão tinham predominância nas pautas da exportação, sinal evidente de que a indústria de tecelagem ocupava lugar de destaque nas atividades da gente capixaba.<sup>33</sup>

Carta do ouvidor de Porto Seguro ao soberano português dá conta de que, em 1771, havia abundância de gado *vacum* no Espírito Santo.<sup>34</sup>

**INVASÃO DAS MINAS DO CASTELO** – A indústria da mineração sofreu rude golpe quando, em 1771, os *puris* atacaram as minas do Castelo, obrigando quantos ali trabalhavam a abandonar a região.

A fim de assegurarem às mulheres e crianças retirada mais ou menos segura, os homens monopolizaram a atenção dos atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício.

---

33 - “Aqui me ocorre por na prezença de V. Exa. que esta Villa [da Vitória] é fertil de todos os fructos e legumes, que produzem neste Brazil, e com tanta abundancia, que não só a gente da terra (que excede o número de oito mil almas, sem a rezenha dos meninos e pagãos), mas ainda carregam de mantimentos muitas embarcações, com que enchem, fornecem e satisfazem em parte esta cidade [do Salvador] e a do Rio de Janeiro, sendo uma das Villas que tem grande commercio no Brazil, porque saiem pela sua barra todos os annos para cima de 300:000 cruzados, não só dos effeitos de mantimentos, se não também em assucares, madeiras e pannos de algodão (que este genero é o principal daquelle commercio), os quaes transportam em vinte sumacas (cujos senhorios são moradores nella), não só para esta Bahia e Rio de Janeiro, se não para todos os portos do sul como Santos, Paranaguá, Iguape, Cananéia, Itanhaem, Ilha Grande e outros, sendo os commerciantes desta Villa os que neste continente disfructam o commercio mais regular della”. “*Ofício do Engenheiro José Antonio Caldas para o Conde Governador, no qual lhe dá explicações sobre as nove plantas que lhe remete, relativas à Capitania do Espírito Santo e diversas informações sobre a mesma Capitania e a construção da Fortaleza da Ilha do Boi. Bahia, treze de outubro de 1767*” (apud ALMEIDA, *Inventário*, II, 183).

- Tratando de Nova Almeida, BASÍLIO DAEMON informa que, em 1760, “aquela vila exportava para a da Vitória mil arrobas de algodão, mil e quinhentos alqueires de milho, trezentos alqueires de feijão, dois mil alqueires de farinha, três mil dúzias de tabuado, afora toras de jacarandá, canoas, gamelas, azeite de mamona, e peixe em grande quantidade” (*Prov. ES*, 169).

34 - ALMEIDA, *Inventário*, II, 257.

Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do rio Itapemirim, fazendo surgir a freguesia de N. S. do Patrocínio.<sup>35</sup> O governo não acudiu com auxílio de espécie alguma. Parece mesmo que, intimamente, aplaudiu a façanha dos silvícolas.<sup>36</sup>

**ENSINO PÚBLICO** – Com a saída dos jesuítas, a capitania ficou desprovida de escolas. Choveram reclamações em Lisboa. O aumento da população e da importância da terra, de sua indústria, de seu comércio, exigia a criação de, pelo menos, uma aula em Vitória. Atendendo a tão justo anelo, foi expedida a provisão régia de vinte e dois de maio de 1771, mandando instalar, na sede da capitania, uma cadeira de gramática latina. Os recursos para a manutenção dos mestres vinham do *subsídio literário*,<sup>37</sup> coletado pelas câmaras. Eram, portanto, os próprios habitantes da terra que custeavam, diretamente, o ensino. De qualquer modo, para os capixabas, significava “o primeiro passo dado pela metrópole a bem da instrução”.<sup>38</sup> Assevera Mário Freire que “a Corte mandou, depois, abrir aulas de ensino público em São Mateus, Itapemirim, Benevente, Espírito Santo e Nova Almeida”.<sup>39</sup>

A juventude em idade escolar conheceria, poucos anos mais tarde, o ensino obrigatório, quando se determinou que, “sob pena de prisão, todos os pais levassem os filhos à casa do respectivo escrivão, pois este, além da doutrina cristã, era obrigado a ensinar-lhes a ler e escrever”.<sup>40</sup>

35 - FREIRE, *Capitania*, 121-2.

36 - É o que se infere de uma passagem da informação dirigida, a onze de julho de 1790, pelo capitão-mor Inácio João Mongeardino, ao governador da Bahia, onde aquela autoridade diz que as “Minas do Castello se achão cheias de mattos, por eu impedir a limpa dellas, a fim de evitar a sua communicação” (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, III, 178).

37 - A três de agosto de 1772, fora apresentado, pela Mesa Censória, um plano de reforma dos estudos menores, onde se propunha a criação de um fundo pecuniário para as despesas da instrução pública: “um real em cada canada de vinho, e quartilho de aguardente, cento e sessenta réis em cada pipa de vinagre, e um real em cada arrátel (de carne) de vaca nas possessões de além-mar”, o que foi confirmado por carta de seis de novembro de 1772. As cartas de dez do mesmo mês aboliram as consignações para Instrução do Estado, e estabeleceram para o mesmo fim a Contribuição do Subsídio Literário (BRAGA, *Hist. Universidade*, III, 368).

- Tributo que, “no Brasil, correspondia a um real em arrátel de carne e dez réis em canada de aguardente” (RIZZINI, *O Livro*, 218).

38 - BASÍLIO DAEMON aponta o nome do primeiro ocupante da cadeira: “F. Pita Rocha, que pouco demorou-se a lecionar, sendo nomeado pouco depois o padre Marcelino Pinto Ribeiro, que nela subsistiu por muitos anos” (*Prov. ES*, 176).

- Em verdade, anteriormente, em 1759, o governo português determinara a nomeação de professores para a vila de Nova Almeida (*Arquivos do ES*, II - *Livro Tombo da Vila de Nova Almeida*, 8).

39 - *Capitania*, 123.

40 - FREIRE, *Capitania*, 123.

**CENSO – RECRUTAMENTO** – Segundo documentação oficial, em 1774-75, a população do Espírito Santo era calculada em 7.773 almas. Os fogos subiam a 1.434.<sup>41</sup>

Ao fazer tal levantamento, visava a administração “saber a gente que se pode tirar de cada uma [freguesia] para o serviço de S. M. sem opressão dos povos”.<sup>42</sup>

Iniciado o recrutamento, imediatamente a Câmara de Vitória protestou, alegando que a capitania ficava “desprovida de homens para a sua guarnição e defeza dos ataques dos gentios”<sup>43</sup> e dos espanhóis, de cuja presença na ilha de S. Catarina chegaria notícia a Vitória em março de 1777.<sup>44</sup> Foi a única voz que se ergueu contra aquela providência, conforme resposta do governador.<sup>45</sup>

41 - Documento anexo ao *Ofício do governador Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Melo e Castro, no qual informa largamente sobre o recrutamento dos marinheiros para as naus de guerra e os documentos estatísticos que tem anexos, muito bem elaborados e interessantes (apud, ALMEIDA, Inventário, II, 287-90).*

- No Mapa de todas as Freguesias que pertencem ao Arcebispado da Bahia e sujeitos os seus habitantes no temporal ao governo da mesma Bahia, com a distinção das comarcas e vilas a que pertencem, com o número de fogos e almas, para se saber a gente que se pode tirar de cada uma delas para o serviço de S. M., sem opressão dos povos – Bahia, nove de janeiro de 1775, encontra-se o seguinte: “Comarca do Espírito Santo: N. S. da Vitoria, fogos 1.112, almas 6.786; Espírito Santo de Vila Velha [sic], f. 96, a. 300; N. S. da Conceição da Serra, f. 92, a. 226; freguezia da Vila Guaraparim, f. 134, a. 421. O eclesiastico e civil [desta Capitania] pertence [sic] ao Rio de Janeiro, mas o militar e provedoria pertence á Bahia” (ALMEIDA, *Inventário*, I, 289-90). Note-se que há uma diferença de quarenta habitantes entre os dois mapas.

42 - Ver foot-note número 41.

43 - Os soldados eram recrutados para reforço dos contingentes da Bahia (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, II, 312).

44 - ALMEIDA, *Inventário*, II, 347.

45 - *Ofício do Governador Manuel da Cunha Menezes dirigido à Câmara da Vila da Vitória. Bahia, quinze de Dezembro de 1775*: “Respondendo á carta que V. Mcês. me dirigirão datada de dezesseis de setembro devo dizer-lhes que fazendo eu outro conceito da sua honra e considerando-o bons e fieis vassallos d’Elrei nosso Senhor a referida carta me fez mudar de conceito, porque não tende a mesma, nem tem outro fim mais, do que embaraçar as ordens de S. M. de que eu sou executor. São V. Mcês os unicos de todas as Capitánias subalternas a este governo que se atreverão a maquinar por caminhos encobertos para embaraçarem a vinda de alguns moços para servirem a S. M. no exercito que o mesmo Senhor tem prompto para defeza deste estado nos territórios do sul. Todas as mais Capitánias tem concorrido e tem dado moços e mantimentos, porque os habitantes são leaes vassallos ao Soberano e conhecerão a precizão com que o mesmo soberano pedia tão indispensavel socorro. Eu não desejava remeter á Real Presença a carta citada e outros mais papeis, que na mesma occasião recebi desta Capitania, porquanto receio que S. M. faça ver nessa capitania o seu grande poder, pois todos os castigos são poucos” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 312).



Desatendidos e censurados na Bahia, voltaram-se os capixabas para o Rio de Janeiro, onde obtiveram melhor êxito, ou seja, uma ordem do vice-rei para que fosse suspenso o recrutamento.<sup>46</sup>

Em 1776, a situação militar traria, novamente, ao Espírito Santo, “o Sargento-mor Engenheiro José Antonio Caldas, com dois dos seus subalternos e alguns inferiores e soldados bons da Artilharia, para se reedificarem as Fortalezas da mesma Capital, levantar reclusas e instruí-los nas manobras da Artilharia e Infantaria, como também formar hum novo Terço de Auxiliares dos moradores, para estes pela melhor forma possível defenderem aquella importante entrada, no caso de ser atacada”.<sup>47</sup>

No ano seguinte, a guarnição da capitania contava com cento e vinte e sete praças da *Companhia de Infantaria paga*<sup>48</sup> e “as fortalezas da Barra da Villa da Victoria não tinham a artilharia necessaria para a defesa e precisavam ser reforçadas, pelo menos, com vinte peças”.<sup>49</sup>

---

46 - *Ofício do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil, para o Governador da Bahia, no qual se refere à importância do posto da Vila da Vitória da Capitania do Espírito Santo e à inconveniência de recrutar nesta Capitania soldados, que possam fazer falta para a sua defesa. Rio de Janeiro, trinta e um de outubro de 1775.*

- “Ainda que a guerra se não acha até agora declarada, he certo, que por ordem d’El-rei Meu Senhor, se devem guarnecer todos os portos, que se acharem no risco de serem acometidos e como me consta que por ordem de V. Ex. se estão recrutando os Moradores da Villa da Victoria da Capitania do Espírito Santo, para serem remetidos para essa Cidade, me parece devo representar a V. Exa. que aquelle porto he hum dos mais importantes, donde deve haver toda a precisa deffensa e a maior cautela, não só pela vizinhança, em que se acha com as Minas do Castello e com a Capitania de Minas Geraes, porque tomado elle, ficam no risco de perderem-se aquellas Minas, por haver caminho franco da mesma Villa para ellas e por conseguinte todas as outras contiguas áquella Capitania, mas tão bem pelos continuos assaltos, que lhe dá o gentio bravo dos sertões, com que ella confina, que achando-a desprevenida e falta de gente, que lhe haja de resistir, pode causar-lhe hum grande damno e até destruir-lhe tudo o que n’ella houver, por cuja causa tomei a resolução de ordenar ao Capitão mór da mesma Villa suspendesse por hora as reclusas, que n’ella se estão fazendo, até segunda ordem de V. Ex., a quem escrevia sobre este particular, que ponho na presença de V. Exa. para dar as providencias, que lhe parecerem mais justas” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 318-9).

- Parece, contudo, que, efetivamente, a Bahia recebeu reforço capixaba. É o que se infere do ofício que se lê em ALMEIDA (*Inventário*, II, 333): “Na Companhia da Capitania do Espírito Santo, que fiz logo marchar para aumentar o numero da guarnição [da Bahia]”. O grifo é nosso.

47 - *Ofício do Governador Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Melo e Castro, no qual se refere ao recrutamento de soldados para completar os regimentos que estavam destacados no Rio de Janeiro e aos obstáculos que encontrara para recrutar cinqüenta praças na Capitania de Sergipe d’El-rei e que o obrigaram a recorrer de novo à do Espírito Santo. Bahia, quinze de abril de 1776 (apud ALMEIDA, *Inventário*, II, 318).*

48 - *Relação dos gêneros precisos para se fardarem cento e vinte e sete praças da Companhia de Infantaria paga, que guarnece a Capitania do Espírito Santo. – Bahia, três de agosto de 1777 (apud ALMEIDA, *Inventário*, II, 380).*

49 - ALMEIDA, *Inventário*, II, 346.

**CORREIOS, ÍNDIOS E NEGROS** – Passo a passo, aumentavam os recursos locais e, com eles, vinham os benefícios da civilização.

A primeiro de janeiro de 1779, inaugurou-se o serviço de correios entre Campos e Vitória.<sup>50</sup>

Os índios é que, de quando em vez, faziam incursões pelos povoados, demonstrando – com sua presença – quão precária era a segurança que a terra oferecia, não obstante mais de dois séculos de colonização. Naquele mesmo ano de 1779, atacaram o distrito de Santa Maria, no rio do mesmo nome, causando enormes prejuízos em vidas e benfeitorias. Possivelmente, tais assaltos eram represálias às atitudes criminosas dos próprios civilizados, sempre atentos e dispostos a caírem sobre os silvícolas, na ânsia de escravizá-los.

De passagem, seja dito que a população negra da capitania, na segunda metade do século XVIII, devia ser bem numerosa, pois, em 1765, existia, em Vitória, irmandade dos pretos e se levantava – por iniciativa deles – a capela de N. S. do Rosário.<sup>51</sup>

**BANDEIRANTES ESQUECIDOS – POPULAÇÃO** – As minas continuavam preocupando aos mais ousados. Não raro os documentos citam nomes de bandeirantes esquecidos da História oficial. Nomes inexpressivos porque não alcançaram sucesso – que glorifica e imortaliza. Encontramos referências a um tal Bruno,<sup>52</sup> ou Bueno,<sup>53</sup> que teria descoberto terrenos auríferos na margem direita do Manhuaçu; e, de 1780, existe uma representação de Francisco Xavier Teixeira Álvares, dirigida à rainha, pedindo fossem enviados seis padres para várias aldeias de gentios situadas nas cabeceiras do rio S. Mateus e licença para explorar o ouro que encontrasse, além de certas regalias que era costume conceder aos primeiros povoadores.<sup>54</sup>

---

50 - “O correio fora criado no ano anterior [1778]”, informa LAMEGO (*Efemérides*, I, 9).

- Em 1816, o príncipe Maximiliano recebeu cartas da Europa, trazidas a Vitória pelo correio do Rio de Janeiro. O serviço era feito por terra e não ia além da vila da Vitória (MAXIMILIANO, *Viagem*, 140).

51 - DAEMON, *Prov. ES*, 170.

52 - DAEMON, *Prov. ES*, 184.

53 - RUBIM, *Notícias*, 342.

54 - ALMEIDA, *Inventário*, II, 461.

O rio Doce, não obstante a ferocidade das tribos ribeirinhas, já era utilizado como *estrada* para o comércio entre Minas Gerais e os portos do Espírito Santo.<sup>55</sup>

A darmos crédito aos recenseamentos da época, a capitania iniciou o último quartel do século em condições excepcionalíssimas. Basta dizer que, em um decênio, a população dobrara de número. De 7.773 habitantes – que acusou o censo de 1774-75 – subiu a 15.600, em 1780.<sup>56</sup>

Com os elementos disponíveis não se pode explicar o fenômeno, mercedor, aliás, de estudo mais demorado.

**MÁS AUTORIDADES** – Em 1782, empossou-se no cargo de capitão-mor-governador Inácio João Monjardim, de quem Alberto Lamego escreveu: “autoritário e vingativo, sua fama vogava por toda a Capitania”.<sup>57</sup>

A justiça continuava sendo administrada pelos ouvidores, nem sempre dignos da toga que vestiam. Neste, como em numerosos outros aspectos, a situação da capitania em nada diferia do que se passava nas outras partes da colônia luso-americana. A crônica do tempo está repleta de nomes de autoridades venais, de governadores e juizes que fizeram fortunas no exercício dos cargos, traficando com tudo e com todos.

Se quase sempre as queixas das vítimas eram abafadas pelos canais que conduziam à Coroa, algumas vezes – raríssimas – os culpados recebiam punição.

55 - *Instrumento em pública-forma com o teor de uns autos de justificação a que procedeu o Juiz ordinário da comarca do Espírito Santo Domingos Fernandes Barbosa Pita Rocha sobre o comércio de Minas Gerais que se fazia pelo Rio Doce para os portos do Espírito Santo. Vila da Vitória, vinte e dois de outubro de 1781* (ALMEIDA, *Inventário*, III, 181-2).

56 - *Mapa da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguesias das suas comarcas, com a distinção em quatro classes das idades pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o número dos velhos de mais de 90 anos, dos nascidos, dos mortos, e dos fogos, conforme o permitiram as listas que se tiraram do ano pretérito; no que é de notar que aqui não se incluem onze freguesias das Minas e Sertão do Sul, que passaram à jurisdição secular da Capitania das Gerais, ainda que se conservaram na eclesiástica da Bahia, cinco de dezembro de 1780.*

“Capitania do Espírito Santo – população, 15.600 almas; freguesias, 4.

Total de toda a população de ambos os sexos no ano de 1780: 287.850 almas [em toda a ‘Capitania da Bahia’]” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 480).

57 - LAMEGO, *Terra Goitacá*, IV, 90.

Os arquivos estão devolvendo, agora, aos seus faiscadores, os gritos de revolta e os clamores dos injustiçados. E a História, impossibilitada de outra ação, aponta ao ódio e à execração a memória daqueles que oprimiram os humildes e se infamaram, alienando despachos e sentenças.

Lamego, em sua *A Terra Goitacá*, rememora, em páginas candentes de justa revolta, as condenáveis atitudes de Monjardim, seus prepostos e mais o ouvidor Dr. José Antônio de Alvarenga Barros Freire, alinhando série enorme de negócios escusos praticados por aqueles, sem que o último agisse, como de seu ofício. As vítimas tiveram intérprete corajoso no padre José Nunes da Silva Pires, *pároco* de Nova Almeida que, em dois documentos, demonstrou a extensão dos males que afligiam o povo devido à desonestidade dos responsáveis pela sua segurança e bem-estar.<sup>58</sup>

Embora não se tenha encontrado explicação para o fato – estranhável porque Vitória era a sede da comarca – vale recordar que os ouvidores, desde quando também não se conseguiu apurar, residiam na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes. A informação está no ofício de Barros Freire (ouvidor do Espírito Santo), dirigido a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado, comunicando “ter tomado posse do seu logar na Villa de N. S. da Victoria cabeça da comarca e fixado residencia, como os seus antecessores, na Vila de S. Salvador dos Campos Goytacazes”. Na mesma ocasião, o ouvidor denunciava importantes extravios de dinheiro da Fazenda Real e falsificação de assinaturas. Também se gabava de ter recolhido ao cofre perto de trinta mil cruzados.<sup>59</sup>

**NOVAS UNIDADES MILITARES – CENSO – COMÉRCIO E INDÚSTRIA** – À medida que aumenta a importância da colônia, vão sendo criadas, aqui e ali, novas unidades militares. Em 1788, D. Rodrigo José de Menezes e Castro, governador e capitão-general da Bahia, determinou se instituisse no Espírito Santo “um regimento de infantaria de milícias e se lhe agregasse duas companhias de cavalaria”.<sup>60</sup> Organizado no ano seguinte (1789), teve como primeiro comandante o então capitão-mor-governador da capitania, Inácio João Monjardim.<sup>61</sup>

---

58 - *Terra Goitacá*, IV, 87-102.

59 - Datado: “Espírito Santo, seis de junho de 1784” (ALMEIDA, *Inventário*, II, 560).

60 - F. A. RUBIM (*Memória Estatística*, 168). O ato mencionado no texto é datado de vinte e nove de janeiro de 1788 (*Idem, ibidem*).

61 - F. A. RUBIM, *Memória Estatística*, 168.

- “D. Fernando José de Portugal, governador e capitão general da Bahia, por ordem de vinte e sete de agosto de 1793, regulou a companhia de infantaria de linha com 114 praças” (*Idem, ibidem*).

Vitória gabava-se de ser um centro industrial. Exportava anualmente 276.800 varas de pano de algodão; 202 arrobas de fio de algodão; 5.100 arrobas de *algodão aberto*; 4.877 arrobas de açúcar. E mais: arroz, milho e madeira. Tudo no valor total de 45:648\$480. Seus habitantes livres somavam 2.327 e escravos, 4.898. O produto da arrecadação era insuficiente para atender às despesas locais, tanto assim que, para a construção do prédio da cadeia, houve necessidade de apelar para as outras vilas da comarca e *fintar o povo*.

O gentio – já o dissemos – continuava presente e ameaçador. As áreas cultivadas não iam além de três léguas terra adentro, tamanho o receio que os incolos infundiam aos brancos.

Benevente era o centro mais populoso, depois de Vitória: 3.017 pessoas livres e 102 escravos. Predominava ali o elemento índio.

O capitão-mor Monjardim, a quem devemos os informes, queixava-se de que os habitantes da capitania eram “frouxos e nada ferrados ao interesse”. (IV)

Estranha aparência devia oferecer aquela sociedade tão mesclada na cor e na fortuna, falando uma algaravia em que predominava o túpico.<sup>62</sup>

Nada que recorde conforto, mesmo rudimentar. Tudo primitivo – homens e cousas.

Atestando sobre a competência de Antônio Pereira de Barros para exercer a advocacia, o ouvidor afirmava “não haver na comarca letrado algum formado”.<sup>63</sup>

62 - Uma lei de vinte e três de maio de 1795, da Câmara de Vitória, determinou o uso da língua portuguesa, estabelecendo pena de prisão para os infratores (DAEMON, *Prov. ES*, 195-6).

- “Da extensão que ganhou o tupi, como língua geral, a ponto de ser utilizada até nos púlpitos [...] já em 1727, por uma provisão desse ano, o governo da metrópole, alarmado com o abandono do português pelos próprios portugueses, proscreeva expressamente o tupi, proibindo o uso da língua brasileira” (FERNANDO DE AZEVEDO, *Cultura Brasileira*, 312).

63 - Documento datado da vila da Vitória, dezesseis de abril de 1792. O Conselho Ultramarino mandou passar provisão ao dito Pereira de Barros “para advogar, durante tres anos, na comarca do Espírito Santo ou em outra qualquer onde faltassem letrados formados” (ALMEIDA, *Inventário*, III, 266).

**EXÉRCITO DE PAPEL** – Não obstante a situação deficitária dos orçamentos locais, desconcertante variedade de corpos militares e militarizados: *Regimento da Infantaria Auxiliar, Terços da Ordenança, Companhia da Artilharia Auxiliar, Companhia dos Homens Pretos, Companhia dos Forasteiros, Companhia de Estudantes, (V) Tropa denominada da Conquista do Gentio bárbaro*, composta de duas companhias de vinte e cinco homens cada uma,<sup>64</sup> *capitães de entradas e assaltos* – denominação pretensiosa dada aos *capitães do mato*<sup>65</sup> – e outros mais.

Isto em um país cujos habitantes tinham verdadeira aversão pela carreira das armas.<sup>66</sup>

O espantoso, porém, é que, não obstante tanto aparato militar, navios franceses apresaram e saquearam embarcações portuguesas na barra do Espírito Santo, onde não existiam munições necessárias para a defesa da capitania...<sup>67</sup>

---

64 - *Da Informação geral e circunstanciada sobre o merecimento, préstimo e atividade de todos os Oficiais pagos da Capitania da Bahia (1789)* (ALMEIDA, *Inventário*, III, 113).

65 - "...devo dizer a V. Exc. que a ocupação dos que exercitão semelhantes postos [capitães de entradas e assaltos] consiste em prenderem aquelles escravos que fogem a seus senhores, o que frequentemente succede n'esta Capitania, juntando-se em pequenas povoações ou arraiaes, que pelo nome do paiz se chamão *Mocambos*. A criação destes postos hé antiga e pela provisão de vinte e seis de novembro de 1714, verá V. Exc. a aprovação que o Senhor Rei D. João V de gloriosa memoria fizera da dita criação. A necessidade da conservação destes postos hé constante e innegavel, pois havendo-os se evita de algum modo o fugirem os escravos dos engenhos e fazendas e ficarão os caminhos e estradas mais livres de salteadores. A fazenda real nada dispende com estes postos, pois os senhores dos negros que fogem, são os que satisfazem as diligencias em virtude de hum regimento dado aos Capitães de assaltos em vinte e oito de janeiro de 1676" (Do *Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Martinho de Melo e Castro, no qual o informa acerca das funções que exerciam os Capitães de entradas e assaltos dos distritos de N. S. da Vitória e do Rio Vermelho, para cujos postos haviam sido recentemente nomeados Inácio de Jesus dos Santos e Inácio Rodrigues Viana*. Bahia, trinta de abril de 1788 (ALMEIDA, *Inventário*, III, 82).

66 - "Com esta achará V. Ex. os mapps do tres regimentos d'esta guarnição, que estão em muito melhor estado que os ultimos que lhe remetti, faltando unicamente no Regimento de Artilharia, para se preencher o seu estado completo, quarenta e cinco praças, segurando a V. Ex. que vou continuando a recrutar, apezar das grandes difficuldades que encontro em um Paiz, em que a maior parte dos habitantes são negros e mulatos e da necessidade que ha de se isentar do serviço militar os commerciantes, seus caixeiros, os homens do mar e todos os mais isentos pelas leis de S. M., augmentando esta difficuldade a grande aversão que ha neste continente ao serviço militar, a ponto dos paes com seus filhos desampararem as suas cazas e fugirem para o matto, apenas se abre a recruta e á vista do que acabo de representar seria bem conveniente que S. M. mandasse das Ilhas para esta Capitania 400 homens para se completarem os regimentos, não sendo esta a primeira vez que se tem recorrido a este meio" (Do *Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal, de oito de agosto de 1793, apud* ALMEIDA, *Inventário*, III, 290-1).

67 - *Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa, em que o informa de terem sido apresadas e saqueadas algumas embarcações portuguesas por navios franceses nas barras do Espírito Santo e Porto Seguro e que os armazéns e fortificações não tinham as munições necessárias para a defesa da Capitania*. Bahia, vinte e nove de agosto de 1796 (ALMEIDA, *Inventário*, III, 399).

Razão assistia ao príncipe regente D. João – futuro D. João VI – quando, nas instruções passadas ao governador da Bahia, assim se expressava a propósito na nomeação de novo dirigente para a terra capixaba: “Tendo-me devido um particular cuidado o reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores”.<sup>68</sup>

---

- Ofício de dezenove de agosto de 1796, de D. Fernando José de Portugal dirigido ao capitão-mor do Espírito Santo, em o qual acusava o recebimento da carta do último comunicando ter forçado o porto de Vitória uma nau de guerra e um brigue franceses e lamentava não poder socorrer a Capitania, ponderando: “não hé possível limpar essa Costa desses, ou de outros Piratas, por não ter huma só Embarcação de guerra neste Porto propria para defender e proteger o Comercio, e que no cazo de se ver em maior aperto, o que não espero, recorra ao Exmo. Sr. Vice-Rey do Estado do Brasil, para igualmente o socorrer” (Ms. pertencente ao acervo da BN – cota I-35, 1, 16).

68 - “Tendo-me devido um particular cuidado o reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores. Fui servido nomear para a mesma um governador particular, que vos fica sempre subalterno e escolher um homem de conhecidas luzes e préstimo na pessoa do capitão de fragata Antônio Pires da Silva Pontes; recomendando-vos, portanto, muito particularmente que cuideis em cooperar com o dito governador para se realizar a execução dos grandes planos de que o encarreguei, e que o mandei comunicar ao vosso predecessor, o que tem por objeto 1.º) abrir uma mais fácil comunicação com a Capitania de Minas Gerais, de que hão de seguir-se vantagens incalculáveis; 2.º) ampliar e conservar as preciosas matas da Capitania do Espírito Santo; 3.º) aumentar a extensão de toda a qualidade de culturas nos férteis campos da mesma Capitania; e 4.º) civilizar os índios por meio de propagação das luzes do cristianismo e concorrer assim para que eles se tornem vassalos leais” (Da *Carta régia em que se dirigem diversas instruções ao capitão-general da Capitania da Bahia*, Francisco da Cunha Menezes, *apud* ALMEIDA, *Inventário*, IV, 235-41). Cumpre observar que a transcrição supra foi completada *ex-vi* dos originais do *Inventário* preparado por ALMEIDA – existentes na Seção de Manuscritos da BN – uma vez que a publicação dos *Anais* está incompleta.

- De sua parte, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho recomendava a D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia, desse ao novo administrador “todas as noticias e Instrucçoens que julgar convenientes ao Bem do Real Serviço e á Prosperidade daquelles Povos; e conservando com elle huma mutua Correspondencia, que sirva a se communicarem reciprocamente todas as noçoens tendentes a promover e augmentar a Agricultura, e facilitar o Commercio de huma e outra Capitania, deiche obrar com liberdade ao novo Governador, para que elle possa com mais promptidão executar os Planos de Melhoramento, de que a Capitania for susceptivel; tendo V. Sa. porem sempre huma vigilancia continuada sobre o que se passa na dita Capitania, como subordinada e dependente do Governo de V. Sa., e sobre o modo por que o Governador cumpre com as suas obrigaçoens, de que V. Sa. fica obrigado a dar Conta a Sua Magestade” (Ms. da BN, cota II-34, 11, 16).

## NOTAS

## I

(p. 214)

“Alem das noticias que V. Mcê. agora nos participa dessas minas, sua situação e esperança de grandeza, como todas promettem no seu principio, há muito tempo que cá tem chegado varias informações dadas pelos seus antecessores e antes delles, pelos paulistas Pedro Bueno e Ignacio Alvares da Silva, que vendo-se opprimidos pelos seus credores e destituídos de meios para viver entre gentes, fugiram para esses mattos, onde andaram perigrinando muito tempo, até que por ultimo remédio tomaram o accordo de mandarem a esta cidade um emissario destrissimo com o invento de novas minas, para aliciar algumas pessoas incautas que levadas da ambição de riquezas, para lá foram com o que possuíam e cá não appareceram mais que duas ou tres perdidas, narrando como passaram enganos, miserias, soffrendo muitos trabalhos, em que vieram brotar as suas esperanças. As ultimas e mais modernas noticias que aqui chegaram, foram as que escreveu o padre Antonio Siqueira de Quental, conego da Sé do Rio de Janeiro, retirado no districto da villa de Guarapary, dessa comarca. Diz elle na sua informação que aquellas minas do Castello eram situadas nas cabeceiras do rio Itapemery, para a parte do norte, distante da barra para cima, seis ou oito dias de viagem, tres por terra e outros tantos por agua, que o terreno he tratavel e capaz de cultura e dali por húa picada se passa para o rio Doce, abundante de ouro, mas de travessia difficil, por causa do gentio feroz que só com muita força póde ser conquistado; de que o caminho que por ora se usa hé cercado de brejaes, porém que por outra parte se póde abrir entrada desempedida, pelo pé da serra de Guarapary, que tudo hé terra dura até o mar, capacissima de passarem tropas e todas as mais cousas que quizerem conduzir; que no rio Itapemery não podem entrar senão canôas e no de Guarapary, sumacas e pataxos pequenos, por ser estreito, ainda que fundo. Ultimamente adverte, que antes de tudo hé necessario fortificar de novo, aquella barra e reformar inteiramente o presidio e fortificação antigas da vila da Victoria.

Supposta por esta noticia, dada por quem deseja povoar e augmentar a terra em que habita, para o que tudo facilita e foi quem para o mesmo fim, deu conta a V. Mcê. por carta de catorze de Julho de 1750 de que tenho cópia, eu quero conceder, sem prejuizo da verdade, que pelo tempo adiante, depois de reduzidas as boas lavras, essas minas poderão produzir algumas conveniencias; mas, tambem devo suppôr a precisão das infalliveis e exorbitantes despesas que por conta da Real Fazenda, se devem fazer em preparar aquellas necessarias e importantes fortificações e prudentemente considerar os inconvenientes que podem resultar e depois sobrevir perniciosas consequencias difficeis de remediar e prevenir. Hé preciso lembrar que quase toda essa capitania do E. Santo está prolongada pela côsta do mar e para o sertão hé pouco ou nada povoada; a villa da Victoria que hé a sua capital e fica cobrindo todo este terreno, se acha situada junto á barra, por onde entra o mesmo mar e faz húa larga bahia capaz de receber a maior armada, pois tem a sua semelhança com a desta cidade.



Nº 048-d

174360

(M.S.B.)  
1743

Prospecto da Villa da Victoria  
Capital da Capitania de Laguna Santa  
distante da foz do Rio de Janeiro mais ou  
menos um mil e trezentos e setenta e cinco  
leguas de 210' e 65"

- Legenda*
- 1 Igreja de S. Francisco
  - 2 Igreja de S. Antonio dos Anjos - S. Pedro de S. Paulo
  - 3 Igreja de S. Joao de S. Antonio - S. Pedro de S. Antonio
  - 4 Igreja de S. Joao de S. Antonio - S. Pedro de S. Antonio
  - 5 Igreja de S. Joao de S. Antonio - S. Pedro de S. Antonio
  - 6 Villa de S. Antonio - 50 Casas de S. Antonio
  - 7 Igreja de S. Joao de S. Antonio - S. Pedro de S. Antonio
  - 8 Igreja de S. Joao de S. Antonio - S. Pedro de S. Antonio
  - 9 Igreja de S. Joao de S. Antonio - S. Pedro de S. Antonio
  - 10 Igreja de S. Joao de S. Antonio - S. Pedro de S. Antonio



Archivo Nacional de

3-8-



“Prospecto e planta da villa da Victoria” e “Planta da barra”

Ver descrição no Índice de Gravuras. C



*Planeta da  
Barragem da Ca-  
pitania da Espi-  
rita, situada a 11  
Vila da Vila de  
Alameda, haviendo  
legua e meia da  
Cidade e ribeira.*

*Plano da mesma Vila da Vila de Alameda*  
 1 Igreja de S. Francisco de Assis  
 2 Igreja de S. Antonio de Matos - S. do Rio  
 3 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 4 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 5 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 6 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 7 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 8 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 9 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 10 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 11 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 12 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 13 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 14 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 15 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 16 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 17 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 18 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 19 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 20 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 21 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 22 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 23 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 24 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 25 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 26 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 27 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 28 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 29 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 30 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 31 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 32 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 33 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 34 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 35 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 36 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 37 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 38 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 39 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 40 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 41 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 42 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 43 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 44 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 45 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 46 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 47 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 48 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 49 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 50 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 51 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 52 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 53 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 54 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 55 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 56 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 57 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 58 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 59 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 60 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 61 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 62 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 63 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 64 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 65 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 66 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 67 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 68 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 69 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 70 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 71 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 72 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 73 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 74 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 75 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 76 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 77 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 78 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 79 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 80 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 81 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 82 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 83 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 84 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 85 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 86 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 87 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 88 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 89 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 90 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 91 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 92 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 93 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 94 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 95 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 96 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 97 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 98 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 99 Capela de S. Joao de S. Francisco  
 100 Capela de S. Joao de S. Francisco



INSTITUTO  
N. 1922  
XO

Catalogado

1371

*Capitania da Espi-  
rita, situada a 11  
Vila da Vila de  
Alameda, haviendo  
legua e meia da  
Cidade e ribeira.*



Nº 002-C 24

N



Prospeto da Vila da Vitória Capital da Capitania  
me, huma Lagoa: na latitude de 20º g. e 15 m. ao sul, e 311 g. e 15 m. de longitude. Foi tirado  
Lente da Aula Regia das fortificações da Bahia, mandado à dita Capitania ao Real arvio pelo

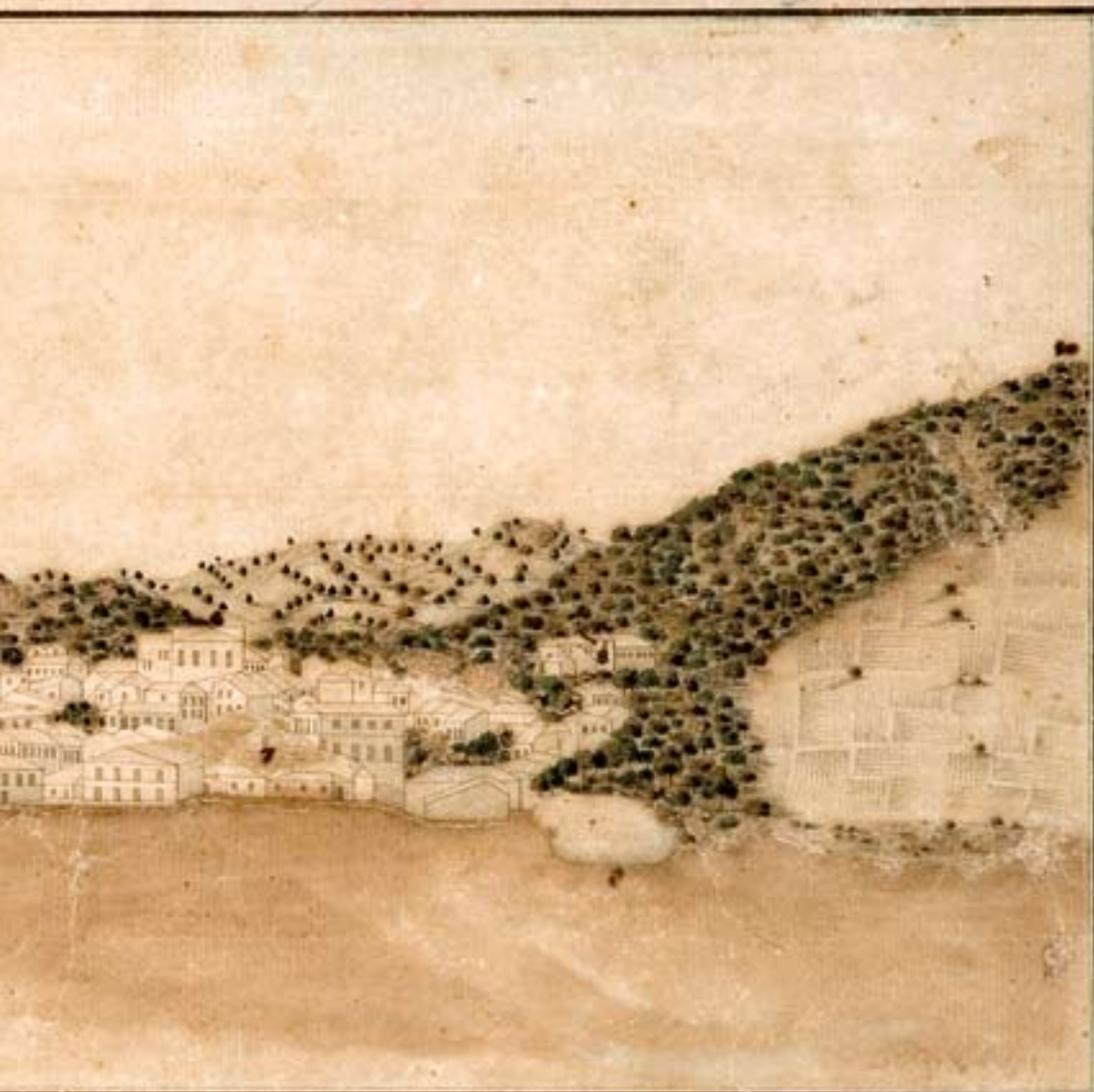
1 Igreja que foi dos Padres da Companhia  
2 Igreja e Colegiô dos ditos Padres  
3 Reto de N. Senhora do Monte do Carmo

4 Igreja da Misericórdia  
5 Cadeia, e Casa da Câmara  
6 Igreja Matriz

“Prospeto da Vila da Vitória”

Ver descrição no Índice de Gravuras, acrescentado nesta edição.

3.



do Espírito Santo, e distante da foz do Rio do mesmo no  
com Acamaia obicua por Joze Antonio Caldas, Capitam de Infantaria com exercicio de Engº  
Alm. e Exm. S.º Conde da Azambuja Capitam general e Governador desta Capitania. B.º de S.º de 1767  
Joze Antonio Caldas.

- 7 Igreja de Sant. Joze
- 8 Igreja de S. Antonio, e Con.º dos Capuchos
- 9 Pedra redonda

- 10 Monte da vista
- 11 Entrada pelo rio, q. vem da barra

Reconhece V. Mcê a indigencia dessa villa que está pouco fortificada e muito carecida de reforma, de guarnição e de tudo mais necessario para a defesa de qualquer invasão repentina, a que está exposta, sem ser promptamente soccorrida por mar nem por terra e por isso preciso que logo se lhe acuda e reduza a melhor estado de húa praça capital, bem munida para fazer cara e metter respeito ao inimigo. Será tambem preciso construir-se de novo e guarnecer húa boa fortaleza na barra de Guarapary, por onde se entra para aquellas minas, como bem adverte o seu informante padre Antonio de Siqueira Quental, na carta que escreveu a V. Mce. de que acima fallo. Tudo isto hé certo que carece de muito tempo, de muito dinheiro e muito socorro.

Estou persuadido que o rendimento do quinto do ouro que no decurso de cem annos se tirar dessas minas, não bastará para supprir tanto dispendio. Demais, considero, não ser terror panico, mas juizo prudente, deitar o sentido para o futuro, quando vejo que tanto reina a inveja e cobiça das nações estrangeiras á respeito das riquezas das conquistas. Esses poucos moradores que habitam as terras da marinha, que pela maior parte hé pouco povoada, como hé toda a mais cósta do Brazil, tendo noticias de minas de ouro descobertas nas suas vizinhanças, naturalmente hão de propender a sahir por estas e desertar aquellas terras as quaes ficarão assim totalmente despovoadas de gente que as possa defender e em consequencia, virão a faltar os fructos por não haver quem se occupe na cultura dellas e, finalmente, chegarão todos aos extremos de perecer, por não terem mais mantimentos com que poder subsistir. Estas e outras reflexões que por brevidade procurei omittir, não são remotas como lá se quiz imaginar e se chegou a me mandar dizer por carta; porque se vae recordar do passado e de que se acha escripto e tenho presente, remetto a V. Mcê. a copia da resolução tomada pelo Sr. Rei D. Pedro II em nove de Julho de 1703, pela qual consta, subiram á alta mente daquelle monarcha, as mesmas ponderações a respeito dos primeiros descobrimentos das minas desta capitania e Bahía, que não tem analogia com as dessa comarca, quanto á distancia da marinha, como fica dito e hé certo que naquelle tempo, não tinham as nações estrangeiras concebido a maior inveja e cobiça das riquezas destas conquistas que então se ia explorando e descobrindo, do que agora que estão abertos tantos thesouros de ouro e pedras preciosas, com tão prodigiosa affluencia que causa admiração e suspensão a toda Europa, onde facilmente chega a noticia do que se passa ali e se tira e lá vae parar por meio do commercio e suas correspondencias repetidas. Sabem os que ... as suas invasões.

Nos tempos das guerras que tivemos com a França, Castella e Holanda, se dêrmos credito ao que se acha escripto na Historia, os povos deste Estado, que esteve em perigo, fôram os que sentiram os mais bellicos estragos no decurso de muitos annos e não faltaram hostilidades e invasões nas praças e terras desta capitania e posto que estas, hoje, se achem mais engrandecidas, com a fama das riquezas, que V. Mcê. diz se pôde tirar das suppostas minas, não estão mais augmentadas e guarnecidas de novas fortificações, nem ainda reformadas as antigas que se arruinaram com o tempo.

Cesso de escrever mais ponderações que podiam ocorrer, para não passar a ser extenso e só torno a repetir a V. Mcê. a conclusão principal – que sem expressa licença e approvação de S. Mag., se não pôde abrir nem deixar trabalhar novas minas nêssa capitania, por mais avantajada que seja a conveniencia que se espera. Se V. Mcê. confessa e eu sei que recorrêra a este governo geral, dando-lhe conta dessas minas e pedindo licença para as mandar abrir, sabe tambem que não teve resposta nem deferimento a sua supplica, como agora não tem, pois só pode fazêlo o Soberano. A esta instancia occorre a jurisprudencia de V. Mcê., tres soluções que darei resposta. A 1.<sup>a</sup> o tacito consentimento que tira de não se lhe responder logo, nem reprovar a sua proposta. Isto não só hé contra aquella regra de direito, que não admite o tacito consentimento, naquillo que já estava antes expressamente prohibido, porque o não responder a impugnação do que se acha resolutivo e determinado e ainda ao que se pretende de novo, hé modo de definir e excusar o requerimento; tambem se encontra com outra resolução do mesmo direito, que se não contenta com o consentimento e approvação tacita, quando a expressa hé requisitada pela lei ou disposição prohibitiva.

A 2.<sup>a</sup> utilidade commum dos moradores da terra, que tem buscado aquelle meio de vida. Esta razão não vem em consideração porque podem usar de outro meio licito e não prohibitivo.

A 3.<sup>a</sup> e última, hé a ordem que V. Mcê. diz, recebêra do Intendente Geral do Rio de Janeiro, que suppõe, teria de S. Mag. Se isto só basta para abrir as minas, julgue-o a prudencia de V. Mcê. á vista daquella carta de S. Mag. e de haver V. Mcê recorrido, como subordinado, a este governo, onde não chegou ordem alguma a esse respeito. Se porém V. Mcê. julga com melhor accordo que seu sentimento hé mais acertado do que eu discordo, pôde segui-lo, porque o primeiro aviso que lhe fiz e a que agora respondo, não importa preceito e não passa de méro conselho em que me alarguei, provocado pelo seu argumento e levado do zêlo de S. Mag. a quem dou conta do que neste particular entendo e do que escrevo a V. Mcê. em razão do meu cargo. Deus Guarde etc. Bahia de vinte de Abril de 1752. Venceslão Pereira da Silva” (*apud* LAMEGO, *Terra Goitacá*, II, 287-91).

## II (p. 216)

“Senhor. Da certidão junta tirada do livro da receita e despeza que mandei vir á minha presença, constão rendimento de cada um dos Concelhos das villas das capitánias do Espirito Santo e Parahyba do Sul e tambem as despezas ordinárias...

Nos ditos Concelhos se não tem tirado até o presente terças partes do seu rendimento para os reparos e fortificações das fortalezas e julgo que só nos das villas de S. Salvador e de S. João da Barra se poderão tirar, porque o das villas do Espirito Santo e Guarapary é muito diminuto e não chega para suprir as suas despezas necessarias. Villa da Victoria primeiro de Outubro de 1754. O Ouvidor Francisco Salles Ribeiro.”

– “*Rendimento do Concelho da villa de N. S. da Victoria.*

Tem este Concelho um contracto chamado de Subsídios que se arremata por triennio e se adjudicou em 1752 por 1:501\$000 rs., que partidos em tres partes, vem pertencer a cada um 500\$330 rs. Tem outro contracto chamado de aguardentes que tambem se arremata por triennio e se arrematou no mesmo anno por 366\$000 rs., que divididos pelos tres annos vem a ser 122\$000 rs. para cada anno. Tem outro contracto que se dá o nome de enrolamento do panno de algodão que se arrematou no mesmo tempo, por triennio e por 120\$000 rs. ou 40\$000 rs. cada anno. Tem mais tres contractos pequenos de aferições de medidas, balanças e pezos que se arremataram todos os annos e que se arremataram no anno de 1753, por 22\$480 rs. O mesmo Concelho tem mais renda de uns fóros e pensões que se lhe pagam dos chãos e teares de tecer panno de algodão que renderam no dito anno 12\$340 rs. As sobreditas parcellas sommam: 628\$153 rs.

*Despezas do sobredito Concelho.*

Paga a Camara a infantaria da praça pelos mesmos contractos que lhe são applicados, 510\$280 rs., em cada anno. Despende com duas procissões, uma de Corpus Christi e outra de S. Sebastião, annualmente, 74\$000 rs. O escrivão recebe de ordenado por anno 6\$000 rs. Igual ordenado tem o alcaide. Ao secretario do Conselho Ultramarino paga de propina, 6\$400. Todas estas despezas importam em 593\$400 rs. (Certidão passada pelo escrivão da correição Manoel Pereira Linhares em oito de janeiro de 1751 e extraída do livro de receitas e despesas da Câmara da vila da Vitória).

*Rendimento do Concelho da villa do Espirito Santo.*

Tem este um contracto chamado de subsidio e aguardentes que se arremata por triennio e se arrematou no anno de 1753, pelo preço de 150\$000 rs. ou 50\$000 em cada anno. Os fóros dos chãos e teares, rendem por anno 6\$980 rs., sommando tudo 56\$980 rs.

*Despezas do sobredito Concelho*

Despense com uma missa que se manda dizer no dia de Corpus Christi, por não poder fazer procissão, 960 rs. Paga de ordenados em cada anno, de escrivão 4\$000 rs. e do alcaide 2\$200 rs.

*Rendimento do Concelho da villa de N. S. da Conceição de Guarapary.*

Tem um contracto de Subsídio e aguardente que rendeu no anno de 1753 25\$000 rs. Tem a passagem do rio Peream que lhe rende 640 rs., a passagem do rio desta villa que lhe rende 20\$000 rs., sommando as ditas parcelas 45\$640 rs.

*Despezas do sobredito Concelho.*

Despense com o ordenado do escrivão, em cada anno, 4\$000 rs. Igual ordenado tem o carcereiro. (Certidão do mesmo escrivão da correição).

*Rendimento da villa de S. João da Barra.*

Tem um contracto dos subsidios, vinhos e aguardentes, passagem e aferição que se arrematou em 1753 por 154\$200 rs. Arrecadou no mesmo anno do fóro das terras 3\$800 rs., sommando tudo 158\$000 rs.

*Despezas da sobredita villa.*

Despenseu no dito anno com a festa de Corpus Christi 10\$960 rs., com os ordenados do escrivão e carcereiro, 16\$000 rs. e com a propina do secretario do Conselho Ultramarino, 1\$200 rs. ou sejam 28\$160 rs.

*Rendimento do Concelho da villa de S. Salvador dos Goytacazes.*

Tem um contracto de subsidios, de aguardentes, balanças e aferição que se arrematou em 1753 por 450\$000 rs. Renderam no mesmo anno os fóros das terras, 24\$860 rs., sommando as duas parcelas 474\$860 rs.

*Despezas do sobredito Concelho.*

Despenseu no dito anno com a procissão de *Corpus Christi*, 76\$580 rs., com o ordenado do carcereiro 20\$000 rs.; com o do escrivão, 12\$000; com o do alcaide, 8\$000; com as propinas do secretario do Conselho Ultramarino, 4\$000 rs., tudo sommando: 120\$580 rs." (*Apud* LAMEGO, *Terra Goitacá*, III, 15-9).

- VARNHAGEN informa que, em 1752, Vitória tinha 1.390 fogos (HG, IV, 29).

## III

(p. 216)

A seis de abril de 1727, o soberano português escrevia ao vice-rei do Brasil "haverem-se ajustado os preliminares dos reciprocos cazamentos do Principe meu sobre todos muito amado e prezado Filho com a Serenissima Infante de Espanha D. Maria Anna Victoria e o do Principe das Asturias com a Infante D. Maria, minha muito amada e prezada filha [...] Me pareceo dizer-vos que sendo preciso fazerem-se grandes despezas nas occasiões desses matrimonios [...] será necessario que os Povos desse Estado concorrão com hum consideravel *Donativo* e assim sou servido, que logo que receberes esta carta manifesteis aos moradores desse Governo e Camaras delle, a obrigação que lhes ocorre para se esforçarem á contribuir com hum bom donativo para com elle se supprir a maior parte das ditas despezas e dote, igualando este donativo o bom animo, que sempre mostrarão e a vontade e o amor que lhes tenho, como já experimentarão os Reys meus predecessores em occaziões semilhanτες, sendo agora mayores os motivos pela occasião do cazamento do Principe deste Estado, na qual devem mostrar a sua lealdade e gosto, com que recebem esta plauzível noticia,

certificando-os que terey muito na minha lembrança o zelo, com que espero me sirvo na prezente conjunctura”.

A Câmara da Cidade do Salvador “se obrigou por si e pelas mais Villas e Capitánias á satisfação de tres milhões [de cruzados] pagos em vinte annos”, assim: àquella Cidade coube a quantia de 2.200.000 cruzados; “a cidade de Sergipe d’Elrei com as villas da sua jurisdicção 96.000\$000, pagos por 4:800\$ ao anno. A Villa da Cachoeira 64:000\$000, pagos por 3:200\$ rs. A Villa de Maragogippe 28 contos pagos por 1:400\$ rs. A Villa de Iagoarippe 12.000\$000, pagos por 600\$ rs. A Villa de S. Francisco de Sergipe do Conde, 24.000\$000 pagos por 1.200\$ rs. A Villa do Camamú 14.000\$000 pagos por 700\$ rs. A Villa do Cairú 6.000\$ pagos por 300\$ rs. A Villa de Boipeba 2.000\$000 pagos por 100\$ rs. A Villa de Santo Antonio da Jacobina 16.000\$000 pagos por 800\$ rs. A Vila de N. S. do Livramento 12.000\$000 pagos por 600\$ rs. A Capitania do Espirito Santo 4.000\$000 pagos por 200\$ rs. A Capitania de Porto Seguro 4.000\$000 pagos por 200\$ rs. A Villa de S. Jorge dos Ilhéos 6.000\$000 pagos por 300\$ rs. cada anno” (ALMEIDA, *Inventário*, I, 55-6).

A cota de cada unidade política dá idéia da força de suas possibilidades materiais.

#### IV

(p. 229)

“A carta de V. Ex. de trinta e um de julho de 1789, circunstanciada sobre os pontos da outra do Exmo. Secretario de Estado dos Negocios Ultramarinos e incorporada com a copia da conta, que a S. M. deu a Camara desta Vila, tem passado pela minha attenção, por hum objecto principal, sendo huma das acções em que eu desejava ver o prototypo da verdade para desempenhar a regia confiança que S. M. faz de V. Ex. E passando a prescrutar os fundamentos da dita conta e corroborando-os, com a capacidade desta Villa, acho em primeiro lugar ser ella huma das mais fataes da America em toda a marinha, tanto pela sua planta, como pela numeração de seus habitantes, sendo capital de cinco villas e cabeça de comarca desta Capitania. Pelo que a julgava digna de que S. M. a distinguisse, com os privilégios de foral, afim de que os seus cidadãos firmassem na sua patria a gloria da sua nação e os distinctivos de reconhecimento e amor para com a Soberana que os soube suscitar.

Não parece menos justo a concessão de Escrivão proprietário, porque assim secretarião os descaminhos que tem havido de alguns monumentos antigos e a crassa ignorancia de infinitos escrivães que tem servido no dito Concelho.

Tãobem he certo ter a dita villa necessidade de reparação de calçadas como de fontes e não ter para estas precisas despezas reditos; em tal fórma que para a construção de uma nova cadeia, que inda se acha infinda, lhe foi preciso empenhar-se com as camaras das villas filiaes, de cujo empenho jámais sahirá, nem verá o exito da dita obra, se S. M. lhe não conceder a contribuição do subsidio, offerecido pelo povo para ajuda da sustentação da tropa paga, emquanto os dizimos reaes não fizessem maior somma, do que poderia eu dar uma cabal certeza a V. Exa. pelo ter visto se não se desencaminhára hum caderno que na Camara havia, onde o povo tinha firmado esta convenção; de donde recahe o pedir aquella Camara a S. M. diversa applicação deste tributo, visto ter a Real Fazenda hoje annualmente de dizimos 4:901\$666, vindo a deferir o primeiro rendimento a quantia de 4:200\$000 de excesso. Não menos justa he a supplica que a S. M. faz a mesma camara da Igreja dos denominados Jesuitas para huma nova freguezia, pela falta de pasto espiritual que experimenta o povo, em razão da sua multiplicidade e distancia dos districtos, vindo por isso a ficar de huns annos para outros muita gente para se desobrigar da quaresma.

Fica cessando a outra supplica da referida Camara sobre a falta de mestres para ensino da mocidade por S. M. haver ocorrido a ella pela Meza da Comissão geral e Censura



dos livros, com dois professores de ler e escrever e grammatico [sic] latina, vindo pois a faltar-lhe professor de philosophia, que se fazia de urgente necessidade atenta a capacidade, e vastidão do povo da comarca, de donde tem sahido homens para as lettras, que enchem o numero dos sabios nas religiões, nas varas regias e na mesma Universidade de Coimbra.

Sendo de nenhuma attenção o prejuizo que se expõe da Real Fazenda e da falta que experimentão os moradores pela exportação que fazem os commerciantes do genero de algodão, porque a experiencia me tem mostrado o contrario, pois impedindo eu o embarque delle, vim a conhecer em menos de dois annos, que se perdia a maior parte, por se lhe não poder dar sahida e que n'isto rezultava prejuizo á Real Fazenda na Alfandega do Rio de Janeiro para onde se transporta a maior quantidade de que paga á mesma Alfandega todos os direitos como outro qualquer genero exportado de fora, e que se alguma diminuição se experimenta nos subsidios da terra, em maior avanço se compensa naquella Alfandega, não soffrendo o povo por isso falta em pannos para o seu preciso vestuario. E desta fôrma fica satisfeita a informação sobre os artigos da referida conta da Camara.

E querendo satisfazer ao expedido na carta do Exmo. Secretario do Estado, datada de treze de janeiro de 1789, sobre os pontos della procurei investigar o mais recondito, além dos documentos a esta juntos, de que me fiz instruir e achei o seguinte:

1.º ponto - Que se compõe esta villa de habitantes livres de 2.327 e escravos 4.898 para mais, fóra os que se achão fóra, que discorrendo della para a parte do norte até onde chega a limitar-se esta comarca com a de Porto Seguro, que é o lugar do Rio Doce, que dista desta villa principal vinte e seis leguas, não há outra villa se não a de Nova Almeida, que os seus habitantes são Indios e se compõe destes e de fóra 2.712 e de escravos 42 e para a parte do Sul, conjunta a Barra desta Capital, fica a Villa do Espirito Santo, que o numero dos seus habitantes livres são 814 e de escravos 1.064 e distante desta dita Capital da mesma parte sul doze legoas, existe a villa de Graparim que se compõe de habitantes livres 1.789 e de escravos 728 e desta, distancia de seis legoas, fica a outra villa denominada Benavente, que os seus chefes são Indios e se compõem de habitantes livres 3.017 e de escravos 102 e para baixo desta, mais doze legoas té o rio de Capabuanna, onde divide o continente da Capitania da Bahia e Rio de Janeiro, vindo a limitar-se a distancia da jurisdicção desta Capitania do Espirito Santo em cincoenta e cinco legoas de norte a sul e faz o total numero de seus habitantes em 22.493 para muito mais e não para menos.

2.º - Da parte do norte. E fazendo-se mais instruir dos rios e lagos, onde fui pessoalmente, principiando pela parte do norte, fica o denominado Rio Doce, que desemboca ao mar, cuja barra hé só capaz para canôas, inda que obrigadas de temporal, tem arribado a ella algumas lanchas. Esta barra he mudavel, conforme as inundações do rio humas vezes abre pela parte do norte, outras pela do sul por ser areoza; porem da barra para dentro podem navegar navios pelo fundo e em partes tem legoa de largura. Este rio, vem dos certões de minas e consta que de lá tem vindo por elle famílias inteiras, e por onde se veio a conhecer se fazião alguns extravios de ouro aos reaes direitos, de que rezultou mandar o Exmo. Vice-Rei do Estado crear hum destacamento e que eu o conservasse, assistido pela Real Fazenda no que conveio o Exmo. Snr. General da Bahia, antecessor de V. Exa., afim de impedir a continuação desta passagem de Minas. Este lugar em outro tempo foi povoado com o numero de 150 pessoas, sua freguezia e parochia, mas perseguido pelo gentio se virão os moradores obrigados a dezertal-o e hoje se não conserva se não o dito destacamento. Pelo rio acima hum largo dia de viagem se encontra hum formidavel lagôa, chamada a Doce, que pela sua grandeza parece inuia; desta para cima dois de viagem cachoeiras que no tempo das aguas se innundão aquellas ilhas. As terras circumvizinhas são admiraveis para toda a producção do paiz, mas as agoas barrentas por causa das bateiras e outras manobras dos mineiros e por isso alguns habitantes que por ali existião, bebião agoas de cassimbas; ao mesmo tempo que em algumas distancias ha ramos do mesmo rio, cujas aguas são boas. Esta antiga povoação se não fez maior força para subsistir a sua conservação, pela desunião em que estava por ser limite das duas comarcas e estar a Igreja e alguns habitantes da parte do norte, que hé a de Porto Seguro e da parte do Sul a maior força dos moradores sujeitos a esta Capitania, que se encontravão diversas disposições e ordens e servião as divizões de coito aos facinorozos e só teria lugar feita a divisão desta comarca pelo Rio das Contas, duas legoas mais ao norte.

3.º - E vindo pela costa do mar deste rio para o sul tres legoas de distancia, entre huma restinga de matto, que vae ao sitio dos comboios onde ha hum braço de rio, que vae pela terra dentro duas legoas e da em hum verjal e pelo sertão desce hum rio que vae ter ao riacho, assim chamado, tres legoas distantes do dito dos comboios, onde se houvesse povoação seria de grande utilidade sangrar-se o mesmo verjal, que do dito riacho iria ao Rio Doce com muita facilidade distante seis legoas. Este riacho sahe ao mar, a sua barra só admite canoas de voga.

4.º - Discorrendo pela mesma costa mais seis legoas para o sul, ha huma barra denominada aldeia Velha, capaz só de lanchas e sumacas pequenas; por fóra tem hum cordão de areia, que para entrarem procurão occazião de maré, sendo da barra para dentro apta para maiores embarcações, por ser fundo; e ahi costumão hir desta Villa capital e das outras filiaes, buscar madeiras para cargas de outras embarcações maiores, onde fundei huma povoação de trinta cazaes, que hoje se achão em augmento de 200 almas, a qual povoação serve de defesa aos moradores daqueles suburbios e estão sempre com as armas na mão para atalhar alguma hostilidade do gentio barbaro.

5.º - Desta dita povoação sempre seguindo a costa para o sul, fica a sobredita Villa Nova de Almeida, a qual tem huma pequena barra que não serve se não a canoas de voga; ahi desemboca hum rio que sóbe até seis legoas de distancia para o Norte e vae dar em verjaes e pantanaes de sertões.

6.º - Prosseguindo a mesma costa, desaba o rio de Caraipe e faz huma pequena barra que só serve para canoas de voga, e sobem pelo mesmo rio só pequenas, e corta o rio para a parte do sul até á freguezia da Serra, onde passa para montanhas e algumas vezes tapa a sua vadeação, por falta de innundações.

7.º - Na continuação da mesma costa, distancia de seis legoas fica a barra desta Villa capital onde se conhece ter capacidade para entrar qualquer navio, até fragatas e só o não poderão fazer os de alto bordo; vindo a desabar na dita barra dois rios, que são os de S. Maria e o de Iuicú, aquelle pela parte do norte e este pela do sul, circulando a villa, que fica situada, como em ilha, e da barra á villa dista huma legoa. Este porto dá huma boa amarração aos navios, e toda embarcação que nelle entra, abrigado de todos os ventos, a sua entrada he sem receio, resguardando-se do que se vê, nelle se vê ancoradas varias sumacas de fóra, sendo proprias da terra vinte e duas, fóra lanchões grandes, que importão em outras tantas, que tanto pescão como conduzem os generos da terra para as cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Os rios que a circulão, sobem, o de S. Maria, nove legoas até o primeiro caxoeiro, que corre para a parte do norte, por onde navegação canoas sem serem de voga, por estreitar em algumas partes e se não poder remar em tempo de secca; o de Iuicú sóbe até o primeiro caxoeiro oito para nove legoas para a parte do sul e d'elle sahe hum ramo, que desemboca ao mar, a que chamão a Barra de Iuicú que dista desta Villa tres legoas e da vila do Espirito Santo, conjuncta á barra desta capital duas legoas pelo dito ramo de rio e sua barra entrão canoas e por detraz de hum morro fica hum remanso, onde ha sua pescaria e que faz o melhor abrigo deste lugar.

1.º *ponto da parte do sul* - E prosseguindo a mesma costa distancia de oito legoas, tem suas pescarias e no termo della ha o Rio de Perveão, que dá lugar a huma barra, que só entrão canoas e sobem até tres legoas, pela terra dentro.

2.º - Para baixo deste logar, distante huma legoa está a barra de villa de Graparim, que admite a sua entrada a sumacas grandes e lanchas, resguardando-se do que se vê; tem esta barra dois pequenos rios, que desembocão n'ella, hum que sóbe duas legoas para a parte do sul até Aldeia Velha, tambem assim chamado, o outro para o norte meia legoa, que confina com serras inhabitadas.

3.º - Correndo a mesma costa para o sul, distancia de seis legoas, fica a barra de Villa Nova de Benavente; esta barra he capaz para toda a qualidade de sumaca, em maré cheia e de hum bom abrigo. Nesta enseada desembocão dois rios, hum que sóbe para o norte cinco legoas e por elle navegação canoas, e outro sóbe para o sul outras cinco legoas, por onde tão bem navegação canoas e vão dar a hum verjal, que se supõe communicar a Piuma.

4.º - Descendo a dita costa, distancia mais de tres legoas, fica a barra do rio de Piuma, que em occazião de maré póde navegar huma corveta descarregada, como prezentemente se experimenta, construindo-se dentro della huma, que sahe aparelhada de mastros e sahiria carregada se na dita barra não houvesse hum cordão de areia; por este rio sobem canôas até distancia de tres legoas e vão mais tres até communicar-se com as vezinhanças das Minas do Castello, se achão cheias de mattos, por eu impedir a limpa dellas, afim de evitar a sua communicação.

5.º - Tornando deste lugar em continuação para o sul, distancia de tres legoas, está o rio Tapemerim, que a sua barra nas marés matinaes, tem doze palmos; fica a barra a leste, pelo meio de duas ilhas, chamadas [?], nas marés pequenas tem a barra dez até oito palmos d'agoa. Da Barra até ás Minas do Castello, se gastão oito dias em canôas carregadas e em canôas escoteiras este rio para o sul e vai seguindo para o Castello; chegando ao lugar da Fruteira se divide o rio da fruteira para o norte e se vae seguindo para o Castello; chegando ao logar chamado Bateya, divide-se hum ribeirão para o norte e se vae seguindo o do Castello e chegando a Manga Larga divide-se outro para o Sul e dahi para cima navega-se já com pouca agoa até chegar ao Porto da Piedade, que he o porto das Minas do Castello e dahi para cima não ha mais navegação, por cauza de haver alguns caxoeiros despenhados e sempre vae seguindo do Castello para cima, ás cabeceiras delle se gastão doze dias.

6.º - Deste rio de Tapemerim pela costa distancia de seis legoas, está a barra de Capabuana, pela dita sóbe hum rio, que corta para a parte do norte, pelo meio das fazendas de Moribeca que forão dos denominados Jesuitas e vae até á distancia de quatro legoas, que navegão canôas por elle, ha além d'isso suas pescarias. Na barra entrão e sahem lanchas com cargas das ditas fazendas.

7.º - E desta dita barra, distancia de mais de legoa no logar chamando S. Catharina das Mós, limita a jurisdicção desta Capitania e a comarca estende-se até á Villa de S. Salvador dos Campos de Goitacazes, que dista desta cabeça de comarca para o sul cincoenta legoas e desta mesma parte pagão pensões os engenhos a Real Fazenda desta comarca.

#### DISSERTAÇÃO SOBRE AS VILLAS DA COMARCA

1.ª - *Villa da Victoria*: Esta villa he a mais famosa de toda a comarca e cabeça della; a sua camara não tem foral, nem bens patrimoniaes e as pequenas rendas que percebe de contratos e foros são diminutas para encher as suas necessarias despezas, vindo por isso a ficar alcançada annualmente e para acudir a alguma reparação de fontes e calçadas ou outra obra famosa, he preciso fintar-se o povo; além do grande alcance que já soffre, como dito fica, o maior ramo de commercio, por meio da cultura que ella tem e de si exporta para fóra annualmente he o algodão descaroçado, o panno fabricado do mesmo, o fio do dito, o assucar, o milho, o arroz, para terem a sua extracção na cidade do Rio de Janeiro, Bahia e algumas vezes na de Pernambuco.

A terra he capaz de toda a producção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados tres legoas de fundo á frente delles, distancia a que só chegão os lavradores com receio das hostilidades do gentio barbaro. Os rios que a circulão dão franca conducção para as ditas lavoiras. Nestes sertões ha todas as qualidades de madeiras para construcção de quaesquer navios e náus, como são perobas, tapinaãs, Araribas, Jacarandás, páo Brazil, Vinhaticos, Sepipira, sobros, cabiunaz, Ipez, Sapucayas, graunas, páu ferro e outros muitos próprios para o mesmo ministerio e para tintas, que lhe não sabem dar os nomes, as quaes madeiras são commuas em todo o sertão do continente desta comarca; nella ha mais a poalha, a teacica, o balsamo, algum cacau, o ouro que tem sido visível a alguns, nas margens dos rios, de que se terião utilizado se as leis de S. A. lhes não servisse de barreiras ás suas ambições e as vigilancias que sobre ellas me tem sido necessario pôr, creando destacamentos nos lugares

de receio e mais se tem visto em alguns assaltos, dados contra os gentios pelos capitães de entradas, pedras preciosas, nos mesmos sertões, como são aguas-marinhas e outras vermelhas como rubins, topazios brancos e mais de que elles não tem conhecimento. Esta terra foi em outro tempo de donatario e este a vendeu a S. M. para quem passou o senhorio della e de que os povos se achão desfructando sem que dellas paguem fóro algum, de donde nascem fortes pleitos e dezordens, por todos trabalharem n'ellas, *pro indiviso*, sem se poderem conter em limites certos, sobre o que me parecia justo tanto a beneficio dos povos, como de interesse á Real Coroa, que S. M. as mandasse demarcar e que pagasse cada hum, á proporção, o seu fóro, inda que modico e que este rendimento, em lugar de rendas dos subsidios e contratos da agoardente da terra, que a Camara pede, se lhe desse para patrimonio, afim de se poder dezempenhar e continuar com as obras publicas, em que está e outras que lhe forem precisas. Á excepção de algumas fazendas, que já estão demarcadas, como são as que forão dos extinctos Jesuitas e outras em pequeno numero, que tem suas sesmarias, que tudo o mais geralmente se achão possuindo por doações de paes a filhos e destes a herdeiros em tal forma, que praticão, tanto trabalhar nellas o que tem cem mil réis como o que possui mil réis, por serem como dito fica, *pro indiviso*. Disto mesmo nasce o não haver abundancia de creação de gado vacum e cavallar em abundancia, pelos cortarem os vizinhos, vindo este prejuizo á renda das collectas das carnes, que se applica aos mestres regios pela mesa da Real Fazenda dessa Cidade.

A quantidade dos generos que se exportão desta villa annualmente são em varas de panno de algodão 276:800, a 80 réis a vara somma a quantia de 22:144\$240 réis; em algodão aberto 5.100 arrobas que a 3\$000 rs. somma 15:300\$000 rs. De assucar 4.877 arrobas a 1.000 rs. somma 4:870\$000 rs. [*sic*]: em fio 202 arrobas a 5.120 rs., somma 1.034\$240 rs. De milho 8.000 alqueires a 200 rs. somma 1:600\$000 rs. De arroz 3.000 alqueires a 240 rs. somma 720\$000 rs., que ao todo faz a quantia de 45:648\$480 rs.

Os generos gastaveis nella, que vem de fóra são 1.813 alqueires de sal a 640 rs. somma 1:160\$320 rs., de vinho 16 pipas a 76\$800 rs. somma 998\$400, de azeite doce 6 pipas a 80\$000 somma 480\$000 rs., de vinagre 5 pipas a 32\$000 rs. soma 160\$000 rs., de azeite de peixe 92 pipas a 25\$600 somma 355\$200, em fazendas seccas, de varias qualidades, pannos, durguetes, baetas, bretanhas de França e Hamburgo, panno de linho, cambraias, sedas e outros annualmente somma a quantia de 18:113\$920 rs., e julgo ser tanto util á terra, como conveniente á praça de Lisboa, que viesse em direitura hum navio annualmente carregado das ditas fazendas para conduzir desta villa os effeitos della, o que se praticou nos tempos passados, quando esta terra era de donatario, que houve alfandega, de que inda hoje serve o Ouvidor de Provedor della e o Escrivão da Fazenda recebem propinas e se paga ordenado ao porteiro, que he o meirinho geral.

De não menos necessidade he o S. M. acudir á relaxação em que está a Provedoria por falta de haver nella hum contador ou official de fazenda, para arrumar as contas da mesma, porque o Escrivão sendo aliás bastante fiscal e com sua intelligencia, não póde abarcar tudo porque elle serve de Escrivão da Fazenda, do almoxarifado, da Vedoria e ultimamente dos Defuntos e Auzentes e de prezente está servindo pela vaga do Ouvidor da comarca o Provedor da mesma Fazenda, por isso se não póde completar huma completa conta dos rendimentos e despezas da mesma Real Fazenda e o dinheiro que de fundo existe no cofre, porque se não tem tomado conta a muitos almoxarifes, soffrendo por isso os povos hum continuo embaraço com hypothecas nos seus bens, sem poderem fazer divizões entre os herdeiros.

2.<sup>a</sup> da parte do norte – *Villa Nova de Almeida*: Esta villa vemos como dito fica em principio serem os seus habitantes indios, esta gente he inteiramente preguiçosa e de nada estimão os haveres, de sorte que possuindo com que passem alguns dias, não cuidão no futuro e só obrigados da necessidade ou temor trabalhão. A camara não tem patrimonio solido, e fica annualmente alcançada, pagando o soldo ao Sargento-mor e ajudante de auxiliares. Della só se exporta para o porto desta Capitania 980 duzias de taboado, que vendido a 2.560 rs., somma 2:508\$800 rs. e na outra cultura só cuidão e lavrão para comer e vestir.

1.<sup>a</sup> parte do Sul – *Villa do Espirito Santo*: Esta villa nada de si exporta nem entra,

porque ficando na barra desta capital, della recebe todos os efeitos e extrahe os seus; a sua camara com os soldos dos officiaes auxiliares vive alcançada.

2.<sup>a</sup> *da parte do Sul – Villa de Graparim*: Desta villa consta a formalidade da sua barra e assento e na sua criação lhe foi concedido para termo e data seis legoas de terra, bem entendido da costa, que de fundo, nem hum quarto de legoa tem, as quaes se achão uzurpadas, pelo defunto conego Quintal e hoje por seus administradores, por haver deixado o dito conego huma fazenda e engenho a quem diz pertencerem as ditas terras; esta fazenda anda litigioza e não se sabe se pertencerá á mitra do Rio de Janeiro, se aos herdeiros do dito conego, que existem em Portugal. Os moradores desta Villa vivem pensionados e por isso só trabalhão para comer e vestir; e della sahe annualmente 30 caixas de assucar. A sua camara vive desempenhada.

3.<sup>a</sup> *da parte do Sul – Villa Nova de Benavente*: Esta villa ultimamente, depois da cabeça da comarca, he a mais populoza da Capitania. Os seus habitantes são indios e de natureza como dito fica frouxos; por meio da cultura, só tirão o sustento, sendo a terra capaz de tudo; o commercio della he serraria de madeiras de caumda [sic] e tapinhoam, de que fazem taboado e couceiras e sahe pelo menos della annualmente 700 duzias a preço de 3\$000 rs., somma rs. 2:100\$. A Camara segue o teor das outras, vive alcançada” (*Da Informação do Capitão-mor Inácio João Mongeardino, dirigida ao Governador da Bahia sobre [uma] representação da Câmara da Vila de N. S. da Vitória e as Vilas da Capitania. do Espírito Santo. Vitória, onze de Julho de 1790. Apud ALMEIDA, Inventário, III, 176-80*).

– A informação supra foi provocada pela representação seguinte, cujo original repousa na Seção de Mss. da BN (cota II-34, 11, 13):

“Senhora.

Humildemente expõe a V. Mg.e os Juizes Ordinarios, e mais Officiaes da Camera da Villa de Nossa Senhora da Victoria Cabessa da Comarca de Capnia. do Espirito Sancto, que sendo á mesma Villa á mais populoza e delatada de toda a Marinha composta de infinitos numeros de pessoas, e capital decinco Villas filiais, além das Povôassoens, eFreguezias, padessem os Republicanos della, o dezconsollo de não terem merecido os Officiaes da Camera o indulto do Foral que V. Mg.e por sua Alta grandeza tem concedido aoutras; assim como denão terem Escrivão proprietario, para evitar osdezacertos dos Escrivaens annuaes, feitos por Eleição, com [!] das necessarias qualidades, sem adevida inteligencia, deque mais lhes rezulta descaminho, nos Livros, epapeis que amesma Camera respeitão. Expoem maiz, que fazendose indispensaveis alguas obras publicas para utilidade do bem comum, e aformoziamiento da mesma Villa, senão podem [!] conseguir por falta de rendimentos que não tem por lhe extrahir a Fazenda Real o que lhe rezulta dos subsidios, para satisfação da Tropa paga, porter esta sido a V. Mg.e pedida para defeza da terra, e aquelle offerecido para seu pagamento, emtanto não crescessem os Dizimos. E porque estez tem chegado adezaseis Contos, e detal sorte de subeijo para todos os pagamentos, que sempre o Cofre Real se achaprovido de dinheiro concideravel: rogão a V. Mag.e lhes mande conservar e subsistir o mesmo dinheiro para comelle se afemorziar a expendida Villa, que fica entre asduas Capitaes do Rio de Janeiro, e Bahia. Expoem outrossim mais a grande afflicção que tem os Povos na falta de Pasto Esperitual, em grande prejuizo da salvação das almas, por se compor a predictavilla de muitos destrictos, e de hua só Freguezia, que não pode abrassar agrossura de hum tão grande Corpo: razão porque requererem a V. Mag.e que por Serviço de Deos, lhesconfira outra Freguezia, mandando-lhes dar o Collegio dos expulsos Jezuitas para a novamente concedida. Tambem expoem a afflicção, eprejuizo, que recebem os Póvos, na falta de mestre posto por V. Mg.e para ensino da mocidade: prejuizo na satisfação de mestres, como por duas vezes o fizerão aos Religiozos de S. Antonio, facultado pelo seu Provincial; e afflicção de verem á muita mocidade perdida em desserviço de Deos, e de V. Mag.e. Finalmente expoem que manutinindose arrelatada Villa na manufactura do algodão produzido daterra, tem dealgus annos aesta parte experimentado irreparavel prejuizo naexportação que delle fazem os Comerciantes para os portos da America, de que não só rezulta dano grande, e inconsideravel ao bem Comum, senão tambem a aquelle Contrato dos subsidios e Alfandiga do Rio de Janeiro.

Assim humildemente o expoem a V. Mg.e para que haja pella Sua Alta, e Poderosa Piedade de nosprover de remedio, fazendonos felicez nagrassa dos beneficcios que humildemente supplicamos.

A muito Alta ePoderosa Pessoa de V. Mag.e q.e Deos muitos annos. Villa de N. Snra. da V.ta Capnia do Esperito Santo, em Camera de 22 de Dezembro de 1787. aa) Abel [?] de Jezus Bulloés, Antonio José da Cunha, João de Almeyda Coelho, Jozé Antonio dos Reiz, José Alz [?] Teixeira, Joze Roiz Aralaya [?], Roque Francizco Delgado.”

## V

(p. 230)

“*Capitania do Espirito Santo e sua Comarca – Regimento de Infantaria. Auxiliar de que he coronel o capitão-mor da mesma Capitania Ignacio João Mongiardino.* Este Regimento he formado na sobredita capitania com sete companhias, divididas na fórmula seguinte: cinco na villa da Victoria e seus districtos; uma na villa do Espirito Santo, denominada villa Velha; e uma na villa de N. S. da Conceição de Guaraparim. Acha-se presentemente com o total de 360 praças. O seu sargento-mór e ajudante são pagos pelas camaras da mesma capitania e os soldados comprarão á Real Fazenda os seus armamentos. D. Rodrigo José de Menezes, governando esta Capital, creou este regimento pela necessidade que havia de hum corpo auxiliar para guarnição da sua costa, que fica exposta ao inimigo e justamente para os destacamentos das entradas que descem de Minas Gerais e em que fica tão proxima a referida capitania, com muitos poucos dias de viagem. Na verdade que tendo ella só para sua guarnição huma pequena companhia de infantaria paga, necessitava de maior guarnição, não só pelas razões acima ponderadas, mas porque os seus habitantes são invadidos pelo fero gentio *Botucudo*, que tanto os prejudica nas vidas e lavouras.

Por esta mesma causa S. M. F. mandou fazer huma Fortaleza na *Ilha do Boi* para sua defeza e recommenda que seja guarnecida. Todas estas razões obrigarão a que se regulassem os pequenos corpos de Ordenanças na fórmula seguinte.

*Companhias de Cavallaria. Auxiliar.* Para defeza da costa da mesma capitania se crearão duas companhias da cavallaria auxiliar, uma da repartição do norte e outra da do sul com o numero de 50 praças cada huma, escolhendo-se para officiaes e soldados dellas os moradores de maior possibilidade. Acha-se com o numero total de 100 homens, com os quaes não faz S. M. nem as camaras despeza alguma.

*Companhia de Artilharia Auxiliar de que he capitão Francisco Teixeira Pinto.* Esta companhia he formada dentro da villa da Victoria, com o numero total de sessenta e uma praças e serve de guarnecer as fortalezas da mesma capitania. O mapa incluso mostra os officiaes das fortalezas e fortes da dita Capitania e o uniforme de que uzão. Elles não são pagos pela Real Fazenda nem pelas camaras.

*Terço da Ordenança de que he capitão-mór Bernardino Falcão de Gouvêa.* He este Terço formado na villa da Victoria, cabeça de comarca com nove companhias, divididas pelos districtos na fórmula seguinte: uma dentro da villa; uma no districto de Maruipe; uma no districto do Iucú, Campo Grande e SantAnna; uma no districto de Carapina, Praia e Caraipe; uma no districto da Boapaba. Curipe, Una, Campo Grande e Tayobaya; uma no districto de Jacariacica, Cangaiba e Maricarã e annexas a este corpo tem duas companhias, uma de estudantes e uma de forasteiros. Acha-se prezentemente com o numero total de 348 praças de homens robustos e capazes de pegarem em armas.

*Companhia dos homens pretos de que he capitão Miguel Pereira da Rocha.* Esta companhia he formada de homens pretos, livres, libertos dentro da villa da Victoria e tem presentemente o numero total de 97 praças.

*Terço da Ordenança de que he capitão-mór José Ribeiro Pinto.* He formado este Terço com tres companhias dentro da villa do Espirito Santo, denominada villa Velha e seu districto, com o numero total de 449 praças.

*Terço da Ordenança de que he capitão-mór Francisco Xavier Nobre.* Este terço he formado na villa de N. S. da Conceição de Guaraparim, em cinco companhias, divididas pela villa e seu termo na fórma seguinte: uma dentro da villa; uma nas de Miaipe e Ubú; uma nos districtos de Moquiçaba, Aldeia Velha e Morrinho e uma no districto de Itapemirim. Acha-se presentemente com o numero total de 250 praças. As distancias destes pequenos districtos povoados, que ficão de huns a outros, derão motivo a esta divisão de companhias e tambem porque estes são os mais atacados pelo gentio barbaro, de que acima se faz menção e he necessario que hajão officiaes que os governem e estejam promptos para resistir a qualquer invazão.

*Terço da Ordenança de que he capitão-mór Martinho Vieira Guimarães.* De todos os pardos livres e libertos que rezidem nas tres villas da Capitania se formou este terço com sete companhias, divididas na forma seguinte: duas dentro da villa da Victoria, cabeça da comarca; uma nos districtos de Campo Grande, Itaonga e Cangahiba, uma nos districtos de Boapaba, Capoeira Grande, Murundú, Serra e Praia, todos da mesma villa; uma na villa do Espirito Santo, uma dentro da villa de N. S. da Conceição de Guaraperim e de seus districtos de Maie e Ubu, e uma finalmente nos districtos de Una e Moquiçaba, Peroção e Aldeia Velha da mesma villa. Acha-se presentemente com o numero total de 388 praças” (Da observação que acompanha o officio de D. Fernando José de Portugal para Martinho de Melo e Castro, de onze de junho de 1791, in ALMEIDA, *Inventário*, III, 225-6).

- Em 1804, a “tropa paga e miliciana” e fortificações da Capitania era mencionada assim: “Companhia de Infantaria paga, Companhias (2) de artilharia e cavallaria miliciana, Regimento de Milicias. - Tropa paga da Conquista do Gentio. [...]” Fortalezas: “...de S. Francisco Xavier da Barra, de S. João, de N. S.<sup>a</sup> do Carmo e de Santo Ignacio” (ALMEIDA, *Inventário*, V, 154).





# XIII

## INTERMEZZO

**P**ERSPECTIVAS ANIMADORAS – Antes de passarmos à história do quarto século, quando o Espírito Santo – como o Brasil – alcança *maioridade* e entra na fase de pleno desenvolvimento, veremos em rápido debuxo a vida multiforme da capitania ao encerrar-se o período colonial.

Antecipando-se, todavia, ao calendário, o domínio teve a surpresa de conhecer fase inédita em sua vida administrativa antes da transmigração da família real portuguesa para o Brasil e de suas conseqüências políticas.

A instalação do Hospital Militar – no governo de Manuel Fernandes da Silveira<sup>1</sup> – e as providências de Silva Pontes estabelecendo comunicação terrestre com Minas Gerais e estudando as possibilidades de navegação do rio Doce e colonização de suas margens são demonstrações de mentalidade que a colônia ainda não conhecera.<sup>2</sup>

Quadros bem sugestivos a capitania de Vasco Coutinho oferecia a um observador dos derradeiros tempos coloniais.

**O TERRITÓRIO** – Entre 1700 e 1800 o Espírito Santo perdeu a porção de território compreendida entre os rios Mucuri e Doce.<sup>3</sup> O talvegue deste último passou a marcar a linha divisória entre esta capitania e a da Bahia. Ao sul, estabelecera-se a raia em S. Catarina das Mós, distância de meia légua da barra do atual Itabapoana. A leste não havia lindes fixadas. A mata, a indiada e, mais que tudo, as ordens del-rei sujigavam os capixabas na estreita e indeterminada faixa litorânea.

---

1 - Manuel Fernandes da Silveira - Sargento-mor agregado do 2.º Regimento de Infantaria de Linha. Batizado na freguesia de Santa Luzia do Rio Real a doze de maio de 1757, casara-se, na Bahia, a catorze de novembro de 1779, com D. Joana Maria dos Reis, filha do capitão Álvaro Correia de Morais, do Regimento de Milícias da capitania do Espírito Santo. Este último governara interinamente o Espírito Santo antes de dezessete de outubro de 1798, pois dessa data é o atestado do Senado da Câmara de Vitória sobre a maneira como desempenhara o cargo (ALMEIDA, *Inventário*, V, 59-60).

2 - Em 1786, “João Jacinto de Almeida, Antônio de Almeida Pontes e Manoel de Almeida Cardoso, todos Casados, naturais da Cidade de Angra da Ilha Terceira, moradores na Comarca da Capitania do Espírito Santo” requereram licença e favores para povoarem terras às margens do rio Doce. O vice-rei do Brasil atendeu-lhes a pretensão. (I)

3 - Não logramos documentação que demonstrasse, com precisão, a data em que S. Mateus passou à jurisdição da comarca de Porto Seguro. Ligando, entretanto, as indicações de BRÁS DO AMARAL (*Notas*, II, 395), CECILIANO ABEL DE ALMEIDA (*Conferência pronunciada no IHGES*, in *RIHGES*, V, 152 ss.) e das *Notícias* escritas por TOMÉ COUCEIRO DE ABREU, ouvidor da comarca de Porto Seguro (ALMEIDA, *Inventário*. II, 54 ss.) concluiu-se ter sido em 1764 que o Espírito Santo foi esbulhado daquela faixa de território. Ver *footnotes* 52 e 63 do capítulo XI.

- Em 1775, no *Mapa de todas as Freguesias, que pertencem ao Arcebispado da Bahia e sujeitos os seus habitantes no temporal ao governo da mesma Bahia, com a distinção das comarcas a que pertencem, com o número de fogos e almas, para se saber a gente que se pode tirar de cada uma delas para o serviço de S. M., sem opressão dos povos* (apud ALMEIDA, *Inventário*, II, 289-91), lê-se que a “vila e freguesia de S. Mateus” pertencia à comarca de Porto Seguro.

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA** – Eram cinco as vilas até então criadas: Vitória, Espírito Santo, Guarapari, Nova Almeida e Benevente. Nenhuma cidade. Nem mesmo a sede da capitania. Aliás, “o título de cidade era puramente honorífico e não trazia privilégio algum”.<sup>4</sup>

Segundo documento de 1787,<sup>5</sup> pertenciam à vila da Vitória os seguintes distritos: Maruípe, Capoeira Grande, Iucu, Campo Grande, Murundu, Sant’Ana, Carapina, Serra, Praia, Caraípe, Boapaba, Curipe, Una, Taiobaia, Itaonga, Jacariacica, Cangaíba e Maricarã; a Guarapari: Meaipe, Ubu, Moquiçaba, Aldeia Velha, Morrinho, Itapemirim e Perocão.

Por certo, a maior parte destes distritos não passava de minúsculo povoado, mas oficialmente lhes davam aquele predicamento.

**POPULAÇÃO** – Para a população total do Brasil – avaliada entre três e quatro milhões de habitantes – o Espírito Santo concorria com 22.493, “para muito mais e não para menos”, segundo Inácio Monjardim.<sup>6</sup>

Era considerável o número de escravos. Em Vitória, para 2.327 pessoas livres havia 4.898 deles. Escravaria constituída de africanos e seus descendentes, pois, pelos menos em teoria, era defesa a escravização de índios. De qualquer maneira, a percentagem de *brancos* reduzia-se a um índice mínimo, pois a comunidade de índios domesticados era enorme. Em Benevente, por exemplo, predominava sobre as demais. Aqui, para 3.017 habitantes livres existiam 102 escravos. Em Nova Almeida também: 2.712 livres e 42 escravos. As duas vilas vinham de aldeias jesuíticas, de catequese. Enquanto a população de Vitória era constituída de dois terços de escravos, e em Vila Velha o número destes ultrapassava o de *brancos*, em Benevente e Nova Almeida a proporção era inversa e se exprimia por algarismos muito mais distanciados. Não se tem notícia de índio escravizar alguém para o trabalho...

**GOVERNO** – Como todas as antigas donatárias e mais as capitanias criadas depois de D. João III, o Espírito Santo, no fim do século XVIII, pertencia à Coroa. À frente de seu governo, encontrava-se um capitão-mor-governador, subordinado aos governadores e capitães-generais da Bahia. Na prática, o princípio nem

---

4 - CAIO PRADO, *Formação*, 304.

5 - Ver nota V, do capítulo XII.

6 - Ver nota IV, do capítulo XII.

sempre vigorava. Como no resto do Brasil, “a administração estava sujeita às mais estranhas anomalias. Não havia normas fixas pelas quais se regulassem as funções das várias autoridades, mesmo porque, em último caso – esquecida toda a noção de hierarquia – era possível que viesse da corte uma disposição nova alterando, segundo as necessidades ou conveniências do momento, as velhas praxes”.<sup>7</sup>

Funcionário diretamente nomeado pelo rei, algumas vezes, outras pelo governador da Bahia, tinha o prazo de sua administração limitado a três anos. Geralmente o excediam, à espera dos sucessores. Parece que alguns foram reconduzidos.

A centralização do poder entravava todas as atividades. As menores providências dependiam de aprovação da metrópole e a burocracia portuguesa era modelo de morosidade. Para a solução de qualquer negócio, mesmo os de ínfima importância, exigiam-se dois anos, no mínimo.<sup>8</sup>

A administração local, nas vilas, cabia às câmaras, cujos oficiais eram eleitos pelos próprios moradores.

É curioso notar que, nos últimos tempos do período colonial, os cargos da administração civil, no Espírito Santo, eram bem reduzidos; segundo depoimento de Monjardim, um só funcionário os exercia, inclusive acumulando a vaga do ouvidor da comarca.<sup>9</sup>

**JUSTIÇA** – O ouvidor era a mais alta autoridade judiciária da capitania.<sup>10</sup> Sua jurisdição compreendia as vilas de Vitória, Espírito Santo, Guarapari, Benevente, Nova Almeida, S. Mateus, S. Salvador de Campos dos Goitacazes e S. João da Barra<sup>11</sup> – estas duas últimas pertencentes à Paraíba do Sul. A provisão de três de julho de 1732 determinara que as apelações das sentenças proferidas pelo ouvidor do Espírito Santo fossem encaminhadas para a Relação do Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

7 - ROCHA POMBO, *HB*, VII, 102.

8 - CAIO PRADO, *Formação*, 308.

9 - Ver nota IV, do capítulo XII.

10 - Em 1788, a ouvidoria da capitania tinha por titular Joaquim José Coutinho Mascarenhas, acusado pela Câmara de Vitória, perante a rainha, “de ter praticado graves irregularidades e abusos no exercício do seu cargo e de se embriagar constantemente”. No ano seguinte foi baixada permissão régia determinando que o ouvidor de Porto Seguro viesse ao Espírito Santo suspender seu colega e proceder a devassa sobre os fatos de que este era acusado. Do que resultou intimação para que o acusado embarcasse imediatamente para o Reino. Determinação logo cumprida (ALMEIDA, *Inventário*, III, 125-6, 213 e 231).

11 - MARQUES, *Dicion. ES*, 193. Observar que S. Mateus estava subordinada, administrativamente, à capitania da Bahia.

12 - MARQUES, *Dicion. ES*, 193. DAEMON, *Prov. ES*, 153, refere-se a três de junho.

Outras figuras de menor expressão completavam o quadro de funcionários encarregados de distribuir justiça.

Assim é que havia o *juiz ordinário*<sup>13</sup> de cada vila; Francisco Rubim nos fala da nomeação de um *juiz de vintena* para a povoação de S. Mateus;<sup>14</sup> em 1728, Félix Marinho de Lira foi provisionado no ofício de *provedor-mor dos auditórios* da vila da Vitória<sup>15</sup> e, seis anos antes, João Batista Velasco teve provisão da serventia do ofício de *tabelião público do judicial e notas* da capitania.<sup>16</sup> Uma portaria do ouvidor, datada de 1787, determinava que certo João Trancoso do Sacramento fosse conservado no lugar de *almotacé*<sup>17</sup> e uma provisão real de 1717 confirmou a nomeação de um fuão Luís Delgado para o cargo de *alcaide-mor* da vila da Vitória.<sup>18</sup> Havia, ainda, o *provedor das fazendas dos defuntos e ausentes*<sup>19</sup> e o *inquiridor, contador e distribuidor* de Vitória,<sup>20</sup> para citar apenas os cargos de que encontramos notícias no decorrer das pesquisas.

Que ninguém se impressione, todavia, com o número de funcionários. Exceção feita do ouvidor, todos os demais tinham autoridade ínfima. De fato, só àquele cabia julgar.

A aparelho assim tão deficiente correspondia ausência quase total da justiça d'el-rei. O que admira e pasma é que as crônicas não estejam pejadas de notícias de crimes, os homens não se entredevorassem, cétricos que deviam ser da efetividade de outra lei que não fosse a de sua própria força e espírito de vindita.

Mesmo porque, além da precariedade advinda daquelas circunstâncias, concorriam ainda a venalidade quase geral dos juizes e a morosidade notória dos tribunais. Bem arrimado nos múltiplos exemplos que a História oferece, Pedro Calmon pôde escrever palavras que soam como lamentos de gerações roubadas no bem supremo – a justiça: “Nada havia menos certo, na vida de um indivíduo, por esse tempo, do que a sentença final para a sua ação. Dessangrado pelas

---

13 - Em 1798, José da Silva Maia exercia, por eleição, o cargo de juiz ordinário de Vitória (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, IV, 365).

14 - RUBIM, *Memória Estatística*, 167.

15 - *DH*, XLVIII, 156.

16 - *DH*, XLVI, 103. Em setembro de 1732, Manuel Ferreira Viana obteve provisão régia da “serventia do ofício de tabelião do público judicial e notas da vila de Nossa Senhora da Vitória” (*DH*, LXXVII, 302). Ver, nesse mesmo volume, a provisão da p. 70.

17 - ALMEIDA, *Inventário*, III, 126. Esse João Trancoso era, também, ajudante do Terço das Ordenanças da Vila da Vitória, e era morto em 1796 (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, IV, 376).

18 - *DH*, LII, 260.

19 - *DH*, III, 243; *DH*, L, 292; *DH*, LII, 224; *DH*, XLVIII, 129; *DH*, XLVII, 189; *DH*, LIX, 70; *DH*, LXXVII, 217.

20 - *DH*, LXXVII, 360.

custas, arruinado por propinas e taxas, desesperado pela protelação interminável, morria muitas vezes o querelante, e morriam os herdeiros dele, sem verem a conclusão dos autos”.<sup>21</sup>

**RELIGIÃO** – A Igreja Romana dominava, quase sem concorrentes, o espírito religioso. *Quase sem concorrentes* porque a presença de africanos importava, por certo, na prática dos cultos pagãos herdados de seus antepassados e, entre os índios, mesmo os domesticados, deviam ser cultuados seus deuses primitivos. Também o judaísmo contaria com alguns adeptos, pois não é admissível tenha o Espírito Santo constituído exceção na colônia tão salpicada de cristãos-novos.<sup>22</sup>

No foro eclesiástico, a capitania estava subordinada ao bispado do Rio de Janeiro.

Repetidamente queixavam-se governantes e governados da falta de sacerdotes.

O santuário da Penha mantinha e via crescer seu prestígio no coração dos crentes.

**O ENSINO** – Ao fim dos setecentos, em toda a capitania não havia mais de dois professores públicos: um de gramática latina, outro de ler e escrever<sup>23</sup> – ambos residentes na vila da Vitória. Entretanto, o número de estudantes era suficiente para compor uma companhia.<sup>24</sup>

21 - CALMON, *Organização Judiciária*, 88-9.

22 - Em 1720, o Santo Ofício fez seguir para Portugal o negociante Brás Gomes de Siqueira, estabelecido em Vitória, onde deixou ao abandono duas irmãs e dois filhos, “aos quais, por temor à Inquisição, ninguém mais quis agasalhar ou socorrer” (FREIRE, *Capitania*, 98).

- Explorando o tema do infortúnio dessa pobre família, publicou-se, no Rio de Janeiro, em 1876, nas oficinas de Eduardo e Henrique Laemmert, um folheto intitulado: *Um fato da Inquisição no Brasil e Heroísmo de um capixaba – Tradição popular da Província do Espírito Santo*.

- Brás Gomes nascera em Santos e “foi relaxado em estátua por ter tido a fortuna de ter aparecido defunto nos cárceres [de Lisboa]” (FREIRE, *op. cit.*, 98).

23 - O de gramática latina chamava-se Marcelino Pinto Ribeiro; o de ler e escrever, José das Neves Xavier (VILHENA, *Notícias Soteropolitanas*, mapa que se segue à p. 302).

24 - Ver nota V, do capítulo XII.

À falta de referências a professores particulares ou de outra ordem que não os jesuítas, é-se levado a acreditar que, até sua expulsão, só os últimos cuidavam do ensino da mocidade. (II) Ensino primário e secundário – bem entendido – pois o superior era ministrado em Coimbra.<sup>25</sup>

Antes de Pombal, não existiam, no Brasil, *escolas régias*. Fugia aos interesses da Coroa uma colônia assaz esclarecida.<sup>26</sup> Contudo, “não se pode dizer relegasse a metrópole a instrução de sua conquista americana”, pois, “com exceção dos mestres particulares de primeiras letras, gramática e aritmética, e de poucos cursos de monges, todo o ensino primário e secundário era pago direta ou indiretamente pelos cofres públicos”, afirma Carlos Rizzini, acrescentando: “O governo português não superintendia nem orientava o ensino, mas subvencionava-o para que fosse gratuito”.<sup>27</sup>

---

25 - Entre 1772 e 1800, inclusive, matricularam-se na Universidade de Coimbra 527 estudantes brasileiros. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia entraram com os maiores contingentes: respectivamente, 128, 124 e 115 rapazes. Do Espírito Santo, só duas matrículas. É o menor contingente. José Pinto Ribeiro era um daqueles capixabas. Filho de Manuel Pinto Ribeiro, nasceu em Vitória e bacharelou-se em Matemática, em 1776, e, em Direito, em 1777. Fez carreira na magistratura. Em março de 1790, era ouvidor da capitania do Espírito Santo e o Conselho Ultramarino mandava que exercesse cumulativamente o lugar de provedor da Fazenda Real da mesma capitania (ALMEIDA, *Inventário*, III, 201).

Na Seção de Mss. da BN (cota I-35, 1, 16), encontra-se ofício de D. Fernando José de Portugal, de quatro de maio de 1792, ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo, nos seguintes termos: “Serve esta de participar a V. Sa., que em conformidade da Real ordem expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos passa a servir de Ouvidor dessa Capitania o Bacharel José Pinto Ribeiro.” O auto de sua posse como ouvidor geral e corregedor da comarca do Espírito Santo é datado de Vitória, vinte e um de maio de 1792 (ALMEIDA, *Inventário*, III, 423).

CASTRO e ALMEIDA inventariou outros três documentos relativos a José Pinto Ribeiro, mas, infelizmente, não lhes após as datas correspondentes. Em um deles “o desembargador José Pinto Ribeiro, ouvidor da Capitania do Espírito Santo,” pede que se proceda à sua devassa de residência (*Inventário*, V, 51). No segundo, o “desembargador da Relação da Bahia,” José Pinto Ribeiro, “pede licença para ir ao Reino habilitar-se como herdeiro [sic] de seu irmão Dr. Marcelino Pinto Ribeiro, lente de Prima da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra” (*Inventário*, V, 208). Finalmente, no terceiro requerimento, o desembargador José Pinto Ribeiro “pede se lhe passem certidões de ter cumprido todas as ordens emanadas do Conselho Ultramarino durante o tempo em que exerceu o cargo de Ouvidor Geral e Corregedor da comarca e Capitania do Espírito Santo” (*Inventário*, V, 208). A onze de maio de 1794, como “ouvidor da comarca do Espírito Santo”, dava informação sobre petição de Gonçalves Pereira Pinto (ALMEIDA, *Inventário*, III, 338), por sinal, seu irmão.

- O outro estudante conimbricense chamava-se João Ramos dos Santos Pinto e era, também, natural de Vitória. Bacharelou-se em Direito em 1790 (MORAIS, *Estudantes Brasileiros*, 160 e 192). Como o ensino superior era privilégio das classes abastadas, o reduzido número de espírito-santenses na Universidade de Coimbra reflete a precariedade de recursos da capitania.

26 - “...o Estado não compreendia entre as suas altas funções a necessidade de cuidar do ensino público extensivo à massa geral da população. Quando muito, nos países mais adiantados do continente [Europa], preparam-se as classes diretoras, educam-se os príncipes e os nobres, criam-se estabelecimentos suntuosos (universidades, academias, escolas de altas ciências e artes etc.) só para os ricos. O que se chama hoje instrução pública, ministrada a todo o mundo por escolas do Estado, não houve em Portugal antes de D. José I” (ROCHA POMBO, *HB*, V, 724-5).

27 - RIZZINI, *O Livro*, 210.

Coube ao famoso ministro de D. José lançar, “no reino, o problema do ensino propriamente popular, criando as primeiras *escolas régias* e estendendo, pouco a pouco, pelas Colônias, a sábia providência”.<sup>28</sup>

A política educacional, traçada e iniciada por Pombal, veio repercutir muito amainadamente no Espírito Santo. A razão, simples: o pequeno rendimento do *subsídio literário* – imposto com que se mantinha o ensino.

Informa Santos Villhena que, nos anos de 1795 e 1797, o tributo rendeu, no Espírito Santo, respectivamente, 232\$398 e 497\$440,<sup>29</sup> Com tão reduzidos meios, não era possível ampliar o ensino público na capitania, uma vez que o pagamento dos professores se fazia com o dinheiro proveniente da arrecadação local, apenas.<sup>30</sup>

**AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO** – Sobre essas atividades há pouco a acrescentar às valiosas informações contidas no documento firmado pelo governador Monjardim.<sup>31</sup>

Era bem avultado o número de engenhos e engenhocas. Em 1818, Rubim recenseou setenta e seis dos primeiros e sessenta e oito das segundas.<sup>32</sup>

Tentava-se a cultura da pimenta, do cânhamo e do bicho-da-seda, com o auxílio oficial.<sup>33</sup>

28 - ROCHA POMBO, *HB*, V, 725.

29 - *Notícias Soteropolitanas*, mapa que se segue à p. 302. O autor não menciona a arrecadação de 1796.

30 - VILHENA, *Notícias Soteropolitanas*, mapa que se segue à p. 302. É dessa mesma obra que se recolhe a informação seguinte: o professor de gramática latina ganhava trezentos mil réis por ano; o de ler e escrever, cento e vinte mil réis. A Tesouraria Geral da Bahia devia ao primeiro, em 1797, (?) doze meses de vencimentos e ao segundo, três anos... (*idem, ibidem*).

31 - Ver nota IV, do capítulo XII.

32 - *Memória Estatística*, 183.

33 - Sobre a pimenta, ver ALMEIDA, *Inventário*, IV, 73.

– Sobre o cânhamo, ALMEIDA, *Inventário*, III, 154. A três de março de 1790, D. Fernando José de Portugal oficiava a Monjardim, comunicando a remessa de um caixote de sementes de linho cânhamo. Por esse documento, ficamos sabendo que, anteriormente, já haviam ensaiado a cultura do cânhamo no Brasil, porém sem resultados satisfatórios. A nova tentativa se fazia por insistência da rainha D. Maria I (Ms. pertencente ao acervo da BN, onde pode ser encontrado na cota I-35, 1, 16). A propósito da sericicultura, ver ALMEIDA, *Inventário*, I, 11, e *RIHGB*, XIX, 225-9.



Os processos de cultura eram, como no resto da colônia, primitivos e rotineiros. Os lavradores capixabas devem ter reagido, do mesmo modo que os seus vizinhos de Campos, à sugestão de ser empregado o bagaço de cana na fornalha dos engenhos e utilizado o arado no trato das terras, isto é, mandando dizer ao vice-rei que o primeiro não dava resultado “pela grande debilidade dos fogos, e não poderem agitar os cobres”; e que também o arado era insuficiente porque nas terras cultivadas havia muitas raízes, tocos e paus, mais facilmente afastados com a enxada e as mãos.<sup>34</sup>

Em todos os tempos, a madeira das matas espírito-santenses foi prezada pelos construtores navais, principalmente o tapinhoã, a que são feitas várias referências. Ainda em 1798, D. Fernando José de Portugal dirigia-se a Sousa Coutinho mostrando a “possibilidade de se estabelecerem cortes de madeira ao longo do Rio Doce”.<sup>35</sup>

O pau-brasil, em 1775, era vendido aqui ao preço de 240 réis o quintal.<sup>36</sup> Não se sabe se era aplicada no Espírito Santo a ordem que estabelecia pena de morte e confisco de bens aos que extraíssem a cobiçada madeira de tinturaria das matas campistas.<sup>37</sup>

---

34 - LAMEGO, *Efemérides*, I, 270. Sobre a adoção do arado e do bagaço de cana nas propriedades da Bahia, ver ALMEIDA, *Inventário*, IV, 15-6.

35 - *Apud* ALMEIDA, *Inventário*, IV, 46.

- Aos cinco de abril de 1799, D. Rodrigo de Sousa Coutinho escrevia ao governador Antônio Pires da Silva Pontes, de ordem de S. M., para que encarregasse aos “naturalistas existentes nessa Capitania o cuidado de fazerem as precisas indagações a fim de conhecer se se encontram plantas e árvores que sirvam à fabricação de papel” (Ms. pertencente ao acervo da BN).

36 - *Ofício do governador de Pernambuco José César de Menezes para o governador da Bahia no qual o avisa que na capitania do Espírito Santo se estava vendendo pau-brasil a 240 réis o quintal*. Recife de Pernambuco, quatro de dezembro de 1775 (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, II, 313).

37 - “Nesta data [dezoito de janeiro de 1793] o conde de Rezende, vice-rei do Brasil, oficiou ao juiz ordinário e mais oficiais da Câmara da Vila de S. Salvador de Campos sobre a representação dos moradores de Campos em que diziam ter sido avisados para não derrubar *pau brasil* debaixo da pena de morte e confisco dos bens, de cujas penas se não podiam livrar, nem evitar que os seus inimigos e malfeitores levados pelo interesse ou ódio, entrassem em seus matos, e cortassem os ditos paus, como constantemente praticavam, para acusar os suplicantes e se utilizarem do prêmio, assim também, que os seus próprios escravos faziam o mesmo, pelo ódio que têm aos seus senhores, refletindo sobre todo o referido, deliberou que a dita pena se devia impor a quem vendesse os ‘ditos paus ou os extraviasse a troco de fazendas proibidas por ser o único meio de conservá-los’” (LAMEGO, *Efemérides*, I, 46).

## NOTAS

## I

(p. 248)

“O Exm.º Vice Rei do Estado do Brasil na sua Carta de nove de Outubro do anno corrente me comunica não haver inconveniente algum na povoação e cultura das Terras do Rio doce, que fui servido permitir a João Jacinto e outros, antes parecendo-lhe ser este meio um dos mais eficazes, para reprimir desordens de maior conseqüência, que se pudessem intentar naquelas Vastas distâncias, havia certificado imediatamente a VM. a sua condescendência, para sem o menor obstáculo poder VM. pela sua parte, pôr em execução as minhas determinações. Mas como uma das prudentes condições, com que os ditos moradores pertendem formar os seus estabelecimentos no dito Sertão consiste, em conservar uma guarda, e destacamento de Tropa, em distância das suas povoações, para as defender, e resguardar dos Índios bravos, de que podem ser acometidos, com esta providência se devem também [?] dar na forma das ordens de S. Majestade os extravios do ouro, que se possam intentar pelo mesmo Sertão. Ordeno a VM., que faça colocar os Destacamentos e Guardas, nas partes mais proporcionadas, a defença dos referidos povoadores, recomendando se tenham as mais vigorosas cautelas, a fim de se obviarem também as desordens, e extorsões, que se têm praticado pelo interior do dito Sertão. Mandará VM. fixar editais para que as pessoas, que além dos sobreditos João Jacinto, e outros, quizerem povoar os Sertões referidos, se lhe permite a faculdade precisa, e se lhe assinará o Terreno suficiente no ato de vistoria, a que VM. deve proceder pessoalmente naquele distrito, quando nele for estabelecer as Guardas e Destacamentos de Tropa.

Quando ao objeto de se assistir aos povoadores com o sustento necessário por tempo de seis meses, achando ser conveniente ao Real Serviço esta pertença. Ordeno que se assista pela Real Fazenda com o dito sustento por tempo de seis meses por empréstimo, mandando VM. fazer as precisas clarezas, para se restituir a Provedoria; bem entendido, que se dito Mantimento se deve dar àquelas pessoas, que por suma pobreza, não poderem sustentar-se. Aos Destacamentos, e Guardas, se assistirá com mantimento, Armas, pólvora, e bala, pela Provedoria na forma praticada, vista a utilidade, que resulta a S. Majestade desta nova Povoação e defença do extravio do ouro, tão Recomendada nas ordens, que ultimamente tenho recebido da nossa Corte. Depois de VM. ter posto todas as Cautelas nos registros, e repartido as Terras pelos povoadores, receberá VM. as ordens do Exmo.º Snr. V. Rei, comunicadas ao M.e de Campo Joaquim José Lisboa, para as Executar com aquele zelo, e honra com que VM. satisfaz as suas obrigações, e ao mencionado M.e de Campo entregará a minha Carta inclusa, e dele receberá as instruções precisas” (Ofício de D. Rodrigo José de Menezes, de vinte e dois de novembro de 1786, ao capitão-mor da Capitania do Espírito Santo - Ms da BNRJ, cota I-35, 1, 16).

## II

(p. 253)

Com argumentação deveras notável - baseada em documentação do melhor quilate - CARLOS RIZZINI nega aos inacianos o monopólio da instrução na colônia luso-americana. *Data venia*, transcrevemos trecho do capítulo intitulado *O ensino antes e depois de Pombal* do seu admirável livro:

“Os milhões de reinóis e de mazombos, de brancos e mestiços, que desenvolveram a riqueza comum no comércio, na indústria, na lavoura, no artesanato, nas funções políticas, nas fileiras, no sacerdócio, e que sabiam algo acima de ler e escrever - esses milhões de brasileiros não aprenderam com os jesuítas. Aprenderam com os presbíteros seculares, com os frades, com os mestres leigos, cujo número de aulas gratuitas ou remuneradas de muito excedia a dos padres de Loiola.

Mestres de ler, escrever e contar, e gramática, isto é, de português, aritmética e latim, existiam na América Portuguesa desde os tempos mais recuados. Logo em 1578 aparece no Rio de Janeiro um Francisco Lopes, escrivão e professor de aritmética. Fernão Luís, mulato, ensinava meninos em Matoim em 1581. Bento Teixeira, o famigerado autor da *Prosopopéia*, reinol do Porto, cristão novo, herege e uxoricida, homem trêfego, letrado, alto e grosso, regia desde 1585, em Igarauçu, Olinda e depois no Cabo, escola de ler e escrever, latim e aritmética (onde aprenderam muitos moradores). Em 1581 surgem três mestres de moços na Bahia: Júlio Pereira, Bartolomeu de Sá e Domingos Pires, e até 1594 quatro outros em Pernambuco: Manuel d’Oliveira, em Santo Amaro, Antônio de Brito, em Ipojuca, Fernão Rodrigues e Fernão Dias da Paz em Itamaracá. A seguinte observação dá idéia do grau de alfabetização dos pernambucanos no ocaso do quinhentismo: dos duzentos e vinte e um denunciante do Santo Ofício em 1591, em maioria gente da roça, tirante o mulherio ignaro, apenas três ou quatro homens não sabiam assinar o nome” (*O Livro*, 207).



XIV

# XIV

## O ESPÍRITO SANTO LIBERTA-SE DO GOVERNO DA BAHIA

**P**ROVIDÊNCIA REVOLUCIONÁRIA – Nomeado em 1797,<sup>1</sup> só a vinte e nove de março de 1800 Silva Pontes<sup>2</sup> tomou posse do cargo de governador da capitania.<sup>3</sup>

---

1 - “Decreto de onze de novembro de 1797, *Gazeta de Lisboa, de cinco de janeiro de 1798 (suplemento)*” (GARCIA, *Notas à HG, de VARNHAGEN, V, 375*).

2 - Antônio Pires da Silva Pontes (Paes Leme e Camargo) – Natural de Mariana. Capitão de fragata, lente da Academia de Marinha de Lisboa e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa. Condecorado com o hábito de Aviz. Membro (doutor geômetra) da comissão de demarcação de limites (de 1780, que tinha por comissário o capitão Ricardo Franco de Almeida Serra e o Dr. cosmógrafo Francisco José de Lacerda e Almeida – todos brasileiros), a ele se deve, entre outros trabalhos, a *Carta geográfica de projeção esférica ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil*, que foi, em grande parte, reproduzida por Joaquim Nabuco no *Atlas* que acompanhou a primeira memória, na questão de limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa. Rodolfo Garcia informa que a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possuem inéditos de Silva Pontes. Durante sua permanência na cidade do Salvador, antes de assumir o governo do Espírito Santo, por incumbência de D. Fernando José de Portugal, levantou “planta da barra e porto da Bahia, das ilhas adjacentes e de parte da Capitania dos Ilhéus” (ALMEIDA, *Inventário, IV, 129, 144 e 157*). Em homenagem ao seu amigo conde de Linhares, deu a um filho o nome de Rodrigo de Sousa (da Silva Pontes). Este veio a ser ministro do Brasil na Argentina, onde teve ação destacada, principalmente no conflito que terminou com a queda de Rosas. Outro filho de Silva Pontes – Manoel José Pires da Silva Pontes – presidiu a província do Espírito Santo de 1833 a 1835. Antônio Pires da Silva Pontes era casado com D. Caetana Herculina Malheiro e pertencia à família Caldeira Brant Pontes. Seu falecimento ocorreu no Rio de Janeiro aos vinte e um de abril de 1805. Jaz no claustro do convento de Santo Antônio (MORALES DE LOS RIOS FILHO, *O Rio de Janeiro, 148*).

3 - Vale acentuar que Silva Pontes aportara à Bahia em 1799, pois de três de abril daquele ano são os ofícios do governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de

Doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, lente da Academia de Marinha de Lisboa, geógrafo experimentado em missão de relevo no Brasil, o novo chefe do executivo capixaba – subalterno, aliás, do governo da Bahia – “trazia especialmente recomendada a abertura e navegação do Rio Doce”.<sup>4</sup>

A nova atitude da metrópole em relação aos meios de comunicação entre o Espírito Santo e Minas Gerais bem merece o qualificativo de revolucionária. Repetidas vezes temos citado as providências determinadas pelas administrações coloniais proibindo as relações entre os habitantes das duas capitanias. Providências, é bem de ver, coerentes com a linha adotada pela Coroa frente ao seu domínio sul-americano. Ainda em 1773, o Real Erário expedia uma ordem ao governo de Minas proibindo que qualquer pessoa, sob pretexto algum, passasse pelo rio Doce.<sup>5</sup>

**DEMARCAÇÃO DE LIMITES COM MINAS GERAIS** – Ou porque fosse tarefa muito de seu agrado ou porque trouxera recomendações de dar pronta execução ao plano – parece que de inspiração de Rodrigo de Sousa Coutinho, que passa por ter sido protetor do novo chefe do executivo espírito-santense – o certo é que Silva Pontes agiu com presteza inusitada. Sete meses e dias depois de sua posse, já havia demarcado os limites entre esta capitania e a de Minas Gerais, assinando o respectivo auto a oito de outubro de 1800, juntamente com o representante do governo mineiro.<sup>6</sup>

Embora, posteriormente, o documento viesse a ter importância maior, pelas informações lideiras que contém, na hora em que foi assinado visava, apenas, os “efeitos de se estabelecerem os registos e destacamentos respectivos segundo

---

Sousa Coutinho, participando a chegada àquele porto do novo governante do Espírito Santo (ALMEIDA, *Inventário*, IV, 129).

4 - *Ofício do governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de três de abril de 1799* (ALMEIDA, *Inventário*, IV, 129).

5 - XAVIER DA VEIGA, *Efemérides*, IV, 232. O mesmo autor relaciona nada menos que sete atos régios, entre 1725 e 1758, proibindo a abertura de caminhos em Minas Gerais (*op. cit.*, IV, 48).

6 - O governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais era Bernardo José de Lorena, representado no ato por João Batista dos Santos e Araújo, tenente-coronel do 3.º Regimento de Cavalaria de Milícias da comarca de Vila Rica.

as reais ordens do P.R.N.S. [Príncipe Regente Nosso Senhor], e a vantajosa comunicação de correios para os povos do interior com as regiões marítimas”.<sup>7</sup>

O traçado de limites objetivava estabelecer as jurisdições fiscais das duas capitanias para a conseqüente cobrança de impostos.

**FISCO E COMÉRCIO** – E assim se explica por que duas atitudes opostas tendiam ao mesmo fim: até então, o governo proibira a abertura de caminhos para evitar o extravio de ouro, agora de próprio tomava a iniciativa de estabelecer a via de comunicação para poder, mais facilmente, policiar o tráfico de pedras e metais preciosos. Para tanto, instalou, no Espírito Santo, os quartéis de Lorena, da Regência e do Sousa<sup>8</sup> – este onde “se termina a navegação fácil do oceano ... comandado por um alferes de linha, um cadete, um cabo, e dez soldados de linha; um cabo de pedestres<sup>9</sup> e vinte soldados; uma peça de artilharia de três, montada em carreta de ferro, municada de pólvora, bala e metralha, o quartel defensado com estacada”.<sup>10</sup>

Duas finalidades eram atribuídas aos destacamentos militares: apoiar as exigências do fisco e assegurar um ambiente de garantia para o comércio direto entre Minas Gerais e a Europa,<sup>11</sup> idéia generosa que Silva Pontes acalentava com otimismo, conforme tão eloqüentemente o atesta o auto de demarcação.

---

7 - *Auto de demarcação de limites*, in *RIHGB*, XIX, 193.

8 - “...fundou o quartel de Lorena dando-lhe este nome por deferência ao capitão-general Bernardo José de Lorena; o do porto de Sousa, assim denominado em atenção ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e na barra do Rio Doce o da Regência Augusta, em honra e consideração ao príncipe regente” (RUBIM, *Memórias*, 263).

- Silva Pontes alude, também, ao destacamento de S. Fernando Portugal, silenciado por todos os memorialistas. Ver nota I deste capítulo.

9 - O *Corpo de Pedestres* foi criado a quatro de abril de 1800 (RUBIM, *Memórias*, 168).

10 - *Auto de demarcação de limites*, in *RIHGB*, XIX, 193-4.

11 - “Mais importante que todas estas novas vias de penetração do litoral para Minas, é a do Rio Doce. Ela ocupa seriamente a administração pública porque, geograficamente, é de fato pelo Espírito Santo, e não pelo Rio de Janeiro, a saída natural da Capitania. Contingências políticas e interesses fiscais, mais tarde o fato consumado, mantiveram até hoje o primitivo percurso aberto por Garcia Rodrigues. Mas a topografia, a praticabilidade e a menor distância apontam claramente para o vale do Rio Doce” (CAIO PRADO, *Formação*, 244).

Resta salientar que todo aquele aparato militar visava, preferentemente, a evitar as surpresas dos índios que habitavam a região.

O entusiasmo de Silva Pontes pelas possibilidades da navegação do Doce – o *Nilo Brasiliense*, conforme denominação de Francisco Manuel da Cunha<sup>12</sup> – levou-o a estudar o curso desse rio e seus afluentes e fazer-lhe o levantamento desde a foz até a cachoeira das Escadinhas, “sendo esse o primeiro trabalho topográfico que se executou na Capitania”.<sup>13</sup>

Logo ao regressar a Vitória, dando conta da missão ao governador da Bahia, Silva Pontes escreveu, cheio de entusiasmo: “Só o distrito desta nova Capitania das cachoeiras para baixo do Rio Doce forma a mais bela província das marítimas do Brasil”. (I)

**TENTANDO O POVOAMENTO DAS MARGENS DO RIO DOCE** – Ao porto do Sousa estava reservado papel de relevo – servir de entreposto do comércio de exportação e importação de Minas Gerais.

Um dos problemas que surgiram com a nova situação foi o de povoar a localidade. Silva Pontes fez o que as circunstâncias permitiam: encaminhou para lá os condenados pela Justiça. A eles foram juntar-se “desertores e criminosos, que buscavam suas matas para escaparem à punição das leis”.<sup>14</sup> Comerciantes capazes de sustentar o tráfego marítimo é que não apareceram, e assim feneceu o plano de transformar o lugarejo no “centro de todas as povoações que se fundassem nas adjacências do Rio Doce”.<sup>15</sup> Antes mesmo de transcorrido um decênio, a aldeia de Coutins<sup>16</sup> foi visitada pelos botocudos, que mataram um soldado, puseram os demais em fuga e arrasaram o *quartel*.<sup>17</sup>

---

12 - *Navegação*, 4-7.

13 - PENA, *História*, 89.

- VERÍSSIMO COSTA informa: “foi esta carta continuada por seu sobrinho [dele, Antônio Pires da Silva Pontes], o alferes Antônio Rodrigues Pereira Taborda, até as origens ou cabeceiras, em Minas Gerais” (*Viagens*, 215). - DAEMON registrou “Antônio Pereira Rodrigues de Taborda” (*Prov. ES*, 206).

- MISAEL PENA atribui a Silva Pontes a construção de “uma pequena estrada” que ligaria entre si os diversos quartéis estabelecidos junto ao rio Doce (*História*, 89).

14 - JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 140.

15 - RUBIM, *Memórias*, 264.

16 - Coutins - “nome tirado de um couto, em Portugal, pertencente à casa do ministro D. Rodrigo [de Sousa Coutinho]” (MARQUES, *Dicion. ES*, 177).

17 - RUBIM, *Memórias*, 264-5.



Outro teria sido o destino de Coutins e da própria bacia do rio Doce se o governador Silva Pontes tivesse continuado à frente do governo da capitania. Sua *pré-memória* de 1802 testemunha o carinho com que encaminhava a solução dos problemas ligados ao rio, que, oficialmente, abriu à navegação, tida, aliás, por impossível.

**AGRICULTURA, COMÉRCIO E UM GOVERNANTE HONRADO** – Naquele ano (1802), “a gente desta Província se acha[va] toda acomodada lavrando algodão e algum açúcar e milhos, com a venda dos quais gêneros, que exportam para a Bahia e Rio de Janeiro, suprem [supriam] as necessidades do vestuário europeu, sendo-lhe suficiente a farinha de mandioca da Província e o peixe da sua costa para se manterem”.

Nas florestas residia, ainda, o principal perigo. “Sendo rodeado do gentio inimigo todo o perímetro da Colônia, desde a barra do Rio Doce até o da barra do Rio Paraíba do Sul, não se entranham os colonos para o centro do sertão”, disputando, todos, os terrenos da praia, “mas nunca deliberando-se a ir formar estabelecimentos onde os matos estão sem dono e a abundância abandonada ao corpo do gentio”.

Segundo os cálculos de Silva Pontes, a capitania contava, então, vinte mil habitantes e, para trilhar o caminho largo do progresso, “nada mais [era] preciso, dadas as ordens, do que um governante honrado [...] e um regimento para este governo, que até agora está sem ele [...], navegação direta e facilidade de deliberar nas urgências contingentes”. (II)

**A COROA E OS ÍNDIOS** – Na época, a Coroa manifestou paternal interesse pela sorte dos silvícolas brasileiros. A carta régia de doze de maio de 1798, que, entre outras disposições, mandava equiparar os índios aos demais vassallos da monarquia portuguesa, foi posta em prática no Espírito Santo, concedendo-lhes o governador lotes de terras por aforamento.<sup>18</sup> Infelizmente, os brancos ainda estavam muito agarrados às suas seculares idéias de superioridade racial para compreender e praticar a generosa política traçada pelos governantes de além-mar.

---

18 - A vinte e nove de agosto de 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho remeteu uma cópia da carta régia a Silva Pontes, recomendando que a rainha mandara fossem cumpridos os dispositivos daquele documento aplicáveis a esta capitania (RIHGB, XIX, 313 ss.).

- PERDIGÃO MALHEIRO, *A Escravidão*, I, passim. DAEMON, *Prov. ES*, 207.

- Em 1798, informando ao governo de Lisboa sobre representação dos índios de Benevente “contra vários vizinhos brancos e pardos que ali tinham aforado terras em benefício da lavoura”, D. Fernando José de Portugal dizia: “da circunstanciada informação do Ouvidor

Informando acerca do estado de civilização em que se encontravam os índios sob sua jurisdição, o ouvidor do Espírito Santo, em 1803, escrevia: “Os progressos da civilização dos índios desta comarca [...] me persuado ter algum aumento, porquanto ainda que a maior parte conserva a estúpida indolência do desprezo de adquirir bens e conservá-los, como por herança de seus pais e avós; contudo ela já não é tanta, que não trabalhem para comer e vestir, imitando os brancos no modo do vestido: e entre os mesmos índios já aparecem alguns que se não distinguem na civilidade daqueles, como de próximo encontrei um juiz em Vila Nova de Almeida, que até me acompanhou a cavalo com decência até ao fim do seu distrito, de sorte que é de esperar que aquela ambição louvável, que falta na maior parte, cresça e se vá espalhando entre os outros, se não se desprezarem os meios de a facilitar”.<sup>19</sup>

Ainda, e sempre, a incompreensão da psicologia primitiva do ameríndio (III) perturbando, o julgamento de suas ações, tudo...

**ACUSAÇÕES CONTRA SILVA PONTES** – Os capixabas articularam gravíssimas acusações contra o governador. A primeira dizia que “o auto de oito de outubro deste ano [1800] é equivalente a uma escritura de doação de mais de oitocentas léguas quadradas de terras pertencentes à Capitania do Espírito Santo, que o respectivo governo fez à sua família”...<sup>20</sup>

---

da Capitania do Espírito Santo, que será também com esta, conhecerá V. Ex. que nenhuma razão têm os suplicantes em se queixarem de viverem estabelecidos nas terras de que fazem menção, vários homens brancos e pardos que têm aforado parte delas em benefício da lavoura, como sempre se praticou, e o que é conforme ao Diretório, de que tem resultado aumentar-se as rendas dos Dízimos reais, mostrando a experiência que os Índios regularmente se descuidam de cultivar uma légua de terra em quatro que S. M. lhes concede para este fim, contentando-se com lavouras insignificantes e com qualquer pequeno interesse que delas tiram. Da mesma informação, documentos que a acompanham e resposta da Câmara de Benavente, não só se mostra a falsidade da representação, mas também que fora urdida por um pardo chamado Antônio Alexandrino, de péssima conduta, hoje pelos Índios *Antônio José Lopes, Antônio da Silva e Francisco Dias*, sendo estes dois últimos, que como procuradores, assinaram mais dois requerimentos...” (Ofício de vinte e quatro de abril de 1798, in ALMEIDA, *Inventário*, IV, 20).

19 - *Ofício do ouvidor da comarca do Espírito Santo, Manuel José Batista Felgueiras, para o governador da Bahia* (ALMEIDA, *Inventário*, V, 176).

20 - MÁRIO FREIRE, *Capitania*, 129. Lembra esse historiador: “Nascido em Minas, Silva Pontes teria, talvez, parentes entre os signatários daquele documento”.

A segunda representação, de que conhecemos todo o texto, contém numerosas queixas.<sup>21</sup> Se fundamentadas, colocariam Silva Pontes entre os administradores mais despóticos e venais que o Brasil já conheceu. Contudo, parece que tais denúncias eram inspiradas por sentimentos menos nobres, pois os memorialistas e historiadores têm concedido a Silva Pontes as homenagens que se tributam aos governadores dignos do respeito da posteridade.<sup>22</sup>

---

21 - Pode ser lida na *RIHGES*, IX, 47-50.

- Além das duas representações citadas, existe, pelo menos, mais uma - a do padre Inácio Joaquim da Natividade e Almeida, também relatando violências e despotismo de Silva Pontes (ALMEIDA, *Inventário*, V, 218).

- Anos mais tarde, de passagem pelo Espírito Santo, SAINT-HILAIRE recolheu, sobre o ex-governador, opiniões que muito o escandalizaram. Resumiu-as no seguinte trecho: “Era um homem instruído, porém, bizarro, que abusou de sua autoridade e fez mal à Província. Contam-se deste magistrado extravagâncias que seriam incríveis se não fossem atestadas por pessoas dignas de fé. Tinha a mania de tirar os agricultores de seus domínios e retê-los, meses inteiros, na vila da Vitória, para exercitá-los no serviço militar; sentia um prazer bárbaro em fazer montar a cavalo os infelizes, aos quais doenças secretas impediam esse exercício; ou então, se ele passeava com os oficiais da guarda nacional (milícia), forçava-os a comer o jantar nojento dos negros que encontrava no caminho” (*Segunda Viagem*, 22-3).

22 - “Ainda que me persuadia não serem verdadeiros os fatos expostos na representação que os moradores da Capitania do Espírito Santo levaram à Real Presença de V. A. contra o Governador Antônio Pires da Silva Pontes, segundo o conceito que formei do seu caráter quando passou pela Bahia onde me achava durante aquele tempo que governou a dita Capitania debaixo das minhas Ordens, contudo não me sendo possível tomar aqui um pleno conhecimento dos fatos anunciados na mesma representação que acompanhou a Provisão in fronte expedi ordem ao Ouvidor daquela Comarca para que me informasse circunstanciadamente sobre cada um deles, procurando também examinar o caráter do Procurador que em nome do Povo a assinou.

Da Informação inclusa que me remeteu o dito Ouvidor se manifesta serem inteiramente falsos os fatos principais de que é argüido aquele Governador, que em limpeza de mãos podia servir de modelo a todas as pessoas encarregadas da administração pública, como se explica este Ministro, e que outros, ainda que neles se possam considerar algum excesso de jurisdição, foram desfigurados e referidos por um modo diferente do que aconteceram, havendo toda a presunção de que Antônio Pinheiro Leite que se inculca Procurador do Povo é um Soldado que há três anos desertou com toda a sua família para a Vila de São Mateus, sem que se saiba onde presentemente existe.

É quanto se me oferece dizer a V. A. sobre a mencionada representação, remetendo-me quanto à prisão do Vigário de Benavente Inácio Joaquim da Natividade e Almeida a resposta que dei à Provisão de 30 de Junho do ano passado.

A Muito Alta e Poderosa Pessoa de V. A. R. Guarde Deus como havemos mister. Rio 29 de Dezembro de 1804. Dom Fernando José de Portugal” (cópia pertencente ao acervo do AN, *Cod* 952, vol. 46, p. 184-4v).

**NOVO GOVERNADOR** – É o que não ocorre com Manuel Vieira d’Albuquerque e Tovar,<sup>23</sup> que sucedeu ao doutor conimbricense no governo capixaba e de quem se diz ter sido “algum tanto violento”.<sup>24</sup> Em verdade, foi muito acidentada a sua administração. Incompatibilizado com as principais figuras da terra, inclusive o ouvidor<sup>25</sup> – desembargador Alberto Antônio Pereira – desmandou-se em prisões, desterros e outros desatinos, provocando ruidosas reclamações junto à metrópole. (IV)

Em 1808, entregando o governo aos substitutos legais, encetou uma viagem ao Rio de Janeiro – onde já se encontrava instalada a corte portuguesa – para reiterar, ao que se presume, de viva voz, o pedido de demissão, tão desejada pelos capixabas, Em meio do caminho, viu-se obrigado a regressar a Vitória.<sup>26</sup>

**AINDA O RIO DOCE E AS MINAS DO CASTELO** – Em abril de 1809, por fim, Tovar conseguiu ir à corte, “onde expôs a necessidade de ser removido o ouvidor”, no que foi mais tarde atendido.<sup>27</sup>

23 - RUBIM grafa “Manuel Vieira de Albuquerque Tovar” (*Memórias*, 204). CÉSAR MARQUES adota igual construção e dá os títulos: “Fidalgo da Casa Real e Major de Cavalaria” (*Dicion. ES*, 118). GARCIA, provavelmente apoiado na *Gazeta de Lisboa* de dezoito de maio de 1804 (suplemento), registra: “Manuel Vieira da Silva Tovar de Albuquerque – tenente do regimento de cavalaria de Castelo Branco” (*Notas à HG*, de VARNHAGEN, V, 375). A mesma grafia em ALMEIDA (*Inventário*, V, 216). Note-se, contudo, que, em ofício de oito de agosto de 1807, dirigido ao visconde de Anadia, o conde da Ponte, então à frente do governo da Bahia, referindo-se ao governador do Espírito Santo, escrevia “Manuel Vieira de Tovar e Albuquerque” (*apud* ALMEIDA, *Inventário*, V, 467). Em diversos documentos assinados pelo governador e que se encontram no Arquivo Nacional, entretanto, a assinatura é clara: *Manoel Vieira d’Albuquerque e Tovar*.

24 - DAEMON, *Prov. ES*, 207.

“Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, que sucedeu a Pontes com o título de governador, administrou quase tão mal quanto ele. Comprazia-se, igualmente, com o aparato militar e roubava aos colonos um tempo precioso, passando-os em revistas inúteis, incessantemente” (SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem*, 23).

25 - Copiosa documentação sobre o incidente no códice IJJ<sup>o</sup> 356 do AN.

26 - Tovar partiu de Vitória nos últimos dias de setembro de 1808. Esteve ausente do governo apenas onze dias. Achava-se na vila de S. Salvador de Campos quando recebeu ofício do secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra recomendando que voltasse à capitania, pois sua ausência poderia propiciar ensejo a motins. É o que o próprio Tovar relatou a D. Fernando José de Portugal, secretário dos Negócios do Reino, em ofício de treze de outubro de 1808. Nesse documento o governador acusa o ouvidor Alberto Antônio Pereira de fomentador de desordens e *francês* (*Gov. ES*, I).

27 - RUBIM, *Memórias*, 266-7.



EXPLICACAO

A Igreja de Governador  
 B Igreja de São Antônio  
 C Igreja de São João  
 D Igreja de São Pedro  
 E Igreja de São Sebastião  
 F Igreja de São Marcos  
 G Igreja de São Mateus  
 H Igreja de São Tiago  
 I Casa e Rua do Rio do Botão

L Casa Nova  
 M Casa de Assombração  
 N Casa Grande  
 O Casa de Santíssimo  
 P Casa de Lacerda  
 Q Casa de Bernardino  
 R Casa Redonda  
 S Lugar denominado Capuchinhos  
 T Casa do Compadre

PERSPECTIVA

VILLADEN

Capitão

ESPIRITO

Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

3-8-14  
 1805  
 N.º 1000 C

“Perspectiva da Villa da Victoria” em 1805, de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Original, acrescentado nos



TIVA DA  
**VICTORIA**  
 ... do  
**TO SANTO**

DESCRIPÇÃO

Apresenta desta Villa o melhor parte do seu local e Edifícios, assim como  
 as Igrejas, e Casa do S. Fruct. Casa do S. Luiz, S. Gonçalo, pelo elevação da  
 sua fôrça a q<sup>ta</sup> fica situada na margem Septentrional do Rio em 10 gr. e 10 min.  
 de Latitude Austral e 51 gr. 15 min. e 19 s. de Longitude ao Oeste de Lisboa.  
 A sua situação he a sua Villa circundada por duas linhas de m<sup>to</sup>. Rio quasi 15 legoas  
 dentro embocadura sobre terreno pelo qual se tem Rochedos em pontos os capote de  
 Dos Penedos e Monte muito elevados de que he circundada pelo Septentrional  
 margem de Inhamozz. Agua principal<sup>l</sup> do Capote de Agua he fôrça e abrigada  
 dos Ventos sobre Coanetas exportamse comzete em Agua e Agua ardente. Algodão em  
 rama e manufacturado. Madeira Arroz. Alho. Feijão S. S.



**DISTINCTIVOS.**

A. Palácio do Governador.....	N. Casa Nova.....
B. Matriz.....	O. Casa de Anchieta.....
C. Mouraria.....	P. Casa Grande.....
D. Igreja de São Francisco.....	Q. Casa de São Francisco.....
E. Casa de São João.....	R. Casa de São João.....
F. Igreja de São João.....	S. Igreja de São João.....
G. Igreja de São João.....	T. Igreja de São João.....
H. Igreja de São João.....	U. Igreja de São João.....
I. Igreja de São João.....	V. Igreja de São João.....
J. Igreja de São João.....	W. Igreja de São João.....
K. Igreja de São João.....	X. Igreja de São João.....
L. Igreja de São João.....	Y. Igreja de São João.....
M. Igreja de São João.....	Z. Igreja de São João.....

*Presentado de Copia  
Foi de Luitamb...*

**VILA RICA**  
**VILA RICA**  
 Capital  
 ESPÍRITO  
 SANTO

LIBRARY  
 JAN 1921

“Perspectiva da Villa da Victoria” em 1805, de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Cópia de 1811, digitalizada da





Lá deve ter recebido ordens para visitar o rio Doce e promover seu desenvolvimento, pois, ainda em 1809, o percorreu, apresentando sucinta *Memória* em que apontava as obras julgadas indispensáveis à navegação comercial.<sup>28</sup>

D. Rodrigo de Sousa Coutinho continuava sendo o grande animador da obra que pretendia transformar o *Nilo Brasiliense* em instrumento vivo do progresso.

À povoação reconstruída sobre as ruínas da aldeia de Coutins, Tovar deu o nome de *Linhares*, em homenagem ao ministro de D. João.

Simultaneamente, promovia a ida de colonos para povoar a região. Dos poucos que atenderam ao convite do governador a História guardou o nome de João Felipe Calmon<sup>29</sup> – fazendeiro em Benevente – que, auxiliado por alguns escravos, fundou ali o “primeiro estabelecimento regular de agricultura”.<sup>30</sup>

28 - O interesse da Coroa pelo rio Doce não esmorecera. Em 1807, no ofício dirigido ao visconde de Anadia, o governador conde da Ponte informava não lhe ter sido possível “cumprir com a brevidade que desejava ao que se [lhe] ordenou [...] sobre a futura utilidade da navegação do Rio Doce, para exportação dos gêneros das duas Capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente dos metais menos preciosos, como ferro e cobre” (ALMEIDA, *Inventário*, V, 467).

29 - João Felipe de Almeida Calmon – Filho do morgado Antônio Pereira do Lago e D. Ana Joaquina Calmon (CALMON, *Hist. Brasil*, IV, 49).

- SAINT-HILAIRE escreveu a seu respeito: “Auxiliava, com a máxima boa vontade, os colonos que vinham estabelecer-se aí [em Linhares], tornando-lhes os transportes mais fáceis, recebendo-os em casa, procurando-lhes víveres. Ajudava, igualmente, aos mineiros no seu comércio, fornecendo-lhes canoas com remadores. Assim, todo o tempo em que Tovar foi governador da Província, João Felipe continuou tranqüilamente sua útil atividade. Rubim, no começo de sua administração, se entendia também muito bem com este prestativo colono, tendo o cuidado de consultá-lo em tudo que dizia respeito ao Rio Doce e a Linhares. Sem demora, entretanto, uma dessas intrigas obscuras, comuns entre os brasileiros, afastou dois homens cujo entendimento constante trazia tanto benefício. João Felipe veio a ser objeto de perseguição do governador, foi ao Rio de Janeiro pedir justiça e creio que morreu sem nada conseguir” (*Segunda Viagem*, 196).

- Também o príncipe de WIED NEUWIED teve palavras de simpatia para João Felipe Calmon, enaltecendo sua atividade de pioneiro e informando que foi o primeiro a instalar uma fazenda e um engenho de açúcar em Linhares (*Viagem*, 156-7).

- Outros dados para a sua biografia em *Gov. ES*, I, p. 206-7.

30 - RUBIM, *Memórias*, 268.

- “Os quartéis e destacamentos foram estabelecidos: a navegação foi principiada, e os habitantes de Minas Gerais comunicaram-se pela primeira vez com os capitanenses por meio das correntes daquele Rio. Infelizmente o Rio Doce perdeu este zeloso aio, vindo suceder-lhe o atual governador Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar, que devendo em tudo seguir os passos do seu antecessor, não aparece uma só cousa de mais lá nas belas planícies daquele

À conta dos serviços prestados por Tovar à capitania cabe mencionar, também, o ressurgimento, que tentou, das minas do Castelo, “abandonadas mais pela sua pobreza do que pelo receio dos botocudos”,<sup>31</sup> diziam os capixabas descrentes das possibilidades do antigo pacto de Pedro Cacunda.<sup>32</sup>

**O ESPÍRITO SANTO LIBERTA-SE DO GOVERNO DA BAHIA** – Tovar deixou o governo em 1811, “entregando-o àqueles que a lei chamava para o exercer interinamente”.<sup>33</sup>

---

terreno, porque os Quartéis da Regência Augusta, de Coutins, hoje Linhares, e do Porto de Sousa, fundados pelo imortal governador Pontes, são os mesmos que existem hoje. E se excetuarmos a João Felipe de Almeida Calmon, afazendado antes na vila de Benevente, onde ainda conserva o seu estabelecimento, e hoje transplantado em Linhares com alguns escravos desde novembro de 1809, não se vê ali outro lavrador capaz de adiantar a agricultura; sucedendo o mesmo no destacamento da Regência Augusta, onde se acha Joaquim de Queiroz há três meses que para ali foi estabelecer-se deixando o seu antigo domicílio no termo da Vila da Vitória. Alguns desertores, que viviam espalhados pela Capitania do Espírito Santo, e que sendo chamados pelo Governador atual para que ou se recolhessem às suas respectivas praças, ou fossem residir no Rio Doce, aceitaram este último partido; mas de nada podem servir estes homens sem os precisos, e competentes meios para o bem da agricultura, e a maior parte deles; bem como muitos pedestres desampararam aquele lugar delicioso, não por moléstias epidêmicas, mas pelo temor desmarcado que ali infunde o governador, desertando novamente cada um com sua arma das que desta corte foram para se fazer a guerra ao gentio” (CUNHA, *Navegação*, 4-5).

31 - RUBIM (*Memórias*, 268), que acrescenta: “e para convencer da sua utilidade, comprou e remeteu para a corte trezentas e sete oitavas e meia de ouro, sabe Deus de onde extraído, para que nos ensaios da Casa da Moeda se reconhecesse a sua boa qualidade”.

32 - De passagem pelo Espírito Santo, em 1808, o desembargador LUÍS TOMÁS DE NAVARRO anotou que, nas minas do Castelo, em outro tempo muito freqüentadas, houve “grande povoação e igreja”. Anotou, também, que nas margens do Itapemirim existiam “seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar” (*Itinerário*, 456).

33 - Deviam de ser as mesmas autoridades que o substituíam nas ausências a que se via obrigado durante sua longa gestão. O assunto era regido pelo alvará de doze de dezembro de 1770, que determinava fosse o governo interino exercido pelo ouvidor, o vereador mais antigo e o comandante do regimento de milícias (*apud* RUBIM, *Memórias*, 266). - BASÍLIO DAEMON informa: “Tomam posse no mês de dezembro deste ano [1811] do governo interino desta Capitania o coronel Inácio João Monjardim e Antônio Lopes Pereira, por ter ido em viagem para a corte o governador” (*Prov. ES*, 214).

Durante sua gestão, o Espírito Santo viu desfeitos os últimos laços administrativos e de ordem militar que o prendiam ao governo da Bahia.<sup>34</sup> Assim é que, pela carta régia de vinte e nove de maio de 1809, foi criada, aqui, a Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, ao mesmo tempo em que extinta a Provedoria subordinada à Junta sediada na cidade do Salvador. E pelo decreto de três de setembro de 1810 declarou-se que a capitania se tornava independente da Bahia no que concernia às atividades militares. O último ato tinha por finalidade imediata dar maior autonomia, isto é, liberdade de movimentos, ao Batalhão Miliciano criado no Espírito Santo pelo decreto de dezoito de agosto do mesmo ano.<sup>35</sup>

---

34 - Não foi possível determinar a data em que a capitania do Espírito Santo deixou de ser subalterna do governo da Bahia. Todas as pesquisas resultaram infrutíferas, inclusive no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). Em verdade, desde a instalação da Corte no Brasil, os governadores da terra capixaba passaram a corresponder-se diretamente com o Rio de Janeiro. Parece que não houve ato específico da Administração dispondo sobre a matéria. Providências isoladas, aconselhadas pelas circunstâncias, foram sendo editadas no devido tempo. Tem-se, por exemplo, a carta régia de vinte e nove de maio de 1809, dirigida ao governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, em que o príncipe regente houve por bem extinguir a Provedoria da Real Fazenda, sediada na capitania, e ordenar fosse estabelecida uma Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, na vila de Vitória, subordinada imediatamente ao Real Erário. A dezesseis de agosto de 1810, aquele governador, em ofício ao conde de Aguiar, lamentava “ser ainda a Capitania do Espírito Santo subalterna à da Bahia” (*Gov. ES*, I). Justificando a medida pleiteada, isto é, que fosse eliminada a subalternidade de seu governo ao da Bahia, transferindo-se a dependência “para o do Rio de Janeiro, Albuquerque Tovar referia-se à dificuldade de comunicações com a Bahia, dada a inexistência de estradas entre Vitória e a cidade do Salvador (*idem, ibidem*). Logo a seguir, D. João baixou o decreto de três de setembro daquele milésimo de 1810, ordenando “que o governo da Capitania do Espírito Santo pelo que pertence à parte militar fique independente da Bahia”.

35 - MISAEL PENA, *História*, 98. Contam os memorialistas que o Batalhão de Artilharia Miliciano foi aparelhado com um parque de campanha, “arma que mais amedrontava os índios”: “Esta guerra não tem tido o êxito, que se esperava, apenas algumas Divisões destinadas a penetrarem o interior do país para atacarem o gentio, sem já mais nunca combinarem as suas operações, fizeram algumas marchas, e retrograram logo em dois, ou três dias. O gentio assoberbado, e de alguma sorte vitorioso inutilizou sempre o nenhum esforço dessas divisões, e audazmente continua a atacar até os lugares mais vizinhos à Vila da Vitória, como agora fez por duas vezes na maior parte da freguesia da Serra, chegando a última até Carapina distante duas léguas da Vila Capital, onde se acham refugiados os habitantes daqueles sítios. O Rio de Santa Maria, e as fazendas situadas pelas suas margens igualmente foram objetos da vingança dos selvagens, sendo vítimas algumas pessoas, entre as quais foi atassalhada ainda mesmo viva uma mulher, e depois devorada pela ferocidade daqueles antropófagos.

Ilmo. Exmo. Senhor, é de admirar, que só houvessem pequenas providências na ocasião em que o inimigo veio atacar as circunvizinhanças da Vila, retirando-se logo depois a gente que marchou contra ele: providências, que se não deram na primeira catástrofe da Serra.

De que servem as estradas novamente abertas com detrimento dos povos em alguns lugares do sertão, chamadas, pelo governador, intermédias, e com despesas da Real Fazenda? Foi o meio mais pronto e eficaz, para que o gentio facilmente fizesse as suas invasões, mostrando-lhes com o dedo o trilho que deviam seguir” (CUNHA, *Navegação*, 4-7) .

**A CAPITANIA EM 1811** – De 1811, isto é, justamente do ano em que Tovar deixou a governança, é um depoimento de Francisco Manuel da Cunha, que apresenta a capitania em estado bem contristador. O comércio de Vitória – a darmos crédito às suas palavras<sup>36</sup> – só negociava em produtos da terra: açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão – tudo em pequena escala, pois a agricultura estava como esquecida. As casas refletiam a penúria dos moradores e, se se arruinavam, não eram reedificadas. Não havia divertimentos, devido à pobreza, que era geral. As mulheres enchiam os seus dias fiando algodão, “percebendo deste trabalho unicamente três ou quatro vinténs”. Até o corte de madeira – uma das forças econômicas da terra – decaía.

A minguada produção agrícola e industrial era transportada em pequenas embarcações, pertencentes aos comerciantes locais, para o Rio de Janeiro e Bahia. Raramente alcançavam Pernambuco ou Rio Grande do Sul. O sonhado intercâmbio com Minas Gerais continuava sendo uma utopia. As canoas que singravam o rio Doce conduziam apenas soldados, armas e munições.<sup>37</sup> A vila capital possuía nove igrejas e dois conventos.

A condição das demais localidades da capitania não era melhor. Referindo-se a Nova Almeida, Francisco Cunha observou: “vejo ali a miséria como no seu foco paternal”. Vila Velha possuía “quarenta casas pouco mais ou menos, e pela maior parte cobertas de palhas”, tendo desaparecido a “antiga navegação que ela nutria diretamente com a Europa e África”. Sobre Benevente, escreveu: “a inércia dos seus habitantes equilibra com os de toda a Capitania”. Por fim, esta observação valiosa: “desde o Rio Doce até Itabapoana a estrada é sempre pela costa do mar, e raras vezes dela se aparta”.<sup>38</sup>

---

36 - CUNHA, *Capitania*, 240-7.

37 - “As embarcações que para ali navegavam são unicamente aquelas que vão por ordem do governador conduzir por conta da Real Fazenda as munições de boca para a Tropa dos Pedestres destacados nos três Quartéis estabelecidos no dito Rio, por ser tanta a desgraça, a inércia, que nem a farinha de mandioca há ali para sustentação dos habitantes: proximamente a sumaca *Conceição* do Capitão-mor José Ribeiro Pinto apenas para conduzir 500 alqueires de farinha, 342 e ½ arrobas de carne seca do Rio Grande, um barril de pólvora, e o chumbo correspondente, tudo destinado para os Quartéis do Rio Doce, naufragou aí mesmo sem poder salvar-se cousa alguma, perecendo igualmente cinco pessoas, o que pouco antes tinha já sucedido a outra lancha. As margens do Rio Doce prometem as maiores vantagens, mas faltam-lhe braços. A barca que serve no mesmo Rio, e que foi feita na Aldeia Velha por Francisco Gonçalves pela baixa de um seu filho, tem servido, com marinheiros pedestres, para conduzir certos gêneros de negociações particulares” (CUNHA, *Navegação*, 4-7).

38 - CUNHA, *Capitania*, 240-7.

Francisco Alberto Rubim  
Galeria de retratos da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.



Domingos José Martins  
*História da Revolução de Pernambuco de 1817*, de Muniz Tavares



Luís Antônio da Silva  
Galeria de retratos da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

**RUBIM E A PASSAGEM TERRESTRE PARA MINAS GERAIS** – Era, mais ou menos, esta a situação da capitania quando Francisco Alberto Rubim assumiu o seu governo.<sup>39</sup>

Homem íntegro, competente e ativo, embora arbitrário,<sup>40</sup> sua administração coincidiu com a fase mais fecunda em realizações do período de permanência da Corte portuguesa no Brasil.

Emancipada que fora a capitania daquela espécie de tutela que, durante séculos, a subordinara ao governo da Bahia, podia agora o Espírito Santo pleitear diretamente junto ao trono as providências reclamadas pelo bem-estar do povo e progresso da terra.

Oliveira Lima<sup>41</sup> salientou o esforço feliz do governo de D. João, buscando, com empenho, abrir comunicações do mar para Minas Gerais, através de estrada rasgada na região outrora conhecida pelo nome de *áreas proibidas*.<sup>42</sup> Referia-se o douto historiador pernambucano ao caminho mandado abrir, durante o governo Rubim,<sup>43</sup> ligando a baía da Vitória à Vila Rica, na capitania de Minas

39 - “Capitão de mar e guerra da Armada Real e Governador da Capitania do Espírito Santo” – escrevia ele em documento de cinco de dezembro de 1818 (*Gov. ES, I, 239*). Nomeado a doze de junho de 1812, tomou posse a cinco de outubro do mesmo ano (RUBIM, *Memórias*, 275). Engano, ou erro tipográfico quanto à data da posse registrada pelo memorialista. Em ofício de oito de outubro de 1812, dirigido ao conde das Galveas, o próprio governador comunicava ao titular ter assumido o governo a seis daquele mês (*Gov. ES, I*).

40 - SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem*, 23-4.

- No poemeto *Derrota de uma viagem ao Rio de Janeiro em 1817*, MARCELINO DUARTE refere-se a várias vítimas das perseguições do governador Rubim. Assim é que Venceslau Ferreira Lopes “foi obrigado a abandonar a mulher e os filhos e refugiar-se em Cabo Frio para evitar a sanha do tirano”; o alferes Luís Correia “por motivo de perseguições suicidou-se”; Mateus Bandeira que, “preso durante dezessete meses, teve na cadeia a notícia da morte da esposa e filhos”; e João Felipe Calmon, grande proprietário na capitania (*apud AFONSO CLÁUDIO, Hist. da Literatura*, 57 ss.).

- O próprio poemeto refere-se a uma viagem feita por Marcelino Duarte ao Rio de Janeiro a fim de se queixar ao soberano das arbitrariedades e despotismos do governador.

- AFONSO CLÁUDIO considera Marcelino Duarte “o primeiro e mais notável dos poetas espírito-santenses, no decurso da primeira metade do século XIX” (*op. cit.*, 53). O padre-poeta foi um agitador incansável. HÉLIO VIANA cita-lhe o nome e comenta suas atitudes em várias páginas da *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* e AFONSO CLÁUDIO dedicou-lhe longo capítulo na *História da Literatura Espírito-santense*.

41 - *Dom João VI, I*, 160.

42 - Ver *foot-note* n.º 9, do capítulo XI.

43 - “A estrada nova do Rubim, como lhe chamavam, partia do porto de Itacibá, na baía da Vitória, passando pela fazenda do Borba, em Viana, pertencente ao coronel de Milícias Inácio P. [Pereira] Duarte Carneiro, que fora o encarregado da abertura desse caminho” (MARINS, *Minha Terra*, 105).

Gerais.<sup>44</sup> Obra custosa – iniciada em 1814, só em 1820 deu passagem à primeira boiada trazida das pastagens mineiras<sup>45</sup> – exigia, para segurança dos viajantes contra os ataques dos botocudos, guarnições militares dispostas em quartéis que se intervalavam de três em três léguas.<sup>46</sup>

Apesar dos favores fiscais concedidos pela Coroa para o trânsito de mercadorias, *a estrada nova do Rubim* não conseguiu atrair a preferência do comércio. Em 1830, já era tão reduzido o movimento que o governo pôde retirar as guarnições que mantinha nos quartéis, abandonando os raríssimos tropeiros à própria sorte.

Caio Prado afirma que a condução do gado de Minas ao Espírito Santo era uma das principais razões do estabelecimento de comunicações entre as duas capitanias.<sup>47</sup> Assim sendo, “teve que cessar esse comércio à falta de consumo para todo o gado que chegava”, conforme o depoimento de Antônio Marins.<sup>48</sup>

**OS AÇORIANOS – FAVORES FISCAIS** – Levado por que forças – que não cabe discutir aqui – coube a D. João inaugurar o movimento imigratório europeu para o Brasil, isto é, a imigração em grande escala, destacadamente a que canalizava braços para a lavoura. Trinta casais de açorianos – dos que, por

44 - O plano de ligação terrestre das duas capitanias, tal como o executou Rubim, não era novo. FRANCISCO MANUEL DA CUNHA, na carta dirigida ao ministro Antônio de Araújo de Azevedo, a vinte e três de junho de 1811, já dizia: “Se a nova estrada que de Minas Gerais se dirige pela Serra dos Arrepiados, e que, segundo dizem, vai ter à Capitania do Espírito Santo, por esse Rio de Santa Maria se efetuasse, seria esta comunicação de maior vantagem que a navegação do Rio Doce, porque desembocando o dito Rio quase légua e meia distante da Vila, no lugar chamado Lamarão, seriam facilmente exportados os gêneros de Minas, importados diretamente na vila da Vitória” (*Capitania*, 244).

- O mesmo informante, na *Memória* apresentada ao conde de Linhares, assim se expressava: “Se a comunicação premeditada pelo Rio de Santa Maria com Minas Gerais fosse realizada, seria assaz vantajosa, porque este Rio vem desembocar no braço do mar, que forma o ancoradouro da Vila da Vitória, por cujo meio seriam os efeitos ali chegados mais prontamente extraídos” (*Capitania*, 6).

45 - Informação colhida a fls. 16 do códice IJJ9 24 do AN.

46 - Ver nota V deste capítulo.

47 - *Formação*, 244.

48 - *Minha Terra*, 106.

iniciativa do intendente geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana, vieram para o Brasil<sup>49</sup> – foram encaminhados para o Espírito Santo e aqui instalados, a cerca de dezoito quilômetros de Vitória, às margens do rio Santo Agostinho.<sup>50</sup>

À povoação foi dado o nome de Viana, em homenagem ao operoso intendente de Polícia.<sup>51</sup>

---

49 - “Por minhas instâncias projetei e consegui que das ilhas dos Açores se transportassem casais de ilhéus, que viessem aumentar a povoação branca deste país; e vieram com efeito muitos à custa das rendas da Intendência, pagaram de frete de 504 a 704 por cada cabeça, exceto das crianças de peito, arranjaram-se com mesadas por dois anos nesta Província, na de São Paulo, Porto Seguro e Capitania do Espírito Santo; a todos se deram casas, terrenos, ferramentas, carros e bois, ou cavalgadas, e ainda que em nenhuma parte prosperassem tanto como na Capitania do Espírito Santo pela inconstância de seus gênios e pouco amor ao trabalho, na Capitania, pelos cuidados do governador, que ali estava, o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim [Rubim era sobrinho do intendente de Polícia... BRÍGIDO, *Efemérides*, 88], se erigiu com estes casais a linda povoação de Viana com casas de telhas para cada um, igreja e capelão curado, que hoje está já com freguesia separada da Vitória, com cônica e cirurgião de ordenado pago pela mesma Intendência, que estão com seus títulos correntes de sesmaria, que já chegam a cinqüenta e quatro, e têm-se ali promovido entre si e com famílias do país dezoito casamentos e com estes e com os mais espalhados” (*Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana*, in *RIHGB*, LV, parte, I, 378).

– Cabe aqui uma referência ao bergantim mercante espanhol *Santo Agostinho Palafox*, de comando do mestre Sebastião Álvares, que arribou ao porto de Vitória por falta de víveres e água a bordo. Seus passageiros, oriundos das Canárias, destinavam-se a Montevideu. Cerca de meia centena deles resolveram permanecer na capitania e, como era grande a sua penúria, entraram a mendigar pelas ruas da vila – até que o governador conseguiu encaminhá-los para a lavoura. Muitos foram agasalhados por João Felipe Calmon, na sua fazenda de Linhares. FRANCISCO ALBERTO RUBIM discorreu longamente sobre o assunto em documento dirigido ao conde da Barca, e que se pode ler na *RIHGB*, XXV, 276-9. Ver, também, nota VI deste capítulo.

50 - A povoação foi oficialmente instalada a quinze de fevereiro de 1813. Parece que esta data marca o dia da chegada dos açorianos ao povoado (JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 100; PENA, *História*, 101). Visitando a colônia, em 1816, o príncipe WIED NEUWIED escreveu: “Essa gente [os açorianos], que vive em grande pobreza, queixa-se amargamente de miséria; fizeram-lhe magníficas promessas, que não foram cumpridas” (*Viagem*, 144).

51 - “Ai se levantou um templo à Conceição da Santíssima Virgem, sendo lançada a primeira pedra em quinze de dezembro de 1815, e a provisão da Mesa da Consciência e Ordens de quatro de março de 1817 assim o confirmou e aprovou. Foi elevada a curato esta povoação com capelão-efetivo por provisão de primeiro de dezembro de 1817, e pela lei provincial n.º 13, de trinta de dezembro de 1837, foi elevada a freguesia. O vigário tinha o usufruto de uma sesmaria de quarto de légua medida e demarcada no lugar em que se acha a capela, assim como o cirurgião-mor José Maria da Silva, e se havia levantado uma casa para residência dos governadores, de que já não existem sinais. A telha e tijolos empregados na igreja e nestas casas foram todas fabricadas em Linhares.

O sr. comendador Monjardim foi quem entregou em outubro de 1818, e por ordem do governador, as cartas de sesmaria dos terrenos em que se estabeleceram cinqüenta casais de ilhéus, sendo cento e doze braças de testada, e quinhentas de fundo, medidas, demarcadas, e



Merece citação especial – pela repercussão que teve na vida capixaba – a carta régia de dezessete de janeiro de 1814. É um documento que fala alto das preocupações do governo de D. João pelo progresso do Espírito Santo. Determinava ficassem isentas do pagamento do dízimo, por dez anos, as culturas de trigo e linho que se fizessem aqui; revogava a carta régia de treze de março de 1797, isto é, permitia se concedessem sesmarias à margem de quaisquer rios da capitania; (VII) e libertava o uso e comércio de madeiras, excetuados o pau-brasil, a peroba e o tapinhoã.

Em 1813, o príncipe regente assinou decreto concedendo privilégios especiais aos ilhéus. (VIII)

**MANDIOCA, TRIGO, LINHO E SERICICULTURA** – Voltando aos primeiros dias da administração Rubim, cabe citar a desobstrução, por ele determinada, do canal de Camboapina, aberto pelos jesuítas para a ligação do rio Jucu com a baía do Espírito Santo. De sua iniciativa foi, também, a determinação de se plantar mandioca para a fabricação de farinha nas propriedades e quartéis estabelecidos nas margens do rio Doce. (VI) Persuadira-se o governador Silva Pontes de que a cultura daquela euforbiácea atraía maior curiosidade dos botocudos para os estabelecimentos dos colonos. Daí a proibição – que vigorou durante onze anos – causando consideráveis prejuízos, tanto aos cofres públicos como às bolsas particulares, já de si tão mofinas. Tal o volume das plantações realizadas que, escrevendo ao conde de Linhares, o governador Rubim referia-se às suas esperanças de economizar um conto de réis em farinhas no começo do seu governo.<sup>52</sup>

As culturas de trigo e linho foram incentivadas oficialmente e a sericicultura ensaiada com otimismo por Antônio José Vieira.<sup>53</sup>

---

confirmadas por carta régia de dezessete de janeiro de 1814. O governador não quis distribuir gado aos colonos, enquanto não tivessem prontas pastagens e cercados.

O primeiro capelão curado da igreja de Viana foi frei Francisco do Nascimento, que faleceu em 1824” (JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 100).

– “Em quinze de dezembro de 1815 lançou o governador FRANCISCO ALBERTO RUBIM a primeira pedra para a edificação da igreja na povoação de Viana, que dedicou a Nossa Senhora da Conceição” (*Memórias para Servir*, 13).

52 - *Carta do governador Francisco Alberto Rubim dirigida ao Conde de Linhares (apud BRÁS DA COSTA RUBIM, Memórias, 278)*. Ver nota VI deste capítulo.

53 - A documentação oficial relativa à seda indígena pode ser lida na obra de JOSÉ MARCELINO, *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*.

– Ver foot-note n.º 33 do capítulo XIII.

**CAFÉ, ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, ENSINO ETC.** – Embora continue sendo uma incógnita histórica a introdução da cultura do café no território espírito-santense, vale acentuar que, em 1812, as lavouras do rio Doce já produziam para exportação. Aliás, o lote então vendido alcançou o preço de 3\$000 por arroba.<sup>54</sup> Só mais tarde, entretanto, lá para meados do século, a rubiácea alcançaria o lugar preeminente que vem mantendo no conjunto dos produtos que constituem a riqueza do Estado.

Nomeado governador do Ceará, Francisco Alberto Rubim deixou a administração da capitania nas mãos de um governo interino, a doze de setembro de 1819.

Coube-lhe o papel de pioneiro de duas grandes empresas: abrir estradas<sup>55</sup> e incentivar o povoamento. Sobrepondo-se a todas as deficiências da terra, num momento de carência geral, conseguiu pagar ao Banco do Brasil a dívida de 16:000\$000 que o governo real impusera ao Espírito Santo, como quota de um empréstimo contratado pela Coroa com aquele estabelecimento de crédito.

Outras medidas de imediato interesse público tomadas durante a administração Rubim foram a fundação de um hospital para os enfermos pobres e a restauração da Santa Casa da Misericórdia de Vitória,<sup>56</sup> além da criação de diversas *aulas* na Capital e vilas da capitania. Por outro lado, o povo se beneficiava com a presença de um boticário licenciado em Vitória.<sup>57</sup>

54 - TAUNAY, *Hist. Café*, III, 281-90.

- No relato feito ao conde de Linhares, em 1811, FRANCISCO MANUEL DA CUNHA já se referia ao comércio de café produzido no Espírito Santo (ver p. 272). Cumpre atentar na judiciosa observação do prof. Affonso de E. Taunay quando - apreciando a afirmação de Benvindo de Novaes: "Já no primeiro decênio do século XIX figurava o café entre os produtos da exportação espírito-santense" - diz que tal informação "exige um complemento indispensável, de que essa exportação seria, quando muito, de alguns quilos e de longe em longe ainda" (*op. cit.*, 288).

55 - Seu filho, o memorialista BRÁS DA COSTA RUBIM, traçando o quadro de sua administração, escreveu: "Abriu cinco estradas, sendo a maior de setenta e duas léguas e três quartos e a menor de dez léguas, rompendo sertões imensos" (*Memórias*, 301). Uma das estradas buscava a capitania do Rio de Janeiro e passava pela fazenda da Muribeca, outrora dos padres da Companhia de Jesus (PENA, *História*, 107).

56 - RUBIM, *Memórias*, 301; DAEMON, *Prov. ES*, 220. Este último, referindo-se à construção do hospital (da Santa Casa da Misericórdia), escreveu: "Foi principal doador e fundador Luís Antônio da Silva, coadjuvado pelo governador Rubim, que também não se poupou a esforços para ver realizada aquela obra, à qual ele próprio administrava, enquanto que Luís Antônio da Silva concorria com o necessário para o seu acabamento" (*Prov. ES*, 220).

- Por decreto de vinte e três de dezembro de 1817 foi S. M. servido mandar criar na Vila da Vitória um hospital, debaixo da inspeção da Santa Casa da Misericórdia, confirmando as doações e donativos oferecidos para seu estabelecimento. (IX)

57 - DAEMON, *Prov. ES*, 226-7.

Os habitantes das margens do rio Doce dispunham de um cirurgião-mor, hospital e os medicamentos precisos para acudi-los em suas doenças.<sup>58</sup> Itapemirim era elevada à categoria de vila<sup>59</sup> e a Capital aformoseada na sua arquitetura.<sup>60</sup>

Como se vê, Rubim compensou seus rompantes de homem dado a arbitrariedades com uma “administração ativa, benéfica e empreendedora”.<sup>61</sup>

**MAXIMILIANO, SAINT-HILAIRE E RUBIM** – Vale demorar um pouco para apreciarmos a situação da capitania tal qual a viram três observadores: o príncipe de Wied Neuwied, Auguste de Saint-Hilaire e Francisco Alberto Rubim.

O primeiro, autor da *Viagem ao Brasil* – livro que é, “sem contestação possível, um dos mais preciosos e encantadores”<sup>62</sup> – visitou o Espírito Santo em 1816. Ao lado dos apontamentos de ordem essencialmente científica, sua obra contém as mais variadas informações sobre a terra e a gente da região que percorreu. De cada lugarejo ou fazenda registrou deficiências e manifestações de progresso, sem esquecer a vida comercial, a psicologia do povo, a beleza da paisagem, o conforto ou miséria das casas.

---

58 - *Memórias para Servir à História*.

59 - Alvará de vinte e sete de junho de 1815.

60 - RUBIM, *Memórias*, 301.

– “As ruas de Vitória são calçadas, porém o são mal; têm pouca largura, não oferecendo nenhuma regularidade. Entretanto, não se vêem, aqui, casas abandonadas, semi-abandonadas, como na maioria das cidades de Minas Gerais. Entregues à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila da Vitória não são sujeitos aos mesmos revezes dos cavadores de ouro e não têm razão de abandonar sua terra natal. Eles têm o cuidado de bem preparar e embelezar suas casas. Um número considerável dentre elas tem um ou dois andares. Algumas de janelas com vidros, e de lindas varandas trabalhadas na Europa. A Vila da Vitória não tem cais [vide abaixo]; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção que tem sido reservado para o embarque de mercadorias. Esta cidade é também privada de um outro gênero de ornamento: não possui, por assim dizer, nenhuma praça pública, posto que aquela existente defronte do palácio seja muito pequena e é com muita condescendência que se dá o nome de praça à encruzilhada enlameada” (SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem*, 95-6).

– “Em toda a Vila [da Vitória] se aporta em canoas, e escaleres com a maior facilidade; porém seus principais desembarques são o Cais Novo das Colunas, que fica abaixo da casa do governo, o do Azambuja, o Cais Grande, onde até atracam sumacas, o do Santíssimo, o do Batalha, e o dos extintos jesuítas, vulgarmente chamado Porto dos Padres” (F. A. RUBIM, *Memórias para Servir*).

61 - PENA, *História*, 107.

62 - OLIVÉRIO PINTO, *Prefácio da Viagem ao Brasil*, 3.

Em Muribeca, encontrou trezentos escravos negros, dos quais uns cinqüenta aproveitáveis para o trabalho, que era bastante árduo e, quase todo, dedicado à derrubada das matas. Verificou, outrossim, haver ali cultura de mandioca, milho, algodão e um pouco de café.<sup>63</sup> Surpreendeu-se, em Piúma, com uma ponte de madeira – “verdadeira raridade nessas paragens”.<sup>64</sup> Vitória pareceu-lhe, embora “um tanto morta”, “lugar limpo e bonito, com bons edifícios construídos no velho estilo português”.<sup>65</sup> Alarmou-se com a insegurança dos habitantes das margens do rio Doce, onde todos levavam consigo as espingardas quando iam às plantações,<sup>66</sup> escandalizando-se, também, em Linhares, cujos moradores não podiam viajar sem licença prévia, nem lhes era permitido consumir mais de uma garrafa de aguardente, por família, em três meses.<sup>67</sup>

Saint-Hilaire, de justificado conceito, perlustrando o Espírito Santo de sul a norte, em 1818, anotou números, dados históricos, observações sobre indústria, agricultura, comércio, alinhou reflexões a respeito da civilização dos índios, costumes dos brancos etc. etc. Segundo o naturalista francês, a faixa média de território cultivado não ia além de quatro léguas do mar.<sup>68</sup> As florestas e os temíveis botocudos mantinham a quase totalidade dos brancos agarrados à praia, como os caranguejos de que nos fala frei Vicente do Salvador. As condições alimentares eram precaríssimas. Só os ricos comiam carne. A grande massa da população vivia de farinha de mandioca, peixe fresco ou seco, marisco, feijão.<sup>69</sup> Referindo-se a Guarapari, diz que, quando de sua viagem, uma embarcação

---

63 - MAXIMILIANO, *Viagem*, 123.

64 - MAXIMILIANO, *Viagem*, 132.

65 - MAXIMILIANO, *Viagem*, 140.

66 - MAXIMILIANO, *Viagem*, 154.

67 - MAXIMILIANO, *Viagem*, 158.

68 - *Segunda Viagem*, 29.

- “Em fim os Sertões não estão ainda penetrados alem de seis léguas da beira Mar, e em partes menos”, informaria INÁCIO ACIOLI DE VASCONCELOS ao ministro Maciel da Costa, em trinta e um de agosto de 1824 (*Pres. ES*, III, 81).

69 - “...feijão que juntam ao peixe, sem mesmo incluir toucinho, de que não fazem uso, porque a preguiça os impede de criar porcos”, conclui SAINT-HILAIRE (*Segunda Viagem*, 35).

- O príncipe de WIED-NEUWIED depôs: “Nos cerrados que margeiam a costa, habitam famílias pobres e esparsas, que vivem da pesca e da colheita de suas plantações. São em geral negros, mulatos e outras gentes de cor: há muito poucos brancos entre eles; queixam logo ao forasteiro de pobreza e indigência, que só podem provir da preguiça e da falta de iniciativa, porque o solo é fértil. Pobres demais para comprar escravos, e demasiadamente indolentes para o trabalho, preferem morrer de fome” (*Viagem*, 146).

- Referindo-se aos soldados do Quartel da Regência, anotou: “Essa gente passa muito mal; peixe, farinha de mandioca, feijão preto e, por vezes, um pouco de carne seca, constituem a sua única alimentação. São todos de cor, crioulos, índios, mamelucos ou mulatos” (*Viagem*, 152).

que viera da Bahia, para levar farinha, achava-se havia três meses ali sem ter podido completar seu carregamento.<sup>70</sup> O comércio de Vitória se limitava à exportação – para o Rio de Janeiro e Bahia – dos produtos da terra e tecido de algodão rústico. Importava-se, principalmente, ferro em barra e instrumentos de agricultura. Entre as praças do Rio e Vitória havia uma diferença para mais, nesta última, de trinta a cinquenta por cento nos preços das utilidades.<sup>71</sup> Por certo, não existiam lojas de artigos de luxo, pois os homens trajavam-se com uma calça de algodão e camisa do mesmo tecido; as mulheres vestiam camisa de algodão e “saia indígena”.<sup>72</sup>

Rubim ampliou e atualizou os dados remetidos ao conde da Barca em 1816,<sup>73</sup> compondo as *Memórias*, publicadas em 1840.<sup>74</sup> O livrinho do operoso governador – na parte denominada *Breve Estatística* – contém informações de muito merecimento, todas assim resumidas:

Vilas	6	Ordens Terceiras	2
Povoações	6	Portos do mar	7
Freguesias	8	Rios principais	10
Capelania curada	1	Engenhos	75
Colégios de extintos jesuítas	3	Engenhocas	66
Santa Casa da Misericórdia	1	Fogos	3.729
Igrejas de particulares	4	Almas	24.585
Igrejas filiais	5	Batizados em 1817	1.087
Conventos franciscanos	2	Óbitos em 1817	824
Conventos do Carmo	1	Casamentos em 1817	273 <sup>75</sup>

70 - *Segunda Viagem*, 76.

71 - SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem*, 100-1.

72 - SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem*, 37.

- *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*, de Levy Rocha, oferece cuidadoso e rigoroso resumo de quanto foi escrito no século passado pelos que, vindos de outras terras, perulstraram a província capixaba. São páginas de leitura amena e proveitosa.

73 - *Publicações do Arquivo Nacional*, XIV, 95-110.

74 - *Memórias para servir à história até ao ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do reino do Brasil. Escritas em 1818 e publicadas em 1840 por um capixaba*. Lisboa, na Imprensa Nevesiana, 1840.

75 - *Memórias para Servir à História*.

## NOTAS

## I

(p. 262)

“A notícia de se achar V. Ex. incomodado na sua preciosa saúde foi o detrimento maior, que experimentei na minha digressão às *Escadinhas* e como agora sei, que V. Ex. está restabelecido, vou com o maior prazer fazer presente a V. Ex., que estão fora todos os obstáculos da Barra do *Rio Doce* e das correntezas dele e que por mercê de Deus inda sem contar com um só efeito do precioso das Minas Gerais, só o distrito desta nova Capitania das cachoeiras para baixo do *Rio Doce*, forma a mais bela província das marítimas do Brasil.

O rio é majestoso, desde que passa as serras das ditas *Escadinhas* e tem de comum um terço de légua de largo, povoado à profusão de Ilhas, que não alagam pelas enchentes. A margem de norte é toda de terra levantada coberta de arvoredos de construções. A do sul de várzeas e tabuleiros frescos. As árvores revestidas de trepadeiras, que fazem as mais pitorescas imagens da fecundidade. Os rios, que vêm ter ao Capital do *Doce* e o grande lago do *Giparanã*, tudo isto forma um tesouro daquelas riquezas, que não acabam enquanto durar o braço do homem. O Exmo. Sr. *Bernardo José Lorena (Governador de Minas Gerais)*, pelo seu notório patriotismo, pretendeu vir em pessoa, porém, por falta de saúde, mandou um tenente-coronel de cavalaria miliciana, com o qual ajuntei, havendo o V. Ex. por bem, a divisão pelo outeiro, que separa as águas do rio principal de *Sousa* ou *Guandu das do Mainaçu*. Tudo fiz com os pedestres, que levam a pistola pronta no correão e o remo nas mãos. Ficou destacamento forte e aprazível no *Porto de Sousa* e na boca mais boreal do *Giparanã*, que chamam *Barra Seca* está o de *S. Fernando Portugal*; e assim ficam defesos os extravios do ouro ou diamantes, que tanto recomendam as instruções, que tive ordem de apresentar a V. Ex. e ter o cumpra-se delas. Assim tenho concluído a minha comissão.

A terra está defendada com trincheiras respeitáveis; a barra condada e reconhecida, assinados postos como se faz nas naus de S. A. R. a uma soma de homens, que tinham achado o segredo de honrar-se com postos militares, para não servirem, nem nas milícias, nem nas ordenanças; cada corpo destes fazia um estado maior e inútil ao real serviço. O *Rio Doce* de que se tinha informado a V. Ex. a impraticabilidade, se achou qual se tem achado, franco e bom; e uma lancha, que lhe saltou vento à proa, encostou com 22 palmos de fundo e nem um só grão de farinha se molhou, e ela se lançou outra vez ao mar e aqui está recolhida a salvo. Só não tenho podido evitar os assassinos, pela mistura ou mistifório das justiças do *Rio de Janeiro* e militar da *Bahia*. Na minha ausência fugiram da cadeia horríveis criminosos de morte e roubos, que tinha feito apreender.” (Do ofício de SILVA PONTES para o governador da *Bahia*, de dezesseis de novembro de 1800, in ALMEIDA, *Inventário*, IV, 293-4).

- Lê-se em OLIVEIRA LIMA: “A canalização do *Rio Doce* e a franquia da Província de Minas Gerais ao comércio universal por essa via fluvial, pomposamente anunciadas pelo governador do Espírito Santo, Eschwege as reduz ao seguinte: o governador carregara de sal algumas canoas que com extrema dificuldade subiram o *Rio*, sendo as canoas e a carga postas em terra vinte e três vezes a fim de contornar as cachoeiras, e sofrendo a gente da expedição os ferozes ataques dos botocudos. Chegadas as canoas a Minas, após mil perigos, vendeu-se o sal, carregou-se algum algodão e iniciou-se a jornada de regresso com os mesmos riscos, ao ponto de ninguém mais se abalançar a semelhante cometimento, batizado solenemente de abertura da navegação para Minas Gerais” (*Dom João VI*, II, 789).

## II

(p. 263)

“Achando-se franqueada a navegação do Rio Doce, de cuja impossibilidade se tinha formado uma opinião constante nesta Província e dela para a Bahia, se continua de presente em langor sobre os efetivos benefícios, que ela traz por bem leves causas, que serão muito fáceis de remover. Primeiro, a gente desta Província se acha toda acomodada lavrando algodão e algum açúcar e milho, com a venda dos quais gêneros, que exportam para a Bahia e Rio de Janeiro, suprem as necessidades do vestuário europeu, sendo-lhe suficiente a farinha de mandioca da Província e o peixe da sua costa para se manterem; e sendo rodeado de gentio inimigo todo o perímetro da Colônia, desde a Barra do Rio Doce até o da Barra da Paraíba do Sul, não se entranham os colonos para o centro do sertão; além de que pela riqueza da pesca nos baixos fundos e esparcéis do Oceano e dos grandes lagamares e lamedrões, que acompanham a Costa, não se retiram jamais das suas vizinhanças, e se estão disputando sobre indiviso uns com outros, em continuo litigio, mas nunca deliberando-se a ir formar estabelecimento onde os matos estão sem dono e a abundância abandonada ao corpo do gentio.

Segue-se desta disposição, que não é a gente da Capitania a que há de povoar o Rio Doce, mas devem ser casais e famílias descidas das Minas ou vindas das Ilhas dos Açores ou declarando-se que este Governo deve compreender a Ouvidoria Geral ou Comarca, como é de crer que seja a intenção real, na criação do Governo. Então há nos Campos dos Guaitacazes, comarca do Espírito Santo, muita gente sem lavras e que se viriam estabelecer para o Rio Doce, que eu os governasse, porque assim neste mistifório, em que se acha a Colônia padece o Real Serviço. Esta parte da Comarca, que pertence ao Governo, consta de 22.000 pessoas e a outra parte da comarca, que é composta das Vilas de S. Salvador e de São João da Praia, ambas na margem austral do Rio de Paraíba, consta de mais de 30 mil pessoas, que estão apinhadas e que dariam 4 ou 4 mil [sic] habitantes para começar a povoação do Rio Doce; e sendo estabelecida a Ouvidoria Geral da Capitania do Espírito Santo a benefício dos vassallos pela distância em que fica o Rio de Janeiro e Bahia deste ponto central, parece que na criação do governo para a defesa da costa e estabelecimentos econômicos e polícia geral a que deve tender a Colônia, não deve ser mais contraído o governo do que a correição. Isto foi já expedido nos meus ofícios, sobre a navegação direta para o Reino com todas as circunstâncias perpétuas do local e das monções, que exigem seja o porto do Espírito Santo o depósito dos efeitos do Rio Paraíba, assim como o será do Rio Doce, em que a fecundidade das terras de lavoura, a imensidade das matas de construção intactas, até hoje, e o grande *lago Gíparaná* e as muitas Ilhas, que abraça em seu extenso leito, formam um estabelecimento tão superior ao Rio da Paraíba, quando é o excesso de escala de rio a rio em todas as suas dimensões, inda sem refletir-se, que o grande canal interrâneo vai tornar marítimas as terras mais interessantes das Minas Gerais, como o Serro do Frio, a comarca do Sabará e uma grande parte da de Vila Rica.

O outro meio imediato de povoar o Rio Doce, é o que se praticou no de povoar Mato Grosso, que foram moratórias de dois anos e meio, para os homens de fábrica, que se viessem estabelecer, porque os ditos donos de fábrica, se atrasam e empenham não por falta de mão de obra, mas pela falta de ouro nas terras que revolvem; e que pela loteria a mais ruinosa na opinião do economista Smeth [sic] vão às cegas avançar as suas despesas no incógnito da mina, que não acham. Estes homens concorrendo com os seus trabalhos nas margens do Rio navegável, mesmo do Registro de Lorena para cima e sem depauperar com a emigração a Capitania das Minas Gerais, exportarão os víveres, que em quatro e

três dias façam pôr no Oceano tais como o milho, o feijão e outros, que no estado atual da Capitania das Minas são de insignificante valor, e o café e algodão que pela condução às costas de animais muito dispendiosos, se transportam para o Rio de Janeiro; e por isso com grande detrimento para o lavrador, no baixo preço com que saem da sua mão primitiva estes preciosos efeitos, virão com o valor que adquire nas praças marítimas a benefício dos mesmos e se indenizarão sem a exclusiva de trabalhar em minas de ouro, por serem conhecidamente auríferas todas as margens do Rio Doce das Escadinhas ou Porto de Sousa para cima.

Estas vantagens, que podem ser imediatas e que favorecendo a povoação do canal do Rio, trazem incalculáveis riquezas e cômodos aos vassallos de S. A. R., estão mesquinhas por falta certamente de uma momentânea deliberação; e a que nada se opõem, se não algum capricho nas pessoas honestas e alguma apreensão interessada nos que introduzem comércio das bestas e azêmolas de carga de S. Paulo para as Minas que por este meio lhes ficam de baixo preço, não deve embaraçar esta fortuna.

A posse em que está a Praça do Rio de Janeiro de abranger os frutos desta Capitania e mormente dos campos, porque em pondo as casas convenientes na Capitania com maior força, assim como as tem as quantias módicas atualmente, eles mesmos experimentarão o melhoramento seguindo as condições da providência no curso da costa e posição dos portos, que por ora se vêm obrigados a contrariar, levando para o sul o que afinal se há de transportar para norte e sujeitos a cabotagem de cabos e às delongas, que eles motivam na alta navegação e no regimento impreterível das monções, quando deste porto, que faz no centro da Costa, é tudo franco para a Europa e para os portos do norte do Brasil, como Pará e Maranhão.

Nada mais é preciso, dadas as ordens, do que um governante honrado e que tenha melhor saúde do que eu, porque a tenho de todo arruinada; e um regimento para este governo, que até agora está sem ele, e pode ser modelado pelos das Capitánias de Pernambuco e do Rio de Janeiro, enquanto foram subordinadas ao Governo geral da Bahia, com aditamentos ou emendas para a povoação do Rio Doce, navegação direta e faculdade de deliberar nas urgências contingentes.” (*Pré-memória sobre a Capitania do Espírito Santo e objetos do Rio Doce. Vila da Vitória, vinte e cinco de agosto de 1802.* (a) ANTÔNIO PIRES DA SILVA PONTES (apud ALMEIDA, *Inventário*, IV, 493-4).

- O almoxarife da Real Fazenda, Manuel Francisco dos Reis, servindo em Vitória, a quinze de março de 1805, representou ao governo da metrópole denunciando as “grossas despesas” que se faziam com o rio Doce, “que podendo servir de utilidade, ao público, e ao Estado, somente serve de meio para uma escandalosa negociação de sal”. Informava o denunciante que os próprios soldados pedestres eram empregados no transporte do sal para Minas Gerais. Daí a “repugnância” do povo em servir naquelas guarnições. Diz mais que, mudando o governo, redobrou o “cuidado” sobre um “assunto assaz escandaloso”.

O príncipe regente, por intermédio de Luís de Vasconcelos e Sousa, dirigiu-se, a vinte e seis de fevereiro de 1806, de Lisboa, ao conde da Ponte, à frente do governo da Bahia, recomendando apurasse a denúncia e cuidasse “na economia da obra, evitando os contrabandos e descaminhos da Real Fazenda” (*documentos existentes na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*).



## III

(p. 264)

“A Junta provisória de Governo desta Província do Espirito Santo tem a honra de participar a V. Excia. que tendo buscado todos os meios benignos de civilizar o Gentio, não tem podido conseguir, e nem se mostra esperança de o conseguir, se não à custa de grandíssimas despesas, e dilatado tempo. Estes bárbaros não se querem de sorte alguma acomodar ao trabalho, e nem ainda a residirem em um lugar preferindo sempre o viverem vagabundos roubando os lavradores a quem têm feito um prejuízo incalculável tendo-se a penas abstido de assassinos, tudo o mais destroem com a maior brutalidade, e até por divertimento seteando os gados, e bestas para os verem cair, ou correrem pelos campos: qualquer repreensão que se lhes manda dar pelos línguas desconfiam e ameaçam, e é novo trabalho para os aplacar, o que eles atribuem [...] que nestas circunstâncias querem antes a guerra do que a paz.

Por isso nos ocorre, com o parecer de muitas pessoas, propor a V. Excia. que talvez seja mais útil remeter para essa Cidade e outras mais populosas, porções destes bárbaros para serem distribuídos ao serviço de casas particulares, e dos Arsenais, e obras públicas, com o que mais depressa se civilizarão, sem tanta despesa” (Do ofício de dois de maio de 1823, da Junta Governativa ao ministro José Bonifácio, in *Gov. ES*, II).

## IV

(p. 266)

“A Justiça tem igualmente sofrido seus obstáculos. O desembargador ouvidor da Comarca Alberto Antônio Pereira foi preso injustamente, e a casa deste magistrado viu-se cercada pelos soldados pedestres, os Escrivães do público, e notas foram atenuados e confundidos com as ameaças da pena de desterro para o Rio Doce carregados de ferros; bem como fez a dois negociantes Manoel Fernandes Guimarães, e Pedro José Carreira Vizeu, o primeiro acorrentado publicamente, ficou de todo perdido e está a morrer, e o segundo, que se acha louco, foi amarrado pelas ruas, e ambos conduzidos a prisões de segredo. Manoel da Silva Trancoso Leitão, procurador do auditório, somente porque defendia uma causa, cuja parte contrária o governador protegia, foi por isso preso, assentando-se-lhe praça de soldado na Companhia de Linha, tendo-a já de miliciano, e sem jurar bandeira passou logo pelo castigo de pranchadas, foi conduzido preso para a Fortaleza da Barra, e conservado ali três meses. Ainda não é tudo; o padre Manuel de Jesus Pereira, natural e morador da Vila da Vitória, que servia de Coadjutor do Vigário daquela vila, e pago por S. A. R., foi mandado para o dito Rio Doce unicamente por não dizer uma missa no colégio em lugar do capelão da Tropa. O Capitão José Ribeiro de Ataíde porque na sua casa algumas noites concorriam outras pessoas daquela vila e conversarem, foi por isso desterrado para o Rio Doce, donde voltou em breves dias quase expirado, e logo depois morreu, sendo ao mesmo tempo todos os outros mandados para diversos lugares, até que foram retirados depois. Nenhuma só pessoa daquela terra tem sido isenta dos ultrajes e ameaças injuriosas do governador, nem ainda mesmo os deputados da Junta da Real Fazenda, nem tão pouco as câmaras do seu governo...

Eu atestaria fatos, que o pejo, e a modéstia pede um morno silêncio, se estas reflexões não fossem dirigidas a V. Ex.: fatos, que os povos daquela Capitania provariam

se vissem retirado o governador: fatos, que estão gravados no fundo dos seus corações pelo temor, e ao mesmo tempo respeito, que professam ao representante do Poder Supremo” (CUNHA, *Navegação*, 4-7).

- RUBIM atribui os conflitos ao fato de haver o governador militarizado a capitania para enfrentar os índios (*Memórias Históricas*, 265). Recorde-se que o assalto e destruição do quartel de Coutins provocou a expedição de uma carta régia “em que se determinava a guerra ofensiva e decidida contra selvagens, e em que também se ordenava que o governador se ocupasse na mais ativa perseguição, a fim de que, sendo eles acoçados pelo lado da Capitania de Minas Gerais, não encontrassem asilo” (RUBIM, *Memórias*, 265).

- CAIO PRADO JÚNIOR resume o quadro geral da situação dos silvícolas nas seguintes palavras: “Resultara ainda outra conseqüência de passividade a que a lei [de Pombal em favor dos índios] reduzira os colonos, proibidos de ir atacar os índios selvagens aos seus redutos. É a recrudescência de hostilidades do gentio, a que se opunha apenas uma defesa passiva. Tal hostilidade é sobretudo notável, na segunda metade do século XVIII, da parte de tribos que se tinham refugiado nas matas que cobrem os territórios limítrofes de Minas Gerais com as capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo, particularmente os Aimorés. \ É de tudo isto que resultará a nova política relativa aos índios. A reação se acentuará depois da transferência da Corte para o Rio de Janeiro. A carta régia de treze de maio de 1808, declarando guerra ofensiva aos botocudos (aimorés), permitia o apresamento dos índios e sua utilização gratuita nos serviços particulares dos comandantes da guerra. A carta régia de dois de dezembro do mesmo ano ampliou estas disposições, mandando distribuir os índios pelos fazendeiros, aos quais ficariam entregues durante doze anos, os maiores de vinte; e durante vinte, os menores daquela idade. Disposições semelhantes contêm as cartas régias de cinco de novembro de 1808 e de primeiro de abril do ano seguinte com relação aos índios dos Campos de Curitiba e Guarapuava” (*Formação*, 94).

## V

(p. 275)

Volumosa a documentação sobre a estrada nos códices *Pres. do ES* pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional. Contemporâneos dos fatos de que nos ocupamos, os ofícios seguintes são amostras da riqueza de informações que guardam, à espera dos estudiosos.

“Tenho a honra de participar a VS, que a Estrada Real desta Capitania para a de Minas Gerais, cuja abertura me foi por VS determinada em 23 de Maio do ano próximo passado em observância das Reais Ordens de El-Rei Nosso Senhor, já se acha inteiramente concluída com vinte duas léguas, e três quartos de distância desde o último morador do dito Rio, té três quartos antes da margem do Rio Pardo, onde encontrei um Quartel posto pelas Divisões de Minas Gerais com derribadas, e Estrada desde aquela Capitania; porém desocupado, e sem guarnição, e tendo ordem de V. S. para não seguir além do mesmo Quartel, me retirei, e não mandei examinar se ha-veriam outros.

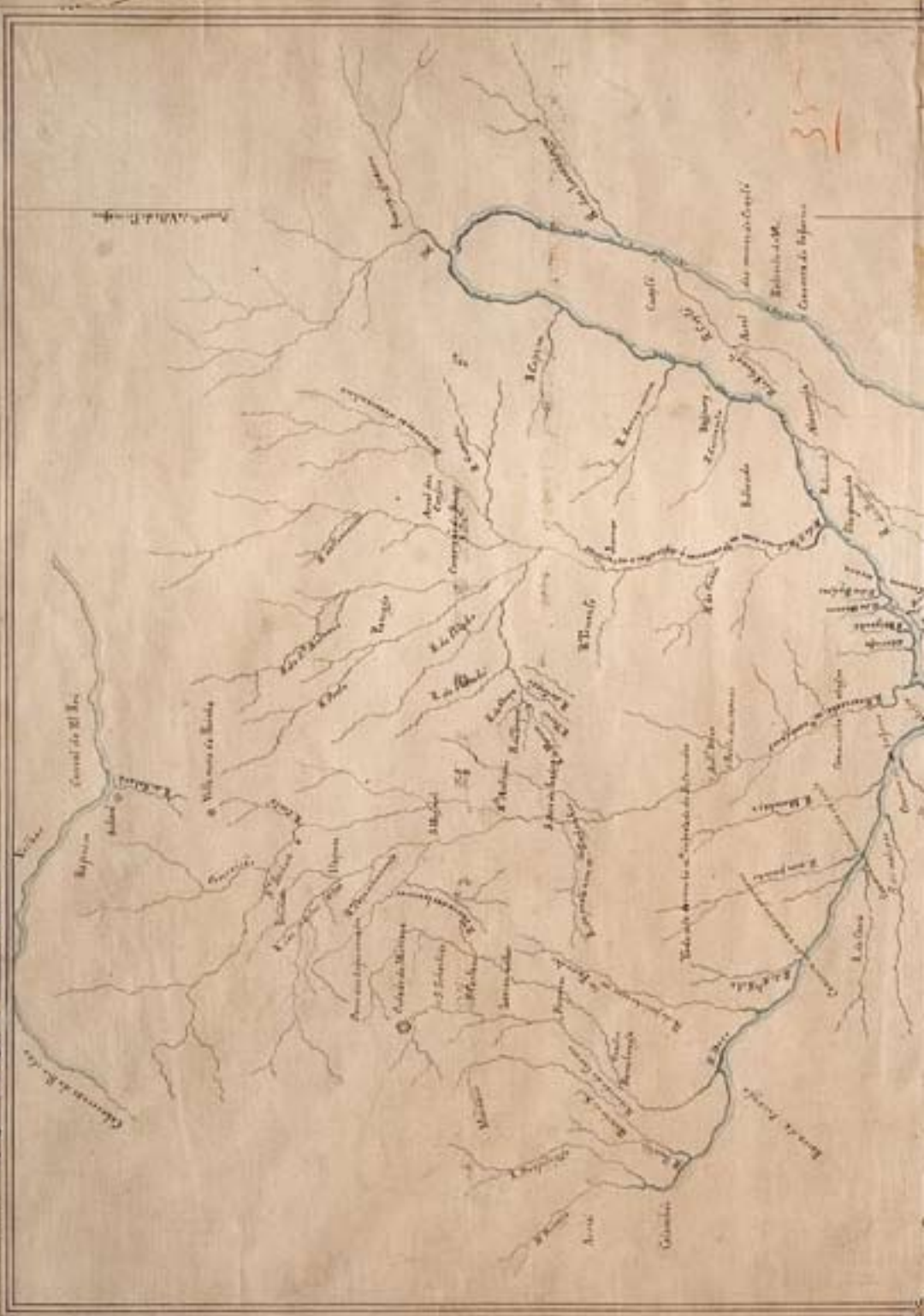
A Estrada por mim feita está guarnecida com oito Quartéis constantes do Mapa, que junto ofereço, à roda dos quais tem plantações de Pastos e gêneros do País.

Os Céus queiram, que deste meu trabalho se tirem a favor do Estado, e dos Povos das duas Capitanias todos os interesses, que são de esperar, e que há muito com ânsia se desejam.

A Estrada toda não tem obstáculos e pode já transitar qualquer tropa.

Deus Guarde a V. S. Vila da Vitória 28 de Agosto de 1816. / Ilmo.º Snr. Francisco Alberto Rubim / Governador desta Capitania / a) Inácio Pereira Duarte Carneiro / Te. Coronel Graduado” (*Pres. do ES*, I).

Nº 031—B3



“Carta Geograph

Ver descrição no Índice de Gravuras. Cópia difere



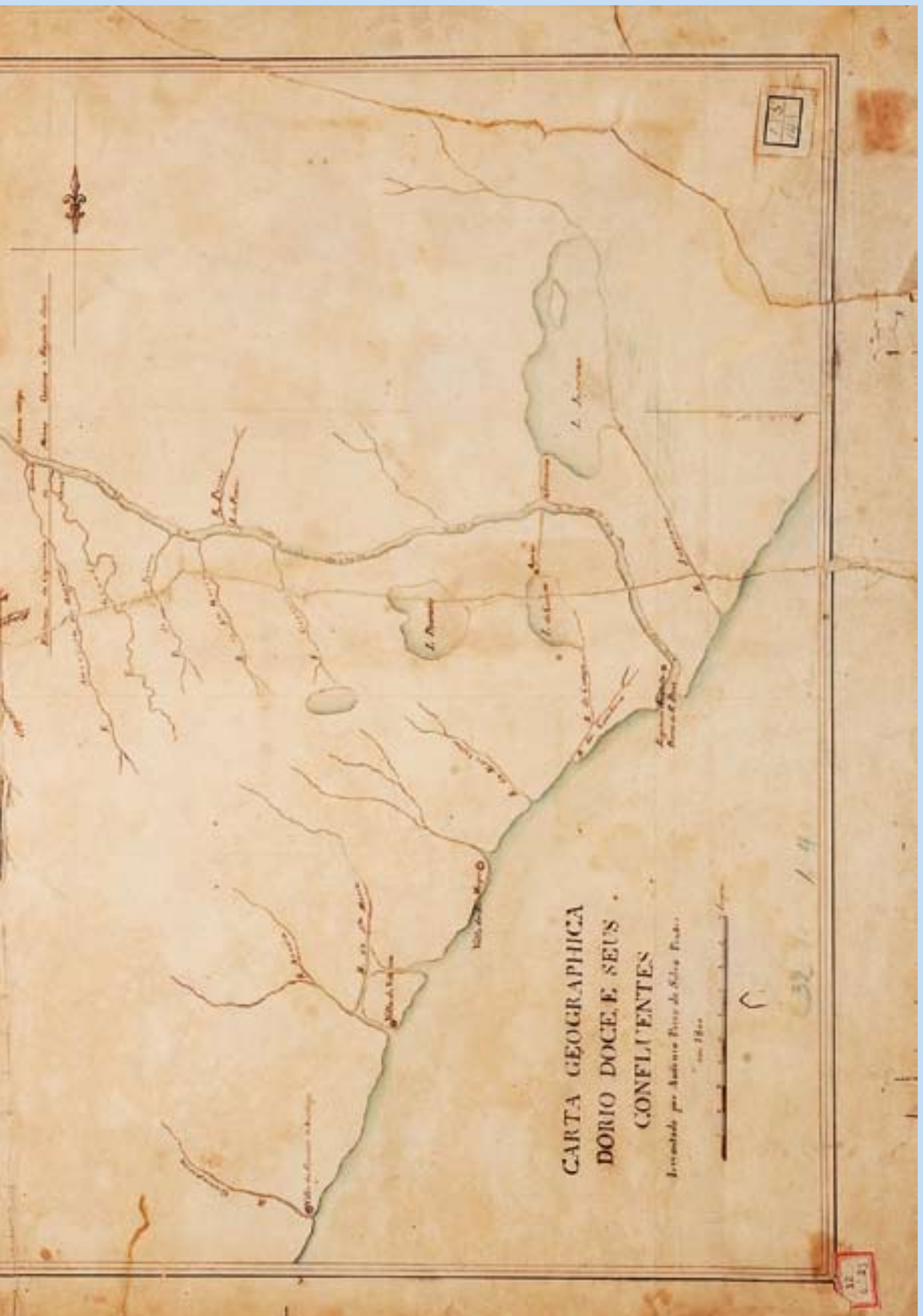
“Carta Geographica do Rio Doce, e Seus confluente Levantada por Antonio Pires da Silva Pontes, em 1800”  
 Imagem da estampada na 2ª. edição. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército Foto Beto Felício – Rio de Janeiro



Nº 017-C

35

“Carta Geogra  
Cópia ac



Carta Geographica do Rio Doce, e Seus confluente Levantada por Antonio Pires da Silva Pontes, em 1800”  
reproduzida nesta edição. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército Foto Beto Felício – Rio de Janeiro

“Ilm.º e Exm.º Snr. /

Tenho a honra de levar à presença de V. Exa. a parte junta que com o mapa que acompanha acabo de receber do Tenente Coronel Graduado Inácio Pereira Duarte Carneiro que me participa estar prontificada a nova Estrada para Minas Gerais, e assim cumprido o que me foi ordenado em Aviso de 10 de Abril de 1815 dirigido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil.

A Estrada aberta pelo dito Tenente Coronel começa no Cachoeiro de Sta. Maria para onde se ia dantes embarcado; porém para que seguisse toda por terra fiz abrir Estrada daquele ponto té esta Vila a qual tem de distância até o Porto de Caiacica seis Léguas, e uma até Tacibá na margem oposta a esta Vila.

No estado em que se acha a mesma Estrada com os Quartéis que nela mandei levantar, Pastos e Culturas que já começa a haver se pode fazer livremente, e com muita suavidade qualquer gênero de comércio entre esta Capitania, e a de Minas Gerais que tanto precisa de fácil, e cômodo desembocadouro para a exportação de tantos gêneros de que abunda, e importação dos que precisa principalmente Sal, e Ferro, gêneros estes que conduzidos por aqui se podem vender naquela Capitania por metade do seu preço atual.

A simples inspeção do Mapa junto é suficiente para se ver que sendo a Estrada de pouca extensão está desfeita a maior dificuldade que sempre retardou o Comércio da Capitania de Minas; e sendo / como é / a nova Estrada muito cômoda, e fácil bem se pode calcular quão grandes vantagens resultarão diretamente às duas Capitánias, e indiretamente a todas as mais o grande Comércio que se pode fazer por esta nova Estrada.

O Comércio marítimo desta Vila, e do resto da Capitania se acha grandemente decaído do seu antigo esplendor estando reduzido presentemente ao costeiro, e esse pouco; porém tendo gêneros de Minas que exportar pode de novo prosperar, aumentando por consequência, em riqueza, população, e cultura.

Deus Guarde a V. Exa. Vitória 30 de Agosto de 1816.

Ilm.º e Exm.º Snr. Conde da Barca

a) Francisco Alberto Rubim.” (*Pres. do ES*, I, p. 196-196v).

- “Tenho o prazer de, no fim do meu Governo, dar a S. A. R., e a V. Excia. a incomparável notícia, de se achar finalizada a interessante estrada aberta desta Província para a de Minas Gerais, como V. Exa. verá do Ofício incluso do Tenente Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, encarregado da sua abertura; não podendo dispensar-me por esta ocasião de recomendar este digno Oficial à Beneficência de S. A. R., pois que a merece por seu bom serviço, saúde arruinada, e mil privações que sofreu no espaço de quase sete anos que durou sua Comissão.

Proximamente acabam de descer pela dita estrada nove lotes de animais carregados, e uma boiada de trezentas cabeças.” (Ofício de BALTASAR DE SOUSA BOTELHO DE VASCONCELOS, presidente da província, a Carlos Frederico de Caula, de três de fevereiro de 1822, in *Pres. do ES*, II, p. 111).

## VI

(p. 277)

“Ilm.º e Exm.º Snr.

Tendo Ordem o primeiro Governador desta Capitania Antônio Pires da Silva Pontes de dar execução à grande, e feliz abertura do Rio Doce com Minas Gerais, e povoar aqueles lugares, se persuadiu, que para não chamar a eles à maior atenção dos Índios bravos Cuistes, vulgarmente chamados Botecudos, devia proibir aos novos Colonos a plantação de mandiocas:

o que teve efeito durante os quatro anos do seu governo: seu sucessor, e meu antecessor Manoel Vieira de Albuquerque Tovar seguiu quase o mesmo parecer, e muito pouco ou nada permitiu semelhante plantação durante os sete anos que governou. Tomando posse deste governo observando que daquelas providências só resultavam prejuízos à Real Fazenda por quanto as guarnições dos diferentes Destacamentos do Corpo de Pedestres eram socorridos de farinha dos Armazéns Reais desta Vila, a qual era remetida por mar em Lanchas, ou Canoas, resultando além dos fretes de condução ter de fazer novas remessas pela que se avariava durante a viagem, outras vezes se perdia farinha, e Embarcação tendo de pagar a Real Fazenda tudo: os soldados não recebiam seus vencimentos de soldo em dinheiro, pois depois da Real Fazenda satisfazer os Prest se remetia em gêneros, o que cada um mandava pedir; persuadido, que onde é desprezada a Agricultura, e não gera o dinheiro a população, e fontes de indústria, e Comércio não podem ter aumento, e que sem abundância de mantimentos tudo cai na languidez, e no ócio, no vício, determinei a todos os Comandantes dos Destacamentos que não só fizessem com toda a atividade a plantação de mandiocas, e que igualmente esta fosse feita pelos soldados, que estivessem de descanso ou folga: igualmente obriguei a todos os habitantes a fazerem a mesma plantação a qual naquele lugar produz com muita rapidez, pois a mandioca de seis meses é mais abundante do que a de dois anos em qualquer outro lugar desta Capitania: determinei, que o vencimento de soldo se desse em metal a cada soldado, lembrando-me, que logo, que constasse que os soldados tinham dinheiro não faltariam especuladores que para lá mandassem vender os gêneros, de que eles precisassem, o que não só teve o efeito desejado, como igualmente para os de Minas, que este ano tem descido àquele lugar em maior número a vender seus efeitos, e muitos mais desceriam se ali encontrassem maior abundância de sal de venda: A plantação de mandioca tem chegado a tal aumento que a Fazenda Real há cinco meses a manda lá comprar para dar os vencimentos aos soldados poupando fretes de conduções, há três meses com o corrente, que a Fazenda não dá Farinha a três Destacamentos, e já se sustentam de suas plantações, e este mês a deixa de dar a mais um estes mesmos Destacamentos têm dado por ordem minha, farinha para se vender para se comprarem Fornos, Rodas, mais precisos, para cada um deles, e outros que deles precisavam, a fim de que nos Quartéis desmanchem as mandiocas, e as reduzam a farinha tendo encarregado deste serviço a Inácio Pereira Duarte Carneiro, Tenente da Companhia de Linha, e Comandante interino do Corpo de Pedestres Oficial de quem faço muita confiança por ser muito honrado, e ativo. Mais conto com a Real Fazenda no ano venturo poupar a quantia de um conto de réis em farinhas, que deixa de pagar a diferentes Destacamentos por terem para se sustentarem de suas plantações.

A Povoação de Linhares no Rio Doce tem tido este ano um aumento de sessenta, e duas pessoas brancas de ambos os Sexos, os homens lavradores, e úteis pois tendo arribado a este Porto o Bergantim Espanhol, mercante, denominado Santo Agostinho Palafox, mestre Sebastião Álvares com duzentas e vinte duas pessoas de ambos os Sexos, vindo da Ilha de Lançarote uma das Canárias, e seguia viagem para Montevidéu, abordaram aqui cheios de fome, e misérias, e por esta razão não seguiram viagem quarenta, e cinco pessoas / além de trinta que lhe morreram durante a sua demora / destes, onze se agregaram em diferentes Fazendas do termo desta Vila, por causa de suas famílias serem em número pequeno, e os que tinham maior número os Fazendeiros os não quiseram admitir apesar das persuasões, que lhes fiz, vendo-os andar todos em número trinta, e quatro mendigando o sustento por esta Vila os remeti para Linhares a entregar ao habitante mais poderoso João Felipe Calmon, a fim de os repartir pelos mais, e aproveitarem-se naquele lugar em aprender a trabalhar de arado, e com o socorro destes fazerem as plantações de Trigo, e Linho, para cujo fim remeti juntamente sementes; porem o zelo, e patriotismo daquele habitante fez com que recebesse todos em sua Fazenda, onde os conserva, fartos, e satisfeitos, o que me dá fortes motivos além de tudo mais quanto tem feito pelo aumento daquela Povoação de o recomendar à proteção de V. Exa. Igualmente de Campos com minhas persuasões já pude conseguir dezoito pessoas de ambos os Sexos, estes têm escrito a seus parentes, e amigos fazendo-lhe ver as férteis, e lindas terras que



ali há e espero para Março venturo bastantes Casais. Mais o Guarda mor José Tomás de Aquino Cabral desceu das Minas com nove pessoas de sua familia para se estabelecer naquele lugar. Com tudo a lembrança de que ali não há Igreja, e que lhe falta um Pároco que lhe administre os Sacramentos lhe causa grande vexame, pois o mais próximo, que lhe fica é o Vigário da Vila Nova de Almeida que está distante para o Sul dezoito léguas: Seria muito para desejar ver ali sempre, mas muito mais no princípio daquela Povoação um Sacerdote exemplar, e político: assim como para sua Regência um Militar, Comandante daquele Distrito cheio de honra, retidão, e inteireza, que com sábias determinações possa encaminhar os que esquecidos, ou ignorantes do seu dever, não cumpram as suas obrigações, dirigindo seus fins a benefício da Sociedade, com o bem do Estado, pois este lugar, que de seu berço teve a criação da liberdade, o ócio, a depravação de costumes, merece toda a atenção.

O que tudo levo ao conhecimento de V. Exa. para que subindo à Real Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor haja de dar aquelas sábias Providências que julgar mais a bem do Seu Real Serviço, aumento desta População, e de seus fiéis vassallos.

Deus Guarde a V. Exa. Vila da Vitória 3 de Novembro de 1813. / Ilm.º Exm.º Sr. Conde de Aguiar. / a) FRANCISCO ALBERTO RUBIM” (*Gov. ES, I*).

## VII

(p. 277)

“Senhor, Tendo esta Capitania por objeto a cultura, e o Comércio por isso merece mais cuidado e atenção. Vossa Alteza Real o tem evidentemente mostrado na indefatigável generosidade, e Paternais desvelos, que tem praticado para promover uma e outra, persuadido de que estas são as fontes principais, e os únicos recursos, donde pode demanar a prosperidade, a Riqueza nacional tendentes igualmente ao aumento da População, pois que ministram aqueles meios de sustentação, sem os quais não pode haver existência humana. Em consequência disto parece indispensável representar a Vossa Alteza Real o seguinte, para que haja de ordenar, o que for de Seu Real agrado.

A Natureza, Senhor, dotou esta Capitania de fertilíssimas terras, banhadas pela maior parte, por excelentes, e aprazíveis Rios, mas quase todos eles cobertos de medonhos matos: o que / a meu ver / não só procede da falta de braços senão também por não ter subido à Real Presença de Vossa Alteza Real a necessidade de se dividirem em pequenas porções de terras estas margens, e serem dadas como em Sesmaria àqueles Colonos, que as quisessem cultivar; e em tal caso parece bem razoável que se não conceda senão a porção, que cada um puder trabalhar, por ser impossível, que um só homem por ativo, que seja possa abraçar uma grande extensão de terra, e que nela se façam todas as operações com a perfeição devida, pois que na Agricultura não adianta, o que mais faz, mas quem bem faz. Para conseguir este fim seria mui conveniente, que aqueles a quem Vossa Alteza Real foi servido dar qualquer porção de terra a título de Sesmaria, sejam obrigados no tempo de três anos a estar cercados com valas, plantando espinhos sobre a terra, que delas tiverem tirado, e guarnecendo-os por dentro de árvores úteis: ficando obrigados a dividir a sua porção de terra em quatro partes, uma das quais constantemente lhe servirá para plantar prado artificial, e as outras três destinarão para a lavoura, alternando, e variando em cada ano a sua produção; e para que esta mais produza deverão ter construído nos primeiros dois anos um curral, e uma esterqueira, a fim de fazerem apodrecer o estrume do seu gado, e que se podem servir para a mesma terra.

Parece-me que a porção de terra que Vossa Alteza Real for servido dar nesta conformidade com o título de Sesmaria por morte do Sesmeiro se não deveria permitir, que se divida pelos seus herdeiros, mas sim passe inteiramente àquele filho mais velho

que lhe sobreviver, ou herdeiro mais próximo; porque dividindo-se, e subdividindo-se a terra, depressa será feita em pedaços inúteis para agricultura. Neste caso o Sesmeiro, que tiver mais de um filho criado com a lavoura, e não tendo terra para lhe deixar pedirá a Vossa Alteza Real nova porção para este, e se obrigará a fazer com que esta nova porção seja cultivada com a maior brevidade, e assim sucessivamente se irão entranhando para o centro.

É de esperar, que a segurança de que os frutos do seu trabalho passam a seus filhos, os fará trabalhar com gosto, zelo, e atividade. Plantarão, edificarão melhores habitações, e farão muito melhoramento, o que se não pode esperar de um homem, que não está seguro da terra em que trabalha.

Estas, e outras razões igualmente interessantes ao aumento das rendas do Estado deram motivo à Representação, que a Junta da Fazenda desta Capitania na data de hoje faz subir à Presença de Vossa Alteza Real, pelo Real Erário a fim de que se digne dar aquelas Sábias Providências que julgar convenientes para que se facilitem a Povoação, e Cultura dos imensos, e fertilíssimos terrenos desta Capitania, principalmente à borda dos Rios.” (Ofício de dezoito de novembro de 1812, de Francisco Alberto Rubim ao príncipe regente D. João, in *Gov. ES*, I).

## VIII

(p. 277)

“Decreto. Fazendo-se mui dignos da Minha Real Contemplação os Casais de Ilhéus, que pela Intendência Geral da Polícia, foram pedidos ao Governo da Ilha dos Açores para virem estabelecer-se nas diversas Capitánias deste Estado do Brasil; e constando na Minha Real Presença, que estes Casais se acham já distribuídos por esta Capitania do Rio de Janeiro, e pelas do Espírito Santo, S. Paulo, Minas Gerais, e em Porto Seguro, tendo-se-lhes fornecido não só terrenos, que possam cultivar em seu beneficio, mas os Instrumentos e sementes para isso necessárias, com também casa para a sua habitação, gado próprio para o serviço do Campo, e até mesadas para a sua sustentação nos primeiros dois anos, enquanto não puderem colher os frutos da sua lavoura: Sou Servido, por efeito das Paternais Providências, com que Me Proponho sempre beneficiar os Meus Fiéis Vassallos, e auxiliar o aumento de população, de que tanto depende a prosperidade e riqueza nacional, Determinar que os sobreditos Casais de Ilhéus, e seus filhos fiquem isentos de serem recrutados para o Serviço Militar da Tropa de Linha, e que não sejam obrigados a servir nos Corpos Milicianos contra sua vontade; e outrossim Ordeno que esta força seja extensiva a todos os mais Casais de Ilhéus, que para o futuro possam vir estabelecer-se nas Capitánias do Brasil, pela mesma maneira por estes vieram. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar expedindo para esse efeito as ordens necessárias. Palácio do Rio de Janeiro em Dezesseis de Fevereiro de mil oitocentos e treze. Com a Rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.”

“Em cumprimento da Portaria de V. Excia. de catorze de Maio próximo passado, em que S. A. R. o Senhor Príncipe Regente Manda informar o Requerimento incluso de Manoel de Sousa, e João da Silva) expondo a insalubridade do terreno, que se lhes concedeu no Sertão desta Província, e pedindo se lhes dê em outro lugar deste Reino do Brasil, com uma ajuda de custo para seu estabelecimento: temos a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. para ser presente a S. A. R., que o terreno em que os Suplicantes se acham estabelecidos é assaz fértil; tem sido sempre de um ar saudável para os do país; mas os Suplicantes e todos os outros novos Colonos, que vieram das Ilhas dos

Açores, têm sentido notável alteração, não estando ainda bem aclimatados: que o perigo, que temem do Gentio é o que geralmente temem todos os Lavradores desta Província e que tendo o Estado já feito considerável despesa com esses estabelecimentos, que tão pouco frutíferos têm sido, porque além destes novos colonos não se terem ainda acostumado ao trabalho da cultura destas terras, muitos / como talvez os Suplicantes / foram tirados de classes, que não eram agricultoras, e por isso tanto mais estranho lhes tem sido o manejo rural; não parece dever-se dar aos Suplicantes novos estabelecimentos, e manutenções à custa do Estado.

Eles já têm faculdade de mudarem de estabelecimento quando quiserem, e venderem as terras, cabanas, e utensílios, que se lhes têm prestado pela caixa da Polícia.

Com esse produto é que os Suplicantes se devem novamente estabelecer: e se o Estado lhes continuar ajudas de custo, nenhum outro deixará de a requerer, visto que os motivos são gerais” (Ofício de onze de junho de 1822, da Junta Governativa ao ministro José Bonifácio, in *Gov. ES*, II).

## IX

(p. 278)

“Senhor. Dizem os Lavradores, e Negociantes abaixo assinados, desta Vila da Vitória, Capitania do Espírito Santo, que levados pelos mais justos, e vivos sentimentos de compaixão, ocasionados pela indizível miséria, que a pobreza padece neste País, por falta de um Hospital, tendo em vista ao mesmo tempo óbvias perdas de tantos vassallos, que por falta de Professor, remédios, e tratamento, morrem, ainda em uma tenra idade, ao desamparo, podendo aliás vir a ser mui úteis ao Estado, lembram-se de recorrer a Vossa Majestade, persuadidos, de que dando Vossa Majestade tantos exemplos de Religião, e Piedade, será sensível a tão grande consternação, e miséria para anuir às súplicas destes moradores, os quais voluntariamente se oferecem para uma justa contribuição. Entre estes há um que dá Casa suficiente para servir de Hospital; também há quem se obrigue a dar remédios, e curar gratuitamente: porém como a Santa Casa da Misericórdia apenas tem uma pobríssima Igreja, ameaçando ruína, sem rendimentos, e nada para o sustento, e toda a mais economia indispensável, rogam a Vossa Majestade queira aceitar para este fim o seguinte. Vinte réis por alqueire de todo o mantimento que sair dos Portos desta Capitania. Cento e sessenta réis por cada dúzia de tabuado que sair. Quarenta réis por cada arroba de Carne seca que entrar nos Portos desta Capitania, e vinte réis por medida do Rio, do azeite de peixe que também entrar. Tudo isto noutra País pareceria excesso, neste porém, Senhor, segundo o cálculo que se tem feito, poderá montar a oitocentos mil réis por ano pouco mais ou menos. O exemplo da Bahia anima aos Suplicantes por verem, que sendo uma Capitania com tantos meios de sustentar aquele tão necessário estabelecimento, contudo se julgou ser este um dos menos pesados. O Governador, e a Câmara são também autênticos, e oculares testemunhas das lágrimas, que se derramam por falta dele, e do sem número de misérias, e mortes que depois de concluído, pode obviar. Por tanto./

Da Vossa Majestade Seja Servido assim o Mandar executar./

E. R. Mce.” – Seguem-se oitenta e uma assinaturas. (Acompanha o ofício de Francisco Alberto Rubim ao conde da Barca, de quatro de fevereiro de 1817, in *Gov. ES*, I, p. 209-10).

XWV

# XV

## ANTES E DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

**P**RÓDROMOS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL - O novo governador - Baltasar de Sousa Botelho de Vasconcelos - assumiu o posto a vinte de março de 1820.<sup>1</sup> Seu período de administração coincidiu com o movimento de elaboração da Independência - o mesmo que dizer: agitação ininterrupta, cessação quase completa das atividades propriamente administrativas.

Era a hora em que o nativismo nacional começava a ser rudemente aferroado pelo liberalismo português.<sup>2</sup> Aproximava-se do desfecho a rivalidade entre brasileiros e portugueses - tão agravada pela atitude provocadora dos segundos com a vitória das armas legalistas na Revolução Pernambucana de 1817.<sup>3</sup>

---

1 - Governou o Piauí de primeiro de janeiro de 1814 (data de sua posse) até catorze de julho de 1819 (RIHGB, XX. 10-11).

2 - EUCLIDES DA CUNHA, *Da Independência à República*, in *À Margem da História*, 232.

3 - ROCHA POMBO, *HB*, VII, 521.

O Espírito Santo, que assistiu horrorizado ao holocausto de um dos seus filhos – Domingos José Martins<sup>4</sup> – naquela tentativa de libertação nacional, não faltou ao grande comício da Independência. Colaborou desde os albores do movimento, ajudando a construir o ambiente que levou D. Pedro ao gesto extremo do Sete de Setembro.

Aqui, como em todo o Brasil, o sentimento nativista inspirou a reivindicação dos postos de comando e governo – em sua quase totalidade entregues aos portugueses – para os filhos da terra. Ao lado, o antagonismo secular das duas facções: emboabas e paulistas, mascates e olindenses, comércio e lavoura.

**MOTINS E DESATINOS** – Já em 1820, Sousa Botelho teve de enfrentar um motim da *Troça de Linha* aquartelada na capital. “Questões de nacionalidade” deram origem ao incidente, que teve o concurso do povo.<sup>5</sup>

Ao ser divulgado, em Vitória, o decreto de vinte e quatro de fevereiro de 1821,<sup>6</sup> novas manifestações de rebeldia agitaram o burgo. O padre Francisco Ribeiro Pinto – capelão da tropa – foi acusado, pelo governador, como um dos cabeças das *liberdades*.<sup>7</sup>

---

4 - *Domingos José Martins* – Filho de Joaquim José Martins e de D. Joana Luisa de Santa Clara Martins, nasceu em Caxangá, hoje Itapemirim, onde seu pai servia como portabandeira, “no começo do último quartel do século XVIII” (TEIXEIRA DE LACERDA, *Domingos José Martins*, 558). Mandado à Bahia e Lisboa aprimorar-se nos estudos, passou, depois, à Inglaterra, onde se empregou em uma casa comercial, da qual, mais tarde, se tornou sócio. Regressando ao Brasil, fixou-se no Recife, entregando-se, logo, a uma intensa propaganda dos ideais de liberdade, que sonhava ver praticados em sua pátria. Quando explodiu a Revolução de 1817, Domingos José Martins foi eleito representante do comércio na junta governativa revolucionária – escolha que fala eloqüentemente do prestígio que desfrutava na sociedade pernambucana. Derrotados os rebeldes, Domingos José Martins foi preso e conduzido para a Cidade do Salvador onde, aos doze de junho de 1817, morreu arcabuzado. Estudos sobre Domingos José Martins: *Um Vulto de 1817*, da autoria de JÔNATAS SERRANO; *Domingos José Martins*, por MARCÍLIO TEIXEIRA DE LACERDA – ambos na RIHGB, *Tomo Especial Consagrado ao Congresso de História Nacional (Parte I)*. Também a coleção da RIHGES contém numerosos estudos da personalidade de Domingos José Martins, aliás patrono daquele sodalício. – Note-se ainda que Domingos José Martins teve sete irmãos: André, Francisco, Luíza, Maria, Joaquim, Ana e Vitória. O primeiro fez carreira militar e alcançou o posto de tenente-coronel. O segundo dedicou-se ao sacerdócio. Ambos lutaram ao lado do irmão em 1817, sendo que Francisco José Martins foi companheiro de frei Caneca na Confederação do Equador (BAHIENSE, *Domingos Martins*, 116).

5 - DAEMON, *Prov ES*, 252.

6 - Aprovava a Constituição que se estava fazendo em Portugal.

7 - *Ofício do governador dirigido ao Conde dos Arcos, secretário dos Negócios do Reino. Vitória, três de abril de 1821 (Gov ES, II)*.

Noutros tempos, abrir-se-iam severas devassas a propósito de qualquer desses tumultos. Agora, o governo local sentia-se impotente para punir os agitadores. Limitava-se a comunicar, para o Rio de Janeiro, as desordens que se amiudavam. E, como ninguém sofria punição, alastrava-se a onda dos rebeldes, cada vez mais temerários nas suas exigências.

Foi assim em julho (catorze) de 1821, quando o governador, clero, nobreza, povo e tropa prestaram, na igreja-matriz de Vitória, “solene juramento de guardar e cumprir a Constituição portuguesa, tal qual foi deliberada, feita e acordada pelas Cortes nacionais convocadas em Lisboa”.<sup>8</sup> Amotinou-se o *Corpo de Tropa de Linha*, exigindo fosse substituído seu comandante efetivo – o sargento-mor Francisco Bernardo de Assis e Castro – por José Marcelino de Vasconcelos,<sup>9</sup> sargento-mor de artilharia. Alguns civis juntaram-se à soldadesca e entregaram-se a desatinos, atacando estabelecimentos comerciais e disparando suas armas pelas ruas da Vila. O governador não teve forças para dominar os insubordinados e curvou-se à exigência, entregando o comando daquela tropa a José Marcelino.<sup>10</sup>

Na mesma ocasião, elementos do povo pediram se instalasse, na província,<sup>11</sup> um governo provisório.<sup>12</sup> Sousa Botelho, prudentemente, reclamou a assinatura dos que apresentavam tal alvitre. Apenas “um caixeiro da praia e um boticário” se acusaram e “todo o mais povo, clero e nobreza clamou (*sic*) que não”. (I)

---

8 - *Ofício do governador a Pedro Álvares Diniz, secretário dos Negócios do Reino. Vitória, catorze de julho de 1821 (Gov ES, II).*

9 - José Marcelino de Vasconcelos – Sargento-mor de Artilharia de Linha, servia no Espírito Santo como oficial de Engenharia, em comissão. DAEMON que nos fornece as informações refere-se a levantamento de plantas topográficas, orçamentos e estatísticas feitos por José Marcelino (*Prov ES, 252*).

10 - *Ofício do governador a Pedro Álvares Diniz. Vitória, catorze de julho de 1821 (Gov ES, II).*

- DAEMON, *Prov. ES, 253*. O efemerista diz que a “tropa [fez] junção com alguns paisanos contra a oficialidade portuguesa” (*Op. cit. 253*).

O motim da *Tropa de Linha* trouxe ao ES o então coronel Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho (ver Nota I deste capítulo) para fazer um inquérito (*Gov ES, II*) cujos resultados não se conhecem. O oficial fez parte da loja maçônica denominada *Distintiva*, da qual diz OLIVEIRA LIMA que “era antes republicana e revolucionária do que simplesmente liberal” (*O Movimento, 51-2*). Seu nome figura com destaque entre os grandes vultos da Independência.

11 - Por decreto de vinte e oito de fevereiro de 1821, as capitâncias receberam o título de províncias.

12 - *Ofício dirigido pelo governador a Pedro Álvares Diniz*: “Tendo a honra de participar a V. Excia, que acontecendo no dia catorze de julho do corrente, na igreja matriz desta Vila,

**PRIMEIROS REPRESENTANTES DA CAPITANIA EM CONGRESSOS ELETIVOS** – Nas eleições para as Cortes de Lisboa – que tinham por missão precípua elaborar a Constituição para o Reino Unido – foram eleitos: deputado (*proprietário*)<sup>13</sup> o Dr. João Fortunato Ramos dos Santos,<sup>14</sup> filho de Vitória e lente da Universidade de Coimbra; e suplente o bacharel em direito José Bernardino Batista de Almeida Sodré,<sup>15</sup> natural de Campos e magistrado na província do Rio de Janeiro.

---

no ato de jurar-se a Constituição, e suas bases, gritaram, um taberneiro, um boticário e mais três ou quatro homens em tudo semelhantes, a estes, que queriam se instalasse governo provisório, chamei o dito taberneiro, e boticário, únicos que apareceram perante mim, e as corporações que ali se achavam, quais a Câmara, e todas as pessoas principais do país, e pelas mesmas corporações, e mais povo, que estava presente foi nominalmente decidido que o governo se conservasse da mesma forma em que se achava estabelecido, até que as Cortes Nacionais, ou S.A.R. determinasse o contrário, de que se lavrou um termo no livro da Câmara.

Mas apesar de tudo, rogo a S.A.R., em primeiro lugar, perdão da minha reiteração, e em segundo que me conceda licença para retirar-me, pois as minhas moléstias e meu espírito cansado não permitirão que viva muito tempo.

O que tudo queira V. Excia. por sua muita bondade levar ao conhecimento do mesmo augusto senhor. Deus guarde a V. Excia. muitos anos. Vitória, três de agosto de 1821. Ao Exmo. Sr. Pedro Álvares Diniz. (a) Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos.”

– Ao alto do ofício retro, lê-se o seguinte: “Responda-se que S.A.R. quer conservá-lo pelos seus bons serviços” (Gov ES, II).

13 - *Ofício de vinte e seis de setembro de 1821, da Junta Eleitoral do Espírito Santo ao Governador, anexo ao ofício deste ao ministro Pedro Álvares Diniz – Vitória, três de outubro de 1821 (Gov ES, II).*

– Anteriormente, no dia vinte e dois de setembro, o governador comunicara ao ministro: “Em cumprimento do Aviso de vinte e três de Março deste ano, que me dirigiu o Exm.o Ministro, e Secretario de Estado Inácio da Costa Quintela: tenho a honra de participar a V. Excia., que no dia vinte do corrente mês, se concluiu a eleição do Deputado, que deve representar esta Província, nas Cortes Nacionais convocadas em Lisboa; sendo eleitos, com o maior sossego, contentamento, e satisfação geral do Povo, para Deputado, o Doutor João Fortunato dos Santos Ramos, natural desta Vila, que atualmente ocupa na Universidade de Coimbra hua das Cadeiras de Lente, de hua das Faculdades de Direito, e para seu Substituto, o Bacharel José Bernardino Pereira de Almeida Batista, natural dos Campos Goitacazes, que ao presente exerce a Vara de Juiz de Fora da Vila de Macacu, aos quais a Junta Eleitoral, e a Câmara, dirigem as respectivas Nomeações”. (Pres ES, II, 69).

14 - Médico, residia em Portugal há muitos anos. Eleito em 1821, tomou assento nas Cortes a dezoito de abril de 1822 (NELSON COELHO DE SENA, *Participação*, 92-3). Juntamente com outros deputados brasileiros, Ramos dos Santos apresentou, naquela Assembléia, um projeto de regência para o governo do Brasil (VARNHAGEN. *Hist. Independência*, 227).

– O nome do professor conimbricense é grafado, sempre, como se lê no texto. Parece que o redator do ofício incorreu em *lapsus calami*.

15 - Almeida Sodré (?) (1783–1861) era formado em leis pela Universidade de Coimbra. Seu nome figura na relação dos estudantes brasileiros que cursaram aquela Universidade no período 1772–1872 (*Anais BN*, LXII. 137-335). Ali se lê: “1806 [deve ser o ano em que ingressou na Universidade] / 581 – José Bernardino Batista Pereira d’Almeida. / Filho de



Para o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias<sup>16</sup> foi eleito – a primeiro de maio de 1822 – representante do Espírito Santo o Dr. José Vieira de Matos,<sup>17</sup> que tomou posse a vinte e três de junho.<sup>18</sup>

**PENÚRIA DOS COFRES PÚBLICOS** – As agitações políticas empolgavam todos os espíritos. Houve quase um hiato nas demais atividades. As rendas públicas caíram a ponto de se tornarem insuficientes para cobrir as despesas com o funcionalismo, o que levou o governador a pedir ao Príncipe Regente licença para dispensar alguns serventuários.<sup>19</sup> Sobre tal penúria, a ameaça de ser recolhida diretamente pela Tesouraria-mor do Real Erário a arrecadação dos impostos do distrito de Campos, o que viria privar a Capitania de seu maior contribuinte.<sup>20</sup>

Não existindo, ao tempo, prelos na terra, em lugar do jornal impresso lia-se o pasquim manuscrito. Repetidamente, em sua correspondência para os

Manuel Baptista Pereira / N. Vila de Campos (Rio de Janeiro). 1786. / Direito 22-X-1805. / Formou-se 23-V-1814.”

JOAQUIM MANUEL DE MACEDO escreve assim o seu nome: José Bernardino Baptista Pereira de Almeida Sodré. E informa ter nascido a vinte de maio de 1783 (*Ano Biográfico*, II, 79).

Em virtude da conferência realizada no Rio de Janeiro a vinte e dois de janeiro de 1822 (dos deputados mineiros, com a participação de Almeida Sodré), resolveu não ir a Lisboa tomar assento nas Cortes (VARNHAGEN. *Hist. Independência*, 95). Fez parte da Constituinte de 1823 e em 1826 foi eleito deputado geral pelo Espírito Santo. Ministro da Fazenda (dezoito de junho de 1828), esteve, também, à frente da pasta da Justiça. Conta JOAQUIM MANUEL DE MACEDO que, em 1830, D. Pedro I convidou Almeida Sodré para fazer parte de um novo gabinete, ao que respondeu o ex-parlamentar: “Senhor, honra de donzela e confiança de ministro só se perde uma vez na vida. Eu não posso tornar a ser ministro de Vossa Majestade”. (*Ano Biográfico*. II. 81-5).

16 - Espécie de conselho de estado convocado pelo príncipe D. Pedro por decreto de dezesseis de fevereiro de 1822. Instalou-se no Rio de Janeiro aos dois de junho seguinte e realizou vinte e nove sessões, até sete de abril de 1823. Simples órgão de consulta, não tinha função legislativa (CALMON, *Hist. Brasil*, IV, 156/7).

17 - Natural da Vila de Campos.

18 - CALMON, *Hist. Brasil*. IV, 157.

19 - *Ofício de três de agosto de 1821 (Gov. ES, II)*.

20 - Dizia o governador constar que “alguns indivíduos da Vila dos Campos Goitacazes” solicitavam que as rendas daquele distrito entrassem diretamente na Tesouraria-mor do Real Erário. Combatendo a sugestão, Sousa Botelho escreveu “que as Rendas Reais do Distrito de Campos são as únicas, pode-se assim dizer, que a Junta da Real Fazenda desta Província tem para suas despesas indispensáveis, e para as quais nem chegam, e que conseguindo os pretendentes o deferimento como solicitam, tornar-se-á esta mesma Província uma habitação de mendigos.” Anteriormente, em 1810, fora, pela Coroa, atendida idêntica petição dos habitantes de Campos. Melhor instruído, o governo revogou o despacho (*Gov. ES, II*).

ministros de D. Pedro, o governador se queixa da linguagem e das ameaças à sua pessoa, veiculadas naqueles papeluchos.<sup>21</sup>

**A JUNTA DO GOVERNO PROVISÓRIO – NOVAS AGITAÇÕES** – A dois de março (1822) a Junta do Governo Provisório<sup>22</sup> – criada pela lei das Cortes de Lisboa, de primeiro de outubro de 1821<sup>23</sup> – assumiu a direção da província.<sup>24</sup> Incumbia-lhe apenas a administração civil e política, uma vez que o governo central se reservara o direito de nomeação do comandante militar.<sup>25</sup>

Os *corcundas* dispuseram-se à luta. Contando com o apoio de altas patentes da guarnição militar, organizavam-se para uma sedição, logo denunciada à Junta. Ciente da trama, D. Pedro mandou abrir devassa, de que resultaram numerosas prisões.<sup>26</sup>

Novas agitações, oriundas de desinteligências entre o comandante das armas e o ouvidor interino da comarca, trouxeram à rua os soldados da

21 - Gov ES, II.

- RUBIM afirma ter visto um, escrito com tinta vermelha, que dizia: “Se nesta vires trinta do corrente / Morrerás, corcunda, infalivelmente” (*Memória*, 351).

22 - Em ofício a José Bonifácio, Sousa Botelho escreveu *Junta do Governo Provisório*. Dirigindo-se ao príncipe regente, a Junta se denominava *Junta Provisória do Governo*. - Ver Nota II, deste capítulo.

23 - ROURE, *Formação Constitucional*, 192.

24 - A Junta instalou-se a dois de março (*Ofício de três de março de 1822, dirigido ao príncipe regente*, in Gov ES, II) e não no dia primeiro, como escreveu RUBIM, *Memórias*, 304. Nota III deste capítulo.

25 - JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 59.

- O primeiro comandante militar da nova fase foi Inácio Pereira Duarte Carneiro, que já conquistara o posto de tenente-coronel. BASÍLIO DAEMON afirma que Carneiro exerceu o cargo pouco mais de um mês (*Prov. ES*, 254), substituído que foi pelo coronel do exército Julião Fernandes Leão (*idem, ibidem*, 256). Parece que a Junta se apressou em informar ao governo do Rio de Janeiro que Duarte Carneiro era *corcunda*. Daí a sua rápida passagem pelo cargo. Sobre as tendências políticas de Duarte Carneiro ver depoimento transcrito na Nota I deste capítulo. Suas palavras demonstram acentuada simpatia pela causa portuguesa.

26 - BASÍLIO DAEMON aponta, entre os sediciosos, o tenente-coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, o oficial da Secretaria Manuel dos Santos Ferreira, o capitão Luis Bartolomeu da Silva e Oliveira (ver Nota I deste capítulo), o juiz ordinário João Antônio Pientznauer, o ajudante de linha Antônio Cláudio Soído e Julião Fernandes Leão, comandante das Armas (*Prov. ES*, 255-6). - Ver ofício de treze de junho de 1822, da Junta Governativa ao ministro José Bonifácio. Nota VI deste capítulo.

- Cirurgião-mor do Regimento de Infantaria de Milícias da capitania do Espírito Santo (ALMEIDA, *Inventário*, V, 396), Pientznauer foi objeto de denúncias atrozes dos moradores de Vitória (Ms pertencente ao acervo da BN - cota II-34, 13, 1).

guarnição, que, inspirados pelo primeiro, dirigiram-se para o Palácio do Governo aos gritos de “Abaixo a Junta! Morra a Junta!”. Lida, porém, a proclamação do príncipe regente, mandando que se obedecesse ao Governo Provisório, a tropa se recusou a cumprir as ordens de seu comandante, solidarizando-se com a Junta. O povo fez o mesmo.<sup>27</sup>

O Governo provincial, entretanto, pés firmes na realidade quotidiana – nada lisonjeira – apelava para o Rio de Janeiro no sentido de lhe proporcionar recursos indispensáveis à preservação da comunidade. (IV)

E o novo comandante das Armas, sentindo a precariedade dos recursos de que dispunha para manter a ordem e enfrentar possíveis ataques vindos de fora, sugeria à Junta Provisória de Governo fossem tomadas providências para que a Tropa de Linha destacada em Campos regressasse a Vitória, tornando possível a organização de conveniente plano de defesa. (V)

**INDEPENDÊNCIA OU MORTE!** – Além dos júbilos trazidos pelas vitórias que a causa brasileira vinha conquistando dia a dia no próprio território provincial, aos capixabas não faltavam oportunidades para comemorar idênticos triunfos obtidos no Rio de Janeiro pela idéia que a todos empolgava. Assim é que os *capitanienses* exultaram com as notícias acerca da aceitação – pelo Príncipe D. Pedro – do título de *Defensor Perpétuo do Brasil*, que lhe foi oferecido a treze de maio (1822). (VII) As Câmaras das Vilas correram a manifestar seus aplausos pela proclamação do Ipiranga, embora não estivessem muito certas da significação da atitude de D. Pedro. Basta lembrar que a de Vitória, no ofício dirigido ao Senado do Rio de Janeiro, ainda protestava atenção e respeito à “Sagrada Pessoa do nosso Bom Rei o Senhor Dom João Sexto”...<sup>28</sup>

---

27 - CÉSAR MARQUES explicou o fato – que considerou “por demais escandaloso” nos seguintes termos: “o comandante das armas, coronel Julião Fernandes Leão, privou o ouvidor José Libânio de Sousa do exercício do seu emprego, e mandou-o sair da Vila.

Querendo a Junta indagar do fato, embora com muita moderação, o comandante das armas não lhe quis dar explicações e apresentou-se em frente do Palácio com toda a força armada, gritando – *abaixo a Junta – morra a Junta*.

Por um ato não esperado, a tropa uniu-se à guarda do Palácio para defesa da Junta. e afinal fugiu o comandante Leão com alguns sequazes, entrincheirou-se em sua casa, onde ninguém ousou atacá-lo, e assim continuou no exercício de suas funções até agosto de 1822, data em que foi substituído” (*Dicion ES*, 122).

28 - *Ofício de primeiro de outubro de 1822 (Centenário da Independência, II, 173 ss.)*.

– É curioso assinalar que o ofício do Senado da Câmara do Rio de Janeiro à de Vitória – segundo informa o documento *fac-similado* – trazia a data de sete de setembro. Fazia-se, do Rio, a comunicação de um acontecimento verificado em São Paulo no mesmo dia...

Em boa hora chegou ao Espírito Santo o ouvidor Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio,<sup>29</sup> encarregado pelo Grande Oriente do Brasil de vir a esta província apaziguar os exaltados e propagar as idéias de independência pátria por que se batia aquele grêmio.

É possível admitir que Pereira de Sampaio tenha esclarecido convenientemente os membros da Junta sobre as reais finalidades do movimento da Independência, pois, desde então, cessaram, na correspondência oficial, aquelas inoportunas manifestações de vassalagem a D. João VI.

A aclamação de D. Pedro foi comemorada com festejos excepcionais em Vitória, (VIII) e a Junta se apressou em credenciar o capitão José Francisco de Andrade Almeida Monjardim – seu vogal – para apresentar, pessoalmente, ao imperador, as congratulações da província.<sup>30</sup>

Não foi menor o entusiasmo nas vilas do interior. A leitura dos *autos da Independência* e dos *autos da Aclamação* recorda o clima de emotividade que os inspirou. São páginas em que o sentimento patriótico do povo, contido até então, se expande em frases candentes, celebrando a gratidão ao soberano, oferecendo a vida de cada um e de todos para a consolidação da grande conquista.<sup>31</sup>

**S. MATEUS ADERE AO MOVIMENTO EMANCIPADOR** – De imediato, surgiu a necessidade de fazer valer pela força os propósitos de viver em uma pátria livre. A proximidade da Bahia – onde o general Madeira<sup>32</sup> plantara o bastião da resistência

29 - Pereira de Sampaio (?-1857) nasceu no Espírito Santo. Era filho de João Pinto Ribeiro (MORAIS, *Estudantes*, 214). LAURÊNIO LAGO, entretanto, di-lo filho de José Ribeiro Pinto (*Supremo Tribunal*, 46). Bacharelou-se pela Universidade de Coimbra, teve assento na Assembléia Constituinte de 1823 como representante de sua província natal e chegou a ministro do Supremo Tribunal de Justiça (LAGO, *op. cit.* 46-7). Assinando o *auto da independência* da vila de Vitória, a doze de outubro de 1822, ele assim se qualificava: “ouvidor nomeado de Sergipe de El-Rei, e Deputado por esta Província”.

30 - *Ofício de quinze de outubro de 1822* (Nota VIII deste capítulo).

- Monjardim figurou, com destaque, no cortejo da coroação de D. Pedro I, pois seguiu uma das varas do pátio imperial (DEBRET, *Viagem*, II, 81).

31 - Cópias de todas as atas foram enviadas ao soberano. Fazem parte do acervo de manuscritos do Arquivo Nacional. Quando do transcurso do sesquicentenário da Independência, foram publicadas em volumes, em edição conjunta daquela instituição e do Conselho Federal de Cultura. Em volumes, explica-se, reunindo documentos idênticos de todo o Brasil, sob o título *As Câmaras Municipal, e a Independência* (1973). A correspondência das Juntas Governativas com o Governo do Rio de Janeiro também foi editada naquela oportunidade (*As Juntas Governativas e a Independência*).

32 - Inácio Luís Madeira de Melo.

portuguesa – estava a exigir maior vigilância das hostes nacionalistas, a fim de evitar que os *corcundas* de lá estabelecessem contatos com os de cá, fortalecendo-se de parte a parte. A Junta se apressou a pedir ao Governo central os socorros necessários para fazer “marchar tropas aos pontos de defesa”.<sup>33</sup>

S. Mateus tornou-se então o centro das atenções da província. Embora considerada parte de seu território pelos capixabas, a administração da Bahia, desde há muito, conseguira incluir a vila e respectivo distrito na sua jurisdição.<sup>34</sup> Foi por intermédio da Junta baiana que S. Mateus encaminhou, em agosto de 1822, às Cortes de Lisboa, sua opinião sobre as delegações do Poder Executivo. Constituiu, portanto, uma agradável surpresa para a pequena força enviada de Vitória a recepção entusiástica que teve ali.<sup>35</sup> A quase totalidade das embarcações mandadas da Bahia a S. Mateus em busca de mantimentos – principalmente farinha de mandioca – ia sendo aprisionada, e as informações obtidas dos seus tripulantes encaminhadas ao Rio de Janeiro, por intermédio da Junta do Espírito Santo, conforme os diversos documentos existentes no Arquivo Nacional.<sup>36</sup>

Em janeiro de 1823, S. Mateus aclamou o novo soberano do Brasil e seus habitantes declararam-se sujeitos ao governo capixaba, atitude que um *Aviso* ministerial ratificou.<sup>37</sup>

**CARAVELAS** – A ação libertadora das forças espírito-santenses estendeu-se até Caravelas. Dada a ausência quase absoluta de documentação esclarecedora sobre o assunto – e uma vez que historiadores e cronistas calam inteiramente o episódio – não se pode, aqui, ir além de uma cautelosa referência.

De início, pode-se afirmar que tropas capixabas ocuparam aquele Município, “que fazia parte desta Província”, assevera Basílio Daemon.<sup>38</sup>

33 - *Ofício de vinte e três de outubro de 1822* (Gov. ES, II).

34 - Ver *foot-note* n.º 3 do capítulo XIII.

35 - MÁRIO FREIRE, *Capitania*, 174.

36 - Ver *Gov.ES*, II.

37 - Diz JOSÉ MARCELINO: “Esta vila aderiu ao governo da Junta Provisória em vinte e dois de janeiro de 1823. Sendo chamada pelo conselho da Vila de Cachoeira, para mandar ali seus deputados, a Câmara hesitou por se achar sujeita ao Espírito Santo pela ata celebrada no mesmo dia vinte e dois de janeiro. O governo supremo determinou, por Aviso de dez de abril de 1823, que continuasse a pertencer ao governo da Província do Espírito Santo, enquanto outra coisa não fosse determinada pelo corpo legislativo” (*Ensaio*, 136).

38 - *Prov ES*, 263.

Endossam plenamente a assertiva uma ardorosa proclamação assinada por Manuel Ferreira de Paiva, comandante militar,<sup>39</sup> o testemunho de pessoas que tomaram parte na expedição<sup>40</sup> e o ofício de vinte de março de 1823, do governo espírito-santense ao ministro João Vieira de Carvalho.<sup>41</sup>

**QUADROS DESALENTADORES** – Ao findar 1823, fez-se um balanço da situação econômico-financeira da província. As rendas não alcançavam quinze contos de réis. Só as despesas com a tropa subiam a mais de quarenta.<sup>42</sup>

Esses dados não afinam com o demonstrativo apresentado, no ano seguinte, pelo presidente Inácio de Acioli de Vasconcelos<sup>43</sup> ao marquês de Queluz, ministro do Império. Eis a sinopse presidencial:

---

39 - “Habitantes de Caravelas, o meu dever faz com que vos participe, que por ordem do Exmo. Senhor Fernandes Teles da Silva, Commandante d’ Armas da Província do Espírito Santo, viesse a esta Vila com uma força Militar, de que vós mesmos fosteis Testemunha de seu desembarque neste Porto, a render o Destacamento, que aqui existia pertencente à mesma Província do Espírito Santo, para que tomando posse do Comando Militar, fizesse conservar, e defender os direitos do Imperio Brasileiro, a nossa feliz independência e conservar em segurança a defesa desta Vila, contra quais queres Tropas inimigas que nos pretendam atacar: é por tanto do meu dever, como Comandante Militar, fazer-vos ver que o valor, e o patriotismo, é a base fundamental, da nossa feliz e sagrada independencia, sendo do vosso dever, (o que espero da vossa honra) acudir às Armas logo que sejeis avisados, ou ouvires o toque de rebate, sendo nesta ocasião conhecidos os bons patriotas, e os que defendem a nossa Santa Causa: protestando-vos eu, que prontamente me achareis na vossa frente, e aí sendo necessário, derramarei meu sangue, e perderei a vida, defendendo, a nossa independência, a pessoa do MUITO ALTO SENHOR D PEDRO I IMPERADOR E DEFENSOR perpétuo do Brasil. As autoridades verdadeiramente nesta Villa constituídas, vossas Pessoas, e Famílias, sendo um de vós o primeiro que tire a vida logo que a retagar me vireis dar ao Inimigo.

CIDADÕES vós também deveries tomar o meu exemplo, e a arriscares avida por aquele [que] a quer perder por vós.

Não vos atemorize essas cobardes Baionetas Européias, que para as acobardar, também temos, o Canhão, e a Baoioneta Brasileira, que fará retumbar nos ouvidos desses facciosos, INDEPENDÊNCIA OU MORTE. a)Manuel Ferreira de Paiva. – Comandante Militar” (Documento oferecido, ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo pelo engenheiro Araújo Aguirre (RIHGES, III, 27).

40 - DAEMON, *Prov ES*, 264.

41 - Apud BERNARDES SOBRINHO, *Direito do ES*, 158/9.

42 - *Ofício de dezesseis de dezembro de 1823, dirigido a João Gomes da Silveira Mendonça*, in *Gov ES*, II.

– À guisa de curiosidade, citem-se também os ofícios de dois de janeiro e doze de março do mesmo ano – ambos da Junta – o primeiro pedindo bandeira nacional, de vez que era impossível confeccionar uma em Vitória, pela “extrema falta de meios”; o segundo solicitando retrato do Imperador “para os dias de pública veneração” (*Gov ES*, II).

43 - Inácio de Acioli de Vasconcelos – primeiro presidente da província – tomou posse a vinte e quatro de fevereiro de 1824 (*Ofício de vinte e cinco de fevereiro de 1824*, in *Pres ES*, 111).

“Receita .....	46:231\$852	
Despesa		
Militar .....	46:312\$647	
Civil e Eclesiástica .....	12:862\$933	59:175\$580
Maior despesa .....	12:943\$728”	

Comentando a situação, dizia Inácio Acioli: “Para qualquer parte que se lance os olhos nesta Província não se vê um objeto que não peça providências. A agricultura não dá a necessária farinha para sustento dos habitantes do país e é preciso importá-la em grandes porções...<sup>44</sup> A educação da mocidade, as escolas, estão em relaxação e abandono, não só por falta de bons mestres, como por falta de pagamento de seus ordenados, além de serem estes muito módicos, para convidarem homens hábeis a este importante emprego. O Hospital Militar é mais um calabouço do que o restaurador da saúde, pelo mau estado do edifício, e falta até do indispensável número de camas. As prisões são verdadeiros tormentos e sepulturas dos que nelas entram. As estradas para a Província de Minas estão atulhadas de mato, a antiga de beira-mar sem pontes, que de arruinadas se fazem intransitáveis”.<sup>45</sup>

---

Acioli foi nomeado por carta imperial de vinte e cinco de novembro de 1823, cujos preâmbulo e artigo primeiro rezam: “Dá nova forma aos governos das Províncias, criando para cada uma delas um presidente e Conselho. Ficam abolidas as Juntas Provisórias de Governo estabelecidas nas Províncias do Império do Brasil por decreto de vinte e nove de setembro de 1821.”

- O lugar de presidente da Província foi criado pela lei de vinte de outubro de 1823. O chefe do executivo era assistido por um conselho de seis membros “... com atribuições quase idênticas às que foram posteriormente dadas às Assembléias Provinciais, continuando as funções civis extremadas das militares, que foram exercidas por um comandante das Armas até ser extinto este lugar pelo artigo quinze, parágrafo terceiro, da lei de quinze de novembro de 1831, mandado executar pelo decreto de cinco do mês seguinte, passando tais atribuições aos presidentes da Província, sem vencimento algum (CÉSAR MARQUES, *Dicion ES*, 122).

44 - Curioso é que, dois anos depois, o mesmo presidente escrevia o seguinte: “Continuando a seca nas Províncias do Norte, têm concorrido ao porto desta Cidade muitas Sumacas de Pernambuco, e Bahia a condução de farinha, e suposto que a maior parte deste gênero daqui exportado venha da Vila de S. Mateus onde não podem entrar muitas Embarcações com receio da barra: todavia não deixa de sair alguma do termo desta Cidade, de maneira que de 600 réis, mais, ou menos por que se comprava um alqueire, agora tem subido a 1\$200, e a mais sendo muito natural Exm.º Snr., que os lavradores convidados pelo bom preço desmanchem as mandiocas verdes, e ainda que me consta haver bastante plantação delas, contudo acho acertado coartar, algum tanto, e por alguns meses a liberdade da exportação deste gênero daqui, para prevenir a sua falta para o futuro, na incerteza se o tempo correrá bem para semelhantes plantações, ficando porém sempre livre a exportação de alguma que venha de outras Vilas, e da de S. Mateus; porquanto nessa não há outro gênero de Comércio. / Estou bem persuadido, que semelhante passo se opõe de alguma maneira à liberdade do Comércio, mas também me lembro que esta em tal caso não deve ser tão completa que precipite aos habitantes desta Cidade, e termo na penúria, e inteira falta de um gênero de primeira necessidade. / S.M.I. me tem recomendado o auxílio à exportação de farinhas para a Província do Ceará, e Rio Grande do Norte, estas não deixarão de ser socorridas, com a que daqui vai de S. Mateus, de Santa Catarina, e outras partes” (Ofício de doze de abril de 1826, ao ministro José Feliciano Fernandes Pinheiro, in *Pres ES*, III, 234-4v).

45 - *Ofício de treze de março de 1824*, in *Pres ES*, III. Concluía o presidente pedindo uma consignação mais avultada que a de trinta contos de réis, de vez que esta importância era insuficiente para cobrir as despesas correntes e atender ao pagamento das dívidas atrasadas.

Meses depois, dirigindo-se ao marquês de Queluz, o presidente expunha, com a maior franqueza, a precariedade em que se encontravam as finanças públicas e as ínfimas possibilidades materiais da população. A receita não ia além de quinze contos de réis e a despesa ordinária exigia mais de sessenta. Desde 1821, a arrecadação dos impostos de Campos deixara de ser feita pelos cofres da província, (IX) justamente quando foram exigidos novos encargos para a manutenção da tropa. Perdurando as dificuldades, o governo seria obrigado a suspender os trabalhos da *civilização dos índios*, pressagiando-se, então, conseqüências funestas e calamitosas, principalmente para as lavouras. As dívidas eram grandes e a defesa militar reclamava novos gastos. Enfim, ficasse o soberano “cabalmente ciente de que esta Província é a mais miserável do Império: não tem agricultura nem comércio; seus habitantes são pobríssimos”. (X)

Mas se a crise era grande, maior ainda era o regozijo público pela implantação do regime constitucional no país. A dezenove de abril – dia em que Vitória assistiu ao juramento da Carta Magna, outorgada por D. Pedro a vinte e cinco de março de 1824 – a cidade se engalanou para comemorar tão auspicioso evento. A cerimônia – como todos os atos solenes da época – teve lugar na igreja-matriz, “perante imenso concurso de povo, Câmara Municipal e corporações civis, eclesiásticas e militares”.<sup>46</sup>

Várias vezes, no decorrer de 1824, a população livre foi convocada às urnas: para as eleições do deputado à Assembléia Geral,<sup>47</sup> do Conselho Provincial<sup>48</sup> e do senador.<sup>49</sup>

---

46 - DAEMON, *Prov ES*, 268.

47 - Foi eleito o bacharel José Bernardino Batista Pereira.

48 - Foram eleitos: Francisco Pinto Homem de Azevedo, vigário José Nunes da Silva Pires, Manuel de Morais Coitinho, José Ribeiro Pinto, Antônio Joaquim Nogueira da Gama e Joaquim José Fernandes (DAEMON, *Prov. ES*, 269-70).

- Cabe transcrever aqui, pelas informações que contém, o texto do ofício dirigido pelo presidente da província ao marquês de Queluz, a vinte e seis de março de 1824. Diz o referido documento: “Tenho a honra de participar a V. Excia. que tendo mandado proceder à eleição do Conselho desta Província, como me recomenda a carta imperial de vinte e cinco de novembro p. passado entra o ouvidor da Comarca em dúvida se para semelhante eleição se devem reunir os votos das vilas de Campos, visto que se reúnem para a de deputado. Ora aquelas vilas (*sic*) posto que pertençam a esta comarca, contudo consideram-se fora dos limites da Província, e nenhuma obediência prestam a este governo: e por isso me persuado que não devem concorrer para a eleição do seu Conselho. / A vila de S. Mateus, que em conformidade da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de dez de abril de 1823 deve reconhecer-se pertencente a esta Província, também entra em dúvida se deva dar votos para as eleições nesta ou na Província da Bahia para onde o presidente da mesma a tem chamado.”

No documento acima foi exarado o seguinte despacho: “As vilas de Campos não dão votos porque se consideram fora da Província. A vila de S. Mateus, ao contrário, porque pela ordem citada pertence à Província e disso se fará Aviso ao presidente da Bahia. Catorze de maio de 1824” (*Pres ES*, III).

49 - Foram eleitos Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, magistrado, com sessenta



Sem dúvida, as campanhas que antecediam tais pleitos alteravam o ritmo de vida e, conseqüentemente, colaboravam para agravar ainda mais a crise em que se debatia a província. Mas havia outros motivos de inquietação, tais como o levantamento dos índios de Itapemirim,<sup>50</sup> os constantes desentendimentos entre o ouvidor José Libânio de Sousa e os governos civil e militar,<sup>51</sup> além da epidemia de varíola, que causou grande mortandade entre os índios.<sup>52</sup>

Alteando-se à realidade – que poucos motivos oferecia a entusiasmos – um acontecimento promissor falava ao futuro da mocidade: a instalação de uma escola pública na província, entregue aos cuidados do sargento José Joaquim de Almeida Ribeiro, que ensinava pelo método lencastriano (XI) (ensino mútuo).<sup>53</sup>

Segundo o censo realizado nesse ano – 1824 – a população da província era estimada em trinta e cinco mil, trezentas e cinqüenta e três almas, cabendo à freguesia da Vitória treze mil e trinta e oito, seguindo-se a de S. Mateus, com cinco mil, trezentas e treze. Os fogos totalizavam cinco mil, duzentos e setenta e quatro. Só a freguesia da Capital contava dois mil, quinhentos e oitenta deles. (XII)

**O RECRUTAMENTO DO URURAU** – Gravíssimo incidente abalou o Espírito Santo quando da passagem, pelo porto de Vitória, do brigue de guerra *Ururau*, em 1827.

Aproveitando-se da ocasião em que o povo acompanhava, despreocupadamente, a procissão de *Corpus Christi* pelas ruas da cidade, o comandante das Armas, Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, (XIII) auxiliado pela guarnição

---

votos; José de Azevedo Cabral, magistrado, com cinqüenta e nove votos; Francisco dos Santos Pinto, eclesiástico, com trinta e um votos. (TAUNAY, *O Senado*, 175). O imperador escolheu este último, que foi, assim, o primeiro senador capixaba. Sua nomeação data de vinte e dois de janeiro de 1826. Faleceu a três de abril de 1836 (PENA, *História*, 123).

50 - *Ofício do presidente Inácio Acióli de Vasconcelos ao marquês de Queluz. Vitória, vinte de outubro de 1824 (Pres ES, III). DAEMON, Prov. ES, 270.*

51 - DAEMON, *Prov. ES*, 268-9.

52 - *Pres ES, III; DAEMON, Prov. ES, 269.* O governo prestou toda a assistência possível aos índios, fazendo-os vacinar e socorrendo-os com medicamentos.

53 - Assevera BASÍLIO DAEMON que a escola foi instalada aos catorze de setembro de 1824, em uma das salas do antigo Colégio dos jesuítas, assistindo ao ato, além do presidente da província, o comandante das Armas e pessoas gradas (*Prov. ES, 270-1*). A dezoito de março daquele mesmo ano, Inácio Acióli oficiava ao governo central informando ter chegado a Vitória o sargento Almeida Ribeiro, designado para reger uma aula de ensino mútuo, não só para instrução da tropa como também de particulares que dela se quisessem aproveitar. E, como o governo desejasse incrementar a instrução, pretendia – ele, presidente – “convocar alunos de todas as Vilas desta Província, que tenham meios de vir à capital”. Concluía pedindo os “utensílios precisos” para o funcionamento da classe (*Pres ES, III*).

daquele navio, prendeu, indistintamente, numerosos chefes de família, rapazes, velhos e aleijados, para encaminhá-los ao Rio de Janeiro, de onde deveriam seguir para o sul a integrar o Exército brasileiro que combatia na Guerra Cisplatina. Ao pânico do primeiro momento seguiu-se o desespero dos que partiam e dos que ficavam, uns e outros angustiados por tão estúpida quão imprevista separação.

Durante muitos anos deixou de realizar-se em Vitória a procissão de *Corpus Christi*,<sup>54</sup> e os capixabas batizaram o triste episódio de *recrutamento do Ururau*.<sup>55</sup>

**OS INDIVISOS – A DIVISÃO DA PROPRIEDADE TERRITORIAL** – Graças a um admirável trabalho do presidente Inácio Acióli, sabe-se hoje como estava dividida a propriedade territorial no Espírito Santo dessa época.

Apoiado na carta régia de dezessete de janeiro de 1814,<sup>56</sup> o governo já havia concedido cento e setenta e quatro sesmarias de meia légua quadrada, das quais a maior parte – em 1828 – não estava nem cultivada, nem confirmada, pertencendo todas a súditos brasileiros. Das oitenta e duas situadas nas margens do rio Doce e lagoa Juparanã, apenas duas estavam cultivadas.

Considerando a vultosa quantidade de terras praticamente abandonadas pelos seus proprietários, escrevia o presidente: “O cumprimento exato das leis relativas a sesmarias talvez pusesse a maior parte delas em mãos de quem as trabalhasse e cultivasse”.<sup>57</sup>

Os *indivisos* motivavam numerosas demandas em que as partes se despedaçavam, “puxando cada um todas as pontas que lhe subministra a sua ambição e a chicana

54 - DAEMON, *Prov ES*, 276-7 e 368.

55 - ASSIS, *Governos*, 55.

56 - Autorizava a concessão de sesmarias e isentava do pagamento dos dízimos as culturas do trigo e linho na capitania do Espírito Santo – Ver nota VII do capítulo XIV.

57 - *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*, anexa ao ofício de vinte e três de abril de 1828, dirigido por Inácio Acióli ao ministro da Justiça, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia (Códice pertencente ao acervo da BN, cota I-11, 4, 3). A respeito das sesmarias, o documento reza ainda o seguinte: “No Rio Doce e margens de Juparanã estão concedidas oitenta e duas das quais apenas são cultivadas duas e nenhuma confirmada. Em Monsarás há duas não confirmadas. Em Aldeia Velha compreendendo a povoação do Riacho e Nova Almeida há uma toda cultivada de doze léguas e seis de fundo pelo sertão concedida a seis de novembro de 1610 (*sic*) pelo donatário Manuel Garcia Pimentel aos índios destas aldeias confirmada pelo alvará de dois de janeiro de 1759; há dentro desta uma de meia légua concedida pelo governo em razão de não estar por eles cultivada, a qual inda não está nem cultivada nem confirmada. Na freguesia da Serra há sete cultivadas, mas uma só confirmada. No termo da cidade há catorze cultivadas, mas só quatro confirmadas. / Na povoação de Viana à esquerda do Rio Santo Agostinho há cinqüenta de cento e doze braças de testada e quinhentas de fundo cada uma concedidas pelo governo em 1812 aos colonos vindos das Ilhas dos Açores por ordem da Polícia de dezessete de novembro daquele ano, as quais são cultivadas, e confirmadas, há mais seis não confirmadas, porém cultivadas, pertencentes aos descendentes dos mesmos. / Em Guarapari há uma só cultivada, mas não confirmada. Em Benevente há dez cultivadas, e destas só duas confirmadas. Em Itapemirim há seis cultivadas, e destas só três confirmadas. Na estrada de Minas há uma só de quarto de légua cultivada e não confirmada.”

ordinária”.<sup>58</sup> Quase todo o território da ilha de Vitória e mais Campo Grande, Carapina, Laranjeiras, Costa da Praia, Curipé e Malundu contavam-se entre os *indivisos*.

Grandes propriedades rurais eram as fazendas do conde de Vila Nova de São José, junto ao rio Guarapari, medindo quatro léguas de costa de mar; Muribeca; dos Falcões, denominada Araçatiba,<sup>59</sup> de duas léguas quadradas, à margem do Jucu; Jucaruaba, de duas e meia léguas de comprimento e duas de largura, que pertenceram aos jesuítas.

**AGRICULTURA** – A maior parte da população dedicava-se à agricultura, rudimentarmente praticada. Principais produtos: cana-de-açúcar, mandioca, algodão, milho, café, feijão e arroz. Para a cultura do arroz preferiam as terras baixas e alagadiças; matos virgens para a mandioca. Quanto às mais plantações, qualquer terreno era considerado bom.<sup>60</sup>

Em média, uma sesmaria de meia légua quadrada valia 500\$000. A colheita se fazia “sem a menor arte” e os transportes usados eram o carro de bois, bestas, cavalos e canoas. Os instrumentos empregados pelos lavradores nos seus misteres: enxadas, foices, facões e machados.

Observou o presidente que “os agrícolas pouco ou nada se empregam em plantas alimentares, sem embargo – *acrescentou* – fazem alguns mais curiosos suas plantações de abóboras, alfaces, batatas, couves, ervilhas, favas, mostardas, inhames, repolhos, pepinos, melões, melancias, ananazes, mandubis, gergelins, bananeiras de árvores frutíferas (*sic*), laranjeiras, limeiras, limoeiros, cidreiras e figueiras, mangueiras, jaqueiras, romeiras, tamarindos, coqueiros de diferentes qualidades, sendo espontâneas as goiabeiras e cajueiros, agriões, beldroegas, bredos, serralhos e erva moira”.

---

58 - Dizia o presidente na citada *Memória*: “Há na Província porções de território denominados indivisos, isto é, terrenos em que muitos têm posse sem saberem o *quantum* nem o *ubi*, mas as porções lavradas dele lhe pertencem particularmente; e só perdem passando dez anos sem a cultivar: desta sorte cada um dos possuidores procura lavar muitas terras para lhes chamar suas e com elas crescendo a ambição e não podendo cultivar tanta se tornam capoeiras, outro as roça com o mesmo intento eis a origem das demandas em que se despedaçam puxando cada um todas as pontas que lhe subministra a sua ambição e a chicana ordinária. O meio de evitar tais pleitos era demarcar e dividir o indiviso na proporção do que cada um tem nele. Esta divisão não pode ser feita por juizes leigos e só o poderia ser sendo geômetra, e por isso seria bom haver para este fim um juízo privativo, para que tais divisões se fizessem de modo que cada um tivesse igual parte nas vantagens, inconvenientes, e desigualdade das terras, e no bem ou mal que produz, sendo preciso que em terras variáveis e sujeitas a inundações as porções desiguais em quantidade difiram em qualidade: um braço de terra por exemplo que produz cem por um equivale a dois que produzam cinquenta por um. Por tal juízo devem fazer as medições, e não se confiar em simples pilotos e infiéis bússolas e cordas. Seria também muito bom que ninguém chamasse sua certa porção de terras sem ter a planta delas registrada no mesmo juízo onde se notariam as vendas e compras; e da reunião destas cópias se formaria exata e insensivelmente a topografia do país.”

59 - “...descortinamos o grande edifício branco da fazenda de Araçatiba, com as suas duas torres pequenas, situada numa linda planura verde, ao pé do altaneiro morro de Araçatiba, montanha rochosa coberta de mata. Essa propriedade tem quatrocentos escravos negros, e plantações muito extensas nas cercanias, especialmente de açúcar. [...] Araçatiba foi a maior fazenda que encontrei durante a minha viagem” (MAXIMILIANO, *Viagem*, 143).

60 - “As primeiras plantações se fazem de março até abril, e as segundas de setembro até outubro, não esquecendo a lua nova que muitos querem que influa nelas” (INÁCIO ACIÓLI, *Memória*).

Adotavam-se *viveiros* apenas para as mudas de café e tabaco.<sup>61</sup>

A preparação das terras para lavoura continuava a se basear no machado e no fogo, ignorando-se a existência dos adubos e a necessidade das reservas florestais. Não obstante a incipiência dos métodos, a terra – dadivosa e boa – recompensava generosamente o trabalho do homem: o alqueire de arroz produzia cem; o de milho, cinqüenta; o de feijão, quarenta.

**PECUÁRIA** – No capítulo intitulado *Animais*, a monografia tão desveladamente preparada pelo presidente informa existirem na província umas oito mil cabeças de gado vacum. O preço médio de um boi era catorze mil réis, e seu peso, oito arrobas. Uma vaca se comprava por doze mil réis. Utilizavam-se os bois nas fábricas de açúcar e nos carros. À *bicheira* – que se curava com mercúrio doce – era atribuída a maioria das perdas.<sup>62</sup>

A carne de vaca já entrara nos hábitos de alimentação do povo, pois, semanalmente, abatiam-se dez reses nos açougues.<sup>63</sup>

O rebanho cavalar, menos numeroso, contava mil e seiscentas cabeças. Uma égua valia vinte mil réis; um cavalo, trinta e dois mil réis.

Criavam-se, também, burros e bestas, cabras, carneiros, porcos, galinhas, patos, perus, marrecos e pombos.<sup>64</sup>

**COMÉRCIO** – Distribuídas pelas diferentes vilas e povoações, e pela própria Capital, existiam na província cinqüenta e cinco lojas de *fazendas secas* e oitenta e oito de *molhados* e tavernas, para usarmos a classificação da *Memória* presidencial.<sup>65</sup>

O comércio importador se nos mostra através do quadro a seguir.

61 - Referindo-se ao café, dizia a *Memória* que o “desta Província não é o melhor”. Quanto ao tabaco, anotou: “Também se cultiva no país, sendo tão pouco que é gênero que ainda se importa”.

62 - Entre 1826 e 1827 a produção de açúcar diminuiu sensivelmente devido a uma praga de carrapatos que acometeu o gado vacum, definhando-o e matando-o (*Memória*).

63 - Visitando o norte do Espírito Santo, em 1816, o príncipe MAXIMILIANO observou que o “leite era verdadeira raridade neste litoral” (*Viagem*, 171).

64 - Informava o presidente INÁCIO ACIÓLI na *Memória*: “O gado muar em ambos os sexos não excede a cem, o seu preço médio 32\$000, metade se emprega em fábricas e metade em transportes. O gado caprino há duzentos de ambas as espécies, nenhum se mata nos açougues e seu preço é 1\$280. Gado ovelhum há dois mil, nenhum vai ao açougue e o seu preço é 1\$000. Porcos há oitocentos, é raro que vem ao açougue, seu preço 8\$000 e a libra a sessenta réis. / As galinhas de ambos os sexos custam 480 réis e há quatro mil cabeças, e poucas as chamadas da Índia. Patos custam a trezentos e vinte réis, e há mil. Perus custam a oitocentos réis e há duzentos. Marrecos custam a trezentos e vinte réis e há mil. Capões custa a quinhentos e sessenta réis e há cem. Frangos custam a cento e vinte réis e há seis mil. Pombos custam a cento e vinte réis e há trezentos.”

65 - Vitória possuía trinta e cinco lojas de *fazendas secas* e quarenta e cinco de *molhados* e tavernas; Itapemirim contava duas das primeiras e três das segundas; Benevente, três das primeiras

TÁBUA DOS GÊNEROS IMPORTADOS NO ANO DE 1827 <sup>66</sup>

GÊNEROS	UNIDADES		PREÇO MÉDIO	IMPORTAÇÃO
Farinha de trigo	325	barricas	13\$000	4:225\$000
Carne seca	1 200	arrobas	3\$600	4:320\$000
Bacalhau	150	barricas	12\$000	1:800\$000
Azeite doce	8	pipas	160\$000	1:280\$000
Vinho	150	pipas	100\$000	15:000\$000
Vinagre	24	pipas	50\$000	1:200\$000
Aguardente do reino	25	pipas	140\$000	3:500\$000
Sal	9 000	alqueires	500	4:500\$000
Queijos	1 450		460	667\$000
Roscas	380	barricas	6\$400	2:432\$000
Manteiga	70	barricas	24\$000	1:680\$000
Sabão	31 000	libras	140	4:340\$000
Meios de sola	275		1\$970	541\$750
Tabaco em pó	425	libras	300	1:275\$000
Fumo Baependi	700	arrobas	5\$000	3:500\$000
Velas de cera	175	arrobas	19\$000	2:400\$000
Toucinho e lombo	150	arrobas	2\$500	375\$000
Escravos	100		250\$000	25:000\$000
Azeite de peixe	30	pipas	130\$000	3:900\$000
Massame				300\$000
Marmelada				325\$000
Velas de sebo				700\$000
Telhas e tijolos				500\$000
Paos e presuntos				350\$000
Loiça grossa				2:600\$000
Fazendas secas				88:000\$000
Ferragens e ferramenta para a lavoura e artes				8:000\$000
Drogas para as boticas				800\$000
<b>SOMA</b>				<b>183:510\$750</b>

e três das segundas; Guarapari, quatro das primeiras e cinco das segundas; Meaipe, apenas uma casa de *molhados*; Muquiçaba, idem; Vila Velha tinha três casas de *molhados* e tavernas; Jucu, duas de *molhados* e tavernas; Ponta da Fruta, uma de *molhados*; Nova Almeida, uma loja de *fazendas secas* e duas de *molhados* e tavernas; Aldeia Velha, duas de *molhados* e tavernas; Campo do Riacho, uma de *molhados*; Linhares, uma de *molhados*; S. Mateus oito de *fazendas secas* e catorze de *molhados* e tavernas; Barra, duas das primeiras e três das segundas; Santana, apenas uma de *molhados* (*Memória*).

66 - INÁCIO ACCIOLI, *Memória*.

A exportação baseava-se principalmente na farinha de mandioca – quase toda produzida em S. Mateus. Eis o *MAPA DOS GÊNEROS EXPORTADOS NOS ANOS DE 1826 E 1827*, que acompanha o trabalho do presidente Acióli de Vasconcelos:

Gêneros	Em 1826		Em 1827		Preço médio	Exportação
Farinha	186 000	alqueires	171 000	alqueires	700	119:700\$000
Açúcar	31 685	arrobas	26 295	arrobas	1\$200	31:554\$000
Fio de algodão	2 400	arrobas	2 800	arrobas	5\$120	14:336\$000
Traçados	70 000	varas	60 000	varas	120	7:200\$000
Cachaça	200	pipas	166	pipas	32\$000	5:312\$000
Arroz	5 500	alqueires	5 400	alqueires	1\$200	6:480\$000
Milho	9 000	alqueires	8 000	alqueires	480	3:840\$000
Feijão	1 400	alqueires	1 200	alqueires	1\$200	1:440\$000
Colchas e redes	1 000		1 000		1\$600	1:600\$000
Capoeiras	50	dúzias	80	dúzias	16\$000	1:280\$000
Cal	100	moios	100	moios	10\$000	1:000\$000
Poaia	50	arrobas	50	arrobas	30\$000	1:500\$000
Café	150	arrobas	150	arrobas	1\$720	258\$000
<b>SOMA</b>						<b>195:500\$000</b>

Não havia restrições para a importação de mercadorias, pagas todas a dinheiro. O mesmo não ocorria na exportação, pois a lei proibia o comércio das madeiras de construção naval e pau-brasil.

A aguardente era monopólio do *contratador*, que arrematava a autorização para o seu comércio em hasta pública.<sup>67</sup>

As praças com que a província transacionava regularmente eram Recife, cidade do Salvador e Rio de Janeiro, principalmente com esta última.

Não existiam na terra: feiras, mercados, bancos, casas de seguros, nem *companhias de comércio*.

---

67 - Sobre a matéria escreveu o presidente: “O gênero aguardente é franco: é arrematada em câmara em um só homem (o contratador) com as seguintes condições: nenhum fabricante pode vender suas aguardentes se não o contratador; este pode vender a todos pelo preço que quiser. Os que querem vender (rameiros) compram-lhe a licença e aguardente. Com estas condições *sendo este gênero da primeira necessidade* vexa o contratador os fabricantes, os rameiros e o povo até fazendo subir péssima aguardente a preço exorbitante, o que não aconteceria havendo liberdade de comércio porque cada um a teria boa para ter saída, sendo porém certo que talvez então não chegasse a tanto como se verá nas Rendas Públicas adiante. Este gênero não sobra para a exportação” (*Memória*).

**INDÚSTRIAS – CONSTRUÇÃO NAVAL – ARTES E OFÍCIOS** – Além de alguns curtidores de couro – que juntavam esta habilidade à profissão de sapateiro – “mas tão miseráveis que não merecem o nome de fabricantes e não curtem nem para o consumo da terra”, havia preparadores de cal de ostras.

As fábricas de açúcar e aguardente andavam por sessenta e oito, sendo que a maior produzia, anualmente, cento e cinqüenta caixas de quarenta a cinqüenta arrobas.

Olarias – em número de oito – faziam telhas, tijolos e utensílios para cozinha.

Embora não existissem estaleiros, até sumacas se construía aqui e, com maior facilidade, lanchas de doze e dezesseis toneladas. Mas eram raras essas obras, não obstante dispor a província de florestas riquíssimas de madeiras próprias e operários especializados.

Alguns ourives, rúbulas, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, seleiros, pedreiros, alfaiates, ferreiros, carnicheiros, tecelões, latoeiros, em boa parte, cativos. Nem um dentista, “mas é suprida esta falta por um ferreiro curioso”, explica o presidente.<sup>68</sup>

A pescaria vinha decrescendo por vários motivos: diminuição do peixe, emprego das lanchas de pesca no transporte de farinha, falta de proteção aos pescadores contra o recrutamento e, mais, a presença de piratas no Atlântico Sul. Deste modo, as dez embarcações de outros tempos estavam reduzidas a duas, e o pescado era insuficiente para o consumo local. Utilizavam-se a linha, a rede, físgas, tarrafas e muzuás. Também aqui concorria o trabalho dos escravos.<sup>69</sup>

---

68 - “As artes liberais são mui pouco ou nada cultivadas na Província. A música da Capital se compõe de oito pessoas quase todas da mesma família e que tocam as mesmas peças em todas as festas, que compõe um rabecão, dois violinos, uma flauta e quatro cantores e se sucede isto com esta arte divina o que acontecerá com as outras! Em suma, há seis ourives, um pintor e dois aprendizes; cinco rúbulas, dois armadores. De ofícios mecânicos cinco mestres de carpinteiros, três oficiais e um aprendiz; sete oficiais de calafates; dez carpinteiros da Ribeira; dez mestres de marcenaria, vinte e quatro oficiais e dezesseis aprendizes; trinta oficiais de pedreiros; dois cabouqueiros; trinta e oito mestres de sapateiros, trinta e um oficiais e quarenta aprendizes; vinte e quatro alfaiates, vinte e cinco oficiais e vinte e um aprendizes; treze ferreiros; quatro carnicheiros; trinta e sete tecelões; um latoeiro, três seleiros. De todos estes são cativos quinze. Não há dentista, mas é suprida esta falta por um ferreiro curioso. Não há encadernador, mas serve de tal um rúbula e assim se suprem e se remedeiam as faltas como se podem” (*Memória*).

69 - “O costume dos pescadores é cada um pescar para si e dar a quinta parte do peixe ao dono da canoa ou lancha, à exceção do mestre que não paga quinto; e quando pescam com rede metade do pescado é para o dono dela” (*Memória*).

**MEIOS DE CONDUÇÃO – ESTRADAS E CANAIS** – Como quase todas as propriedades rurais estavam sediadas nas margens dos rios, as canoas e lanchas eram os veículos mais usados, também se empregando os carros de bois. Para pequenas cargas, viagens terrestres e transporte individual, as bestas e cavalos não tinham concorrentes. O preço ordinário de um carro regulava vinte mil réis; uma lancha se comprava entre um e dois contos de réis, conforme seu porte, que variava de vinte e cinco a setenta toneladas.

A *estrada geral*, “donde principiam as das vilas que estão mais pelo interior, como S. Mateus e Guaraparim”, corria pela orla do Oceano.<sup>70</sup> Nada mais que as simples praias levavam à Corte e à Bahia. A vila de Itapemirim se comunicava com as minas do Castelo por um caminho estimado em doze léguas. A *estrada do Rubim* – depois da Independência denominada S. Pedro de Alcântara – dava passagem a dois carros juntos e era considerada a melhor. Resta citar a que ligava a Capital com a povoação de Viana, de três e meia léguas.

O canal aberto pelos jesuítas no século XVIII não mereceu maiores considerações por parte do autor da *Memória*, o que parece evidenciar sua pequena utilidade.

**IGREJAS – CONVENTOS – EDIFÍCIOS PÚBLICOS** – Não faltavam igrejas e capelas para o culto romano, ignorando-se a existência de outra seita religiosa entre os habitantes. Todas as vilas e povoados possuíam sua matriz. Em Vitória, os pretos – que nem mesmo liberdade tinham – davam-se ao luxo de um templo privativo.<sup>71</sup>

Os três únicos conventos – de S. Francisco e do Carmo, em Vitória; da Penha, em Vila Velha – estavam reduzidos ao mínimo, embora todos fossem proprietários de prédios na Capital, e o santuário da Penha tivesse renda apreciável nas esmolas dos fiéis.

Todas as vilas e a cidade de Vitória possuíam seu *Paço do Conselho*, que servia de Câmara e alojamento para “alguma pessoa de consideração que esteja ou passe em serviço”. Digno de menção era o edifício do antigo Colégio dos jesuítas, que abrigava, além de outras repartições, a Junta da Fazenda Pública e a Administração dos Correios. O Hospital da Misericórdia – no conceito do presidente – era magnífico para a terra.<sup>72</sup>

---

70 - NEUWIED encontrou-a “completamente desleixada, sem pontes nem caminhos transitáveis”, ressaltando que era “a única rota ao longo da costa” (*Viagem*, 128).

71 - “Há duas igrejas privilegiadas - o colégio dos extintos jesuítas fundado em 1551 pelo padre Afonso Brás da Companhia de Jesus e a Misericórdia principiada antes de 1605. / Há quatro igrejas filiais que são S. Gonçalo, Santa Luzia, Conceição e Rosário dos Pretos. Há uma capelania curada na povoação de Viana. Há três capelas, uma em Carapina e duas em Jucu. Cada uma das vilas e povoações tem uma matriz, servindo de tal em Benevente e Nova Almeida os colégios dos extintos jesuítas” (*Memória*).

72 - “...a casa é térrea e forma um quadrado de cento e sessenta palmos de lado: a área da mesma figura de cinqüenta e cinco palmos de lado com uma porta principal e oito janelas



**AS CASAS – ILUMINAÇÃO DAS RUAS** – Já reproduzimos aqui impressões de várias pessoas sobre a cidade de Vitória da primeira metade do século passado. A *Memória* informa que quase todas as suas casas mediam vinte e cinco a trinta palmos de frente e possuíam salas de visitas e jantar, dois quartos, cozinha e quintal. As de sobrado, que “andarão por mais da terça parte”, seguiam o mesmo risco, com pouca diferença.

As ruas eram iluminadas por lampiões, para os quais, no ano financeiro de 1832-33, foi destacada a verba de 600\$000.<sup>73</sup>

**ASSISTÊNCIA SOCIAL** – Já tratamos da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Vitória e, quando da resenha das realizações do governo Rubim, fizemos referência à restauração da piedosa irmandade, levada a efeito por aquele administrador. Agora – graças aos esclarecimentos contidos no trabalho de Inácio Acióli – podemos abordar novos aspectos de sua vida.

A instituição retirava suas rendas da contribuição paga pelos comerciantes locais,<sup>74</sup> dos alugueis dos prédios que possuía, da venda de esquifes, diárias dos soldados que hospitalizava, legados, esmolas e do que recebia dos doentes não indigentes. Além do Hospital, tinha sob seus cuidados a criação dos expostos. Sendo o único estabelecimento de caridade da província, portanto, necessariamente sobrecarregado de encargos, conseguia operar milagres orçamentários – tinha (em 1828) 8:000\$000 em dinheiro, no cofre. E pagava salários a um boticário seu, capelão e mais empregados.

**POPULAÇÃO** – O recenseamento de 1827 acusou uma população estimada em 35.879 almas, incluídos índios (aldeados) e escravos (XIV). Comparando o quadro censitário com o de 1824, o presidente apontava o recrutamento como causa da diminuição do número de pretos forros e índios. Quanto aos cativos, cuja redução era também acentuada, vinham sendo “remetidos para fora da província para boleeiros, caixeiros etc.”<sup>75</sup>

---

envidraçadas em cima de um morro de cento e cinqüenta palmos acima do nível do mar isolada e com seu cemitério amurado a cento e cinqüenta braças distante, forma agradável perspectiva, sendo as paredes e alicerces próprios para sustentar um ou dois andares de sobrado” (*Memória*).

73 - Em documento relativo ao ano financeiro (primeiro de julho de 1832 a trinta de junho de 1833), constante do volume V, série *Presidentes do Espírito Santo* (Mss. do Arquivo Nacional), encontra-se a seguinte anotação: “Despesa para a iluminação da Cidade – 600\$000”. E mais: “A iluminação que existe nesta Cidade foi estabelecida pelos antigos governadores, e se compõem de dez lampiões, sendo vinte (*sic*) sustentados por particulares e seis à custa da Fazenda; e convindo estender-se a iluminação com mais trinta e cinco lampiões, por ser a cidade situada sobre montes, com ruas estreitas e cheias de buracos, por falta de calçadas, e devendo esta capital da Província ser beneficiada com mais esta graça, como desejam os seus habitantes, contemplei esta despesa no presente orçamento. Cidade da Vitoria, dez de janeiro de 1831. a) Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, Presidente da Província.”

74 - Ver *foot-note* n.º 56 do capítulo XIV.

75 - “O último censo que foi o do ano de 1824 dado no ano de 1826 não é mais rico,

**PADRES, CIRURGIÕES, RÁBULAS ETC.** – Os capixabas não podiam se queixar – como em outros tempos tantas vezes o fizeram – da falta de sacerdotes. Além de vinte do clero secular, viviam aqui oito do regular. Freira, ou recolhida, é que não havia uma sequer. Os cirurgiões – dada a penúria do país – não eram poucos: cinco. Em compensação, nem um médico. Os rábulas – em número de cinco – substituíam os advogados, também inexistentes. Boticários, três; magistrados, zero; alguns empregados públicos e cinco professores de primeiras letras, dos quais dois em Vitória. Trinta mendigos e oito estrangeiros, dos quais um naturalizado. Ninguém que vivesse exclusivamente de suas rendas. Trabalhadores jornaleiros, só alguns índios que lidavam nas fazendas e aos quais se pagava, anualmente, em média, 12\$800.

Preocupado com os mínimos detalhes, o presidente Acióli registrou: “Não há estabelecimento algum de recreio, nem militar, nem seminário, nem casas de educação: há unicamente uma aula de gramática latina na Capital, em que se dão lições desta língua de manhã e de tarde nos dias não feriados, e tem treze alunos”.

Se não existia estabelecimento algum de recreio – como se disse acima – abundavam, em compensação, as associações pias: da Misericórdia, do Santíssimo, dos Passos, da Boa Morte, Rosário dos Pretos, Amparo, Rosário dos Pardos, Mãe dos Homens, São Benedito, Remédios e Rosário.

**GOVERNANÇA E MILITANÇA** – A administração civil era constituída pelo presidente da província, Conselho Provincial, secretário<sup>76</sup> e um oficial da Secretaria. Diz a *Memória*: “Todas as autoridades lhe são sujeitas [isto é, ao presidente], mesmo as independentes”.

---

não obstante dele se infere alguma coisa. A população em três anos tem aumentado na razão de seis para 409, razão bem pequena na verdade o que prova imigração, e esta bem se manifesta na classe índios e pretos forros onde o aumento nestes três anos é negativo podendo-se atribuir quanto aos índios ao recenseamento para a força de terra, Arsenal e Marinha da Corte para onde se tem remetido por várias vezes não poucos; e quanto aos pretos forros não há outra razão para ocultarem-se dos róis eles mesmos, ou aqueles que os deviam declarar, sendo igualmente certo terem sido mandados em 1825 alguns para o segundo corpo de artilharia de Posição da primeira linha. A tropa da 1.<sup>a</sup> linha mantida por esta Província no seu estado completo deve ser oitocentos e doze entrando o 6.<sup>o</sup> corpo de artilharia de posição com noventa e quatro praças. Ora se do total da população se tiram os pretos de ambas as condições e sexos e os pardos cativos se vê que restam vinte e quatro mil e quarenta e nove que na razão de dois por cento que deve dar para a primeira linha não deve exceder a quatrocentos e oitenta, logo o recrutamento para mais foi violento. Nos pardos cativos também a diferença é negativa, ignoram-se as causas e só se sabe que muitos deles têm sido remetidos para fora da Província para boleiros, caixeiros etc. e que se não acabou a mania de velhas e velhos da Província de forrarem todos os escravos especialmente os mulatos, chegando depois a pedirem esmolas. Muitas conclusões mais se poderiam tirar se os dados (mapas) fossem verdadeiros, o que entra em muita dúvida, não só porque muitos se subtraem dos róis, como também pelo pouco escrúpulo com que tais alistamentos se fazem, só para descargo de consciência, tomando por objeto de curiosidade pedidos desta natureza quando os não envenenam, ignorando as conseqüências úteis que deles se podem tirar para utilidade dos povos” (*Memória*).

76 - O primeiro secretário do governo provincial – José Henrique de Paiva – foi nomeado a vinte e oito de novembro de 1823 (DAEMON, *Prov ES*, 267). É mister notar, entretanto, que existira, anteriormente, o cargo de secretário do governo da Capitania, criado pelo decreto real de

O governo militar compunha-se do comandante das Armas e seu ajudante de ordens, sendo que os efetivos da primeira e segunda Linha, ao se inaugurar o ano de 1828, totalizavam 1.849 homens, conforme se vê do quadro seguinte:

MAPA DA FORÇA MILITAR DA 1.<sup>a</sup> E 2.<sup>a</sup> LINHA DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO<sup>77</sup>

AO 1.º DE JANEIRO DE 1828			OFICIAIS SUPERIORES				OFICIAIS DE COMPANHIAS			OFICIAIS INFERIORES	CABOS	TAMBORES, CORNETEIROS E CLARINS	ANSEPCADAS E SOLDADOS	TODOS	
			BRIGADEIRO	CORONEL	TENENTE-CORONEL	MAIOR	ESTADO-MENOR	CAPITÃES	TENENTES						ALFERES E 2.º TENENTES
1. <sup>a</sup> LINHA	EMPREGADOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	COMANDANTE DAS ARMAS DA PROVÍNCIA, POR DECRETO DE 18 DE OUTUBRO DE 1826	1											1	
		AJUDANTE DAS ORDENS, POR DECRETO DE 27 DE SETEMBRO DE 1820						1							1
		ÀS ORDENS DO COMANDO DAS ARMAS, POR DECRETO DE 21 DE AGOSTO DE 1827			1										1
		COMANDANTE MILITAR DAS VILAS DO SUL, POR DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 1827				1									1
		GOVERNANDO A FORTALEZA DA BARRA, POR DECRETO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1824					1								1
		AJUDANTE DA MESMA, POR DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 1825							1						1
		GOVERNANDO O FORTE DE SÃO JOÃO, POR DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO DE 1822							1						1
CAÇADORES	BATALHÃO N.º 12, POR DECRETO DE 11 DE ABRIL DE 1823				2	6	4	3	6	20	23	6	302	372	
ARTILHARIA DE POSIÇÃO	CORPO N.º 6, POR DECRETO DITO				1	2	1	1	2	4	5	2	76	94	
2. <sup>a</sup> LINHA	INFANTARIA	COMPANHIA DE SÃO MATEUS, POR DECRETO DE 11 DE ABRIL DE 1823						1	1	2	4	5	1	101	115
	CAÇADORES	N.º 90, POR DECRETO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1824	1		1	1	6	5	8	23	31	8	438	522	
		N.º 91, DITO		1	1	1	6	5	7	22	21	6	411	481	
		COMPANHIA DE HENRIQUES, POR ORDEM DO VICE-REI DA BAHIA, DE 28 DE JUNHO DE 1781						1	1	2	4	5	2	95	110
CAVALARIA	N.º 41, POR DECRETO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1824			1	1		2	1	6	14	15	2	106	148	
<b>SOMA</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>33</b>	<b>91</b>	<b>105</b>	<b>27</b>	<b>1529</b>	<b>1849</b>

dez de setembro de 1810. O primeiro ocupante desse lugar foi João Barroso Pereira.

77 - Inácio Acioli, *Memória*.

Relativamente às companhias de ordenança, eram iguais ao número de distritos da província e “cada uma delas mais ou menos forte conforme a população”.<sup>78</sup>

**A JUSTIÇA E A IGREJA** – Na Capital e nas vilas, os juízes ordinários e de paz administravam a justiça,<sup>79</sup> cabendo a correição ao ouvidor. Em 1827, a Câmara de Vitória dirigira angustioso apelo ao imperador no sentido de ser criado um lugar de juiz de fora para a capital e vilas adjacentes “a fim de evitar a continuação das injustiças e prejuízos que efetivamente se estão causando, pelo parentesco, amizade e outros motivos que concorrem entre os juízes ordinários e as partes”.<sup>80</sup>

A mais alta autoridade eclesiástica da província era o arcebispo – dignidade a que foi elevado o vigário da vara da comarca, por provisão do bispo do Rio de Janeiro, a quinze de dezembro de 1819.<sup>81</sup>

O vigário de S. Mateus continuava subordinado ao bispado da Bahia.

---

78 - “Cada uma das Vilas, e a mesma Capital contém um capitão-mor e tantos capitães, alferes e sargentos de ordenança quantos são os distritos em que se subdivide. A Cidade é dividida em cinco distritos; Itapemirim em quatro; Benevente em quatro; Guarapari em quatro; Espírito Santo em dois; Nova Almeida em seis; S. Mateus em quatro. Cada uma das Vilas, e Cidades fornecem os corpos da 2.<sup>a</sup> linha com a força que tem; comparecendo na Capital nas formaturas de corpos, em certos lugares do seu distrito na formatura de Companhia” (*Memória*).

79 - JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 77. – Discorrendo sobre a *administração judiciária* antes da lei de três de dezembro de 1841, escreveu o autor: “A Província do Espírito Santo, como outras muitas, marchava fora das vias da moralidade e do progresso, o bacamarte era que decidia as questões mais comezinhas; a lei era um vão simulacro; os potentados de aldeia não duvidavam mandar matar aqueles que incorriam em seu ódio, ou desagrado; as autoridades eram túbias e morosas no cumprimento de seus deveres, quando não faziam parceria com os malvados” (*op. cit.*, 77).

80 - “Senhor. A experiência que em todos os tempos tem mostrado quanto é perigosa a administração da Justiça em mãos de juizes leigos, por serem esses conduzidos cegamente por assessores tão leigos e tão cegos como eles, que sendo ao mesmo tempo advogados das partes, são igualmente juizes, assustadores ou defensores delas, e por isso a seu bel prazer postergam a lei, dispõem dos bens dos povos, e arruinam a legítima dos órfãos e das viúvas, muito principalmente neste país, aonde não há um só letrado a quem se encarregue a causa do inocente; obriga a Câmara da Cidade da Vitória capital da Província do Espírito Santo a recorrer a Vossa Majestade Imperial, implorando a graça de criar para a dita Cidade e vilas adjacentes inclusive Almeida e Itapemirim, um lugar de juiz de fora, a fim de evitar-se a continuação das injustiças e prejuízos que efetivamente se estão causando, já pelo parentesco, amizade e outros motivos que concorrem entre os juizes ordinários e as partes, já pela malícia e interesses particulares a seus assessores, já finalmente pela crassa ignorância desta a respeito da genuína inteligência da lei. / Por todos estes motivos, que sem dúvida alguma são da mais importante transcendência, espera a mesma Câmara que Vossa Majestade Imperial, cujo principal desvelo tem sempre sido a sorte feliz de seus fiéis súditos, acolherá benigno a presente súplica, bem como sempre tem acolhido todas aquelas que podem induzir ao melhoramento do Serviço Público Nacional. / Deus Guarde, etc. Vitória, dezoito de agosto de 1827” (Ms. pertencente ao acervo da BN).

81 - Diz José Marcelino: “Por provisão de quinze de dezembro de 1819 se condecorou a comarca da Vitória com o título de arcebispo na parte eclesiástica; provendo-se o lugar de arcebispo e vigário da vara, por espaço de dez anos, na pessoa de Torquato Martins de Araújo, em atenção a seus bons serviços” (*Ensaio*, 73). – Sua sede era em Campos.

**RENDAS – DESPESAS – DÍVIDAS** – Arrecadando 23:378\$000, o Espírito Santo tinha seus gastos, para 1827-28, calculados em 48:121\$413. (XV)

Perduravam, como se vê, os *déficits*, raramente superados nos séculos precedentes. Para aliviá-los, determinara o imperador – pela provisão de nove de fevereiro de 1826 – fossem entregues aos cofres da província as sobras dos rendimentos de Campos que, em 1827, totalizaram 8:933\$629 e – por ato de catorze de novembro de 1826 – se consignasse, mensalmente, em favor dos cofres espírito-santenses, a quantia de 4:000\$000. Entretanto, “pela estreiteza do comércio”, andava atrasadíssimo o pagamento da mesada, provocando, *ipso facto*, o acúmulo da dívida passiva, que aumentava sempre. (XVI)

**O ENSINO** – A correspondência ativa do presidente Inácio Acióli com o governo central fala bem do carinho que os problemas do ensino mereceram de sua administração. A coleção de manuscritos do Arquivo Nacional guarda numerosos ofícios seus sobre a matéria.

É de 1829 – antes de deixar o governo da província<sup>82</sup> – uma relação das *aulas* existentes em todo o território capixaba enviada a José Clemente Pereira, à época ministro do Império, por Acióli Vasconcelos. O documento revela a existência – em toda a comarca – de vinte e sete estabelecimentos de ensino, dos quais onze públicos, assim distribuídos: de latim – três, um dos quais vago e o terceiro destinado a meninas; de primeiras letras – oito, dos quais dois vagos e um fechado; os dezesseis particulares compreendiam quinze de primeiras letras e um de latim.

A população escolar subia a setecentos e cinco cabeças, sendo que a maioria cursava as aulas particulares.<sup>83</sup>

---

82 - Acioli deixou o governo a vinte e três de novembro de 1829.

83 - Eis a relação das *aulas*, segundo o Ms. existente no Arquivo Nacional, coleção *Presidentes do Espírito Santo*, IV, p. 188-90v: “Na Cidade da Vitória: aulas públicas – de latim – uma (está vaga e posta a concurso); de primeiras letras – uma de ensino mútuo, com vinte e sete alunos; uma pelo método antigo, com cento e quarenta ditos; dita particular – uma pelo mesmo método antigo, com quinze ditos. [Na margem, o seguinte: Todas estão dentro da Capital.] Na freguesia da Serra: de primeiras letras – particular – uma com vinte e sete. Na Vila de S. Mateus: de primeiras letras – pública – uma (está vaga); particular – uma pelo método antigo, com dezoito alunos. Na Vila de Nova Almeida: de primeiras letras – pública – uma (está fechada por se achar o professor criminoso); – particular – uma dita com treze alunos. Na vila do Espírito Santo: de primeiras letras – pública – uma, com vinte e dois. Na vila de Guarapari: de primeiras letras – pública – uma (está vaga); particular – uma com dezenove alunos. Na povoação de Muquiçaba, pertencente à Vila: de primeiras letras – particular – uma com doze ditos. Na Vila de Benevente: de primeiras letras – pública – uma (está vaga); particular – uma com doze alunos. Na Vila de Itapemirim: de primeiras letras – particular – uma com doze alunos. Na Vila de São João da Barra: de primeiras

No ano anterior, em certo trecho da Memória que tão valiosos informes nos proporcionou, o presidente escrevera que a aula de ensino mútuo contava trinta e seis alunos “e não obstante a sua excelência nem um tem saído pronto” .<sup>84</sup> Na mesma oportunidade, acusou os capixabas de “pouco aplicados às primeiras letras”.

---

letras - particular - uma com quarenta e dois e uma com dez. Na Vila de S. Salvador: aulas públicas - de latim - uma com vinte e sete alunos; uma de meninas, com cinqüenta e cinco; particular - uma com setenta e oito alunos e uma dita com cinqüenta e cinco ditos. [Todas estas são dentro da vila, reza uma anotação ao lado, referindo-se às aulas da vila de S. Salvador]. Na freguesia de S. Sebastião: de primeiras letras - pública - uma, com quarenta e sete alunos. Na freguesia de S. Gonçalo: de primeiras letras - particular - uma com vinte; outra com trinta e oito; outra com onze; de latim - particular - uma com cinco alunos.”

84 - Em 1841, já não funcionava a aula de ensino mútuo e o presidente Machado de Oliveira houve por bem extingui-la. Eis como se manifestou, perante a Assembléia Provincial, sobre o assunto: “Notareis, senhores, na tabela desta epígrafe a supressão da cadeira do ensino mútuo, que tem unicamente figurado nas anteriores depois que deixou de ser funcionada; porque nem ela é pretendida, e nem cumpre por ora provê-la, enquanto se não atinar com os meios mais adequados para firmar este método no Brasil, e torná-lo eficaz. Não sei por que fatalidade esta planta exótica, de que se têm colhido máximas vantagens no outro hemisfério, tenha deixado de prosperar em um solo como o nosso, tão fecundo em elementos que informam a vida científica” (*Fala com que o exmo. presidente da Província do Espírito Santo José Joaquim Machado de Oliveira abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia primeiro de abril de 1841*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1841).

## NOTAS

## I

(p. 297)

*Depoimento do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte*, no processo mandado instaurar por José Bonifácio de Andrada e Silva contra Domingos Alves Branco Muniz Barreto e outros (*apud* MELO MORAES, *Brasil Histórico*, III, 13-4). Além do padre Ribeiro Duarte, foram ouvidas no processo outras pessoas de prol da província do Espírito Santo. Suas declarações contêm trechos que permitem evocar o ambiente psicológico daqueles dias memoráveis. Ressalte-se, apenas, a significação do trabalho de aliciamento que o então coronel Luís Pereira da Nóbrega teria feito junto à elite da província. A impressão é que sua viagem a Vitória teve finalidade especificamente política. O inquérito teria sido mero pretexto para uma excursão de propaganda.

*“Processo dos cidadãos, Domingos Alves Branco Moniz Barreto, J. da Rocha Pinto ... mandado fazer por José Bonifácio de Andrada e Silva.*

*Assentada de doze de novembro à fl. 65.*

Testemunha 11 – O padre Manuel de Freitas Magalhães, natural da Província do Espírito Santo, morador nesta corte, na rua do Cano, em casa do Exmo. José Mariano, etc.

Perguntado pelo conteúdo no auto da devassa e referimento que nele se fez a testemunha número um, disse que ele testemunha só dissera que Luís Pereira da Nóbrega não era afeto à família real de Bragança, e que isso conheceu ele testemunha quando o dito Nóbrega foi à Capitania, porque indo nessa ocasião visitá-lo, lhe disse este na conversação que tivera com o mesmo Nóbrega sobre os negócios da Capitania, que dois homens na ocasião de jurarem a Constituição requereram um governo provisório, e que todo o resto do povo se opôs a isso, ao que ele Nóbrega respondeu que não tinham feito bem, pois que se devia instalar o governo provisório ao exemplo das mais Províncias, visto que essa era vontade do povo; e porque ele testemunha lhe replicasse que dois homens somente não constituíam o povo, tornou ele: ‘Não importa; esses mesmos se deviam atender, porque assim tem acontecido nas mais Províncias, e demais o povo já está muito farto de sofrer despotismos, e a mim consta-me que o governador desta Província admite em sua casa, da meia noite para o dia, certos realistas e corcundas, que lhe vêm dar conselhos para o mal’, ao que ele testemunha respondeu que era muita falta de lógica dizer S. S. como tinha acabado de dizer, que o governador era bom, e que ao mesmo tempo ouvia realistas e corcundas que o aconselhavam para o mal, que todavia ele não praticava.

Testemunha 16 – O Rev. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, natural da Capitania do Espírito Santo, morador nesta corte, em casa do Exmo. José Mariano, etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto da devassa e pelo referimento que nela fez a primeira testemunha, disse que quando ele viu que S. M. aqui tratava bem a Luís Pereira da Nóbrega, se admirou, e muito mais quando o viu nomeado interinamente ministro da Guerra, porque tendo o mesmo Nóbrega sido mandado à capitania conhecer de uma facção ali sucedida, e fazer lançar fora os perturbadores do sossego público, combinando-se com o governador Baltasar de Sousa Botelho, se mostrou todo partidário dos facciosos, maltratando ao dito governador e à melhor parte do bom povo daquela Província porque determinando o dito governador (o que melhor ali apareceu: Deus lhe fale n'alma!) que se jurasse proclamasse a Constituição, se fez a ata na câmara, e indo todos para o *Te Deum*, apareceu um grito pedindo governo provisório, e como quer que o prudente governador pedisse as assinaturas dos que o exigiam para sua salvaguarda, somente apareceram como amotinadores um caixeiro da praia e um boticário, e todo o mais povo, clero e nobreza, clamou que não.

Disse mais que ele testemunha, tendo recitado uma oração em que claramente mostrava que o governo provisório, pedido tumultuariamente, não convinha àquela Província ... foi por isso maltratado, principalmente depois que ali chegou Nóbrega, que fez espalhar pelo povo que todos os que assim pensavam, e que mostravam afetos à casa real, eram chamados corcundas e anticonstitucionais o que obrigou a ele testemunha a se retirar daquela Província com licença.

Disse mais que o dito Nóbrega dizia, publicamente naquela Capitania, que o governo provisório devia instalar-se logo que houvesse aquela voz que o pediu, a exemplo de outras Províncias que tinham feito o mesmo, porque os povos estavam cansados de sofrer despotismos. [*Anotou Melo Morais: "Esta testemunha mostra pelo seu depoimento que é um corcunda refinado: é por isso que atribuiu a crime em Nóbrega as expressões que diz lhe ouvira contra o despotismo".*]

Testemunha 30 - Luís Bartolomeu da Silva e Oliveira, natural de Lisboa, capitão do corpo da primeira linha da Capitania do Espírito Santo, etc.

Perguntado pelo conteúdo no auto da devassa e referimento que nele fez a testemunha número onze, disse que o referimento é verdadeiro, pois que o ex-ministro Nóbrega, quando foi à Capitania do Espírito Santo, não fez cousa alguma por destruir a facção, antes a aumentou, protegendo e louvando os facciosos; que ele testemunha tivera na Capitania uma longa conferência com Nóbrega, na qual expondo ele testemunha os seus sentimentos acerca dos malvados autores da facção, ele dissera a ele testemunha que se calasse, porque aliás o havia trazer à presença do imperador, então príncipe regente, e que cá haviam chamar a ele testemunha corcunda.

*Assentada de vinte e dois de novembro a fls. 93*

Testemunha 32 - O tenente-coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, natural da Capitania do Espírito Santo, morador na Rua de S. José, etc.

Perguntado pelo conteúdo no auto da devassa e referimento da testemunha número onze, disse que indo o ex-ministro Nóbrega à Capitania sindicado sobre o procedimento do dito major (José Marcelino) acima referido, e indo ele testemunha cumprimentá-lo, e tendo-lhe feito ver por uma larga conversação quanto fica referido lhe tomou o dito Nóbrega que ele testemunha tinha obrado muito mal em se opor às pretensões do dito major José Marcelino, porque mostrava ele testemunha intenções de querer derramar o sangue de sua pátria, que no Rio de Janeiro seria tratado por um corcunda, e que até ficaria arriscado a pagar tal procedimento com a sua cabeça.

Disse mais que o dito Nóbrega falava com pouco respeito da pessoa de S. M. o Sr. D. João VI, dizendo que já não éramos mais seus vassallos, que éramos cidadãos livres, e repreendendo igualmente aos que mostravam sentimentos de moderação, chamando-os corcundas.

Testemunha número 33 - Jerônimo de Castanhese Vasconcelos Pimentel, natural da Bahia, tenente do corpo de primeira linha da Província do Espírito Santo, morador nesta corte, etc.



Perguntado pelo conteúdo no auto da devassa e referimento da testemunha número onze, disse que era verdadeiro o referimento, porquanto a facção promovida naquela Província tomou maior calor depois que lá chegou o ex-ministro Nóbrega, que publicamente protegeu a facção e seus autores, e a ele testemunha disse o dito Nóbrega, por ocasião de ir depor, que o tempo do despotismo já se havia acabado; que aqueles homens (os facciosos) deviam ser ouvidos e atendidos, e que ele testemunha e outros haviam responder por serem seus acusadores; e não foi chamada testemunha alguma das que ele testemunha referiu, antes foram, bem como o governador, apelidados pelo dito Nóbrega com o nome de corcunda, nome que ele levou à Capitania” (Melo Moraes, *Brasil Histórico*, III, 13-4).

## II

(p. 300)

“Sirva-se V. Excia. de fazer presente ao Príncipe Regente, que tendo-se reunido no dia primeiro do corrente os Eleitores das Paróquias para elegerem a Junta do Governo Provisório, eu lhes transmiti todas as Ordens que havia recebido de S.A.R. relativas à instalação do dito governo, e à suspensão da saída do Mesmo Augusto Senhor para Portugal, e nesse mesmo dia foi eleita a Junta Governativa conforme o Decreto das Cortes de vinte e nove de Setembro do ano passado transcrito na Carta de Lei n.º 124 de primeiro de Outubro do dito ano; passando o Comando das Armas ao Tenente Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro por ser o Oficial de Linha de maior Patente, que há na Província, e conseqüentemente o mais antigo; havendo sim um Coronel, mas é de Milícias, e por isso julgo lhe não compete tal Cargo.

E eu em conseqüência das Ordens de S.A.R., seguirei para essa Corte, e daí para Portugal” (Ofício de Baltasar de Sousa Botelho, presidente da província, a José Bonifácio, de dois de março de 1822, *in Gov ES*, II, 124).

## III

(p. 300)

“A Junta Provisória do Governo instalado nesta Província do Espírito Santo em conformidade da Carta de Lei do primeiro de Outubro do ano próximo passado tem a honra de participar a Vossa Alteza Real que principiou a exercer as suas funções no dia dois do Corrente, sendo instalada no dia primeiro às três horas da tarde. Igualmente aproveita esta ocasião de certificar a Vossa Alteza Real, que esta Junta tem a maior adesão à Causa pública, e à Pessoa de Vossa Alteza Real: e que pelo conhecimento, que tem da opinião pública ela é do mesmo sentimento, e bem digno de merecer a paternal proteção de Vossa Alteza Real. Deus Guarde a Vossa Alteza Real por muitos anos. Vila da Vitória três de Março de 1822. a) José Nunes da Silva Pires, Presidente; Luiz da Silva Alves d’Azambuja Suzano, Secretário; José Ribeiro Pinto, Sebastião Vieira Machado e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim” (*Gov ES*, II, 125).

- O primeiro era vigário de Guarapari; o segundo, escriturário da Junta da Fazenda; Ribeiro Pinto, capitão-mor da vila do Espírito Santo;\* Vieira Machado, capitão de milícias; e Monjardim, capitão de infantaria de linha.

\* Carta patente de sua nomeação para “capitão-mor das Ordenanças da Vila do Espírito Santo” datada de vinte e dois de novembro de 1786 *in ALMEIDA, Inventário*, III, 201.

## IV

(p. 301)

“Acusamos a recepção do Ofício de Vossa Excelência de treze do mês passado, e temos a honra de participar a Vossa Excelência para ser presente a S. A. Real, que logo se expedirão as participações para ser público por toda a Província. / Outrossim julgamos dever antecipar a Vossa Excelência que tão útil providência ficará malograda se ao mesmo tempo S. A. Real não Mandar dar a esta Província rendas suficientes para se sustentarem indispensáveis Destacamentos de Tropa por todo o Sertão, e por aquela Estrada que vedem os quotidianos insultos do Gentio bárbaro, que incessantemente destrói a agricultura, e tem morto muitos Lavradores: causa lastimosa do atraso desta miserável Província. / Todos os Sertões, assim como a nova Estrada estão desamparados, indefesos, e invadidos diariamente pelo Gentio, por não haver Tropa suficiente para os guarnecer, nem dinheiro para os sustentar, desertando muitos por causa da fome. E desta forma todos temem estabelecer-se no interior, onde os Lavradores se vêem obrigados a guardarem as suas forças para vigiarem em sua defesa. Sem aquelas, e outras muitas providências, que desempenham tão boa intenção de S. A. Real nada se pode esperar de próspero à esta miserável, e moribunda Província, que ainda assim tem toda a esperança na generosidade e bondade de Vossa Excelência, que se dignará ser o seu mais Ilustre Patrono” (Ofício da Junta do Governo, de doze de Abril de 1822, a José Bonifácio, in *Gov ES*, II, 130-130v).

## V

(p. 301)

“Determinando o Decreto do primeiro de Agosto do presente ano, que as Províncias do Reino do Brasil se levem ao maior estado de defesa, e pelo § 6.º faz responsáveis a todos os Governadores, e Comandantes de Armas das diferentes Províncias, que não tratem com zelo, e energia a defesa dos seus respectivos Governos, e ficando criminosos de lesa Nação se não cumprirem decididamente, o que contém o dito Decreto, mas como se não pode conseguir fins, sem se applicarem os meios, e a principal defesa é ter gente competente para repelir a força, que vier atacar esta Província; e como VVSS bem sabem, que a principal força de Tropa de linha se acha destacada em Campos dos Goitacazes, rogo a VVSS queiram levar à Presença de SAR pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra a grande necessidade que há que este Destacamento regresse para esta Província, sem o qual será dificultoso eu poder arranjar o plano de defesa, a que me não poupo, applicando todas as minhas forças Morais, e físicas, e VVSS fiquem persuadidos, que é para mim de grande glória o conservar esta Província, que me foi confiada ileza de todo o perigo. / Ofício de Fernando Teles da Silva, Comandante de Armas da Província, ao Presidente e mais Membros da Junta Provisória deste Governo, de vinte e três de Agosto de 1822” (*Gov ES*, II, 158-8v).

## VI

(p. 300)

“Nesta ocasião temos a honra de levar ao conhecimento de V. Excia, para ser presente a S.A.R. que por ter o Tenente Coronel de Pedestres Inácio Pereira Duarte Carneiro representado a esta Junta de Governo, que estava impedido de continuar na sua importante comissão da Estrada de Minas, por ter recebido do Comandante das Armas Ordem em

Nome de S.A.R. para se recolher preso à Fortaleza da Barra, e no mesmo tempo também ter-se Manoel dos Passos Ferreira (que por muito tempo serviu de Secretário deste Governo) queixado de estar preso também à Ordem do Mesmo Augusto Senhor, na enxovia da Cadeia desta Vila: mandando-se vir disto informações, consta que depois de preso o Capitão Luiz Bartolomeu da Silva e Oliveira, como se fez ver a V. Excia. em Ofício de dezoito de Maio, o Comandante das Armas oficiara ao Juiz Ordinário desta Vila, para tirar Devassa de conventículos, e sedições e procedida a Devassa, saíram nela pronunciados os ditos Tenente Coronel, e Manoel dos Passos Ferreira, e outros.

Custa-nos a crer, que haja uma realidade capaz de motivar com segurança semelhantes procedimentos. Temos sempre observado no Público a melhor tranqüilidade. Uma terrível intriga, e inimizades, que nestes últimos tempos alimentada pelo ex Governador perturbaram o sossego dos moradores desta Vila, nos parece a mais certa mola destas perturbações. Intrigas desta classe já levaram à presença de S.A.R. o Major José Marcelino de Vasconcelos, e outros terrivelmente acusados por grande número de assinados, de que o dito Tenente Coronel de pedestres foi o agente. S. A. R. reconheceu a nulidade das acusações, e se Dignou perdoar aos acusados.

Agora trabalha o partido adverso, e é fácil de crer que por conseqüência as provas sejam da mesma natureza das primeiras; Recorre-se a este Governo, que tendo oficiado ao Comandante das Armas, que prendera à Ordem do Príncipe se achava proibido mas que visto ter mandado dar Essa Voz, houvesse de conservar o Tenente Coronel no seu Quartel, até ser remetido, não parecendo decente, que pela graduação da sua Patente, e Pessoa, de quem ele tinha tão honrosamente recebido o comando das Armas, fosse calçado no subterrâneo de uma Fortaleza. Respondeu que ignorava quais sejam as atribuições do Governo de S. Paulo, e Minas, que competem a este Governo, e que a portaria de vinte e quatro de Abril não é tão clara, que desfaça a Lei da sua instalação.

O Juiz Ordinário, tendo-se-lhe recomendado, que conserve o preso em casa decente, pela maneira, que ordena o Decreto de vinte e três de Maio de 1821, respondeu, que a Cadeia não tem lugar algum decente, e o preso não goza de privilégio, continuando a conservá-lo na imundíssima enxovia, onde as operações naturais são feitas sobre o mesmo pavimento, que pisam os infelizes encarcerados, e dando ordem para ser incomunicável.

Depois tendo-se-lhe pedido uma informação exata do crime, e seus colaboradores para ser enviado ao conhecimento de S. A. R. disse agora ao Alferes João Antônio Lisboa, nomeado para diligências à Ordem deste Governo, por quem se lhe mandou recomendar a resposta, o que V. Excia. verá na Participação junta do dito Alferes.

Assim vai trabalhando a Anarquia, que escudando-se com um mal entendido zelo, só busca despicar paixões particulares, e é então, que ela mesma perturba o Público.

V. Excia. nos fará a honra de levar estes acontecimentos ao conhecimento de S. A. R. para que tomando-os em consideração, haja de obviar a Anarquia, fazendo expedir a esta Província um Ouvidor prudente, e imparcial, que dirija o Tribunal contencioso, e examine a verdadeira existência dos culpados, e dos delitos, afim de se restabelecer o sossego Público. Vitória treze de Junho de 1822 (Ofício da Junta Governativa ao ministro José Bonifácio, in *Gov ES*, II).

## VII

(p. 301)

“A Junta Provisória de Governo da província do Espírito Santo tem a honra de participar a V. Excia. por meio deste de que é portador o Ajudante de Milícias Severo Gomes Machado, que no dia dezesseis do corrente se solenizou aqui com muita satisfação, e aplauso do público o Título que Sua Alteza Real Se Dignou subscrever nessa Cidade de - Príncipe Regente Constitucional, e Defensor Perpétuo deste Reino do Brasil. Nos antecipamos a V.

Excia. que fica a expedir-se uma Deputação para ter a honra de depositar nas Reais Mãos o Ato de Vereança, que se acaba de fazer nesta Vila, e ela significará a Sua Alteza Real quanto esta Província reconhece a bondade do mesmo Augusto Senhor” (Ofício da Junta Provisória ao ministro José Bonifácio, de dezoito de junho de 1822, in *Gov ES*, II, 147).

- “Tendo chegado à Província do Espírito Santo a notícia de que o Heróico e Generoso Povo desta Cidade rompeu no glorioso dia treze de Maio do corrente em alto grito de gratidão à Sagrada e Veneranda Pessoa de V. A. R. aclamando-O Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, grito que já em todas as Províncias borbulhava para romper dos Corações de todos os seus habitantes os Capitanienses não puderam mais conter o impulso do seu desejo, e do seu prazer, e no dia dezesseis do passado a Câmara, o Governo, a Tropa, o Clero, o Povo fizeram ressoar por toda a parte aquele Evangelho Brasileiro, repetindo, e aclamando a V. A. R. Príncipe Regente Constitucional, e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil. / O Governo, tendo presenciado o Regozijo público me enviou como um dos seus Membros para em seu nome ter a honra de significar a V. A. R. quanto os Capitanienses se felicitam, de que V. A. R. Se Dignasse de Aceitar aquele Título, que afirma para sempre a glória, e a ventura do Brasil.

Agora sim, Senhor, sossegarão de uma vez receios, e aflições de todos os habitantes do Brasil. Quando a Real e Magnânima Bondade de V. A. R. Disse que - Não Ia: Ficava - ainda os laéis corações Brasileiros não ficaram bem satisfeitos por se dizer que era até que se ultimasse a Constituição em Portugal. E que Constituição, que Governo nos agradaria, Senhor, não sendo Regido, e Sustentado pelo Braço Bragantino de V. A. R. na saudosa ausência de El Rei. / Os Heróis do Douro, e do Tejo não são mais amorosos nem mais fiéis, do que aqueles que produz a vasta região, que o Prata, e o Amazonas encerram. A virtude dos Pintos, Castros, Albuquerque, Cabreiros, Sepúlvedas não é mais Ilustre do que a de um sem número de Brasileiros, que a história por figura abreviada recomenda debaixo do nome de Fluminenses, Capitanienses, Paulistas, Baianos, Mineiros, Pernambucanos, Maranhenses, e todos os mais Povos que se honram de rodear, e submeter-se ao Nobre Trono de V. A. R. Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil. / E o Brasil tão fértil e maravilhoso em todas as produções da Natureza não terá um local, onde se desenvolva com pompa e Majestade um Ramo da Preciosa Árvore Bragança! A bela árvore do Jardim das Hespérides nasceu na China e a Portuguesa Árvore de Amor é só privativa de Portugal? Aboliu-se o privilégio exclusivo: e (que em consequência!) como querem só para si as Pessoas Príncipes, e que o Brasil fique até excluído dos sentimentos naturais de Amor veneração, e afeição aos seus Príncipes. Eles dizem, que o sistema Europeu exige a V. A. R. na Europa, e então Senhor os Brasileiros não são Irmãos conjuntos, não proclamaram o mesmo sistema dos Europeus? Ah? que ou eles nos querem enganar, ou querem um sistema bom para si, e um mau para nós. E tantos Europeus residentes no Brasil também ficam sem direito a esse bom sistema; e ser-lhes-á preciso deixar, e perder todos os seus trabalhos para o irem lá gozar: que egoísmo! mas Deus cuja justiça é sempre reta, e imparcial: e V. A. R. com quem temos toda a confiança nos há de ajudar a guardar nossos direitos apregoados por aqueles mesmos, e a defender-nos da manhosa política, com que de novo nos querem subjugar. / O Brasil até por timbre de seguir sempre como fiel Irmão a sorte de Portugal tem sido a maior [.....] tos anos respeitoso sofredor de suas boas ou más intenções. Portugal entregou-se a Filipe de Castela deixando o Brasil exposto a qualquer dos Estrangeiros. Logo Franceses e Holandeses lhe deram caça: e a Província do Espírito Santo onde nunca puderam fazer presa repelindo com valor a João Dilly Almirante Holandês com quem se abarbou Antônio do Coito Almeida natural da mesma Província conservou-se sempre fiel à sorte de Portugal obedecendo a um Príncipe Estrangeiro que Portugal tinha escolhido. Todo o Brasil fez então esforços incríveis por seguir, e seguiu sempre comovido de sua natural sinceridade a mesma sorte de Portugal sujeito a esse Príncipe. Agora pois que obsta a que o Brasil, quebrando juntamente com Portugal os ferros do despotismo, cante a exemplo de Portugal os hinos da sua liberdade em torno de um Trono do Príncipe Português Regente Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil! Que obsta a que a exemplo de Portugal queira também em seu seio Príncipes Braganças e não de outra família, nem Nação; e a exemplo de Portugal enfim fazer também em seu País as Leis, que devem reger seus usos e costumes! / A experiência tem feito confessar altamente pelos Sábios, e estabelecer como

axioma invariável, que as localidades, e climas influem tudo para os costumes Ciência, e governo dos Povos. Todos confessam que as Leis devem ser proporcionadas ao País: e é esta convicção [...] fez convocar em Lisboa os Deputados de todas as Províncias: pois de outro modo ainda o mais aba (lizado?) desses Patriarcas da Nação coroado do laureado saber não poderia regular perfeitamente a mesma Província, em que estava catedrado. / O Brasil não tem menos aquele direito. O ilustre, e sempre glorioso Povo desta Cidade, e de todo o Brasil tendo tão solenemente aclamado, e reconhecido em V. A. R, o seu Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo marcou com uma lápide luminosa o princípio de sua idade política, que vai levar como Portugal já tem feito o nome Português por toda a roda da terra. Portugal tem a glória de ter dado a semente, e o Brasil há de sazonar o fruto, que vai brindar às suas Províncias para fazer as delícias dos seus Povos: melhor sorte ao Brasil maior glória, maior proveito a Portugal. / Por tanto bem, Senhor, a grata, e reconhecida Província do Espírito Santo tem a honra de render a V. A. R. a sua homenagem, e reconhecimento: e V. A. R. Salvando a honra Brasileira Se Digne aceitá-la com aquela heróica generosidade com que o imortal D. João IV salvou a honra de Portugal. a) Luiz da Silva Alves d'Azambuja Suzano”, in *Gov ES*, II, 139-40v).

## VIII

(p. 302)

“Com o maior respeito tem a Junta Provisória de Governo da Província do Espírito Santo a honra de participar a Vossa Imperial Majestade, que tendo o Senado da Câmara do Rio de Janeiro comunicado às Câmaras desta Província que os Povos do Brasil se achavam na resolução de aclamarem a Vossa Majestade Imperador deste vasto Império; os povos desta Província já muito animados destes sentimentos por considerarem em Vossa Majestade toda a sua segurança, e prosperidade e que pela sua adesão, e fidelidade à Casa de Bragança não podiam ver sem suspirar, que o Brasil ficasse privado ao menos de um Ramo de tão Precioso Tronco que faz as delícias da Nação; não podendo além disso o natural afeto, e reconhecimento dos Povos do Brasil deixar de (grato a quanto Vossa Majestade se tem desvelado em promover sua glória, e prosperidade) aproveitar um momento, em que a gratidão se devia manifestar altamente no sempre grande, sempre fausto dia doze do corrente; a Câmara, o Governo, o Clero, a Tropa, o povo levantaram solenemente, e decisivamente a voz de sua gratidão proclamando, e aclamando a independência, e soberania deste vasto Império do Brasil, e Vossa Majestade seu Primeiro Imperador. / Por isso Muito Augusto, e Muito Alto Senhor tem este Governo a mui distinta honra de enviar à Respeitável Presença de Vossa Majestade o Capitão José Francisco de Andrade Almeida Monjardim Membro deste dito Governo para em nosso nome, e dos povos desta Província, com quem mui agradecidamente nos congratulamos, ter a honra de beijar a Real Mão de Vossa Imperial Majestade, rendendo a Vossa Majestade aquelas reverências, e homenagens que todos por enobrecimento, honra e glória do Brasil consagramos, e protestamos à Muito Alta, e poderosa Pessoa de Vossa Imperial Majestade.

Deus Guarde a Vossa Imperial Majestade dilatadíssimos anos para honra e glória do Império do Brasil como o mesmo Império há mister” (Ofício de quinze de Outubro de 1822, in *Gov ES*, II, 182-3).

- “Penetrado de um extraordinário prazer, e contentamento tenho a honra de participar a V. Exa. que no dia doze do corrente Mês foi Aclamado nesta Vila o Senhor D. Pedro de Alcântara Primeiro Imperador Constitucional do Brasil. Um tão solene e majestoso ato foi efetuado com aquela pompa, e grandeza proporcionada à pobreza de uma pequena Vila, porém com toda a dignidade, e com aquele entusiasmo, e favor próprio de Brasileiros amantes da sua Pátria, e do Digno Chefe, que possuem. / Concorreram para ela com toda a energia, e eficácia o Governo Provisório, Ouvidor, e Comandante da Força armada auxiliando-me distintamente com o seu zelo, e patriotismo, não sendo preciso empregar da minha parte o mais pequeno esforço para os persuadir, e mover a um tal passo, porque os seus votos, e sentimentos eram unânimes com os dos Povos, e tendentes ao mesmo fim.

Bastou indicar-lhes, que era necessário, vantajoso, e interessante, e imediatamente cada um à porfia se apressou a pô-lo em execução. / Do auto incluso verá V. Exa. a maneira por que foi celebrado, e o entusiasmo, com que foi aplaudido, e festejado, incumbindo-se o mesmo Ouvidor de fazer constar a V. Exa. as demais demonstrações, que se seguiram, do público regozijo. Com igual pompa, entusiasmo, e prazer se efetuou o mesmo ato na Vila do Espírito Santo, e estou persuadido, que também nas demais desta Província, por ter conhecido quando por elas passei, ser essa a sua vontade declarada de modo o mais decisivo, e que se não pode contradizer. / Julgando ter deste modo desempenhado a honrosa comissão, de que fui encarregado, eu me congratulo com V. Exa. e lhe dou mil, e sinceros parabéns por vermos a nossa Pátria livre, e independente, e Elevado a tão alto, e merecido Título de grandeza o Melhor, e o mais Amável dos Príncipes. Os Céus O conservem por longos, e dilatados séculos para glória, e prosperidade do Brasil!” (Ofício de Vitória, dezoito de outubro de 1822, de Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, ao ministro Sousa Coutinho, *in Gov ES*, II, 191-191v).

## IX

(p. 306)

- “Constando-me, que alguns indivíduos das Vilas dos Campos Goitacazes solicitam nessa Corte, que as Rendas Reais daquele Distrito, entrem efetivamente nos Cofres da Tesouraria Mor do Real Erário, e não nos da Junta da Real Fazenda desta Província, a que pertencem pela Carta Régia de sua Criação, datada em vinte e nove de Maio de 1809. / Apresso-me a dizer a V. Excia., para que chegue ao Conhecimento de S. A. R., que as Rendas Reais do Distrito de Campos são as únicas, pode-se assim dizer, que a Junta da Real Fazenda desta Província tem para suas despesas indispensáveis, e para as quais nem chegam, e que conseguindo os pretendentes o deferimento como solicitam, tornar-se-á esta mesma Província uma habitação de mendigos, pois que os Rendimentos que lhe restam são diminutíssimos, e por consequência insuficientes para pagamento da Tropa, Empregados, e mais despesas de que está sobrecarregada, sendo a maior parte destes de suma necessidade. / Já em 1810 pretenderam isto mesmo, com o falso pretexto de poder a Escolta que conduz as Rendas ser acometida na Estrada, que vem para esta Vila, por ladrões, que nunca existiram, e por Gentios, que não ofendem se não a uma, ou duas pessoas que encontram desacomodadas, e por Provisão de primeiro de Fevereiro do dito ano, foi determinado ao Administrador dos Dízimos daquele Distrito Manoel Antônio Ribeiro de Castro, que o produto dos mesmos Dízimos entrasse no Real Erário por via de Letras seguras; mas reconhecendo-se depois a falta que o mesmo Rendimento fazia a esta Província, foi por outras Provisões de vinte de Setembro do sobredito ano dirigidas ao dito Administrador, e ao Juiz de Fora derogada aquela de primeiro de Fevereiro. / Talvez cessasse, Exm.º Sñr., a rivalidade dos Campistas, se eles fossem sujeitos a esta Província na parte Militar, assim como o são na da Fazenda Real, e Civil, tornando-se assim idêntico o Distrito do Governo com o da Comarca, o que é indispensável à boa administração da Justiça, e Economia política destes Povos. / Igual Representação, já em treze do corrente dirigí pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, e agora acrescento, que o Comércio desta Vila, é menos inda que passivo, e as pessoas que o constituem, meros Caixeiros dos Negociantes dessa Corte, ou da Bahia, por consequência, não vejo um só, capaz de satisfazer à vista uma Letra, por pequena que ela seja; sendo assim, não sei como possa realizar-se qualquer transação de dinheiro, que S. A. R. For Servido Determinar para esta Província” (Ofício de Baltasar de Sousa Botelho, para o ministro Pedro Álvares Diniz, de trinta de agosto de 1821, *in Pres ES*, 49-50).

## X

(p. 306)

“Tendo considerado com a Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de onze de junho próximo passado o estado desta Província não vejo remédio algum senão recorrer a S. M. Imperial.

Não poucas vezes se tem levado aos pés do trono que as rendas desta Província não avançam a mais de quinze contos de réis, e a despesa ordinária exige mais de sessenta contos. As rendas de Campos, que faziam a maior soma da receita, foram desmembradas daqui no ano de 1821 em cujo ano se aumentou o número de tropa, e logo depois os soldos, e etapas da mesma tropa, de maneira que o que vence hoje em etapa é por si só quanto dantes vencia de soldos. A isto acresce o importante objeto da civilização dos índios do Rio Doce, cujo serviço pára infalivelmente por falta de numerário para se continuar e então visto a grande porção de gentio que já se tem congregado, um terrível mal vai cair sobre os lavradores derramando-se o mesmo gentio por toda a parte logo que virem que as promessas que se lhes têm feito se tornam nulas ou tardias: e as conseqüências desta desgraça são patentes à consideração de V. Excia.

É preciso enfim que S. M. Imperial esteja cabalmente ciente de que esta Província é a mais miserável do Império: não tem agricultura nem comércio: seus habitantes são pobríssimos.

Não sei absolutamente donde possa tirar recursos para pagar uma grande dívida atrasada e nem mesmo para fazer as despesas correntes, e muito menos para suprir aos preparativos da defesa, tão indispensáveis, que até as carretas do pequeno parque de artilharia estão precisadas de conserto: a tropa nua e descalça: e enfim tudo aqui é fome.

Rogo mui reverentemente a S. M. Imperial haja de mandar-me algum socorro pecuniário além da consignação de dois contos e quinhentos mil réis mensais que houve por bem consignar a esta Província, e que além de não chegar para fazer face às despesas como já fiz ver pela cópia do Balanço que remeti em treze de março do corrente e nesta data ao ministro da Fazenda mesmo assim não tem vindo completamente e além da outra consignação aplicada para os aldeamentos do Rio Doce, que até o presente não tem ainda sido enviada, e pela qual damos todos os dias o coronel Diretor dos referidos aldeamentos, pois que um não sendo socorrido certamente a Nação de perder os serviços já feitos e o resultado será o pior para a Província pois que aqueles bárbaros que por ora vão acreditando nas promessas feitas terão de reverter para os bosques e então a guerra deles será inevitável.

Bem vejo que o governo de S. M. Imperial está encarregado de grandes ponderações qual a salvação da Pátria, mas também é certo que esta parte do Império pela sua constante adesão à causa do mesmo Império lhe deve merecer atenção assim como a requisição do seu presidente que em tempo algum deseja ser notado de omisso ou indolente em negócios de tanta monta, e pelo que se faria responsável perante S. M. Imperial e a Nação” (*Ofício dirigido pelo presidente da província ao marquês de Queluz, ministro do Império. Vitória, primeiro de julho de 1824 - Pres ES, III*).

- A Câmara de Vitória, em 1825, dirigia pungente apelo ao imperador, “reduzida [que estava] à maior indigência possível, por ver os seus cofres exauridos, e não poder ao menos pagar aos seus empregados”; sugeria lhe fosse concedido parte do contrato da aguardente, “visto que tem-se aumentado muito a ponto de ser arrematado por Seis Contos de réis, para com este rendimento ir pouco a pouco reparando a Cadeia, e poder pagar aos seus empregados, não falando nas imensas dívidas que já tem contraído com as mais Câmaras da Comarca”.

Como a demonstrar a dura realidade das suas afirmações, fez juntar ao ofício o quadro seguinte:

MAPA DA RECEITA, E DESPESA ANUAL, E INDISPENSÁVEL DA CÂMARA DESTA  
CIDADE DA VITÓRIA DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO &

RENDIMENTO		DESPESAS INDISPENSÁVEIS	
Pelo Contrato do talho do Açougue rematado por três anos, e toca ao corrente ano	42\$700	Ao Escrivão da Câmara anual	50\$000
		Ao Carcereiro	60\$000
Pelo Contrato das aferições rematado anualmente com o Contrato dos Ourives	76\$000	Ao Porteiro	12\$000
		Ao Corregedor, e Escrivão da visita da Câmara, e Correição: e Propina do Secretário do Desembargo do Paço	28\$910
Pelo Contrato do Enrolo do pano rematado por três anos, toca no corrente ano	18\$333		
Foros anuais novos, e velhos	54\$540		
Pensão de Teares	11\$240	Aposentadoria	40\$000
<b>RS\$</b>	<b>202\$813</b>	<b>RS\$</b>	<b>190\$910</b>

(Pres ES, III, 133-133v, 134).

XI

(p. 307)

Com a Independência, renasceram as preocupações dos brasileiros de disseminar o ensino primário por todo o país.

Entregue a direção da educação nacional ao Ministério do Império, já em 29 de janeiro de 1823 José Bonifácio (detentor da pasta) deferia a pretensão de Nicolau Diniz José Reynaud, de estabelecer na Corte uma aula de ensino mútuo. Decreto de primeiro de março seguinte “criava uma escola de primeiras letras, pelo método do ensino mútuo, para a instrução não só dos militares, mas de todos aqueles que desejassem aproveitar-se de tão vantajoso estabelecimento”. Na primeira *fala do trono* (de três de maio de 1823), D. Pedro I podia dizer aos *dignos representantes da nação brasileira* que, “conhecendo a vantagem do ensino mútuo, também fiz abrir uma escola pelo método lencastriano”.

AFRÂNIO PEIXOTO escreveria: “O novo método era velho: desde o século XVI se conhecia na Europa. Erasmo o recomendara. Madame de Maintenon fizera aplicação dele em Saint-Cyr. André Bell, em 1798, codifica-o em Madrastra, nas Índias; José Lencaster aplica-o em Londres; daí o nome e a fama. Conta-se que Jorge III quisera conhecer o mago mestre-escola, dizendo-lhe: ‘Como é possível que nas suas escolas um só professor ensine a quinhentos alunos ao mesmo tempo?’ ‘Do mesmo modo, respondeu Lencaster, que o vosso exército é posto em movimento por uma palavra do seu comandante’.

Na escola de Lencaster os exercícios eram cadenciados, e em ordem disciplinar. Cada grupo de alunos (decúria) tinha um aluno menos ignorante (decurião) que dirigia os outros. O ensino mútuo dispensava assim quase o professor e os meninos mutuamente se ensinavam.



Uma escola podia abrigar quinhentos alunos para um só mestre. Muito e depressa e sem custo: o ideal para o Brasil.

Só em 1833, o ministro do Império Campos Vergueiro confessa, timidamente, que o método do ensino mútuo não dera as vantagens apregoadas e o governo não estava mais disposto a propagar escolas de tal sistema. Chichorro da Gama, igualmente ministro, no ano seguinte, também tristemente escreve que as escolas lencasterianas 'por uma razão qualquer', não corresponderam às nossas esperanças. Em 1835, Vieira da Silva, e, em 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos, também ministros do Império, não são mais animados. Este procura ainda uma escusa: o tempo de ensino ou a imperfeição do exercício fizeram que o sistema não correspondesse à expectativa pública".

- Algumas indicações sobre a adoção do método lencasteriano no Brasil: AFRÂNIO PEIXOTO - *Cem Anos de Ensino Primário*, in *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados* (1826-1926); ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO - *O Rio de Janeiro Imperial*; ESCRAGNOLLE DÓRIA - *Primeiras Letras*, in *Revista da Semana* (Rio de Janeiro, quinze de outubro de 1927).

XII

(p. 307)

MAPA DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO DO ANO DE 1824

Freguesias	Branços		Índios		Pardos livres		Pardos cativos		Pretos livres		Pretos cativos		Almas	Focos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Vitória	1 427	1 640	224	249	1 248	1 369	1 073	925	849	*1006	1 466	1562	13 038	2 580
Itapemirim	298	264	102	108	198	184	16	9	12	18	665	458	2 332	227
Benevente	215	215	387	461	115	171	28	37	7	5	191	175	2 007	477
Guaraparim	552	559	176	142	272	339	233	194	139	132	537	584	3 859	373
Espírito Santo	183	163	8	5	147	149	100	92	31	44	254	192	1 368	338
Viana	79	77	15	5	39	36	1	0	0	1	24	10	287	106
Serra	515	497	68	55	176	205	125	137	66	65	616	565	3 090	428
Almeida	96	107	1 346	1 665	40	35	20	25	10	13	**98	72	3 527	159
Linhares	51	53	154	107	58	50	3	4	8	5	27	12	532	88
S. Mateus	500	603	241	270	358	412	111	154	118	153	***1 428	965	5 313	498
Soma	3 916	4 178	2 721	3 067	2 651	2 950	1 710	1 577	1 240	1 442	5 306	4 595	35 353	5 274

Anexo à *Memória* que acompanhou o ofício de vinte e três de abril de 1828 dirigido pelo presidente Acióli de Vasconcelos ao ministro Lúcio Soares Teixeira de Gouveia (Ms. pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

- Em 1827, o mesmo Acióli de Vasconcelos, em ofício datado de nove de novembro, dirigido ao então conde de Valença, informava: "Resumo da população livre das vilas da Província do Espírito Santo, etc.: Cidade de Vitória - 9.693; Vila do Espírito Santo - 1.113; Vila dos Índios Nova Almeida - 3.534; Vila de Guaraparim - 1.515; Vila de Benevente - 542; Vila de Itapemirim - 991; Vila de S. Mateus - 2.430" (Ms. existente na BN).

\* Na 2ª edição consta 906, número que não fecha as somas [Nota do editor].

\*\* Na 2ª edição consta 38, número que não fecha as somas [Nota do editor].

\*\*\* Na 2ª edição consta 1424, número que não fecha as somas [Nota do editor].

## XIII

(p. 307)

E não o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, como escreveu BASÍLIO DAEMON (*Prov. ES, 276-7*). Aliás, é o próprio Daemon quem nos proporciona a contestação, através do seguinte documento, por ele copiado e oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de cuja coleção de Mss o copiamos: “*Ofício comunicativo do grande recrutamento feito pelo comandante das Armas da Província do Espírito Santo em os batalhões de milicianos e em paisanos, no dia de Corpus Christi, em uma grande parada por ocasião da procissão de catorze de junho de 1827, que deu causa a desgraças e a uma tradição até hoje conservada.* – Ilmo.º e Exm.º Snr. Havendo participado a V. Exa. por ofício de treze de Maio, a deliberação que havia tomado de entrar brevemente em Inspeção nos Corpos da 2.ª Linha desta Província, para separar os Individuos alistados incompetentemente neles, e os remeter ao Batalhão de Caçadores de 1.ª Linha n.º 12, visto que duvidava do bom resultado do recrutamento das Ordenanças a cargo do Presidente, não obstante a minha pronta cooperação com ele, em consequência do Aviso de cinco de Abril do corrente, levo ao conhecimento de V. Ex. para fazer presente a S. M. o Imperador, que com a recepção do segundo Aviso de dez de Maio, tomei o acordo em uma grande parada que formei no dia catorze do corrente, de fazer a Fala que levo ao conhecimento de V. Ex. pela cópia n.º um; embarcando logo depois no brigue Ururau, todos os indivíduos dos Corpos de 2.ª linha que se me figuraram próprios para o serviço da 1.ª; depois do que procedendo a averiguação, dos que deveriam marchar, achei o número de cem praças, das quais me foi preciso dispensar quatro, por me requererem, e provarem com documentos, acharem-se isentos pela lei, cuja relação junta tenho a honra de apresentar a V. Ex. com mais três paisanos, deixando-os logo no Brigue a cargo do alferes Antônio da Terra Pereira, com três oficiais inferiores do mesmo Batalhão todos fardados (posto que não uniformizados) depois da última fala cópia número dois. Não obstante, Ex. Sr., faltarem algumas praças àquela parada, que determinei no supradito dia catorze, talvez por desconfiança já da chegada antecedente dos oficiais do mesmo Batalhão doze; e dos boatos do recrutamento, que a minha dissimulação não pôde jamais coibir, contudo eu julgo, que ainda mesmo que não faltassem, não poderia o número dos apurados exceder a vinte praças, donde colijo o esgotamento em que está a Província. Nesta mesma ocasião, remeto mais um Sargento, quatro soldados e dois desertores do dito Batalhão, ficando na diligência dos que faltavam dos Corpos Milicianos. Não duvido, Exmo. Sr. que nos indivíduos alistados, talvez haja ainda algum fora da lei, por falta de legais exposições das partes, mas não de minhas intenções; não obstante apressar-me incansável na apuração circunspecta, que concluí no terceiro dia, para evitar os artifícios ardilosos, que em tais ocasiões por todos os meios se apresentam. Cumpre-me mais participar a V. Excia. para levar também ao Augusto Conhecimento de S. M. o Imperador que a requerimento de alguns extremosos pais, aceitei em lugar de seus filhos para o Serviço da 1.ª Linha oito mulatos, que eles libertaram, ainda mais robustos e capazes de servirem, que os seus próprios filhos, ficando estes ao mesmo tempo no serviço da 2.ª, onde se achavam, anuí a isto, Exmo. Sr., não só por consideração aos pais, como pelo aumento do número dos combatentes com aqueles escravos habilitados com a liberdade para poderem ter a honra de servirem à Nação como soldados; e fico esperançado de que toda a minha conduta, nesta diligência, possa merecer a augusta aprovação de S. M. o Imperador, como nascida puramente de minhas boas intenções e esforços de bem o servir sempre e agradar. Ultimamente, querendo prevenir com mais segurança o brigue Ururau em algum encontro, que possa ter com o corsário, que anda nesta costa, como participei a V. Ex. em ofício de doze do corrente, mandei meter a bordo, além da artilharia e fuzis de sua guarnição, mais quatro peças de bronze de calibre três, com as necessárias palamentas, oitenta tiros com balas para as ditas, dois barris de pólvora, trinta espingardas, quatrocentos cartuchos embalados de mosquetaria e duzentos de pistolas; e assim mais dez soldados milicianos de caçadores Henriques com um oficial inferior, e um tenente do mesmo corpo, responsabilizado ao mesmo tempo do supradito Trem, para o transportar a esta Cidade. Deus guarde a V. Excia. Quartel General do Comando das Armas na Cidade da Vitória, vinte e sete de junho de 1827. Ilm.º e Ex. Sr. Conde de Lages. (a) Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama.”

(*Livro primeiro do Comando das Armas, documento copiado por Basílio Daemon, escreveu ao pé do Ms.*.)

– Antes de entrar na baía de Vitória, o *Ururau*, aos vinte e nove de maio, sob o comando de José de Sousa Pico, atacou e pôs em fuga um corsário – argentino, sem dúvida – que navegava nas proximidades da barra (MENDONÇA e VASCONCELOS, *Repositório*, 409).

XIV  
(p. 315)

MAPA DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO DO ANO DE 1827

Freguesias	Branços		Índios		Pardos livres		Pardos cativos		Pretos livres		Pretos cativos		Almas	Fogos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Vitória	1 742	1 972	78	86	1 766	2 120	585	698	286	330	1 579	1 462	12 704	2 600
Itapemirim	172	174	59	64	135	155	20	21	16	22	547	450	1 835	229
Benevente	244	266	374	460	224	306	14	31	13	31	305	239	2 507	491
Guarapari	270	339	22	27	299	453	53	72	38	38	354	473	2 438	377
Espírito Santo	286	285	29	19	187	217	111	94	52	57	430	353	2 120	342
Viana	117	97	18	21	107	115	12	10	12	18	40	18	585	106
Serra	472	477	22	31	182	204	166	147	25	32	777	478	3 013	428
Almeida	175	187	1 498	1 509	49	17	21	7	14	4	145	163	3 789	475
Linhares	61	53	154	107	58	50	3	4	8	5	27	12	542	88
São Mateus	472	475	393	390	500	473	333	333	289	*227	1 228	1 133	6 346	547
SOMA	4 011	4 325	2 647	2 714	3 507	4 110	1 318	1 417	753	864	5 432	4 781	35 879	5 683
Diferenças	95	147	- 74	- 353	856	1 160	- 392	- 160	- 487	- 578	126	186	526	409

Nasceram	Livres	938	1412
	Escravos	474	
Morreram	Livres	797	1097
	Escravos	300	
Casaram	Livres	224	295
	Escravos	71	

Os nascimentos, mortes, e casamentos são de 1827. As diferenças negativas levam este sinal -.

INÁCIO ACIÓLI, *Memória*.

\* Devia ser 337 para fechar as somas. Diversos números desta tabela foram corrigidos com base na transcrição do original existente na *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828* por Ignácio Accioli de Vasconcellos. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978. [Nota do editor].

XV  
(p. 319)

RENDAS PÚBLICAS

As fontes donde dimanam as rendas públicas são as seguintes:

(a) Dízimo de miúças pertencente ao Estado por Concordata, carta régia de 18 de março de 1715	3:446\$000
(b) Dízimo do açúcar exportado, carta régia dita	1:610\$000
(c) Dízimo dos gêneros de exportação, dito, dito	320\$000
(d) Sisa dos bens de raiz, alvará de 3 de junho de 1809	1:184\$000
(e) Meia sisa dos escravos ladinos, idem	2:283\$000
(f) Imposto a favor do Banco do Brasil, alvará de 20 de outubro de 1812	1:003\$000
(g) Imposto de 8\$000 em pipa de aguardente, alvará de 30 de maio de 1820	1:596\$000
(h) Imposto de 5 réis em libra de carne verde, alvará de 3 de junho de 1809	585\$000
(i) Imposto de 80 réis em canada de aguardente, carta régia de 23 de outubro de 1646, e provisão de 7 de outubro de 1655 do Conde de Atouguia	2:333\$000
(k) Subsídio literário, carta de lei de 10 de novembro de 1772	964\$000
(l) Subsídio voluntário, carta régia de 23 de outubro de 1646 e provisão de 7 de outubro de 1655 do Conde de Atouguia	1:334\$000
(m) Dízimo do pescado pertencente ao Estado por Concordata, carta régia de 18 de março de 1715	997\$000
(n) Passagens de rios instituídas pelos donatários da Província	37\$000
(o) Décima dos prédios urbanos, alvará de 27 de junho de 1808	1:595\$000
(p) Selo do papel, alvará de 17 de junho de 1809	1:683\$000
(q) Pensões de engenho instituídas pelos donatários da Província	29\$000
(r) Foros de chãos dos extintos jesuítas estabelecidos em 1806 pelo ex-governador Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar	12\$000
(s) Novos direitos das cartas de seguro e de ofícios da Justiça, regimento de 11 de abril de 1661	210\$000
(t) Donativo dos ofícios de Justiça, decreto de 11 de maio de 1722	1:494\$000
(u) Terças partes dos mesmos, alvará de 13 de junho de 1751	42\$000
(x) Administração do correio, alvará de 20 de janeiro de 1798	386\$000
(z) Ancoragem dos navios estrangeiros, alvará de 15 de março de 1810	18\$000
(y) Direito de dois por cento de consulado, carta régia de 28 de janeiro de 1808	217\$000
Somam as rendas acima calculadas pelo ano de 1827, e pelas arrematações para o ano de 1828 nos artigos (d) (e) (f) (g) (h) (i) (k) (l) (m) e parte de (n)	23:378\$000

Andam por administração os artigos (a) (b) (c) e parte de (n) na forma das leis concernentes a cada um.

Nunca foram administrados, nem arrematados os artigos (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (z) (y) mas cobrado na Junta da Fazenda conforme as leis concernentes a cada um.

As suas aplicações são as seguintes:

Aos vigários de nove freguesias com a cõgrua de 200\$000 anuais à exceção do da freguesia de Linhares que tem 300\$000 e porque o da freguesia de Viana é pago pela Polícia	1:900\$000	
De guisamento de cada uma freguesia	215\$280	
Para uma canoa ao vigário de Guarapari, por provisão do Tesouro de 28 de janeiro de 1819	30\$000	
Ao vigário da freguesia da Cidade para a celebração dos officios da Semana Santa, por alvará de 8 de janeiro de 1744	36\$800	
Ao mesmo como fabriqueiro, por provisão do Tesouro de 1º de janeiro de 1784	5\$000	
Ao coadjutor do mesmo, por provisão do Tesouro de 28 de janeiro de 1819	25\$600	
Ao capelão do colégio dos extintos jesuítas com 25\$000 para guisamento, por provisão do Tesouro de 22 de março de 1825	85\$000	
De ordinária de 90\$000 ao convento de S. Francisco, e de Nossa Senhora da Penha, pelo alvará de 16 de dezembro de 1605	180\$000	2:477\$680
Ordenado ao presidente da província, por carta de lei de 20 de outubro de 1823	2:400\$000	
Dito ao secretário dito	1:000\$000	
De gratificação a seis membros do Conselho da Província dito	864\$000	
Ordenado ao official da Secretaria, por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 4 de maio de 1825	200\$000	
Gratificação a quem serve de porteiro da secretaria por ordem da Junta da Fazenda de	87\$600	4:551\$600
Ordenado ao ouvidor da comarca	533\$333	
Dito ao escrivão dos feitos e execuções da fazenda por ordem da Junta de 3 de janeiro de 1810	20\$000	553\$333
Ordenado ao escrivão deputado da Junta da Fazenda	600\$000	
Dito ao tesoureiro geral	400\$000	
Dito ao procurador da fazenda	30\$000	
Dito ao contador	400\$000	
Dito a um segundo escriturário	300\$000	
Dito a um terceiro dito	200\$000	
Dito a dois amanuenses a 120\$000	240\$000	
Um praticante com ordenado	60\$000	
Um porteiro com ordenado	120\$000	
Um contínuo com ordenado	80\$000	
Ordenado ao administrador do correio, por provisão de 4 de maio de 1821	100\$000	
Dito ao escrivão do registro do rio Doce, por decreto de 10 de janeiro de 1820	200\$000	
Pensão a D. Florência Balbina de Amorim, por decreto de 15 de janeiro de 1821	80\$000	2:810\$000

Ordenado ao almoxarife, carta régia de 29 de maio de 1809	250\$000	
Dito ao escrivão dito	200\$000	
Dito ao patrão do escaler do governo	144\$000	
Dito ao patrão da catraia do rio Doce, por D... da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de	200\$000	
Soldada a dez índios remadores do escaler	584\$000	
Dita ao servente dos Armazéns	116\$800	1:494\$800
Gratificação ao encarregado do corte das madeiras, em consequência das ordens da Repartição da Marinha	120\$000	
Para sustento dos trabalhadores empregados no mesmo corte	400\$000	
Para compra de carnes, aguardentes, miçangas, e outros objetos para o gentio botocudo	1:600\$000	
Expediente da secretaria do Governo e Casa da Fazenda	200\$000	2:320\$000
Ordenado ao professor de gramática latina desta Capital	300\$000	
Gratificação ao dito de primeiras letras pelo método lencasteriano	240\$000	
Ordenado ao dito desta Cidade, e vilas de Guarapari, Nova Almeida, e Benevente, a 150\$000, sendo o da Vila do Espírito Santo pago pela Câmara	600\$000	1:140\$000
Vencimento dos oficiais do Estado Maior	4:200\$000	
Dito dos da Fortaleza	1:122\$000	5:322\$000
Ao 6.º Corpo de Artilharia de posição de 1.ª Linha	9:120\$000	
Ao Batalhão 12 de Caçadores de 1.ª Linha	6:000\$000	
Às praças da 2.ª Linha que fazem o serviço da Guarnição	9:840\$000	
Aos oficiais e oficiais inferiores reformados	1:092\$000	
Ao Hospital Militar	1:400\$000	27:452\$000
Soma		48:121\$413
Excede a despesa à receita		24:743\$413
E muito mais excederá se se incluir a seguinte despesa provável do ano de 1828:		
Para transporte dos marinheiros para o serviço da Esquadra	200\$000	
Depósito do combustível para as barcas de vapor	256\$000	
Para a despesa provável com as embarcações de guerra que venham a este porto	2:000\$000	
Para a despesa provável de reparos de quartéis, fortalezas, armazéns, escaler, diligências, transportes, iluminações, festividades nacionais, despesas extraordinárias e eventuais	2:000\$000	4:456\$000
Porque então excederá a despesa à receita		29:199\$413

INÁCIO ACIÓLI, *Memória*.

Tabela elaborada com base na transcrição do original existente na *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828* por Ignácio Accioli de Vasconcellos. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978 [Nota do editor].

XVI  
(p. 319)

Dívida eclesiástica	4:370\$122	
Civil	2:788\$096	
Militar	19:777\$791	
Literária	1:174\$027	
Ao cofre do Banco do Brasil	16:332\$456	
À Santa Casa da Misericórdia	3:553\$630	
Ao cofre do Juízo dos Ausentes	3:604\$000	
À caixa de subscrição voluntária	44\$820	
Ao Tesouro Nacional de emolumentos de patentes	329\$216	
Rendimento em depósito	582\$320	
Ao cofre das Propriedades Portuguesas	1:250\$680	
Soma a dívida passiva		53:807\$158

INÁCIO ACIÓLI, *Memória*.

Tabela elaborada com base na transcrição do original existente na *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828* por Ignácio Accioli de Vasconcellos. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978 [Nota do editor].



XV



# XVI

## DUAS TRIBUNAS POPULARES: A ASSEMBLÉIA PROVINCIAL E O JORNAL

**A** ESTRADA VITÓRIA-OURO PRETO – Embora abandonada pelo governo por inútil – uma vez que não havia comércio para movimentá-la – a estrada que ligava o Espírito Santo à província de Minas Gerais continuava preocupando as inteligências de mais ampla visão.<sup>1</sup>

Em uma das sessões de 1829 do Conselho Provincial, a questão foi trazida a debate.

---

1 - “... sendo a abertura de uma estrada que comunique esta Província com a de Minas Gerais um dos únicos meios que se pode levantar da miséria e pobreza em que se acha tanto de população como de comércio” (Ofício de vinte e cinco de janeiro de 1832 do Conselho Provincial a José Lino Coutinho, ministro do Império, in *Pres ES*, V).

A falta de dinheiro para enfrentar as despesas de desobstrução e outras obrigou a protelações de toda ordem, até que, em 1833, a obra foi contratada com o coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro – o mesmo diligente oficial que construiu a estrada nos dias do governador Rubim. Tamanha significação se emprestava ao assunto que o governo, quando verificou a exaustão dos próprios cofres, resolveu pedir dinheiro emprestado ao comércio para iniciar as obras.

Em meados de 1834, os trabalhos ainda não estavam concluídos.<sup>2</sup>

**ÍNDIOS – COLONOS ALEMÃES** – A existência de numerosas tribos de botocudos na região atravessada pela estrada Espírito Santo-Minas era a causa principal do seu abandono. Em verdade, os temíveis silvícolas não eram simples tema literário. Enchiam de pavor mesmo aos habitantes das vilas e até os da Capital, pois visitavam freqüentemente as lavouras situadas nas proximidades daquelas povoações, depredando e matando. A correspondência dos presidentes, de quando em vez, acusa o terror que os índios inspiravam, prejudicando todas as tentativas de penetração.

Não se dispõe de informações sobre os contatos entre as duas sociedades – índios e brancos – mas é inegável a preocupação da Administração em conquistar as boas graças dos primeiros. Na prática, poderia ser – como certamente foi – deturpado o propósito do governo pelos seus delegados ou funcionários. Mas a verdade é que as leis e as providências oficiais – de que nos falamos os documentos – atestam a saciedade o desvelo dos poderes públicos pela sorte dos antigos donos da terra brasileira.

Desanimado, talvez, de obter melhores resultados na tarefa de aliciamento dos índios que habitavam as margens da promissora estrada e impossibilitado de manter custosa guarnição militar em todo o seu percurso, o governo provincial cogitou de localizar ao longo da mesma os alemães que haviam servido nos batalhões de

---

2 - MACHADO DE OLIVEIRA transcreveu no vol. XIX da *RIHGB* (p. 232-9) vários extratos das atas de sessões do Conselho Provincial em que foram tratados assuntos referentes à reabertura da estrada. No citado volume, *passim*, cópias de documentos do maior interesse para a história da mesma.

- Por portaria de treze de março de 1822, da Secretaria do Império, era recomendado à Administração do Espírito Santo “concedesse Sesmarias ao longo da Estrada aberta para que não se tapasse de novo” (Ofício de Acióli de Vasconcelos ao ministro Maciel da Costa, de trinta e um de agosto de 1824, in *Pres ES*, III, 80).

- Cabe recordar aqui o decreto de vinte e três de outubro de 1832, que dispunha sobre a navegação dos rios Doce e Jequitinhonha e a abertura de estradas e reparações das existentes na direção da província de Minas Gerais para as da Bahia e Espírito Santo, que parece ser uma demonstração de acatamento do governo central ao apelo que lhe fora dirigido pelo Conselho Provincial do Espírito Santo, a vinte e cinco de janeiro de 1832 (ver *foot-note* 1).

mercenários e mandados para cá após a dissolução das suas unidades.<sup>3</sup> Não vingou a idéia, pois os cofres da província não suportavam as despesas decorrentes da diária de cento e sessenta réis, que se responsabilizara a pagar a cada um dos novos colonos. Debandaram quase todos da terra capixaba, “a maior parte com destino a Porto Alegre”.<sup>4</sup>

**A ORDEM PÚBLICA** – Os vendavais políticos, que agitavam o país de norte a sul,<sup>5</sup> refletiam sua virulência na vida pacata da província capixaba.<sup>6</sup> Não que se tramasse

---

3 - Em ofício de cinco de janeiro de 1828, o ministro Araújo Lima, em nome do imperador, ordenava a Inácio Acioli “sejam conduzidos à Província do Espírito Santo os Colonos Alemães que se acham atualmente nesta Corte, a fim de serem estabelecidos no Rio Doce em terras que sejam mais próprias aos trabalhos da Agricultura” (Arq. Nacional - Livro 1 - *Espírito Santo*, p. 52. Esse livro [IJJ9 24] contém cópias dos ofícios expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império para o Governo do Espírito Santo).

4 - Ofício de vinte e dois de dezembro de 1831 do presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama ao ministro José Lino Coutinho, in *Pres ES*, V) .

- Informa BASÍLIO DAEMON que a diária foi suspensa em virtude de os colonos não quererem se sujeitar às leis do país (*Prov. ES*, 285).

- Mais tarde, em 1846, viriam novos colonos alemães, inaugurando a fixação dos operosos filhos da velha Germânia na terra capixaba. É o que informa o documento seguinte: “No Transporte Nacional Êolo se acham embarcados com destino a essa Província cem Colonos Alemães, cujos nomes vão descritos na Relação junta; aos quais, logo que aí chegarem, V. Exa. dará o conveniente destino, na forma do que tem representado; providenciando outrossim para que se facilite o seu desembarque e das suas bagagens, sem dispêndio da Fazenda Pública, e, quando algum seja indispensável fazer-se, deve este entender-se como um adiantamento, que os ditos Colonos têm de restituir pela maneira, que abaixo se declara.

Achando-se eles comprometidos para com o Governo Imperial pelo seu transporte desta Corte para essa Capital, e pelas despesas do seu sustento, não só durante a demora, que aqui tem tido a cargo do mesmo Governo, cuja conta não está ainda liquidada, como da que terão nessa Capital; e sendo necessário assegurar a satisfação destas dívidas, Ordena Sua Majestade o Imperador que V. Exa. contrate com os ditos Colonos o pagamento delas dentro do tempo, e pelo modo, que lhes for mais cômodo, não excedendo o prazo de 4 anos; e terá por muito recomendado o embolso das mencionadas dívidas, para que ele se realize no devido tempo. Palácio do Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1846. Joaquim Marcelino de Brito” (*Ms do AN*, IJJ9 24, p. 194).

5 - Entre 1831 e 1845, o Brasil foi palco das seguintes revoltas: no Ceará (1831-32), em Pernambuco (1832-35), no Pará (1835-40), na Bahia (1837-38), no Maranhão (1838-41) - e para usarmos a frase de EUCLIDES DA CUNHA - “abrangendo-as, somando-as a longa agitação no Rio Grande” (1835-45), que passou à história com o nome de Guerra dos Farrapos. Sem falar na Revolução de 1842 (Minas e São Paulo).

6 - Na sua *Memória*, tantas vezes citada neste trabalho, INÁCIO ACIOLI escrevia, em 1828, a respeito da índole dos espírito-santenses e da História da província: “São joviais, dóceis, muito amigos de festividades e divertimentos, pouco aplicados às primeiras letras, e tão pacíficos que é raro haver crime de morte, furto, arrombamentos ou incêndio, sendo [mui] freqüentes as demandas por palmos de terra. / Não consta [de] acontecimento algum público; a mesma Constituição de Portugal, que a tantos alucinou, aqui se abraçou sem estrépito; e conhecida

aqui alguma rebelião. Também não se pode afirmar que a delinqüência individual se houvesse avolumado de maneira excepcional. O que, afinal, não seria de estranhar em uma província cujo policiamento ia pouco além de simples quimera, oferecendo, ademais, condições singulares para estimuladora impunidade.

Ocorria aqui o fenômeno assaz corriqueiro nos países em fase aguda de ebulição política: as mais simples atitudes sociais se manifestavam exaltadamente, assumindo, muitas vezes, cambiantes extralegais.

Sucedida, igualmente, vir de fora o instrumento perturbador. Foi o que se verificou com os elementos mandados da Corte para integrarem o batalhão número dois, que se devia formar em Vitória. Por motivos não apurados, os soldados que para aqui tinham vindo foram dispensados e, descontentes, insubordinaram-se.<sup>7</sup> Tamanha inquietação provocaram na cidade que seus habitantes – em número considerável – se passaram para o continente, atemorizados com a anarquia que se prenunciava, dada a incapacidade do governo de garantir a ordem, desparelhado que estava da força armada necessária. (I)

S. Mateus e Barra, durante muitos anos, foram focos ativos de turbulências. Nos milésimos de 1831 e 1832, recrudesceram as desavenças entre brasileiros e portugueses radicados ali e, como estes eram minoria, coube-lhes a pior. A intervenção das autoridades resultava no seu descrédito, pois, conhecida a sua impossibilidade de fazer valer a lei, os agitadores cresciam de audácia, chegando ao extremo de invadir as prisões e dar liberdade aos presos. O governo fazia o possível para conter a onda de desordeiros e houve um momento em que teve de armar os próprios funcionários, confiando-lhes o encargo de policiar S. Mateus – a mais próspera vila da província.<sup>8</sup>

Agravando tão crítica situação, uma penúria extrema em Nova Almeida, onde a fome de 1835 ceifou muitas vidas e um grande incêndio destruiu trinta e oito casas.<sup>9</sup>

---

a inconveniência sem a menor divergência de opiniões e com muita satisfação se jurou a do Império”.

7 - Ofício do vice-presidente em exercício José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim ao ministro do Império, José Lino Coutinho, datado de vinte e dois de setembro de 1831, in *Pres ES*, V.

8 - O quinto volume da coleção de *Mss Pres ES* guarda numerosos ofícios dirigidos ao governo central participando alterações da ordem em S. Mateus.

- BASÍLIO DAEMON refere-se a um motim havido ali, em fins de abril e princípios de maio de 24, cujo objetivo era incorporar aquela vila à província da Bahia (*Prov. ES*, 302). Não encontramos referência alguma a esse motim na correspondência ativa dos presidentes da província, existente no AN.

9 - Documentos mss. constantes do volume VI da coleção *Pres ES*, pertencente ao Arquivo Nacional.

No sul, a situação não era melhor. Em fins de 1831, foi descoberto e abafado um levante de escravos em Itapemirim.<sup>10</sup> Um grupo de mais de cem homens assassinou, em Benevente (1833), o capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva<sup>11</sup> e, em Guarapari, no ano de 1835, chacinaram famílias inteiras.<sup>12</sup>

Campos – sempre rebelde às ordens emanadas do governo espírito-santense – tinha nas autoridades locais os mentores da desobediência.<sup>13</sup>

Não escapou ao chefe do executivo capixaba a observação de que as notícias provenientes do Rio de Janeiro – onde as sedições se contavam pelos dias – repercutiam diretamente na província, provocando transtornos à Administração e temores no povo.<sup>14</sup>

10 - “Para o Vice-Presidente. Sendo presente à Regência o Ofício do Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, na data de quatro do corrente mês em que, referindo-se a outro ofício do Juiz de Paz da Vila de Itapemirim, participa ter-se premeditado na dita Vila uma insurreição da escravatura, com o fim de ser assassinada a gente branca: Manda a Mesma Regência em Nome do Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que o dito Vice-Presidente desenvolva toda a atividade, e energia necessária para capturar os cabeças daquele horroroso plano que devem ser castigados com toda a severidade das Leis; e quando suceda que eles apresentem atitude hostil contra as medidas que se tomarem a esse respeito, cumpre que se empregue a força armada para os debelar completamente: E Há outrossim por bem a Mesma Regência, que o sobredito Vice-Presidente faça conhecer aos Cidadãos (*sic*) ocupados no serviço da Guarnição quanto é necessário a sua coadjuvação em tão melindrosa crise, Esperando que continuem com o mesmo fervor visto não deverem conservar-se armadas as praças que não merecerem atualmente a confiança da Nação. Palácio do Rio de Janeiro em treze de outubro de 1831. José Lino Coutinho. Para a Câmara Municipal da Vila de S. Salvador dos Campos (*sic*)” do acervo do AN. – (Ms IJJ9 24, p. 90-90v).

11 - O crime verificou-se na noite de vinte e um de fevereiro de 1833. (Ofício de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, de três de março de 1833, dirigido a Honório Hermeto Carneiro Leão – Ms pertencente ao AN).

- A vinte de junho, o presidente da província oficiava ao ministro do Império nos seguintes termos: “Julgo todavia do meu dever declarar a V. Exa. que faltam-me meios [para sustentar a pública tranqüilidade], por isso que a Força de 1ª. Linha aqui existente é de trinta e uma Praças, espalhadas em diversos pontos, e a Companhia Permanente consta atualmente de sessenta, acrescentando o não estarem ainda organizadas de todo as Guardas Nacionais, já pela imperícia de muitos Juizes de Paz, já pela ineptidão dos Comandantes, e Oficiais, a maior parte dos quais não se acham fardados, e já finalmente pela indiferença de alguns Cidadãos; e sobre isto tenho expedido as mais positivas ordens, responsabilizando aos negligentes” (*Pres ES*, VI, 28-28v).

12 - DAEMON, Prov. ES, 307.

13 - Denúncias repetidas da administração capixaba durante os anos de 1831 e 1832 podem ser lidas no quinto volume da coleção de Mss intitulada *Presidentes do Espírito Santo*, do Arquivo Nacional.

14 - Ofício de Monjardim a José Lino Coutinho, vinte e dois de outubro de 1831, *in Pres ES*, V.

- A fim de auxiliar na manutenção da ordem na província, o governo imperial manteve no porto de Vitória, durante meses, no ano de 1833, o patacho *Vênus* e a escuna *Jacuípe*, da Marinha de Guerra. A seis de julho daquele ano o presidente dirigia-se ao ministro Aureliano de Sousa

Em 1829, não faltavam médicos, cirurgiões e boticas na boa terra espírito-santense. Os primeiros, em número de dois, residiam em Campos; os cirurgiões, distribuídos por toda a província, somavam vinte e quatro, dos quais três em Vitória, “sendo um Estrangeiro e Francez de Nação” e onze em Campos. As boticas não passavam de dezesseis.<sup>15</sup>

O presidente Inácio Acioli de Vasconcelos elaborou preciosa *Relação das Cidades, Vilas, Arraiais, Freguesias, &, que existem em toda esta Província do Espírito Santo*, peça que, hoje, permite visão real do mapa político e religioso do ano de 1829. (II)

Verdadeiramente desconcertante é o quadro do ensino público em 1830. No fim daquele ano cursavam as “aulas públicas” de Vitória apenas 197 alunos, dos quais 25 “na aula de gramática latina”, 30 na “Escola do Ensino Mútuo” e 142 na “Escola do Ensino dito vulgar”. Em Campos, 42 meninas na respectiva aula.<sup>16</sup>

Foi nessa quadra que aportou ao Espírito Santo a primeira leva de colonos suíços, nova e promissora falange que se juntava ao batalhão sagrado do trabalho agrícola. (III)

Os administradores da época têm os olhos sempre voltados para os índios – cuidando de lhes dar assistência – e para o ensino de primeiras letras à população infantil. A insistência com que martelam aqueles temas na correspondência para a Corte é o testemunho melhor do pequeno resultado obtido pelo esforço oficial.

Também as insurreições de escravos – embora de reduzidas proporções – agitam, periodicamente, a vida capixaba.

Ao lado de tantos problemas, a falta de recursos pecuniários para ocorrer às necessidades mais prementes da Administração. (IV)

---

Coutinho, reclamando contra a retirada daqueles vasos de guerra da província (*Pres ES*, VI).

15 - “Relação dos Médicos, Cirurgiões, e Boticas, que existem em toda esta Província do Espírito Santo: / *Na Cidade da Vitória*: - Cirurgiões - três, sendo um Estrangeiro, e Francês de Nação. Boticas - quatro, neste número entra a da Santa Casa da Misericórdia. / *Na Vila de S. Mateus*: Cirurgiões - quatro. Botica - uma. / *Na Vila de Nova Almeida*: *Na Povoação de Linhares*: Cirurgião - um, é o da Diretoria. / *Na Vila de Campos*: Médicos - dois. Cirurgiões - onze. Boticas - nove. Tudo é dentro da Vila. / *Na Freguesia de S. Gonçalo*: - Cirurgiões - quatro. Boticas - duas” (Anexa ao ofício de oito de outubro de 1829, de Inácio Acioli de Vasconcelos, a José Clemente Pereira, in *Pres ES*, IV, 188).

16 - Ofício do presidente do Espírito Santo ao ministro do Império, de dezanove de fevereiro de 1831, no qual esclarecia que os professores das outras escolas não lhe haviam

**REPULSA ÀS IDÉIAS DE RESTAURAÇÃO** – Quando a campanha movida pelos *caramurus* – orientados pelos Andradas, partidários da volta do duque de Bragança ao trono brasileiro – ia no auge, todas as Câmaras da província, solicitadas talvez pela Regência, dirigiram-lhe longas representações, testemunhando a repulsa do povo pela política dos *restauradores*.<sup>17</sup>

Também a destituição de José Bonifácio do cargo de tutor de D. Pedro II provocou apaixonadas palavras de aplausos da parte do governo provincial que, por intermédio do seu Secretário, se dirigiu ao Ministro do Império nos seguintes termos: “Só ela [a destituição] nos podia trazer dias tranqüilos e livrar o Brasil do abismo em que o iam projetando esse brasileiro degenerado e seus sequazes” (VI).

**A PRIMEIRA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL** – A primeiro de fevereiro de 1835, instalou-se, em Vitória, a Assembléia Provincial.<sup>18</sup> Era uma decorrência do Ato Adicional<sup>19</sup> e, mais que qualquer outro, concretizava expressiva vitória da corrente descentralizadora, que, nas altas esferas políticas do país, vinha se batendo pela maior autonomia administrativa das províncias.<sup>20</sup> Informa Basílio Daemon que as eleições para a constituição dessa primeira Assembléia se realizaram no ano anterior e, no dia de sua instalação, houve missa votiva, com sermão alusivo do padre João Clímaco de Alvarenga Rangel, um dos deputados eleitos.<sup>21</sup>

---

remetido as respectivas relações (*Pres ES*, V, p.. 125).

17 - Mss pertencentes ao volume V da coleção *Presidentes do Espírito Santo*, do AN. Merece atenção o ofício que se pode ler na nota n.º V deste capítulo.

18 - Ofício do presidente Manuel da Silva Pontes ao ministro do Império, de dois de fevereiro de 1835 (*Pres ES*, VI).

19 - Lei número dezesseis, de doze de agosto de 1834.

20 - Sobre a matéria, AURELINO LEAL escreveu: “a reforma estabeleceu o poder legislativo local com um poder próprio sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província; instrução pública, exceção feita do ensino superior; a desapropriação provincial ou municipal; polícia e economia municipal, precedendo proposta das câmaras; fixação das despesas provinciais e municipais e impostos; repartição da contribuição direta; criação de empregos municipais e provinciais e ordenados respectivos; obras públicas, casas de prisão e de assistência pública; modo de proposta, discussão e sanção das leis locais; fixação da força policial; autorização para empréstimos; modo da administração dos bens da Província; suspensão e demissão dos magistrados contra os quais houvesse queixa de responsabilidade; exercício cumulativo da suspensão de garantias. O presidente da Província, que continuava sendo de nomeação do governo central, exercia o poder executivo, com direito de veto suspensivo. [...] Era vedado às assembleias legislar sobre impostos de importação” (*História Constitucional*, 174-5).

21 - Além daquele sacerdote, foram eleitos deputados provinciais: Luis da Silva Alves de Azambuja Suzano, capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, padre João Luís da Fraga Loureiro, Manuel da Silva Maia, José de Barros Pimentel, Manuel de Morais Coutinho, Dionísio Álvaro Rezendo, padre Manuel d’Assunção Pereira, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre Inácio Félix de Alvarenga Sales, padre Francisco Ribeiro Pinto, Manuel Pinto Rangel e Silva. Joaquim da Silva Caldas, Manuel de Siqueira e Sá Júnior, Miguel Rodrigues Batalha,

É de justiça observar que tomaram assento no Congresso local os nomes de mais destaque da terra. Sacerdotes ilustres, como o Dr. João Clímaco<sup>22</sup> e Fraga Loureiro,<sup>23</sup> um literato erudito e culto como Azambuja Suzano,<sup>24</sup> sem contar os nomes prestigiosos de Duarte Carneiro, Monjardim, Ribeiro Pinto e outros.

**ENTRE 1830 E 1840** – Além dos fatos mencionados, ocorridos entre os anos de 1830 e 1840, merecem referência algumas observações colhidas nas *falas*, lidas pelos presidentes perante a Assembléia Provincial, sobre aspectos da vida local. Aqui está, por exemplo, um depoimento de Manuel da Silva Pontes sobre Vitória, em 1833: “As comodidades a que os homens reunidos têm direito não passam nesta cidade da casa de açougue, da banca do peixe e de dois chafarizes. Faltam-lhe casas para o mercado de farinha, grãos e legumes; não há logradouro público, nem campo em que descansem as reses que se destinem ao talho, nem curral do Conselho; faltam aos vizinhos e forasteiros casas de pasto, estalagens e cavalariças, nem há prados que dêem erva para cavalos de argola”.<sup>25</sup>

O mesmo presidente, discorrendo a respeito da agricultura capixaba e seus problemas, expendeu estas saborosas reflexões, exuberantes de atualidade ainda hoje: “Outras causas nocivas noto contra a agricultura, e vem a ser a mania de adquirir terrenos desproporcionados e o abandono da terra cultivada. Alegam os lavradores por que assim obram que a terra depois de duas ou três colheitas torna-se estéril e em campo para as formigas. A futilidade desta teoria ou antes pretexto patenteia-se com a mais leve atenção que prestemos ao que se passa em nossos jardins, cuja terra nunca envelhece, nem é crível que haja homens tão covardes que recuem à vista de adversários tão desprezíveis como as formigas”.<sup>26</sup>

---

coronel Sebastião Vieira Machado, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, João Nepomuceno Gomes Bittencourt, e coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro (DAEMON, *Prov. ES*, 303-4).

22 - Ver AFONSO CLÁUDIO - *João Clímaco* (edição do Instituto Profissional), Rio de Janeiro, 1902.

23 - Na *História da Literatura Espírito-Santense* (p. 117 ss.), de AFONSO CLÁUDIO, pode-se ler ótimo resumo biográfico desse sacerdote, poeta, professor e político capixaba.

24 - AFONSO CLÁUDIO dedicou um capítulo de sua *História da Literatura Espírito-Santense* ao estudo da personalidade e obras de Azambuja Suzano. Também BASÍLIO DE MAGALHÃES, no *Apêndice* de seu livro *O Café*, faz anteceder a reprodução do texto do romance *O Capitão Silvestre e Frei Veloso* de um resumo biobibliográfico de Azambuja Suzano. Vários ofícios da Presidência do Espírito Santo dirigidos ao governo imperial - constantes do vol. VI da coleção *Presidentes do Espírito Santo* - acusam Suzano de atividades revolucionárias. Nas eleições realizadas em 1837, seu nome foi o mais votado para o cargo de vice-presidente da província.

25 - Fala do presidente Manuel José Pires da Silva Pontes ao Conselho Provincial, em primeiro de dezembro de 1833 (Ms. pertencente ao acervo do AN).

26 - Ver *foot-note* n.º 25.





Antigo Colégio dos jesuítas - Vitória.

Torres da igreja de São Tiago. Construção dos séculos XVI-XVII. Escadaria Padre Inácio. Rua 1º de Março. No primeiro prédio à esquerda funcionava o Posto Fiscal. No sobrado à meia encosta, a Saúde do Porto. Aspecto de 1908, antes da reconstrução do palácio do governo.

*Coleção Luiz Derenzi*



### Casa da Câmara e Cadeia

Neste edifício (primeiro plano) já demolido, funcionaram em princípios do século XX, a Cadeia Pública, a Municipalidade de Vitória, a Imprensa Oficial e o Tribunal de Justiça. Afonso Cláudio, primeiro presidente do período republicano, tomou posse aqui perante a Câmara Municipal. O senador Diogo Antônio Feijó nele esteve recolhido, ao chegar ao Espírito Santo, após a Revolução de 1842.

*Coleção Mário Freire*

As estradas continuavam sendo problema crucial. Invasas pelo matagal viçoso, exigiam conserva permanente – que os cofres públicos não permitiam. A travessia dos rios era feita em canoas e balsas, e metiam elas tal pavor que os viajantes preferiam enfrentar as águas, nadando ou cavalgando suas alimárias. As pontes – raríssimas – construídas de madeira, constantemente reclamavam conserto. Em 1836, até a estrada denominada *geral*, que corria pelo litoral e ligava a Capital ao Rio de Janeiro e Bahia, estava quase intransitável “entorpecendo a marcha dos viajantes e estafetas”.<sup>27</sup>

O comércio de exportação, no ano financeiro de 1839-40, oferece um detalhe de particular significação: a província embarcou produtos seus para Montevidéu e Porto.<sup>28</sup>

Cabe lembrar, por fim, a lei de trinta e um de agosto de 1832, que desincorporou do Espírito Santo – para anexá-las à província do Rio de Janeiro – as vilas de Campos dos Goitacazes e S. João da Barra. O território daquelas vilas não fazia parte da primitiva capitania de Vasco Fernandes Coutinho; e seus habitantes, em geral – pelo que se infere dos documentos – sempre se sentiram constrangidos com o ato régio que os fizera dependentes da ouvidoria espírito-santense.<sup>29</sup>

---

– Sobre o mesmo tema – ainda hoje preocupando os responsáveis pelos destinos da nação – Antônio Pereira Pinto, então à frente do governo capixaba, escrevia: “Parece da mesma forma, que se devia provar do remédio a outro vício, que deve certamente atrasar, e muito a prosperidade do Rio Doce, falo das sesmarias (pois o Rio Doce em toda a sua margem está ocupado por sesmeiros, assim como a Lagoa de Juparanã) cujos donos devem ser compelidos a cultivá-las dentro de curto prazo, ou então a consentirem, que elas sejam lavradas. Breve tenciono fazer uma digressão a esses lugares, e com melhor conhecimento de causa, inteirarei a V. Excia. das minhas investigações” (Do ofício de vinte de outubro de 1848, endereçado ao ministro do Império, in *Pres ES*, VII, 416-7).

27 - Fala de abertura da sessão da Assembléia Provincial lida pelo presidente Manuel d’Assunção Pereira a vinte e nove de outubro de 1836 (Ms. pertencente ao AN).

28 - Ms. incluído no vol. VII da coleção *Pres ES*.

– Produtos que figuram no *Mapa da exportação para fora do Império* referente ao ano financeiro de 1839-40: aguardente, algodão em fio, arroz, açúcar, café, cal, couros, achas de lenha, conçoeriras, pernas (*sic*) tábuas, toros, vigas (Mapa que acompanhou o ofício de vinte de março de 1841, do inspetor da Alfândega e Mesa do Consulado do Espírito Santo ao presidente da província, in *Pres ES*, VII, 8 ss.).

29 - Os historiadores fluminenses contestam que as vilas de S. João da Barra e Campos tivessem sido incorporadas à capitania do Espírito Santo. MAIA FORTE expôs o assunto nos seguintes termos: “As duas vilas não foram incorporadas em 1753, em consequência do resgate da Capitania da Paraíba do Sul à Capitania do Espírito Santo, mas à sua ouvidoria, o que é cousa bem diversa. Melhor do que o faríamos, disse-o o eminente dr. Joaquim Antunes de Figueiredo, que foi secretário das Finanças do Estado [do Rio de Janeiro] e ministro do Supremo Tribunal Federal, nas *Razões Finais* do Estado, apresentadas na ação movida pelo Estado de Minas Gerais sobre os limites de ambos: ‘Confundindo ouvidoria com capitania; tem-se sustentado que a anexação de Campos à ouvidoria do Espírito Santo importou a sua anexação à Capitania do Espírito Santo. Erro manifesto, porquanto a ouvidoria, divisão judiciária regida pelo ouvidor, tinha por circunscrição a comarca e esta nem sempre coincidia em extensão territorial com a capitania, divisão governativa ou administrativa, a cuja testa se achava o capitão, governador

O PRIMEIRO JORNAL – Justamente trinta e dois anos depois de iniciar-se a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*,<sup>30</sup> o Espírito Santo viu circular O *Estafeta* – primeiro jornal impresso na terra (1840). Nasceu tão mofino que não passou do número inaugural. Saiu da tipografia do alferes Aires Vieira de Albuquerque Tovar – que também foi a primeira aqui instalada.<sup>31</sup>

Nove anos após – a dezessete de janeiro de 1849 – da mesma oficina<sup>32</sup> saiu o *Correio da Vitória*, fadado a uma vida longa e exornada de relevantes serviços à província. Com ele começa a história do jornalismo capixaba.<sup>33</sup>

---

dela.’ E mais adiante: ‘Assim, a Capitania dos Campos, como se exprime a ordem régia de primeiro de junho de 1753, embora reunida por esta ordem à comarca (ouvidoria) do Espírito Santo, nem por isso o foi à Capitania deste nome” (O *Estado do Rio de Janeiro*, 27-8).

- Entretanto, não é demais recordar que à Junta da Real Fazenda do Espírito Santo cabia recolher as rendas reais do distrito de Campos (*Foot-note* n.º 20, do capítulo XV).

- Nos vols. I a V dos códices *Pres ES* (IJJ9 356-360) do AN, numerosos ofícios sobre a questão de jurisdição Espírito Santo-Campos-S. João da Barra.

- A propósito da linha que divide os atuais Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, CÍCERO MORAES destaca pormenor digno de nota (*Limites do Espírito Santo*, 271-2).

30 - Primeiro jornal impresso no Brasil. Começou a circular a dez de setembro de 1808. Embora saísse das oficinas da Imprensa Régia, não era órgão oficial do governo. Seu primeiro redator foi frei Tibúrcio José da Rocha.

31 - Em 1835, o presidente Joaquim José de Oliveira referia-se à falta de tipografia na província e, portanto, à “indispensável necessidade de imprimir-se em outra os atos legislativos da respectiva Assembléia” (Ofício dirigido ao titular da pasta do Império, a primeiro de junho de 1835 – *Pres ES*, VII).

- Informa DAEMON que a oficina chegou a Vitória em 1840 (*Prov. ES*, 13).

- A propósito d’O *Estafeta*, no seu admirável trabalho *A Imprensa no Espírito Santo*, HERÁCLITO AMÂNCIO PEREIRA escreveu: “Fundado pelo alferes Aires Vieira de Albuquerque Tovar que, aos quinze de setembro de 1840, firmou contrato com o governo provincial para a publicação dos atos oficiais. Comprometia-se, por esse contrato, Aires, a quem era garantido o privilégio estabelecido pela lei provincial número seis, de vinte e três de março de 1835, a publicar um jornal duas vezes por semana, ficando o governo com direito a cento e vinte exemplares de cada número que se editasse, pelos quais pagaria 10\$000” (*RIHGES*, III, 29).

- Cabe aqui referência especial ao trabalho de Heráclito Amâncio Pereira, obra benemérita de pesquisador paciente, a quem a história do jornalismo fica devendo um inventário conscienciosamente feito dos periódicos capixabas e valiosas retificações de *cochilos* imperdoáveis, inclusive dos organizadores do *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (1881).

32 - Tovar faleceu em 1841 e sua viúva *encostou* as máquinas, vendendo-as, em 1848, a Pedro Antônio de Azeredo, a quem coube lançar, como proprietário e redator, o *Correio da Vitória* (HERÁCLITO PEREIRA, *Imprensa*, III, 29; DAEMON, *Prov. ES*, 315).

33 - Resumindo a primeira fase da história do jornalismo espírito-santense, AFONSO CLÁUDIO escreveu: “A imprensa verdadeiramente independente, sem ligações com o governo ou com agremiações partidárias, foi inaugurada em dezessete de dezembro de 1853, com o

**COROAÇÃO DE D. PEDRO II** – Vitória festejou condignamente a coroação do segundo imperador brasileiro. “Com todas as demonstrações de júbilo, que o entusiasmo patriótico da população podia inspirar, e que permitiram os seus meios”, informou para a Corte o presidente da província.

Na “capela nacional” houve missa solene. A tropa deu as salvas de estilo e o presidente, “os respeitosos vivas”. Não faltou “o cortejo ao Retrato do Monarca”, nem a iluminação, por várias noites, das casas particulares e repartições públicas.

A Sociedade Dramática levou à cena a peça *Maria Teresa, Imperatriz da Áustria, ou o Heroísmo do Amor Filial*.<sup>34</sup>

---

periódico *A Regeneração*, redigido pelo distinto latinista, o professor Manuel Ferreira das Neves.

Era um jornal imparcial e de caráter literário; por isso mesmo pouco durou, extinguindo-se em 1855.

Ferreira Neves, depois de terríveis lutas políticas, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde fundou dois colégios, entregando-se de todo ao magistério, vindo a falecer a vinte e oito de julho de 1884.

A imprensa política fez a sua estréia na Província, a dezessete de julho de 1856, com a publicação d’*O Capichaba*; a literária prossegue com o *Semanário*, fundado por Pereira de Vasconcelos, em dois de janeiro de 1857, com a *Aurora*, fundada e redigida em dezanove de agosto do mesmo ano, pelo dr. Joaquim dos Santos Neves.

A partir de 1860, a imprensa torna-se quase exclusivamente política; é nessa quadra que surgem *A Liga*, em oito de abril; o *Indagador*, em treze de junho; o *Maribondo*, em onze de agosto; o *Provinciano*, em sete de setembro e o *Pica-Pau*, em vinte e seis de setembro, todos em 1860.

Foi a época das polêmicas insidiosas e das retaliações partidárias extremadas, apenas suavizadas pelas sátiras espirituosas de Batista Pires e pelas crônicas humorísticas de Ferreira das Neves. É a explicação do aparecimento dos periódicos *Maribondo* e *Pica-Pau*, que tão pouco tempo viveram.

Mas, se nessa época existia a imprensa política, convém dizer que ela na Província refletia as idéias de 1831. Alguns desses jornais ou eram pela Regência (*moderados*), ou advogavam a causa de D. Pedro I (*restauradores*), ou propendiam para o franco restabelecimento da ditadura militar, estimulados pelos sucessos da abdicação (*exaltados*)” (*Hist. Literatura*, 531-2).

- O primeiro jornal capixaba editado fora da Capital foi *O Itabira*, de Cachoeiro de Itapemirim. Começou a circular a primeiro de julho de 1866. Era redigido por Basílio Carvalho Daemon.

- O primeiro diário foi o *Diário Vitorense*, dirigido por Emilio Francisco Guizan. Começou a circular aos vinte e três de julho de 1866. Não saía aos domingos e dias santos. Matutino, a princípio, a partir de doze de novembro tornou-se vespertino (HERÁCLITO PEREIRA, *Imprensa*, III, 35-6).

**A INSURREIÇÃO DO QUEIMADO** – Surpresa sobremodo desagradável foi a insurreição de negros escravos, que explodiu no distrito do Queimado em 1849.<sup>35</sup>

É verdade que, de há muito, se vinham formando numerosos quilombos nas brenhas próximas às fazendas e povoações.<sup>36</sup> Concorriam bastante para a formação daqueles ajuntamentos de escravos fugidos a deficiência de força pública<sup>37</sup> e a dificuldade que encontrava a administração provincial para organizar grupos de civis capazes de desbaratar os improvisados arraiais.<sup>38</sup> Contudo, na medida das possibilidades, o governo vinha oferecendo guerra sem quartel aos quilombolas.<sup>39</sup>

---

35 - Justamente a dezenove de março, na hora em que era celebrada missa na capela erguida ali pelos seus habitantes, “excitados pelo fervor e piedade apostólica do missionário capuchinho frei Gregório Maria de Bene” (CÉSAR MARQUES, *Dicion ES*, 201).

Contestando o que César Marques escreveu sobre Queimado, AFONSO CLÁUDIO assim se expressou: “A igreja do Queimado não foi edificada pelos habitantes da freguesia; estes, quando muito, cooperaram. É também falsa a afirmativa que Gregório deixou a igreja pronta; até hoje (1884) – e isso é visível a quantos têm viajado por ali – a igreja de S. José não está inteiramente pronta” (*Insurreição do Queimado*, 64).

36 - Em ofício de trinta de agosto de 1848, dirigido ao conselheiro José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império, o presidente Antônio Pereira Pinto referia-se ao grande número de quilombos da província e manifestava a inquietação que causavam aos capixabas.

- Falando perante a Assembléia Provincial, a onze de março de 1849, o presidente Joaquim de Siqueira assim se exprimia: “quilombos que formigam na Província e tanto concorrem para o definhamento da agricultura e desmoralização da escravatura” (Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o desembargador Antônio Joaquim de Siqueira na abertura da Assembléia Legislativa provincial no dia onze de março de 1849 – Vitória - Tipografia Capitaniense de P. A. de Azeredo - 1849).

37 - “Uma das maiores dificuldades com que luta a presidência desta Província é a falta de recursos pecuniários e de força pública: com aqueles meios se fariam despesas que no futuro seriam assaz compensadas pelos maiores rendimentos e com estes se obrigaria os refratários a pagarem os direitos nacionais e se vedariam os contrabandos” (Ofício de vinte de outubro de 1848 do presidente Antônio Pereira Pinto ao ministro do Império – Ms pertencente ao vol. VII da coleção *Presidentes do E. Santo*).

38 - Na *Mensagem* apresentada à Assembléia Provincial em 1840, o presidente João Lopes da Silva Coito informava ter armado “vinte e quatro homens para coadjuvar as autoridades policiais na captura dos criminosos, e para destruir quilombos”, concluindo, depois de algumas considerações sobre a matéria: “O governo sente um grande embaraço à falta de um homem hábil, e capaz para comandante; pondo de parte o perigo nos assaltos, e batidas dos quilombos, é a grande dificuldade fazer-se obedecer e conservar no meio dos matos a subordinação e certa disciplina entre homens sem educação, de ordinário de maus costumes, e que por uma pequena gratificação diária não duvidam expor suas vidas” (Fala que o exmo. presidente da Província do Espírito Santo dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no dia primeiro de abril de 1840. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1840).

39 - O presidente Joaquim Marcelino, a dezessete de janeiro de 1843, comunicava ao ministro Araújo Viana ter sido batido e destroçado um quilombo de dezoito casas. Aprisionaram os que puderam e deixaram alguns negros mortos no campo da luta. “Na resistência que fizeram”, foram feridos dois paisanos e um soldado, porém sem grande gravidade (*Pres ES*, VII).

Queimado é um episódio da luta que os negros iniciaram no dia em que se viram cativos. Seu objetivo era a liberdade.

Organizada e deflagrada por três ou quatro escravos menos brancos, a insurreição foi facilmente subjugada devido à incapacidade e precipitação dos chefes. Conseguiram reunir mais de duzentos insurgentes armados. Teriam alcançado o dobro – de vez que os contingentes de S. Mateus, de Viana e parte do Queimado não chegaram ao ponto de concentração em tempo útil – se dispusessem de melhor organização. Faltando esta, foi tarefa simples para a força de linha – constituída de vinte soldados, sob o comando de um oficial – derrotar, logo no primeiro encontro, os bisonhos combatentes da liberdade.

Durou apenas dois dias a revolta. Seguiu-se-lhe a caça selvagem aos fugitivos, levada a efeito por impiedosos batedores de mato.

Os que escaparam à justiça sumária dos primeiros momentos foram – em número de trinta e oito – submetidos a júri, que absolveu seis, condenou cinco à pena máxima e os demais a açoites. Três daqueles cinco conseguiram evadir-se da prisão e os dois restantes foram supliciados na forca: *Chico Prego*, na Serra, e *João da viúva Monteiro*, no Queimado, “como exemplo a futuros cometimentos, visto serem estes os lugares onde cada um dos rebeldes gozava de maior influência”.<sup>40</sup>

A insurreição do Queimado sobressaltou a província. O presidente Antônio Joaquim de Siqueira, transmitindo ao visconde de Monte Alegre as primeiras notícias, fez alusão ao terror que se apoderara dos habitantes da Capital e lugares circunvizinhos, “máxime por verem a pequena e diminuta força de que o Governo pode dispor”, e pediu reforço em homens, armas e munições. (VII) Dias depois, dava entrada na baía da Vitória o *Paquete do Sul*,<sup>41</sup> barca a vapor da Marinha de Guerra, conduzindo um grupo de trinta e uma praças, comandadas por um oficial.

---

- Havia notícias, informava o presidente, da existência de outros quilombos.

- Os ofícios dos presidentes da província aos ministros do Império estão salpicados de referências a insurreições de escravos e a quilombos no território capixaba

40 - AFONSO CLÁUDIO, *Insurreição do Queimado*, 46.

- Exceção feita dos documentos e obras citados, todas as informações sobre a rebelião que constam do texto foram colhidas na obra de AFONSO CLÁUDIO, para onde remetemos o leitor curioso de mais amplos detalhes.

41 - Adquirida no próprio mês de março a Irineu Evangelista de Sousa, mais tarde barão e visconde de Mauá (MENDONÇA e VASCONCELOS, *Repositório*, 255).

Figura no processo como instigador do movimento, e “único capaz de receber a imputação do crime”, o frade Gregório de Bene. (VIII) O padre João Clímaco de Alvarenga Rangel – advogado dos escravos insurretos – pediu ao júri sua absolvição, mas o Conselho de Sentença não via senão um grupo de negros insubordinados, que era preciso castigar para escarmento geral.

**O INÍCIO DE UMA NOVA ERA** – Foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX.

Grandes conquistas obteve o homem nos três séculos de seu estabelecimento na terra. Nenhuma fase, entretanto, de mais lisonjeiros resultados que a última – a que se inaugurou com a Independência do Brasil.

Se boa parte do progresso então verificado pode ser levado à conta das conseqüências naturais dos esforços anteriores, é impossível negar a evidência da marcha ascensional da província após o Sete de Setembro. Não foi apenas dominada faixa mais dilatada do sertão, nem se trata de cotejar números sobre o censo da população. Antes de tudo, houve preocupação de atender – na medida das possibilidades – às exigências sociais do homem. De um regime de arbítrio governamental – que na Europa se denominava *despotismo* – passou a ter a garantia dos seus direitos assegurada por uma Constituição. Esta lhe trouxe um título novo: a cidadania, o júri, o privilégio de escolher os conselheiros do seu governo. Os benefícios materiais caminhavam lado a lado daquelas conquistas. Rasgaram-se estradas, construíram-se pontes, abriram-se escolas. A saúde do povo merecia cuidados especiais da administração. Os índios eram assistidos oficialmente. Se nem sempre as soluções eram as melhores e se muitas cousas não apresentavam a perfeição desejada, nem por isso é dado condenar os homens que as executavam. Nunca é demais repetir quão restritos eram os meios materiais disponíveis. Sem contar a falta do elemento humano habilitado para levar a efeito os planos administrativos da elite que empunhava as rédeas do governo.

A agricultura mantinha o quase monopólio do trabalho. Em S. Mateus, continuava prosperando a indústria da farinha de mandioca.<sup>42</sup>

Tão grandes prejuízos continuavam causando as formigas que o presidente

---

42 - Após visitar algumas localidades do norte da província, o presidente Luís Pedreira do Couto Ferraz dirigiu ao ministro do Império o ofício de onze de outubro de 1847, em que a certa altura informava: “A Vila de S. Mateus tem assaz prosperado. Possui grandes fazendas, bons estabelecimentos, alguns engenhos e casas mui bem construídas, sendo a farinha o principal gênero de sua exportação. Vai crescendo também a Vila da Barra onde a agricultura há feito progressos favorecida pela fertilidade das terras, principalmente em Itaúnas, onde há uma povoação nascente com sessenta casas na divisa desta Província com a da Bahia” (*Pres ES*, VII).



Venceslau de Oliveira Belo tomou longo trecho da *Mensagem* dirigida à Assembléia Provincial, em 1843, na exposição do que o flagelo significava para as lavouras.<sup>43</sup>

Ganhava impulso animador a domesticação dos índios, sendo de notar a criação – em 1845 – do aldeamento denominado Imperial Afonsino, à margem esquerda do Castelo, nos confins da província.

Depois da instalação dos açorianos, em 1813, o problema da colonização com elementos estrangeiros sofreu longo hiato, raras vezes interrompido por pequenas entradas de ex-mercenários desligados do Exército Nacional.

Em 1847, foi reencetado o encaminhamento de europeus para as terras capixabas. Naquele ano, com um contingente de cento e sessenta e três alemães, instalou-se a Colônia de Santa Isabel,<sup>44</sup> seguida, em 1857, pela de Santa Leopoldina e outras, que a seu tempo serão focalizadas.<sup>45</sup>

---

43 - “A agricultura ... luta nesta Província com um inimigo, que a não combater-se desde já, virá em breve a aniquilá-la, e a inutilizar os terrenos da costa, que nas proximidades dos portos marítimos tão necessários se fazem ao seu desenvolvimento: falo, senhores, da formiga, cuja reprodução é tão prodigiosa, e tão daninho o seu trabalho, que, a não ocorrerdes desde já com os meios de a extinguir, não tardará o tempo em que os lavradores sejam por elas obrigados a abandonar-lhes os seus terrenos, para irem nos sertões ocupar outros que, conquanto estejam mais fortes, não lhes proporcionarão os mesmos cômodos e vantagens que aqueles, que lhes oferecem fácil exportação. Não se diga que é isto uma ficção: Províncias temos que permaneceram longo tempo, e por tal motivo, na indigência, e que prosperam desde que se deram ao trabalho de as extinguir” (Fala com que o exmo. presidente da Província do Espírito Santo Venceslau de Oliveira Belo abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia vinte e cinco de maio de 1843. Tipografia Americana de I. P. da Costa, Rio de Janeiro, 1843).

44 - Aos vinte de outubro de 1848, o presidente Antônio Pereira Pinto, em ofício dirigido ao ministro do Império, informava: “Tratarei primeiramente de um estabelecimento que promete amplas e futuras vantagens; falo da Colônia Alemã, denominada de Santa Isabel e fundada inda não há dois anos, apresenta ela próspero aspecto; quase todos ou todos os colonos já têm suas casas e plantações, muitos deles fabricam a farinha de mandioca e a vendem, são em geral sóbrios e da melhor índole” (*Pres ES*, VII).

45 - Sem pretender depreciar a valia da colaboração dos colonos europeus, cumpre situá-la nos seus justos termos. Fora do Espírito Santo – mesmo entre as classes melhor esclarecidas – notamos pronunciada tendência para atribuir seu desenvolvimento ao trabalho de imigrantes europeus. Talvez por influência da leitura de *Canaã*, de Graça Aranha. É mister atentar nos fatos. Exceção feita dos açorianos – que, como os demais colonos, se isolaram dentro do seu grupo – os europeus, ao chegarem à província, já encontraram resolvidos, ou em vias de solução, os problemas mais cruciantes da terra. A penetração – dificilíssima – foi realizada pelos próprios capixabas, em boa parte auxiliados pelos mineiros que desciam em busca de melhor oportunidade no Espírito Santo, e até pelos paulistas, a exemplo do barão de Itapemirim, belo exemplar de bandeirante do século XIX. Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas. Suas terras ficavam muito aquém dos domínios botocudos. As primeiras estradas já permitiam trânsito mais fácil entre os diferentes núcleos de população. Ao estrangeiro coube receber a terra penosamente conquistada e lavrá-la. Ilhados nas suas colônias, mui remotamente influenciariam a agricultura e a indústria dos nacionais com os seus métodos, necessariamente mais adiantados. Aqui – como no resto do Brasil – a conquista da terra foi obra exclusiva dos brasileiros.

– Procurando elucidar o contingente de progresso trazido ao Espírito Santo pelos imigrantes europeus, pedimos ao Dr. Luiz Derenzi – que conhece o tema e dá os últimos retoques a um livro sobre a imigração italiana – resumisse algum aspecto do seu trabalho, a ser publicado dentro em breve. Generosamente e sempre com elevado espírito de colaboração, o autor da

A província estava dividida em dez municípios<sup>46</sup> e duas comarcas<sup>47</sup> e os seus habitantes, presos ao trabalho e dispendo de escassos meios de informações, continuavam alheios às agitações que revolucionavam o mundo,<sup>48</sup> ou o próprio Brasil.<sup>49</sup>

---

*História do Palácio Anchieta* escreveu: “Os colonos europeus, tanto os germanos, chegados entre 1847 e 1880, como os italianos, introduzidos de 1874 a 1895, contribuíram poderosamente para o progresso demográfico e econômico do Estado. A contribuição estimada pelos analistas foi, respectivamente, de 11.000 austro-alemães e 40.000 italianos. Assim que a população de 1862, de 60.702 habitantes, alcançou, em 1890, 209.783, um acréscimo salutar de 149.081 almas.

No campo econômico, a produção de café teve a marca: em 1860, 50.529 sacas; em 1890, 250.000; em 1900, 394.150!

O italiano, que por primeiro se miscigenizou, deu sadio exemplo de perseverança, amor ao trabalho e à família. Introduziu novos hábitos e restaurou a moral doméstica. Os colonos venceram sós. As autoridades públicas não lhes deram a mínima assistência. Tanto que o Ministro das Relações Exteriores do Reino da Itália, Prinetti, diante das queixas formuladas, repetidamente, pelos seus patricios, baixou o Decreto de vinte de junho de 1895, proibindo a emigração para o Espírito Santo. O motivo derradeiro foi a morte de 528 emigrantes, vindos pelo vapor *Matteo Bruzzo*, em quatro de outubro de 1894, em poucos meses, na *Colônia Muniz Freire*. Desde as primeiras levas, os colonos viveram sós e caminharam apenas acompanhados pelos agrimensores e futuros administradores dos núcleos. Não acharam nem derrubada de mata nem ranchos. Uma só exceção: os retirantes das terras frias de Rio Novo e Alfredo Chaves, depois da abolição, trabalharam de meia em fazendas brasileiras, nas bordas de Cachoeiro de Itapemirim e Castelo”.

46 - Vitória, Serra, Nova Almeida, Linhares, S. Mateus, Barra de S. Mateus, Espírito Santo, Guarapari, Benevente e Itapemirim.

47 - Vitória (abrangendo a Cidade), as vilas de Espírito Santo, Guarapari, Benevente, Itapemirim, Serra e Nova Almeida; S. Mateus, compreendendo S. Mateus, Barra e Linhares.

- A Assembléia Legislativa Provincial, em 1841, resolveu *extinguir* as vilas do Espírito Santo e Linhares. O presidente da província - José Joaquim Machado de Oliveira - vetou o projeto. (Ofício de Machado de Oliveira a Cândido de Araújo Viana, datado de dez de junho de 1841, in *Pres ES*, VII).

48 - Em ofício de vinte e dois de maio de 1848, José Francisco Andrade e Monjardim, então à frente da Administração provincial, informava ao visconde de Macaé, titular da pasta do Império: “Respondendo ao Aviso reservado de dezessete de abril próximo findo, que tive a honra de receber em quinze do corrente, no qual V. Excia. tratando dos acontecimentos ocorridos na França onde desapareceram as instituições fundamentais do Estado, desenvolve a política seguida pelo governo imperial, recomendando ao mesmo tempo a mais perfeita conformidade nos atos desta presidência com os princípios de Justiça de tolerância e fidelidade nos quais está assente essa política [...] E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excia. que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo a maioria de seus habitantes, e a de todos os outros pontos da Província, inteiramente estranha à política, pouca, ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que, além disso, não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa o que concorre por sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma Província, a qual, V. Excia. o sabe, há atravessado as crises revolucionárias, que têm abalado o Império, sempre fiel ao imperador e às instituições juradas” (*Pres ES*, VII).

49 - A catorze de março de 1842, em ofício dirigido ao ministro do Império, Joaquim Marcelino da Silva Lima dizia: “Ainda que convencido de que a vertigem mineira e paulistana não tem tocado nem tocará jamais o ânimo pacífico dos honrados e fiéis habitantes desta Província [...] que os meus conterrâneos, unidos a mim, saberão manter-se firmes [...] na adesão, amor e fidelidade, à sagrada pessoa” (*Pres ES*, VII).

- O padre Diogo Antônio Feijó e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, presos como chefes da Revolução de 1842, estiveram desterrados, de agosto a dezembro daquele ano (1842), em Vitória. Sobre sua estada no Espírito Santo, ver *Respingos Históricos*, de ELPÍDIO PIMENTEL, in RIHGES, III, 49-50.

## NOTAS

## I

(p.342)

“Em aditamento ao meu ofício número 95 de vinte e dois deste mês, cumpre-me comunicar a V. Excia. que a Tropa quebrou em fim, e de uma vez os laços da subordinação. Estando hoje em sessão extraordinária do Conselho do Governo, fui avisado pelas dez horas, que ela não tinha querido receber o rancho, e pretendia soltar os presos do Calabouço: nisto se ouviram alguns gritos no Quartel, e soube que os Soldados vindos dessa Corte no Brigue Olinda, e que se achavam aquartelados no Convento do Carmo, passaram tumultuariamente ao dito Quartel e unidos aos do Batalhão 12, arrombaram a casa da arrecadação, armaram-se todos, e soltaram os presos Militares ali existentes, proferindo fora Europeus.

Dirigi-me imediatamente ao Quartel, já eles tinham lançado fora o Tenente Coronel e seu Comandante Luiz Bartolomeu da Silva e Oliveira, e alguns Oficiais / e pude conseguir aplacá-los de alguma maneira, fazendo-lhes ver que em conselho havia resolvido dar baixa e licença aos que quisessem, e nomeado ao Major da 2<sup>a</sup>. Linha Jerônimo de Castanheda e Vasconcelos Pimentel para os comandar interinamente.

Na minha volta alguns regressaram para o Quartel no Convento do Carmo, outros vagaram pela Cidade em confusão, atirando pelas ruas; e felizmente os tiros não se empregaram em pessoa alguma, ficando somente impressos os sinais das balas nas portas e janelas das casas de dois cidadãos e da do Tenente Coronel, cujas vidraças foram quebradas.

O Conselho continuou sempre em sessão, e pelas cinco horas da tarde um grupo de Inferiores e Soldados, armados uns de baionetas, e outros de espadas, subiram o Palácio, penetraram até a sala das sessões em procura de um Alferes, que se achava às Ordens desta Presidência para o conduzirem ao Quartel: foi preciso ordenar que este Oficial os acompanhasse, e sossegaram. Nesta mesma ocasião tive participação vocal de terem tomado o Forte de S. João, que está mui perto da Cidade, e que se refizeram de pólvora, e cartuchame, metendo dentro a porta da casa da arrecadação.

O terror, e medo que esta soldadesca desenfreada tem espalhado em uma Cidade inermes, situada em uma Ilha, sendo por isso impraticável reunir com presteza os dois Batalhões de 2<sup>a</sup>. Linha, e o Regimento de Cavalaria da mesma Linha, cujos indivíduos residem nas suas Fazendas, e sítios distantes daqui, e em diferentes lugares e Vilas, tem

sido tal, que os mesmos moradores da Cidade em grande número, e com famílias se passaram em canoas para além do rio: todos, Exm.º Snr., temem: os Cidadãos receiam patrulhar as ruas armados, pelo iminente perigo que correm, porquanto os soldados dizem que levarão a pólvora e bala os paisanos, que andarem desta maneira.

Nestas ocasiões, Exmo.º Snr., medidas de rigor, sem o auxílio de Tropa de confiança, para rebater, seria fazer derramar sangue, que se deve poupar.

Faço quanto devo, e posso para que se efetuem as baixas, e ver, se dadas elas, os soldados entregarão as Armas: não obstante tomo medidas de precaução. Ainda assim esta Província demanda socorros, como seja um vaso de Guerra para este Porto.

Não são, Exm.º Snr., soldados indisciplinados, e sem educação que guardarão aos cidadãos; eles se tornam pelo contrário seus verdugos, e opressores, como por desgraça esta Cidade agora experimenta, e o têm experimentado outras do Brasil” (Ofício do presidente da província a José Lino Coutinho, de vinte e quatro de setembro de 1831, in *Pres ES*, V, 256-7v).

- A dois de outubro, a calma já voltara ao burgo e o presidente comunicava para a Corte: “A medida tomada por esta Presidência em Conselho de dar baixas, e licenças à Tropa, que infelizmente abusou das armas, que se lhe havia confiado para segurança desta Capital, produziu resultado feliz: quase todos os soldados, e Inferiores receberam as suas escusas, e entregaram as armas; e até abandonaram o Forte de S. João, que haviam ocupado. A Cidade já goza de tranqüilidade, e os vizinhos, que incutidos de terror se tinham passado para além do rio, regressam. Enfim Exm.º Senr., os Empregados Públicos, os Paisanos, os Oficiais Inferiores, e Soldados de Milícias fazem o serviço da Guarnição. O que V. Exa. levará ao Conhecimento da Regência” (Ms. [2.ª via] do acervo do AN - IG1 130, p. 431).

## II

(p.344)

“Relação das Cidades, Vilas, Arraiais, Freguesias, &, que existem em toda esta Província do Espírito Santo...

A Cidade de Vitória, Capital da Província. Compreende esta Cidade: As Freguesias = N. S. da Vitória, N. S. da Conceição e S. Agostinho. São Filiais à Freguesia de N. S. da Vitória: As Capelas não Curadas = N. S. do Amparo, e Assunção, S. Luzia, N. S. do Rosário; N. S. da Ajuda, N. S. da Penha de França e N. S. de Belém (Pertencem a Fazendas particulares) É filial à Freguesia de N. S. da Conceição da Serra: a Capela não Curada = S. José. Compreende a Freguesia desta Cidade Os Arraiais: Carapebus e Cariacica. À Freguesia da Serra: O Arraial = Queimado. Vilas. À Vila de S. Mateus: Compreende a Freguesia = S. Mateus. São Filiais desta Freguesia: As Capelas não Curadas: S. Benedito e N. S. da Conceição. Tem esta Freguesia Os Arraiais: Barra e S. Ana: este é habitado por Índios. À Vila de Nova Almeida Compreende: As Freguesias = Reis Magos e N. S. da Conceição de Linhares. Pertence à Freguesia de Rios Magos: Os Arraiais = Riacho. Aldeia Velha. Piraquê-mirim. Piraquê-açu. À Vila do Espírito Santo Compreende: A Freguesia = N. S. do Rosário. É Filial a ela A Capela não curada N. S. da Ajuda: é particular, e pertence à Fazenda de Araçatiba. À Vila de Guarapari Compreende: A Freguesia = N. S. da Conceição. É Filial a ela A Capela não Curada = Coração de Jesus: é particular, e pertence à Fazenda denominada do Campo. Pertence à Freguesia da dita Vila Os Arraiais: Muquiçaba, Meaipe, Aldeia Velha do Sul. À Vila de Benevente Compreende: A Freguesia = N. S. da Assunção. À Vila de Itapemirim Compreende: A Freguesia = N. S. do Amparo. É Filial a ela A Capela não Curada = N. S. das Neves: é particular e pertence à Fazenda de Muribeca, pertence a esta Freguesia Os Arraiais = Marataizes e Itabapoana. À Vila de

S. João da Barra em Campos Compreende: A Freguesia = S. João Batista. É Filial à ela A Capela não Curada = N. S. da Boa Morte. Pertence à dita Freguesia Os Arraiais = Barra, da parte do Norte. Gargahû [Grajaú]: este é mais pequeno. A Vila de S. Salvador dos Campos Compreende As Freguesias: S. Salvador, S. Antônio dos Guarulhos, S. Gonçalo, S. Sebastião, O Curato de S. Fidélis e O Curato de S. Rita. (Estes dois Curatos foram desmembrados da primeira Freguesia pelo Exm.º Bispo, o que não está confirmado.) São Filiais à Freguesia de S. Salvador As Capelas não Curadas: N. S. da Boa Morte, N. S. do Terço (sic), N. S. do Rosário, N. S. da Lapa e N. S. do Rosário do Saco. À de S. Gonçalo As Capelas não Curadas: N. S. do Rosário, e S. Benedito, N. S. da Conceição, N. S. do Rosário e S. Amaro. (São particulares, e pertence a 1.ª à Fazenda do Visconde de Asseca; as três últimas à Fazenda do Colégio.) À de S. Sebastião A Capela não Curada: S. Bento, pertence à Fazenda dos Beneditinos. Pertence ao Curato de S. Fidélis: O Arraial Aldeia da Pedra. Ao Curato de S. Rita: O Arraial N. S. da Conceição da Barra. Dentro da Capital há o Colégio dos extintos Jesuítas, que serve de Capela Nacional. Secretaria do Governo em 7 de Outubro de 1829. a) *Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira*” (Relação que acompanhou o Ofício de oito de outubro de 1829, de Inácio Acioli de Vasconcelos a José Clemente Pereira, in *Pres ES*, V, p. 191/3).

### III

(p. 344)

“Para o Vice-Presidente.

Tendo-se por Aviso expedido da Repartição dos Negócios Estrangeiros participando a chegada dos Suíços, constantes da Relação inclusa, solicitado a proteção do Governo a fim de lhes promover, como Colonos os seus estabelecimentos de agricultura. E havendo-se em resposta comunicado àquela Repartição que nada há mais lisonjeiro ao Governo de S. M. I. do que repartir com Estrangeiros laboriosos e de conduta regular as vantagens, que a Natureza liberalmente oferece na grande extensão de terras incultas por falta de braços: e que sem embargo de não estar atualmente autorizado para dispor delas definitivamente, o que todavia Espera obter da Assembléia Geral Legislativa na próxima futura sessão; nem por isso deixará de franquear aos novos Colonos o uso delas, assegurando-lhes o Direito de preferência com as condições que forem decretadas pela mesma Assembléia: Em conformidade com o acima exposto à Regência, Recomendando à proteção do Governo da Província do Espírito Santo os Suíços mencionados na dita relação, que forem situar-se na mesma Província, e nas margens ou proximidade do Rio Itapemirim, que Houve por bem destinar para os seus estabelecimentos, Manda em Nome do Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que o Vice-Presidente da referida Província, designe a cada família dos sobreditos Suíços uma porção de terras, em que haja de estabelecer-se, com a extensão de 250 braças de frente, e 750 de fundo, fazendo-as demarcar na forma do estilo, ficando porém as mesmas terras sujeitas às condições, que o corpo Legislativo houver por bem decretar: E ordena, que o dito Vice-Presidente faça constar a J. Maular Agricultor estabelecido há muitos anos naquele sítio, que ele deverá ser o intérprete das requisições dos sobreditos Colonos, porque assim sirva para provar quanto são dignos da estima dos Brasileiros os Estrangeiros laboriosos, que, vêm empregar-se em trabalhos úteis, bem diferentes dos que vagam nas Povoações sem honesta aplicação” (Ofício de trinta de janeiro de 1833, de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, do acervo do AN -IJJ9 24, p. 106-7v).

## IV

(p. 344)

“Em ofício N.º 5.º de doze de Janeiro último tive a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. o desgraçado estado, em que estavam os Cofres da Fazenda Pública nesta Província, e continuando o apuro, vejo-me na necessidade de rogar a V. Excia. providências, para evitar semelhante mal.

O Documento N.º 1.º fará conhecer a V. Excia. que existia no dia vinte e seis de Janeiro a quantia de 971\$360 reis; com ela, e com outras, ainda que pequenas, que se têm recebido, se puderam ocorrer às despesas miúdas indispensáveis, e o pré à Tropa de cinco em cinco dias, de forma tal, que à oficialidade se está a dever os meses de Dezembro e Janeiro; às Folhas Civil, Eclesiástica, e de Justiça o primeiro Quartel do ano, que corre, e a alguns o quarto do ano findo, à Misericórdia mais de seis contos de réis, proveniente do curativo dos Enfermos Militares, que ali são tratados; à Diretoria do Rio Doce, e Catequese dos Índios, perto de dois anos de seus vencimentos, o que tem sem duvida causado atraso de um de tão útil, e interessante estabelecimento.

A Receita desta Província é unicamente de 60:887\$000 réis, por ser o Dizimo do Açúcar de Campos arrecadado na Corte, sendo a Despesa efetiva de 98:720\$873, Documento N.º 2, havendo por consequência o déficit de 37:833\$864, e se fizermos a conta em seu estado completo, o déficit deve ser de 93:252\$684, conta N.º 3.º.

Tenho tomado providências para coartar algumas despesas, e conseguido a diminuição de alguns contos; porém, isto não é bastante para os Empregados andarem em dia, o que causa descontentamento, mormente vendo que os rendimentos da Província, isto é, os que são designados na Carta Régia de nove de Maio de 1809, chegariam para duplicadas despesas, ou se o Tesouro Público fizesse em seus devidos tempos a remessa da consignação mensal de quatro contos de réis, suprimento este, que se propõe a fazer para se receberem na Corte os mencionados Dizimos, estando tão atrasada semelhante remessa, que o mesmo Tesouro deve perto de cem contos de réis.

Conceda-me V. Excia. licença, que de passagem exponha o direito, que tem a Província o exigir do Tesouro a renda do Açúcar de Campos.

Pelo Decreto de quinze de janeiro de 1732 se criou a Ouvidoria desta Província, designando-se-lhe não só as Vilas dela, como as de S. João da Barra, e Campos da Província de Paraíba do Sul até Macaé, de que se lavrou termos de posse, e medição aos trinta de Dezembro de 1743. O Decreto de primeiro de Junho de 1753, e Provisão do Conselho Ultramarino de igual data mandou incorporar à mesma Ouvidoria a mencionada Capitania de Paraíba, em consequência do ajuste, que os Procuradores da Fazenda fizeram de Ordem Superior com o Visconde de Asseca, Donatário dela, e pelo Decreto referido se ordenou ao Ouvidor tomasse conta.

A Carta Régia de vinte e nove de Maio de 1809, da criação da Junta, lhe anexou todas as Rendas Públicas, que comprehendesse o território da citada Ouvidoria. As Provisões de dezoito de Março de 1815, e de três de Agosto do mesmo ano mandaram porém que não se cobrassem os Dizimos do Açúcar de Campos pelo embaraço, que sofreria o Comércio, e o que se tem religiosamente cumprido. Na de vinte e dois de Agosto de 1820 se comunicou à Junta haver-se oficiado ao Conselho da Fazenda, para não incluir na futura Arrecadação do Subsídio Literário a parte deste rendimento correspondente à citada Vila de Campos, por ser distrito da Junta, aonde se devia proceder à competente Arrecadação. Em consequência do que, é claro que aqueles Dizimos são rendas da Província, mormente à vista da Provisão de oito de Janeiro de 1823 dirigida às Províncias do Norte; disposição esta corroborada explicitamente pelo Decreto de quatro de Dezembro do ano pretérito no artigo 3.º.

Estando demonstrado com evidência semelhante direito, tenho a observar que a minha exposição não tende a exigir que ele se cobre por aqui; porque conheço o quanto é gravoso aos exportadores, atento mesmo a falta de moeda, por não girar nesta Província Bilhetes do Banco: é só com o fito de fazer ver a V. Excia. o jus, que tem a Província em querer as necessárias quantias para suprimento das suas despesas legais, e indispensáveis, principalmente subindo a mais de duzentos contos anuais os mesmos Dizimos, tornando-se ainda mais sensível a falta de pagamento, por ser a metade dos rendimentos de Campos, que por aqui se arrecadam, despendidos ali mesmo com os seus Empregados Civis, Eclesiásticos, e Militares; tanto é isto

verdade, que apenas espero receber das sobras do último Quartel do ano findo 4:700\$ rs., com o que tenho resolvido pagar dois meses, que se devem à Tropa da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Linha, Reformados, Folhas Civil, e Eclesiástica, Viúvas, Hospital, e a Diretoria do Rio Doce, &, ainda mesmo, que deixe de receber os meus Ordenados, se aquela quantia não chegar para os mais pagamentos.

Finalmente atentas algumas reduções que tenho feito, e prescindindo de perto de cem contos, que o Tesouro deve de Consignações vencidas, julgo bastante a remessa certa de três contos mensais, diminuindo assim doze contos anualmente.

Digne-se por tanto V. Excia. levar esta minha sincera exposição ao Alto Conhecimento de Sua Majestade o Imperador, a fim de que o Mesmo Augusto Senhor Haja de Providenciar em favor de uma Província interessante, que com o andar dos tempos, e com as sábias Providências do Governo Imperial será uma das principais, pelos recursos, que lhe oferece a Natureza, dando-lhe férteis Matas, Minas de ouro, e outras preciosidades, sendo até cortada de onze rios navegáveis por todo o seu interior” (Ofício do presidente Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, de seis de fevereiro de 1831, ao ministro da Fazenda, in *Pres ES*, VI, p. 83-5v).

- A situação, entretanto, logo se desanuiu, pois, em seguida, o mesmo presidente escrevia para o Rio de Janeiro: “Devendo embarcar-me para essa Corte a fim de assistir as Sessões Ordinárias no presente ano, julgo do meu dever significar a V. E. que ficam pagos e em dia de seus soldados, e ordenados não só a Tropa, como os Empregados Públicos da Província, e mais despesas marcadas na Lei de Orçamento. Estes pagamentos foram feitos com o dinheiro que se tem arrecadado das Rendas nesta Cidade, a algumas Vilas, porquanto as sobras do 1.<sup>o</sup> Quartel deste ano de Campos, que já mandei conduzir a esta Capital, servirão para se satisfazer as que forem ocorrendo” (Ofício de Monteiro de Mendonça, de dois de abril de 1831, ao ministro da Fazenda, in *Pres ES*, VI, p. 210).

## V

(p. 345)

“Logo que em vinte e oito de Junho último recebi o Aviso do Exm.<sup>o</sup> Snr. Ministro do Império com data de oito do mesmo mês, no qual comunicando que o Duque de Bragança projetava voltar ao Brasil, recomendava por Determinação da Regência, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, que eu adotasse todas as medidas para opor a mais firme resistência a qualquer tentativa de restauração; além de outras providências, passei a informar-me do estado das Fortalezas, e seus entrincheiramentos; e conhecendo que era o pior possível, como comuniquei a V. Exa. em Ofícios de vinte, e trinta do referido mês de Junho, solicitando alguns artigos bélicos, e mesmo Tropa de Artilharia para a sua guarnição, mandei fazer os reparos de absoluta necessidade, limpar o armamento de mosquetaria em bom estado; consertar o que demandasse pequenos reparos; e separar o inútil, a fim de o enviar ao Arsenal de Guerra dessa Corte. Todavia segundo a inspeção ocular que fiz na Fortaleza da Barra entrei no conhecimento de que necessita de maiores reparos, como seja remonta geral no carretame, emboçar as muralhas, que se vão decompondo, reconstruir o terrapleno, que consiste em rocha, e calçada desigual; edificar nova casa para o Comandante da Fortaleza, visto que a atual além de muito arruinada, está levantada em lugar que não deixa laborar livremente a Artilharia; para o que peço a V. Exa. a devida autorização.

Pelo que diz respeito à Fortaleza de São João, que estava desarmada, informo a V. Exa. que já se acha sofrivelmente reparada, montadas as respectivas Peças, e com a guarnição de 7 Permanentes, e um Inferior de 1.<sup>a</sup> Linha, única compatível com o estado das forças de terra à minha disposição” (Ofício do presidente do Espírito Santo ao ministro da Guerra, de dois de agosto de 1833 - Acervo do AN - IG1 130, p. 456-6v).

- “As notícias, que V. Exa. em seu Ofício de oito do corrente me transmitiu acerca do louco, e temerário projeto do Duque de Bragança, se acaso não triunfar da luta em que está empenhado em Portugal, não podiam deixar de encher-me de indignação.

Sacrifícios alguns, por maiores que sejam, não serão capazes de aterrar os ânimos dos

bons brasileiros; e pode V. Exa. ficar certo, e comunicar à Regência em Nome do Imperador, o Senhor D. Pedro Segundo, de que tomarei todas as medidas que o Patriotismo, e o respeito devido às Leis me sugerirem para obstar, e destruir qualquer tentativa contra a forma de Governo jurada. E Nesta mesma ocasião solicito do Exm.º Snr. Ministro da Marinha a volta do Patacho Vênus, para a manutenção da Ordem pública, visto que seu Aviso de oito do mês que corre, o mandou retirar imediatamente; e do Exm.º Snr. Ministro da Guerra também solicito alguns artigos bélicos indispensáveis” (Ofício do presidente da província do Espírito Santo ao ministro do Império, de trinta de junho de 1833, in *Pres ES*, VII, 29-9v).

## VI

(p. 346)

“A indispensável medida que a Regência, na Sabedoria de sua marcha administrativa, acaba de tomar, suspendendo o Tutor do Nosso Jovem Monarca de suas funções, não podia deixar de encher de júbilo a um coração verdadeiramente brasileiro. Só ela, Exm.º Snr., nos podia trazer dias tranqüilos, e livrar o Brasil do abismo, em que o iam precipitando esse Brasileiro degenerado, e seus sequazes.

Digne-se pois V. E. apresentar à Regência as minhas sinceras felicitações por uma medida, que a Pátria há muito tempo, e tal altamente reclamava” (Ofício de Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira, secretário do Governo do Espírito Santo, de oito de janeiro de 1834, ao ministro do Império - *Pres do ES*, VII, p. 74).

- “A publicação dos Avisos de V. E. com as datas de doze, e dezesseis do passado, consolidando nos ânimos dos bons Brasileiros residentes nesta Capital a tranqüilidade que principiava a restabelecer-se com as agradáveis notícias dadas pelo Comandante do Patacho Pojuca, também serviu de Manifesto aos Povos desta Província, orientando-os de tal maneira sobre a certeza da conspiração, sobre a vigilância do Governo, seus esforços em prevenir a revolta iminente, e sobre a necessidade de enérgicas medidas para arrear novas tentativas de tão negros crimes, que ninguém de boa fé duvidará reconhecer e aplaudir os Atos de sete e quatorze de Dezembro como medidas de salvação do Império.

Estão pois cumpridos os Votos dos Brasileiros amigos da Ordem, e idólatras da Nacionalidade! A conspiração para entronizar o Príncipe odiado já não é quimera, nem invenção do Governo. O Palladium da União das Províncias, e das prosperidades do Brasil arrancado de mãos inimigas está confiado ao Civismo reconhecido, e à vigilância dos bons Fluminenses. Expurgado o Paço Imperial, e aniquilado o foco da Conspiração, o Jovem Monarca vai receber uma educação física e moral digna d’Ele, e dos Súditos que O idolatram, e o Brasil vai marchar agora na consolidação da sua Independência, no melhoramento das suas Instituições, e na carreira da civilização!

Digne-se portanto V. E. levar ao Conhecimento da Regência em Nome do Imperador esta expressão dos meus sentimentos, acolhendo as minhas mais sinceras congratulações por tão faustos motivos” (Ofício do presidente da província do Espírito Santo, de dez de janeiro de 1834, ao ministro do Império, in *Pres do ES*, VII, p. 73-3v).

## VII

(p. 353)

“Ontem pelas três horas à tarde soube que um grupo armado de trinta e tantos escravos perpetrara o crime de insurreição no distrito do Queimado, três a quatro léguas distante desta capital, invadindo a matriz na ocasião em que se celebrava a missa conventual e levantando os gritos de Viva a Liberdade, queremos carta de alforria. Este grupo seguiu depois a direção do



engenho Fundão, de Paulo Coutinho de Mascarenhas, e aí obrigou-o a entregar-lhes os seus escravos e passar-lhes carta de liberdade, as armas e munição que possuía, o mesmo fez em outros engenhos de maneira que conseguiu elevar o seu número a cerca de trezentos. Imediatamente fiz partir para aquele lugar o chefe de Polícia acompanhado de uma força de vinte praças da Companhia Fixa de Caçadores, comandada por um oficial. Escusado é narrar a V. Excia. o susto e terror de que se acham apoderados os habitantes desta capital e lugares circunvizinhos e máxime por virem a pequena e diminuta força de que o governo pode dispor. A população da capital está animada do melhor espírito de ordem e não se esquiva a trabalho algum, contudo não posso deixar de requisitar a V. Excia. uma força pelo menos de cem praças de Infantaria ou caçadores de primeira linha do Exército e bem assim armamento, equipamento e munições de guerra com que eu possa acudir a alguns pontos da Província em que iguais acontecimentos hajam por infelicidade deste lugar, que é muito presumível, atento o estado da escravatura dela que é o mais altanado possível. O alcance que pode ter semelhante insurreição nesta Província e nas outras do Império, em que abunda a escravatura, V. Excia. bem o avalia e julgará portanto se deve ou não ver satisfeita a minha requisição. Agora, recebo o ofício datado de hoje do chefe de Polícia da Província de que cópia autêntica remeto a V. Excia. donde V. Excia. verá o ataque que teve lugar entre as forças do governo e parte dos negros insurgidos. Finalmente cumpre-me dizer a V. Excia. que não durmo sobre tão importante fato e sobre o estado da Província hoje tão melindroso e que faço quanto em minhas atribuições couber e minhas forças o permitirem para que a Província volte ao estado normal de quietação e paz. Vitória, vinte de março de 1849. Ao Visconde de Monte Alegre - Ministro de Estado dos Negócios do Império - Antônio Joaquim de Siqueira, presidente" (*Pres. ES, VIII*).

## VIII

(p. 354)

"Frei Gregório José Maria de Bene chegou ao Amazonas no momento em que se instalava a Província, criada em cinco de Setembro de 1850. Foi destacado para servir na Missão de Porto Alegre, no Madeira.

O primeiro presidente da Província, Tenreiro Aranha, nos seus planos de trabalho, inscrevera o do trato cordial com a multidão gentia, que formava o maior da população, principalmente no alto Rio Negro. Para lá expediu, então, frei Gregório, dando-lhe instruções e pedindo-lhe que o ajudasse a 'carregar a pesada cruz', como entendia que fosse o encargo da organização da Província que estava inaugurando.

Frei Gregório, que em ofício ao presidente se dizia em estado de pobreza, subiu o Rio. Sua ação devia irradiar-se de Moreira a Marabitanas e por toda extensão do Rio Uaupés. No cumprimento dela estabeleceu, como sede das missões, o lugar São Jerônimo, no Ipunoré, fundando, a seguir, outras aldeias no Mutum-cachoeira e no Caruru-cachoeira. Desse lugar fez abrir uma estrada, ligando o Uaupés com o Içana. Em contato com os Piratapuio, Tucano, Beiju, Ananá, Cubeo, Itariana, Juruá, Dessana, Arapaçu, Banina, Cutia, Macu, Cucuani, estabeleceu trinta e três povoados. Em sua tarefa de tamanha magnitude, frei Gregório chocou-se com o diretor dos índios do Rio Negro, Jesuíno Cordeiro. Em todos os núcleos urbanos, montou capelas e igrejas, realizou milhares de casamentos.

Em 1854, deixando os serviços missionários, veio fixar-se em Manaus.

A correspondência que manteve com o governo provincial, sobre os seus trabalhos de catequese e civilização, guardam-se no Arquivo do Amazonas e em grande parte foram publicados na revista *Arquivo do Amazonas*. São interessantíssimos, preciosos" (*Nota escrita especialmente para esta obra pelo historiador ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS*).



XVII

# XVII

## A VISITA IMPERIAL E A GUERRA DO PARAGUAI

**G**OVERNOS MELANCÓLICOS – Os relatórios apresentados pelos presidentes à Assembléia Legislativa Provincial, sua correspondência – cada vez mais amiudada – para o governo central, a imprensa, os livros que – embora raros – vão sendo publicados, os anais da Assembléia local constituem as fontes de informações sobre a vida capixaba da segunda metade do século XIX.

As *falas* presidenciais se sucedem em desoladora monotonia. São dezenas, e todas lamentam a facilidade com que o júri absolve os criminosos que lhe são confiados para julgamento. Louvam, sem discrepância, o trabalho das colônias e se queixam da falta de meios para atender às necessidades do culto religioso. Ano após ano, apontam as deficiências do ensino e das estradas.

Seria inoportuno tentar aqui uma explicação para a falta de iniciativa dos governantes, mas, examinando-se a lista dos presidentes que estiveram à frente da província, verifica-se que – exceção feita de uns três ou quatro – todos eram principiantes bisonhos, que vinham pescar, no Espírito Santo, uma cadeira de deputado geral.<sup>1</sup> Dois ou três conseguiram fazer carreira política. Os demais – a quase totalidade – desapareceram no cenário nacional.

Os pequenos relatórios, cartas, ofícios – quase diários – encaminhados aos Ministérios do Império e da Justiça tratam de pequenos crimes, questões eleitorais de ínfima importância, dão notícias das epidemias para reclamar sobre vacinas ou pedir dinheiro.

Os jornais espelham a vida pacata. Noticiário relativo à administração e política de aldeia. As folhas da oposição combatendo sistematicamente os atos do governo e as deste defendendo-lhe, incondicionalmente, os erros. Como em todos os tempos e lugares.

A população urbana – em constante aumento – não demonstra aspiração de progresso. Seja na Capital, seja no último dos distritos, o povo se deixa arrastar melancolicamente pela rotina. (I) Nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social. Falta, talvez, de uma elite que marchasse à vanguarda, despertando iniciativas.

A gente do campo persevera nos métodos antiquados de cultura.<sup>2</sup>

---

1 - Em uma das suas *Cartas*, MUNIZ FREIRE e CLETO NUNES diziam: “lá está no Senado o velho representante desta Província, tão notável por seus méritos como pela sua inservibilidade à terra que o constituiu seu mandatário. S. excia., que já se tem mais de uma vez declarado senador por Minas...” (*Cartas ao Imperador*, 8).

- Os jornalistas referiam-se a Cristiano Benedito Otoni, eleito senador pelo Espírito Santo em agosto de 1879, e nomeado por carta imperial de seis de setembro de 1879 (TAUNAY, *O Senado*, 202).

- Do antecessor de Cristiano Otoni, o senador José Martins da Cruz Jobim – eleito em setembro de 1850, e nomeado a primeiro de maio do ano seguinte – TAUNAY, *O Senado*, 201 – BASÍLIO DAEMON escreveu que, apesar de eleito pela província e seu representante no Senado durante vinte e oito anos, não prestou “serviço algum a bem do seu desenvolvimento” (*Prov ES*, 454).

- Do primeiro senador pela província, Francisco dos Santos Pinto, sacerdote, sabe-se apenas que servira durante alguns anos na matriz da Candelária, no Rio de Janeiro, e que era, em 1807, da Câmara Eclesiástica. Do segundo, José Tomás Nabuco de Araújo, apesar de haver presidido a província, não se conhece ato algum em prol do Espírito Santo.

2 - “Alguém já me disse, perguntando-lhe porque não usava do arado, que não queria arriscar o seu tempo e que já agora seguiria a rotina de seus pais; fiz-lhe ver as vantagens que lhe poderiam vir daí, porém cansei-me de balde porque em tudo achou e inventou dificuldades que o aterraram: entretanto tive ocasião de conhecer que ele possui terrenos em que o arado trabalharia com facilidade” (Relatório que o exmo. sr. presidente

Joaquim Marcelino da Silva Lima -  
1.º Barão de Itapemirim

*Minha Terra, Marins*



José Fernandes da Costa Pereira Júnior

*Coleção Mário Freire*



Bernardo José dos Santos (O Caboclo Bernardo), que salvou a quase totalidade dos náufragos do cruzador *Imperial Marinheiro*, sinistrado no pontal sul da Barra do Rio Doce, na madrugada de 7-9-1887

Foto Carneiro & Tavares - Rio de Janeiro  
*Coleção Mário Freire*

O café, passo a passo, conquista a liderança da economia capixaba. Não consegue, entretanto, o fastígio que obteve na província do Rio de Janeiro.

As grandes realizações que modificam a fâcies do país no decorrer do governo de Pedro II só mui remotamente ecoam no Espírito Santo.

Os fatos falam mais eloqüentemente que quaisquer comentários. Comentários, aliás, de que nos temos esquivado, sistematicamente, para oferecer a maior cópia possível daquilo que se poderia denominar *história maciça*.<sup>3</sup>

**A FEBRE AMARELA** – Em novembro de 1850, a febre amarela alcança o sul da província e, rápida, se propaga por todo o território.<sup>4</sup> De então para o futuro, anualmente, faz sua tétrica arrecadação. Na medida das possibilidades – aliás mui precárias – o governo procura minorar o sofrimento do povo, fornecendo-lhe medicamentos gratuitos e assistência médica.<sup>5</sup> Tudo em proporções tão reduzidas que um presidente confessará sem rodeios: “A Providência Divina vela certamente sobre a população desta Província que, sem o seu auxílio, estaria hoje extinta por falta de recursos da medicina”.<sup>6</sup>

---

da província do Espírito Santo, o dr. Evaristo Ladislau e Silva, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853 – Vitória – Tipografia Capitaniense de P. A. de Azeredo – 1853).

– Em 1870, o presidente Antônio Dias Pais Leme distribuiu entre os lavradores de Itapemirim, Santa Leopoldina e Serra alguns arados que mandara vir do Rio de Janeiro, por conta dos cofres provinciais (DAEMON, *Prov ES*, 388).

3 - Na Nota II, encontram-se documentos relativos a diferentes períodos do séc. XIX, todos eles merecedores da melhor atenção dos estudiosos da História capixaba.

4 - Segundo informa o presidente Felipe José Pereira Leal, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 1854, até maio desse ano haviam perecido mais de duzentas pessoas vitimadas pela epidemia trazida ao Brasil, em 1849, do porto de Nova Orleans (SANTOS FILHO, *Hist. Medicina*, II, 76-7).

– Recorda o mesmo autor que, na Corte, em 1850, umas dez mil pessoas foram atacadas pela febre amarela, falecendo cerca de duas mil.

5 - A vinte e quatro de maio de 1858, o ministro do Império oficiava ao presidente da província: “dá parte de haver aparecido a febre amarela nessa Capital [...] Manda S. Majestade o Imperador declarar-lhe que espera que V. Exa. não poupará meio algum de providenciar ao alívio daquele mal, e principalmente a socorrer a pobreza, contando que o Governo aprovará quaisquer despesas neste sentido” (Ms do acervo do AN, I JJ9, 24, p. 231-2).

6 - Relatório que o exmo. presidente da província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de vinte e quatro de maio de 1852 – Vitória – Tipografia Capitaniense de P. A. de Azeredo – 1852.

**VARIÓLA, CÓLERA, FOME** – A *peste das bexigas* vinha de priscas eras e mantinha-se invariavelmente presente nos obituários.<sup>7</sup> Prejuízo decorrente da resistência popular à vacina, por cuja disseminação o governo vinha se batendo desde o princípio do século.<sup>8</sup>

Mais pavoroso que a varíola foi o surto de cólera que fez sua aparição na província em novembro de 1854 e levou ao túmulo milhares de pessoas.<sup>9</sup> Já em fevereiro de 1855, um ofício do barão de Itapemirim falava em mais de mil vítimas.<sup>10</sup>

A população foi tomada de justificado pavor e a província conheceu dias trágicos, inclusive porque a doença imobilizou inúmeros braços, acarretando a fome e a miséria.<sup>11</sup>

7 - Em 1859, S. Mateus foi demoradamente castigada pela varíola, que ceifou muitas vidas. No ano seguinte, a moléstia alastrou-se a outras localidades fazendo numerosas vítimas (*Pres ES*, IX).

8 - “O serviço da vacina, feito como é, nenhuma utilidade e proveito presta: a repugnância de uns e o nenhum cuidado de outros têm feito com que jamais nesta Província se obtivessem benéficos resultados desta grande descoberta” (Relatório com que o exmo. sr. Felipe José Pereira Leal, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléia Legislativa no dia vinte e três de maio do corrente ano, Vitória - 1851).

9 - “Começou no Pará, onde aportaram coléricos, e num instante espalhou-se por todo o País a epidemia que durante dois anos (1855-56), ocasionou a morte de mais de duzentas mil pessoas, conforme cálculos do médico Barão do Lavradio. Todas as Províncias foram assoladas pelo mal” (SANTOS FILHO, *Hist. Medicina*, II, 113).

10 - Ofício daquele titular, então à frente da Administração provincial, ao Ministro do Império, datado de quatro de fevereiro de 1855 (*Pres ES*, IX).

- O ofício de dez de maio de 1856, do presidente Pereira de Barros a Couto Ferraz, informa que, de setembro de 1855 a abril de 1856, faleceram, na Província, 1.541 pessoas vitimadas pela cólera; nova comunicação sobre mais mortes, no ofício de quinze de maio de 1856 (este e aquele no vol. IX da coleção de *Mss* intitulada *Presidentes do Espírito Santo*, pertencente ao AN).

- No *Relatório* de 1856, o presidente informava à Assembléia Legislativa Provincial que, no período decorrido entre setembro de 1855 e abril de 1856 morreram, de cólera, 1.572 pessoas, sendo 458 em Itapemirim, 375 em Vitória, 177 em Cariacica, 138 em Guarapari, 133 em Benevente, 62 em Piúma, 61 em Viana, 47 em Nova Almeida, 35 em Mangarai, 29 em Carapina, 28 em Espírito Santo, 24 em Itabapoana, 4 em Santa Cruz, 2 em Queimado.

- Em 1863, o presidente Pereira Júnior referia-se a “uma epidemia que em 1855 vitimou nesta província perto de 2.000 indivíduos” (*Pres ES*, X, 46v).

11 - Em 1856, atendendo a um pedido do Governo local, o imperial mandou cinqüenta arrobas de carne seca para atender aos necessitados de Itapemirim (Ofício do barão de Itapemirim a Couto Ferraz, de três de março de 1856, in *Pres ES*, IX).

O governo geral, atendendo às solicitações dos presidentes da província, determinou a vinda de médicos e acadêmicos de medicina,<sup>12</sup> e o imperador mandou socorrer, com seus recursos particulares, as “pessoas e famílias indigentes que sofreram da epidemia”.<sup>13</sup>

**OUTRAS DOENÇAS** – Numerosos documentos referentes à primeira década da segunda metade do século falam, insistentemente, de febres intermitentes, coqueluche, asma, epidemia de disenteria sangüínea, câmaras de sangue,<sup>14</sup> alguns ofícios consultando a Administração central se podiam ser encaminhados para os hospitais do Rio de Janeiro os morféticos existentes na província.

Cresciam os núcleos de população, mas o aparelhamento de saúde pública continuava como nos velhos tempos da colônia: praticamente inexistente.<sup>15</sup>

**ABOLIÇÃO DO TRÁFICO** – Simultaneamente com o sangradouro de vidas, que foram aquelas doenças, entrava na fase final, definitiva, a luta contra o tráfico marítimo de negros escravos.

A campanha – consoante com os anseios mais nobres da civilização, tinha para o Brasil significação especial, uma vez que implicava o cumprimento de compromissos internacionais, livremente assumidos – vinha pôr cobro, em momento inadiável, à pressão exercida pela Inglaterra contra o nefando comércio, inclusive nas águas territoriais brasileiras, até mesmo ferindo de frente a soberania nacional.

---

12 - Em nossas pesquisas encontramos referências aos seguintes médicos que estiveram no Espírito Santo assistindo os coléricos da província: Cândido Joaquim da Silva, Antônio do Nascimento Silva e o Dr. Etienne Bidault que, comissionado pelo Governo Imperial para vir à província tratar os seus coléricos, recebeu do Tesouro a importância de 942\$000, conforme recibo constante do vol. IX da coleção *Pres ES*.

13 - Relatório que o exmo. sr presidente da província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia vinte e três de maio de 1856. - Vitória - 1856.

14 - Disenteria.

15 - “A salubridade pública desta Província necessita muito de uma autoridade que dela cure imediatamente. Nada há de regular nesse ramo do serviço público, que pode-se dizer que se acha à toa, não se importando com eles as municipalidades, como lhes cumpria; é pois necessária a nomeação de inspetor de saúde...” (Ofício de vinte de abril de 1859, de Pedro Leão Veloso, ao conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império, in *Pres ES*, IX).

- Ver nota III.



Não era menos exato, entretanto, que da África nos vinham os braços que supriam a lavoura, de vez que a imigração livre não atendia às necessidades do país.<sup>16</sup>

A vizinhança das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro tornou o litoral do Espírito Santo uma das regiões mais visitadas pelos *negreiros*. Grandes eram, ao mesmo tempo, as próprias necessidades, decorrentes do aumento da lavoura cafeeira e da perda de escravos ceifados pelas epidemias. E mais: justamente naquela ocasião intensificava-se na Alemanha e na Suíça – os dois grandes fornecedores de colonos para o nosso país – tenaz campanha de crítica ao tratamento aqui dispensado aos imigrantes.

Mas o Império estava decidido a mostrar quanto valia: externamente, oferecendo ao mundo exemplo que foi apreciado e muito serviu para conquistar prestígio e respeito das demais nações; internamente – após as Revoluções – essa foi a oportunidade que teve para demonstrar a força das instituições.

A Eusébio de Queirós – então à frente da pasta da Justiça – coube a tarefa ingente de conduzir a grande batalha: no mar, contra os *negreiros* solertes; em terra, contra os grandes proprietários rurais, ou seja, o próprio sustentáculo do regime.

A leitura dos documentos dirigidos pela presidência da província ao operoso ministro dá pálida e comovida idéia do esforço que a cruzada exigiu do titular da Justiça. São dezenas e dezenas de avisos, cartas, ofícios, que vinham da Corte, recomendando providências, sugerindo diligências, incentivando a campanha.<sup>17</sup>

16 - PERDIGÃO MALHEIRO, *A Escravidão*, II, 61.

17 - O resultado do esforço titânico daquele ministro se patenteia à vista dos seguintes algarismos relativos à importação de escravos pelo Brasil:

Ano	Quantidade	PEÇAS
1842	17.435	“
1843	19.095	“
1844	22.849	“
1845	19.453	“
1846	50.324	“
1847	56.172	“
1848	60.000	“
1849	54.000	“
1850	23.000	“
1851	3.287	“
1852	700	“

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Sousa – Rio de Janeiro – 1853.

– “...em 1862 o insuspeito Ministro britânico Christie, partidário de atos de força, informava ao *Foreign Office* que o tráfico acabara por completo e seria impossível revivê-lo” (OLIVEIRA LIMA, *O Império*, 118-9).

Os interessados na empresa sinistra tinham protetores poderosos, que, de terra, tudo faziam para facilitar o desembarque das *peças*. A zona sul da província foi a mais visada pelos *negreiros*, exigindo policiamento ativo, às vezes conjugado com unidades da Marinha de Guerra, em constante vigilância no mar. Contudo, a audácia dos contrabandistas era tamanha que suas embarcações de desembarque chegaram a operar nas proximidades de Vitória.

A vinte de janeiro de 1856, o *Olinda*, brigue-escuna de guerra brasileiro, aprisionava, na barra de S. Mateus, a escuna norte-americana *Mary E. Smith*. A bordo, trezentos e cinqüenta africanos.<sup>18</sup>

Anteriormente, o navio britânico *Harpy* surpreendeu contrabandistas nas proximidades de Guarapari, perseguindo-os porto adentro. A intromissão policial estrangeira nas águas territoriais do país foi repelida imediatamente por embarcações brasileiras, que atacaram os botes daquele navio inglês, afastando-os para alto-mar.<sup>19</sup>

Não obstante todo o empenho das autoridades, alguns barcos conseguiram burlar a vigilância, desembarcando negros boçais – para usarmos a expressão da época – nas praias capixabas.<sup>20</sup> Não é de estranhar que tal façanha tenha sido possível quando se sabe que até o barão de Itapemirim foi apontado como negociante de escravos e apaniguador de *negreiros*.<sup>21</sup>

18 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4.<sup>a</sup> sessão da 9.<sup>a</sup> legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado José Maria da Silva Paranhos – Rio de Janeiro – 1856.

– A presa do *Mary E. Smith* foi levada para a Bahia, informa o Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4.<sup>a</sup> sessão da 9.<sup>a</sup> legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado José Tomás Nabuco de Araújo – Rio de Janeiro – 1856.

19 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3.<sup>a</sup> sessão da 8.<sup>a</sup> legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Sousa – Rio de Janeiro – 1851.

20 - Entre onze de março de 1851 e primeiro de maio de 1852, foram apresadas, em águas capixabas, as seguintes embarcações: iate *Sociedade Feliz*, abandonado, em Itapemirim (conduzido para o porto de Vitória, foi queimado por ordem do Governo); palhabote *Segundo*, apreendido pelo delegado de Itapemirim (Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara – Rio de Janeiro – 1852).

– Em setembro de 1854, foi vista, nas proximidades de Itapemirim, uma embarcação suspeita. As autoridades locais puseram-se alerta e, cientificado do ocorrido, o presidente da província fez seguir para aquela região o brigue-escuna de guerra *Xingu*, então surto no porto de Vitória. Em Itabapoana, a embarcação foi apresada e, em seguida, mandada em paz, pois se verificou não ser um *negreiro* (Relatório com que o exmo. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente ano. – Vitória – 1855.)

21 - Todas as afirmações contidas no item intitulado *Abolição do tráfico*, cujas fontes não foram indicadas anteriormente, são baseadas na correspondência ativa da presidência da província para o ministro da Justiça, existente no Arquivo Nacional.

**POPULAÇÃO – COLONIZAÇÃO** – O recenseamento feito por Tristão de Alencar Araripe em 1856 – quando exercia as funções de chefe de Polícia da província – acusou 49.092 habitantes, dos quais 36.823 livres e 12.269 escravos. (IV)

Merece ser destacada a distribuição dos livres, segundo as profissões. Assim é que os empregados públicos somavam 161; os lavradores, 9.769; e os negociantes, 364. Apreciável o número de oficiais mecânicos: 889. Reduzidíssimo o de médicos: apenas quatro. Para três boticários, vinte e dois padres. Os duzentos e oitenta e nove pescadores constituem uma afirmação de prosperidade da indústria da pesca. (V)

Não obstante a campanha movida na Europa contra a emigração para o Brasil, em 1857 chegaram ao Espírito Santo cento e sessenta alemães, logo encaminhados para a colônia de Santa Leopoldina.<sup>22</sup> Enquanto isso, uma associação de que era diretor o major Caetano Dias da Silva empreendia a fundação da colônia do Rio Novo,<sup>23</sup> e o Dr. França Leite<sup>24</sup> lançava os fundamentos da Fransilvânia,<sup>25</sup> no rio Doce, nas terras adjacentes aos rios Pancas e São João.

Santa Isabel ia em progresso. O presidente da província já denunciava, porém, a resistência dos colonos a que fosse ministrado o ensino de português aos seus filhos, tendo até solicitado que o governo instalasse e mantivesse uma cadeira de língua alemã na escola local. (VI)

**AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO** – A administração lamenta a falta de braços para o trabalho e insiste no apelo junto ao governo imperial no sentido de orientar o fluxo imigratório para a província.<sup>26</sup>

22 - Informação colhida nos Mss. do Arquivo Nacional.

23 - Autorizada pelo decreto n.º 1.566, de vinte e quatro de fevereiro de 1855.

24 - Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, um dos beneméritos fundadores da Sociedade contra o tráfico e promotora da colonização dos indígenas, no Rio de Janeiro, em 1850 (PERDIGÃO MALHEIRO, *A Escravidão*, II, 60, nota 182).

25 - Ou *Franciliana*, conforme MARQUES, *Dicion. ES*, 99.

26 - “a primeira e vital necessidade da Província consiste na falta de gente que para ela aflua de outras partes, porque somente assim haverá o indispensável incentivo de acordar o país do sono que dorme. O exemplo do estrangeiro, o seu trabalho, os seus costumes, e a concorrência irá chamando os filhos da terra ao que não conhecem, e lhes inoculará o desejo de fazer fortuna ensinando-lhes como é que isto se obtém” (*Do ofício do presidente Evaristo Ladislau da Silva ao ministro do Império, de vinte e seis de novembro de 1852, in Pres ES, VIII, 113v*).

– “Grande número de lavradores Mineiros se propõe a mudar-se para os ubérrimos sertões do rio Doce e Guandu mediante alguns favores do Governo Imperial. Já levei a petição dos emigrantes ao conhecimento do respectivo Ministro. Esta emigração importa grande vantagem à província do Espírito Santo e é o único meio eficaz de se povoarem sertões como os acima indicados.

As diversas repartições funcionaram sem defeitos notáveis. Os que existem são filhos da falta de pessoal habilitado, fato muito explicável em uma Província pequena e onde, apesar de grandes sacrifícios do cofre Provincial e esforços da administração, o estado da

O mapa seguinte - extraído do relatório apresentado em 1852 pelo presidente Nascentes de Azambuja à Assembléia Provincial - oferece um quadro panorâmico das principais atividades agrícolas, industriais e comerciais do Espírito Santo naquele milésimo, ao mesmo tempo em que permite, de alguma forma, apreciar os processos ainda em uso nas primeiras.

### MAPA DOS GÊNEROS DE LAVOURA QUE SÃO EXPORTADOS<sup>27</sup>

MUNICÍPIOS QUE OS PRODUZEM	CAFÉ						
	NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS	MOTORES			BRAÇOS EMPREGADOS		PRODUÇÃO ANUAL EM ARROBAS
		ÁGUA	ANIMAIS	HOMENS	LIVRES	ESCRAVOS	
ITAPEMIRIM	13					415	18 600
BENEVENTE	20	1		19	5	169	6 150
GUARAPARI							
ESPÍRITO SANTO							
VITÓRIA	197	11	32	154	139	1 257	26 160
SERRA	3	1	2			1 066	780
NOVA ALMEIDA							
SANTA CRUZ							
LINHARES	1				8	1	150
BARRA DE S. MATEUS	13	1	10	2	54	465	24 050
CIDADE DE S. MATEUS	5	2	3		16	344	7 900
SOMA	252	16	47	175	222	3 717	83 790

MUNICÍPIOS QUE OS PRODUZEM	AÇÚCAR							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	MOTORES				BRAÇOS EMPREGADOS		PRODUÇÃO ANUAL EM ARROBAS
		VAPOR	ÁGUA	ANIMAIS	HOMENS	LIVRES	ESCRAVOS	
ITAPEMIRIM	22	5	14				1 348	78 700
BENEVENTE	3			3		1	32	1 400
GUARAPARI	5			5		12	52	1 340
ESPÍRITO SANTO	4			4			53	660
VITÓRIA	45		3	42		11	285	22 950
SERRA	31		2	29				27 600
NOVA ALMEIDA	18			18		11	238	13 200
SANTA CRUZ	15			15		12	76	5 440
LINHARES	2					22	6	1 200
BARRA DE S. MATEUS	1			1				500
CIDADE DE S. MATEUS	2			2		3	37	800
SOMA	148	5	19	119		72	2 127	153 790

instrução pública, especialmente da secundária, não é próspero por muitas circunstâncias entre as quais deve notar-se a resistência dos hábitos e tradições coloniais.

O número dos alunos que freqüentam as 69 aulas criadas na Província é considerável, infelizmente porém os professores são em geral pouco habilitados e a freqüência é muitas vezes interrompida já pelo descuido dos chefes de família, já porque em certas épocas os meninos pobres são distraídos para ajudarem seus pais nas colheitas” (Do ofício de dezessete de janeiro de 1863, do presidente da província ao ministro do Império, in *Pres ES*, X, 33-33v).

27 - “Em alguns estabelecimentos de açúcar não se mencionam os braços ou todos eles quando são os mesmos empregados na lavoura de café, a cujos estabelecimentos estão aqueles unidos;

## MAPA DOS GÊNEROS DE LAVOURA QUE SÃO EXPORTADOS

MUNICÍPIOS QUE OS PRODUZEM	AGUARDENTE							PRODUÇÃO ANUAL EM PIPAS	
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	MOTORES				BRAÇOS EMPREGADOS			
		VAPOR	ÁGUA	ANIMAIS	HOMENS	LIVRES	ESCRAVOS		
ITAPEMIRIM	12	5	7					622	
BENEVENTE	3			3			2	5	10
GUARAPARI	4			4					42
ESPÍRITO SANTO									
VITÓRIA	53		3	50			2	9	369
SERRA	15		1	14					26
NOVA ALMEIDA	18			18			3	6	48
SANTA CRUZ	15			15			2	1	61
LINHARES	2								22
BARRA DE S. MATEUS									
CIDADE DE S. MATEUS	1			1			3		
<b>SOMA</b>	<b>123</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>105</b>			<b>12</b>	<b>21</b>	<b>1 200</b>

MUNICÍPIOS QUE OS PRODUZEM	FARINHA							PRODUÇÃO ANUAL EM ALQUEIRES
	NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS	MOTORES			BRAÇOS EMPREGADOS			
		ÁGUA	ANIMAIS	HOMENS	LIVRES	ESCRAVOS		
ITAPEMIRIM								
BENEVENTE								
GUARAPARI								
ESPÍRITO SANTO								
VITÓRIA	130	6	34	99	3	4		20 580
SERRA								
NOVA ALMEIDA								
SANTA CRUZ								
LINHARES	7				57	16		2 300
BARRA DE S. MATEUS	105	1	38	66	309	355		81 900
CIDADE DE S. MATEUS	139	3	103	33	295	1 163		91 620
<b>SOMA</b>	<b>381</b>	<b>10</b>	<b>175</b>	<b>*198</b>	<b>664</b>	<b>1 538</b>		<b>196 400</b>

\* Na 2ª edição está 199 [Nota do editor].

o mesmo sucede com os de aguardente e farinha, cujos braços ou parte deles são os empregados nas lavouras de café e açúcar. Não se designam os motores dos estabelecimentos de café e três de açúcar de Itapemirim e de todos os de Linhares por não se declarar nas informações enviadas. O mesmo sucede com a produção do estabelecimento de aguardente de S. Mateus. Além dos estabelecimentos compreendidos neste mapa há outros que se omitem por muito insignificantes, e alguns porque, sendo ainda novos, nada produzem”. Relatório que o exmo. presidente da província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de vinte de maio de 1852. – Vitória. – 1852.

– “O valor da importação por meio de cabotagem, única que existe nesta Província, consistiu, no ano próximo findo, em 890\$751\$301”. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior – Vitória – 1862.

O comércio se fazia quase que exclusivamente com o Rio de Janeiro. Por intermédio dessa praça, a província importava os artigos estrangeiros de que necessitava. Escoavam-se por ela, também, para além-mar, os produtos de sua lavoura.

Em 1855, o barão de Itapemirim – em ofício ao conselheiro Couto Ferraz, ministro do Império – informava: “Não há navegação de longo curso nesta Província;<sup>[28]</sup> a navegação costeira é feita por mais de quarenta embarcações de vela; [VII] nela se empregam mais de trezentas pessoas e o custo de seus fretes talvez não exceda trinta contos de réis. Do progresso da agricultura parece que dependerá o da navegação. Trinta e seis lanchas se empregam na pesca de alto-mar, ocupando nesse trabalho seiscentas e setenta pessoas e sendo o valor aproximado dessa indústria mais de setenta contos de réis”.<sup>29</sup>

**ENSINO – PRIMEIRA BIBLIOTECA PÚBLICA** – Criado em 1843, só a vinte e cinco de abril de 1854 foi instalado o *Liceu da Vitória*, do qual se esperava “muita utilidade, pois aí poderia a mocidade habilitar-se com os principais estudos exigidos nas academias do Império”.<sup>30</sup>

Impressiona e comove o volume da correspondência expedida pela Administração espírito-santense para o governo central, no decorrer da segunda metade do século passado. Ela traduz o anseio do povo em busca do aprimoramento intelectual da mocidade, incentivando os governantes a procurarem solução para o problema crônico de todo o Brasil. Mas reflete, também, o obstinado empenho do imperador em divulgar a instrução por todas as classes da coletividade nacional.

28 - “Em 1863, deu-se um fato excepcional de navegação de longo curso, que raras vezes tem sido reproduzido: o negociante inglês Colman Jackson despachou do porto da Vitória um brigue inglês para a Europa, com carregamento de café, açúcar e algodão” (COSTA ALVES, *Relatório*, 36).

- Vale recordar que a primeira embarcação a vapor que tocou em Vitória foi o *Correio Brasileiro*, em 1826. Eis como o presidente Inácio Acióli de Vasconcelos relatou a passagem daquela barca pela Capital: “Tenho a honra de participar a V. Excia. para ser presente a S. M. Imperial, que no dia dezoito do corrente saiu deste porto para o da Bahia a barca de vapor denominada *Correio Brasileiro* – com todos os passageiros que trazia a seu bordo, e só tenho a acrescentar a V. Excia. que não foi possível apesar de todas as diligências o suprir antes, pelas dificuldades que houveram em se aprontar grande porção de lenha que foi preciso. Deus guarde a V. Excia. – Vitória, vinte e três de outubro de 1826. Ilmo. e exmo. sr. visconde de Paranaguá. (a) Inácio Acióli de Vasconcelos” (Cópia existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, feita por Basílio Daemon, que lhe após o seguinte título: “Ofício participando ao Visconde de Paranaguá a saída da barca a vapor *Correio Brasileiro* – o primeiro navio de sistema a vapor que sulcou as águas da baía de Vitória”).

29 - Ofício de quatro de fevereiro de 1855, in *Pres ES*, IX.

30 - Relatório com que o exmo. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente ano. Vitória – 1854.

Na província, a carência de mestres era justificada pela “pobreza de pessoal e a insignificância dos ordenados com que são gratificados os Professores Públicos – obstáculo permanente ao melhoramento deste tão importante ramo da Administração”.<sup>31</sup>

Mas existiam outros motivos relevantes, além daquele outro, para explicar quadro tão constrangedor. Costa Pereira enumerou e, corajosamente, explicou: “Grande extensão de território e faltas de vias de comunicação que impedem a freqüência de muitos alunos a quem por serem pobres falecem meios de transporte ou de se estabelecerem perto das escolas. Preconceitos arraigados na população, pouco ou nenhum apreço que muita gente das classes menos cultas dá à instrução considerando-a como inútil para haver subsistência e abastança. Pobreza de grande parte da população o que leva os pais a distraírem muitas vezes seus filhos da escola para empregá-los como auxiliares no serviço de que subsistem especialmente na ocasião das colheitas. Falta de inspeção ativa, constante e vigorosa”.<sup>32</sup>

A obstinação geral, porém, ia conseguindo o provimento das cadeiras; a instalação de novas escolas; a ampliação do número de matrículas;<sup>33</sup> a implantação do ensino secundário;<sup>34</sup> de aulas noturnas,<sup>35</sup> inclusive para adultos,<sup>36</sup> escola normal.<sup>37</sup>

31 - “Instrução publica - A pobreza de pessoal e a insignificância dos ordenados com que são gratificados os Professores Públicos, são um obstáculo permanente ao melhoramento deste tão importante ramo da Administração Provincial: seu estado pois não é satisfatório, e V. Exa. encontrará bem descrito no já citado Relatório. Devo entretanto declarar que todas as Escolas de primeiras Letras se acham providas à exceção de duas, que são as de Piúma e Jacaraípe, como se vê da relação n.º 3. A Lei Provincial n.º 6 de dois de Julho de 1853 criou uma aula de Latim na Vila da Serra, e outra na de Benevente; a primeira acha-se provida de Professor, que começou a regê-la em data de primeiro de Dezembro próximo passado; e a outra mandei já pôr a concurso. Pela Lei n.º 4, de vinte e quatro de Julho de 1843, e vigorada pela Lei n.º 4 de 24 de Julho de 1853, foi também criado nesta Capital um Liceu que até agora não pôde ainda ser instalado” (Do ofício de quatro de fevereiro de 1854, do barão de Itapemirim, ao dr. Sebastião Machado [cópia] - aquele 1.º vice-presidente, este presidente, quando da posse do último, in *Pres ES*, VII, 275).

32 - Ofício ao ministro do Império, de vinte e seis de janeiro de 1863, in *Pres ES*, X

33 - Documentação de excepcional valor para a História da educação na província, recolhida nos Códices *Prov ES* (I JJ<sup>o</sup> 363-75) do AN, está coligida nas notas VIII e IX, no fim deste capítulo.

34 - “O ensino secundário obteve algum melhoramento em o ano passado com a instalação do Liceu da Vitória, onde se ensina atualmente Filosofia Racional e Moral, Retórica, Latim, Francês, Geografia e História, Geometria e Aritmética, e Música. Este estabelecimento, data apenas do ano passado; e por este motivo não pôde ainda produzir os frutos, que com razão se deve dele esperar. No fim do ano foram examinados e aprovados três estudantes em Filosofia, 8 em Latim, 3 em Aritmética e Geometria, e um em Francês. As aulas foram freqüentadas por 61 estudantes” (Do ofício de vinte e quatro de fevereiro de 1855, do presidente da província ao ministro do Império, in *Pres ES*, VIII, 335).

35 - *Primeira aula noturna* - O *Correio da Vitória*, de vinte e três de abril de 1872, anunciando o evento, escrevia: “No dia 21 do corrente, à noite, teve lugar em uma das salas do colégio *Espírito Santo*, a inauguração de primeira aula noturna, desta província, cujo professor é o Sr. José Francisco de Lélis Horta, que gratuitamente se prestou a ensinar os seus comprovincianos. [...] Estão já matriculados 33 alunos, e muitos outros ainda se matricularão e dentre eles um criado de S. Exa. o Sr. Presidente, natural do Paraguai.”

- Ofício de vinte e quatro de maio de 1872 do presidente do Espírito Santo ao ministro do Império comunicava ter sido inaugurada, a dezenove daquele mês, em Vitória, “a aula noturna de francês para adultos dirigida pelo Dr. Manoel Goulart de Souza” (*Pres ES*, XIII, 132).

36 - Ofício do presidente do Espírito Santo ao ministro do Império, de quatro de abril de 1872, in *Pres ES*, XIII, 83.

37 - Em 1874, a Inspeção Geral da Instrução Pública da província dava notícia da existência, no Espírito Santo, do Ateneu Provincial, do Colégio de N. S. da Penha e da Escola Normal (documento junto ao ofício de vinte e quatro de outubro daquele ano, do vice-presidente da província ao ministro do Império, in *Pres ES*, XIV).

Em 1873, ao ensejo da inauguração de “um liceu gratuito de humanidades” – iniciativa da *Sociedade Beneficente União e Progresso* – Vitória conheceu momentos de intensa vibração patriótica, tudo culminando com a entrega de *cartas de liberdade* a três escravos, gesto aplaudido de D. Josefa Souto Pinho e Jacinto Escobar de Araújo. Declinando-lhes os nomes, o presente reverencia a sensibilidade de quem soube ligar um gesto fraterno a evento cívico tão expressivo, qual seja a abertura de uma escola pública.<sup>38</sup>

A primeira biblioteca pública foi aberta a dezesseis de julho de 1855.<sup>39</sup> Lamentavelmente, teve curta existência, pois, em 1872, “mui limitado número de livros e todos roídos da traça e inutilizados” jaziam “por imprestáveis atirados a um canto de uma sala na Secretaria do Governo”. (VIII)

Em 1852, o presidente Nascentes de Azambuja dava as seguintes informações ao ministro do Império: “Nesta Província não há nenhuma associação literária, nem periódico literário e científico, nem se publicam obras algumas”,<sup>40</sup> acrescidas, em 1856, de outras do barão de Itapemirim: “Não há jardins botânicos, nem teatros nem museus”.<sup>41</sup>

---

38 - “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que a Sociedade Beneficente União e Progresso acaba de fundar nesta Capital um liceu gratuito de humanidades, em cujas diversas aulas que já funcionam acham-se matriculados para mais de noventa alunos, e igualmente uma Biblioteca popular já franqueada ao público, contando para mais de mil e duzentos volumes e todos oferecidos por particulares. Estas instituições que auguram próspero futuro à Província, são devidas aos esforços do Diretor daquela sociedade, o Engenheiro Doutor Miguel Maria de Noronha Feital, que assim prestou relevantíssimo serviço à causa da instrução popular.

De minha parte auxiliiei-o o quanto em mim esteve, no sentido de não só de facilitar a execução de tão proveitosa idéia, como de dar todo o esplendor ao ato da inauguração destes importantes estabelecimentos, que são verdadeiros e poderosos incentivos a maiores cometimentos.

Folgo ainda registrar, que, em seguida à inauguração tive a satisfação de entregar três cartas de liberdade, concedidas em regozijo ao ato e para maior realce da festa, uma pelo cidadão Jacinto Escobar de Araújo, e duas por uma respeitável Sra. D. Josefa Souto Pinho” (Do ofício de João Tomé da Silva, presidente do Espírito Santo, ao ministro do Império, de quinze de janeiro de 1873, in *Pres ES*, XIII, 317-7v).

39 - “Teve lugar hoje a abertura da Biblioteca pública desta Cidade em uma das salas do Palácio, contígua à Administração do correio, a qual foi para este fim preparada. Faço votos para que este estabelecimento, cuja falta era tão sensível em uma cidade capital como esta, saia rapidamente dos seus atuais estreitos limites” (Ms do AN, I JJ9 363).

- O barão de Itapemirim, no ofício de quatro de fevereiro de 1856, endereçado ao ministro do Império, informa que “é devida sua iniciativa ao brasileiro Brás da Costa Rubim, natural desta Província, e ao ex-Presidente Dr. Sebastião Machado Nunes, que aceitou e favoreceu esta idéia”.

40 - Ofício do presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja endereçado ao conselheiro Francisco Gonçalves Martins, ministro do Império, a vinte e três de agosto de 1852, in *Pres ES*, IX.

41 - Ofício do barão de Itapemirim, endereçado a Luís Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império, a quatro de fevereiro de 1856, in *Pres ES*, IX.



**GUARDA NACIONAL** – Não obstante repetidas recomendações do governo central para que fosse organizada a Guarda Nacional, até 1855 nada se conseguira. Após a insurreição do Queimado, o presidente Siqueira manifestara esperanças de convencer os capixabas da “necessidade de se alistarem, armarem e terem alguns conhecimentos dos manejos militares”.<sup>42</sup>

Coube, porém, a Pereira de Barros concretizar a idéia; e o fez com tamanho entusiasmo que, a dois de dezembro de 1856 – aniversário natalício do imperador – Vitória viu desfilar em parada quinhentas e duas praças daquela corporação.<sup>43</sup>

**VISITA IMPERIAL** – Cumprindo promessa feita na *fala do trono* de setembro de 1859, o imperador visitou o Espírito Santo no ano seguinte.<sup>44</sup>

Desembarcando em Vitória a vinte e seis de janeiro, no mesmo dia – depois do *Te-Deum* e beija-mão – percorreu alguns dos estabelecimentos públicos da Capital. Na manhã seguinte reiniciou as visitas e, segundo a reportagem do *Correio da Vitória*, inspecionou desde os conventos até a cadeia, sem esquecer as aulas de primeiras letras. (IX) De canoa e a cavalo – durante duas semanas – percorreu todas as colônias e principais localidades, quase sempre acompanhado de D. Teresa Cristina.<sup>45</sup> Aqui e ali, para reparos de um templo, como em Vitória, para aliviar as necessidades da Santa Casa da Misericórdia, deixou contribuições em dinheiro do seu famoso *bolsinho*.<sup>46</sup>

---

42 - Ofício de vinte e quatro de março de 1849, ao ministro do Império (*Pres ES*, VII).

43 - “Quando para aqui vim não tinha realidade esta parte da força pública. Existiam apenas alguns oficiais fardados e outros que figuraram nas propostas, mas que não tinham tirado suas patentes e muito menos se achavam fardados [...] que existem fardadas mais de oitocentas praças e no dia dois do corrente, aniversário natalício de S. M. o Imperador, apresentaram-se em parada quinhentas e duas praças” (Do ofício de Pereira de Barros ao ministro Couto Ferraz, datado de onze de dezembro de 1856 – *Pres ES*, IX).

44 - Tendo partido para essa excursão a primeiro de outubro, esteve na Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, de novo na Bahia e, finalmente, no Espírito Santo.

- Os monarcas se fizeram acompanhar de Cândido José de Araújo Viana, camarista; Luís Pedreira do Couto Ferraz, veador; João de Almeida Pereira Filho, ministro do Império; D. Josefina da Fonseca Costa, dama da imperatriz. Viajaram no vapor *Apa*, comboiado por uma divisão constituída pelo *Amazonas*, *Paraná* e *Belmonte*, comandada pelo chefe da esquadra Joaquim Marques Lisboa – mais tarde marquês de Tamandaré (LIRA, *Pedro II*, I, 375).

45 - No Espírito Santo, o imperador encontrou-se com o arquiduque Maximiliano, da Áustria, seu primo. O futuro e desditoso soberano do México estivera no Rio de Janeiro e dirigia-se para a Bahia, a bordo da corveta austríaca *Elizabeth*. Tocara em Vitória exclusivamente para conhecer o seu parente do Brasil, com quem viajou até Itapemirim, sempre incógnito (*Jornal do Comércio*, doze de fevereiro de 1860).

46 - O Dr. Augusto de Aguiar Sales nos proporcionou um resumo das principais visitas feitas por D. Pedro II durante sua estada no Espírito Santo, no discurso pronunciado a dois de dezembro de 1943, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, trabalho que pode ser lido no número XVI da *Revista* editada por aquela associação. Também o *Jornal do Comércio* (do Rio de Janeiro), de nove e dez de fevereiro de 1860, traz noticiário sobre a visita imperial.

**SEDIÇÃO DE PIÚMA – QUESTÃO CHRISTIE** – Uma questão pessoal de somenos – transformada, ocasionalmente, em arruaça – recebeu o título pomposo de *sedição de Piúma*.

Nada mais que pequeno incidente, convenientemente explorado, havido, em 1861, entre o subdelegado do distrito e um seu desafeto, no decorrer do comício comemorativo da Independência nacional.

Os *sediciosos* não foram além do apedrejamento da casa daquela autoridade, umas perversidades com os três soldados do destacamento e a entrega da subdelegacia ao substituto imediato. Uma força de primeira linha enviada ao local pôs fim ao alvoroço, que levou ao júri dezoito pessoas indiciadas como cabeças.<sup>47</sup>

\*  
\*       \*

Tal como aconteceu nas demais unidades do Império, o Espírito Santo encontrou na *Questão Christie*<sup>48</sup> um motivo de expansão patriótica de seu povo. Grandes e pequenos vibraram de justa indignação contra a atitude desairosa do diplomata inglês.<sup>49</sup> Choveram donativos de todos os quadrantes da província. Numerosos funcionários consignaram parte dos vencimentos em benefício dos fundos destinados a auxiliar os preparativos para a defesa do país.

- A Levy Rocha se deve a minuciosa e mui cuidada *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, de leitura obrigatória para quem desejar conhecer, em detalhes, a excursão que SS. MM. fizeram à terra capixaba.

47 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior - Vitória - 1862.

- Costa Pereira figura entre os mais operosos administradores que teve a província. Ministro da Agricultura do Gabinete de sete de março de 1871 - chefiado pelo visconde do Rio Branco - não esqueceu o Espírito Santo, patenteando, mais uma vez, por atitudes e atos, o carinho que dedicava à terra capixaba. O Dr. ARAÚJO AGUIRRE, em discurso pronunciado no Instituto Histórico, recordou os principais serviços prestados ao Espírito Santo pelo prestigioso político campista (*RIHGES*, X, 138 ss. ).

48 - Do nome do representante britânico que provocou tais incidentes que obrigou o Brasil a romper relações diplomáticas com a Inglaterra: William Dougal Christie.

49 - Quando chegou a Vitória a notícia do incidente promovido pelos oficiais da fragata inglesa *Fort*, o povo imediatamente acorreu às praças públicas (?) para protestar solidariedade ao Governo. À noite houve passeata cívica, precedidos os manifestantes de banda de música. Vários oradores se fizeram ouvir (*Correio da Vitória*, vinte e quatro de janeiro de 1863).

- Datado de vinte e seis de janeiro de 1863, o presidente Pereira Júnior dirigiu ao ministro do Império o seguinte ofício: "Tive a honra de receber os avisos circulares de V. Excia. datados de oito do corrente e a eles respondo.

Para idêntica finalidade, nos mais distantes lugarejos, organizaram-se comissões encarregadas de promover subscrições públicas. (X) Tal como nos dias longínquos do primeiro século, os capixabas dos oitocentos souberam demonstrar sua solidariedade ao Brasil.

**GUERRA DO PARAGUAI** – Foi com igual ardor que responderam à atitude hostil de Solano Lopez, do Paraguai. O primeiro contingente da província, constituído de oficiais e soldados de primeira linha da sua guarnição, largou para o sul a catorze de fevereiro de 1865.<sup>50</sup> Na véspera, a Capital, engalanada, assistiu ao desfile de despedida. Entre flores, ovações, música, partiram da terra os primeiros espírito-santenses que iam desafrontar a pátria.<sup>51</sup>

Até maio de 1865, a província já havia encaminhado para o Paraguai trezentos e trinta e nove dos seus filhos, sendo que duzentos e setenta e três voluntariamente.<sup>52</sup> Um ano depois, o número já subira para meio milhar.<sup>53</sup>

---

Considerando que o melhor meio de promover a manutenção da ordem pública e de animar a população e fazê-la ciente do desfecho da questão suscitada pelo enviado de S. M. britânica consistia em procurar o concurso dos cidadãos mais grados e influentes de todos os partidos, que atuassem sobre o ânimo de seus amigos e do povo do resto da Província, reuni em palácio no mesmo dia da chegada do vapor que trouxe os avisos, as pessoas que julguei naquelas circunstâncias e manifestei-lhes em termos que V. Excia. pode ver resumidos no *Correio da Vitória*, de vinte e quatro do corrente o voto que o governo imperial fazia pela concórdia e união de todos os brasileiros, sendo este fato tanto mais necessário e glorioso quanto só a união nos poderia fazer fortes para resistir a agressões e hostilidades de uma nação poderosa.

Encontrei os melhores desejos e patriótica animação e pareceu-me que um e o mesmo sentimento animava a todos os cidadãos sem distinção de partidos; era o de auxiliar o governo imperial na gloriosa tarefa da sustentação da dignidade e brios nacionais” (Da coleção de Mss pertencente ao AN).

50 - BASÍLIO DAEMON registrou o nome dos oficiais e inferiores desse primeiro contingente: major J. Batista de Sousa Braga; capitães Tito Lívio da Silva e João da Silva Nazaré; tenentes Antônio Rodrigues Pereira e Manuel Francisco Imperial; alferes José Marcelino de A. Vasconcelos, Francisco F. Pinheiro Passos, Francisco A. Leitão da Silva, Joaquim de Castanheda Pimentel, Miguel Calmon du Pin Lisboa; primeiros-cadetes Francisco Rodrigues Pereira das Neves e Luiz Vieira Machado; segundo-cadete Alexandre Félix de Alvarenga Sales; primeiro-sargento João Custódio da Silva; segundo-sargento Cândido Gaio Peçanha; furriel Jacinto F. de Carvalho. Também seguiram, informa o efemerologista, os médicos do Corpo de Saúde Drs. Florêncio Francisco Gonçalves e Fortunato Augusto da Silva; o primeiro-tenente do Regimento de Cavalaria Inácio João Monjardim de Andrade e Almeida, que servia de ajudante-de-ordens. Cita, por fim, o cabo-de-esquadra Francisco de Araújo, conhecido pela alcunha de *Chico Princesa* e que, por atos de bravura, chegou ao posto de tenente em comissão. Condecorado várias vezes, morreu durante a campanha, “em seu posto de honra” (*Prov ES*, 372-3).

51 - *Correio da Vitória*, quinze de fevereiro de 1865.

52 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1865 pelo presidente dr. José Joaquim do Carmo - Vitória - Tipografia Liberal do Jornal da Vitória - 1865.

53 - Dizia, então, o presidente: “Este resultado se não pode ser considerado ínfimo, atenta a diminuta população da Província, não é todavia o que teríamos o direito de esperar” (Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 pelo presidente dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves - Vitória - 1866).

O concurso do Espírito Santo para a vitória não se resumiu, apenas, no abastecimento, ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, das privilegiadas madeiras de suas florestas.<sup>54</sup> Em Riachuelo,<sup>55</sup> como dez anos antes, no combate do Tonelero,<sup>56</sup> jovens da província lutaram heroicamente.

**TELÉGRAFOS E CORREIOS** – A campanha do Paraguai – exigindo comunicações rápidas entre as forças em operações e a Corte – atrasou de alguns anos a chegada dos fios telegráficos ao Espírito Santo.<sup>57</sup> Só a dezenove de fevereiro de 1874 foi inaugurada a estação de Vitória, e ligada a Capital com Itapemirim, Campos e Rio de Janeiro.<sup>58</sup>

54 - PESSANHA PÓVOA, *Prov ES*, 25.

55 - “Na guerra contra Solano Lopez, soldados espírito-santenses bateram-se bravamente em Riachuelo, a onze de junho de 1865. Em ofício de vinte desse mês, Francisco Otaviano, chefe da Missão especial do Brasil, ao transmitir as notícias oficiais dessa memorável Batalha, depois de referir alguns impressionantes episódios registrados em várias unidades, afirmou em relação aos soldados capixabas: ‘As praças do Exército e dos corpos policiais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, batendo-se com entusiasmo, expunham-se tranqüilos à morte, e morriam ao lado dos bravos marinheiros’” (FREIRE, *Fatos da História*, 30).

- Ao receber a notícia da vitória de Riachuelo, o Legislativo capixaba dirigiu ao soberano a seguinte mensagem: “Senhor. A Assembléia Legislativa da Província do Espírito Santo cheia de júbilo pela notícia da brilhante vitória alcançada pela Armada Nacional contra a esquadra paraguaia, no dia onze do mês passado, vem congratular-se com V. M. imperial pelo heroísmo e denodo, não só do ilustre chefe de divisão Francisco Manuel Barroso, que dirigiu a ação como também de todos os outros oficiais de mar e terra, marinheiros e soldados, que deram aos anais da história pátria um dia tão memorável e tão glorioso.

Senhor, se em tempos ordinários um ato de heroísmo mereceu sempre um lugar distinto nos anais da história, o de que se trata incontestavelmente se acha entre eles colocado, e é com o maior entusiasmo que esta Assembléia o aplaude, e ao mesmo tempo congratula-se com V. M. imperial por ver tão dignamente defendido o pavilhão auriverde, dando-se ao mesmo tempo ao estrangeiro, que sem a menor razão tão descomunalmente insultou os brios brasileiros, a mais solene lição.

Vós, sr., como o primeiro dos brasileiros, dignai-vos de acolher benigno as sinceras demonstrações de júbilo da Assembléia Legislativa da Província do Espírito Santo, órgão legítimo dos sentimentos dos seus habitantes. Paço da Assembléia, em vinte e seis de julho de 1865. (aa) Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, presidente; Manuel Feliciano Muniz Freire, primeiro secretário; Torquato Caetano Simões, segundo secretário” (*Pres ES*, X).

56 - Destacou-se na ação do Tonelero o capixaba Antônio Cláudio Soído (FREIRE, *Fatos*, 30; AFONSO CLÁUDIO, *Hist. da Literatura*, 144).

57 - “Deviam os trabalhos prosseguir para o norte (os fios já haviam alcançado Cabo Frio), vindo, porém, a campanha do Paraguai modificar essa orientação. A necessidade que havia de se transmitirem com presteza à Província do Rio Grande do Sul as ordens do Governo relativas às operações militares e a ansiedade com que eram aguardadas as notícias do teatro da guerra, determinaram a resolução de se estender o fio elétrico até Porto Alegre” (*Memória Histórica*, 30).

58 - Houve um belo movimento na província para auxiliar o Governo na extensão das linhas. Assim é que numerosos fazendeiros ofereceram os postes necessários à travessia do território provincial e o povo em geral concorreu com donativos em dinheiro para atender à aquisição de material etc. (Relatório lido no Paço da Assembléia Legislativa da província do Espírito Santo pelo presidente o exmo. sr. dr. Francisco Correia na sessão ordinária do ano de 1871 - Vitória - 1872).

Os correios, em 1861, possuíam dez agências distribuídas por diferentes localidades, além da estação central – em Vitória.<sup>59</sup> Sete estafetas e um *correio a cavalo* – este no serviço entre a Capital e o rio Doce – cuidavam do transporte da correspondência.

As malas postais providas de outras províncias e do estrangeiro ou destinadas ao exterior eram conduzidas em vapores.<sup>60</sup>

**ILUMINAÇÃO – FAROL DA BARRA DE VITÓRIA** – A iluminação a óleo de peixe, adotada nas ruas de Vitória desde os tempos da colônia, foi substituída – em 1865 – por lampiões a querosene.<sup>61</sup> Estes, por sua vez – a primeiro de março de 1879 – deram lugar a bicos de gás, festivamente recebidos.<sup>62</sup>

Outro melhoramento que muito beneficiou a cidade-capital foi o farol de sua barra, inaugurado a sete de setembro de 1870.<sup>63</sup>

**FLAGELADOS DO CEARÁ – AMEAÇA DE CÓLERA** – A segunda grande estiagem que flagelou o nordeste durante o século (1877-79) trouxe ao Espírito Santo milhares de cearenses.<sup>64</sup> Foi um novo e inesperado problema, a exigir imediata solução, com que teve de lutar a Administração local. A precariedade das instalações urbanas e de estradas que facilitassem o escoamento rápido

59 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1882 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior – Vitória – 1862.

60 - Relatório de 1871, já citado.

61 - Foram contratantes do serviço os comerciantes Adrião Nunes Pereira e Francisco Rodrigues Pereira (DAEMON, *Prov ES*, 372).

62 - O ato de inauguração do serviço foi assistido pelo vice-presidente tenente-coronel Alfeu Monjardim, mais tarde barão de Monjardim. Manuel da Costa Madeira era o contratante. BASÍLIO DAEMON informa que, simultaneamente com a iluminação das ruas, foi inaugurado o serviço para as casas particulares da Capital – o que perdurou até os primeiros anos da República.

Os lampiões da iluminação pública das ruas não eram acesos nas noites de luar.

Com o gás, o serviço passou a ser “feito em todas as noites, mesmo nas de luar” (Relatório com que o exmo. sr. dr. Afonso Peixoto de Abreu Lima passou a administração da província do Espírito Santo ao exmo. sr. tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, primeiro vice-presidente – Vitória – 1878).

63 - Relatório de 1871, já citado.

64 - Estatística de 1878 registra 4.787 (*Pres ES*, XVI).

- para a lavoura - das levas de famílias privadas de qualquer recurso tinha de ser superada pelo empenho em socorrer aqueles desgraçados irmãos. E o foi galhardamente, cabendo assinalar a cooperação particular, efetiva em todos os momentos.<sup>65</sup>

A leitura da documentação pertinente ao assunto<sup>66</sup> indica ter sido mais penosa a tarefa de recambiar para seus antigos lares - cessada a estiagem - os que pleitearam o regresso, aliás em reduzidíssimo número.<sup>67</sup>

Tornadas endêmicas, a febre amarela e a varíola acometeram com inusitada intensidade em 1886. Foi, porém, um novo surto de cólera, denunciado na Europa naquele mesmo ano, que encheu de justas apreensões o governo e o povo capixabas. A aproximação de um paquete italiano, a que faltara combustível, em viagem para o sul, apavorou a Capital, obrigando o presidente a solicitar desesperadamente ao governo central um navio de guerra para evitar entrasse na baía de Vitória qualquer embarcação procedente de portos estrangeiros - uma vez que a fortaleza da Barra estava desarmada.<sup>68</sup>

**COLONIZAÇÃO - POPULAÇÃO** - Criada em 1856 e tendo recebido, de início, cento e quarenta imigrantes, “quase todos suíços”, a colônia de Santa Leopoldina, em 1863, era um mosaico de nacionalidades. (XI)

Crescendo sempre - entre 1870 e 1880 foram encaminhados para a província milhares de colonos - aquele núcleo figura no recenseamento de 1877 com uma população de 6.339 almas.<sup>69</sup>

65 - BASÍLIO DAEMON refere-se à distribuição de roupas aos retirantes e a numerosas subscrições populares, destinadas a angariar fundos para socorro, na Capital e no interior, inclusive nas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina (*Prov ES*, 451-2) .

66 - *Pres ES*, XVI.

67 - *Pres ES*, XVI.

68 - Telegrama do presidente, desembargador Antônio Joaquim Rodrigues, ao ministro do Império, in *Pres ES*, XIX.

- A correspondência presidencial, tantas vezes citada nesta obra, está repleta de alusões à ameaça de surgimento do *cholera morbus* na província. A cada notícia da aparição de novo surto em portos estrangeiros, a Administração bradava por socorro.

- A varíola - que está sempre presente aqui ou acolá - é tema constante do epistolário oficial. O “pus vacínico” é outro tema freqüente daquela correspondência. São pedidos de remessa ou notificação de recebimento das famosas lâminas salvadoras.

69 - Essa população se repartia em 1.560 famílias, “sendo 3.328 do sexo masculino e 3.011 do sexo feminino; 3.293 católicos e 3.066 acatólicos” (DAEMON, *Prov ES*, 442).

- A colônia do Rio Novo contava 1.870 indivíduos, assim divididos: setenta e seis alemães, seiscentos e oitenta e oito austríacos, vinte e sete belgas, oito chins, trinta e um franceses, treze holandeses, oitocentos e trinta e dois italianos, cento e vinte e dois portugueses e setenta e três suíços (DAEMON, *op. cit.*, 442).

No relatório apresentado à Assembléia Provincial em 1871, o presidente Francisco Ferreira Correia informava que a população atingia 70.585 habitantes, dos quais 51.825 livres e 18.760 escravos.<sup>70</sup>

**VIAS DE COMUNICAÇÕES** – Sobrepondo-se a todas as dificuldades – das quais a maior, por certo, era a deficiência das rendas – a província ia distendendo sua rede de comunicações. Estradas que partiam do norte, do centro e do sul ligavam-na com Minas Gerais. Todas as localidades tinham acesso à Capital por caminhos que, se não eram modelos de conforto – e em verdade estavam muito longe de o ser – permitiam o transporte dos produtos das lavouras para os portos do litoral.

A navegação fluvial e de canais<sup>71</sup> – que mereceu especial atenção dos poderes públicos durante o reinado de Pedro II – era explorada em bases modestas.

Frustraram-se as tentativas, desde o início do século, para o desenvolvimento da navegação do rio Doce.<sup>72</sup> Do esforço realizado por José Alexandre Carneiro

70 -

	Livres	Escravos
<b>Comarca da Vitória:</b>		
Município de Vitória	14 669	3 031
“ do Espírito Santo	882	237
“ de Viana	3 857	1 139
<b>Comarca dos Reis Magos:</b>		
Município da Serra	2 513	1 240
“ de Nova Almeida	1 358	498
“ de Santa Cruz	2 910	179
“ de Linhares	1 159	89
<b>Comarca de São Mateus:</b>		
Município de São Mateus	2 651	1 951
“ da Barra	2 071	730
<b>Comarca de Itapemirim:</b>		
Município de Itapemirim	4 680	2 013
“ de Cachoeiro	7 263	6 179
“ de Benevente	2 977	796
“ de Guarapari	4 835	678

Relatório de 1871, já citado.

71 - “Segundo as últimas informações, espera-se que no correr deste ano se conclua a abertura dos canais de Una e de Itaúnas, o primeiro entre a capital da Província e o município da Serra; o segundo destinado a comunicar os Rios Itaúnas e S. Domingos” (Relatório apresentado à Assembléia Legislativa na segunda sessão da nova legislatura pelo ministro de Estado e Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz - Rio de Janeiro - 1854).

- “O Governo Geral concedeu para estas obras a quantia de quatro contos de réis”. (*Idem, ibidem*).

72 - O decreto imperial 1065, de três de novembro de 1852, concedera “a José Rodrigues Pereira privilégio exclusivo por 10 anos para a navegação por vapor entre o porto desta Capital e o de Caravelas, na Província da Bahia, tocando nos de São Mateus, Santa Cruz, Vitória, Guarapari, Benevente e Itapemirim, na do Espírito Santo, e uma subvenção de 18:000\$000 anuais pelo espaço de 15 anos”, informou o ministro do Império ao presidente do Espírito Santo, em ofício de dez daquele mês e ano (Código I JJ9 24, do AN).

Leão – organizador da Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce (XII) – lamentava, em 1876, o engenheiro Costa Alves: “Nada colheu o país senão um acréscimo de descrédito para aquelas regiões.”<sup>73</sup> Recorde-se, contudo, que pertencera àquela empresa a primeira embarcação a vapor a singrar as águas do *Nilo Brasiliense*.<sup>74</sup>

Malogrou-se, também, o empenho do Dr. França Leite que, no ano de 1857, tinha em serviço, ali, um barco de vela de trinta e oito toneladas.<sup>75</sup>

Desvaneceram-se, desse modo, os entusiasmos daqueles que pretenderam tornar realidade o sonho do governador Antônio Pires da Silva Pontes.

A impraticabilidade do rio Doce às embarcações mesmo de calado regular não fora reconhecida pelos que vinham estudando o assunto.

Em 1878, o presidente Silva Mafra, sem descer a detalhes, informava à Assembléia Provincial haver assinado contrato com a Empresa de Navegação do Rio Doce.<sup>76</sup>

Entre 1870 e 1880, os principais rios da província foram explorados por companhias de navegação a vapor. Assim é que em 1876 – a seis de setembro – a Companhia Cearense de Navegação Fluvial do Espírito Santo inaugurava seus serviços no Santa Maria;<sup>77</sup> em 1878 funcionavam a Navegação de Itapemirim e a Empresa de Itabapoana, além da Companhia Espírito Santo e Campos (naturalmente de cabotagem). A Empresa Rio São Mateus pedia rescisão de seu contrato,<sup>78</sup> assinado a doze de novembro de 1872.<sup>79</sup>

73 - *Relatório*, 9.

74 - JOSÉ MARCELINO, que nos fornece a informação, não registra a data em que, pela primeira vez, um vapor sulcou o celebrado rio Doce. Valendo-nos sempre do depoimento daquele autor – que dedicou longos estudos ao histórico da navegação do rio – pode-se afirmar que tal fato ocorreu entre 1836 e 1841 (*Ensaio*, 143).

- De nove de agosto de 1836 o decreto imperial que concedia “à Companhia formada em Londres por João Diogo Sturz o Privilégio Exclusivo da Navegação do Rio Doce por meio de barcos a vapor, ou de outros superiores que se descobrirem” (Do ofício do ministro Limpo de Abreu ao presidente do Espírito Santo, de dois de setembro de 1836 – Códice do acervo do AN – I JJ9 24, p. 122v).

75 - JOSÉ MARCELINO, *Ensaio*, 156.

76 - Relatório apresentado pelo exmo. sr. dr. Manuel da Silva Mafra à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia vinte e dois de outubro de 1878. Vitória – 1878.

77 - Relatório apresentado pelo exmo. sr. dr. Manuel José de Menezes Prado na instalação da Assembléia Provincial do Espírito Santo na sessão de quinze de outubro de 1876 – Vitória – 1876.

78 - Relatório de 1878, já citado.

79 - COSTA ALVES, *Relatório*, 11



Registre-se ainda que, em 1876, a Companhia Indústria e Navegação do Piúma – que se propunha operar nos rios Piúma e Novo – conseguia prorrogação de prazo para iniciar seus trabalhos.<sup>80</sup> Bem animadora era a situação em 1888, quando várias empresas mantinham barcos trafegando nas costas e rios capixabas, além do benefício da navegação para o estrangeiro e demais províncias marítimas brasileiras.<sup>81</sup>

---

80 - Relatório de 1876, já citado.

81 - No capítulo *Navegação*, do *Relatório* de 1888, o presidente LEITE RIBEIRO assevera: “Está servido o comércio desta Província pela navegação normal de duas companhias de navegação e estrada de ferro Espírito Santo e Caravelas e a da Miranda Jordão & Cia., sem subvenção alguma; o que é sinal de que foi fundada a lei que votou a suspensão de tal favor.

Além dessa navegação, dispõe a Província da direta para portos estrangeiros e da Cia. Brasileira de Navegação dos portos do Norte. É ainda subvencionada pela Província a navegação a vapor do Rio Itapemirim. Essa empresa recebe também do Estado grosso subsídio. Miranda Jordão & Cia. mandaram ultimamente para os serviços do transporte do Rio Doce a esta capital o *Rio São João* (a vapor) que tem servido regulamente. [...] A lavoura e o comércio daquela região têm reclamado desta presidência auxílios à navegação desse vapor. [...] Os rios navegáveis desta Província têm sido seguidamente freqüentados pelas canoas que normalmente satisfazem aos serviços de transporte. [...] Tendo o contratante da navegação dos portos da baía desta capital, em ofício de seis de setembro de 1887, pedido a suspensão dos serviços que lhe estavam encarregados, decidi, por ato da mesma data, rescindir o contrato de vinte e três de março de 1882. Resolvi, por ato de trinta de setembro de 1887, contratar com o cidadão Domingos Pinto Neto tais serviços, que este contratante tem cumprido” (Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da primeira sessão da vigésima oitava legislatura em nove de julho de 1888 pelo dr. Antônio Leite Ribeiro de Almeida, presidente da província – Vitória – 1888).

## NOTAS

## I

(p. 366)

“Vejam qual o espírito ou pensamento que domina a população da Província do Espírito Santo, apreciação que faremos, segundo nos cumpre, com toda a imparcialidade. A este respeito pode-se dizer que há natural diferença no seio da população, manifestando-se em certos pontos um espírito ousado, empreendedor e ativo, e em outros resistindo ainda à rotina dos tempos coloniais. A ousadia em quaisquer cometimentos e a iniciativa manifestam-se no seio da população das comarcas de Itapemirim e de S. Mateus.

Provém isto em grande parte da emigração que, para aqueles pontos afluiu das Províncias de Minas, Rio de Janeiro e Bahia, emigração composta de homens que não trazem somente o concurso material de braço, mas principalmente o do espírito que pensa, vê e enxerga o futuro de longe. Na Vitória, porém, e nas comarcas adjacentes em geral, não se manifesta, no mesmo grau igual tendência para os grandes cometimentos da indústria. Há ali, como nas comarcas de Itapemirim e S. Mateus, espírito de ordem, mas certa quietação e falta de iniciativa que de alguma sorte prejudicam.

Em referência à Capital provém isto em grande parte da tendência, aliás não exclusiva desse lugar, para os empregos públicos.

Limitando as suas aspirações, desejos e trabalhos à posse de um emprego mais ou menos lucrativo, inteligências que poderiam servir vantajosamente à indústria, sobretudo a agrícola, deixam de entregar-se a empreendimento com que melhor poderiam servir a si e ao país.

Pesa-me exprimir-me nestes termos; mas, como já disse, só devo aqui repetir a verdade.

Cumprimento acrescentar que o fato a que me refiro relativamente à Cidade de Vitória mui contribui para que a Província não progrida com a rapidez que fora para desejar. E a razão, bem a compreenderéis, senhores, é que não pode a vitalidade estender-se por todo o corpo da Província quando o abatimento e o desânimo apoderam-se de seu coração; quando dele não parte o impulso e o salutar exemplo com que se deverá ativar o espírito público no resto do território provincial.

Dói-me, como disse, confessar este fato, e maiores mágoas vem causar-me quando nele vejo, em parte, a razão pela qual os Presidentes, que são nomeados para o Espírito Santo, não se demoram na Província durante o tempo preciso para ali deixarem seus nomes gravados em qualquer melhoramento de incontestada utilidade.

Chegados à Capital, sentindo-se sem os meios de ação que resultam do concurso eficaz da atividade particular, notando as dificuldades práticas que se lhes sugere quando exibem qualquer idéia nova e útil à Província, pesando os tropeços que na Capital se lhes apresenta relativamente à tentativa de qualquer cometimento em vantagem do público, e, constrange-me dizê-lo, avaliando que o resto da população da Província equipara-se, também, com este sombrio e desanimador quadro que vêm na Capital, os Presidentes deixam-se logo apoderar-se pelo desânimo, tratando, após alguns meses de exercício de se retirarem de uma Província onde entendem que não há por toda a parte pessoal que seja apto para o auxílio de um grande impulso, que, porventura, se queira dar aos melhoramentos materiais e morais.

Assim é que, desde o ano financeiro de 1846, em que a receita da Província era computada na diminuta quantia de 32:992\$452, têm as rendas provinciais subido na razão anual de dez por cento até que hoje chega a 300:000\$000” (PENA, *O Presente e o Futuro*, 93-6).

## II

(p. 368)

“...o estado financeiro desta Província é atualmente satisfatório, pois que conta em seus cofres um saldo superior a vinte contos de réis, além do valor de doze apólices da dívida geral destinadas ao Hospital de São Mateus, e que por autorização da Assembléa Provincial têm de ser vendidas para que com o seu produto se preste auxílio a diversas obras daquela Comarca.

Com os pequenos recursos do cofre Provincial pouco se pode fazer, pelo que tenho o maior cuidado em evitar dispêndios e obras de vulto, que de certo traziam a ruína das apoucadas finanças de uma Província, onde a população é diminuta, e a agricultura fonte de quase toda a sua renda luta com a falta de braços e com a rotina” (Do ofício do presidente da província ao ministro do Império - vinte e cinco de junho de 1861, in *Pres ES*, IX, 513-13v).

- “Entrando na administração desta Província no dia quatro de Fevereiro próximo passado, foi-me presente o Aviso do Ministério a cargo de V. Excia. de onze de Novembro do ano findo, exigindo desta Presidência uma exposição circunstanciada acerca de diversos objetos. Em satisfação a esta exigência tenho de expor a V. Exa. o seguinte:

1.º - Depois da invasão da febre amarela nesta Província em 1850, não tem reaparecido este flagelo, porém, em alguns pontos dela costuma a haver periodicamente epidemia de febres, de caráter diferente, que não deixa por isso de fazer vítimas: ainda em fins do ano passado apareceu uma epidemia semelhante na Freguesia do Queimado distante desta Capital cerca de seis léguas; porém felizmente teve pouca duração. Em princípios deste ano na Colônia de Santa Isabel também apareceu uma epidemia de febres, segundo as últimas notícias tinham já morrido nove colonos, e estavam doentes quinze. Nada mais posso dizer acerca deste objeto, porque não há por aqui homens habilitados que possam informar o Governo sobre semelhante matéria, como já tive a honra de informar a V. Exa. em meu ofício de vinte e sete de Fevereiro próximo findo sob o n.º 14. Quanto a Hospitais, apenas há aqui na Capital o da Santa Casa da Misericórdia pessimamente dotado, pois apenas possui alguns pequenos prédios que lhe dão de rendimento anual a quantia de pouco mais de seiscentos mil réis, sujeita a concertos, e o produto dos direitos de marinhagem. A Assembléa Provincial costuma a dotar este estabelecimento com a quantia de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000) anualmente.

2.º - Muito atrasado se acha o ensino primário nesta Província: os professores, com raríssimas exceções, são homens sem nenhuma instrução; não se ocupam, pela maior parte, exclusivamente do magistério pela razão de serem mal retribuídos, circunstância que os obriga a se empregarem simultaneamente em outros gêneros de indústria. Há em toda a Província vinte e sete escolas primárias do sexo masculino, e uma do sexo feminino. Frequentaram durante o ano próximo passado aquelas 798 alunos, e esta 32 alunas. Quanto ao ensino secundário existe em pior atraso: apenas há em toda a Província uma aula de latim nesta Capital e outra na Vila

da Serra: aquela foi freqüentada durante o ano passado por 37 alunos; e nada posso informar sobre esta por ter sido provida de professor apenas em fins do ano passado.

3.º - Existe nesta Província somente uma colônia, a qual é situada no prolongamento da estrada de S. Pedro de Alcântara a cinco léguas pouco mais ou menos de distância desta Capital para o lado do Oeste. Esta colônia é composta de Alemães, e foi criada em fins do ano de 1847 com a denominação de Colônia de Santa Isabel. Incluso achará V. Exa. o Mapa dos habitantes, pelo qual conhecerá V. Exa. que esta Colônia vai em via de prosperidade.

4.º - Também um só aldeamento de índios existe na Província: é ele situado igualmente no prolongamento da referida estrada de S. Pedro de Alcântara, e se denomina Imperial Afonsino. Segundo relatório que me fez o Exm.º 1.º Vice-Presidente da Província, consta o aldeamento de cerca de setenta indivíduos, de todas as idades, os quais vivem contentes e fartos: plantam milho, feijão, arroz e mandioca, e já começam a plantar café. Já conta o aldeamento uma tenda de ferreiro, dirigida por um índio, achando-se outros aprendendo os ofícios de pedreiro e carpinteiro. A presença de um missionário ali torna-se da maior urgência.

5.º - As obras públicas, que nesta Província se fazem à custa dos cofres gerais, são os dois canais do Una no Município da Serra, e de Itaúnas no de S. Mateus: ambas estas obras estão a cargo de comissões nomeadas por um dos meus antecessores. Segundo as informações que tenho podido colher no curto espaço de minha administração, são estes canais de muita vantagem, e poderão ficar concluídos, o 1.º em seis meses, e o 2.º em um ano.

6.º - Além da antiga estrada, que segue pelo litoral desta Província, tem ela duas outras principais a de Santa Teresa, e a de S. Pedro de Alcântara, ambas com direção à Província de Minas: a primeira, que tem sido aberta exclusivamente à custa dos cofres gerais, não está concluída: e a segunda, posto que se ache acabada, está com tudo muito longe da perfeição, que deve ter uma estrada regular. Há nesta Província muito a fazer em estradas e pontes: mas não me sendo possível dar a esta importante matéria o conveniente desenvolvimento por me faltarem ainda os dados, me limitarei a dizer a V. Exa. que é da maior urgência a construção de pontes nos Rios - Itabapoana, Piúma, e Jucu. Todos estes rios correm na estrada do litoral, que comunica os importantes Municípios de S. João da Barra e Campos da Província do Rio de Janeiro com esta.

7.º - Mui insignificante é a navegação fluvial nesta Província, pois apenas em seus rios navegam canoas. Quanto à navegação costeira consta de quarenta e cinco barcos de vela, com 2.661 toneladas, e 319 homens de tripulação.

A pesca constitui um dos principais ramos de indústria desta Província: empregam-se nela vinte três barcos com 289 pessoas de tripulação e o seu rendimento anual pode ser orçado em cerca de sessenta contos de réis (60:000\$000). Bastante rica é esta Província de rios navegáveis por barcos maiores ou menores; os principais deles são = o Rio Doce, S. Mateus, Piraquê-açu, Sananha, Benevente, Piúma, Itapemirim e Itabapoana.

8.º - É nenhuma por ora a indústria de mineração nesta Província: consta entretanto que existem terrenos auríferos no distrito de Mangaraí entre os rios do Meio e da Fumaça: e o Governo Imperial pelo Decreto n.º 1243 de nove de Outubro do ano passado, já tem concedido a uma companhia que formar Teodoro Klett por tempo de dois anos faculdade para explorá-los. A indústria fabril é quase nula; e a agricultura consiste principalmente em açúcar, e mantimentos, e algum café: cuja colheita já é de alguma importância e promete aumento. Muito pouco gado se cria na Província, sendo apenas bastante para o seu consumo.

9.º - O comércio desta Província é quase todo feito com os portos da Capital do Império e da Província do Rio de Janeiro; é pouco ativo, e feito quase exclusivamente em barcos seus; o seu aumento depende do aperfeiçoamento de vias de comunicação com o centro, e com a Província de Minas Gerais.

10.º - Esta Província limita-se pelo lado do Norte com a da Bahia pela ponta do sul da barra do rio Mucuri; pelo do sul com a do Rio de Janeiro pelo rio Itabapoana; e pelo Oeste (centro) com a de Minas por lugares que se ignoram: estes limites são pouco conhecidos em alguns pontos; mas não se tem dado caso algum de contestação sobre este objeto.

11.º - Esta Província está dividida, quanto ao cível e judiciário, em três comarcas, que são as de Vitória, Itapemirim, e S. Mateus. A primeira comarca compreende os Municípios da Vitória, Espírito Santo, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, e Linhares; a segunda os de - Itapemirim, Benevente, e Guarapari -; e a terceira os de S. Mateus, e Barra do mesmo nome. As mesmas três comarcas acima referidas, constituem a divisão eclesiástica. Toda a população da Província pode ser orçada em quarenta mil habitantes. O Mapa n.º 1 = demonstra o movimento da população no ano próximo passado por nascimentos e óbitos.

12.º - As três Comarcas da Província formam os três colégios eleitorais, que nela existem, sendo o da comarca de Itapemirim na Vila de Benevente. O Mapa n.º 2 contém a estatística dos Eleitores por Freguesias.

13.º - Só um privilégio tem concedido a Assembléa desta Província; mas nunca teve efeito, e nem o poderá mais ter; porque, tendo por objeto o canal do - Una -, está este sendo feito por conta do Governo Geral.

14.º - Nenhum estabelecimento tem esta Província, que tenha por fim o recreio da população.

15.º - Logo que se pôs em execução o Regulamento n.º 464 de dezessete de Agosto de 1846 sobre o Instituto Vacínico, algum beneficio se colhera nesta Província; mas hoje apenas na Capital são vacinadas algumas pessoas; no semestre de Julho a Dezembro do ano passado receberam vacina 112 pessoas de ambos os sexos” (Ofício do presidente da província, de vinte e cinco de março de 1854, ao ministro do Império, in *Pres ES*, VIII, 248-8v).

- “1.º O estado sanitário durante o ano findo, foi em geral satisfatório, notando-se apenas em diversas localidades febres intermitentes, pelos pântanos que nelas existem. Alguns casos de variola deram-se na Cidade de S. Mateus, donde parece endêmica.

2.º - O ensino primário é ministrado em vinte e uma aulas de 1ª. Classe e dezenove de 2ª. Classe, em três aulas do sexo feminino na Capital, na Cidade de S. Mateus, e na Vila de Itapemirim. O ensino secundário, em um Liceu onde se ensina latim, francês, geografia e história, filosofia racional e moral, e música; e em três aulas de latim na Cidade de São Mateus e nas Vilas da Serra e de Itapemirim. O número de alunos que freqüentaram as aulas de instrução primária chegou o ano passado a 861, o de alunas a quatorze; freqüentaram as aulas do ensino secundário quarenta e nove alunos. O estado da instrução não é lisonjeiro; sendo a principal causa a falta de pessoal habilitado e não podendo a Província comportar as despesas de uma escola normal regular, alguma coisa entretanto tenho feito neste sentido.

Das aulas de latim há provida de Professor somente a da Capital anexa ao Liceu, para as outras não têm aparecido concorrentes, o que tenho para mim, que longe de ser um mal, tem sido um bem, pois que de tais aulas espalhadas pela Província nenhuma vantagem há auferido o ensino público; não resultando para a sociedade nenhum proveito de que alguns de seus membros gastem tempo em aprender só o latim, sem que tenham meios de prosseguir na carreira de estudos, donde lhes possa provir utilidade prática, e considerando-se aliás humilhados em seguir qualquer profissão industrial, por que se iniciaram nas belezas dos clássicos latinos tornam-se ambiciosos, e não achando saída as suas ambições, inquietos e perigosos. Para remover a causa do atraso de instrução pública proveniente da falta de pessoal habilitado um meio acode prontamente ao Espírito menos pensador é criar vocações, formar esse pessoal; o que a Província não pode fazer com seus ténues recursos, não sendo eles suficientes para cercar de vantagens o professorado, erguê-lo da humilhação e abatimento, em que jaz, nivelado a ultimo grau da escala das profissões industriais, como é atualmente.

É preciso que os poderes centrais venham em auxílio e proteção de negócio tão vital, como é a instrução pública, sem o que ao menos nas Províncias, como esta, desprovidas de meios, jamais a veremos na devida altura; e que esse auxílio e proteção não se traduz somente em recursos pecuniários. No meu humilde pensar, a instrução requer mais alguma coisa, requer a concentração de tão importante ramo do serviço público, e a que se prendem interesses que se ligam a grandeza nacional, sob os largos desígnios dos poderes gerais, e com abono da uniformidade, que convém que haja em relação ao assunto: entendo, que a instrução lucraría com a criação na Capital do Império de um estabelecimento, onde se formassem professores, e donde saíssem, os que mais abono dessem de capacidade e sendo largamente dotados, viessem pelas Províncias abrir escolas, que servissem de norma e modelo às que se fossem criando: os sacrifícios, que se fazem com a instrução e educação do povo não deixam de ser sempre indenizados com usura. Ajunto um exemplar das instruções, que regem esta matéria.

Quanto ao 3.º quesito tenho a dizer que nesta Província não há atualmente em andamento obra pública geral, além das que existem nas colônias, e de cujo estado tenho, por vezes inteirado a V. Exa. De obras provinciais auxiliadas pelo Tesouro Nacional, há o canal de Itaúnas, cujo estado foi descrito no relatório que a respeito fez o Major de Engenheiros António Pedro Monteiro de Drumond, o qual foi submetido à consideração de V. Exa. que, por Aviso de dezesseis de Fevereiro último, autorizou-me a fazer concluir as respectivas obras.

Quanto ao quarto quesito tenho a dizer, que nesta Província, não há estrada, que lhe mereçam o nome; a maior comunicação faz-se pela Costa, podendo-se dizer, que é esta a única estrada que se tem: verdade é que por conta dos cofres gerais abriram-se duas vias de comunicação para Minas, uma que se conhece pela denominação de estrada de S. Pedro de Alcântara, na qual se despendeu a soma de 34:211\$416 réis, e a de Santa Teresa, na que custou 50:340\$757 réis uma e outra porém estão intransitáveis: a primeira vai passar por notável melhoramento, com a ponte, que, por Aviso de dezoito de janeiro próximo passado V. Exa. mandou construir sobre o rio Jucu, e que serve para dar-lhe nova direção pelo centro da colônia de Santa Isabel; julgo entretanto necessário o seu melhoramento da colônia até as divisas de Minas: quanto à de Santa Teresa entendo, que toda despesa com ela feita será em puro desperdício, porque de seu termo até os primeiros povoados da Província de Minas há matas virgens, em grande extensão, onde não há estradas; e demais a comunicação por aquele lado terá, por muitos anos, sua via no Rio Doce. Julgo entretanto que a Província carece da abertura de diversas estradas, e por conseguinte de pontes; sendo, para mim, as principais: - a que vai de S. Mateus a Santa Clara nas margens do Mucuri, - uma que das margens do Piraquê-açu vai pelo centro do município de Santa Cruz até as margens do Rio Doce; - uma que do Aldeamento Imperial Afonsino venha, passando pelas novas fazendas, à margem do Castelo, até o porto de Guarapari; da qual já falei a V. Exa. em ofício de vinte e um de Novembro de 1859, a mais urgente porém, e mais imediatamente produtiva será a de Itapemirim até as divisas de Minas, segundo já relatei a V. Exa. na mesma data.

Quanto ao quinto quesito, quase todas as Vilas e Distritos desta Província são cortados mais ou menos de rios, a navegação de muitos dos quais convém melhorar; e sobre a qual informou-se miudadamente em Ofício n.º dezenove de dez de Fevereiro de 1858.

Quanto ao sexto, não há indústria alguma de mineração nesta Província. A plantação de cana-de-açúcar, e dos cafeeiros é feita em maior escala do que a dos cereais por ser de maior interesse.

Não posso informar a V. Exa. a importância aproximada destes produtos nos últimos três anos porque me não foram fornecidas tais informações. A falta de braços vai cada vez atrasando mais a agricultura, sendo porém de esperar que a colonização virá pôr um paradeiro aos males que se vão sofrendo, graças ao empenho com [que] o Governo Imperial vela nesta matéria. Não existem estabelecimentos de salinas, nem tampouco de criação de gado digno de menção” (Ofício de vinte e quatro de março de 1860, do presidente da província ao ministro do Império, in II-34, 11, 25, do acervo de mss da BN).

- “Satisfazendo a determinação [...] sobre o estado atual e necessidades mais urgentes do Comércio, o número de companhias anônimas, agências e caixas filiais, seu capital nominal e realizado, seu fundo de reserva e de amortização, valor de cada ação no mercado, e últimos dividendos, passo a expor a V. Sa. o quanto me é possível a semelhante respeito.

O estado atual do Comércio desta Cidade, e distritos mais próximos sobre que posso ajuizar com algum conhecimento, é como já fiz ver em meu ofício n.º 13, de seis de Fevereiro do ano próximo passado, pouco lisonjeiro, porque insignificante tem sido o seu aumento do que já era há alguns anos.

Suas transações de importação e exportação continuam a limitar-se aos portos do Império, por meio da navegação de cabotagem, esta mesma em pequena escala, por serem feitas quase especialmente com as praças do Rio de Janeiro e da Bahia.

Pelo mapa que, junto remeto, verá V. S. o valor oficial da importação e exportação dos cinco últimos anos financeiros de 1864-1865 a 1866-1869 e por ele conhecerá o aumento ou diminuição que houve em cada um desses anos.

Em minha fraca opinião, o acanhamento em que aqui tem permanecido o comércio, e creio mesmo que em toda a Província, provém do pouco desenvolvimento que tem a agricultura, não por deficiência de terrenos adaptados, porque existem em grande quantidade ainda incultos, e ubérrimos para qualquer cultura, como se sabe geralmente; mas, somente pela falta de quem o utilize, pois para isto, não há ainda na Província a população necessária.

Dependendo o progresso do comércio, do aumento da agricultura, insisto no meu pensamento já manifestado naquele citado ofício do ano passado, de que favorecida esta, com a introdução de bons colonos, o impulso daquele será indubitável.

Além disto, considero de grande interesse ao mesmo comércio, a comunicação entre a Província de Minas e esta Cidade, por meio da abertura de uma estrada, pela qual os habitantes naquela, daqui mais próximos, possam conduzir a este porto os seus produtos, e se abastecerem também do necessário, o que assaz desejam ambas as localidades, pelo bem recíproco que lhes resulta.

Terminando sobre este ponto, cumpre-me dizer a V. S. que, não existem nesta Província companhias anônimas, nem agências e caixas filiais.

MAPA DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EFETUADAS NO PORTO DA CIDADE DA VITÓRIA EM O QÜINQUÊNIO DE 1864 A 1869

	1864-1865	1865-1866	1866-1867	1867-1868	1868-1869	TOTAL
	Valor oficial	Valor oficial	Valor oficial	Valor oficial	Valor oficial	
<b>IMPORTAÇÃO</b>						
De mercadorias estrangeiras	557:344\$076	704:674\$000	625:134\$476	751:696\$876	543:347\$800	3.182:197\$228
De ditas nacionais	235:828\$800	226:830\$000	208:870\$200	349:706\$000	396:276\$655	1.417:511\$655
	793:172\$876	931:504\$000	834:004\$676	1.101:402\$876	939:624\$455	4.599:708\$883
<b>EXPORTAÇÃO</b>						
De produtos nacionais para fora do Império	46:519\$927	14:554\$771				61:074\$698
De ditas ditas para dentro do Império	595:836\$785	689:970\$190	518:476\$090	913:545\$870	625:667\$829	3.343:496\$764
De mercadorias estrangeiras idem			350\$000	130\$000		480\$000
	642:356\$712	704:524\$961	518:826\$090	913:675\$870	625:667\$829	3.405:051\$462

Alfândega da Província do Espírito Santo na Cidade da Vitória, 7 de Fevereiro de 1870” (Ofício de dez de fevereiro de 1870, do inspetor da Alfândega do Espírito Santo ao inspetor da Tesouraria da Fazenda, in *Pres ES*, XII, 62-4).

III

(p. 370)

- “Na Capital existem além dos dois médicos do Corpo da guarnição mais dois, um que exerce o cargo de Secretário do Governo e outro o de médico da Província. É este subvencionado pelos cofres provinciais com 1:200\$ rs. por ano e tem por obrigação as mesmas do médico de São Mateus. Foi criado o lugar em 1856 quando não existia na Capital quem exercesse aquela profissão e como incentivo para fixar nesta Cidade algum médico compensando-se com o ordenado fixo os poucos rendimentos que a clínica poderia dar. Ao Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles cabe atualmente a tarefa. Em nenhum outro ponto da Província existem médicos senão nas Colônias de Santa Isabel e Rio Novo e em Itapemirim. Nesta Vila há dois e um Cirurgião que presentemente pouco se dedica ao exercício do seu tão nobre ministério.

Se há falta de médicos, muito mais de boticas. Existem na Capital três mas geralmente mal sortidas e sem pessoal habilitado além dos proprietários. Uma dessas boticas é propriedade de Santa Casa da Misericórdia e destinada exclusivamente às necessidades do Hospital.

Em São Mateus existe uma e outra em Itapemirim. Na enfermaria militar há uma ambulância e as há igualmente em cada uma das três Colônias Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo. [...]

Contudo felizmente a mortalidade não é considerável. No ano de 1862 em oito paróquias canonicamente providas foi ela de seiscentos e quatorze, subindo os nascimentos em seis Freguesias a 986, o que oferece um resultado satisfatório.” (Do ofício de vinte e seis de janeiro de 1863, do presidente da província ao ministro do Império, in *Pres ES*, X, 47-47v).

## IV

(p. 373)

MAPA ESTATÍSTICO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO  
NO ANO DE 1856

LIVRES		NÚMERO	ESCRAVOS		NÚMERO
NÚMERO DE FOGOS		7 674	NÚMERO DE FOGOS		--
SEXOS	HOMENS	18 245	SEXOS	HOMENS	6 318
	MULHERES	18 568		MULHERES	5 951
IDADES	ATÉ 14 ANOS	14 509	IDADES	ATÉ 20 ANOS	5 320
	DE 15 ATÉ 20 ANOS	4 940		DE 21 ATÉ 60 ANOS	6 615
	DE 21 ATÉ 60 ANOS	16 356		DE MAIS DE 60 ANOS	334
	DE MAIS DE 60 ANOS	1 008			
ESTADO CIVIL	SOLTEIROS	24 854	ESTADO CIVIL	SOLTEIROS	10 982
	CASADOS	10 186		CASADOS	1 176
	VIÚVOS	1 773		VIÚVOS	111
CORES	BRANCOS	14 311	CORES	BRANCOS	-
	ÍNDIOS	6 051		ÍNDIOS	-
	PARDOS	13 825		PARDOS	-
	PRETOS	2 626		PRETOS	-
PROFISSÕES	EMPREGADOS PÚBLICOS	161	PROFISSÕES	EMPREGADOS PÚBLICOS	-
	LAVRADORES	9 769		LAVRADORES	-
	NEGOCIANTES	364		NEGOCIANTES	-
	OFICIAIS MECÂNICOS	889		OFICIAIS MECÂNICOS	-
	ADVOGADOS	3		ADVOGADOS	-
	PROCURADORES	4		PROCURADORES	-
	MÉDICOS	4		MÉDICOS	-
	BOTICÁRIOS	3		BOTICÁRIOS	-
	PADRES	22		PADRES	-
	OFICIAIS DO EXÉRCITO	15		OFICIAIS DO EXÉRCITO	-
	PESCADORES	230		PESCADORES	-
SEM PROFISSÃO	25 349	SEM PROFISSÃO	-		
IDONEIDADE POLÍTICA	VOTANTES	4 865	IDONEIDADE POLÍTICA	VOTANTES	-
	ELEITORES	107		ELEITORES	-
	JURADOS	710		JURADOS	-
NACIONALIDADES	BRASIL	36 104	NACIONALIDADES	BRASIL	-
	EUROPA	648		EUROPA	-
	ÁSIA	16		ÁSIA	-
	ÁFRICA	45		ÁFRICA	-
CULTO	CATÓLICOS	36 697	CULTO	CATÓLICOS	-
	DIVERSOS CULTOS	116		DIVERSOS CULTOS	-
<b>TOTAL</b>		<b>36 823</b>	<b>TOTAL</b>		<b>12 269</b>

OBSERVAÇÃO: Relatório que o Exmo. Sr. barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia vinte e cinco de maio de 1857. Vitória - 1857.



## V

(p. 373)

## MAPA DAS LANCHAS QUE SE EMPREGAM NAS COSTAS DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NA PESCA E SALGA DE PEIXES

PORTOS	NÚMERO	TRIPULAÇÃO	RENDIMENTO ANUAL		TOTAL	QUALIDADE DO PEIXE
			DOS PROPRIETÁRIOS	DA TRIPULAÇÃO		
VITÓRIA	13	183	4:290\$	27:450\$		CHERNE, GAROUPA, BADEJO, MERO, PARGO, VERMELHO.
GUARAPARI	10	106	2:600\$	21:200\$		PARGO, VERMELHO, GAROUPA.
SOMA	23	289	6:890\$	48:650\$	55:540\$	

OBSERVAÇÃO: Nenhum outro porto tem embarcação de pesca, a não serem canoas. (Relatório que o exmo. presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de vinte e quatro de maio de 1852 - Vitória - Tipografia Capitaniense de P. A. de Azeredo - 1852).

## VI

(p. 373)

“Julgo de meu dever comunicar a V. Ex. que convidado pelos colonos de S. Isabel para assistir a um *Te-Deum*, que mandaram celebrar no aniversário natalício de S. A. Imperial a senhora D. Isabel, lá me achei e tive mais uma vez de convencer-me, que a esta Província se fez um grande serviço com a fundação da Colônia.

Todos os seus habitantes, reuniram-se no templo católico, e se esforçaram para dar toda a solenidade à festa, via-se naqueles semblantes a satisfação; nenhum se mostra arrependido de ter adotado uma nova pátria, pois que se acham garantidos em seu futuro.

A capela não está de todo concluída, faltando forro e pintura, solicitaram-me uma quantia para concluí-la, e eu mandei dar a de 500\$000 em duas prestações.

Aproveitando-me da oportunidade, percorri toda a Colônia, indo até os últimos prazos, em direção ao *Chapéu*, que são os dos sardos, que, seja dito, não se deixaram exceder em dedicação ao trabalho aos melhores colonos, têm feito grandes derrubadas, algumas já aproveitadas com plantações.

O desenvolvimento da Colônia muito tem aproveitado dos favores que, atualmente, vai recebendo do Governo Imperial, havia colonos, que se mostravam desanimados, se não desesperados, por falta de estradas, entretanto que hoje as têm boas, e mostram-se contentíssimos: o estabelecimento muito tem lucrado do zelo de seu atual diretor, que muito trabalho de estradas tem ali executado, os quais, a olhos vistos, prova que as quantias despendidas têm-no sido com suma vantagem.

Reconheci mais uma vez a vantagem da construção da ponte sobre o Rio Jucu, na estrada para Minas, e ao diretor recomendei urgência em levantar a respectiva planta, trabalho que ainda não está efetuado, pelo muito ocupado que tem andado.

Tive também de observar o inconveniente de que se tem já falado a V. Ex. de haver colonos possuidores de mais de um prazo, pois que atravesssei por não pequena extensão de

terrenos cobertos de matas virgens; a respeito pede-me o diretor uma providência; alguns desses prazos foram distribuídos a colonos que morreram apenas chegaram, sem que os houvesse beneficiado, e tendo filhos já estabelecidos noutros prazos, sucederam na herança, e portanto ficaram senhores de mais de um prazo, que não podem cultivar; pergunto se devem ser mantidos nessas posses, apesar de não haverem os originários concessionários, ou seus sucessores feito benfeitorias algumas nos respectivos terrenos?

Informado de que a escola não era freqüentada, tive de remover o professor, devo porém dizer a V. Ex. que não vem aquilo somente da ineptidão dos professores; os colonos recusam fazer aprender a seus filhos a língua do país; pois que mostraram-se muito desejosos de que lhes desse um professor alemão, o que lhes neguei formalmente, dizendo-lhes que o Estado não pagaria mestre, senão da língua portuguesa, a qual deviam aprender, visto como aceitaram o Brasil por nova pátria; julgo que não há senão um meio de obrigá-los a mandar seus filhos à escola, é tornar a instrução obrigatória, o que não estranharão; é uma disposição que deve vir no Regulamento de que muito necessita a Colônia; ponto para que peço licença a fim de chamar a atenção de V. Ex.” (Ofício do presidente Pedro Leão Veloso dirigido ao ministro do Império, conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, a doze de agosto de 1859, in *Pres ES*, IX).

VII  
(p. 376)

MAPA DAS EMBARCAÇÕES DE CABOTAGEM PERTENCENTES AOS DIVERSOS  
PORTOS DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

PORTOS	Número	Tripulação	Toneladas	Qualidade
São Mateus	14	100	687	Um patacho, cinco sumacas, quatro iates, quatro lanchas.
Santa Cruz	1	6	38	Sumaca.
Vitória	15	121	825	Um brigue, uma escuna, dois patachos, três sumacas, três iates, cinco lanchas.
Guarapari	4	23	169	Uma sumaca, um iate, duas lanchas.
Benevente	5	31	235	Quatro sumacas, um iate.
Itapemirim	6	38	307	Três sumacas, três lanchas.
SOMA	45	319	2 661	Um brigue, uma escuna, três patachos, dezessete sumacas, nove iates, catorze lanchas.

OBSERVAÇÃO: Os portos do rio Doce, Nova Almeida, Piúma e Itabapoana não têm nenhuma embarcação (Relatório do presidente Nascentes de Azambuja, apresentado à Assembléia Legislativa aos vinte e quatro de maio de 1852 - já citado).

## VIII

(p. 378)

“As aulas públicas de instrução primária são para o sexo masculino e para o sexo feminino, sendo estas de uma só classe, e aquelas divididas em duas aulas de primeira e segunda classe. Das do sexo masculino existem vinte e três de primeira classe e vinte e sete de segunda classe, e das do sexo feminino existem quatorze. Durante o ano findo estiveram em efetividade treze aulas do sexo feminino, vinte e uma de primeira classe do sexo masculino e vinte e duas de segunda classe. As aulas de primeira classe do sexo masculino foram freqüentadas por setecentos e quarenta e sete alunos, e as de segunda classe por trezentos e noventa e oito ditos. As do sexo feminino foram freqüentadas por duzentas e trinta e quatro alunas. Nas escolas acima mencionadas vão incluídas as de primeiras letras do sexo masculino estabelecidas no Colégio ‘Espírito Santo’ e que foi freqüentada por cem alunos, e a do sexo feminino que funciona no Colégio ‘Nossa Senhora da Penha’ que foi freqüentada por trinta e duas alunas. [...] ...apenas posso informar que existem duas aulas particulares de instrução primária em dois colégios estabelecidos na Vila do Cachoeiro de Itapemirim, e uma outra na Cidade de S. Mateus todas estas aulas são para o sexo masculino. Não é sabido o numero de alunos que as freqüentam. Nenhuma delas é subvencionada pelos cofres provinciais. [...] ...tenho a dizer que há na Capital da Província dois colégios de instrução secundária sendo um para o sexo masculino com a denominação de Colégio Espírito Santo e outro para o sexo feminino com a denominação de Colégio Nossa Senhora da Penha. Ambos estes colégios estão constituídos de modo a admitir alunos internos e externos, e estiveram em efetividade durante o ano findo todas as aulas respectivas. O Colégio Espírito Santo foi freqüentado por setenta e três alunos: sendo de latim vinte e dois, de francês vinte e seis, de inglês cinco, de matemáticas elementares quatorze e de geografia quatro, de música piano e canto dez. Há ainda uma aula pública de música vocal e instrumental que funciona separadamente e que no ano findo foi freqüentada por vinte alunos. [...] ...apenas posso informar que na Vila do Cachoeiro de Itapemirim há dois Colégios particulares de instrução secundária cujo número de alunos em matérias que nele se leciona não me é dado agora precisar, constando-me que ambos admitem alunos internos e externos. [...] ...cabe-me somente lastimar a ausência absoluta de biblioteca na Província. Outrora havia uma pequena e incompleta com uma coleção de livros que então compunha e se chamava biblioteca pública, hoje porém, apenas restam os vestígios dessa biblioteca, atestados pela existência de mui limitado número de livros e todos roídos da traça e inutilizados e por imprestáveis atirados a um canto de uma sala na Secretaria do Governo. Assim se deixou estragar o pouco material que outrora outros buscaram ajuntar na intenção de ir formando a biblioteca pública na Província” (Cópia das informações prestadas ao presidente da província Francisco Ferreira Correia por Dionísio Álvaro Resendo, diretor-geral da Instrução Pública do Espírito Santo, a cinco de fevereiro de 1872, e que acompanharam o ofício daquela mesma data do referido presidente ao ministro do Império - *Pres ES*, XIII, 7-8v).

## - “Instrução pública

O estado da *instrução pública* na Província não é satisfatório bem que o Governo Provincial tenha feito grandes sacrifícios para melhorá-la.

Todavia pelo lado da freqüência dos alunos e habilitações dos professores parece que iremos melhorando graças às medidas enérgicas que julguei devia tomar.

Existem na Província criadas 48 aulas do ensino primário sendo quarenta e cinco para o sexo masculino e três para o feminino. Escolas particulares há apenas quatro sendo três para meninos e uma para meninas.

A instrução secundária que infelizmente é geralmente desdenhada na Província limita-se ao ensino do Francês, Latim, História e Geografia no Liceu da Capital e ao de Latim em cadeiras criadas na Cidade de São Mateus e vilas da Serra e de Benevente.

No ano passado sob minha indicação a Assembléa Provincial criou no Liceu uma aula especial de História e Geografia do Brasil e Língua Nacional.

A inspeção do ensino que outrora estava a cargo de um Inspetor Geral e de Inspetores municipais sem remuneração cabe hoje a cinco Inspetores de distrito que vencem ordenado de 300\$ rs. anuais e de tantos Inspetores paroquiais quantas são as Freguesias da Província.

Em virtude dessa reforma e com ampla autorização da Assembléa expedi o necessário Regulamento onde como em um Código vem tudo quanto dizia respeito ao serviço do magistério esforçando-me por fazer o meu trabalho o mais minucioso e de acordo com a legislação.

Das quarenta e oito escolas públicas quarenta e duas estão providas e seis vagas. O número dos alunos que no último trimestre freqüentaram as aulas elevou-se a 1040 sendo 987 do sexo masculino e 53 do feminino e por conseguinte a mais 139 do que na ocasião em que abri a Assembléa Provincial em Maio do ano próximo passado. Este aumento deve ser atribuído: 1.º à eficácia da inspeção imediata, 2.º à notícia que os tutores e protetores dos alunos tiveram de que aqueles a quem faltassem, com a fortuna, os Socorros de seus parentes e protetores, podiam ser enviados pelo Juiz de Órfãos para a Companhia de aprendizes marinheiros instalada na Fortaleza da Barra desta Cidade.

Nos meus relatórios apresentados à Assembléa Provincial em 1861 e 1862 enunciei extensamente minha opinião a respeito das causas que atrasam o ensino nesta Província. Podem-se reduzir ao seguinte.

1.º Falta de pessoal habilitado, o que provém principalmente, já da pouca vocação para o magistério que em geral existe entre nós, já dos mínguados ordenados que não chamam ao ensino os homens mais cultos e habilitados. [...]

As aulas do ensino secundário foram freqüentadas no ultimo trimestre por cinqüenta e dois alunos a saber:

No Liceu quatorze freqüentaram a aula de Latim

“	“	“	“	“	Francês
cinco	“	“	“	“	História Pátria.

As três aulas de Latim fora da Capital foram pois freqüentadas apenas por dezenove alunos.

Ora, em uma população livre de quarenta mil almas é realmente de notar que apenas 52 pessoas procurem o ensino secundário. Cumprindo advertir que o número dos que se educam na Corte é limitadíssimo e que atualmente nem um natural desta Província se acha matriculado nas diversas Faculdades do império.

Contra este descuido tenho envidado todos os meus esforços, já procurando influir no ânimo dos pais já exigindo dos empregados mais moços das Repartições provinciais o estudo de matérias do ensino secundário” (Ofício de José Fernandes da Costa Pereira Júnior, presidente da província, ao ministro do Império, vinte e seis de janeiro de 1863, in *Pres ES*, X, 48-50).

RELAÇÃO DAS AULAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA  
ESTABELECIDAS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Qualidade de Instrução	Lugares das Escolas	Nomes dos professores	Números de alunos	Observações
Secundária	Capital	Dr. José Joaquim Rodrigues	12	Filosofia e Francês
	“	Pe. João Luís da Fraga Loureiro	19	Latim
	São Mateus	Pe. Manoel Gomes Montenegro	3	Idem
	Soma		34	
Primeira Classe	Capital	Maria Carolina Ibreuse Brasileira	36	Sexo feminino
	“	Manoel Ferreira das Neves	112	
	“	Manoel das Neves Xavier	86	
	São Mateus	Francisco das Chagas e Araújo	19	
	V. <sup>a</sup> da Barra	João Pereira dos Santos	24	
	V. <sup>a</sup> de Linhares	José Maria Nogueira da Gama	21	
	V. <sup>a</sup> de Santa Cruz	José Barbosa Ribeiro Pereira	16	
	V. <sup>a</sup> de Nova Almeida	Manoel Soares Leite Vidigal	14	
	V. <sup>a</sup> da Serra	José Maria da Costa Carneiro	42	
	V. <sup>a</sup> do Espírito Santo	Luciano Antunes das Neves	21	
	V. <sup>a</sup> de Guarapari	Ernesto Pereira Gustavo	36	
	V. <sup>a</sup> de Benevente	Antônio Carneiro Lisboa Júnior	23	
	V. <sup>a</sup> de Itapemirim	Cornélio Nepote de Vasconcelos	20	Provida interinamente
	Freg. <sup>a</sup> de Viana	João Batista Pires	50	
	“ “ Cariacica	Antônio Pereira de Barros	42	
	“ “ Carapina	Joaquim Ribeiro Lima	18	
“ do Queimado	Zeferino José Mululo	16		
Colônia de Santa Isabel	Firmino de Almeida Silva	20		
Segunda Classe	Aldeamento Imperial Afonsino	Manoel Pinto de Alvarenga Rosa		Por não haver discípulos está o Professor fora da Colônia com licença sem vencimento de ordenado
	Povoação de Itaúnas	Romualdo Martins Meireles	6	
	“ “ Pira	Eduardo José de Almeida	15	
	“ “ Itapoca	Manoel de Siqueira Coutinho	20	
	“ “ Piúma	João Pinto da Silva Penha	21	
	“ “ Porto do Engenho	Sérgio Manoel Pinto Ribeiro	22	
	“ “ Mangaraí	José do Patrocínio Grijó	23	
	“ “ Meaípe	Antônio Pires Martins	22	
	“ da Barra do Jucu	Miguel Ribeiro Pinto Brandão	13	
	“ “ “ do Riacho	Joaquim Carlos Pereira	7	
“ “ “ do Itabapoana	Vaga	10	Este n.º é do ano de 1850, pois que no de 1851 esteve a Escola vaga, e assim se conserva até hoje.	
Soma			775	

Secretaria do Governo da Província do Espírito Santo na Cidade da Vitória em 4 de Março de 1852. No impedimento do Secretário o Oficial Maior – a) Venceslau da Costa Vidigal.

(Este quadro acompanhou o ofício de José Bonifácio Nascentes de Azambuja, presidente da província do Espírito Santo, ao ministro do Império, de três de março de 1852, in *Pres ES*, VIII).

## “PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

## Instrução primária

	Escolas			Alunos			Observações
	Para o sexo masculino	Para o sexo feminino	Total	Para o sexo masculino	Para o sexo feminino	Total	
Escolas públicas	67	14	81	1 155	214	1 369	Existem vagas 20 escolas do sexo masculino e duas do sexo feminino
Ditas particulares	4	1	5	56	7	63	
	71	15	86	1 211	221	1 432	

## Instrução secundária

Estabelecimentos públicos	1	1	2	34	10	44	Colégios
Ditas particulares	1	1	2	9	4	13	Ditos
	2	2	4	43	14	57	

## Escolas noturnas

Fundadas pela administração pública	1		1	42		42	Fundado pelo Professor José Francisco de Lélis Horta
Idem por iniciativa particular	1		1	42		42	

## Escolas profissionais

Fundadas pela administração pública	1		1	28		28	Ensino de Música vocal e instrumental
Idem por iniciativa particular	1		1	28		28	

Secretaria da Instrução Pública da Província do Espírito Santo na Cidade da Vitória em 3 de Dezembro de 1872.

O Amanuense. a) Manoel José Ramos”.

(Este quadro acompanhou o ofício do Dr. João Tomé da Silva, presidente da província do Espírito Santo, ao ministro. do Império, de trinta e um de dezembro de 1872, in *Pres ES*, XIII).

## IX

(P. 379)

“No dia vinte e seis, às oito horas e meia da manhã, o som de uma girândola anunciou da Fortaleza de S. João a esta cidade que a esquadilha imperial demandava o nosso porto. Este sinal anunciador da próxima chegada dos nossos augustos soberanos foi como uma faísca elétrica que se comunicou rapidamente por toda parte.

A cidade animou-se. O povo corria em ondas para o cais, e lugares próximos àquele em que SS. MM. deviam desembarcar.

Repicaram todos os sinos, e milhares de foguetes subiram ao ar. Estávamos em um dia de festa.

Quando o *Apa*, onde vinham SS. MM., demandava o porto, as fortalezas de S. Francisco Xavier e S. João salvaram com vinte e um tiros. Imediatamente o sr. presidente da Província foi a bordo cumprimentar e receber as ordens de SS. MM.

Voltando, o sr. presidente disse que SS. MM. desembarcavam ao meio-dia. A esta hora todas as autoridades civis e militares, sacerdotes, tudo enfim que há de mais distinto na Província estava no Cais das Colunas esperando SS. MM.

Havia ali dois pavilhões simples, porém elegantemente preparados; em um deles estavam muitas senhoras das mais distintas famílias da Província, a fim de acompanharem S. M. a imperatriz, e no outro a câmara municipal, que pela primeira vez se apresentou trajando o uniforme que lhe compete; o arcepreste e muitos outros sacerdotes também estavam neste pavilhão.

Ao meio-dia em ponto SS. MM. desembarcaram e seguiram debaixo do pátio para um dos pavilhões, onde teve lugar o ósculo do crucifixo e a entrega das chaves da cidade pelo presidente da Câmara, que nesta ocasião dirigiu uma pequena alocução a S. M., que respondeu com a sua costumada benevolência. Finda esta cerimônia o presidente da Câmara deu vivas a SS. MM. que foram freneticamente respondidos por todos que se achavam presentes. Imediatamente seguiram SS. MM. debaixo do pátio para a capela nacional.

No colégio, SS. MM. sentaram-se debaixo de um rico dossel, e daí assistiram ao *Te-Deum*, mandado cantar pela Câmara Municipal. Orou o vigário de S. Cruz, padre Francisco Antunes de Siqueira. O discurso foi conciso, porém, brilhante e eloqüente. Agradou a todos pela sublimidade de seus pensamentos, elegância e colorido de seu estilo.

Findo o *Te-Deum*, SS. MM. retiraram-se com o mesmo cerimonial para palácio, de cujas janelas receberam as continências da Guarda Nacional, que tinha se formado em grande parada.

S. M. o imperador ficou tão satisfeito com o asseio e ordem que apresentou a Guarda Nacional, que mandou elogiá-la em ordem do dia. É uma grande, uma elevada honra que assaz compensa os sacrifícios e incômodos que têm sofrido os guardas nacionais. Quando serve-se a um soberano que sabe distinguir o mérito e recompensar os bons serviços, todo sacrifício é pouco, todo trabalho é suave, porque tem-se certeza de ser-se remunerado como acaba de ser a nossa Guarda Nacional.

Depois das continências SS. MM. deram beija-mão na sala do dossel, que estava rica e primorosamente preparada. Todos disputavam a honra de beijar as mãos de um soberano tão ilustrado e benfazejo, e as de S. M. a imperatriz, este tipo de todas as virtudes, este anjo adorado que há tanto tempo amávamos pela fama de suas raras qualidades.

Depois do beija-mão SS. MM. retiraram-se para os seus aposentos e pouco depois foram jantar. Tiveram a honra de ser convidados para a mesa imperial o sr. presidente da Província, o comandante da guarda de honra, capitão Tito [Lívio da Silva], e um cadete que fazia parte da mesma guarda.

À tarde, S. M. o imperador saiu com os seus semanários, ministro do Império, presidente da Província, deputado Pereira Pinto e foi no Hospital da Misericórdia, que

percorreu todo, acompanhado sempre pelo provedor, que ministrou a S. M. o imperador todas as informações que se dignou exigir-lhe. S. M. saiu do Hospital satisfeito do asseio e ordem que encontrou. Daí seguiu para o Convento de S. Francisco, que visitou. Perguntando pelos livros pertencentes à biblioteca daquele convento, e dizendo-lhe alguém que tinham desaparecido, S. M. não ficou satisfeito com a resposta.

Depois de percorrer o Convento e igreja de S. Francisco, S. M. foi ao Quartel de Pedestres, onde tudo examinou, bem como o cemitério.

S. M. também visitou as outras igrejas da cidade. Seriam sete horas da noite quando recolheu-se.

À noite toda cidade iluminou-se, bem como o arco do comércio que produziu um efeito magnífico.

O Largo do Palácio esteve sempre cheio de povo, e as músicas tocaram até muito tarde.

Sempre que S. M. o imperador chegava à janela era vitoriado com entusiásticos vivas.

A Capitania do Porto e o quartel da Companhia Fixa apresentaram bonitas iluminações.

Percorremos toda cidade e não vimos uma só casa por mais humilde e pobre que fosse que não estivesse iluminada.

Ontem, logo às seis horas e meia da manhã, S. M. saiu do palácio a cavalo e foi visitar a Fortaleza de S. João, dirigindo-se depois à primeira aula de instrução primária, onde demorou-se algum tempo. S. M. que tanto desvelo mostra pela instrução pública, procurou indagar do aproveitamento dos meninos, examinou alguns deles em leitura, e mandou fazer algumas operações aritméticas.

Consta que S. M. não mostrou-se satisfeito com o estado da instrução pública, e assim devia ser, pois ela entre nós está infelizmente atrasadíssima.

Depois de visitar algumas repartições e a cadeia, onde S. M. ouviu todos os presos com paternal solicitude, recolheu-se a palácio às dez horas, almoçou, e saiu de novo para visitar algumas repartições que faltavam.

Não foram visitas de formalidade. Foi um exame minucioso e acurado de tudo. Assim por exemplo no quartel da Companhia Fixa, S. M. examinou os dormitórios, o rancho, a cozinha, provou a comida, indagou de tudo, e saiu satisfeito do que viu.

Alfândega, tesouraria geral, e provincial, correio, armazém de artigos bélicos, repartição do assistente do ajudante-general, repartição das terras, escola de meninas, a segunda de meninos, todas as repartições enfim foram visitadas por S. M. que tudo quer ver, e estudar.

Consta-nos que S. M. notou a decadência dos conventos, a má escolha do local para cemitério, e a excessiva despesa que se fez com ele.

Às duas horas e meia recolheu-se, e às quatro jantou, dando a honra de convidar para sua mesa, além dos seus semanários, o ministro do Império, o presidente da Província e sua senhora, o barão de Itapemirim, coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, comendador Monjardim, dr. Lima e Castro, secretário do governo, chefe de policia, e os oficiais da guarda de honra.

A tarde era destinada para um passeio na nossa baía com S. M. a imperatriz, porém S. M. o imperador entreteve-se em organizar um vocabulário do dialeto dos puris, no que ocupou-se até mais de seis horas da tarde. Desta hora até as oito, S. M. recebeu diferentes comissões que o foram cumprimentar em nome das câmaras municipais de quase toda Província.

Às nove horas da noite um batalhão popular com música e archotes esteve em frente ao palácio dando vivas e tocando o Hino Nacional, percorrendo depois todas as ruas da cidade.

Era imenso o número de cidadãos de todas as classes que compunham este batalhão e era de ver a alegria o entusiasmo quase frenético com que S. M. era repetidas vezes saudado.

Como na noite antecedente, toda cidade iluminou-se. Hoje SS. MM. foram ouvir missa à Penha, e por falta de tempo deixamos para o próximo número a descrição da visita de S. M. àquela maravilha da Província" (*Correio da Vitória*, sábado, vinte e oito de janeiro de 1860).



## X

(p. 381)

O vol. X da Coleção *Presidentes do Espírito Santo* do Arquivo Nacional guarda numerosos ofícios e mensagens dirigidos ao ministro do Império, relativos ao assunto. Destacamos o ofício endereçado por José Barreto Pereira Pinto ao presidente da província e que foi por este encaminhado ao marquês de Olinda – então à frente da pasta do Império – juntamente com o ofício de cinco de fevereiro de 1863. A eloquência das suas palavras singelas reflete a exaltação dos seus comprovincianos e traduz quanto se contém nas mensagens cujos originais fazem parte do volume de Mss. supracitado.

Está assim redigido o documento: “Senhor. Concentrado neste pequeno e solitário canto do solo brasileiro não pode deixar de despertar meu entusiasmo a maneira, aliás digna dos mais subidos elogios pela qual o governo imperial e o povo fluminense soube repelir os insultos e ultrajes feitos pelo governo britânico ao nosso brio nacional.

Apesar que dez lustros hajam decorrido e pesem sobre meus ombros, todavia minhas forças se reanimam quando me surge a lembrança desse dia em que rompendo as fasaz [?] do berço na tenra idade de doze anos, voluntariamente voei ao campo de batalha para empunhar as armas contra os agressores do império de Santa Cruz no feliz momento de sua independência; fazendo logo parte de uma expedição que marchou em sustentação da dignidade brasileira que então se achava ofendida na Província do Rio Grande do Sul.

Esta saudosa lembrança, pois, me desperta o entusiasmo, máxime nesta ocasião em que o Brasil é ameaçado por uma nação incivil e ingrata, que se julga com o direito de ser obedecida, ainda praticando os maiores desvarios como acaba de praticar a Grã-Bretanha.

Assim que, nutrindo os mais elevados sentimentos patrióticos nesta ocasião recorro a V. Excia. a fim de oferecer-lhe meu fraco contingente, prestando-me gratuitamente para coadjuvar a briosa Guarda Nacional deste município na qualidade de instrutor tanto de cavalaria, como de infantaria, lugares estes que por vezes tenho exercido, visto que a mesma Guarda se pode tornar necessária para guarnição de nossas praias se os negócios entre o Brasil e a Grã-Bretanha por ventura exigirem que os brasileiros corram às armas. E com o maior prazer ofereço também a quantia necessária para o soldo simples de três praças de infantaria do Exército, descontado no soldo que percebo pelo Tesouro Nacional na classe de alferes reformado do Exército, sentindo dentro em minha alma não prestar-me, conforme meu desejo, por nada mais caber em minhas débeis forças. Deus guarde a V. Excia. Itapemirim, vinte e dois de janeiro de 1863. Ilmo. e Exmo. Sr. Doutor José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Digno presidente da Província do Espírito Santo. (a) José Barreto Pereira Pinto.”

– “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que o Chefe de Polícia interino desta Província Dr. Antônio Gomes Vilaça e os diversos empregados daquela Repartição a exemplo de seu digno Chefe acabam de ofertar, o primeiro, dez por cento mensais do seu ordenado de Juiz de Direito e os últimos cinco por cento, enquanto for necessário o concurso dos Brasileiros para sustentação da honra e dignidade nacional ante as exigências infundadas da Grã Bretanha. O mesmo procedimento tiveram os empregados da administração do Correio e da Recebedoria Provincial, cujo chefe Bel. Joaquim José Fernandes Maciel oferece dez por cento dos vencimentos que lhe competem, por aquele cargo, já como Professor de Francês do Liceu da Capital.

Folgo de igualmente participar a V. Exa. que o Secretário e os empregados da Secretaria do Governo cujos nomes com os da Polícia, Correio e Recebedoria vão inclusos ofertam, o primeiro dez por cento de todos os seus vencimentos a saber do cargo de Secretário e de professor de História Pátria e Inspetor da Saúde Pública e os outros empregados cinco por cento também enquanto o Governo julgar necessário. Louvei o procedimento patriótico desses cidadãos que pela maior parte ou quase em sua totalidade vivem dos seus minguados ordenados, mas que na ocasião em que o país pede o concurso de todos os seus filhos lhe oferecem cordialmente com os serviços pessoais parte dos vencimentos de que subsistem” (Ofício do presidente do Espírito Santo, de vinte e seis de janeiro de 1868, ao ministro do Império, in *Pres ES*, X, 34-34v).

## XI

(p. 384)

COLONOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EXISTENTES EM  
SANTA LEOPOLDINA EM 1863

NACIONALIDADES	Colonos	SEXOS	
		Masculino	Feminino
Prussianos	208	21	187
Holandeses	232	106	126
Suíços	90	48	42
Hessianos	80	42	38
Saxônios	73	33	40
Tirolezes	87	49	38
Luxemburgueses	68	39	29
Badenses	29	49	10
De Holstein e Mecklemburg	22	11	11
Bávaros	10	6	4
Hanoverianos	10	7	3
Oldemburgueses	4	2	2
De Schwarzburg-Rudolfstadt	4	2	2
De Nassau	6	4	2
Belgas	11	6	5
Franceses	4	3	1
Ingleses	2	1	1
<b>SOMA</b>	<b>940</b>	<b>399</b>	<b>541</b>

Relatório que devia ser apresentado à Assembléia Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1863 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior - Tip. Capitaniense de Pedro Antonio de Azeredo - Vitória - 1863.

## XII

(p. 386)

Copiosa documentação oficial sobre a navegação do rio Doce, na primeira metade do século XIX, pode ser consultada no *Ensaio*, de José Marcelino Pereira de Vasconcelos; no vol. XIX da *Revista* do IHGB; e nos *Anais da BN*, vols. XXXVI e XXXVII.

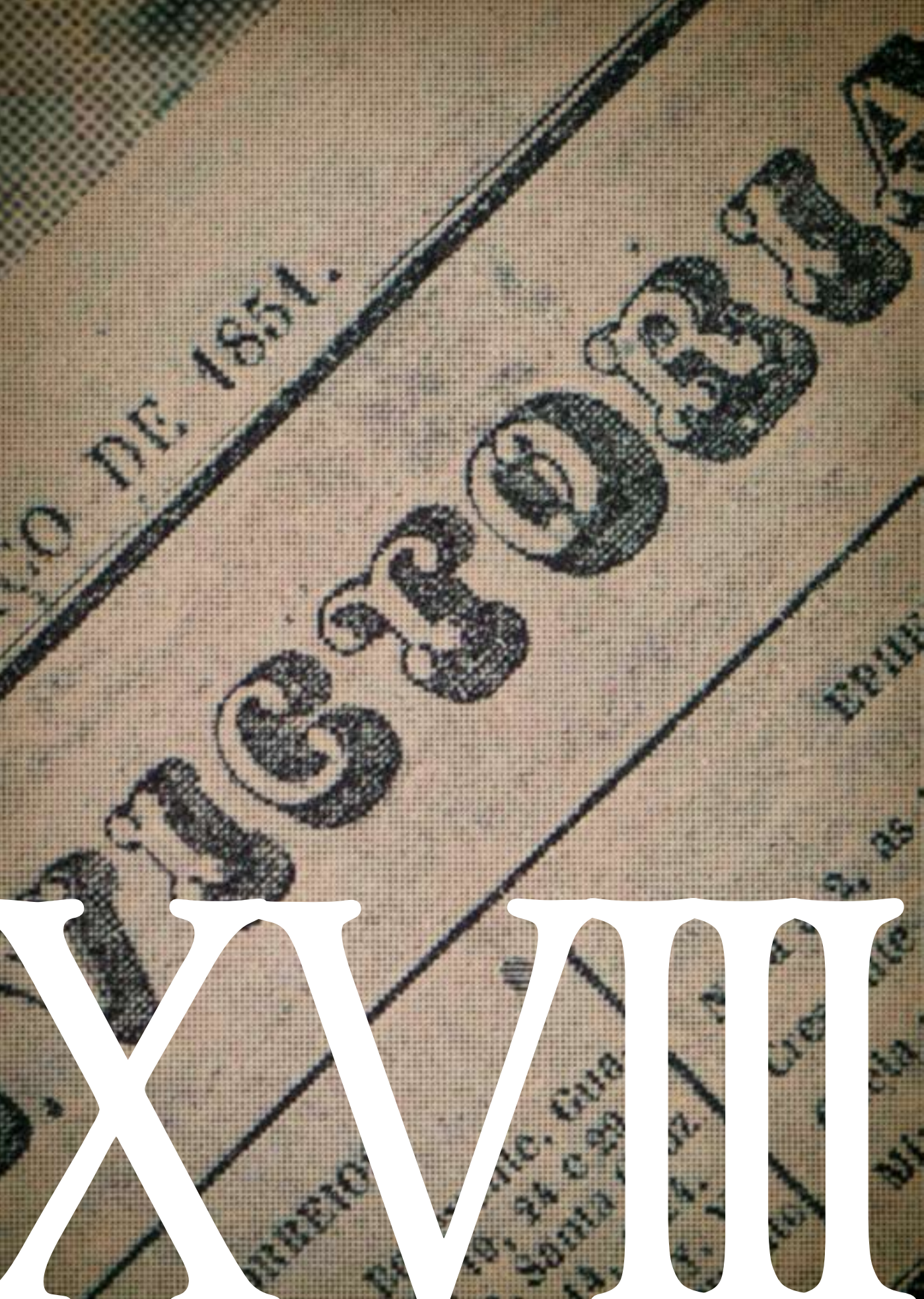
- Resume as esperanças que animavam os capixabas da primeira metade do século XIX a respeito da navegação do rio Doce o seguinte trecho extraído da *fala* que o presidente Manuel José da Silva Pontes leu na sessão de primeiro de dezembro de 1833 do Conselho Provincial: “Não há dificuldades insuperáveis na execução dos melhoramentos da nossa navegação interior pelo Rio Doce e seus afluentes; a natureza tem semeado ao lado dos obstáculos os meios

de removê-los. Faltava-nos o espírito de empresa; faltavam os capitais e os braços industriosos para que esta Província fosse elevada ao grau de prosperidade que a sua situação geográfica, que a multiplicidade de seus portos, que a fecundidade de seu solo, que a profusão de belas madeiras, que a riqueza de suas minas de ouro e pedras preciosas lhe afiançavam, mas os ingleses, eu vos congratulo, estão decididos a formar conosco a Companhia de Comércio, Navegação e Agricultura do Rio Doce e esta feliz revolução dos destinos de três Províncias vai operar-se sob os auspícios da legislatura de 1834” (Ms. *pertencente ao Arquivo Nacional*).

- Anteriormente, da Bahia, aos vinte e sete de agosto de 1807, em ofício ao visconde de Anadia, o governador conde da Ponte referia-se nos seguintes termos ao problema da navegação do *Nilo Brasiliense*: “Não era possível cumprir com a brevidade que eu desejava ao que se me ordenou em ofício de quinze de dezembro do ano passado, informando com o meu parecer sobre a futura utilidade da navegação do Rio Doce, para a exportação dos gêneros das duas Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente dos metais menos preciosos, como ferro e cobre, sobre a despesa que atualmente se faz e fará ainda com a abertura daquele Rio, e se poderá esta ser compensada amplamente, logo que a sua navegação for fácil e segura, não achando no arquivo da Secretaria deste Estado, memória, mapa ou descrição que me instruissem nessa matéria, sendo-me portanto necessário exigir informações do respectivo governador e provedor da Fazenda, e ouvir pessoas práticas daquele país; devo expor a V. Ex., que a navegação do Rio Doce, facilitada, será em todos os tempos da maior vantagem para o comércio de exportação daquelas duas Capitânicas, e do maior interesse para o seu aumento, pela maior facilidade da sua comunicação interior, e concorrerão sem dúvida para a possibilidade de se haverem por um custo conveniente os metais menos preciosos de cobre e ferro, que se descobrirem na margem do mesmo Rio no distrito de uma e outra Capitania.

A despesa que atualmente se faz com os destacamentos que se estabeleceram para defender os casais de lavradores dos insultos do gentio botocudo, a mais indomável nação daquela espécie, e evitar os extravios, é muito insignificante, não excedendo a quantia de 2:041\$680, incluído o vencimento dos pedestres; porém sobre as que se deverão ainda fazer, e se poderão serem compensadas amplamente, permita V. Ex. que eu observe, que por ora todos os trabalhos, cuidados, dispêndios e fadigas julgo inúteis, e infrutuosos, pois a navegação do Rio, não tem a suavidade ou simples embarços morais que se tem propostos, tem dificuldades físicas, que se podem adoçar, e não destruir totalmente; o Rio é inavagável do Rio denominado Guandu até a Natividade, distância de duas léguas, terreno da Capitania do Espírito Santo e no distrito de Minas Gerais nos sítios de Cachoeiras do Inferno, Buquari, Cachoeira Alegre, e outros até o lugar chamado Antônio Dias é indispensável o descarregar as canoas, conduzir por terra as cargas, e levar à força de braço por cima das cachoeiras as canoas vazias, e como será possível esta trabalhosa operação sem que as margens daqueles lugares sejam habitadas e ofereçam prontamente bestas, carretas e gente que auxiliem os viajantes? logo, porém, que por sesmarias conferidas a pessoas, que tendo meios de as cultivar, convidadas com algum futuro interesse de serrar madeiras, construir canoas, e outros que o terreno oferecer, se povoarem as margens e se conhecer a sua fertilidade, parece-me que sem novos cuidados, e sem alguma outra despesa da Real Fazenda, se promoverá a navegação, bastando o particular interesse para fazer desaparecer qualquer obstáculo, ainda que à primeira vista julgue insuperável.

Será então de absoluta necessidade a conservação dos destacamentos, e estabelecimento de quantos bastem, para que os sesmeiros estejam a abrigo das incursões dos bárbaros, e percam qualquer receio a esse respeito, mas a produção e a comunicação pagarão superabundantemente a despesa, que não pode exceder muito a atual, porque o corpo dos pedestres foi criado para esse fim e deve ser neles empregado...” (ALMEIDA, *Inventário*, V, 461-8).



XXVIII

# XVIII

## O 13 DE MAIO E O 15 DE NOVEMBRO

**A**BOLIÇÃO DA ESCRAVATURA – Já em 1869 a província possuía seu primeiro Agrêmio emancipador – a Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo, instalada em Vitória a dezessete de outubro daquele milésimo.<sup>1</sup> De igual ano, a lei provincial número vinte e cinco autorizava a presidência a empregar seis contos de réis, por exercício, na alforria de escravos de cinco a dez anos de idade.

A elite intelectual deu o melhor de seu entusiasmo à campanha redentora. Assim é que foram grandes propagandistas: em Vitória – Afonso Cláudio, Cândido Costa, Aleixo Neto, Aristides Freire, Lima Escobar, Ovídio dos Santos, Cleto

---

1 - Primeiros estatutos e ata lavrada na sessão de instalação, *in Homens e Cousas Espírito-Santenses*, de AMÂNCIO PEREIRA.

Nunes, Urbano de Vasconcelos, Joaquim Aires, José Cândido, Pedro Lírio, Lídio Mululo, Amâncio Pereira, Antônio Aguirre, Tibúrcio de Oliveira, Paulo Moraes; no norte – Souza Lé e Vicente Lopes; no sul – Gil Goulart, Leopoldo Cunha, Costa Pereira.<sup>2</sup> Numerosas associações,<sup>3</sup> a que estavam vinculados esses batalhadores, coordenavam as iniciativas, promoviam reuniões públicas, angariavam fundos,<sup>4</sup> agitavam a questão.

A província inteira festejou a *Lei Áurea* e o fez de maneira excepcional. “Parecia um frenesi de que o povo tinha sido acometido, tal foi o entusiasmo”, comentava o *Espírito-Santense*,<sup>5</sup> registrando as comemorações em Vitória.

Embora muito aquém de Minas Gerais, Rio de Janeiro e S. Paulo, o Espírito Santo formava entre as unidades do Império que mais escravos possuíam à data da abolição: 13.403, dos quais, no município de Cachoeiro de Itapemirim, 6.965.<sup>6</sup>

**A REPÚBLICA** – Data de 1887 o primeiro clube republicano na terra capixaba,<sup>7</sup> devido à iniciativa de Bernardo Horta de Araújo, Antônio Gomes Aguirre e Joaquim Pires de Amorim – “os gigantes do pensamento republicano no Espírito Santo”<sup>8</sup> – assim julgados juntamente com Afonso Cláudio.

2 - FRANCISCO ATAÍDE, *Breve Notícia*, 17.

3 - Em Vitória, destacaram-se: a Sociedade Libertadora Domingos Martins, o Clube Abolicionista João Clímaco, a Sociedade Libertadora S. Benedito do Rosário, a Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense, a Emancipadora Primeiro de Janeiro.

4 - Na tarefa imediata de agenciar donativos, até o presidente Francisco Ferreira Correia colaborou, nomeando, a vinte e um de março de 1872, para os diversos municípios, comissões de cinco membros encarregadas de angariar fundos destinados às manumissões (PEREIRA, *Homens*, 126).

5 - Edição de dezesseis de maio de 1888, em que vêm noticiadas as passeatas, *marches aux flambeaux*, *Te-Deums* realizados em Vitória.

- A *Província do Espírito Santo*, de vinte de maio de 1888, dizia, referindo-se à superabundância de oradores: “De cada canto surgiu um Demóstenes; os Ciceros andaram em catadupa pelas ruas.”

- Durante toda uma quinzena a Capital esteve entregue às celebrações do treze de maio, das quais participaram os ex-escravos que, em grupos, abandonaram as fazendas de seu cativo.

6 - TAUNAY, *Hist. Café*, VII, 449; SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 219.

7 - Fundado na então vila de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, a vinte e três de maio de 1887. Seu primeiro presidente foi o Dr. Joaquim Pires Amorim (*Diário Oficial* (do Espírito Santo), de trinta de maio de 1890).

8 - MATOS, *A Comemoração*, 49.

- Afonso Cláudio acrescentaria: “o eficaz concurso de evangelistas da pureza e

A propagação da nova idéia muito se beneficiou – aqui, como nas demais províncias – com o despeito que a abolição da escravatura provocara entre os fazendeiros.<sup>9</sup> Contando, portanto, com o apoio dos verdadeiros chefes das municipalidades – os proprietários rurais – foi fácil aos republicanos a pregação do seu evangelho e a formação de núcleos por todas as localidades da província.

A dezesseis de setembro de 1888 reuniu-se, em Cachoeiro de Itapemirim, o primeiro Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo, que indicou o nome de Bernardo Horta para candidato do Partido no pleito de trinta e um de agosto de 1889, do qual saiu eleito pelo segundo distrito.<sup>10</sup>

À tarde de quinze de novembro chegaram à Vitória as primeiras notícias do que se passava no Rio de Janeiro.<sup>11</sup> No dia seguinte, Afonso Cláudio recebia do Governo Provisório a incumbência de administrar o Estado,<sup>12</sup> empossando-se a vinte no cargo de governador,<sup>13</sup> perante a Câmara Municipal da Capital.

valor de um Coelho Lisboa, a dedicação indefessa de Henrique Deslandes, Eugênio Aurélio, Germano Tiradentes, da família Medina, Joaquim Pinheiro, João Chaves Ribeiro [médico], Antero de Almeida e José Horácio, para não omitir os mais antigos dos iniciadores dessa brilhante cruzada” (*Hist. da Literatura*, 538).

– Cumpre recordar os jornais que serviram à causa republicana no Espírito Santo: *O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, dirigido por Antônio Gomes Aguirre e Bernardo Horta; e *A Tribuna*, de Anchieta, dirigida por José Horácio Costa. Ver o artigo de apresentação deste último na nota I deste capítulo. Sua linguagem apaixonada permite avaliar o ardor com que entrou a combater a monarquia.

9 - É particularmente expressivo o depoimento colhido por Mário Freire entre os papéis que pertenceram a Saldanha Marinho e oferecidos, em 1918, ao Arquivo da Prefeitura do então Distrito Federal. Trata-se de carta assinada por Bento José da Silveira e Sousa, lavrador em Itapemirim, e dirigida àquele eminente republicano. A certa altura, dizia Silveira e Sousa que a monarquia “só serviu para iludir a lavoura”, tendo sido todos “roubados com os pretos, com a má lei de treze de maio”. E concluiu, destilando ressentimento: “ficamos pobres e, por isso, a monarquia tome rumo; o governo deve ser feito pelo povo” (*apud* FREIRE, *A República*).

10 - O segundo distrito eleitoral compunha-se dos municípios de Viana, Guarapari, Benevente, Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim. O primeiro distrito eleitoral compunha-se dos municípios de Vitória, Santa Leopoldina do Cachoeiro, Espírito Santo, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, cidade de S. Mateus e vila da Barra de S. Mateus (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 265).

11 - FREIRE, *A República*.

12 - AFONSO CLÁUDIO, *Hist. da Literatura*, 536.

13 - O ofício n.º 1, de vinte de novembro de 1889, em que Afonso Cláudio comunicou ao governo central a sua posse, era dirigido “ao Cidadão Governador Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil” (*Pres ES*, XX).

– O dia vinte de novembro de 1889 foi considerado de adesão à República; e, pelo decreto de três de dezembro do mesmo ano, passou a ser comemorado como feriado estadual.

Como no resto do Brasil, o povo não tomou parte nos acontecimentos. Assistiu àquilo “bestializado, atônito, sem conhecer o que significava”.<sup>14</sup> Como nas demais províncias,<sup>15</sup> aqui não houve reação alguma. Uma a uma, as câmaras municipais encaminharam ao novo governo seus protestos de adesão.<sup>16</sup>

Nos primeiros momentos, houve, na Capital, certa e natural confusão provocada pelos boatos. Disso se originou uma corrida de depositantes à Caixa Econômica,<sup>17</sup> ao mesmo tempo em que os habitantes das cercanias de Vitória se punham em guarda, na expectativa de atentados às suas pessoas e bens. Afonso Cláudio se apressou – logo no dia dezessete de novembro – a estampar na imprensa um comunicado que terminava com as seguintes palavras: “Não há motivo para tamanho pânico: a guarnição da Capital, enquanto estiver sob a responsabilidade dos briosos militares cujo patriotismo o país admira, é o mais seguro penhor de ordem que os cidadãos aqui residentes podem possuir e desejar”.<sup>18</sup>

---

14 - ARISTIDES LOBO, *Acontecimento Único* (publicado no *Diário Popular* (de S. Paulo), a dezoito de novembro de 1889, *apud* AFONSO CELSO, *Visconde de Ouro Preto*, 398-9).

15 - CALMON ressalta que “houve vislumbres de resistência na Bahia”. Seu presidente, Almeida Couto, telegrafou que ficava fiel à monarquia e as manifestações republicanas a dezesseis acabaram dissolvidas pela *guarda-negra* – (*Hist. Brasil*, IV, 530-1; Antônio Osmar Gomes, *A Proclamação da República na Bahia* – artigo publicado no *Jornal do Comércio* (do Rio de Janeiro), a vinte e três de novembro de 1947).

16 - FREIRE, *A República*.

- De S. Mateus – pertencente à região em que predominavam as forças monarquistas (AFONSO CLÁUDIO, *Hist. da Literatura*, 537) – o governador recebeu telegrama em que se lia o seguinte: “Aqui todos republicanos” (*Diário do Espírito Santo*, vinte e seis de novembro de 1889). – Poucos dias antes, ao tomar conhecimento do atentado de quinze de junho contra o imperador (autor Adriano do Vale), a Câmara de Nova Almeida lhe endereçara a seguinte mensagem: “Senhor. A Câmara Municipal da Vila de Nova Almeida Província do Espírito Santo, desde remotos tempos acostumada a respeitar a dinastia reinante, e sempre obediente às instituições juradas a bem de seu monarca em quem reconhece o pedestal da felicidade pública, lastima que brasileiros e estrangeiros dedicados a V. M. Imperial vissem que também coube a nossa história registrar um momento de delírio que armou o braço de um fanático para atentar contra a vida de V. M. Imperial. O vigoroso e unísono protesto do país e da Europa vingam os nossos corações e de todos os municípios, dos quais esta Câmara é intérprete e, mais se alvorotou o povo desta parte do nosso idolatrado Brasil quando soube que a louca tentativa teve o insucesso que o Todo-Poderoso determinou salvando o preclaro, sábio e justiceiro pai da família brasileira. É por isso que esta Câmara vem dar este testemunho de veneração e alegria pondo no pedestal do trono seus protestos de profunda adesão à monarquia e seu patriotismo à disposição da defesa do chefe do Estado, fazendo votos ao Altíssimo para que longa e feliz seja a preciosa existência de V. M. e da augusta família imperial em proveito de toda a comunhão. Paço da Câmara Municipal da Vila de Nova Almeida, vinte e dois de agosto de 1889” (*Pres ES*, XX).

17 - *Caixa Econômica e Monte de Socorro* criada pelo decreto número 5.594, de dezoito de abril de 1874. Instalou-se, em Vitória, aos quatro de agosto de 1875. Reorganizada pelo decreto número 9.738, de dois de abril de 1887.

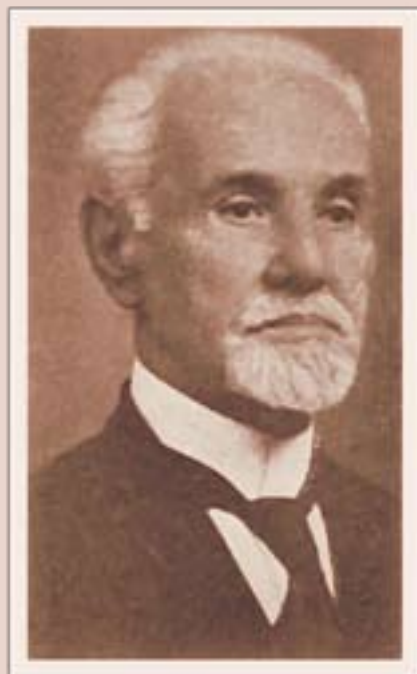
18 - *Apud* FREIRE, *A República*.



Basílio Carvalho Daemon  
*Coleção coronel Olopércio de Almeida Daemon*



José Marcelino Pereira de Vasconcelos  
*Ensaio, de Pereira de Vasconcelos*



Aristides Braziliano de Barcelos Freire  
*Coleção Mário Freire*

O advento do novo regime foi festivamente recebido pelos republicanos de Cachoeiro de Itapemirim, que promoveram passeatas animadas pelos acordes da *Marselhesa*. À falta de bandeiras,<sup>19</sup> conduziam estandartes vermelhos.<sup>20</sup>

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, POPULAÇÃO E JUSTIÇA** – No ano em que se fez a República, o Espírito Santo estava dividido em catorze municípios, e contava quatro cidades e dez vilas.<sup>21</sup>

19 - O *Diário do Espírito Santo*, de vinte e sete de novembro de 1889, publicou o seguinte telegrama assinado pelo secretário do ministro da Marinha e dirigido ao capitão do porto de Vitória: “Bandeira republicana federal é a mesma nacional, substituindo somente coroa por estrela encarnada”.

20 - O *Cachoeirano*, vinte e oito de novembro de 1889.

21

MUNICÍPIOS	PARÓQUIAS
Vitória (capital)	1 - N. S. da Vitória 2 - S. João de Cariacica 3 - S. João de Carapina 4 - S. José do Queimado
Cachoeiro de Santa Leopoldina (vila)	1 - S. Teresa do Timbui (*) 2 - N. Senhora da Boa Família (*) 3 - Guandu de Cima (*) 4 - S. Leopoldina de Mangaraí 5 - S. Leopoldina do Cachoeiro
Viana (vila)	1 - N. S. da Conceição de Viana 2 - S. Isabel
Espírito Santo (vila)	1 - N. S. do Rosário
Serra (cidade)	1 - N. S. da Conceição da Serra
Nova Almeida (vila)	1 - Santos Reis Magos de Nova Almeida
Linhares (idem)	1 - N.S. da Conceição de Linhares do Rio Doce
Barra de S. Mateus (idem)	1 - N. S. da Conceição da Barra de S. Mateus 2 - S. Sebastião de Itaúnas
São Mateus (cidade)	1 - S. Mateus
Santa Cruz (vila)	1 - N. S. da Penha de Santa Cruz 2 - S. Benedito do Riacho
Guarapari (vila)	1 - N. S. da Conceição de Guarapari
Anchieta (cidade)	1 - N. S. da Assunção de Benevente 2 - N. S. da Conceição de Alto Benevente(*) 3 - N. S. da Conceição de Piúma (*)
Itapemirim (vila)	1 - N. S. do Amparo de Itapemirim 2 - S. Antônio do Rio Novo (*)
Cachoeiro de Itapemirim (vila)	1 - S. Pedro do Cachoeiro do Itapemirim 2 - S. Pedro de Alcântara do Rio Pardo 3 - N. S. da Penha do Alegre 4 - S. Miguel do Veado 5 - S. Pedro de Itabapoana 6 - N. S. da Conceição do Aldeamento Afonsino (*) 7 - S. José do Calçado

\* Não provida canonicamente.

(SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 21).

- “As paróquias de S. Pedro de Alcântara de Itabapoana e N. S. da Penha do Alegre foram elevadas à categoria de Vila pelas Leis de vinte e nove de junho de 1887 e três de abril

Sua população, consoante recente levantamento censitário, subia a 110.137 almas.<sup>22</sup>

Quanto aos negócios da Justiça, estava a província sob a jurisdição da Relação do Rio de Janeiro. Possuía seis comarcas e dez termos.<sup>23</sup>

**IGREJA E REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR** – Os assuntos eclesiásticos continuavam na dependência do bispado do Rio de Janeiro, com exceção de parte da paróquia de São Miguel do Veado, sujeita ao bispado de Mariana.<sup>24</sup>

de 1884, devendo serem instaladas depois que os seus habitantes houverem construído a suas expensas casa de câmara e cadeia, o que até a presente data não se realizou”, informava o citado Almanaque de 1889, à p. 22.

22 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 23.

- Em 1890, quando se realizou o primeiro censo geral da República, o Estado contava 135.997 habitantes, dos quais 69.813 homens e 66.184 mulheres; 93.361 solteiros, 34.705 casados e 4.931 viúvos; 132.923 brasileiros e 3.074 estrangeiros (*Recenseamento do Brasil*, realizado em primeiro de setembro de 1920, vol. I, *Introdução*, 443).

23 - Comarcas:

1. <sup>a</sup> - Vitória	- 3. <sup>a</sup> entrância
2. <sup>a</sup> - Itapemirim	- 2. <sup>a</sup> “
3. <sup>a</sup> - Iiritiba	- 1. <sup>a</sup> “
4. <sup>a</sup> - Serra	- 1. <sup>a</sup> “
5. <sup>a</sup> - Santa Cruz	- 1. <sup>a</sup> “
6. <sup>a</sup> - S. Mateus	- 1. <sup>a</sup> “

Termos

1 - Vitória	
2 - Serra	
3 - Nova Almeida	reunidos
4 - Santa Cruz	
5 - Vila da Barra de S. Mateus	
6 - Cidade de S. Mateus	
7 - Guarapari	
8 - Benevente	
9 - Itapemirim	
10 - Cachoeiro de Itapemirim	

“A Lei provincial número 47, de quinze de maio de 1884, criou duas comarcas - Santa Leopoldina do Cachoeiro e S. Pedro do Cachoeiro de Itapemirim - que não foram ainda instaladas” (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 89).

24 - Divisão eclesiástica: “Eis a divisão eclesiástica: o arceprelado ou vigairaria da vara do Espírito Santo compõe-se das seguintes paróquias: N. S. da Vitória, N. S. do Rosário do Espírito Santo, N. S. da Conceição da Serra, S. João de Cariacica, N. S. da Conceição de Viana, Santa Isabel, S. João de Carapina, S. José do Queimado, S. Pedro de Alcântara do Rio Pardo, Santos Reis Magos de Nova Almeida, N. S. da Penha de Santa Cruz, N. S. da Conceição de Linhares, São Mateus, N. S. da Conceição da Barra de S. Mateus, Santa Leopoldina, S. Benedito do Riacho e S. Sebastião de Itaúnas.

Um senador e dois deputados constituíam sua representação no Parlamento Nacional.

Na Assembléia Legislativa Provincial tinham assento vinte e quatro deputados.

**ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – PRINCIPAIS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS** – Todos sediados em Vitória<sup>25</sup> – eram: a Secretaria do Governo, a Inspeção Geral da Instrução Pública, o Correio Geral, a Repartição Geral dos Telégrafos,<sup>26</sup> a Catequese e Civilização dos Índios, a Inspeção de Higiene Pública, a Inspeção da Saúde do Porto, a Polícia,<sup>27</sup> a Tesouraria de Fazenda, a Alfândega, o Tesouro Público Provincial, a Administração das Rendas Provinciais da Capital, a Capitania do Porto.

Dentre os serviços públicos de mais interesse na Capital, contavam-se a Iluminação a Gás, o Serviço de Limpeza e Asseio Público, o Matadouro, a Assistência Médica – prestada por um *médico dos pobres* e uma *parteira da pobreza*.<sup>28</sup>

---

A vigairaria de Itapemirim compõe-se das seguintes paróquias: N. S. do Amparo de Itapemirim, S. Pedro do Cachoeiro, S. Pedro de Itabapoana, N. S. da Assunção de Benevente, N. S. da Conceição de Guarapari, N. S. da Penha do Alegre e S. Miguel do Veado” (*Almanaque de 1889*, 22-3).

25 - Em 1882, Inglês de Sousa sugerira a mudança da Capital para o interior da província. Eis os trechos mais expressivos do *Relatório* em que aborda o assunto: “Estou convencido de que a mudança da capital da Província é uma necessidade inadiável, não só pelo futuro desenvolvimento desta Província, como pelas condições higiênicas que deve ter toda a cidade destinada a ser o centro de uma aglomeração de população mais ou menos numerosa. [...] A futura capital do Espírito Santo deve ser colocada em um ponto central da Província, em lugar que mais apropriado for, comunicando-se por meio de via férrea com o porto da Vitória, que será sempre o entreposto do comércio de toda a Província.

Esta cidade nada perderá se se retirar dela o mundo oficial; as forças de um comércio rico e poderoso erguê-la-ão em pouco tempo do abatimento em que tiver caído. Santos e Paranaguá o demonstram.

A colocação da capital no centro ativará o desenvolvimento da Província e regularizará a circulação das idéias e dos produtos” (*Relatório* com que o exmo. snr. dr. Herculano Marcos Inglês de Sousa entregou no dia nove de dezembro de 1882 ao exmo. sr. dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior a administração da província do Espírito Santo – Vitória – 1882).

26 - O distrito da província começava à margem esquerda do Itabapoana e terminava na vila de Canavieiras, Bahia, compreendendo dezenove estações telegráficas, das quais dez no Espírito Santo e nove na Bahia. A extensão dos fios ia a cerca de dois mil quilômetros.

27 - O lugar de chefe de Polícia da província foi criado pelo decreto n.º 1.295, de dezesseis de dezembro de 1853.

28 - O *Almanaque de 1889* não faz referência à *Casa de Banhos “d’água fria”*, inaugurada em Vitória a dois de dezembro de 1877 e que fora instalada à custa da municipalidade (*Relatório de 1889*, já citado). Possivelmente teria sido fechada.

Aqui poderiam ser incluídos, também, os faróis – de Santa Luzia e da Ilha do Francês;<sup>29</sup> as fortalezas – de S. João e S. Francisco Xavier,<sup>30</sup> as Companhias de Infantaria e de Polícia e o Batalhão da Guarda Nacional.

Desde dezesseis de setembro de 1887, funcionava a Estrada de Ferro Caravelas, no trecho de cinquenta quilômetros, compreendido entre Cachoeiro de Itapemirim e a estação de Pombal, hoje Rive. Na mesma data foi inaugurado o ramal Matosinho (atual Coutinho) a Castelo, com vinte e um quilômetros de extensão.<sup>31</sup>

**ORÇAMENTO E ENSINO** – A lei de meios para o exercício de 1889 orçou a receita em 830:000\$000 e a despesa em 783:884\$000. O projeto consignara 100:000\$000 para obras públicas e 121:160\$000 para o ensino. (II)

Informa Feu Rosa que havia na província mais de cem professores do curso primário.<sup>32</sup>

Na Capital, o ensino secundário era ministrado pelo Ateneu Provincial<sup>33</sup> – para rapazes; e pelo Colégio N. S. da Penha – para meninas.<sup>34</sup>

---

29 - Inaugurado a primeiro de janeiro de 1883.

30 - A segunda à disposição do Ministério da Fazenda.

31 - Estudos sobre estradas de ferro espírito-santenses na *RIHGES*, vol. XIV, da autoria de GILBERTO SANTOS NEVES; *Vida Capichaba* (revista editada em Vitória), de trinta de abril de 1940, quinze e trinta de junho de 1940, por Mário Aristides Freire; MARINS, *Minha Terra*, 65-6.

32 - *O Guisamento*, 27.

- Inglês de Sousa – quando presidente da província (abril a dezembro de 1882) – trouxe a Vitória o então professor da Escola Normal de Santos, Antônio da Silva Jardim, que mais tarde se celebrou na campanha republicana. Preocupado com a reforma do ensino provincial – que realizou – Inglês de Sousa promoveu a visita daquele professor à capital espírito-santense, onde Silva Jardim pronunciou uma série de conferências sobre o “método João de Deus, denominado Cartilha Maternal”.

33 - Matérias lecionadas: língua, literatura e retórica, latim, pedagogia, francês, inglês, geografia e história, aritmética, álgebra, geometria e filosofia (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 30).

34 - Criado pela lei provincial número 29, de quatro de dezembro de 1869. – Matérias lecionadas: prendas, língua nacional, pedagogia, francês, aritmética, geografia, história do Brasil (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 31).

- Deixara de funcionar o Ginásio Mateense, de S. Mateus, fundado pelo bacharel José Roberto da Cunha Sales e instalado a vinte e um de setembro de 1887 (*Relatório de 1878*, já citado).

A Companhia de Aprendizes Marinheiros<sup>35</sup> proporcionava ensino profissional à mocidade.

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS E JORNAIS** – Em substituição à biblioteca fundada em 1855, o presidente Eliseu de Sousa Martins criou, durante a sua gestão, a Biblioteca Pública Provincial,<sup>36</sup> que, em 1889, era servida por um amanuense-bibliotecário e um porteiro.<sup>37</sup>

Cachoeiro de Itapemirim, graças ao Grêmio Bibliotecário Cachoeirense, dispunha, também, de uma sala de leitura com dois mil volumes, “além de grande número de jornais, revistas, mapas, folhetos etc.”.<sup>38</sup>

Quatro jornais eram editados em Vitória: *A Província do Espírito Santo*<sup>39</sup> e *O Espírito-Santense*,<sup>40</sup> ambos diários, com uma tiragem de 1.600 exemplares o primeiro e 500 exemplares o segundo; a *Gazeta de Vitória*<sup>41</sup> e *A Folha da Vitória*,<sup>42</sup> bissemanais, com uma tiragem de 300 exemplares. Em Anchieta, publicava-

35 - Criada pelo decreto imperial número 2.890, de oito de fevereiro de 1861. Anteriormente existira, em Vitória, a Escola de Meninas, criada por lei provincial de treze de novembro de 1842.

36 - Inaugurada com 2.084 obras (Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Espírito Santo em sessão ordinária de nove de março de 1880 pelo presidente da província, o exmo. sr. dr. Eliseu de Sousa Martins - Vitória - 1880).

- “Durante o período de dez meses foi o estabelecimento freqüentado por 2.134 pessoas, sendo 115 visitantes, 2.019 leitores, os quais consultaram 2.159 obras, distribuídas pelo modo seguinte: belas letras, 1.296; jurisprudência, 62; ciências matemáticas, 108; ciências naturais, 78; ciências médicas, 10; filosofia abstrata, 38; teologia, 8; moral aplicada, 62; jornais e revistas, 497” (Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo em sua sessão ordinária de oito de março de 1881 pelo presidente da província exmo. sr. dr. Marcelino de Assis Tostes - Vitória - 1881).

37 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 31.

38 - O Grêmio fora fundado a dez de junho e inaugurado a primeiro de julho de 1883. Desde quinze de setembro de 1887, funcionava em edifício próprio. Mantinha, em 1889, uma escola noturna bem freqüentada, para a qual o governo provincial concorria com 300\$000 anualmente. Em 1889, o quadro social registrava 159 sócios (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 225).

39 - Fundado por Cleto Nunes Pereira e José de Melo Carvalho Muniz Freire. Seu primeiro número circulou a quinze de março de 1882. Com o advento da República, passou a denominar-se, sucessivamente, *Diário do Espírito Santo e Estado do Espírito Santo*. (HERÁCLITO PEREIRA, *A Imprensa*, V, 42-3).

40 - Fundador e primeiro redator: José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Seu primeiro número circulou a oito de setembro de 1870 e o último a catorze de junho de 1889 (HERÁCLITO PEREIRA, *A Imprensa*, III, 37). À data de seu desaparecimento era dirigido por Basílio Carvalho Daemon.

41 - Iniciou sua publicação aos vinte e quatro de janeiro de 1878, sob a direção de José Joaquim Pessanha Póvoa. Diz HERÁCLITO PEREIRA que “durou até 1889, ano em que esteve sob a redação de Pessanha Póvoa e Joaquim Correia Lírio” (*A Imprensa*, IV,29).

42 - Apareceu a oito de julho de 1883. Fundada por Aristides Freire, figurou sob outras direções até que voltou à responsabilidade daquele, em março de 1890. Em 1889, era dirigida por Ovídio dos Santos (HERÁCLITO PEREIRA, *A Imprensa*, V, 46).

se *A Tribuna*,<sup>43</sup> hebdomadário; em Cachoeiro de Itapemirim, editavam-se *O Cachoeirano*<sup>44</sup> e *O Constitucional*,<sup>45</sup> este bissemanal.

**VIDA ASSOCIATIVA** – À sombra da Igreja florescia o maior número de entidades sociais – quase todas dedicadas a obras pias.<sup>46</sup> O Hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de uma dotação anual de oito contos de réis, concedida pelos cofres provinciais, beneficiava-se diretamente da arrecadação de uma taxa sobre marinhagem.

A irmandade que o mantinha dispunha de oitenta contos de réis em apólices da dívida pública e de alguns prédios em Vitória. O pessoal do hospital compreendia: médico, capelão, sacristão, enfermeiro e parteira.<sup>47</sup>

Em Cachoeiro de Itapemirim funcionava a Sociedade Mantenedora da Colônia Orfanológica Treze de Maio, com um programa generoso.<sup>48</sup>

Bem poucas as sociedades interessadas nas belas-letas: o Grêmio Literário Vitoriense, na Capital, e o Grêmio Bibliotecário Cachoeirense, em Cachoeiro de Itapemirim. Em compensação, o Buquê das Moças, o Bailante Treze de Maio, a Sociedade Carnavalesca de Vitória<sup>49</sup> proporcionariam, sem dúvida, momentos literários aos frequentadores das suas reuniões. O mesmo se poderia, talvez, afirmar

43 - Apareceu a três de fevereiro de 1889, sob a direção de José Horácio Costa. Republicano.

44 - Fundado por Luiz de Lóiola e Silva, iniciou sua publicação a sete de janeiro de 1887. Em 1889 era dirigido por Antônio Gomes Aguirre e Bernardo Horta de Araújo (HERÁCLITO PEREIRA, *A Imprensa*, IV, 22-3).

45 - Surgiu em Itapemirim, a doze de abril de 1885. Transferiu-se a vinte e cinco de julho de 1886 para Cachoeiro de Itapemirim, cessando a sua publicação a vinte e cinco de dezembro de 1889. Seu redator-chefe era o Dr. João Vasco Cabral Filho (HERÁCLITO PEREIRA, *A Imprensa*, V, 48-9).

46 - V. O. Terceira de N. S. do Monte do Carmo, V. O. Terceira da Penitência, Irmandade do SS. Sacramento, Confraria de N. S. Boa Morte e Assunção, V. E. Irmandade de S. Benedito, Irmandade de S. Benedito do Rosário, Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pardos, N. S. do Amparo, N. S. dos Remédios, Irmandade do Senhor dos Passos, Sociedade Auxiliadora, Sociedade Beneficente de S. Benedito do Convento de S. Francisco, Sociedade Beneficente da Irmandade de S. Benedito do Rosário (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*; 59-62).

47 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 57-8.

- Funcionava, anexo ao Hospital da Misericórdia, o Asilo de Alienados, “que não tem correspondido às esperanças de seus fundadores”, dizia o presidente LEITE RIBEIRO no seu *Relatório de 1888*, já citado.

- O Asilo, inaugurado no dia oito de maio de 1887, fora “construído pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia auxiliado pelos cofres provinciais e donativos de particulares” (Ofício do presidente da província ao ministro do Império, de nove de maio de 1887, in *Pres ES*, XX, 52).

48 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 226-7.

49 - Todas sediadas em Vitória (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 62-3).

da Sociedade de Música<sup>50</sup> e da Sociedade Musical Urânia, que, em Anchieta, mantinha um seminário pedagógico e um conjunto musical.<sup>51</sup>

A arte cênica não ia além das representações familiares,<sup>52</sup> “única diversão agradável da classe culta”, diria um contemporâneo.<sup>53</sup> Aristides Freire<sup>54</sup> – o criador do teatro capixaba – foi o seu incentivador incansável e desinteressado.

A Maçonaria era representada, na província, desde 1872, pela Loja União e Progresso, que mantinha uma aula noturna de instrução primária e “variada biblioteca”.<sup>55</sup>

Justo citar, ainda, a Sociedade Espírito-Santense de Imigração e a Assembléia Paroquial Econômica, sediadas, aquela em Vitória, a segunda na freguesia de Santa Isabel.

**INDÚSTRIAS E PROFISSÕES** – Resumia-se a um artesanato desprezioso a indústria capixaba do ano de 1889. Contudo, o *Almanaque* de Godofredo Silveira refere-se a fabricantes de cal, cigarros, licores, cerveja, sabão, velas, baús, colchões, selas, aguardente, bem como a joalheiros, padeiros, farmacêuticos, açougueiros, aparelhadores de gás, alfaiates, afinadores de piano, barbeiros, carpinteiros, marceneiros, douradores, entalhadores, construtores navais, encadernadores, engenheiros, fogueteiros, ferreiros, serralheiros, funileiros, armadores de igrejas, guarda-livros, ourives, pedreiros, pintores, professores de piano e de música, relojoeiros, sapateiros, tipógrafos, fotógrafos, cabeleireiros, jornalistas, tecelões, caldeireiros, dentistas, doceiras, calafates, médicos, advogados, modistas, mascates, capitalistas, negociantes, agricultores. Os últimos, em grande número.<sup>56</sup>

**COMÉRCIO E CORPO CONSULAR** – Centenas de estabelecimentos comerciais distribuíam-se por todas as localidades. Aqui e ali, pequenos e modestos hotéis,<sup>57</sup> botequins e bilhares.

50 - Sediada na freguesia de Santa Isabel, município de Viana (SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 111).

51 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 186.

52 - Em 1889, ao que se infere da ausência de qualquer notícia no *Almanaque* de Godofredo Silveira, já teria deixado de existir o teatro inaugurado a vinte de setembro de 1875 em S. Mateus (DAEMON, *Prov ES*, 428).

53 - AFONSO CLÁUDIO, *Hist. Literatura*, 250.

54 - Aristides Braziliiano de Barcelos Freire (1849-1922). Professor, jornalista, poeta, teatrólogo, parlamentar, presidente de banco, patrono de réus junto ao Tribunal do Júri, funcionário público. Exemplar magnífico de autodidata do Brasil de ontem e de hoje. Pai do historiador Mário Aristides Freire (1886-1968).

55 - DAEMON, *Prov ES*, 400; SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 61.

56 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*.

57 - Lembra Mário Freire, em nota fornecida ao autor, o “velhíssimo *Hotel d'Europe*, ainda aberto em Vitória, no qual *conservadores e liberais* promoveram, nos últimos anos do



As lojas de Vitória anunciavam perfumaria; objetos para luto e presentes; chapéus para senhoras, homens e meninos; roupas feitas; enxovais para casamentos e batizados; máquinas de costura; vinhos importados diretamente de Portugal; calçados nacionais e estrangeiros; móveis austríacos etc.

Várias firmas importadoras e exportadoras, estabelecidas na Capital, assim como agentes de companhias de navegação, mesmo de transatlânticos, especialmente italianas e alemãs.

Alemanha, França, Holanda e Portugal mantinham representantes consulares em Vitória.<sup>58</sup>

**AGRICULTURA** – Falecem estatísticas que nos indiquem, com precisão, o volume do trabalho agrícola capixaba do último quartel do século XIX. A não ser do café e do açúcar, não temos indicação alguma dos demais produtos da lavoura àquela época. Havia, por certo, culturas de milho, arroz, feijão, algodão e cacau em pequena escala. (III) O café e a cana-de-açúcar monopolizavam, quase, o esforço da população rural, seguindo-se-lhes a mandioca. “Mais da metade da população do município [de Cachoeiro de Itapemirim] emprega-se na cultura do cafeeiro”, informava – em 1889 – conceituada publicação.<sup>59</sup>

**O CAFÉ E A SUA NOBREZA** – Vale a pena demorarmos alguns instantes num rápido bosquejo da evolução da cultura cafeeira no Espírito Santo – matéria que, como se verá, deve ser tratada paralelamente com a história da involução da lavoura canavieira local.

Foi em meados do século que a rubiácea começou se destacando no conjunto dos produtos agrícolas da província. Em 1851, a produção fora de 83.790 arrobas, das quais se exportaram 83.234.<sup>60</sup>

Denunciando a preferência dos agricultores pela fava etíope, o presidente Evaristo Ladislau da Silva registrava, no *Relatório* de 1853: “A planta do café, para a qual muitos se vão passando, parece ir em aumento, porém, não o tratam bem na colheita e a maioria de arrobas que apanham não é compensada pelo preço que recebem por elas.”

Conseqüência dos anacrônicos processos utilizados pelos fazendeiros no trato das suas respectivas glebas.

O prejuízo apontado por aquele governante não perturbaria o *nish* cafeeiro, que

---

Império, alguns banquetes políticos”.

58 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 23.

59 - SILVEIRA, *Almanaque de 1889*, 219.

60 - TAUNAY, *Hist. Café*, III, 294.

prosseguiu avassalador – empolgando antigos fazendeiros e monopolizando o interesse dos novos. Os primeiros abandonavam a lavoura canavieira, empenho de pais e avós; os últimos traziam das terras donde vinham a imagem extasiante dos *oceanos verdes*.

Todos tinham os olhos postos no café. O quadro seguinte fala eloqüentemente quanto sensível foi a substituição da cultura da cana-de-açúcar pela da rubiácea:

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO<sup>61</sup>  
(em arrobas)

ANOS	CAFÉ	AÇÚCAR
1858	151 227	46 222
1859	136 102	39 822
1860	202 117	29 550
1861	223 809	21 843

Costa Pereira explicaria a razão da troca: preço cada vez mais animador da rubiácea, e transmigração de mineiros e fluminenses, dados, de preferência, à cultura do café.<sup>62</sup>

Analisando o fenômeno, Afonso Taunay acrescentou: “A plantação da cana e o fabrico do açúcar exigiam o emprego de muitos braços e a Província, pelos motivos muito conhecidos da escassa população, lutava imenso contra a crise do trabalho. Além disso, ocorria outro fator – a subdivisão das fortunas, de tal sorte que, muitas vezes, os filhos de um fazendeiro importante ficavam reduzidos à pobreza. Não era possível pois que se levantassem novos engenhos, ou se conservassem florescentes todos os antigos.”<sup>63</sup>

Resumindo: em 1840, havia paralelismo entre o decréscimo na exportação do açúcar e o acréscimo na do café; a exportação daquele produto que, em 1844, fora de 324.308 arrobas, chegaria, em 1891, a 456, não figurando mesmo na estatística de 1892. O café, que aparecia na estatística de exportação do ano de 1847 com 115.390 arrobas, em 1900 figuraria com 1.234.195.<sup>64</sup>

Em escala bem mais modesta do que na província do Rio de Janeiro, o Espírito Santo teve a sua nobreza do café representada pelos barões de Itapemirim,<sup>65</sup>

61 - *Relatório* de Costa Pereira Júnior, de 1862, já citado.

62 - *Relatório*, de 1862, já citado.

63 - *Hist. Café*, III, 305.

64 - XAVIER, *Marcha*, II, 481.

- “Esta província já ocupa o quarto lugar, entre as que produzem café no Brasil. No exercício de 1885/6, a exportação foi de 343.520 sacas desse gênero; devendo dobrar em breve prazo, atenta a expansão que se vai dando ao plantio” (FIGUEIREDO, *Breve Notícia*, 88).

65 - Primeiro, segundo e terceiro barões de Itapemirim, respectivamente Joaquim Marcelino da Silva Lima, Joaquim Antônio de Oliveira Seabra (seu genro, casado com

Aimorés,<sup>66</sup> Timbuí<sup>67</sup> e Guandu.<sup>68</sup>

Concluindo: pertence ao Espírito Santo a exclusividade da produção do *café capitania*,<sup>69</sup> famoso pelas suas propriedades de aroma e sabor deliciosos.

---

Leocádia) e Luís Siqueira da Silva Lima, filho do primeiro. Joaquim Marcelino da Silva Lima, paulista de nascimento, veio para o Espírito Santo em 1802, estabelecendo-se em Benevente, onde fundou nas terras que obteve por sesmaria uma grande fazenda de cana-de-açúcar denominada Três Barras. Mais tarde, transferiu-se para Itapemirim, onde constituiu enorme fortuna. Esteve, várias vezes, à frente do governo provincial, na qualidade de vice-presidente. Mais de quatrocentos escravos trabalhavam nas suas oito fazendas, das quais a de nome Muqui era suntuosa. Nela residia o barão. ANTÔNIO MARINS escreveu o seguinte a respeito desse solar: “O palacete que habitava, à margem do Itapemirim, era construído no feio dos castelos medievais, sobre o alto de uma colina de onde se descortinava a vastidão do Oceano. Escadarias de mármore com leões à entrada e torreões nos cantos. O interior era luxuoso e brunido, contendo biblioteca, salões de bilhar, sala d’armas e alcovas primorosas com leitos marchetados. Os salões eram adornados de quadros e grandes retratos de antepassados. As baixelas de prata pesada brilhavam na vasta copa severamente decorada e sombria. Como nos castelos feudais, também tinha os seus desvãos meio subterrâneos e capela magnífica” (*Minha Terra*, 137).

- Joaquim Marcelino foi casado, em primeiras núpcias, com D. Francisca do Amaral e Silva. Deste consórcio nasceram dois filhos: Claudina e Belarmino. Aquela desposou o coronel de milícias Inácio Pereira Duarte Carneiro, de quem falamos repetidas vezes quando estudamos a primeira metade do século XIX. Enviuvando, contraiu matrimônio com D. Leocádia Tavares da Silva. O primeiro barão de Itapemirim faleceu a dezoito de dezembro de 1860. Contava oitenta anos de idade. Referências mais desenvolvidas sobre a personalidade e atuação política de Joaquim Marcelino da Silva Lima, na obra supracitada de Antônio Marins, *passim*. Uma das filhas do primeiro barão de Itapemirim, D. Úrsula de Lima (D. Zé), casou-se com Martim Francisco Ribeiro de Andrada (3.º deste nome), que presidiu a província em 1882. - O terceiro barão de Itapemirim, médico, foi senador federal pelo Estado.

66 - Major Antônio Rodrigues da Cunha, casado com D. Tomásia, filha do 1.º barão de Itapemirim. Fazendeiro em São Mateus (MARINS, *Minha Terra*, 212).

- Na *Síntese da História de São Mateus*, EUJÊNIO DE ASSIS escreveu: “Um dos grandes incentivadores do plantio do café foi o Barão de Aimorés, com instalações completamente modelares.” Mais adiante, alude a um hospital que o barão manteve, em 1850, auxiliado pelo Dr. Júlio César Berenger Bitencourt e Francisco Caetano Simões. Nasceu em 1834, no município da Barra de S. Mateus, e faleceu a trinta e um de julho de 1893.

67 - Olindo Gomes dos Santos Paiva - Fazendeiro em S. Mateus, onde faleceu a dezenove de agosto de 1883.

68 - João Bernardo de Souza, segundo barão de Guandu, era coronel da Guarda Nacional e residia em Castelo.

69 ANTÔNIO ATAÍDE publicou valiosa contribuição ao estudo do *café capitania* na *RIHGÊS*, vol. X, p. 180 ss. Aprendemos ali que a variedade em questão é obtida de plantas cultivadas à sombra, na região litorânea do Estado do Espírito Santo.

“Convém notar - adverte aquele autor - que tem sido experimentado o plantio do *capitania* pelos sertões, sem nenhum êxito. Não são conservadas as suas características diferenciais no tamanho das sementes, na cor e na gustação. Degenera logo no café comum. O crioulo, mesmo, sob o abrigo da sombra, não dá o *capitania*. O clima e o solo alteram a natureza do produto. As condições climáticas e os agentes telúricos da nossa zona litorânea fixaram o *habitat* do tradicional *capitania*” (*Op. cit.* 183).

## NOTAS

## I

(p. 409)

“Nesta época de corrupção, em que o vintém arrancado do povo serve para o banqueteamento da monarquia e seus asseclas; nesta época de decomposição social em que reina, governa e administra o filhotismo de puro sangue; nesta época em que se especula com a credulidade popular, filha da ignorância que lavra intensamente todo o país, dar-se publicidade a um órgão republicano que defenda os interesses do povo, salvaguardando-o dos botes traiçoeiros do governo monárquico que preside nossos destinos, comprometendo-nos interna e externamente com lançamento de pesados impostos e empréstimos constantes, não obstante o *déficit* avultado que recai sobre nossos ombros, é um desprendimento de nós mesmos, é uma coragem cívica.

O Brasil está irremissivelmente perdido se continuar esse sorvedouro dos dinheiros públicos, da dignidade, da honra popular, a que por aí se dá o nome de monarquia, forma de governo que, como a escravidão, é anacrônica.

A monarquia brasileira, como todo o moribundo, vê que se aproxima o último período de sua existência; e para prolongá-la, se bem que distendida em pestilento grabato, lança mão de todos os meios, embora sirva-lhe de epitáfio a ignomínia, a execração do povo brasileiro. Condenada desde seu nascedouro, tem vivido a monarquia da manha, da corrupção, fazendo concessões vergonhosas, prendendo com seus tentáculos o povo incauto, sugando-lhe o sangue todo. Não há respeito à lei; as garantias sociais estão à mercê de uns tresloucados mandatários do alto poder, desde a mais populosa e florescente cidade até a povoação mais medíocre, mais acanhada. Os homens são do país, porém, que ainda não foram minados pela devassidão da realeza bragantina, reagem, nascendo dessa reação o Partido Republicano, forte, pujante, capaz de soçobrá-la, se a batalha for bem ferida, utilizadas todas as forças ainda esparsas.

A *Tribuna* aparece cheia de fé, cônica de que prestará grande serviço à causa hodierna – a República Federativa – empenhando-se na propagação das idéias democráticas, empregando sempre linguagem enérgica, mas cavaleirosa. Terá por vezes necessidade de atacar de frente os atos das autoridades locais, quase sempre ou sempre arbitrários e caprichosos; mas nunca descerá às individualidades senão como mera referência. A *Tribuna*, pois, constitui-se advogado do povo nesta pequena parte do Espírito Santo – a cidade de Anchieta” (*apud* HERÁCLITO PEREIRA, *A Imprensa*, V, 50-1).

II  
(P. 415)

“Na 25.<sup>a</sup> sessão ordinária de treze de setembro de 1888 foi enviado à mesa pelo deputado Joaquim Vicente, o projeto que tomou o número 54, prevendo o orçamento da Província do Espírito Santo para o ano de 1889; projeto que foi assinado pelos deputados Francelino Mata e Rodrigues Júnior; tinha ele o artigo I, autorizando a arrecadação de 636:765\$000, com o capítulo I da receita - renda da exportação. Havia sob esta rubrica dezenove parágrafos. Julgamos salientar o § 1.<sup>o</sup>, trinta réis por quilo de café pilado - 500:000\$000; o § 7.<sup>o</sup>, dois réis por litro de farinha. E sob o título renda do interior, encontramos os parágrafos 20.<sup>o</sup> ao 95.<sup>o</sup> merecendo, ao nosso ver, destaque os §§ 21.<sup>o</sup> - impostos de vencimentos; 23.<sup>o</sup> - transmissão de bens móveis e imóveis em hasta pública; 40.<sup>o</sup> - de décima de prédios; 41.<sup>o</sup> - taxa de herança e doação *causa mortis* ou *inter vivos*; 54.<sup>o</sup> - sobre escrituras públicas e contratos; 85.<sup>o</sup> - sobre fianças e outras garantias de contratos celebrados com a Fazenda Provincial. O capítulo 2.<sup>o</sup> do projeto 54 - da despesa - tratava, no artigo 2.<sup>o</sup>, da permissão para despender a quantia de - a saber: 26:000\$000 para a representação provincial; 21:550\$000 para a secretaria do governo; 74:200\$000 para Tesouro Provincial; 121:160\$000 para Instrução Pública; 57:544\$000 para Força Policial; 14:200\$000 para Política e Segurança Pública; 8:400\$000 para Saúde e Caridade Pública; 1:700\$000 para guisamento às paróquias sendo 150\$000 às da capital e Cariacica e 50\$000 às demais; 25:000\$000 para iluminação pública; 100:000\$000 para Obras Públicas; 32:000\$000 para pessoal inativo; 19:000\$000 para subvenções e 200:500\$000 para diversas despesas (encarregado do relógio público da igreja de S. Tiago, pagamento de juros, os reparos da matriz da cidade da Serra, hospedarias e barracões em núcleos coloniais, empresário da navegação da baía da capital, limpa do Rio Una da cidade da Serra” (FEU ROSA, O *Guisamento*, 28).

- Na *Breve Notícia do Estado Financeiro das Províncias*, CARLOS FIGUEIREDO consignou as seguintes observações relativas ao Espírito Santo:

“Ocupando a Província do Espírito Santo o décimo quinto lugar na ordem da importância da renda, é todavia ela uma das que têm posição mais proeminente, tanto entre as que podem visar um futuro próspero, pela uberdade de seu solo e multiplicidade dos portos marítimos, como por ter sabido haver-se com louvável critério no manejo de suas finanças.

Comparada a receita do ano de 1876 com a orçada para 1887 não se encontra aí, é certo, o aumento que se devia esperar das riquezas naturais da Província. Mas é isso devido unicamente à sua diminuta população, que não se tem desenvolvido na proporção dos recursos que ela oferece à imigração agrícola.

Em compensação, também a despesa não excede à receita, tendo já entrado em período de saldos orçamentários, o que é raro em países novos.”

São daquele mesmo trabalho os seguintes e valiosos quadros:

“Quadro da importância total da Receita e Despesa Geral e Provincial reunidas, nos exercícios abaixo mencionados, segundo os dados fornecidos pelas informações anexas e pelos balanços do Tesouro Nacional.

RECEITA - 1887

	Geral	Provincial	Total
Espírito Santo	305:867\$618	439:147\$000	745:014\$618

DESPESA - 1887

	Geral	Provincial	Total
Espírito Santo	466:501\$432	431:150\$500	897:651\$932

Excesso da Despesa sobre a Receita 152:637\$314.”

“Quadro comparativo da Receita e da Despesa das Províncias nos exercícios abaixo mencionados, segundo o sistema da contabilidade das mesmas Províncias.

ESPÍRITO SANTO

	RECEITA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO
1876/77	360:356\$657	339:511\$442	20:845\$235
1877*	439:147\$000	431:150\$500	7:996\$500”

DÍVIDA PASSIVA

1876/1877	FUNDADA: EM APÓLICES AO JURO DE 8%	30:000\$000
	FLUTUANTE: EM UMA LETRA A JURO DE 6%	17:000\$000
		47:000\$000
1885/1885	FUNDADA: EM APÓLICES AO JURO DE 7%	282:500\$000
	FLUTUANTE:	4:510\$242
		287:310\$242”

\* “Até ao fim do ano de 1885/86 era o ano financeiro desta Província contado de julho a junho. Em virtude, porém, do artigo 15, da Lei Provincial n.º 65, de vinte de dezembro de 1886, passou a coincidir com o ano civil desde primeiro de janeiro de 1887” (FIGUEIREDO, *Breve Notícia*, 85).

- Informa AFONSO CLÁUDIO que, ao assumir o governo do Estado, no dia vinte de novembro de 1889, encontrou “uma dívida vencida de 116:397\$591, contra o saldo de 3:191\$824, que foi quanto encontramos em cofre” (*Hist. da Literatura*, 541).

III

(p.419)

Já em 1862, o presidente COSTA PEREIRA expendia os seguintes conceitos, a propósito da lavoura capixaba: “Os grandes lavradores cultivam especialmente o café, o açúcar e a mandioca. Os outros produtos vêm em linha secundária e mais para o consumo do que para o comércio. Os pequenos produtores que não podem montar fábricas de açúcar e que não vêem ainda realizado no país a existência de grandes engenhos, cujos proprietários fabriquem com as canas dos cultivadores menos abastados da vizinhança, dedicam-se à plantação do café, da mandioca, do feijão, milho, arroz e de outros gêneros de primeira necessidade ou cujo preparo seja fácil e pouco dispendioso.

A cultura do café não constitui a especialidade de um município, ou de uma comarca somente, e sim de todos os pontos da Província pois este gênero por seu preço, que se tem conservado sempre elevado, e geral consumo torna-se a esperança tanto do grande como do pequeno cultivador.

A cana de açúcar é plantada especialmente nos municípios de Itapemirim, Serra e Nova Almeida, mas já pelo fabrico mais dispendioso e demorado do que o preparo do café, já por menos consumo, não prospera, antes decai enquanto que progride a cultura deste importante gênero.

A mandioca, que em outros lugares é plantada mais para o consumo do que para comércio, constitui na comarca de S. Mateus talvez o principal ramo da lavoura.

Não tenho dados seguros a respeito do número de estabelecimentos agrícolas nos diversos municípios, mas aproximadamente, baseando-me nas informações das câmaras municipais, calculo que existam no município da cidade de S. Mateus duzentos e cinqüenta fábricas de farinha, que produzem mais de 200.000 alqueires, cinqüenta engenhos de preparar o café e duas olarias; no da vila da Barra duzentas e quarenta fábricas de farinha, que produzem perto de 200.000 alqueires; no da Serra trinta e dois engenhos de fabricar açúcar; vinte e três em Nova Almeida, vinte e oito em Santa Cruz e cinco em Guarapari. Em Itapemirim existem mais de quarenta excelentes fábricas de açúcar, algumas das quais têm máquinas a vapor, ao mesmo tempo que no Cachoeiro e no Alegre prospera o café, cuja produção em todo o município pode ser orçado em mais de 200.000 arrobas, e vai crescendo todos os anos.

Se a rotina obsta ao aumento da produção agrícola, não menos pernicioso resultado tem a extração de madeiras, indústria exercida em alta escala, sobretudo nos sertões de Itabapoana, Benevente, Guarapari e Santa Cruz.

Centenares de braços são distraídos do cultivo da terra para esse serviço ingrato com que lucram somente os comerciantes.

As matas devastadas, vem logo a formiga saúva seguindo no encalço dos exploradores ocupar o espaço descortinado e aí esterilizar o solo.

O jacarandá, especialmente, desperta a cobiça e constitui a exportação mais importante dos municípios de Benevente e Santa Cruz.

No ano passado, a madeira exportada consistiu em 1.520 dúzias de couçoeiras, a saber: 536 de Benevente, 389 de Itapemirim, 100 de Itabapoana, 343 de Santa Cruz, 395 de Vitória, 109 de Guarapari.

Apesar do imposto oneroso de 15% que os portadores pagam, sendo 6% para o cofre provincial, e 5% para o do respectivo município, a extração de madeira continua a distrair grande número de braços que poderiam aumentar o produto da lavoura da Província.” (Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862, pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior - Vitória - 1862).

XIX



# XIX

## A REPÚBLICA ATÉ 1947

**D**IRETRIZES REPUBLICANAS – O esforço da gente capixaba, no período republicano, não se desviou da diretriz secular de sua história. Sobrepassando às vicissitudes políticas e ao trabalho contínuo em busca do aprimoramento das condições ambientais, uma constante presidiu aos atos dos governos espírito-santenses na primeira metade do século – a conquista do *hinterland*.

Curioso destacar que coincidiu, mais ou menos, com a passagem do quadricentenário do desembarque dos pioneiros a conquista definitiva do derradeiro trecho de território – nas margens do rio Doce<sup>1</sup> – aos aimorés, que ali se haviam alojado como se fora o reduto final de uma luta de morte.

---

1 - O prof. Ceciliano Abel de Almeida publicou depoimento pessoal sobre o desbravamento do vale do rio Doce – de que participou como engenheiro na construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas. O *Desbravamento das Selvas do Rio Doce* figura na lista, muito restrita, das obras básicas para o conhecimento do *hinterland* brasileiro.

Conseqüências imediatas da penetração foram as picadas e ranchos, que se transformaram em rodovias e estradas de ferro e centros pujantes de progresso e civilização.

Circunstâncias várias favoreceram o excepcional desenvolvimento material e social do Estado. Entre elas, é justo salientar a ação exercida por uma elite saída dos próprios quadros locais e que, desde as primeiras horas do novo regime, assumiu o controle dos negócios públicos.<sup>2</sup>

**GOVERNO AFONSO CLÁUDIO** – Homem ilustre, com um passado de lutas em sua terra natal, Afonso Cláudio não pôde realizar, no governo, todos os planos que, por certo, arquitetara o idealista da propaganda republicana. Ao receber, da Revolução vitoriosa, a nomeação de governador, faltava-lhe o indispensável aprendizado da administração. Era inexperiente na arte de governar. Encontrou o Tesouro depauperado. Para atender às despesas com o funcionalismo, teve logo de apelar para um empréstimo de noventa contos de réis,<sup>3</sup> concedido pelo ministro da Fazenda, conselheiro Rui Barbosa.

De outra parte, os recursos locais, exíguos, não permitiam a indispensável resistência aos embates provocados pela Revolução no setor-base da economia e das finanças.

Impossível não considerar os obstáculos de toda ordem, movidos e alimentados pelos políticos remanescentes dos antigos partidos do Império, que, reforçados por elementos republicanos dissidentes, tão fortes se tornaram que conseguiram levar à vitória o nome do barão de Monjardim, nas eleições para a presidência do Estado, realizadas pelo Congresso a seis de junho de 1891.

---

2 - Páginas atrás assinalamos o prejuízo que as freqüentes mudanças de presidentes acarretavam ao Espírito Santo, durante o Império. O VISCONDE DO URUGUAI já lamentara o fato: “As nossas freqüentes mudanças de Ministérios, as eleições trazem freqüentes mudanças de Presidentes nas Províncias. São considerados pelos Ministérios como agentes políticos e chefes de eleições, não como administradores. Os Ministérios duram pouco; pouco duram os Presidentes de Província também” (*Estudos Práticos*, p. VII).

- A eleição dos mandatários locais para um razoável período de governo - instituída pela República - veio sanar aquele inconveniente e permitir que a administração fosse, em regra, exercida pelos próprios filhos da terra, melhor credenciados para conhecer seus problemas e desenvolver um programa de governo.

3 - Informa Adelfo Poli Monjardim - em apontamentos generosamente fornecidos ao autor - que o empréstimo concedido fora de 60:000\$000, resgatado no governo Muniz Freire.

Note-se, porém – e é de justiça ressaltar – que, nos demais Estados, e mesmo no governo federal, não conseguiram os homens que inauguraram o regime erguer qualquer coisa que fizesse seus nomes lembrados como administradores.

Todas as atenções estavam acaparadas pelos absorventes problemas políticos, de um extremo a outro – desde a escolha de simples subdelegado de polícia à elaboração da Carta Magna.

Foi em clima assim incompatível com os propósitos de administração – no sentido comum da palavra – que Afonso Cláudio governou o Espírito Santo, até o dia nove de setembro de 1890, quando, por motivo de saúde, passou o cargo ao terceiro vice-presidente, Constante Gomes Sodré. A este coube promover a primeira qualificação eleitoral republicana e a eleição dos representantes do Estado à Constituinte Federal e decretar a Constituição provisória estadual – a vinte de junho de 1891<sup>4</sup> – que vigorou até a promulgação da elaborada pelo Congresso.

**PARTIDOS POLÍTICOS – CONSTITUIÇÃO** – Tão logo pareceu consolidado o regime inaugurado a quinze de novembro, os políticos começaram a coordenar o eleitoral. Em maio de 1890, o Partido Republicano reuniu-se em Vitória, com a presença de representantes de vinte localidades. O conclave pôs a descoberto divergências provocadas, no seio da agremiação, pela orientação do Executivo. A ala dissidente – chefiada por Antônio Aguirre – juntou-se ao barão de Monjardim e a Aristides Freire, chefes dos dois antigos partidos monárquicos, fundando a União Republicana Espírito-Santense. Os que permaneceram fiéis ao situacionismo e parte dos conservadores fundiram-se no Partido Republicano Construtor,<sup>5</sup> chefiado por José de Melo Carvalho Muniz Freire.<sup>6</sup>

---

4 - O projeto de Constituição foi elaborado pela seguinte comissão, nomeada pelo governador do Estado: Muniz Freire, Horta de Araújo, José Horácio, Barcímio Barreto e Manoel Augusto da Silveira (informação devida a Adelfo Monjardim).

5 - Existia, também, em Vitória, no ano de 1890, o Partido Operário, de modesta expressão política.

6 - Nos apontamentos mencionados na *foot-note* 3, Adelfo Poli Monjardim esclarece: Fundou-se, em Itapemirim, o Partido Republicano Espírito-Santense, sob a direção de Torquato Moreira, Augusto Calmon, Antônio Borges de Ataíde Júnior, barão de Monjardim e Aristides Freire, representando, respectivamente, as três correntes políticas – os republicanos, ao lado dos antigos liberais e conservadores. Não foi possível, infelizmente, congregar nessa organização todos os políticos; e, na reunião convocada para aquele fim, alguns antigos liberais divergiram dessa idéia: organizaram o Partido Republicano Construtor.

A *Folha da Vitória*, nos seus dois últimos números, a vinte e vinte e quatro de julho de 1890, divulgou o programa da *União*; e cedeu o lugar ao periódico *O Federalista*, órgão dessa agremiação. O *Estado do Espírito Santo* passou a ser órgão do Partido Construtor. O *Federalista* teve pouca duração, e foi substituído pelo *Comércio do Espírito Santo*.

Nas eleições que se processaram para o Congresso Constituinte Estadual, a União conseguiu maioria<sup>7</sup> e – antes mesmo de promulgada a Constituição<sup>8</sup> – elegeu o barão de Monjardim governador do Estado.<sup>9</sup>

**GOLPE DE ESTADO DE 3-11-1891 – JUNTA GOVERNATIVA** – Iniciava o barão de Monjardim seu período de governo justamente quando, no cenário federal, crescia a incompatibilidade entre o marechal Deodoro da Fonseca e o Congresso Nacional. Ao golpe de três de novembro, desferido por aquele contra este, Monjardim reagiu como a quase unanimidade dos governadores estaduais: hipotecando apoio entusiástico ao presidente da República.<sup>10</sup> Com tal gesto selou o destino do seu governo.

A subida de Floriano Peixoto ao poder e a orientação política dos seus primeiros atos infundiram ânimo aos membros do Partido Construtor para um assalto ao poder.<sup>11</sup> E foi o que fizeram na noite de trinta de novembro, quando

7 - Ressalte-se que os membros do Congresso Constituinte foram eleitos quando o Estado tinha na curul presidencial Antônio Gomes Aguirre, nomeado por decreto federal de sete de março de 1891 e empossado a onze do mesmo mês. Aguirre, então aliado a Monjardim, foi conduzido à presidência do Estado quando o barão de Lucena – mal visto pelos republicanos e espécie de primeiro-ministro de Deodoro da Fonseca – pontificava na política nacional.

– JOSÉ CÂNDIDO assevera que a nomeação de Antônio Aguirre foi inspirada por intuítos de vingança do marechal Deodoro da Fonseca, em represália à atitude de Muniz Freire, que hostilizou sua candidatura à presidência da República (*Governos Espírito-santenses*).

8 - A vinte de julho de 1891.

9 - Monjardim foi eleito a seis de junho de 1891 e tomou posse no dia seguinte. Recebeu o governo das mãos de Antônio Aguirre, que sucedeu ao tenente-coronel Henrique da Silva Coutinho – segundo vice-governador – a quem Gomes Sodré entregara a direção do Estado no dia vinte de novembro de 1890.

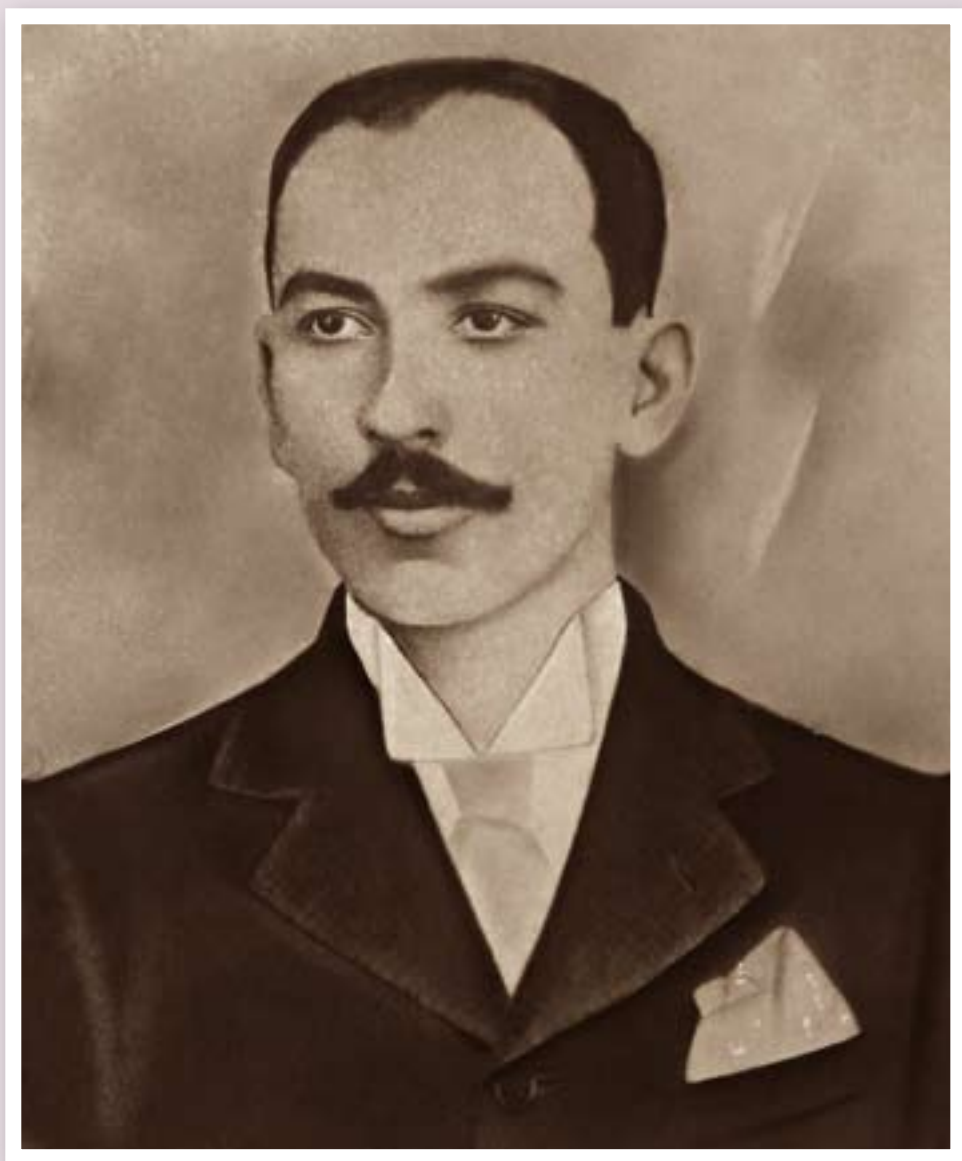
– Adelfo Monjardim, nos apontamentos que vimos citando, escreveu: “A Assembléia, antes da Constituição [afinal promulgada a dois de junho de 1892], resolveu eleger o governador. Afastados os primeiros governadores Afonso Cláudio e Antônio Aguirre, republicanos autênticos, aos quais o Governo Provisório havia confiado o novo Estado, os políticos conchavados desprezaram outras figuras representativas da propaganda, como por exemplo Bernardo Horta, também signatário da Constituição, e confiaram o Estado à experiência do antigo chefe do Partido Liberal na província, titular agraciado nos últimos dias da monarquia – o barão de Monjardim. Já administrara a província, por várias vezes, como vice-presidente”.

10 - No telegrama endereçado por Monjardim ao barão de Lucena datado de cinco de novembro, apresentava o governador felicitações ao ministro “pela completa paz e tranqüilidade que reinam em toda a República, o que bem demonstra o acerto da medida tomada, e o assentimento e franco apoio que lhe dá a opinião pública” (*Apud NORONHA SANTOS, Floriano*, 204).

11 - A vinte e quatro de novembro de 1891, o coronel Inácio Henrique de Gouveia, comandante do 32.º Batalhão de Infantaria, dirigiu ao marechal Floriano Peixoto o seguinte telegrama: “Consta Partido Construtor pretende depor governador. Que atitude devo tomar? Peço resposta urgente” (*Apud NORONHA SANTOS, Floriano*, 278). Assevera NORONHA SANTOS que, “em resposta, ordenou o marechal Floriano que aquele comandante prestigiasse as autoridades legalmente constituídas”. E acrescenta: “Como pôr em prática o comandante do 32.º essa determinação – se a todo momento chegavam à Vitória notícias de atos de irreprimível insubordinação a essas ‘autoridades legalmente constituídas’?” (*Op. cit.*, 204).



Afonso Cláudio de Freitas Rosa  
Galeria de Retratos do Palácio Anchieta - Vitória  
*Cópia Giovanni Mesquita*



Graciano dos Santos Neves  
Galeria de Retratos do Palácio Anchieta - Vitória  
*Cópia Giovanni Mesquita*



José de Melo Carvalho Muniz Freire  
Galeria de Retratos do Palácio Anchieta - Vitória  
*Cópia Giovanni Mesquita*

“alguns populares penetraram violentamente” no Palácio, “visando intimar o velho titular a renunciar o poder”.<sup>12</sup> Este, porém, na véspera, passara o governo ao vice-presidente Antônio Aguirre, então igualmente considerado deposto.

Nos primeiros dias de dezembro chegou a Vitória o deputado Inocêncio Serzedelo Correia – encarregado, por Floriano Peixoto, de observar a situação do Estado e encaminhar entendimentos no sentido de normalizá-la.

Dando conta de sua comissão ao chefe do Executivo federal, informava Serzedelo Correia, em telegrama de oito daquele mês, ter conferenciado com Aguirre, a quem dissera não merecerem a confiança do governo federal os governadores que haviam prestigiado o golpe de Estado. No mesmo despacho, referia-se a um conflito havido em Guandu<sup>13</sup> e terminava peremptório: “Com estes homens não poderemos governar”.<sup>14</sup>

Era o fim. A oposição bem o compreendeu e cuidou de organizar a Junta Governativa, constituída pelo coronel Inácio Henrique de Gouveia,<sup>15</sup> Graciano dos Santos Neves e Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto. No dia dezoito, por intermédio de uma delegação pacificadora, a Junta procurou, em Palácio, o governador, aconselhando-o a que lhe entregasse o cargo. Não encontrando apoio no 32.º Batalhão de Infantaria, Antônio Aguirre, no dia seguinte, sob pressão popular, abandonou o governo, que passou a ser exercido pela Junta.<sup>16</sup>

12 - NORONHA SANTOS, *Floriano*, 205.

- Adelfo Monjardim informa: “Após a renúncia, o barão de Monjardim formou o Partido Autonomista. Querendo dar uma idéia do que foi a agitação durante os primeiros governos republicanos no Espírito Santo, José Cândido salientou que, em 1890 e 91, passaram pelo Governo do Estado onze pessoas...”

13 - O *Estado do Espírito Santo*, de dezoito de dezembro de 1891, informava que nos municípios de Calçado, Alegre, Rio Pardo, Linhares, Itabapoana, Santa Cruz, Espírito Santo do Rio Pardo e outros, haviam sido depostos os partidários de Monjardim.

14 - Telegrama *reservado* de Serzedelo Correia ao tenente-coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, secretário do presidente da República (*Apud* NORONHA SANTOS, *Floriano*, 279).

15 - O coronel Inácio de Gouveia – que, na ocasião, se encontrava na Capital federal – foi substituído, interinamente, pelo alferes Edgardo Eurico Daemon, aclamado pelos seus colegas do 32.º B. I. para integrar a Junta. Com o regresso do coronel Inácio Gouveia a Vitória, Edgardo Daemon entregou-lhe o cargo, fato que se verificou a vinte e seis de dezembro de 1891. O 32.º B. I. foi organizado ao tempo do governo Afonso Cláudio pelo coronel Joaquim Fernandes de Andrade Silva e major Silvestre Rodrigues Travassos. Este último esteve em evidência em 1904, quando, juntamente com Lauro Sodré, insuflou o motim da Escola Militar do Rio de Janeiro.

16 - No dia dezanove, pela manhã, foi distribuído o seguinte convite à população de Vitória: “Conviva-se aos republicanos e em geral ao povo espírito-santense para uma demonstração de sinceridade republicana, um grande *meeting* de protesto contra o sebastianismo renitente e ousado que já se atreve a conspirar na capital federal e nos Estados. Esse *meeting* de alevantado patriotismo realiza-se às [?] horas da manhã, em frente ao palacete do Dr. Moniz Freire. Vitória, dezanove de dezembro de 1891.”



**NOVA CONSTITUIÇÃO – PRIMEIRO GOVERNO MUNIZ FREIRE** – A dois de maio de 1892 foi solenemente promulgada a nova Constituição, seguindo-se, no mesmo dia, a eleição do presidente do Estado – José de Melo Carvalho Muniz Freire. Inaugurou-se, com este, uma fase de arrojadas realizações na terra capixaba.

As linhas mestras do seu programa de governo eram a construção de vias-férreas e o povoamento do solo. Para concretizá-las, procurou atrair o capital indispensável, concedendo-lhe favores especiais, e contratou a vinda de vinte mil imigrantes italianos para a lavoura. Empreendeu viagem à capital de Minas Gerais, onde, com o presidente Afonso Pena, estudou os problemas comuns aos dois Estados – visita pouco depois retribuída pelo estadista mineiro. Durante sua administração, o Estado contraiu o primeiro empréstimo externo, no valor de 17.500.000 francos franceses e destinados à construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo.<sup>17</sup>

Outras iniciativas revelam o espírito progressista e realizador de Muniz Freire: os contratos para o estabelecimento de um engenho central em Itapemirim, de grande fábrica de tecidos em Vila Velha, além de uma segunda em Benevente. Coube-lhe também contratar o levantamento da carta cadastral do Estado e reorganizar a Escola Normal, de Vitória.

Tão vastas pretensões encontravam apoio no comércio e nas finanças estaduais. A exportação de café, em 1893, subira a 21.763.169 quilos – a maior até então. A arrecadação crescera extraordinariamente, permitindo ao presidente estas palavras animadoras: “O Estado, que até os últimos dias que antecederam à Constituição republicana, era arrolado nas estatísticas oficiais como um fardo

---

Durante o comício, falou o Dr. Torquato Rosa Moreira que, concluindo, concitou o povo a depor o governo. A assistência aclamou, então, a Junta constituída e, em seguida, deputou uma comissão para ir a Palácio intimar Antônio Aguirre – que no dia anterior recebera o governo do barão de Monjardim – “a se considerar deposto pelo voto da soberania popular”. Enquanto a comissão se desincumbia de sua tarefa, a Junta oficiou ao comandante do 32.º B. I. participando o ocorrido. Aguirre não atendeu à intimação. O povo – ciente de tal atitude – dirigiu-se ao Palácio, onde penetrou sem encontrar resistência, pois já o tinham abandonado (*O Estado do Espírito Santo*, vinte e dois de dezembro de 1891).

17 - “O Espírito Santo contraiu o primeiro empréstimo externo a cinco de outubro de 1894. Celebrado nos termos do artigo 5.º da lei número 30, de vinte e um de novembro de 1892, e do decreto número 44, de quatro de outubro de 1894, era de francos franceses 17.500.000, a juros de cinco por cento. A amortização anual seria de um por cento, durante trinta e três anos, a começar em 1896, devendo terminar, portanto, em 1929. A escritura foi lavrada a fl. 158 do livro 3.º do antigo Contencioso, atualmente em poder do Cartório dos Feitos da Fazenda.

As obrigações continham a seguinte declaração: ‘le produit de cet Emprunt est destiné à l’achèvement de la construction du chemin de fer sud de Espírito Santo’.

A lei número 44 mandava aplicar o produto desse empréstimo à construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a auxiliar a do Espírito Santo e Minas” (FREIRE, *Empréstimos*, 11).

da Nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando sem constrangimento algum os grandes ônus da nova situação política, apresenta um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província”.<sup>18</sup>

Olhos postos nas precárias condições higiênicas da velha Capital de aspecto colonial, onde o número de habitações estava longe de atender às exigências da população,<sup>19</sup> Muniz Freire confiou o saneamento de Vitória e a construção de novo arrabalde para a cidade ao engenheiro Saturnino de Brito, que projetou uma construção cinco vezes maior em área que a Capital de então.<sup>20</sup>

---

18 - “O exercício financeiro de 1893 excedeu de muito a nossa expectativa. A renda ordinária, que havia sido orçada em 2.434:300\$000, produziu 3.231:390\$662, destacando-se do cômputo, pela sua importância, a renda de exportação, que montou em 2.586:864\$935, tendo sido orçada em 1.700:000\$000; e a de transmissão de propriedade, que foi orçada em 150:000\$000 e deu 318:180\$575, o que prova o aumento progressivo dos diversos valores imóveis” (MUNIZ FREIRE – *Mensagem lida pelo exmo. sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, na instalação do Congresso Legislativo – Vitória – 1894*).

- Todas as afirmações contidas no texto e referentes ao governo Muniz Freire foram colhidas na *Mensagem* citada.

19 - “A desproporção esmagadora entre a quantidade de fogos e a de habitantes dá lugar a acumulações prejudicialíssimas, à ocupação irremediável de pardieiros infectos, à procura de abrigos em todos os espaços de cada casa e à construção constante de residências provisórias, revéis quase sempre aos preceitos higiênicos mais rudimentares” (MUNIZ FREIRE, *Mensagem do exmo. sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em dezessete de setembro de 1895 – Vitória*).

- Luiz Derenzi resume assim alguns aspectos da administração municipal de Vitória, à época liderada por Cleto Nunes Pereira, nome justamente festejado no Espírito Santo: “Não existe legislação municipal; é necessário elaborá-la. E o Conselho Municipal, numa tarefa ingente, vota o Código de Posturas, exigindo, para o licenciamento de obras, planta com determinadas exigências. Organiza o serviço de Limpeza Pública. Coleta domiciliária de lixo. Inicia o saneamento de valas e banhados. Disciplina o abastecimento de carne, que, numa carência ocasional, foi importada da Argentina. Policia as construções civis e protege as matas circunjacentes. Abre novos bairros. Data de então o loteamento do Campinho, hoje Parque Moscoso, e o da Vila Rubim...”

E prossegue: “Cleto Nunes escreve criteriosa Mensagem em sete de outubro de 1895, dando conta da ação do Conselho desde 1892, data da sua instalação.

É notável prestação de contas de um dos maiores capixabas da República, prematuramente desaparecido do cenário político. Como realizações concretas fez o Conselho Municipal algumas obras de valor indiscutível, tais como a ligação do Cais do Imperador com a Rua da Alfândega, pondo em comunicação direta todas as vias da orla marítima. Até o começo da República, não havia comunicação carroçável entre a Rua do Comércio, hoje Florentino Ávidos, e a Praça Oito. Da escadaria do Palácio até as proximidades da Ladeira da Misericórdia, a passagem era estreita e tortuosa. [...] A primitiva estrada carroçável para S. Antônio também é cometimento daquele Conselho. Introduziu-se a obrigatoriedade de *meio-fio* e a construção de calçadas. Fez-se o primeiro pavimento a paralelepípedos, obrigou-se ao licenciamento de obras com planta a se construírem e proibiu-se o beiral” (*Biografia*, 167-70).

20 - SATURNINO DE BRITO, *Esgotos*, 84.

Outro acontecimento marcante foi a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo,<sup>21</sup> entre o porto das Argolas – situado no continente, fronteiro à Capital – e a então vila de Viana.

**1896-1900** – Graciano dos Santos Neves – que sucedeu a Muniz Freire – recebeu o Estado em quadra difícil, quando o café sofria terrível queda de preço, abalando, até os alicerces, a economia e o comércio capixabas.

O primeiro cuidado do novo presidente foi suspender as obras planejadas pelo antecessor, exceção feita de umas raras, entre as quais as da viação férrea, dada a preocupação de levar os trilhos às zonas de produção. Embora a conjuntura obrigasse o governo à mais rígida economia e discrição nos empreendimentos, Santos Neves foi aos extremos, impressionado, talvez, com os sintomas da crise que ameaçava explodir sobre o país.<sup>22</sup> Sua orientação, entretanto, desagradou aos correligionários políticos e, para não criar embaraços ao Partido que o elegera – o Republicano Construtor – renunciou,<sup>23</sup> entregando o poder ao substituto legal – o vice-presidente Constante Gomes Sodré.

De acordo com a Constituição do Estado – e uma vez que não haviam decorrido dois anos da posse do presidente renunciante – procedeu-se a nova eleição, recaindo a escolha em José Marcelino Pessoa de Vasconcelos<sup>24</sup> que, em 1900, passou o governo a Muniz Freire, novamente distinguido pelo eleitorado para a mais alta magistratura do Estado.

**O ESPÍRITO SANTO EM 1900** – E assim o Espírito Santo chegou ao fim do século.

---

21 - O auspicioso acontecimento teve lugar a treze de julho de 1895.

22 - “Iniciou o governo em período agudo de grande escassez de renda o ilustrado Presidente Dr. Graciano Neves. S. Excia., sem contar com recursos suficientes para custear despesas ordinárias, viu-se obrigado a renunciar o mandato para não criar embaraços ao Partido que o elegera, e do qual era chefe supremo o seu grande amigo Muniz Freire, a esse tempo em Paris, no desempenho de importante comissão, mais ainda porque os situacionistas se tornaram enciumados, uns e exigentes outros, não se submetendo, ao mesmo tempo, a sofrerem, resignados, cortes salvadores de que havia cogitado Graciano Neves, sem o que (salvo novo empréstimo, no caso feito com desvantagem para o Estado) jamais poderia equilibrar as finanças do Espírito Santo, em seu malogrado governo...” (JOSÉ CÂNDIDO, *Governos ES*).

23 - O pedido de renúncia de Graciano dos Santos Neves foi datado de S. Mateus, dezesseis de setembro de 1897, e aceito pelo Congresso a dois de outubro do mesmo ano.

24 - José Marcelino foi eleito a trinta de dezembro de 1897 e empossado a seis de janeiro seguinte.

Sua população – 209.783 almas<sup>25</sup> – na quase totalidade empregava-se no trato da terra, dedicando-se, de preferência, às culturas de café, cacau, algodão, cana-de-açúcar, milho e arroz.

O comércio desenvolvia-se, principalmente o de exportação e importação, que já se fazia diretamente com os Estados Unidos da América, Europa e Argentina. Dois estabelecimentos bancários funcionavam na Capital: o Banco Espírito-Santense e o Banco da Vitória.

O território do Estado estava dividido em vinte duas comarcas, compreendendo doze cidades – inclusive a Capital – e dezessete vilas. Sua representação no Parlamento Nacional era constituída de três senadores e quatro deputados. Para o Congresso Estadual elegia vinte e cinco representantes.

As principais localidades dispunham de estações de correios e telégrafos. A Capital ostentava uma dezena de grandes edifícios, nos quais estavam instalados o governo estadual, o Congresso, a Corte de Justiça e outros serviços, além de um teatro, inaugurado durante a primeira administração Muniz Freire.<sup>26</sup>

A comunidade católica – ou seja, a quase totalidade da população – desde 1895 vira satisfeito antigo anelo, isto é, a criação do bispado local. Naquele ano, a quinze de novembro, o papa Leão XIII promulgou a bula que instituiu a diocese do Espírito Santo, com sede em Vitória, e mandava submeter ao respectivo bispo a paróquia de Veado – atual Guaçuí – antes incluída na diocese de Mariana.<sup>27</sup>

O Judiciário estadual tinha a sua mais alta instância na Corte de Justiça<sup>28</sup> – sediada em Vitória – composta de cinco ministros, assistidos pelo procurador-geral do Estado.

25 - Informa o volume I (*Introdução, do Recenseamento do Brasil realizado em primeiro de setembro de 1920 – Rio de Janeiro – 1922*), que a população do Estado compreendia 109.228 homens e 100.555 mulheres; 149.324 solteiros, 53.071 casados e 7.388 viúvos; 176.847 brasileiros e 32.936 estrangeiros.

26 - *Teatro Melpômene* – Construído pelo governo do Estado, seu edifício era todo de madeira (pinho de Riga) e foi inaugurado a vinte e um de maio de 1896. Informa Eujênio de Assis que, com o advento do cinema, sofreu adaptações e passou a cine-teatro. “O aspecto era belíssimo e, internamente, satisfazia perfeitamente, com belas decorações e ótimas instalações”. As galerias e camarotes repousavam em colunas de ferro. Cobertura de telhas marselhesas. Estilo renascença. Sua lotação era de 1.200 lugares. Foi inaugurado o Melpômene pela Companhia Julia Plá, com a opereta *A Mascote*.

27 - O primeiro bispo – D. João Batista Correia Nery, antes vigário de Campinas, no Estado de S. Paulo – preconizado a vinte e nove de agosto de 1896, e sagrado, em Roma, a primeiro de novembro de 1896, tomou posse da diocese a vinte e três de maio de 1897.

28 - O Tribunal de Justiça, instalado a quatro de julho de 1891 e dissolvido pela Junta Governativa, voltou a ter existência, com a denominação de “Corte de Justiça”, pela Constituição de dois de maio de 1892. Passou a denominar-se Tribunal Superior de Justiça, após a reforma da Constituição, a treze de maio de 1913.



Vitória nos últimos anos do século XIX, quando ainda existia o Jardim Municipal (à direita) e trafegavam navios a roda

*Coleção Mário Freire*



### Igreja da Misericórdia

Desapropriada em 1907 e demolida para construção do antigo edifício da Assembléa Legislativa na Cidade Alta em Vitória. Ao fundo, o oitão da casa de Maria Ortiz e a primitiva matriz.

*Coleção Mário Freire*



### Hospital da Misericórdia

A foto apresenta a parte dos fundos, antes da reforma de 1909. Ao lado, o primitivo Abrigo dos Loucos e, embaixo, o Matadouro - do tempo da província.

*Foto J. F. Olivier - Vitória*

*Coleção Mário Freire*

Bem promissora a vida associativa, principalmente a profana, que tinha nos Clubes Comercial<sup>29</sup> e Alemão<sup>30</sup> – ambos em Vitória – suas mais altas expressões.

Culturalmente, o Estado fizera apreciáveis progressos. A simples existência, na Capital, do Congresso, da Corte de Justiça, dos altos órgãos administrativos, do Bispado, Escola Normal, Biblioteca Pública, dois jornais,<sup>31</sup> permite concluir pela presença de numerosa classe de homens de letras e saber. Também o interior podia apontar seus bacharéis, médicos, professores, juizes e promotores de Justiça, além dos vigários, agentes dos correios e telégrafos, que todos eram elementos vivos de uma cultura algo superior à rotina da maior parte dos habitantes da terra.

**CRISE DO CAFÉ E POLÍTICA** – Quando Muniz Freire assumiu a presidência pela segunda vez, perdurava a crise do café – fonte principal das rendas estaduais e baluarte da lavoura e do comércio capixabas. Prolongada seca – “a maior de todas as adversidades com que o Estado tem se visto a braços<sup>32</sup>” – agravava a situação provocada pela baixa dos preços. (I) Impossibilitado de satisfazer seus compromissos, o Espírito Santo viu-se compelido a uma atitude inédita nos anais da vida pública brasileira: pediu moratória aos credores estrangeiros.

No quadriênio seguinte – 1904-1908 – o Estado foi presidido pelo coronel Henrique da Silva Coutinho, que, tão logo se viu no poder, rompeu com Muniz Freire, chefe do Partido a que devia a eleição.<sup>33</sup>

Durante a administração Silva Coutinho, Vitória foi dotada de bondes tirados por muars.<sup>34</sup> Seu governo orientou-se pelos mais rígidos princípios de economia.

---

29 - Fundado em 1886, tinha por finalidade promover o desenvolvimento do comércio, indústria e lavoura, proporcionar diversões aos associados, defender seus interesses contra quaisquer violências, assim como zelar pelo conceito da classe que lhe dava o nome (PEREIRA, *Almanaque* de 1899, 17).

30 - *Deutscher Verein* – Fundado a oito de outubro de 1893. Recreativo e auxiliador, dispunha de sala de leitura (PEREIRA, *Almanaque* de 1899, 17).

31 - O *Estado do Espírito Santo*, órgão do Partido Construtor-Autonomista; e o *Comércio do Espírito Santo*, órgão do Partido Republicano Federal.

32 - Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da quarta legislatura pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, em vinte e oito de setembro de 1902. Vitória – 1902.

33 - AMÂNCIO PEREIRA informa que motivou o incidente a recusa, por parte de Silva Coutinho, dos nomes apresentados por Muniz Freire, para três vagas de governadores municipais (*Homens e Cousas*, 50-1). Melindrado com a atitude, Muniz Freire revidou, oferecendo ao Congresso denúncia contra o presidente. Este, que, a princípio, contava com doze dos vinte e cinco deputados, conseguiu a desejada maioria, graças ao apoio de um adversário da véspera, e fez cair a indicação Muniz Freire (JOSÉ CÂNDIDO, *Governos do Espírito Santo*).

34 - Material aproveitado de Niterói – Estado do Rio de Janeiro – que passara a dispor de bondes elétricos (JOSÉ CÂNDIDO, *Governos do Espírito Santo*).

Dedicou atenção especial aos problemas da instrução primária e da imigração, porém foi seriamente prejudicado pela exigüidade de recursos materiais.

**QUADRIÊNIO JERÔNIMO MONTEIRO** – A vinte e três de maio de 1908, Silva Coutinho passou a presidência a Jerônimo de Sousa Monteiro, que trazia para o governo um programa de amplas realizações.

Preliminarmente, promoveu o conagraçamento dos partidos, conseguindo sólida base política para sua administração. Da fusão de elementos do Partido Construtor e do Republicano Federal – aquele chefiado por Muniz Freire, o segundo por Torquato Moreira – surgiu o Partido Republicano Espírito-Santense, dirigido pelo próprio presidente.

Durante o quadriênio Jerônimo Monteiro, o Estado experimentou largos benefícios da ação governamental: abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhoria dos rebanhos bovinos, construção da usina de açúcar de Paineiras – ao tempo considerada a melhor do Brasil –, desenvolvimento do ensino público (II) e melhoria do aparelho administrativo.

Vitória transformou-se em cidade moderna, dotada que foi dos serviços de água, esgotos, luz e bondes elétricos.<sup>35</sup> Rasgaram-se novas ruas. Surgiram a Vila Moscoso e seu belíssimo parque. Os principais edifícios públicos foram reconstruídos, inclusive o antigo Colégio dos jesuítas – que sofreu remodelação completa, graças à qual o velho casarão se transformou no atual e majestoso Palácio Anchieta.<sup>36</sup> De sua iniciativa foram, também, a construção do atual Hospital da Misericórdia e a criação da Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro.

Vale ressaltar que Jerônimo Monteiro realizou obras tão vultosas – até hoje lembradas em meio às mais gratas referências pelos capixabas – sem apelar para empréstimos. Ao contrário, coube-lhe a tarefa de amortizar – com pontualidade exemplar – as dívidas de seus antecessores.

---

35 - Serviços de luz elétrica e água inaugurados a cinco de setembro de 1909; de esgotos, a vinte e nove de janeiro de 1911; de bondes, a vinte e um de junho de 1911. A iluminação elétrica de Vila Velha foi inaugurada a trinta de julho de 1910. A primeira localidade espírito-santense a desfrutar das vantagens da iluminação elétrica foi Cachoeiro de Itapemirim, sendo o serviço inaugurado a primeiro de novembro de 1903 (MARINS, *Minha Terra*, 73).

36 - "... do antigo Colégio restam apenas paredes, pelas muitas transformações por que tem passado. [...] depois da Independência, cada Presidente da Província modificava alguma cousa, até a visita de D. Pedro II. Para recebê-lo, novas reformas se fizeram, tendo sido demolida a antiga cozinha do Colégio" (FERNANDES DE OLIVEIRA, *Nossas Antiguidades*, 67-8).

- Luiz Derenzi publicou, em 1971, carinhosa *plaquette* intitulada *História do Palácio Anchieta*, de leitura obrigatória.



**PRIMEIRA GREVE OPERÁRIA** – Em novembro de 1908, Cachoeiro de Itapemirim foi palco de acontecimento que assinala a presença, viva e palpante, de numerosa classe operária no território capixaba. Entraram em greve os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, por atraso do pagamento dos salários. O movimento explodiu nas cercanias da cidade e – segundo o depoimento d’O *Cachoeirano* – conseguiu empolgar cerca de oitocentos trabalhadores, que estiveram acampados ali, durante dois ou três dias, batendo-se pacificamente pelos seus direitos, afinal satisfeitos em parte, com o pagamento de uma fração do que lhes era devido. Como era natural, a atitude dos operários preocupou o governo estadual que, cautelosamente, solicitou o auxílio de forças federais. De pronto, foi mandado um contingente do 20.º Batalhão de Infantaria, do Rio de Janeiro, que se limitou a umas escaramuças, nas estradas, com pequenos grupos de grevistas, já de regresso aos seus barracões.

**REFORMA DA CONSTITUIÇÃO – LUTAS POLÍTICAS** – Durante o governo de Marcondes Alves de Sousa – que sucedeu a Jerônimo Monteiro – o Congresso Estadual submeteu a Constituição a uma reforma cujo objetivo principal era atender a interesse político eventual.

Preocupado em conhecer pessoalmente os problemas locais de cada região, Alves de Sousa visitou todos os municípios do Estado, em 1913.

Ao fim de seu governo – quando da propaganda eleitoral para a sucessão presidencial – o Estado conheceu, novamente, dias de luto e tristeza, provocados por tremenda luta política.

O Espírito Santo dividiu-se entre os partidários de José Gomes Pinheiro Júnior e Bernardino Monteiro. Reconhecida, oficialmente, a vitória do último, os partidários daquele tentaram estabelecer um segundo governo, com sede em Colatina.<sup>37</sup>

---

37 - O episódio é conhecido pelo nome de *Revolta do Xandoca*, devido a Alexandre Calmon. Esse político, a princípio companheiro de chapa de Bernardino Monteiro, como candidato à vice-presidência, rompeu com os antigos correligionários, aliando-se a Pinheiro Júnior. Realizadas as eleições, os partidários do último instalaram um Congresso Legislativo, em Vitória, sob a presidência de Joaquim Guimarães. A vinte e três de maio de 1916, Pinheiro Júnior instalou seu governo em Colatina, proclamada capital do Estado, e embarcou, em seguida, para o Rio de Janeiro, de regresso a Teresópolis, onde clinicava. Alexandre Calmon, na qualidade de vice-presidente, manteve-se ali até o dia vinte e nove de junho de 1916, data em que se internou no território mineiro, seguido de um grupo de companheiros solidários com a sorte do chefe vencido.

**ESTRADAS – CAFÉ – 1.<sup>a</sup> GUERRA MUNDIAL** – Bernardino Monteiro dedicou-se, preferentemente, à construção de rodovias. Era o imperativo do momento, pois os cafezais exigiam estradas por onde escoar seus frutos.<sup>38</sup>

Em 1918, o café ainda contribuía com 60% para a receita total do Estado. Diminuíra bastante sua importância, pois, em 1903, chegara a cobrir 95% da receita, (III) mas Bernardino Monteiro afirmava uma verdade quando escrevia que, “afinal, [o café] era o resumo da história econômica do Estado nos dias republicanos”.<sup>39</sup>

Outros produtos figuram nos quadros de exportação do ano de 1918: madeiras, feijão, farinha, milho, tecidos, areias monazíticas,<sup>40</sup> couros, arroz e açúcar.<sup>41</sup>

---

38 - “O Dr. Bernardino Monteiro assumiu o governo no auge da guerra, em vinte e três de maio de 1916. Homem de força de vontade e equilibrado, inaugurou a política rodoviária do Estado, verdadeiro milagre administrativo, sob a profunda depressão financeira nacional.

Construiu as estradas de traçado mais difícil do Estado: Santa Leopoldina a Santa Teresa e Castelo a Muniz Freire.

Henrique de Novaes, notável engenheiro sob todos os títulos, estudou-lhes e dirigiu-lhes a construção, não obstante ocupar o cargo de prefeito municipal. Essas estradas modificaram fundamentalmente a estrutura econômica das regiões atingidas. Assim, muito antes do tráfego motorizado na Capital, o interior agreste das montanhas via sua produção circular em autocaminhões” (DERENZI, *Biografia*, 203-4).

39 - *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, dr. Bernardino de Sousa Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua sessão ordinária da décima legislatura.* (A Mensagem é datada de doze de outubro de 1919).

40 - Segundo o depoimento de MUNIZ FREIRE, “só em 1898, foi divulgada a existência, no Espírito Santo, dessa riqueza, que até há pouco tempo era reputada exclusiva das costas do Município do Prado, no Estado da Bahia; de então para cá ficou averiguado que possuímos dela importantes jazidas, sobretudo em os Municípios da Barra de S. Mateus, Guarapari e Benevente” (*Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire* - Vitória - 1900).

- Um longo pleito com a União, a propósito da competência para explorar os depósitos - situados nos terrenos ditos de marinha - retardou de longos anos o aproveitamento das areias monazíticas do Espírito Santo.

41 -

EXPORTAÇÃO DE 1918	
PRODUTOS	VALOR
CAFÉ	24.765:971\$000
MADEIRA	1.940:799\$000
FEIJÃO	911:370\$000
MILHO	550:591\$000
FARINHA	694:959\$000
TECIDOS	361:813\$000
MONAZÍTICAS	312:233\$000
AÇÚCAR	57:975\$000
COUROS	147:012\$000
ARROZ	96:348\$000



Jerônimo de Souza Monteiro  
Galeria de Retratos do Palácio Anchieta - Vitória  
*Cópia Giovanni Mesquita*



Florentino Avidos  
Galeria de Retratos do Palácio Anchieta - Vitória  
*Cópia Giovanni Mesquita*

A convulsão que abalava a Europa desde 1914, e que, ao fim, envolveu a América e o Brasil, refletiu – como era natural – no comércio, na agricultura e na indústria capixabas, impossibilitando o governo de mais eficiente ação administrativa.

**INTERVENÇÃO FEDERAL** – Quando da sucessão de Bernardino Monteiro, a política provocou, novamente, agitação e desassossego.

Numa tentativa de apaziguamento – diante do embate que se prenunciava apaixonado e violento – os partidos acordaram em apresentar o nome do coronel Nestor Gomes como candidato único à presidência do Estado. Mais tarde, entretanto, surgiu nova candidatura: a de Filomeno José Ribeiro.

O pleito decorreu em ambiente calmo, mas, quando da reunião do Congresso Legislativo Estadual para reconhecimento e posse do presidente eleito, estourou uma crise de tamanhas proporções que culminou na secção da Assembléia. Parte desta, dirigida pelo deputado Geraldo Viana, reconheceu a validade da eleição de Nestor Gomes e continuou funcionando no paço do Congresso. A outra ala elegeu seu presidente o deputado Francisco Etienne Dessaune, que se proclamou chefe do executivo estadual.

No dia vinte e três de maio de 1920, pela manhã, parte do Batalhão de Polícia revoltou-se. Imediatamente, Bernardino Monteiro telegrafou ao presidente da República, solicitando o apoio da força federal. À tarde, transmitiu o cargo a Nestor Gomes.

As duas correntes assentiram, então, em entregar o governo a uma pessoa de confiança do chefe da Nação, que não aceitou a sugestão, por inconstitucional.

A vinte e seis de maio começou a luta armada na Capital, com elementos da Força Policial dividida entre as duas facções.

Diante da nova situação, o presidente da República decretou a intervenção federal no Estado,<sup>42</sup> fazendo cessar o movimento armado.

Finalmente, a vinte e um de julho, foi sancionada, pelo presidente Epitácio Pessoa, a lei que reconhecia Nestor Gomes como presidente do Estado, depois de o Congresso Nacional se ter manifestado pela legitimidade de sua eleição.<sup>43</sup>

---

42 - Decreto executivo número 14.191, de vinte e sete de maio de 1920.

43 - O mesmo ato reconheceu a João de Deus Rodrigues Neto como vice-presidente.

**CENSO DE 1920** – O Recenseamento Geral da República, processado a primeiro de setembro de 1920, acusou no Estado 457.328 habitantes, dos quais 159.986 com profissões definidas.<sup>44</sup>

O quadro seguinte permite uma visão de conjunto da distribuição dos 20.941 estabelecimentos rurais recenseados, segundo a nacionalidade dos proprietários:

NACIONALIDADE DOS PROPRIETÁRIOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS RECENSEADOS	ÁREA (HECTARES)
ALEMANHA	357	23 134
ÁUSTRIA	260	16 707
BÉLGICA	10	602
FRANÇA	9	639
ESPAÑA	108	7 666
HOLANDA	10	512
INGLATERRA	5	81
ITÁLIA	3 045	160 472
PORTUGAL	272	48 031
POLÓNIA	31	1 195
RÚSSIA	3	109
SUÍÇA	23	1 293
TURQUIA	70	4 703
OUTROS PAÍSES DA EUROPA	5	283
ARGENTINA	4	332
CHINA	3	111
SÍRIA	14	1 297
DIVERSOS PAÍSES	6	1 217
<b>TOTAL</b>	<b>4 235</b>	<b>268 384</b>
BRASIL	16 079	950 152
PAÍSES INDETERMINADOS	203	10 120
DIVERSOS CONDOMÍNIOS	421	50 933
DO GOVERNO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)	3	110
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20 941</b>	<b>1 279 699<sup>45</sup></b>

44 - Segundo dados colhidos nas publicações oficiais relativas ao Recenseamento de 1920, os 159.986 indivíduos com profissões distribuíam-se de acordo com o seguinte quadro:

EXPLORAÇÃO DO SOLO	132.628
EXTRAÇÃO DE MATÉRIAS MINERAIS.	577
INDÚSTRIAS	8.622
TRANSPORTES	3.519
COMÉRCIO	5.703
FORÇA PÚBLICA	1.072
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.017
IDEM PARTICULAR	304
PROFISSÕES LIBERAIS	1.814
PESSOAS QUE VIVEM DE SUAS RENDAS	343
SERVIÇO DOMÉSTICO	4.387
<b>TOTAL</b>	<b>159.986</b>

45 - *Recenseamento do Brasil realizado em primeiro de setembro de 1920* - Vol. III, 1.<sup>a</sup> parte - Rio de Janeiro - 1923.

Dos trinta e um municípios em que se dividia o Estado, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares contavam com o maior número de estabelecimentos rurais: 1.920 e 1.732, respectivamente.

A cultura principal do Estado era o café, de que existiam 114.583.853 pés.

A pecuária apresentava índices expressivos, resumidos no quadro abaixo:

GADO	UNIDADES
Bovino	152 890
Eqüino	43 476
Asinino e muar	27 910
Ovino	10 284
Caprino	18 024
Suíno	339 970

Onze usinas elétricas, totalizando 7.534 HP de potência, proporcionavam iluminação e força às principais cidades, enquanto outras ainda se valiam do querosene.

O orçamento destacava 17:434\$000 para as despesas com a instrução pública, e o Estado dispunha de 365 estabelecimentos de ensino para atender a uma população escolar de 16.229 alunos.

**GOVERNO FLORENTINO AVIDOS** – O alto preço do café proporcionou ao sucessor de Nestor Gomes respaldo firme para uma administração bem sucedida.

Florentino Avidos teve o mérito de saber escolher auxiliares para as tarefas de governo. E conseguiu realizar obras que fazem seu nome lembrado com carinho em todo o Estado.

Duas pontes que construiu – ligando Vitória ao continente e sobre o rio Doce, em Colatina – são marcos decisivos no progresso do Espírito Santo.

A estrada de penetração, ligando Colatina a Nova Venécia, abriu a denominada *zona desconhecida* ao trabalho fecundo dos povoadores.

Luiz Derenzi lembra que Mirabeau da Rocha Pimentel, secretário da Educação, “engrandeceu a instrução do Estado”. E traz a prova do seu testemunho: “As 392 escolas públicas, com a freqüência média de 13.900 alunos, do ano de 1924, focam elevadas gradativamente a ponto de, no fim do quadriênio, atingir a freqüência de 21.500 alunos, em 593 unidades escolares.”

A Capital – cuja administração estava confiada a Otávio Peixoto – “não obstante a ação dinamizadora de Jerônimo Monteiro, continuava *cidade suja*, com forte coeficiente de letalidade”.<sup>46</sup>

A equipe do Serviço de Melhoramentos de Vitória deu à cidade boa parte do que ela tem de melhor: retificação da avenida Jerônimo Monteiro, abertura da avenida Capixaba, criação de novos bairros residenciais, construção de centenas de moradias para funcionários e classe média.<sup>47</sup>

Outros fatos assinaláveis ocorridos durante o governo Florentino Ávidos: a realização, em Vitória, do Oitavo Congresso Brasileiro de Geografia – de vinte e quatro a trinta de novembro de 1925; as visitas, em 1926, dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís; a Exposição Estadual de Vitória e a Segunda Exposição Estadual de Pecuária.

Coube-lhe, também, mandar para o campo da luta um contingente de 321 homens da Força Pública do Estado, em auxílio do governo federal, contra os revoltosos de 1924.

O breve esboço da obra de governo do quadriênio em epígrafe seria incompleto se calasse o nome do engenheiro Moacir Avidos, filho do presidente e seu principal colaborador.

**A REVOLUÇÃO DE 30** – Quando estalou o movimento revolucionário de 1930, achava-se à frente do governo estadual o presidente Aristeu Borges de Aguiar, que se empossara aos trinta de junho de 1928.

Tendo apoiado a candidatura Júlio Prestes, o situacionismo capixaba continuava solidário com o presidente Washington Luís e, dentro das suas possibilidades, enfrentou os que pegaram em armas contra a legalidade.

As circunstâncias em que se desenvolveram os acontecimentos no âmbito nacional e a vizinhança do Estado de Minas – cujo governo chefiava a Revolução no centro do país – tornaram difícil a posição do executivo espírito-santense.

---

46 - DERENZI, *Biografia*, 222.

47 - Autorizada explanação sobre as principais realizações do governo Avidos no cap. XXXI da *Biografia de uma Ilha*, de LUIZ DERENZI.



Tendo distribuído a Milícia por diferentes setores do território estadual para combater os revolucionários e faltando-lhe o apoio absoluto do comandante da Guarnição Federal, o governo se viu impossibilitado de organizar a defesa da Capital, ameaçada pelas colunas do coronel Otávio Campos do Amaral, chefe das forças revolucionárias em operação no Estado.

Afinal, a dezesseis de outubro, pela manhã, o presidente embarcou em um cargueiro italiano,<sup>48</sup> que se encontrava no porto, e seguiu para o Rio de Janeiro, abandonando o cargo.

Na ausência do vice-presidente, foi chamado a governar o presidente do Congresso - Antônio Francisco de Ataíde - sucessor imediato, de acordo com a Constituição.

Duas ou três horas depois, apresentou-se em Palácio, assumindo o governo, o coronel José Armando Ribeiro de Paula - comandante do 3.º Batalhão de Caçadores - nomeado interventor federal por decreto do presidente da República.<sup>49</sup>

Na noite de dezoito, as tropas revolucionárias entraram na Capital.

Também o coronel Ribeiro de Paula abandonara o governo quando se viu desamparado pelos soldados do 3.º B .C., que aderiram à Revolução.

No dia seguinte - dezenove - o chefe revolucionário deu posse à Junta Governativa, constituída por João Manuel de Carvalho, capitão João Punaro Bley e Afonso Correia Lírio.<sup>50</sup>

Nomeado por decreto do Governo Provisório, de quinze de novembro de 1930, o capitão João Punaro Bley empossou-se no cargo de interventor federal no Estado, a vinte e dois daquele mês e ano.

---

48 - Denominava-se *Atlanta*.

49 - O decreto fora lavrado no dia dezesseis de outubro de 1930 e rezava, nos seus *consideranda*: "que o Estado do Espírito Santo está em guerra civil desencadeada pelo Estado de Minas Gerais, tendo já havido invasão de forças militares do Estado de Minas Gerais no território do de Espírito Santo; considerando que é indispensável pôr termo à guerra civil referida..."

50 - Num gesto ocioso, o Congresso Estadual reuniu-se a vinte e dois de outubro e decidiu destituir o sr. Aristeu Aguiar do cargo. "Por ter abandonado a Presidência", informa OSWALDO POGGI, acrescentando: "Essa destituição fora votada por treze Deputados. Houve um Deputado que lhe deu voto contrário. Oito ou nove estavam ausentes. Havia duas ou três vagas" (*História Regional*, 37).

**1930-1943** – Punaro Bley governou o Estado até janeiro de 1943: de 1930 a 1935,<sup>51</sup> na qualidade de interventor federal; de 1935 a 1937, como governador constitucional; e de 1937<sup>52</sup> a 1943<sup>53</sup> novamente com o título de interventor.

Distingue-se, na obra administrativa desses doze anos, a atuação do secretário da Fazenda – Mário Aristides Freire. Culto, probo, objetivo e perseverante, geriu com sabedoria o dinheiro público e conseguiu limpar o Tesouro do Estado de todos os ônus financeiros de exercícios findos. E mais: resgatou, segundo um plano altamente benéfico para o Espírito Santo, todos os empréstimos que lhe corroíam o orçamento.

Pôde, então, o governo estadual realizar a construção de edifícios escolares, estabelecimentos de assistência médico-sanitária, penitenciária, patronato de menores, colônia de hansenianos, retomada de obras no porto de Vitória, hospital dos servidores públicos e estradas de rodagem, inclusive concluindo a estrada do Canaã, iniciada na administração Florentino Avidos.

É de justiça destacar, outrossim, a atenção dispensada aos problemas agrícolas – criação da Escola Prática de Agricultura<sup>54</sup> e do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo<sup>55</sup> – e a construção do cais para embarque de minério, no morro de Atalaia, junto ao porto das Argolas.

De novembro de 1932 a abril de 1938, o Dr. Cristiano Ferreira Fraga esteve à frente do Departamento Estadual de Saúde, onde realizou trabalho memorável no campo da medicina preventiva e do aprimoramento técnico dos quadros de servidores da repartição. De citar-se a campanha de vacinação antidiftérica de toda a população infantil de Vitória e o recenseamento torácico pela abreugrafia – o segundo inaugurado no Brasil.<sup>56</sup>

---

51 - A Assembléia Constituinte Estadual – eleita por força da Constituição Brasileira de dezesseis de julho de 1934 – instalou-se a onze de abril de 1935 e, no dia seguinte, elegeu o governador do Estado, recaindo a escolha no interventor. A Constituição elaborada pela mesma Assembléia foi promulgada a onze de agosto de 1935 e vigorou até dez de novembro de 1937, data do golpe de Estado.

52 - Nomeado interventor por decreto-lei federal de vinte e quatro de novembro de 1937.

53 - Exonerado a vinte e um de janeiro de 1943.

54 - Sediada em Santa Teresa. Criada por decreto-lei estadual número 12.147, de seis de setembro de 1940, e inaugurada a vinte e quatro de maio de 1942.

55 - Instalado a quinze de outubro de 1937.

56 - Para a organização dos serviços do Departamento, o Dr. Ferreira Fraga teve o concurso do higienista João de Barros Barreto.



Mário Aristides Freire  
*Coleção Paulo Rocha Freire*



Jones dos Santos Neves

Galeria de Retratos do Palácio Anchieta - Vitória

Foto Mazzei - Vitória      Cópia Giovanni Mesquita



Ceciliano Abel de Almeida  
*Coleção Nelson Abel de Almeida – Vitória*



Carlos Fernando Monteiro Lindenberg  
*Coleção Família Lindenberg – Vitória*      *Cópia Gildo Loyola*

Sob a orientação do professor Fernando Duarte Rabelo<sup>57</sup> – então secretário da Educação e Saúde – o Estado iniciou campanha da mais profunda significação, visando a nacionalizar o ensino nas zonas de colonização estrangeira. Problema secular – que até recentemente desafiou os governos do Império e da República – oferecia aspectos chocantes da incúria das administrações estaduais. (IV) Ainda em 1940 – quando do Recenseamento Geral – os funcionários que percorreram aquelas zonas surpreenderam populações inteiras que ignoravam o idioma nacional.<sup>58</sup>

Na administração do município da Capital, há que frisar o trabalho do prefeito Américo Poli Monjardim, primeiro a se distinguir pelas obras de iniciativa do próprio governo da comunidade, pois que, até então, este se limitava a executar o que fora traçado pelos órgãos estaduais.

A Companhia Vale do Rio Doce – iniciativa federal – pode ser incluída entre as grandes decepções do Estado Novo. Nada fez de positivo em prol da região que lhe dá o nome.

**CENSO DE 1940<sup>59</sup>** – O Recenseamento Geral de 1940 acusou, no Espírito Santo, uma população de 750.107 almas,<sup>60</sup> não incluídas neste número as

---

No acervo de suas realizações alinham-se mais: intensiva vacinação antivariólica em todo o Estado; cursos de educadoras sanitárias; cursos de enfermeiras e visitadoras sociais; cursos de obstetrícia de urgência para curiosas e *apanhadeiras*, numerosas e espalhadas por todo o Estado; curso radiofônico de educação sanitária; conferências sobre higiene nas sedes municipais, com distribuição de folhetos destinados a proporcionar ao magistério primário conhecimentos básicos para a divulgação de preceitos de higiene, de saúde e educação. Trabalho de pedagogia eficiente, inspirado pelo conhecimento direto da realidade ambiente.

57 - Fernando Duarte Rabelo (10-8-1897 - 20-1-1971). Paradigma de dedicação a serviço da comunidade. Homem de origem humilde, galgou todos os degraus do magistério: desde a regência de uma cadeira de escola noturna à magnificência da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Direito, impossibilitado de colar grau nas solenidades oficiais, devido à carência de recursos; interventor federal em seu Estado natal; secretário de várias pastas de governo; procurador-geral do Estado; deputado estadual; professor emérito da Faculdade de Direito. Além de outros cargos, que ocupou em diferentes períodos de sua vida modelar. Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

58 - “Ainda no Recenseamento de 1940 ficou célebre o setor número sete, do Distrito de Jequitibá, Município de Santa Leopoldina, onde um agente recenseador, percorrendo uma área de 425 quilômetros e recenseando cerca de duzentas propriedades, não encontrou uma só pessoa que falasse português; houve necessidade de contratar agentes recenseadores que falassem o alemão, e outros tiveram de contratar intérpretes para se entenderem com os alemães, isto é, com os descendentes de alemães ali localizados” (DIEGUES JÚNIOR, *Influências Estrangeiras*, 25).

59 - Todas essas informações foram obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou no *Anuário Estatístico do Brasil* (VI volume - 1946), editado por aquela instituição. Sempre que ocorrerem outras fontes, estas serão indicadas em *foot-notes*.

60 - “A população de fato (constituída pelos presentes, moradores ou não), conforme a apuração definitiva (do Recenseamento Geral de 1940), ascende a 750.107 habitantes:

66.994 da região da serra dos Aimorés.<sup>61</sup>

A principal riqueza do Estado residia na agricultura, (V) sendo de notar que as indústrias extrativas – quer as minerais, (VI) quer as vegetais – figuravam modestamente nos quadros de produção.

A pecuária atendia quase que exclusivamente às necessidades internas do Estado e, à data do Recenseamento, sua situação era a seguinte, em relação ao Brasil:

GADO	NÚMERO DE CABEÇAS	
	DO ESTADO <sup>62</sup>	DO BRASIL
BOVINOS	287 557	34 392 419
EQUÍNOS	49 233	4 677 094
ASININOS E MUARES	35 859	2 129 395
SUÍNOS	421 458	16 839 192
OVINOS	9 450	9 285 118
CAPRINOS	27 395	6 520 353
AVES	2 489 904	62 659 892

No que se refere à indústria propriamente dita, existiam, em 1941,<sup>63</sup> 537 estabelecimentos fabris. O valor de sua produção ascendeu a Cr\$ 180.499.000,00. (VII)

a população de direito (constituída pelos moradores, presentes ou não) a 750.525”. - “A densidade média da população de fato, no Estado, é de 17,51 habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, três vezes e meia superior à média da União, que é apenas, de 4,85”.

- “O aumento da população verificado no intervalo entre o censo de 1890 e o de 1940 foi de 614.110, ou seja, de 451,56%, excedendo as correspondentes proporções de todos os demais Estados” (Comentários de GIORGIO MORTARA, consultor técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, in *Boletim mimeografado n.º 189-A*, do IBGE, intitulado *População de fato e de direito do Estado do Espírito Santo*).

- Informa o Serviço Nacional de Recenseamento que a população do Estado, em primeiro de julho de 1950, era de 1.033.049 habitantes, incluídos 162.062 habitantes da região da serra dos Aimorés, território, àquela época, em litígio entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

61 - Segundo dados divulgados pelo IBGE (*Anuário Estatístico do Brasil*, VII, 5), a superfície da região da serra dos Aimorés – disputada pelos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais – é de 10.137 km<sup>2</sup>. Aquela mesma publicação atribui ao Estado do Espírito Santo 40.882 km<sup>2</sup> de superfície.

62 - Não compreendia a população da região da serra dos Aimorés, que, à data do Recenseamento, era a seguinte: bovinos, 5.176; eqüinos, 852; asininos e muares, 707; suínos, 11.273; ovinos, 159; caprinos, 433; aves, 33.130.

63 - Não tendo sido possível conseguir os dados do Recenseamento Geral, são apresentados, nesse caso, os de 1941, ou seja, do ano imediato ao daquela operação.



Relativamente à indústria canvieira, a situação, em 1940, era a seguinte:

<b>AÇÚCAR</b>					
NÚMERO DE FÁBRICAS	DAS QUAIS,	TOTAL	337		
		ENGENHOS	USINAS COM TURBINAS	2	
			SEM TURBINAS	COM TURBINAS	4
				DE AÇÚCAR	183
		DE RAPADURA	148		
VALOR DA PRODUÇÃO – Cr\$ 5 125 000,00					

<b>AGUARDENTE</b>		
NÚMERO DE FÁBRICAS	TOTAL	198
	DAS QUAIS, ENGENHOS EXCLUSIVAMENTE DE AGUARDENTE	175
PRODUÇÃO ANUAL – 3 263 000 LITROS, NO VALOR DE Cr\$ 4 144 000,00		

A indústria da eletricidade, em 1941,<sup>64</sup> produzia 9.062 KW, que se distribuíam por noventa e duas localidades.

A trinta e um de dezembro de 1940, havia, no Estado, 731 km de rede ferroviária em tráfego.

Em 1946,<sup>65</sup> existia um aeroporto no Estado. Seis os campos de pouso.

O cais de Vitória (VIII) – ainda em construção – oferecia, em 1943, uma faixa acostável de 802 metros.

Em 1942,<sup>66</sup> existiam, nos vinte municípios dotados de serviço telefônico, 1.354 aparelhos.

Os prédios recenseados subiam a 163.859,<sup>67</sup> dos quais 7.958 na Capital.

---

<sup>64</sup> - Ver *foot-note* n.º 63.

<sup>65</sup> - Não tendo sido possível conseguir os dados do Recenseamento Geral, são apresentados os de 1946.

<sup>66</sup> - Não tendo sido possível conseguir os dados do Recenseamento Geral, são apresentados, nesse caso, os de 1942.

<sup>67</sup> - Incluídos 13.307 situados na região da serra dos Aimorés.

Dos doze sindicatos existentes em 1942,<sup>68</sup> nove eram de empregados, dois de empregadores e um de profissões liberais.

Quanto à assistência médico-sanitária, em 1940, havia quarenta e três estabelecimentos que a prestavam, dos quais dezesseis pertencentes à classe das casas de saúde e hospitais. Os leitos subiam a 1.315. No mesmo ano, as despesas públicas com a assistência médico-sanitária, no Estado, foram de Cr\$ 3.020.268,00, assim distribuídas:

UNIÃO	CR\$	406.000,00
ESTADO	CR\$	2.256.555,00
MUNICÍPIOS	CR\$	357.713,00

Novocentos e vinte e cinco estabelecimentos de ensino primário, distribuídos pelo território estadual, atendiam a 68.663 matriculados. O ensino secundário contava com quinze estabelecimentos, dos quais cinco sediados na Capital. (IX)

A imprensa periódica, em 1944,<sup>69</sup> contava quinze órgãos, assim classificados: doze jornais, duas revistas e um boletim. Seis tinham suas sedes na Capital; os nove outros, no interior. (X)

As bibliotecas - no mesmo ano de 1944<sup>70</sup> - em número de dezesseis, das quais sete particulares, dez no município da Capital e cinco especializadas, contavam 21.225 volumes.

São, ainda, de 1944,<sup>71</sup> os dados relativos às diversões públicas: o Estado contava quatro cine-teatros e dez cinemas. (XI)

Relativamente às finanças estaduais e municipais, o quadro seguinte resume sua situação:

FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - 1940  
Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	DESPESA REALIZADA	DÉFICIT
ESTADUAIS	33 456	41 157	7 701
MUNICIPAIS	9 924	11 101	1 177

68 - Ver *foot-note* n.º 66.

69 - Por falta de dados do Recenseamento Geral, são apresentados os de 1944.

70 - Ver *foot-note* n.º 69.

71 - Ver *foot-note* n.º 69.

**NOVA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** – De 1943, ano em que foi exonerado do cargo de interventor federal no Estado o então major João Punaro Bley, até março de 1947, quando tomou posse o governador eleito Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, passaram pela direção do Executivo estadual como interventores: Jones dos Santos Neves<sup>72</sup> (21-1-1943 a 27-10-1945), José Rodrigues Sette (27-10-1945 a 3-11-1945), desembargador Otávio de Carvalho Lengruber (6-11-1945 a 20-2-1946), Aristides Alexandre Campos (20-2-1946 a 7-10-1946) e Moacir Ubirajara da Silva (7-10-1946 a 29-3-1947).

A Assembléia Legislativa Estadual, eleita de acordo com o mandamento constante do artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Política Federal de 1946, deu cabal cumprimento à sua primeira e principal tarefa, que era elaborar a Constituição do Estado, afinal promulgada a 26 de julho de 1947.

---

72 - Eurico Sales – secretário de Educação do governo Jones dos Santos Neves – deixou ali marca indelével de sua cultura e de seu descortino administrativo. De se ressaltar na obra realizada pelo ilustre homem público, naquela Secretaria, a campanha visando ao aprimoramento do nível intelectual do magistério primário.

## Notas

## I

(p. 441 )

“Para bem avaliar os prejuízos que esta [a seca] nos causou, e que se prolongaram até o fim do semestre último, ofereço-vos o seguinte quadro estatístico da nossa exportação de café, com o valor oficial respectivo e a importância de direitos pagos, desde o ano de nossa organização constitucional até o de 1900:

ANOS	EXPORTAÇÃO	VALOR OFICIAL	DIREITOS PAGOS
1892	16 673 362	15.271:510\$700	1.679:866\$177
1893	21 763 169	27.418:367\$284	2.864:638\$579
1894	23 271 161	28.562:625\$116	3.419:084\$930
1895	24 641 717	31.527:477\$189	3.750:125\$697
1896	25 201 568	24.842:217\$813	2.968:410\$495
1897	34 791 488	28.574:962\$985	3.413:048\$004
1898	33 449 901	24.858:370\$644	2.956:016\$155
1899	27 379 764	19.468:573\$266	2.336:228\$792
1900	23 649 222	17.398:730\$020	2.084:327\$653

Por esse quadro vereis o prejuízo que, por efeito da baixa, sofreu a receita estadual no período de 1896 a 1898, cuja exportação tendo sido muito maior que a do triênio anterior deu entretanto contribuição menor que ele; e apreciareis ao mesmo tempo os efeitos da seca em colaboração com os da baixa, manifestados na grande diminuição da exportação e dos direitos pagos nos anos de 1899 e 1900. Comparando este com o de 1897 nota-se-lhe uma diferença, para menos, de onze milhões de quilos, mais de um terço na quantidade exportada; comparando o mesmo ano e o de 1894, cujas exportações foram quase iguais, verifica-se que enquanto os vinte e três milhões de quilos, de 1894, produziram três mil quatrocentos e tantos contos de imposto, os de 1900 não chegaram a produzir dois mil e cem contos.

Para termos, porém, mais completo conhecimento dos nossos prejuízos, é preciso saber que a última safra, influenciada pela seca, e a que mais sofreu-lhe os estragos, isto é, a safra de julho de 1900 a junho passado, foi apenas de 20.456.573 quilos, sendo 12.942.552 no segundo semestre de 1900, já compreendido no cômputo total do respectivo ano, e 7.514.021 no primeiro semestre de 1901, tendo produzido de direitos 1.457:072\$675, soma inferior à que rendeu esse imposto em 1892, quando a produção do Estado era menos da metade da atual nas safras normais como a que agora começa.

Com essa última informação, podeis julgar das dificuldades em que se encontrou o meu governo, logo no primeiro ano de exercício, que compreende exatamente esses dois semestres decorridos. Eu, aliás, as havia previsto na minha última mensagem aos vossos antecessores” (*Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da quarta legislatura pelo presidente do Estado Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire em vinte e oito de setembro de 1901. Vitória - 1901*).

- Ainda no fim de seu segundo período governamental, MUNIZ FREIRE lamentava-se da crise cafeeira, que o impossibilitara de empreender qualquer obra pública, e expendia estas palavras de desespero: “Os Estados brasileiros que têm a sua fortuna pública fundada em um valor que, de ano a ano, mais se afunda, e para o qual nenhuma salvação parece próxima, como é atualmente a lavoura do café...” (*Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quarta legislatura pelo presidente do Estado, em vinte e dois de setembro de 1903. Vitória - 1903*).

## II

(p. 442)

LUIZ DERENZI escreve, com a segurança de quem conhece o tema, na sua bem elaborada *Biografia de uma Ilha*:

“Que era o ensino no Espírito Santo, até 1908?

Um mito e, para as famílias abastadas, em pequeno número por sinal, um privilégio. O Estado guardava posição desairosa com suas 125 escolas para uma população presumível de 250.000 habitantes. Não havia magistério, não havia escolas e, pior ainda, sem orientação pedagógica capaz de acrescer o rendimento cultural dos professores. Com o espírito arejado, que lhe adornava o patriotismo, Jerônimo Monteiro, ufano de sua terra, não foi nativista. Sua visão panorâmica era objetiva. Pretendendo elevar o nível do Estado, não podia subordinar-se a caprichos de fronteira. Em S. Paulo, contratou a Carlos Gomes Cardim, educador entusiasta e jovem, forjado no dinamismo da cultura paulistana, sempre na dianteira do progresso nacional, confiando-lhe o problema da instrução pública. A vinte e nove de junho, trinta e sete dias após o novo Governo, Gomes Cardim se investia na Inspeção do Ensino. Seus conhecimentos, carinho e método de trabalho dinamizaram todos os subordinados. Não deixou vestígio da velha e retrógrada estrutura educacional de professores autodidatas, adeptos da eficácia da palmatória. A escola passou a ser desejada, tornou-se centro de atração infantil. Os professores se envaideciam de sua nobre missão social. Tudo foi modificado: edifícios, magistério, metodologia, disciplina e educação. Nasceu a mística escolar, irradiada pelo ambiente sadio da comunidade. Os recreios, os jogos, o batalhão, a cultura física, o cântico de hinos patrióticos, a instrução cívica e moral criaram ambiente e interesse aos alunos e pais. A modelagem, as artes domésticas e o jornal escolar despertaram virtudes adormecidas. A instrução média mereceu igual cuidado. O Ginásio Espírito-santense, fundado a vinte e quatro de maio de 1906, logrou equiparação. A Escola Normal, além de reestruturada, foi reconstruída, ganhando salão nobre, dependências administrativas, gabinete de história natural e nova arquitetura.

A fim de aumentar o contingente de professores, reclamados pela abertura de escolas em toda a parte, é equiparado o Colégio N. S. Auxiliadora, das Irmãs do Carmo, educandário tão querido e prestante, com seu internato para alunas do interior. Inspectores escolares fiscalizam, com carinho e sacrifício, em longas caminhadas a cavalo, o método de ensino e o aproveitamento dos alunos. Foi, sem dúvida, a mais bela cruzada, galhardamente vencida pelo Governo: a difusão do ensino primário. É preciso ter-se em vista as condições geográficas e a fraca densidade demográfica do Estado, naquela época. A localização das escolas rurais não era fácil, dadas as distâncias entre os moradores agrícolas. A hospedagem dos professores, outra dificuldade que, ainda hoje, não tem solução plausível. Em resumo, houve verdadeiro movimento educacional no sentido dinâmico do termo.

A reabertura da Biblioteca Pública, a fundação da Escola de Belas Artes, os Congressos Pedagógicos, as reuniões de professores, as visitas de homens de letras e de ciências propiciaram a elevação cultural da sociedade. Carlos Reis, à testa da Escola de Pintura, descobriu vocações e incutiu gosto pelas artes plásticas.

Professores cultos e capazes encontram clima no magistério enobrecido. Deocleciano de Oliveira pôde suceder a Gomes Cardim, sem deslustrar a obra renovadora. O estímulo atinge o magistério particular. Abrem-se cursos primários, que se tornariam famosos. A semente educacional germinou com viço e o nome do Estado transpôs as fronteiras, alcançando classificação honrosa nas estatísticas nacionais. A vinte e três de maio de 1912 o número de escolas se elevava a 247” (*op. cit.*, 189-90).

III  
(P. 444)

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO DE 1892 A 1918 \*

ANO	EXPORTAÇÃO DE CAFÉ (EM SACOS DE 60 KG)	VALOR OFICIAL		DIREITOS PAGOS	RECEITA GERAL	RECEITA DO CAFÉ EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL (%)
		TOTAL	MÉDIA POR ARROBA			
1892	277 766	15.271:510\$700	13\$745	1.679:866\$177	3.181:458\$896	52,00
1893	362 717	27.418:367\$284	18\$897	2.864:638\$579	3.186:138\$353	90,99
1894	387 619	28.562:625\$116	18\$421	3.419:084\$930	4.489:042\$647	76,00
1895	410 511	31.527:477\$189	19\$200	3.750:125\$697	4.669:417\$168	80,00
1896	419 229	24.842:217\$813	14\$814	2.968:410\$495	3.875:021\$491	76,00
1897	579 858	28.574:962\$985	12\$319	3.413:048\$004	4.170:324\$733	81,00
1898	557 498	24.858:370\$644	11\$147	2.956:016\$155	3.660:755\$600	80,00
1899	456 329	19.468:573\$266	10\$665	2.336:228\$792	3.130:592\$286	74,00
1900	394 153	17.398:730\$020	11\$035	2.084:327\$653	2.926:282\$900	71,00
1901	428 657	14.966:300\$783	7\$077	1.795:956\$094	2.496:312\$128	71,00
1902	643 722	17.180:466\$125	6\$682	2.061:655\$935	2.801:585\$252	73,00
1903	657 881	17.552:717\$383	6\$670	2.106:326\$086	2.214:985\$541	95,00
1904	607 130	15.606:054\$025	6\$426	1.872:726\$483	2.365:464\$414	78,00
1905	588 797	14.602:330\$566	6\$200	1.752:279\$668	2.471:986\$185	70,00
1906	589 790	15.017:933\$083	2\$259	1.802:031\$961	2.442:779\$407	73,00
1907	747 603	16.649:611\$295	5\$569	1.997:953\$352	2.444:862\$272	81,00
1908	708 353	14.779:815\$725	5\$216	1.773:577\$887	2.403:053\$401	73,00
1909	416 125	12.173:551\$958	7\$313	1.460:826\$235	2.663:900\$602	54,00
1910	407 970	12.229:862\$991	7\$494	1.467:853\$559	3.162:841\$914	46,00
1911	483 907	23.049:694\$817	11\$908	2.755:963\$378	4.756:158\$612	58,00
1912	568 167	29.673:439\$092	13\$056	3.560:812\$691	5.397:176\$393	65,00
1913	597 570	22.835:657\$925	9\$553	2.740:278\$951	4.224:519\$209	64,00
1914	629 168	17.628:673\$941	7\$004	2.115:440\$873	3.387:597\$811	62,00
1915	968 195	28.470:524\$009	7\$351	3.416:462\$881	4.577:894\$388	74,00
1916	712 966	26.650:807\$300	9\$345	3.198:096\$876	4.375:330\$843	73,00
1917	722 258	23.724:260\$125	8\$204	2.847:145\$400	4.537:643\$194	62,00
1918	657 372	24.765:971\$375	9\$277	2.971:916\$600	4.930:230\$914	60,00

\* Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo em sua primeira sessão ordinária [12-10-1919] da 1.ª legislatura. S/data.

## IV

(p. 457)

“As escolas elementares estrangeiras são uma lástima; a maioria dos professores alia a uma incompetência desanimadora uma grosseria e brutalidade revoltantes. Raríssimas são as exceções a esta regra. Temos municípios, especialmente os de Santa Leopoldina, Santa Isabel e Santa Teresa, onde as escolas estrangeiras, quase todas dirigidas por alemães, causam mais dano que os piores males reunidos. O seu corpo docente é alemão; os seus livros e cadernos de exercícios escolares tratam de assuntos estranhos ao nosso meio; a decoração de suas paredes de aula, e até mesmo os quadros que ornem as suas salas, são todos calcados em motivos alemães: – nada ali se vê de brasileiro. A língua usada, tanto em aula como no recreio, é a alemã e – o que sempre acontece – o ensino da língua portuguesa é entregue à direção de um professor alemão, que muito mal a fala e quase sempre procura explicar-se em língua de sua nacionalidade. Percorram-se essas escolas e se não encontrará uma bandeira nacional, um quadro de um brasileiro notável, nem motivos nacionais que recordem à infância que ali se educa, que ela se prepara para viver no Brasil e colaborar com os brasileiros na luta pela vida. A atmosfera que ali se respira é alemã; a criança que ali entra, embora nascida no Brasil, dali sai alemã no coração e no espírito. O alemão, como se vê, tem profunda aversão pelas nossas escolas. Naqueles municípios as temos em número elevado, todavia, quase todas com uma matrícula muito abaixo da exigida por lei; entretanto, próximas a muitas das nossas escolas existem as dirigidas por professores alemães, com freqüência elevadíssima. Tudo temos empregado para conseguirmos chamá-los aos nossos colégios, dos recursos de que podemos lançar mãos já usamos, mas, nada conseguimos ainda. Alguns dos nossos professores, que se acham na direção de escolas naqueles municípios, para se conservarem, vêm-se forçados a aprender a língua alemã, único processo que encontram para conseguir aproximação dessa colônia.

No Relatório que em 1921 apresentei ao então secretário da Educação, relativo às minhas atividades como inspetor escolar, assim me manifestei a respeito da obra de desnacionalização realizada por essas escolas: ‘Escolas estrangeiras funcionam no território pátrio com o fim único de ensinar aos filhos dos colonos a língua, a geografia e a história de seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a pátria. Zonas encontrei eu em minha viagem onde a língua dominante é, ora a italiana, ora a alemã, não sabendo as crianças nascidas sob o céu do Brasil uma palavra sequer do português. Visitando a escola alemã do lugar denominado ‘25 de Julho’, no município de Santa Teresa, tive mais uma oportunidade de assistir a um desses espetáculos que muito me impressionaram. Dos dezenove alunos presentes, apenas uns quatro se exprimiam em português. Os restantes, ao serem por mim argüidos fixaram-me olhares interrogadores por não me compreenderem. O livro usado em classe era escrito em língua alemã. Diante dessa irregularidade, achei de bom alvitre intimar o respectivo professor a fazer o ensino da língua pátria. Essa escola, entretanto, é subvencionada pelo município de Santa Teresa, o que é simplesmente ridículo e impatriótico. A disposição que prescreve aos colégios particulares o ensino obrigatório da língua portuguesa encontra nas escolas estrangeiras o seu ludíbrio e ineficácia...’” (RABELO, *Nacionalização do Ensino*, 5-6).

- Graça Aranha estudou o assunto no seu famoso romance *Canaã*, livro que documenta as observações feitas pelo autor quando juiz municipal e de órfãos de Cachoeiro de Santa Leopoldina. A casa onde residiu o escritor patricio, e que era conservada como relíquia, incendiou-se em maio de 1939.

- Dentre as notas reunidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a confecção do capítulo relativo ao Estado do Espírito Santo, do dicionário histórico comemorativo da Independência do Brasil, encontramos os dois seguintes trechos relativos ao assunto: “O governo italiano mantém professores para o ensino de tal língua nos lugares

onde a colonização é densa.” “Infelizmente, há ainda no Estado um bom número de filhos que somente falam o alemão, ignorando uma palavra sequer do nosso idioma. E para os atos públicos eles necessitam de intérpretes, por intermédio dos quais se declaram, com a maior ingenuidade, alemães nascidos em Santa Isabel ou Santa Leopoldina.”

V

(p. 458)

## PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS

QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO, ÁREA CULTIVADA - 1940

PRODUÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS				NÚMEROS RELATIVOS (BRASIL100,00)
	TONELADAS	CACHOS (1 000)	SACOS (60 KG)	CAIXAS (1 000)	
BANANA		2 907			3,87
CAFÉ (*)			1 160 340		6,95
CANA DE AÇÚCAR	852 870				3,83
LARANJA				820	2,26
MANDIOCA	299 845				4,09

Valor da produção: Cr\$ 148.274.000,00 - 2,20% em relação ao Brasil.

Área cultivada: 340.990 ha. - 2,75% em relação ao Brasil.

\* Em 1940, foram recenseados, no Estado, 172.838.428 cafeeiros, dos quais 167.878.044 em produção, distribuídos por 19.893 propriedades cafeicultoras (*Cultura de Café no Brasil*, 32 e 44).

VI

(p. 458)

Nos *Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira*, referindo-se ao Espírito Santo, no capítulo intitulado *Distribuição Geográfica das Minas em Atividade*, o Prof. FRÓIS ABREU afirmou: “*Areias monazíticas* - São exploradas nos Municípios de Guarapari, Anchieta, Iconha e Itapemirim, nos depósitos de marinha e proximidades. É feita uma concentração prévia por meio de água e em seguida em eletroímãs é separada a monazítica de ilmenita, zirconita e granada. - *Bauxita* - No Município de Muqui ocorrem depósitos de bauxita relacionados com a formação granito-gnáissica da Mantiqueira. Têm sido lavrados em pequena escala pela Companhia Espírito-



Santense de Alumínio e o minério tem sido embarcado para o Rio de Janeiro. A bauxita dessa procedência tem um teor um tanto elevado de sílica, porém alcança uma riqueza de alumina de 58 a 59%. Devido à posição geográfica, essas jazidas representam um interesse imediato.

- *Calcários* - As jazidas calcárias no Espírito Santo estão encravadas nas formações arqueanas do sul do Estado e pertencem à província metalogênica da serra do Mar. São depósitos lenticulares de grande possança que na fazenda Monte Libano, nas cercanias da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, se apresentam sob a forma de calcita muito pura. Graças a essa circunstância instalou-se ali uma fábrica de cimento\* que após muitos anos de vida incerta e precária entrou definitivamente numa fase de produção efetiva, sob a orientação da firma Barbará & Cia.

- *Ouro* - Tem-se procedido à garimpagem e lavagem de cascalho com pequenas máquinas manuais, em alguns pontos do Espírito Santo, nos Municípios de Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio, Muniz Freire, Alfredo Chaves, Isabel e Santa Leopoldina. Trata-se, como se vê, da região montanhosa do sul e oeste do Estado, onde o ouro provém de veios de quartzo cortando as rochas gnáissicas arqueanas. São lavras auríferas em aluviões do mesmo tipo que as da Serra da Mantiqueira no sul de Minas.

- *Pedras preciosas* - Pegmatitos explorados no Município de Santa Leopoldina têm produzido berilos e euclásios em escala regular.”

\* A produção de cimento no Estado, em 1940, subiu a 11.345 toneladas.

## VII

(p. 458)

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM 1941

	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	BRASIL
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	537	44 084
PESSOAL ATIVO	6 606	944 318
VALOR EM Cr\$ 1 000		
ALIMENTAÇÃO	138 393	8 772 503
QUÍMICA	1 649	1 737 767
BORRACHA	21	239 595
MADEIRA E VIME	21 416	1 024 817
PAPEL E PAPELÃO	42	490 139
COUROS E PELES	1 763	897 274
TÊXTIL	7 477	177 015
VESTUÁRIO	2 074	541 535
CERÂMICA E VIDROS	506	437 833
BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS MINERAIS	881	132 684
METALURGIA	2 186	2 174 138
CONSTRUÇÃO E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO	2 573	1 102 920
DIVERSAS	1 518	480 424
<b>TOTAL</b>	<b>180 499</b>	<b>*18 208 644</b>

\* O total na 2ª edição é de 22 512 550 [Nota do editor].

## VIII

(p. 459)

De acordo com apontamentos obtidos no Ministério da Viação e Obras Públicas (1950), resume-se no seguinte a história moderna do porto de Vitória:

Os primeiros estudos sobre o porto de Vitória foram feitos pelo engenheiro norte-americano Milnor Roberts, em 1879. O projeto apresentado não foi aceito e em 1892, pelo Decreto n.º 1.173, de 17 de dezembro, o governo concedeu à Companhia Brasileira Torrens a concessão para as obras de melhoramento do porto, com as vantagens e encargos da lei n.º 1.746, de 13 de outubro de 1869. O plano estabelecido previa a construção de 1.000 metros de cais e aprofundamento do canal de acesso, mas sofreu alterações.

A concessionária fez então uma contraproposta visando a construir o cais no antigo porto das Argolas, escolhido para ponto terminal da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Interveio o Governo do Estado, propugnando para que o porto fosse localizado ao lado da cidade, com o que concordou o Governo Federal, autorizando pelo decreto 5.950, de 1906, a modificação pleiteada, bem como a transferência da concessão para a Companhia do Porto de Vitória. O decreto 6.559, de 11 de junho de 1907, aprovou os projetos anteriores após revisão. Mas um novo plano foi elaborado e aprovado pelo decreto 7.994, de 10 de maio de 1910, compreendendo a construção de 855 metros de cais, uma ponte com o comprimento de 399 metros com um vão móvel de 12 metros, dragagem da barra e outros serviços. O orçamento foi de 12.178 contos, moeda da época, e naquela base a Companhia [do] Porto de Vitória contratou com a firma construtora do porto do Rio de Janeiro a execução do projeto. Iniciados em 1911, os trabalhos foram paralisados em 1914, durante a Guerra Mundial, quando já estavam concluídos 348 metros de cais. Em 1916 o Governo Federal baixou o decreto 12.033, alterando o projeto anterior e o orçamento.

Em 1924, atendendo a uma exposição do Estado, o governo da União expediu o decreto 16.739, de 31 de dezembro, autorizando a rescisão dos contratos e a encampação, pelo Estado, das obras e instalações. A nova concessão estipulava a extensão do cais para 1.840 metros e outras obras, mas o projeto voltou a sofrer as alterações ditadas pelos decretos n.º 17.836, de 16 de junho de 1927, e 18.342, de 10 de agosto de 1928. Em 16 de outubro de 1930 os serviços sofreram nova interrupção, já estando prontos 670 metros de cais, dois armazéns, nove guindastes montados e a ponte de ligação com o continente. Recomeçados os trabalhos em 11 de junho de 1935, o projeto das obras só foi definitivamente aprovado pelo decreto n.º 2.606, de 30 de abril de 1938. Em 29 de maio de 1941, o Governo do Estado pediu aprovação do projeto para a construção de um cais especial para embarque de minérios no morro da Atalaia, com capacidade para exportar anualmente até 3.000.000 toneladas, orçado em Cr\$ 213.434.401,30, sendo atendido pelo decreto 2.606, de 30 de abril de 1938. De acordo com o decreto-lei n.º 1.645, de 2 de novembro de 1939, o Estado passou a explorar comercialmente o porto, a partir de janeiro de 1940. Pelo decreto-lei n.º 3.039, de 10 de fevereiro de 1941, foi aprovado novo contrato com o Estado.

IX  
(p. 460)

## NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1940

	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIMÁRIO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO PRIMÁRIO							
		PÚBLICOS				PARTICULARES			
		TOTAL	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	DE FUNDAÇÕES	DE CORPORAÇÕES RELIGIOSAS	DE SOCIEDADES CÍVIS	DE PROPRIEDADE INDIVIDUAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	911	32	1	6	1	1	6	9	8
CAPITAL	36	16	1	5	-	-	4	3	3
BRASIL	39 230	2 752	100	271	85	24	661	558	1 026

## IXA - MATRÍCULA GERAL, SEGUNDO AS CATEGORIAS DO ENSINO - 1940

	TOTAL	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO DOMÉSTICO	ENSINO INDUSTRIAL	ENSINO COMERCIAL	ENSINO PEDAGÓGICO	ENSINO SUPERIOR	ENSINO DE OUTRAS CATEGORIAS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	73 290	68 663	2 434	465	371	583	25	100	649
CAPITAL	10 662	7 584	1 303	375	359	320	8	100	613
BRASIL	3 732 878	3 302 857	170 057	43 085	16 978	52 454	25 151	20 017	90 028

## IXB - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E MOVIMENTO ESCOLAR SEGUNDO AS CATEGORIAS DO ENSINO - 1940

	UNIDADES ESCOLARES								
	TOTAL	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO DOMÉSTICO	ENSINO INDUSTRIAL	ENSINO COMERCIAL	ENSINO PEDAGÓGICO	ENSINO SUPERIOR	ENSINO DE OUTRAS CATEGORIAS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	968	925	15	8	3	5	2	3	7
CAPITAL	67	43	5	5	2	3	1	3	5
BRASIL	46 583	41 670	821	825	159	616	381	258	1 243

IXc - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E MOVIMENTO ESCOLAR SEGUNDO  
AS CATEGORIAS DO ENSINO - 1940

	CORPO DOCENTE								
	TOTAL	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO DOMÉSTICO	ENSINO INDUSTRIAL	ENSINO COMERCIAL	ENSINO PEDAGÓGICO	ENSINO SUPERIOR	ENSINO DE OUTRAS CATEGORIAS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1 979	1 652	199	17	21	43	11	23	13
CAPITAL	425	242	92	12	16	26	6	23	8
BRASIL	115 836	80 920	12 026	2 380	1 348	4 663	3 697	3 922	5 270

X

(p. 460)

## IMPrensa PERIÓDICA - 1944

	NÚMERO DE PERIÓDICOS ARROLADOS							
	TOTAL	SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO		SEGUNDO O TIPO			SEGUNDO O ASSUNTO	
		NO MUNICÍPIO DA CAPITAL	NO INTERIOR	JORNAIS	REVISTAS	BOLETINS E FOLHETOS	NOTICIOSOS E PROPAGANDA	ARTÍSTICOS, LITERÁRIOS E RELIGIOSOS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	15	6	9	12	2	1	13	2
BRASIL	1 876	-	-	772	570	469	1 110	295

	NÚMERO DE PERIÓDICOS ARROLADOS							
	SEGUNDO A PERIODICIDADE				SEGUNDO A TIRAGEM HABITUAL			
	DIÁRIOS	SEMANAIS	MENSAIS	OUTROS E SEM DECLARAÇÃO	ATÉ 1 000 EXEMPLARES	DE 1 000 ATÉ 5 000 EXEMPLARES	DE MAIS DE 10 000 EXEMPLARES	SEM DECLARAÇÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	3	5	3	4	9	4	1	1
BRASIL	192	513	598	449	768	395	78	579

XI  
(p. 460)

DIVERSÕES PÚBLICAS, NÚMERO, NATUREZA E LOTAÇÃO  
DOS ESTABELECIMENTOS - 1944

	CASAS DE DIVERSÕES			LOTAÇÃO (NÚMERO DE LUGARES)			
	TOTAL	SEGUNDO A NATUREZA		FRISAS E CAMAROTES	BALCÕES E VARAN- DAS	NA PLA- TÉIA	NAS GALE- RIAS
		CINE-TEA- TROS	CINEMAS				
ESTADO DO ESPÍ- RITO SANTO	14	4	10	205	729	6 092	1 015
BRASIL	1 666	370	947	35 765	89 288	576 086	85 512



# XX

## ARRANCADA PARA O FUTURO

**P**ARTINDO PARA NOVOS DESTINOS – Não é fácil escrever história contemporânea.

Entretanto, vamos ensaiar um esboço do momento empolgante que vive o Estado do Espírito Santo. Empolgante e decisivo para o destino de sua gente.

O Brasil inteiro faz, atualmente, esforço hercúleo para proporcionar a seus filhos vida condigna, participação nos benefícios da ciência, da tecnologia, da cultura. Alguns resultados já foram conseguidos, incentivando povo e governo a perseverarem no trabalho encetado.

Os que leram as páginas precedentes recordam, por certo, das constantes objurgatórias de observadores e governantes da terra capixaba, no sentido de que as dificuldades de fixação do homem ao solo eram quase sobre-humanas e praticamente nenhum o interesse pelo progresso, pela melhoria das condições de vida da população.

Inácio João Mongeardino – capitão-mor façanhudo, que deixou descendência de prol – legou depoimento contundente: “A terra é capaz de toda a produção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados três léguas de fundo à frente deles, distância a que só chegam os lavradores com receio das hostilidades do gentio bárbaro”.

Vencer tantas adversidades foi o objetivo de várias gerações espírito-santenses.

Hoje, quando o Estado parte, consciente, para nova etapa de progresso, bom seria que as novas gerações meditassem sobre os sacrifícios que custou aos antepassados o legado de que são responsáveis. Permitimo-nos, mesmo, recordarlhes a sábia lição que Bernard, mestre da escola episcopal de Chartres (de 1114 a 1119), gravou nesta frase de ouro: “Nous sommes comme des nains montés sur les épaules des géants, si bien que nous percevons bien plus de choses qu’eux, non que notre vision soit plus perçante ou notre taille plus haute, mais parce que nous sommes transportés et élevés plus haute grâce à leur taille gigantesque”.<sup>1</sup>

**PRIMEIRO GOVERNO LINDENBERG** – Aureolado por ampla base política, em seu primeiro período governamental Carlos Fernando Monteiro Lindenberg devotou-se à adaptação de todo o aparelho administrativo aos novos mandamentos constitucionais e ao saneamento das finanças estaduais.

A agricultura e a pecuária mereceram atenção especial do governo, consequência natural da filosofia política do homem que dirigia o Estado.

A rodovia que liga S. Domingos, no município de Colatina, à cidade de Barra de S. Francisco, e a conclusão da estrada Vitória-Rio de Janeiro são duas realizações marcantes no capítulo das construções viárias.

Também ao ensino a administração Carlos Lindenberg dedicou a atenção que lhe é devida. Além de reabrir a Faculdade de Odontologia, foi criada a

---

1 - GIMPEL, *Les Batisseurs*, 163.





A Ponte Gerúlio Vargas sobre o rio Doce, em Linhares, na BR-101, venceu o primeiro grande obstáculo - a ligação Norte-Sul do país. Foi arrojada tarefa capixaba projetada pelo Governo Carlos Lindenberg e realizada no Governo Jones dos Santos Neves. Alinhando-se como fator econômico, marca a integração do solo espírito-santense e sua escalada para o progresso. Inaugurada em 24-7-1954, com a presença do homenageado. Obra do DER-ES.  
*Coletânea Luiz Derenzi*

Faculdade de Medicina, aquela e esta hoje incorporadas à Universidade Federal do Espírito Santo.

Ao professor José Celso Cláudio coube a responsabilidade de dirigir todos os empreendimentos da Secretaria de Educação, de que era titular. O trabalho que então realizou, visando à maior eficiência do professorado estadual, ficou assinalado nos anais do ensino espírito-santense.

**1951-54** – A passagem de Jones dos Santos Neves pela interventoria (1943-45) já prenunciava administração brilhante para o quadriênio inaugurado em 1951.

Beneficiado pela atuação saneadora de seu antecessor, que lhe entregara o governo em boa situação financeira, Santos Neves realizou gestão profícua, inteligentemente conduzida.

Cabe-lhe o privilégio de ter sido o primeiro governante capixaba a estabelecer planejamento para a administração: o *Plano de Valorização Econômica do Estado*.

Assessorado por uma equipe de escol, o governo atacou obras em numerosas frentes de trabalho. Assim é que aparelhou o porto da Capital para reparo e construção de barcos, construiu o cais de carvão, dragou o canal da baía de Vitória a uma profundidade de quinze metros, realizou o enrocamento de mais de quatro quilômetros de extensão, compreendendo o fim do cais do porto até Bento Ferreira, isolando e aterrando mangais com o desmonte de morros e material proveniente da dragagem antes mencionada – o que proporcionou soma de área valiosíssima para a expansão da cidade.

O engenheiro Luiz Derenzi, à frente do Departamento de Estradas de Rodagem, fez rasgar setecentos e cinqüenta quilômetros de vias de primeira classe distribuídos por todo o território do Estado, além de cerca de três mil e quinhentos metros de pontes em concreto, das quais sobressai a do rio Doce, em Linhares, com quase um quilômetro de extensão.

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo se deve a implantação, no Brasil, do sistema de *tratamento superficial sobre base estabilizada*, com economia de vinte e cinco a trinta por cento no preço de asfaltamento de estradas, o que permitiu pavimentar mais de cem quilômetros de rodovias estaduais, quando todo o Brasil contava apenas dois mil e quinhentos quilômetros de estradas asfaltadas.

No setor da energia hidrelétrica, o governo Santos Neves planejou o aproveitamento do rio Santa Maria, concluindo a quase totalidade do primeiro dos três estágios programados.

De mencionar-se, outrossim, o pioneirismo de sua administração no setor econômico, inaugurando política de incentivos fiscais, de que resultaram dois empreendimentos de porte: o moinho de trigo e a Companhia Ferro e Aço de Vitória.

Outra iniciativa precursora foi a criação do Instituto de Bem Estar Social, responsável pela construção de residências populares muito antes da implantação do Banco Nacional de Habitação, no plano federal.

Coube a Ari Viana a direção e execução da política econômico-financeira desse quadriênio.

A educação – meta prioritária – teve no professor Rafael Grisi, nome laureado da Universidade de São Paulo, devotado promotor de seu aprimoramento. Todo o sistema do ensino primário foi reestruturado e instituídos cursos de aperfeiçoamento para professores.

A Escola Politécnica, atualmente integrada na Universidade Federal do Espírito Santo, é, com justiça, alinhada entre as iniciativas de maior relevo do governo em epígrafe.<sup>2</sup>

Na lista dos colaboradores diretos do governador Santos Neves há que ressaltar a figura de Enrico Ruschi, secretário da Agricultura. Perfeitamente sintonizado com as diretrizes do governo, inaugurou na sua pasta a era de planejamento dos problemas agrários do Estado, com o que abriu perspectivas inéditas para a agricultura capixaba.

---

2 - “A Universidade do Espírito Santo foi criada através da Lei Estadual n.º 806, de cinco de maio de 1954, sendo Governador do Estado o Sr. Jones dos Santos Neves. Compreendia, então, oficialmente, as seguintes unidades de ensino: Faculdade de Odontologia, Escola de Belas Artes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Escola Politécnica e Escola de Música.

A Faculdade de Direito, fundada em 1930, constituía desde o ano de 1950 estabelecimento isolado de ensino superior, sob a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura.

A trinta de janeiro de 1961, através da Lei Federal de n.º 3.868, a Universidade foi integrada no plano de ensino, sob a dependência do Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal do Espírito Santo, e compreendendo as seguintes unidades de ensino: Escola de Belas Artes. Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Escola de Educação Física, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia e Escola Politécnica. Essas oito unidades oferecem, atualmente, um total de vinte e três cursos diferentes de estudo e formação profissional, em nível de graduação” (NEIDA MORAES, *O Espírito Santo é Assim*, 178).

Finalmente, referência ao trabalho realizado pelo professor Jaime dos Santos Neves<sup>3</sup> à frente da Secretaria de Saúde do Estado.

Sempre orientado pelos mais modernos padrões de política sanitária, construiu e aparelhou os Centros de Saúde de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim e mais trinta postos de saúde, além de quatro unidades periféricas, cobrindo assim, praticamente, todos os municípios do Estado.

Com o auxílio do governo federal, construiu, instalou e pôs em funcionamento o Hospital de Doenças Mentais. Iniciou a construção do Hospital de Clínicas e deixou bem adiantada a instalação do atual serviço de abastecimento d'água de Vitória, além de construir os de dezesseis outras sedes municipais.

Através de cursos ou bolsas de estudos, preparou sanitaristas, enfermeiras de alto padrão, assistentes sociais, nutricionistas, bacteriologistas, venerologistas, psiquiatras e pediatras, dando, assim, aos serviços de saúde alto sentido técnico.

**A SOLUÇÃO DO CASO MANTENA** – Francisco Lacerda de Aguiar governou o Estado durante dois quadriênios: 1955-58 e 1963-66. Sua administração transcorreu

- Outros estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado: em Vitória - Escola de Música, Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia, Escola de Serviço Social e Faculdade Espírito-santense de Administração; em Alegre - Escola Superior de Agronomia; em Cachoeiro de Itapemirim - Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Madre Gertrudes de S. José; em Colatina - Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

- Cabe, aqui, referência a alguns nomes que integram o patrimônio mais valioso da Universidade Federal do Espírito Santo, sem dúvida a principal propulsora da vida cultural espírito-santense da atualidade: Ceciliano Abel de Almeida, educador emérito, presente em todas as páginas da história da cultura capixaba na primeira metade deste século e que tem continuador fiel de sua obra na figura do filho Nelson Abel de Almeida; Heráclito Amâncio Pereira, tantas vezes citado neste livro, mestre de várias gerações, idealizador da Faculdade de Direito - "a mais antiga instituição de ensino superior do Estado"; Eurípedes Queiroz do Vale, Aristóbulo Barbosa Leão, Cristiano Ferreira Fraga, nomes venerandos e venerados do magistério e da cultura capitanienses. Renato José Costa Pacheco, o culto e dinâmico atual sub-reitor comunitário da UFES, responde pela continuidade da obra daqueles vultos tutelares.

- Nesta breve referência à UFES e aos seus membros mais destacados, cabe incluir outra instituição cultural - o Museu de Biologia Prof. Melo Leitão, obra devida ao devotamento de Augusto Ruschi, nome de projeção internacional, conquistada pelos seus trabalhos sobre orquídeas, beija-flores e morcegos transmissores do micróbio da raiva bovina.

3 - Resumo biográfico desse tisiólogo de renome internacional no livro *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses*, trabalho benemérito do professor Eurípedes Queiroz do Vale, a quem as letras nacionais devem numerosos estudos históricos e de Direito.

afivelada pelas limitações de todos os governos de orçamentos modestos: os recursos disponíveis sempre abaixo das necessidades ambientais e do anseio de concretizar planos generosos.

Coube-lhe pôr o ponto final na lamentável questão de limites com o Estado de Minas Gerais. Debate que se vinha prolongando havia vários decênios, teve desfecho fraterno no acordo firmado em Bananal, a quinze de setembro de 1963, pelos governadores Lacerda de Aguiar e José de Magalhães Pinto.<sup>4</sup>

Pela primeira vez em sua História, a Capital do Estado elegeu seu prefeito. O escolhido – aliás em dois pleitos – foi o escritor e jornalista Adelfo Poli Monjardim, herdeiro de nome tradicional na vida pública do Espírito Santo. Sua passagem pela direção do município metropolitano (de 22-12-1955 a 9-6-1957 e de 31-1-1959 a 31-1-1963) ficou assinalada, entre outras obras, pela construção de amplas avenidas – orgulho de quantos vivem na cidade de Vitória.

A dezesseis de novembro de 1958, pela bula *Cum Territorium*, Pio XII suprimiu a Diocese do Espírito Santo e, na circunscrição que lhe pertencia, erigiu a Arquidiocese de Vitória<sup>5</sup> e as Dioceses de Itapemirim e de S. Mateus.

Carlos Lindenberg voltou à curul do governo estadual em 1959. Graças à política de recuperação financeira que assinalou seus dois períodos administrativos, aquele prestigioso homem público lembra a figura lendária de Campos Sales no plano federal.

Como no quadriênio anterior (1947-51), Carlos Lindenberg governou com os olhos voltados para os problemas do campo. Sem prejuízo, entretanto, dos cuidados devidos à saúde pública, à ampliação da rede escolar, ao asfaltamento de estradas, à eletrificação das sedes de vários municípios.

A Napoleão Fontenele foi novamente confiada a Secretaria da Agricultura – que ocupara na primeira administração Lindenberg – onde deu prosseguimento às campanhas de seleção e incremento da criação de gado bovino e de adubação das lavouras de café.

---

4 - Coube a Cícero Moraes, geógrafo e advogado, o patrocínio dos direitos do Espírito Santo, tarefa a que dedicou longos anos de trabalho. As monografias que escreveu no decorrer dos últimos decênios do litígio já estão incorporadas ao patrimônio da literatura brasileira – jurídica e geográfica.

5 - O primeiro ocupante do sólio arquiépiscopal foi D. João Batista da Mota e Albuquerque.

**A REVOLUÇÃO CHEGA AO ESPÍRITO SANTO** – Christiano Dias Lopes Filho (1967-71) inaugurou fase nova na vida do Estado. Eleito pela Assembléia Legislativa – sistema de escolha dos mandatários estaduais que a Revolução de março estabeleceu para o país – seu primeiro gesto de governante foi um brado pela afirmação do Espírito Santo como parte da comunidade brasileira. Com intrepidez e resolução, fez ouvir a voz do povo capixaba, gritando ao resto do Brasil que o Estado existe e que é parte da Pátria comum.

O apelo foi ouvido com carinho, o governo federal estendeu a mão num gesto de solidariedade irrecusável (I) e a velha província iniciou a arrancada para o futuro.

As potencialidades da terra e da gente revelaram-se a si mesmas e ao Brasil.

Uma extraordinária e oportuna mobilização de circunstâncias favoráveis se pôs em sintonia com o esforço e o anseio de toda uma comunidade sedenta de progresso, de desenvolvimento, de integração na vida universal.

Muito sacrifício – como é natural – vão custando os passos iniciais dessa caminhada.

Dispondo de limitados recursos, o orçamento impõe discrição aos planejadores de seu progresso. Em desabafo incontido, de quem se viu manietado pelas limitações do Erário, o próprio Christiano Dias Lopes lamentou: “A programação financeira para o governo do Estado do Espírito Santo sendo o grande e imbatível desafio a que não se conseguiu, em tempo algum, responder. [...] a receita trai todas as previsões financeiras para qualquer programação. Aí reside o estrangulamento ainda não removido”.<sup>6</sup>

Intensa campanha – respaldada por levantamentos técnicos das virtualidades de posicionamento e dos recursos naturais da terra – visando atrair investimentos nacionais e externos para a concretização de projetos industriais e agropecuários e mais o apoio que o governo federal vem prestando à Administração local produziram seus primeiros resultados.

O Estado conseguiu superar a crise a que o levava a erradicação de 220 milhões de pés de café (1966-68), o que importou no deslocamento de cerca de 30.000 famílias, ou sejam 180.000 pessoas, das quais 30.000 emigraram para outros Estados, 20.000 se marginalizaram como subempregados no meio rural e 10.000 no urbano.<sup>7</sup>

---

6 - DIAS LOPES FILHO, *Desafio*, 5.

7 - RODRIGUES, *Perspectivas*, 16.





Vitória - 2007  
*Foto Humberto Capai*







E assim, a par do trabalho de aliciamento de recursos para a implantação dos audaciosos projetos oferecidos aos investidores nacionais e alienígenas, o governo cuidou de modernizar a máquina administrativa do Estado, aparelhando-a para os novos tempos.

À educação – que tem merecido a melhor atenção dos últimos governos capixabas – o governador, na sua prestação de contas, dedicou as seguintes palavras: “Em 1966, havia 1.178 alunos matriculados no ensino pré-primário estadual. Em 1970, seu número subiu para 5.418: 360% de aumento. No ensino primário, o número passou de 179.053 para 304.806. De acordo com a projeção baseada no Censo Escolar de 1964, a escolarização da população infantil entre sete e catorze anos atingiu, em 1970, o nível de 91%. A meta preestabelecida era de 85%. Melhor assim: 6% a mais. O ensino médio oficial matriculou, em 1970, 32.404 alunos. A esse número deve-se somar mais 15.831 alunos ajudados por bolsa de estudo do Estado. Em 1966, as escolas secundárias oficiais contavam apenas 21.182 alunos. Antes de existir o Mobral no plano nacional, existia a Mocca no Espírito Santo: Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo (criada em 1967): 14.870 alunos, 716 classes, 48 dos 53 municípios do Estado. De 1967 a 1970 foram construídas 1.451 salas de aula: mais do que o total de salas construídas anteriormente”.<sup>8</sup>

E mais adiante “A educação foi contemplada em 1971 com 29,5% do Orçamento Estadual. O Espírito Santo é, assim, o Estado brasileiro que proporcionalmente mais investe em educação”.<sup>9</sup>

Ao campo, foi ministrado tratamento especial, no sentido de incentivar a atualização dos processos de cultura, de promover o cooperativismo, a inseminação artificial dos rebanhos, a mecanização agrícola, a preparação da carta de solos, a intensificação da política creditícia, o uso de sementes selecionadas, reflorestamento e emprego de adubos.

A eletrificação do norte do Estado e a construção de rodovias são outras realizações a serem lembradas. Com ênfase, o governador frisou que sua administração “multiplicou por três os quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas: de 120 km em 1967 passou para 390 em 1970. [...] Pode-se afirmar que todas as regiões do Espírito Santo começam a ser vivificadas por um impulso de desenvolvimento,

---

8 - DIAS LOPES FILHO, *Desafio*, 65.

9 - DIAS LOPES FILHO, *Desafio*, 66. - Ao Prof. Werther Vervloet – secretário de Educação e Cultura – cabe o mérito de quanto foi realizado na faixa do ensino no decorrer do período em tela.

pois foi aberto para elas o caminho dos grandes centros econômicos do País. Estão ligados à Guanabara, S. Paulo, Estado do Rio, Minas Gerais, Bahia, Nordeste e, principalmente, à Capital do Estado e ao Porto de Vitória, com a conseqüente e benéfica integração econômica, político-administrativa e cultural”.<sup>10</sup>

Resumindo o trabalho realizado no quadriênio de sua gestão, Dias Lopes destaca – no capítulo dedicado à Secretaria de Saúde e Assistência – a criação das Unidades Volantes, a que foi confiada a missão de vencer o ceticismo do homem do campo em relação à medicina oficial, visitando-o em seu domicílio, proporcionando-lhe vacinação, educação sanitária, assistência médica. (II)

**A ELOQUÊNCIA DOS ALGARISMOS** – Embora às vezes percutindo informações registradas anteriormente, os quadros seguintes elaborados à sombra de publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Instituto Brasileiro do Café e do Departamento Estadual de Estatística (ES) pretendem evidenciar a marcha ascensional do Estado do Espírito Santo no contexto da vida brasileira.

São números singelos, mas que traduzem a eloquência da realidade. Apresentados sem comentários, pretendem provocar a meditação do leitor, sem a interferência dispensável de sugestões ociosas.

#### POPULAÇÃO NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS

	19.8.1872	31.12.1890	31.12.1900	1.9.1920	1.9.1940	
					Urbana	Rural
Brasil	9 930 478	14 333 915	17 438 434	30 635 605	12 880 182	28 356 133
Estado do Espírito Santo	82 137	135 997	209 783	457 328	157 925	632 224
	1.7.1950		1.9.1960		1.9.1970	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	18 782 891	33 161 506	32 004 817	38 987 526	52 084 984	41 054 053
Estado do Espírito Santo	199 186	758 052	403 461	1 014 887	721 916	877 417

10 - DIAS LOPES FILHO, *Desafio*, 130-2.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, ÁREA TOTAL, PESSOAL OCUPADO E TRATORES

	1920	1940	1950	1960	1970
	<b>ESTABELECIMENTOS</b>				
Brasil			2 064 642	3 337 769	4 932 202
Estado do Espírito Santo	20 941	41 919	44 170	54 795	70 905
	<b>ÁREA OCUPADA (HA)</b>				
Brasil			232 211 106	249 862 142	293 012 168
Estado do Espírito Santo	1 279 699	1 988 231	2 524 873	2 888 667	3 790 645
	<b>PESSOAL OCUPADO</b>				
Brasil			10 996 834	15 633 985	18 151 544
Estado do Espírito Santo	-	-	272 992	285 165	308 787
	<b>TRATORES</b>				
Brasil			8 372	61 345	157 346
Estado do Espírito Santo	-	-	58	508	984

Lélio Rodrigues informa que, dos 45.761 km<sup>2</sup> do território estadual,<sup>11</sup> 76% constituem área de 66.438 estabelecimentos rurais,<sup>12</sup> assim distribuídos (no cômputo do Recenseamento de 1970):

Menos de 10 ha	13.325
10 ha a menos de 100 ha	50.011
100 ha a menos de 1.000 ha	7.343
1.000 ha a menos de 10.000 ha	170
10.000 ha e mais	3
Sem declaração	1

São, ainda, de Lélio Rodrigues as seguintes observações: “A população ativa exerce a agricultura na condição de proprietário responsável (55,9%), parceiro-meeiro (24,4%) e assalariado (16,8%). O sistema de meação vem perdendo terreno para o regime do assalariado, descaracterizando ambos a estrutura original da *propriedade tamanho familiar*, que predominou ao longo de

11 - A superfície do Estado - segundo o IBGE - é de 45.597 km<sup>2</sup>, incluindo áreas das ilhas Trindade e Martim Vaz.

12 - RODRIGUES, *Perspectivas*, 17.

todo o processo de colonização européia. A parceria, bastante generalizada na exploração do café, em moldes pré-capitalistas, também funcionou como freio à introdução de tecnologia moderna”.<sup>13</sup>

RODOVIAS - EXTENSÃO DA REDE (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)  
EM TRÁFEGO (KM) - 1969-72

	TOTAL			
	1969	1970	1971	1972
Brasil	1 090 510	1 130 395	1 213 494	1 260 330
Estado do Espírito Santo	21 265	22 766	24 167	25 354
	PAVIMENTADA			
	1969	1970	1971	1972
Brasil	45 295	50 297	55 653	61 763
Estado do Espírito Santo	669	972	949	1 139
	NÃO PAVIMENTADA			
	1969	1970	1971	1972
Brasil	1 040 215	1 080 098	1 157 841	1 198 567
Estado do Espírito Santo	20 596	21 794	23 218	24 215

Em 1972, a rede ferroviária em tráfego, no Estado, era de 560 quilômetros de extensão. Naquele mesmo ano, o Brasil tinha, em tráfego, 30.969 quilômetros.

ENERGIA ELÉTRICA<sup>14</sup> - PRODUÇÃO E CONSUMO (M WH)

	PRODUÇÃO LÍQUIDA					CONSUMO	
	1969	1970	1971			1969	1970
			Total	Hidráulica	Térmica		
Brasil	41 647 957	45 459 803	50 988 470	43 274 424	7 714 046	34 201 462	37 672 695
Estado do Espírito Santo	272 614	303 701	293 428	248 230	45 198	247 199	328 911

13 - RODRIGUES, *Perspectivas*, 17.

14 - “A construção no Rio Doce, da Hidrelétrica de Mascarenhas, com capacidade para gerar 154.000 MW, triplicará a atual capacidade energética do Estado, propiciando,

CONSUMO						
1971						
	Total	Residencial	Comercial	Industrial	Iluminação pública e poderes públicos	Outros
Brasil	42 487 102	9 251 182	5 696 257	22 094 140	3 816 725	1 628 799
Estado do Espírito Santo	454 531	81 290	43 167	280 442	28 442	21 190

Em 1970, dos cinquenta e três municípios, quarenta e sete dispunham de abastecimento de água nas respectivas sedes. Dessas, trinta e sete eram servidas de esgoto sanitário.

Naquele milésimo, havia no Estado setenta e uma unidades de assistência hospitalar e para-hospitalar, dispondo de 5.392 leitos.

A produção de café – que continua sendo a principal fonte de riqueza do Estado – vem sofrendo oscilações desordenadas e se exprime no quadro abaixo, alcançando as safras de 1960-73:

1960	3.100.000	sacas de 60 kg
1961	1.900.000	“ “ “ “
1962	2.400.000	“ “ “ “
1963	1.300.000	“ “ “ “
1964	1.100.000	“ “ “ “
1965	1.900.000	“ “ “ “
1966	1.600.000	“ “ “ “
1967	700.000	“ “ “ “
1968	1.600.000	“ “ “ “
1969	500.000	“ “ “ “
1970	1.600.000	“ “ “ “
1971	400.000	“ “ “ “
1972	1.200.000	“ “ “ “
1973	800.000	“ “ “ “

---

ainda, a série de programas em curso, a perfeita e total interligação do nosso sistema aos sistemas de Furnas e da região centro-sul do País, assegurando energia farta para o Espírito Santo” (MONJARDIM, *Turismo*, 21).

ENSINO PRIMÁRIO - MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO  
A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO

MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO								
	Anos	Total	Segundo a dependência administrativa				Segundo a localização	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	Zonas urbana e suburbana	Zona rural
Brasil	1970	12 812 029	81 530	7 725 918	3 850 604	1 153 977	8 066 694	4 745 335
	1971	13 623 388	86 872	8 013 471	4 339 009	1 184 036	8 534 156	5 089 232
	1972	14 082 098	81 549	8 157 760	4 726 228	1 116 561	8 765 933	5 316 165
Estado do Espírito Santo	1970	264 041	-	237 389	14 837	11 815	129 673	134 368
	1971	298 978	-	261 349	25 023	12 606	149 847	149 131
	1972	294 816	23	263 523	20 388	10 882	148 573	146 243

ENSINO PRIMÁRIO - UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA  
ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO

MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO								
	Anos	Total	Segundo a dependência administrativa				Segundo a localização	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	Zonas urbana e suburbana	Zona rural
Brasil	1970	146 136	791	54 450	81 583	9 312	34 388	111 748
	1971	153 142	905	55 102	86 986	10 149	35 476	117 666
	1972	165 051	849	56 454	98 160	9 588	37 302	127 749
Estado do Espírito Santo	1970	4 354	-	3 844	439	71	599	3 755
	1971	4 818	-	4 304	423	91	622	4 196
	1972	5 155	2	4 565	502	86	658	4 497

ENSINO PRIMÁRIO - CORPO DOCENTE, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA  
ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO

MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO								
	Anos	Total	Segundo a dependência administrativa				Segundo a localização	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	Zonas urbana e suburbana	Zona rural
Brasil	1970	457 406	2 820	285 476	124 232	44 878	300 118	157 288
	1971	510 285	3 027	318 656	141 321	47 281	341 125	169 160
	1972	525 628	2 638	327 832	151 858	43 300	343 722	181 906
Estado do Espírito Santo	1970	8 504	-	7 563	510	431	4 283	4 221
	1971	9 024	-	7 954	600	470	4 360	4 664
	1972	10 151	1	9 002	732	416	5 251	4 900



ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO, A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O SEXO

MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO							
	Anos	Total geral (dos dois ciclos)	Total	1.º Ciclo			
				Segundo a dependência administrativa			
				Público		Particular	
				Total	Feminino	Total	Feminino
Brasil	1970	4 086 073	3 082 598	1 897 893	936 767	1 184 705	598 296
	1971	4 562 126	3 442 705	2 227 827	1 105 568	1 214 878	616 827
	1972	5 588 583	4 288 646	2 987 394	1 488 890	1 301 252	667 561

Estado do Espírito Santo	1970	82 492	64 533	30 994	15 691	33 539	16 191
	1971	96 067	74 362	34 562	17 520	39 800	19 218
	1972	118 795	89 116	45 730	22 903	43 386	21 397

MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO							
	Anos	Total	2.º Ciclo				
			Segundo a dependência administrativa				
			Público		Privado		
			Total	Feminino	Total	Feminino	
Brasil	1970	1 003 475	550 619	295 551	452 856	231 311	
	1971	1 119 421	632 373	341 325	487 048	250 868	
	1972	1 299 937	744 766	395 071	555 171	286 043	

Estado do Espírito Santo	1970	17 959	8 144	5 031	9 815	5 249
	1971	21 705	10 322	6 144	11 383	5 983
	1972	29 679	14 105	8 607	15 574	10 202

ENSINO MÉDIO - CURSOS EXISTENTES, SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

CURSO								
	Anos	Total geral	1.º Ciclo			2.º Ciclo		
			Total	Segundo a dependência administrativa		Total	Segundo a dependência administrativa	
				Público	Particular		Público	Particular
Brasil	1970	14 779	8 745	3 942	4 803	6 034	2 355	3 679
	1971	15 641	9 148	4 321	4 827	6 493	2 690	3 803
	1972	22 958	14 078	7 938	6 138	8 882	4 071	4 811

Estado do Espírito Santo	1970	349	206	60	146	143	49	94
	1971	378	227	62	165	151	53	98
	1972	496	322	113	209	174	74	100

Em 1972, a União arrecadou [no Espírito Santo] Cr\$ 168.289.000,00, dos quais Cr\$ 50.856.000,00 de imposto de renda.

Em 1973, o Estado arrecadou Cr\$ 529.595.272,18, enquanto a despesa alcançava Cr\$ 582.878.060,78.

Seus municípios, em número de cinqüenta e três, integram oito microrregiões homogêneas e se subdividem em duzentos e seis distritos.

A representação capixaba no Congresso Nacional se constitui de dois senadores e sete deputados. Na Assembléia Legislativa têm assento vinte e um representantes.<sup>15</sup>

Havia no Estado sessenta e oito bibliotecas; trinta e dois periódicos, dos quais quatro diários, totalizando uma tiragem anual que se aproximava de seis milhões de exemplares.

**GOVERNO ARTUR GERHARDT** – Aos três de outubro de 1970, a Assembléia Legislativa elegeu para a Governadoria do Estado o engenheiro Artur Carlos Gerhardt Santos.

A escolha traduzia o reconhecimento da comunidade capixaba ao infatigável e culto homem público que, na Administração anterior, comandara o trabalho de planejamento das iniciativas governamentais. Caber-lhe-ia, agora, realizar muitos dos projetos que idealizara.

Familiarizado com todos os problemas do Estado, Artur Gerhardt vem administrando à base de planos meticulosamente elaborados e tem sabido atender às aspirações da atualidade.

A tônica de seu governo é a industrialização do Espírito Santo – solução que o mundo atual impõe, sem alternativa, para os complexos problemas trazidos pela explosão demográfica universal e de conseqüências imediatas nos países em desenvolvimento, cujos povos exigem de seus administradores participação em todos os benefícios da civilização, do conforto, do progresso.

Hoje – como ontem – o Estado se ressentia da falta de recursos próprios para promover planos adequados de desenvolvimento. Daí o esforço inicial do governo no sentido de atrair recursos externos, nacionais e internacionais. Trabalho de persuasão dificilmente mensurado, seus primeiros resultados já começam a aparecer na paisagem capixaba.

O quadro seguinte relaciona os principais empreendimentos que empolgam o Estado e para os quais o governo local tem o compromisso inarredável de proporcionar infra-estrutura de serviços de alto custo – *conditio sine qua* para concretização dos projetos.

---

15 - Na próxima legislatura (1975-79), o Estado terá oito deputados na Câmara Federal e vinte e quatro representantes na Assembléia Estadual.

GRANDES PROJETOS	Grupos empresariais	Localização	INVESTIMENTO FIXO (em 10 milhões de US\$ de 1973)		Escala final de produção	Fase atual
			1.ª fase 1974/78	2.ª fase 1979/83		
<b>COMPLEXO SIDERÚRGICO</b>						
Usina de semi-acabados	Companhia Siderúrgica de Tubarão	Grande Vitória	1 900,0	520,0	6.000.000 t/ano	início da obra março/75
Usina de acabados não planos	Cofavi + Associados estrangeiros	“ “	720,0	510,0	2.600.000 t/ano	em estudo
Usina de acabados planos	Siderbras + Republic Steel	“ “	110,0	-	1.500.000 t/ano	em negociação
Novas usinas de pelotização	Itabasco - Inibras - Nipobras	“ “	200,0	-	12.000.000 t/ano	em implantação
Usina de pelotização <sup>16</sup>	Samarco	Anchieta	70,0	-	5.000.000 t/ano	em implantação
<b>COMPLEXO PARA-QUÍMICO</b>						
Fábrica de celulose	Aracruz Celulose S/A	Aracruz	227,0	153,0	800.000 t/ano	em implantação
Fábrica de celulose	Flonibra	S. Mateus	93,0	417,0	800.000 t/ano	em projeto
Usina de minerais físis	CBTN + Associados estrangeiros	Aracruz	80,0	-		em estudo
<b>COMPLEXO NAVAL</b>						
Estaleiro de reparos	Renave + Lisnave	Grande Vitória	250,0	-	navios até 400.000 TPB	em projeto de engenharia
Estaleiro de construção		“ “	100,0	-	navios até 250.000 TPB	contatos preliminares
Estaleiro de desmonte	Nisibra	“ “	0,6	-	navios até 80.000 TPB	em implantação
<b>COMPLEXO PORTUÁRIO</b>						
Porto de Vitória-Tubarão <sup>17</sup>	Administração do Porto de Vitória	Grande Vitória	143,0	179,5	navios até 270.000 TPB	(III)
Porto de Ubu	DNPVN + Samarco	Anchieta	30,0	-	navios até 300.000 TPB	em implantação
Porto de Barra de Riacho	DNPVN + Aracruz	Aracruz	15,0	-	navios até 60.000 TPB	em implantação
Porto de Uruçuquara	DNPVN + Flonibra	S. Mateus	-	50,0	navios até 100.000 TPB	em estudo
Porto Siderúrgico	DNPVN + Cia. Siderúrgica de Tubarão	Grande Vitória	120,0	-	navios até 100.000 TPB	em projeto
<b>COMPLEXO TURÍSTICO</b>						
Cidade do Sol	Emcatur	Guarapari	85,0	90,0		projeto final em estudo
Parque Juparaná		Linhares	-	-		

16 - Usina de pelotização - Atualmente estão em funcionamento duas usinas: a primeira produz 2.000.000 t/ano e a segunda, 3.000.000 t/ano.

Para o período de 1974/77 já está programada a instalação de mais quatro usinas na área de Tubarão, de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce em associação com grupos estrangeiros, objetivando a produção de mais 12.000.000 t/ano.

Com todas as plantas em operação em 1977, a produção de *pellets* em Tubarão será de 17.000.000 t/ano.

17 - Terminal de Tubarão - Situado na ponta do Tubarão, em Camburi, é considerado

Do conjunto de empreendimentos de infra-estrutura, foi entregue aos seus usuários a Área Um do Centro Industrial da Grande Vitória (onde várias fábricas já estão erguendo suas instalações) e aplica-se o governo na implantação da Área Dois.

*Pari passu* com o andamento dessas obras – de envergadura jamais imaginada no Espírito Santo – a Administração dá prosseguimento à tarefa de expandir e aprimorar a rede rodoviária,<sup>18</sup> tendo preparado mais de quinhentos quilômetros de terraplenagem até agosto último, à parte sessenta e três quilômetros de estradas pavimentadas, aqui incluído longo trecho da Rodovia do Sol.<sup>19</sup>

Da maior relevância o programa de eletrificação rural, a que o governo Artur Gerhardt tem dado impulso extraordinário no esforço de levar mais conforto ao homem do campo.<sup>20</sup> Coerente, aliás, com a melhor maneira de fixar o homem no meio rural, interiorizando o desenvolvimento, contendo quanto possível o afluxo para as áreas urbanas, causador de tantos desajustamentos sociais.

---

um dos maiores terminais do mundo e é utilizado exclusivamente para a exportação de minério de ferro e *pellets*. Suas instalações atuais dispõem de dois *piers* (o maior com 390 m de extensão e 18 m de largura), permitindo a atracação de navios super-graneleiros, pois dispõe de canal com profundidade de 87 pés. As instalações mecânicas permitem um escoamento máximo de 28.000 t/hora.

Existe, também, no porto do Tubarão um terminal para petróleo.

18 - O Estado dispõe, atualmente, de cerca de mil e duzentos quilômetros de estradas asfaltadas e mais de cinco mil e trezentos quilômetros de estradas não pavimentadas.

- As ferrovias em tráfego se estendem por quatrocentos e cinquenta e dois quilômetros. O governo da União acaba de aprovar a construção da variante S. Eduardo-Vitória, com duzentos e cinquenta e dois quilômetros de extensão, da maior importância para o desenvolvimento do Estado, e a duplicação da Estrada do Vale do Rio Doce – obras integradas no Programa de Desenvolvimento Ferroviário Nacional.

19 - "... pista expressa, pavimentada, que está tornando possível a interligação pelo litoral de todos os Municípios da faixa radiativa e a sua imprescindível ligação aos eixos dos troncos rodoviários federais situados nas BR-101 e BR-262, respeitadas suas mais importantes opções" (MONJARDIM, *Turismo*, 44).

20 - "A produtividade agrícola capixaba também ganhou um poderoso aliado no intenso programa de eletrificação rural, fato que só agora passa a ser efetivamente considerado. A eletrificação rural melhorou, inclusive, a qualidade da mão-de-obra no interior. Até a educação primária e secundária tem sido beneficiada, pois é muito maior o número de professores que se apresentam para disputar cadeiras nas áreas já eletrificadas.

No programa de eletrificação rural investimos até este ano um total de vinte milhões de cruzeiros, estando previstos para 1973 mais quatro milhões de cruzeiros, concluindo com este investimento a eletrificação e interligação de todo o Estado à rede nacional. Somos, sem medo de errar, o único Estado, com exceção da Guanabara, no Brasil, que estará inteiramente eletrificado até o final de 1974" (Da conferência pronunciada para um auditório de universitários capixabas em novembro de 1978 pelo governador ARTUR GERHARDT).

- O total daquele investimento já subira, em setembro de 1974, a mais de Cr\$ 46.000.000,00.

Paralelamente à sádia política de diversificação agrícola, o governo tem incentivado a atividade planejada nas lides do campo, do que vem resultando aumento promissor da produtividade na agricultura. (IV)

De frisar-se que sofisticado aparelhamento técnico montado pelo Estado dá o indispensável apoio científico àquelas conquistas.

Os quadros seguintes, referentes ao consumo de fertilizantes na agricultura e à aplicação do crédito rural, permitem avaliar o progresso do Estado no setor agrícola.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE FERTILIZANTES  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANO	Tonelada
1971	2 978
1972	9 728
1973	14 166
1974	20 000 <sup>21</sup>

EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANO	APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL EM CR\$ - 1 000,00		
	Banco do Brasil	Banestes <sup>22</sup>	Total
1969	31 457	11 660	43 117
1970	40 919	26 118	67 037
1971	67 449	53 730	121 179
1972	114 731	63 094	177 825
1973	172 615	78 966	251 581
1974		83 079 <sup>23</sup>	

No setor da saúde pública – outrora tão desdenhado, conforme tantas vezes acentuado nas páginas deste livro – é de assinalar-se o desvelo da Administração em aparelhar o Estado de dispositivo, tanto humano como material, (V) capaz de atender, no campo e nas cidades,<sup>24</sup> a toda a comunidade capixaba, com preferência especial para a faixa em idade escolar e para os problemas de saneamento básico. (VI)

21 - Estimativa à base das vendas de janeiro a setembro.

22 - As duas instituições bancárias são responsáveis por mais ou menos 95% do crédito rural aplicado no Estado.

23 - Até 30-9-1974. Previsão até dezembro: Cr\$ 120.000.000,00.

24 - Em abordagem da vida capixaba atual – embora de forma tão sumária – impõe-

Um dos problemas cruciantes da administração brasileira - a fixação de profissionais da Medicina no interior - tem merecido do governo do Estado carinho especial e que pode ser avaliado no volume de recursos que emprega com aquele objetivo.

Auxiliada pelo Funrural, a Secretaria de Saúde proporciona a suplementação de vencimentos ou salários de médicos, dentistas e farmacêuticos, como atrativo para sua fixação no interior. Detalhe expressivo da obra inspirada pela preocupação, antes realçada, de levar o progresso e o conforto a todas as regiões do *hinterland*.

ANO	RECURSOS APLICADOS NESTE PLANO - Cr\$	
	Governo do Estado	Funrural
1971	952 064,00	1 240 000,00
1972	2 473 200,00	1 471 000,00
1973	3 504 461,52	2 088 000,00

As trinta escolas polivalentes construídas no quadriênio realçam o alto sentido que o governo Artur Gerhardt dá à educação das novas gerações. Naqueles educandários formam-se os técnicos, a mão-de-obra especializada de que tanto carecem o Espírito Santo e o Brasil. É o ensino profissionalizante - em boa hora implantado no *curriculum* de nossas escolas pelo ministro Jarbas Passarinho - que a Secretaria de Educação decidida e patrioticamente oferece à mocidade capixaba, a quem caberá fazer movimentar o parque industrial que está sendo erguido no Estado.

---

se referência especial a Vitória, centro principal de todas as atividades do Estado. Cidade quatro vezes secular, apresenta-se hoje ataviada dos mais requintados adereços do conforto, da higiene, da cultura e da civilização.

Além de seu monumental Palácio Anchieta - quase tão velho quanto a cidade - Vitória oferece aos olhos deslumbrados de quem a visita um sem número de belos edifícios residenciais ou de escritórios, o suntuoso prédio do Tribunal de Justiça do Estado, amplas avenidas, uma jóia de bom gosto que é o Teatro Carlos Gomes (construção devida a André Carloni), modernos pavilhões em que se alojam vários departamentos da Universidade Federal do Espírito Santo, e sobretudo, uma comunidade descontraída vivendo o mesmo estilo que predomina em qualquer outra metrópole moderna. A denominada Grande Vitória - que concentra um terço da população do Estado - conta quatro jornais diários (*A Tribuna*, *A Gazeta*, *O Diário* e *o Jornal da Cidade*), cinco radiodifusoras e três estações de TV.

O atual prefeito da cidade - Crisógono Teixeira da Cruz - deixa ali marcas indelévels de sua administração eficiente.

- Através da Comdusa (Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano) o Estado realiza - na Praia do Suá e nas ilhas do Boi e do Príncipe - obras de urbanização visando expandir a área habitacional de Vitória. São projetos audaciosos, que exigem investimentos de vulto, mas que irão proporcionar à Capital, dentro em breve, a ampliação de faixa territorial que o seu incessante desenvolvimento está exigindo.

- Outro empreendimento da maior relevância para Vitória é a construção - já iniciada - da nova ponte ligando a ilha ao continente.

Em 1973, as matrículas nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus elevaram-se a 434.671, assim distribuídas:

1.º grau	de 1.ª a 4.ª série – antigo primário	307.846
	de 5.ª a 8.ª série – antigo ginásio	96.368
2.º grau – antigo científico, colegial etc.		30.457

Em 1922, a população escolar recenseada era de 16.229 alunos. Em 1872, o número de alunos de todas as escolas da província não ia além de 1.559...

O ensino de nível superior, também ministrado em várias escolas distribuídas pelas principais cidades, tem na Universidade Federal do Espírito Santo a maior concentração estudantil do Estado.

#### TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS POR ÁREA NA UFES

ÁREA	1971	1972	1973	1974
Ciências naturais e exatas	635	731	859	1 225
Ciências biológicas	648	741	852	986
Ciências sociais e humanas	2 315	2 483	2 735	*3 097
TOTAL	3 598	3 955	4 446	5 308

\* Na 2ª edição está 2 097 [Nota da coordenação editorial].

E o trabalho prossegue. A confiança no futuro não arrefece na velha capitania de Vasco Fernandes Coutinho.

No momento mesmo da redação destas linhas, a Assembléia Legislativa Estadual elege o novo governador que deverá dirigir o Estado no próximo quadriênio – o deputado Élcio Alvares, cujo passado responde pelos anseios de progresso dos seus coestaduanos.

E o povo capixaba – como sempre – fiel à sugestiva legenda de sua bandeira

## NOTAS

## I

(p. 480)

“Paralelamente ao esforço de aparelhamento institucional, o poder público capixaba empreendeu intensa campanha junto ao Governo da União procurando sensibilizar as autoridades federais com vistas à crítica situação em que se encontrava a economia regional, e que estava a reclamar a adoção de medidas especiais que possibilitassem a reativação econômica do Espírito Santo. Tratava-se de velha reivindicação capixaba no sentido de que o Governo da República institucionalizasse um esquema de incentivos fiscais semelhantes aos que vigoram em outras áreas de fraco nível de desenvolvimento.

Em trinta e um de janeiro de 1968, após insistentes petições do Governo do Estado, foi instituído pela Presidência da República, através do Decreto-lei n.º 62.197, um Grupo de Trabalho interministerial para proceder ao levantamento da situação sócio-econômica do Espírito Santo bem como sugerir medidas para o seu soerguimento.

Embora sem desempenhar plenamente as incumbências a ele atribuídas, o GT interministerial deixou gravada na alta esfera federal uma imagem da crise econômica do Estado para a qual só medidas excepcionais poderiam trazer resultados efetivos.

O Governo do Estado, continuando sua política reivindicatória, formulou diversos projetos de incentivos para o desenvolvimento do Espírito Santo, submetendo-os à apreciação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. A pretensão capixaba foi aprimorada e compatibilizada com a política seletiva de incentivos regionais e com o interesse do Governo Federal em não criar novas faixas de incentivos fiscais em detrimento do Norte e Nordeste, culminando com a criação dos instrumentos consubstanciados no Decreto-lei 880, de dezoito de setembro de 1969, que confere ao contribuinte do Imposto sobre a Renda, pessoa física e jurídica, domiciliado no Espírito Santo, o direito de aplicar deduções do imposto relativas ao Decreto-lei 221 (pesca), Decreto-lei 55 (turismo) e Decreto-lei 157 (compra de ações) em outros empreendimentos agrícolas e industriais localizados em território capixaba.

O Decreto-lei 880 instituiu também o FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - a ser constituído de diversas dotações orçamentárias federais e estaduais, além de outros recursos. O citado Decreto criou, para administrar a aplicação dos incentivos fiscais e dos recursos do FUNRES, o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES), cujas atribuições foram definidas pelo Decreto 65.185, de 18 de setembro de 1969. O GERES integra-se de representantes do Ministério do Planejamento (coordenador), Ministério da Fazenda, Ministério do Interior, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e dois representantes do Governo do Estado do Espírito Santo.



Reforçando os estímulos criados pela legislação federal, o Governo Estadual através da Lei 2.469, de vinte e oito de novembro de 1969, regulamentada pelo Decreto 34-N, de trinta e um de dezembro de 1969, estabeleceu os incentivos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), facultando às pessoas jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas no Estado, deduzir até 5% do valor líquido do ICM a recolher para aplicação em projetos industriais, agropecuários, de pesca, de turismo e de comércio e serviços.

A Lei Estadual n.º 2.480, de vinte e três de dezembro de 1969, que possibilita a bonificação de até 80% do ICM devido, para amortizar, durante doze anos, os investimentos industriais de valor superior a 5.000 salários-mínimos regionais, constitui outro importante estímulo fiscal ao investidor privado que venha a aplicar seu capital em empreendimentos localizados em território capixaba.

Por fim, complementando o esforço estadual no sentido de se criar franquias destinadas a dinamizar a economia espírito-santense, cita-se a recente Lei que cria o FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) e que objetiva, através de financiamento de até 10% do valor das operações de importação e exportação pelo Porto de Vitória, incrementar o volume de carga movimentada pelo Porto de modo a minimizar sua ociosidade operacional, principalmente no sentido da importação.

Os recursos derivados do DL 880 e da Lei Estadual n.º 2.469 têm por principal finalidade prestar colaboração financeira, sob a forma de participação societária, a empreendimentos industriais, agropecuários, pesqueiros e turísticos localizados no Estado do Espírito Santo.

A conquista dos incentivos fiscais, evidentemente, não resolve por si só o problema econômico do Espírito Santo. Deve-se reconhecer, entretanto, que sua contribuição nesse sentido é de elevada importância, o que pode ser avaliado pelos recursos recolhidos até fins de 1970, no montante de mais de nove milhões de cruzeiros aplicados na nossa industrialização” (DIAS LOPES FILHO. *Desafio*, 10-3).

## II

(p. 484)

“Apesar de tomar contato cada dia mais com as novas formas de progresso que chegam ao interior, o morador do campo ainda é retraído e desconfiado, e isto o faz até deixar de procurar o atendimento médico gratuito. Uma das formas de dinamizar a atividade das unidades sanitárias foi ir ao encontro do paciente. Foram criadas em 1969 as Unidades Volantes, com a finalidade de promover principalmente intensa aplicação de vacinas, desinfestação anti-helmíntica e proporcionar educação sanitária. A inovação deu resultados positivos e, o que é realmente importante, foi aceita pelas populações rurais.

Vinte municípios foram beneficiados pelas Unidades Volantes. Em 1969 elas foram a Alegre, Aracruz, Linhares, Guarapari, Cariacica, Alfredo Chaves, Domingos Martins, Viana, Nova Venécia e Ecoporanga, tendo atendido 74.230 pessoas. Em 1970 foram para Presidente Kennedy, Alegre, Ecoporanga, Itapemirim, Boa Esperança, Anchieta, Barra de S. Francisco, Pinheiro, Iconha, Piúma e Santa Leopoldina, realizando 143.345 atendimentos. Em dois anos de funcionamento das Unidades Volantes foram aplicadas 92.303 doses de vacina tríplice, 182.791 doses de vacina antitífóidica, 43.563 de vacina antivariólica, 65.328 contra poliomielite e 2.596.594 unidades de medicamentos contra as verminoses. [...] Pela primeira vez no Estado, foi aplicada em 1969 a vacina contra sarampo. Nesse mesmo ano, em colaboração com o Ministério da Saúde, se realizava a Campanha de Erradicação da Variola. Pela primeira vez estava se dando ênfase à profilaxia das chamadas doenças evitáveis.

No interior as unidades sanitárias trabalhavam fazendo visitas a domicílio, através do Serviço de Enfermagem e das Unidades Volantes. Foram efetuadas 2.741.694 imunizações entre 1967 e 1970, compreendendo a aplicação de vacina antivariólica, antitetânica, antidiftérica, contra coqueluche, poliomielite, gripe, sarampo, tifo, cólera e vacina BCG” (DIAS LOPES FILHO, *Desafio*, 57-9) .

III  
(p. 491)

EXPANSÃO PORTUÁRIA NO ESTUÁRIO DO SANTA MARIA

LOCALIZAÇÃO	Extensão (m)	Número de berços	Calado (m)	Observações
Cais comercial	570	3	10,0	Existente
Cais do Paul	420	2	12,0	“
Terminal do álcool	160	1	11,0	“
Cais de Atalaia	170	1	11,0	“
Cais de Capuaba	540	3	13,0	Em fase de construção
Cais de Aribiri	1 900	8	13,0	Futuro
Cais de Jaburuna	750	3	13,0	“
Cais do Jabour	800	4	10,0	“

O cais de Capuaba destina-se à exportação de carne e produtos siderúrgicos diversos.

O cais de Jaburuna - terminal especializado para exportação de celulose e importação de fertilizantes.

O cais do Jabour destina-se à movimentação de carga geral não especializada.

- O II Plano de Desenvolvimento Nacional destina à modernização e reaparelhamento do sistema portuário nacional, nos próximos cinco anos, Cr\$ 10.224.353.000,00.

Daquela quantia, Cr\$ 6.202.630.000,00 serão aplicados em portos da região do sudoeste, da qual faz parte o Estado do Espírito Santo.

Pela ordem de aplicação de maiores recursos, o porto de Vitória ocupa o terceiro lugar, logo após Santos e Guanabara.

É a seguinte a distribuição de recursos do Plano em tela para os mencionados Portos: porto de Santos - em S. Paulo: Cr\$ 2.755.410.000,00; porto do Rio de Janeiro - Guanabara: Cr\$ 1.663.633.000,00; porto de Vitória - Espírito Santo: Cr\$ 1.511.597.000,00.

## IV

(p. 493)

“O plantio do café arábica, que obedeceu ao programa de recuperação da nossa economia cafeeira, para suprir a crise deixada pela erradicação indiscriminada, começou em 1970/71 com o plantio de um milhão e trezentas mil novas mudas selecionadas. Já no ano seguinte plantamos mais de oito milhões de mudas e este ano atingimos dezesseis milhões de mudas de café arábica e vinte milhões de mudas de café robusta. Com este programa esperamos produzir em 1977 mais de dois milhões de sacas de café, produção que chegamos a atingir nos melhores tempos. Releva notar que iremos produzir o mesmo que produzíamos anteriormente, utilizando menos de um quarto da área plantada antes de 1950. Isto equivale a afirmar que estamos aumentando a produtividade média do café capixaba, por hectare-ano, de quatro para dezesseis sacas. Já podemos registrar produções em algumas regiões do Estado onde esta produtividade atingiu vinte a trinta sacas por hectare-ano, o que se pode considerar verdadeira façanha. Isto tem sido possível porque o nosso agricultor se conscientizou da importância das técnicas e das instruções que lhes têm sido ministradas pelos técnicos do IBC (Instituto Brasileiro do Café), da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo) e do Governo do Estado. [ ...]

De um modo geral e sobre produtos de inegável importância, a nossa agricultura teve um crescimento apreciável. É só comparar números. O milho, o arroz e o feijão são exemplos do êxito das campanhas de produtividade encetadas nos últimos anos.

Começamos por analisar o comportamento da produtividade do milho. A produtividade média do Estado era de oitocentos a mil quilos por hec/ano. Nos Municípios onde começamos a trabalhar, com os agricultores inteiramente assistidos, podemos registrar a média de 3.469 k por hec/ano. Isto traduzido quer dizer que os nossos agricultores, com a mesma área plantada, estão conseguindo resultados 3,5 vezes mais altos em termos de produtividade, e, conseqüentemente, de rentabilidade.

Com o feijão e o arroz aconteceu a mesma coisa. No caso do feijão, conseguimos pular de 480 k por hec/ano para 1.291 k e, no caso do arroz, passamos de 1.200 k por hec/ano para 2.400 k.

Os nossos agricultores, com o mesmo esforço físico, com a mesma área plantada e, em alguns casos, em menor área do que no ano anterior, conseguiram um aumento de renda da ordem de quatro e meia vezes mais.

Entremos na análise do comportamento da pecuária de corte no Estado. A média de produtividade do gado de corte no Estado é de setenta quilos por hec/ano. Os pecuaristas integrantes do projeto CONDEPE (Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária) já estão conseguindo produzir 122 k por hec/ano, obedecendo às técnicas que lhes foram oferecidas. Mas já existem em nosso Estado pecuaristas que atingem a média excepcional de setecentos quilos por hec/ano” (ARTUR GERHARDT, conferência já citada).

- A cafeicultura - sustentáculo maior da riqueza do Estado - após tantos reveses decorrentes de fatores os mais diversos, vai encontrando o caminho certo do seu desenvolvimento na prática de técnicas modernas de plantio e cultura, destacando-se, ultimamente, o interesse pela formação de cafezais da variedade *conillon*.

É uma tentativa que o senso de adaptação do homem do campo ensaiou com sucesso e a que a Secretaria da Agricultura vem dando todo o amparo a seu alcance.

## V

(p. 493)

A Secretaria de Saúde do Estado, em levantamento feito na fase de impressão deste volume, informava:

“*Programa de Assistência Médico-Sanitária* - Pela variada gama de atividades e em conseqüência do volume dos recursos alocados, o Programa de Assistência Médico-Sanitária, Ambulatorial e Domiciliária se constituiu no de maior importância e, por isso mesmo, atingiu diretamente expressivo percentual da população do Estado e, indiretamente, a toda a população.

O Programa de Assistência Médico-Sanitária contou com seis projetos básicos: - Projeto de Construção, Ampliação, Equipamento e Reequipamento de Unidades Sanitárias. No que se refere à construção de novas Unidades Sanitárias foram alocados os seguintes recursos:

1971	Cr\$ 674.334,00
1972	Cr\$ 152.319,00
1973	Cr\$ 929.569,80
1974	Cr\$ 592.732,92.

No setor de conservação, reforma, adaptação e ampliação de Unidades Sanitárias foram feitas aplicações nos valores:

1971	Cr\$ 275.351,00
1972	Cr\$ 112.240,00
1973	Cr\$ 331.170,27.

O Governo do Estado dispõe de uma rede de Unidades de Saúde Pública crescente, ou seja:

1971	77 Unidades de Saúde
1972	79 “ “ “
1973	88 “ “ “

O setor de equipamento e reequipamento de Unidades Sanitárias consignou aplicações da ordem de

1971	Cr\$ 610.940,39
1972	Cr\$ 472.454,92
1973	Cr\$ 744.955,00.

Para 1974, está previsto investimento nesse setor da ordem de Cr\$ 1.260.000,00.

O volume de recursos despendidos para equipamento e reequipamento dos Laboratórios Regionais elevou-se a Cr\$ 168.652,00 em 1973, com programação para 1974 da ordem de Cr\$ 650.000,00”.

VI  
(p. 493)

Dos cinqüentas e três municípios em que se divide o Estado, cinqüenta dispõem de serviço de abastecimento d'água; trinta e nove possuem rede de esgotos sanitários.

- Das realizações da Revolução de 31 de março de 1964, destaca-se o que vai sendo concretizado na área do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, isto é, proporcionar - até 1980 - água potável tratada a, pelo menos, 80% da população urbana brasileira.

Em 1970-71, o quadro se apresentava assim:

No Brasil 1971	No Espírito Santo 1970
26,5% da população dispunha do serviço de água potável e 58,7% da população urbana usufruía daquele serviço.	24% dos capixabas dispunham do serviço de água potável e apenas 54% da população urbana usufruía daquele serviço

O governo federal - através do Banco Nacional de Habitação - pôs à disposição das administrações locais recursos financeiros e assistência técnica necessários ao cumprimento daquela meta.

Incentivada por tão expressiva colaboração, a Administração capixaba - através da Cesan (Companhia Espírito-santense de Saneamento) - vai ampliando e modernizando o sistema de abastecimento d'água de todo o Estado.

A Cesan já fez investimentos superiores a Cr\$ 100.000.000,00 em estudos, projetos, equipamentos e obras, representando a implantação de quarenta e um novos sistemas de abastecimento d'água, atingindo mais de trinta municípios do Estado.

São empreendimentos de repercussão imediata não apenas na saúde e bem-estar da população, mas também para a concretização dos Projetos Industriais - penhor do desenvolvimento do Estado.



## HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO, UM CAMINHO

A história do Espírito Santo, seguindo uma constante das histórias regionais no Brasil, peca pela ausência de pesquisas e investigações documentais que certamente a fariam mais verossímil, mais atrativa e de melhor conteúdo, para explicar o passado e, sem dúvida, o presente do Estado. O acervo documental existente sobre o Espírito Santo é muito superior aos reclamos, às vezes constantes, de que não se tem o que nem onde consultar. Documentos preservados em instituições como o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo do Palácio da Ajuda, a Academia de Ciências de Lisboa, além de outras menores, todas situadas em Portugal, somados ao imenso acervo documental existente sobre o Espírito Santo no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo do Palácio do Itamaraty, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no próprio Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, no Arquivo Público da Bahia e na documentação pertinente ao Rio de Janeiro, desmistificam qualquer assertiva de que faltam fontes e locais para a pesquisa acerca de temas espírito-santenses.

A história do Espírito Santo tem qualidades que a tornam, no mínimo, interessante e curiosa. Tem-se que caminhar na busca da verdade, tem-se que usar da pesquisa real em todas as fontes e especialmente nas fontes primárias, ou melhor, nos documentos de época. O excelente trabalho executado pelo historiador José Teixeira de Oliveira apontou nessa direção, quando da elaboração do livro *História do Estado do Espírito Santo*. Mas muito se tem a caminhar. Absurda é a eterna repetição de informações equivocadas, em que versões de fatos, ou pseudofatos, são demonstradas como verdades consolidadas.

As afirmativas contidas no trabalho do século XVII de frei Vicente do Salvador são, ainda hoje, repetidas sem qualquer crítica científica ou documental. Absurdamente, em publicações comemorativas aos quinhentos anos da descoberta do Brasil autores de renome nacional, com publicação de coleção de livros de histórias, copilaram informações inverídicas sobre o Espírito Santo. As informações sobre os primeiros tempos da nossa colonização, como a tradicional afirmativa de que “apenas” duas capitanias prosperaram, Pernambuco e São Vicente, além de descabidas de conteúdo, demonstram absoluta falta de pesquisa sobre a verdade do passado. Podemos, sem medo, afirmar que o Espírito Santo teve bons e variados momentos de prosperidade, que Vasco Fernandes Coutinho foi homem valoroso, tenaz e vitorioso no seu objetivo. Ele absolutamente não morreu na miséria, como disse frei Vicente do Salvador. E o Espírito Santo no final do primeiro século da colonização era o terceiro produtor de açúcar do Brasil, sendo Vitória a vila mais populosa ao sul de Salvador, a capital do Brasil, com mais habitantes que Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e São Vicente. A recomendação para que sejam solucionadas questões da historiografia do Espírito Santo é pesquisa. Pesquisa e publicação.

Foi pesquisando que descobrimos o primeiro nome que o Espírito Santo teve. Este nome, Espírito Santo, só lhe foi dado depois da chegada de Vasco Fernandes Coutinho à sua capitania, em maio de 1535. Anterior a esse momento, a denominação que a burocracia portuguesa empregava para se referir a essa terra era “Capitania Undécima”. A razão é por ser a décima primeira capitania da costa do Brasil, contadas de norte para o sul. Todos os mapas e documentos anteriores a maio de 1535 tratam nossa região por “Capitania Undécima”.

Tradicionalmente os portugueses davam às novas terras encontradas o nome do santo do dia e daí convencionou-se que o Espírito Santo passou a ser assim chamado devido a essa coincidência. Mas seria ótimo averiguarmos a realidade dos fatos, para concluirmos se Vasco Fernandes Coutinho chegou à sua capitania exatamente a 23 de maio de 1535, dia da festa de Pentecostes ou festa do Espírito Santo, porquanto não existe, ainda, nenhum documento de época que comprove o fato na data acima. Certamente é irrelevante se ele chegou a 21, 22 ou 24 de maio, mas a verdade é que não há comprovação documental, a não ser a tradição oral que pode ser fruto de mera suposição sobre a origem do nome dado à capitania. Quanto a este tema, é bom lembrar que Vasco Fernandes Coutinho era de Alenquer, em Portugal, e na sua região existia, na época, uma forte devoção ao Divino Espírito Santo materializada em forma de uma igreja e três capelas, todas dedicadas ao Espírito Santo. Eram elas a igreja do Espírito Santo em Ventosa, a capela do Espírito Santo na Aldeia



Gavinha, a capela do Espírito Santo na Aldeia Galega e a capela do Espírito Santo de Arneiro. Seria o caso de questionar se essa devoção regional teria também influenciado a decisão de Vasco Fernandes Coutinho quanto à escolha da denominação de sua capitania. Coutinho, como homem de sua época, era bastante religioso.

Assim, em função de questões mal resolvidas do passado do Espírito Santo, podemos demonstrar com exemplos como o uso correto da documentação pode dar um encaminhamento novo à história.

Relevante para a história do Espírito Santo situa-se o conjunto de documentos catalogados na Biblioteca Real da Ajuda de Lisboa como Do Desembargo do Paço, T. IV - Códice 44 - XIV - 6, que foi por nós encontrado e pesquisado. O documento se inicia com traslado da doação da capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho que, já bastante conhecido, dispensa maiores comentários.

A grande importância desse conjunto de documentos é contestar a idéia errônea sobre o primeiro donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, que é apresentado em toda a historiografia brasileira como tendo morrido na indigência, esmolando quase. Mas, se frei Vicente do Salvador exagerou na afirmativa inicial, seguida pelos demais historiadores até a atualidade, podemos apresentar razões que, calcadas nesses documentos, dão-nos uma visão diferente dos fatos. Primeiramente, Vasco Fernandes Coutinho - pai - era o donatário, na época de sua morte, da capitania do Espírito Santo, que legou ao seu filho e valia uma pequena fortuna. Havia ele apenas renunciado ao cargo de capitão-mor, mas nunca ao de donatário. Ainda mais, seu filho, Vasco Fernandes Coutinho, possuía, como será apresentado em seu testamento, parte de um engenho em Itaquari, próximo a Vitória, com plantações, gado e escravos. Era ele o único filho que sobreviveu ao pai e que aparentava, por citações em diversos documentos, ter grande amor filial e não deixaria o pai, se fosse o caso, passar por privações como as contadas pela historiografia capixaba. Verdadeiramente, o primeiro donatário do Espírito Santo não se encontrava em boas condições de saúde e de finanças, mas ainda recebia os rendimentos a que tinha direito pela carta de doação e pelo foral que recebera de D. João III, o que ajuda a comprovar sua não-indigência.

Ainda importante é a solução final para a dúvida em torno do nome da esposa de Vasco Fernandes Coutinho (filho), que a historiografia apresenta ora como sendo D. Luiza Grimaldi, ora Grinaldi e ora Grinalda. Esta última forma é a encontrada nos documentos subseqüentes que iremos apresentar.

Outra solução de valor para a história capixaba refere-se à data em que Vasco Fernandes Coutinho (filho) passou a governar a capitania do Espírito Santo, que havia herdado de seu pai homônimo. A data que tradicionalmente se segue é 1563, quando na verdade só dez anos depois, em 1573, é que o herdeiro da capitania tomou posse dela. Essa comprovação se faz usando as datas dos documentos apresentados e a da elaboração do testamento, ato de vontade sempre realizado por “pessoas de bem” que, em viagens pelo oceano ainda pouco conhecido e por terras distantes e incultas, tomavam essa precaução para evitar problemas maiores à família e ao destino de seus haveres e bens. Assim, antes de partir para o Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho (filho), como era natural, fez seu testamento, que, datado de Lisboa, 19 de abril de 1573, comprova a afirmação acima, ainda confirmada pelo desenrolar do processo que ele moveu para entrar na posse da capitania do Espírito Santo.

O longo e burocratizado processo para a obtenção da provisão real destinada a colocar Vasco Fernandes Coutinho (filho) na posse de sua herança iniciou-se com um alvará real datado de Lisboa, 10 de novembro de 1567, cujo conteúdo essencial é o seguinte:

“avendo respeito aos serviços de Vasco Fernandes Coutinho fidalgo de minha casa capitão da Villa do Spiritu Sancto nas partes do Brasil e avendo também respeito a me pedir Dom Martinho Pereira ej por bem e me praz por elle possa nomear na dita capitania a Vasco Fernandes Coutinho seu filho sem embargo...”

Foi então reconhecido como herdeiro de seu pai, Vasco Fernandes Coutinho, mas o estafante processo, como era normal, continuou para a tomada de posse da capitania do Espírito Santo.

Uma apostila a esse alvará foi feita por el-rei em Almeirim a 10 de dezembro de 1568, reafirmando a validade do alvará atrás descrito e ordenando que:

“a pessoa que servir de capitão na dita capitania a não sirva mais e a entregue a Vasco Fernandes filho do dito Vasco Fernandes Coutinho e isto por lhe elle ter nomiado conforme o dito alvará e mando aos Juizes e Vereadores, e procuradores e pouvo da dita capitania que depois de Vasco Fernandes ter a posse della lhe obedeção em tudo e por tudo, e cumprão seus mandados como a seu capitão.”

Em outro documento desse processo, el-rei em apostila reafirmou o direito do sucessor que, apesar de ser filho fora do matrimônio, foi considerado como herdeiro, por não ter seu pai nenhum filho legítimo vivo, declarando ainda el-rei:

“a qual posse lhe seraa dada por Mem de Saa do meu conselho e governador nas partes do Brasil estando na dita capitania e em sua ausencia lhe dara o ouvidor Della e os Juizes e vereadores da Villa do Spiritu Sancto...”

Mas el-rei condicionou a posse da capitania:

“E porem o dito Vasco Fernandes Coutinho não poderia jr aa dita Capitania, nem usar dela sem ser casado e levar provisão minha para isso...”

Essa provisão real foi datada de “Almejrym”, oito de janeiro de 1569, e em resposta Vasco Fernandes Coutinho (filho) declarou a 18 de janeiro de 1570 que:

“elle supplicante he já casado, e tem satisfeito aa provisão e mandado de V. A. e pode livremente jr tomar posse da dita capitania...”

Cumpridas as condições que el-rei exigira, foi então passada a provisão real para tomar posse da capitania do Espírito Santo o seu segundo donatário, Vasco Fernandes Coutinho (filho).

Na provisão real declarou el-rei que, por petição do herdeiro, mandava dar-lhe posse da capitania, já que era casado e que o seu pai havia feito a nomeação, como herdeiro único, por não ter outro filho vivo. Em seguida diz a provisão real:

“me apraz por elle Vasco Fernandes Coutinho ser nomeado na dita capitania como dito he e por ser casado se lhe dee a posse della e a sirva e use da tal capitania conforme ao alvará e appostillas acima declaradas e aa doação qual a tem seu pay.”

Em continuidade, ordenou ao governador do Brasil que lhe desse posse da capitania e que a pessoa que servisse de capitão-mor no Espírito Santo lhe entregasse sem dúvida, nem embargo, a capitania e que os juizes, vereadores, provedores, e povo do Espírito Santo obedecessem a seus mandados

“sob pena que fazendo o contrario, ou não lhe largando a capitania, e dilatando lhe a entrega della lhe pagarem todas as perdas e dannos que por isso receber e allem disso lhe mandarej dar mais penna que ouver por meu serviço ...”

Ao final dessa provisão real para tomada de posse da capitania do Espírito Santo, temos a data de Évora, 19 de janeiro de 1570, que é significativa para situar o início de seu governo como donatário do Espírito Santo em 1573, pois a nenhum donatário era permitida a posse de seus domínios sem antes ter recebido a provisão real para tanto.

Logicamente, a data de 1563, até hoje atribuída como o início do governo do segundo donatário do Espírito Santo, é irreal.

Vasco Fernandes Coutinho (filho), tendo legalizado sua herança e possuindo a provisão real para a posse na capitania do Espírito Santo, iniciou as providências de embarque para o Brasil e fez seu testamento, peça essencial para quem se arriscava a uma empreitada em que a vida poderia ser perdida, tanto na viagem, como na nova terra.

Documento basilar para a compreensão dos primeiros tempos do Espírito Santo, o testamento de Vasco Fernandes Coutinho (Filho), após a tradicional invocação a Santíssima Trindade, diz textualmente:

“E estando Vasco Fernandes Coutinho Capitão e governador que sou da minha capitania do Spiritu Sancto na costa do Brasil de caminho para a dita capitania para onde ora vou com minha molher e casa, não sabendo o que Deos ordenara de mym nesta viagem nem a hora em que ele sera servi do levar me desta vida, estando com todo o Juízo e entendimento que elle me deu, ordeno meu testamento e última vontade na maneira seguinte...”

O testamento foi escrito em Lisboa a 4 de abril de 1573 e complementado por um adendo no dia 19 seguinte. As datas apresentadas pelo testamento e reconfirmadas em documento posterior, como teremos oportunidade de apreciar, confirmam o ano de 1573 como início do governo de Vasco Fernandes Coutinho (filho) e não a data tradicionalmente apontada, 1563, pela historiografia capixaba.

Muito interessante é a apreciação do desenrolar deste testamento, que nos dá uma visão da realidade do século XVI, em Portugal. Continuação do texto:

“Primeiramente encomendo minha alma a Deos que a criou e lhe peço que pelas Sanctissimas Chagas de Jesus Christo seu filho e Deos nosso seja servido que quando esta alma sajr desta carne pecadora a receba na gloria para que a criou, e peço ea Virgem Sanctissima Senhora nossa que ela com toda a corte celestial seja minha intercessora diante de seu divinissimo filho e me tome debaixo de sua guarda e amparo.”

O testamento segue pedindo que, em caso de morte do testador na viagem para o Espírito Santo, Gaspar de Vide ou Brás Gonçalves mande fazer “hum officio de nove lições com hũa missa cantada” na igreja matriz da “Villa da Victoria”, pagando o de costume, além de officio de nove lições em Lisboa com suas vésperas, missa cantada em coro, subdiácono, incenso, esmolas e ainda mais trinta missas rezadas pela sua alma e de seu pai Vasco Fernandes Coutinho e pelas pessoas às quais deve obrigações. Estas missas seriam pelas Chagas de Jesus Cristo em número de cinco, a Nossa Senhora da Conceição em número de nove, ao Santíssimo Sacramento, cinco, à Santíssima Trindade, três, e oito pelos Apóstolos, dando de esmola, por cada missa, cinqüenta réis.

Vasco Fernandes Coutinho (filho) ainda acrescenta de esmola à Misericórdia de Lisboa cinco cruzados, para que se mandasse rezar cinco missas pelas Chagas de Nosso Senhor e uma missa cantada pela Visitação de Nossa Senhora.

Após declarar a amizade que tem ao testamenteiro e de pedir fiel cumprimento do testamento, Vasco Fernandes Coutinho (filho) tratou da problemática da sucessão na capitania:

“se eu fallecer sem haver filho de Dona Luiza minha molher deixo por successor da dita Capitania a hum filho de Ambrosio de Aguiar Coutinho meu primo que não seja o morgado, mas o segundo e fallecendo o segundo o após elle de modo que venha a hum seu filho não sendo morgado, mas vindo a fallecer todos e que fique sô hum que herde seu morgado em tal caso este que o herdar herde e succeda na dita capitania...”.

A esse herdeiro exigiu que pagasse, em até dois anos, as dívidas dele e de seu pai e que desse a D. Luiza Grinalda, sua esposa, uma tença de 10.000 réis e a D. Ana, sua sobrinha, outra tença de igual valor, pagas pelos rendimentos da capitania do Espírito Santo.

Prevendo uma possível negativa do herdeiro acima declarado de cumprir o estipulado, modificou a doação e apresentou ainda como seu possível sucessor o parente mais próximo de seu pai que preenchesse todas as condições propostas. Fez o testador uma ressalva no que se refere ao pagamento de seus credores, que, se não aceitassem seu pagamento pelo modo já declarado, poderiam penhorar outros bens seus, desde que não fossem os da capitania do Espírito Santo.

A relação dos credores segue no testamento, sendo os seguintes: Antônio Gonçalves Cabeças, morador em Viana de Caminha, duzentos e vinte e tantos mil réis; Garcia d'Ávila, da Bahia, duzentos mil réis em moedas de cobre dadas para construir seu engenho no Espírito Santo; Micer Rafael, de Ilhéus, quarenta mil réis, para compra de escravos (mas para o pagamento dessa dívida deixou com Manoel Cordeiro 14 ou 15 escravos); Pero Furtado, de Porto Seguro, quarenta mil réis, para comprar peças de serra. A essas dívidas foram somadas as de seu falecido pai que ainda não tinham sido pagas; a um “velho” de Lisboa, de que não sabia o nome, a quantia de cinqüenta ou sessenta mil réis; aos herdeiros de João Lobato e aos de Antônio Cardoso, outras contas, que no seu entender já estavam pagas pelo seu pai, que lhes entregou um barco em pagamento, assim como a redízima de muitos anos da capitania, além do crédito que possuía com Cristóvão Pais pelo contrato de pau-brasil. Pediu ainda, Coutinho (filho), que se pagassem todas as suas dívidas apresentadas desde que justificáveis. Ainda neste teor, disse ter-lhe Henrique Ruiz Barcelos emprestado dinheiro e “outras cousas”, mas que ele lhe devia rendimentos da metade do engenho Itaquari, que possuía próximo a Vitória, com o qual era sócio na metade das terras, roças, escravos.

Vasco Fernandes Coutinho (filho), que possuía ainda a capitania do Espírito Santo, disse não ter recebido dote pelo seu casamento com D. Luiza Grinalda, mas somente vinte mil réis de tença. Declarou em seguida ser sua mulher herdeira da metade de seus bens e da outra metade a sobrinha D. Ana, a qual pediu para entrar para um convento em Portugal, mas, se desejasse casar, que o fosse com pessoa honrada, pois, se assim não acontecesse, nada herdaria e todo o espólio ficaria para D. Luiza Grinalda, sua esposa. Pediu ainda que dos rendimentos do engenho, que possuía em sociedade com Henrique Ruiz Barcelos, em Itaquari, próximo a Vitória, tirasse um valor para “hum frontal que mando que se ponha na igreja de Sancta Catherina que estaa na Villa Velha onde se dara pela alma de meu pay que Deos perdoe.”

Dando por acabado o testamento, em Lisboa, 4 de abril de 1573, revogou quaisquer outros testamentos e codicilos que tivesse feito por serem estas suas últimas vontades. Mas, lembrando de novas disposições, acrescentou que a sobra de seu crédito junto a Henrique Ruiz Barcelos se mandasse a Lisboa para ser dado a uma freira de Évora, residente no convento do Paraíso, que o ajudou com orações, sendo conhecida de suas cunhadas, também freiras nesse convento. Declarou ainda que pelo casamento com D. Luiza Grinalda recebeu, por provisão real, o direito de explorar o uso de uma capitânia (quer dizer, a indicação do capitão) de uma nau da Índia o que deixa para sua esposa, assim como a herança que recebeu de Diogo Fernandes Vaz. Mas, em caso de morte de D. Luiza, tudo deveria passar para as suas quatro irmãs, para que o repartissem, sendo que apenas a capitânia da nau da Índia deveria ser devolvida ao rei, a fim de concedê-la a outro.

Finalizando o testamento, pediu Vasco Fernandes Coutinho (filho) que se desse ao testamenteiro pagamento pelo trabalho e que o frontal “que mando que se de a Sancta Catherina da Villa Velha seraa de chamalote carmesim, ou de tafeta da mesma cor da maneira que a meu testamenteiro lhe bem parecer”. Terminado o testamento, assinaram-no Vasco Fernandes Coutinho (filho) e o testamenteiro Jerônimo Ruiz, em Lisboa, 19 de abril do ano de 1573.

Tudo pronto, organizada a expedição, partiu Coutinho com sua esposa, criados e bens para o Espírito Santo na monção de 1573 e, chegando à sua capitania, entregou o alvará com a ordem do governador do Brasil, D. Luiz, para o cumprimento da provisão real e o escrivão da Câmara da vila de Nossa Senhora da Vitória fez o seguinte registro:

“foi acceptado pelos officiaes da câmara, Juizes e vereadores e povo e registrada por my escrivão da câmara desta Villa de Nossa

Senhora da Victoria no livro dos registros aas folhs sete aos quatorze dias de agosto de mil quinhentos setenta e tres anos.”

Iniciou, assim, Vasco Fernandes Coutinho (filho) seu governo como segundo donatário do Espírito Santo. No interregno entre este governo e o do primeiro donatário, dirigiu a capitania o capitão-mor Belchior de Azevedo, que também é às vezes apresentado como donatário, mas para tanto precisaria de provisão real e carta de doação e de ser herdeiro da mesma, o que absolutamente não foi, tendo apenas exercido um governo provisório com o título de capitão-mor, que é distinto do de donatário.

Por testemunho de eclesiásticos e autoridades metropolitanas, os atos praticados por Vasco Fernandes Coutinho (filho) mostram-no como trabalhador, justo e prudente.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa outro documento prima por informações preciosas no que se refere à administração do Espírito Santo no século XVII. Esse documento está inserido no Livro 7 da Chancelaria do rei D. Afonso VI, e sua importância prende-se ao fato de confirmar a sucessão de donatários do Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. Nele, o rei D. Afonso VI confirma Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho como herdeiro da capitania na data de 20 de novembro de 1666, por morte do antigo donatário Ambrósio de Aguiar Coutinho da Câmara. Mas, ao fazer tal confirmação, a Chancelaria Real retrocedeu aos primórdios da vida administrativa do Espírito Santo, enumerando os ex-donatários e as datas de confirmação de cada um deles, o que elucida, definitivamente, a seqüência de donatários da família Coutinho.

O documento começa dizendo que a capitania do Espírito Santo foi inicialmente doada a Vasco Fernandes Coutinho pelo rei D. João III, sendo apresentada a íntegra da carta de doação, e depois informa que a mesma foi herdada, através de testamento, pelo filho homônimo que se tornou o segundo donatário.

Com a morte de Vasco Fernandes Coutinho, filho, depois de uma burocrática luta judicial, herdou a capitania Francisco de Aguiar Coutinho, que obteve sua carta de confirmação como donatário em 1º de outubro de 1604, por mercê do rei D. Felipe III.

Francisco de Aguiar Coutinho, quando faleceu, não deixou filhos nem descendentes nomeados para suceder-lhe e assim um seu sobrinho, Ambrósio de



Aguiar Coutinho, tornou-se herdeiro da capitania e foi confirmado donatário pela carta do rei D. Felipe IV, a 17 de maio de 1626.

Ambrósio de Aguiar Coutinho tornou-se donatário do Espírito Santo mas nunca esteve na capitania. Não possuía filho homem para a sucessão, somente uma filha, D. Maria de Castro, que era casada com Antônio Gonçalves da Câmara. Com a morte de Ambrósio de Aguiar Coutinho a capitania passou diretamente para seu neto Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que posteriormente a vendeu, terminando com o domínio da família Coutinho no Espírito Santo.

Esse documento presta-se portanto para eliminar Antônio Gonçalves da Câmara da relação dos donatários do Espírito Santo, apesar de algumas publicações sobre o assunto assim o apresentarem. Para melhor reforço desta afirmativa, temos o argumento de que Antônio Gonçalves da Câmara, mesmo que fosse o herdeiro da capitania que pertencera ao falecido sogro, não poderia obter a propriedade dela, porquanto falecera meses após este último, sem que houvesse tempo suficiente para a obtenção, na burocrática Corte portuguesa, da carta de confirmação indispensável ao título de donatário.

## BREVE RETROSPECTO DA ECONOMIA COLONIAL NO ESPÍRITO SANTO

O estudo da economia brasileira na fase colonial ainda se apresenta deficiente em várias áreas. No que tange à economia colonial do Espírito Santo o problema também é semelhante tendo em vista que seu estudo sofre as mesmas conseqüências de que é vítima a historiografia brasileira: a falta de pesquisa e documentação.

O Espírito Santo é visto constantemente na historiografia nacional como uma capitania que nunca se mostrou relevante no aspecto econômico e, às vezes, é apresentada quase como um desastre na já difícil economia da Colônia. Entretanto, esses demonstrativos, por vezes, não correspondem à verdade histórica, porquanto, se em alguns períodos realmente o Espírito Santo enfrentou sérios problemas econômicos, em certas fases apresentou-se de forma mesmo brilhante, se comparado com outras regiões brasileiras.

Do trabalho de implantação colonial, realizado por Vasco Fernandes Coutinho, que para aqui trouxe todos seus haveres, temos a primeira informação

sobre o progresso da terra, em setembro de 1545, quando o encarregado de arrecadar os dízimos reais, Ambrósio de Meira, reportou que o dízimo do açúcar, até janeiro de 1546, deveria atingir a quantia de 300 arrobas e que o imposto sobre a pesca fora arrendado por 43.500 réis, pelo prazo de um ano, ou seja, entre junho de 1545 e junho de 1546.

Ambrósio de Meira, em seu longo relatório ao rei, informou que havia no Espírito Santo cinco engenhos movidos a água e dois por cavalos, mas apenas quatro destes funcionavam, porquanto os outros três só iniciariam seu trabalho no ano seguinte de 1546. Esta atividade, na produção do açúcar, colocou o Espírito Santo numa posição de quase privilégio se compararmos com o que acontecia em quase todas as capitanias brasileiras. A afirmativa tem como base a informação do mesmo Ambrósio de Meira, que calculava a produção do açúcar para o ano de 1546 em cerca de mil arrobas, solicitando para tanto a construção de uma casa de Feitoria. Esse encarregado ainda informou que o primeiro carregamento de açúcar para a Metrópole partiu da capitania através de um barco de Brás Teles, rico comerciante e produtor de açúcar do Espírito Santo. O interessante é que essa carta de Ambrósio de Meira ao rei foi levada nesse carregamento em 1545.

A potencialidade de riqueza na capitania é bem retratada por expressões da época quando Vasco Fernandes Coutinho chamou o Espírito Santo de “meu vilão farto” e o jesuíta Afonso Brás em carta a seus superiores qualificou a terra como “a melhor e mais fértil do todo o Brasil”.

Muito significativa para a avaliação do desenvolvimento capixaba, nos primórdios da colonização, foi o estabelecimento do comércio direto, em 1550, entre Vitória, Portugal e Angola, assim como a criação da Alfândega da capitania. Entretanto, após esse rápido florescimento econômico, a capitania entrou em decadência, no início da segunda metade do século XVI, motivada pelos freqüentes ataques indígenas, prejudicando principalmente a agricultura, pelas discórdias entre os colonos e pelo irregular funcionamento do governo. A situação se agravou a tal ponto que houve uma paralisação do comércio, muito bem retratada na carta do padre Brás Lourenço a seus superiores em 1562, informando que já havia dois anos que não passava barco algum para comerciar na capitania e que todos os engenhos de açúcar estavam sem funcionar. Ainda informou o padre Brás Lourenço que até vinho faltava para celebração da missa, demonstrando assim o nível de penúria em que se achava o Espírito Santo. Os desmandos e o desgoverno, aliados às causas já citadas, além da pouca atenção da Coroa portuguesa, principalmente do governador geral Mem de Sá após

a morte do seu filho predileto no combate a indígenas junto ao rio Cricaré, contribuíram para o caos da capitania. É bom lembrar que o governador geral Mem de Sá culpava o governo do Espírito Santo pelo desastre que vitimou seu filho, acusando-o de não lhe dar assistência necessária na luta contra a sublevação indígena.

Mas, passada essa fase de tormentas, a capitania do Espírito Santo revigorou-se com Vasco Fernandes Coutinho Filho, que assumiu o governo em agosto de 1573. Suas medidas de repressão ao jogo, pacificação dos indígenas, conquistando-lhes a amizade, e promoção da agricultura deram em resultado um novo florescimento da economia com o funcionamento de seis engenhos de açúcar, boa produção de algodão e bastante gado. Esse razoável desenvolvimento manteve-se por algumas décadas e no final do século XVI a capitania produzia, com seus seis engenhos, cerca de seis mil arrobas de açúcar. Quanto à população indígena já incorporada à civilização, havia cerca de onze mil, distribuídos principalmente nos aldeamentos de São João (Carapina), N. S. da Assunção (Reritiba), N. S. da Conceição (Serra) e Reis Magos (Nova Almeida). Viviam ainda no Espírito Santo cerca de 180 colonos. Essa quantidade pode nos parecer irrisória, mas era bastante superior à do Rio de Janeiro e de Santos, com 150 e 100 colonos respectivamente. Esse ritmo de desenvolvimento foi mantido, mas de forma atenuada, no início do século XVII, apesar das turbulências políticas e da falta de interesse da Metrópole no processo de colonização, e é bom lembrar que nessa fase a Espanha dominava Portugal (1580 a 1640).

O século XVII manteve-se economicamente positivo para o Espírito Santo durante cerca de duas décadas. Nesse período, João Lúcio de Azevedo, em *Épocas de Portugal econômico*, fornece um levantamento em que aponta o Brasil com 118 engenhos, sendo 66 em Pernambuco, 36 na Bahia, 6 no Espírito Santo, 3 no Rio de Janeiro, 3 em Ilhéus, 3 em Itamaracá e um na Paraíba. Estávamos em terceiro lugar na produção do açúcar, com cerca de 1.500 arrobas anuais, apesar de já havermos produzido no passado quatro vezes mais. Da mesma fonte temos a informação de que a terra era bem cultivada, produzindo, além da cana-de-açúcar, bálsamo e mandioca, de que se fabricava farinha. Havia criação de gado, e chegava a mais de 500 o número de colonos. Sonhava-se com regiões vizinhas onde diziam haver uma serra de esmeraldas, ouro, prata e ferro.

Em 1627, quando da morte do donatário Francisco de Aguiar Coutinho, é significativa a posição da receita da capitania do Espírito Santo, que atingia o nono lugar em relação às outras partes do Brasil, com cerca de 694.040 réis, superando as receitas de Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente, Sergipe e Itamaracá.

Mas essa fase de relativo progresso terminou.

Após 1630 o Espírito Santo entrou em total decadência econômica, e a principal causa foi a ausência de donatários para reger seu destino. Nenhum membro da família Coutinho se aventurou a vir à capitania, que passou a ser governada por seus prepostos capitães-mores até sua venda a Francisco Gil de Araújo em 1674. Esse período foi talvez o de maior decadência econômica em toda a história do Espírito Santo. Além da ausência de donatários na capitania, a própria situação política, econômica e administrativa do Brasil e Portugal não estava bem. Mesmo após a restauração da independência portuguesa, em 1640, a Metrópole teve que lutar contra a Espanha para manutenção de sua liberdade e ainda enfrentar o trabalho de reconstrução nacional na economia e na administração.

O capitão-mor Simeão de Carvalho escreveu ao Conselho Ultramarino, em 1653, que a situação da capitania era tão precária que o comércio simplesmente deixara de existir, devido à falta de barcos para comunicação, e a população estava retraída para cerca de 400 colonos.

A gravidade da economia capixaba pôde ser bem retratada quando em 1661 o Brasil contraiu o débito de pagar a anuidade de 120 mil cruzados pela paz com a Holanda, e 20 mil cruzados para o dote da infanta D. Catarina, futura rainha da Inglaterra. Mas, como era notória a crise econômica e financeira do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus, foram facilitados seus débitos, evitando-se o pesado encargo, insuportável diante de suas limitações. A crise econômica e financeira atingiu o ponto culminante em 1664, quando a receita dos dízimos atingiu apenas 400 mil réis, enquanto a despesa era de 2 mil cruzados.

O último donatário da família Coutinho, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, era pessoa ligada à Corte portuguesa, inclusive tornou-se mais tarde governador geral do Brasil e vice-rei da Índia, além de prestar outros serviços significativos a Portugal. Seu desinteresse pela manutenção da donataria foi motivado pela impossibilidade de administrar diretamente o Espírito Santo. Como homem influente na Corte, não desejava nem podia se deslocar para a capitania devido a seus afazeres e interesses. Sua alegação principal ao rei foi que o Espírito Santo não chegava a lhe render mil réis ao ano, e pediu autorização para vender a capitania, conforme traslado no livro 13 da Chancelaria de Afonso VI. Concedida a ordem, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho negociou seus direitos na capitania a Francisco Gil de Araújo, rico proprietário na Bahia, com confirmação real, pela carta régia de 18 de março de 1675, no valor de 40 mil cruzados.

Francisco Gil de Araújo, dispondo dos recursos necessários, promoveu o soerguimento econômico do Espírito Santo, incentivando a agricultura, trazendo novos colonos e pagando os débitos da capitania referentes à paz com a Holanda, ao dote de D. Catarina e à Misericórdia de Lisboa. Novamente a região passou a produzir açúcar e o próprio donatário fixou residência em Vitória. Foram realizadas às suas expensas 14 entradas através do rio Doce, visando à descoberta de riquezas minerais, principalmente esmeraldas, tendo sido gasto um total de 14 mil cruzados.

A administração direta empreendida por Francisco Gil de Araújo deu novo impulso à capitania, e obras de certo vulto foram realizadas, como a construção da Casa da Câmara da vila de Vitória, do pelourinho e da Casa de Misericórdia em Vila Velha, e a elevação da aldeia de Guarapari à condição de vila a 1º de janeiro de 1679, tendo sido tomadas todas as providências para o seu bom funcionamento.

Infelizmente os sucessores de Francisco Gil de Araújo não se interessaram pela manutenção do desenvolvimento na capitania que, após 1685, quando da sua morte, voltou a uma fase de empobrecimento e abandono, sendo governada novamente por capitães-mores indicados pelos donatários. Nesse período chegou a escassear alimento para a população residente, o que inclusive motivou o capitão-mor Francisco Ribeiro, em 1701, a proibir a exportação de cereais, como também a obrigar os agricultores das proximidades de Vitória a trazer, aos sábados, farinha de mandioca e outros produtos agrícolas para venda à população. Quanto ao pescado, ele estipulou que só poderia ser vendido no cais de Vitória, para assegurar o pagamento do dízimo real.

Mas foi no início do século XVIII que outra medida transtornou mais ainda o Espírito Santo. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais a Coroa portuguesa achou por bem, por ser o Espírito Santo uma defesa natural contra a possível cobiça estrangeira das novas riquezas encontradas, proibir qualquer abertura para o interior da capitania. O Espírito Santo passou a funcionar exclusivamente como uma trincheira de defesa do interior mineiro, evitando qualquer medida ou ação progressiva que atraísse a cobiça estrangeira, que prejudicasse a mineração nas Minas Gerais ou que facilitasse o contrabando do ouro. Proibiu qualquer entrada ou penetração para o interior, assim como toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral, chegando-se ao cúmulo de embargar o uso do canal construído pelos jesuítas ligando a baía de Vitória ao rio Jucu e daí a Araçatiba.

Realmente a área da capitania do Espírito Santo representava perigo, por ser pouco povoada e fortificada, além de ser bastante próxima à região de mineração, o que, por razões óbvias, preocupava a Metrópole.

Em 1711, com o falecimento do donatário Manoel Garcia Pimentel, o rei ordenou, a 19 de maio, ao governador do Brasil seqüestrar a capitania e incorporá-la à Coroa. Essas medidas foram tomadas, mas o herdeiro Cosme Rolim de Moura levantou questão que lhe foi favorável na Relação da Bahia, mantendo-o na posse do Espírito Santo até que, a 6 de abril de 1718, foi realizada a venda da capitania à Coroa, pelo valor de 40 mil cruzados, pagos em quatro parcelas anuais e iguais. A compra da capitania do Espírito Santo estava dentro da política portuguesa de manter o Espírito Santo como a “defesa natural das Minas Gerais”, fortificando principalmente Vitória e proibindo a abertura do interior, deixando que a própria natureza selvagem servisse de trincheira contra um possível ataque estrangeiro visando ao ouro, assim como evitando o seu contrabando. Também dentro dessa política a administração portuguesa constantemente proibiu a mineração na serra do Castelo, iniciada em 1703 com Pedro Bueno Cacunda e outros mineradores.

O capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu, que iniciou seu governo em 1724, viu logo a importância da posição geográfica do Espírito Santo, entre Bahia e Rio de Janeiro, tendo como divisa a oeste Minas Gerais, e providenciou a reformulação da defesa, reconstruindo e reaparelhando as fortalezas de São Francisco Xavier, São João, N. S. da Vitória, N. S. do Carmo e do fortim de São Tiago. Tais medidas desviaram a atenção dos governantes para com o desenvolvimento econômico, e o Espírito Santo passou a ser encarado apenas como defesa militar, o que provocou a decadência da capitania, porquanto não havia interesse no progresso da região. Nas primeiras décadas do século XVIII permaneceu essa política portuguesa em relação ao Espírito Santo.

A vila de Vitória, principal povoação do território, possuía, em torno de 1730, cerca de 5 mil habitantes e 700 casas, com dízimo totalizando apenas 2.500\$000 réis. Documentos oficiais da época qualificaram-na como pobre e sem comércio. A situação decadente acentuou-se ainda mais, chegando a vila a apresentar como rendimento anual de dízimos, em 1749, a ínfima quantia de 933\$330 réis, enquanto só as despesas eclesíásticas, seculares e oficiais da Fazenda atingiam 1.004\$840 réis, conforme certidão da Câmara da vila de Vitória. Mas foi a própria Câmara de Vitória que pediu providências ao rei, pois faltava até cadeia e casa da Câmara na vila, tais a decadência e a falta de recursos disponíveis. Entretanto, fabricavam-se em Vitória panos de algodão

com qualidade igual à dos do Maranhão, mas o governo proibiu a exportação dentro da política de conter o desenvolvimento da capitania. Em várias oportunidades a Câmara de Vitória solicitou licença para exportar o produto, mas persistiu a negativa.

A situação econômica do Espírito Santo sofreu ainda influência negativa com a lei assinada a 3 de setembro de 1759 por D. José, orientado pelo Marquês de Pombal, expulsando os jesuítas dos domínios portugueses. As conseqüências foram rapidamente sentidas, porquanto os indígenas, já incorporados à vida da capitania, voltaram em sua grande maioria à vida selvagem, prejudicando a agricultura que praticavam. O ensino também desapareceu, e as três grandes fazendas jesuíticas de Muribeca, Araçatiba e Itapoca, que eram as mais organizadas e produtivas do Espírito Santo, caíram em completo abandono. Um novo período, entretanto, se aproximava para a economia capixaba, que a partir de 1770 foi revigorada pelo florescimento comercial através de ligação marítima com o Rio de Janeiro, Bahia e outros portos menores, exportando-se madeira, açúcar e panos de algodão, finalmente liberados para a venda fora da capitania.

A incipiente exploração aurífera na serra do Castelo foi definitivamente interrompida em 1771, com um fulminante ataque dos puris, liquidando as ilusões dos mineiros, que se refugiaram no baixo Itapemirim.

As duas últimas décadas do século XVIII foram animadoras para a economia capixaba, com a exportação dos produtos já tradicionais, além de sacas de algodão para Lisboa.

A população atingiu em 1780 cerca de 15.600 habitantes, e durante o governo do capitão-mor Inácio João Monjardim foi incentivada a cultura do linho e do cânhamo com distribuição de sementes aos agricultores.

Grande fonte de informação histórica foi o levantamento realizado pelo mesmo capitão-mor e enviado ao rei em 1790, discorrendo sobre assuntos gerais da capitania. Esse levantamento informou que a população havia atingido 22.493 habitantes, assim distribuídos: Vitória: 7.327 homens livres e 4.898 escravos; Nova Almeida: 2.712 homens livres e 42 escravos; vila do Espírito Santo: 814 homens livres e 1.064 escravos; Guarapari: 1.789 homens livres e 728 escravos; e Benevente: 3.017 homens livres e 102 escravos.

Quanto à produção e economia, obtivemos as seguintes informações:

- Vila de Vitória: exportava algodão, açúcar, milho e arroz, num total de

45.648\$489 réis, enquanto importava sal, vinho, azeite, linhos e sedas no valor de 18.113\$920 réis.

- Nova Almeida: exportava apenas tabuado sendo os outros produtos consumidos no próprio local.

- Vila do Espírito Santo: seu movimento comercial está incluído no da vila de Vitória, mas foi apresentado como muito pobre e seus habitantes pouco ligados ao trabalho.

- Guarapari: sua exportação estava na base de 30 caixas de açúcar por ano.

- Benevente: exportava tabuados, além de produzir, como Guarapari, o essencial para a vida da comunidade, que não era exportado.

Sem grandes alterações econômicas, manteve-se o Espírito Santo até o início do século XIX, quando governava Antônio Pires da Silva Pontes, que procurou novas fontes econômicas, sendo atraído pela região do rio Doce, que foi aberta à navegação e comércio com a implantação de quartéis para proteger a área. Entretanto, a medida não surtiu o efeito desejado, apesar de se terem tomado medidas junto às firmas comerciais visando à efetivação de sua política colonizadora.

Por informações do governador Pontes ao vice-rei, continuava a exportação, para Bahia e Rio de Janeiro, de algodão, açúcar e milho, possuindo a região da vila de Vitória cerca de 13 mil habitantes, enquanto na área da vila de Guarapari havia em torno de cinco mil. A região de Itapemirim foi apresentada como possuidora de muitos proprietários ricos.

A produção de açúcar foi revigorada, e com ela a economia capixaba, que estava em condições de exportar, além desse produto, algodão, farinha de mandioca, milho, arroz e aguardente que, segundo Manoel Vieira da Silva Tovar e Albuquerque em 1805, dariam para lotar de dez a doze barcos. Coube a esse governador promover a agricultura do anil e do café. Um produto agrícola que nessa fase passou a pesar nas exportações foi o arroz. Só em 1806, 10.125 arrobas foram levadas para o Rio de Janeiro.

A presença de governantes capazes foi a causa principal dessa fase de razoável progresso econômico que se manteve, sem grandes alterações, até as vésperas da Independência brasileira.

A primeira notícia sobre o café, que no final do século XIX iria modificar a economia capixaba, aconteceu em 1812 com uma pequena produção advinda da região do rio Doce.



A abertura de estradas e os incentivos à colonização e ao comércio, promovidos pelo governador Francisco Alberto Rubim, apresentam-se na história como medidas que levaram a curto e médio prazos à manutenção e à criação de novas fontes para a economia, principalmente na região do baixo Itapemirim, onde a construção do quartel da Barca, que deu origem a Cachoeiro de Itapemirim, ligado ao litoral por duas estradas que atingiam Piúma e Muribeca, sempre patrulhadas em forma circular, protegia uma área triangular e dava condições ao florescimento de grandes propriedades agrícolas. Estas e outras medidas, como a criação da colônia de Viana, influenciaram o desenvolvimento do Espírito Santo, de forma ora imediata, ora mediata, mas não alteraram ou modificaram profundamente a economia capixaba, que mantinha ainda como seu principal produto o açúcar, produzido por 76 engenhos e 68 engenhocas, conforme informação de Rubim em suas *Memórias*. Ainda um último acontecimento histórico pode ser relacionado com a economia capixaba anteriormente à Independência. Foi a expedição de Manoel José Esteves de Lima, em 1820, à região do vale do rio Itapemirim, originando uma série de fazendas que a médio e longo prazos transformaram economicamente a área dando origem a várias vilas e cidades atuais.

Esses acontecimentos, apesar de possuírem caráter eminentemente histórico, estão profundamente ligados ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo em décadas posteriores.

### VITÓRIA: UMA VILA FORTIFICADA

Um aspecto da evolução urbana de Vitória que está intimamente ligado ao crescimento da própria cidade é o sistema defensivo, do qual, por alguma sorte, ainda restam uns poucos vestígios. Em outras regiões, mais desenvolvidas, fatalmente ter-se-ia preservado todo o conjunto que poderia servir inclusive, quando nada, como atração turística, carreando divisas para o Estado, que seriam superiores às geradas pelos empreendimentos imobiliários que o destruíram, substituindo-o por construções inexpressivas e massificantes.

O sistema defensivo de Vitória foi durante os séculos XVI e XVII relativamente diminuto, muitas vezes até aquém das necessidades da capitania para a sua segurança.

Somente após os ataques holandeses (1625 e 1640) e a notícia de uma suposta serra de esmeraldas no interior da capitania é que se despertou para a necessidade de melhorar as fortificações de Vitória. Mas, ainda assim, relegou-se a tarefa a um plano secundário, até que houve a descoberta de ouro, em grandes proporções, na região de Minas Gerais. A partir de então se deu uma radical mudança da política colonial portuguesa em relação ao Espírito Santo. As principais iniciativas consistiram na proibição da procura do ouro e sua mineração no Espírito Santo, por ser região próxima ao litoral e assim favorecer a cobiça estrangeira e a conseqüente invasão; e na proibição da abertura de qualquer estrada que atingisse o interior, impedindo-se terminantemente qualquer comunicação com Minas Gerais, quer por via fluvial (rio Doce) quer por via terrestre, temendo o uso desses caminhos tanto por contrabandistas de ouro como por possíveis invasores estrangeiros, devido a ser o litoral capixaba o mais próximo da área de mineração. Conseqüentemente, o governo de Portugal passou a considerar a capitania como a “defesa natural das Minas Gerais ou a trincheira natural para a defesa das Minas Gerais”, proibindo qualquer “ato de civilização”, entrada ou povoamento do interior, que implicasse progresso regional, imobilizando o Espírito Santo por quase todo o século XVIII e provocando uma defasagem de desenvolvimento ainda hoje mensurável em relação aos estados vizinhos. A medida complementar a essa política foi o conveniente aparelhamento das fortificações de Vitória, visando, primordialmente, a defender as Minas Gerais, porquanto seria extravagante a construção de tantas fortalezas para defender apenas a humilde vila da Vitória, que por si só era inexpressiva. Durante quase todo o século XVIII, houve uma verdadeira obsessão governamental para assegurar o bom funcionamento do sistema defensivo instalado na baía de Vitória.

Muito interessante é o relatório do capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu, que, argumentando com a posição estratégica do Espírito Santo para defesa de Minas Gerais, descreveu a situação das fortalezas militares e pediu as providências cabíveis. Por esse relatório, datado de 1724, o sistema defensivo de Vitória estava nas seguintes condições:

- Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: em forma de círculo, situada na barra da baía do Espírito Santo, possuindo nove peças de artilharia, sendo uma de calibre dezesseis e as restantes de calibre oito. Havia mais duas peças desmontadas e a murada estava bastante danificada.

- Fortaleza de São João: em forma semi-sextavada irregular, situada em frente ao Pão de Açúcar (Penedo). Sua artilharia estava desmontada e compunha-se de seis peças de calibre doze e uma de calibre dezesseis.

- Fortaleza de Nossa Senhora da Vitória: em forma semicircular. Situada no lugar superior ao monte onde estava a fortaleza de São João, com quatro peças de artilharia, todas desmontadas, sendo uma de calibre dezesseis, outra de calibre vinte quatro e duas de calibre oito.

- Fortaleza de São Tiago: em forma de semicírculo irregular, com pequena área, situada em uma praia da vila da Vitória, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas.

- Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo: em forma de meia estrela regular, com cinco ângulos, situada na marinha da vila da Vitória, com oito peças de artilharia calibre seis e oito, todas montadas em carretas, mais quatro de bronze e duas de ferro desmontadas.

- Reduto Santo Inácio: de forma quadrangular, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas.

Em resposta à solicitação, veio ao Espírito Santo o engenheiro sargento-mor Nicolau de Abreu Carvalho, que comandou a realização de reparos nessas seis fortificações sendo os mais importantes os seguintes:

- Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: parapeito, esplanada, guarita, quartel e casa de pólvora.

- Fortaleza de S. João: parapeito, torreão, portada, esplanada, guarita e casa de pólvora.

- Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo: parapeito, esplanada, porta, casa de arma e casa de pólvora.

Este trabalho, realizado em 1734, passou a ter manutenção contínua, tendo o rei ordenado que de três em três anos fosse um engenheiro à capitania para inspeção, tornando-se o assunto “defesa militar das Minas Gerais” uma constante na correspondência oficial da época.

De grande interesse cartográfico e histórico é a planta da baía de Vitória, realizada pelo engenheiro José Antônio Caldas, em 1767, mostrando especialmente a situação do sistema defensivo do Espírito Santo, conforme mapa encontrável no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Junto a essa planta encontra-se a nota explicativa seguinte:

“Plano do Rio do Espírito Sancto, comprehendida a barra suas fortalezas e Vilas.

Explicação

Os Algarismos que vão notadas na barra deve-se entender por braças de oito palmos, foy esta sonda feita com marés mortas, e com marés cheias de agoas vivas, há de ter no mais baixo da barra, tres braças e meia.

Pelo Rio acima the a vila da Vitória, onde não vão notadas as braças, tem fundo capas de passar huma Nau. O lugar notado com a letra N he a praia de Suha, onde o Olandes fes o seu desembarque no principio do reinado do Senhor D. João quarto. O Rio chamado, Rio da costa, as suas áreas tem emtpido a barra, principalmente em tempo de seca, e no tempo de cheias fica a barra mais larga meia braça. Na ponta do Nordeste da Ilha do Boy; pode-se fazer huma boa fortificação, para a defeza da barra, e impedimento a alguns lanxoens, que possão fazer desembarque na praia de Maroipe.”

A planta em questão, além de se prestar ao conhecimento da baía de Vitória no século XVIII e a estudos sobre o seu assoreamento, serve como documento informativo para uma análise da evolução urbana e territorial da região. Nela podemos encontrar as referências seguintes:

- Na margem sul: morro fronteiro à barra (Moreno), rio “da costa”, convento de N. S. da Penha dos religiosos franciscanos, forte de São Francisco Xavier da Barra, vila do Espírito Santo (Vila Velha), rio de “areviri” (Aribiri), Pão de Açúcar (Penedo).

- Na margem norte: ponta de “Piraem” (Tubarão), ilha do “Boy”, ilha dos Frades, rio de “Maroipe” (canal de Camburi), letra N (demarcando a praia de Suá), ponta da praia de Bento Ferreira, forte de S. João, reduto de N. S. da Vitória, forte de S. Diogo (próximo à atual escadaria S. Diogo, na praça Costa Pereira), fortaleza de N. S. do Carmo (próximo à atual praça Oito), forte de Santo Inácio (próximo à atual rua General Osório). Está também indicado o lugar onde se situava a vila da Vitória (Cidade Alta).

Dessa rápida e ligeira análise documental, concluímos a existência de um amplo inter-relacionamento sócio-econômico e político entre Espírito Santo e Minas Gerais desde o século XVIII, especialmente aqui demonstrado sob o aspecto da produção aurífera versus sistema defensivo de Vitória.

## O ESPÍRITO SANTO EM 1816, SEGUNDO O GOVERNADOR RUBIM

Extraordinário documento para se ter uma idéia do que era o Espírito Santo no início do século XIX, mais precisamente em 1816, final da época colonial, é o relatório enviado ao ministro de D. João VI, o conde da Barca, pelo então governador do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim. Esse documento encontra-se no Arquivo Nacional, no Códice 602, volume 4.

Nele o muito operante governador Francisco Alberto Rubim relaciona as vilas e povoações existentes, as aldeias indígenas, os lugares notáveis, os portos e os rios, as estradas de comunicação, as suas distâncias, o nome e o número de engenhos, além da quantidade de habitações e habitantes.

Inicialmente Rubim relata a posição dos limites do Espírito Santo com Minas Gerais, fala sobre o quartel do Porto de Souza, o quartel de Lorena e o comércio dessas regiões com a povoação de Linhares.

Descreve então a povoação de Linhares, suas terras férteis e formosas, fala dos indígenas cuietés. Linhares tinha 36 residências e 224 habitantes, havendo um hospital militar. A lagoa de Juparanã e a abundância de peixes são relatadas, assim como a grande fazenda Bom Jardim, na margem sul do rio Doce, pertencente a João Felipe de Almeida Calmon, que se liga por estrada ao quartel de Aguiar, à barra do rio Doce e ao quartel de Regência Augusta.

Ao sul do rio Doce ele descreve o quartel do Riacho, o quartel de Aguiar e o de Comboios.

Em seguida, após tratar da fundação do que chama de distrito do Rio Doce, inicia sua narrativa sobre a região de Nova Almeida e seus rios, as aldeias de Piraquê-açu, Aldeia Velha e Nova Almeida com sua igreja, casa da Câmara, suas engenhocas e seus 553 habitantes.

A descrição segue falando da barra do rio Jacaraípe, da freguesia da Serra, do Mestre Álvaro, de seus 23 engenhos de açúcar, de 14 engenhocas, das 312 habitações da Serra com 2.410 habitantes.

Na seqüência fala da ponte de Maruípe, construída em 1800, no rio Santa Maria, que dá acesso à ilha de Vitória.

Faz referência aos 2 engenhos de açúcar e às 4 engenhocas de Carapina, que possuía 189 residências com 2.146 habitantes, para passar a tratar do que era então a vila de Vitória em 1816, com seu porto, onde figuravam o cais das Colunas, próximo à casa do governo, o cais do Azambuja, o cais Grande, o cais do Santíssimo, o cais do Batalha e o porto dos Padres.

Vitória é descrita com suas igrejas de Nossa Senhora da Vitória, do Colégio dos Jesuítas, da Santa Casa da Misericórdia e mais seis igrejas, duas ordens terceiras, convento de S. Francisco, convento de Nossa Senhora do Carmo, repartições públicas, fortaleza do Carmo e fortaleza de São João.

Impressionante era a enormidade de grupos militares aquartelados: Corpo de Tropa de Linha, Companhia de Infantaria, Corpo de Pedestres, três Corpos Milicianos, Batalhão de Artilharia, Companhia dos Henriques e Regimento de Infantaria, com duas Companhias de Cavalaria, todos eles assistidos por um Hospital Real Militar.

Na educação havia um professor régio de gramática latina e mais dois mestres. Vitória era servida por três fontes de água: a da Capixaba, a da Lapa e a Fonte Grande, que atendiam aos 4.171 habitantes, que viviam em 937 residências.

Além de ser sede do governo era também sede de comarca, vivia do comércio e suas casas eram na maioria sobrados ditos “modernos”.

O relatório fala em seguida do povoado de Cariacica, com seus 4 engenhos de açúcar e 10 engenhocas, com seus 2.186 habitantes usando 345 moradias e em seguida do povoado do Cachoeiro, no rio Santa Maria, onde iniciava uma estrada que seguia até Minas Gerais.

Informa ainda que, entre a margem sul da baía de Vitória (compreendendo a foz do rio Cariacica e o porto de Itacibá) e o rio Santo Agostinho, existiam 20 engenhos de açúcar, 12 engenhocas, 3 igrejas com 2.243 habitantes usando 244 moradias. Muito interessante observar que os nomes desses engenhos e engenhocas acabaram por denominar bairros hoje existentes como Paul, Jucu, Itapoca, Campo Grande, Flechal, Cariacica, Itacibá, etc.

Em seguida trata o governador da povoação de Viana, a qual muito elogia pelo progresso, sendo defendida dos indígenas por 4 quartéis militares,

possuindo um “médico”, olaria, moinho de água, 249 habitantes em 58 casas e muita produção. Sobre Vila Velha fala do convento da Penha, da cadeia, da igreja matriz do Rosário e dos problemas de mangues e inundações provocadas pelo rio Jucu, da grande criação de gado, da fortaleza de S. Francisco Xavier da Barra, da povoação de Barra do Jucu, Ponta da Fruta, dos 6 engenhos de açúcar e 4 engenhocas, tendo Vila Velha 427 casas com 1.627 habitantes em seu termo.

Seguindo em direção sul o governador Rubim descreveu os limites e a própria vila de Guarapari com sua igreja matriz de N. S. da Conceição e uma capela do Coração de Jesus, falou da enseada de pescadores de Meaípe, dos rios Una, Meaípe e Engenho Velho, dos cinco engenhos de açúcar denominados Muriquióca, Rapado, Adão Velho, Fazenda do Campo (2) e de quatorze engenhocas denominadas de Una, Coutinho, Morais, Tabepucu, Camaragi, Rio do Engenho, Casca de Ostras, Piaúra, Aldeia Velha (2) e Lameirão (4). Guarapari tinha 279 habitações com 1.975 moradores.

Após a lagoa de Maimbá iniciava o território de Nova Benevente (Anchieta) que atingia até a praia de Piabanha, perto da Barra de Itapemirim, onde estava a região da vila de Itapemirim. Descreveu em seguida Nova Benevente, junto ao rio Iiritiba, com sua bela igreja de N. S. da Assunção, seu convento, casa da Câmara, cadeia e casa dos vigários. Falou em seguida do rio Piúma, das enseadas e ilhas. Havia seis engenhos de açúcar, denominados Quatinga, Itaúna, Três Barras, Monte Ubu, Boa Vista e Inhaúma, e quatro engenhocas de aguardente denominadas Taubinha, Uraru, Ponta Grossa e Inhaúma. Os seus 1.862 habitantes usavam 324 residências.

Após descrever a praia de Piabanha falou sobre a barra do rio Itapemirim, boa para acolher barcos, e informou que meia légua rio acima estava a povoação de Itapemirim, que se havia tornado independente pelo alvará de 27 de junho de 1815, sob a denominação de Vila de N. S. do Amparo de Itapemirim.

Grande entusiasta do desenvolvimento do vale do Itapemirim, o governador Francisco Alberto Rubim falou da existência de um “cachoeiro” a seis léguas de distância (hoje Cachoeiro de Itapemirim), onde mandou estabelecer, para proteção e apoio ao desenvolvimento da região, dois quartéis, um na parte norte, guarnecido por tropas da capitania do Espírito Santo, e outro no lado sul do rio, construído e guarnecido, estranhamente, por soldados da Segunda Divisão de Minas Gerais. Esses quartéis, com a denominação de quartel da Barca, em homenagem ao conde da Barca, deram origem a Cachoeiro de Itapemirim e estavam situados próximos de onde é hoje o Cemitério Municipal

(lado norte) e início do bairro Baiminas (lado sul). Interessante é a informação de que o quartel do lado sul estava sob a responsabilidade de soldados mineiros que ali haviam chegado, a 30 de agosto de 1814, através de uma picada na floresta, vindos de Minas Gerais.

Essa área entre a vila de Itapemirim e o quartel da Barca (Cachoeiro) era povoada por grandes fazendas de cana de açúcar, com oito engenhos denominados Areia, Cardoso, Cutia, Boa Vista, Barra Seca, Poço Grande, Paineiras e São Gregório da Ribeira.

Informou ainda que à distância de três léguas ao sul da vila de Itapemirim ficava o quartel de Boa Vista, que servia também de registro (posto fiscal de mercadorias e pessoas) da capitania do Espírito Santo, sendo guardado por um alferes e vinte soldados, e estava situado sobre uma barreira à beira-mar. Dali, mais quatro léguas, chegava-se ao rio Itabapoana, onde havia outro quartel, que, como só era usado para passar os viajantes, era guardado com apenas três soldados do quartel de Boa Vista, e pouco distante havia a fazenda da Muribeca, que fora dos antigos jesuítas, com seu engenho de açúcar e sua imensa criação de gado. Próximo ficava Santa Catarina das Mós, onde iniciava a capitania do Rio de Janeiro, e que estava a oito léguas da vila de Itapemirim.

O governador Francisco Alberto Rubim refere-se às “belas margens do rio Itapemirim” e relembra os constantes ataques indígenas na região, inclusive aquele que, havia pouco mais de trinta anos, expulsou os habitantes das minas de ouro do Castelo, onde existiram as povoações de Barra do Rio Castelo, Caxixe, Arraial Velho, Salgado e Ribeirão, o que acabou dando origem à vila de Itapemirim, para onde eles se dirigiram, levando a imagem de N. S. do Amparo, para a qual construíram a primeira igreja. A vila de Itapemirim possuía, em 1816, 140 residências, com cerca de 2.000 habitantes.

Em seu resumo final o governador Rubim cita que o Espírito Santo possuía 5 vilas, 7 povoações, 7 freguesias, 5 igrejas filiais, 3 colégios que foram dos jesuítas, 1 Santa Casa de Misericórdia, 4 capelas particulares, 3 conventos franciscanos, 1 convento do Carmo, 2 ordens terceiras, 7 portos de mar, 10 rios principais, 76 engenhos de açúcar, 68 engenhocas de aguardente, 3.523 residências e 22.527 habitantes.

Mas faz uma ressalva quanto ao número de habitantes, por supor que o número seria bem maior se os senhores de escravos declarassem quantos realmente possuíam. Os indígenas obviamente não eram contados.



Esse relatório, assinado na data de 25 de junho de 1816, é certamente o mais completo e profundo demonstrativo do que era a antiga capitania do Espírito Santo no final da época colonial.

### OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Uma dificuldade constante na história do Espírito Santo era localizar, geograficamente, onde se situava a desaparecida povoação de Santa Catarina das Mós que, desde o século XVII, era citada como o limite sul da capitania do Espírito Santo e a partir de onde iniciava a capitania da Paraíba do Sul.

Essa localidade desapareceu no século XIX, sua posição geográfica situava-se certamente próxima ao rio Itabapoana, mas restava saber onde. Um documento existente no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, Portugal, datado da vila da “Victoria”, 11 de julho de 1790, contendo uma informação do capitão-mor do Espírito Santo, Inácio João Mongeardino, ao governo da Bahia foi de vital importância para a solução do problema. O documento é acompanhado de três mapas coloridos, com preciosas informações sobre outros assuntos, como economia regional, ensino e as necessidades mais prementes do Espírito Santo na época. Fala sobre todas as vilas da capitania, iniciando pela da Vitória e depois sobre Nova Almeida, Espírito Santo, “Graparim” (Guarapari) e “Vila Nova Benavente” (Anchieta), sempre relatando suas atividades econômicas, população e informações outras de interesse histórico. Fala ainda o documento sobre todo o litoral da então capitania, dando informação sobre a geografia local, informando sobre os rios, montanhas, portos, barras, aldeias, de forma interessantíssima e com valiosas informações sobre a vida e a região, com passagens curiosas.

Ao quase findar o documento, após todas as informações possíveis para a época sobre o vale do rio Itapemirim, informou o capitão-mor do Espírito Santo sobre a região entre este rio e o Itabapoana, referindo-se também à fazenda da Muribeca que pertenceu aos jesuítas. Após dissertar sobre a barra do rio Itabapoana disse ele textualmente: “E desta dita barra, distância de mais de legoa, no logar chamado S. Catharina das Mós, limita a jurisdição desta Capitania...”.

A informação acima foi reafirmada quando localizamos um Mapa Oficial do Império Brasileiro que, datado de 1868 e elaborado por Cândido Mendes, situa a localidade de Santa Catarina das Mós quase imediatamente ao sul da foz do rio Itabapoana e seu interior é chamado de Campos das Mós. Por fim, para determinar de forma definitiva sua localização usamos o *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo*, editado no Rio de Janeiro em 1878 pela Tipografia Nacional e elaborado por César Augusto Marques, que assim apresenta o verbete: “Santa Catarina das Mós – Assim se chama o campo entre a ponta de Manguinhos e o rio Itabapoana perto da Ponta do Retiro onde se acham vestígios de antiga povoação. Em cima da ponta existe um cômodo com umas Mós, e daí vem o nome para este campo”. Hoje, o território de Santa Catarina das Mós faz parte do município de São Francisco do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro.

As epopéias da vida e as histórias acontecidas são muitas vezes fantásticas e temos exemplos de acontecimentos que mostram a riqueza de um passado que, ocasionalmente, não nos é apresentado em toda sua grandeza.

Muitas vezes, pesquisando em um arquivo encontramos documentos que, além de informações históricas propriamente ditas, apresentam a vida e suas dificuldades, retratando uma época.

Esse é o caso de um documento do Arquivo Histórico Ultramarino, CX 5 – ES, em que a Câmara de vila da Vitória, em 20 de janeiro de 1653, relata as peripécias da viagem de Simeão de Carvalho ao Espírito Santo. Esse senhor havia sido nomeado capitão-mor do Espírito Santo e embarcou em uma nau, na Bahia, para se dirigir a Vitória quando, logo após o início da viagem marítima, foi perseguido por corsários holandeses que assaltaram e roubaram seu barco.

Simeão de Carvalho continuou a viagem ao Espírito Santo costeando o litoral com um outro pequeno barco que, por ser precário, foi abandonado; resolveu continuar a jornada por terra e andou muitas léguas pela praia até conseguir outro barco para continuar a viagem. Mas, realmente, Simeão de Carvalho estava com pouca sorte para chegar ao Espírito Santo, pois o outro barco acabou por naufragar em uma praia deserta já próxima da então vila da Vitória. Esse capitão-mor da capitania do Espírito Santo estava nessa viagem acompanhado pelos seus dois filhos, que eram de pouca idade e que sofreram logicamente as conseqüências advindas do trajeto. No dia 12 de agosto de 1652 chegou Simeão de Carvalho à vila da Vitória e três dias depois tomou posse como capitão-mor da capitania do Espírito Santo.

Esse é um exemplo, dos muitos que se sucederam e que se acham encobertos pela poeira dos tempos e de quanta luta, aventura, coragem e destemor se usa para construir uma nação.

Muitos aspectos da história do Espírito Santo são passíveis de maiores e melhores pesquisas que certamente renderiam informações enriquecedoras sobre o passado.

Um desses aspectos diz respeito ao governo do segundo donatário Vasco Fernandes Coutinho - o filho - que, entre sua posse em 1573 e sua morte em 1589, redirecionou a vida na capitania do Espírito Santo, tirando-a de um marasmo e mesmo decadência, para dar à região um destaque que é referenciado por jesuítas, por visitantes e pelos próprios dados populacionais e de produção. Seu trabalho foi continuado por sua viúva, a extraordinária Luiza Grinalda, que, mesmo sendo mulher e estar no século XVI, empenhou-se na continuidade do desenvolvimento econômico e administrativo, com ajuda de seu cunhado Miguel de Azeredo. Dignas de nota foram suas atitudes e seu empenho quando no governo da capitania. Luiza Grimaldi posteriormente recolheu-se ao convento de Évora, onde outras suas irmãs eram freiras, viveu longos anos e foi importante depoente no processo que tratou da beatificação do padre José de Anchieta.

A sua atuação merece uma profunda pesquisa e supera de forma avassaladora uma outra figura feminina da história do Espírito Santo, Maria Ortiz, que é muito mais um mito do que um real agente da história de Vitória.

Um tema do século XVII que merece atenção e pesquisa diz respeito à economia do Espírito Santo. A capitania, após passar por uma fase de imensas dificuldades, esteve sob o governo e a atuação de Francisco Gil de Araújo (1675 a 1685), rico proprietário de terras e açúcar na Bahia. Ele comprou da família Coutinho a capitania, onde estabeleceu um interessante ciclo de desenvolvimento, especialmente nas áreas do entorno da baía de Vitória e na região de Guarapari. Os primórdios desenvolvimentistas de Guarapari têm sua origem em seu digno e organizado governo.

Outro assunto que merece uma profunda pesquisa documental refere-se à atuação jesuítica no Espírito Santo. Desde os primórdios até a sua expulsão em 1759, a Companhia de Jesus foi o grande agente transformador da sociedade de então.

A figura do padre José de Anchieta, tão presente e tão efetiva no Espírito Santo, é ainda hoje pouco trabalhada na historiografia. Ele atuou solidamente

na capitania, que era sua opção preferencial para viver e morrer, mas pelo que se sente na história brasileira, ele mais parece um exclusivo jesuíta paulista. Sua atuação no Espírito Santo é ainda pouco valorizada e conhecida. Há muito a pesquisar sobre o assunto e sobre a real participação dos jesuítas no Espírito Santo com suas escolas, seus vários aldeamentos indígenas e seus processos desenvolvimentistas em suas fazendas na Muribeca, em Araçatiba ou em Itapoca, com especialização da produção. Bom lembrar que ainda hoje é em um prédio jesuítico que se situa o palácio do governo do Estado. Interessante lembrar que nos nossos dias existe, parcialmente, um canal artificial (rio Marinho), ligando a baía de Vitória ao rio Jucu, que foi por eles construído, no século XVIII, para escoar a produção açucareira da fazenda jesuítica de Araçatiba, evitando o transporte por terra ou o contorno da costa pelo mar.

Outro período interessante da história administrativa do Espírito Santo compreende uma seqüência de três notáveis governantes que, com certeza, redirecionaram a história capixaba. O primeiro foi Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo, que governou entre 1800 e 1804. Foi um entusiástico defensor do desenvolvimento da região do rio Doce e organizou a burocracia governamental. Entre outras atuações criou o primeiro parque florestal do Brasil e possivelmente do continente americano, em 1800, com o nome de Parque Real de Madeiras de Regência Augusta, que se destinava à preservação florestal de toda área compreendida entre a margem norte do rio Doce e a margem sul do rio Cricaré, em São Mateus, e para o interior até fronteira com Minas Gerais. Era ele professor da Academia de Marinha de Lisboa e membro da Academia de Ciências de Lisboa, geógrafo e grande amigo do todo poderoso conde de Linhares.

O segundo governante foi Manoel Vieira da Silva Tovar e Albuquerque, de 1804 a 1811, que deu prosseguimento à política administrativa e ao desenvolvimento da região do rio Doce. Por fim, o terceiro governante foi Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, de 1812 a 1819, que centrou sua política de desenvolvimento no sul do Espírito Santo, abrindo a primeira estrada ligando Vitória a Minas Gerais, a estrada do Rubim, cujo trajeto em território espírito-santense foi seguido pela BR 262 em diversos trechos. Rubim tomou medidas para que o vale do rio Itapemirim se tornasse um pólo de progresso, como realmente aconteceu.

Entretanto, o Espírito Santo sofreu, logo após a Independência de 1822, um processo de decadência que necessita ser melhor estudado. Entre 1820 e 1850

foi trágica a situação regional, que pode ser demonstrada por curtas informações: o nome que se tornou usual para o Espírito Santo era capitania. Assim era a referência nacional à região, denotando, talvez, o retrocesso econômico e de desenvolvimento, que regrediu o Espírito Santo a uma situação típica da época de colônia. Ir à capitania era sinônimo de ir ao Espírito Santo, que também era lugar de exílio. Quando o padre Diogo Antônio Feijó, antigo regente do trono, foi punido politicamente, a sua pena foi ser exilado em Vitória. Aliás, nessa altura tentou-se, em 28 de maio de 1832, na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, aprovar um projeto do deputado Batista Caetano transferindo a capital do Espírito Santo, de Vitória para Campos, hoje Estado do Rio de Janeiro.

Foi o processo de entrada de colonos alemães, italianos e outros europeus que, juntamente com a cultura do café, redirecionou a economia do Espírito Santo, com imensas conseqüências sociais, culturais e políticas que merecem um estudo à parte.

No final do século XIX houve um novo florescimento da região de São Mateus, logo seguido do grande desenvolvimento do pólo sulista, centrado em Cachoeiro de Itapemirim, que marcou uma fase importante, nos primórdios do século XX, com o aparecimento de novas lideranças, como a da família Monteiro, que conduziu, por quase todo um século, a política e o governo do Espírito Santo. Nessa família pontificam Jerônimo e Bernardino Monteiro, mas sem dúvida foi o irmão deles, o bispo D. Fernando Monteiro, o grande condutor e inspirador político dessa família que merece um profundo e isento estudo.

Um imenso acervo documental possui o Brasil e especificamente o Espírito Santo. Esse acervo pode ser encontrado tanto no Arquivo Público Estadual como em pequenos arquivos disseminados pelo Estado, em igrejas, cartórios e prefeituras. Em nível nacional podemos encontrar farto material no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo do Itamaraty, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro, nos Arquivos da Bahia e de Minas Gerais. Além desses acervos recomendamos o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo da Biblioteca do Palácio da Ajuda, além de outros menores, todos em Lisboa, Portugal. Recomendamos ainda o Arquivo da Companhia de Jesus em Roma e toda a documentação originária do Projeto Resgate de Documentação Histórica realizado no ano 2000. Documentos não faltam, a história do Espírito Santo necessita de pesquisas e de publicações.

A história é assim fascinante, quando baseada em pesquisas rigorosas,

sensatas e isentas, nos proporciona o imenso prazer de conhecer o que fomos, para que realmente saibamos quem somos e para onde vamos.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2006.

*JOÃO EURÍPEDES FRANKLIN LEAL*

*Paleógrafo, Historiador*

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO*

# RELAÇÕES DE GOVERNANTES DO PERÍODO COLONIAL<sup>1</sup>

## REIS DE PORTUGAL

DINASTIA DE BORGONHA – 1140 A 1385	
D. Afonso Henriques	1140 a 1185
D. Sancho	1185 a 1211
D. Afonso II	1211 a 1233
D. Sancho II	1233 a 1248
D. Afonso III	1248 a 1279
D. Dinis	1279 a 1325
D. Afonso IV	1325 a 1357
D. Pedro I	1357 a 1367
D. Fernando	1367 a 1383
D. João de Castela	1383 a 1385

DINASTIA DE AVIS – 1385 A 1580	
D. João I	1385 a 1423
D. Duarte	1423 a 1438
D. Afonso V	1438 a 1481
D. João II	1481 a 1495
D. Manuel	1495 a 1521
D. João III	1521 a 1556
D. Sebastião	1556 a 1578
D. Henrique	1578 a 1580

UNIÃO IBÉRICA – 1581 A 1640	
Filipe I	1581 a 1598
Filipe II	1598 a 1621
Filipe III	1621 a 1640

---

1 - Elaboradas com base no *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. Organizado por João Eurípedes Franklin Leal. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 143 a 150. [Nota do editor].

DINASTIA DE BRAGANÇA – 1640 – 1910	
D. João IV	1640 a 1656
D. Afonso VI	1656 a 1668
D. Pedro II	1668 a 1706
D. João V	1706 a 1750
D. José I	1750 a 1777
D. Maria I	1777 a 1816
D. João VI	1816 a 1826
D. Maria II (reg. D. Miguel)	1826 a 1828
D. Miguel	1828 a 1834
D. Pedro IV (I do Brasil)	- 1834
D. Maria II	1834 a 1853
D. Pedro V	1853 a 1861
D. Luís I	1861 a 1889
D. Carlos I	1889 a 1908
D. Manuel II	1908 a 1910

GOVERNADORES GERAIS	
Tomé de Souza	07/01/1549 a 01/05/1553
Duarte da Costa	01/05/1553 a 23/07/1556
Mem de Sá	23/07/1556 a 07/03/1570
Luiz de Brito de Almeida (norte) Antônio de Salema (sul)	07/03/1570 a 10/12/1572
Luiz de Brito de Almeida (norte)	10/12/1572 a 12/04/1577
Lourenço da Veiga	12/04/1577 a 17/06/1580
Cosme Rangel	17/06/1580 a 09/05/1583
Manuel Teles Barreto	09/05/1583 a 09/05/1587
D. Antônio Barreiros e Cristóvão de Barros	09/05/1587 a 09/06/1591
D. Francisco de Souza	09/06/1591 a 01/04/1602
Diogo Botelho	01/04/1602 a 22/08/1608
Diogo de Menezes e Siqueira	22/08/1608 a 22/08/1612
Gaspar de Souza	22/08/1612 a 01/01/1617
D. Luiz de Souza	01/01/1617 a 12/10/1621



Diogo de Mendonça Furtado	12/10/1621 a 26/07/1624
Matias de Albuquerque	16/07/1624 a 24/09/1624
Francisco Nunes Marinho	24/09/1624 a 03/12/1624
D. Francisco de Moura Rolim	03/12/1624 a 28/12/1626
Diogo Luiz de Oliveira	28/12/1626 a 11/12/1635
D. Pedro da Silva	11/12/1635 a 23/01/1639
D. Fernando Mascarenhas, Conde da Torre	23/01/1639 a 21/10/1639
D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos	21/10/1639 a 26/05/1640
D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão e 1º Vice-rei do Brasil	26/05/1640 a 16/04/1641
Junta Governativa Provisória: Bispo D. Pedro, Luís Barbalho e Lourenço Brito Correia	16/04/1641 a 14/07/1642
Antônio Teles de Menezes, Conde de Vila Pouca de Aguiar	26/12/1647 a 10/03/1650
Gen. João Rodrigues de Vasconcelos, Conde de Castelo Melhor	10/03/1650 a 14/12/1654
D. Jerônimo de Ataíde, Conde de Atouguia	14/12/1654 a 20/06/1657
Gen. Francisco Barreto	20/06/1657 a 21/07/1663
D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos e 2º Vice-rei do Brasil	21/07/1663 a 13/06/1667
Alexandre de Souza Freire	13/06/1667 a 08/05/1671
Afonso Furtado de Castro de Mendonça, Visconde de Barbacena	08/05/1671 a 26/11/1675
Junta Governativa Provisória: Des. Agostinho de Azevedo Monteiro, Álvaro de Azevedo e Antônio Guedes de Brito	26/11/1675 a 15/03/1678
Roque da Costa Barreto	15/03/1678 a 23/05/1682
Antônio de Souza Menezes	23/05/1682 a 04/06/1684
D. Antônio Luiz de Souza	04/06/1684 a 04/06/1687
Matias da Cunha	04/06/1687 a 24/10/1688
D. Frei Manuel da Ressurreição	24/10/1688 a 08/10/1690
Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho	08/10/1690 a 22/05/1694
D. João de Lencastre	22/05/1694 a 03/07/1702
D. Rodrigo da Costa	03/07/1702 a 08/09/1708
Luiz César de Menezes	08/09/1708 a 03/05/1710
D. Lourenço de Almada	03/05/1710 a 14/10/1711
Pedro de Vasconcelos de Souza	14/10/1711 a 11/06/1714

VICE-REIS DO BRASIL	
D. Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Souza – 2º Marquês de Angeja	11/06/1714 a 21/08/1718
D. Sancho de Faro, Conde de Vimieiro (não teve o título de Vice-rei do Brasil)	21/08/1718 a 13/10/1719
Junta Governativa Provisória: Sebastião Monteiro da Vide, Des. Caetano de B. e Figueiredo e João de Araújo e Azevedo	14/10/1719 a 23/11/1720
Vasco Fernandes César de Menezes, Conde de Sabugosa	23/11/1720 a 11/05/1735
André de Melo e Castro, Conde das Galveias	11/05/1735 a 17/10/1749
D. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho Menezes, Conde de Atouguia	17/12/1749 a 17/08/1754
Junta Governativa Provisória: D. José Botelho de Matos, D. Manuel Antônio da Cunha Souto Maior e Cel. Lourenço Monteiro	17/08/1754 a 23/12/1755
D. Marcos de Noronha, 6º Conde dos Arcos	23/12/1755 a 09/01/1760
D. Antônio d'Almeida Soares e Portugal, 3º Conde de Avintes e 1º Marquês de Lavradio	09/01/1760 a 04/07/1760
Junta Governativa Provisória: Tomás Rubi de Barros Barreto, José Carvalho de Andrade e Cel. Barros e Alvim	04/07/1760 a 27/06/1763
D. Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha	27/06/1763 a 31/08/1767
D. Antônio Rolim de Moura	17/11/1767 a 04/11/1769
D. Luís de Almeida 2º Marquês de Lavradio	04/11/1769 a 30/04/1778
Luís Vasconcelos e Souza	30/04/1778 a 09/05/1790
D. José Luís de Castro, 2º Conde de Resende	09/05/1790 a 14/10/1801
José Fernandes de Portugal e Castro	14/10/1801 a 14/10/1806
Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos	14/10/1806 a 22/01/1808

## GOVERNANTES DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO COLONIAL

### I – GOVERNO DOS DONATÁRIOS – (1535 A 1718)

#### a) Família Donatária dos Coutinho – (1535 a 1675)

1 – Vasco Fernandes Coutinho – 1535 a 1561

Capitão-mor:

Belchior de Azeredo	1561 a 1564
---------------------	-------------

2 - Vasco Fernandes Coutinho Filho - 1564 a 1589

Luíza Grinalda - Viúva - 1589 a 1593

Capitão-mor:

Miguel de Azeredo	1593 a 1605
-------------------	-------------

3 - Francisco de Aguiar Coutinho - 1605 a 1627

Capitães-mores:

Manuel de Escobar Cabral	1627 a 1630
Francisco Alemão de Cisneiros	1630 a 1635
Domingos Barbosa de Araújo	1635 a 1636
Antônio do Canto de Almeida	1636 a 1640
João Dias Guedes	1640 a 1643

4 - Ambrósio de Aguiar Coutinho da Câmara - 1644 a 1648

Capitão-mor:

Antônio do Canto de Almeida	1644 a 1648
-----------------------------	-------------

5 - Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho - 1648 a 1675

Felipa de Menezes - Mãe e Tutora

Capitães-mores:

Francisco Grizantes da Gama	1648 a 1651
Simião de Carvalho	1651 a 1655
João de Almeida Rios	1656 a 1660
Dinis Lobo	1661 a 1662
José Rabelo Leite	- 1662
Dinis Lobo	1662 a 1663
José Lopes	- 1663
Brás do Couto de Aguiar	1663 a 1664
Diogo de Seixas Barraca	1664 a 1667
Antônio Mendes de Figueiredo	1667 a 1671
José Gonçalves de Oliveira	1671 a 1675

**b) Família Donatária Araújo – (1675 a 1718)**

1 – Francisco Gil de Araújo – 1675 a 1685

2 – Manuel Garcia Pimentel – 1685 a 1711

Capitães-mores:

Manuel de Morais	1682 a 1688
Manuel Peixoto da Mota	1688 a 1689
João de Velasco e Molina	1689 a 1694
José Pinheiro de Barbuda	1694 a 1699
Francisco Monteiro Morais	1699 a 1701
Francisco Ribeiro de Miranda	1701 a 1705
Álvaro Lobo Contreiras	1705 a 1709
Francisco de Albuquerque Teles	1709 a 1710
Manuel Correia de Lemos	1710 a 1716

3 – Cosme Rolim de Moura – 1711 a 1718

Capitão-mor:

João de Velasco e Molina	1716 a 1718...
--------------------------	----------------

**II – CAPITANIA DA COROA – (1718 A 1822)****a) Capitães-mores:**

João de Velasco e Molina	...1718 a 1721
Antônio de Oliveira Madail	1721 a 1724
Dionísio Carvalho de Abreu	1724 a 1726
Antônio Pires Forsas	1726 a 1731
Silvestre Cirne da Veiga	1731 a 1740
Domingos de Morais Navarro	1740 a 1745
Estevão de Faria Delgado	1745 a 1748
Martinho da Gama Pereira	1748 a 1751
José Gomes Borges	1751 a 1755
Duarte Fernandes Lobo	1755 a 1758
Gonçalo da Costa Barbalho	1758 a 1761

Anastácio Joaquim Moita Furtado	1761 a 1768
Raimundo da Costa Vieira	1768 a 1770
José Ramos dos Santos	1770 a 1775
Álvaro Correia de Moraes	1775 a 1779
Anastácio Joaquim Moita Furtado	1779 a 1781
Álvaro Correia de Moraes	1781 a 1782
Inácio João Monjardim	1782 a 1798
Manuel Fernandes da Silveira	1798 a 1800

**b) Governadores da Capitania do Espírito Santo subalternos ao governo da Bahia**

Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo - 1800 a 1804

Manuel Vieira da Silva Tovar e Albuquerque - 1804 a 1811

**c) Governadores da Capitania do Espírito Santo independentes do Governo da Bahia**

Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira - 1812 a 1819

Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos - 1819 a 1822

Esta tabela de governantes do Espírito Santo do período colonial foi elaborada, em primeira mão, pelo professor João Eurípedes Franklin Leal, com base em seus estudos e pesquisas em Portugal, com ajuda da Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa.

## GOVERNANTES DO ESPÍRITO SANTO DESDE NOVEMBRO DE 1823 ATÉ O PRESENTE

RELAÇÃO NOMINAL DOS PRESIDENTES QUE TEM TIDO A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO E DOS VICE-PRESIDENTES QUE A TÊM ADMINISTRADO DESDE A INDEPENDÊNCIA DO IMPÉRIO ATÉ O FIM DA MONARQUIA

	NOMES	CARGOS	DATA EM QUE FORAM NOMEADOS	DATA EM QUE ASSUMIRAM O CARGO	DATA EM QUE FORAM EXONERADOS	DATA EM QUE DEIXARAM A ADMINISTRAÇÃO		TEMPO EM EXERCÍCIO				
						ANOS	MESES	DIAS	ANOS	MESES	DIAS	
1	Inácio Acioli de Vasconcelos	presidente	25.11.1823	24.02.1824	10.10.1829	23.11.1829	5	8	30			
2	Visconde da Vila Real da Praia Grande	"	10.10.1829	23.11.1829	30.01.1830	12.03.1830	0	3	17			
3	Jose Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente		12.03.1830	24.03.1835	04.12.1830	0	8	22			
4	Manoel Antônio Galvão	presidente	30.01.1830	04.12.1830	09.12.1830	18.12.1830	0	0	14			
5	Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça	"	09.12.1830	18.12.1830	05.11.1831	08.04.1831	0	3	21			
6	Jose Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente		08.04.1831	24.03.1835	28.11.1831	0	7	20			
7	Antônio Pinto Chichorro da Gama	presidente	05.11.1831	28.11.1831	25.10.1832	27.04.1832	0	4	30			
8	Jose Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente		27.04.1832	24.03.1835	21.04.1833	0	11	25			
9	Manoel José Pires da Silva Pontes	presidente	25.10.1832	21.04.1833		05.05.1835	2	0	14			
10	Francisco Pinto Homem de Azevedo	vice-presidente	24.03.1835	05.05.1835	30.07.1836	28.05.1835	0	0	23			
11	Joaquim José de Oliveira	presidente	06.04.1835	28.05.1835	29.07.1836	23.09.1836	3	3	26			
12	Manoel de Assunção Pereira	vice-presidente	30.07.1836	23.09.1836	21.05.1838	08.11.1836	0	1	16			
13	Jose Tomás Nabuco de Araújo	presidente		08.11.1836	26.05.1838	25.04.1837	0	5	17			
14	Manoel de Assunção Pereira	vice-presidente	30.07.1836	25.04.1837	21.05.1838	29.10.1837	0	6	4			
15	Jose Tomás Nabuco de Araújo	presidente		29.10.1837	26.05.1838	21.04.1838	0	5	23			
16	João Lopes da Silva Couto	"	26.03.1838	21.04.1838	05.08.1840	15.10.1840	1	15	24			
17	Joaquim Machado de Oliveira	"	05.08.1840	15.10.1840	02.04.1841	27.04.1841	0	6	12			
18	Jose Manoel de Lima	"	02.04.1841	27.04.1841	12.01.1842	10.08.1842	1	3	14			
19	João Lopes da Silva Couto	"		10.08.1842	09.06.1843							
20	Venceslau de Oliveira Belo	"	09.06.1843		19.10.1843	01.12.1843						
21	D. Manoel de Assis Mascarenhas	"	19.10.1843	01.12.1843	14.08.1845	28.12.1844	1	0	27			
22	Joaquim Marcelino da Silva Lima	vice-presidente	30.08.1844	28.12.1844		13.12.1845	0	11	15			
23	Herculano Ferreira Pena	presidente	14.08.1845	13.12.1845	11.09.1846	03.05.1846	0	4	20			

24	Joaquim Marcelino da Silva Lima	vice-presidente	30.08.1844	03.05.1846	27.05.1846	0	0	24
25	José Inácio Acioli de Vasconcelos	" "	27.04.1846	27.05.1846	21.09.1846	0	3	25
26	José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	" "	30.08.1844	21.09.1846	07.11.1846	0	1	17
27	Luis Pereira do Couto Ferraz	presidente	11.09.1846	07.11.1846	14.06.1848	7	7	
28	José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente	18.04.1848	18.04.1848	03.08.1848	0	3	16
29	Antônio Pereira Pinto	presidente	14.06.1848	03.08.1848	03.11.1848	0	3	0
30	José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente	30.08.1844	03.11.1848	07.03.1849	0	4	4
31	Antônio Joaquim Siqueira	presidente	31.10.1848	07.03.1849	02.08.1849	0	4	26
32	Joaquim Marcelino da Silva Lima	vice-presidente	30.08.1844	02.08.1849	09.08.1849	0	0	7
33	Felipe José Pereira Leal	presidente	09.08.1849	09.08.1849	03.06.1851	1	9	25
34	José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente	30.08.1844	03.06.1851	09.07.1851	0	1	6
35	José Bonifácio Nascentes de Azambuja	presidente	31.05.1851	09.07.1851	16.11.1852	1	4	7
36	Evaristo Ladislau e Silva	" "	08.10.1852	16.11.1852	01.08.1853	0	8	16
37	Joaquim Marcelino da Silva Lima	vice-presidente	30.08.1844	01.08.1853	04.02.1854	0	4	3
38	Sebastião Machado Nunes	presidente	09.11.1853	04.02.1854	15.07.1855	1	5	11
39	Joaquim Marcelino da Silva Lima	vice-presidente	30.08.1844	15.07.1855	08.03.1856	0	7	22
40	José Maurício Fernandes Pereira de Barros	presidente	08.02.1856	08.03.1856	15.01.1857	0	10	7
41	Joaquim Marcelino da Silva Lima	vice-presidente	30.08.1844	15.01.1857	18.06.1857	0	5	3
42	Olimpio Carneiro Vriarato Carão	presidente	24.05.1857	18.06.1857	07.03.1858	0	8	17
43	José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente	30.08.1844	07.03.1858	04.02.1859	0	10	28
44	Pedro Leão Velloso	presidente	17.12.1858	04.02.1859	14.04.1860	1	2	10
45	José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	vice-presidente	30.08.1844	14.04.1860	25.05.1860	0	1	11
46	Antônio Alves de Souza Carvalho	presidente	20.03.1860	25.05.1860	11.03.1861	0	9	14
47	João da Costa Lima e Castro	vice-presidente	21.07.1859	11.03.1861	22.03.1861	0	0	11
48	José Fernandes da Costa Pereira Júnior	presidente	20.02.1861	22.03.1861	28.05.1863	2	2	4
49	Dionísio Álvaro Rezendo	vice-presidente	08.03.1862	28.05.1863	15.06.1863	0	0	18
50	André Augusto de Padua Fleury	presidente	21.05.1863	15.06.1863	23.12.1863	0	6	8

51	Eduardo Pindalha de Matos	vice-presidente	21.11.1863	23.12.1863	24.04.1866	08.01.1865	1	0	16
52	José Joaquim do Carmo	presidente	12.10.1864	08.01.1865	23.06.1865	28.08.1865	0	7	20
53	Alexandre Rodrigues da Silva Chaves	"	23.06.1865	28.08.1865	29.09.1867	08.04.1867	1	7	10
54	Carlos de Cerqueira Pinto	vice-presidente	06.10.1866	08.04.1867	21.12.1867	11.10.1867	0	6	3
55	Francisco Leite Bittencourt Sampaio	presidente	23.06.1867	11.10.1867	22.08.1868	26.04.1868	0	6	15
56	João Maria do Vale Júnior	vice-presidente	21.12.1867	26.04.1868	12.08.1868	01.09.1868	0	4	6
57	Luis Antônio Fernandes Pinheiro	presidente	22.08.1868	01.09.1868	21.05.1869	08.06.1869	1	9	7
58	Dionísio Alvaro Rezendo	vice-presidente	12.08.1868	08.06.1869	17.10.1872	17.09.1869	0	3	9
59	Antônio Dias Pais Leme	presidente	28.06.1869	17.09.1869	28.12.1870	13.08.1870	0	10	27
60	Dionísio Alvaro Rezendo	vice-presidente	12.08.1868	13.08.1870	17.10.1872	18.02.1871	0	6	5
61	Francisco Ferreira Correia	presidente	28.12.1870	18.02.1871	31.05.1872	19.06.1872	1	4	1
62	Antônio Gabriel de Paula Fonseca	"	31.05.1872	19.06.1872	25.10.1872	16.11.1872	0	4	28
63	Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	vice-presidente	17.10.1872	16.11.1872	03.06.1876	28.12.1872	0	1	12
64	João Tomé da Silva	presidente	25.10.1872	28.12.1872	01.10.1873	08.10.1873	0	9	10
65	Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	vice-presidente	17.10.1872	08.10.1873	03.06.1876	06.11.1873	0	0	29
66	Luiz Eugênio Horta Barbosa	presidente	01.10.1873	06.11.1873	06.02.1875	29.04.1874	0	5	23
67	Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	vice-presidente	17.10.1872	29.04.1874	03.06.1876	04.05.1875	1	0	5
68	Domingos Montenegro Peixoto	presidente	06.02.1875	04.05.1875	04.12.1875	24.12.1875	0	7	20
69	Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	vice-presidente	17.10.1872	24.12.1875	03.06.1876	03.01.1876	0	0	10
70	Manoel José de Menezes Prado	presidente	04.12.1875	03.01.1876	13.12.1876	05.01.1877	1	0	2
71	Manoel Ferreira de Paiva	vice-presidente	03.06.1876	05.01.1877	31.10.1878	29.01.1877	0	0	24
72	Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama	presidente	13.12.1876	29.01.1877	22.06.1877	11.07.1877	0	5	12
73	Manoel Ferreira de Paiva	vice-presidente	03.06.1876	11.07.1877	31.10.1878	23.07.1877	0	0	12
74	Afonso Peixoto de Abreu Lima	presidente	04.07.1877	23.07.1877	09.02.1878	19.02.1878	0	6	17
75	Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida	vice-presidente	01.02.1878	19.02.1878	16.08.1882	04.04.1878	0	1	16
76	Manoel da Silva Mafra	presidente	16.02.1878	04.04.1878	14.12.1878	02.01.1879	0	8	29
77	Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida	vice-presidente	01.02.1878	02.01.1879	16.08.1882	07.03.1879	0	2	5



78	Eliseu de Souza Martins	presidente	25.01.1879	07.03.1879	13.07.1880	19.07.1880	1	4	12
79	Alfeu Adelfo Monjandim de Andrade e Almeida	vice-presidente	01.02.1878	19.07.1880	16.08.1882	06.08.1880	0	0	18
80	Marcelino de Assis Tostes	presidente	13.07.1880	06.08.1880	11.02.1882	13.02.1882	1	6	7
81	Alfeu Adelfo Monjandim de Andrade e Almeida	vice-presidente	01.02.1878	13.02.1882	16.08.1882	03.04.1882	0	1	18
82	Herculano Marcos Inglês de Souza	presidente	11.02.1882	03.04.1882	27.11.1882	09.12.1882	0	8	6
83	Martim Francisco Ribeiro de Andrade Filho	"	27.11.1882	09.12.1882	16.08.1882	03.04.1883	0	1	18
84	Miguel Bernardo Vieira de Amorim	vice-presidente	31.10.1878	30.04.1883	28.07.1885	12.01.1884	0	8	13
85	Joaquim José Afonso Alves	presidente	29.10.1883	12.01.1884	26.04.1884	17.03.1884	0	2	5
86	Alfeu Adelfo Monjandim de Andrade e Almeida	vice-presidente	15.03.1884	17.03.1884	30.08.1885	01.05.1884	0	1	14
87	Jose Camilo Ferreira Rebelo	presidente	31.10.1878	01.05.1884		17.09.1884	0	4	16
88	Custódio José Ferreira Martins	"	09.08.1884	17.09.1884	07.02.1885	29.01.1885	0	4	12
89	Alfeu Adelfo Monjandim de Andrade e Almeida	vice-presidente	15.03.1884	29.01.1885	30.08.1885	03.03.1885	0	1	3
90	Laurindo Pira	presidente	07.02.1885	03.03.1885	30.08.1885	28.07.1885	0	4	25
91	Alfeu Adelfo Monjandim de Andrade e Almeida	vice-presidente	15.03.1884	28.07.1885	30.08.1885	21.08.1885	0	0	24
92	Jose Camilo Ferreira Rebelo	"	31.10.1878	21.08.1885		09.09.1885	0	0	19
93	Manoel Ribeiro Courinho Mascarenhas	vice-presidente	30.08.1885	09.09.1885		02.10.1885	0	0	23
94	Antônio Joaquim Rodrigues	presidente	30.08.1885	02.10.1885	03.06.1887	11.05.1887	1	7	9
95	Manoel Ribeiro Courinho Mascarenhas	vice-presidente	30.08.1885	11.05.1887		01.08.1887	0	2	21
96	Antônio Leite Ribeiro de Almeida	presidente	03.06.1887	01.08.1887	01.08.1888	06.08.1888	1	0	5
97	Henrique de Amalé Lobo Moscoso	"	01.08.1888	06.08.1888		Faleceu em Vitória a 08.06.1889			
98	Jose Camilo Ferreira Rebelo	vice-presidente	31.10.1887	08.06.1889	18.07.1889	08.06.1869			
99	Alfeu Adelfo Monjandim de Andrade e Almeida	"	15.06.1889	18.07.1889	19.07.1889	17.09.1869			
100	Jose Caetano Rodrigues Horta	presidente	15.06.1889	19.07.1889		13.08.1870			

Quadro organizado à base do Ms II-19, 4, n.º 22, da BNRJ, e do vol. XX da Coleção *Presidentes do Espírito Santo – Correspondência com o Ministério do Império*, do Arquivo Nacional (IJJ9 375).

## PERÍODO REPUBLICANO\*

## PRESIDENTES DO ESTADO

Nomes	Posse
Afonso Cláudio de Freitas Rosa	22-11-1889
Constante Gomes Sodré (vice-presidente)	09-09-1890
Henrique da Silva Coutinho	20-11-1890
Antônio Gomes Aguirre	11-03-1891
Alfeu Adelfo Monjardim e Andrade e Almeida	07-06-1891
Antônio Gomes Aguirre (vice-presidente)	18-12-1891
Junta Governativa	
Inácio Henrique de Gouveia	19-12-1891
Graciano dos Santos Neves	
Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto	
José de Melo Carvalho Muniz Freire	03-05-1892
Graciano dos Santos Neves	23-05-1896
Constante Gomes Sodré (vice-presidente)	23-09-1897
José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (vice-presidente)	06-01-1898
José de Melo Carvalho Muniz Freire	23-05-1900
Argeu Hortêncio Monjardim (vice-presidente)	23-05-1904
Henrique da Silva Coutinho	16-06-1904
Jerônimo de Souza Monteiro	23-05-1908
Marcondes Alves de Sousa	23-05-1912
Bernardino de Sousa Monteiro	23-05-1916
Nestor Gomes	23-05-1920
Florentino Avidos	23-05-1924
Aristeu Borges de Aguiar	30-06-1928
Antônio Francisco de Ataíde (presidente da Assembléia Legislativa) <sup>1</sup>	16-10-1930

\* Relação organizada com o auxílio da *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes.

1 - Ficou no cargo poucas horas. [Nota do editor].

## INTERVENTORES FEDERAIS

Nomes	Posse
José Armando Ribeiro de Paula	16-10-1930
Junta Governativa	
João Manuel de Carvalho	19-10-1930 <sup>1</sup>
Afonso Correia Lirio	
João Punaro Bley	
João Punaro Bley	22-11-1930
João Punaro Bley (governador eleito pela Assembléia Legislativa)	15-04-1935 <sup>2</sup>
João Punaro Bley	25-11-1937 <sup>3</sup>
Jones dos Santos Neves	21-01-1943
José Rodrigues Sette	27-10-1945
Otávio de Carvalho Lengruber	06-11-1945
Aristides Alexandre Campos	27-02-1946
Ubaldo Ramalhete Maia (substituto)	08-06-1946
Moacir Ubirajara da Silva	14-10-1946
Ciro Vieira da Cunha (substituto)	26-11-1946
Moacir Ubirajara da Silva	12-12-1946

---

1 - No original estava 19-11-1930. [Nota do editor].

2 - Item acrescentado nesta edição. [Nota do editor].

3 - Idem.

## GOVERNADORES DO ESTADO

Nomes	Posse
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	29-03-1947 <sup>1</sup>
Jones dos Santos Neves	31-01-1951 <sup>2</sup>
Francisco Lacerda de Aguiar	31-01-1955
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	31-01-1959 <sup>3</sup>
Hélsio Pinheiro Cordeiro (presidente da Assembléia Legislativa)	06-07-1962
Asdrúbal Martins Soares (eleito pela Assembléia Legislativa)	05-08-1962
Francisco Lacerda de Aguiar	31-01-1963
Rubens Rangel (vice-governador)	05-04-1966
Christiano Dias Lopes Filho (eleito pela Assembléia Legislativa)	31-01-1967
Arthur Carlos Gerhardt Santos (eleito pela Assembléia Legislativa)	15-03-1971
Élcio Álvares (eleito pela Assembléia Legislativa)	15-03-1975 <sup>4</sup>
Eurico Vieira de Rezende (eleito pela Assembléia Legislativa)	15-03-1979
Gerson Camata	15-03-1983
José Moraes (vice-governador)	13-05-1986
Max de Freitas Mauro	15-03-1987
Albuíno Cunha de Azevedo	15-03-1991
Vitor Buaiz	01-01-1995
José Ignácio Ferreira	01-01-1999
Paulo Cesar Hartung Gomes	01-01-2003
Paulo Cesar Hartung Gomes	01-01-2007

1 - Na 2ª. edição constava José Rodrigues Sette, que foi vice-governador e substituiu o titular em ocasiões eventuais. [Nota do editor].

2 - A 2ª. edição registra Francisco Alves Ataíde como substituto em 10-10-1952, certamente a título precário. [Nota do editor].

3 - Na 2ª edição está registrado o nome de Raul Giuberti (vice-governador) e a data da posse em 10-10-1959, no que deve ter sido uma substituição interina. [Nota do editor]

4 - A partir deste ponto, nomes acrescentados nesta edição com base em [www.es.gov.br/site/espírito\\_santo/governadores\\_estado.aspx](http://www.es.gov.br/site/espírito_santo/governadores_estado.aspx), acesso em 10/01/2007. [Nota do editor].

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES: LIVROS, PERIÓDICOS E MANUSCRITOS\*

- ABREU, S. Fróis. *Fundamentos geográficos da mineração brasileira*. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1945.
- ACIOLI DE CERQUEIRA E SILVA, Inácio. *Memórias históricas e políticas da Bahia* (6 vols.). Bahia, 1919-40.
- ADONIAS, Isa (ed.). *Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores*. I (texto). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960.
- Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.
- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do rio Doce*. Coleção Documentos Brasileiros. José Olympio, Rio de Janeiro, 1959.
- ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa* (8 vols.). Rio de Janeiro, 1913-36 (separatas dos vols. 31, 32, 34, 36, 37, 39, 46 e 50, dos Anais BN).
- ALMEIDA MELO, Judith Freitas de. *Afonso Cláudio*. Pongetti, Rio de Janeiro, 1959.
- AMARAL, Brás do. *Notas às Memórias históricas e políticas da Bahia*, de autoria de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva (6 vols.). Bahia, 1919-1940.
- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. 1876-...
- ANCHIETA, José de. *Cartas (1554-1594)*. Academia Brasileira de Letras, 1933.
- ANCHIETA, José de. *Informações*, in *Cartas, informações, fragmentos e sermões*. Academia Brasileira de Letras, 1933.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. (com um estudo biobibliográfico por AFONSO DE E. TAUNAY). Melhoramentos, São Paulo, s/data.

---

\* Não incluímos nesta resenha os Relatórios dos Presidentes da Província e do Estado: foram devidamente registrados nas notas de pé de página. Receberam igual tratamento as peças manuscritas avulsas.

- Anuário estatístico do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (edições de vários anos).
- ARAÚJO PRIMO, Artur Lourenço de. Santa Casa de Misericórdia, in *RIHGES*, XVI, dezembro de 1944. Vitória, 1946.
- ARINOS DE MELO FRANCO, Afonso. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (n.º 11), 1944.
- Arquivos do Estado do Espírito Santo*. Imprensa Oficial do Espírito Santo, Vitória.
- ASSIS, Francisco Eujênio de. *Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1941.
- ASSIS, Francisco Eujênio de. *Governos do Espírito Santo*, in *RIHGES*, XII e XVI.
- ASSIS, Francisco Eujênio de. *Síntese da história da cidade de São Mateus*. Imprensa Oficial, Vitória, 1946.
- ATAÍDE, Antônio Francisco. *Breve notícia sobre a escravidão e a propaganda abolicionista no Brasil e no Espírito Santo*, in *RIHGES*, XI.
- AVEZAC, M. d'. *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil*. Martinet, Paris, 1857.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 2.ª ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, Rio de Janeiro, 1944.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico*. Clássica, Lisboa, 1929.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *História dos cristãos novos portugueses*. Clássica, Lisboa, 1921.
- AZEVEDO, Pedro de. *A instituição do governo geral*, in *HCP*, III.
- AZEVEDO, Pedro de. *Os primeiros donatários*, in *HCP*, III.
- BAHIENSE, Norbertino. *Domingos Martins e a Revolução Pernambucana de 1817*. Belo Horizonte, 1974.
- BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, conde de Nassau*. (tradução e anotações de Cláudio Brandão). Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1940.
- BARROS, João de. *Ásia (Primeira década)*. 6ª. ed. Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1945.
- BEAZLEY, C. Raymond. *O infante D. Henrique e o início dos descobrimentos modernos*. (tradução, anotada, por Antônio Álvaro Dória). Civilização, Porto, s/data.
- BENSAUDE, Joaquim. *Lacunes et surprises de l'histoire des découvertes maritimes*. 1e. partie. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930.
- BERNARDES SOBRINHO, José Joaquim. *O direito do Espírito Santo à margem meridional do Mucuri*. Artes Gráficas da Vitória, 1918.

- BLÁSQUEZ, Antônio. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra* (4 vols.). Lisboa, 1891-1902.
- BRÁS, Afonso. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- BRÍGIDO, João. *Efemérides do Ceará*. Tip. Studart, Fortaleza, 1900.
- BRITO FREIRE, Francisco de. *Nova Lusitânia, história da guerra brasilica* (2 vols.). Lisboa, 1675.
- CAEIRO, José. *Jesuítas do Brasil e da Índia*. Academia Brasileira de Letras, Bahia, 1936.
- CAETANO DE SOUSA, Antônio. *História genealógica da Casa Real Portuguesa* (20 vols.). Lisboa, 1735-1749.
- CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. 4.<sup>a</sup> ed. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1940.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil* (4 vols.). Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1939.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 3.<sup>a</sup> ed. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1938.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a D. Manuel, rei de Portugal, escrita em Porto Seguro a primeiro de maio de 1500*, in Jaime Cortesão, *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, s/data.
- CAMPO BELO, Conde de. *Governadores gerais e vice-reis do Brasil*. Porto, 1940.
- CÂNDIDO DE VASCONCELOS, José. *Governos espírito-santenses* (série de artigos publicados na revista *Vida Capichaba* de doze de julho de 1928 a nove de agosto de 1929).
- CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 3.<sup>a</sup> ed., Sociedade Capistrano de Abreu, Briguiet, 1934.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. *Prolegômenos aos vários "Livros" da História do Brasil*, de Vicente do Salvador.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. (Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia). Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1939.
- Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil* (Edição de Serafim Leite). São Paulo, 1954. (O vol. IV foi publicado em Roma (1960), na coleção *Monumenta Brasiliae*, da *Monumenta historica Societatis Iesu*).
- CARVALHO, Augusto de. *Apostamentos para a história da capitania de São Tomé*. Campos, 1888.
- CARVALHO FRANCO. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1940.

- CELSO, Afonso. *Visconde de Ouro Preto*. Globo, Porto Alegre, 1935.
- Centenário da Independência do Brasil* (fac-símiles da correspondência recebida pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro). Prefeitura Municipal do Distrito Federal, s/data.
- CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura espírito-santense*. Porto, 1912.
- CORREIA, Francisco Antônio. *Conseqüências econômicas dos descobrimentos*. Academia das Ciências de Lisboa, 1937.
- CORREIA, Francisco Antônio. *História econômica de Portugal* (2 vols.). Imprensa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1929.
- CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, s/data.
- CORTESÃO, Jaime. *Descobrimientos e conquistas*, in *História de Portugal* (III vol.). Edição dirigida por Damião Peres (8 vols.). Portucalense, Barcelos, 1931.
- CORTESÃO, Jaime. *L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation*, in Francisco Antônio Correia, *Conseqüências econômicas dos descobrimentos*.
- COSTA, Afonso. *Genealogia baiana*, in *RIHGB*, vol. 191.
- COSTA, Pedro da. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- COSTA, Veríssimo. *Viagem pelos rios navegáveis do estado do Espírito Santo*, in *RIHGES*, VII.
- COSTA ALVES, Hermilo Cândido da. *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Snr. conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1876.
- Cultura de Café no Brasil. Ensaio de Corografia Estatística. I – Estado do Espírito Santo* (Levantamento de 1940/41). Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1942.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 5.<sup>a</sup> ed. Lello & Irmão, Porto, 1941.
- CUNHA, Francisco Manuel da. *Informação que [...] deu sobre a província, então capitania do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo*, in *RIHGB*, IV.
- CUNHA, Francisco Manuel da. *Memória sobre a navegação do rio Doce, apresentada por [...] ao conde de Linhares*, in *Publicações do Arquivo Público Nacional*, IV vol. Rio de Janeiro, 1903.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo. Sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística*. Tipografia do Espírito-Santense, Vitória, 1879.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 2 vols. Martins, São Paulo, s/data.



- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Pongetti, Rio de Janeiro, 1965.
- DERENZI, Luiz Serafim. *História do Palácio Anchieta*. Secretaria de Educação e Cultura (ES), 1971.
- DIAS LOPES FILHO, Christiano. *Desafio & resposta*, 1971.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Influências estrangeiras no Espírito Santo*, in *Revista do Brasil*, setembro de 1943.
- Documentos Históricos* – Publicação do Arquivo Nacional (2 primeiros volumes) e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (108 volumes publicados). 1928-...
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara*. Prefeitura Municipal do Salvador. Bahia.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. 3ª ed. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Rio de Janeiro, 1938.
- ESCRAGNOLLE DÓRIA. Primeiras letras, in *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 15-10-1927.
- FERNANDES PINHEIRO, J. C. *A França Antártica*, in *RIHGB*, XXII.
- FERNANDES R. DE OLIVEIRA, Adolfo. *Nossas antiguidades*, in *RIHGB*, VII.
- FERNANDES VIANA, Paulo. Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço, in *RIHGB*, LV, parte I.
- FERRAZ, A. L. Pereira. *Terra da Ibirapitanga*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1939.
- FEU ROSA, Francisco Clímaco. O guisamento no último projeto orçamentário da província do Espírito Santo, in *RIHGES*, XV.
- FIGUEIREDO, Carlos P. de. *Breve notícia do estado financeiro das províncias organizada por ordem de s. excia. o sr. barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1887.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *Estudos de história americana*. Melhoramentos, São Paulo, s/data.
- FONTOURA DA COSTA, A. *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*. Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940.
- FREIRE, Felisbelo. *História da cidade do Rio de Janeiro (1564-1700)*. I vol. Rio de Janeiro, 1912.
- FREIRE, Felisbelo. *História territorial do Brasil*. I vol. Rio de Janeiro, 1906.
- FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo (1535-1822)*. Vitória, 1945.
- FREIRE, Mário Aristides. *A República no Espírito Santo*, in *RIHGES*, XII.
- FREIRE, Mário Aristides. Bandeiras e bandeirantes no Espírito Santo, in *RIHGES*, VII.
- FREIRE, Mário Aristides. *Empréstimos e compromissos bancários* (separata do Relatório

- da Secretaria da Fazenda, apresentado em 1933 a s. excia. o sr. interventor federal, capitão João Punaro Bley, pelo secretário...). Vitória, 1933.
- FREIRE, Mário Aristides. *Fatos da história do Espírito Santo*. (Palestra realizada no salão nobre da Prefeitura Municipal de Vitória, no dia trinta e um de março de 1942), *Conferência Mensal*, I, Departamento Municipal de Estatística.
- FREITAS, Jordão de. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), in *HCP*, III.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 5ª ed. José Olympio, Rio de Janeiro, São Paulo, 1946.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Edição do *Anuário do Brasil*. Rio de Janeiro, s/data.
- GARCIA, Rodolfo. Ementas e explicações às Notícias Antigas do Brasil (1531-1551), in *Anais BN*, LVII.
- GARCIA, Rodolfo. *Notas aos Tratados da terra e da gente do Brasil*, do padre Fernão Cardim. 2.ª ed. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- GIMPEL, Jean. *Les bâtisseurs de cathédrales*. Editions du Seuil, 1958.
- GÓIS, Inocêncio. Francisco Gil de Araújo, in *Revista Trimestral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Vol. VI, n.º 22.
- GOMES DA SILVA NETO, J. J., *As maravilhas da Penha ou Lendas e história da Santa e do virtuoso frei Pedro de Palácios*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1888.
- Governadores do Espírito Santo. Correspondência (ativa) com o Ministério do Reino (e Império)*. Mss existentes no Arquivo Nacional (20 vols.).
- GRÃ, Luís da. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- História da colonização portuguesa do Brasil* (3 vols.). Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Direção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias; direção cartográfica de Ernesto de Vasconcelos; direção artística de Roque Gameiro. Litografia Nacional, Porto, 1924.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do Censo Demográfico* (Dados gerais). Recenseamento Geral do Brasil (1.º de setembro de 1940). Rio de Janeiro, 1947.
- Instrumento dos serviços de Mem de Sá*, in *Anais BN*, XXVII.
- JABOATAM, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasileiro, ou Crônica dos frades menores da província do Brasil* (3 vols.). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1858-62.
- KILL, Miguel A. *Geografia e história do Espírito Santo*. Vitória, 1974.
- KNIVET, Anthony. *Vária fortuna e estranhos fados*. (Versão do original inglês por Guiomar de Carvalho Franco, com anotações e referências de Francisco de Assis Carvalho Franco). Brasiliense, São Paulo, 1947.

- LAGOA, Visconde de. *Grandes e humildes na epopéia portuguesa do Oriente*. Lisboa, 1942.
- LAGO, Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal (Dados biográficos 1828-1939)*. Imprensa Militar, 1940.
- LAMEGO, Alberto. *A terra goitacá* (6 vols.). Paris, Bruxelas, Niterói, 1913.
- LAMEGO, Alberto. As três grandes fazendas dos jesuítas: Colégio, Muribeca e Santa Ana em Macaé, in *Brasil Açucareiro*, setembro de 1944, vol. XXV, n.º 3.
- LAMEGO, Alberto. Controvérsia histórica sobre os limites das capitanias do Espírito Santo e Paraíba do Sul (S. Tomé), in *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24-9-1950.
- LAMEGO, Alberto. *Efemérides da terra goitacá*. I vol. Niterói, 1945.
- LAMEGO, Alberto. Os fazendeiros de São João da Barra nos séculos passados, in *Brasil Açucareiro*, março de 1947, vol. XXIX, n.º 3.
- LEAL, Aurelino. *História constitucional do Brasil*. Imprensa Nacional, 1915.
- LEITE PEREIRA, Francisco Lobo. Algumas palavras sobre os *Itinerários* de Sebastião Fernandes Tourinho e de Antônio Dias Adorno, in *RIHGB*, Tomo Especial Consagrado ao I Congresso de História Nacional, Parte II.
- LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Brotéria, Lisboa / Rio de Janeiro, 1953.
- LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo, 1954. (O vol. IV foi publicado em Roma (1960), na coleção *Monumenta Brasiliae*, da *Monumenta historica Societatis Iesu*).
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (10 vols.). Lisboa / Rio de Janeiro, 1938-50.
- LEITE, Serafim. *Novas páginas de história do Brasil*. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1965.
- LEITE, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1937.
- LEMOS BRITO. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. 2.ª ed. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1939.
- LIRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1938-40.
- LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro* (7 vols.). Tipografia Seignot-Plancher, Rio de Janeiro, 1834-35.
- LISBOA, João Francisco. *Obras* (2 vols.). Lisboa, 1901.
- Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro* (transcrição e introdução de Dioclécio Leite de Macedo, in *Anais BN*, 82).
- Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1968.

- LOURENÇO, Brás. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ano biográfico brasileiro* (3 vols. e um suplemento). Rio de Janeiro, 1876-80.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. *Santo Antônio de Lisboa militar no Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1942.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. 3.<sup>a</sup> ed., corrigida e ampliada. Epasa, Rio de Janeiro, 1944.
- MAGALHÃES, Basílio de. *História do comércio*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1943.
- Magnum bullario romanum*. Tomo XI. Complectens constitutiones a Clemente X et Innocentio editas. Luxemburgi Henrici Alberti Sosse, 1741.
- MALHEIRO DIAS, Carlos. O regimen feudal das donatarias, in *HCP*, III.
- MARCELINO PEREIRA DE VASCONCELOS, José. *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*. Vitória, 1858.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1943.
- MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro, 1920.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1878.
- MARTINS, José F. Ferreira. *Os vice-reis da Índia*. Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.
- MATOS, Arquimimo. A comemoração do Quinze de Novembro, no Instituto Histórico, in *RIHGES*, XI.
- MATOSO, Antônio A. *História de Portugal*. Sá da Costa, Lisboa, s/data.
- MAXIMILIANO (príncipe de Wied Neuwied). *Viagem ao Brasil*. (Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Pope de Figueiredo, refundida e anotada por Olivério Pinto). Companhia Editora Nacional, 1940.
- MELO MORAIS, A. J. de. *Brasil histórico*. 2.<sup>a</sup> série, tomo III. Fauchon & Dupont, Rio de Janeiro, 1868.
- Memória histórica (A repartição geral dos telégrafos)*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1909.
- MENDES PIMENTEL, Francisco. *Questão de limites entre Espírito Santo e Minas Gerais*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1914.
- MENDONÇA, Mário F. de (e Alberto Vasconcelos). *Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira (1822-1940)*, in *Subsídios para a história marítima do Brasil*. IV volume. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1942.
- MERÊA, Paulo. A solução tradicional da colonização do Brasil, in *HCP*, III.

- MONJARDIM, Adelfo. Cavendish em Vitória, in *RIHGES*, IX.
- MONJARDIM CAVALCANTI, J. C. *Turismo e desenvolvimento*. 2.<sup>a</sup> ed. Vitória, 1972.
- MORAES, Cícero. *Limites do Espírito Santo*. 1939.
- MORAES, Cícero. *As questões de limites que o Espírito Santo sustentou*. Vitória, 1971.
- MORAES, Neida Lúcia. *O Espírito Santo é assim*. Artenova, Rio de Janeiro, 1971.
- MORAIS, Francisco de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872), in *Anais BN*, LXII.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. A Noite, Rio de Janeiro, s/data.
- MORAND, Paul. La route des Indes, in Francisco Antônio Correia, *Conseqüências econômicas dos descobrimentos*.
- MUNIZ FREIRE e Cleto Nunes. *Cartas ao imperador* (editoriais de *A Província do Espírito Santo*). Vitória, 1885.
- MUNIZ TAVARES, Francisco. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3.<sup>a</sup> edição revista e anotada por Oliveira Lima. Imprensa Industrial, Recife, 1917.
- MÚRIAS, Manuel. *Notas à Relação diária do cerco da Bahia de 1638, por Pedro Cadena de Vilhasanti*. Lisboa, 1941.
- NAVARRO, Luís Tomás de. *Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro*, in *RIHGB*, VII, 2.<sup>a</sup> ed.
- NETSCHER, P. M. *Os holandeses no Brasil*. (Tradução de Mário Sette). Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1942.
- NEVES, Graciano dos Santos. *Doutrina do engrossamento*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, 1935.
- NÓBREGA, Manuel da. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- NORONHA SANTOS. *Floriano* (II vol. das *Memórias e documentos de Floriano Peixoto*, cuja publicação o Ministério da Educação e Saúde iniciou e deixou em meio). Ministério da Educação, 1939.
- Notícias antigas do Brasil (1531-1551)*. (Coleção de Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa), in *Anais BN*, LVII.
- Notícias dos primeiros descobrimentos das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais. Pessoas mais assinaladas nestas empresas e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*. (A autoria desse documento é atribuída a Bento Fernandes Furtado de Mendonça e seu original pertence à Biblioteca Municipal de São Paulo, onde foi encontrá-lo Afonso de E. Taunay, que o fez copiar e publicar no do Rio de Janeiro, números de vinte e três e trinta de junho e sete e catorze de julho de 1946.

- Notícias verdadeiras do mosteiro que teve a nossa província na Vila Velha, da capitania do Espírito Santo, e das terras que ainda lá possui a mesma província com posse até o presente; extraídas dos títulos, e documentos judiciais, que se conservam no Arquivo do Mosteiro do Rio de Janeiro, escritas pelo padre pregador frei Paulo da Conceição.* Ms. transcrito por D. Clemente Maria da Silva-Negra, O.S.B., no artigo A Ordem de São Bento na capitania do Espírito Santo, in *RIHGES*, XV.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Fundo Editorial do Espírito Santo, Vitória.
- Novas cartas jesuíticas* (colecionadas por Serafim Leite, S.J.). Coleção Brasiliana, Companhia Editora Nacional, 1940.
- NUNES, Leonardo. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- OLIVEIRA LIMA. A Nova Lusitânia, in *HCP*, III.
- OLIVEIRA LIMA. *Dom João VI no Brasil* (3 vols.). 2.<sup>a</sup> ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1945.
- OLIVEIRA LIMA. *Império brasileiro* (1822-1889). Melhoramentos, São Paulo, s/data.
- OLIVEIRA LIMA. *O movimento da Independência* (1821-1822). Melhoramentos, São Paulo, 1922.
- OLIVEIRA MARTINS, J. P. *História de Portugal*. 12.<sup>a</sup> ed. (2 vols.) Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1942.
- OLIVEIRA MARTINS, J. P. *Portugal nos mares*. 3.<sup>a</sup> ed. (2 vols.) Parceria Antônio Maria Pereira, Lisboa, 1924.
- PEIXOTO, Afrânio. Cem anos de ensino primário, in *Livro do centenário da Câmara dos Deputados* (1826-1926). Brasil Editora, Rio de Janeiro, 1926.
- PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. Lello & Irmão, Lisboa, 1940.
- PENA, Misael Ferreira. *História da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1878.
- PENA, Misael Ferreira. *O presente e o futuro da província do Espírito Santo* (conferência pronunciada no Rio de Janeiro a doze de novembro de 1874 e incluída no fascículo n.º 6, correspondente ao mês de junho de 1876, da publicação intitulada *Conferências populares*).
- PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques. *A escravidão no Brasil*. (2 vols.) Cultura, São Paulo, 1944.
- PEREIRA, Amâncio. *Almanaque do Estado do Espírito Santo* (1899). Vitória, s/data.
- PEREIRA, Amâncio. *Homens e cousas espírito-santenses*. Artes Gráficas, Vitória, 1914.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio. *A imprensa no Espírito Santo*, in *RIHGES*, III, IV, V e VI.
- PERES, Damião. *História dos descobrimentos portugueses*. Portucalense, Porto, 1943.

- PESSANHA PÓVOA. *Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1875.
- PINTO, Olivério M. de Oliveira. Prefácio à *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, de Maximiliano (príncipe de Wied-Neuwied). Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.
- PIRAJÁ DA SILVA. *Notas e comentários de Notícias do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa.
- PIRES, Francisco. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuitas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Sousa Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Instituto Nacional do Livro, 1945.
- POGGI, Osvaldo. História regional, in *RIHGES*, VIII.
- PORTO SEGURO, Visconde de. Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação histórica do Brasil contemporâneo*. Martins, São Paulo, 1942.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1945.
- Presidentes do Espírito Santo, ver *Governadores do Espírito Santo – Correspondência (ativa com o Ministério do Reino (e Império))*.
- Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil – Confissões da Bahia (1591-92)*. Sociedade Capistrano de Abreu, F. Briguiet, Rio de Janeiro, 1935.
- Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil – Denúncias da Bahia (1591-93)*. São Paulo, 1925.
- RABELO, Fernando Duarte. *O problema da nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo* (memorial apresentado à Comissão Nacional do Ensino Primário pelo secretário da Educação e Saúde, Dr. ...). Vitória, 1939.
- RAU, Virgínia e Maria Fernanda Gomes da Silva. *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil* (2 vols.). Universidade de Coimbra, 1956-58.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1838.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, 1917.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 13.<sup>a</sup> ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1935.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Ministério das Relações Exteriores, s/data.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Kosmos, Rio de Janeiro, s/data.
- ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília, 1971.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1960.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Brasil* (10 vols.). Rio de Janeiro, s/data.

- RODRIGUES, Lélío. (caderno mimeografado). Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo, Vitória, março 1971.
- RODRIGUES, Pedro. *Vida do padre José de Anchieta*, in *Anais BN*, XXIX.
- Roteiro de Todos os Sinais na Costa do Brasil*. Edição comemorativa do V centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. (Reprodução fac-similar do ms. 51-IV-38 da Biblioteca da Ajuda; leitura diplomática; comentários e índice de vocábulos. Edição preparada por Max Justo Guedes). Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1968.
- ROURE, Agenor de. *Formação constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro, 1914.
- RÖWER, Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil*. 2.<sup>a</sup>. ed. Vozes, Petrópolis, 1957.
- RUBIM, Brás da Costa. *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*, in *RIHGB*, XXV.
- RUBIM, Brás da Costa. *Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório*, in *RIHGB*, XIX.
- RUBIM, Francisco Alberto. *Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1817*, in *RIHGB*, XIX.
- RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à história da capitania do Espírito Santo* (publicadas sob o pseudônimo de *Um Capixaba*). Lisboa, 1840.
- SÁ, Antônio de. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- SÁ, Mem de. *Carta para el-rei* (primeiro de junho de 1558), in *Anais BN*, XXVII.
- SÁ, Mem de. *Carta para el-rei* (trinta e um de março de 1560), in *Anais BN*, XXVII.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil (Espírito Santo)*. Tradução de Carlos Madeira. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. 3.<sup>a</sup> edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Melhoramentos, São Paulo, s/data.
- SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação da cidade do Salvador*. Tipografia Beneditina, Bahia, 1949.
- SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo, 1901.
- SANCEAU, Elaine. *Capitães do Brasil*. Tradução de Antônio Álvaro Dória, revista pela autora. Porto, 1956.
- SANTOS FILHO, Licurgo. *História da medicina no Brasil* (2 vols.). Brasiliense, São Paulo, 1947.
- SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira*. São Paulo, 1927.



- SATURNINO DE BRITO, Francisco. *Esgotos – Parte Geral* (II vol. das Obras Completas de Saturnino de Brito em 23 vols.), Instituto Nacional do Livro.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal militar*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1931.
- SENA, Nelson Coelho de. Participação dos deputados brasileiros nas cortes portuguesas de 1821, in vol. I do *Livro do centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)*. (3 vols.). Rio de Janeiro, 1926.
- SERRANO, Jônatas. Um vulto de 1817, in *RIHGB* (Tomo especial consagrado ao I Congresso de História Nacional – Parte I).
- SILVEIRA, Godofredo. *Almanaque administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província do Espírito Santo para o ano de 1889*. Vitória, 1889.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. (2 vols.). Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1987.
- SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Notícia do Brasil* (anotações e comentários de Pirajá da Silva). (2 vols.). Martins, São Paulo, s/data.
- SOUSA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- SOUSA, Luís de. *Anais de D. João III*. (com prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa). (2 vols.). Sá da Costa, Lisboa, s/data.
- STENZEL DOS SANTOS, Ponciano. Discurso (recitado na missa campal de Vila Velha, em 1935), in *RIHGES*, X.
- TAQUES DE ALMEIDA PAIS LEME, Pedro. *Informações sobre as minas de S. Paulo e dos sertões de sua capitania desde o ano de 1597 até o presente de 1772*, in *RIHGB*, vol. 64, Parte I.
- TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *História do café no Brasil* (15 vols.). Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1939-43.
- TAUNAY, Afonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. (8 vols.). São Paulo, 1924.
- TAUNAY, Afonso de E. *O Senado do império*. Martins, São Paulo, s/data.
- TAUNAY, Afonso de E. *São Paulo no século XVI*. Arrault, Tours, 1921.
- TAUNAY, Afonso de E. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*. Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1941.
- TAUNAY, Afonso de E. *Visitantes do Brasil colonial*. 2.<sup>a</sup> ed. Coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional, 1938.
- TAVARES DE LIRA, Augusto. *Organização política e administrativa do Brasil*. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1941.
- TEIXEIRA DE LACERDA, Marcílio Domingos José Martins, in *RIHGB*. (Tomo espe-

- cial consagrado ao I Congresso de História Nacional, Parte I).
- TEIXEIRA DE OLIVEIRA, José. *Dicionário brasileiro de datas históricas*. 2.<sup>a</sup> ed. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950.
- TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Publicação n.º 13 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1945.
- URUGUAI, Visconde do. *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. Rio de Janeiro, 1865.
- VALE, Leonardo do. Sua correspondência está publicada em *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, para onde encaminhamos o leitor.
- VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*. 3.<sup>a</sup> ed. 1971.
- VAN DER VAT, Odolfo. *Princípios da igreja no Brasil*. Petrópolis, 1952.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil, in *Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo I. Rio de Janeiro, 1889.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. In *RIHGB*, vol. CLXXIII.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. (5 vols.). 8.<sup>a</sup> edição integral. Melhoramentos, São Paulo, s/data.
- VASCONCELOS, Alberto (e Mário F. de Mendonça). *Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira (1822-1940)*, in *Subsídios para a história marítima do Brasil*. IV vol. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1942.
- VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. *História média de Minas Gerais*. (2 vols.). 4.<sup>a</sup> ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1974.
- VASCONCELOS, Simão de. *Vida do venerável padre José de Anchieta da Companhia de Jesus, taumaturgo do Novo Mundo, na província da Brasil*, Lisboa, 1672.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. 2.<sup>a</sup> edição correta e aumentada. (2 vols.). Lisboa, 1865.
- VEIGA CABRAL, Mário da. *Compêndio de corografia do Brasil*. 25.<sup>a</sup> ed. Jacinto Editora, Rio de Janeiro, 1940.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 1897.
- VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1945.
- VIANA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. Coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- VIEIRA, Antônio. *Cartas*. (coordenadas e anotadas por J. LÚCIO D'AZEVEDO). (3

vols.). Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925-28.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1921.

VIOTTI, Hélio Abranches. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. São Paulo, 1966.

XAVIER, Carlos. A marcha das culturas no terreno do Espírito Santo, in *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Departamento Nacional do Café, 1934.

WETZEL, Herbert Ewaldo. *Mem de Sá*. Rio de Janeiro, 1972.



## ÍNDICE DE GRAVURAS

Armas do Estado do Espírito Santo .....	II
---	----

Brasão instituído por decreto-lei em 24 de julho de 1947. Significado dos seus principais elementos: no centro da estrela maior, que significa o estado do Espírito Santo, está o convento da Penha - Nossa Senhora da Penha é a padroeira do estado e seu convento em Vila Velha é monumento religioso e histórico de grande projeção; cores do brasão - azul claro, branco e rosa, também presentes na bandeira estadual, inspiradas nas cores do manto da padroeira do estado; ramo de café (à direita) - representa o principal produto agrícola da economia capixaba a partir da década de 1850; cana-de-açúcar (à esquerda) - representa o principal produto agrícola da economia capixaba até a década de 1850; 23 de maio de 1535 - convencionado como o dia da chegada de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da capitania, e que deu início à colonização do solo espírito-santense; 12 de junho de 1817 - dia da execução, na Bahia, de Domingos José Martins, herói capixaba, um dos chefes da Revolução Pernambucana de 1817; três estrelas azuis (acima, abaixo e à esquerda) - representam os estados da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vizinhos do Espírito Santo; a legenda "Trabalha e Confia" - também inscrita na bandeira do estado -, é uma síntese da frase de Santo Inácio de Loyola: "Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus". [Nota do editor].

Brasão e fac-símile da assinatura de Vasco Fernandes Coutinho.....	25
Convento da Penha, em Vila Velha.....	63
Pórtico da Capela de Santa Luzia, em Vitória .....	64
Igreja e residência dos jesuítas, em Anchieta .....	79
Igreja dos Reis Magos e residência dos jesuítas, em Nova Almeida.....	80

Nossa Senhora e o Menino Jesus (Retrato da Virgem) .....	99
Beato José de Anchieta .....	123
Combate entre holandeses e luso-brasileiros no Espírito Santo .....	133
“ <i>Demonstração do Sprito Santo</i> ” .....	137
“ <i>Costa do Sprito Santo ao Cabo d: S: Thome</i> ” .....	138

Cartas 21 e 22 – intituladas *Demonstração do Sprito Santo e Costa do Sprito Santo ao Cabo d: S: Thome – do Livro / de toda a Cos / ta da provincia santa crvz / feito por / ioão teixeira Alb / ernas / anno d. 1666*, pertencente ao Ministério das Relações Exteriores (Brasil).

Trata-se de “Atlas composto de 31 mapas manuscritos, coloridos, primorosamente iluminados, com traços a ouro, que mostram a costa do Brasil desde o rio Amazonas até o rio da Prata.

Por motivo de melhor conservação, as suas folhas foram, recentemente, destacadas da antiga encadernação (que não era a primitiva) e intercaladas entre folhas de cartolina grossa, protegidas por outra de papel-cristal, e novamente encadernadas.

À exceção de duas cartas de dimensões maiores (a do Brasil e a da baía de Todos os Santos), as demais medem cerca de 31 x 42 cm. Na encadernação primitiva estavam dobradas e numeradas, no verso, de 1 a 60, o que dava ao volume o tamanho de ‘pequeno-fólio’.

Abre o atlas uma folha contendo o frontispício, onde, num fundo azul escuro, está escrito o título em letras capitais, a ouro, vendo-se, acima dele, dois anjos que seguram o escudo das armas de Portugal, e embaixo, o brasão com as armas dos Condes de Atouguia.

Seguem-se duas páginas de texto contendo uma descrição do Brasil, na qual, depois de uma rápida referência ao seu descobrimento, se indicam os limites do Estado pela seguinte forma: ‘Começa da banda do Norte em altura de um grau e dois terços e acaba no cabo de Santo Antão no Rio da Prata, em altura de 37 graus e um terço da banda do Sul. Pela parte do oriente a lava o mar oceano ocidental, pela do ocidente confina com a Província de las Charcas: divide-as o Rio Pará; e, com a de Tucuman, o Rio da Prata’.

Esta concepção dos limites do Brasil – diz Jaime Cortesão – ainda que tão vaga, prenuncia já o pensamento de Alexandre de Gusmão, dando por limites as balizas naturais constituídas pelos rios, e regulando a soberania pela ocupação efetiva de cada um dos Estados – Portugal e Espanha. [...]

[Atlas atribuível à cartografia portuguesa] seiscentista, caracterizando-o um colorido vivo e harmonioso, com predominância dos tons azul e amarelo (contorno da costa); do rosa-arroxeadado (relevo); de vermelho (ilhas e povoados) e, sobretudo, dos traços a ouro. [...]

Este atlas foi adquirido na Casa Maggs Bros. Ltd, de Londres, em 1943, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Osvaldo Aranha” (ADONIAS, *Mapas*, I, 21-2).

Descrevendo particularmente as cartas do Espírito Santo, Isa Adonias, no trabalho antes citado, informa: “*Demonstração do Sprito Santo*.”

Esc. gráf. (5 léguas = 11 cm.) 23 X 36 cm. (In Livro de Toda a Costa da Provincia Santa Crvz Feito por Ioão Teixeira Albbernas Anno D. 1666. [n. 21] *Atlas mss. col. front., 2 p. 31 mapas. 39 cm.*).

Carta manuscrita, aquarelada, com toques a ouro, em papel encorpado, parecendo da época. Predominam os tons amarelo, azul, roxo e vermelho, com traços a ouro. O título, em letras romanas capitais pretas, ocupa toda a extensão do bordo superior. À esquerda, ao alto, vê-se uma rosa-dos-ventos de oito pontas, com flor-de-lis, nas cores azul e vermelha, com riscos a ouro; à direita, em baixo, vê-se outra, simples, com trinta e duas linhas dos rumos. Orografia cenográfica; sondas, em vermelho, na barra do porto do Espírito Santo; meridiano graduado.

Ao longo da costa, lêem-se os seguintes nomes:

Ponta do R: dosse // R: dosse // Reis Magos (*montes*) // Aldeya dos Reis Magos // Serra do Mestre Alauro // SERRAS // Ponta do Tubarão // Emceada de Areya // R. Moruype // Pão dasucar // N: S: do Rozario (*igreja*) // Villa Velha // N: S: da Pena // Morro de Ioão Moreno // I: escaluada // Vigia // BARRA do Porto do / Sprito Santo // (*na baía de Vitória estão assinaladas:*) Villa (*na ilha de Vitória*) // Vigia (*idem*) // Forte (*idem*)."

Carta 22 - "Costa do Sprito Santo ao Cabo D: S: Thome.

Esc. gráf. (5 léguas = 5,4 cm.) 23 X 36 cm. (In Livro de Toda a Costa da Provincia Santa Crvz Feito por Ioão Teixeira Albbernas Anno D. 1666. [n. 22] *Atlas mss. col. front., 2 p. 31 mapas. 39 cm.*).

Carta manuscrita, aquarelada, com toques a ouro, em papel encorpado, parecendo da época. Predominam os tons amarelo, azul, alaranjado e roxo, com traços a ouro. O título ocorre, em letras maiúsculas, em toda a extensão do bordo superior. Orografia cenográfica; sondas, em vermelho; meridiano graduado. À direita, em cima, vê-se uma rosa-dos-ventos de oito pontas, com flor-de-lis, nas cores azul e vermelha, com riscos a ouro; mais abaixo, vê-se outra, simples, com trinta e duas linhas dos rumos.

Ao longo da costa, lêem-se os nomes:

Morro de Ioão Moreno // Caza da fruta // Emg.º de Marcos Fernandes / Monsanto // Goropari (*vila*) // Barreiras / Vermelhas // Monte Aga // I: dos Francezes // R: Baixo // R: Pera Barcos // Lagoa Perayga de grande / Pescaria // Cabo de S: Thome // Parcel (*com a indicação de sondas, nas proximidades*) // SERRA DE GOROPARI (*mais para o interior*)" (ADONIAS, *Mapas*, I, 371-2).

Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho .....	163
Visita dos Reis Magos .....	164
Brasão de Francisco Gil de Araújo .....	171
Fac-símile da assinatura de Duarte de Lemos.....	171

A capitania do Espírito Santo segundo a carta régia .....	187
“Topografica da Barra e rio do Espírito Santo” .....	199

Mapa original, pertencente ao Serviço Geográfico do Exército.

Da autoria do engenheiro José Antônio Caldas, foi executado quando da visita feita ao Espírito Santo por ordem do governador geral da Bahia, oportunidade em que preparou mais oito plantas “relativas à Capitania”.

Parece certo ser este o segundo mapa do Espírito Santo feito por quem visitou pessoalmente a região. Com um detalhe de suma importância: o original está no Brasil.

O primeiro trabalho cartográfico – de cuja existência se tem notícia – mostrando, também, a baía do Espírito Santo, foi feito por Luís Teixeira no primeiro quartel do século 17 e pertence à Biblioteca da Ajuda (Portugal). O Comandante Max Justo Guedes publicou-o no corpo da edição fac-similar intitulada *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil* – trabalho magistral de que se envaidecem a Marinha Brasileira e todos quantos se interessam pela cultura nacional.

Além daqueles títulos de tanta importância, merecem destaque as numerosas informações contidas no trabalho do benemérito mestre José Antônio Caldas e o excelente estado de conservação da peça, datada de 1767.

A legenda que figura ao pé da carta está assim redigida:

“Topografica da Barra e rio do Espírito Santo, o qual dá nome a toda esta Capitania para se verem com distinsam todas as Vilas, Fortalezas, portos, e Ilhas que estam desde a sua fós até alem da Vila da Vitoria Capital dela com o rio de Maruïpe, que separa em Ilha o terreno q. senta a dita Vila, eseos arrebaldes:

Esta, e quazi todas asterras e Ilhas q. estam demtro deste rio se elevam em altissimos montes, e muitos deles inaceseis; ainda que na planta estam notados continuadamente p.la marinha comtudo eles tem suas voltas, equebradas q. dam Luger aalgumas pequenas baixas q. entram para o interior. Todos estes montes sam p.la maior parte de pedra, viva, ealguma terra q. sedescobre por entre elas toda hé Lavrada; os mesmos montes sam sem embargo diso cobertos de arvoredos rustico; esó opam de asucar hé huma pedra viva q. sobre aplumo damarinha emgrd.e altraeinaceseivel: os n.os de conta mostram brasas ordinarias de dez palmos dacraveira comu’a. eles denotam ofundo qvem pela diresam do canal comq. seprocura montar abarra q. hé ao sudueste; e depois vai voltando auste. A Ilha do Manguinho deterra, a de Timquasa, etoda aextensam q. fica entre avala, eorio Maruïpe sam terrascheias de mangue q. hé huma especie de Arvoredos q. secca na Lama amargem dos rios té onde lhe chega amare, e todas elas sam Lavadas das enchentes das mares, e descobremse na vazante delas. Omays seve p.la explicasam ao pe de cada huma das coizas q. se notam, etambem pla explicasam aopé desta notada com Letras do Alfabeto. Afos deste rio do Espir.to S.to demanda aos 20 gr.s e 15 minutos de Latitude pa osul e 344 gr.s e 45 minutos de Longitude. Esta Planta foi tirada por Josê Ant.o. Caldas Cap.m de Infantr.a com exercicio de Engr.o e Lente d’Aula Regia das Fortificasoens da B.a q foi mand.o aesta de Lig.a p.lo Ilm.º e Exm.º S.r Conde de Azambuja Gov.r e Cap.m G.l desta Capitania, e copiada por Joam de Afon.ca Bitencourt, Praticante com Partido na mesma Aula oqual acompanhou ao d.o Lente nesta delig.a B.a 10 de 8brº de 1767.



A Praia do Suá: Esta praia se divide pelo meio com monte de pedra chamado Itapebusu / B Restinga de areia q. nabaixa mar se passa em seco / C Restg.a de areia q. se passa com 5 palmos de agoa / D Canal do Sudeste por onde se vem montar a barra / E Canal de veste / F Ponta do Tagano / G Rio Paratininga com a restg.a de areia que seve / H Forte de São Francisco Xavier / I Ponta do Acharia / L Vila do Espírito Santo / M Grande monte de pedras chamada de Nossa Senhora / Esta Escala he de brasas q. contem palmos da craveira ordinária, e com esta medida vem a ficar a Legoa mais piquena porq. 3000 brasas Brasileiras, q. he huma legoa sam maiores q. 3000 br deste. / Petipe de (segue-se a escala) 1000 Brasas / N Ilha da Forca / O Pedra chamada rato / P Pequena Ilha de pedras chamada Mazé catuze / Q Ponta do val das Eguas / R Praia das Ferozas / S Praia de Maria de Lemos / T Ponta da Cruz das Almas / V Mostra os lugos q. se alagam com amare cheia, e são cubertos d mangues / X Ponta de Bento Ferr.a / Z Morro de Santa Luzia / Y Monte Moreno / K Morro, e Conv.to de N. Sr.a da Penha dos Religiosos Antoninhos”

“Topographia da Barra e Rio do Espírito Santo”, cópia de 1861 ..... 200

Planta e fachada do forte de São Francisco Xavier..... 219

#### EXPLICASAM DA PLANTA

Este Forte está da parte do sul a entrar pelo rio senta sobre rocha viva, e as mares nam chegam a sua muralha. e o que defende a barra do Rio da Capitania do Espírito S.to, e fica afastado da Vila da Vitoria, capital dela, uma legua. Pela espalda desefica a Vila do Espírito S.to que deu nome atoda a Capitania. e circular como mostra a Fig.<sup>a</sup> 1.<sup>a</sup> na qual se vê a sua Planta em que A e a rampa que sobe para ele. B ponte dorme'te. C tranzito em que esta o corpo da guarda com cabido de armas, e banco D quartel para aguar nisam, que se fez de novo. E casa da palamenta. F calabouso, com sua porta chapeada de ferro, e por cima de duas cazas tem sobrado que serve para a residência do seu Cap.m G casa de polvora. H explanada sobre que se acham montadas 11 pesas de canham de ferro, e uma forca da Fortaleza no lugar I que e o porto por onde se chega a terra. Sobre a sua porta tem a seguinte inscricao: Reinando o M.to Alto, e M.to Poderoso Rei de Portugal D. Pedro 2.<sup>o</sup> N. S.r mandou fazer esta Fortaleza D. Rodrigo da Costa, Gov.or e Cap.m G.l deste Estado do Brazil ano de 1702 A Fig.<sup>a</sup> 2.<sup>a</sup> mostra a fachada que faz a dita Fortaleza da parte da marinhapa onde tem o seu exercicio. Mostra esta Planta e Fachada do estado em q se acha esta Fortaleza, muito diferente do em q estava, arruinada com buracos a sua muralha, para peitos, e estudo omais nam tinha corpo de guarda nem quartel capaz: apenas um telheiro descoberto pelos lados na sua entrada q servia de corpo de guarda, e outro onde se guardava alguma palamenta, e se recolhiam juntamente os soldados. Ojetem casa de sobrado p.<sup>a</sup> residência doz Comandantes, estudo omais que se faz preciso em uma Fortaleza, principalmente nesta que e a da barra. feito tudo com assistencia do Cap.m Engr.<sup>o</sup> Lente d'Aula Regia das Fortificacoes e B.<sup>a</sup> José Antonio Caldas, q foi mandado pelos Governadores Interinos dela a cuidar das Fortificacoes e artilharia desta Capitania Ele tirou esta planta, e copiou Jozé Ramos de Sz.<sup>a</sup> do partido da d.<sup>a</sup> Aula, que o acompanhou nesta diligencia.

B.<sup>a</sup> 4 de Janeiro de 1766

(Confere com o original - (a) Rozauro de Araujo Suzano, tenente-coronel chefe da S/12 da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército.)

Planta e fachada da fortaleza de São João ..... 220

“Planta e Fachada da Fortaleza de Sam Joam, huma das principais, que defende orio da Capitania do Espirito Santo na sua garganta. A Fig<sup>a</sup>. 1.<sup>a</sup> mostra a Planta dela, e se ve que A he a porta da sua entrada, B explanada, C quartel baixo. D quartel alto com suas tarimbas, para a Comodasam da guarnisam E caza de polvora, F caza de palamenta miuda, G escadas que sobe para o aterrado antigo, que servia em outro tempo de castelo com suas ameias. A Fig.a 2.<sup>a</sup> mostra a Fachada da dita Fortaleza. Sobre o seu portico tem huma pedra, a qual mostra que tinha incrisam: porem o tempo consumio todas as Letras, de sorte que senam percebe. Esta Fortaleza tem 10 pesas montadas em suas carretas. Toda a sua muralha que hé batida das marés foi reparada de novo, e igualmente todo o seu parapeito reparado, e feito denovo com outros concertos miudos, que nela se fizeram, com asistencia do Capitam Engr.o José Antonio Caldas, no ano de 1765, que foi mandado aesta deLigencia pelos Governadores interinos da Bahia, e presentemente foi mandado pelo Ilm.º e Exm.º S.r Conde de Azambuja Gov.or e Capitam General demar eterra desta Capitania a outras deLigencias na qual tirou esta Planta que foi Copiada por José Francisco de Souza Academico com partido na Aula Real das Fortificasoens desta Cidade da B.<sup>a</sup> aos 8 de 8br.º de 1767.”

“Prospecto e planta da villa da Victoria” e “Planta da barra” ..... 233

No *Prospecto* lê-se o seguinte:

“*Prospecto da vila da Victoria* / Capital da Capitania do Espirito-Santo e dis- / tante da foz do rio do mesmo nome urna legoa na / latitude meridional de 20º-15' e na longitude de 344º-15'. / Explicação: / 1 Trapiche que foi dos jesuitas / 2 Igreja e collegio dos mesmos / 3 Forte de N. S. do Carmo / 4 Igreja da Misericordia / 5 Cadêa e Caza da Camara / 6 Igreja Matriz / 7 Forte de S. Thiago / 8 Igreja e Convento de S. Antonio dos Cap.os / 9 Pedra redonda / 10 Monte da vigia / 11 Sequito que as embarcações trazem pelo rio.”

Na *Planta da mesma villa...* lê-se o seguinte:

“*Planta da mesma villa da Victoria na America Meridional.* / 1 Forte do Ignacio na cerca que foi dos jesuitas / 2 Igreja de S. Thiago dos mesmos / 3 Seo collegio / 4 Misericordia / 5 Igreja de S. Gonçalo Garcia / 6 Cadêa e Caza da Camara / 7 Pelourinho / 8 Sto Antonio / 9 Convento dos Capuchos / 10 Ordem 3ª de S. Francisco / 11 Capela de St. Luzia / 12 Armazem da polvora e caza d'armas / 13 Igreja de N. S. do Carmo / 14 Convento dos religiosos Carmelitas / 15 Ordem 3ª do Carmo / 16 Matriz com o orago de N. S. da Victoria / 17 Capela de N. S. da Conceição / 18 Pequenas pontes de comunicação / 19 Trapiche que foi dos jesuitas / 20 Forte de N. S. do Monte do Carmo / 21 Fortinho de S. Thiago / 22 Casas e caes, que a bem da fortificação se embargaram quando se levantou esta planta / Petipé.”

Na *Planta da barra...* lê-se o seguinte:

“Planta da barra da capitania do Espirito Santo até a villa da Victoria, situada uma legua acima de sua entrada.”

Ao pé da gravura lê-se o seguinte:

“Archivo Militar, 6 de junho de 1881

Confere. / Archivo Militar, 3ª Secção 6 de Junho de 1881. / O Coronel M. F. de Oliv<sup>a</sup> Soares. / Chefe.

Copiado pelo Tenente d’Estado Maior de 1ª Classe, Antonio Geraldo de Souza Aguiar”

Embora a peça não registre o nome de seu autor, facilmente se pode afirmar ser uma das oito plantas “relativas à Capitania” feitas por José Antônio Caldas, em 1767. A base da afirmação está no *Prospecto da villa da Victoria* que publicamos na 1.ª edição deste livro (p. 216-7), e onde se lê que dito *Prospecto* “foi tirado com a câmara obscura por José Ant<sup>o</sup> Caldas...” Ora, a vista de Vitória é a mesma em ambas as peças. Cópia rigorosa, em seus mínimos detalhes, até mesmo na ordem de enumeração dos edifícios e lugares exaltados.

## “Prospecto da Vila da Vitória” ..... 234

“*Prospecto da Vila da Vitoria Capital da Capitania do Espirito Santo, e distante da foz do Rio do mesmo nome, huma Legoa: na Latitude de 20 g. e 15 m. ao sul, e 334 g e 45 m. de longitude. Foi tirado com Acamara obscura por Jozê Antonio Caldas. Capitam de Infantaria com exercicio de Engr.º Lente da Aula Regia das fortificasoens da Bahia, mandado à dita Capitania do Real Serviso pelo Ilum.º e Exm.º S.r Conde de Azambuja Capitam General e Governador desta Capitania B.º8 de Sbr d 1767*”.

Autor: José Antônio Caldas.

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Em 1767 o Capitão José Antônio Caldas, servindo na Bahia, foi enviado ao Espírito Santo, para a elaboração de desenhos sobre a Vila de Vitória, Vila Velha e toda a área do porto. Esse “Prospecto” é uma das peças desse conjunto e nos revela a aparência da Vila de Vitória, com a perfeição dos demais trabalhos de Caldas. Nos fundos do desenho, à esquerda, vê-se uma parte superior do Colégio dos jesuítas e sua igreja, com duas torres de formas diferentes, enquadrando um frontão central, com linhas simples, de padrão renascentista. Na mesma linha, junto ao mar, vemos o forte da cidade, com suas ameias. Mais para a direita, no fundo, destacando-se sobre o casario comum, vemos o que deveria ser o fundo da igreja Matriz, situada nas bordas da Cidade Alta, desse lado. Na extremidade direita, isolado entre o arvoredos, vemos o convento franciscano. Junto ao porto, sobrados numerosos, dispostos em linhas sucessivas e escalonadas, em direção à Cidade Alta.

Caldas, nascido na Bahia, formou-se na Aula de Arquitetura Militar da Bahia, tendo sido discípulo de Manuel Cardoso de Saldanha. Foi um dos mais brilhantes oficiais de seu tempo, tendo realizado levantamentos semelhantes de Salvador e de suas fortificações.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. Coleção com manual, conjunto de 35 painéis e CD-ROM. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2000. Manual, p. 12-3. [Nota do editor].

“Perspectiva da Villa da Victoria” em 1805.....267

“PERSPECTIVA DA VILLA DE VICTORIA/ Capitania do ESPÍRITO SANTO por Joaquim Pantaleão Per.<sup>a</sup> da S.<sup>a</sup>/ Anno de 1805”.

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva.

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

É uma vista em perspectiva da Vila de Vitória, tomada a partir do canal. O maior destaque aparece no antigo Colégio dos jesuítas, com sua igreja (A) e, na extremidade direita da colina, a Matriz, já com sua nova fachada com frontão trabalhado (B). Bem mais acima, vemos a igreja do Rosário (D); entre a Matriz e o Colégio dos jesuítas, a igreja da Misericórdia (C) e a Casa de Câmara e Cadeia (E), com dois corpos de telhado destacados. Ao centro, um grande cais avança em direção ao canal.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. Coleção com manual, conjunto de 35 painéis e CD-ROM. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2000. Manual, p. 13. [Nota do editor].

Perspectiva da vila de Vitória, cópia de 1811..... 268

Ao pé da gravura lê-se o seguinte:

“Distinctivos. /\* A. Palacio do Governo / B. Matriz / C. Misericordia / D. Igreja do Rozario / E. Cadêa / F. Forte do Carmo / G. Dito de S. Mauricio / \*H. Praça nova de S. Thiago / I. Caes, e rua do Porto dos Padres / \*L. Caes Novo / M. Dito do Azambuja /\* N. Dito Grande / O. Dito do Santissimo / P. Porto da Lanxa / Q. Ladeira do Pernambuco / R. Pedra redonda / S. Lugar denominado Capichaba / T. Dito... Dito... Campinho.

Dezenhado do original no anno de 1811 / Por / Jozé de Castanheda Vasconcellos Pimentel. / Perspectiva da / Villa da Victoria / Capitania do / Espirito Santo. / Por / Joaquim Pantaleão Pereira da Silva / Anno de 1805

Descrição. / A perspectiva desta Villa incobre a melhor parte do seu lual, e Edifícios, assim como / as Igrejas, e Conv.tos. de S. Fran.co, Carmo, Con.cam, S.ta Luzia, S. Gonçalo & pela elevação de sua frente; a q.al fica situada na margem Septentrional do Rio em 20 gr., e 12 m de Latitude Astral, / e 31 gr., 15 m, e 19 s. de Longitude ao Oeste de Lisboa. A sua situação he n’hua Ilha circula- / da por doze braços do m.mo Rio, quazi 1 1/3 legoa da sua embocadura. O seu terreno pela ma- / ior p.te são rochedos em partes escarpados. Dos Penedos, e Montes mui elevados de que he / circulada pelo Septentrião manaõ origens de famozas agoas principalm.te a da Capichaba. O seu / Porto he bello, e abrigado dos ventos: o seu commercio exportativo consiste em Açucar, Agoardente, Algudaõ em rama, e manufacturado, Madeira, Arroz, Milho, Feijão &<sup>a</sup> &<sup>a</sup>.”

Francisco Alberto Rubim ..... 273

Domingos José Martins .....	273
Luís Antônio da Silva .....	273
“Carta Geographica do Rio Doce, e Seus Confluentes” .....	287

Isa Adonias - estudando cópia desta Carta existente na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - escreveu o seguinte: “Carta Geographica do Rio Doce e seus confluentes. Levantada por Antonio Pires da S. Pontes, no Anno de 1800.

Esc. gráf. (sem indicação de unidade). 89 X 58 cm. Carta manuscrita, aquarelada, em papel incorporado. É cópia feita pelo Sr. Faria Pardal, em 1840. O Barão Duarte da Ponte Ribeiro cita-a no *Catálogo dos mappas que possui a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros... Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1876*, sob o n.º 156, com a nota: ‘É copiado em 1840 por Faria Pardal sem indicar onde estava o original. Deve ser boa Carta, como são todos os trabalhos ao (sic) autor’. No *Catálogo da Exposição de História do Brasil... 1881*, figura o original desta carta como pertencente ao então Arquivo Militar, juntamente com mais duas cópias, uma das quais, de 1872. A elaboração deste mapa é sem dúvida fruto das explorações que Silva Pontes, então governador da capitania do Espírito Santo, realizou em obediência às instruções de Linhares, mandando abrir fácil comunicação entre a capitania de Minas Gerais e o mar, ao longo do rio Doce. Dois paralelos estão traçados, um passando pela Vila do Príncipe (19.º S.) e outro pela cachoeira das Escadinhas, indicando a ‘extrema da Capitania de Minas Geraes’. Esta carta está, também, citada no catálogo manuscrito da Mapoteca, datado de 1859, n. 187” (ADONIAS, *Mapas*, I, 300).

Como ali se faz referência ao “original desta carta como pertencente ao então Arquivo Militar”, levamos as nossas pesquisas ao Serviço Geográfico do Exército - entidade que sucedeu àquele Arquivo - onde localizamos o exemplar cuja cópia estampamos no texto.

De início, ressaltamos que a Carta existente no Serviço Geográfico é cópia. Apoiamos a afirmação no exame que, a nosso pedido, o comandante Max Justo Guedes fez daquela peça. Embora ao alto, à esquerda, do Mapa se leia a cota da Sociedade Real Marítima, o que poderia ser argumento decisivo de sua originalidade (o exemplar não traz nenhuma indicação de ter sido copiado), pequeno detalhe decide inapelavelmente de sua geração: o nome *Linhares* assinalando a localidade que Silva Pontes denominara Coutins. Aquela denominação - *Linhares* - a povoação só a recebeu anos mais tarde, durante a gestão de Albuquerque e Tovar, que sucedeu a Silva Pontes no governo da capitania. O trabalho original é de 1800, quando o então governador subiu o rio Doce com o objetivo de determinar os limites do Espírito Santo com a capitania de Minas Gerais. Foi certamente enviado a Lisboa e recolhido à Sociedade Real Marítima. Com a vinda da família real para o Brasil a peça teria acompanhado os arquivos da coroa. Cuidadosamente copiada, o autor da transcrição atualizou a nomenclatura da peça - conforme costume da época, afirma o comandante Max Justo Guedes. E aí está o detalhe que permite afirmar, sem sombra de dúvidas, que a Carta em questão é cópia feita por desenhista não identificado. Mede 0,513 m X 0,713 m, desenho a nanquim, aguado de azul, em papel colado sobre tela. Muito bem conservado.

Misael Pena, na sua *História* tantas vezes citada neste livro, teve conhecimento do Mapa de Silva Pontes e a ele se refere como sendo “o primeiro trabalho topográfico, que se executou na Capitania”. E Veríssimo Costa informa que “foi esta carta continuada por seu sobrinho [dele, Antônio Pires da Silva Pontes] o alferes Antônio Rodrigues Pereira Taborda”.

Trata-se, como dito fica, de peça da maior importância: com o ser primeiro levantamento do rio Doce e seus afluentes, feito *in loco*, seu valor multiplica-se pelo fato de o trabalho trazer a assinatura de uma das figuras de maior expressão cultural dos últimos anos do Brasil colonial: o insigne Antônio Pires da Silva Pontes – nome consagrado da engenharia militar luso-brasileira.

“Carta Geographica do Rio Doce, e Seus confluentes”, cópia.....	288
Antigo Colégio dos jesuítas .....	347
Casa da Câmara e Cadeia.....	348
Joaquim Marcelino da Silva Lima .....	367
José Fernandes da Costa Pereira Júnior .....	367
Bernardo José dos Santos (o Caboclo Bernardo).....	367
Basílio Carvalho Daemon .....	411
José Marcelino Pereira de Vasconcelos .....	411
Aristides Braziliano de Barcelos Freire .....	411
Afonso Cláudio de Freitas Rosa .....	431
Graciano dos Santos Neves .....	432
José de Melo Carvalho Muniz Freire.....	433
Vitória nos últimos anos do século XIX.....	439
Igreja da Misericórdia .....	440
Hospital da Misericórdia .....	440
Jerônimo de Sousa Monteiro.....	445
Florentino Avidos .....	446
Mário Aristides Freire.....	453

Jones dos Santos Neves.....	454
Ceciliano Abel de Almeida.....	455
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.....	456
Ponte Getúlio Vargas sobre o rio Doce, em Linhares .....	475
Vitória - 2007 .....	481





## ÍNDICE REMISSIVO<sup>1</sup>

- A**bóbora(s): 309  
Abolição  
- do tráfico negro: 370-2  
- da escravatura negra: 408-9  
Abre Campo: 176  
Abreu (do Conselho Ultramarino): 209  
Abreu, Antônio Paulino Limpo de: 386  
Abreu, Dionísio Carvalho de: 203, 221  
Abreu, Gaspar de: 195  
Abreugrafia(s): 452  
ABREU, JOÃO CAPISTRANO DE: 12, 14, 15, 24, 40, 58, 71, 95, 551, 560  
ABREU, S. FRÓIS: 466, 549  
ABREU, TOMÉ COUCEIRO DE: 248  
- Ouvidor de Porto Seguro: 155, 248  
Abriço dos Loucos: 440  
Abrolhos: 141  
Academia(s): 253, 376  
Academia de Marinha de Lisboa: 259-60, 532  
Academia Real de Ciências de Lisboa: 259, 503, 532  
Acadêmico(s)  
- de medicina: 370  
Ação de adjudicação da capitania: 120  
Acares  
- ver Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo  
Aclamação: 159  
- de Pedro I: 159, 302  
Açoite(s): 190, 353  
Açores (Ilhas dos): 13, 141, 276, 283, 292-3, 308  
Açoriano(s): 275, 292-3  
- trinta casas de ... instalados às margens do rio S. Agostinho: 276  
- impressões do príncipe Maximiliano sobre os ...: 276  
- recebem cartas de sesmaria: 276-7  
- carta régia concedendo privilégios aos ...: 277, 292  
- pedido de ... para que se lhes dêem terrenos fora do Espírito Santo: 292  
- decreto isentando os ... do serviço militar: 292  
Açougue(s), 310, 330, 346  
Açougueiro(s): 418  
Açúcar: 6, 9, 44, 53, 56, 62, 70, 103, 112-3, 119, 126, 132, 139-40, 147, 154, 156, 159, 162, 169, 173, 196, 222, 229, 263, 269-70, 272, 283, 309-10, 312-3, 334, 349, 360, 374-6, 390, 419-20, 424-5, 442, 444, 459  
- mascavo: 9  
- primeiro exportado pelo Espírito Santo: 52, 70  
- estimativa da produção, em 1546, segundo Ambrósio de Meira: 52, 56  
- opinião de Ambrósio de Meira sobre o ... do Espírito Santo: 52, 56  
- barcos holandeses aprisionam navios carregados de ... no porto de Vitória: 139  
- a produção diminuiu, entre 1826 e 27, devido a uma praga de carrapato: 310  
- vista geral sobre a produção de ... na província do Espírito Santo, em 1852: 374  
- exportação em 1918: 444  
- produção, em 1940: 459  
Adesão  
- das Câmaras Municipais ao regime republicano: 409-10  
Administração das Rendas Provinciais: 414  
Administração do Porto de Vitória: 491  
Administração dos Correios: 314, 334, 378, 403  
- ordenado do administrador: 335  
Administrador(es): 153, 265  
- da Igreja: 131  
- da Justiça: 102, 110  
- dos Correios  
- ordenado: 335  
- dos dízimos: 328  
- eclesiástico do Rio de Janeiro: 122, 127  
Admoestação(ões)  
- dos governos gerais aos capitães-mores: 153  
ADONIAS, ISA: XLI, 566-7, 573  
Adorno, Antônio Dias: 114-5, 555  
- visita o vale do Mucuri, à procura de pedras preciosas: 115  
Adorno, Paulo Dias: 90, 114  
Adubo: 310, 483  
Advogado(s): 190, 316, 318, 354, 418, 422, 479  
- número de ... da província em 1856: 394  
Aeroporto: 459  
Aferição(ões) de medidas, balanças e pesos: 216, 236-7, 330  
Afinador(es) de piano: 418

1 - Refeito com base no Índice da 2ª. edição sem contemplar a *Bibliografia* e os adendos da presente tiragem, incluídos apenas os nomes da "Relação de Governantes do Período Colonial" já constantes no Índice anterior e os governadores do estado após 1975 (Nota do editor).

- “A Folha da Vitória” (jornal): 416, 429  
 Afonso (príncipe): 30  
 Afonso VI (de Portugal): 149  
 Afonso, Álvaro: 68  
 Afonso Cláudio: 467  
 Aforamento: 263  
 África: 1, 10, 16, 26-8, 132, 166, 189, 272, 371, 394  
 Africano(s): 249, 252, 372  
 - informação de Basílio Daemon sobre importação de ...: 132  
 - ver, também, Negro(s)  
 “A Gazeta” (jornal): 494  
 Agente(s)  
 - dos Correios: 441  
 - dos Telégrafos: 441  
 - recenseador(es): 457  
 Agrião: 309  
 Agricultor(es): 265, 293, 359, 418-9, 499  
 - número de ..., em 1856: 394  
 Agricultura: 173, 231, 254, 263, 269-70, 272, 279, 290-2, 305-6, 324, 329, 341, 352, 355, 359, 376, 389, 392-3, 447  
 - necessidade de iniciá-la na capitania: 41  
 - não atraía ninguém para o Brasil: 51  
 - desajustamento causado à ... pela migração de escravos, provocada pela mineração: 188  
 - a maior parte da população, em 1828, dedicava-se à ...: 309  
 - reflexões sobre a ... capixaba, em 1833: 346  
 - a ... em meados do século 19: 354  
 - a... em 1852, na província do Espírito Santo: 373  
 - a. ... em 1860, na província do Espírito Santo: 390  
 - a. ... em fins do século 19: 419  
 - principal riqueza do Estado, em 1940: 458, 474  
 - planejamento: 477, 493  
 - a ... segundo os Recenseamentos de 1920-70: 485  
 - desenvolvimento da ... no governo Arthur Gerhardt: 499  
 Agrimensor(es): 356  
 Água: 114, 135, 154  
 - marinha: 242  
 - serviço de abastecimento de Vitória: 442, 478  
 - abastecimento de ... nas sedes municipais, em 1970: 487  
 - municípios que dispõem do serviço de abastecimento de ... em 1974: 501  
 Aguapé: 49  
 Aguardente de cana: 126, 158, 216, 223, 237, 272, 280, 312-3, 329, 334, 349, 375, 418  
 - donativo especial incidente sobre ... para pagamento da infantaria: 141  
 - do Reino: 311  
 - monopólio do contratador: 312  
 - produção de ..., em 1852: 375  
 - número de fábricas, em 1940: 459  
 Aguiar, Antônio Geraldo de Souza: 500  
 Aguiar, Aristeu Borges de: 450-1, 546  
 Aguiar, Brás do Couto de: 167, 539  
 Aguiar, conde de  
 - ver Portugal, Fernando José de  
 Aguiar, Cristóvão de: 69  
 Aguiar, Francisco de: 139  
 Aguiar, Francisco Lacerda de: 478, 548  
 Aguiar, Heleno Machado de: 670  
 Aguiar, Pedro Afonso de: 29  
 Aguiar, Tenório de: 176  
 AGUIRRE, ANTÔNIO ARAÚJO: 304, 380  
 Aguirre, Antônio Gomes: 408-9, 417, 429-30, 434-5, 546  
 - nomeado presidente do Espírito Santo: 430  
 - recebe o governo do Espírito Santo: 430  
 - considerado deposto: 434  
 - abandona o governo: 434  
 Aguirre, Diogo Aires: 124  
 Aguirre, Diogo Dias  
 - ver Aguirre, Diogo Aires  
 Ahmede, Ras: 26  
 Aimoré (grupo indígena): 58, 112, 127, 286, 427  
 - aliança com outras tribos para lutar contra os colonos: 58  
 Aimorés, barão de  
 - ver Cunha, Antônio Rodrigues da  
 Aires, Bernardo: 144  
 Aires, Joaquim: 408  
 Ajudante(s): 151, 162, 208-9, 244  
 - condestável: 209  
 - de auxiliares: 242  
 - do Terço das Ordenanças da vila de Vitória: 251  
 - de linha: 300  
 - de ordens: 381  
 - do comandante das Armas: 317  
 Alagoas: 73, 379  
 Albernás, João Teixeira: 137-8, 566-7  
 Albuquerque (família): 326  
 Albuquerque, Afonso de: 9, 26-8, 72  
 Albuquerque, Álvaro da Silveira de: 185  
 Albuquerque; João Batista da Mota e: 479  
 Albuquerque, Manuel Vieira da Silva Tovar de  
 - ver Tovar, Manuel Vieira de Albuquerque e  
 Alçada(s): 12, 17, 20  
 Alcaidaria(s): 17, 18

- Alcaide(s): 34, 41, 237  
 - mor da vila do Espírito Santo: 189, 177, 237  
 - mor da vila de Vitória: 212, 216, 236, 251  
 - do mar: 68
- Alcanzia(s): 168
- Álcool: 6
- Aldeia(s): 28, 84, 98, 111-2, 117, 119, 125, 146, 156, 159, 206, 213, 226, 308, 318, 363  
 - transformação de ... jesuíticas em vilas, cidades: 96, 216, 249  
 - de Coutins: 262, 269  
 - da Pedra: 359  
 - de N. S. da Conceição (da Serra): 88, 96, 113, 155  
 - de Orobó: 214  
 - de S. João: 113  
 - de S. Pedro: ver Cabo Frio  
 - dos Reis Magos: 121, 147, 197, 565  
 - fundação: 130  
 - elevada à categoria de vila: 216-7  
 - jesuíticas: 127, 136, 156, 159, 188, 204, 218, 249
- Aldeamento(s) 113  
 - do rio Doce: 329
- Aldeamento Imperial Afonsino: 392, 399  
 - criação: 355  
 - opinião do presidente do Espírito Santo sobre o ..., em 1854: 390
- Aldeia Velha: 240, 245, 249, 272, 308, 358  
 - número de lojas, em 1828: 311
- Aldeia Velha do Sul: 358
- Alegre: 425, 434, 478, 497
- Aleijado(s): 308
- Aleixo Neto, João Pinto: 407
- Alemanha: 419, 448  
 - grande fornecedora de colonos: 371
- Alemão(ões): 124, 356, 390, 457, 465-6  
 - tentativa de localizar mercenários ... às margens da Estrada Vitória-Ouro Preto: 340-1  
 - contingente de ... instala-se no Espírito Santo, em 1846-7: 341, 355, 448  
 - número de ... chegados à província, em 1857: 373  
 - instalação da colônia de S. Isabel com 163 ...: 355  
 - número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384
- Alemão (idioma): 373, 457, 465-6
- Alenquer: 27, 28
- Alentejo: 151
- Alexandria: 4
- Alexandrino, Antônio: 264
- Alface: 309
- Alfaiate(s): 313, 418
- Alfândega(s): 33, 34, 112, 159, 239, 243, 349, 402  
 - da capitania do Espírito Santo: 67-8, 83, 101, 131, 242, 414  
 - de Porto Seguro: 83  
 - sua instalação propicia o comércio direto com Portugal e Angola: 70  
 - da província do Espírito Santo: 393
- Alferes: 106, 151, 162, 168, 186, 193, 209, 261, 317-8, 357
- Alforria: 315-6, 362, 378, 407
- Alfredo Chaves: 356, 467, 497
- Algarves: 166
- Álgebra: 415
- Algodão: 113, 147, 216, 222, 229, 236, 239, 241-2, 263, 272, 280-4, 309, 312, 349, 376, 419, 438, 572  
 - contava-se entre as principais culturas no fim do séc. 16: 126  
 - proibida sua cultura nas propriedades onde existissem mais de 6 pessoas de serviço: 173-4  
 "A Liga" (jornal): 351
- Alimentação: 5, 190, 280, 310  
 - produção em 1941: 467
- Aljôfar: 33
- Aljubarrota: 1
- Almada, Lourenço de: 192-3, 537
- Almadia(s): 106
- Almececa(s): 66
- Almeida, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e: 383, 428-30, 434, 546  
 - vice-presidente da província: 544-5  
 - um dos fundadores do Partido Republicano Espírito-Santense: 429  
 - eleito presidente do Espírito Santo: 428  
 - hipoteca solidariedade ao marechal Deodoro da Fonseca: 430  
 - passa o governo a Antônio Aguirre: 435  
 - forma o Partido Autonomista: 434
- Almeida, Antero de: 409
- Almeida, Antônio do Canto de  
 - ver Almeida, Antônio do Couto e
- Almeida, Antônio do Couto e: 136, 139-2, 539
- Almeida, Antônio Leite Ribeiro de: 387, 545
- Almeida, Antônio Pacheco de: 189
- Almeida, Bento Luiz de: 215
- ALMEIDA, CECILIANO ABEL DE: 248, 427, 455, 478, 574
- ALMEIDA, EDUARDO DE CASTRO E: 41, 122, 136, 141-2, 152, 155, 165, 167, 172, 177, 191-2, 203-4, 211, 213, 215, 221-31, 238, 243, 245, 248, 250-1, 253-5, 259-60, 264-6, 269, 282, 284, 300, 323, 405
- Almeida, Eduardo José de: 399
- Almeida, Francisco de: 9

- Almeida, Francisco José de Lacerda e: 259  
 Almeida, Inácio João Monjardim de Andrade e: 381  
 Almeida, Inácio Joaquim da Natividade e: 265  
 Almeida, José Bernardino Batista Pereira de  
 - ver Sodré, José Bernardino Batista de Almeida  
 Almeida, Luis de Brito e: 114  
 Almeida, Manuel da Rocha de: 142, 151, 155-6  
 Almeida, Nelson Abel de: 455, 478, 669  
 Almeirim: 39  
 Almeida, João Jacinto de: 248, 256  
 Almotacaria  
 - lei de ..., em Portugal: 3  
 Almotacé (s): 165, 251  
 Almoarifado(s): 27, 40  
 - de Santos: 124  
 - da Coroa  
 - instalação do primeiro: 40  
 - nomeação do escrivão: 40  
 Almoarifé(s): 27, 29, 32, 34, 40, 52, 65-9, 82, 101, 131, 208, 242  
 - dos armazéns e mantimentos da cidade do Salvador: 69, 82  
 - da Coroa: 284  
 - nomeação do primeiro: 57  
 - seu ordenado, em 1617: 131  
 - da província  
 - ordenado: 336  
 Alumina: 467  
 Alvará(s): 135, 174, 197, 213, 217  
 - de 24-1-1504: 9; de 1-12-1529: 27; de 14-6-1534: 29; de 15-7-1537: 42-3; de 1-6-1605: 125; de 16-12-1605: 335; de 10-6-1617: 131; de 3-9-1664: 154; de 6-7-1674: 168; de 8-1-1744: 335; de 13-6-1751: 334; de 1-6-1753: 213; de 8-5-1758: 217; de 2-1-1759: 217; de 2-1-1759: 308; de 3-9-1759: 217; de 12-12-1770: 270; de 20-1-1798: 334; de 27-6-1808: 334; de 3-6-1809: 334; de 17-6-1809: 334; de 15-3-1810: 334; de 20-10-1812: 334; de 27-6-1815: 279; de 30-5-1820: 334  
 Álvares, Catarina: 114, 168  
 Álvares, Diogo (dono de terras em Vitória): 85  
 Álvares, Diogo (membro da expedição de Fernão de Sá): 90  
 Álvares, Diogo - o Caramuru: 91, 114, 168  
 Álvares, Elcio: XLI, 495, 548  
 Álvares, Felipa: 114  
 Álvares, Fernando: 71  
 Álvares, Francisco Xavier Teixeira: 226  
 Álvares, Manuel: 91  
 Álvares, Sebastião: 276, 290
- Alves, Diogo: 40  
 ALVES, HERMILO CÂNDIDO DA COSTA: 376, 386  
 Alves, Joaquim José Afonso: 545  
 Amanuense(s): 400  
 - ordenado: 335  
 - bibliotecário: 416  
 AMARAL, BRÁS DO: 48, 90, 202, 248, 477  
 Amaral, Otávio Campos do: 451  
 "A Mascote" (opereta): 438  
 Amazonas (província, estado): 15, 363  
 "Amazonas" (navio): 379  
 Ambulância(s): 394  
 América: 13, 208, 238, 243, 447  
 América Central: 10  
 América do Sul: 10  
 América Portuguesa: 65, 98, 257, 259  
 Americano, Renato: XLI  
 Amorim, Florência Ballbina: 335  
 Amorim, Joaquim Pires de: 408  
 Amorim, Miguel Bernardo Vieira de: 545  
 Anadia: 78  
 Anadia, visconde de: 266, 269, 405  
 Ananá (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Ananás: 309  
 Anchieta: 79, 409, 412, 416, 418, 422, 466, 491, 497, 565  
 - elevada à categoria de cidade: 217  
 - instalação da cidade: 217  
 - criada comarca: 217  
 - ver, também, Benevente, Vila Nova Benevente, Iiritiba  
 Anchieta, José de: 102, 104, 113-4, 116-7, 120, 122, 125, 214, 217, 566  
 - depoimento sobre o Espírito Santo: 113  
 - intervenção conciliatória de ... quando de desavença na capitania: 117  
 - falecimento: 122  
 - seu corpo trasladado para Vitória: 122  
 - seu corpo sepultado na igreja de Santiago: 122  
 - chamado "Apóstolo do Brasil": 122  
 - seus restos mortais são levados, em parte, para a Bahia: 122  
 - suas relíquias são distribuídas por várias casas jesuíticas: 122  
 - uma de suas relíquias enviada para Roma: 122  
 - inscrição tumular: 122  
 - retrato de ...: 123  
 - portaria do marquês de Lavradio ordenando fossem remetidas para Lisboa as relíquias de ... que se encontravam na Bahia: 122  
 - presença de relíquias de ... em Vitória: 122

- notícia sobre os “autos” de ...: 127
- Ancoragem
- de navios estrangeiros: 334
- Andaluzia: 48
- Andrada (família): 345
- Andrada Filho, Martim Francisco Ribeiro de: 414, 421, 545
- Andrade, Armando Ivo Pinto de: XL
- Andrade, Domingos Teixeira de: 196, 198
- Andrade, Fernando Álvares de: 15, 52-3
- Andrade, Francisco Luís de: 190
- Andrade, Rodrigo Melo Franco de: 669
- Andrade, Teófilo de
  - ver Lyra, Teófilo de Andrade
- Andreoni, João Antônio: 169, 184
- Anel(is): 177
- Anes, Cosme: 29
- Angeja, primeiro marquês de
  - ver Sousa, Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e
- Ângelo, Miguel: 98
- Angola: 132, 144, 188
  - inauguração do comércio direto com ...: 69
- Angra: 248
- Angra dos Negros: 14
- Anta(s): 87
- Antonil, André João
  - ver Andreoni, João Antônio
- Antônio Dias: 405
- Antropofagia: 81, 271
- Antunes, Domingos: 197, 201
- Anunciada (convento de Lisboa): 30
- Anzol(is): 62
- “Apa” (navio): 379, 401
- “Apanhadeira(s)”: 457
- Aparelhador de gás: 418
- Apólice: 387, 418
- Aposentadoria(s): 330
- “A Província do Espírito Santo” (jornal): 408
- Aquaviva, Cláudio: 125
- Árabe(s): 4
- Arábia: 166
- Araçatiba (fazenda): 156, 358
  - descrição da ... pelo príncipe Maximiliano: 309
- Araçatiba: 218, 309
- Aracruz: 491, 497
- Aracruz Celulose S. A.: 491
- Arado(s): 255, 290, 366
- Aralaya, José Roiz: 244
- Aranha, João Batista de Figueiredo Tenreiro: 363
- Aranha, José Pereira da Graça: 355, 465
- Aranha, Manuel Maciel: 159
- Aranha, Osvaldo: 566
- Arara(s): 9
- Arapaçu (tribo indígena do Amazonas): 363
- Arariba (madeira): 241
- Araribóia: 111
  - comandante dos 200 índios que o Espírito Santo mandara lutar contra os franceses de Villegaignon: 111
  - vingador da afronta sofrida por sua tribo por parte dos tamoios: 111
  - agraciado com o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão-mor da sua aldeia (hoje Niterói): 111
  - quando teria sido batizado: 111
  - quem teria sido seu padrinho: 111
  - significação do termo: 111
- Araripe, Tristão de Alencar: 373
- Araújo, Bernardo Horta de: 408, 417, 429-30
- Araújo, Domingos Barbosa de: 139, 539
- Araújo, Francisco das Chagas e: 399
- Araújo, Francisco de: 381
- Araújo, Francisco Gil de: 143, 162, 167-8, 189, 196, 540
  - compra a capitania do Espírito Santo: 165-6
  - dados biográficos: 168
  - informação sobre as realizações de ... durante seu governo no Espírito Santo: 169-70, 172-4, 178
  - brasão de ...: 171
- Araújo, Francisco Horta de
  - membro da Comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição do Espírito Santo: 409
- Araújo, Jacinto Escobar de: 378
- Araújo, João Batista dos Santos e: 260
- Araújo, João Góis e: 181
- ARAÚJO, JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE: 259
- ARAÚJO, JOSÉ DE SOUSA AZEVEDO PIZARRO E: 38, 151
- Araújo, José Tomás Nabuco de: 366, 372, 542
- Araújo, Maria de: 168
- Araújo, Torquato Martins de
  - primeiro arcepreste do Espírito Santo: 318
- Arcabuz(es): 69
- Arcebisado
  - da Bahia: 224, 248
  - de Vitória: 479
- Arcebispo(s)
  - da Bahia: 169
  - de Vitória: 479

- Arcediago(s): 68  
 Arciprestado: 318, 413  
 Arcipreste(s)  
 - do Espírito Santo: 318, 401  
 Arco(s): 139, 146  
 Arco do Comércio: 402  
 Arcos, oitavo conde dos  
 - ver Brito, Marcos de Noronha e  
 Áreas proibidas: 186-7, 274  
 "A Regeneração" (jornal): 351  
 Areia monazítica: 466  
 - exportação em 1918: 444  
 Arenzedo, Diogo Garcia de: 144  
 Argel: 30  
 Argentina: 259, 436, 438, 448  
 Argentino(s): 332, 448  
 Aritmética: 257, 402  
 - ensino de: 253, 377, 415  
 Arma(s): 28, 29, 34, 82, 106, 119, 140-1, 145, 154, 159, 190-1, 194-6, 198, 208-9, 221, 240, 244, 256, 272, 297, 304, 353, 358, 363, 403, 450  
 - bando sobre o uso de ... por parte de pardos cativos: 190  
 Armação(ões): 52-3, 57  
 Armada Nacional: 382  
 Armador(es): 4, 6, 13, 101, 313  
 - os ... são o nervo do Brasil: 93  
 Armador de igreja: 418  
 Armamento: 134, 158, 361, 363  
 Armas do Estado: II, 565  
 Armazém(ns): 29, 68-9, 83, 145, 203, 208-9, 230, 290, 336, 468  
 - de artigos bélicos: 402  
 Armazém da Pólvora: 570  
 Arquidiocese  
 - criação da ... do Espírito Santo: 479  
 Arquiteto(s): 78  
 Arquitetura: 97, 279, 463  
 Arquivo da Casa de Cadaval: 159  
 Arquivo da Marinha (de Portugal): 67  
 Arquivo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: 409  
 Arquivo do Amazonas: 363  
 Arquivo Militar: 573  
 Arquivo Nacional: XL, XLI, 21, 35, 265-6, 275, 281, 286, 302, 315, 319, 341-3, 345-6, 349-50, 358-9, 361, 368-9, 372-3, 377-8, 381, 385-6, 403, 405, 545, 669  
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo: 21, 29, 35, 42, 49, 52, 68, 72-3, 95, 121, 125, 271  
 Arraial(is)  
 - existente(s) no Espírito Santo em 1829: 344, 358-9  
 Arraial de S. Ana: 192, 204  
 Arraial do Castelo  
 - situação do ... em meados do século 18: 205  
 Arraial Velho: 215  
 Arrecife de D. Rodrigo: 72  
 Arrendatário(s): 10-1  
 Arrombamento: 341  
 Arroz: 229, 241-2, 272, 309, 312, 349, 390, 419, 424, 438, 572  
 - contava-se entre as principais culturas no fim do século 16: 126  
 - o alqueire de ... produzia 100, em 1828: 310  
 - exportação em 1918: 444  
 - campanha de produtividade: 499  
 Arsenal(is): 285  
 - da Corte: 316  
 - de Guerra: 316, 361  
 - de Marinha do Rio de Janeiro: 382  
 Arte(s): 309  
 - cênica: 418  
 Artesão(ões)  
 - primeiros ... de que se tem notícia no Espírito Santo: 106-7  
 Artesanato(s): 257, 418  
 Artilharia: 34, 57, 69, 72, 83, 88, 124, 134, 139-40, 145, 179, 194, 208-9, 211-12, 214, 216, 221, 225, 261, 329, 332, 361, 569  
 - pedido de reforço de ... pelo capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida: 142  
 - novo pedido de ...: 142  
 - em 1665, faltou numerário para pagar os oficiais de ...: 162  
 Artilharia de Linha: 297  
 Artilharia de Posição: 316-7, 336  
 Artilheiro(s): 180, 196, 209, 211  
 Arzão, Antônio Rodrigues: 176-7  
 - revelou a existência de ouro no Espírito Santo ou proximidades: 176-7  
 Arzão, Cornélio de: 176  
 Arzila: 13  
 Ásia: 9, 27, 42, 394  
 Asilo de Alienados: 417  
 Asma: 370  
 Assaltante(s): 55, 117, 119, 168  
 Assalto(s): 43, 56, 58, 88, 120, 132, 134, 139, 176, 194, 213, 225-6, 230, 242, 286, 352  
 Asseca, visconde de: 174, 213, 359, 360  
 Asselador dos panos: 68  
 Assembléia Constituinte Estadual (de 1934)  
 - eleição: 452  
 - instalação: 452

- Assembléa Constituinte e Legislativa (de 1823): 298, 302
- Assembléa Geral Legislativa: 359, 371-2, 385, 547-8
- Assembléa Legislativa Estadual: 440, 461, 480, 490, 495
- Assembléa Legislativa Provincial: 305, 320, 345-6, 349-50, 352, 355-6, 365, 368-9, 372, 374-6, 380-2, 385, 386-7, 389, 391, 394-6, 398, 404, 416, 425
- eleição para a primeira: 345
  - instalação da primeira: 345
  - número de deputados em 1889: 414
- Assembléa Paroquial Econômica: 418
- “Assinado”: 49-50
- ASSIS, FRANCISCO EUJÊNIO DE: 44, 203, 221, 308, 421, 438
- Assistência hospitalar: 278, 452, 460, 487
- Assistência médica: 452, 460, 484
- de Vitória: 414
- Assistência social: 315, 478
- Assistente do Ajudante General: 402
- Assistente(s) social(is): 478
- Associação(ões)
- pia: 316
  - literária: 378
- Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo: 499
- Assunção de Cabo Frio: 213
- Astrônomo(s): 4
- Astúrias, príncipe das: 237
- Ata(s): 303, 322
- dos autos da Independência: 302
  - dos autos da Aclamação: 302
  - publicação das ... dos autos da Independência e da Aclamação: 302
- ATAÍDE, ANTÔNIO FRANCISCO DE: 408, 421, 451, 546
- Ataíde Francisco Alves: 548
- Ataíde, José Ribeiro de: 285
- Ataíde Júnior, Antônio Borges de
- um dos fundadores do Partido Republicano
- Espírito-Santense: 429
- Atalaia (morro): 452, 468
- Ateneu Provincial: 377, 415
- “Atlanta” (navio): 451
- Atlântico (Oceano)
- ver Oceano Atlântico
- Ato Adicional: 345
- Atouguia, conde de: 144-5, 153, 214, 334, 537-8
- Atouguia, condes de: 566
- “A Tribuna” (jornal de Anchieta): 409, 417, 422
- “A Tribuna” (jornal de Vitória): 494
- Auditor geral da gente de guerra: 189
- Aula(s): 62, 84, 223, 278, 319-20, 374, 377-8, 391, 397-9, 465
- de ensino mútuo: 307, 320, 330-1, 344
  - inauguração da primeira ... noturna no Espírito Santo: 377
  - de francês: 377
    - inauguração, em Vitória: 377
  - de gramática latina: 316, 319, 334, 389
  - de instrução primária: 391, 397, 402
  - de instrução secundária: 397
  - de primeiras letras: 379
  - gratuitas ou remuneradas: 257
  - noturna(s): 377, 418
  - particulares: 319-20
  - públicas: 319-20, 344, 391
- Aula Militar da Bahia: 221
- Aula Régia (Real) das Fortificações (da Bahia): 221, 568-71
- Aurélio, Eugênio: 409
- “Aurora” (jornal): 351
- Ausente(s): 129
- descaminho de dinheiro de defuntos e ...: 142
- Áustria: 360, 448
- Austriaco(s): 379, 419, 448
- número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384
- Austro-alemão(ões): 356
- Auto (ordem): 101, 212
- Auto (peça teatral): 104, 127
- Auto(s)
- de devassa: 321-3
  - de posse: 253
  - de demarcação de limites com Minas Gerais: 260-1, 264
  - da Independência: 302
  - da Aclamação: 302, 327-8
- Autocaminhão(ões): 444
- Aveiras, segundo conde de
- ver Telo, Luiz da Silva
- Aveiro, duque de: 71
- Avelás de Cima: 78
- Avenida Capixaba: 450
- Avenida Jerônimo Monteiro: 450
- Ave(s): 87, 176, 458
- Aventureiro(s): 37, 54, 89, 106, 185-6
- AVEZAC, M. D': 14
- Aviação
- aeroporto: 459
  - campo de pouso: 459
- Avidos, Florentino: 446, 546

- governo de ...: 449-50, 452  
 Avidos, Moacir: 450  
 Aviso(s): 71, 359, 371, 380-1  
 - de 10-4-1815: 289; de 23-3-1821: 298; de 10-4-1823: 303; de 4-5-1825: 335; de 5-4-1827: 332; de 10-5-1827: 332; de 8-6-1833: 361; de 12-12-1833: 361; de 16-12-1833: 361; de 17-4-1848: 356; de 11-11-1853: 389; de 18-1-1860: 392; de 16-2-1860: 392  
 Aviz: 259  
 Azambuja, primeiro conde de  
 - ver Tavares, Antônio Rolim de Moura  
 Azambuja, José Bonifácio Nascentes de: 368, 374-5, 378, 395-6, 399, 543  
 Azamor: 30  
 Azeite: 158  
 - de mamona: 222  
 - de peixe: 242, 293, 311  
 - doce: 131, 242, 311  
 - monopólio concedido à Companhia Geral do Comércio: 158  
 - verba consignada na Folha Geral da Despesa do Estado do Brasil para o ... do vigário de Vitória e da vila do Espírito Santo, em 1617: 131  
 - idem, idem, para os franciscanos, em igual data: 131  
 Azêmola(s): 284  
 Azeredo, Antônio de: 136, 139, 142, 152  
 Azeredo, Belchior de: 68, 101-3, 106, 116, 125, 538  
 - feito capitão do Espírito Santo por Mem de Sá: 101-2  
 - nomeação para “Escrivão d’ante o Provedor, Feitor, e Almojarife e Alfandega”: 101  
 - “mandado” do governo geral para que fosse eleito capitão do Espírito Santo: 105  
 - enfrenta os franceses, em 1561: 106  
 - em 1564, já não era capitão-mor do Espírito Santo e somente provedor da Fazenda: 109  
 - segue com Estácio de Sá para o Rio de Janeiro: 109  
 - um dos baluartes da vitória sobre os franceses de Villegaignon: 110  
 - fé de ofício passada a ... por Estácio de Sá: 110  
 - mandado ao Espírito Santo em busca de provisões para acudir a Estácio de Sá, na Guanabara: 111  
 - ajuda a fazer a igreja dos jesuítas: 115  
 - faz uma excursão contra os índios: 116  
 Azeredo, Domingos de: 136, 142, 152  
 Azeredo, Marcos de: 102, 125, 136, 152  
 - coube a ... hospedar os primeiros francisca-

nos chegados ao Espírito Santo: 118  
 - faz o primeiro mapa do Espírito Santo: 130  
 - “tença por Escrivão com o Hábito de Cristo”: 131  
 - pai de Domingos e Antônio de Azeredo: 136  
 Azeredo, Melchior de  
 - ver Azeredo, Belchior de  
 Azeredo, Miguel de: 102, 117-22, 125, 127, 539  
 - nomeado adjunto de Luísa Grinalda no governo da capitania: 117  
 - recebe o governo da capitania com o título de capitão-mor: 120  
 Azeredo, Pedro Antônio de: 350  
 Azeredo, Simão: 97  
 Azevedo, Albuíno Cunha de: 548  
 Azevedo, Antônio de  
 - ver Azeredo, Antônio de  
 Azevedo, Antônio de Aratijo de: 275-6, 281, 289, 293  
 Azevedo, Belchior de  
 - ver Azeredo, Belchior de  
 AZEVEDO, FERNANDO DE: 229  
 Azevedo, Francisco de Barros de: 82  
 Azevedo, Francisco Pinto Homem de: 306, 345, 542  
 AZEVEDO, JOÃO LÚCIO DE: 2, 7, 10, 11, 13, 184  
 Azevedo, José Cardoso de: 184  
 Azevedo, Marcos de  
 - ver Azeredo, Marcos de  
 Azevedo, Maria de: 27  
 Azevedo, Miguel de  
 - ver Azeredo, Miguel de  
 AZEVEDO, PEDRO DE: 26-30, 39-40, 56, 67-8, 72-3, 95  
 AZURARA: 2

**B**acalhau: 311  
 - monopólio da Companhia Geral do Comércio: 158  
 Bacamarte(s): 144, 318  
 Bacharel(is): 207, 298, 441, 457  
 - presente entre os moradores da capitania, em princípios do século 18: 190  
 Bacteriologista(s): 478  
 Badejo (peixe): 395  
 Badense(s): 404  
 Baeta: 242  
 Bagaço de cana-de-açúcar: 255  
 Bahia (capitania, província, estado): 14, 67, 69, 78, 82, 89, 95, 107, 132, 141, 145, 149,



- 153, 155, 162, 166, 168, 174, 185, 192, 222, 243, 255, 257, 259, 263, 265, 281, 296, 328, 340, 385, 390, 405, 484
- metrópole da América Portuguesa: 68
  - ver, também, Capitania da Bahia
- BACIENSE, NORBERTINO:** 296
- Baía da Traição: 14
- Baía de Guanabara: 87, 102
- expulsão dos franceses da ...: 98
  - Mem de Sá recebe notícias de que franceses haviam se estabelecido na ...: 100
  - auxílio do Espírito Santo para a expulsão dos franceses da ...: 110-1
  - ver, também, Guanabara
- Baía de Todos os Santos: 566
- Baía de Vitória: 39, 119, 232, 274, 279, 332, 353, 376, 384, 387, 498
- dragagem do canal: 468, 476
- Baía do Espírito Santo: 31, 36, 126, 196, 202
- Baiano(s): 326
- BALÃO, ANTÔNIO:** 13
- “Bailante Treze de Maio”: 417
- Bainha(s) de espada: 69
- Baioneta(s): 195, 304, 357
- Baixela de prata pesada: 421
- Baixo de Pargos: 24
- Baixos de D. Rodrigo: 73
- Bala(s): 106, 191, 195, 221, 256, 261, 332, 357-8
- Balança(s): 69, 216, 236-7
- Balcão(ões): 471
- Balsa(s): 349
- Bálsamo(s): 5, 66, 147, 241
- maneira de colher: 147
- Banana
- produção, em 1940: 466
- Bananal: 85, 479
- Bananeira(s): 309
- Banca(s) de peixe: 346
- Banco(s): 312, 418
- Banco da Vitória: 438
- Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo: 452
- instalação: 452
- Banco do Brasil: 278, 334, 337, 493
- Banco do Estado do Espírito Santo S. A.: 493
- Banco Espírito-Santense: 438
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico: 496
- Banco Nacional de Habitação: 478, 501
- Banda de música: 380
- Bandeira (estandarte): 126, 146, 285, 412
- republicana federal: 412
  - do Espírito Santo: 495, 565
- Bandeira(s) (expedição): 84, 114-5, 121, 136, 175, 178, 183
- capixabas: 152
- Bandeira, Mateus: 754
- Bandeira Nacional: 465
- pedido de ... ao governo geral: 304
- Bandeirante(s): 135, 176, 226, 355
- Bando(s): 188, 192, 201, 218
- proibindo a cultura de algodão: 173-4
  - determinando fossem postas luminárias em regozijo pelo restabelecimento do soberano português: 190
  - dispondo sobre indumentária das pretas e pardas, venda de peixe e porte de armas: 190
  - exigindo o comparecimento dos moradores “às portas dos seus capitães para o fim de apresentarem aos mesmos as armas, pólvora, balas e dardos que tinham para defesa da capitania”: 191
  - mandando que os lavradores que tivessem mandiocais viessem todos os sábados trazer farinha à vila de Vitória: 190
  - sobre lavoura de algodão: 173-4
  - proibindo a saída de qualquer gênero de primeira necessidade para fora da capitania: 190
- Banestes
- ver Banco do Estado do Espírito Santo S. A. e
- Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo
- Banina (tribo indígena do Amazonas): 363
- Banqueiro(s): 8
- Banquete(s): 113, 419
- Baralho(s): 9, 81, 112
- Barbacena, primeiro visconde de
- ver Mendonça, Afonso Furtado de Castro do Rio de
- Barbará & Cia.: 467
- Bárbaro(s): 10, 58, 88, 136, 169, 285, 329, 405
- ver, também, Índico, Índio, Selvagem, Silvícola
- Barbeiro(s): 418
- Barbosa, Estevão: 192
- Barbosa, Francisco Vilela: 376
- Barbosa, Gaspar: 90
- Barbosa, Luiz Eugênio Horta: 544
- Barbosa, Pedro: 126
- Barbosa, Rui: 428
- Barbuda, José Pinheiro de: 175, 540
- Barca(s): 34, 272
- a vapor: 336, 353, 376, 386
- Barca, conde da
- ver Azevedo, Antônio de Araújo de
- Barcaça(s): 7, 141
- Barcelos, João de: 184

- Barco(s): 4, 6, 7, 70, 73-4, 90, 94, 97, 155, 198, 386-7, 390, 476
- Barleu, Gaspar: 140
- Barra(s): 110, 232, 240-1, 259
- da baía de Vitória: 39, 107, 134, 230, 332, 383
  - de Capabuana: 241
  - de Iuicu: 240, 399
  - de S. Mateus: 305, 372
  - do Riacho: 399
  - do rio Doce: 239, 261, 263, 282-3, 367
  - do rio Guaraparim: 172, 235, 243
  - do rio Itabapoana: 248, 399
  - do rio Itapemirim: 223
  - do rio Paraíba: 213, 263, 283, 359
  - do rio S. Francisco: 73
- Barra de São Francisco: 474, 497
- Barra de São Mateus (atual Conceição da Barra): 356, 358, 399, 409, 412, 425, 444
- número de lojas, em 1828: 311
  - foco de turbulências: 342
  - progresso da ..., em 1847: 354
  - município: 391
  - produção de café, em 1852: 374
  - produção de açúcar, em 1852: 374
  - produção de farinha, em 1852: 375
  - população do município, em 1871: 385
  - número de escravos, em 1871: 385
- Barraca, Diogo de Seixas: 167, 170, 539
- Barradas, Diogo de Seixas
- ver Barraca, Diogo de Seixas
- Barrasas, Diogo de Seixas
- ver Barraca, Diogo de Seixas
- Barra Seca: 282
- Barreiras Vermelhas: 567
- Barreto, Barcímio
- membro da Comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituição do Estado: 429
- BARRETO, CARLOS XAVIER PAES: 140
- Barreto, Diogo de Seixas
- ver Barraca, Diogo de Seixas
- Barreto, Domingos Alves Branco Muniz: 321
- Barreto, Francisco: 150, 537
- Barreto, João de Barros: 452
- Barreto, Tomás Rubi de Barros: 122, 538
- Barril (s) 112
- de pólvora: 69, 83, 221, 272, 332
- Barros, Antônio Cardoso de: 14, 57, 66-7, 69, 82-3
- Barros, Antônio Pereira de (advogado): 229
- Barros, Antônio Pereira de: 399
- BARROS, JOÃO DE: 8, 14-5
- Barros, José Maurício Fernandes Pereira de: 369-70, 379, 543
- Barroso, Francisco Manuel: 382
- Basilio, frei: 118
- Bastardo(s): 19, 30-1, 82, 105-6
- Batalha(s): 135, 371
- de Aljubarrota: 1
  - de Riachuelo: 382
- Batalha, Miguel Rodrigues: 345
- Batalhão(ões)
- n.º 2: 342
  - n.º 32 de Infantaria: 430, 434-5
  - n.º 20 de Infantaria: 443
- Batalhão da Guarda Nacional (de Vitória): 415
- Batalhão de Artilharia Miliciana: 271
- Batalhão(ões) de Caçadores: 332
- n.º 3: 451
  - n.º 12: 317, 332, 336, 357
- Batalhão(ões) de Infantaria
- n.º 20: 443
  - n.º 32: 430
  - organização: 434
- Batalhão de Mercenários: 340-1
- Batalhão de Polícia
- revolta: 447
- Batalhão 12 de Caçadores de 1.ª Linha: 317, 336
- Batalhão(ões) de 2.ª Linha: 357
- Batalhão Miliciano: 271, 332
- Batalhão Popular: 402
- Batata(s): 6, 309
- Batavo(s): 132, 134
- Bateia(s): 239
- Bateia: 241
- Batismo(s): 52, 56, 81, 91, 97, 147
- número de ..., em 1817: 281
- Baú(s): 418
- Bauxita: 466-7
- Bávaro(s): 404
- Beatificação: 120
- BEAZLEY, C. RAYMOND: 4
- Beija-flor: 478
- Beija-mão
- de Pedro II em Vitória: 379, 401
- Beiju (tribo indígena do Amazonas): 363
- Beiral(is)
- proibição em Vitória: 436
- Belarmino: 421
- Belas letras: 416-7
- Beldroega(s): 309
- Belém do Pará: 15
- Belga(s): 404, 448
- número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384
- Bélgica: 448

- Beliarte, Marçal: 127  
 Bell, André: 330  
 Belmonte: 8  
 “Belmonte” (navio): 379  
 Belo, Venceslau de Oliveira: 355, 542  
 Benavides, Salvador Correia de Sá e: 132, 134, 151  
 Bene, Gregório Maria de: 352, 354, 363  
 Beneditino(s): 359  
 - chegam ao Espírito Santo: 118  
 - obtêm terras em Vitória: 118  
 - ganham nova sesmaria: 118  
 Benevente: 130, 217, 239-40, 249-50, 263-5, 269-70, 272, 314, 336, 358, 377, 385, 396-7, 399, 409, 412-3, 421, 425, 444  
 - população do município, em 1871: 385  
 - número de escravos do município, em 1871: 385  
 - a Metrópole manda abrir aula de ensino público em ...: 223  
 - sua população, em 1790: 229, 239, 249  
 - escravos, em 1790: 229, 239, 249  
 - produção de café, em 1852: 374  
 - produção de açúcar, em 1852: 374  
 - produção de aguardente, em 1852: 375  
 - produção de farinha, em 1852: 375  
 - como a viu o capitão-mor, em 1790: 229, 243  
 - como Francisco Cunha a viu, em princípios do século 19: 272  
 - número de sesmarias, em 1828: 308  
 - número de lojas, em 1828: 310  
 - população em 1824: 331  
 - número de fogos, em 1824: 331  
 - população, em 1827: 331, 333  
 - número de fogos, em 1827: 333  
 - distritos, em 1828: 318  
 - número de aulas, em 1829: 319  
 - assassinato em ...: 343  
 - município: 356, 391  
 - mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369  
 - estabelecimento de fábrica de tecidos: 435  
 - ver, também, Anchieta  
 Benfeitoria(s): 121, 226, 396  
 Benjoim: 6  
 Bem(ns) de raiz: 334  
 BENSAUDE, JOAQUIM: 1  
 Bento Ferreira (bairro de Vitória): 476  
 Berço(s): 69  
 Bergantim(ns): 276, 290  
 Berilo(s): 467  
 Bernard: 474  
 Bernardes, Artur da Silva: 450  
 Bernardes, Pedro Alexandrino de Abreu: 213  
 BERNARDES SOBRINHO, JOSÉ JOAQUIM: 304  
 “Bérrio” (nav): 7  
 Besta(s): 284-5, 309-10, 314, 405  
 Betink, Giraldo: 124  
 “Bexiga” (peste da)  
 - ver Variola  
 Bezerra, Agostinho Barbalho: 152  
 Biblioteca(s): 416, 418, 421  
 - dos jesuítas: 218  
 - do convento de S. Francisco: 402  
 - inexistência de ... na província, em 1872: 397  
 - primeira ... pública de Vitória: 378  
 - abertura: 378  
 - fundadores: 378  
 - já extinta, em 1872: 378  
 - da Sociedade Beneficente União e Progresso: 378  
 - número de ..., em 1944: 460  
 - número de ..., em 1973: 490  
 Biblioteca da Ajuda: 568  
 Biblioteca de Évora: 62  
 Biblioteca Nacional de Lisboa: 67  
 Biblioteca Nacional (do Rio de Janeiro): XL, XLI, 169, 194, 198, 202, 216, 218, 231, 243, 253-4, 256, 259, 284, 300, 308, 318, 331, 392, 545, 669  
 Biblioteca Pública Provincial  
 - criação: 416  
 - inauguração: 416  
 Biblioteca Pública Estadual: XL, 441, 463  
 Bicheira(s): 310  
 Bicho-da-seda: 254  
 Bico(s) de gás: 383  
 Bidault, Etienne: 370  
 Bilhar(es): 418, 421  
 Bispado (da Bahia): 318  
 Bispado (de Mariana): 413  
 Bispado (do Espírito Santo): 441  
 - criação: 438  
 Bispado (do Rio de Janeiro): 252, 413  
 - criação: 201  
 Bispo(s): 68, 72-4, 359  
 - de Viseu: 20  
 - do Rio de Janeiro: 191, 197, 318  
 - do Espírito Santo: 438  
 Bitencourt, Joam de Afonseca: 568  
 Bitencourt, Júlio César Berenger: 421  
 Bittencourt, João Nepomuceno Gomes: 346, 402  
 BLASQUEZ, ANTÔNIO: 90  
 Blasfemo(s): 45  
 Bley, João Punaro: 451-2, 461, 547  
 Boa Esperança: 497

- Boapaba: 244-5, 249  
 Boi(s): 116, 139, 276, 310  
 - preço, em 1828: 310  
 - utilização: 310  
 Boiada  
 - passagem da primeira ... mineira pela Estrada Vitória-Vila Rica: 275, 289  
 Boipeba: 238  
 Boleeiro(s): 315-6  
 Boletim(ns): 460, 470  
 Bolsa(s)  
 - de auxílio organizada pelos mercadores portugueses ao se findar o século 13: 3  
 - de estudos: 478, 483  
 “Bolsinho” de Pedro II: 379  
 Bonde(s)  
 - inauguração de ... tirados por muares, em Vitória: 441  
 - inauguração de ... elétricos, em Vitória: 442  
 Borba (Fazenda do): 274  
 Borges, Antônio: 201  
 Borges, José Gomes: 215-6, 540  
 Borges, Pedro: 66-7  
 Borracha: 467  
 Botequim(ns): 418  
 Botica(s): 6, 311  
 - número de ..., em 1829: 344  
 - número de ... existentes na província, em 1863: 393  
 Boticário(s): 48, 297-8, 315-6, 322  
 - licenciado instalado em Vitória: 278  
 - número de ..., na província, em 1856: 373, 394  
 Botocudo(s): 215, 244, 262, 270, 275, 277, 280, 282, 286, 336, 340, 355, 405  
 Bouro, Gaspar de: 39  
 Bovideo(s): 6  
 Bradford: 10  
 Braga, J. Batista de Sousa: 381  
 Braga, Osvaldo Melo: 669  
 Bragança (família real): 321, 327, 536  
 Bragança, Álvaro de: 8  
 Bragança, duque de: 361  
 - tentativa de restauração do ... no trono do Brasil: 345, 361  
 BRAGA, TEÓFILO: 223  
 Branco(s): 10, 41, 48, 51, 54, 56, 58, 78, 88-9, 91, 97, 103, 106, 112-3, 126, 153, 155, 176, 184, 204, 229, 249, 257, 263-4, 280, 340, 343  
 - número de ..., em 1824: 331  
 - número de ..., em 1827: 333  
 - número de ..., em 1856: 394  
 - ver, também, Colono, Europeu  
 Brandão, Miguel Ribeiro Pinto: 399  
 Brás, Afonso: 78, 84-5, 314  
 Brasão(ões)  
 - de Vasco Fernandes Coutinho: 25  
 - de Francisco G. de Araújo: 171  
 - dos condes de Atouguia: 566  
 Brasil: 6, 8, 9, 11, 16, 32, 38, 47, 50-1, 55, 67, 74, 95, 120, 126, 131-2, 135, 142, 152, 158, 175, 184, 188, 191, 195, 212, 247, 250, 275, 296, 341, 361, 368, 370-1, 373, 403, 410  
 - acaso do descobrimento: 8  
 - ausência de comércio e outras compensações para homens preocupados com o enriquecimento rápido: 9  
 - desinteresse de Portugal pelo ..., logo após seu descobrimento: 9  
 - quase equilíbrio das forças portuguesas e francesas no litoral do ...: 11  
 - “país sem ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro”: 9  
 - arrendamento a Fernão de Noronha: 11  
 - os armadores são o nervo do ...: 93  
 - dividido em dois governos: 115, 151  
 Brasileira, Maria Carolina Ibreuse: 399  
 Brasileiro(s): 257, 259, 269, 295, 326-7, 330, 342, 345, 355, 359, 362, 381, 413, 438  
 Brasilina: 10  
 Bredo(s): 309  
 Brejo(s): 85, 232  
 Brest: 194  
 Bretanha (tecido)  
 - de França: 242  
 - de Hamburgo: 242  
 “Bretoa” (nau): 11  
 Brigadeiro(s): 317  
 BRÍGIDO, JOÃO: 276  
 Brigue(s): 231, 307, 332, 357, 372, 376, 396  
 Brito, Antônio de: 257  
 BRITO, FRANCISCO SATURNINO RODRIGUES DE: 436  
 Brito, Joaquim Marcelino de: 341  
 BRITO, LEMOS: 158  
 Brito, Marcos de Noronha e: 296, 538  
 Browne, Antônio Neves: 133  
 Bruges (notícia de mercadores portugueses em ...): 3  
 Bruno: 226  
 Buaiz, Vitor: 548  
 Bueno  
 - ver Bruno  
 Bueno, Bartolomeu: 175, 192  
 Buenos Aires: 144

Bugre(s): 38  
 Bula(s)  
 - “Romani Pontificis”: 201  
 - que criou a diocese do Espírito Santo: 438  
 - que suprimiu a diocese do Espírito Santo e erigiu a arquidiocese de Vitória e as dioceses de Itapemirim e de S. Mateus: 479  
 Bulloés, Abel (?) de Jesus: 244  
 Buquari: 405  
 “Buquê das Moças”: 417  
 Burocracia: 250  
 Burro(s): 310  
 Busano(s): 197  
 Bússola(s): 309

## C

Cabeleireiro(s): 418  
 Cabido(s)  
 - da Sé da Cidade do Salvador: 72, 145  
 Cabiúna: 241  
 Cabo: 257  
 Cabo(s): 195  
 - de esquadra: 151  
 - de pedestres: 261  
 Cabo Bojador: 10  
 Caboclo Bernardo  
 - ver Santos, Bernardo José dos  
 Cabo de S. Antão: 566  
 Cabo de S. Tomé: 566-7  
 Cabo de Todos os Santos: 14  
 Cabo Frio: 14, 115, 119-20, 169, 213, 274, 382  
 - a aldeia teria sido fundada com o auxílio de 500 índios mandados do Espírito Santo: 130  
 Cabouqueiro(s): 313  
 Cabra(s): 310  
 Cabral, Alfredo: 669  
 Cabral, Fernão: 8  
 Cabral Filho, João Vasco: 417  
 Cabral, João Fernandes: 8  
 Cabral, José de Azevedo: 307  
 Cabral, José Tomás de Aquino: 291  
 Cabral, Manuel d’Escovar  
 - nomeado capitão-mor, ouvidor e provedor da Fazenda da capitania do Espírito Santo: 135  
 CABRAL, MÁRIO DA VEIGA: 196  
 Cabral, Pedro Álvares: 11  
 - importância de sua armada: 8  
 Cabreiro (família): 326  
 Caça: 41, 87  
 Caçadores  
 - de 1.<sup>a</sup> Linha: 317, 332, 336, 363  
 - de 2.<sup>a</sup> Linha: 317

- Henriques: 332  
 Cacau: 6, 241, 419, 438  
 Cachaça: 312  
 Cachoeira(s): 239-41, 262, 282-3  
 Cachoeira: 238, 303  
 Cachoeira Alegre: 405  
 Cachoeira das Escadinhas: 262, 573  
 Cachoeiras do Inferno: 405  
 Cachoeiro de Itapemirim: 356, 397, 408-9, 412-7, 419, 425, 449, 467, 478  
 - primeiro jornal: 351  
 - população do município, em 1871: 385  
 - número de escravos do município, em 1871: 385  
 - escravos existentes no município à data da abolição: 408  
 - como ... recebeu a notícia da Proclamação da República: 412  
 - iluminação elétrica: 442  
 - greve operária: 443  
 Cachoeiro de S. Leopoldina: 409, 413, 465  
 - Vila: 412  
 Cachoeiro de S. Maria: 289  
 Cacimba(s): 239  
 Cacique(s): 87  
 Cacunda, Pedro Bueno: 192, 198, 203-5, 232, 270  
 Cadeia(s): 71, 167, 190, 212, 274, 282, 325, 329, 348, 413, 570, 572  
 - construção da ... de Vitória: 229, 238  
 - visitada a ... de Vitória por Pedro II: 379, 402  
 CAEIRO, JOSÉ: 217-8  
 Caeté (grupo indígena): 73  
 Caeté: 177  
 Café: 6, 272, 278, 280, 284, 309-10, 312, 346, 349, 356, 368, 374-6, 390, 392, 420-1, 423-4, 438, 444, 449, 486  
 - em 1812, as lavouras da região do rio Doce já produziam ... para exportação: 278  
 - produção e exportação em 1851: 419  
 - vista geral sobre a produção de ... na província do Espírito Santo, em 1852: 374  
 - produção de ..., em 1854: 390  
 - cultura do ... em fins do século 19: 419-20  
 - a nobreza do ... no Espírito Santo: 420-1  
 - exportação, em 1893: 435  
 - exportação, de 1892 a 1900: 462  
 - valor oficial do ... (exportação de 1892 a 1918): 464  
 - direitos pagos, de 1892 a 1918: 464  
 - crise do ... no princípio do século 20: 437, 441, 462  
 - exportação de 1892 a 1918: 464  
 - produção em 1940: 466  
 - erradicação de pés de ...: 480  
 - adubação de lavouras de ...: 479

- produção de ... de 1960 a 1973: 487
- arábica
  - plantio na década de 1970: 499
- capitania: 421
- conilon: 499
- crioulo: 421
- robusta: 499
- Caieiras: 49
- Cairu: 238
- Cais: 279, 468, 476, 570
  - comercial: 498
  - das Colunas: 401
  - de Aribiri: 498
  - de Capuaba: 488
  - de carvão: 498
  - de Atalaia: 476
  - de Jaburuna: 498
  - de Vitória, em 1943: 459
  - do Azambuja: 279, 572
  - do Batalha: 279
  - do Imperador: 436
  - do Jabour: 498
  - do Paul: 498
  - do Santíssimo: 279, 572
  - dos Jesuítas: 279, 572
  - Grande: 202, 279, 572
  - Novo: 572
  - Novo das Colunas: 279
  - para embarque de minério: 452, 468
  - terminal do álcool: 498
- Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro: 442
- Caixa Econômica e Monte Socorro: 410
- Caixeiro(s): 230, 297, 315-6, 322, 328
- Cajueiro(s): 309
- Cal: 115, 124, 172, 180, 312, 349, 418
  - de ostra: 313
- Calabouço(s): 357
- Calafate(s): 313, 418
- Calça(s): 281
- Calçada(s): 238, 241, 315, 436
- Calçado(s): 419
- Calçado: 434
- Calcário: 467
- Calcita: 467
- Caldas, Joaquim da Silva: 345
- Caldas, José Antônio: 199, 200, 225, 568-71
  - depoimento sobre a capitania, em 1767: 221-2
  - encarregado da construção da fortaleza da ilha do Boi e da reforma das outras fortificações da baía de Vitória: 221
- Caldeira: 85
- Caldeireiro(s): 149, 418
- Calecute: 7, 9, 30
- Calheiros, Diogo Lopes de: 29
- Cálice(s): 87
- Calmon, Alexandre: 443
- Calmon, Ana Joaquina: 269
- Calmon, Augusto: 429
- Calmon, João Felipe de Almeida: 269-70, 274, 276, 290
- CALMON, PEDRO: 42, 84, 90, 114-5, 168, 177, 186, 251-2, 269, 299, 410
- CALÓGERAS, JOÃO PANDIÁ: 11
- Cama(s): 305
- Camamu: 238
- Câmara(s): 34-5, 56, 95, 102, 105, 143, 151, 154, 158, 166-7, 223, 237-8, 244, 250, 285, 301, 312, 314, 327, 329, 345, 402, 410, 413, 425
  - de Vitória: 118, 135, 141-3, 145, 151, 167, 169-70, 172, 175-7, 180, 193, 195, 201-3, 212, 229, 236, 238-9, 241-3, 248, 250, 293, 298, 301, 318, 322, 326-7, 329-30, 348, 401, 409, 570, 592
    - protesta contra o recrutamento: 224
    - nega-se a dar posse ao capitão-mor José Lopes: 150
      - toma parte na cerimônia de juramento da Constituição do Império: 306
  - da vila do Espírito Santo: 172, 180, 185, 243, 336
  - de Guarapari: 172, 180, 243
  - de Nova Almeida: 242, 410
  - de S. Mateus: 303
  - de S. Salvador dos Campos: 214, 255, 343
  - da cidade do Salvador: 141, 144-5, 168, 213, 238
  - de Benevente: 243, 264
- Câmara Eclesiástica: 366
- “Câmara de sangue”
  - ver Disenteria
- Câmara, Antônio Gonçalves da: 165
- Câmara, Antônio Luís Coutinho da
  - ver Coutinho, Antônio Luís Gonçalves da
- Câmara
- Câmara, Eusébio de Queiroz Coitinho Matoso da: 371-2
- Câmara, João de Melo da: 12-3
- Câmara, Manoel Gonçalves da: 126
- Câmara, Manuel de Noronha da: 30
- Câmara, Rui Gonçalves da: 13
- Camargo, Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e
  - ver Pontes, Antônio Pires da Silva
- Camargos, Manuel de: 192
- Camarista(s): 379
- Camarote(s): 438, 471
- Camata, Gerson: 548

- Camboapina:  
 - desobstrução do canal de ...: 277  
 Cambraia(s): 242  
 Camburi: 491  
 Câmera (nome de família)  
 - ver Câmara  
 Câmera, Ambrósio de Aguiar Coutinho e  
 - ver Coutinho, Ambrósio de Aguiar  
 CAMINHA, PERO VAZ DE: 9  
 Caminho(s): 154-5, 192-3, 214, 224-5, 230, 232,  
 260-1, 266, 274, 314, 385  
 - ver, também, Estrada(s)  
 Camisa(s): 281  
 Campanha de erradicação da varíola: 497  
 Campanha de vacinação antidiftérica: 452  
 Campinas: 438  
 Campinho: 572  
 - loteamento: 436  
 Campista(s): 328  
 Campo(s)  
 - de aviação: 459  
 - de pouso: 459  
 Campo, André do: 27  
 CAMPO BELO, CONDE DE: 168  
 Campo de Sant'Ana: 212  
 Campo do Riacho  
 - número de lojas, em 1828: 311  
 Campo Grande: 244-5, 249, 309  
 Campo, Maria do: 27, 31  
 Campos: 206-7, 212, 214, 228, 241, 250, 255,  
 266, 290, 298-9, 301, 306, 318-9, 329, 344,  
 350, 359-61, 382, 390  
 - inauguração do serviço de Correios entre ...  
 e Vitória: 226  
 - desordens: 343  
 - número de médicos, em 1829: 344  
 - número de cirurgiões, em 1829: 344  
 - número de boticas, em 1829: 344  
 - anexada à província do Rio de Janeiro: 349  
 Campos de Curitiba: 286  
 Campos de Guarapuava: 286  
 Campos dos Goitacazes: 283, 248-9, 324,  
 328, 349  
 Campos, Aristides Alexandre: 461,,547  
 Canaã: 212  
 Canaã (Estrada do ...): 452  
 "Canaan" (romance): 355, 465  
 Cana de açúcar: 173, 309, 392, 419-20, 424,  
 438, 565  
 - das principais culturas, no fim do século 16: 126  
 - produção, em 1940: 466  
 Cana fistula: 10
- Canal(is): 157, 222, 283, 492  
 - aberto pelos jesuítas no século 18: 196, 314  
 - de Camboapina: 277  
 - de Una: 385, 390-1  
 - de Itaúnas: 385, 390, 392  
 - da baía de Vitória: 119, 468, 476, 568-9, 572  
 - dragagem: 468  
 Cananéia: 222  
 Canárias (ilhas): 276, 290  
 Canavial(is): 57, 66  
 Canavieiras: 414  
 Candelária (igreja): 366  
 Caneca, Joaquim do Amor Divino Rabelo e: 296  
 Canela: 6  
 Cânfora: 6  
 Cangaíba: 244, 249  
 Cânhamo (remessa de sementes de ... para o  
 Espírito Santo): 254  
 Canhão(ões): 139, 158, 304  
 Canibal(is): 28  
 Canoa(s): 97, 100, 110, 114, 134, 190, 222, 269,  
 272, 279, 282, 309, 314, 335, 349, 379, 387,  
 395, 405  
 Cantino, Alberto: 9  
 Canto (ensino de): 68, 397, 463  
 Canto, Francisco do: 71  
 Canto, Manuel de Almeida do: 151-2  
 Cantor(es): 68, 313  
 Cão Grande (chefe índio)  
 - muda-se com sua gente para Guarapari: 97  
 Cão, Diogo Martins: 124  
 Capão(ões): 52, 56, 310  
 Capela(s): 4, 38, 84, 115, 147, 172, 276, 313,  
 352, 363, 395, 421  
 - não curadas: 358-9  
 - relação das ... existentes no Espírito Santo,  
 em 1829: 358-9  
 Capela de N. S. da Conceição: 570  
 Capela de N. S. do Rosário  
 - de Vila Velha: 38  
 - de Vitória: 226  
 Capela de S. Luzia: 64, 570  
 Capela Nacional: 351, 359, 401  
 Capelania(s): 281, 314  
 Capelão(ões): 84, 276-7, 285, 296, 315, 335, 417  
 - pago, em 1545-6, com a dizima do pescado:  
 52, 56  
 Capichaba: 572  
 Capital(s): 112, 158, 405  
 - falta de ... na capitania do Espírito Santo: 93  
 Capital da província do Espírito Santo  
 (mudança para o interior): 414

- Capital Federal: 434
- Capitalista(s): 418
- Capitania(s) hereditária(s): 13, 16, 17, 31, 34, 59, 66-7, 72, 74, 100, 142, 165, 193, 215, 224, 231, 238
- origem: 6, 13-4
  - primeiras doações: 13
  - descrição das ..., conforme d'Avezac: 14
- Capitania da Bahia: 14, 42, 62, 94, 159, 170, 173, 193, 218, 221, 225, 227, 239, 248, 250, 255, 262
- ver também Bahia
- Capitania da Paraíba do Sul: 174, 207, 213, 236, 250, 253, 349
- incorporada ao Espírito Santo: 207
- Capitania de Ilhéus: 100, 115, 169, 259
- ver também Ilhéus
- Capitania de Itamaracá: 14
- Capitania de Minas Gerais: 156, 176, 185-6, 192, 225, 231, 253, 260, 269, 286, 289, 292
- Capitania de Pernambuco: 12
- ver também Pernambuco
- Capitania de Porto Seguro: 14, 40, 45, 48, 70, 98, 100, 114-5, 155, 238-9, 248, 286
- ver também Porto Seguro
- Capitania de Santo Amaro: 14
- Capitania de S. Tomé: 14, 57, 146, 213
- demarcação de limites com a capitania do Espírito Santo: 24, 49
  - invasão de uma povoação de índios da ... por moradores do Espírito Santo: 57
- Capitania de S. Vicente: 14, 62, 78, 152
- Capitania de Sergipe d'El-rei: 225
- Capitania do Espírito Santo: 16, 29-32, 42, 45, 51-8, 62, 65-70, 83, 86, 100, 121, 124-6, 135, 141, 143, 158-9, 162, 177, 183, 188-9, 197, 201-2, 208, 216, 221, 225, 227, 232, 247, 249, 252, 260-1
- descrição, segundo d'Avezac: 14
  - carta de doação: 16-21, 23
  - carta de foral: 32-5
  - limites: 23, 24
  - superfície: 24
  - razão do nome: 38
  - primeiras construções: 38
  - instalação dos serviços da Coroa: 40
  - demarcação de limites com a capitania de S. Tomé: 49
  - situação da ..., em 1545: 53-4, 56-7
  - quase ruína da ...: 54
  - devastada pelos silvícolas: 58-9
  - tal como a viu o padre Leonardo Nunes: 62, 65
  - recomendações contidas no Regimento pas-
- sado a Tomé de Sousa sobre a ...: 67
- visitada por altas autoridades do governo geral: 67
  - provimento de alguns cargos da administração régia: 67-8
  - fornecimento de armas e munições para sua defesa: 68-9
  - início de comércio direto com Portugal e Angola: 69-70
  - entregue o governo da capitania a Bernardo S. de la Pimenta: 70, 91
  - como Pero de Góis viu a ..., em 1551: 71, 77
  - como Tomé de Sousa viu a ..., em 1553: 71-2
  - impossibilidade, em 1552, de pagar 8\$500 que devia ao bispo da cidade do Salvador: 72
  - pagamento da dívida supra, em 1554: 72
  - o governo geral determina, em 1553, fossem entregues aos engenhos da ... a artilharia necessária à sua defesa: 72
  - carta de homizio concedida à ..., em 1534: 55, 74
  - os jesuítas instalam-se na ...: 77-8
  - opinião do padre Afonso Brás sobre a terra: 78, 81
  - palavras do padre Serafim Leite sobre a obra jesuítica: 81
  - a ... e os jesuítas: 82, 156-7
  - recebimento de nova quantidade de armas e munições: 82-3
  - Tomé de Souza visita a ...: 83-4
  - em perigo, devido a levante dos índios: 88
  - esperança de achamento de minas: 88-9
  - após a expedição de Fernão de Sá, ficou "muito pacífica": 91
  - falta de capitais na ...: 93
  - opinião de Mem de Sá sobre a ...: 93-4
  - Mem de Sá se propõe a fundar cidade na ...: 94
  - Vasco Fernandes Coutinho escreve a Mem de Sá sobre a ...: 94-5
  - Vasco Fernandes Coutinho manifesta esperança de encontrar, na Metrópole, comprador para o Espírito Santo: 94
  - carta de Nóbrega, em que dá notícias do Espírito Santo: 95-6
  - não teria recursos para auxiliar Mem de Sá a desalojar os franceses da baía de Guanabara: 100
  - alusão à situação da ... em carta de Mem de Sá ao soberano: 101
  - carta de Vasco Fernandes Coutinho ao ouvidor da ... rogando que renunciasse o senhorio: 101
  - os habitantes da ... pedem a Mem de Sá que tome conta da ... em nome da Coroa: 100



- Mem de Sá faz lavar um auto aceitando a renúncia da ...: 101
- opinião de Mem de Sá sobre a ...: 101
- opiniões de jesuítas sobre a ...: 103
- “mandado” de Mem de Sá sobre a pessoa a quem devia ser entregue o governo da ...: 105
- em princípio de 1564, Vasco Fernandes Coutinho (2.º) já devia ter assumido o governo da ...: 109
- auxílio que a ... prestou a Estácio de Sá para desalojar os franceses de Villegaignon da baía de Guanabara: 110-1, 113
- a ... segundo a opinião de Alexander Marchant: 112-3
- a ... vive dias melhores: 111-2
- atacada por franceses, em 1581: 111, 116-7
- atacada por ingleses, em 1581, 1582 e 1583: 111, 117
- depoimento de José de Anchieta sobre a ...: 113-4
- navios que freqüentavam a ... segundo a informação de José de Anchieta: 114
- começa a busca de pedras preciosas na ...: 114-5
- subordinada ao governo do sul do Brasil: 115
- nova contribuição para a expulsão de franceses da Guanabara: 115
- grave discórdia entre Vasco Fernandes Coutinho (2.º) e o povo: 117
- D. Luísa Grinalda assume o governo da ...: 117
- chegam os primeiros franciscanos: 118
- Cavendish ataca a ... em 1592: 118-9
- Luísa Grinalda entrega o governo da ... a Miguel de Azeredo: 120
- Francisco de Aguiar Coutinho assume o governo da ...: 120
- Constantino de Menelau provido no cargo de capitão da ...: 121
- em 1605, Afonso de Franca servia como capitão-mor da ...: 121
- ao fim do século 16 a ... já tinha definido o rumo que a civilização seguiria em seu território: 124-5
- estado em que se achava no fim do século 16: 125-6
- Francisco de Souza nomeado capitão general e governador da ...: 129
- sua presença na Folha Geral da Despesa Ordinária que se faz cada ano no Estado do Brasil: 131
- a ... ajuda à Bahia na luta contra os holandeses: 132
- estado da ... no princípio do século 17: 146-7
- primeira carta geográfica da ...: 130
- despesas da ... em 1617: 131
- período de prosperidade: 136-7
- mapa da ..., de 1631: 139
- ordenado de seus capitães-mores, no princípio do século 17: 139
- O governo destaca 40 infantes de tropa regular para a ...: 141
- irregularidades no governo da ...: 142
- como Jácome Monteiro viu a ... em 1610: 146-7
- produção da ..., no princípio do século 17: 126
- parte da decadência da ... se devia à Companhia Geral do Comércio: 149
- contribuição da ... para a paz de Holanda e dote da infanta: 149
- estado da ... entre 1620 e 1630: 136
- raro era o ano em que não partia uma expedição à cata de pedrarias: 152
- em 1664, os dízimos da ... eram arrematados por 400\$ cada ano: 154, 162
- sua despesa ordinária, em 1664: 154
- em 1650, já havia comunicação terrestre entre a ... e a cidade do Salvador: 155
- situação da ... em 1664: 154
- alerta contra inimigos, em 1668: 162
- vendida a Francisco G. de Araújo: 168-9
- situação da ... na segunda metade do século 17: 170, 179-80
- questão de limites com a capitania da Paraíba do Sul: 174
- aparecimento da febre amarela na ...: 177
- após 100 anos de trabalho: 178
- renda da ... em meados de século 17: 179-80
- atraso no pagamento das dívidas da ...: 180
- prejuízos que as minas causaram à ...: 183-4
- idéia de que qualquer ataque estrangeiro às “minas gerais” tivesse como base de desembarque a ...: 185
- proibição de se fazerem estradas que ligassem a ... às “minas gerais”: 186
- interesse geral pela ...: 186
- prejuízos causados à ... pela proibição de se abrirem estradas rumo ao oeste: 185-6
- real temor de que a ... fosse atacada por estrangeiros, no princípio do século 18: 188
- discórdias entre o capitão-mor e os moradores da ...: 194
- a invasão do Rio de Janeiro pelos franceses determinou a remessa de armas para a ...: 194
- ordem para que os oficiais da Câmara de Vitória tomassem posse da ...: 195
- vendida a ... à Coroa: 195-6
- situação da ..., na segunda década do século 18: 196

- colocada sob a jurisdição do ouvidor do Rio de Janeiro, em 1722: 201
- a ... subordinada ao bispado do Rio de Janeiro: 201
- carta del-rei proibindo prospecção no Espírito Santo e que fosse fortificado o seu litoral: 198
- ausência de nomes blasonados na vida da ...: 202
- situação da ..., em 1732: 211
- aumentada a guarnição militar para 50 soldados: 211
- depoimento de um capitão-mor sobre a ..., em 1752: 216
- situação da ... em 1754: 216
- repercussão da expulsão dos jesuítas da ...: 217-8
- aumentada a guarnição militar para 60 soldados: 218-9
- população da ..., em 1767: 222
- exportação da ..., em 1767: 222
- abundância de gado vacum, em 1771: 222
- população da ..., em 1774-5: 224, 227
- número de fogos da ..., em 1774-5: 224
- número de praças da Companhia de Infantaria Paga que guarnecia a ..., em 1777: 225
- comércio entre a ... e Minas Gerais: 227
- população, em 1780: 227
- número de freguesias, em 1780: 227
- determinação para que fosse instituído na ... um Regimento de Infantaria de Milícias e se lhe agregassem duas Companhias de Cavalaria: 228
- as áreas cultivadas da ... não iam além de 3 léguas terra adentro, em fins do século 18: 41, 229
- opinião de Inácio Monjardim sobre os habitantes da ...: 41, 229, 241
- população, em 1790: 239, 249
- em 1792, não havia na ... "letrado algum formado": 229
- em 1796, não existiam munições necessárias para a defesa da ...: 230
- a ... "confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores": 231
- território da ... em fins do século 18: 239, 248
- divisão administrativa, em fins do século 18: 249
- aspectos da ... ao despontar o século 19: 259-60
- demarcação de limites com Minas Gerais: 260-1
- a ... em 1802: 263
- habitantes da ..., em 1802: 263, 283
- a ... deixa de ser subalterna do governo da Bahia: 271
- dificuldades de comunicações da ... com a Bahia: 271
- como Antônio P. da Silva Pontes viu a ..., em 1802: 283-4
- produtos que exportava em 1805: 572
- estado da ... em 1811: 272
- carta régia beneficiando a ...: 277
- como o príncipe Wied-Neuwied viu a ..., em 1816: 279
- levantamento estatístico da ..., em 1816: 281
- como Saint-Hilaire viu a ..., em 1818: 280-1
- pródromos do movimento da Independência na ...: 295-8
- por Decreto de 28-2-1821, recebe o título de província do Espírito Santo: 297
- Capitania do Maranhão: 15
- Capitania do Porto: 402, 416
- Capitania do Rio de Janeiro: 121, 159, 169, 213, 239, 278, 292
- Capitania do Rio Grande (do Norte): 14, 305
- Capitania dos Campos: 350
- Capitaniense(s): 269, 301, 326, 478
- ver, também, Capixaba
- Capitão de Artilharia: 139, 162
- Capitão de Entradas e Assaltos: 230, 242
- Capitão de Fragata: 231, 259
- Capitão de Infantaria: 150-1, 153, 167, 215, 323
- Capitão de Mar e Guerra: 122, 165, 274, 276
- Capitão do Porto de Vitória: 412
- Capitão do Mato: 230
- Capitão de Engenheiros: 172, 195, 208
- Capitão Geral do Estado do Brasil: 165, 192
- Capitão-mor: 45, 153-4, 159, 161, 165, 167, 201, 225, 318
- da capitania do Espírito Santo: 145, 167, 174-5, 189, 192-3, 221
- vencimentos: 139
- Capitão-mor do Mar: 66-7
- Capitão-mor governador
- da capitania do Espírito Santo: 198, 203, 207, 227-9, 243-4, 249
- subordinado ao governo da Bahia: 201, 231
- Capixaba(s): 127, 225, 248, 264, 266, 270, 301, 303, 308, 316, 319-20, 352, 355, 379, 381-2, 404, 442
- índole do ... : 341-2, 388-9
- ver, também, Capitaniense
- Capoeira(s): 309, 312
- Capoeira Grande: 245, 249
- Capucho(s)
- ver Franciscano(s)
- Caraípe: 240, 244, 249
- Caramuru
- ver Álvares, Diogo - o Caramuru
- "Caramuru" (partidário da volta do duque de Bragança ao trono do Brasil): 345

- Caranguejo(s): 280  
 Carapebus: 358  
 Carapina: 244, 249, 309, 314, 399, 412-3  
 - atacada pelos índios em princípios do século 19: 271  
 - número de mortos em ..., pelo cólera morbus: 369  
 Caravela(s): 6, 29, 31, 37, 141, 159  
 Caravelão(ões): 57, 62, 90, 134  
 Caravelas: 197, 385, 387  
 - tropas capixabas ocupam ...: 303-4  
 Carcereiro(s): 237, 330  
 Cardim, Carlos Gomes: 463  
 CARDIM, FERNÃO: 81, 113  
 Cardoso, Antônio da Rocha: 201  
 CARDOSO, ARMANDO: 127  
 Cardoso, Domingos: 140-1  
 Cardoso, Manoel de Almeida: 248  
 Cariacica: 358, 399, 412-3, 423, 497  
 - número de mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369  
 Caridade: 98, 315  
 Carijó(s): 176  
 Carloni, André: 494  
 Carlos II (da Inglaterra): 149  
 Carlos V (rei de Espanha e imperador da Alemanha): 30  
 Carmo, José Joaquim do: 381, 544  
 Carne: 6, 141, 242, 336, 498  
 - alimentação só de ricos, segundo Saint-Hilaire: 280  
 - disciplina do abastecimento de ... em Vitória: 436  
 - importação de ... da Argentina: 436  
 - de vaca: 223  
 - a ... já entrara nos hábitos do povo, em 1828: 310  
 - salgada: 6, 177  
 - seca: 272, 280, 293, 311  
 - enviada pelo governo imperial para necessitados de Itapemirim: 369  
 - verde: 334  
 Carneiro(s): 310  
 Carneiro, Antônio Dias: 205  
 Carneiro, Domingos  
 - ver Cardoso, Domingos  
 Carneiro & Tavares: 367  
 Carneiro, Inácio Pereira Duarte: 274, 286, 289-90, 300, 322-24, 340, 346, 421  
 Carneiro, José Maria da Costa: 399  
 Carneiro, Lourenço: 195  
 Carniceiro(s): 313  
 Carpinteiro(s): 78, 313, 390, 418  
 Carrapato(s)  
 - praga de ... acometeu o gado vacum, em 1826: 310  
 Carreta(s): 179, 194, 261, 329, 405  
 Carro(s): 276  
 - de bois: 309-10, 314  
 - preço de um ... em 1827: 314  
 Carta(s): 13, 58, 62, 70, 90-1, 126, 136, 142, 151-3, 162, 172, 185-6, 188-9, 191, 198, 212, 226  
 - de Pero de Góis, de 18-8-1545: 62; de Ambrósio de Meira, de 26-9-1545: 40, 52-3, 56-7; de Pero de Góis, de 29-4-1546: 57; de Fernando A. de Andrade, de 10-2-1547: 53-4; de Duarte de Lemos, de 14-7-1550: 28, 45, 70, 74; de Pero de Góis, de 29-4-1551: 71, 76; de Antônio C. de Barros, de 30-4-1551: 82; de Antônio Pires, de 2-8-1551: 81; de Afonso Brás, de 24-8-1551: 78, 81; do bispo da cidade do Salvador, de 12-7-1552: 68; de Manuel da Nóbrega, de 12-2-1553: 83; de um jesuíta, de 10-3-1553: 81; de Tomé de Sousa, de 1-6-1553: 72, 83-4; de Brás Lourenço, de 26-3-1554: 85, 87; de Duarte da Costa, de 8-4-1555: 68; de Francisco Portocarrero, de 20-4-1555: 73; de Luís da Grã, de 24-4-1555: 88; de Duarte da Costa, de 20-5-1555: 73-5; de Manuel da Nóbrega, de 2-9-1557: 89; de Vasco Fernandes Coutinho, de 22-5-1558: 94; de Mem de Sá, de 1-6-1558: 93-4; de Manuel da Nóbrega, de 5-7-1559: 58; de Mem de Sá, de 31-3-1560: 100, 102, 105; de Manuel da Nóbrega, de 1-6-1560: 95, 103; de Mem de Sá, de 16-10-1561: 105; de Brás Lourenço, de 10-6-1562: 101-2, 106; de Pedro da Costa, de 27-7-1565: 111, 155; de José de Anchieta, de 7-9-1594: 125; de Diogo de Menezes, de 8-2-1609: 121; de Filipe II, de 29-8-1618: 134; de Antônio Vieira, de 30-9-1626: 132, 134-5; de Antônio Vieira, de 12-8-1648: 132; do conde Castelmelhor, de 12-9-1650: 151-2; do conde de Atouguia, de 22-2-1656: 153; do conde de Atouguia, de 8-9-1656: 144-5; de Vasco F. C. de Mascarenhas, de 19-2-1664: 167; do visconde de Barbacena, de 10-7-1673: 168; do primeiro visconde de Barbacena, de 14-8-1675: 169; do primeiro visconde de Barbacena, de 17-10-1678: 171-2; do rei de Portugal, de 9-3-1688: 172; de frei Manuel da Ressurreição, de 1-12-1688: 170; de Rodrigo da Costa, de 15-12-1703: 188; de Manuel G. Pimentel, de 24-12-1707: 189; de Luís C. de Menezes, de 1-4-1710: 193; de Lourenço de Almada, de 10-11-1710: 192-3; de Pedro V. de Souza, de 19-10-

- 1711: 195; do marquês de Angeja, de 23-7-1714: 172; do rei de Portugal, de 2-9-1716: 198; de Vasco F. C. de Menezes, de 20-8-1724: 202; do rei de Portugal, de 6-4-1727: 237; de Silvestre C. da Veiga, de 15-10-1732: 208, 211; de Pedro B. Cacunda, de 8-9-1735: 192, 203-4; de Mateus N. de Macedo, de 7-3-1746: 212; de Venceslau P. da Silva, de 14-7-1750: 232; de Antônio S. de Quental, de 14-7-1750: 232, 235; de Venceslau P. da Silva, de 20-4-1752: 214, 232, 235-6; de José G. Borges, de 28-8-1752: 216; de Tomás R. de B. Barreto, de 12-4-1760: 122; de José X. M. Monteiro, de 10-5-1770: 155; da Câmara de Vitória, de 16-9-1775: 224; do vice-rei do Brasil, de 9-10-1786: 256; do secretário do Estado de Portugal, de 13-1-1789: 239; do governador da Bahia, de 31-7-1789: 238; de Rodrigo de S. Coutinho, de 5-4-1799: 255; de Francisco M. da Cunha, de 23-6-1811: 275
- Carta cadastral do Estado: 435
- Carta de doação: 14, 44
- da capitania do Espírito Santo: 15, 16-21, 23-4, 26, 27, 32, 39-40, 47, 49-50, 106, 166, 174, 183, 187
  - da capitania do Espírito Santo a Manuel G. Pimentel: 174
- Carta(s) de homizio: 55, 74-5
- Carta de foral: 17, 18, 19, 21, 24-5, 32-5, 40, 47
- Carta(s) de lei, de 10-11-1772: 334; de 1-10-1821: 323; de 20-10-1823: 335
- Carta(s) de liberdade
- ver Alforria
- Carta
- de Mestre João: 9
- Carta(s)
- de seguro: 334
  - imperial: 305
  - de solos: 483
- “Carta geográfica de projeção esférica ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil”: 259
- Carta(s) patente: 166
- de 17-6-1651: 150; de 17-9-1658: 151; de 19-5-1664: 152; de 7-3-1696: 175; de 22-11-1786: 323
- Carta(s) régia(s): 149, 175, 231, 286
- de 10-5-1293: 3; de 20-11-1530: 12; de 6-10-1534: 55, 74; de 12-3-1543: 24, 49; de 8-1-1549: 42-3, 45; de 7-12-1604: 129; de 15-12-1644: 152; de 23-10-1646: 141, 334; de 17-7-1673: 170; de 18-3-1675: 168-9; de 5-12-1687: 174; de 20-1-1699: 206; de 18-3-1715: 334; de 2-9-1716: 198; de 20-4-1736: 211; de 28-7-1744: 214; de 6-11-1772: 223; de 10-11-1772: 223; de 13-3-1797: 277; de 12-5-1798: 263; de 28-1-1808: 334; de 13-5-1808: 286; de 5-11-1808: 286; de 2-12-1808: 286; de 1-4-1809: 286; de 9-5-1809: 360; de 29-5-1809: 271, 328, 336, 360; de 17-1-1814: 277, 308
- Carta(s) imperial(is)
- de 25-11-1823: 305-6; de 6-9-1879: 366
- Cartela (jogo): 112
- “Cartilha Maternal”: 415
- Cartografia: 4
- Cartógrafo(s): 9
- Cartório dos Feitos da Fazenda: 435
- Cartucheira(s): 194
- Cartucho(s): 332, 357
- Caruru-cachoeira: 363
- Carvalho (árvore): 10
- Carvalho, Antônio Alves de Souza: 543
- CARVALHO, AUGUSTO DE: 207, 213
- Carvalho, Henrique de: 68
- Carvalho, Jacinto F. de: 381
- Carvalho, João Manuel de: 451, 547
- Carvalho, João Vieira de: 304
- Carvalho, José da Costa: 353, 363
- Carvalho, José Pedro Dias de: 352
- Carvalho, Maria Luíza Fernandes de: XLI
- Carvalho, Nicolau de Abreu e: 202
- Carvalho, Sebastião de: 121
- Carvalho, Simão de: 144-5, 150, 155, 539
- Carvalho, Simeão de
- ver Carvalho, Simão de
- Casa(s): 41, 84, 106, 140, 147, 157, 184, 192, 222, 230, 272, 276, 279, 284-5, 292-3, 315, 351-2, 354
- da Câmara de Vitória: 172
  - da Câmara de Vila Velha: 172
- Casa(s): 205, 342
- d’armas: 570
  - da câmara: 180, 212, 413, 570
  - do açougue: 346
  - de banhos: 414
  - da feitoria: 52, 57
  - de pasto: 346
  - de audiência: 83
  - de prisão: 83
  - da pólvora: 180, 202, 208
  - de saúde (em 1940): 460
  - de negócios: 126
  - das provisões: 213
  - de comércio: 296
  - de seguros: 312
  - de educação: 316
  - real: 266, 322

- Casa (da Companhia de Jesus): 113, 122  
 - de Porto Seguro: 81  
 Casa da Arrecadação: 357  
 Casa da Casca (atual Abre Campo): 176, 205  
 Casa da Fazenda: 336  
 Casa da Fruta: 567  
 Casa da Índia: 71  
 Casa da Mina: 19  
 Casa da Moeda (do Rio de Janeiro): 215, 270  
 Casa de S. Roque (Lisboa): 120  
 Casa de S. Tiago: 84  
 Casado(s): 394, 413, 438  
 Casamento(s): 27, 86, 91, 120, 147, 237, 276, 363  
 - de colonos com índias: 65  
 - promovidos pelos jesuítas à sua chegada ao Espírito Santo: 65  
 - número de ..., em 1817: 281  
 - número de ..., no Espírito Santo, em 1827: 333  
 Cascais: 151  
 Cascais, primeiro marquês de: 165  
 Casebre(s)  
 - construção dos primeiros da capitania: 38  
 Castanheira, conde da: 13  
 Castela: 15, 30, 145, 166, 235, 326  
 Castelhana(s): 144  
 Castelmelhor, conde de  
 - ver Sousa, João Rodrigues de Vasconcelos e  
 Castelo(s): 139, 421, 570  
 Castelo: 205, 241, 356, 415, 421, 444, 467  
 - o arraial do ... na primeira metade do século 18: 205  
 Castelo Branco: 266  
 Castelo Branco, Diogo Rangel de Almeida: 213  
 Castelo Branco, João Ferrão de: 142, 179  
 Castelo Branco, Manuel de Almeida: 195  
 Castelo Branco, Pedro de: 30  
 Castelo Branco, Rodrigo de: 177  
 Castelo Branco, Simão de: 30, 58  
 Castilho, Manuel de: 184  
 Castro, (família): 326  
 Castro, Francisco Bernardo de Assis e: 297  
 Castro, João da Costa Lima e: 402, 543  
 Castro, João de Almeida Melo e: 213, 274  
 Castro, José Luís de: 255, 538  
 Castro, Manoel Antônio Ribeiro de: 328  
 Castro, Maria de: 166  
 Castro, Martinho de Melo e: 221, 224-5, 228, 230, 245  
 Castro, Rodrigo José de Menezes e: 228  
 Castro Verde: 12  
 Cata(s): 184  
 Cataguases: 176, 192  
 Catalão(es)  
 - colaboradores dos portugueses no desenvolvimento da cartografia e da construção naval: 4  
 Catão, Olímpio Carneiro Viriato: 543  
 Catarina: 149  
 Catedral da cidade do Salvador: 168, 221  
 Catequese: 47, 81, 107, 113, 118, 156, 178, 218, 249  
 Catequese dos índios: 78, 360, 363  
 Catequese e civilização dos índios: 414  
 Cativo(s): 10, 204, 313, 315-6  
 - ver, também, Escravo(s)  
 Católico(s)  
 - em 1856: 394  
 Catraia(s) do rio Doce  
 - ordenado do patrão: 336  
 Caula, Carlos Frederico de: 289  
 Cavalaria: 282  
 - de 2.<sup>a</sup> Linha: 317  
 Cavaliça(s): 346  
 CAVALCANTI, JOSÉ CARLOS MONJAR-DIM: 487, 492  
 Cavaleiros do Reino de Angola: 189  
 Cavalgadura(s): 276  
 Cavalos(s): 26, 30, 52-3, 189, 309, 314, 346, 379  
 - preço de um ..., em 1828: 310  
 Cavendish, Thomas: 109, 118-9  
 - ataca a baía de Vitória: 118  
 - fim de sua carreira: 120  
 CAXA, QUIRÍCIO: 122  
 Caxangá: 39, 296  
 Caxixe: 215  
 CBTN: 491  
 Ceará: 82, 278, 305, 341, 383  
 Cearense(s): 383  
 Celulose: 498  
 Cemitério(s): 315, 402  
 Censo  
 - ver Recenseamento  
 CENTENERA, MARTIM DEL BARCO: 120  
 Centro de Operações Cartográficas: XLI  
 Centro(s) de Saúde  
 - de Vitória: 478  
 - de Cachoeiro de Itapemirim: 478  
 Centro Industrial da Grande Vitória  
 - entregue aos seus usuários a Área Um: 492  
 - implantação da Área Dois: 492  
 Cera: 131  
 Cerâmica: 467  
 Cerca(s): 38, 90, 202, 570  
 Cerrado(s): 280  
 Cerveja: 418

## CESAN

- ver Companhia Espírito-santense de Saneamento

Cetim(ns): 6

Ceuta: 1, 4

Chá: 6

Chafariz(es): 346

Chagas, Antônio das: 118

Chalupa(s): 97, 106

Chancelaria(s): 17, 126, 166

- de D. João III: 12, 21, 29, 35, 39, 42, 49, 52

Chanceler (do Tribunal da Relação da Bahia): 122

Chantre(s): 68

Chapéu: 395

Chapéu(s):

- para senhoras, homens e crianças: 419

Chartres: 474

Chave(s)

- entrega das ... de Vitória a Pedro II: 401

Chaves, Alexandre Rodrigues da Silva: 381, 544

Chefe de Polícia (do Espírito Santo): 363, 373, 402-3, 414

Cherne (peixe): 395

Chico Prego: 353

Chico Princesa

- ver Araújo, Francisco de

China: 26-7, 326, 448

Chinês(es): 26, 448

- número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384

Christie, William Dougal: 371, 380

Chuço(s): 139

Chumbo: 20, 33, 34, 176, 272

Cícero, Marco Túlio: 408

Cidade(s): 94, 143, 184, 248-9, 279, 358

- as aldeias jesuíticas transformaram-se em ...: 96, 216

Cidade do Salvador: 94, 132, 141, 144-5, 155, 238, 240-1, 271, 282, 312, 314, 349

- sede do governo do norte do Brasil: 115

Cidade do Sol: 491

Cidreira(s): 309

Ciência(s): 473

- aplicada: 4

- astronômica: 4

- biológica(s): 495

- exata(s): 495

- matemática: 416

- médica(s): 416

- naturais: 416, 495

- náutica(s): 2

- social(is) e humana(s): 495

Cigarro(s): 418

Cimento

- fábrica: 467

- produção de ..., em 1940: 467

Cinema(s): 438

- número de ..., em 1944: 460, 471

Cine-teatro(s): 438

- número de ..., em 1944: 460, 471

Cirurgião(ões): 276

- ... -mor: 276, 279, 300

- número de ..., em 1828: 316

- número de ..., em 1829: 344

- existia um ..., em Itapemirim, em 1863: 393

Cisneiros, Francisco Alemão de: 139, 539

Civilização: 5, 12, 55, 57, 124, 130, 212, 226, 362, 370, 428, 490, 494

- dos índios: 264, 280, 306, 329, 363

- européia: 216

- oriental: 5

Clarim(ns): 317

Claudina: 421

Cláudio, José Celso: 476, 669

Claustro(s): 259

Clérigo(s): 62, 65-6, 68, 172, 184, 197

Clero: 55, 213, 297, 316, 322, 326-7

Clima(s): 8

Clube Abolicionista João Climaco: 408

Clube Alemão: 441

Clube Comercial: 441

Clube(s) Republicano(s): 408

Coadjutor do vigário de N. S. da Vitória: 285, 335

- ordenado: 131, 335

Cobre: 11, 33, 269, 405

Código de Postura (de Vitória): 436

Coelho, Duarte: 14, 26, 71, 73

Coelho, João de Almeida: 244

Cofre(s): 315, 337, 373, 389

- (de jacarandá), contendo relíquias de Anchieta: 122

Cofre(s) público(s): 162, 228, 242-3, 253, 277, 306, 315, 319, 337, 341, 349, 368

- penúria dos ...: 299, 328-9, 340, 360

Cofre das Propriedades Portuguesas: 337

Coimbra: 78, 85, 253

Coitinho (o Moço), Belchior de Azeredo

- ver Azeredo, Belchior de

Coitinho (o Velho), Belchior de Azeredo

- ver Azeredo, Belchior de

Coitinho, Manuel de Moraes: 306

Coito, João Lopes da Silva: 352

Colatina: 449, 474, 478

- proclamada capital do Estado: 443

- Colcha(s): 312  
 Colchão(ões): 418  
 Colégio(s): 351  
 Colégio de Coimbra (da Companhia de Jesus): 85  
 Colégio de Jesus do Rio de Janeiro: 39, 136  
 Colégio de Santiago: 85, 91, 96, 115-6, 155-6, 166, 570-2  
 - origem do nome: 84  
 - fechado por ordem de Nóbrega: 96  
 Colégio eleitoral: 391  
 Colégio do Espírito Santo: 81, 84, 126  
 - fundação: 96  
 - construção: 78  
 - doação de terras para sua instalação: 85  
 - primeiro estabelecimento de ensino da capitania: 96  
 - quem fundou o ...: 78, 314  
 Colégio(s) dos jesuítas: 122, 126, 141, 144, 156, 218, 243, 281, 285, 307, 314, 335, 347, 359, 401, 442, 570-2  
 - da cidade do Salvador: 122  
 Colégio dos Meninos  
 - de Vitória: 84-5  
 Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo: 96  
 Colégio Espírito Santo: 377  
 - para o sexo masculino: 397  
 - frequência, em 1872: 397  
 Colégio N. S. Auxiliadora: 463  
 Colégio N. S. da Penha: 377  
 - para o sexo feminino: 397, 415  
 - frequência, em 1872: 397  
 Cólera morbus: 369-70, 383-4  
 - faz sua aparição na província: 369-70  
 - número de mortos, em Itabapoana: 369  
 - em S. Cruz: 369  
 - em Queimado: 369  
 - surto de ..., em 1886: 384  
 - obituário, no Brasil, causado pelo ...: 369  
 - número de mortos, na província: 369  
 - em Itapemirim: 369  
 - em Vitória: 369  
 - em Cariacica: 369  
 - em Guarapari: 369  
 - em Benevente: 369  
 - em Piúma: 369  
 - em Viana: 369  
 - em Nova Almeida: 369  
 - em Mangarai: 369  
 - em Carapina: 369  
 - em Vila Velha: 369  
 Colérico(s): 369-70  
 Colheita(s): 374, 377  
 Colomim(ns): 146  
 Colônia(s): 110, 132, 143, 153, 158, 175, 184, 253, 354-5, 365, 370, 379, 383, 392  
 Colônia de hansenianos: 452  
 Colônia de S. Isabel: 355, 373, 389-90, 392-4, 395-6, 399  
 - subscrição para ajudar flagelados do nordeste: 384  
 Colônia de S. Leopoldina: 355, 368, 373, 394  
 - instalação: 355  
 - recebe suíços: 384  
 - mosaico de nacionalidades, em 1863: 384, 404  
 - população da ..., em 1877: 384  
 - subscrição para ajudar flagelados do nordeste: 384  
 - colonos de nacionalidade estrangeira existentes na ..., em 1863: 404  
 Colônia do Rio Novo: 373, 393  
 - sua população, em 1877: 384  
 Colônia do Sacramento: 214, 221  
 Colônia Fransilvânia: 373  
 Colônia Muniz Freire: 356  
 Colonização: 6, 9, 248, 355, 373, 392, 457  
 - ensaios portugueses de ..., à medida que a expansão marítima se processava: 6  
 Colono(s): 47-8, 112-3, 132, 157, 201-2  
 - número dos primeiros da capitania: 29-30, 38  
 - juízo sobre os ...: 54-5  
 - como tratavam os índios: 41, 55-6  
 - necessidade de aumentar seu número: 41  
 - confessavam-se (aos jesuítas) de oito em oito dias: 86  
 - aprisionados pelos índios: 88  
 - espalhados pelos sertões: 89  
 - bons entendimentos com Maracaiaguaçu e sua gente: 97  
 - definitiva fixação de ... no Espírito Santo: 118  
 - cobiça dos ...: 104, 125  
 - questões "sobre pretensões de ofícios e honras": 125  
 - respondiam pela manutenção de destacamento de 40 infantes de tropa regular na capitania: 141  
 - deviam suprir com os seus recursos os "defeitos da Coroa": 143, 162  
 - obrigados ao serviço militar: 191  
 - mentalidade dos ..., segundo Vicente do Salvador: 154  
 - em 1665, o governo geral mandava dizer que os ... pagassem o soldo dos oficiais de artilharia: 162  
 - muitos casais de ... trazidos da Bahia: 173  
 - bando exigindo o comparecimento dos ...

- para revista militar: 191
- discórdia entre o capitão-mor e os ...: 194
  - eram os próprios ... que custeavam o ensino público, na segunda metade do século 18: 223
  - opinião de Inácio Monjardim sobre os ...: 41, 229, 242-3, 474
  - os ... continuam instalados nas proximidades do mar: 283
  - ... açorianos: 308
  - ... alemães: 340-1
  - suíços - chegada dos primeiros ao Espírito Santo: 344, 359
  - europeu: significação de sua presença no Espírito Santo: 355-6
  - resistência a que seus filhos aprendessem o português: 373, 396, 465-6
  - ver, também, Branco, Europeu
  - Comarca(s): 207, 228, 248, 250, 356, 391
  - de Vitória: 228-9, 239-43, 264, 283, 285, 306, 318-9, 328, 335, 349-50
    - criação: 207
    - instalação: 207
  - de Porto Seguro: 239, 248
  - em 1889: 413
  - Combate do Tonelero: 382
  - Combustível(eis): 336
  - COMDUSA
    - ver Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano
  - Comendador(es): 30, 165
  - Comerciante(s): 230, 239, 242, 262
    - de Vitória: 222, 272, 315
    - da província, em 1856: 394
  - Comércio: 5, 154-5, 258-9, 202, 222-3, 229-31, 241, 243, 254-5, 261-2, 269, 275, 279, 328-9, 349, 360, 373, 392, 572
    - interno de Portugal: 2
    - externo de Portugal: 2, 3
    - praticado pelos portugueses (origem): 2
    - predominância de judeus no ...: 2
    - colaboração do ... na organização da armada de Cabral: 8
    - medieval: 5, 6, 10
    - início do ... direto com Portugal e Angola: 69-70
    - incrementa-se o ... direto com Portugal: 112
    - proibido com estrangeiros: 145
    - interesse no ... com o rio da Prata: 145
    - ... do Espírito Santo com Minas Gerais: 227, 261-2, 272, 286, 289
    - o ... de Vitória, em 1811: 272
    - o ... de Vitória, em 1818: 281
    - o ..., em 1828, da província: 310-1
    - o ..., em 1852, da província: 374-5
    - o ..., em 1854, da província: 390
    - o ..., em 1870, da província: 392-3
    - o ... com os EE UU: 438
    - o ... com a Europa: 438
    - o ... com a Argentina: 438
    - o ... internacional: 444-5
  - “Comércio do Espírito Santo” (jornal): 429, 441
  - Comício(s): 380, 435
  - Comissão de Demarcação de Limites (de 1780): 259
  - Companhia(s) anônima(s): 392-3
  - Companhia Brasileira de Navegação dos Portos do Norte: 387
  - Companhia Brasileira Torrens: 468
  - Companhia Cearense de Navegação Fluvial do Espírito Santo: 386
  - Companhia das Ordenanças (da capitania do Espírito Santo): 172
    - número das ..., em 1682: 172
  - Companhia de Aprendizes Marinheiros: 398, 416
  - Companhia de Artilharia Auxiliar: 230, 249
  - Companhia de Cavalaria: 228
  - Companhia de Cavalaria Auxiliar: 244
  - Companhias(s) de comércio: 312
  - Companhia do Comércio: 158-9
  - Companhia de Comércio, Navegação e Agricultura do Rio Doce: 405
  - Companhia de Estudantes: 230, 244, 252
  - Companhia de Henriques: 317, 332
  - Companhia de Infantaria: 151-2, 167, 209
    - de Vitória: 415
    - de S. Mateus: 317
  - Companhia de Infantaria de Linha: 228
  - Companhia de Infantaria do Pinto: 221
  - Companhia(s) de Infantaria Paga: 209, 215, 221, 225, 244-5
  - Companhia de Jesus: 135-6, 152, 156-7, 196, 213-4, 217-8
  - Companhia de Linha: 285, 290
  - Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano: 494
  - Companhia de Navegação: 419
  - Companhia de Ordenanças: 180, 209
    - número das ..., em 1828: 318
  - Companhia de Polícia (de Vitória): 415
  - Companhia de presídio: 159
  - Companhia do Porto de Vitória: 468
  - Companhia dos Forasteiros: 230, 244
  - Companhia dos Homens Pardos: 172, 180
  - Companhia dos Homens Pretos: 230, 244
  - Companhia Espírito-Santense de Alumínio: 466-7



- Companhia Espírito-Santense de Saneamento: 501  
 - trabalhos realizados: 501  
 Companhia Espírito Santo e Campos: 386  
 Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi): 477, 491  
 Companhia Fixa: 402  
 Companhia Fixa de Caçadores: 363  
 Companhia Geral do Comércio: 149  
 Companhia Indústria e Navegação do Piúma: 387  
 Companhia Júlia Plá (de teatro): 438  
 Companhia Navegação de Itapemirim: 386-7  
 Companhia Permanente: 343  
 Companhia Siderúrgica do Tubarão: 491  
 Companhia Vale do Rio Doce: 457, 491  
 Complexo Naval: 491  
 Complexo Paraquímico do Litoral Norte: 491  
 Complexo Portuário: 491  
 Complexo Turístico: 491  
 Comujativa  
 - sítio de: 155  
 Comunhão(ões): 86  
 “Conceição” (sumaca): 272  
 Conceição, Amaro da: 215  
 Conceição da SS. Virgem (igreja)  
 - ver N. S. da Conceição (igreja de Viana)  
 Conçoieira(s): 349  
 Concubina(s): 110  
 Conde do mar: 3  
 Condenado(s) pela Justiça: 262  
 Condepe  
 - ver Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária  
 Condestável(is) da Infantaria: 180  
 Condimento(s): 5  
 Cônego(s): 84, 232, 243  
 Confederação do Equador: 296  
 Conferência(s): 299, 322, 415, 457  
 Confisco de bens: 255  
 Confissão(ões): 65, 78, 172  
 - os moradores do Espírito Santo confessavam de oito em oito dias: 86  
 - através de intérprete: 86  
 Confraria (s)  
 - contra a maledicência: 85-6  
 Confraria N. S. da Boa Morte e Assunção: 417  
 Congresso Brasileiro de Geografia:  
 - realização do 8.º, em Vitória: 450  
 Congresso Constituinte Estadual: 429-30  
 Congresso Estadual: 437-8, 441, 443, 447, 451, 464  
 Congresso Nacional: 430, 438, 447  
 Congresso Pedagógico: 463  
 Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo: 409  
 Côngrua: 276, 335  
 Conjunto(s): musical(is): 418  
 Conselho  
 - da vila de S. Salvador dos Goitacazes  
 - rendimentos: 237  
 - despesas: 237  
 - da vila de S. João da Barra  
 - rendimentos: 237  
 - despesas: 237  
 - da vila do Espírito Santo  
 - rendimentos: 236  
 - despesas: 236  
 - da vila de Guarapari  
 - rendimentos: 237  
 - despesas: 237  
 - da vila de N. S. da Vitória  
 - rendimentos: 236  
 - despesas: 236  
 Conselho da Fazenda: 360  
 Conselho de Estado da Coroa de Portugal: 130  
 Conselho de Sentença: 354  
 Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias: 299  
 - criação: 299  
 - instalação: 299  
 - eleição do representante do Espírito Santo: 299  
 - número de sessões realizadas pelo ...: 299  
 Conselho Federal de Cultura: 302  
 Conselho Municipal (de Vitória)  
 - instalação: 436  
 Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária: 499  
 Conselho Provincial: 305-6, 316, 339-40, 346, 357, 404  
 - gratificação aos seus membros: 335  
 - eleição: 306  
 Conselho Supremo Militar: 292  
 Conselho Ultramarino: 152, 165, 177, 193, 195, 201  
 Conservador (partido político): 418, 429  
 Constituição(ões): 354  
 - portuguesa: 296-8, 326, 341  
 - juramento da ... do Império, em Vitória: 306, 321-2, 342  
 - do Estado: 429, 437-8, 451  
 - comissão encarregada de elaborar a ...: 429  
 - promulgação: 430, 435  
 - reforma: 443  
 - de 1934: 452  
 - promulgação: 452

- de 1947: 461
- Federal de 1946: 461
- Construção(ões)
  - primeiras da capitania: 38
- Construtor(es) naval(is): 255, 418
- Cônsul(es)
  - da Alemanha: 419
  - da França: 419
  - da Holanda: 419
  - de Portugal: 419
- Consulado: 349
  - direito de: 334
- Contador(es): 27, 40, 242
  - da Fazenda
    - ordenado: 335
  - judicial
    - de Vitória: 251
- Contínuo(s): 335
- Contrabandista(s): 24, 372
- Contrabando: 144, 284, 352
  - de escravos: 371-2
- Contratador(es): 312
- Contrato(s): 241
  - de subsídio: 216, 236-7, 243
  - de aguardente: 216, 236-7, 242, 329
  - de enrolamento de pano de algodão: 216, 236, 330
  - de aferições de medidas, balanças e pesos: 216, 236, 330
  - do talho do açougue (de Vitória): 330
  - dos ourives: 330
- Contreiras, Álvaro Lobo de: 189, 540
- Contreiras, Gaspar Pacheco e: 145
- Contribuição do Subsídio Literário: 223
- Convento(s): 281, 314, 379
- Convento da Anunciada (de Lisboa): 30
- Convento da Penha: 63, 117, 335, 569
  - hipóteses sobre os seus construtores: 100
  - estado do ..., em 1828: 314
- Convento de S. Antônio (de Vitória)
  - ver Convento de S. Francisco (da vila de N. S. da Vitória)
- Convento de S. Antônio (do Rio de Janeiro): 259
- Convento de S. Francisco (da vila de N. S. da Vitória): 215, 281, 335, 402, 570
  - os franciscanos iniciam sua construção: 118
  - estado do ..., em 1828: 314
  - biblioteca do ...: 402
- Convento do Carmo (de Vitória): 381, 357, 570
  - estado do ..., em 1828: 314
- Convento do Paraíso (Évora): 120
- Cooperativismo: 483
- Copaíba(s): 66
- Coqueiro(s): 309
- Coqueluche: 370
- Coral: 33
- Corante(s): 10
- “Corcunda” (partidário dos portugueses nas lutas da Independência): 300, 303, 321-3
- Corda(s): 309
- Cordeiro, Hélsio Pinheiro: 548
- Cordeiro, Jesuíno: 363
- Corneteiro(s): 317
- Coronel(is): 168, 317
  - de Milícias: 274, 323
- Coronha(s): 208
- Corpo de Primeira Linha: 322, 332
- Corpo de Artilharia: 316
  - de Posição de 1.ª Linha: 316, 336
- Corpo de Pedestres: 261, 290, 405
- Corpo de Polícia: 204, 382
- Corpo de Saúde: 381
- Corpo de 2.ª Linha: 332
- Corpo de Tropa de Linha: 296
- Corporação(ões) civil(s), eclesiástica(s) e militar(es): 306
- Corpus Christi
  - procissão de ...: 216, 236-7, 307-8
  - dia de ...: 237, 332
- Corregedor(es): 20, 206, 253, 330
- Corregio: 98
- Correia, Belchior: 40, 57
  - não teria chegado a exercer o cargo de feitor e almoxarife do ES: 57
- Correia, Duarte: 152
- CORREIA, FRANCISCO ANTÔNIO: 4, 5
- Correia, Francisco Ferreira: 382, 385, 397, 408, 544
- Correia, Jorge de Figueiredo: 14
- Correia, Inocêncio Serzedelo: 434
- Correia, Luís: 274
- Correia, Pedro Álvares: 110
- Correição(ões): 17, 206, 236-7, 283, 318, 330
- Correio(s): 226, 261, 382, 402, 414, 438, 441
  - administração do ...: 314, 334, 378, 403
  - administrador do ...: 335
  - inauguração do serviço entre Vitória e Campos: 226
  - já existia, em 1816, serviço de ... entre Vitória e Rio de Janeiro: 226
  - serviço de ..., em 1861, no Espírito Santo: 383
  - ... a cavalo: 383
- “Correio Brasileiro” (barco a vapor): 376
- “Correio da Vitória” (jornal): 350
- Correria(s): 121, 194, 215

- Corsário(:) 11, 13, 38, 71, 332  
 - visita a barra de Vitória, em 1562: 107  
 - em meados do século 17, prejudicam viagens nas costas marítimas do Brasil: 144  
 - o “Ururau” põe em fuga um ... argentino: 332  
 Cortes Constituintes de Lisboa  
 - ver Cortes de Lisboa  
 Corte de Justiça: 438, 441  
 Corte Portuguesa: 266, 271, 274, 286  
 Corte Real, João Pereira: 150  
 CORTESÃO, JAIME: 2, 4, 9, 566  
 Cortes de Lisboa: 297-300, 303, 323  
 - representantes do Espírito Santo: 298  
 Cortes Nacionais  
 - ver Cortes de Lisboa  
 Corveta(s): 241, 379  
 Cosmógrafo(s): 4, 259  
 COSTA, A. FONTOURA DA: 8  
 COSTA, AFONSO: 62, 168  
 Costa, Antônio Lopes da: 213  
 Costa, Cândido: 407  
 Costa da Praia: 309  
 Costa, Duarte da: 67-8, 73-4, 89, 536  
 Costa, Fernão da: 12  
 Costa, João da: 126  
 Costa, João Severiano Maciel da: 280, 304, 306-7, 329, 340  
 Costa, Josefina da Fonseca: 379  
 Costa, José Horácio: 409, 417, 429  
 Costa, José Pereira da: 125  
 Costa, Manuel da (escrivão de D. João III): 21  
 Costa, Marcos da: 127  
 COSTA, PEDRO DA: 111, 155  
 Costa, Rodrigo da: 185, 188, 192, 537, 569  
 COSTA, VERÍSSIMO: 114, 262, 573  
 Costume(s): 8, 17, 20, 33, 81, 280, 326  
 - frouxidão de ... no Espírito Santo: 55  
 Couçoira(s): 243, 425  
 Couro: 144, 313, 349, 467  
 - exportação, em 1918: 444  
 Coutinho: 415  
 Coutinho, Ambrósio de Aguiar (avô do seguinte): 165-6  
 Coutinho, Ambrósio de Aguiar (donatário da capitania do Espírito Santo): 166  
 - governador dos Açores: 141  
 - toma posse da capitania na qualidade de seu donatário, não lhe assumindo, entretanto, a direção efetiva: 141  
 - não há notícias de sua presença no Brasil: 141  
 Coutinho, Antônio de Azevedo  
 - ver Azevedo, Antônio de  
 Coutinho, Antônio Luís Gonçalves da Câmara: 142, 144, 150, 163, 165-8, 170  
 Coutinho, Aureliano de Sousa: 344-5  
 Coutinho, Belchior de Azevedo  
 - ver Azevedo, Belchior de  
 Coutinho, Branca: 26  
 Coutinho, Diogo de Melo: 26  
 Coutinho, Domingos de Azevedo  
 - ver Azevedo, Domingos de  
 Coutinho, Francisco de Aguiar: 121, 135  
 - move ação de adjudicação da capitania: 120  
 - assume o governo da capitania: 120  
 - acusado de violar determinações régias: 121  
 - enfrenta os holandeses, em 1625: 134  
 - a 6-3-1627 já falecera: 135, 141  
 Coutinho, Francisco Pereira: 14, 42, 58  
 Coutinho, Henrique da Silva: 430, 441, 546  
 Coutinho, João Cardoso  
 - ver Azevedo, João Cardoso de  
 Coutinho, João Gonçalves da Câmara: 165  
 Coutinho, José Cardoso  
 - ver Azevedo, José Cardoso de  
 Coutinho, José Lino: 339, 341-3, 358  
 Coutinho, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa: 297, 321-3, 327  
 Coutinho, Manoel de Siqueira: 399  
 Coutinho, Manuel de Moraes: 306, 345  
 Coutinho, Martim Afonso de Melo: 26  
 Coutinho, Rodrigo de Sousa: 231, 255, 259-63, 269, 275, 277-8, 573  
 Coutinho, Vasco Fernandes: 14, 18, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 35, 40, 42, 183, 248, 349, 495  
 - carta de doação da capitania do Espírito Santo: 15, 16, 23  
 - preparativos de sua viagem para o Brasil: 26  
 - brasão e fac-símile da assinatura de ...: 25  
 - sua ascendência: 26  
 - folha de serviços militares: 16, 26, 27  
 - seus irmãos: 26  
 - aparentado com a melhor fidalguia de Portugal: 26  
 - fidalgo da casa real: 16, 26  
 - haveres e propriedades em Portugal: 26-8  
 - sua esposa: 27  
 - descendência: 27  
 - motivos que o teriam induzido a aceitar o senhorio americano: 28  
 - venda das propriedades de Portugal: 26, 28  
 - renúncia da tença que percebia do Erário: 29  
 - embarque para o Brasil: 30-1  
 - presença de sua família na comitiva: 31  
 - filho bastardo com Ana Vaz: 31

- chegada à capitania: 37
- distribui as primeiras terras: 39
- construção de um engenho (Sítio Ribeiro), onde foi residir: 39
- dificuldades dos primeiros tempos na capitania: 41, 50-1
- doação da ilha de S. Antônio a Duarte de Lemos: 42
- em Lisboa: 44, 52-3
- recebe auxílio de Pero de Góis: 49
- proprietário de Aguapé: 49
- regresso ao Espírito Santo: 52-4, 59
- estado em que encontrou a capitania: 59
- presta auxílio a Pero de Góis: 61-2
- viaja novamente: 70
- passagem pela capitania de Porto Seguro: 45, 70
- carta de Duarte de Lemos denunciando ... ao soberano português: 45, 70, 74
- de torna viagem, seu navio toca em Pernambuco: 73
- Duarte da Costa escreve ao rei denunciando o bispo D. Pero Fernandes de ter humilhado ...: 73
- escapa de cair prisioneiro dos franceses: 73
- acoita criminosos em seu barco: 70-1, 74
- como o governador Duarte da Costa viu ...: 73-5
- de regresso à capitania, em 1555: 75, 87
- reclamada sua presença na capitania por Tomé de Sousa: 84
- organiza expedição para salvar Maracaia-guaçu: 87-8
- ocupa-se da guerra contra os silvícolas: 88-9
- “manda descobrir” ouro e pedras preciosas no sertão: 88-9
- apela para o governo da Bahia pedindo auxílio para combater os índios: 89
- opinião de Mem de Sá sobre ...: 93
- carta de ... comunicando a Mem de Sá ter de viajar à Europa (texto): 94-5
- queixas de ... sobre as dificuldades que enfrentava o Espírito Santo: 94
- esperava encontrar, na Metrópole, quem quisesse comprar o Espírito Santo: 94
- Capistrano de Abreu põe em dúvida que ... tenha chegado a Portugal: 95
- ausente do Espírito Santo em 1560: 95
- presente às exéquias de Sebastião de Lemos: 97
- carta ao ouvidor da capitania rogando que renunciasse o senhorio: 101
- hipótese sobre a época de seu regresso ao Espírito Santo: 102-3
- falecimento: 103
- traços de sua personalidade: 43, 50, 103-4
- sepultado na vila do Espírito Santo, onde residia: 104
- aos seus ossos é dada sepultura decente: 173, 180
- Coutinho (filho), Vasco Fernandes: 31, 97, 101, 120, 127
- única pessoa a quem podia ser entregue o governo do Espírito Santo: 105-6
- filho bastardo: 31, 82
- em princípios de 1564, já devia ter assumido o governo do Espírito Santo: 109
- teria chegado ao Espírito Santo em 1563: 110
- não devia estar no Espírito Santo à data do falecimento do primeiro donatário: 110
- casado com Luísa Grinalda: 110
- presta auxílio a Estácio de Sá: 110-1
- revisão na distribuição de sesmarias: 111
- extirpa os jogos de azar da capitania: 112
- os ingleses pregam-lhe um susto, em 1583: 117
- grave discórdia com os habitantes da capitania em 1583: 117
- falecimento: 117
- testamento: 117
- características de seu governo: 118
- onde teria sido sepultado: 117
- equívocos de Vicente do Salvador e Gabriel Soares a respeito de ...: 117
- Coutins (aldeia de): 262-3, 269, 573
- visitada pelos botocudos: 262
- ver, também, Quartel de Coutins
- Couto(s): 239, 262
- Couto, João Lopes da Silva: 542
- Couto, José Luiz de Almeida: 410
- Couto, Lindalva Sabastianelli: XLI
- Couto, Manuel de Almeida do: 167
- Couto, Pedro Correia do: 151
- Couve: 309
- Cozinha(s): 315, 402, 442
- utensílios para ...: 313
- Cravo: 6
- Crédito rural: 483
- evolução da aplicação do ... entre 1969 e 1974: 493
- Cretico, Giovanni Matteo: 9
- Crime(s): 17, 30, 55, 144, 251, 325, 343, 354, 366
- de heresia: 17, 55, 74
- de sodomia: 17, 55, 74
- de traição: 17, 55, 74
- de moeda falsa: 17, 55, 74, 144
- de morte: 341
- Criminoso(s): 47, 54-5, 78, 81, 206, 262, 282, 352, 365

Crioulo(s): 280  
 Cristal(is): 147  
 Crisandade: 8  
 Cristão(s): 32, 34, 57-8, 77-8, 87, 90, 112-3, 121  
 - ... novo(s): 252, 257  
 Cruz, Crisógono Teixeira da: 494  
 Cruzada(s): 5  
 Cruzado (moeda): 28  
 Cruzador(es): 367  
 Cubeo (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Cucuani (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Cuiste(s) (indígenas, também chamados botocudos): 289  
 Culto: 47, 252  
 - romano: 314, 365  
 - despesa com o ... católico, em 1617: 131  
 Cunha, Aires da: 14-5  
 Cunha, Antônio José da: 244  
 Cunha, Antônio Rodrigues da: 421  
 Cunha, Bartolomeu de Vasconcelos da: 100  
 Cunha, Ciro Vieira da: 547  
 CUNHA, EUCLIDES RODRIGUES PIMENTA DA: 295, 341  
 CUNHA, FRANCISCO MANUEL DA: 262, 272, 275, 278  
 Cunha, Leopoldo: 408  
 Cunha, Matias da: 175, 537  
 Cunha, Nuno da: 30  
 Cunha, Waldyr da: XLI  
 Cunho(s): 62, 185  
 Curato(s): 276, 359  
 Curipe: 244, 249, 309  
 Curitiba: 176  
 - campos de: 286  
 Curral do Concelho: 346  
 Curtidor(es) de couro: 291  
 Cutia (tribo indígena do Amazonas): 343

## Dado(s): 81

DAEMON, BASÍLIO CARVALHO: 38, 39, 42, 43, 48, 62, 69, 100-1, 104-5, 110, 117, 120-1, 124, 130, 132, 141, 168, 177, 189-91, 193, 198, 203, 205, 207, 217, 221-3, 226, 229, 250, 262-3, 266, 270, 278, 296-7, 300, 303-4, 306-8, 316, 332, 341-3, 345-6, 350-1, 366, 368, 376, 381, 383-4, 411, 416, 418  
 Daemon, Edgardo Eurico  
 - aclamado para integrar a Junta Governativa: 434  
 Daemon, Olopércio de Almeida: 411, 669  
 Dama(s) (da imperatriz): 379  
 Damasco(s): 6

Damiam: 27  
 Dampier, William: 9  
 Dardo(s): 191  
 Deão (da Sé da cidade do Salvador): 72  
 DEBRET, JEAN BAPTISTE: 302  
 Décima (dos prédios urbanos): 334, 423  
 Decreto: de 11-5-1722: 334; de 15-1-1732: 207; de 1-6-1753: 213, 360; de 11-11-1797: 259; de 18-8-1810: 271; de 3-9-1810: 271; de 10-9-1810: 316-7; de 16-2-1813: 292; de 23-12-1817: 278; de 10-1-1820: 335; de 27-9-1820: 317; de 15-1-1821: 335; de 24-2-1821: 296; de 28-2-1821: 297; de 23-5-1821: 325; de 29-9-1821: 305, 323; de 16-2-1822: 299; de 1-8-1822: 324; de 9-12-1822: 317; de 1-3-1823: 330; de 11-4-1823: 317; de 4-11-1824: 317; de 18-12-1824: 317; de 13-12-1825: 317; de 18-10-1826: 317; de 27-6-1827: 317; de 21-8-1827: 317; de 4-12-1830: 360; de 5-12-1831: 305; de 15-1-1832: 360; de 23-10-1832: 340; de 9-8-1836: 386; de 3-11-1852: 385; de 16-12-1853: 414; de 24-2-1855: 373; de 8-2-1861: 416; de 09-10-1869: 390; de 18-4-1874: 410; de 2-4-1887: 410; de 3-12-1889: 409; de 7-3-1891: 430; de 17-12-1892: 468; de 4-10-1894: 435; de 11-6-1907: 468; de 10-5-1910: 468; de 27-5-1920: 447; de 31-12-1924: 468; de 16-6-1927: 468; de 10-8-1928: 468; de 16-10-1930: 451; de 15-11 de 1930: 451; de 30-4-1938: 468; de -18-9-1969: 496; de 31-12-1969: 497  
 - de 20-6-1895 (do ministro das Relações Exteriores da Itália): 356  
 Decreto(s)-lei(s)  
 - federal(is): de 24-11-1937: 452; de 2-11-1939: 468; de 19-2-1941: 468; de 31-1-1968: 496; de 18-9-1969: 496  
 - estadual(is): de 6-9-1940: 452; de 10-2-1941: 468; 24-7-1947: 565  
 Decúria: 330  
 Decurião: 330  
 Déficit: 154, 319, 422, 460  
 - em 1831: 360  
 Defunto(s): 129  
 - descaminho de dinheiro de ... e ausentes: 142  
 Degredado(s): 30, 47, 54-5  
 - levante de ...: 194  
 Degredo: 17, 173  
 Delchi, João: 141  
 Delgado, Luís: 251  
 Delgado, Roque Francisco: 244  
 Demanda(s): 95, 176, 308-9, 341  
 Demônio(s): 5  
 Demóstenes: 408

- Dentista(s): 313, 418  
 - suplementação de vencimentos para fixação de ... no interior: 494  
 Departamento de Estradas de Rodagem: 476  
 Departamento Estadual de Estatística: 484  
 Departamento Estadual de Saúde: 452  
 Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis: 491  
 Deportação: 214  
 Deputado(s): 299, 303, 306, 326, 366, 423, 434, 441, 447, 451, 457, 495  
 - da Junta da Real Fazenda: 285, 335  
 - às Cortes Constituintes de Lisboa: 298-9  
 - provinciais: 299, 345, 414, 438  
 - estaduais: 490  
 - federais: 490  
 - gerais: 299, 302, 414, 438  
 DERENZI, LUIZ SERAFIM: XL, 347, 355, 436, 442, 444, 449-50, 463, 475-6  
 Desatino(s): 266, 296-7  
 Descaminho(s): 238, 284  
 - “no dinheiro dos defuntos e ausentes”: 142  
 Desembargador(es): 20, 115, 195, 207, 217, 253, 266, 270, 352, 384, 461, 669  
 - ouvidor da comarca: 266, 285  
 Desembargo do Paço: 207  
 Desertor(es): 262, 270, 332  
 Desfile militar: 381  
 - ver, também, Parada militar  
 Desinfestação anti-helmintica: 497  
 Disenteria: 370  
 - sanguínea: 370  
 Desintoxicante(s): 5  
 Deslandes, Henrique: 409  
 Desordem(ns): 95, 197, 208, 212, 218, 256, 266, 297, 342  
 - ver, também, Insurreição, Levante, Motim  
 Desorelhado(s): 71, 74  
 Despesa(s): 151-2, 216, 229, 232, 236, 241-2, 284-5, 293, 299, 304, 328-9, 340, 368, 391  
 - em 1825: 329-30  
 - em 1827-8: 319, 335-6  
 - em 1831: 360-1  
 - em 1876-7: 424  
 - em 1887: 423  
 - em 1889: 415, 423  
 - em 1940: 460  
 - de 1973: 490  
 Despotismo: 265, 274, 331-3, 326, 354  
 Dessana (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Dessaune, Francisco Etienne: 447  
 Destacamento(s): 241, 244, 260-1, 269-70, 290, 304, 324, 380, 405  
 - de infantaria: 141, 143  
 - criado no rio Doce: 239, 256, 282  
 Destacamento de S. Fernando Portugal: 261, 282  
 Desterro: 266, 285, 356  
 “Deutscher Verein” (clube): 441  
 Devassa: 121, 167, 214, 250, 297, 300, 321-3, 325  
 - sobre a administração do capitão-mor Simeão de Carvalho: 144, 155  
 - contra os jesuítas do Espírito Santo: 214, 218  
 - de residência: 167, 253  
 Dialeto dos puris: 402  
 Diamante(s): 136, 147, 282  
 “Diário do Espírito Santo” (jornal): 416  
 “Diário Vitoricense”  
 - primeiro jornal diário de Vitória: 351  
 Dias, Bartolomeu: 2  
 DIAS, CARLOS MALHEIRO: 13, 28-30, 41-2, 44, 49, 52, 55, 57, 62, 71  
 Dias (ou Álvares), Filipa: 114  
 Dias, Francisco: 264  
 DIEGUES JÚNIOR, MANUEL: 457, 669  
 Diligência(s): 217, 230, 332  
 Dilly, João: 326  
 Dinheiro: 11, 19, 40, 52, 56, 62, 65, 86, 124, 155, 168, 170, 173, 188, 208, 212, 228, 235, 242-3, 254, 290, 312, 315, 324, 328, 340, 361, 366, 379, 382  
 - encontrado em escavações: 39  
 - descaminho de ... de defuntos e ausentes: 142  
 - dos vinhos para a infantaria: 144  
 Diniz, Gonçalo: 85  
 Diniz, Jerônimo: 85  
 Diniz, Pedro Álvares: 297-8, 328  
 Diocese(s): 438  
 - criação da ... do Espírito Santo: 438  
 - supressão da ... do Espírito Santo: 479  
 - criação das ... de Itapemirim e S. Mateus: 479  
 - de Mariana: 438  
 Diplomata(s): 380  
 Direito(s): 18-20, 24, 26, 33-4, 352, 354  
 - de portagem: 47  
 - dos vinhos: 143  
 - das cartas de seguros: 334  
 - de 2% de consulado: 334  
 - ver, também, Imposto(s)  
 Diretoria de Obras e Fortificações do Exército: 569, 669  
 Diretoria do Rio Doce: 360-1  
 Discórdia(s): 117, 194  
 Distrito (s): 249, 256, 262, 264, 303, 318, 328  
 Diversão(ões): 272, 316, 341, 418, 441

- nenhuma casa de ..., em 1854: 391  
 - públicas em 1944: 460, 471  
 Dívida: 71-2, 74, 153, 191, 305-6, 329, 329, 442  
 - civil: 337  
 - eclesiástica: 337  
 - literária: 337  
 - militar: 337  
 - passiva, em 1827: 319, 337  
 - passiva, em 1876-77: 424  
 Dízimo(s): 18-9, 32-4, 47, 52, 53, 56, 85, 136, 203, 211, 238, 243, 264, 277, 308, 328, 360  
 - arrendamento dos ..., em 1627: 136  
 - do açúcar: 52, 56  
 - dos mantimentos: 52, 56  
 - queda dos ..., em 1664: 154, 162  
 - renda dos ..., em 1682: 170, 180  
 - em 1702, os ... da capitania “se remataram por maior preço do que nunca tiveram”: 185  
 - de miunças: 72, 334  
 - do açúcar exportado: 334  
 - dos gêneros de exportação: 334  
 - do pescado: 18, 21, 52, 56, 334  
 - de Vitória (entre 1728 e 30): 204  
 Doação(ões): 17, 39, 50, 71, 85, 118, 121, 173, 242, 264, 278  
 Doceira(s): 418  
 Domingos Martins: 497  
 Domínio espanhol (seus reflexos na vida da cap.): 131-4  
 Donataria(s): 6, 13, 39, 49, 55, 68, 88, 105, 115, 121, 126, 135, 249  
 - ver, também, Capitania  
 Donatário(s): 41, 50, 89, 165, 189, 242, 360  
 Donativo(s): 149-50, 162, 278, 382  
 - incidente sobre aguardente de cana e vinho de mel para manutenção de destacamento de infantaria na capitania: 141  
 - carta régia determinando a cobrança compulsória do ... sobre aguardente: 141  
 - a capitania consegue remeter para a Bahia parte dos ... do dote e paz, em 1705: 167  
 - dos ofícios de Justiça: 334  
 - do povo e funcionários públicos para ajudar o governo, ao ensino da Questão Christie: 380  
 - ver Dote da infanta  
 DÓRIA, LUIZGASTÃO D’ESCRAIGNOLLE: 331  
 Dormundo (família): 62  
 Dormundo, João: 62, 65, 38  
 Dormundo, João Gonçalves: 62  
 - provedor da Fazenda de Ilhéus: 83

Dote da infanta (donativo): 149, 162, 170, 180, 191  
 - instituição: 149  
 - quota que coube ao Espírito Santo: 149-50  
 - atraso no pagamento do ..., em 1705: 167  
 Dourador(es): 418  
 Doutrina cristã: 78  
 - seu ensino pelos escrivães: 223  
 Droga(s): 147, 311  
 Drummond Netto, José: 669  
 Drummond, Antônio Pedro Monteiro de: 393  
 Duarte, Marcelino Pinto Ribeiro: 274  
 - depoimento no processo contra Domingos A. B. M. Barreto e outros: 321-2  
 Duclerc, Jean François: 194  
 Duende(s): 5  
 Durguete: 242

**E**anes, Gil: 10  
 Ecoporanga: 497  
 Educação: 305, 477, 483, 492, 494  
 - ausência de verbas para despesa com a ... em meados do século 18: 216  
 - história da ... no Espírito Santo: 377, 465  
 - sanitária: 457, 484, 497  
 - curso radiofônico: 457  
 - ver, também, Ensino, Instrução  
 Égua(s) (preço de uma ..., em 1829): 310  
 Eldorado: 152  
 Elefante(s): 26  
 Eleição(ões): 298, 306, 323, 345-6  
 - para as Cortes de Lisboa: 298-9  
 - de deputado à Assembléia Geral: 306  
 - do Conselho Provincial: 306  
 - da primeira Assembléia Provincial: 345-6  
 Eleitor(es) (em 1856): 394  
 Eletricidade:  
 - produção em 1920: 449  
 - produção em 1941: 459  
 - produção e consumo, em 1969, 1970 e 1971: 486-7  
 Eletrificação: 479, 483  
 - rural: 492  
 Eletroimã: 466  
 ELLIS JÚNIOR, ALFREDO: 15  
 “Elizabeth” (corveta austríaca): 379  
 Emancipadora Primeiro de Janeiro: 408  
 Embandeiramento (franquia de): 3  
 Embarcação(ões): 90, 97, 131, 186, 290, 313, 376  
 - a vapor: 386  
 - primeira que tocou em Vitória: 376

- de cabotagem existentes no Espírito Santo, em 1852: 396
- de guerra: 336
- ver, também, Navio
- Emboaba(s): 296
- Emcatur
- ver Empresa Capixaba de Turismo
- Emigração: 283, 356, 373, 388
- lei proibindo a ... de Portugal para o Brasil: 184
- campanha movida na Europa contra a ... para o Brasil: 373
- Emolumento(s): 162
- de patente: 337
- Empregado(s) público(s): 316, 328-9, 358, 360-1, 373, 388, 394
- ver, também, Funcionário público
- Empresa Brasileira de Turismo: 496
- Empresa Capixaba de Turismo: 491
- Empresa de Itabapoana: 386
- Empresa de Navegação do Rio Doce: 386
- Empresa Rio São Mateus: 386
- Empréstimo(s): 11, 191, 278, 435, 442
- externo: 435
- pagamento dos ...: 452
- Encadernador(es): 313, 418
- Encarregado(s)
- do corte de madeira: 336
- do relógio público da igreja de Santiago: 423
- Enfermagem
- a ... tinha nos jesuítas os seus mais adiantados praticantes: 96
- Enfermaria(s) militar(es): 394
- Enfermeira(s) (curso de): 457, 478
- Enfermeiro(s): 417
- Engenharia: 297
- Engenheiro(s): 124, 203, 211, 221-2, 225, 378, 418, 468, 490, 568
- Engenho de açúcar: 57, 118-9, 363, 424-5
- construção de um por Vasco Coutinho: 39
- número de ..., na capitania, em 1540: 53
- progresso na construção de ...: 54
- existentes na capitania, em 1545-6: 52, 57
- o governo geral manda entregar aos ... da capitania a artilharia necessária para sua defesa: 72
- notícia da destruição dos ... da capitania: 86
- construção de ... na capitania: 112
- existência de ..., em 1562: 113
- eram seis, em 1584: 112-3
- eram 8 em 1610: 147
- localização de ..., em 1631: 139
- ... "do Azeredo": 139
- ... de bois: 139
- ... de Francisco de Aguiar: 139
- ... de Leonardo Fróis: 139
- ... de Marcos F. Monsanto: 154, 567
- em 1656, Gregório de Távora possuía ... na capitania: 153
- valor de um ..., na segunda metade do século 17: 169
- número de ..., em 1816: 281
- em 1808, havia, nas margens do Itapemirim, 6 ou 7 ...: 270
- em 1818, foram recenseados ..., no Espírito Santo: 254
- número de ..., em 1828: 313
- em 1940: 459
- Engenho Central de Açúcar
- estabelecimento em Itapemirim: 435
- com turbina: 459
- sem turbina: 459
- Engenho Fundão: 363
- Engenhoca(s)
- em 1816, existiam 66 ... no Espírito Santo: 281
- em 1818, existiam 68 ... no Espírito Santo: 254
- Engenho(s) de bois
- ver Trapiche(s)
- Enrocamento: 476
- Enrolamento de pano de algodão: 216, 236
- Ensino: 365, 474-5
- primeira escola da capitania: 96
- o ... da capitania, em 1571: 116
- prejuízo causado ao ... com a saída dos jesuítas da capitania: 218, 223
- obrigatório: 223
- o ... no Espírito Santo, em fins do século 18: 238-9, 253-4
- o ... no Brasil, antes de Pombal: 252-3
- o ... leigo no Brasil: 253
- secundário: 253, 389-91, 397, 399, 469-70
- implantação do ... no Espírito Santo: 376-7
- matérias ensinadas: 377
- frequência, em 1859: 391
- ... superior: 253, 345, 469-70, 495
- criação de escolas em Vitória e vilas do interior: 278
- de música: 400
- situação do ..., em 1824: 305
- interesse do governador Inácio Acioli pelo ...: 319
- estabelecimentos de existentes na província, em 1829: 319
- ... mútuo: 319
- instalação de escola de ..., no Espírito



- Santo: 307
- número de alunos da escola de ..., em 1827: 320
  - supressão da aula de ...: 320
  - o ... no mundo e no Brasil: 330-1
  - o ... no Espírito Santo, em 1830: 344
  - o ... no Espírito Santo, em meados do século 19: 376-8
  - o ... no Espírito Santo, em 1854: 376, 389-90
  - ... primário: 330, 389, 391, 399, 463, 469-70, 477, 483
    - feminino, em 1860: 391
  - o ... no Espírito Santo, em 1863: 398
  - doméstico: 469-70
  - industrial: 469-70
  - comercial: 469-70
  - pedagógico: 469-70
  - profissional: 416, 494
  - verba para o ..., no Orçamento de 1889: 415
  - o ... no Espírito Santo, antes de 1908: 463
  - número de estabelecimentos de ..., em 1912: 463
  - desenvolvimento do ..., no governo Jerônimo Monteiro: 442
  - número de estabelecimentos de ..., em 1924: 449
  - o ... em 1928: 449
  - campanha de nacionalização do ... nas zonas de colonização estrangeira: 457
  - estabelecimentos de estrangeiros: 465-6
  - número de estabelecimentos de ..., em 1940: 460, 469
  - número de matrículas, em 1940: 460, 469
  - o ... no governo Christiano Dias Lopes Filho: 483
  - a matrícula no ... primário, nos anos de 1970-72: 483, 488
  - unidades escolares do ... primário, nos anos de 1970-72: 483, 488
  - corpo docente do ... primário, nos anos de 1970-72: 483, 488
  - matrícula no ... médio, nos anos de 1970-72: 483, 489
  - cursos do ... médio existentes nos anos de 1970-72: 483, 489
  - matrículas nos 1.º e 2.º graus, em 1973: 495
  - na UFES, nos anos 1971-74: 495
  - ver, também, Instrução
- Entalhador(es): 418
- Enterro do filho de Maracaiguaçu: 89, 97
- Entrada(s): 48, 136, 142, 156, 159, 169, 176-7, 184, 244
- primeira dos povoadores iniciais da capitania: 48
  - autorização dada por Tomé de Sousa para que Manuel Ramalho “fosse ao sertão”: 84
  - as aldeias do Espírito Santo se formaram a seguir a alguma ... ao sertão: 96
  - na segunda metade do século 16: 116
  - Miguel de Azeredo chefia ... punitiva contra os goitacazes: 121
  - Francisco G. de Araújo promoveu 14 ... à serra das Esmeraldas: 173, 181
  - despesas que Francisco G. de Araújo fez com ... à serra das Esmeraldas e rio Doce: 181
  - proibição de fazer ..., no princípio do século 18: 185
  - Enxada(s): 195, 255, 309
  - Enxofre: 34
  - Enxoval(is)
    - para casamento: 419
    - para batizado: 419
  - “Éolo” (embarcação): 341
  - Epidemia(s): 5, 127, 177, 307, 366, 371, 389
    - em 1558, mata 13 pessoas por dia no Espírito Santo: 96
    - ... que devastavam periodicamente escravos e índios: 155
    - de febre amarela, em 1700: 177
    - em 1854 e 1855, a província foi atacada por ... não identificadas: 369
    - em 1855, uma ... assolou o Espírito Santo: 369
    - de disenteria sanguínea: 370
  - Erário: 216
    - português: 10, 28
  - ERASMO (de Rotterdam): 330
  - Ermida(s): 73, 78
    - de N. S. da Penha: 98, 139, 147
  - Erra: 27
  - Erva moira: 309
  - Ervilha: 309
  - Escadaria Padre Inácio: 347
  - Escadinhas: 262, 282, 284, 573
  - Escaler(es): 279, 336
    - ordenado do patrão do ... do governo: 336
    - ordenado dos índios remadores do ... do governo: 336
  - Escambo: 41
  - Escândalo(s): 166
  - Escaramuça(s): 119, 443
  - Eschwege, Wilhelm Ludwig von: 282
  - Escobar, Francisco Lima: 407
  - Escola(s): 85, 257, 305, 331, 354, 373, 377, 396-7, 463
    - número de ..., em 1854: 389
    - número de ..., em 1912: 463

- de Belas-Artes: 477
  - fundação: 463
- de Educação Física: 477
- de Meninas (de Vitória): 402, 416
- de Música: 477
- de Música do Espírito Santo: 478
- de primeiras letras
  - ver Ensino
- de Serviço Social: 478
- elementares estrangeiras: 465-6
- Militar (do Rio de Janeiro): 434
- Normal: 377, 391
  - sugestão para a criação de uma ... na capital do Império para servir a toda a nação: 391
  - de Santos: 415
  - de Vitória: 441
    - reorganização: 435
    - reestruturação: 463
- noturna: 400, 416, 457
- Politécnica: 477
- polivalente(s): 494
  - construídas no governo Arthur Gerhardt: 494
- particular(es): 400
- Prática de Agricultura
  - criação: 452
  - inauguração: 452
- profissional(is): 400
- pública(s): 378, 400, 449
  - inauguração em Vitória: 307
  - instalação, em 1824: 307
- episcopal: 474
- régia: 253-4
- rural: 463
- Escola Superior de Agronomia: 478
- Escravidão: 72, 352-3, 363
  - antiguidade da ... em Portugal: 10
  - abolição da ...: 407-8
- Escravos(s): 33, 58, 88, 132, 193, 205, 269, 280, 332, 374, 421
  - notícia sobre o início de entrada de ... negros na capitania: 132
  - ladinos: 334
  - alusão, na carta de Afonso Brás, à quantidade de ... que encontrou na capitania: 81
  - referência à importação de ... africanos: 132
  - número de ... em fins do século 18: 249
  - número de ... em Vitória, em 1790: 229, 239, 249
  - número de ... em Benevente, em 1790: 229, 239, 249
  - número de ... na Vila do Espírito Santo, em 1790: 239
  - número de ... em Nova Almeida, em 1790: 239, 249
- número de ... em Guarapari, em 1790: 239
- número de ... em Muribeca, em 1816: 280
- recenseados no Espírito Santo, em 1827: 333
- levante de ... em Itapemirim: 343
- freqüentes insurreições de ...: 344
- insurreição de ... em Queimado: 352-4, 363-4
- formação de quilombos na província: 352
- abolição do tráfico de ... no Espírito Santo: 370
- número de ... em 1856, no Espírito Santo: 373, 394
- número de ... importados pelo Brasil entre 1842 e 1852: 371
- alforria de 3 ..., em Vitória: 378
- número de ..., em 1871: 385
- número de ... no município de Vitória, em 1871: 385
- número de ... no município do Espírito Santo, em 1871: 385
- número de ... no município de Viana, em 1871: 385
- número de ... no município da Serra, em 1871: 385
- número de ... no município de Nova Almeida, em 1871: 385
- número de ... no município de Santa Cruz, em 1871: 385
- número de ... no município de Linhares, em 1871: 385
- número de ... no município de S. Mateus, em 1871: 385
- número de ... no município da Barra, em 1871: 385
- número de ... no município de Itapemirim, em 1871: 385
- número de ... no município de Cachoeiro, em 1871: 385
- número de ... no município de Benevente, em 1871: 385
- número de ... no município de Guarapari, em 1871: 385
- abolição da escravatura: 407-8
- existentes no Espírito Santo à data da abolição: 408
- existentes no município de Cachoeiro de Itapemirim à data da abolição da escravatura: 408
- ver, também, Cativo(s)
- Escritura(s): 27, 195
  - de doação: 264
    - da ilha de S. Antônio: 42-5, 52
    - de terreno à Ordem de S. Francisco: 118
    - de terra aos índios da Aldeia de Reis

- Magos: 121  
 - públicas: 423  
 Escriturário(s): 323  
 - ordenado do 2.º: 335  
 - ordenado do 3.º: 335  
 Escrivão(es): 9, 17, 40, 52, 68, 83, 121, 212, 215-6, 223, 236-8, 243, 257  
 - da Câmara: 40  
 - da Câmara de Vitória: 212, 236, 330  
 - da correição: 236-7  
 - da Fazenda: 170, 203, 242  
 - da feitoria: 40, 56, 69  
 - da feitoria de Calecute: 9  
 - da pureza: 20  
 - da Vedoria: 242  
 - d'ante o provedor e feitor, e almoxarife e Alfândega: 69, 101  
 - do almoxarifado: 40, 242, 336  
 - dos defuntos e ausentes: 242  
 - deputado da Junta da Fazenda: 335  
 - do público e notas: 285  
 - do Registro do Rio Doce: 335  
 - dos feitos e execuções da Fazenda: 335  
 - vencimento do ... da Fazenda do almoxarife em 1617: 131  
 Escuna(s): 343, 372, 396  
 Esgoto  
 - melhoria do serviço de ... de Vitória: 442  
 - sedes municipais dotadas do serviço de ..., em 1970: 487  
 - sedes municipais dotadas do serviço de ..., em 1974: 501  
 Esmaca(s): 151  
 Esmeralda (s): 147, 152, 154, 162, 167, 169, 174, 177  
 - Sebastião F. Tourinho penetra na região das ...: 114  
 - Sebastião F. Tourinho considerado o descobridor das ...: 114  
 - começa o ciclo das ...: 115  
 - D. Francisco de Sousa manda se vá às ... no Espírito Santo: 124  
 - os jesuítas passam a se interessar pelas ...: 135, 156  
 - pedido de licença para excursão à terra das ... (negado porque o favor fora concedido a outrem): 142  
 - descoberta de minas de ...: 167  
 - Francisco G. de Araújo promoveu 14 entradas à serra das ...: 173, 181  
 - descobrimento de ... ao norte do rio Doce: 205  
 Esmola(s): 62, 81, 87, 101, 111, 116, 314-6  
 Espada(s): 69, 357  
 - bando sobre o porte de ...: 190  
 Espanha: 7-8, 15, 24, 98, 131, 237, 448, 566  
 Espanhol(is): 48, 73, 134, 224, 448  
 Especiaria(s): 5, 6, 7, 9, 27, 33  
 - sua influência no desenvolvimento do comércio internacional: 6  
 Espera, Antônio: 40  
 Espião(ões): 194  
 Espichel: 3  
 Espingarda(s): 69, 83, 134, 190, 194-5, 198, 280, 332  
 Espinha, Antônio Luís de: 167  
 Espírito Santo (vila, cidade): 42, 44, 57, 62, 67, 98, 104, 117-9, 125, 130, 134, 140, 172, 179-80, 185, 188, 202, 207-8, 215, 223, 240, 245, 249-50, 314, 323, 336, 356, 391, 399, 409, 412, 569  
 - razão do nome: 38  
 - primeiras construções: 38  
 - visitada por jesuítas: 62  
 - onde Vasco Fernandes Coutinho residia e foi sepultado: 104  
 - atacada pelos holandeses, em 1640: 140  
 - tinha 2 Companhias de Ordenanças, em 1782: 209  
 - número de fogos, em 1775: 224  
 - número de almas, em 1775: 224  
 - a Metrópole manda abrir aula de ensino público em ...: 223  
 - rendas da ..., em 1754: 236  
 - despesas da ..., em 1754: 236-7  
 - como o capitão-mor a viu em 1790: 239, 242-3  
 - número de habitantes, em 1790: 239, 243  
 - número de escravos em 1790: 239  
 - efetivo militar em 1791: 244  
 - como Francisco Cunha a viu em princípios do século 19: 272  
 - comemorações da aclamação de Pedro I: 328  
 - população, em 1824: 331  
 - número de fogos, em 1824: 331  
 - população, em 1827: 331, 333  
 - número de fogos, em 1827: 331, 333  
 - número de lojas, em 1828: 311  
 - distritos, em 1828: 318  
 - número de aulas, em 1829: 319  
 - mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369  
 - produção de café, em 1852: 374  
 - produção de açúcar, em 1852: 374  
 - número de escravos no município, em 1871: 385  
 - população do município, em 1871: 385  
 - estabelecimento de fábrica de tecidos: 435

- inauguração de luz elétrica: 442
- Espírito Santo, Manuel do: 135
- Esquadra(s): 26, 30, 141, 336, 379
- de guerra paraguaia: 382
- Esquife(s): 315
- Estacada(s): 191, 261
- Estado da Guanabara: 21, 35
- Estado de Goiás: 15, 116
- Estado de Mato Grosso: 15
- Estado de Minas Gerais: 15, 116, 136, 190, 349
- ver, também, Minas Gerais
- Estado de Santa Catarina: 15
- Estado de São Paulo: 12, 15, 120, 438, 498
- Estado do Amazonas: 15
- Estado do Espírito Santo: 26, 350, 421, 441-2
- armas do ...: II
- população em 1890: 413
- finanças do ..., em 1893: 436
- exportação do ..., em 1893: 435-6
- comércio do ..., em 1900: 438
- número de comarcas, em 1900: 438
- número de cidades, em 1900: 438
- número de vilas, em 1900: 438
- representantes no Parlamento Nacional em 1900: 438
- representantes no Congresso Estadual, em 1900: 438
- população, em 1900: 438
- pedido de moratória: 441
- o ... em 1900: 437-8
- intervenção federal: 447
- população em 1920: 448
- população do ... em 1940: 457-8
- o ensino no ... antes de 1908: 463
- população nos Recenseamentos de 1872-1970: 484
- exportação de café, de 1892 a 1918: 464
- receita geral do ... de 1892 a 1918: 464
- estabelecimentos agropecuários nos Recenseamentos de 1920-70: 449, 485
- finanças, em 1940: 460
- principais culturas agrícolas, em 1940: 466
- o ensino nos anos de 1970-72 (estatística): 488-9
- produção industrial em 1941: 467
- arrecadação de impostos da União em 1972: 490
- arrecadação do imposto de renda em 1972: 490
- arrecadação de impostos estaduais em 1973: 490
- representação no Congresso Nacional: 490
- representação na Assembléia Legislativa: 490
- número de municípios, em 1973: 490
- superfície: 485
- "Estado do Espírito Santo" (jornal): 416, 429, 434, 441
- Estado do Pará: 15
- Estado do Paraná: 15
- Estado do Rio de Janeiro: 121, 130, 350, 441, 484
- Estado do Rio Grande do Sul: 15
- Estado Maior
- ordenado dos oficiais do ...: 336
- do Exército: 317
- Estado Novo: 457
- Estados Unidos da América: 438
- Estafeta (s): 349, 383
- Estalagem(ns): 204, 346
- Estaleiro(s): 313
- henriquino: 4
- de construção (do Complexo Naval): 491
- de desmonte (do Complexo Naval): 491
- de reparos (do Complexo Naval): 491
- Estância(s): 134, 141
- Estandarte de Santiago: 106
- Estanho: 33
- Estatística: 3, 158, 297
- Estrada(s): 185, 227, 278, 305, 324, 349, 354-5, 365, 383, 395, 442, 444, 479
- Espírito Santo-Bahia: 155
- ... da Praia: 155, 305, 390
- entre Vitória e a cidade do Salvador: 155
- proibição de se fazerem ... que ligassem a capitania às minas gerais: 185-6, 261
- ameaça de castigos para quem tentasse abrir ... para as minas: 185
- atos reais proibindo abertura de ..., em Minas Gerais: 186, 260
- pequena ... ligando entre si os quartéis do rio Doce: 262
- inexistência de ... entre Vitória e a cidade do Salvador: 271
- as ... facilitavam o ataque dos índios às propriedades dos brancos, em princípios do século 19: 271
- a ... desde o rio Doce até Itabapoana, em princípios do século 19: 272
- ... do Rubim: 314, 324
- início da abertura da ... nova do Rubim: 274
- documentação sobre a ... do Rubim: 286
- descrição da ... do Rubim: 286, 289
- em 1820, a ... nova do Rubim dava passagem à primeira boiada trazida a Vitória das pastagens mineiras: 289
- sesmarias, na ... de Minas, em 1828: 308
- ... em direção à capitania do Rio de Janeiro: 328

- estado das ... em 1824: 305
- "... geral": 314
- ... que ligava Itapemirim às minas do Castelo: 314
- ... S. Pedro de Alcântara: 314, 390, 392
- ... que ligava Vitória a Viana: 314
- a ... Vitória-Ouro Preto: 339-40, 390, 392, 395
- rede de ... na segunda metade do século 19: 385
- rede de ... em 1854: 390
- inexistência de ... que lhe mereça o nome, em 1860: 392
- de Itapemirim às divisas de Minas Gerais: 392
- necessária a ... ligando Vitória a Minas Gerais para o desenvolvimento do Espírito Santo: 393
- ligando Santa Leopoldina a S. Teresa: 444
- ligando Castelo a Muniz Freire: 444
- ligando Colatina a Nova Venécia: 449
- ... do Canaã: 452
- ... ligando S. Domingos à cidade de Barra de S. Francisco: 474
- ... Vitória-Rio de Janeiro (conclusão): 474
- construídas no governo Jones Santos Neves: 476
- extensão das ... em 1969-72: 483-4, 486
- extensão das ... em 1974: 492
- de S. Mateus a S. Clara: 392
- S. Domingos-Barra de S. Francisco: 474
- de S. Teresa: 444
- para Santo Antônio: 436
- ver, também, Caminho(s)
- Estrada(s) de Ferro: 387, 437
- estudos sobre ...: 415
- ... em tráfego, em 1940: 459
- ... em tráfego, em 1972: 486
- ... em tráfego, em 1974: 492
- construção da variante S. Eduardo-Vitória: 492
- duplicação da EFVRD: 492
- Estrada de Ferro Caravelas: 415
- Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo
- empréstimo para construí-la: 435
- inauguração do primeiro trecho: 437
- greve de seus operários: 443
- Estrada de Ferro Vitória a Minas: 427, 435, 468, 492
- Estrada de S. Pedro de Alcântara: 390
- Estrangeiro(s): 34, 58, 144-5, 184, 344, 355, 359
- número de .... no Espírito Santo, em 1828: 316
- número de ... no Espírito Santo, em 1890: 413
- número de ... no Espírito Santo, em 1920: 438
- Estreito de Magalhães: 119
- Estudante(s)
- numerosos no fim do século 18, em Vitória: 252
- brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra: 253, 298
- de medicina enviados ao Espírito Santo para ajudarem a debelar epidemia de cólera: 370
- ver, também, Ensino
- Etiópia: 166
- Etiqueta: 212
- Euclásio(s): 467
- Europa: 28, 226, 261, 354, 384, 448
- Europeu(s): 87, 111, 126, 162, 355, 357, 448
- ver, também, Branco, Colono
- Evangelho(s): 89, 102
- EVEREST, A. E.: 10
- Évora: 16, 20-1, 23, 29, 32, 35, 120
- Excomunhão(ões): 73
- Exéquias: 122
- do filho de Maracaiaguaçu: 97
- Exército Nacional: 308, 355, 382, 403
- Exílio: 218
- Expedição(ões): 91, 114, 118-9, 127, 132-3, 135, 156, 161, 194, 282
- Exposição (2.ª) Estadual de Pecuária: 450
- Exposição Estadual de Vitória: 450
- Exportação: 242-3, 262, 278, 280, 289, 305, 312, 334, 349, 354, 376, 420, 435
- em 1767: 222
- em 1790: 242
- gêneros exportados em 1827: 312
- gêneros exportados pelo Espírito Santo, em 1852: 374-5
- comércio de ... do Espírito Santo, em 1864-9: 393
- ... de café de 1892 a 1900: 462
- ... de café, de 1892 a 1918: 464
- produtos que exportava em 1805: 572
- produtos que figuram nos quadros de exportação em 1918: 444
- Exposto(s): 315
- Expulsão (dos jesuítas): 214, 217-8
- Extravio
- de diamantes: 282
- de dinheiro: 228
- de ouro: 239, 256, 282
  
- F**ábrica(s): 34, 283, 310
- das igrejas de N. S. da Vitória e do Espírito Santo: 131
- de cimento: 467
- de celulose (do Complexo Paraquímico): 491
- de tecidos (estabelecimento em Vila Velha e Benevente): 435
- Fabriqueiro(s): 335

- Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra: 253
- Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas (de Cachoeiro de Itapemirim): 478
- Faculdade de Ciências Econômicas
- de Vitória: 477
  - de Colatina: 478
- Faculdade de Direito: 298, 457
- de Vitória: 477
  - de Cachoeiro de Itapemirim: 478
  - de Colatina: 478
- Faculdade de Farmácia e Bioquímica: 478
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- de Vitória: 477
  - de Colatina: 478
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Madre Gertrudes de S. José: 478
- Faculdade de Medicina: 476-7
- Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia: 478
- Faculdade de Odontologia: 474, 477
- Faculdade Espírito-Santense de Administração: 478
- Faisqueira(s): 176
- Fala do trono: 330, 379
- Falcão (família): 309
- Falcão(ões) de metal: 69, 83
- Família real portuguesa: 247, 321, 573
- Faria, Francisco de: 165
- FARIA, MANUEL SEVERIM DE: 132
- Farinha: 85, 87, 120, 141, 158, 211, 282, 346, 423, 425
- de trigo: 311
  - de mandioca: 156, 190, 222, 263, 272, 277, 280-1, 283, 290, 303, 305, 312-3, 354-5, 375
    - enviada para o norte: 305
    - preço da ... em 1826: 305
    - indústria da ..., em S. Mateus, em meados do século 19: 375
      - produção de ..., em 1852: 375
      - exportação de ..., em 1918: 444
  - verba consignada na Folha Geral da Despesa do Estado do Brasil para a ... dos vigários de Vitória e da vila do Espírito Santo, em 1617: 131
  - idem, idem, para os franciscanos, em igual data: 131
- Farmacêutico (s): 418
- suplementação de vencimentos para fixação de ... no interior: 494
- Farol(is)
- inauguração do ... da Barra de Vitória: 383
  - de S. Luzia: 415
  - da ilha do Francês: 415
- Fazenda da Costa (propriedade de Vasco Fernandes Coutinho Filho): 117
- Fazenda de Araçatiba: 156, 218, 309, 358
- Fazenda de Itapoca: 156, 218
- Fazenda de Muribeca: 156-7, 213, 218, 241, 278, 280, 309, 358
- Fazenda do Campo: 358
- Fazenda do Colégio: 359
- Fazenda do Conde de Vila Nova de S. José: 309
- Fazenda dos Beneditinos: 359
- Fazenda dos Falcões: 309
- Fazenda do Visconde de Asseca: 359
- Fazenda Jucaruaba: 309
- Fazenda do Borba: 274
- Fazenda Monte Libano: 467
- Fazendas e Engenhos do Goropari: 154
- Fazenda Provincial: 423
- Fazenda Real: 139, 145, 159, 191, 228, 230, 290, 328
- Fazenda(s) seca(s): 242, 310-1
- Fazendeiro(s): 269, 286, 382, 419-20
- Febre(s): 370
- amarela: 384
    - aparecimento da ... na capitania: 177
    - alcança o sul da província: 368
    - número de vítimas, em 1854: 368
    - número de vítimas, na Corte: 368
    - invasão da província, em 1850: 389
    - surto de ..., em 1886: 384
- Feijão: 222, 272, 280, 284, 309, 312, 390, 419, 424, 572
- o alqueire de ... produzia 40, em 1828: 310
  - exportação, em 1918: 444
  - campanha de produtividade do ...: 499
- Feijó, Diogo Antônio: 348
- desterrado em Vitória: 356
- Feira(s): 312
- Feital, Miguel Maria de Noronha: 378
- Feitor(es): 19, 33-4, 52, 57, 65, 72
- da capitania: 66-9, 101, 134
    - nomeação do primeiro: 40
- Feitoria(s): 6, 9, 11, 12, 35, 40, 52, 56
- junto a Itamaracá: 12
- Feitoria da Coroa
- instalação da primeira: 40
  - nomeação do escrivão: 40
  - recomendação de Ambrósio de Meira para que seja construída casa para a ...: 52
- Felgueiras, Manuel José Batista: 264
- Felipa: 40
- Felipe-o-Belo (rei de França): 3

- Félix, Francisco de Albuquerque  
 - ver Teles, Francisco de Albuquerque  
 Fernandes, Breno Dias: 187  
 Fernandes, Diogo (jesuíta): 116, 127  
 Fernandes, Diogo (pioneiro, proprietário de sesmaria): 39, 85  
 Fernandes, Joaquim José: 306  
 Fernandes, Manoel: 40  
 Fernando (rei de Portugal): 4  
 Ferramenta(s): 176, 204  
 - para a lavoura: 276, 311  
 Ferrara: 9  
 Ferraria(s): 62, 97  
 FERRAZ, A. L. PEREIRA: 9  
 Ferraz, João Pedro de Sousa Sequeira: 217-8  
 Ferraz, Luiz Pedreira do Couto: 354, 369, 376, 378-9, 385, 543  
 Ferreira, Carlos José: 203  
 Ferreira, Jorge Rosa: XLI  
 Ferreira, José Ignácio: 548  
 Ferreira, Manoel dos Passos: 325  
 Ferreira, Manuel dos Santos: 300  
 Ferreira, Martim: 62  
 Ferreiro(s): 313, 390, 418  
 Ferro: 9, 69, 83, 185, 269, 285, 289, 405, 492  
 - notícia de sua existência no Espírito Santo: 89  
 - em barra: 281  
 Ferrovia(s)  
 - ver Estrada(s) de Ferro  
 Fertilizante(s): 493, 498  
 - evolução do consumo entre 1971 e 74: 493  
 Festa(s): 130, 141, 146, 202, 313, 336, 341  
 Fez: 13  
 Fiação (de algodão): 107, 272  
 Fiança(s): 33, 145, 423  
 Fidalgo(s): 8, 26, 27, 29, 30, 32, 119, 150, 166, 172, 189, 266  
 Figueira(s): 309  
 Figueiredo, Agostinho de: 168  
 Figueiredo, Antônio de Campos de: 195  
 Figueiredo, Antônio Mendes de: 165, 167, 539  
 FIGUEIREDO, CARLOS P. DE: 420, 423-4  
 FIGUEIREDO, FIDELINO DE: 4  
 Figueiredo, Joaquim Antunes de: 349  
 FIGUEIREDO JÚNIOR, AFONSO CELSO DE ASSIS: 410  
 “Filho(s) da folha”: 162, 198, 204  
 - definição: 162  
 Filipe II (de Espanha): 125, 127, 166, 326, 535  
 Filosofia: 399  
 - professor de: 239  
 - abstrata: 416  
 - racional e moral: 377, 391  
 - ensino de ...: 377, 391, 415  
 Finanças(s): 306, 460  
 Finta(s): 168, 229  
 - a capitania do Espírito Santo foi lançada em 440\$ de ..., em 1721: 201-2  
 Fio(s)  
 - de algodão: 229, 241-2, 312, 349  
 - telegráfico: 382, 414  
 Fisga(s): 313  
 Flagelado(s): 383-4  
 Flamengo(s): 131-2, 140-1, 176  
 Flandres: 3, 11  
 Flauta(s): 146, 313  
 Flecha(s): 119, 134, 139, 146, 159  
 Fleury, André Augusto de Pádua: 543  
 Florentino(s): 8  
 Flor(es): 381  
 Floresta(s): 37-8, 41, 48, 51, 58-9, 156, 175, 263, 280, 310, 313, 382  
 - facilita o ataque dos silvícolas aos primeiros colonos: 126  
 Flonibra: 491  
 Fluminense (s): 326, 349, 362, 420  
 Fogaça, Antônia: 114  
 Fogos: 227, 436  
 - número de ... de Vitória, em 1728-30: 204  
 - número de ... de Vitória, em 1752: 237  
 - número de ... na capitania, em 1774-5: 224, 248  
 - número de ... da capitania, em 1775: 224  
 - número de ... de Vitória, em 1775: 224  
 - número de ... na capitania, em 1816: 281  
 - número de ... da província, em 1824: 307, 331  
 - número de ... da província, em 1827: 333  
 - número de ... de Vitória, em 1824: 307, 331  
 - número de ... de Vitória, em 1827: 333  
 - número de ... de Itapemirim, em 1824: 331  
 - número de ... de Itapemirim, em 1827: 333  
 - número de ... de Benevente, em 1824: 331  
 - número de ... de Benevente, em 1827: 333  
 - número de ... de Guaraparim, em 1775: 224  
 - número de ... de Guaraparim, em 1824: 331  
 - número de ... de Guarapari, em 1827: 333  
 - número de ... do Espírito Santo [Vila Velha], em 1775: 224  
 - número de ... do Espírito Santo [Vila Velha], em 1827: 331  
 - número de ... do Espírito Santo [Vila Velha], em 1827: 333  
 - número de ... de Viana, em 1827: 331  
 - número de ... de Viana, em 1827: 333  
 - número de ... da Serra, em 1775: 224

- número de ... da Serra, em 1827: 331
- número de ... da Serra, em 1827: 333
- número de ... de Almeida, em 1827: 331
- número de ... de Almeida, em 1827: 333
- número de ... de Linhares. em 1827: 331
- número de ... de Linhares. em 1827: 333
- número de ... de S. Mateus, em 1827: 331
- número de ... de S. Mateus, em 1827: 333
- número de ... da província, em 1856: 394
- número de ... em 1940: 459
- Foguete(s): 401
- Fogueteiro(s): 418
- “Folha Geral da Despesa Ordinária que se faz cada ano no Estado do Brasil”: 131
- Folheto(s): 416, 457
- Fome: 5, 8, 96, 176, 280, 290, 324, 329, 369
- em Nova Almeida, em 1835: 342
- Fonseca, Antônio Gabriel de Paula: 544
- Fonseca, Antônio Gomes da: 201
- Fonseca, Damião da: 118
- FONSECA, MANUEL DA: 217
- Fonseca, Manuel Deodoro da: 430
- Fonte(s): 66, 154, 238, 241
- Fontenele, Napoleão: 479
- Foral(is): 17, 18, 19, 21, 24, 26, 40, 57, 93, 238, 241, 243
- data da assinatura da carta de ... da capitania: 32, 35, 43
- texto integral: 32-5
- Forasteiro(s): 280, 346
- Forca(s): 134, 353
- Força
- de linha: 343, 353
- policial: 423, 447
- pública: 352, 379, 450
- Força militar
- da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linhas, em 1827: 317
- efetivos, em 1828: 317
- Forças, Antônio Pires
- ver Forsas, Antônio Pires
- Foreign Office: 371
- “Formão” (corsário francês): 71
- Formatura militar: 318
- Formiga(s): 425
- prejuízos causados por ...: 87, 346, 354-5
- Forno(s): 290
- Foro: 17, 18, 32, 34, 44, 47, 241, 330
- de chãos: 216, 236-7, 242, 334
- eclesiástico: 201, 252
- Forsas, Antônio Pires: 203, 540
- “Fort” (fragata inglesa): 380
- Fortaleza(s): 113, 179, 208, 211-2, 244, 361
- Fortaleza da Barra: 193, 285, 317, 325, 361, 398
- desarmada, em 1886: 379
- ver, também, Fortaleza de S. Francisco Xavier
- Fortaleza da ilha do Boi: 222, 244
- providências para a construção da ...: 221
- Fortaleza de Marerique: 90
- Fortaleza de N. S. do Monte do Carmo
- ver Forte de N. S. do Monte do Carmo
- Fortaleza de Piratininga: 38
- Fortaleza de S. Francisco Xavier: 179-80, 208, 219, 245, 401, 415, 569
- à disposição do Ministério da Fazenda: 415
- ver, também, Forte de S. Francisco Xavier
- Fortaleza de S. João: 202, 208, 220, 245, 361, 401-2, 415, 570
- ver, também, Forte de S. João
- Forte(s): 38, 119, 159, 193, 216, 244
- da Barra: 202
- pequeno ... de pedra e cal, destinado à defesa de Vitória: 124
- os ... de Vitória desprovidos de munição, em 1692: 177
- da vila: 202
- Forte de Perteninga: 202
- Forte de S. Fernando Portugal: 282
- Forte de S. Inácio: 245, 570
- notícia de sua construção: 202
- Forte de S. João: 119, 193, 317, 357-8
- quem o construiu: 142, 179
- obras que Francisco G. Araújo fez no ...: 170, 179
- Forte de S. Tiago: 570
- notícia de sua construção: 202
- Forte de S. Francisco Xavier: 202, 219, 569
- construído por Francisco G. Araújo: 170
- descrição do ...: 219
- Forte de S. Marcos: 139
- Forte de S. Maurício: 572
- ver, também, Forte de S. Inácio
- Forte de S. Miguel: 139
- Forte N. S. do Monte do Carmo: 162, 170, 202, 208, 245, 570, 572
- estado em que se encontrava em meados do século 17: 179
- FORTE, MAIA: 349
- Fortificação(ões): 156, 192, 216, 230, 236
- primeiras da capitania: 38
- pedido para que os moradores da capitania auxiliassem as obras das ...: 197
- ordem para construir ... na baía de Vitória: 202
- Fortim(ns): 179
- dois ... de taipa e pedras soltas construídos



- em 1592: 119
- construção de um ... “na lajem que está ao pé da vila”: 142
  - Fotógrafo(s): 418
  - Frade(s): 120, 190, 257, 354
  - Fraga, Cristiano Ferreira: 478
  - atuação de ... à frente do Departamento Estadual de Saúde: 452
  - Fragata(s): 240, 380
  - França: 12, 71, 74, 100, 235, 356, 419, 448
  - exportação de artigos de luxo para Portugal: 3
  - comércio clandestino nas costas brasileiras logo após o descobrimento: 11
  - delação de que Vasco Coutinho pretendia fugir para a ...: 71, 74
  - Franca, Afonso de
  - em 1605, servia como capitão-mor da capitania: 121
  - França Antártica: 100
  - Francês(es): 7, 13, 24, 71, 73, 86, 88, 94, 101, 112, 127, 191, 230, 266, 326, 344, 404, 448
  - nas costas do Espírito Santo: 82, 106
  - segundo carta de Nóbrega, ameaçavam tomar o Espírito Santo: 95
  - em 1558, aparece no porto de Vitória uma nau de ...: 97
  - aprisionados por Maracaiaguaçu, em Itape-  
mirim: 95
  - notícia de que se haviam estabelecido na  
Guanabara: 100
  - atacam a capitania, em 1561: 106
  - tentam carregar pau-brasil nas proximidades  
de Vitória e são repelidos, com perdas: 106
  - auxílio do Espírito Santo para expulsá-los da  
Guanabara: 98, 110, 115
  - auxílio do Espírito Santo para a expulsão dos  
remanescentes dos ... em Cabo Frio: 115
  - visita inamistosa que ... fizeram ao Espírito  
Santo em 1581: 111
  - três naus ... insistem contra a capitania, em  
1581: 116-7
  - a invasão do Rio de Janeiro pelos ... determinou  
a remessa de armas para o Espírito Santo: 194
  - navios apresam e saqueiam embarcações por-  
tuguesas nas barras do Espírito Santo e Porto  
Seguro: 230-1
  - outras arremetidas de ... à capitania: 116-7
  - aprisionados pelos índios para cativoiro: 106
  - expulsão dos ... da Guanabara: 194-5
  - número de ... na colônia do Rio Novo, em  
1877: 384
  - Francês (idioma): 399
  - ensino de ...: 377, 391, 397-8, 415
  - Franciliana
  - ver Colônia Fransilvânia
  - Franciscano(s): 131, 204, 243, 352
  - construtores do convento da Penha: 100
  - chegam à capitania os dois primeiros: 118
  - quem os hospedou: 118
  - iniciam, em 1591, a construção do convento  
da Penha: 118
  - auxiliam a defender Vitória, frente aos holan-  
deses, em 1625: 135
  - ampliam a ermida da Penha: 139
  - abalam a capitania com o “sucesso dos religio-  
sos de S. Francisco”: 166
  - Francisco I (de França): 12
  - FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO:  
12, 66, 193
  - FRANCO, CARVALHO: 177
  - Franço(s): 310
  - Fransilvânia
  - ver Colônia Fransilvânia
  - Frasco(s) de couro: 194
  - Freguesia(s): 206, 223-4, 227, 238-9, 243, 248,  
276, 333, 335, 352, 398
  - a mais antiga do sul do Brasil: 38
  - número de ... da capitania, em 1780: 227
  - número de ... da capitania, em 1816: 281
  - relação das ... do Espírito Santo, em 1829: 358-9
  - Freira(s): 30, 316
  - Freire, Antônio de Brito: 122
  - Freire, Aristides Brasileiro de Barcelos: 407,  
411, 416, 429
  - criador do teatro capixaba: 418
  - dados biográficos: 418
  - um dos fundadores da União Republicana  
Espírito-Santense: 429
  - FREIRE, FELISBELO: 110, 124, 197, 201
  - FREIRE, FRANCISCO DE BRITO: 58, 168
  - Freire, João: 184
  - Freire, José Antônio de Alvarenga Barros: 228
  - Freire, José de Melo Carvalho Muniz: 366, 428,  
433, 435-8, 441, 462, 546
  - fundador da “Província do Espírito Santo”: 416
  - chefe do Partido Republicano Construtor: 429
  - eleição para a presidência do Espírito Santo: 435
  - realizações de seu governo: 435-7
  - Freire, Manuel Feliciano Muniz: 382
  - Freire, Manuel M. Muniz: 669
  - FREIRE, MÁRIO ARISTIDES: 38, 110-1, 114,  
120, 135, 139, 152, 154, 156, 169, 172, 176-7,  
223, 252, 264, 303, 348, 367, 382, 409-11, 415,  
418-9, 435, 439-40, 453, 670

- secretário da Fazenda do Espírito Santo: 452  
 - traços de sua personalidade: 452  
 Freire, Paulo Rocha: 453  
 Freitas (família) - proprietária do Sítio Ribeiro: 39  
 Freitas, Gomes Eanes de: 40  
 FREITAS, JORDÃO DE: 12-3  
 FREYRE, GILBERTO: 9  
 Fróis, Leonardo: 121  
 - dono de engenho: 139  
 Frota(s): 30, 53, 158, 184, 213  
 Fruta(s): 113  
 Fumo: 311  
 - acusação contra Vasco Fernandes Coutinho de beber ...: 73  
 Funcionalismo: 299  
 Funcionário(s) público(s): 155, 250, 342, 418  
 - em 1856: 394  
 - donativos oferecidos pelos ... do Espírito Santo ao governo para enfrentar a Questão Christie: 380  
 - ver, também, Empregado público  
 Fundação Cultural do Espírito Santo: VIII, XXXIX, XLI  
 Fundão (engenho): 363  
 Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias: 497  
 Fundo pecuniário para as despesas com a instrução pública: 223  
 Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo: 496  
 Funileiro(s): 418  
 Funrural: 494  
 Furnas (sistema hidrelétrico): 487  
 Furtado, Anastácio Joaquim Moita: 221, 541  
 Furtado, André: 169  
 Furtado, Diogo de Mendonça: 159, 537  
 Furtado, Francisco Xavier de Mendonça: 221  
 Furto(s): 341  
 Fusta (embarcação): 1  
 Fuzil(s): 332  
 Fuzileiro(s): 139

**G**ado: 113, 119, 275, 277, 285, 291-2, 499

- asinino: 449, 458  
 - bovino: 449, 458, 479  
 - caprino: 310, 449, 458  
 - cavalari: 157, 242, 310  
 - equino: 449, 458  
 - muar: 310, 449, 458  
 - "ovelhum": 310  
 - ovino: 449, 458

- suíno: 449, 458  
 - "bastante para o consumo", em 1854: 390  
 - a criação de ... não era digna de menção em 1860: 392  
 - vacum: 157, 242, 310  
 - existente na Fazenda de Muribeca: 156-7  
 - em 1771, havia abundância de ... no Espírito Santo: 222  
 - existente no Espírito Santo, em 1828: 310  
 Galé (embarcação): 2, 90  
 Galinha(s): 310  
 - número e preço, em 1828: 310  
 - da Índia: 310  
 Galvão (do Conselho Ultramarino): 209  
 Galvão, Manoel Antônio: 542  
 Galveias, conde das  
 - ver Castro, João de Almeida Melo e  
 Gama, Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da: 544  
 Gama, Antônio Joaquim Nogueira da: 306  
 Gama, Antônio Pinto Chichorro da: 331, 341, 542  
 Gama Filho, Celso Calmon Nogueira da: 669  
 Gama, Francisco Antônio de Paula Nogueira da: 307, 332  
 Gama, Francisco Grisantes da: 142, 195, 539  
 Gama, José Maria Nogueira da: 399  
 Gama, Vasco da: 7-9  
 Gamela(s): 222  
 GANDAVO, PERO DE MAGALHÃES: 113  
 Garça(s): 97  
 Garcia, Pedro: 168  
 GARCIA, RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM: XXXIX, 10, 42, 48, 53, 84, 112, 121, 124, 130, 132, 134, 140, 168-9, 203, 259, 266  
 Gargahû [Grajau]: 359  
 Garoupa (peixe): 395  
 Gás: 383  
 Gato, Borba: 175  
 Gato Grande  
 - ver Maracaiguaçu  
 "Gazeta de Vitória": 416  
 "Gazeta do Rio de Janeiro": 350  
 Gênova: 3  
 Gênova, duque de: 114  
 Gentio(s): 59, 61, 70, 87, 98, 113, 127, 155, 187, 190, 224, 229, 232, 241, 244-5, 263-4, 283, 324, 336, 474  
 - ver, também, Bárbaro(s), Íncola(s), Índio(s), Selvagem(ns), Silvicola(s)  
 Geografia: 397  
 - ensino de ...: 377, 391, 397-8, 415, 465

- Geometria (ensino de): 377, 415  
 Gergelim: 309  
 Gerino, Tomás: 206  
 Germânia: 341  
 Gesú: 123  
 GIMPEL, JEAN: 474  
 Ginásio Espírito-santense (fundação): 463  
 Ginásio Mateense: 415  
 Giquiriçá: 91  
 Giuberti, Raul: 548  
 Goa: 26-7  
 Goarapari: 97  
 - ver, também, Guarapari  
 Goiabeira(s): 309  
 GÓIS, DAMIÃO DE: 14  
 GÓIS, INOCÊNCIO: 168  
 Góis, Pero de: 14, 24, 39, 49, 50, 57, 61-2, 66-7, 71, 77, 82, 146  
 - auxílio prestado a Vasco Fernandes Coutinho: 49  
 - auxílio recebido de Vasco Fernandes Coutinho: 61-2  
 - capitão-mor do mar: 66  
 Goitacá(s)  
 - aliança com outras tribos para lutar contra os colonos: 58  
 - ver, também, Goitacaz(es)  
 Goitacaz(es): 127, 146, 215  
 - ajudam a bater Cavendish: 119  
 - Miguel de Azeredo chefia bandeira punitiva contra os ...: 121  
 - “carta de sesmária das terras dos ...” 130  
 Golfo Pérsico: 26  
 Golpe de Estado  
 - de 3-11-1891: 430, 434  
 - de 10-11-1937: 452  
 Gomes, Antônio (funcionário da corte de Filipe II): 126  
 Gomes, Antônio (procurador): 151  
 GOMES, ANTÔNIO OSMAR: 410  
 Gomes, Nestor: 447, 449, 546  
 Gomes, Paulo César Hartung: 548  
 Gomes, Romilda Fraga: 669  
 Gonçalves, Florêncio Francisco: 381  
 Gonçalves, Francisco: 272  
 Gonçalves, Simão: 78  
 Gonçalves, Simeão: 78  
 Gonçalves, Bastião: 29  
 Goropari: 154, 567  
 Goulart, Gil: 408  
 Gouveia, Bernardino José Falcão de: 207, 215, 244  
 Gouveia, Diogo de: 12-3  
 Gouveia, Inácio Henrique: 430  
 - membro da Junta Governativa: 434, 546  
 Gouveia, Isabel de: 8  
 Gouveia, Lúcio Soares Teixeira de: 218, 308, 331  
 Gouveia, Pedro Álvares de  
 - ver Cabral, Pedro Álvares  
 Governador(es): 72, 153, 185, 188, 193  
 - da Bahia: 194, 196-7, 228  
 - do Rio de Janeiro: 139, 151, 169, 185, 214  
 - do Estado: 430  
 Governo Federal: 429, 450  
 Grã-Bretanha: 403  
 GRÃ, LUÍS DA: 87-8, 116  
 Gramática: 253  
 Gramática latina  
 - provisão régia mandando instalar uma cadeira de ... em Vitória: 223  
 - em 1828, existia uma aula de ... em Vitória: 316  
 - ordenado do professor de ...: 254  
 - ensino de ...: 239, 252, 319-20, 391  
 - inconveniência do ensino da ..., segundo Pedro L. Veloso: 391  
 Granada: 466  
 Grande Oriente do Brasil: 302  
 Grândola: 30  
 Graúna (madeira): 241  
 Gray: 9  
 Greenwich: 37  
 Grego(s): 8  
 Grêmio Bibliotecário Cachoeirense: 416-7  
 - fundação: 416  
 - inauguração: 416  
 - prédio próprio: 416  
 - mantinha escola noturna: 416  
 Grêmio Literário Vitorienense: 416  
 Greve operária: 443  
 Grijó, José do Patrocínio: 399  
 Grimalda, Luísa  
 - ver Grinalda, Luísa  
 Grimaldi, Luísa  
 - ver Grinalda, Luísa  
 Grinalda, Catarina: 110  
 Grinalda, Luísa: 117, 120, 127, 539  
 - residiu em Sítio Ribeiro: 39  
 - esposa de Vasco Fernandes Coutinho Filho: 110  
 - filha de Pedro A. Correia e de Catarina Grinalda: 110  
 - natural de Portugal: 110  
 - recebe o governo da capitania: 117  
 - nomeia Miguel de Azeredo seu adjunto: 117  
 - beneficiária do testamento de seu marido: 117  
 - hospeda beneditinos em sua casa: 118

- entrega o governo da capitania e parte para Portugal: 120
  - recolhe-se à vida conventual: 120
  - presta depoimento no processo de beatificação de José de Anchieta: 120
  - Grisi, Rafael: 477
  - “Grorya” (caravela): 29, 31, 37-8, 126
  - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura: 496
  - Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo: 496
  - Guaçu: 438
  - Guanabara: 98, 100, 110, 115, 484, 492, 498
    - ver, também, Baía de Guanabara
  - Guandu (conflito): 434
  - Guandu, segundo barão de
    - ver Souza, João Bernardo de
  - Guandu de Cima (paróquia): 412
  - Guarapari: 130, 207, 209, 218, 232, 236, 240, 245, 249-50, 280, 309, 314, 323, 335-6, 356, 358, 372, 385, 391, 399, 409, 412-3, 425, 444, 466, 491, 497
    - fundação: 172, 180
    - população, em 1682: 180
    - seu estado, em 1688: 172
    - como a viu o capitão-mor, em 1790: 239, 243
    - população em 1790: 239
    - número de escravos, em 1790: 239
    - efetivo militar, em 1791: 244
    - distritos, em 1828: 318
    - mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369
    - produção de aguardente, em 1852: 375
    - Maracaiaguauçu e sua gente mudam-se para ...: 97
    - fundação da vila: 172
    - instalação da vila: 172
    - tinha duas Companhias de Ordenanças, em 1732: 209
    - rendas do conselho da vila de ..., em 1754: 237
    - despesas do conselho da vila de ..., em 1754: 237
    - número de fogos, em 1775: 224
    - número de almas, em 1775: 224
    - população em 1824: 331
    - número de fogos em 1824: 331
    - população em 1827: 331, 333
    - número de fogos em 1827: 333
    - número de lojas em 1828: 311
    - sesmarias, em 1828: 308
    - número de “aulas” em 1829: 319
    - chacina de famílias inteiras, em...: 343
    - número de lanchas, em 1852: 395
    - produção de café, em 1852: 374
    - produção de açúcar, em 1852: 374
    - número de escravos do município, em 1871: 385
  - Guaraparim: 127, 146
    - ver, também, Guarapari
  - Guardião(ões) do convento de S. Francisco (de Vitória): 215
  - Guarapuava (campos de ...): 286
  - Guarda de navios: 68
  - Guarda-livros: 418
  - Guarda Nacional: 265, 343, 379, 403, 415, 421
    - primeiro desfile da ..., em Vitória: 379
    - desfila na recepção de Pedro II: 401
    - elogiada em ordem do dia por determinação de Pedro II: 401
  - Guarda Negra: 410
  - Guedes, João Dias: 139-40, 539
  - GUEDES, MAX JUSTO: 568, 573
  - Guerra(s): 8, 34, 58, 88, 125, 135, 141, 151, 271, 285, 329, 352
  - Guerra Cisplatina: 308
  - Guerra Civil: 451
  - Guerra dos Farrapos: 341
  - Guerra do Paraguai: 365, 381-2
    - contribuição do Espírito Santo para a ...: 381-2
  - Guerra Mundial (primeira): 447, 468
  - Guiana Inglesa: 259
  - Guilhem, Felipe
    - veio com Vasco Coutinho para o Brasil: 48
    - emigrou para Ilhéus: 48
    - perde pessoas de sua família: 48
    - exerceu cargos de vereança em Ilhéus: 48
    - chamado por Tomé de Sousa para servir nos descobrimentos de minas: 48
    - provedor da Fazenda, em Porto Seguro: 48
  - Guimarães, Joaquim: 443
  - Guimarães, Manoel Fernandes: 285
  - Guimarães, Martinho Vieira: 245
  - Guiné: 166, 184
  - Guisamento: 423
  - Guizan, Emilio Francisco: 351
  - Gusmão, Alexandre de: 566
  - Gusmão, João Peres de: 151
  - Gustavo, Ernesto Pereira: 399
- H**ábito de Aviz: 259
- Hábito de Cristo: 111, 131, 204
- Haia: 149
- Hamburgo: 242
- Hanoveriano(s): 404
- Hansen (mal de): 370, 452

Harfleur: 3  
 “Harpy” (navio inglês): 372  
 Hartung, Paulo  
 - ver Gomes, Paulo César Hartung  
 Hasta pública: 312, 423  
 Henrique (cardeal): 100  
 Henrique (príncipe de Portugal): 4, 10  
 Henriques, Afonso (rei de Portugal): 1  
 Herege(s): 45, 257  
 Heresia(s): 17, 55, 74  
 Hessiano(s): 404  
 Heyn, Pieter Pieterszoon: 132, 134-5  
 Hidrelétrica de Mascarenhas: 486  
 Hidromel: 158  
 Higiene (conferências sobre): 457  
 Hino Nacional: 402  
 Hipoteca(s): 242  
 História: 165, 189, 216, 228, 235, 269, 341, 465  
 - ensino de ...: 377, 391, 397, 415  
 - marítima de Portugal: 2  
 História do Brasil: 87, 177, 226, 251, 382, 398, 403, 415  
 Holanda: 134, 149, 167, 191, 235, 419, 448  
 Holandês(es): 124, 130-1, 133-4, 136, 140-2, 153, 159, 180, 326, 448  
 - atacam a capitania em 1625: 132  
 - expulsos de Cabo Frio: 130  
 - atacam novamente, em 1640: 139  
 - número de ... na colônia de S. Leopoldina, em 1863: 404  
 - número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384  
 Holstein: 404  
 Homem(ns): 4, 184, 198, 281, 331, 333, 394, 413, 438  
 - de letras e saber: 441, 463  
 - pardos: 198, 394  
 Homicida(s): 55  
 Homiziado(s): 71  
 Homizio: 47, 74  
 Horta, José Caetano Rodrigues: 545  
 Horta, José Francisco de Lélis: 377, 400  
 Hortaliça(s): 113, 156  
 Hospedaria(s): 423  
 Hospital(is): 28, 34, 65, 293, 370, 389  
 - informação de que ainda não existia no Espírito Santo em agosto de 1550: 65  
 - fundação de ... para enfermos pobres: 278  
 - na região do rio Doce: 279  
 - em 1940: 460  
 - de S. Mateus: 389  
 Hospital da Misericórdia: 361, 393, 417, 440

- construção: 278  
 - decreto mandando criar: 278  
 - descrição do ..., em 1828: 314-5  
 - suas rendas, encargos e patrimônio: 315  
 - situação, em 1854: 390  
 - recebe a visita de Pedro II: 401-2  
 - situação, em 1889: 417  
 - construção do atual: 442  
 Hospital de Clínicas: 478  
 Hospital de Doenças Mentais: 478  
 Hospital dos Servidores Públicos: 452  
 Hospital Militar: 336  
 - instalação: 248  
 - estado do ..., em 1824: 305  
 Hotel(is): 418  
 Hotel d’Europe: 418

**I**agoarippe: 238  
 Ians, Guilherme: 134  
 Iate(s): 372, 396  
 Ibirapitanga  
 - ver Pau-brasil  
 Iconha: 466, 497  
 Idólatra(s): 10, 16, 47  
 Igaracu: 257  
 Igreja(s): 314, 363, 417  
 - de particulares, em 1816: 281  
 - filiais, em 1816: 281, 314  
 - privilegiadas: 314  
 Igreja Católica Apostólica Romana: 38, 47, 85, 252, 318  
 - despesa da ..., em 1617: 131  
 Igreja (da vila do Espírito Santo)  
 - como foi vista pelo padre Leonardo Nunes, em 1549: 65  
 - despesa com o seu vigário, em 1617: 131  
 Igreja de Santiago (em Vitória): 84, 103, 117, 122, 347, 423, 570  
 - primeira referência à ...: 78  
 - desprovida de objetos de culto: 85, 87  
 - recebe doação de terras: 85  
 - a ... vista por Fernão Cardim: 113  
 - início da construção da ...: 115-6  
 - Vasco Fernandes Coutinho Filho teria sido sepultado na ...: 117  
 - José de Anchieta sepultado na ...: 116, 122  
 Igreja da Candelária (Rio de Janeiro): 366  
 Igreja da Misericórdia: 293, 314, 440, 570  
 Igreja de N. S. da Conceição (Vitória): 314  
 Igreja de N. S. da Conceição (Viana): 277  
 Igreja de N. S. da Vitória: 87, 135, 204, 297,

- 306, 570
- orçamento e execução de obras: 203
  - dimensões: 203
- Igreja de N. S. da Assunção: 79, 214
- Igreja de N. S. do Rosário (da vila do Espírito Santo)
- fundação: 38
  - a mais antiga freguesia do sul do Brasil: 38
  - concedido o predicamento de paróquia: 215
- Igreja de S. Francisco (de Vitória): 402
- Igreja de N. S. do Carmo: 570
- Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos: 226, 314
- Igreja de S. Luzia (Vitória): 314
- Igreja de S. Gonçalo (Vitória): 314, 570
- Igreja de S. José (Queimado): 352
- Igreja de S. Mateus
- concedido o predicamento de paróquia: 215
- Igreja de S. Maurício: 238
- ameaçava ruína, em 1666: 155
- Igreja matriz: 297, 306, 440, 570, 572
- de Vitória: 203, 297, 306
- Igreja do Colégio dos Jesuítas (de Vitória): 113, 122, 570
- (da cidade do Salvador): 166
  - ver Igreja de Santiago
- Igreja do Rosário: 567, 572
- Igreja dos Reis Magos: 80, 130, 164
- inauguração: 130
- Igreja do Queimado
- ver Igreja de S. José
- Iguape: 222
- Ilha(s): 13, 16, 39, 118, 230, 239, 241, 259, 282-3
- Ilha da Cruz: 9
- Ilha da Forca: 569
- Ilha da Madeira: 6, 13, 52, 56, 62
- Ilha de Ana Vaz: 110
- origem provável do nome: 110
- Ilha de D. Jorge: 39
- Ilha de Lançarote: 290
- Ilha de Santa Catarina: 224
- Ilha de S. Antônio: 85
- alvará de doação a Duarte de Lemos: 42
  - escritura de doação: 42-4, 52
  - carta régia de confirmação da escritura: 42-5
  - origem de seu nome: 42, 49
  - transferência da sede da capitania para a ...: 65-6
  - ver, também, Ilha de Vitória
- Ilha de S. João: 11
- Ilha de S. Miguel: 13
- Ilha de S. Sebastião: 119
- Ilha de S. Tomé: 33, 221
- Ilha de Valentim Nunes: 39
- Ilha de Vera Cruz: 9
- Ilha de Vitória: 42, 139-40, 147, 159, 309, 357
- instalação da vila na ...: 65-6
  - ver, também, Ilha de S. Antônio
- Ilha do Boi: 39
- construção de sua fortaleza: 221-2, 244
  - trabalhos de urbanização: 494
- Ilha do Manguinho: 568
- Ilha do Príncipe (África): 221
- Ilha do Príncipe (Vitória)
- trabalhos de urbanização: 494
- Ilha dos Frades: 39
- Ilhas Canárias: 276, 290
- Ilhas dos Açores: 13, 141, 276, 283, 292-3, 308
- Ilha Grande: 222
- Ilha Martim Vaz: 485
- Ilha Mazé catuze: 569
- Ilha Terceira: 248
- Ilha Trindade: 485
- Ilhéu(s): 66, 276-7, 292
- decreto isentando os ... do serviço militar: 277, 292
  - ver, também, Açoriano(s)
- Ilhéus: 14, 48, 62, 71, 83, 94-5, 150, 238
- ver, também, Capitania de Ilhéus
- Ilmenita: 466
- Iluminação: 336, 351, 423, 449, 487
- das ruas de Vitória, em 1823: 315
  - das ruas de Vitória, em 1865: 383
  - a gás (de Vitória): 383, 414
  - elétrica de Vitória: 442
  - elétrica de Vila Velha: 442
  - elétrica de Cachoeiro de Itapemirim: 442
- Imigração: 275-6, 316, 371, 442
- de açorianos: 275-6
  - reencetada a ..., em 1847: 355
  - solicitação para que fosse orientado o fluxo de ... para o Espírito Santo: 373
  - a ... italiana: 355-6
- Imigrante(s): 355, 371, 384, 435
- Imperador: 307, 318, 351, 370, 376, 379, 401-2, 410
- Imperatriz: 379, 401-2
- Imperial Afonsino (aldeamento): 355, 390, 392, 399
- Imperial, Manuel Francisco: 381
- "Imperial Marinheiro" (cruzador): 367
- Império: 327, 371
- Importação: 262, 312, 371, 376
- ... em 1790: 242, 289
  - gêneros importados em 1827: 311
  - valor da ..., em 1861: 375
  - comércio de ..., em 1870: 392

- Imposto(s): 150, 201-2, 261, 299, 306, 334
- arrecadação da União, em 1972: 490
  - arrecadação do Estado, em 1973: 490
  - ver, também, Direito(s)
- Imposto de Circulação de Mercadorias: 497
- Imposto de renda: 496
- arrecadação de 1972: 490
- Imprensa: 350-1, 356, 365
- no Espírito Santo, em 1944: 460, 470
  - no Espírito Santo, em 1973: 490
- Impressão Régia: 350
- Incêndio: 86, 341
- em Nova Almeida, em 1835: 342
- Incentivo fiscal: 477, 496-7
- Íncola(s): 43, 88-9, 229
- ver, também, Bárbaro(s), Gentio(s), Índio(s), Silvícolas(s)
- “Indagador” (jornal): 351
- Independência do Brasil: 297, 301-4, 314, 330, 380, 442, 465
- pródromos do movimento da ... no Espírito Santo: 295
  - inaugura fase nova na vida do Espírito Santo: 354
- Índia: 9, 16, 26-8, 165-6
- galinha da ...: 310
  - pimenta da ...: 6
- Índias: 7, 8, 11, 330
- Índio(s): 48, 55, 57, 62, 86, 112-3, 115, 153, 159, 184, 252, 256, 280, 315, 340
- como receberam Vasco Fernandes Coutinho: 37
  - tratamento que os colonos dispensavam ao ... : 55
  - colaboração do ... nos primeiros tempos da capitania: 41
  - destruição de uma povoação de ... da capitania de S. Tomé: 57
  - caça ao ... para o trabalho da lavoura: 58
  - vendido pelos próprios aos colonos: 58
  - aliança para combate aos brancos e destruição de suas fazendas: 58
  - opinião do padre Afonso Brás sobre “sua inconstância e pouca firmeza” e grande número: 78, 81
  - ação catequizadora dos jesuítas, no Espírito Santo: 82
  - “mui apartados” dos colonos: 88
  - põem em perigo a sobrevivência da capitania: 89
  - luta com a expedição de Fernão de Sá: 90
  - baixas dos ...: 91
  - os ... do Espírito Santo ameaçam devorar os colonos: 95
  - únicas vítimas de epidemia, em 1558: 96
  - trazidos do sertão pelos jesuítas: 96
  - braços que construiu a obra arquitetônica planejada pelos jesuítas, no Espírito Santo: 97
  - em 1568, os ... ameaçaram a paz da capitania: 111
  - período de respeito mútuo e entendimento com os colonos: 112
  - 400 ... tomam parte na expedição de Antônio D. Adorno: 114-5
  - 7.000 ... escravizados trazidos, em 1574, para o litoral: 115
  - mais de 10.000 ... trazidos pelo padre Diogo Fernandes para o litoral: 116
  - os portugueses possuíam “muita escravaria dos índios cristãos”, em 1584: 113
  - número de ... que viviam nas aldeias jesuíticas, segundo José de Anchieta: 113
  - tratamento que os colonos dispensavam aos ..., segundo informação de José de Anchieta: 113
  - repressão aos predadores de ...: 115
  - descimento de ... por Belchior de Azeredo: 116
  - descimento de ... por jesuítas: 116
  - utilizados nas lavouras dos jesuítas: 116
  - defendem a capitania contra a investida de três naus francesas: 116-7
  - auxiliam a bater os ingleses de Cavendish: 119
  - recebem jesuítas com festas em suas aldeias: 146
  - escritura de doação de terras aos ... da aldeia de Reis Magos: 121, 130
  - 200 ... destinados a Santos teriam ido do Espírito Santo: 124
  - quinhentos ... do Espírito Santo colaboraram para a fundação de Cabo Frio: 130
  - mataram “obra de 200 holandeses” em Cabo Frio: 130
  - mandados à Bahia para ajudarem na luta contra os holandeses: 132
  - duas companhias de ... auxiliam a expulsar os holandeses, em 1640: 139-40
  - não eram pagos quando retirados das aldeias para o serviço da Coroa: 188
  - luta armada com os jesuítas de Iiritiba: 213-4
  - repercussão da expulsão dos jesuítas na vida dos ...: 218
  - atacam os ... puris as minas do Castelo: 222
  - atacam, em 1779, o distrito de S. Maria: 226
  - em fins de século 18, os ... continuavam ameaçadores em toda a capitania: 229
  - botocudos: 215, 244, 262, 270, 275, 277, 280, 282, 286, 289, 336, 340, 355, 405
  - interesse da Coroa pelos ...: 231, 263

- carta régia equiparando os ... aos demais vas-  
salos da monarquia: 263
- concessão de terras por aforamento aos ...: 263
- opinião do ouvidor da capitania sobre os ...: 264
- juiz ...na vila de Nova Almeida: 264
- os ..., em princípios do século 19, atacavam as  
povoações mais próximas de Vitória: 271
- opinião da Junta Governativa do Espírito  
Santo sobre os ...: 285
- política oficial em relação aos ...: 285-6
- levante de ... em Itapemirim: 307
- epidemia de varíola, entre os ..., em 1824: 307
- ordenado de um ..., em 1828: 316
- assistência prestada aos ... , pelo governo: 354
- número de ... no Espírito Santo, em 1824: 331
- recenseados na província, em 1827: 333
- remadores do escaler do governador da pro-  
víncia: 336
- os ... botocudos eram a causa do abandono da  
Estrada Vitória-Ouro Preto: 340
- constantes providências oficiais visando inte-  
grar o ... na sociedade: 344
- criação do aldeamento de ... Imperial Afon-  
sino: 355
- opinião do presidente da província sobre os  
... do Aldeamento Afonsino, em 1854: 390
- número de ... , na província, em 1856: 394
- ver, também, Bárbaro(s), Gentio(s), Íncola(s),  
Selvagem(ns), Silvícola(s)
- Indiviso(s): 242, 283, 308-9
- Indulto(s): 243
- Indústria(s): 107, 113, 154, 158, 202, 222, 228-  
9, 254, 313, 354-5, 373, 388, 418
- a ..., em 1852, na província: 374
- a ..., em 1854, na província: 390
- a ..., em 1940, no Espírito Santo: 458
- a ... canaveira, em 1940: 459
- produção em 1941: 467
- Inês: 30
- Infantaria: 144-5, 162, 168, 173, 180, 213, 216,  
225, 236, 317
- tratamento privilegiado que lhe é dispen-  
sado: 143
- destacamento de 40 infantes para servirem na  
capitania: 141
- privilégios da ...: 142
- elevado o efetivo para 80 infantes: 143
- despesa com a ..., em 1754: 216
- Infiel(is): 1, 16, 26, 43, 47
- Inglaterra: 3, 149, 170, 191, 296, 370, 380, 448
- Inglês(es): 118, 121, 127, 130, 376, 404-5, 448
- visita inamistosa que ... fizeram ao Espírito  
Santo em 1582: 111
- em 1583, três naus ... atacam a capitania: 117
- ... de Cavendish atacam a baía de Vitória, em  
1592: 118-20
- expulsos de Cabo Frio: 130
- navio ... arriba ao porto de Vitória (?) em  
1715: 198
- Inglês (idioma): 397, 415
- Inhame: 309
- Inibrás: 491
- Inquerito(s): 321
- Inquiridor, contador e distribuidor de Vitória: 251
- Inquisição: 252
- Inseminação artificial de rebanhos: 483
- Inspetor
- da Alfândega e Mesa do Consulado: 349
- da Saúde Pública: 403
- da Tesouraria da Fazenda: 393
- escolar: 398, 463
- Inspetoria da Saúde do Porto: 414
- Inspetoria do Ensino: 463
- Inspetoria de Higiene Pública: 414
- Inspetoria Geral da Instrução Pública (da pro-  
víncia do Espírito Santo): 377, 414
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:  
XLI, 37, 458, 484-5, 669
- Instituto Brasileiro do Café: 484, 499
- Instituto do Bem-Estar Social (criação): 477
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 121,  
259, 332, 376, 404, 465, 669
- Instituto Histórico e Geográfico do Espírito  
Santo: XXXIX, 125, 296, 304, 379-80, 457
- Instituto Vacínico: 391
- Instrução: 223, 253-4, 257, 307, 330, 345,  
373, 378
- ausência de recomendações sobre a ... nas  
ordens dadas aos capitães-mores: 154
- a expulsão dos jesuítas do Espírito Santo e a  
... : 218, 223
- a ... pública na província, em 1863: 397-8
- a ... pública na província, em 1869: 373-4
- a ... pública na província, em 1872: 400
- relação das aulas de ... primária e secundária  
da província, em 1852: 399
- verba para a ... no Orçamento de 1920: 449
- a ... no Espírito Santo, em 1940: 469-70
- a ... no Espírito Santo, até 1908, segundo Luiz  
Derenzi: 463
- ver, também, Ensino
- Insurreição(ões): 342-3
- de índios: 88
- da Câmara de Vitória contra o capitão-mor



- José Lopes: 150-1  
 - de escravos: 344, 352-3  
 - ver, também, Desordem, Levante, Motim  
 Insurreição do Queimado: 352-4, 362-3, 379  
 Intendência Geral de Polícia: 276, 292  
 Intendente Geral (do Rio de Janeiro): 214, 236, 276  
 Intérprete(s): 142, 146, 285, 466  
 - para confissões: 86  
 - necessidade de ... para o Recenseamento de 1940: 457  
 Intervenção federal: 447  
 Interventor federal: 451, 457, 461, 547  
 Intriga(s): 269, 325  
 Inundação(ões): 157, 239-40  
 Inventário(s): 40  
 Ipê: 241  
 Ipiranga: 301  
 Ipojuca: 257  
 Ipunoré (Amazonas): 363  
 Iriritiba (aldeia): 216, 2218 413  
 - revolta dos índios de ... : 213-4  
 - elevação à categoria de vila: 216-7  
 - ver, também, Anchieta  
 Irmandade da Misericórdia: 316  
 Irmandade do Santíssimo: 316  
 Irmandade dos Passos: 316  
 Irmandade da Boa Morte: 316  
 Irmandade do Rosário dos Pretos: 316  
 Irmandade do Amparo: 316, 417  
 Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pardos: 417  
 Irmandade do Rosário dos Pardos: 316  
 Irmandade N. S. Mãe dos Homens: 316  
 Irmandade de S. Benedito: 316  
 Irmandade de N. S. dos Remédios: 316, 417  
 Irmandade de N. S. do Rosário: 316  
 Irmandade de S. Benedito do Rosário: 417  
 Irmandade do S. S. Sacramento: 417  
 Irmandade da S. Casa da Misericórdia: 315-6, 417  
 Irmandade do Senhor dos Passos: 417  
 Irmandade dos Pretos (em Vitória): 226  
 Isabel (princesa imperial do Brasil): 395  
 Itabapoana: 358, 372, 414, 425, 434  
 - mortos, em ... , pelo cólera morbus: 369  
 Itabasco: 491  
 Itacibá (Porto de): 274, 289  
 Itália: 356, 448  
 Italiana (língua): 465-6  
 Italiano(s): 356, 435, 448  
 - colaboradores dos portugueses no desenvolvimento da cartografia e da construção naval: 4  
 - número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384  
 Itamaracá: 12, 150, 257  
 Itanhaém: 222  
 Itaonga: 245, 249  
 Itapemirim: 14, 39, 97, 223, 249, 314, 368, 372, 379, 382, 385, 388, 391, 394, 409, 413-4, 417, 421, 424-5, 429, 435  
 - elevada à categoria de vila: 279  
 - levante de índios em ...: 307  
 - distritos, em 1828: 318  
 - número de sesmarias, em 1828: 308  
 - levante de escravos, em ...: 343  
 - mortos, em ... , pelo cólera morbus: 369  
 - recebe 50 arrobas de carne seca mandada pelo governo imperial: 369  
 - a Metrópole manda abrir aula de ensino público em ...: 223  
 - população, em 1824: 331  
 - número de fogos, em 1824: 331  
 - população, em 1827: 331, 333  
 - número de fogos, em 1827: 333  
 - número de lojas, em 1828: 310  
 - número de “aulas”, em 1829: 319  
 - produção de café, em 1852: 374  
 - produção de açúcar, em 1852: 374  
 - produção de aguardente, em 1852: 375  
 - município: 356, 391  
 - comarca: 391, 412  
 - população do município, em 1871: 385  
 - número de escravos do município, em 1871: 385  
 - número de médicos, em ... em 1863: 393  
 - em 1863 havia um cirurgião em ...: 393  
 - estabelecimento de engenho central em ...: 435  
 Itapemirim, primeiro barão de  
 - ver Lima, Joaquim Marcelino da Silva  
 Itapemirim, segundo barão de  
 - ver Seabra, Joaquim Antônio de Oliveira  
 Itapemirim, terceiro barão de  
 - ver Lima, Luís Siqueira da Silva  
 Itapoca: 156, 218, 399  
 Itariana (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Itaúnas: 354, 385, 399  
 Iucu: 244, 249
- J**ABOATAM, ANTÔNIO DE SANTA MARIA: 27, 30, 55, 59, 91  
 Jacaraípe: 377  
 Jacarandá: 122, 222, 241, 425  
 Jacariacica: 244, 249

- ver também Cariacica
- Jackson, Colman: 376
- Jácome, Diogo: 62, 155
- “Jacuípe” (escuna): 343
- Jamaica: 10
- Janela(s): 357, 401, 402
- envidraçada(s): 279, 314
- Jaqueira(s): 309
- Jaques
  - ver Oalt, Jaques de
- Jaques, Cristóvão: 12, 13
- Jardim(ns): 326, 346
- Jardim, Antônio da Silva: 415
- Jardim Botânico, 378
- Jardim Municipal: 439
- Jazida(s): 168, 185, 444, 467
- Jequitibá: 457
- Jesuita (s): 130, 156, 176, 202, 204, 244, 253, 307, 334, 335, 359
  - teriam sido proprietários do sítio que fundara Vasco Fernandes Coutinho: 39
  - sua influência moral sobre os colonos do Espírito Santo: 58
  - primeiros que visitaram o Espírito Santo: 62
  - os ... instalam-se no Espírito Santo: 77
  - primeiros trabalhos no Espírito Santo: 78
  - recebem doação de terras de Duarte de Lemos: 85
  - trabalhos dos ... no Espírito Santo: 96, 115, 178
  - trazem índios do sertão: 96
  - as aldeias fundadas pelos ... transformam-se em cidades: 96, 216
  - os mais adiantados praticantes da medicina e da enfermagem: 96
  - primeira escola, iniciativa dos ...: 96
  - vanguardeiros da arquitetura colonial no Espírito Santo: 97
  - juízos dos ... sobre a capitania: 103
  - alguns pupilos dos ... vindos da Bahia, casados na capitania, trabalham em tecelagem: 107
  - aproveitam índios nas suas lavouras: 113, 116
  - dois ... integram a expedição de Antônio D. Adorno: 115
  - os ... e o ensino de primeiras letras em 1571: 116
  - padre ... “desce” mil índios do sertão: 116
  - padre ... “desce” mais de 10.000 índios do sertão: 116
  - índios aldeados pelos ... ajudam a bater Cavendish: 118
  - atuação dos ... no fim do século 16: 124
  - ajudam a defender Vitória, em 1625: 134
  - passam a se interessar pelas esmeraldas: 135
  - suas atividades na capitania, no século 17: 156
  - onde instalaram suas propriedades agrícolas: 157
  - recebidos com festas em aldeias indígenas: 158
  - à frente de bandeiras, procurando minas: 156, 178
  - luta armada com os índios de Iiritiba: 213
  - expulsão dos ... da capitania: 211, 214
  - repercussão da expulsão dos ... na vida da capitania: 217
  - desmantelamento de sua biblioteca: 218
  - Carlos Rizzini nega aos inacianos o monopólio da instrução no Brasil: 257
  - Jesus Cristo: 18, 20, 35, 52, 94, 98, 111, 140, 168
  - Joalheiro(s): 418
  - João, mestre: 9
  - João (príncipe - futuro João VI): 269, 271, 274, 275, 277, 291
  - João I (rei de Portugal): 1, 535
  - João II (rei de Portugal): 30, 535
  - João III (rei de Portugal): 10, 12, 13, 16, 21, 23, 30, 32, 53, 55, 57, 74, 249, 535
  - João IV (rei de Portugal): 141, 327, 536
  - João V (rei de Portugal): 230, 536
  - João VI (rei de Portugal): 231, 301, 302, 322, 536
  - João da viúva Monteiro: 353
  - Jobim, José Martins da Cruz:
    - eleição: 366
    - nomeação: 366
  - Jogo(s): 81
    - de azar: 112
    - Vasco Fernandes Coutinho Filho extirpa o ... da capitania: 112
  - Jorge III (rei da Inglaterra): 330
  - Jorge, Antônio: 121
  - Jorge, Gaspar: 120
  - Jornal(is): 299, 339, 351, 366, 381, 416, 463
    - manuscrito: 299
    - primeiro impresso no Espírito Santo: 350
    - ... editados no Espírito Santo, em 1889: 416
    - número de ..., em Vitória, em 1900: 441
    - número de ..., em 1944: 460, 470
    - número de ..., em 1974: 494
    - “Jornal da Cidade”: 494
  - Jornalismo no Espírito Santo: 350
  - Jornalista(s): 366, 418, 479
  - José I (rei de Portugal): 122, 213, 217, 253, 254, 536
  - Jovita, Maria de Lourdes: 669
  - Jucaruaba (fazenda): 309
  - Jucu: 314, 390, 399
    - número de lojas, em 1828: 311
  - Jucurutucoara: 85

Judaísmo: 252  
 Judeu(s): 4  
 - donos da marinha mercante de Portugal: 2  
 - senhores do comércio internacional de Portugal: 2  
 Juiz(es): 17, 20, 27, 34, 102, 104, 151, 168, 172, 189, 201, 227, 251, 264, 441  
 - venais: 227  
 - de órfãos: 170, 398  
 - leigo(s): 309, 318  
 - índio: 264  
 - de direito: 403  
 - de fora: 206, 298, 318, 328  
 - de vintena: 201, 206, 251  
 - ordinário: 170, 201, 221, 227, 243, 251, 255, 300, 318, 325  
 - da vila da Vitória: 170, 190, 221, 242, 250, 318, 325  
 - da comarca ou do Espírito Santo: 227  
 - de paz: 318, 343  
 Juiz da Alfândega da capitania: 67  
 Juiz Municipal e de Órfãos (de Cachoeiro de S. Leopoldina): 465  
 Juízo dos Ausentes: 337  
 Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda: 271, 360  
 Junta da Fazenda Pública: 292, 314, 334, 335  
 Junta da Real Fazenda: 285, 299, 323, 328, 350  
 Junta das Missões: 213  
 Junta do Governo Provisório  
 - ver Junta Provisória de Governo  
 Junta Eleitoral (do Espírito Santo): 298  
 Junta Governativa: 285, 293, 296, 300, 302, 323, 430, 434, 438, 451  
 - de 1891, no Estado: 430, 434, 438, 546  
 - de 1930, no Estado: 450, 547  
 Junta Provisória de Governo (do Espírito Santo): 285, 300, 301, 303, 323, 324, 325, 326, 327  
 - criação: 285, 323, 360  
 - instalação: 285, 300, 323  
 - abolida a ...: 305  
 Junta Provisória de Governo (da Bahia): 271, 303  
 Jupi-açu: 119  
 Jura(s): 86  
 Juramento(s): 17, 86, 102, 207, 297, 306  
 - à bandeira: 285  
 Júri: 353, 354, 365, 380  
 - para julgamento dos insurretos do Queimado: 354  
 Juruá (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Justiça: 12, 17, 20, 34, 35, 70, 74, 102, 104, 126, 129, 142, 143, 151, 154, 173, 176, 180, 206, 207

227, 250, 251, 262, 269, 282, 285, 299, 318, 328, 334, 353, 356  
 - irregularidade nos negócios da ...: 142, 206  
 - quanto à ... a província estava sob a jurisdição da Relação do Rio de Janeiro, em 1889: 413

**K**ILL, MIGUEL A.: 187  
 Klett, Theodoro: 390  
 KNIVET, ANTHONY: 119, 120  
 Koin: 139, 140

**L**aboratório(s): 500  
 LACERDA, MARCÍLIO TEIXEIRA DE: 296  
 Ladeira da Misericórdia: 436  
 Ladeira do Pernambuco: 572  
 Ladrão(ões): 55, 71, 74, 328  
 Laemmert, Eduardo: 252, 573  
 Laemmert, Henrique: 252, 573  
 Lagamar(es): 283  
 Lages, conde de: 332  
 Lágio, o  
 - ver Melo, Jorge de  
 Lago(s): 239  
 Lago, Antônio Pereira do: 269  
 Lagoa Doce: 239  
 Lagoa de Juparanã: 114, 282, 283, 308, 349  
 - sesmarias às margens da ..., em 1828: 308  
 Lagoa Dourada: 136  
 Lagoa Peraíga: 567  
 LAGOA, VISCONDE DE: 2, 26  
 Lagostim(ns): 147  
 Laguna: 15  
 Lamarão: 275  
 LAMARCK: 10  
 Lamedrão(ões): 283  
 LAMEGO, ALBERTO: 24, 26, 27, 37, 42, 45, 110, 157, 174, 181, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 212, 214, 215, 217, 218, 226, 227, 228, 236, 237, 255, 669  
 Lamego, Gaspar: 40  
 Lampion(ões): 315  
 - despesas com a iluminação das ruas de Vitória, em 1832-3: 315  
 - iluminados com óleo de peixe: 383  
 - inauguração de ... a querosene, em Vitória: 383  
 - inauguração de ... a gás, em Vitória: 383  
 Lança(s): 1, 7, 26, 66, 69, 422  
 Lançarote: 10  
 Lançarote: 290  
 Lancaster, João de: 193

- Lancha(s): 42, 141, 239, 240, 241, 272, 282, 290, 313, 314, 396
- preço de uma ... , em 1827: 314
  - número de ... em 1852: 395
  - número de ... empregadas na pesca em alto mar, em 1855: 376
  - mapa das ... empregadas na pesca e salga de peixe: 395
- Lanchão(ões): 42, 49, 240
- Laranja(s) (produção, em 1940): 466
- Laranjeira(s): 309
- Laranjeiras: 309
- Largo do Palácio: 402
- Latim: 120, 257, 319, 320, 377, 380, 391, 397, 398, 399, 415
- ver, também, Gramática latina
- Latinista(s): 351
- Latoeiro(s): 313
- Lavoura(s): 4, 116, 154, 158, 173, 244, 263, 264, 291, 292, 306, 371, 374, 375, 376, 387, 419, 435, 441, 462, 479
- Lavra(s): 117, 125, 183, 185, 232, 283, 467
- Lavrado, barão do: 369
- Lavrado, marquês de
- ver Portugal, Antônio de Almeida Soares e
- Lavrador(es): 41, 66, 141, 190, 241, 255, 270, 284, 285, 290, 293, 305, 309, 324, 329, 346, 355, 368, 373, 394, 405, 409, 424
- Lavre, Joaquim Miguel Lopes de: 213
- Lé, Souza: 408
- LEAL, AURELINO: 345
- Leal, Felipe José Pereira: 368, 369, 543
- Leão XIII (papa): 438
- Leão, Aristóbulo Barbosa: 478
- Leão, Honório Hermeto Carneiro: 343
- Leão, José Alexandre Carneiro: 385
- Leão, Julião Fernandes: 300, 301
- Legado(s): 315, 474
- Legume(s): 6, 222, 346
- Lei(s): 8, 20, 43, 54, 145, 158, 172, 184, 191, 217, 230, 235, 241, 251, 262, 270, 286, 298, 308, 312, 318, 325, 326, 327, 332, 334, 340, 341, 342, 343, 361, 362, 387, 415, 422, 435, 447, 465, 497
- de 26-12-1253: 2; de 20-3-1720: 184; de 23-5-1795 (da Câmara de Vitória): 229; de 1-10-1821 (das Cortes de Lisboa): 300; de 20-10-1823 (do Império): 305, 335; de 15-11-1831 (do Império): 305; de 31-8-1832 (do Império): 349; de 12-8-1834: 345; de 12-8-1834 (provincial, n.º 16): 345; de 23-3-1835 (provincial, n.º 6): 350; de 30-12-1837 (provincial, n.º 13): 276; de 3-12-1841, (do Império): 318; de 13-11-1842 (provincial): 416; de 24-7-1843 (provincial): 377; de 2-7-1853 (provincial, n.º 6): 377; de 24-7-1853 (provincial, n.º 4): 377; de 1869 (provincial, n.º 25): 407; de 4-12-1869 (provincial, n.º 29): 415; de 13-10-1869 (do Império, n.º 1.746): 468; de 3-4-1884 (do Império): 410; de 15-5-1884 (provincial, n.º 47): 413; de 20-12-1886 (provincial, n.º 65): 424; de 29-6-1887: 412; de 12-8-1887 (provincial, n.º 6): 217; de 13-5-1888 (do Império, áurea): 408; de 21-11-1892 (provincial, n.º 30): 435; de 5-5-1954 (estadual, n.º 806): 477; de 30-1-1961 (federal, n.º 3.868): 477
  - de almotacaria: 2
  - proibindo a emigração portuguesa para o Brasil: 184
- Lei Áurea: 408
- Lei mental: 19
- Leitão, Manoel da Silva Trancoso: 385
- Leite (verdadeira raridade no norte do Espírito Santo): 310
- Leite, Antônio Pinheiro: 265
- Leite, Diogo: 15
- Leite, José Rabelo: 145, 539
- Leite, Nicolau Rodrigues dos Santos França: 373, 386
- LEITE, SERAFIM: 78, 81, 84, 85, 86, 88, 91, 96, 102, 103, 106, 112, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 125, 130, 136, 147, 155, 156, 157, 177, 217, 218
- opinião de ... sobre a obra jesuítica no Espírito Santo: 156
- Leito(s): 305
- número de ... em hospitais e casas de saúde, em 1940: 460
  - número de ... em hospitais e casas de saúde, em 1970: 487
- Leme, Antônio Dias Pais: 368, 544
- Leme, Brás Esteves: 206
- LEME, PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAIS: 124
- Lemos, Duarte de: 28, 42, 43, 54, 66, 70, 85, 171
- fidalgo da casa real: 42, 45
  - vivera na Bahia: 42
  - lutara na Ásia: 42
  - ignoram-se os motivos que o trouxeram à capitania: 42
  - traços de sua personalidade: 42
  - data de sua chegada à capitania: 42
  - alvará de doação da ilha de S. Antônio: 42
  - auxílios prestados a Vasco Fernandes Coutinho: 42, 43
  - em Lisboa: 44

- escritura de doação da ilha de S. Antônio: 42, 43, 44
- faz doação de sesmarias na ilha de S. Antônio: 43
- concessão de licença para ... construir um engenho no rio das Roças Velhas: 44
- carta real de confirmação da escritura da ilha de S. Antônio: 43
- carta denunciando Vasco Fernandes Coutinho ao soberano português: 45, 70, 74
- volta ao Brasil: 45
- delegado de Tomé de Sousa na capitania de Porto Seguro: 45, 70
- membro da comitiva de Tomé de Sousa: 45
- padrinho de Sebastião de Lemos, filho de Maracaiguauçu: 97
- figura entre os autores dos versos do “Cancioneiro”, de Garcia Rezende: 42
- Lemos, Manuel Correia de: 192, 193, 196, 197, 540
- Lemos, Sebastião de
  - filho do chefe Maracaiguauçu: 70
  - batismo: 70, 91
  - enterro: 97
- Lencastre, José: 330
- Lengruber, Otávio de Carvalho: 461, 547
- Lenha: 349, 376
- Lente(s): 253, 259, 260, 298, 568, 569, 571
- Leocádia: 421
- Leonor (rainha de Portugal): 30
- Lercar, Inácio de: 152, 167
- Letrado(s): 121, 206, 229, 257, 318
- Levante(s): 194, 307
  - de escravos em Itapemirim: 343
  - ver, também, Desordem, Insurreição, Motim
- LIÃO, DUARTE NUNES DE: 2
- Liberal (partido político): 297, 418, 430
- “Libúrnica” (navio): 218
- Licença(s) prévia(s) para viajar: 221, 280
- Licenciado(s): 121, 278
- Liceu da Vitória: 377, 391, 397, 403
  - instalação: 376, 377, 378
  - matérias que ensinava: 391, 398
- Liceu gratuito de humanidades: 378
- inauguração: 378
- Licor(es): 418
- Lima, Afonso Peixoto de Abreu: 383
- Lima, Bento de: 116
- Lima, Joaquim Marcelino da Silva: 350, 356, 367, 369, 372, 376, 377, 378, 394, 402, 420, 421, 542, 543, 574
  - traficante de escravos e apaniguador de “negreiros”: 372
- Lima, Joaquim Ribeiro: 399
- Lima, José Manoel de: 542
- Lima, Luís Siqueira da Silva: 421
- LIMA, MANUEL DE OLIVEIRA: 71, 274, 282, 297, 371
- Lima, Pedro de Araújo: 126, 341
- Lima, Raul do Rego: XL
- Lima, Úrsula de: 421
- Limeira(s): 309
- Limites: 115, 248, 259, 349
  - com a capitania da Paraíba do Sul: 49, 174, 349
  - demarcação de ... com Minas Gerais: 260, 573
  - ... da capitania em 1854: 390
  - solução da questão de ... com Minas Gerais: 478
- Limoeiro(s): 309
- Limpeza pública (organização do serviço de ... de Vitória): 436
- Lindenberg, Carlos Fernando Monteiro: XXXIX, 456, 461, 475, 548, 574, 669
  - primeiro período de governo: 474
  - segundo período de governo: 479
- “Língua”(s)
  - ver Intérprete
- Língua(s)
  - alemã: 373, 457, 465
  - solicitação para que fosse instalada cadeira de ... na colônia de S. Isabel: 396
  - brasileira: 229, 415
  - francesa
    - ver Francês (idioma)
  - latina
    - ver Latim
  - portuguesa: 229, 397, 415
    - lei municipal de Vitória determinando o uso da ... : 229
    - resistência dos colonos a que fosse ensinada a ... a seus filhos: 373, 396, 464
  - tupi-guarani: 229
- Linha(s) para pesca: 313
- Linhares: 269, 270, 276, 280, 290, 335, 356, 358, 391, 399, 409, 412, 434, 449, 475, 491, 497, 573, 574
  - população, em 1824: 331
  - número de fogos, em 1824: 331
  - população, em 1827: 333
  - número de fogos, em 1827: 333
  - número de lojas comerciais, em 1828: 311
  - número de cirurgiões, em 1829: 344
  - produção de café, em 1852: 374
  - produção de açúcar, em 1852: 374
  - produção de aguardente, em 1852: 375

- produção de farinha, em 1852: 375
- população do município, em 1871: 385
- número de escravos do município, em 1871: 385
- Linhares (conde de)
  - ver Coutinho, Rodrigo de Sousa
- Linhares, Manoel Pereira: 236
- Linho: 3, 242, 277, 290
  - carta régia isentando, por 10 anos, do pagamento do dizimo, as culturas de ... no Espírito Santo: 277, 290
  - cânhamo: 254
- LIRA, AUGUSTO TAVARES DE: 162, 206
- Lira, Félix Marinho de: 251
- LIRA, HEITOR: 379
- Lira, João Trancoso de: 190
- Lira, José Pereira: XI
- Lírio, Afonso Correia: 451, 547
- Lírio, Joaquim Correia: 416
- Lírio, Pedro: 408
- Lisboa: 1, 7, 8, 9, 11, 13, 19, 20, 30, 35, 38, 125, 126, 151, 170, 211, 213, 223, 572, 573
- LISBOA, BALTASAR DA SILVA: 100, 110, 111, 177
- Lisboa, Coelho: 409
- Lisboa, João Antônio: 325
- LISBOA, JOÃO FRANCISCO: 49
- Lisboa, Joaquim Marques: 379
- Lisboa Júnior, Antônio Carneiro: 399
- Lisboa, Miguel Calmon du Pin: 381
- Lisboa, Joaquim José: 256
- Lisnave: 491
- Literatura: 415
- Litoral: 197, 215, 221
- Livro(s): 365, 397, 465
  - de lembranças de dívidas: 40
  - de registro de juramentos: 203
  - exigência, por parte do Tribunal da Mesa Censória, dos ... que pertenceram à biblioteca dos jesuítas: 218
- Lixo (coleta domiciliar de ... em Vitória): 436
- Lobato, Manuel: 214
- LOBO, ANTÔNIO DE SOUSA DA SILVA COSTA: 4
- LOBO, ARISTIDES DA SILVEIRA: 410
- Lobo, Diniz: 145, 151, 539
- Lobo, Luiz: 13
- Lobo, Marta de Sousa: 62
- Lodena, Fernando de: 168
- Loiola, Inácio de: 55, 257, 565
- Loja(s): 419
  - ausência de ... de artigos de luxo em Vitória: 281
  - de secos: 310
  - de molhados: 311
- Loja Maçônica Distintiva: 297
- Loja União e Progresso: 418
- Lombo(s) de porco: 311
- Londres: 10, 330, 386, 566
- Lopes, Antônio José: 264
- LOPES, FERNÃO: 4
- Lopes Filho, Christiano Dias: 480, 483, 497, 498, 548
- Lopes, Francisco: 257
- Lopes, Gonçalo: 144
- Lopes, João: 214
- Lopes, José: 145, 150, 151, 167, 539
- Lopes, Sebastião (escrivão da feitoria da capitania): 40, 56
- Lopes, Sebastião (colono de S. Mateus): 201
- Lopes, Venceslau Ferreira: 274
- Lopes, Vicente: 408
- Lopez, Francisco Solano: 381, 382
- Lorena, Bernardo José de: 260, 261, 282
- Lorena (Registro de): 283
- Lorena, Fernando de
  - ver Lodena, Fernando de
- Loreto, Galdino Teixeira Lins de Barros: 434, 475
- Loronha, Fernão de
  - ver Noronha, Fernando de
- Louça(s): 311
- Louco(s): 285, 440
- Loureiro, João Luís da Fraga: 345, 399
- Lourenço, Brás: 85, 87, 88, 101, 102
  - funda confraria contra a maledicência: 86
  - empunha o estandarte de Santiago quando do ataque de franceses, em 1561: 106
- Luanda: 132
- Lucena, barão de
  - ver Lucena, Henrique Pereira de
- Lucena Henrique Pereira de: 430
- Luís (infante): 39, 57
- Luís, Fernão (religioso): 116
- Luís, Fernão (professor): 257
- Luís, Anrique:
  - ataca índios da capitania de S. Tomé: 57, 61
- Luís, Jorge: 120
- Luminária(s): 190
- Luso-brasileiro(s): 133, 154, 566
- Luxemburguês(es): 404
- Luz, Francisco da: 62, 65, 66
  - vigário da capitania em 1550: 68
- Luz elétrica: 442
- Luz, Milton: 163
- Lyra, Teófilo de Andrade: 669

**M**acacu: 298  
 Macaé: 14, 212, 360  
 Macaé, visconde de  
 - ver Torres, José Carlos Pereira de Almeida  
 Macedo, Deoclécio Leite de: 21, 35  
 MACEDO, JOAQUIM MANUEL DE: 299  
 Macedo, Mário de Ururahy: XI  
 Macedo, Mateus Nunes de: 207, 212  
 Macedo, Pedro Alves Seco de: 167  
 MACEDO, RANGEL DE: 30  
 Macedo, Sérgio Teixeira de: 370, 396  
 Machado(s): 309, 310  
 Machado, Luiz Vieira: 381  
 Machado, Sebastião Vieira: 323, 346  
 Machado, Severo Gomes: 325  
 Maciel, Joaquim José Fernandes: 403  
 Maçonaria: 418  
 - Loja Maçônica Distintiva: 297  
 - Loja União e Progresso: 418  
 - Grande Oriente do Brasil: 302  
 Macu (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Madail, Antônio de Oliveira: 198, 201, 203, 212, 221, 540  
 Madeira(s): 38, 222, 229, 255, 272, 312, 349, 382, 425, 572  
 - carta régia liberando o comércio de ... na capitania: 277  
 - exportação, em 1918: 444  
 - produção industrial em 1941: 467  
 Madeira, Manuel da Costa: 383  
 Madrastra: 330  
 Madri: 213  
 Mafra, Manuel da Silva: 386, 544  
 MAGALHÃES, BASÍLIO DE: 29, 114, 152, 346  
 Magalhães, Manuel de Freitas: 321  
 Magistério: 351, 457, 461, 463, 478  
 Magistrado(s): 206, 212, 265, 285, 298, 306, 307, 316  
 Maia, Antônio: 121  
 Maia, José da Silva: 251  
 Maia, Manuel da Silva: 345  
 Maia, Ubaldo Ramalhete: 547  
 Maintenon, madame de: 330  
 Maípe: 245  
 Málaca: 26, 27  
 Mala(s) postal(is): 383  
 Maldonado, Gaspar: 126  
 Maledicência (fundação da confraria contra a...): 86  
 MALHEIRO, AGOSTINHO MARQUES

PERDIGÃO: 263, 371, 373  
 Malheiro, Caetana Herculina: 259  
 Mamaluco(s): 85, 88, 280  
 Manaus: 363  
 Mandado(s): 69  
 - de 27-2-1550: 40; de 7-3-1550: 40; de 4-3-1550: 68; de 14-3-1550: 65; de 22-3-1550: 69; de 14-9-1550: 69; de 14-9-1551: 82; de 6-9-1552: 114; de 13-12-1552: 65; de 15-12-1552: 69; de 10-3-1553: 72; de 16-10-1561: 103, 105, 110, 111  
 Mandioca: 263, 277, 280, 289, 290, 305, 309, 390, 419, 424  
 - produção, em 1940: 466  
 Mandiococal(is): 190  
 Mandubi: 309  
 Manga Larga: 241  
 Mangarai: 390, 399  
 - mortos, em ... , pelo cólera morbus: 369  
 Mangueira(s): 309  
 Manrique, Francisca de Aguiar: 213  
 Manteiga: 311  
 Mantena: 478  
 Mantimento(s): 7, 8, 41, 57, 69, 88, 111, 113, 141, 176, 205, 222, 224, 235, 290, 390  
 - renda do dízimo dos ... segundo Ambrósio Meira: 52, 56  
 Mantiqueira: 467  
 Manuel (rei de Portugal): 4, 7, 8, 9, 11  
 Manumissão: 408  
 Mapa(s): 187, 261, 286, 289, 416  
 - primeiro do rio Doce: 573  
 - primeiro do território capixaba: 129  
 - segundo da baía do Espírito Santo: 568  
 - ... de 1631: 139  
 - primeiro da baía do Espírito Santo: 568  
 Máquina(s) de costura: 419  
 Mar(es): 8, 16, 41, 113, 155, 166, 194, 214, 239, 240, 309, 371  
 Marabitanas: 363  
 Maracaiaguaçu: 70, 87, 88, 89, 91, 96, 97  
 - em dificuldades, no Rio de Janeiro: 87  
 - Vasco Fernandes Coutinho envia expedição para salvá-lo e à sua gente: 87  
 - localizado nas proximidades de Vitória: 87  
 - combate e aprisiona 20 franceses em Itape-mirim: 97  
 - bons entendimentos de ... com os colonos: 97  
 - distinguido por Vasco Fernandes Coutinho: 97  
 Maragogipe: 238  
 Maranhense(s): 326  
 Maranhão (capitania, província, estado): 14, 15, 82, 284, 341

- Marataízes: 358  
 Marcenaria(s): 313  
 Marceneiro(s): 313, 418  
 MARCHANT, ALEXANDER: 10, 50, 112  
 Marche aux flambeaux: 408  
 Marchioni, Bartolomeu: 8  
 Marerique (fortaleza): 90  
 Mares Verdes: 147  
 Maria I (de Portugal): 254, 536  
 Maria (infanta de Portugal): 237  
 Maria Ana Vitória (infanta de Espanha): 237  
 Mariana: 259, 413, 438  
 Mariano, José: 321  
 “Maria Teresa Imperatriz da Áustria, ou o Heroísmo do Amor Filial”: 351  
 “Maribondo” (jornal): 351  
 Maricarã: 244, 249  
 Marinha(s)  
 - de Portugal: 2, 3  
 - mercante de Portugal: 2  
 Marinha de Guerra: 316, 343, 353, 372, 568  
 Marinha(s): 158  
 - de sal: 18, 40  
 - exclusividade do donatário de “fazer e possuir”: 18  
 Marinheiro(s): 2, 4, 19, 31, 336, 382  
 - recrutamento de ... para naus de guerra: 224  
 - pedestre(s): 272  
 Marinho, Joaquim Saldanha: 409  
 MARINS, ANTÔNIO: 274, 275, 367, 415, 421, 442  
 Marisco(s): 66, 280  
 Marmelada: 311  
 Mármore(s): 421  
 Marquês(es): 121  
 MARQUES, CÉSAR AUGUSTO: 38, 44, 168, 196, 201, 217, 250, 262, 266, 301, 305, 352, 373  
 Marracho(s): 195  
 Marrão(ões): 195  
 Marreco(s): 310  
 - preço e número, em 1828: 310  
 Marrocos: 26  
 “Marselhesa”: 412  
 Martim Vaz: 485  
 Martins, André José: 296  
 Martins, Antônio Pires: 399  
 Martins, Bartolomeu: 197  
 Martins, Custódio José Ferreira: 545  
 Martins, Domingos: 83  
 Martins, Domingos José: 273, 296, 565, 573  
 - dados biográficos: 296  
 Martins, Eliseu de Sousa: 416, 545  
 Martins, Erildo: 669  
 Martins, Francisco Gonçalves: 378  
 Martins, Francisco José: 296  
 MARTIN, J. J.: 207  
 Martins, Joana Luísa de Santa Clara: 296  
 Martins, Joaquim José: 296  
 MARTINS, JOSÉ F. FERREIRA: 163  
 MARTINS, J. P. OLIVEIRA: 1, 2, 3  
 Martins, Roque: 71  
 Mártires, Antônio dos: 118  
 Maruípe: 244, 249  
 “Mary E. Smith” (escuna norte-americana): 372  
 Mascarenhas (hidrelétrica de): 486  
 Mascarenhas, Joaquim José Coutinho: 250  
 Mascarenhas, Manuel de Assis: 542  
 Mascarenhas, Manoel Ribeiro Coutinho: 544, 545  
 Mascarenhas, Paulo Coutinho de: 363  
 Mascate(s): 296, 418  
 Massame(s): 311  
 Mata(s): 41, 66, 186, 231, 248, 280, 286  
 Matadouro(s) (de Vitória): 414, 440  
 Mata, Francelino: 423  
 Matemática: 397  
 Mato Grosso (capitania): 283  
 Matoim: 257  
 MATOS, ARQUIMIMO: 408  
 Matos, Domingos de: 197  
 Matos, Eduardo Pindaíba de: 544  
 MATOS, GREGÓRIO DE: 166  
 Matosinho: 415  
 Matos, João de: 177  
 Matos, José Vieira de: 299  
 MATOSO, ANTÔNIO A.: 6  
 Matriz: 87, 180, 191, 314, 440  
 “Matteo Bruzzo” (navio): 356  
 Mauá, visconde de  
 - ver Sousa, Irineu Evangelista de  
 Maular, J.: 359  
 Mauro, Max de Freitas: 548  
 Maximiliano (arquiduque da Áustria):  
 - visita o Brasil: 379  
 - encontro com Pedro II: 379  
 MAXIMILIANO (PRÍNCIPE DE WIED-NEU-WIED): 103, 226, 269, 276, 279, 280, 310, 314  
 Mazombo(s): 257  
 Meaípe: 245, 249, 358  
 - número de lojas, em 1828: 311  
 Mecanização agrícola: 483  
 Mecklemburg: 404  
 Medicina: 368  
 - tinha nos jesuítas seus mais adiantados praticantes: 96



- preventiva: 452
- Médico(s): 298, 417, 418, 441
- falta de ... no Espírito Santo, em 1828: 316
- número de ... no Espírito Santo, em 1829: 344
- número de ... no Espírito Santo, em 1856: 373, 393
- o governo geral manda ... ao Espírito Santo para socorrer a população: 370
- número de ..., em 1863: 393
- subvenção a ... pelos cofres da província: 393
- ... dos pobres de Vitória: 414
- suplementação de vencimentos para fixação de ... no interior: 494
- Medina (família): 409
- Medina do Rio Seco: 98
- Mediterrâneo: 5
- Meio de sola: 311
- Meio-fio (obrigatoriedade em Vitória): 436
- Meira, Ambrósio de: 40, 52, 53, 54, 56, 57
- Meireles, Francisco Gomes de Azambuja: 393
- Meireles, Romualdo Martins: 399
- Meirinho(s): 17, 242
- Mel (de abelhas): 6, 141
- Melancia(s): 309
- Melão(ões): 309
- Melo, Inácio de: 120
- Melo, Inácio Luís Madeira de: 302
- Melo, Jorge de (pai de Vasco Fernandes Coutinho): 26
- Melo, Jorge de (filho de Vasco Fernandes Coutinho): 27, 101, 120
- perseguido por embarcação francesa nas costas do Espírito Santo: 82
- Melo, Manuel de: 26
- Melo, Martim Afonso de: 27, 82, 120
- Melo, Ronald de: II , 171
- Melo, Sebastião José de Carvalho e: 253, 257, 286
- Memória(s): 176, 259, 269
- Mendes, Tomás Ferreira: 184
- Mendigo(s): 299, 316, 328
- Mendonça, Afonso Furtado de Castro do Rio de: 167, 168, 169, 537
- Mendonça, Gabriel Getúlio Monteiro de: 315, 361, 542
- Mendonça, João Gomes da Silveira: 304
- Mendonça, Marcos Carneiro de: 133, 669
- MENDONÇA, MÁRIO F. DE: 332, 353
- Menelau, Constantino de: 121
- Menezes, Antônio Luís de Sousa Telo de: 174
- Menezes, Brás Teles de: 39, 57, 62, 70
- Menezes, Brites de: 30
- Menezes, Diogo de: 121
- Menezes, Duarte de: 26
- Menezes, Felipa de: 142, 144, 150, 165, 166, 167, 539
- Menezes, Francisco da Cunha: 231
- Menezes, João de: 30
- Menezes, Jorge de: 29, 30, 39, 58, 70
- à frente do governo do Espírito Santo: 54, 56
- traços de seu caráter: 54
- Menezes, José César de: 255
- Menezes, Luiz César de: 193, 537
- Menezes, Luís da Cunha: 186
- Menezes, Luíza de: 165
- Menezes, Manuel da Cunha: 221, 224, 225
- Menezes, Maria de: 30
- Menezes, Rodrigo de: 30
- Menezes, Rodrigo José de: 2, 244, 256
- Menezes, Vasco Fernandes César de: 202, 203, 204, 206, 209, 212
- Menina(s): 319, 320, 344
- colégio de...: 415
- Menino Jesus: 99
- Mercado(s): 9, 312, 346
- Mercador(es): 6, 144, 168
- português(es): 3, 11, 144
- Mercearia(s): 6
- Mercenário(s): 355
- Mercúrio doce: 310
- Mero(s): 395
- Mesa Censória: 223
- Mesa da Comissão Geral e Censura dos Livros: 238
- Mesa da Consciência e Ordens: 276
- Mesa do Consulado: 349
- Mestiço(s): 10, 257
- Mestre(s): 223, 238, 242, 243, 253, 290, 305
- capela: 68
- de açúcar ou engenhos: 57, 62
- de campo: 168, 195, 196, 198, 206, 256
- de carpinteiro: 313
- de embarcação: 151, 276, 313
- de escola: 331
- de gramática: 257
- de ler, escrever e contar: 257
- de marcenaria: 313
- de navio: 69, 71
- de obras: 78
- de sapateiro: 313
- leigo: 257
- particular de primeiras letras, gramática e aritmética: 253
- ver, também, Professor(es)
- Mestre Álvaro: 49, 51

- ver, também, Serra de Mestre Álvaro
- Metal(is): 9, 33, 48, 51, 124, 269
- precioso(s): 114, 261
- Metalurgia: 467
- Metelo (do Conselho Ultramarino): 209
- Método João de Deus: 415
- Método lancasteriano: 307, 330, 331, 336
- ordenado do professor de primeiras letras pelo ...: 336
- Metralha(s): 261
- Metrópole: 41, 51, 53, 54, 70, 260, 266, 284
- México: 379
- Miçanga(s): 336
- Migração (de escravos causada pela mineração): 188
- Milho: 87, 222, 229, 241, 242, 263, 272, 280, 283, 284, 309, 312, 390, 419, 424, 438, 572
- o alqueire de ... produzia 50, em 1828: 309
- exportação, em 1918: 444
- campanha de produtividade: 499
- Milícia: 4, 265, 282, 358, 451
- Mimoso, Manuel da Costa: 206, 207
- Mina(s): 48, 51, 152, 168, 190, 194, 198, 206, 212, 282
- intensifica-se o interesse pela busca às ... na segunda metade do século 17: 175
- prejuízo que as ... causaram à capitania: 186
- encontradas ... na região do rio Doce: 184, 205
- ordem para que “ninguem passe a fazer descobertas” de ... : 198
- desajustamento causado à lavoura pela migração provocada pela mineração: 188, 190
- Minas, segundo marquês das
- ver Menezes, Antônio Luís de Sousa Telo de Minas de Parnagay: 152
- Minas de S. Paulo: 184
- Minas do Castelo: 222, 232, 233, 241, 266, 270, 314
- situação das ... em meados do século 18: 205
- estabelecimento das ... : 214
- invasão das ... por puris: 222
- tentativa de ressurgimento das ... : 270
- Minas Gerais (capitania, província, estado): 227, 239, 244, 248, 260, 340, 385, 392, 408, 435, 467, 484, 573
- ver, também, Capitania de Minas Gerais, Estado de Minas Gerais
- Mineiro(s): 124, 239
- Mineiro(s) - natural de Minas Gerais: 269, 326, 355, 373, 420
- Mineração: 48, 188, 205, 214, 215, 222
- inexistente na província, em 1854: 390
- inexistente na província, em 1860: 392
- Minerador(es): 176, 205
- Minério: 467, 468, 492
- Ministério da Fazenda: 415, 496
- Ministério da Justiça: 366, 371
- Ministério da Saúde: 497
- Ministério das Relações Exteriores: XLI, 136, 139, 154, 155, 566, 573, 669
- Ministério da Viação e Obras Públicas: 468
- Ministério de Educação e Cultura: 477
- Ministério do Império: 330, 350, 356, 366, 545
- Ministério do Interior: 496
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral: 496
- Ministro(s): 158, 176, 195, 206, 216, 265, 299, 302, 438
- da Agricultura: 380
- da Fazenda: 299, 329, 361, 428
- da Guerra: 322, 361, 362
- da Justiça: 218, 299, 308, 371, 372
- da Marinha: 362, 412
- das Relações Exteriores: 566
- das Relações Exteriores (do Reino da Itália): 356
- do Império: 304, 319, 329, 345, 368, 378, 379, 417
- dos Negócios Estrangeiros: 371, 372
- do Supremo Tribunal Federal: 349
- Minorista(s): 213
- Mira, Ambrósio de
- ver Meira, Ambrósio de
- Miranda, Francisco Ribeiro de: 184, 188, 540
- Miranda Jordão & Cia.: 387
- Misericórdia
- Santa Casa de ... : 125, 127, 172, 273, 278, 281, 293, 315, 337, 344, 379, 389, 393, 417, 478
- ... de Lisboa: 125, 170, 180
- Missa(s): 52, 56, 62, 66, 78, 85, 285, 345, 351, 362, 402
- em 1554 e 1562, deixava-se de celebrar ... por falta de vinho na capitania: 87, 103
- de Corpus Christi: 216, 236, 237
- solene, em Vitória, por ocasião da coroação de Pedro II: 351
- Missão(ões): 111, 363
- jesuítica(s)
- dos Reis Magos: 216
- de Iiritiba: 216
- ver, também, Aldeia
- Missão de Porto Alegre: 363
- Mitra: 243
- Miunça(s): 72, 334

- Mizquita, Pero da: 35  
 Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo: 483  
 Mobral  
 - ver Movimento Brasileiro de Alfabetização  
 Mocambo(s)  
 - ver Quilombo(s)  
 Mocca  
 - ver Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo  
 Modena: 9  
 Modista(s): 418  
 Moeda(s): 52, 55, 360  
 - carência de ... no Brasil, em meados do século 17: 145  
 Moeda falsa (crime): 17, 55, 74  
 - prisão, no Espírito Santo, de um estrangeiro cúmplice no delito de ... : 144  
 Moenda de água (exclusividade do donatário de “fazer e possuir”): 18, 40  
 Moinho de trigo: 477  
 Molina, João Velasco de: 175, 177, 196, 197, 198, 208, 540  
 Molucas: 29  
 Molulo, Zeferino José: 399  
 Monazítica(s): 466  
 Monção(ões): 120, 136, 283, 284  
 Mongeardino, Inácio João  
 - ver Monjardim, Inácio João  
 Monjardim, Adelfo Poli: 119, 428, 430, 434, 479  
 Monjardim, Américo Poli: 457  
 Monjardim, Argeu Hortêncio: 546  
 Monjardim, barão de  
 - ver Almeida, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e  
 Monjardim, Francisco de Andrade e Almeida: 382  
 Monjardim, Inácio João: 41, 223, 227, 228, 229, 243, 244, 248, 250, 254, 270, 474  
 Monjardim, José Francisco de Andrade e Almeida: 276, 323, 332, 342, 343, 345, 346, 356, 542, 543  
 - credenciado para apresentar a Pedro I as congratulações do Espírito Santo: 302, 327  
 Monopólio: 257, 312  
 - exercido pelo soberano português sobre determinados produtos à época da expansão marítima: 6, 11  
 - concedido à Companhia Geral do Comércio: 158, 159  
 - do contratador de aguardente: 312  
 Monsanto, Marcos Fernandes: 134, 154, 567  
 Monsarás: 308  
 Monte Agá: 567  
 Monte Alegre, visconde de  
 - ver Carvalho, José da Costa  
 Monte Itapebuçu: 569  
 Monte Libano: 467  
 Monte Moreno: 37, 117, 119, 196, 569  
 Monte da Vigia: 570  
 Monteiro, viúva: 353  
 Monteiro, Bernardino de Sousa: 443, 444, 447, 464, 546  
 - governo de ... : 443  
 Monteiro, Francisco: 175, 669  
 MONTEIRO, JÁCOME: 146, 156  
 Monteiro, Jerônimo de Sousa: 445, 463, 546, 574  
 - período de governo: 442, 443  
 Monteiro, José Xavier Machado: 155  
 Monteiro, Miguel: 126  
 Montenegro, Manoel Gomes: 399  
 Montevidéu: 276, 290, 349  
 MORAES, CÍCERO: 350, 479  
 Moraes, José: 548  
 MORAES, NEIDA LÚCIA: XL, 477  
 MORAIS, ALEXANDRE JOSE DE MELO: 114, 321, 322, 323  
 Morais, Álvaro Correia de: 248, 541  
 Morais, Antônio de: 126  
 MORAIS, FRANCISCO DE: 253, 302  
 Morais, Francisco Monteiro de: 170, 184, 192, 540  
 Morais, Manuel de: 142, 162, 170, 172, 174, 181, 540  
 - dados biográficos: 170  
 Morais, Paulo: 408  
 Morais, Roberto de Oliveira: XLI  
 Morais, Vilhena de: 669  
 Moral aplicada: 416  
 MORAND, PAUL: 5  
 Moratória(s): 283  
 - o Espírito Santo pede ... : 441  
 Moreira: 363  
 Moreira, Antônio de Azevedo: 170  
 Moreira, Torquato Rosa: 429, 435  
 - um dos fundadores do Partido Republicano Espírito-Santense: 442  
 Morfético(s): 370  
 Morgado(s): 18, 165, 269  
 Morgan: 119  
 Morim - o velho, Diogo: 90, 91  
 Morrão(ões): 195, 221  
 Morrinho: 245, 249  
 Morro da Atalaia: 452, 468  
 Morro de Araçatiba: 309  
 Morro de João Moreno: 567

Morro de S. Luzia: 569  
 Morro do Penedo: 119, 139, 147, 159, 180  
 Mortalidade  
 - em 1827: 333  
 - em 1862: 394  
 - ver, também, Obituário  
 MORTARA, GIORGIO: 458  
 Morte(s): 17, 74, 213  
 Morubuxaba(s): 146  
 Mosca(s): 156  
 Moscoso, Henrique Ataíde Lobo: 545  
 Mosquete(s): 134  
 Mosqueteria: 332, 361  
 Mosquito(s): 156  
 Mostarda: 309  
 Mosteiro(s): 113, 118, 166  
 Mota, Edson: 669  
 Mota, Manuel Peixoto da: 175  
 Motim(ns): 266, 296, 297, 342  
 - ver, também, Desordem(ns), Insurreição(ões), Levante(s)  
 Motor(es): 374  
 Moura, Cosme Rolim de: 195, 540  
 Moura, Rodrigo Árias Sá: 173  
 Móvel(is) austríaco(s): 419  
 Movimento Brasileiro de Alfabetização: 483  
 Muar(es): 441  
 Muge: 40  
 Mulato(s): 188, 230, 257, 280, 316, 332  
 Mulher(es): 135, 184, 222, 271, 281, 331, 333, 394, 413, 438  
 - parda(s): 190  
 - preta(s): 190  
 - cativa(s): 190  
 Mululo, Lidio: 408  
 Mulundu: 309  
 Munição(ões): 29, 33, 69, 82, 100, 139, 142, 145, 152, 177, 194, 230, 272, 353, 363  
 Município(s): 443, 501  
 - número de ... em 1871: 385  
 - número de ... em 1973: 490  
 Muniz Freire: 444, 467  
 Muqui: 421, 466  
 Muquiçaba: 245, 249, 358  
 - número de lojas, em 1828: 311  
 - número de “aulas”, em 1829: 318  
 Muralha(s): 179  
 MÚRIAS, MANUEL: 168  
 Muribeca: 156, 157, 213, 218, 278, 309, 358  
 - número de escravos, em 1816: 280  
 Murmuração(ões): 78, 86  
 Murrão(ões): 194

Murundu: 245, 249  
 Museu(s): 378  
 Museu de Biologia Professor Melo Leitão: 478  
 Música: 147, 313, 381  
 - ensino de ...: 377, 391, 397, 400  
 Músico(s): 68  
 Mutum (cachoeira): 363  
 Muzuá: 313

## NABUCO, JOAQUIM

- ver ARAÚJO, JOAQUIM AURÉLIO  
 NABUCO DE  
 Nacionalização  
 - do ensino nas zonas de colonização estrangeira: 396, 457  
 Não, mestre: 97  
 Nascimento, Francisco do: 277  
 Nassau: 404  
 Nassau, Maurício de: 168  
 Natalidade:  
 - em 1827: 333  
 - em 1862: 394  
 Natividade: 405  
 Naturalista(s): 255, 280  
 Nau(s): 2, 7, 8, 11, 105, 132, 134, 140, 218, 282  
 - em 1558, aparece no porto de Vitória uma ... francesa: 97  
 - três ... francesas insistem contra a capitania, em 1581: 116  
 - três ... inglesas atacam a capitania, em 1583: 117  
 - uma ... de piratas ancora no porto de Vitória: 177  
 Naufrágio: 73, 272  
 - de jesuítas, na foz do rio Doce, em 1573: 116  
 - do capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida, na viagem Bahia-Vitória: 142  
 - do cruzador “Imperial Marinheiro”: 367  
 Navarro, Domingos de Moraes: 207, 213, 540  
 NAVARRO, LUÍS TOMÁS DE: 270  
 Navegação: 2, 166, 263, 272, 275, 340, 392  
 - de longo curso: 376, 386  
 - costeira: 376, 386, 387, 390, 392, 396  
 - fluvial: 385, 390  
 - de canais: 385  
 - a vapor: 385  
 - a ... em 1852, na província: 396  
 - a ... na segunda metade do século 19, no Espírito Santo: 386  
 - a ... do rio Doce, na segunda metade do século 19: 385  
 - entre os portos de Vitória e Caravelas: 385

- a ... na província, em 1854: 390
- documentação sobre a ... no rio Doce: 404, 405
- da baía de Vitória: 387
- de Itapemirim: 387
- Naveta(s): 121
- Navio(s): 19, 26, 52, 71, 87, 140, 197, 198, 241, 242, 384, 491
  - que visitavam o Espírito Santo, segundo informação de José de Anchieta: 114
  - “de Buenos Aires”: 144
  - primeiro ... a vapor que tocou em Vitória: 376
  - ver, também, Embarcação
- Nazaré, João da Silva: 381
- Negociante(s): 252, 285, 293, 328, 372, 376, 394, 418
- “Negreiro”(s): 371, 372
- Negro(s): 6, 10, 184, 190, 191, 204, 230, 244, 280, 370, 372
  - irmandade de ... em Vitória, em 1765: 226
  - em 1828, os ... de Vitória tinham templo privado: 314
  - livres, em 1824: 331
  - cativos, em 1824: 331
  - número de ... no Espírito Santo, em 1824: 315
  - recenseados na província em 1827: 333
  - insurreição de ...: 352, 362, 363
  - número de ..., na província, em 1856: 393, 394
- Nery, João Batista Correia
  - primeiro bispo do Espírito Santo: 438
- NETSCHER, PRITER MARINUS: 124, 134
- NEUWIED, PRÍNCIPE DE WIED
  - ver MAXIMILIANO, PRÍNCIPE DE WIED-NEUWIED
- Neves, Francisco Rodrigues Pereira das: 381
- NEVES, GILBERTO SANTOS: 415
- Neves, Graciano dos Santos: 432, 546, 574
  - membro da Junta Governativa: 434, 546
  - Governo de ...: 437
  - renúncia: 437
- Neves, Jaime dos Santos: 478
- Neves, Joaquim dos Santos: 351
- Neves, Jones dos Santos: XXXIX, 475, 477, 515, 547
  - governo de ...: 476
- Neves, Luciano Antunes das: 399
- Neves, Manoel Ferreira das: 351, 399
- Nipobrás: 491
- Nisa, marquês de: 132
- Nisibra: 491
- Niterói: 111, 441
- Nobre(s): 184, 253
- Nobre, Francisco Xavier: 245
- NÓBREGA, MANUEL DA: 56, 58, 70, 77, 83, 84, 86, 89, 91, 95, 96, 100
  - juízo sobre o Espírito Santo: 103
- Nobreza: 202, 213, 297, 322, 420
- Nogueira, Francisco da Costa: 206
- Nogueira, Mateus: 62
- Noord, Olivier van (visita o rio Doce): 124
- Nordeste (do Brasil): 383, 484
- Noronha, Fernando de: 11
- Noronha, João de
  - provisão concedendo licença a ... para advogar em todos os juízos da vila de Vitória: 190
- Nossa Senhora: 98, 99
- “Nossa Senhora da Ajuda” (embarcação da armada de Tomé de Sousa) : 4
- N. S. da Assunção de Benevente (paróquia): 412, 413
- N. S. da Boa Família (paróquia): 412
- N. S. da Conceição
  - índios que viviam na aldeia de ... , segundo informação de José de Anchieta: 113
- N. S. da Conceição da Serra: 96
  - número de fogos, em 1775: 224
  - paróquia: 413
- N. S. da Conceição (igreja de Viana): 277, 412, 413
  - primeiro capelão curado: 276, 277
- N. S. da Conceição da Barra de S. Mateus (paróquia): 412, 413
- N. S. da Conceição de Alto Benevente (paróquia): 412
- N. S. da Conceição de Guarapari: 172
  - paróquia: 412, 413
- N. S. da Conceição de Linhares do Rio Doce (paróquia): 412, 413
- N. S. da Conceição de Piúma (paróquia): 412
- N. S. da Conceição de Viana (paróquia): 412
- N. S. da Conceição do Aldeamento Afonsino (paróquia): 412
- N. S. da Penha: 98, 147, 565, 566
- N. S. da Penha de S. Cruz (paróquia): 412, 413
- N. S. da Penha do Alegre (paróquia): 412, 413
- N. S. da Vitória: 86
  - paróquia: 412, 413
- N. S. do Amparo: 417
- N. S. do Amparo de Itapemirim (paróquia): 412, 413
- N. S. do Livramento: 238
- N. S. do Patrocínio: 223
- N. S. do Rosário: 38, 572
  - paróquia: 412, 413
- N. S. dos Remédios: 417
- N. S. e o Menino

- painel trazido da Europa por Pedro Palácios: 98, 99
  - hipóteses sobre sua autoria: 98
  - Notário(s): 44, 52
  - Nova Almeida: 164, 217, 223, 228, 239, 240, 242, 249, 250, 264, 272, 291, 308, 314, 336, 344, 358, 391, 399, 410, 412, 413, 424
  - instalação da vila: 217
  - exportação de ... para Vitória, em 1760: 222
  - exportação de ... para Vitória, em 1790: 242
  - a Metrópole manda abrir “aula” de ensino público em ...: 223
  - descrição da vila de ..., em 1790: 239, 240
  - população, em 1790: 239
  - número de escravos, em 1790: 239
  - população, em 1824: 331
  - número de fogos, em 1824: 331
  - população, em 1827: 331, 333
  - número de fogos, em 1827: 333
  - número de “aulas”, em 1827: 319
  - número de lojas, em 1828: 311
  - número de distritos, em 1828: 318
  - fome e incêndio em ...: 342
  - município: 356
  - mortos em ..., pelo cólera morbus: 369
  - produção de açúcar, em 1852: 374
  - produção de aguardente, em 1852: 375
  - população do município, em 1871: 385
  - número de escravos do município, em 1871: 385
  - ver, também, Reis Magos (aldeia)
  - Nova Colônia do Sacramento:
    - ver Colônia do Sacramento
  - Novaes, Benvindo de: 278
  - Novaes, Henrique de
    - construtor das rodovias Santa Leopoldina a S. Teresa e Castelo a Muniz Freire: 444
    - prefeito de Vitória: 444
  - NOVAES, MARIA STELLA DE: 546
  - Nova Guiné: 29
  - Nova, João da: 9
  - Nova Orleans: 368
  - Nova Venécia: 446, 497
  - Novo Mundo: 12, 87
  - NUNES, LEONARDO: 62, 65
  - Nunes, Manuel: 140
  - Nunes Neto, Clarindo: XLI
  - Nunes, Sebastião Machado: 372, 376, 378, 543
  - Nunes, Valentim: 39
  - Nutricionista(s): 478
- 
- O**alt, Jaques de: 124
  - óbito(s)
    - número de ... , em 1817: 281
  - Obituário(s): 369
    - ver, também, Mortalidade
  - Objeto(s):
    - antigos encontrados em escavações: 39
    - para luto: 419
    - para presente: 419
  - Obra(s) pública(s): 154, 216, 242, 243, 285, 366, 415, 423, 437
  - Obstetrícia (curso de ... de urgência): 457
  - “O Cachoeirano” (jornal): 409, 412, 417, 443
  - “O Capichaba” (jornal): 351
  - Oceano Atlântico: 13, 55, 117, 261, 283, 314, 420
    - campo natural da expansão portuguesa: 2
  - Ocidente: 4, 216
  - “O Constitucional” (jornal): 417
  - Odemira, conde de: 195
  - “O Diário” (jornal): 494
  - “O Espírito-Santense” (jornal): 416
  - “O Estafeta” (primeiro jornal impresso no Espírito Santo): 350
  - “O Federalista” (jornal): 429
  - Oficial(is): 17, 143, 144, 151, 201, 214, 243, 255
    - da Fortaleza: 336
    - da Secretaria do Governo: 300, 316, 335
    - do Exército: 394
    - do Estado Maior: 336
    - de justiça: 12
    - número de ... mecânicos em 1856: 394
  - Ofício(s): 107, 313, 390
    - mecânico: 313, 373
    - da Justiça: 334
  - “O Itabira” (primeiro jornal editado em Cachoeiro de Itapemirim): 351
  - Olaria(s)
    - número de ... em 1828: 313
    - número de ... em S. Mateus, em 1862: 425
  - Oldemburguês(es): 404
  - Óleo de peixe: 383
  - Olimpo: 147
  - Olinda: 257
  - “Olinda” (brigade escuna): 357, 372
  - Olinda, marquês de
    - ver Lima, Pedro de Araújo
  - Olindense(s): 296
  - OLIVEIRA, ADOLFO FERNANDES R. DE: 442
  - Oliveira Diogo de: 135
  - Oliveira, Diogo Luís de: 136, 139, 537

Oliveira, Francisco de: 65, 69, 83  
 - nomeação para feitor e almoxarife da Coroa, no Espírito Santo: 57, 66, 67  
 Oliveira, Francisco Luís de: 144, 153  
 Oliveira, Ildefonso Joaquim Barbosa de: 359, 362  
 Oliveira, Joaquim José de: 350, 542  
 Oliveira, José Gonçalves de: 142, 144, 166, 167, 169, 539  
 Oliveira, José Joaquim Machado de: 320, 340, 356, 542  
 Oliveira, Luís Bartolomeu da Silva e: 300, 322, 325, 357  
 Oliveira, Manuel de: 257  
 Oliveira, Stella Fontoura Teixeira de: VII  
 Oliveira, Tibúrcio de: 408  
 Olivença: 151  
 Olivier, J. F.: 440  
 Operário(s): 124, 149, 443  
 Opereta(s): 438  
 Orçamento(s): 131, 150, 415, 423, 436, 480  
 - para 1889: 415, 423  
 - para 1920: 449  
 - para 1940: 460  
 Ordem de Cristo: 18, 20, 32, 47, 111, 165, 189  
 Ordem de S. Bento de Aviz: 259  
 Ordem de S. Francisco: 118, 164, 166, 190, 570  
 Ordem de S. Tiago: 40  
 Ordem Terceira: 570  
 Ordenações: 17, 18, 20, 32, 34, 126  
 Ordenações Manuelinas: 55  
 Ordenanças: 244, 282, 318, 323, 332  
 Órfã(s): 86  
 - da rainha: 62  
 Órfão(s): 318  
 Oriente: 5, 26, 28  
 - ver, também, Levante  
 Ormondo, João Ferreira de: 177  
 Ormuz: 26, 41  
 Orobó: 214  
 Orquídea(s): 478  
 Ortiz, Maria: 135, 440  
 Ostra(s): 122, 146  
 Ostreira(s): 122  
 Otoni, Cristiano Benedito: 366  
 Ourives: 313, 418  
 Ouro: 3, 9, 33, 48, 66, 88, 104, 124, 161, 176, 183, 184, 185, 186, 192, 205, 215, 226, 232, 235, 239, 241, 256, 261, 270, 279, 282, 283, 284, 361, 405, 467  
 - chega a Vitória o primeiro ouro “descoberto nestas bandas”: 176

- início do ciclo do ... no Brasil: 177  
 - estudo de Afonso d'E. Taunay sobre a descoberta de ... no Espírito Santo: 192  
 Ouvidor(es): 17, 20, 66, 71, 135, 142, 173, 189, 190, 228, 242, 270  
 - da comarca do Espírito Santo: 207, 212, 213, 214, 218, 236, 250, 251, 253, 263, 264, 266, 302, 306, 307, 318, 327  
 - extinção do cargo: 201  
 - o ... da comarca do Espírito Santo, em 1790, acumulava todos os cargos de sua administração civil: 250  
 - sua jurisdição: 250  
 - da comarca de Porto Seguro: 155, 222, 250  
 - ordenado do ... da comarca: 335  
 - Geral da Bahia: 181  
 - Geral do Brasil: 66, 67, 151  
 - Geral do Rio de Janeiro: 167, 201, 206  
 Ouvidoria(s): 17, 176, 250  
 Ouvidoria Geral do Espírito Santo: 206, 212, 216, 228, 229, 283, 350  
 - criação: 360

## P á(s): 195

Pacheco, Renato José Costa: 478  
 Paço(s): 4, 141, 151, 362, 382, 447  
 Paço do Conselho: 314  
 Padeiro(s): 418  
 Padre(s): 68, 72, 78, 81, 85, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 100, 103, 111, 113, 115, 152, 155, 156, 157, 197, 204, 213, 214, 228, 232, 235, 253, 285, 296, 345, 354, 356  
 - número de ... no Espírito Santo, em 1828: 316  
 - número de ... no Espírito Santo, em 1856: 373, 394  
 Pagão(s): 112, 113, 222  
 Paineiras  
 - usina de açúcar: 442  
 Paio: 311  
 Pais, Antônia: 84  
 Pais, Fernão Dias: 175  
 Países Baixos: 131  
 Paiva, Domingos de: 27  
 Paiva, José Henrique de: 316  
 Paiva, Manuel de: 85  
 Paiva, Manuel Ferreira de: 304, 544  
 Paiva, Olindo Gomes dos Santos: 421  
 Palacete(s): 421, 434  
 Palácio do Rio de Janeiro: 292, 341, 343  
 Palácio Anchieta: 122, 279, 301, 347, 357, 378,

- 381, 430, 433, 434, 435, 451, 572  
 - reconstrução: 442  
 Palácios; Pedro: 98, 99, 100  
 Palamenta: 332  
 Paleografia: 21, 35  
 Palhabote(s): 372  
 Paliçada(s): 38  
 Pálio: 302, 401  
 Palmares: 189  
 Palmatória: 463  
 Pano(s): 242  
 - de algodão: 150, 216, 222, 229, 236, 241, 242, 330  
 - de linho: 242  
 Pão(es): 87  
 - de açúcar: 44  
 Pão de Açúcar: 139, 159, 567  
 Papa: 438  
 Papagaio(s): 9, 10, 11, 51  
 Papel: 467  
 - interesse da metrópole em conhecer plantas e árvores que sirvam à fabricação de ...: 255  
 Papelão: 467  
 Paquete(s): 384  
 “Paquete do Sul”: 353  
 Pará (capitania, província e estado): 82, 169, 284, 341, 369  
 Parada militar: 332, 379  
 - ver, também, Desfile militar  
 Paraguai: 377, 381  
 Paraíba: 150, 379  
 Paraíba do Sul: 360  
 Paralelepípedo(s) (primeira pavimentação de rua, em Vitória, com ...): 436  
 “Paraná” (navio): 379  
 Paranaguá: 14, 176, 222, 414  
 Paranaguá, visconde de  
 - ver Barbosa, Francisco Vilela  
 Paranhos (1.º), José Maria da Silva: 372, 380  
 PARANHOS (2.º), JOSÉ MARIA DA SILVA: 139, 140  
 Parceria: 486  
 Parcialidade(s): 197  
 Parda(s) - (bando dispondo sobre a indumentária das ...): 190  
 Pardal, Faria: 573  
 Pardieiro(s): 436  
 Pardo(s): 184, 188, 190, 204, 245, 263  
 - cativos: 190, 331, 333  
 - forros: 331, 333  
 - recenseados no Espírito Santo, em 1824: 331  
 - recenseados no Espírito Santo, em 1827: 333  
 - número de ..., no Espírito Santo, em 1856: 394  
 Pargo (peixe): 395  
 Paris: 437  
 Parlamentar(es): 413  
 Parlamento Nacional: 438  
 - representação do Espírito Santo, no ..., em 1889: 414  
 Pároco(s): 172, 228, 239, 291  
 Paróquia(s): 215, 323, 394  
 - número de ..., da província, em 1889: 412  
 Parque Juparanã  
 - do Complexo Turístico: 491  
 Parque Moscoso: 436, 442  
 Parteira(s): 83, 417  
 Parteira da Pobreza (de Vitória): 414  
 Partido Autonomista: 434  
 Partido Construtor-Autonomista: 441, 442  
 Partido Liberal: 430  
 Partido Operário: 429  
 Partido Republicano: 422, 429  
 Partido Republicano Construtor: 429, 437  
 - fundação: 429  
 Partido Republicano Espírito-Santense: 429, 442  
 Partido Republicano Federal: 441, 442  
 Páscoa: 78  
 Pasquim (manuscrito): 299  
 Passarinho, Jarbas Gonçalves: 494  
 Passeata(s): 380  
 Passos, Francisco F. Pinheiro: 380  
 Pasto(s): 286  
 Patacho(s): 141, 144, 232, 343, 362, 396  
 Pato(s): 310  
 - número e preço, em 1828: 310  
 Patranha(s): 48  
 Patrão(ões)  
 - da catraia do rio Doce: 336  
 - do escaler do governo: 336  
 Patrona(s): 194  
 Patronato de Menores: 452  
 Patrono(s)  
 - (de réus junto ao Tribunal do Júri): 418  
 Pau-brasil: 9, 10, 11, 13, 19, 33, 71, 101, 106, 130, 147, 150, 159, 241, 312  
 - monopólio da Coroa: 11, 19, 33  
 - franceses pretendiam embarcar ..., em Itape-  
 mirim: 97  
 - qualidades de ... existentes no Espírito Santo: 147, 150  
 - permissão para os moradores do Espírito Santo venderem ... na Bahia: 162  
 - preço do ..., no Espírito Santo, em 1775: 255



- pena de morte a quem extraísse ... das matas campistas: 255
- em 1814, continuava proibida a sua exportação: 277
- Pau-de-pernambuco: 10
- Pau-ferro: 241
- Paula, José Armando Ribeiro de: 451, 547
- Paulino: 39
- Paulista(s): 205, 232, 296, 326, 355, 421
- Paz de Holanda (donativo): 149, 162, 170, 191
  - instituição: 149
  - quota que coube ao Espírito Santo: 149
  - liquidação dos atrasados: 180
  - atraso no pagamento do ..., em 1705: 191
- Paz, Fernão Dias da: 257
- Peça(s) de artilharia: 179, 221, 261, 332
- Peçanha, Cândido Gaio: 381
- Pecuaría: 310, 474, 499
  - a ... no Recenseamento de 1920: 449
  - a ... no Recenseamento de 1940: 458
  - a ... nos Recenseamentos de 1920-70: 485
- Pedagogia: 415, 457
- Pederneira(s): 194, 195
- Pedestre(s): 270, 272, 282, 284, 285, 325
- Pediatra(s): 478
- Pedra(s): 115, 119, 124, 172, 180
  - d'ara: 38, 87
  - preciosa(s): 33, 114, 175, 235, 242, 261, 405, 467
  - notícia da existência de ... no Espírito Santo: 88
  - começa a procura de ... no Espírito Santo: 114
- Pedra Redonda: 572
- Pedreira(s): 7, 33, 48, 66, 129, 152
- Pedreiro (s): 115, 313, 390, 418
- Pedro (príncipe e primeiro imperador do Brasil): 296, 299, 300, 302, 304, 306, 330, 351
  - aceita o título de Defensor Perpétuo do Brasil: 301
  - a aclamação de ... foi comemorada com festejos em Vitória: 302
- Pedro II (de Portugal): 188, 235
- Pedro II (imperador do Brasil): 345, 361, 362, 368, 385
  - festejos em Vitória por ocasião da coroação de ...: 351
  - manda socorrer habitantes do Espírito Santo com recursos de seu "bolsinho": 379
  - visita a província: 401, 442
  - atentado contra ...: 410
- Pedro, Rodrigo: 134
- Peeters I, Gillis: 133
- Pegmatitos: 467
- Peixe(s): 41, 87, 113, 141, 190, 222, 263, 280, 283, 313, 346, 395
  - punição para quem "fosse às canoas no meio do mar comprar ... ou atravessá-lo": 190
  - boi: 113
- PEIXOTO, AFRÂNIO: 6, 8, 330, 331
- Peixoto, Domingos Monteiro: 544
- Peixoto, Floriano Vieira: 430, 434
- Peixoto, Otávio: 450
- Pele: 467
- Pellet: 491, 492
- Pelourinho(s): 172, 180, 570
- Pelouro(s): 69, 83, 134, 135, 195
- Pena
  - de açoite: 190, 353
  - de morte: 255, 353
- Pena, Afonso Augusto Moreira (visita o Espírito Santo): 435
- Pena, Herculano Ferreira: 544
- PENA, MISAEEL FERREIRA: 65, 66, 89, 109, 120, 121, 132, 135, 141, 151, 168, 173, 215, 217, 262, 271, 276, 278, 279, 307, 389, 573
- Penedo: 119, 139, 180, 572
- Penhafiel: 68
- Penha, João Pinto da Silva: 399
- Península Ibérica: 4
- Penitenciária: 452
- Pensão(ões): 17, 34, 216, 236, 335
  - de engenho: 334
  - de teares: 330
- Pentecostes: 37
- Pepino(s): 309
- Pereira, Adrião Nunes: 383
- Pereira, Alberto Antônio: 266, 285
- PEREIRA, AMÂNCIO: 166, 221, 407, 408, 441, 669
- Pereira, Antônio da Terra: 332
- Pereira, Antônio Lopes: 270
- Pereira, Antônio Rodrigues: 381
- Pereira, Bartolomeu Simões: 127
  - faz o necrológio de José de Anchieta, chamando-o "Apóstolo do Brasil": 122
- PEREIRA, CLETO NUNES: 366, 407, 416, 436
  - obras realizadas em Vitória: 436
- Pereira, Costa: 408
- Pereira Filho, João de Almeida: 379
- PEREIRA, FRANCISCO LOBO LEITE: 115
- Pereira, Francisco Rodrigues: 383
- Pereira, Gaspar: 30
- PEREIRA, HERÁCLITO AMÂNCIO: 350, 351, 416, 417, 422, 478, 669
- Pereira, João Barroso: 317
- Pereira, Joaquim Carlos: 399

- Pereira, José Barbosa Ribeiro: 399  
 Pereira, José Bernardino Batista: 306  
 Pereira, José Clemente: 319, 344, 359  
 Pereira, José Rodrigues: 385  
 Pereira, Júlio: 257  
 Pereira Júnior, José Fernandes da Costa: 367, 369, 375, 377, 380, 383, 398, 403, 404, 420, 424, 425, 543, 574  
 Pereira, Manuel Batista: 299  
 Pereira, Manuel da Assunção: 345, 349, 542  
 Pereira, Manuel de Jesus: 285  
 Pereira, Manuel Rodrigues: 212  
 Pereira, Martinho da Gama: 215  
 PERES, DAMIÃO: 3  
 Perfumaria(s): 419  
 PERKIN, A. G.: 10  
 Pernambucano(s): 326  
 Pernambuco: 12, 13, 14, 73, 81, 121, 132, 150, 165, 166, 189, 241, 255, 257, 305, 326, 341, 379  
 - ver, também, Capitania de Pernambuco  
 Peroba: 241  
 - em 1814, continuava proibida a sua exportação: 277  
 Perocão: 245, 249  
 Pérsia: 166  
 Peru(s): 113  
 - número e preço, em 1828: 310  
 Pesca: 2, 4, 88, 280, 283  
 - a ... na província, em 1854: 390  
 - ver, também, Pescaria  
 Pescado: 33, 41, 87, 313  
 - arrematação da dizima do ... "de São João de (15)45 até hoje de (15)46": 52, 56  
 Pescador(es): 313  
 - número de ..., em 1856: 373, 394, 395  
 Pescaria: 66, 240 241  
 - escola de navegação de Portugal: 2  
 - situação da ..., em 1828: 313  
 - indústria da ..., em 1852: 395  
 - indústria da ..., em 1855: 395  
 - ver, também, Pesca  
 Peso(s)  
 - aferição de ...: 216, 236  
 Pesqueiro(s): 157  
 Pessoa, Eptácio da Silva: 447  
 Peste das bexigas  
 - ver Variola  
 Pezagno, Manuel: 3  
 Piano (ensino de ...): 397  
 Piauí: 295  
 Picada(s): 48, 232  
 - transformação em rodovias e ferrovias: 428  
 "Pica-Pau" (jornal): 351  
 Picareta(s): 195  
 Picaria: 196  
 Pico, José de Sousa: 332  
 Pientznauer, João Antônio: 300  
 Pier(s): 492  
 Piloto(s): 13, 120, 212  
 Pimenta(s): 6, 254  
 - da Índia: 6  
 - malagueta: 6  
 Pimenta, Bernardo Sanches de la: 68, 91, 97  
 - em 1552, à frente do governo do Espírito Santo: 70  
 - nomeado provedor da capitania: 68, 83  
 - faz doação de terras aos jesuítas: 85  
 - morte: 91  
 Pimenta, Manuel Lopes: 669  
 Pimentel - o velho, Bernardo  
 - ver Pimenta, Bernardo Sanches de la  
 PIMENTEL, ELPÍDIO: 356  
 PIMENTEL, FRANCISCO MENDES: 24  
 Pimentel, Jerônimo de Castanhese Vasconcelos: 322, 357  
 Pimentel, Joana de Araújo: 168  
 Pimentel, Joaquim de Castanheda: 381  
 Pimentel, José de Barros: 345  
 Pimentel, José de Castanheda Vasconcelos: 572  
 Pimentel, Manuel Garcia: 168, 174, 175, 189, 195, 308, 340  
 Pimentel, Mirabeau da Rocha: 449  
 Pina, João de:  
 - pedido de licença para uma excursão à terra das esmeraldas: 142  
 Pinheiro: 497  
 PINHEIRO, J. C. FERNANDES: 100  
 Pinheiro, Joaquim: 409  
 Pinheiro, José Feliciano Fernandes: 305  
 Pinheiro Júnior, José Gomes: 443  
 Pinheiro, Luís Antônio Fernandes: 544  
 Pinho de Riga: 438  
 Pinto (família): 326  
 Pinto, Antônio Pereira: 349, 352, 355, 543  
 Pinto, Carlos de Cerqueira: 544  
 Pinto, Francisco: 118  
 Pinto, Francisco dos Santos: 307, 366  
 - nomeado senador: 307  
 - falecimento: 307  
 Pinto, Francisco Ribeiro: 296, 345, 346  
 Pinto, Francisco Teixeira: 244  
 Pinto, Gonçalo Pereira: 253  
 Pinto, J. da Rocha: 321  
 Pinto, João Ramos dos Santos: 253

- Pinto, José Barreto Pereira: 403  
Pinto, José de Magalhães: 479  
Pinto, José Ribeiro (capitão-mor do Terço da Ordenança): 245, 272, 306, 323  
Pinto, José Ribeiro  
- ver Ribeiro, José Pinto  
Pinto, Josefa Souto: 378  
Pinto Neto, Domingos: 387  
PINTO, OLIVÉRIO M. DE OLIVEIRA: 279  
Pintor(es): 313, 418  
Pio XII (papa): 479  
Pioneiro(s): 29, 37, 38, 43, 51, 124, 178, 269, 278, 427  
Pique(s): 69, 139  
Pira: 399  
Piraquê-açu: 358, 390, 392  
Piraquê-mirim: 358  
Pirata(s): 57, 118, 177, 188, 193, 198, 231, 313  
Piratapuio (tribo indígena do Amazonas): 363  
Piratininga: 12  
Pires, Antônio: 81  
Pires, Brás: 67  
Pires, Domingos: 257  
PIRES, FRANCISCO: 70, 89, 91, 97, 103, 104  
Pires, João Batista: 351, 399  
Pires, José Nunes da Silva: 228, 306, 323  
PISANO, MATEUS: 2  
Pistola(s): 282, 332  
Pita, Laurindo: 545  
Piúma: 130, 240, 241, 377, 399, 497  
- ponte, em ..., "verdadeira raridade": 280  
- mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369  
- sedição de ...: 380  
Plá, Júlia: 438  
Plano de Desenvolvimento Nacional (Segundo): 498  
Plano de Valorização Econômica do Estado: 476  
Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: 501  
Planta(s) topográfica(s): 221, 222, 259, 297  
Plantação(ões): 41, 277, 355  
Plebeu(s): 184  
Pleito(s): 127, 242, 309  
Poaia: 241, 312  
Pobre(s): 184, 368  
Poder Judiciário: 438  
Poeta(s): 274, 346, 418  
POGGI, OSWALDO: 451  
"Pojuca" (patacho): 362  
"Polaca" (embarcação): 141  
Polícia: 283, 292, 308, 335  
- repartição da ...: 414  
Política e Segurança Pública: 423  
Polonês(es): 448  
Polônia: 448  
Polvarinho(s): 195  
Pólvora: 34, 69, 83, 90, 145, 176, 177, 180, 195, 212, 221, 256, 272, 332, 357, 358  
- de bombarda: 69, 83  
Pombal: 415  
Pombal, marquês de  
- ver Melo, Sebastião José de Carvalho e  
Pombo(s): 310  
- número e preço, em 1828: 310  
POMBO, JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA: 24, 30, 31, 42, 44, 49, 50, 54, 126, 156, 177, 250, 253, 254, 295  
Ponta do Acharia: 569  
Ponta da Cruz das Almas: 569  
Ponta da Fruta: 172  
- número de lojas, em 1828: 311  
Ponta de Bento Ferreira: 569  
Ponta do Rio Doce: 567  
Ponta do Tagano: 569  
Ponta do Tubarão: 567  
Ponte(s): 154, 222, 305, 314, 349, 354, 390, 392, 395, 468, 476, 570  
- em Piúma, "verdadeira raridade": 280  
- sobre o rio Doce, em Colatina: 475  
- ligando Vitória ao continente: 449  
- construção da segunda, ligando Vitória ao continente: 494  
- sobre o rio Doce, em Linhares: 476, 574  
Ponte, conde da  
- ver Torres, João de Saldanha da Gama Melo e  
Ponte Getúlio Vargas: 475  
Pontes, Antônio de Almeida: 248  
Pontes, Antônio Pires da Silva: 248, 255, 259, 261, 262, 264, 265, 277, 282, 284, 287, 288, 289, 386, 541, 573, 574  
- nomeado governador do Espírito Santo: 231, 263  
- toma posse do governo do Espírito Santo: 259  
- dados biográficos: 259  
- demarca limites com Minas Gerais: 260  
- acusações dos capixabas contra ...: 264  
- opinião de Fernando J. de Portugal sobre ...: 259  
Pontes, Caldeira Brant (família): 259  
Pontes, Manuel José Pires da Silva: 259, 345, 346, 404, 542  
Pontes, Rodrigo de Sousa da Silva: 259  
População (do Espírito Santo): 224, 227, 280, 291, 292, 315, 318, 331, 413  
- em meados do século 16: 112

- em 1767: 222
- em 1774-5: 224
- em 1780: 227
- em 1790: 239, 249
- em 1802: 263, 283
- em 1816: 281
- em 1824: 307, 331
- em 1827: 331, 333
- escolar, em 1829: 319
- escolar, em 1854: 391
- escolar, em 1856: 372, 394
- escolar, em 1862: 356
- em 1871: 385
- insuficiente para o desenvolvimento da província, em 1870: 393
- em 1890: 413
- em 1900: 437
- em 1920: 447
- em 1940: 457
- em 1950: 458
- nos Recenseamentos de 1872-1970: 484
- População do Brasil
- em 1790: 249
- nos Recenseamentos de 1872-1970: 484
- População da Barra
- em 1871: 385
- População de Benevente
- em 1790: 249
- em 1824: 331
- em 1827: 331, 333
- em 1871: 385
- População de Cachoeiro
- em 1871: 385
- População de Castelo
- em princípios do século 18: 205
- População de Guarapari
- em 1682: 180
- em 1790: 243
- em 1824: 331
- em 1827: 331, 333
- em 1871: 385
- População de Itapemirim
- em 1824: 331
- em 1827: 331, 333
- em 1871: 385
- População de Linhares
- em 1824: 331
- em 1827: 333
- em 1871: 385
- População de Nova Almeida
- em 1775: 224
- em 1790: 244
- em 1824: 331
- em 1827: 331, 333
- População de Reis Magos
- em 1871: 385
- População de Santa Cruz
- em 1871: 385
- População de S. Mateus
- em 1824: 307, 331
- em 1827: 331, 333
- em 1871: 385
- População da Serra
- em 1824: 331
- em 1827: 333
- População de Viana
- em 1824: 331
- em 1827: 333
- em 1871: 385
- População de Vila Velha
- em 1775: 224
- em 1790: 243
- em 1824: 331
- em 1827: 331, 333
- em 1871: 385
- População de Vitória: 112
- em fins do século 16: 125
- em 1622: 159
- entre 1728 e 1730: 204
- em 1775: 224
- em 1790: 228, 244, 304
- em 1824: 331
- em 1827: 331, 333
- em 1871: 385
- Porcalho, João Dias: 29
- Porco(s): 87, 113, 280, 310
- Porta-bandeira: 295
- Portagem: 47
- Portão(ões)
- do forte de S. Francisco Xavier: 188
- Portaria(s): 205, 306, 327
- do marquês de Lavradio (de 11-3- 1760): 122
- de José Bonifácio (de 14-5-1822): 292
- da Secretaria de Estado dos Negócios do Império
- (de 11-6-1823): 328; (de 13-3- 1822): 340; de (10-4-1823): 306
- Porteiro(s): 242, 330, 335
- da Alfândega: 131
- de Porto Seguro: 83
- da Biblioteca Pública Provincial: 416
- da Secretaria do Governo da província: 335
- da Fazenda e Contos: 68
- Porto(s): 95, 194, 222, 227, 281, 358, 385, 390

- de Benevente: 396
- de Vitória: 132, 139, 276, 283, 290, 307, 343, 358, 372, 376, 385, 393, 395, 396, 452, 468, 476, 484, 491, 497
- histórico do ...: 468
- Porto: 197, 257, 349
- Porto Alegre: 341, 382
- Porto Alegre, conde de: 8
- Portocarrero, Francisco: 73
- Porto da Lancha: 572
- Porto da Piedade: 241
- Porto das Argolas: 437, 452, 468
- Porto de Barra do Riacho (do Complexo Portuário): 491
- Porto de Cariacica: 289
- Porto de Guarapari: 392, 395, 396
- Porto de Itacibá: 274
- Porto de Itapemirim: 396
- Porto de Roças Velhas: 141
- Porto de S. Cruz: 396
- Porto de Santos: 222
- Porto dos Franceses: 73
- Porto de S. Mateus: 396
- Porto de Sousa
  - ver Quartel de Sousa
- Porto de Ubu (do Complexo Portuário): 491
- Porto Uruçuquara (do Complexo Portuário): 491
- Porto de Vitória-Tubarão (do Complexo Portuário): 491
- Porto do Espírito Santo: 567
- Porto do Engenho: 399
- Porto do Rio de Janeiro: 468
- Porto dos Padres: 279, 572
- Porto Seguro: 1, 42, 70, 73, 74, 113, 169, 222, 248, 276
  - ver, também, Capitania de Porto Seguro
- Porto Seguro, visconde de
  - ver VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO
- Pólo Siderúrgico (do Complexo Portuário): 491
- Portugal: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 21, 24, 47, 62, 69, 87, 98, 110, 166, 172, 176, 252, 253, 326, 419, 448, 566
  - população, em 1495: 4
- Portugal, Antônio de Almeida Soares e: 122, 218, 221, 225, 538
- Portugal, Constança de: 165
- Portugal, Fernando José de: 122, 228, 230, 231, 245, 253, 254, 255, 259, 260, 263, 265, 266, 282
- Portugal, Maria de: 165
- Português(es): 9, 10, 13, 26, 48, 58, 97, 119, 120, 150, 184, 229, 448
  - desavenças entre ... e brasileiros: 295, 342
  - número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384
  - Português (língua): 229, 396, 457
  - lei municipal de Vitória determinando o uso do ...: 229
  - resistência de colonos alemães a que fosse ensinado o ... a seus filhos: 373, 396
  - ignorado por populações inteiras: 457
- Poste(s): 382
- Posto(s) de quintação: 214
- Posto fiscal: 347
- Potiguar(es): 70
- Povo: 51, 115, 139, 213, 216, 261, 278, 326, 345, 352, 368
- PÓVOA, JOSÉ JOAQUIM PEÇANHA: 382, 416
- Povoação(ões): 206, 239, 310, 314, 340, 352, 359
  - existentes no Espírito Santo, em 1816: 281
- Povoamento: 201, 278
  - das margens do rio Doce: 262, 284
  - opinião de Antônio P. da Silva Pontes sobre o ... do Espírito Santo: 283
- Praça(s) pública(s): 279, 380
- Praça Nova de S. Tiago: 572
- Praça Oito (de Vitória): 436
- Prado: 444
- Prado, J. F. (de Almeida): IX
- PRADO JÚNIOR, CAIO: 51, 143, 249, 250, 261, 275, 286
- Prado, Manuel José de Menezes: 386, 544
- Praga: 310
- Praia(s): 37, 38, 58, 119, 155, 178, 314
- Praia: 249
- Praia das Formosas: 569
- Praia de Maria de Lemos: 569
- Praia do Peixe (de Vitória): 202
- Praia do Suá: 494, 569
- Praia Grande, visconde da Vila Real da: 542
- Pranchada(s): 285
- Prata: 9, 33, 66, 122, 168
  - notícia de sua existência no Espírito Santo: 89
  - encontrada ... no Espírito Santo: 122
- Praticante: 335
- Prato(s)
  - de pau: 176
  - de estanho: 176
- Prazo (gleba): 395
- Prebenda(s): 68
- Prefeito(s)
  - eleição do primeiro ... de Vitória: 479
  - de Vitória: 457, 494

- Pregão(ões): 105, 190  
 Preguiça: 280  
 Prelo(s): 299  
 Prendas: 415  
 Presbítero(s): 257  
 Presidente da província do Espírito Santo  
 - ordenado: 335  
 - criação do cargo: 305  
 Presidente(s) da República: 430, 434, 447, 451  
 Presidente(s) do Estado: 444  
 Presidente Kennedy: 497  
 Presídio: 152, 186, 215, 232  
 Prestes, Júlio: 450  
 Presunto(s): 311  
 Preto(s)  
 - ver Negro(s)  
 PRIMO, ARTUR LOURENÇO DE ARAÚJO: 125  
 Príncipe regente: 231, 261, 271, 277, 284, 291, 292, 299, 300, 322, 323, 325, 326  
 Prinetti: 356  
 Prisão(ões): 83, 144, 155, 186, 190, 217, 223, 229, 266, 285, 300, 305, 342, 353  
 Procissão(ões)  
 - de Corpus Christi: 216, 236, 237, 307, 308, 332  
 - de S. Sebastião: 216, 236  
 - na Bahia, em regozijo pela vitória dos capixabas sobre os holandeses: 141  
 - de S. Simão e Judas: 141  
 - de S. Miguel: 213  
 Procurador(es): 72, 151, 213, 264, 265, 394  
 - da Fazenda: 360  
 - ordenado: 335  
 - do Auditório: 285  
 - Geral do Estado: 438, 457  
 Produtividade  
 - agrícola: 492  
 - campanha: 493, 499  
 Professor(es): 21, 35, 221, 253, 257, 293, 298, 316, 319, 330, 344, 351, 396, 397, 399, 418, 441, 457, 463, 465, 477, 492  
 - “de ler e escrever”: 223, 239, 252  
 - de gramática latina: 239, 252, 336  
 - de filosofia: 239  
 - ao fim do século 18 havia dois ... em Vitória: 252  
 - ordenado do ... de gramática latina: 254, 336  
 - ordenado do ... de ler e escrever: 254  
 - presença de ... no Brasil desde os tempos mais recuados: 257  
 - ordenado do ... de primeiras letras pelo método lencastriano: 336  
 - os ... “em geral pouco habilitados”: 374  
 - carência de ... em meados do século 19: 377  
 - opinião do presidente do Espírito Santo sobre os ..., em 1854: 389  
 - mais de cem ... do curso primário, na província, em 1889: 415  
 - de piano: 418  
 - de música: 418  
 - ver, também, Mestre(s)  
 Profissão liberal: 460  
 Programa de Assistência Médico-Sanitária (realizações): 500  
 Programa de Desenvolvimento Ferroviário Nacional: 492  
 Promontório Sacro: 4  
 Promotor de Justiça: 441  
 Propina(s): 177, 216, 236, 237, 242, 252, 330  
 Propriedade(s): 49  
 Provedor(es): 29, 68, 72, 83, 101, 102, 104, 126, 154, 184, 215, 242  
 Provedor da Fazenda: 48, 57  
 - do Rio de Janeiro: 203  
 Provedor da Fazenda de Defuntos e Ausentes: 170, 207, 251  
 Provedor de Defuntos e Ausentes (extinção do cargo): 129  
 Provedor de Porto Seguro: 40, 48  
 Provedor-mor: 65, 66, 67, 68, 69, 72, 83  
 - dos auditórios da vila da Vitória: 251  
 Provedor-mor da Fazenda Real no Brasil: 66, 67, 68, 82, 83, 114, 152  
 Provedoria: 224, 242  
 - da Real Fazenda (sediada no Espírito Santo): 242, 271  
 Provença: 4  
 Província Brasileira (da Companhia de Jesus): 84, 136  
 Provinda de las Charcas: 566  
 Província de S. Cruz: 567  
 Província de Tucuman: 566  
 Província do Espírito Santo: 281, 283, 292, 297, 299, 301, 303, 307, 312, 315, 316, 317, 318, 321, 322, 323, 326, 327, 329, 332, 339, 340, 349, 352, 373  
 - por decreto de 28-2-1821, a capitania do Espírito Santo recebe o título de província do Espírito Santo: 297  
 - os habitantes da ... exultam com as notícias sobre o movimento da Independência: 303  
 - situação econômico-financeira da ..., ao findar 1823: 305  
 - estado da ..., em 1824: 329

- população da ..., em 1824: 307, 331
- número de fogos em 1824: 307, 331
- população da ..., em 1827: 315, 333
- a situação das sesmarias na ..., em 1828: 308
- a maior parte da população da ..., em 1828, dedicava-se à agricultura: 309
- gado vacum existente na ..., em 1828: 309
- lojas existentes na ..., em 1828: 310
- “força militar da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha” a 1-1-1828: 317
- rendas, despesas, dívidas da ..., em 1827-8: 319
- ordenado do presidente da ..., em 1827: 335
- começa a circular o primeiro jornal capixaba: 350
- número de estabelecimentos de ensino, em 1829: 319
- médicos, cirurgiões e boticas em 1829: 344
- divisão administrativa da ..., em 1829: 358
- a ordem pública na ... na década de 1830: 341
- chegada dos primeiros colonos suíços: 344, 359
- estado da ..., em 1831: 344
- receita e despesa, em 1831: 360
- instalação da Assembléia Legislativa Provincial: 345
- terror provocado pela Insurreição do Queimado: 353
- formação de quilombos na ...: 352
- estado da ..., em meados do século 19: 354, 389
- receita em 1846: 389
- divisão administrativa da ..., em meados do século 19: 356
- o colono europeu e a ...: 355
- a febre amarela chega à ...: 368
- surto de cólera morbus na ...: 369
- estado em que se encontrava a saúde pública na ..., em meados do século 19: 370
- agricultura, indústria, comércio e navegação, em 1852: 374
- “aulas” de instrução primária e secundária, em 1852: 399
- abolição do tráfico de escravos, na ...: 370
- população, em 1856: 373, 393
- necessidade da colaboração de gente estranha para o progresso do Espírito Santo: 373
- Pedro II visita o Espírito Santo: 379, 401
- contribuição da ... para a Guerra do Paraguai: 381
- serviço de correios, em 1861: 383
- população em 1862: 356
- população da ..., em 1871: 384
- rede das estradas da ... na segunda metade do século 19: 385
- traços da psicologia do capixaba, segundo Misael Pena: 290
- aspectos gerais da ..., em 1854: 390
- o comércio em meados do século 19: 376
- o telégrafo chega à ...: 382
- número de lanchas da ..., em 1852: 395
- número de embarcações de cabotagem da ..., em 1852: 396
- número de embarcações
  - em 1852: 395
  - em 1855: 376
- divisão judiciária da ..., em 1854: 391
- divisão eclesiástica da ..., em 1854: 391
- população, em 1854: 391
- população da ..., em 1856: 373, 394
- estado sanitário da ..., em 1860: 391
- o ensino na ..., em 1860: 391
- obras públicas na ..., em 1860: 391
- estradas da ..., em 1860: 390
- valor da importação em 1861: 375
- opinião do presidente Costa Pereira sobre a lavoura da ... em 1862: 424
- número de escolas da ..., em 1863: 398
- o ensino na ..., em 1863: 397
- comércio da ..., entre 1864-69: 393
- a saúde, médicos e boticas em 1863: 394
- o ensino na ...em 1872: 337, 400
- escravos existentes na à data da abolição: 408
- divisão administrativa da ..., em 1889: 412
- número de paróquias da ..., em 1899: 412
- população em 1889: 413
- sob a jurisdição da Relação do Rio de Janeiro, em 1889: 413
- comarcas, em 1889: 413
- termos, em 1889: 413
- em 1889, a ... estava, no religioso, na dependência do bispado do Rio de Janeiro: 413
- orçamento da ..., em 1889: 415
- mais de 100 professores primários na ..., em 1889: 415
- Provincial (da Companhia de Jesus): 84, 116, 127, 130, 136, 213
- dos franciscanos: 243
- Provisão(ões): 29, 52, 56, 57, 67, 120, 131, 135, 143, 165, 167, 170, 190, 192, 201, 206, 209, 229, 265
- de 26-2-1550, de Antônio C. de Barros: 66; de 27-2-1550, de Antônio C. de Barros: 68; de 3-3-1550 (de Antônio C. de Barros): 62, 66, 68; de 4-3-1550 (de Antônio C. de Barros): 68; de 3-8-1560 (de Mem de Sá): 105; de 6-1-1576: 39; de 1-12-1598 (de Francisco de Souza): 124; de

2-12-1598: 124; de 6-3-1627: 141; de 7-10-1655 (do conde de Atouguia): 334; de 22-8-1656: 144; de 13-10-1666 (régia): 152; de 18-7-1676; 173; de 24-10-1687 (de Matias da Cunha): 175; de 26-11-1714: 230; de 19-4-1722 (do Conselho Ultramarino): 201; de 3-7-1722 (do Conselho Ultramarino): 201; de 3-7-1732: 250; de 22-11-1740: 207; de 1-6-1753 (do Conselho Ultramarino): 360; de 22-5-1771: 223; de 1-1-1784 (do Tesouro): 335; de 30-6-1803: 265; de 1-2-1810: 328; de 20-9-1810: 328; de 18-3-1815: 360; de 3-8-1815: 360; de 4-3-1817 (da Mesa de Consciência e Ordens): 276; de 1-12-1817: 276; de 28-1-1819 (do Tesouro): 365; de 15-12-1819 (do bispo do Rio de Janeiro): 318; de 22-8-1820: 360; de 4-5-1821: 335; de 8-1-1823: 360; de 22-3-1825 (de Tesouro): 235; de 9-2-1826 (do imperador): 318  
 Prussiano(s): 404  
 Psiquiatra(s): 478  
 Ptolomeu: 9  
 Púlpito: 73, 229  
 Puri(s): 222, 402  
 Pus vacínico: 384

**Q**uaresma: 238  
 Quartel(is): 202, 269, 272, 275, 277, 286, 290, 325, 332, 336, 357  
 - de Lorena: 261, 283  
 - da Regência: 261, 270, 280  
 - de Sousa: 261, 262, 270, 282, 284  
 - papel reservado ao ... no comércio de Minas Gerais: 261  
 - da Regência Augusta: 270  
 - de Coutins: 262, 270, 286  
 - de Pedestres: 402  
 - do 3.º BC: 38  
 Quartzo: 467  
 Queijo(s): 311  
 Queimado: 353, 358, 389, 399  
 - insurreição de escravos: 352, 362  
 - igreja do ...: 352  
 - mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369  
 Queirós (o moço), Antônio Ferreira de: 184  
 Queiroz, Jácome de: 84  
 Queiroz, Joaquim de: 270  
 Queixa(s): 152, 201, 227, 264  
 Queluz, marquês de  
 - ver Costa, João Severiano Maciel da  
 Quental, Antônio Siqueira de: 232, 235, 243  
 Querosene: 383, 449

Questão Christie (repercuta no Espírito Santo): 380  
 Quilombo(s): 191, 230  
 - dificuldades para combater os ...: 352  
 Quilombola(s): 352  
 Química (produção ..., em 1941): 467  
 Quinta(s): 27, 28  
 Quintaço: 214  
 Quintal(is): 315  
 Quintela, Inácio da Costa: 298  
 Quinto: 10, 11, 32, 33, 235

**R**abecão: 313  
 Rabelo, Fernando Duarte: 457  
 - Secretário de Educação e Cultura: 457  
 - dados biográficos: 457  
 Rábula(s): 313, 316  
 Radiodifusora(s): 494  
 Rainha(s): 30, 62, 226, 263  
 Raiva bovina: 478  
 Ramalho, Manuel: 83, 84, 85  
 - nomeado ... "Escrivão da Provedoria, Feitoria e Almojarifado e Alfândega da Capitania do Espírito Santo": 83  
 - autorizado a ir ao sertão do Espírito Santo: 84  
 Rameiro(s): 312  
 Ramos, Manoel José: 400, 541  
 Rancho(s): 356  
 - transformação em centros de progresso e civilização: 428  
 Rangel, João Clímaco de Alvarenga: 345, 354  
 Rangel, Rubens: 548  
 Rapadura(s): 459  
 Rapaz(es): 308  
 - colégio para ...: 415  
 RAU, VIRGÍNIA: 136, 159, 195  
 Real Erário: 260, 271, 292, 299, 328  
 Real Fazenda: 28, 232, 238, 239, 241, 242, 244, 256, 271, 284, 290, 405  
 Realista(s): 321  
 Rebanho(s)  
 - bovino: 442  
 - cavalari: 310  
 Rebelião(ões): 342  
 Rebelo, José Camilo Ferreira: 545  
 Recebedor(es): 27, 168  
 Recebedoria Provincial: 403  
 Receita: 236, 305, 306, 329, 330, 462, 464, 480  
 - em 1825: 330  
 - em 1827-8: 336  
 - em 1831: 360



- em 1846: 389
- em 1887: 423
- em 1889: 415
- de 1940: 460
- de 1973: 490
- Recenseamento(s): 204, 315
  - em 1774-5: 224, 227
  - em 1780: 227
  - em 1790: 228, 239
  - em 1824: 307, 315
  - em 1827: 315
  - em 1856: 373, 393
  - em 1877: 384
  - em 1890: 413
  - em 1920: 438, 448
  - em 1940: 457, 458
  - em 1970: 485
  - de 1872-1970: 484
  - ver, também, População
- Recenseamento torácico: 452
- Recife: 177, 255, 296, 312
- Recifes de D. Rodrigo: 73
- Reclamação(ões): 174, 201
- Recôncavo: 140, 184
- Recruta(s): 140, 225, 230
- Recrutamento: 225, 307, 315
  - em 1774-5: 224
  - isenção do ...: 225
  - do “Ururau”: 307, 308, 332
- Rede(s): 190, 312, 313
- Redizima: 18, 40, 44, 47, 69, 83
- Reeve: 415
- Refego(s): 190
- Reflorestamento: 483
- Regência: 343, 345, 351, 358, 359, 361, 362
- Regência Augusta: 261, 270
- Regimento(s): 9, 33, 67, 145, 154, 158, 159, 185, 201, 208, 225, 263, 284
  - da nau “Bretoa”: 11
  - de 11-4-1661: 334
  - de 28-1-1676: 230
- Regimento Alvim: 221
- Regimento (2.º) de Infantaria de Linha: 248
- Regimento da Infantaria Auxiliar: 230, 244
- Regimento de Artilharia: 230
- Regimento de Cavalaria: 266, 357, 381
- Regimento de Cavalaria de Milícias (da Comarca de Vila Rica): 260
- Regimento de Cavalaria Paga de Minas Gerais: 186
- Regimento de Infantaria de Milícias: 228
- Regimento de Milícias da Capitania do Espírito Santo: 245, 248, 270, 300
- Registro de Lorena: 283
- Reino Unido: 298
- Reinol(is): 257
- REIS, ARTUR CÉSAR FERREIRA: 363, 669
- Reis, Carlos: 463
- Reis, Joana Maria dos: 248
- Reis, José Antônio dos: 244
- Reis Magos: 164
- Reis Magos (aldeia, freguesia): 130, 216, 358
  - doação de terras aos índios da aldeia de ...: 121
  - fundação: 130
  - inauguração de sua igreja: 130
  - elevada à categoria de vila: 216
- Reis Magos (montes): 567
- Reis, Manuel Francisco dos: 284
- Reitor(es): 84, 136, 188
- Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo: 457
- Relação da Bahia: 122, 143, 145, 195, 253
  - ver, também, Tribunal da Relação da Bahia
- Relação do Rio de Janeiro: 217, 250, 413
- Relíquia(s)
  - de José de Anchieta: 122
  - de Vasco Fernandes Coutinho: 174
- Relógio público (da igreja de S. Tiago): 423
- Relojoeiro(s): 418
- Remador(es): 1, 269
- Renascença: 5, 87
- Renave: 491
- Rendas públicas: 216, 242, 299, 304, 312, 319, 324, 328, 329, 334, 360, 389, 436
- Renúncia: 17
  - de Vasco Fernandes Coutinho ao senhorio: 102
  - de Graciano dos Santos Neves à presidência do Espírito Santo: 437
- Repartição da Marinha: 336
- Repartição dos Negócios Estrangeiros: 359, 371, 372
- Repartição Geral dos Telégrafos: 414
- Repolho(s): 309
- República: 383, 416, 428, 430, 435, 457
  - propaganda republicana no Espírito Santo: 408
- República Federativa: 422
- Republic Steel: 491
- Reritiba
  - morre em ... José de Anchieta: 122
  - jesuítas são festejados pelos índios em ..., em 1610: 146
  - elevada à categoria de vila: 216
  - revolta dos índios de ...: 213

- ver, também, Anchieta
- Rês(es): 310, 346
- Resende, conde de
  - ver Castro, José Luis de
- RESENDE, GARCIA DE: 42
- Resgate(s): 57, 97
- Ressurreição, Manuel da: 175
- Restauração: 150
  - do duque de Bragança no trono do Brasil: 345
- Retórica (ensino da ...): 377, 415
- Retrato(s): 421
  - de Pedro I: 304
  - de Pedro II: 351
- Revista(s): 416
  - número de ..., em 1944: 460,470
- Revista Militar: 266
- Revolta(s): 90, 353
  - dos índios de Reritiba: 213, 214
  - do Xandoca: 443
- Revolução(ões): 371
  - no Ceará: 341
  - em Pernambuco: 295, 341
  - no Pará: 341
  - na Bahia: 341
  - no Maranhão: 341
  - no Rio Grande do Sul: 341
  - Minas-S. Paulo: 341
  - de 1842: 341, 348, 356
  - de 1924: 450
  - de 1930: 450
  - de 1964: 480, 501
- Revolução Pernambucana de 1817: 295, 296
- Reynaud, Nicolau Diniz José: 330
- Rezende, Eurico Vieira de: 548
- Rezendo, Dionísio Álvaro: 345, 397, 543
- Riacho: 308, 358
- Riachuelo: 382
- Ribeirão: 215, 241
- Ribeirão do Alvarenga: 205
- Ribeiro, Antônio Esteves: 218
- Ribeiro, Diogo: 52
- Ribeiro, Duarte da Ponte: 573
- Ribeiro, Filomeno José: 447
- Ribeiro, Francisco: 192
- Ribeiro, Francisco Sales: 207, 213, 217, 236
- Ribeiro, Gomes: 72
- RIBEIRO, JOÃO: 215
- Ribeiro, João Chaves: 409
- Ribeiro, João Pinto: 302
- Ribeiro, José Joaquim de Almeida: 307
- Ribeiro, José Pinto
  - estudante em Coimbra: 253
  - dados biográficos: 253
- Ribeiro, Manuel Pinto: 253
- Ribeiro, Marcelino Pinto (lente da Universidade de Coimbra): 252
- Ribeiro, Marcelino Pinto (professor de gramática latina): 223, 252
- Ribeiro, Sérgio Manoel Pinto: 399
- Rico(s): 51, 184, 280
- Rio(s): 37, 157, 239, 241, 242, 291, 314, 349, 386, 392
  - Rio Amazonas: 326, 566
  - Rio Baixo: 567
  - Rio Benevente: 390
  - Rio Branco, barão do
    - ver Paranhos (2.º), José Maria da Silva
  - Rio Branco, visconde do
    - ver Paranhos (1.º), José Maria da Silva
  - Rio Capabuana: 241
  - Rio Caraípe: 240
  - Rio Casca: 177
  - Rio Castelo: 241, 355, 392
  - Rio Cricaré: 90, 114
    - ver, também, Rio S. Mateus
  - Rio Cururipe: 73
  - Rio da Cruz: 14
  - Rio da Fruteira: 241
  - Rio da Fumaça: 390
  - Rio da Prata: 13, 145, 326, 566
    - comércio com o Brasil: 145
  - Rio das Caravelas: 197
  - Rio das Contas: 239
  - Rio das Mortes: 192
  - Rio das Roças Velhas: 44
  - Rio de Guarapari: 172
  - Rio de Janeiro (cidade): 87, 110, 115, 117, 186, 191, 206, 217, 221, 222, 226, 241, 263, 271, 272, 281, 283, 284, 301, 303, 312, 343, 349, 376, 382, 390, 392, 409
    - ver, também, Guanabara
  - Rio de Janeiro (capitania, província e estado): 12, 82, 130, 136, 150, 155, 159, 167, 169, 185, 186, 197, 204, 206, 207, 252, 261, 298, 366, 370, 382, 388, 390, 408, 420
  - Rio de Maruípe: 568
  - Rio das Ostras: 146
  - Rio de Perocão: 240
  - Rio Doce: 114, 147, 188, 205, 232, 239, 240, 248, 249, 261, 262, 269, 270, 272, 277, 278, 282, 283, 284, 290, 373, 383, 385, 475, 486, 573, 574
    - Sebastião F. Tourinho, à frente de 400 homens, sobe o ... entre 1571, e 1573, à procura

- de pedras preciosas: 114
- origem do nome: 114
- o ... é visitado por Olivier van Noord: 124
- despesas que Francisco G. de Araújo fez com entradas no ...: 173, 181
- encontradas minas na região do ...: 184, 205
- na segunda metade do século 18 já era utilizado como estrada entre as capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais: 227
- recomendação da metrópole portuguesa para abertura e navegação do ...: 260
- ordem do Real Erário ao governador de Minas Gerais proibindo passagem pelo ...: 260
- tentativa de povoamento das margens do ...: 256, 262
- João J. de Almeida e outros pedem licença e favores para se estabelecerem no ...: 248
- providências determinadas ao capitão-mor do Espírito Santo, para auxiliar a João J. de Almeida e outros: 256
- visitado pelo governador Albuquerque Tovar: 266
- João Felipe Calmon funda na região do ... "o primeiro estabelecimento regular de agricultura": 269
- os habitantes das margens do ... beneficiam-se da presença de cirurgião, de hospital e medicamentos: 279
- insegurança dos habitantes da região: 280
- descrição do ... por Silva Pontes: 282
- primeiro mapa do e seus afluentes: 573
- a navegação do ..., segundo Eschwege: 282, 283
- carta geográfica do ... e seus afluentes: 293
- sesmarias às margens do ..., em 1828 e 1848: 308
- denúncia contra grossas despesas feitas na região do ...: 284
- ordenado do escrivão do Registro do ...: 335
- ordenado do patrão da catraia do ...: 336
- decreto dispondo sobre a navegação do ..., em 1832: 341
- navegação do ..., na segunda metade do século 19: 386
- primeira embarcação a vapor a singrar o ...: 386
- documentação sobre a navegação do ...: 404
- desbravamento do ...no século 20: 427
- ponte sobre o ..., em Colatina: 449
- ponte sobre o ..., em Linhares: 475
- Rio do Meio: 390
- Rio dos Ilhéus: 71
- Rio dos Reis Magas: 147
- Rio do Espírito Santo: 134, 159, 208, 568, 569
- origem da denominação: 38
- Rio Douro: 326
- Rio Grande do Norte
- ver Capitania do Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul (provincia): 272, 341, 382, 403
- Rio Guandu: 204, 282, 373, 405
- Rio Guarapari: 172, 308
- Rio Içana: 363
- Rio Iguaçu: 14
- Rio Itabapoana: 24, 39, 248, 272, 390
- Rio Itapemirim: 24, 49, 197, 204, 223, 232, 241, 270, 359, 387, 390, 421
- Rio Itaúnas: 385
- Rio Iuicu
- ver Rio Jucu
- Rio Jem: 196
- Rio Jequitinhonha: 114, 340
- Rio Jucu: 196, 240, 277, 309, 390, 392, 395
- Rio Juquiriquerê: 14
- Rio Madeira: 363
- Rio Managé: 24
- Rio Manhuaçu: 204, 226, 282
- Rio Marinho: 44
- Rio Mucuri: 14, 24, 248, 390, 392
- visitado pela expedição chefiada por Antônio D. Adorno: 114
- Rio Negro: 363
- Rio Novo: 356, 384
- Rio Pancas: 373
- Rio Pará: 566
- Rio Paraíba: 263, 283
- Rio Paratininga: 569
- Rio Pardo: 286, 434
- Rio Peream: 237
- Rio Piraquê-açu: 358, 390, 392
- Rio Piúma: 387, 390
- Rio Prata: 326
- Rio Reritiba: 146, 214
- Rio Sananha: 390
- Rio S. Catarina: 49
- Rio S. Maria: 477
- engenhos situados em frente à embocadura do ..., em 1631: 139
- navegação do ...: 386
- propriedades situadas nas suas margens atacadas por índios em princípios do século 19: 340
- Rio S. Agostinho: 276, 308
- Rio S. Domingos: 385
- Rio S. Francisco: 14, 73
- Rio S. João: 373
- "Rio S. João" (navio): 387
- Rio S. Mateus: 90, 114, 115, 197, 201, 206, 226,

- 372, 390  
 RIOS FILHO, ADOLFO, MORALES DE  
 LOS: 259, 331, 577  
 Rios, Francisco Gonçalves: 140, 141  
 Rios, João de Almeida: 143  
 Rio Tejo: 4, 8, 31, 326  
 Rio Turiaçu: 15  
 Rio Uaupés: 363  
 Rio Una: 426  
 Rio Vermelho: 230  
 Rive  
 - ver Reeve  
 Rixa(s): 127  
 RIZZINI, CARLOS: 84, 223, 253, 257  
 Roberts, Milnor: 468  
 Roça(s): 88, 134, 198  
 Roças Velhas: 141  
 Rocha, Antônio da: 116  
 Rocha, Domingos Fernandes Barbosa Pita: 227  
 Rocha, F. Pita: 223  
 ROCHA, LEVY: 281, 380  
 Rocha, Miguel Pereira da: 244  
 Rocha, Tibúrcio José da: 350  
 Rochefort: 194  
 Roda(s): 290  
 Rodovia(s)  
 - ver Estrada(s) de Rodagem  
 Rodovia do Sol: 492  
 Rodrigues, Antônio Joaquim: 384, 545  
 Rodrigues, Fernão: 257  
 Rodrigues, Garcia: 261  
 Rodrigues, José Honório: 577  
 Rodrigues, José Joaquim: 399  
 Rodrigues Júnior: 423  
 RODRIGUES, LÉLIO: 485  
 Rodrigues Neto, João de Deus: 447  
 RODRIGUES, PEDRO: 96  
 Rodrigues, Vicente: 116  
 Roiz, Antônio: 149  
 Roma: 122, 123, 438  
 Romano(s): 4, 8  
 Romaria(s): 147  
 Romeira(s): 309  
 Romeiro(s): 147  
 Roqueira(s): 134  
 ROSA, AFONSO CLÁUDIO DE FREITAS:  
 274, 346, 348, 350, 352, 353, 382, 407, 408,  
 409, 410, 418, 424, 430, 431, 434, 546, 574  
 - na presidência do Espírito Santo: 428  
 - passa a presidência do Espírito Santo a Con-  
 stante G. Sodré: 429  
 ROSA, FRANCISCO CLÍMACO FEU: 415, 423
- Rosa, Francisco Otaviano de Almeida: 382  
 Rosa, Manoel Pinto de Alvarenga: 399  
 Rosas, Juan Manuel Ortiz de: 259  
 Rosca(s): 311  
 Rosetti, Antônio Augusto: XLI  
 Roupa(s): 97, 384  
 - feita(s): 419  
 ROURE, AGENOR LAFAYETTE DE: 300  
 RÖWER, BASÍLIO: 98, 118  
 Royden: 119  
 Rua(s): 83, 134, 279, 285, 297, 300, 307, 315,  
 357, 383, 442  
 Rua do Barão de Alvito: 44, 52  
 Rua da Alfândega: 436  
 Rua de S. João: 38  
 Rua S. José: 322  
 Rua do Cano: 321  
 Rua do Comércio: 436  
 Rua Florentino Avidos: 436  
 Rua Luciano Reis: 38  
 Ruão: 13  
 Rua Primeiro de Março: 347  
 Rubi: 242  
 RUBIM, BRÁS DA COSTA: 31, 38, 41, 56, 59,  
 109, 111, 112, 120, 121, 129, 168, 173, 177, 196,  
 198, 201, 202, 207, 212, 217, 226, 254, 261,  
 262, 266, 269, 270, 274, 277, 278, 279, 286,  
 300, 378  
 RUBIM, FRANCISCO ALBERTO: 111, 196,  
 197, 201, 202, 203, 221, 228, 251, 269, 273,  
 274, 276, 277, 278, 279, 281, 286, 289, 291,  
 292, 293, 315, 340  
 - traços da personalidade de ...: 274  
 - deixa o governo do Espírito Santo: 278  
 - traços de seu governo: 278  
 Ruschi, Augusto: 478  
 Ruschi, Enrico: 477  
 Rússia: 448  
 Russo(s): 448
- S**á, Baltazar de: 91  
 SÁ, ANTÔNIO DE: 96, 97  
 Sabão: 311, 418  
 Sabará: 283  
 Sá, Bartolomeu de: 257  
 Saboaria(s) : 19  
 Sabugosa, conde de  
 - ver Meneses, Vasco Fernandes César de  
 Sacerdote(s)  
 - ver Padre(s)  
 Sacramento, João Trancoso do: 251

- Sacristão: 417  
 Sá, Estácio de: 102, 109, 110  
 Sá, Fernão de: 58, 91, 114  
 - mandado por seu pai socorrer o Espírito Santo: 90  
 Sagres: 4  
 Saia(s): 281  
 - bando dispondo sobre o uso de ...: 190  
 Saint-Cyr: 330  
 SAINT-HILAIRE, AUGUSTE DE: 265, 266, 269, 274, 279, 281  
 - como viu a província, em 1818: 280  
 Sá, João Correia de (bandeirante): 152  
 Sá, João Correia de (da capitania da Paraíba do Sul): 174  
 Sá Júnior, Manuel de Siqueira e: 345  
 Sal: 19, 242, 282, 284, 289, 290  
 Sala(s)  
 - d'armas: 421  
 - de aula: 483  
 - de jantar: 315  
 - de leitura: 416, 441  
 - de visitas: 315  
 Salamanca: 98  
 Salçafráz(es): 66  
 Salema, Antônio: 115  
 Sales, Alexandre Félix de Alvarenga: 381  
 SALES, AUGUSTO DE AGUIAR: 379  
 Sales, Eurico: 461,  
 Sales: Inácio Félix de Alvarenga: 345  
 Sales, José Roberto da Cunha: 415  
 Sales, Manuel Ferraz de Campos: 479  
 Salgado: 215  
 Salgado, Feliciano: 142, 155  
 Salina(s)  
 - (inexistentes no Espírito Santo, em 1860): 392  
 Salitre: 34  
 Salteador(es): 230  
 SALVADOR, VICENTE DO: 28, 29, 43, 50, 53, 54, 58, 59, 62, 90, 91, 103, 111, 117, 124, 132, 134, 154, 280  
 Samarco: 491  
 Sá, Martim de: 134  
 Sá, Mem de: 82, 89, 91, 93, 94, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 115  
 - manda Fernão de Sá socorrer o Espírito Santo: 101  
 - opinião de ... sobre o Espírito Santo: 94, 101  
 - propõe-se a fundar uma cidade no Espírito Santo: 94  
 - parte da Bahia para a Guanabara: 101  
 Samorim: 30  
 Sampaio; Francisco Leite Bittencourt: 544  
 Sampaio, Manuel Pinto Ribeiro Pereira de: 302, 307, 328  
 SAMPAIO, TEODORO: 11, 45, 90, 97, 115, 122, 130, 156  
 SANCEAU, ELAINE: 26  
 Saneamento: 157, 436  
 Sanitarista(s): 478  
 Santa Ana: 204, 244, 249, 358  
 - número de lojas, em 1828: 311  
 Santa Casa de Misericórdia de Vitória: 273, 278, 281, 293, 315, 337, 570, 571, 572  
 - no fim do século 16 já existia: 125  
 - alvará de Filipe II concedendo à ... os mesmos privilégios de sua irmã de Lisboa: 125  
 - restauração: 278  
 - rendimentos da ..., em 1827: 315  
 - recebe a visita e esmola de Pedro II: 379  
 - proprietária de uma botica: 344, 393  
 Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (credora do Espírito Santo): 170  
 Santa Catarina: 15, 305  
 Santa Catarina das Mós: 213  
 "Santa Clara" (navio): 111  
 Santa Clara: 392  
 Santa Cruz (povoação etc.): 130, 385, 391, 392, 399, 409, 412, 413, 425, 434  
 - produção de açúcar, em 1852: 374  
 - produção de aguardente, em 1852: 375  
 - população do município de ..., em 1871: 385  
 - número de escravos do município em 1871: 385  
 - mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369  
 Santa Cruz (fazenda do duque d'Aveiro, em Porto Seguro): 45, 71  
 Santa Cruz (império de): 403  
 Santa Cruz (terra de): 403  
 Santa Isabel: 418, 465, 466  
 - paróquia: 413  
 Santa Isabel (colônia de)  
 - instalação: 355  
 - estado da ..., em 1848: 355  
 - resistência dos alemães da ... a que fosse ensinada a língua portuguesa a seus filhos: 396, 465  
 Santa Leopoldina (colônia de): 373  
 Santa Leopoldina de Mangarai: 412  
 Santa Leopoldina do Cachoeiro: 409, 412, 413, 444, 457, 465, 466, 496, 497  
 Santa Luzia do Rio Real: 248  
 Santa Maria (atacada por índios, em 1779): 226  
 Santarém: 28  
 Santa Rita (curato): 359  
 Santa Teresa: 444, 452, 465

- Santa Teresa do Timbui (paróquia): 412
- Santa Úrsula: 127
- Santiago: 84, 106
- Santiago, conde de: 165
- “Santo Agostinho Palafox” (bergantim): 276, 290
- Santo Amaro: 257
- Santo Antônio: 204, 243
- matrícula como soldado raso: 215
- Santo Antônio: 49, 436
- Santo Antônio da Jacobina: 238
- Santo Antônio do Rio Novo (paróquia): 412
- Santo Ofício: 112, 252, 257
- Santos: 120, 124, 177, 222, 252, 414, 415, 498
- Santos, Arthur Carlos Gerhardt: XLI, XXXIX, 492, 494, 499, 548
- eleição para o governo do Espírito Santo: 490
  - realizações de seu governo: 492
- Santos, Bernardo José dos: 367, 574
- SANTOS FILHO, LICURGO: 368, 369
- Santos, Francisco Garcia dos: 135
- Santo Sepulcro: 5
- Santos, Geraldo dos: 140
- Santos, Inácio de Jesus dos: 230
- Santos, João Fortunato Ramos dos: 298
- Santos, João Pereira dos: 399
- SANTOS, LÚCIO JOSÉ DOS: 186
- SANTOS, FRANCISCO AGENOR DE NORONHA: 430, 434
- Santos, Ovidio dos: 407, 416
- Santos, Pero dos: 87
- ver, também, Souto, Pero do
- SANTOS, PONCIANO STENZEL DOS: 49
- Santos Reis Magos de Nova Almeida (paróquia): 412, 413
- Santuário de N. S. da Penha: 99, 127, 252, 402
- sua origem: 98
  - a ermida é transformada em ...: 139
- Sanzio, Rafael: 98
- São Benedito do Riacho (paróquia): 412, 413
- São Domingos: 474
- São Fidélis (curato): 359
- São Francisco de Sergipe do Conde: 238
- “São Gabriel” (nau da esquadra de Vasco da Gama): 7
- “São Gabriel” (nau espanhola): 73
- São Gonçalo
- número de “aulas”, em 1829: 320
  - número de cirurgões, em 1829: 344
  - número de boticas, em 1829: 344
- São Jerônimo: 363
- “São João” (nau): 69
- São João da Barra: 206, 236, 237, 349, 359
- subordinada à jurisdição do ouvidor do Espírito Santo: 207, 250, 360, 390
  - número de “aulas”, em 1829: 320
  - incorporada à província do Rio de Janeiro: 349
- São João da Praia
- ver São João da Barra
- São João de Carapina (paróquia): 412, 413
- São João de Cariacica (paróquia): 412, 413
- São José do Calçado: 412
- São José do Queimado (paróquia): 412, 413
- São Martinho, Pedro Afonso Galvão de: 186
- São Mateus: 130, 197, 203, 206, 223, 248, 250, 265, 302, 303, 305, 306, 311, 312, 314, 353, 358, 385, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 397, 399, 409, 410, 412, 415, 418, 421, 424, 425, 437, 491
- a metrópole manda abrir “aulas” de ensino público em ...: 223
  - quando ... passou à jurisdição de Porto Seguro: 248
  - em 1775, figurava no mapa eclesiástico de Porto Seguro: 248
  - subordinada administrativamente à Bahia: 248, 302
  - adesão de ... ao movimento da Independência: 302
  - aviso do governo central incorpora novamente ... ao Espírito Santo: 303
  - o vigário de ... subordinado ao bispado da Bahia, em 1819: 318
  - população de ..., em 1824: 307, 331
  - número de fogos, em 1824: 331
  - número de fogos, em 1827: 331, 333
  - número de lojas, em 1828: 311
  - distritos, em 1828: 318
  - número de aulas de ..., em 1829: 319
  - foco de turbulências: 342
  - tentativa de incorporar ... à Bahia: 342
  - número de cirurgões em 1829: 344
  - número de boticas, em 1829: 344
  - a indústria de farinha de mandioca em ... em meados do século 19: 354
  - a vila de ..., em 1847: 354
  - município: 356, 391
  - comarca: 356, 391, 413
  - visitada pela variola: 369
  - produção de café, em 1852: 374
  - produção de açúcar, em 1852: 374
  - produção de farinha, em 1852: 375
  - população do município em 1871: 384
  - número de escravos, do município, em 1871: 384
  - paróquia: 412, 413

- criação da diocese: 479
- São Maurício: 127
- São Miguel (procissão): 213
- São Miguel de Bobadela: 165
- São Miguel do Veado
  - paróquia: 412, 413
  - subordinada ao bispado de Mariana: 413
- São Paulo de Arcos: 78
- São Paulo (cidade): 78, 120, 176
- São Paulo (capital, província, estado): 12, 78, 82, 124, 142, 176, 276, 284, 292, 301, 325, 341, 408, 463, 484
- São Pedro de Alcântara de Itabapoana (paróquia): 412, 413
- São Pedro de Alcântara do Rio Pardo (paróquia): 412, 413
- São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim: 408, 413
  - paróquia: 413
- São Pedro de Itabapoana: 412
- “São Rafael” (nav): 7
- São Salvador dos Campos dos Goitacazes: 213, 228, 237, 241, 266, 358
  - subordinada à jurisdição do ouvidor do Espírito Santo: 207, 212, 250
  - número de “aulas”, em 1829: 319
- São Sebastião: 216
- São Sebastião: 119
  - número de “aulas”, em 1829: 319
- São Sebastião de Itaúnas (paróquia): 412, 413
- “São Simão” (galé): 90
- São Tomé: 177
- São Vicente: 12, 14, 62, 83, 84, 95, 100, 106, 112, 129, 150, 168
- Sapateiro(s): 313, 418
- Sapucaia: 241
- Saque(s): 27, 51
- Saraiva, Francisco Xavier Pinto: 343
- Saraiva, Gaspar: 140
- Sardinha, Pero Fernandes: 73, 74
- Sardo(s): 395
- Sargento(s): 141
  - mor: 142, 184, 186, 195, 225, 242, 244, 248, 297
  - de ordenanças: 297
- Sartori, Vinicius Mário: XLI
- Sá, Salvador Correia de: 132
- Saúde do Porto: 414
- Saúde e caridade pública: 423
- Saúde pública: 370, 403, 479
  - ausência de verba para as despesas com a ... em meados do século 18: 216
  - despesas com a ..., em 1940: 460
- ..., no governo de Arthur Gerhardt: 493
- Saxônio(s): 404
- SCHÖNER, JOÃO: 9
- SCHRAD: 9
- Schwarzburg-Rudolfstadt: 404
- Seabra, Joaquim Antônio de Oliveira: 420
- Sebo: 144
- Seca(s): 127
  - nas províncias do norte: 305, 384, 402
  - ... no Espírito Santo, no princípio do século 20: 441, 463
- Secretaria da Agricultura: 479, 499
- Secretaria de Educação: 494
- Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: 328
- Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos: 253
- Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil: 289
- Secretaria de Estado dos Negócios do Império: 306, 329, 335, 336, 340, 341, 343, 359
- Secretaria de Instrução Pública da província do Espírito Santo: 401
- Secretaria de Saúde e Assistência: 478, 484, 494, 500
- Secretaria do Governo da província: 336, 378, 397, 399, 403, 414
- Secretário: 102, 110, 349, 457
  - da Agricultura: 477
  - do Conselho Ultramarino: 216, 236, 237
  - do Governo da capitania: 316
  - do Governo da província do Espírito Santo: 316, 325, 345, 362, 393, 403, 414
    - ordenado: 335
  - do Desembargo do Paço: 330
  - do Ministro da Marinha: 412
  - de Educação: 449, 461, 465, 476
  - de Educação e Cultura: 452, 483
  - de Estado dos Negócios Ultramarinos (de Portugal): 238
  - dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: 266, 324
  - dos Negócios do Reino: 266, 296, 297
- Sé da Bahia: 67, 73, 84
- Sé do Rio de Janeiro: 232
- Seda: 3, 6, 242
  - indígena: 277
- Sede: 8, 96
- Sedição(ões): 343
- Sedição de Piúma: 380
- “Segundo” (palhabor): 372
- Seguro: 158
  - agência de ...: 312
  - mútuo: 3

- Sela(s): 418  
 Seleiro(s): 313  
 Selo(s): 18  
 - de metal: 68  
 - do papel: 334  
 Selvagem(ns): 89, 271, 286  
 - ver, também, Bárbaro, Gentio, Índola, Índio, Silvícola  
 SELVAGEM, CARLOS: 3  
 “Semanário” (jornal): 351  
 Semana Santa: 335  
 Semente(s): 41, 290, 292  
 - selecionada(s): 483  
 Seminário(s): 316  
 - dos jesuítas (de S. Paulo): 62  
 Seminário Pedagógico: 418  
 Senado  
 - da Câmara de Vitória: 154, 248  
 - da Câmara do Rio de Janeiro: 301, 327  
 - do Império: 155, 366  
 Senador(es): 348, 414, 421, 438, 490  
 - primeiro ... da província: 307, 366  
 SENA, NELSON COELHO DE: 298  
 Senhor(es): 116  
 - de escravo(s): 202  
 Sentença judiciária: 227, 250, 252  
 Sentinela(s): 41  
 Sepipira: 241  
 Sepúlveda (família): 326  
 Seqüestro: 144, 145, 213  
 Sergipe: 379  
 Sergipe d’El-rei: 225, 238, 302  
 Sergipe do Conde: 189  
 Sericicultura: 254, 277  
 Sermão(ões): 65, 112, 345  
 Sernige, Francisco: 39  
 Serra: 48, 96, 130, 156, 240, 245, 249, 308, 353, 356, 368, 377, 385, 390, 397, 399, 409, 412, 413, 423, 424, 425  
 - número de fogos, em 1775: 224  
 - número de almas, em 1775: 224  
 - atacada pelos índios, em princípios do século 19: 271  
 - população, em 1824: 331  
 - número de fogos, em 1824: 331  
 - população em 1827: 333  
 - número de fogos em 1827: 333  
 - número de “aulas” da ..., em 1829: 319  
 - produção de aguardente, em 1852: 375  
 - produção de café, em 1852: 374  
 - produção de açúcar, em 1852: 374  
 - uma “aula” de latim, em 1854: 390  
 - município: 391  
 - número de escravos do município de ..., em 1871: 385  
 - população do município de ..., em 1871: 385  
 Serra da Mantiqueira: 467  
 Serra das Esmeraldas: 115, 136, 152, 181  
 - a expedição do padre Inácio de Sequeira não conseguiu alcançar a ...: 136  
 - primeiro pesquisador que chegou à ...: 115  
 - Francisco G. de Araújo promove 14 entradas à ...: 181  
 - despesas que Francisco G. de Araújo fez com as jornadas à ...: 181  
 Serra de Guarapari: 232  
 Serra de Mestre Álvaro: 51, 124, 157  
 - ver, também, Mestre Álvaro  
 Serra do Castelo: 192  
 Serra do Mar: 467  
 Serra dos Aimorés: 458, 459  
 Serra dos Arrepiados: 275  
 Serralheiro(s): 144, 418  
 Serralho(s): 309  
 Serra Negra: 115  
 SERRANO, JÔNATAS: 296  
 Serrão, André: 97  
 Serrão, Antônio: 102  
 Serraria(s): 243  
 Serra, Ricardo Franco de Almeida: 259  
 Serro do Frio: 283  
 Sertão(ões): 24, 41, 84, 89, 96, 175, 176, 184, 192, 204, 240, 256, 278, 280, 373, 421  
 - do leste: 186  
 - do sul: 227  
 Servente(s)  
 - (dos armazéns): 336  
 Serventuário(s)  
 - (dispensa): 299  
 Serviço de Enfermagem: 498  
 Serviço de Limpeza e Asseio Público (de Vitória): 414  
 Serviço de Melhoramentos de Vitória: 450  
 Serviço Geográfico do Exército: XLI, 206, 240, 274, 275, 293, 295, 573, 669  
 Serviço Nacional de Recenseamento: 458  
 Sesmária(s) : 18, 32, 118, 197, 213, 276, 291, 405, 421  
 - carta de D. João III dando poderes a Martim Afonso de Sousa para conceder ...: 12  
 - concessão das primeiras ... no Espírito Santo: 39  
 - concessão a Brás Teles de Menezes: 39, 57  
 - concessão de ... na ilha de S. Antônio: 43, 85



- revisão na distribuição de ... levada a efeito por Vasco Fernandes Coutinho Filho: 111
- concessão de ... aos índios da aldeia dos Reis Magos: 130
- carta de ... “das terras dos goiatacazes”: 130
- carta régia permitindo fossem concedidas ... à margem de quaisquer rios da capitania: 277
- sesmaria em usufruto do vigário de Viana: 276
- entrega das cartas de ... a 50 casais de açorianos, em Viana: 276
- a situação das ... na província, em 1828 e 1848: 308
- sugestões de Francisco A. Rubim sobre a concessão de ...: 291
- valor de uma ..., em 1828: 309
- portaria determinando fossem concedidas ... ao longo da Estrada Vitória-Vila Rica: 340
- Sette, José Rodrigues: 461, 547, 548, 669
- Sevilha: 3
- Siderbras: 491
- Sílica: 467
- Silva, Antônio da: 264
- Silva, Antônio do Nascimento: 370
- Silva, Antônio Vaz da: 201
- Silva, Caetano Dias da: 373
- Silva, Cândido Joaquim da: 370
- Silva, Evaristo Ladislau e: 368, 373, 419, 543
- Silva, Fernando: 213
- Silva, Fernando Teles da: 304, 324
- Silva, Firmino de Almeida: 399
- Silva, Fortunato Augusto da: 381
- Silva, Francisca do Amaral e: 421
- Silva, Francisco A. Leitão da: 381
- Silva, Inácio Álvares da: 232
- SILVA, INÁCIO ACIOLI DE CERQUEIRA E: 166
- Silva, João Custódio da: 381
- Silva, João da: 292
- Silva, João Tomé da: 378, 400, 544
- Silva, Joaquim Fernandes de Andrade: 434
- Silva, José Bonifácio de Andrada e: 285, 293, 300, 321, 323, 324, 325, 326, 330
- partidário da restauração do duque de Bragança no trono do Brasil: 345
- destituição de ... do cargo de tutor de Pedro II: 345
- Silva, José Maria da: 276
- Silva, Lauro Nina Sodré e: 434
- Silva, Leocádia Tavares da: 421
- Silva, Leonor da: 30
- Silva, Lourenço de Sousa da: 165
- Silva, Luís Antônio da: 273, 278, 573
- Silva, Luiz de Loiola e: 417
- SILVA, MANUEL AUGUSTO PIRAJÁ DA: 73, 115
- Silva, Manuel Barreto da: 162
- Silva, Manuel Pinto Rangel e: 345
- Silva, Miguel da (bispo de Viseu): 20
- Silva, Moacir Ubirajara da: 461, 547
- SILVA NETO, J. J. GOMES DA: 98, 100
- Silva, Pedro da: 139, 537
- Silva, Tito Lívio da: 381, 401
- Silva, Venceslau Pereira da: 236
- Silva, Vicência da: 144
- SILVEIRA, ÁLVARO DA: 114
- Silveira, Francisco da: 217
- Silveira, Gil de Góis da: 213
- SILVEIRA, GODOFREDO: 388, 408, 413, 415, 416, 417, 418, 419
- Silveira, Manoel Augusto da: 429
- Silveira, Manuel Fernandes da: 248, 541
- Silveira, Pedro da: 39
- Silves: 3
- Silvicola(s): 48, 54, 56, 58, 66, 97, 202, 215, 223, 340
- ver, também, Bárbaro(s), Gentio(s), Íncola(s), Índio(s), Selvagem
- Simões, Francisco Caetano: 421
- Simões, Torquato Caetano: 382
- SIMONSEN, ROBERTO C.: 10, 11, 169, 193
- Sindicato (s) - (existentes em 1942): 460
- Sino(s): 135, 401
- Siqueira, Antônio Joaquim de: 352, 353, 363, 379, 543
- Siqueira, Brás Gomes de: 252
- Siqueira, Francisco Antunes de: 401
- Siqueira, Inácio de: 136
- Síria: 448
- Sírio(s): 448
- Sisa(s): 19, 27, 33
- dos bens de raiz: 334
- meia ... dos escravos ladinos: 334
- Sítio de Comujativa: 155
- Sítio dos Comboios: 240
- Sítio Ribeiro: 39
- Smeth: 283
- Soares, Asdrúbal Martins: 548
- Soares, Diogo de Amorim
- ver Morim - o velho, Diogo
- Soares, Fernão (navegador português): 9
- Soares, Fernão (proprietário na ilha de Vitória): 85
- Soares, João: 121
- SOARES, JOSÉ CARLOS DE MACEDO: 215

- Soares, M. F. de Oliveira: 570  
 Sobrado(s): 315  
 Sobro: 241  
 Socavão(ões): 205  
 Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo: 407  
 Sociedade Auxiliadora: 417  
 Sociedade Beneficente da Irmandade de S. Benedito do Rosário: 417  
 Sociedade Beneficente de S. Benedito do Convento de S. Francisco: 415  
 Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense: 408  
 Sociedade Beneficente União e Progresso: 378  
 Sociedade Carnavalesca de Vitória: 417  
 Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Colonização dos Indígenas: 373  
 Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce: 386  
 Sociedade de Jesus  
 - ver Companhia de Jesus  
 Sociedade de Música: 418  
 Sociedade Dramática: 351  
 Sociedade Espírito-santense de Imigração: 418  
 “Sociedade Feliz” (iate): 372  
 Sociedade Libertadora Domingos Martins: 408  
 Sociedade Libertadora S. Benedito do Rosário: 408  
 Sociedade Mantenedora da Colônia Orfanológica 13 de Maio: 417  
 Sociedade Musical Urânia: 418  
 Sociedade Real Marítima: 573  
 Sodré, Constante Gomes: 430, 546  
 - sucede a Afonso Cláudio no governo do Espírito Santo: 429  
 - sucede a Graciano dos Santos Neves no governo do Espírito Santo: 437  
 Sodomia: 17, 55, 74  
 Sodré, José Bernardino Batista de Almeida: 298  
 Soído, Antônio Cláudio: 300, 382  
 Soldado(s): 135, 142, 151, 158, 159, 180, 190, 198, 209, 224, 225, 262, 290, 315, 332, 380, 381  
 - da guarnição do Rio de Janeiro refugiados no Espírito Santo: 186, 221  
 - ... fugitivo(s) : 145  
 - concedido soldo de ... a S. Antônio: 215  
 Soldo: 168, 215, 221, 242, 290, 329, 403  
 Solteiro(s): 394, 413, 438  
 Sousa (do Conselho Ultramarino): 209  
 Sousa, Quartel do  
 - ver Quartel do Sousa  
 SOUSA, ANTÔNIO CAETANO DE: 2, 165  
 Sousa, Bento José da Silveira e: 409  
 SOUSA, BERNARDINO JOSÉ DE: 11  
 Sousa, Francisco de: 147, 176  
 - experimenta as minas capixabas: 122  
 - fornece duas peças de artilharia para a defesa de Vitória: 124  
 - nomeado capitão-general e governador da capitania do Espírito Santo: 129  
 SOUSA, GABRIEL SOARES DE: 30, 39, 73, 84, 117  
 Sousa, Herculano Marcos Inglês de: 414, 415, 545  
 Sousa, Irineu Evangelista de: 353  
 Sousa, João Bernardo de: 421  
 Sousa, João de: 116  
 Sousa, João Rodrigues de Vasconcelos e: 142, 145, 151, 155  
 Sousa, Joaquim Vieira da Silva e: 331  
 Sousa, José Francisco de: 570  
 Sousa, José Libânio de: 301, 307  
 SOUSA, LUÍS DE: 26  
 Sousa, Luís de (governador do Brasil): 134, 159  
 Sousa, Luis de Vasconcelos e: 284  
 Sousa, Luiz Pinto de: 230  
 Sousa, Marcondes Alves de: 443, 546  
 Sousa, Maria Marlene de: XLI  
 Sousa, Manoel de: 292  
 Sousa, Manoel Goulart de: 377  
 Sousa, Manuel de: 201  
 Sousa, Martim Afonso de (capitão-mor do Brasil): 12, 13, 14  
 - poderes que lhe conferia a carta régia de 20-11-1530: 12  
 - teria sido padrinho de Araribóia: 111  
 SOUSA, PAULINO JOSÉ SOARES DE: 371, 372, 428  
 Sousa, Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e: 172, 196, 197, 198, 206, 208, 538  
 Sousa, Pero Lopes de: 13, 14  
 Sousa, Tomé de: 45, 48, 54, 58, 66, 67, 72, 84, 86, 536  
 - visita a capitania em 1552: 71, 83  
 - carta ao soberano português relatando providências tomadas durante sua visita ao Espírito Santo: 71, 83  
 Sousa, Washington Luiz Pereira de: 450  
 Souto, Pero de (vigário de Vitória): 65, 87  
 STANFIELD, W. S.: 10  
 Sturz, João Diogo: 386  
 Subsídio(s): 168, 216, 236, 237, 238, 239, 242, 243  
 - voluntário: 238, 334  
 - dos vinhos: 168

Subsídio Literário: 223, 360  
 - rendimento do ... no Espírito Santo, nos anos de 1795 e 1797: 254  
 - rendimento do ... no Espírito Santo, em 1827-8: 334  
 Sucessão  
 - ordem de ...: 19  
 Suíça: 448  
 - grande fornecedora de colonos: 371  
 Suíço(s): 448  
 - primeiros colonos ... chegados ao Espírito Santo: 344  
 - providências para sua instalação no Espírito Santo: 359  
 - encaminhados à colônia de S. Leopoldina: 404  
 - número de ... na colônia de S. Leopoldina, em 1863: 404  
 - número de ... na colônia do Rio Novo, em 1877: 384  
 Sumaca(s): 222, 232, 240, 272, 279, 305, 313, 396  
 Superfície (do Estado): 485  
 Superintendência do Desenvolvimento da Pesca: 496  
 Supremo Tribunal de Justiça: 302  
 Supremo Tribunal Federal: 349  
 Suzano, Luis da Silva Alves de Azambuja: 323, 327, 345, 346  
 Suzano, Rozauro de Araújo: 569, 669

**T**abaco: 310  
 - contava-se entre as principais culturas do fim do século 16: 126  
 - em pó: 311  
 Tabela(o)es: 12, 17, 35, 251  
 - do público, judicial e notas de Vitória: 251  
 Tabela(o) Público do Judicial e Notas (da capitania do Espírito Santo): 251  
 Taberneiro(s): 298  
 Tabora, Antônio Rodrigues Pereira: 262, 573  
 Tabuado: 222, 243, 293, 349  
 Taiobaia: 245, 249  
 Taipa: 83, 115, 119  
 Tamandaré, marquês de  
 - ver Lisboa, Joaquim Marques  
 Tamarindo(s): 309  
 Tambor(es): 317  
 Tamoio(s): 87, 111  
 Taperia(s): 59  
 Tapete(s): 6  
 Tapinhoa: 197, 241, 243, 255  
 - em 1814, continuava proibida a sua exporta-

ção: 277  
 Tapuia(s): 147, 169  
 Tarrafa(s): 313  
 Taubaté, 177  
 TAUNAY, AFONSO D'ESCRAGNOLLE: XXXIX, 10, 26, 114, 124, 152, 176, 192, 205, 278, 307, 366, 408, 419, 420, 670  
 Tavares, Antônio Raposo: 175  
 Tavares, Antônio R. de Moura: 571, 572  
 TAVARES, FRANCISCO MUNIZ: 273  
 Tavares, João de Pina  
 - requer licença (negada) para uma excursão à terra das esmeraldas: 142  
 Taverna(s): 310  
 Távora, Gregório de: 153  
 Távora, Martim de Amorim de: 181  
 Taxa(s), 252  
 - de herança ou doação causa mortis ou inter vivos: 423  
 - sobre marinhagem: 417  
 Teacica, 241  
 Tear(es): 216, 236, 330  
 Teatro(s): 378  
 - criador do ... capixaba: 418  
 - de S. Mateus: 418  
 Teatro Melpômene: 438  
 - inauguração: 438  
 - descrição: 438  
 Teatro Carlos Gomes: 494  
 Teatrólogo(s): 418  
 Tecelagem, 222  
 - notícia sobre ... incipiente no Espírito Santo: 107  
 Tecelão(ões): 313, 418  
 Tecido(s)  
 - importação de ..., em Portugal, em 1188: 3  
 - de algodão: 281  
 - fábricas de ...: 435  
 - exportação, em 1918: 444  
 "Te Deum Laudamus": 146, 322, 379, 395, 401, 408  
 TEIXEIRA, BENTO: 257  
 Teixeira, Domingos: 196  
 Teixeira, José A.: 244  
 Teixeira, Luís: 568  
 Tela(s): 6  
 Telefone(s)  
 - (número de ..., em 1942): 459  
 Telégrafo: 382, 438, 441  
 - inauguração da estação de ..., em Vitória: 382  
 - capixabas oferecem postes e dinheiro para que o ... fosse instalado na província: 382  
 Telegrama(s): 410, 430, 434

- Teles, Brás  
 - ver Menezes, Braz Teles de  
 Teles, Francisco de Albuquerque: 175, 189, 192, 193, 194, 195  
 Televisão  
 - estação(ões) de: 494  
 Telha(s): 276, 311, 313  
 Telheiro(s): 179  
 Telo, Luís da Silva: 165  
 Temiminó: 97, 111  
 Templo(s): 172, 180, 276, 379, 395  
 Tença(s): 28, 29, 117, 131, 213  
 Tenda(s)  
 - de caldeireiro: 149  
 - de ferreiro: 390  
 Teologia: 416  
 Terceira (ilha): 248  
 Terço da Ordenança: 230, 244, 245  
 Terço de Auxiliares: 225  
 Teresa Cristina (princesa da Baviera)  
 - visita a província: 379  
 Teresópolis: 443  
 Terminal(is)  
 - para embarque de minério de ferro e pellets: 4  
 - para petróleo: 491  
 Terminal de Tubarão: 491  
 Termo(s): 42, 172, 213  
 - em 1889: 413  
 Terra de Vera Cruz: 9  
 Terra do Brasil: 12  
 Terra dos Papagaios: 9  
 Terreiro do Paço: 151  
 Terreno de marinha: 444  
 Tesouraria da Fazenda: 414  
 Tesouraria Geral da Bahia: 254  
 Tesouraria Geral da província: 402  
 Tesouraria-mor do Real Erário: 299, 328  
 Tesoureiro(s): 68, 114, 168  
 Tesoureiro do Donativo: 170  
 Tesoureiro Geral da província do Espírito Santo (ordenado): 335  
 Tesouro Nacional: 337, 392, 403  
 Tesouro Português: 11  
 Tesouro Provincial: 423, 428  
 Tesouro Público: 335, 360  
 - provincial: 414, 423  
 - estadual: 428, 452  
 Testamenteiro(s): 40  
 Testamento (de Vasco Fernandes Coutinho Filho): 117  
 Texel: 134  
 Ticiano: 98
- Tijolo(s): 140, 276, 311, 313  
 Timbui, barão de  
 - ver Paiva, Olindo Gomes dos Santos  
 Tinta(s): 241  
 Tintura(s): 6  
 Tinturaria(s): 255  
 Tipografia (primeira instalada no Espírito Santo): 350  
 Tipógrafo(s): 418  
 Tiradentes  
 - ver Xavier, Joaquim José da Silva  
 Tiradentes, Germano: 409  
 Tirolês(es): 404  
 Todos os Santos: 58  
 Toga(s): 227  
 TOLOSA, INÁCIO: 115, 116  
 Tomásia (esposa do barão de Aimorés): 421  
 Tonelero: 382  
 Topázio: 242  
 Tordesilhas (Linha, Tratado de)  
 - ver Tratado de Tordesilhas  
 Torneira(s): 208  
 Torre, Daniel da: 98  
 Torre do Tombo  
 - ver Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
 Torres (doutor): 102  
 Torres, João de Saldanha da Gama Melo e: 266, 284, 405  
 Torres, José Carlos Pereira de Almeida: 356  
 Torres, Marcos de: 139  
 Torres, Matias da Costa: 209  
 Torres, Miguel de: 89  
 Tostes, Marcelino de Assis: 416, 545  
 Toucinho: 280, 311  
 Tourinho, Fernão do Campo: 45  
 Tourinho, Pero do Campo: 14, 16, 23, 45, 70, 98  
 Tourinho, Sebastião Fernandes: 114  
 - considerado o descobridor das esmeraldas: 114  
 Tovar, Aires Vieira de Albuquerque: 346  
 - alferes: 350  
 - proprietário da primeira tipografia de Vitória: 350  
 Tovar, Manuel Vieira de Albuquerque e: 122, 266, 270, 271, 272, 290, 334, 573  
 Traçado(s): 318  
 Tráfico negreiro: 10, 370, 371  
 Traição (crime): 17, 55, 74  
 Traidor(es): 20  
 Transatlântico(s): 419  
 Transmigração (da família real portuguesa para o Brasil): 573  
 Trapiche(s): 139  
 - dos jesuitas: 570

Tratado(s): 8  
 - de paz com a Holanda (6-8-1661): 149  
 Tratado de Tordesilhas: 15  
 - linha de: 14, 23, 187  
 Trator(es): (número de ... segundo os Recenseamentos de 1950-70): 485  
 Travassos, Silvestre Rodrigues (um dos organizadores do Batalhão 32): 434  
 Três Barras: 421  
 Tresmalhos: 190  
 Tribo(s): 13, 111, 116, 121, 155, 227, 286, 340  
 Tribunal da Mesa Real Censória: 218  
 Tribunal da Relação da Bahia: 144  
 Tribunal da Relação do Rio de Janeiro: 217, 250, 413  
 Tribunal de Justiça: 348, 494  
 - instalação: 438  
 Tribunal do Júri: 418  
 Tribunal Superior de Justiça: 438  
 Tributo(s): 17, 18, 19, 32, 44  
 - da paz de Holanda: 162  
 Trigo: 6, 277, 290, 308  
 - carta régia isentando, por 10 anos, do pagamento dos dízimos, as culturas de ... no Espírito Santo: 277  
 - monopólio concedido à Companhia Geral do Comércio: 158  
 Trincheira(s) : 134, 191, 282  
 Trindade (ilha) : 485  
 TRINDADE, RAIMUNDO: 176  
 Tronco(s): 190  
 Tropa(s): 230, 296, 297, 301, 303, 304, 327, 357, 361  
 Tropa da Conquista do Gentio Bárbaro: 230, 245  
 Tropa de Linha: 292, 296, 297, 301, 316, 324, 361  
 Tropa dos Pedestres: 272  
 Tropeiro(s): 275  
 Trouin, René Duguay: 194, 195  
 Truque (jogo): 112  
 Tubarão: 491  
 Tucano (tribo indígena do Amazonas): 363  
 Tunis: 30 (Na página está TUNES)  
 Tupi-guarani; 11, 229  
 Típico: 229  
 Tupiniquim(ns)  
 - (aliança com outras tribos para lutar contra os colonos): 58  
 Turco(s): 26, 448  
 Turquia: 448  
 Tutor(es): 142, 144, 150  
 - de Pedro II: 345, 362

Uaupés: 363  
 Ubu: 245, 249  
 Ultraje(s): 285  
 Una: 244, 245, 249, 385  
 União Republicana Espírito-santense: 429  
 Unidade(s) Volante(s) de Saúde: 497  
 - criação: 484, 497  
 - municípios beneficiados pelas ...: 497  
 - atendimentos: 497  
 Universidade de Alexandria: 4  
 Universidade de Coimbra: 159, 190, 239, 253, 260, 298, 302  
 - estudantes brasileiros matriculados na ..., entre 1772 e 1800: 253  
 Universidade de S. Paulo: 477  
 Universidade Federal do Espírito Santo: 457, 476, 477, 494, 495  
 Urbano VIII (papa): 122  
 URUGUAI, VISCONDE DO  
 - ver SOUSA, PAULINO JOSÉ SOARES DE "Ururau" (brigue): 332  
 - recrutamento: 307, 308  
 Usina de acabados não planos (do Complexo Siderúrgico): 491  
 Usina de acabados planos (do Complexo Siderúrgico): 491  
 Usina de açúcar de Paineiras: 442  
 Usina de minerais físeis (do Complexo Paraquímico): 491  
 Usina de peletização (de Anchieta): 491  
 Usina(s) de peletização (do Complexo Siderúrgico): 491  
 Usina de semi-acabados (do Complexo Siderúrgico): 491  
 Usina(s) elétrica(s): 449  
 Usina Hidrelétrica de Mascarenhas (capacidade): 487  
 Usufruto: 50, 276  
 Uxorícida(s): 257

Vaca(s): 113, 310  
 Vacas, Francisco de:  
 - nomeação para provedor da Fazenda e juiz da Alfândega: 68  
 Vacina(s) : 307, 366, 484, 497  
 - resistência da população à ...: 369  
 - o governo bate-se pela disseminação da ...: 369  
 - a ... na província, em 1854: 391  
 - antivariólica: 457, 497

- contra poliomielite: 497
- contra sarampo: 497
- antitetânica: 497
- contra tifo: 497
- contra cólera: 498
- BCG: 498
- antidiftérica: 452, 498
- contra coqueluche: 498
- contra gripe: 498
- tríplice: 498
- Vacinação
  - ver Vacina
- Vadio(s): 143, 145
- Vagabundo(s): 55
- Vala(s): 436
  - comunicando o “Rio de Jucu à Barra”: 196
- Valadão, Manuel Prisciliano de Oliveira: 434
- Vale, Adriano Augusto do: 410
- Vale Júnior, João Maria do: 544
- VALE, LEONARDO DO: 106
- Valença, conde de: 331
- Valença, marquês de: 221
- VALLE, EURÍPEDES QUEIROZ DO: 478, 669
- Vapor: 353
  - primeira embarcação a ..., a singlar o rio Doce: 376
- Varanda(s): 279
- Vargas (do Conselho Ultramarino): 209
- Variola: 369, 384, 497
  - surto de ..., em 1666: 155
  - primeira referência à presença da ... no Espírito Santo: 155
  - epidemia de ..., em 1824: 307
  - S. Mateus castigada pela ..., em 1859: 369, 391
  - surto de ..., em 1886: 384
- VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE: 13, 24, 26, 27, 28, 48, 57, 62, 100, 111, 115, 121, 124, 130, 132, 134, 139, 150, 166, 168, 169, 203, 259, 266, 298
- Vás, Manuel: 151
- VASCONCELOS, ALBERTO: 332, 353
- Vasconcelos, Antônio Mendes de: 201
- Vasconcelos, Baltasar de Sousa Botelho de: 289, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 322, 323, 328, 541
- Vasconcelos, Bernardo Pereira de: 331
- Vasconcelos, Cornélio Népoté de: 399
- VASCONCELOS, DIOGO LUÍS DE ALMEIDA PEREIRA DE: 186
- Vasconcelos, Inácio de Acióli de: 126, 218, 280, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 314, 315, 316, 317, 319, 331, 340, 341, 344, 359, 376, 542.
  - toma posse do governo do Espírito Santo: 304
  - preciosa Memória sobre a província do Espírito Santo, de 1828: 308
  - deixa o governo do Espírito Santo: 319
- VASCONCELOS, JOSÉ CÂNDIDO DE: 408, 430, 434, 437, 441
- Vasconcelos, José Marcelino de: 297, 322, 325
- Vasconcelos, José Marcelino de A.: 381
- VASCONCELOS, JOSÉ MARCELINO PEREIRA DE: 102, 105, 109, 129, 141, 168, 174, 217, 221, 262, 276, 277, 300, 303, 318, 386, 404, 411, 416, 574
- Vasconcelos, José Marcelino Pessoa de: 546
  - eleição para a presidência do Espírito Santo: 437
- VASCONCELOS, SIMÃO DE: 26, 30, 62, 66, 86, 89, 168, 171
- Vasconcelos, Urbano de: 408
- Vascos, José Marco de: 126
- VAT, ODULFO VAN DER: 87
- Vaz, Afonso: 85
- Vaz, Ana: 31
  - mãe de Vasco Fernandes Coutinho Filho: 31, 105, 110
  - razoável a hipótese de ter vindo na expedição dos primeiros povoadores do Espírito Santo: 110
  - não se tem notícia de sua presença no Brasil: 110
  - dera nome a uma ilha na baía de Vitória: 110
- Vaz, Antônio: 71
- Veado(s): 86
- Veado: 438
- Veador(es): 379
- Vedor(es): 215
- Veiga, Domingos Vieira
  - ver Veigão, Domingos Vieira
- VEIGA, JOSÉ PEDRO XAVIER DA: 260
- Veigão, Domingos Vieira: 144, 145
- Veiga, Silvestre Cirne da: 190, 203, 208, 211, 540
- V. E. Irmandade de S. Benedito: 417
- Vela: 418
  - de cera: 311
  - de sebo: 311
- Vela (navio): 2, 90
- Velasco, João Batista: 251
- Velez, Fernão: 71
- Velho(s): 184, 308, 316
- Velho, Adão: 140
- Veloso, Pedro Leão: 370, 396, 543
- Venerável Ordem Terceira da Penitência: 417
- Venerável Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo: 478
- Venerologista(s): 478

- Veneza: 9  
 “Vênus” (patacho): 343, 362  
 Vera Cruz: 9  
 Veras, Pascoal Ferreira de: 207, 212, 213  
 Vereador(es): 27, 102, 170, 172, 270  
 Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos: 331, 359  
 - desterrado em Vitória: 356  
 Vermelho (peixe): 395  
 Verminose(s): 497  
 Veroneze, Paulo: 98  
 Vervloet, Werther: 483  
 Vestuário: 176, 239, 363, 283, 467  
 Viana: 274, 276, 277, 314, 335, 353, 399, 409, 418, 437, 497  
 - instalação dos primeiros açorianos: 308  
 - primeiro capelão curado da igreja: 277  
 - população, em 1824: 331  
 - número de fogos, em 1824: 331  
 - população, em 1827: 333  
 - número de fogos, em 1827: 333  
 - sesmarias em ..., em 1828: 309  
 - estrada ligando ..., a Vitória: 314  
 - mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369  
 - população do município, em 1871: 385  
 - número de escravos do município, em 1871: 385  
 - vila: 412  
 Viana, Ari: 477  
 Viana, Cândido José de Araújo: 352, 356, 379  
 Viana, Geraldo: 447  
 VIANA, HÉLIO: 274  
 Viana, Inácio Rodrigues: 230  
 Viana, Manuel Ferreira: 209  
 - “tabela de público judicial e notas” de Vitória: 251  
 Viana, Paulo Fernandes: 277  
 VIANA, URBINO: 114  
 Vice-presidente(s) da província: 342, 343, 346, 359, 377, 383, 394, 421, 429, 430  
 Vice-rei(s)  
 - da Índia: 30, 163, 165  
 - do Brasil: 128, 144, 153, 154, 167, 202, 204, 206, 209, 211, 225, 231, 237, 255, 447  
 Vicente, Joaquim: 423  
 Vício(s): 55, 81, 86, 104, 112, 127, 290  
 Vidigal, Manoel Soares Leite: 399  
 Vidigal, Venceslau da Costa: 399  
 Vidro(s): 467  
 VIEIRA, ANTÔNIO: 132, 135, 169  
 Vieira, Antônio José: 277  
 Vieira, Francisco da Costa: 215  
 Vigairaria(s): 62, 68, 413, 414  
 Vigário(s): 62, 65, 97, 140, 143, 218, 265, 276, 291, 306, 318, 323, 438  
 - de N. S. da Vitória: 62, 65, 87, 103, 113, 118, 122, 131, 140, 285  
 - vencimentos do ... de Vitória, em 1617: 131  
 - vencimentos do ... da vila do Espírito Santo, em 1617: 131  
 - vencimentos do coadjutor do ... de Vitória, em 1617: 131  
 - da vara: 318  
 - do Espírito Santo: 131  
 Vila(s): 78, 172, 216, 232, 248, 279, 303, 307, 310, 318, 357  
 - as aldeias jesuíticas transformaram-se em ...: 96, 216  
 - existentes no Espírito Santo em 1816: 281  
 - existentes no Espírito Santo, em 1829: 358  
 Vilaça, Antônio Gomes: 403  
 Vila da Rainha: 57  
 “Vila da Vitória” (auto de José de Anchieta): 104  
 Vila do Príncipe: 573  
 Vila Moscoso: 442  
 Vila Nova  
 - ver Vitória  
 Vila Nova de Benevente  
 - ver Iiritiba  
 Vila Nova de São José (conde de): 309  
 Vila Rica: 260, 274, 283  
 Vila Rubim (loteamento): 414  
 Vila Velha: 66, 99, 105, 118, 172, 191, 249, 272, 565  
 - ver, também, Espírito Santo (Vila)  
 VILHENA, LUÍS DOS SANTOS: 252, 254  
 Villegaignon, Nicolau Durand de: 111  
 Vime: 467  
 Vinagre: 223, 242, 311  
 Vinci, Leonardo da: 98  
 Vinhático: 241  
 Vinho(s): 85, 141, 168, 223, 237, 242, 311  
 - donativo especial incidente sobre ... de mel para pagamento da infantaria: 141  
 - dinheiros dos ... para a infantaria: 143, 144  
 - direito dos ...: 143  
 - importados diretamente de Portugal: 419  
 - monopólio concedido à Companhia Geral do Comércio: 158  
 - por falta de ... os jesuítas não celebravam missa em Vitória, em 1554 e 1562: 85, 103  
 - verba consignada na “Folha Geral da Despesa do Estado do Brasil” para ... dos vigários de Vitória e da vila do Espírito Santo, em 1617: 131

- idem, idem, para os franciscanos, em igual data: 143
- vinho de mel: 141, 158
- Vinte e Cinco de Julho: 465
- Vintena(s): 19
- Viola(s): 146
- Violência(s): 265
- Violino(s): 313
- VIOTTI, HÉLIO: 116
- Virgem da Penha: 98
- Visita (s)
  - dos imperadores do Brasil: 365, 379, 442
  - de Afonso Pena: 435
  - de Artur Bernardes: 450
  - de Washington Luiz P. de Sousa: 450
- Visita dos Reis Magos (quadro): 164
- Visitadora(s) social(is)
  - (curso de): 457
- Vitela(s): 113
- Vitória: XLI, 67, 83, 88, 89, 96, 105, 107, 135, 150, 179, 180, 195, 243, 318, 342, 343, 430
  - fundação: 61, 65, 66
  - transferência da sede da capitania para ...: 66
  - predicamento de vila: 66
  - teve o nome de Vila Nova: 66
  - descrição de ... por Simão de Vasconcelos: 66
  - como Fernão Cardim viu ... em 1584: 113
  - a população de ... em 1584: 113
  - no fim do século 16: 126
  - população, em 1622: 159
  - atacada pelos holandeses, em 1625: 134
  - defesa de ..., em 1625: 134
  - trapiches situados em frente à vila de ..., em 1631: 139
  - atacada pelos holandeses, em 1640: 139, 140
  - ausência de construção de qualquer obra pelos capitães-mores em ...: 153
  - pequena fortificação destinada à defesa de ...: 156
  - melhoramentos levados a efeito, na segunda metade do século 17: 170
  - o porto de ... é visitado por uma nau de piratas: 177
  - abalada por “um sucesso” dos franciscanos: 166
  - bando exigindo que “todos os moradores da vila de ... se apresentassem com suas armas e viessem consertar as trincheiras e estradas”: 190
  - estado da vila em 1710: 194
  - navio inglês arriba ao porto de ..., em 1715: 197
  - estado da vila de ...entre 1728 e 1730: 204
  - instalação da comarca de ...: 207
  - tinha 12 Companhias de Ordenanças em 1732: 209
  - impressão do ouvidor Mateus N. de Macedo sobre ...: 212
  - informações de Venceslau F. da Silva sobre ... em 1752: 232
  - número de fogos, em 1752: 237
  - fontes de suas rendas, em 1754: 216, 236
  - suas despesas, em 1754: 216, 236
  - assiste ao embarque dos jesuítas, expulsos do Espírito Santo: 217
  - como a viu José A. Caldas, em 1767: 222
  - o aumento da população exigia a criação de escola em ...: 223
  - provisão régia mandando instalar uma cadeira de gramática latina em ...: 223
  - número de fogos, em 1775: 224
  - número de almas, em 1775: 224
  - protesta contra o recrutamento: 224
  - importância do porto de ... para a segurança das minas: 225
  - inauguração do serviço de Correios entre ... e Campos: 226
  - em 1765 existia em ... irmandade dos pretos: 226
  - construção em ... da capela de N. S. do Rosário: 226
  - serviço de Correio entre ... e Rio de Janeiro: 226
  - centro industrial, em fins do século 18: 229
  - exportação de ..., em fins do século 18: 228
  - divisão administrativa de ..., em 1787: 248
  - sua população em 1790: 229, 249
  - número de escravos em 1790: 228, 249
  - exigüidade de suas rendas em 1790: 228
  - construção de sua cadeia: 228
  - “pouco fortificada e muito carecida de reforma”: 235
  - população, em 1790: 243
  - necessidades de ..., em 1790: 243
  - descrição de ..., em 1790: 243
  - exportação, em 1790: 242
  - importação em 1790: 242
  - efetivo militar, em 1791: 244
  - ao fim do século 18, havia 2 professores públicos em ...: 252
  - inexistência de estradas entre ... e a cidade do Salvador: 271
  - comércio de ..., em 1811: 272
  - ... em 1811: 272
  - os índios, em princípios do século 19, atacam povoações próximas de ...: 271
  - aporta a ... o bergantim “S. Agostinho Palafox”: 276
  - presença de um boticário em ...: 278
  - aformoseada em sua arquitetura: 279
  - fundação do Hospital da S. Casa de Misericórdia: 278
  - como o príncipe de Wied-Neuwied viu ..., em 1816: 279
  - como Saint-Hilaire viu ..., em 1818: 280
  - festejos excepcionais em ... para comemorar a aclamação de Pedro I: 302, 327



- juramento da Constituição do Império em ...: 306
- instalação em ... de uma escola pública: 307
- população de ..., em 1824: 307, 331
- número de fogos, em 1824: 307, 331
- receita e despesa da Câmara de ..., em 1825: 330
- durante anos não se realizou em ... a procissão de Corpus Christi: 308
- população em 1827: 331, 333
- número de lojas comerciais, em 1828: 310
- número de músicos, em 1828: 313
- estrada ligando ... a Viana: 314
- as casas e as ruas de ..., em 1828: 315
- iluminação de ..., em 1828: 315
- em 1828, existia uma aula de gramática latina em ...: 316
- distritos, em 1828: 318
- apelo da Câmara de ... visando a criação de um lugar de juiz de fora: 318
- número de “aulas”, em 1829: 319
- o ensino em ..., em 1830: 344
- soldados provocam inquietação em ..., em 1831: 342, 357
- número de cirurgiões, em 1829: 344
- número de boticas, em 1829: 344
- divisão administrativa em 1829: 358
- presença de vasos de guerra no porto de ...: 344
- impressão sobre ..., em 1833: 346
- primeiro jornal diário de ...: 351
- festejos realizados em ... por ocasião da coroação de Pedro II: 351
- terror provocado em ... pela Insurreição do Queimado: 353 - 362
- número de mortos, em ..., pelo cólera morbus: 369
- primeiro navio a vapor que tocou em ...: 376
- “aulas” de ensino primário e secundário em 1852: 399
- produção de café, em 1852: 374
- produção de açúcar, em 1852: 374
- produção de aguardente, em 1852: 375
- produção de farinha, em 1852: 375
- número de lanchas, em 1852: 395
- uma “aula” de latim em 1854: 389
- inauguração da primeira aula noturna em ...: 377
- inauguração da primeira aula noturna de francês em ...: 377
- primeiro desfile da Guarda Nacional, em ...: 379
- Pedro II visita ...: 379
- repercussão, em ..., da Questão Christie: 380
- festejos, em ..., quando da partida dos soldados do Espírito Santo que seguiam para a Guerra do Paraguai: 381
- inauguração da estação de telégrafo em ...: 382
- iluminação das ruas de ...: 383
- número de escravos, no município, em 1871: 385
- população do município, em 1871: 385
- movimento do porto de ... no quinquênio 1866-69: 393
- em 1863, havia quatro médicos em ...: 394
- número de boticas existentes em 1863: 393
- a instrução em 1872: 397
- como ... celebrou a abolição da escravatura: 408
- como ... recebeu a notícia da proclamação da República: 412
- instalação da Caixa Econômica: 410
- casa de banhos “d’água fria”: 414
- o ensino em ..., em 1889: 415
- comércio, em 1889: 418
- representantes consulares, em 1889: 419
- saneamento de ...: 436
- aspectos da administração de ..., em fins do século 19: 436
- obrigatoriedade de meio-fio nas ruas de ...: 436
- ... em 1900: 437
- inauguração de bondes tirados por muares: 442
- modernização de ... no governo Jerônimo Monteiro: 442
- serviço de abastecimento de água: 442
- serviço de esgotos sanitários: 442
- serviço de bondes elétricos: 442
- serviço de luz elétrica: 442
- ponte ligando ... ao continente: 449
- vacinação antidiftérica da população infantil: 452
- primeira eleição de prefeito municipal: 479
- administração do prefeito Adelfo P. Monjar-dim: 479 #
- número de bibliotecas, em 1944: 460
- número de estabelecimentos de ensino, em 1940: 469
- número de matrículas escolares, em 1940: 469
- Viúvo(s): 318, 353, 361, 394, 413, 438
- Viveiro(s): 310
- Vizeu, Pedro José Carreira: 285
- Vyzeu: 20
- data: 123
- vinho de mel: 148
- Vinte e Cinco de Julho: 439
- Vintena(s): 19
- Viola(s): 136
- Violência(s): 248
- Violino(s): 291
- VIOTTI, HÉLIO: 108
- Virgem da Penha: 92
- Visita (s)
- dos imperadores do Brasil: 345, 360, 420
- de Afonso A. M. Pena: 413
- de Arthur da S. Bernardes: 426
- de Washington L. P. de Sousa: 426
- Visita dos Reis Magos (quadro) : 153

## Visitadora(s) social(is)

- (curso de): 430
- Vitela(s): 105
- Vitória: XIX, 64, 78, 82, 84, 90, 100, 101, 126, 140, 168, 169, 183, 227, 297, 320, 321, 410
  - fundação: 59, 62, 63
  - transferência da sede da cap para ...: 62
  - predicamento de vila: 62
  - teve o nome de Vila Nova: 63
  - descrição de ... por Simão de Vasconcelos: 63
  - como Fernão Cardim viu ... em 1584: 105
  - a população de ... em 1584: 105
  - no fim do séc 16: 117
  - população, em 1622: 149
  - atacada pelos holandeses, em 1625: 124
  - defesa de ..., em 1625: 124
  - trapiches situados em frente à vila de ..., em 1631: 128
  - atacada pelos holandeses, em 1640: 128, 129
  - ausência de construção de qualquer obra pelos cap-mores em ...: 143
  - pequena fortificação destinada à defesa de ...: 145
  - melhoramentos levados a efeito, na segunda metade do séc 17: 160-1
  - o porto de ... é visitado por uma nau de piratas: 166
  - abalada por “um sucesso” dos franciscanos: 154
  - bando exigindo que “todos os moradores da Vila de ... se apresentassem com suas armas e viessem consertar as trincheiras e estradas”: 178
  - estado da vila em 1710: 181
  - navio inglês arriba ao porto de ..., em 1715: 185
  - estado da Vila de ...entre 1728 e 1730: 189
  - instalação da comarca de ...: 194
  - tinha 12 Companhias de Ordenança em 1732: 196
  - impressão do ouvidor Mateus N. de Macedo sobre ...: 198
  - informações de Venceslao F. da Silva sobre ... em 1752: 218/9
  - número de fogos, em 1752: 221
  - fontes de suas rendas, em 1754: 201, 220
  - suas despesas, em 1754: 202-3, 220
  - assiste ao embarque dos jesuítas, expulsos do ES: 203
  - como a viu José A. Caldas, em 1767: 206
  - o aumento da população exigia a criação de escola em ...: 208
  - provisão régia mandando instalar uma cadeira de gramática latina em ...: 208
  - número de fogos, em 1775: 210
  - número de almas, em 1775: 210
  - protesta contra o recrutamento: 210
  - importância do porto de ... para a segurança das minas: 211
  - inauguração do serviço de Correios entre ...

## e Campos: 212

- em 1765 existia em ... irmandade dos pretos: 212
- construção em ... da capela de N. S. do Rosário: 212
- serviço de Correio entre ... e RJ: 212
- centro industrial, em fins do séc 18: 214
- exportação de ..., em fins do séc 18: 214
- divisão administrativa de ..., em 1787 : 232
- sua população em 1790: 214, 233
- número de escravos em 1790: 214, 232
- exigüidade de suas rendas em 1790: 214
- construção de sua cadeia: 214
- “pouco fortificada e muito carecida de reforma”: 219
- população, em 1790: 223
- necessidades de ..., em 1790: 222-7
- número de escravos, em 1790: 223
- descrição de ..., em 1790: 222/7
- exportação, em 1790: 226
- importação em 1790: 226
- efetivo militar, em 1791: 228
- ao fim do séc 18, havia 2 professores públicos em ...: 236
- inexistência de estradas entre ... e a cidade do Salvador: 252
- comércio de ..., em 1811: 253
- ... em 1811: 253
- os índios, em princípios do séc 19, atacam povoações próximas de ...: 252/3
- aporta a ... o bergantim “S. Agostinho Palafox”: 257
- presença de um boticário em ...: 259
- aformoseada em sua arquitetura: 260
- fundação do Hospital da S. Casa de Misericórdia: 259
- como o Príncipe Wied Neuwied viu ..., em 1816: 260-1
- como Saint-Hilaire viu ..., em 1818: 260
- festejos excepcionais em ... para comemorar a aclamação de Pedro I: 280, 306-7
- juramento da Constituição do Império em ...: 284
- instalação em ... de uma escola pública: 285
- população de ..., em 1824: 285, 311
- número de fogos, em 1824: 285, 311
- receita e despesa da Câmara de ..., em 1825: 309
- durante anos não se realizou em ... a procissão de Corpus Christi: 286
- população em 1827: 311, 314
- número de lojas comerciais, em 1828: 289
- número de músicos, em 1828: 291
- estrada ligando ... a Viana: 292
- as casas e as ruas de ..., em 1828: 293
- iluminação de ..., em 1828: 293-4
- em 1828, existia uma aula de gramática latina em ...: 295

- distritos, em 1828: 297
- apelo da Câmara de ... visando a criação de um lugar de juiz de fora: 297
- número de “aulas”, em 1829: 298
- o ensino em ..., em 1830: 324
- soldados provocam inquietação em ..., em 1831: 322, 337
- número de cirurgiões, em 1829: 323
- número de boticas, em 1829: 323
- divisão administrativa em 1829: 338
- presença de vasos de guerra no porto de ...: 323
- impressão sobre ..., em 1833: 327
- primeiro jornal diário de ...: 330
- festejos realizados em ... por ocasião da coroação de Pedro II: 330
- terror provocado em ... pela Insurreição do Queimado: 332, 342
- número de mortos, em ..., pelo cólera morbus: 349
- primeiro navio a vapor que tocou em ...: 356
- “aulas” de ensino primário e secundário em 1852: 380
- produção de café, em 1852: 354
- produção de açúcar, em 1852: 354
- produção de aguardente, em 1852: 355
- produção de farinha, em 1852: 355
- número de lanchas, em 1852: 376
- uma “aula” de latim em 1854: 370
- inauguração da primeira aula noturna em ...: 358
- inauguração da primeira aula noturna de francês em ...: 358
- primeiro desfile da Guarda Nacional, em ...: 360
- Pedro II visita ...: 360
- repercussão, em ..., da Questão Christie: 384-5
- festejos, em ..., quando da partida dos soldados do ES que seguiam para a Guerra do Paraguai: 362
- inauguração da estação de telégrafo em ...: 364
- iluminação das ruas de ...: 364
- número de escravos, no município, em 1871: 366
- população do município, em 1871: 366
- movimento do porto de ... no quinquênio 1866-69: 374
- em 1863, havia quatro médicos em ...: 375
- número de boticas existentes em 1863: 375
- a instrução em 1872: 378
- como ... celebrou a abolição da escravatura: 388
- como ... recebeu a notícia da proclamação da República: 390
- instalação da Caixa Econômica: 390
- casa de banhos “d’água fria”: 394
- o ensino em ..., em 1889: 395
- comércio, em 1889: 399
- representantes consulares, em 1889: 399
- saneamento de ...: 414-5

- aspectos da administração de ..., em fins do séc 19: 414
- obrigatoriedade de meio-fio nas ruas de ...: 415
- ... em 1900: 416
- inauguração de bondes tirados por muires: 419
- modernização de ... no Governo Jerônimo Monteiro: 419
- serviço de abastecimento de água: 419
- serviço de esgotos sanitários: 419
- serviço de bondes elétricos: 419
- serviço de luz elétrica: 419
- ponte ligando ... ao continente: 426
- vacinação antidiféfrica da população infantil: 430
- primeira eleição de prefeito municipal: 450
- administração do prefeito Américo P. Monjardim: 450/2
- número de bibliotecas, em 1944: 435
- número de estabelecimentos de ensino, em 1940: 442
- número de matriculas escolares, em 1940: 442
- Viúvo(s): 297, 332, 340, 375-6, 393, 416
- Viveiro(s): 228
- Vizeo, Pedro José Carreira: 266
- Vylles, Fernam
- ver Velez, Fernam
- Vyseu: 21

**W**ETZEL, HERBERT EWALDO: 112  
Willekens, Jacob: 132

**X**AVIER, CARLOS: 420  
Xavier, José das Neves (professor de ler e escrever): 252  
Xavier, Joaquim José da Silva: 186  
Xavier, Manoel das Neves: 399  
“Xingu” (brigue escuna): 372

**Y**orkshire: 10

**Z**é (dona): 421  
Zirconita: 466  
Zorilla, Diogo: 114  
ZURITA: 2



## CÓLOFON \*

*D*EIXAMOS consignados aqui nossos melhores agradecimentos a quantos nos auxiliaram na elaboração deste livro, principalmente aos professores Adolfo Morales de los Rios Filho, Edson Mota, Heráclito Amâncio Pereira e Osvaldo Melo Braga; historiadores Artur César Ferreira Reis, Francisco Eujênio de Assis, José Honório Rodrigues, Manuel Diegues Júnior e Vilhena de Morais; doutores Alfredo Cabral, Celso Calmon Nogueira da Gama Filho, Erildo Martins, Francisco Monteiro, José Drummond Netto, Manuel M. Muniz Freire, Marcos Carneiro de Mendonça, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Theophilo de Andrade; Senhorita Maria de Lourdes Jovita; coronéis Olopércio de Almeida Daemon e Rozauro de Araújo Suzano; Senhora Romilda Fraga Gomes; funcionários do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, do Serviço Geográfico do Exército e do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que nos prestaram todo auxílio ao alcance da ação de cada um. Auxiliando pesquisas, emprestando ou oferecendo livros, fotografias e documentos raros, indicando fontes, colaborando na feitura material da obra, deram-nos mais do que está ao nosso alcance retribuir.

Somos, também, muito reconhecidos aos Excelentíssimos Senhores senador Carlos Monteiro Lindenberg, professor José Celso Cláudio, doutor José Rodrigues Sette e governador Jones dos Santos Neves, bem como aos dignos membros da Comissão que o Governo do Estado encarregou de dar parecer sobre este trabalho – Comissão constituída pelos senhores desembargador Eurípedes Queiroz do Valle (presidente) e professores doutores Manuel Lopes Pimenta e Nelson Abel de Almeida.

*Impossível é passar para o papel a nossa gratidão ao professor Afonso d'Escragnolle Taunay, sábio conselheiro de todas as horas; a Alberto Lamego, que teve a bondade de ler a parte relativa ao período colonial, sugerindo acréscimos, animando-nos com seus aplausos consagradores; a Heleno Machado de Aguiar – sempre solícito em colocar seu espírito privilegiado a serviço dos amigos – que sacrificou numerosos serões na leitura e crítica de todo o texto; e, por fim, a Mário Aristides Freire – autoridade maior em história espírito-santense – que pacientemente nos assistiu nas nossas dificuldades, aconselhando, ensinando, pondo à nossa disposição o acervo magnífico de um arquivo religiosamente construído através de decênios de patriótico empenho.*

*Nossa, exclusivamente nossa, a incapacidade de aproveitar tamanha messe de saber e bondade.*

*Rio de Janeiro, agosto de 1951.*

JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA

\* Da 1ª edição.



## Coleção Canaã

**VOL. 1** – *O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895). Relato do cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória.* Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog (Vitória, 1995).

**VOL. 2** – *Projeto de um novo arrabalde (1896).* Relatório de Francisco Saturnino de Brito. Edição fac-similar (Vitória, 1996).

**VOL. 3** – *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Espírito Santo (1585-1822).* Organização de João Eurípedes Franklin Leal. (Vitória, 1998).

**VOL. 4** – *Donatários, colonos, índios e jesuítas: O início da colonização do Espírito Santo.* Nara Saletto (Vitória, 1998).

**VOL. 5** – *Viagem à província do Espírito Santo – Imigração e colonização suíça – 1860.* Johann Jacob von Tschudi. (Vitória, 2004).

**VOL. 6** – *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras.* Renzo M. Grosselli. Tradução: Márcia Sarcinelli. (Vitória, 2008).

**VOL. 7** – *A viagem de Pedro II ao Espírito Santo.* Levy Rocha. (3 ed., Vitória, 2008).

**VOL. 8** – *História do Estado do Espírito Santo.* José Teixeira de Oliveira. (3 ed., Vitória, 2008).

Esses volumes (já esgotados os de 1 a 4), entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do APES, em formato pdf, dentro do projeto Biblioteca Digital, no seguinte endereço: